B O L E T I M

MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

4.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 1627

SUMÁRIO

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

CÂMARA MUNICIPAL

Deliberações

208.ª Reunião Extraordinária de Câmara realizada em 14 de abril de 2025

- Proposta n.º 175/2025 (Subscrita pelo Sr. Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia e pela Vereadora Filipa Roseta) -Apreciou o Relatório do Conselho de Administração e as Contas relativas ao exercício de 2024 da Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E. M., S. A., a proposta de aplicação de resultados e o Parecer do Fiscal Único, bem como mandatou o representante do Município de Lisboa na Assembleia-geral para os aprovar, nos termos da proposta *pág. 732 (46)*

209.ª Reunião Extraordinária de Câmara realizada em 14 de abril de 2025

- Proposta n.º 176/2025 (Subscrita pelo Sr. Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia e pela Vereadora Filipa Roseta) -Apreciou o Relatório do Conselho de Administração e as Contas relativas ao exercício de 2024 da GEBALIS - Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, E. M., S. A., a proposta de aplicação de resultados e o Parecer do Fiscal Único, bem como mandatou o representante do Município de Lisboa na Assembleia-geral para os aprovar, nos termos da proposta *pág. 732 (189)*

- Proposta n.º 177/2025 (Subscrita pelo Sr. Presidente e pelo Sr. Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia) -Apreciou o Relatório do Conselho de Administração e as Contas

SEDE: ESTRADA DE CHELAS, 101
1900-150 LISBOA
DIRETOR: ALBERTO LUÍS LAPLAINE GUIMARÃES

relativas ao exercício de 2024 da EGEAC - Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E. M., S. A., a proposta de aplicação de resultados e o Parecer do Fiscal Único, bem como mandatou o representante do Município de Lisboa na Assembleia-geral para os aprovar, nos termos da proposta *pág. 732 (363)*

- ***Proposta n.º 178/2025 (Subscrita pelo Sr. Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia)*** - Apreciou o Relatório do Conselho de Administração e as Contas relativas ao exercício de 2024 da CARRIS - Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E. M., S. A., a proposta de aplicação de resultados, bem como mandatou o representante do Município de Lisboa na Assembleia-geral para os aprovar, nos termos da proposta *pág. 732 (426)*

- ***Proposta n.º 179/2025 (Subscrita pelo Sr. Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia)*** - Apreciou o Relatório do Conselho de Administração e as Contas relativas ao exercício de 2024 da EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E. M., S. A., a proposta de aplicação de resultados, bem como mandatou o representante do Município de Lisboa na Assembleia-geral para os aprovar, nos termos da proposta *pág. 732 (565)*

- ***Proposta n.º 180/2025 (Subscrita pelo Sr. Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia)*** - Aprovou e submeteu à Assembleia Municipal o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras e Orçamentais de 2024, bem como a proposta de aplicação de resultados, nos termos da proposta *pág. 732 (803)*

- ***Proposta n.º 144/2025 (Subscrita pelo Sr. Presidente e pela Vereadora Filipa Roseta)*** - Aprovou a adjudicação do procedimento de concurso para a atribuição de direito de superfície de terreno municipal a uma cooperativa para a construção de 18 habitações sem fins lucrativos na Rua António do Couto, no âmbito do Programa Cooperativas 1.ª Habitação Lisboa à proposta apresentada pela Cooperativa JHLX - Jovens Habitam Lisboa, CRL, nos termos da proposta *pág. 732 (791)*

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

CÂMARA MUNICIPAL

Deliberações

208.ª Reunião Extraordinária de Câmara realizada em 14 de abril de 2025

A Câmara Municipal de Lisboa, reunida no dia 14 de abril de 2025, deliberou aprovar a seguinte Proposta, que lhe foi presente e que tomou a forma de Deliberação, como se segue:

- *Deliberação n.º 175/CM/2025* (Proposta n.º 175/2025) - Subscrita pelo Sr. Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia e pela Vereadora Filipa Roseta:

Apreciação do Relatório e Contas de 2024 da Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E. M., S. A.

Pelouros: Vereadora Filipa Roseta e Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia.
Serviços: DMMC e DMF.

Considerando que:

1 - As empresas do setor empresarial local regem-se pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAELPL), pela Lei Comercial, pelos respetivos Estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do Setor Empresarial do Estado, sem prejuízo das normas imperativas neste previstas, de acordo com o disposto no artigo 21.º daquela Lei;

2 - O n.º 1 do artigo 40.º do RJAELPL, determina que «As empresas devem apresentar resultados anuais equilibrados» e, o n.º 2 do mesmo artigo, dispõe que «...no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa»;

3 - O n.º 3 do mesmo artigo estipula que «Os sócios de direito público preveem nos seus orçamentos anuais o montante previsional necessário à cobertura dos resultados líquidos antes de impostos, na proporção da respetiva participação social». Por sua vez, o n.º 4 estabelece que «No caso de o orçamento anual do ano em causa não conter verba suficiente para a cobertura dos prejuízos (...), os sócios de direito público deverão proceder a uma alteração ou revisão do mesmo, por forma a contemplar o montante necessário, e proceder à sua transferência no mês seguinte à apreciação das contas da empresa local (...).»;

4 - Para efeitos do limite legal de endividamento, a dívida total do município inclui a das empresas locais, na proporção da respetiva participação no capital social, nos termos da alínea *c)* do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro [Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI)], sempre que se verifique o incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 46.º do RJAELPL;

5 - A Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E. M., S. A., doravante designada por SRU, é uma pessoa coletiva de direito privado, sob a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, de responsabilidade limitada, com natureza municipal, constituída pelo Município de Lisboa, que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial;

6 - A SRU, é uma empresa local de promoção do desenvolvimento local e regional, tendo por objeto principal a reabilitação urbana na Área de Reabilitação Urbana de Lisboa, das quais seja encarregue pela Câmara Municipal de Lisboa, nos termos dos respetivos Estatutos e do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 29 de outubro, na redação da Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, designadamente através da promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas, da gestão urbana, da renovação e reabilitação urbanas e da gestão do património edificado;

7 - Nos termos do artigo 23.º dos seus Estatutos, a gestão da SRU deve articular-se com os objetivos prosseguidos pelo Município de Lisboa, respeitando as orientações estratégicas aprovadas pela Câmara Municipal, visando o cumprimento do seu objeto social e assegurando a sua viabilidade económica e o equilíbrio financeiro;

8 - Em cumprimento do artigo 24.º dos seus Estatutos - *Deveres Especiais de Informação* - o Conselho de Administração da SRU remeteu o Relatório e Contas de 2024, acompanhado do Parecer do Fiscal Único e da Certificação Legal de Contas, emitida pela Kreston & Associados - SROC, Ltd.ª, documentos que se anexam e integram a presente proposta;

9 - Da Certificação Legal de Contas não consta qualquer reserva, estando exarada a seguinte opinião: «*(...) as demonstrações financeiras (...) apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E. M., S. A., em 31 de dezembro de 2024, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas*»;

10 - O Fiscal Único emitiu parecer nos seguintes termos:

«*É nosso parecer:*

a) Que se aprove o Relatório e Contas apresentado pelo Conselho de Administração;
b) Que se aprove a Proposta de Aplicação de Resultados».

11 - A SRU apresenta um Resultado Antes de Impostos (RAI) positivo, não se encontrando, por isso, sujeita ao disposto no n.º 2 do artigo 40.º do RJAELPL, conforme evidenciado na Demonstração de Resultados das Contas de 2024;

12 - Em 31 de dezembro de 2024, a SRU apresenta um valor de capitais próprios positivo, igual ou superior a 50 % do capital social, conforme evidenciado no Balanço das Contas de 2024, encontrando-se, assim, em situação de equilíbrio nos termos do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 25.º do n.º 2 do artigo 26.º e da alínea *d)* do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto; do n.º 1 do artigo 62.º, aplicável por força do artigo 4.º, ambos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro; das alíneas *oo)* e *ccc)* do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais); dos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais; e ainda do n.º 2 do artigo 8.º, da alínea *j)* do artigo 20.º, da alínea *d)* do artigo 24.º e do artigo 34.º dos Estatutos da SRU:

1 - Apreciar favoravelmente o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2024 da Lisboa Ocidental SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E. M., S. A., incluindo os seguintes documentos, que se anexam e fazem parte integrante da presente proposta:

a) Relatório de Gestão do Conselho de Administração;
b) Demonstrações Financeiras;
c) Certificação Legal das Contas, sem reservas;
d) Parecer do Fiscal Único;
e) Proposta de aplicação de resultados (nula, por o resultado do exercício ser igual a zero - páginas 77 e 78 do Relatório).

2 - Mandatar a Vereadora Joana Castro Almeida - representante do Município de Lisboa na Assembleia-geral da Lisboa Ocidental SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E. M., S. A. - para votar favoravelmente os referidos documentos, nos termos da presente proposta.

[Aprovada por maioria, com 7 votos a favor (2 PPD/PSD, 3 CDS/PP e 2 Ind. NTL), 7 votos contra (2 PCP, 1 L, 1 BE, 1 Ver. Paula Marques, 1 Ver. Floresbela Pinto e 1 Ver. Rui Franco) e 3 abstenções (PS).]

O Senhor Presidente em exercício, exerceu Voto de Qualidade.

SRU LISBOA OCIDENTAL

RELATÓRIO E CONTAS

2024

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. ATIVIDADE DA EMPRESA

1.1. REABILITAÇÃO URBANA

HABITAÇÃO
CENTROS DE SAÚDE E OUTROS EQUIPAMENTOS
ESCOLAS E CRECHES
ESPAÇO PÚBLICO

1.2. SUPORTE CORPORATIVO E ORGANIZAÇÃO

2. ANÁLISE ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL EM 2024

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, ORÇAMENTAIS E ANEXOS

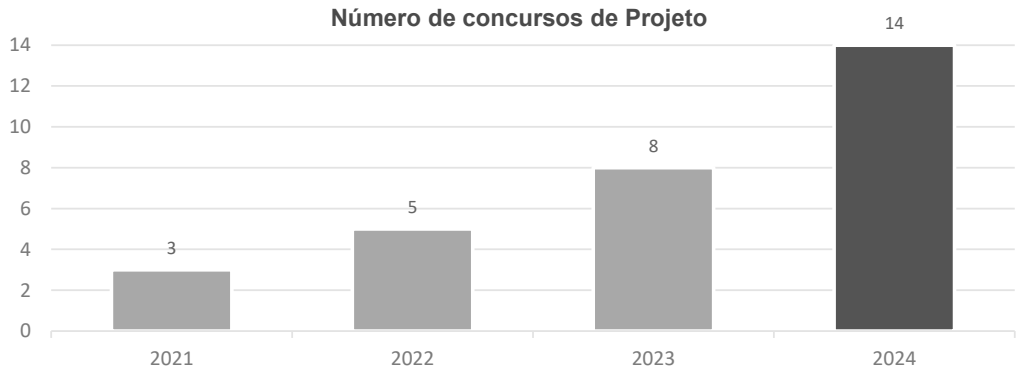
4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2004

SUMÁRIO EXECUTIVO

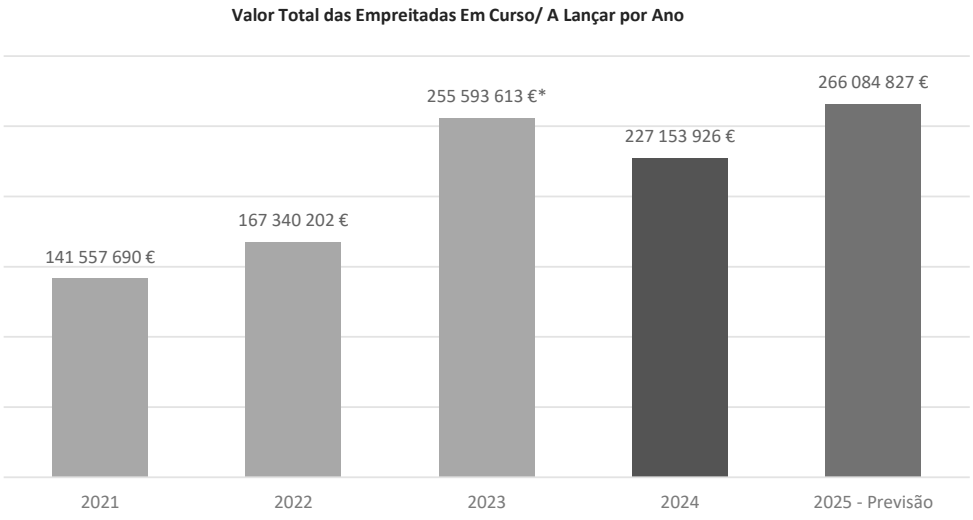
Conforme previsto, o ano de 2024 assumiu-se enquanto “ano de execução”. Na sequência do grande número de empreitadas lançadas e consignadas nos anos anteriores, um dos principais focos foi a concretização dos trabalhos no âmbito das várias empreitadas em curso, nomeadamente para cumprir as metas dos financiamentos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). A expressiva taxa de execução de 98% (104M€), valor nunca alcançado, é reflexo deste enorme esforço de concretização.

Mas outros objetivos foram também atingidos, e que marcarão a atividade da Lisboa SRU nos próximos anos, nomeadamente o lançamento de inúmeros concursos para o desenvolvimento de projetos. Estabilizados os programas funcionais, foram lançados procedimentos tendo em vista a contratação de 14 projetos de arquitetura e de especialidades, seguindo-se agora a fase de desenvolvimento dos projetos e o sequente lançamento das empreitadas. Deste conjunto, destacamos os projetos para a Escola do Castelo, para a EB Leão de Arroios, para a Escola Secundária José Gomes Ferreira, para a Escola Secundária do Restelo, para a Rua das Lavadeiras (Habitação Cooperativas), para o Mercado dos Olivais, e para o espaço público da Quinta do Ferro – Fase 2. Também pela 1º vez, foi aberto o primeiro concurso para o desenvolvimento de projeto com recurso à metodologia BIM, para o projeto do Pavilhão Desportivo de Campo de Ourique. Cremos que a adoção desta metodologia vai possibilitar melhores projetos e otimização de custos futuros.



No que concerne às empreitadas, foi com especial satisfação que conseguimos lançar, e consignar, as empreitadas das Unidades de Saúde da Ribeira Nova e de Campo de Ourique, cujos processos apresentavam há vários anos questões por resolver. Com a entrada em obra destas Unidades de Saúde, a Lisboa Ocidental SRU perfaz a execução de 10 equipamentos de saúde, 7 já concluídos, e 3 em obra.

Foram também concluídos e inaugurados, 2 equipamentos culturais com especial relevância para a cidade, a saber, o MUDE e o Teatro Variedades, e iniciadas as empreitadas no âmbito do Programa Há Vida No Meu Bairro.



*Este valor não considera o valor da Empª Marvila OR12 - Construção dos Edifícios na Rua Ferreira de Castro / Rua Pedro Cruz (obra iniciada a 2 jan. 24)

Importantes passos foram dados também no âmbito do Programa Estudos, Parcerias e Cooperativas, nomeadamente com o apoio dos processos que conduziram à aprovação pela CML da Carta Municipal de Habitação, ao lançamento do concurso de cooperativas para a Rua Francisco Stromp e à conclusão do modelo para residências de estudantes a apresentar em sessão da CML.

Internamente, o início da aplicação sistema de avaliação e desempenho, e a preparação da entrada em produção do novo sistema de ERP, assumiram-se enquanto processos-chave na atividade quotidiana da empresa, a par com a contratação do r*ebranding* da empresa.

No ano em que se cumpriram os 20 anos da Lisboa Ocidental SRU, congratulamo-nos que a taxa execução financeira atingida, bem como os prémios e distinções que os projetos e obras que coordena têm alcançado, espelhem de forma clara e inequívoca, o valioso contributo desta empresa à cidade de Lisboa.

ATIVIDADE DA EMPRESA

1. ATIVIDADE DA EMPRESA

O ano de 2024 foi caracterizado também pelos seguintes momentos:

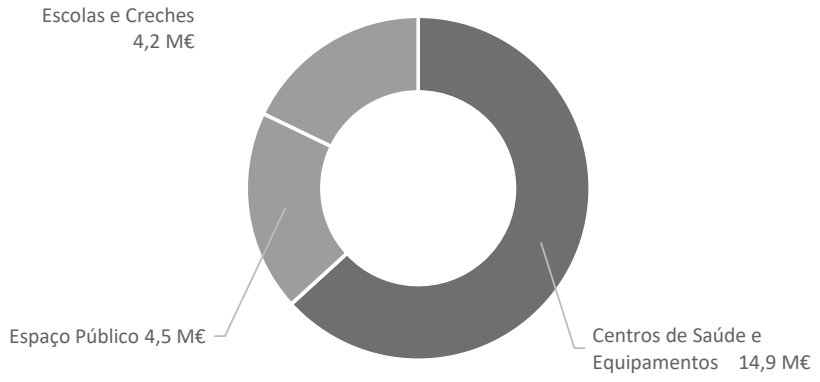
1º Trimestre	Assinatura dos Aditamentos aos Contrato Mandato em 9 de janeiro
2º Trimestre	Inauguração da Exposição "Lisboa Imagina a Nova Bauhaus Europeia", Concursos Públicos 22-23, em 4 de abril
3º Trimestre	Reunião Geral da SRU, em 28 de junho
4º Trimestre	Aprovação do Plano de Atividades 25-29 em sessão de reunião de Câmara de 28 novembro Aprovação dos Aditamentos aos Contratos Mandato em vigor e de 3 novos Contratos Mandato, nas sessões de reunião de Câmara de 4 de dezembro e da AML em 17 de dezembro

Demais Atividades – Projetos e Empreitadas

Para além de toda esta atividade, na SRU empenhámo-nos na concretização dos demais objetivos delineados, expressos nos seguintes principais momentos:

A. Receção Provisória de Empreitadas
B. Consignação de Empreitadas
C. Lançamento de Concursos de Empreitada
D. Lançamento de Concursos de Projeto

A. Receção Provisória de Empreitadas



1º Trimestre

1. Receção provisória da empreitada do MUDE, Museu do Design, Empreitada de Requalificação Integral do edifício, em 15 de fevereiro. Valor Empreitada: 10.668.594,75€. Conta Final: 16.583.485,90€;

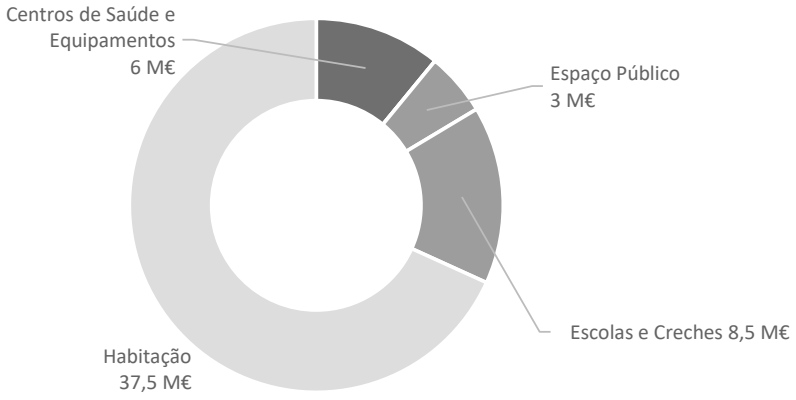
3º Trimestre

2. Receção provisória da empreitada de "Beneficiação da Escola Básica e Jardim de Infante D. Henrique", em 4 de julho. Valor Empreitada: 4.212.957,31€.
3. Receção provisória da empreitada de "Conceção-Construção do Pavilhão Desportivo de Marvila", em 11 de julho. Valor Empreitada: 2.652.636,89€. Conta Final: 3.102.010,23€;
4. Receção provisória da empreitada "Requalificação do espaço público do Largo de São Sebastião, Rua São Sebastião da Pedreira, Rua Augusto Santos, Rua Dr. António Cândido, Rua Marquês Sá da Bandeira, Rua Nicolau Bettencourt e Rua Filipe Folque", em 24 de julho. Valor Empreitada: 2.649.395,68 €.
5. Receção provisória da empreitada para a "Execução da quartelada e piso do Palco, instalação de plataforma elevatória, de equipamentos cénicos, de bancada, camarotes, frisas e mobiliário na Plateia e Balcão" do Teatro Variedades, em 31 de julho. Valor Empreitada: 1.599.225,24€. Conta Final: 1 751 062,71€
6. Receção provisória da empreitada Reabilitação do Espaço Público da Rua Marquês de Fronteira, no troço entre Rua Nicolau Bettencourt e a Rua Marquês de Sá da Bandeira (Entrada Sul da Fundação Calouste Gulbenkian), 18 de setembro. Valor Empreitada: 1.097.022,99€. Conta Final: 1.085.319,76€;

4º Trimestre

7. Receção provisória da empreitada de "Acessibilidades à Saída Norte da Estação de METRO (IPO)", Praça de Espanha – Rede Viária, em 11 de outubro. Valor Empreitada: 717.563,46€. Conta Final: 792.560,21€.

B. Consignação de Empreitadas



1º Trimestre

1. Consignação da empreitada de Reabilitação do Espaço Público da Rua Marquês de Fronteira, no troço entre Rua Nicolau Bettencourt e a Rua Marquês de Sá da Bandeira (Entrada Sul da Fundação Calouste Gulbenkian), em 2 de janeiro. Valor Empreitada: 1.097.022,99€;
2. Início dos trabalhos da empreitada Marvila OR12 - Construção dos Edifícios na Rua Ferreira de Castro / Rua Pedro Cruz, em 2 de janeiro (consignação a 4 de dezembro 2023). Valor Empreitada: 31.806.900€;
3. Consignação da empreitada de Construção da Unidade de Saúde da Ribeira Nova, em 9 de janeiro. Valor Empreitada: 2.681.629,65€;
4. Início dos trabalhos da empreitada de Construção da Creche Rua 17 da Encarnação, em 17 de janeiro de 2024 (consignação a 4 de dezembro 2023). Valor Empreitada: 2.745.000€;

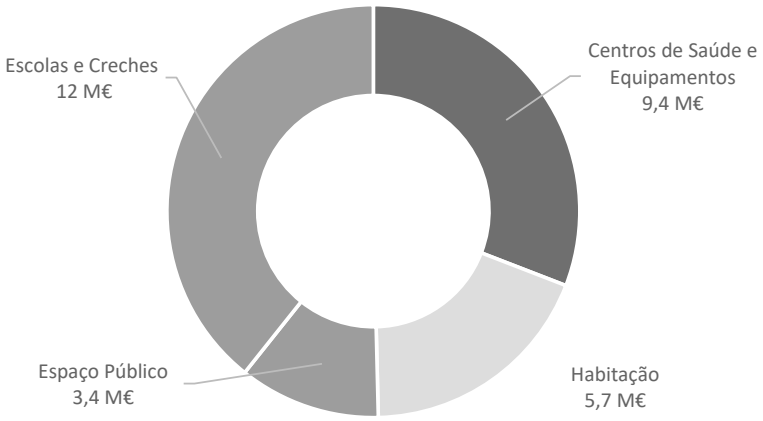
3º Trimestre

5. Consignação da empreitada no âmbito do Programa Há Vida No Meu Bairro, para a Av. Rainha Dª Amélia, em 5 de agosto de 2024. Valor Empreitada: 717.977,40€;
6. Consignação da empreitada de "Construção do edifício de habitação na Rua da Verónica / Quinta do Ferro – Lisboa", em 6 de agosto. Valor Empreitada: 5.697.229,77€;
7. Consignação da empreitada para a "Requalificação do Espaço Público da Avenida Santos Dumont", em 18 de agosto. Valor Empreitada: 1.177.332,85€;
8. Consignação da empreitada para a "Reconversão de Edifício para Creche Autónoma 7 - Rua Fresca", em 18 de setembro de 2024. Valor Empreitada: 3.544.730€;
9. Consignação da empreitada para a "Construção de Creche Modular no Bairro da Boavista", em 25 de setembro. Valor Empreitada: 2.169.963,88€.

4º Trimestre

10. Consignação da empreitada de Construção da Unidade de Saúde de Campo de Ourique, em 7 de outubro. Valor Empreitada: 3.340.531,63€

C. Lançamento de Concursos de Empreitada



1º Trimestre

1. Lançamento do concurso de "Empreitada de Construção do Centro de Saúde de Campo de Ourique", em 14 de março, com o valor base de 2.968.000€;

2º Trimestre

2. Lançamento do concurso de "Empreitada de Reabilitação do espaço público da Avenida Santos Dumont", publicitação em 1 de fevereiro, com o valor base de 1.663.479,01€;
3. Lançamento do concurso de "Empreitada de Reconversão de Edifício para Creche Autónoma 7 – Rua Fresca", em 12 de abril, com o valor base de 3.741.000,02€;
4. Lançamento do concurso de empreitada "Programa Habitação Renda Acessível – Quinta do Ferro – Empreitada de Construção do edifício de habitação na Rua da Verónica", em 12 de abril, com o valor base de 5.735.070,82 €;
5. Lançamento do concurso de empreitada "Empreitada para Construção de Creche Modular no Bairro da Boavista", em 18 de abril, com o valor base de 2.216.953,52 €;
6. Lançamento da empreitada "Intervenção em Espaço Público - Empreitada Há Vida no Meu Bairro - Av. Rainha D. Amélia", em 18 de abril, com o valor base de 1.005.057,80€;

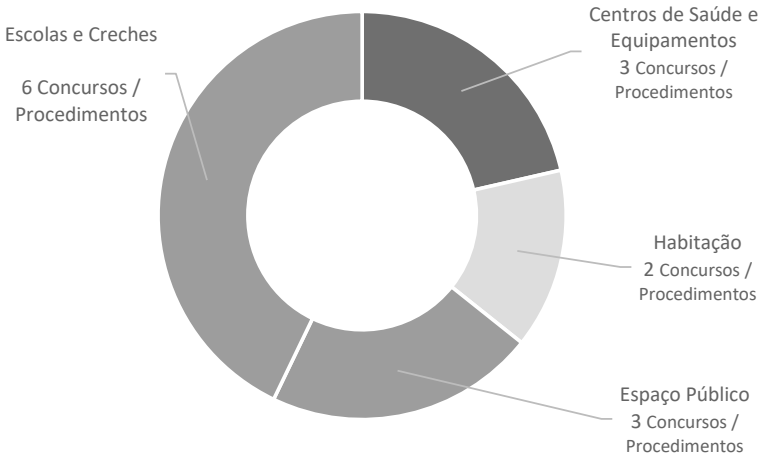
3º Trimestre

7. Lançamento do concurso de "Empreitada no âmbito do Programa Há Vida No Meu Bairro, para a Rua Dom José de Bragança", em 16 de agosto de 2024, com o valor base de 725.000€;

4º Trimestre

8. Lançamento do Concurso de "Empreitada de Ampliação do Teatro Aberto", em 5 de novembro, com o valor base de 2.131.718,40€;
9. Lançamento do Concurso de "Conceção-construção do Complexo Desportivo da Escola Secundária do Restelo – Belém", em 4 de novembro, com o valor base de 4.343.201,52€.
10. Lançamento do Concurso de Empreitada "Requalificação de Espaço Público na Quinta do Ferro - Fase 1" em 6 de dezembro, com o valor base de 977.977,52 €.
11. Lançamento do concurso de empreitada de "Reabilitação e Ampliação da Escola Básica Professor Oliveira Marques" em 26 de dezembro, com o valor base de 6.061.076,55€.

D. Lançamento de Concursos de Projeto



1º Trimestre

1. Lançamento do Concurso Público Nacional para Aquisição de Serviços de Elaboração de Projetos de Especialidades para Obras de Urbanização do Loteamento 39/URB/2017 no Parque das Nações, em 12 de janeiro;
2. Lançamento do Concurso Público para a Requalificação da Escola Básica e Jardim de Infância do Castelo em 18 de janeiro (aprovação em reunião de Conselho de Administração, no final de dezembro de 2023);
3. Lançamento do Concurso de Conceção para a elaboração de Projeto de um Edifício de Habitação e requalificação da área envolvente na Rua da Quinta das Lavadeiras, na freguesia de Santa Clara, em 18 de janeiro;
4. Lançamento do Concurso Publico de Conceção para a Elaboração do Projeto de Reabilitação e Ampliação da Escola Básica nº14 «Leão de Arroios», em 21 de março (publicitação na plataforma pública de contratos públicos 19 de abril);

2º Trimestre

5. Lançamento do Concurso Publico de Conceção para a Elaboração do Projeto de Edificação do Pavilhão Desportivo de Campo de Ourique, em 18 de abril;
6. Lançamento do Concurso Publico Internacional para a "Aquisição de Serviços para a elaboração do Projeto de Execução de Requalificação da Escola Secundária José Gomes Ferreira", em 27 de maio de 2024;
7. Lançamento do Concurso Publico de Conceção para a "Elaboração do Projeto de Construção do Mercado dos Olivais – Célula B", em 20 de junho de 2024;
8. Lançamento da "Aquisição de Serviços para elaboração do Projeto de Reabilitação da Torre da Pela" em 11 de junho;

4º Trimestre

9. Lançamento do procedimento para a contratação dos "Projetos de Arquitetura de Espaço Público / Arquitetura Paisagista e de Especialidades para a HVB-Requalificação da Rua de Penha de França (Espaço Público Envolvente à Unidade de Saúde Sapadores-Graça)", em 10 de outubro;
10. Lançamento do Concurso de Conceção para a Elaboração do Projeto de Construção, Requalificação e Ampliação da Escola Secundária do Restelo, freguesia de belém, em 31 de outubro;
11. Lançamento do Concurso de Projeto para a Requalificação do Largo das Galinheiras e Estrada Militar - zona da Escola Básica Maria da Luz de Deus Ramos, em 22 de novembro;
12. Lançamento do Concurso Público Internacional para a "Reabilitação de Espaço Público-Aquisição de Serviços para elaboração de Projeto para a Requalificação da Quinta do Ferro - Fase 02, em 10 de dezembro;
13. Lançamento do concurso Público do Projeto de Execução para a Requalificação da Rua Aquilino Ribeiro (Espaço Público Envolvente à Escola Básica n.º 195, em Marvila), em 8 de novembro.
14. Lançamento do Concurso de Conceção para a elaboração do Projeto de Modernização com Ampliação da Escola Básica 2/3 Nuno Gonçalves, em 28 de dezembro.

Candidaturas a Fundos Comunitários

No âmbito de candidaturas a verbas cofinanciadas foram preparadas as seguintes candidaturas em 2024:

Investimento PT2030 - Reabilitação e regeneração urbanas_ ITI AML – Aviso LISBOA2030-2024-23

- Pavilhão Azul - Reabilitação Urbana
    - Candidatura submetida em 15 de julho de 2024, aprovada em 31 de outubro de 2024, tendo o Termo de Aceitação devidamente assinado por quem representa legalmente a entidade Lisboa Ocidental SRU, E.M, S.A. (Eng.º Gonçalo Costa) sido submetido em 06 de novembro de 2024. Valor financiado: 1.220.280,76€.

Investimento PT2030 - Infraestruturas do ensino pré-escolar, básico e secundário – Aviso LISBOA2030-2023-12

- Reabilitação e Ampliação da Escola Básica de Santo António
    - Candidatura submetida em 08 de agosto de 2024, aprovada em 06 de novembro de 2024, tendo o Termo de Aceitação devidamente assinado por quem representa legalmente a entidade Lisboa Ocidental SRU, E.M, S.A. (Eng.º Gonçalo Costa) sido submetido em 07 de novembro de 202. Valor financiado: 2.078.950,02€.

- Reabilitação da Escola Básica Eurico Gonçalves
    - Candidatura submetida em 20 de dezembro de 2024, aprovada em 03 de fevereiro de 2025, estando o Termo de Aceitação em transito para assinatura por quem representa legalmente a entidade Lisboa Ocidental SRU, E.M, S.A. (Eng.º Gonçalo Costa). Valor financiado: 768.371,78€.

Programa de Recuperação e Resiliência (PRR)

- Creche do Bairro da Boavista – Candidatura submetida PRR-RE-C03-i01-09-000115
- Creche Carlos Pinhão - Candidatura submetida PRR-RE-C03-i01-09-000116.

Contrapartidas do Casino de Lisboa

- Teatro Aberto – Envio de elementos à CML para efeitos incorporação no Plano de Obras da CML 2024 enquanto intervenção financiada pelas verbas de Contrapartidas do Casino de Lisboa. Valor: 636.405,28€.
- Largo de São Sebastião e envolventes da Rua Marquês da Fronteira - Envio de elementos à CML para efeitos incorporação no Plano de Obras da CML 2024 enquanto intervenção financiada pelas verbas de Contrapartidas do Casino de Lisboa. Valor: 636.405,29€.

Para além das candidaturas submetidas, em 2024 mantivemos todo o acompanhamento e monitorização dos contratos de financiamento assinados no âmbito do PRR, nomeadamente:

- **Equipamentos de Creche**
  Creche André Gouveia (Valor Financiado: 975.240€), Creche Almada Negreiros (Valor Financiado: 975.240€), Creche Quinta dos Ourives (Valor Financiado: 975.240€), Creche 17 de Encarnação (Valor Financiado: 390.096€), Creche Rua Fresca (Valor Financiado: 390.096€) e Creche Rodrigues Migueis (Valor Financiado: 325.080€).
- **Unidades de Saúde**
  U.S. Sapadores Graça (Valor Financiado:3.361.105,70€), U.S. Campo de Ourique (Valor Financiado: 4.041.950€) e U.S. Alcântara (Valor Financiado: 3.571.517,89€).

- **Habitação**

  Apoio à CML na sua relação com o IHRU, nomeadamente na constituição e preparação de documentação de apoio à candidatura e respetivos pedidos de esclarecimentos, preenchimento de fichas de contratação, e discriminação da faturação:

Designação	Financiamento c/ IVA
Entrecampos - Lotes 4 (Piloto)	15,5 M€
Entrecampos - Lotes 5/9	16,3 M€
Entrecampos - Lote 7	19,4 M€
Entrecampos - Lote 10	9,7 M€
OR02 R. Vale Formoso de Cima – 105 Fogos	15,3 M€
OR02 R. Vale Formoso de Cima – 50 Fogos	9,3 M€
Bº Flamenga_Rua Ferreira de Castro/Rua Pedro Cruz_Marvila (OR12)	33,0 M€
Bº Alfinetes_R João José Cochofel/R Carlos Gil_Marvila (OR14) OR14	17,4 M€
Quinta do Ferro/Rua da Verónica	6,4 M€

Valor total Financiamento com IVA: 142M€.

Prémios e Distinções

As obras promovidas pela Lisboa Ocidental SRU têm sido objeto de várias com distinções e prémios que nos confirmam a qualidade do caminho que tem sido percorrido. Em 2024 destacamos as seguintes distinções:

- EB +JI Gonçalo Ribeiro Telles
  - Prémio Architecture Aluminium TECHNAL – 2024 - Menção Honrosa
  - Prémios Construir 2024 - Vencedor Categoria Arquitetura - Melhor Projeto Público
  - Prémio SIL 2024 - Vencedor Categoria - Responsabilidade Social
  - Prémio Nacional do Imobiliário 2024 - Vencedor Categoria - Empreendimento do Ano
  - Prémio Nacional do Imobiliário 2024 - Vencedor Categoria - Empreendimentos Coletivos
  - Global Architecture Awards – Plataforma G+ - Public Choice Architecture e Silver Winner Architecture
- Edifício JBF - Categoria Reabilitação e Reconstrução – Escritórios - Intervenção finalista dos Prémios do Imobiliário da Sic Notícias / Jornal Expresso
- Teatro Variedades - Categoria Reabilitação e Reconstrução - Equipamento Público/Património Cultural - Intervenção finalista dos Prémios do Imobiliário da Sic Notícias / Jornal Expresso

- EB+JI Arq.º Gonçalo Ribeiro Teles- Categoria Projeto de Impacto Económico, Social e Ambiental - Intervenção finalista dos Prémios do Imobiliário da Sic Notícias / Jornal Expresso
- Posto de Limpeza da Ajuda - Categoria Empreendimento de Construção Nova – Logística - Intervenção finalista dos Prémios do Imobiliário da Sic Notícias / Jornal Expresso
- Reabilitação do Aterro Sanitário de Beirolas + Construção do Altar Palco da Jornada Mundial da Juventude - Categoria Espaço Público - Intervenção finalista dos Prémios do Imobiliário da Sic Notícias / Jornal Expresso

Apesar de se reportarem a obras concluídas em anos anteriores, em 2024 a Lisboa Ocidental SRU foi agraciada com:

- Prémio Valmor e Prémio Municipal de Arquitetura – 2018
  - LU.CA - Teatro Luís de Camões
- Prémio Valmor e Prémio Municipal de Arquitetura - 2018 - Menção Honrosa
  - Largo da Igreja da Memória
- Prémio Valmor e Prémio Municipal de Arquitetura – 2019
  - Biblioteca Municipal de Alcântara

Objetivos PAO 2024-27

Objetivo	Intervenção	Objetivo	Observações
Conclusão Empreitada	MUDE	Sim	Receção provisória em 15 de fevereiro. Inauguração a 25 de julho.
Conclusão Empreitada	Pavilhão Azul	x	Trabalhos finais de obra condicionados à instalação de contadores, certificações e ensaios. Receção provisória assinada em março 2025.
Conclusão Empreitada	Igreja e Praça Boavista	x	Atrasos no desenvolvimento dos trabalhos da empreitada.
Conclusão Empreitada	Pav. Desportivo Marvila	Sim	Receção provisória em 11 de julho. Inauguração a 15 de novembro.
Conclusão Empreitada	US Sapadores- Graça	x	Concluídos todos os trabalhos, com exceção da ligação por entidades terceiras.
Conclusão Empreitada	Variedades (Cénica)	Sim	Receção provisória em 31 de julho. Inauguração a 5 de outubro.
Conclusão Empreitada	Creche Quinta Ourives	x	Concluídos todos os trabalhos, com exceção da ligação por entidades terceiras.
Conclusão Empreitada	Creche Almada Negreiros	x	Conclusão prevista para o 1º Trim 2025.
Conclusão Empreitada	Creche André Gouveia	x	Conclusão prevista para o 1º Trim 2025.
Conclusão Empreitada	Creche Rodrigues Migueis	x	Conclusão prevista para o abril de 2025.
Conclusão Empreitada	EB Infante D Henrique	Sim	Receção provisória em 4 de julho. Inauguração a 13 de setembro.
Conclusão Empreitada	EB Eurico Gonçalves	x	Receção provisória assinada em janeiro de 2025
Conclusão Empreitada	EB Santo António	x	Conclusão prevista para março de 2025.
Conclusão Empreitada	Largo São Sebastião	Sim	Receção provisória em 24 de julho. Inauguração a 14 de junho.
Conclusão Empreitada	Largo São Seb. - Rua Marques Fronteira	Sim	Receção provisória em 18 de setembro. Inauguração a 20 de setembro.
Conclusão Empreitada	Pça. Espanha - Saída Norte Metro	Sim	Receção provisória em 11 de outubro.
Lançamento Projeto	Pav. Desportivo Campo de Ourique	Sim	Lançado de conceção de projeto em 18 de abril.
Lançamento Projeto	Teatro Aberto	Sim	Lançado de conceção de projeto em novembro de 2024. Concurso de empreitado publicitado em D.R. de 5 de novembro de 2024

Objetivo	Intervenção	Objetivo	Observações
Lançamento Projeto	EB Leão de Arroios	Sim	Lançado de conceção de projeto em 19 de abril.
Lançamento Projeto	EB do Castelo	Sim	Lançado de conceção de projeto em 18 de janeiro.
Lançamento Projeto	EB23 - Restelo	Sim	Lançado de conceção de projeto em 31 de outubro.
Lançamento Projeto	EB23 - José Gomes Ferreira	Sim	Lançado de conceção de projeto em 27 de maio.
Lançamento Projeto	Mercado dos Olivais	Sim	Lançado procedimento para a contratação de projeto em 20 de junho
Lançamento Projeto	Torre da Pela	Sim	Lançado procedimento para a contratação de projeto em 11 de junho.
Lançamento Projeto	Palácio Beau Sejour	x	Previsto lançamento do concurso de projeto para o 1º Trim. 2025
Lançamento Projeto	Casa Veva de Lima	x	Dificuldades na estabilização do programa de intervenção.
Lançamento Projeto	HVNMB - Aquilino Ribeiro	Sim	Lançado procedimento para a contratação de projeto em 8 de novembro.
Lançamento Projeto	HVNMB - Rua da Beneficência	x	A analisar viabilidade em conjunto com o VJCA
Lançamento Projeto	HVNMB - Luis Camões	x	A analisar viabilidade em conjunto com o VJCA
Lançamento Projeto	HVNMB - Lg. Galinheiras	Sim	Lançado procedimento para a contratação de projeto em 22 de novembro.
Lançamento Projeto	ORU Qta. Ferro (fase 2) - Espaço Público	Sim	Lançado procedimento para a contratação de projeto em 10 de dezembro.
Lançamento Projeto	Patrim. Devoluto - Vila Macieira	x	Dependente de obra de urbanização fora de ARU
Lançamento Projeto	Patrim. Devoluto - Quinta Lavadeiras	Sim	Lançado de conceção de projeto em 18 de janeiro.
Lançamento Projeto	Proj. Infraestruturas – Vale de Santo António	x	Processo de contratação pela SRU dependente da entrada em vigor da ORU Santo António.
Lançamento Projeto	Proj. Infraestruturas - Parque das Nações	Sim	Lançado procedimento para a contratação de projeto em 12 de janeiro
Lançamento Projeto	Projeto Envolvente Unidade Saúde Sapadores Graça	Sim	Lançado procedimento para a contratação de projeto em 10 de outubro
Lançamento Empreitada	CI Garridas	x	Desenvolvimento do processo aguarda parceria com entidade privada. Análise da possibilidade de readequação do projeto para ERPI e Cuidados Paliativos.
Lançamento Empreitada	Mercado Benfica – Prov.	x	Lançamento de empreitada aguarda definição de espaço para mercado provisório. Em curso possibilidade de se proceder à execução de trabalhos gerais de manutenção.
Lançamento Empreitada	Palacete Marquês de Pombal	x	Atraso no desenvolvimento e entrega do projeto de execução protocolado pela CML. Previsto o lançamento da empreitada para o 1º Trim 2025
Lançamento Empreitada	US Campo de Ourique	Sim	Lançamento do concurso de empreitada em 12 de março. Consignação da empreitada em 7 de outubro.
Lançamento Empreitada	US Telheiras	x	Desenvolvimento do processo continua dependente da alteração ao loteamento municipal
Lançamento Empreitada	Teatro Aberto	Sim	Lançamento do concurso de empreitada em 31 de outubro
Lançamento Empreitada	Pavilhão Desportivo S. Domingos Benfica	x	Lançado concurso de empreitada em 7 de fevereiro 2025.
Lançamento Empreitada	Creche Rua Fresca	Sim	Lançado o concurso de empreitada em 12 de abril. Consignada empreitada em 18 de setembro.
Lançamento Empreitada	Creche Bairro da Boavista	Sim	Lançado o concurso de empreitada em 18 de abril. Consignada empreitada em 25 de setembro.
Lançamento Empreitada	JI Fernanda de Castro	x	Atraso no desenvolvimento do projeto em articulação com a envolvente da Tapada da Ajuda. Previsão lançamento empreitada 3º Trim. 2025.
Lançamento Empreitada	EB Oliveira Marques	Sim	Lançamento do concurso de empreitada em 26 de dezembro.
Lançamento Empreitada	OR04 Carlos Pinhão	x	Projeto concluído. Lançamento da empreitada previsto para 2025.
Lançamento Empreitada	Quinta do Ferro - Habitação	Sim	Lançamento da empreitada em 12 de abril. Consignação em 6 de agosto.
Lançamento Empreitada	Rua Ferreira Borges	x	Necessidade de se proceder a alterações ao projeto remetido à SRU
Lançamento Empreitada	Av. Santos Dumont (fase1)	Sim	Consignação da empreitada em 12 de agosto.
Lançamento Empreitada	ORU Quinta do Ferro (Fase 1)	Sim	Lançamento do concurso e empreitada para a "ORU Quinta do Ferro fase 1", em 6 de dezembro.
Lançamento Empreitada	"Há Vida Meu Bairro" - Rainha Dª Amélia	Sim	Lançamento da empreitada em 16 de agosto. Consignação da obra em 26 de dezembro de 2024.
Lançamento Empreitada	"Há Vida Meu Bairro" – Est. Moscavide	x	Impossibilidade de lançamento da empreitada. O projeto ainda não foi remetido à SRU.
Lançamento Empreitada	"Há Vida Meu Bairro" – Est. Queluz	x	Impossibilidade de desenvolver projeto face a constrangimentos patrimoniais (compromissos LIOS)
Lançamento Empreitada	"Há Vida Meu Bairro" - Almada Negreiros	x	Previsto o lançamento da empreitada para 1º Trim 2025.
Lançamento Empreitada	"Há Vida Meu Bairro" - D. José de Bragança	Sim	Lançamento do concurso de empreitada em 16 de agosto. Consignação da obra em 26 de dezembro de 2024, aprovação DPSS /inicio da obra) em 13 de janeiro 2025.

Fecho do ano

Pese embora algumas vicissitudes externas que impediram a Lisboa Ocidental SRU de cumprir a totalidade dos objetivos fixados, a execução financeira da empresa foi de 104.535.118,31€, valor superior em 16.869.986,27€ ao registado em 2023 e ao qual corresponde uma taxa de execução de 98%.

Valor de execução por programa e desvios:

Contrato Mandato	Escola e Creches	Espaço Público	Centros de Saúde e Outros Equipamentos	Habitação	CP 2015	Total
Valor previsto	24 803 051,24 €	9 574 332,19 €	15 236 747,06 €	56 562 854,38 €	150 000,00 €	106 326 984,87 €
Valor pago	26 878 167,66 €	7 303 843,22 €	10 054 058,96 €	60 187 239,48 €	111 808,99 €	104 535 118,31 €
Desvio	2 075 116,42 €	- 2 270 488,97 €	- 5 182 688,10 €	3 624 385,10 €	- 38 191,01 €	- 1 791 866,56 €

REABILITAÇÃO URBANA

Pavilhão Desportivo de Marvila

1.1. REABILITAÇÃO URBANA

Nos capítulos seguintes ilustram-se as principais atividades desenvolvidas por cada unidade orgânica, no decurso de 203 para as intervenções coordenadas pela SRU.

PROGRAMA HABITAÇÃO

Habitação Pública (Programa Arrendamento a Custos Acessíveis / Programa Renda Acessível)

Entrecampos (Edifício Piloto, Lotes 5/9, Lotes 7 e Lote 10, Estacionamento e Obras de Urbanização); Marvila OR02 - Rua Vale Formoso de Cima (Lotes 1 e 2); Marvila OR04 - Carlos Pinhão; Marvila OR05 – Av. Santo Condestável; Marvila OR011 - Rua Eng. Ferreira Dias; Marvila OR012 - Rua Ferreira de Castro/Rua Pedro Cruz; Marvila OR13 - Av. Avelino Teixeira da Mota; Marvila OR14 - Bairro dos Alfinetes; Alto do Restelo – Av. Ilha da Madeira; Quinta Bensaúde; Nova Goa-Campolide; Quinta do Ferro; Casalinho da Ajuda.

Habitação Parcerias (Cooperativas / Concessões / Parcerias)

Reabilitação de Património Municipal Devoluto Disperso - Rua Francisco Stromp/Rua António do Couto, Largo do Cabeço da Bola, Rua da Venezuela, Rua da Quinta das Lavadeiras e Rua da Bela Vista à Graça\ Rua de Sta. Engrácia; Alto da Ajuda; Olaias; Benfica; Parque das Nações e Vale de Santo António.

Habitação - Residências

OR05a – Av. Santos Condestável e OR06 – Av. Santo Condestável / Av. da República da Bulgária.

HABITAÇÃO

Entrecampos, Loteamento das Forças Armadas

Situação a 31 de dezembro de 2024:

Em Estudo – Casalinho da Ajuda, OR05a – Av. Santos Condestável, OR05 – Av. Santo Condestável, OR06 – Av. Santo Condestável / Av. da República da Bulgária; Alto do Restelo – Av. Ilha da Madeira; Quinta Bensaúde, Reabilitação de Património Municipal Devoluto Disperso (6).

Em Projeto – OR04 Carlos Pinhão (105 fogos); OR011 Rua Eng. Ferreira Dias; OR13 Av. Avelino Teixeira da Mota; Nova Goa-Campolide (40 fogos); Património Municipal Devoluto Disperso – Rua Francisco Stromp/Rua António Couto (18 fogos), Cabeço da Bola (15 fogos) e, Rua da Venezuela (12 fogos); Património Municipal Devoluto Disperso – Rua da Quinta das Lavadeiras (23 fogos) e Rua da Bela Vista à Graça\ Rua de Sta. Engrácia (21 fogos).

Em Obra – Entrecampos, Lotes 7 (152 fogos), Lote 10 (68 fogos) e, Estacionamento e Obras de Urbanização; OR012 Rua Ferreira de Castro/Rua Pedro Cruz (132 fogos); OR02 Rua Vale Formoso de Cima, Lotes 1 e 2 (155 fogos); OR14 Bairro dos Alfinetes (84 fogos) – Edifícios e Parque Verde e Quinta do Ferro – Rua da Verónica (31 fogos).

Relativamente ao apoio às Parcerias / Concessões:

Em Estudo / Projeto de Loteamento - Alto da Ajuda, Olaias, Vale de Santo António

Os processos da Rua de São Lázaro e da Rua Gomes Freire, transitaram para a CML.

Seguem-se as fichas das intervenções que sofreram evolução durante o ano de 2024.

Campolide-OC03 - Nova Goa			
Freguesia(s)	Campolide	**Local**	Rua Conde de Nova Goa
Contrato de Mandato	CMHAB2	**Valor Contrato Mandato**	15 568 561,12 €
Valor Orçamento 2024	205 073,72 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	204 648,66 €
Fase Atual	Projeto	**Conclusão**	2028
Caracterização Geral da Intervenção	A necessidade de aumentar a oferta pública de habitação é o motor para a reabilitação criativa dos espaços vazios da cidade: este é um novo fôlego no desenho da política de habitação, e de cidade, que a Câmara Municipal de Lisboa pretende implementar. À luz dos valores da Nova Bauhaus Europeia – uma iniciativa da Comissão Europeia que pretende posicionar a cultura e a criatividade no centro do Pacto Ecológico Europeu – assente nos valores da sustentabilidade ambiental, estética e inclusão, serão lançados concursos públicos para desafiar os projetistas a imaginar como poderá e deverá Lisboa protagonizar esta transição para novos tempos.		
Fogos 50	2 Edifícios de Habitação, com espaços comerciais e estacionamento subterrâneo		
Camas			
Ponto de Situação	Assinado ccontrato com equipa projetista. Projeto em desenvolvimento - fase de estudo prévio. Contratação de estudos e levantamentos de reconhecimento complementares. Desenbvolvimento Projeto de Obras de Ubanização.		

Concessões/Parcerias - Alto da Ajuda			
Freguesia(s)	Ajuda	**Local**	Rua Sá Nogueira
Contrato de Mandato	CMHAB4	**Valor Contrato Mandato**	410 000,00 €
Valor Orçamento 2024	0,00 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	0,00 €
Fase Atual	-	**Conclusão**	-
Caracterização Geral da Intervenção	Habitação de Renda Acessível / Residência de Estudantes		
Fogos 45	Residência de estudantes/ Espaços Comerciais/ Creches/ Estacionamento		
Camas 467			
Ponto de Situação	Apoio técnico ao GVJCA.		

Concessões/Parcerias - Benfica			
Freguesia(s)	Benfica	**Local**	Avenida Marechal Teixeira Rebelo
Contrato de Mandato	CMHAB4	**Valor Contrato Mandato**	257 785,10 €
Valor Orçamento 2024	21 444,44 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	11 931,00 €
Fase Atual	-	**Conclusão**	-
Caracterização Geral da Intervenção	Habitação de Renda Acessível		
Fogos 412	Residência/ Habitação/ Comércio/ Serviços/ Creche/ outros Equipamentos/ Estacionamento.		
Camas			
Ponto de Situação	Apoio técnico ao GVFR.		

Concessões/Parcerias - Olaias

Freguesia(s)	Marvila	**Local**	Olaias
Contrato de Mandato	CMHAB4	**Valor Contrato Mandato**	100 000,00 €
Valor Orçamento 2024	5 996,25 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	5 996,25 €
Fase Atual	-	**Conclusão**	-

Caracterização Geral da Intervenção		Habitação de Renda Acessível
Fogos	417	Espaços Comerciais/ Creches/ Estacionamento/ outros Equipamentos.
Camas		
Ponto de Situação		Apoio técnico ao GVJCA.

Concessões/Parcerias - Parque das Nações

Freguesia(s)	Parque das Nações	**Local**	Rua Padre Abel Varzim
Contrato de Mandato	CMHAB4	**Valor Contrato Mandato**	708 793,41 €
Valor Orçamento 2024	107 580,92 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	107 580,92 €
Fase Atual	Projeto (Obras de Urbanização)	**Conclusão**	-

Caracterização Geral da Intervenção		Habitação de Renda Acessível
Fogos	235	Habitação/ Comércio/ Creche
Camas		
Ponto de Situação		Lançado concurso para aquisição do projeto em 12 de janeiro. Concluido a fase de anteprojeto do Projeto das Obras de Urbanização. Submissão de PIP para uma residência de estudantes.

Concessões/Parcerias - Vale de Santo António

Freguesia(s)	Penha de França;São Vicente	**Local**	Avenida Mouzinho de Albuquerque
Contrato de Mandato	CMHAB4	**Valor Contrato Mandato**	650 000,00 €
Valor Orçamento 2024	0,00 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	0,00 €
Fase Atual	-	**Conclusão**	-

Caracterização Geral da Intervenção		Habitação de Renda Acessível
Fogos	0	Habitação/ Comércio/ Serviços/ Equipamentos Desportivos/ Equipamentos de Saúde/ Equipamentos Sociais/ Equipamentos Escolares/ Parque Urbano/ Estacionamento.
Camas		
Ponto de Situação		Apoio técnico ao GVJCA.

Entrecampos - Edifício 4e (Lote 10)

Freguesia(s)	Avenidas Novas	**Local**	Rua Adriano Correia de Oliveira
Contrato de Mandato	CMHAB1	**Valor Contrato Mandato** *	96 032 101,83 €
Valor Orçamento 2024 *	23 735 362,12 €	**Valor Executado Acumulado 2024** *	22 279 205,49 €
Fase Atual	Obra	**Conclusão**	2025

Caracterização Geral da Intervenção		Esta intervenção surge no âmbito do Programa Renda Acessível promovido pela CML que tem como objetivo criar uma oferta expressiva de habitação municipal destinada ao arrendamento acessível para famílias de rendimentos intermédios. Deseja-se promover uma oferta muito qualificada, regenerando e requalificando zonas da cidade menos integradas construindo áreas urbanas residenciais atrativas e sustentáveis. Oferecer um modo contemporâneo de habitar com a criação de espaços verdes, comércio de proximidade, e de equipamentos de apoio à família, numa estreita articulação com as condições específicas de cada terreno.
Fogos	68	Edifícios de Habitação com sala polivalente, lavandaria e parqueamento de bicicletas. Cada edifício inclui duas áreas comerciais, integradas no edifício e com ligação direta ao exterior
Camas		
Ponto de Situação		Desenvolvimento dos trabalhos de empreitada, com a conclusão dos trabalhos do edifício. Execução de trabalhos exteriores. Atraso na ligação de ramais, instalação de contadores, ensaios e certificação de equipamentos. Receção provisória prev. Para mar. 25.

* valor referente ao total da intervenção

Entrecampos - Edifício 7a/7b/7c (Lote 7)

Freguesia(s)	Avenidas Novas	**Local**	Rua Sanches Coelho
Contrato de Mandato	CMHAB1	**Valor Contrato Mandato** *	96 032 101,83 €
Valor Orçamento 2024 *	23 735 362,12 €	**Valor Executado Acumulado 2024** *	22 279 205,49 €
Fase Atual	Obra	**Conclusão**	2025

Caracterização Geral da Intervenção
Esta intervenção surge no âmbito do Programa Renda Acessível promovido pela CML que tem como objetivo criar uma oferta expressiva de habitação municipal destinada ao arrendamento acessível para famílias de rendimentos intermédios. Deseja-se promover uma oferta muito qualificada, regenerando e requalificando zonas da cidade menos integradas construindo áreas urbanas residenciais atrativas e sustentáveis. Oferecer um modo contemporâneo de habitar com a criação de espaços verdes, comércio de proximidade, e de equipamentos de apoio à família, numa estreita articulação com as condições específicas de cada terreno.

Fogos 155
Camas

Edifícios de Habitação com sala polivalente, lavandaria e parqueamento de bicicletas e logradouro ajardinado, uma Creche para 42 crianças e uma área comercial

Ponto de Situação
Obra em desenvolvimento. Conclusão do andar modelo. Trabalhos de acabamentos e instalações especiais.
Articulação com entidades concessionárias, nomeadamente com a E-Redes.

* valor referente ao total da intervenção

Entrecampos - Obras de Urbanização + Estacionamento

Freguesia(s)	Avenidas Novas	**Local**	Rua Mário Cesariny
Contrato de Mandato	CMHAB1	**Valor Contrato Mandato** *	96 032 101,83 €
Valor Orçamento 2024 *	23 735 362,12 €	**Valor Executado Acumulado 2024** *	22 279 205,49 €
Fase Atual	Obra	**Conclusão**	2025

Caracterização Geral da Intervenção
Esta intervenção surge no âmbito do Programa Renda Acessível promovido pela CML que tem como objetivo criar uma oferta expressiva de habitação municipal destinada ao arrendamento acessível para famílias de rendimentos intermédios. Deseja-se promover uma oferta muito qualificada, regenerando e requalificando zonas da cidade menos integradas construindo áreas urbanas residenciais atrativas e sustentáveis. Oferecer um modo contemporâneo de habitar com a criação de espaços verdes, comércio de proximidade, e de equipamentos de apoio à família, numa estreita articulação com as condições específicas de cada terreno.

Fogos 0
Camas

Infraestruturas. Áreas verdes de utilização publica sobre a cobertura do estacionamento e a área verde permeável. Estacionamento enterrado que se desenvolve em 5 pisos em cave com 584 lugares de estacionamneto público.

Ponto de Situação
Desenvolvimento dos trabalhos no âmbito da empreitada - paredes moldadas, trabalhos de ancoragens e de escoramentos.

* valor referente ao total da intervenção

Marvila-OR02 - Rua Vale Formoso de Cima

Freguesia(s)	Marvila	**Local**	Rua do Vale Formoso de Cima
Contrato de Mandato	CMHAB1	**Valor Contrato Mandato**	39 618 812,78 €
Valor Orçamento 2024	18 260 814,27 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	18 050 152,38 €
Fase Atual	Obra	**Conclusão**	2025

Caracterização Geral da Intervenção
Esta intervenção surge no âmbito do Programa Renda Acessível promovido pela CML que tem como objetivo criar uma oferta expressiva de habitação municipal destinada ao arrendamento acessível para famílias de rendimentos intermédios. Deseja-se promover uma oferta muito qualificada, regenerando e requalificando zonas da cidade menos integradas construindo áreas urbanas residenciais atrativas e sustentáveis. Oferecer um modo contemporâneo de habitar com a criação de espaços verdes, comércio de proximidade, e de equipamentos de apoio à família, numa estreita articulação com as condições específicas de cada terreno.

Fogos 155
Camas

2 edifícios de habitação com estacionamento e comércio. Construção modular pré-fabricada. Unificação do território através da requalificação do espaço público, integrando a dinâmica das hortas informais, espaços verdes de utilização pública com zonas lúdicas, quiosque e a requalificação dos campos de jogos existentes.

Ponto de Situação
Lote 1 - Obra em curso - trabalhos de superestrutura, alvenarias, instalações especiais. Articulação com as concessionárias (E-Redes e EPAL).
Lote 2 - Obra em curso (execução de estrutura, alvenarias, acabamentos). Articulação com concessionárias.

Marvila-OR04 - Av Carlos Pinhão

Freguesia(s)	Marvila	**Local**	Avenida Carlos Pinhão
Contrato de Mandato	CMHAB1	**Valor Contrato Mandato**	28 161 338,09 €
Valor Orçamento 2024	619 431,30 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	619 431,30 €
Fase Atual	Projeto	**Conclusão**	2028

Caracterização Geral da Intervenção

A necessidade de aumentar a oferta pública de habitação é o motor para a reabilitação criativa dos espaços vazios da cidade: este é um novo fôlego no desenho da política de habitação, e de cidade, que a Câmara Municipal de Lisboa pretende implementar. À luz dos valores da Nova Bauhaus Europeia – uma iniciativa da Comissão Europeia que pretende posicionar a cultura e a criatividade no centro do Pacto Ecológico Europeu – assente nos valores da sustentabilidade ambiental, estética e inclusão, serão lançados concursos públicos para desafiar os projetistas a imaginar como poderá e deverá Lisboa protagonizar esta transição para novos tempos.

Fogos 105
Camas

Edifício de habitação com áreas destinadas a comércio, serviços e estacionamento. Inclui uma creche para 84 crianças. Solução urbana que garante a continuidade e interligação entre a intervenção proposta e as fronteiras do bairro e a paisagem envolvente.

Ponto de Situação

Conclusão do projeto de execução. Contratação de trabalhos de sondagens arqueológicas e para deteção de solos contaminados. Preparação do procedimento para lançamento da empreitada em 2025. Projeto de obras de urbanização submetido para aprovação da CML.

Marvila-OR05a - Av Santo Condestável

Freguesia(s)	Marvila	**Local**	Avenida do Santo Condestável
Contrato de Mandato	CMHAB1	**Valor Contrato Mandato**	50 000,00 €
Valor Orçamento 2024	0,00 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	0,00 €
Fase Atual	Estudo	**Conclusão**	-

Caracterização Geral da Intervenção

A necessidade de aumentar a oferta pública de habitação é o motor para a reabilitação criativa dos espaços vazios da cidade: este é um novo fôlego no desenho da política de habitação, e de cidade, que a Câmara Municipal de Lisboa pretende implementar. À luz dos valores da Nova Bauhaus Europeia – uma iniciativa da Comissão Europeia que pretende posicionar a cultura e a criatividade no centro do Pacto Ecológico Europeu – assente nos valores da sustentabilidade ambiental, estética e inclusão, serão lançados concursos públicos para desafiar os projetistas a imaginar como poderá e deverá Lisboa protagonizar esta transição para novos tempos.

Fogos 0
Camas

Edifício destinado a Equipamento (Residência de Estudantes), incluindo serviços e comércio no piso térreo e estacionamento em cave.

Ponto de Situação

Desenvolvimento do conceito para residências de estudantes. Estabilização da estratégia de intervenção e articulação da mesma com a CML.
Recebido parecer favorável da CML ao PIP.

Marvila-OR06 - Av Santo Condestável/Av República da Bulgária

Freguesia(s)	Marvila	**Local**	Avenida do Santo Condestável
Contrato de Mandato	CMHAB1	**Valor Contrato Mandato**	55 472,00 €
Valor Orçamento 2024	4 797,00 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	4 797,00 €
Fase Atual	Estudo	**Conclusão**	-

Caracterização Geral da Intervenção

A necessidade de aumentar a oferta pública de habitação é o motor para a reabilitação criativa dos espaços vazios da cidade: este é um novo fôlego no desenho da política de habitação, e de cidade, que a Câmara Municipal de Lisboa pretende implementar. À luz dos valores da Nova Bauhaus Europeia – uma iniciativa da Comissão Europeia que pretende posicionar a cultura e a criatividade no centro do Pacto Ecológico Europeu – assente nos valores da sustentabilidade ambiental, estética e inclusão, serão lançados concursos públicos para desafiar os projetistas a imaginar como poderá e deverá Lisboa protagonizar esta transição para novos tempos.

Fogos 0
Camas

Edifício destinado a Equipamento (Residência de Estudantes), incluindo serviços e comércio no piso térreo e estacionamento em cave.

Ponto de Situação

Desenvolvimento do conceito para residências de estudantes. Estabilização da estratégia de intervenção e articulação da mesma com a CML.
Recebido parecer favorável da CML ao PIP.

Marvila-OR11 - Rua Engº Ferreira Dias

Freguesia(s)	Marvila	**Local**	Rua Engº Ferreira Dias
Contrato de Mandato	CMHAB1	**Valor Contrato Mandato**	1 309 335,88 €
Valor Orçamento 2024	25 281,44 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	25 281,44 €
Fase Atual	Projeto	**Conclusão**	-

Caracterização Geral da Intervenção		Esta intervenção surge no âmbito do Programa Renda Acessível promovido pela CML que tem como objetivo criar uma oferta expressiva de habitação municipal destinada ao arrendamento acessível para famílias de rendimentos intermédios. Deseja-se promover uma oferta muito qualificada, regenerando e requalificando zonas da cidade menos integradas construindo áreas urbanas residenciais atrativas e sustentáveis. Oferecer um modo contemporâneo de habitar com a criação de espaços verdes, comércio de proximidade, e de equipamentos de apoio à família, numa estreita articulação com as condições específicas de cada terreno.
Fogos	196	2 edifícios de habitação incluindo áreas de comércio. Obras de urbanização e requalificação do espaço público, infraestruturas, rede viária e espaços verdes. Redesenho e integração da ciclovia existente. Creche modular em edifício autónomo para 84 crianças (Programa Creches).
Camas		
Ponto de Situação		Submetido projeto de loteamento na plataforma de Urnanismo da CML. Aguardamos emissão de parecer para o desenvolvimento do projeto.

Marvila-OR12 - Rua Ferreira de Castro/Rua Pedro Cruz

Freguesia(s)	Marvila	**Local**	Rua Ferreira de Castro
Contrato de Mandato	CMHAB1	**Valor Contrato Mandato**	37 112 211,90 €
Valor Orçamento 2024	9 101 937,68 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	9 088 420,15 €
Fase Atual	Obra	**Conclusão**	2026

Caracterização Geral da Intervenção		Esta intervenção surge no âmbito do Programa Renda Acessível promovido pela CML que tem como objetivo criar uma oferta expressiva de habitação municipal destinada ao arrendamento acessível para famílias de rendimentos intermédios. Deseja-se promover uma oferta muito qualificada, regenerando e requalificando zonas da cidade menos integradas construindo áreas urbanas residenciais atrativas e sustentáveis. Oferecer um modo contemporâneo de habitar com a criação de espaços verdes, comércio de proximidade, e de equipamentos de apoio à família, numa estreita articulação com as condições específicas de cada terreno.
Fogos	132	2 edifícios de habitação com estacionamento e comércio. Requalificação do espaço público incluindo espaços verdes com zonas lúdicas e integração da rede ciclável planeada para o bairro. Reperfilamento da Rua Pedro Cruz.
Camas		
Ponto de Situação		Desenvolvimento dos trabalhos no âmbito da empreitada - trabalhos de ancoragens, fundações e superestrutura. Consignação da obra em 4 de dezembro de 2023. Início dos trabalhos (aprovação do DPSS) em 2 de janeiro de 2024.

Marvila-OR14 - Bairro dos Alfinetes

Freguesia(s)	Marvila	**Local**	Azinhaga dos Alfinetes
Contrato de Mandato	CMHAB1	**Valor Contrato Mandato** *	25 994 677,18 €
Valor Orçamento 2024 *	9 046 913,71 €	**Valor Executado Acumulado 2024** *	8 958 392,49 €
Fase Atual	Obra	**Conclusão**	2025

Caracterização Geral da Intervenção		Esta intervenção surge no âmbito do Programa Renda Acessível promovido pela CML que tem como objetivo criar uma oferta expressiva de habitação municipal destinada ao arrendamento acessível para famílias de rendimentos intermédios. Deseja-se promover uma oferta muito qualificada, regenerando e requalificando zonas da cidade menos integradas construindo áreas urbanas residenciais atrativas e sustentáveis. Oferecer um modo contemporâneo de habitar com a criação de espaços verdes, comércio de proximidade, e de equipamentos de apoio à família, numa estreita articulação com as condições específicas de cada terreno.
Fogos	84	1 edifício de habitação com comércio e estacionamento. Requalificação do espaço público existente, estabelecendo relações entre o edificado (existente e proposto) e o Parque Urbano Marquês de Abrantes.
Camas		
Ponto de Situação		Execução dos trabalhos no âmbita da empreitada - fundações, desvio de redes (cabo de média tensão), superestrutura, acabamentos, instalações especiais. Articulação com concessionárias.

* valor referente ao total da intervenção

Marvila-OR14 - Bairro dos Alfinetes - Parque Urbano da Quinta Marquês de Abrantes

Freguesia(s)	Marvila	**Local**	Azinhaga dos Alfinetes
Contrato de Mandato	CMHAB1	**Valor Contrato Mandato** *	25 994 677,18 €
Valor Orçamento 2024 *	9 046 913,71 €	**Valor Executado Acumulado 2024** *	8 958 392,49 €
Fase Atual	Obra	**Conclusão**	2025

Caracterização Geral da Intervenção O projeto do Parque Urbano da Quinta do Marquês de Abrantes (PUQMA) na freguesia de Marvila, resulta de um processo de iniciativa popular participativo, aprovado em assembleia comunitária pelos moradores do bairro Marques de Abrantes, Quinta do Chalé, Alfinetes e Salgadas. Tem como objetivo abranger a área do jardim até à linha ferroviária.

Fogos 0 -

Camas

Ponto de Situação Obra em desenvolvimento. Executados trabalhos de movimentação de terras, infraestruturas enterradas, muros de contenção.

* valor referente ao total da intervenção

Quinta do Ferro

Freguesia(s)	São Vicente	**Local**	Rua da Verónica
Contrato de Mandato	CMHAB3	**Valor Contrato Mandato**	8 587 730,78 €
Valor Orçamento 2024	352 037,35 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	343 787,03 €
Fase Atual	Obra	**Conclusão**	2026

Caracterização Geral da Intervenção A necessidade de aumentar a oferta pública de habitação é o motor para a reabilitação criativa dos espaços vazios da cidade: este é um novo fôlego no desenho da política de habitação, e de cidade, que a Câmara Municipal de Lisboa pretende implementar. À luz dos valores da Nova Bauhaus Europeia – uma iniciativa da Comissão Europeia que pretende posicionar a cultura e a criatividade no centro do Pacto Ecológico Europeu – assente nos valores da sustentabilidade ambiental, estética e inclusão, serão lançados concursos públicos para desafiar os projetistas a imaginar como poderá e deverá Lisboa protagonizar esta transição para novos tempos.

Fogos 31 Habitação com um total de 31 fogos entre T1 e T2, com estacionamento e logradouro de utilização pública com controlo horário

Camas

Ponto de Situação Lançamento da empreitada em 12 de abril. Consignação em 6 de agosto. Montagem de estaleiro. Trabalhos de demolição manual e escavação. Acompanhamento de processo na APA (contaminação solos).

Reabilitação de Património Municipal Devoluto (1) - Rua António do Couto

Freguesia(s)	Lumiar	**Local**	Rua António do Couto
Contrato de Mandato	CMHAB4	**Valor Contrato Mandato**	65 358,46 €
Valor Orçamento 2024	21 849,09 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	21 849,09 €
Fase Atual	Projeto	**Conclusão**	-

Caracterização Geral da Intervenção O Programa de reabilitação de património municipal devoluto para a criação de Cooperativas de habitação. A partir da identificação de património municipal devoluto (edificações / terrenos), o município desenvolve os projetos que serão depois colocados no mercado através de concursos para cooperativas criadas para o efeito.

Fogos 18 Construção de um edifício de habitação coletiva, uso terciário e estacionamento privativo em cave, com logradouro privativo a tardoz.

Camas

Ponto de Situação Desenvolvimento do Projeto (fases de anteprojeto e projeto de execução). Desenvolvimento do projeto obras de urbanização.
Lançamento do concurso de cooperativas pela CML.

Reabilitação de Património Municipal Devoluto (3) - Largo do Cabeço da Bola

Freguesia(s)	Arroios	**Local**	Largo do Cabeço da Bola
Contrato de Mandato	CMHAB4	**Valor Contrato Mandato**	556 278,78 €
Valor Orçamento 2024	68 822,32 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	68 822,32 €
Fase Atual	Projeto	**Conclusão**	-

Caracterização Geral da Intervenção O Programa de reabilitação de património municipal devoluto para a criação de Cooperativas de habitação. A partir da identificação de património municipal devoluto (edificações / terrenos), o município desenvolve os projetos que serão depois colocados no mercado através de concursos para cooperativas criadas para o efeito.

Fogos 15 -

Camas

Ponto de Situação Projeto em desenvolvimento (fase de anteprojeto). Desenvolvimento trabalhos de topografia e prospeção geológica. Articulação com entidades externas e serviços camarários.

Reabilitação de Património Municipal Devoluto (4) - Rua da Venezuela

Freguesia(s)	Benfica	**Local**	Rua da Venezuela
Contrato de Mandato	CMHAB4	**Valor Contrato Mandato**	260 353,66 €
Valor Orçamento 2024	22 943,58 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	22 943,58 €
Fase Atual	Projeto	**Conclusão**	-

Caracterização Geral da Intervenção O Programa de reabilitação de património municipal devoluto para a criação de Cooperativas de habitação. A partir da identificação de património municipal devoluto (edificações / terrenos), o município desenvolve os projetos que serão depois colocados no mercado através de concursos para cooperativas criadas para o efeito.

Fogos 12

Camas

Construção de um edifício de habitação coletiva, uso de comércio no piso térreo e estacionamento privativo em cave.

Ponto de Situação

Projeto em desenvolvimento (concluída a fase de anteprojeto).
Articulação em entidades concessionárias e serviços camarários.

Reabilitação de Património Municipal Devoluto (5) - Rua Santa Engrácia

Freguesia(s)		**Local**	Rua Santa Engrácia
Contrato de Mandato	CMHAB4	**Valor Contrato Mandato**	720 323,88 €
Valor Orçamento 2024	122 910,74 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	122 910,74 €
Fase Atual	Projeto	**Conclusão**	-

Caracterização Geral da Intervenção O Programa de reabilitação de património municipal devoluto para a criação de Cooperativas de habitação. A partir da identificação de património municipal devoluto (edificações / terrenos), o município desenvolve os projetos que serão depois colocados no mercado através de concursos para cooperativas criadas para o efeito.

Fogos 21

Camas

-

Ponto de Situação

Projeto em desenvolvimento (conclusão da fase de anteprojeto). Articulação com entidades externas e serviços camarários.

Reabilitação de Património Municipal Devoluto (7) - Quinta das Lavadeiras

Freguesia(s)	N/A	**Local**	Várias Localizações
Contrato de Mandato	CMHAB4	**Valor Contrato Mandato** *	1 481 528,44 €
Valor Orçamento 2024 *	0,00 €	**Valor Executado Acumulado 2024** *	0,00 €
Fase Atual	Projeto	**Conclusão**	-

Caracterização Geral da Intervenção O Programa de reabilitação de património municipal devoluto para a criação de Cooperativas de habitação. A partir da identificação de património municipal devoluto (edificações / terrenos), o município desenvolve os projetos que serão depois colocados no mercado através de concursos para cooperativas criadas para o efeito.

Fogos 23

Camas

-

Ponto de Situação

Lançamento concurso de conceção em 18 de janeiro e contratação da equipa projetista. Desenvolvimento do projeto (concluida a fase de estudo prévio e fase de anteprojeto em desenvolvimento).

* valor referente ao total da intervenção

Restelo-OC08 - Alto do Restelo/Av Ilha da Madeira

Freguesia(s)	Belém	**Local**	Avenida Dr. Mário Moutinho
Contrato de Mandato	CMHAB1	**Valor Contrato Mandato**	223 916,19 €
Valor Orçamento 2024	0,00 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	0,00 €
Fase Atual	-	**Conclusão**	-

Caracterização Geral da Intervenção

Fogos 0

Camas

Edifícios de habitação, comércio local e equipamentos .

Ponto de Situação

Apoio à CML na elaboração daa peças para alteração do loteamento.

CENTROS DE SAÚDE E OUTROS EQUIPAMENTOS

Unidade de Saúde Sapadores-Graça

PROGRAMA CENTROS DE SAÚDE E OUTROS EQUIPAMENTOS

Situação a 31 de dezembro de 2024:

Em Estudo – Equipamento Álvaro Pais; Centro Intergeracional Bairro da Liberdade/Pardelha Sanches, Ajuda e Beato/Marvila; Unidade de Saúde do Areeiro; Unidade de Saúde de Arroios; Complexo Municipal da Boavista; Mercado dos Olivais; 5 Unidades de Integração Local; Casa Veva Lima; Palácio de Santa Clara; Palácio Beau Séjour; Arquivo CML e Pavilhão da Flamenga.

Em Projeto – Centro Intergeracional das Garridas; Mercado de Benfica; Unidade de Saúde de Telheiras; Pavilhão de São Domingos de Benfica; Palacete dos Marqueses de Pombal; Torre da Pela; Pavilhão de Campo de Ourique; Mercado dos Olivais.

Em Concurso de Empreitada - Teatro Aberto

Em Obra – Pavilhão Azul; Unidade de Saúde de Sapadores/Graça; Praça Município 8-13; Igreja e Praça da Boavista, Unidade de Saúde da Ribeira Nova e Unidade de Saúde de Campo de Ourique.

Concluídas – Teatro Variedades (cénica); MUDE; Pavilhão de Marvila.

Seguem-se as fichas das intervenções que sofreram evolução durante o ano de 2024.

Arquivo Municipal

Freguesia(s)	Alvalade	**Local**	Campo Grande
Contrato de Mandato	CMCSO6	**Valor Contrato Mandato**	2 200 000,00 €
Valor Orçamento 2024	0,00 €	**Valor Executado 2024**	0,00 €
Fase Atual	Estudo	**Conclusão**	-

Caracterização Geral da Intervenção A presente intervenção visa prolongar o principal eixo central da cidade para norte até ao limite do concelho; Esta operação de renovação urbana é determinante para a assunção de um desígnio fundamental de Lisboa, que passa pelo prolongamento do seu principal eixo histórico, conectando o centro antigo com a restante cidade, em grande.

Nº Utilizadores 0 -

Ponto de Situação Articulação com a CML para alteração à ARU/ORU .
Acompanhamento e conclusão do desenvolvimento do programa funcional em articulação com a CML- DM Cultura.

Casa Veva Lima

Freguesia(s)		**Local**	Rua Silva Carvalho
Contrato de Mandato	CMCSO6	**Valor Contrato Mandato**	300 000,00 €
Valor Orçamento 2024	0,00 €	**Valor Executado 2024**	0,00 €
Fase Atual	Estudo	**Conclusão**	-

Caracterização Geral da Intervenção A intervenção divide-se em dois níveis complementares e interligados – arquitectura e especialidades / conservação e restauro.

Nº Utilizadores 0 -

Ponto de Situação Desenvolvimento dos levantamentos e estudos preliminares de reconhecimento. Dificuldades na estabilização do programa de intervenção.

Centro Intergeracional - Garridas

Freguesia(s)	Benfica	**Local**	Rua General Morais Sarmento
Contrato de Mandato	CMCSO2	**Valor Contrato Mandato**	26 152 753,16 €
Valor Orçamento 2024	666,01 €	**Valor Executado 2024**	666,01 €
Fase Atual	Projeto	**Conclusão**	2027

Caracterização Geral da Intervenção O principal objetivo é a construção de um equipamento que engloba uma Estrutura Residencial para Idosos (ERPI), uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI), e outros domínios pluridisciplinares como Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), creche e espaços de lazer. Pretende-se que neste equipamento se estabeleça uma relação intergeracional entre os mais velhos e os mais jovens, de forma a garantir a promoção do desenvolvimento intelectual e social e evitando o isolamento e exclusão recorrentes na terceira idade.

Nº Utilizadores 258 Construção de uma nova Unidade - Centro Intergeracional (Cuidados continuados/ estruturas residenciais para idosos/apoio domiciliário/ Creche)

Ponto de Situação Análise da possibilidade de readequação do projeto para ERPI e Cuidados Paliativos.
Estabilização do programa funcional face ao elevado valor de investimento.

Igreja do Bairro da Boavista

Freguesia(s)	Benfica	**Local**	Rua Rainha Dona Brites
Contrato de Mandato	CMCSO2	**Valor Contrato Mandato**	4 620 076,17 €
Valor Orçamento 2024	1 505 125,77 €	**Valor Executado 2024**	1 484 448,26 €
Fase Atual	Obra	**Conclusão**	2025

Caracterização Geral da Intervenção Criar uma nova centralidade no Bairro da Boavista, concretizada na Praça que articula a nova Igreja, o Centro Paroquial, o Centro Comunitário e os restantes equipamentos na envolvente, com enfoque na Escola Gonçalo Ribeiros Teles, cujas acessibilidades estão incluídas no presente procedimento. Projeto realizado no âmbito do projeto da Igreja Bairro da Boavista em desenvolvimento no programa escolas e creches.

Nº Utilizadores 0 Igreja, Centro Paroquial, Centro Comunitário

Ponto de Situação Desenvolvimento dos trabalhos no âmbito da empreitada: betonagens; redes de infraestruturas; alvenarias, rebocos, serralharias e caixilharia.
Atrasos no desenvolvimento dos trabalhos da empreitada.

Mercado de Benfica

Freguesia(s)	Benfica	**Local**	Rua João Frederico Ludovice
Contrato de Mandato	CMCSO4	**Valor Contrato Mandato**	22 701 234,84 €
Valor Orçamento 2024	142 623,80 €	**Valor Executado 2024**	142 623,80 €
Fase Atual	Projeto	**Conclusão**	2029

Caracterização Geral da Intervenção A intervenção no Mercado de Benfica pretende reabilitar e ampliar o edifício do mercado integrando o mercado de levante em nova localização; Pretende-se que a proposta se constitua como uma oportunidade para reorganizar o espaço público envolvente.

Nº Utilizadores 2350 Reabilitação do Mercado com capacidade para 2200 clientes por dia e 150 comerciantes ativos

Ponto de Situação Articulação com as várias entidades para a identificação de local para a eventual instalação de mercado provisório.
Em preparação peças de concurso para a requalificação geral do equipamento.

Mercado dos Olivais

Freguesia(s)	Olivais	**Local**	Rua Almada Negreiros
Contrato de Mandato	CMCSO6	**Valor Contrato Mandato**	4 300 620,00 €
Valor Orçamento 2024	23 621,00 €	**Valor Executado 2024**	23 621,00 €
Fase Atual	Concurso de Projeto	**Conclusão**	2028

Caracterização Geral da Intervenção Demolição do mercado existente. Construção de novo mercado e requalificação do espaço envolvente.

Nº Utilizadores 0 -

Ponto de Situação Lançamento do Concurso Público de Concepção em 20 de junho. Contratação da equipa projetista.
Em curso desenvolvimento de projeto (fase estudo prévio).

MUDE - Museu do Design

Freguesia(s)	Santa Maria Maior	**Local**	Rua Gonçalves Crespo
Contrato de Mandato	CMCSO2	**Valor Contrato Mandato**	18 430 942,00 €
Valor Orçamento 2024	1 613 981,53 €	**Valor Executado 2024**	1 613 981,53 €
Fase Atual	Concluído	**Conclusão**	2024

Caracterização Geral da Intervenção Requalificação integral do edifício com finalidade de dotar de condições que permitam desenvolver a missão do MUDE, bem como a salvaguarda do património arquitetónico.

Nº Utilizadores 0 Espaço museológico/ Exposições temporárias/ Auditório/ Salas de reuniões/ Loja/ Restaurante e cafetaria/ Sala de serviço educativo/ Espaço polivalente/ Arquivo e serviços administrativo

Ponto de Situação Receção provisória da empreitada do MUDE, Museu do Degnsi, em 15 de fevereiro.
Equipamento Cultural/Museu inaugurado a 25 de julho 2024

Palacete dos Marqueses de Pombal

Freguesia(s)	Estrela	**Local**	Rua das Janelas Verdes
Contrato de Mandato	CMCSO5	**Valor Contrato Mandato**	9 651 690,38 €
Valor Orçamento 2024	19 944,45 €	**Valor Executado 2024**	19 944,45 €
Fase Atual	Projeto	**Conclusão**	2028

Caracterização Geral da Intervenção Reabilitação de edifício existente para albergar a coleção de cerca de 40.000 volumes cedidos à cidade de Lisboa pelo escritor argentino Alberto Manguel, o novo “Espaço Atlântida - Centro de Estudos da História da Leitura – EA-CEHL”. A intervenção de reabilitação terá de responder à funcionalidade prevista, incluindo reforços estruturais e todas as soluções de projeto para salvaguardar a integridade e qualidade arquitetónica do conjunto. Melhoria do comportamento térmico e acústico do conjunto, bem como de todas as redes de infraestruturas. Restauro e valorização dos elementos decorativos dos pisos nobres.

Nº Utilizadores 0 -

Ponto de Situação Entregas parciais do projeto de execução. Análise pela DM Cultura e SRU dos vários elementos tendo em vista a sua compatibilização/adaptação às normas da SRU. Revisão de projeto e preparação das peças de procedimento para o lançamento da empreitada.

Palácio do Beau Séjour

Freguesia(s)	São Domingos de Benfica	**Local**	Estrada de Benfica
Contrato de Mandato	CMCSO6	**Valor Contrato Mandato**	490 770,00 €
Valor Orçamento 2024	2 952,00 €	**Valor Executado 2024**	2 952,00 €
Fase Atual	Estudo	**Conclusão**	-

Caracterização Geral da Intervenção Trata-se de um Edifício Classificado como Monumento de Interesse Público e a intervenção divide-se em dois níveis de intervenção complementares e interligados – arquitectura e especialidades / conservação e restauro.

Nº Utilizadores 0 -

Ponto de Situação Desenvolvimento dos estudos e levantamentos preliminares (levantamento topográfico e RTAVA). Preparação do Programa Preliminar para o lançamento do Concurso Público de projeto.

Palácio Quinta Santa Clara

Freguesia(s)	Santa Clara	**Local**	Estrada da Ameixoeira
Contrato de Mandato	CMCSO6	**Valor Contrato Mandato**	300 000,00 €
Valor Orçamento 2024	0,00 €	**Valor Executado 2024**	0,00 €
Fase Atual	Estudo	**Conclusão**	-

Caracterização Geral da Intervenção Conjunto de 3 a 4 T0/T1 para acolhimento de escritores, filósofos, pensadores, entre outros contemporâneos internacionais que possam desenvolver na cidade de Lisboa e contaminados pelas influências da própria cidade, trabalho nas suas áreas de estudo.

Nº Utilizadores 0 -

Ponto de Situação Aguarda-se estabilização do programa funcional em articulação com a CML-DMC.

Pavilhão Azul

Freguesia(s)	Belém	**Local**	Avenida da Índia
Contrato de Mandato	CMCSO3	**Valor Contrato Mandato**	5 919 083,95 €
Valor Orçamento 2024	1 547 999,94 €	**Valor Executado 2024**	1 537 055,21 €
Fase Atual	Obra	**Conclusão**	2025

Caracterização Geral da Intervenção Inserido na Zona Especial de Proteção da Torre de S. Vicente de Belém, pretende-se preservar o carácter da construção existente, promovendo a sua adaptação ao novo programa. Tendo por base as suas características construtivas e espaciais, propõe-se a alteração da sua organização espacial, a introdução de novas soluções estruturais e de novas infraestruturas técnicas e de segurança, adequadas para este tipo de uso.

Nº Utilizadores 0 Renovação do Edifício para instalação e funcionamento de Centro de Artes

Ponto de Situação Trabalhos finais de obra condicionados à instalação de contadores, certificações e ensaios. Receção provisória assinada em março 2025.

Pavilhão da Flamenga

Freguesia(s)	Marvila	**Local**	Rua Gabriel Constante
Contrato de Mandato	CMCSO6	**Valor Contrato Mandato**	2 065 000,00 €
Valor Orçamento 2024	0,00 €	**Valor Executado 2024**	0,00 €
Fase Atual	Estudo	**Conclusão**	-

Caracterização Geral da Intervenção -

Nº Utilizadores 0 -

Ponto de Situação Estabilização do programa funcional para lançamento do concurso de conceção - construção.

Pavilhão de Campo de Ourique

Freguesia(s)	Campo de Ourique	**Local**	Rua da Quinta do Loureiro
Contrato de Mandato	CMCSO4	**Valor Contrato Mandato**	5 902 089,00 €
Valor Orçamento 2024	91 218,05 €	**Valor Executado 2024**	91 218,05 €
Fase Atual	Estudo	**Conclusão**	2028

Caracterização Geral da Intervenção	Disponibilizar diversas valências desportivas, permitindo o seu uso pela comunidade residente, pela comunidade escolar e por coletividades desportivas.
Nº Utilizadores 50	Pavilhão desportivo com capacidade para 50 Praticantes/hora de desporto e 120 Espectadores
Ponto de Situação	Lançamento do concurso de conceção em 18 de abril e contratação da equipa projetista para a elabração do projeto. Desenvolvimento do projeto de acordo com a metologia BIM. Projeto a decorrer (fase de anteprojeto).

Pavilhão de Marvila

Freguesia(s)	Marvila	**Local**	Rua Dinah Silveira de Queiroz
Contrato de Mandato	CMCSO4	**Valor Contrato Mandato**	3 468 140,41 €
Valor Orçamento 2024	853 792,57 €	**Valor Executado 2024**	853 792,57 €
Fase Atual	Concluido	**Conclusão**	2024

Caracterização Geral da Intervenção	Disponibilizar diversas valências desportivas, permitindo o seu uso pela comunidade residente, pela comunidade escolar e por coletividades desportivas.
Nº Utilizadores 120	Pavilhão desportivo com capacidade para 65 Praticantes/hora de desporto e 250 Espectadores
Ponto de Situação	Receção provisória da empreitada de "Conceção-Construção do Pavilhão Desportivo de Marvila", em 11 de julho. Inauguração do equipamento a 15 de novembro.

Pavilhão de São Domingos de Benfica

Freguesia(s)	São Domingos de Benfica	**Local**	Rua Professor Reinaldo dos Santos
Contrato de Mandato	CMCSO4	**Valor Contrato Mandato**	7 811 685,96 €
Valor Orçamento 2024	237 107,41 €	**Valor Executado 2024**	237 107,39 €
Fase Atual	Concurso de Projeto (em 2025)	**Conclusão**	2027

Caracterização Geral da Intervenção	Disponibilizar diversas valências desportivas, permitindo o seu uso pela comunidade residente, pela comunidade escolar e por coletividades desportivas.
Nº Utilizadores 250	A operação inclui a área de jardim na envolvente norte, complementar das valências desportivas, bem como o espaço público adjacente ao pavilhão e á rua Professor Reinaldo dos Santos.
Ponto de Situação	Desenvolvimento do projeto e preparação das peças para lançamento da empreitada (concurso de empreitada publicidado em DR de 14/02/2025).

Praça Município, 8-13 Edifício D

Freguesia(s)	Santa Maria Maior	**Local**	Praça do Município
Contrato de Mandato	CMCSO1	**Valor Contrato Mandato**	4 878 433,89 €
Valor Orçamento 2024	594 438,98 €	**Valor Executado 2024**	586 825,41 €
Fase Atual	Obra	**Conclusão**	2026

Caracterização Geral da Intervenção	Incluído no Projeto de Renovação do Conjunto Municipal Edificado da Praça do Município, tem como objetivo a manutenção das fachadas exteriores do edifício, introduzindo um conceito de racionalização do espaço para escritórios por piso. No piso térreo estabelece-se um espaço de serviços com acesso direto pela Praça do Município. É prevista a ligação funcional por piso ao edifício contíguo.
Nº Utilizadores 0	Edifício para instalação e funcionamento de serviços Municipais
Ponto de Situação	Desenvolvimento dos trabalhos de empreitada. Na sequência do acompanhamento arqueológica a obra foi suspensa face à necessidade de se proceder a alterações ao projeto (retomados os trabalhos da empreitada no início de 2025).

Teatro Aberto

Freguesia(s)	Campolide	**Local**	Rua Armando Cortez
Contrato de Mandato	CMCSO5	**Valor Contrato Mandato**	3 644 290,11 €
Valor Orçamento 2024	120 021,46 €	**Valor Executado 2024**	120 021,44 €
Fase Atual	Concurso de Empreitada	**Conclusão**	2026

Caracterização Geral da Intervenção Criação de uma sala polivalente de cerca 150m2, com capacidade até 100 espectadores, de uma zona de arrumos, sub-palco, e de zona de esplanada coberta, e possível de encerrar, no prolongamento da zona de restaurante existente. Melhoria das acessibilidades com a introdução de um meio mecânico elevatório. Melhoria do espaço público envolvente à zona poente do edifício.

Nº Utilizadores 0 -

Ponto de Situação Desenvolviemnto do projeto e preparação das peças para lançamento da empreitada. Projeto de execução em conclusão.
Concurso de empreitado publicitado em D.R. de 5 de novembro de 2024.

Teatro Variedades - Empreitada de Cénica

Freguesia(s)	Santo António	**Local**	Parque Mayer
Contrato de Mandato	CMCSO1	**Valor Contrato Mandato**	8 904 008,93 €
Valor Orçamento 2024	1 325 952,40 €	**Valor Executado 2024**	1 325 952,40 €
Fase Atual	Concluido	**Conclusão**	2024

Caracterização Geral da Intervenção -

Nº Utilizadores 0 -

Ponto de Situação Receção provisória da empreitad “Execução da quartelada e piso do Palco, instalação de plataforma elevatória, de equipamentos cénicos, de bancada, camarotes, frisas e mobiliário”, em 31 de julho . Teatro Variedades aberto ao público a 5 de outubro.

Torre da Pela

Freguesia(s)	Santa Maria Maior	**Local**	Travessa da Palma
Contrato de Mandato	CMCSO6	**Valor Contrato Mandato**	1 626 401,00 €
Valor Orçamento 2024	8 856,00 €	**Valor Executado 2024**	8 856,00 €
Fase Atual	Projeto	**Conclusão**	2027

Caracterização Geral da Intervenção Pretende-se avançar com o seu restauro, requalificação e valorização, com a devida adequação a novos usos, nomeadamente a instalação de um Observatório de interpretação da paisagem histórica (e pré-histórica),
onde se estimule o uso de novas tecnologias, na perspetiva do respeito e salvaguarda da construção existente.

Nº Utilizadores 0 -

Ponto de Situação Lançamento da “Aquisição de Serviços para elaboração do Projeto de Reabilitação da Torre da Pela” em 11 de junho. Contratação da equipa projetista.
Desenvolvimento da fase de estudo prévio.

Unidade de Saúde da Ribeira Nova

Freguesia(s)	Misericórdia	**Local**	Rua do Instituto Dona Amélia
Contrato de Mandato	CMCSO1	**Valor Contrato Mandato**	3 912 353,89 €
Valor Orçamento 2024	671 789,12 €	**Valor Executado 2024**	561 477,44 €
Fase Atual	Obra	**Conclusão**	2026

Caracterização Geral da Intervenção Demolição da Unidade de Saúde existente no local e contrução de novo edifício, duplicando o n.º de utentes servidos atualmente.

Nº Utilizadores 15200 Prestação de cuidados de saúde primários - Programa funcional Tipo 4

Ponto de Situação Consignação 9 de janeiro.
Necessidade de se alterar os projetos de fundações e de esgotos face aos vestígios arqueológicos encontratos do antigo Forte de São Paulo - monumento nacional. Trabalhos da empreitada retomados em novembro.

Unidade de Saúde de Campo Ourique

Freguesia(s)	Campo de Ourique	**Local**	Rua da Estrela
Contrato de Mandato	CMCSO1	**Valor Contrato Mandato**	4 761 238,17 €
Valor Orçamento 2024	166 660,93 €	**Valor Executado 2024**	160 269,24 €
Fase Atual	Obra	**Conclusão**	2026

Caracterização Geral da Intervenção Demolição de um edifício existente e Construção de um novo para instalar a nova Unidade de Saúde. Substitui a atual USF Santo Condestável instalada em edifício de habitação.

Nº Utilizadores 15200 Unidade de Saúde (US); Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP)

Ponto de Situação Lançamento do concurso de empreitada em 14 de março.
Obra consignada em 7 de outubro. Desenvolvimento dos trabalhos de empreitada - desvios de redes e demolições.

Unidade de Saúde de Sapadores/Graça

Freguesia(s)	Penha de França	**Local**	Rua da Penha de França
Contrato de Mandato	CMCSO1	**Valor Contrato Mandato**	4 871 748,24 €
Valor Orçamento 2024	1 263 282,24 €	**Valor Executado 2024**	1 263 282,24 €
Fase Atual	Obra	**Conclusão**	2025

Caracterização Geral da Intervenção Construção de uma nova Unidade de Saúde. Substitui UCSP Mónicas, instalada em edifício de habitação.

Nº Utilizadores 15200 Unidade de Saúde (US); Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP); Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC)

Ponto de Situação Concluídos os trabalhos de empreitada. Receção provisória dependente da ligação aos ramais, contratação de contadores, realização de ensaios e certificação dos equipamentos.
Prevista a receção provisória em março de 2025.

Unidades de Integração Local (5)

Freguesia(s)		**Local**	Várias Localizações
Contrato de Mandato	CMCSO6	**Valor Contrato Mandato**	4 956 000,00 €
Valor Orçamento 2024	2 105,51 €	**Valor Executado 2024**	2 105,51 €
Fase Atual	Estudo	**Conclusão**	-

Caracterização Geral da Intervenção As Unidades Integrativas Locais asseguram, para além da resposta de suporte habitacional, um conjunto de serviços de apoio, adequado ao perfil individual, familiar e social dos residentes, designadamente: acompanhamento psicossocial, atividades de lazer e promotoras e estimuladoras da autonomia física e mental, bem como outros serviços de apoio sempre que necessários. Serão promovidas redes de parceria na comunidade e a participação dos beneficiários na gestão das Unidades Integrativas Locais.

Nº Utilizadores 0 -

Ponto de Situação UIL Alcântara - Desenvolvimento do programa preliminar (previsão lançamento concurso de projeto 1º Trim 2025). Contratação de trabalhos de reconhecimento de topografia .
UIL Arroios - Programa Funcional em elaboração/ coordenação com a CML-DDS.

ESCOLAS E CRECHES

EB + JI Infante Dom Henrique

PROGRAMA ESCOLAS E CRECHES

Situação a 31 de dezembro de 2024:

Em Estudo – Creches Modulares 9 (8, em estudo); EB Passos Manuel; EB S. José; EB Natália Correia; EB Padre Abel Varzim; Miguel Bombarda; Escola Básica de Marvila; Escola Básica Eugénio dos Santos; Escola Básica Paula Vicente, Escola Básica Delfim Santos e Escola Básica D. Luísa de Gusmão

Em Concurso de Projeto - Escola Básica do Restelo e Pavilhão Desportivo do Restelo e Escola Básica Nuno Gonçalves.

Em Projeto – EB Fernanda de Castro; EB Professor Manuel Sérgio; EB Professor Oliveira Marques; EB 195 de Chelas; EB Castelo; Escola Básica José Gomes Ferreira e EB Leão de Arroios;

Em concurso de Empreitada - EB Professor Oliveira Marques

Em Obra – EB Santo António; EB Eurico Gonçalves; EB 72 da Estrela; JI Arco do Cego; EB Rainha de Santa Isabel; Creche Rua Fresca; Creche da Boavista; Creche Rua 17 da Encarnação; Creche Rua Rodrigues Migueis; Creche Rua André Gouveia; Creche Rua Almada Negreiros e Creche Rua Quinta dos Ourives.

Concluídas – EB Infante D Henrique.

Seguem-se as fichas das intervenções que sofreram evolução durante o ano de 2024.

Creche Almada Negreiros			
Freguesia(s)	Olivais	**Local**	Rua Almada Negreiros
Contrato de Mandato	CMEC1	**Valor Contrato Mandato**	2 438 988,11 €
Valor Orçamento 2024	1 121 888,69 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	1 108 394,60 €
Fase Atual	Obra	**Conclusão**	2025
Caracterização Geral da Intervenção	Esta intervenção do Município é uma oportunidade para uniformizar um conjunto de soluções técnicas, acabamentos e equipamentos nas Creches, a partir de opções que se têm mostrado bem-sucedidas em termos de funcionalidade e manutenção, de modo a generalizar, tanto quanto possível, a sua adoção, não apenas nos projetos de beneficiação geral em curso, mas em obras de manutenção e conservação e em novos edifícios que venham as ser construídos. A requalificação dos edifícios inclui o investimento em equipamento moderno ajustado às necessidades de aprendizagem e conforto.		
Nº Alunos 84	creche capacidade 84 crianças (2 berçários, 2 sala ativ. aq.marcha-24 meses e 2 salas ativ. 24-36 meses)		
Ponto de Situação	Desenvolvimento dos trabalhos de empreitada.		

Creche André Gouveia			
Freguesia(s)	Lumiar	**Local**	Rua Padre Manuel Antunes
Contrato de Mandato	CMEC1	**Valor Contrato Mandato**	2 744 298,73 €
Valor Orçamento 2024	1 141 114,03 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	1 141 114,02 €
Fase Atual	Obra	**Conclusão**	2025
Caracterização Geral da Intervenção	Esta intervenção do Município é uma oportunidade para uniformizar um conjunto de soluções técnicas, acabamentos e equipamentos nas Creches, a partir de opções que se têm mostrado bem-sucedidas em termos de funcionalidade e manutenção, de modo a generalizar, tanto quanto possível, a sua adoção, não apenas nos projetos de beneficiação geral em curso, mas em obras de manutenção e conservação e em novos edifícios que venham as ser construídos. A requalificação dos edifícios inclui o investimento em equipamento moderno ajustado às necessidades de aprendizagem e conforto.		
Nº Alunos 84	creche capacidade 84 crianças (2 berçários, 2 sala ativ. aq.marcha-24 meses e 2 salas ativ. 24-36 meses)		
Ponto de Situação	Desenvolvimento dos trabalhos de empreitada.		

Creche Quinta dos Ourives			
Freguesia(s)	Beato	**Local**	Rua da Quinta dos Ourives
Contrato de Mandato	CMEC1	**Valor Contrato Mandato**	2 328 342,62 €
Valor Orçamento 2024	1 354 657,20 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	1 349 679,67 €
Fase Atual	Obra	**Conclusão**	2025
Caracterização Geral da Intervenção	Esta intervenção do Município é uma oportunidade para uniformizar um conjunto de soluções técnicas, acabamentos e equipamentos nas Creches, a partir de opções que se têm mostrado bem-sucedidas em termos de funcionalidade e manutenção, de modo a generalizar, tanto quanto possível, a sua adoção, não apenas nos projetos de beneficiação geral em curso, mas em obras de manutenção e conservação e em novos edifícios que venham as ser construídos. A requalificação dos edifícios inclui o investimento em equipamento moderno ajustado às necessidades de aprendizagem e conforto.		
Nº Alunos 84	creche capacidade 84 crianças (2 berçários, 2 sala ativ. aq.marcha-24 meses e 2 salas ativ. 24-36 meses)		
Ponto de Situação	Desenvolvimento dos trabalhos de empreitada. A conclusão da obra esteve dependente da ligação dos ramais das concessionárias, instalação de contadores, ensaios e certificação dos equipamentos (obra suspensa de out. 24 a jan. 25).		

Creche Rua 17 da Encarnação

Freguesia(s)	Olivais	**Local**	Rua 17 do Bairro da Encarnação
Contrato de Mandato	CMEC1	**Valor Contrato Mandato**	4 371 202,58 €
Valor Orçamento 2024	1 593 434,55 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	1 593 434,53 €
Fase Atual	Obra	**Conclusão**	2026

Caracterização Geral da Intervenção Esta intervenção do Município é uma oportunidade para uniformizar um conjunto de soluções técnicas, acabamentos e equipamentos nas Creches, a partir de opções que se têm mostrado bem-sucedidas em termos de funcionalidade e manutenção, de modo a generalizar, tanto quanto possível, a sua adoção, não apenas nos projetos de beneficiação geral em curso, mas em obras de manutenção e conservação e em novos edifícios que venham as ser construídos. A requalificação dos edifícios inclui o investimento em equipamento moderno ajustado às necessidades de aprendizagem e conforto.

Nº Alunos 84 creche capacidade 84 crianças (2 berçários, 2 sala ativ. aq.marcha-24 meses e 2 salas ativ. 24-36 meses)

Ponto de Situação inicio trabalhos empreitada 17 de janeiro de 2024 (consignação a 4 de dezembro 2023). Desenvolvimento dos trabalhos de empreitada - escavações, fundações,betonagem de cobertura. Início dos trabalhos da rede de esgotos.

Creche Rua Fresca

Freguesia(s)	Misericórdia	**Local**	Rua Fresca
Contrato de Mandato	CMEC1	**Valor Contrato Mandato**	4 936 411,88 €
Valor Orçamento 2024	315 336,45 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	290 675,79 €
Fase Atual	Obra	**Conclusão**	2026

Caracterização Geral da Intervenção Valorizar a identidade arquitetónica dos edifícios, restaurando as suas características quando for pertinente. Esta intervenção do Município é uma oportunidade para uniformizar um conjunto de soluções técnicas, acabamentos e equipamentos nas Creches, a partir de opções que se têm mostrado bem-sucedidas em termos de funcionalidade e manutenção, de modo a generalizar, tanto quanto possível, a sua adoção, não apenas nos projetos de beneficiação geral em curso, mas em obras de manutenção e conservação e em novos edifícios que venham as ser construídos. A requalificação dos edifícios inclui o investimento em equipamento moderno ajustado às necessidades de aprendizagem e conforto.

Nº Alunos 84 creche capacidade 84 crianças (2 berçários, 2 sala ativ. aq.marcha-24 meses e 2 salas ativ. 24-36 meses)

Ponto de Situação Lançamento empreitada em 12 de abril. Consignação da empreitada para a "Reconversão de Edifício para Creche Autónoma 7 - Rua Fresca", 18 de setembro de 2024. Desenvolvimento dos trabalhos de empreitada - montagem de estaleiro, demolições e arqueologia.

Creche Rua Rodrigues Migueis

Freguesia(s)	Benfica	**Local**	Rua José Rodrigues Miguéis
Contrato de Mandato	CMEC1	**Valor Contrato Mandato**	2 819 119,07 €
Valor Orçamento 2024	2 263 135,17 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	2 247 270,37 €
Fase Atual	Obra	**Conclusão**	2025

Caracterização Geral da Intervenção Valorizar a identidade arquitetónica dos edifícios, restaurando as suas características quando for pertinente. Esta intervenção do Município é uma oportunidade para uniformizar um conjunto de soluções técnicas, acabamentos e equipamentos nas Creches, a partir de opções que se têm mostrado bem-sucedidas em termos de funcionalidade e manutenção, de modo a generalizar, tanto quanto possível, a sua adoção, não apenas nos projetos de beneficiação geral em curso, mas em obras de manutenção e conservação e em novos edifícios que venham as ser construídos. A requalificação dos edifícios inclui o investimento em equipamento moderno ajustado às necessidades de aprendizagem e conforto.

Nº Alunos 84 creche capacidade 84 crianças (2 berçários, 2 sala ativ. aq.marcha-24 meses e 2 salas ativ. 24-36 meses)

Ponto de Situação Obra em desenvolvimento. Trabalhos de impermeabilização, lajes, alvenarias,instalação de redes, execução de rebocos, montagem de equipamentos, pinturas e revestimentos.

Creches Modulares 9 - Creche do Bairro da Boavista

Freguesia(s)	Benfica	**Local**	Rua 4 do Bairro da Boavista
Contrato de Mandato	CMEC2	**Valor Contrato Mandato** *	7 570 746,40 €
Valor Orçamento 2024 *	388 026,21 €	**Valor Executado Acumulado 2024** *	375 679,49 €
Fase Atual	Obra.	**Conclusão**	2026

Caracterização Geral da Intervenção Esta intervenção do Município é uma oportunidade para uniformizar um conjunto de soluções técnicas, acabamentos e equipamentos nas Creches, a partir de opções que se têm mostrado bem-sucedidas em termos de funcionalidade e manutenção, de modo a generalizar, tanto quanto possível, a sua adoção, não apenas nos projetos de beneficiação geral em curso, mas em obras de manutenção e conservação e em novos edifícios que venham as ser construídos; A requalificação dos edifícios inclui o investimento em equipamento moderno ajustado às necessidades de aprendizagem e conforto.

Nº Alunos 84 — creche capacidade 84 crianças (2 berçários, 2 sala ativ. aq.marcha-24 meses e 2 salas ativ. 24-36 meses)

Ponto de Situação Lançamento da empreitada em 18 de abril. Consignação da empreitada "Construção de Creche Modular no Bairro da Boavista", em 25 de setembro.
Desenvolvimento dos trabalhos de escavação e de fundações.

* valor referente ao total da intervenção

EB 72 da Estrela

Freguesia(s)	Estrela	**Local**	Rua da Bela Vista à Lapa
Contrato de Mandato	CMEC3	**Valor Contrato Mandato**	9 857 535,04 €
Valor Orçamento 2024	3 486 855,78 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	3 485 017,82 €
Fase Atual	Obra	**Conclusão**	2025

Caracterização Geral da Intervenção Uniformização de soluções técnicas, acabamentos e equipamentos nos Jardins de Infância e escolas Básicas, a partir de opções que se têm mostrado bem-sucedidas em termos de funcionalidade e manutenção, de modo a generalizar a sua adoção, nos projetos e obras. A requalificação dos edifícios inclui o investimento em equipamento, isto é, em materiais desportivos e didáticos e ferramentas de ensino, como quadros interativos e equipamento informático. Instalação de Rede WIFI. Prevista a reabilitação com reforço estrutural para melhorar comportamento ao sismo, a criar condições de acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, a introdução de medidas de segurança contra incêndio, o melhoramento do desempenho energético e a requalificação do espaço de recreio exterior.

Nº Alunos 264 — 3 salas de Jardim de Infância e 8 salas da Escola Básica do 1º Ciclo

Ponto de Situação Obra em desenvolvimento. Execução de escavações, de sondagens parietais, estacaria, betonagem de estrutura, caixas de escadas e instalação das redes de infraestruturas.

EB Fernanda de Castro

Freguesia(s)	Estrela	**Local**	Rua Capitão Afonso Pala
Contrato de Mandato	CMEC3	**Valor Contrato Mandato**	3 168 069,16 €
Valor Orçamento 2024	58 142,10 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	58 142,10 €
Fase Atual	Projeto	**Conclusão**	2027

Caracterização Geral da Intervenção Esta intervenção do Município é uma oportunidade para uniformizar um conjunto de soluções técnicas, acabamentos e equipamentos nos Jardins de Infância e escolas Básicas, a partir de opções que se têm mostrado bem-sucedidas em termos de funcionalidade e manutenção, de modo a generalizar, tanto quanto possível, a sua adoção, não apenas nos projetos de beneficiação geral em curso, mas em obras de manutenção e conservação e em novos edifícios que venham as ser construídos. A requalificação dos edifícios inclui o investimento em equipamento, isto é, em materiais desportivos e didáticos e ferramentas de ensino, como quadros interativos e equipamento informático. Instalação de Rede WIFI.
Especial atenção na requalificando dos espaços exteriores, com vista a uma integração harmoniosa na Tapada das Necessidades.

Nº Alunos 75 — 3 salas de Jardim de Infância

Ponto de Situação Projeto em desenvolvimento - fase de projeto de execução.

EB Leão de Arroios

Freguesia(s)	Arroios	**Local**	Largo do Leão
Contrato de Mandato	CMEC3	**Valor Contrato Mandato**	6 847 101,82 €
Valor Orçamento 2024	23 324,32 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	20 324,32 €
Fase Atual	Concurso Projeto	**Conclusão**	2028

Caracterização Geral da Intervenção Esta intervenção do Município é uma oportunidade para uniformizar um conjunto de soluções técnicas, acabamentos e equipamentos nas Creches, a partir de opções que se têm mostrado bem-sucedidas em termos de funcionalidade e manutenção, de modo a generalizar, tanto quanto possível, a sua adoção, não apenas nos projetos de beneficiação geral em curso, mas em obras de manutenção e conservação e em novos edifícios que venham as ser construídos. A requalificação dos edifícios inclui o investimento em equipamento moderno ajustado às necessidades de aprendizagem e conforto.

Nº Alunos 275 — 3 salas de Jardim de Infância e 8 salas da Escola Básica do 1º Ciclo

Ponto de Situação Preparação e abertura do concurso de conceção, em 19 de abril. Análise das propostas e contratação da equipa projetista.

EB Rainha Santa Isabel

Freguesia(s)	Campo de Ourique	**Local**	Travessa de Santa Quitéria
Contrato de Mandato	CMEC3	**Valor Contrato Mandato**	8 741 383,29 €
Valor Orçamento 2024	2 828 858,18 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	2 802 226,73 €
Fase Atual	Obra	**Conclusão**	2025

Caracterização Geral da Intervenção Esta intervenção do Município é uma oportunidade para uniformizar um conjunto de soluções técnicas, acabamentos e equipamentos nos Jardins de Infância e escolas Básicas, a partir de opções que se têm mostrado bem-sucedidas em termos de funcionalidade e manutenção, de modo a generalizar, tanto quanto possível, a sua adoção, não apenas nos projetos de beneficiação geral em curso, mas em obras de manutenção e conservação e em novos edifícios que venham as ser construídos. A requalificação dos edifícios inclui o investimento em equipamento, isto é, em materiais desportivos e didáticos e ferramentas de ensino, como quadros interativos e equipamento informático. Instalação de Rede WIFI. Prevista a reabilitação com reforço estrutural para melhorar comportamento ao sismo, a criar condições de acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, a introdução de medidas de segurança contra incêndio, o melhoramento do desempenho energético e a requalificação do espaço de recreio exterior. Construção de um Ginásio de uso partilhado com o CNN.

Nº Alunos 267 — 3 salas de Jardim de Infância e 8 salas da Escola Básica do 1º Ciclo, incluindo Centro Apoio à Aprendizagem (com Sala Snoezelen)

Ponto de Situação Execução dos trabalho sno âmbito da empreitada. Execução de trabalhos de escavação, contenção, fundações, reforço e consolidação estrutural, alvenarias, instalações técnicas, impermeabilização da cobertura.

EB+JI Infante D. Henrique

Freguesia(s)	Parque das Nações	**Local**	Rua Padre Joaquim Alves Correia
Contrato de Mandato	CMEC1	**Valor Contrato Mandato**	6 759 511,93 €
Valor Orçamento 2024	1 925 963,54 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	1 925 428,24 €
Fase Atual	Concluida	**Conclusão**	2024

Caracterização Geral da Intervenção Criar um acesso geral e universal a todos os espaço e todos os alunos + autonomizar o uso do refeitório e ginásio/sala polivalente + ligações cobertas entre portaria, EB e JI + acesso principal com rampa. Instalação de Rede WIFI.

Nº Alunos 308 — JI/ EB/ Ginásio-Sala Polivalente/ Refeitório/ Cozinha com confeção/ Biblioteca/ CAF/ Sala Snoezelen/ Portaria/ Horta Pedagógica/ Espaços exteriores

Ponto de Situação Receção provisória da empreitada de “Beneficiação da Escola Básica e Jardim de Infante D. Henrique”, em 4 de julho. Obra inaugurada em 13 de setembro.

Escola 195 - Chelas

Freguesia(s)	Marvila	**Local**	Rua Aquilino Ribeiro
Contrato de Mandato	CMEC4	**Valor Contrato Mandato**	10 926 167,74 €
Valor Orçamento 2024	260 588,41 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	260 588,41 €
Fase Atual	Projeto	**Conclusão**	2028

Caracterização Geral da Intervenção Esta intervenção do Município é uma oportunidade para uniformizar um conjunto de soluções técnicas, acabamentos e equipamentos nas Creches, a partir de opções que se têm mostrado bem-sucedidas em termos de funcionalidade e manutenção, de modo a generalizar, tanto quanto possível, a sua adoção, não apenas nos projetos de beneficiação geral em curso, mas em obras de manutenção e conservação e em novos edifícios que venham as ser construídos. A requalificação dos edifícios inclui o investimento em equipamento moderno ajustado às necessidades de aprendizagem e conforto.

Nº Alunos 283 — 3 salas de Jardim de Infância e 8 salas da Escola Básica do 1º Ciclo

Ponto de Situação Desenvolvimento do projeto (fases de anteprojeto e projeto de execução).

Escola Básica de Marvila

Freguesia(s)	Marvila	**Local**	Rua António Gedeão
Contrato de Mandato	CMEC5	**Valor Contrato Mandato**	1 204 175,00 €
Valor Orçamento 2024	12 554,38 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	12 554,38 €
Fase Atual	Estudo	**Conclusão**	-

Caracterização Geral da Intervenção

Nº Alunos 0 -

Ponto de Situação Desenvolvimento de trabalhos de reconhecimento. Preparação das peças para lançamentodo do concurso de projeto.

Escola Básica Eugénio dos Santos

Freguesia(s)	Alvalade	**Local**	Avenida de Roma
Contrato de Mandato	CMEC5	**Valor Contrato Mandato**	1 154 181,60 €
Valor Orçamento 2024	3 225,19 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	3 225,19 €
Fase Atual	Estudo	**Conclusão**	-

Caracterização Geral da Intervenção

Nº Alunos 0 -

Ponto de Situação Desenvolvimento de trabalhos de reconhecimento. Preparação das peças para lançamentodo do concurso de projeto.

Escola Básica Eurico Gonçalves

Freguesia(s)	Santa Clara	**Local**	Azinhaga da Cidade
Contrato de Mandato	CMEC1	**Valor Contrato Mandato**	8 885 713,79 €
Valor Orçamento 2024	2 868 690,38 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	2 721 387,11 €
Fase Atual	Concluida	**Conclusão**	2025

Caracterização Geral da Intervenção Requalificação e Beneficiação geral do edificado e espaços exteriores: ampliação de refeitório reformulação da cozinha; ampliação para albergar a biblioteca e área administrativa; ampliação balneários do ginásio; criação de recreios cobertos; melhoria de instalações técnicas; melhoria das condições de segurança e ambientais; instalação de ascensor para cumprimento das acessibilidades; Instalação de Rede WIFI.

Nº Alunos 358 — JI/ EB1/ Ginásio/ Refeitório/ Cozinha com confeção/ Biblioteca/ Espaços exteriores

Ponto de Situação Desenvolvimento dos trabalhos de empreitada. Obra rececionada em janeiro de 2025. Preparação, submissão e assinatura do contrato de financiamento no âmbito do Programa PT2030 - Infraestruturas do ensino pré-escolar, básico e secundário.

Escola Básica Nuno Gonçalves

Freguesia(s)	Areeiro	**Local**	Avenida General Roçadas
Contrato de Mandato	CMEC5	**Valor Contrato Mandato**	1 229 063,19 €
Valor Orçamento 2024	9 417,64 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	9 417,64 €
Fase Atual	Concurso de Projeto	**Conclusão**	2029

Caracterização Geral da Intervenção	-
Nº Alunos 0	-
Ponto de Situação	Trabalhos de reconhecimento: levantamento topográfico e arquitetónico a decorrer. Preparação das peças para lançamento do concurso de conceção. Concurso de Conceção lançado em 28 de dezembro 2024.

Escola Básica Prof Delfim Santos

Freguesia(s)	São Domingos de Benfica	**Local**	Rua Maestro Frederico de Freitas
Contrato de Mandato	CMEC5	**Valor Contrato Mandato**	1 160 080,00 €
Valor Orçamento 2024	11 526,29 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	11 526,29 €
Fase Atual	Estudo	**Conclusão**	'-

Caracterização Geral da Intervenção	-
Nº Alunos 0	-
Ponto de Situação	Desenvolvimento dos trabalhos de reconhecimento: levantamento topográfico e arquitetónico. Preparação das peças para lançamento do concurso de conceção.

Escola Básica Santo António

Freguesia(s)	Alvalade	**Local**	Rua Afonso Lopes Vieira
Contrato de Mandato	CMEC1	**Valor Contrato Mandato**	12 321 167,17 €
Valor Orçamento 2024	5 207 716,16 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	5 186 521,31 €
Fase Atual	Obra	**Conclusão**	2025

Caracterização Geral da Intervenção	Beneficiação geral dos edifícios existentes; Garantir a acessibilidade de pessoas com mobilidade condicionada a todos os espaços da escola; Criação de um novo bloco de cozinha/refeitório possibilitando a confeção local; Construção de um novo edifício para Ginásio/Sala Polivalente; Requalificação de todo o espaço exterior envolvente. Instalação de Rede WIFI.
Nº Alunos 340	JI/ EB1/ Ginásio / Refeitório/ Cozinha com confeção/ Biblioteca/ CAF/ Portaria/ Espaços exteriores/ Campo de jogos.
Ponto de Situação	Desenvolvimento dos trabalhos de empreitada. Previsão conclusão empreitada p/ 2º Trim de 2025. Submissão e assinatura do Termo de Aceitação no âmbito do Programa PT2030 - Infraestruturas do ensino pré-escolar, básico e secundário.

Escola Castelo

Freguesia(s)	Santa Maria Maior	**Local**	Rua de Santa Cruz do Castelo
Contrato de Mandato	CMEC4	**Valor Contrato Mandato**	4 398 885,81 €
Valor Orçamento 2024	97 577,13 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	97 577,13 €
Fase Atual	Projeto	**Conclusão**	2028

Caracterização Geral da Intervenção	Esta intervenção do Município é uma oportunidade para uniformizar um conjunto de soluções técnicas, acabamentos e equipamentos nas Creches, a partir de opções que se têm mostrado bem-sucedidas em termos de funcionalidade e manutenção, de modo a generalizar, tanto quanto possível, a sua adoção, não apenas nos projetos de beneficiação geral em curso, mas em obras de manutenção e conservação e em novos edifícios que venham as ser construídos. A requalificação dos edifícios inclui o investimento em equipamento moderno ajustado às necessidades de aprendizagem e conforto.
Nº Alunos 129	1 sala de Jardim de Infância e 4 salas da Escola Básica do 1º Ciclo
Ponto de Situação	Lançado concurso público de projeto em 18 janeiro. Projeto em desenvolvimento (fase de estudo prévio e anteprojeto). Execução de trabalhos de Arqueologia e de Inspeções Estruturais. Articulação com as várias entidades e serviços camarários.

Escola Professor Manuel Sérgio

Freguesia(s)	Ajuda	**Local**	Estrada de Queluz
Contrato de Mandato	CMEC4	**Valor Contrato Mandato**	6 494 805,26 €
Valor Orçamento 2024	263 778,22 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	263 778,22 €
Fase Atual	Projeto	**Conclusão**	2027

Caracterização Geral da Intervenção Esta intervenção do Município é uma oportunidade para uniformizar um conjunto de soluções técnicas, acabamentos e equipamentos nas Creches, a partir de opções que se têm mostrado bem-sucedidas em termos de funcionalidade e manutenção, de modo a generalizar, tanto quanto possível, a sua adoção, não apenas nos projetos de beneficiação geral em curso, mas em obras de manutenção e conservação e em novos edifícios que venham as ser construídos. A requalificação dos edifícios inclui o investimento em equipamento moderno ajustado às necessidades de aprendizagem e conforto.

Nº Alunos 154 — 3 salas de Jardim de Infância e 8 salas da Escola Básica do 1º Ciclo

Ponto de Situação Projeto em desenvolvimento (conclusão do projeto de execução). Articulação das soluções de projeto com os serviços camarários e demais entidades concessionárias. Preparação das peças para lançamento da empreitada.

Escola Professor Oliveira Marques

Freguesia(s)	Penha de França	**Local**	Calçada Cruz da Pedra
Contrato de Mandato	CMEC4	**Valor Contrato Mandato**	6 819 394,17 €
Valor Orçamento 2024	306 987,55 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	306 987,55 €
Fase Atual	Concurso de Empreitada	**Conclusão**	2027

Caracterização Geral da Intervenção Esta intervenção do Município é uma oportunidade para uniformizar um conjunto de soluções técnicas, acabamentos e equipamentos nas Creches, a partir de opções que se têm mostrado bem-sucedidas em termos de funcionalidade e manutenção, de modo a generalizar, tanto quanto possível, a sua adoção, não apenas nos projetos de beneficiação geral em curso, mas em obras de manutenção e conservação e em novos edifícios que venham as ser construídos. A requalificação dos edifícios inclui o investimento em equipamento moderno ajustado às necessidades de aprendizagem e conforto.

Nº Alunos 267 — 3 salas de Jardim de Infância e 8 salas da Escola Básica do 1º Ciclo

Ponto de Situação Preparação das peças para lançamento da empreitada. Lançamento do Lançamento do concurso de empreitada em 26 de dezembro.

Escola Secundária do Restelo

Freguesia(s)	Belém	**Local**	Rua Antão Gonçalves
Contrato de Mandato	CMEC5	**Valor Contrato Mandato**	6 280 616,83 €
Valor Orçamento 2024	20 362,39 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	20 362,39 €
Fase Atual	Concurso de Projeto (Escola)	**Conclusão**	2028 (Pavilhão)

Caracterização Geral da Intervenção -

Nº Alunos 0 -

Ponto de Situação Preparação das peças para lançamento concursos de projeto (Escola) e deconceção-construção (Pavilhão).
Lançamento do concurso de conceção da Escola do Restelo, em 31 de outubro.
Lançamento concurso conceção-construção do Pavilhão em 4 de novembro

Escola Secundária José Gomes Ferreira

Freguesia(s)	Benfica	**Local**	Rua Prof José Sebastião e Silva
Contrato de Mandato	CMEC5	**Valor Contrato Mandato**	23 773 771,86 €
Valor Orçamento 2024	81 394,03 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	81 394,03 €
Fase Atual	Projeto	**Conclusão**	2029

Caracterização Geral da Intervenção -

Nº Alunos 0 -

Ponto de Situação Lançamento do concurso de projeto em 27 de maio. Assinatura do contrato com equipa projetista.
Projeto em desenvolvimento (fase 1 do projeto de execução preliminar).

JI Arco do Cego			
Freguesia(s)	Areeiro	**Local**	Rua Ladislau Piçarra
Contrato de Mandato	CMEC3	**Valor Contrato Mandato**	3 820 382,91 €
Valor Orçamento 2024	897 129,05 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	891 127,80 €
Fase Atual	Obra	**Conclusão**	2025

Caracterização Geral da Intervenção

Esta intervenção do Município é uma oportunidade para uniformizar um conjunto de soluções técnicas, acabamentos e equipamentos nos Jardins de Infância e escolas Básicas, a partir de opções que se têm mostrado bem-sucedidas em termos de funcionalidade e manutenção, de modo a generalizar, tanto quanto possível, a sua adoção, não apenas nos projetos de beneficiação geral em curso, mas em obras de manutenção e conservação e em novos edifícios que venham as ser construídos. A requalificação dos edifícios inclui o investimento em equipamento, isto é, em materiais desportivos e didáticos e ferramentas de ensino, como quadros interativos e equipamento informático. Instalação de Rede WIFI. Prevista a reabilitação com reforço estrutural para melhorar comportamento ao sismo, a criar condições de acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, a introdução de medidas de segurança contra incêndio, o melhoramento do desempenho energético. Adequação do edifício do Arquivo Municipal de Lisboa ao novo uso de Jardim Infantil, considerando toda a adequação estrutural, ambiental, de conforto e de segurança.

Nº Alunos 100

4 salas de Jardim de Infância

Ponto de Situação

Execução dos trabalhos no âmbito da empreitada. Desenvolvimento de trabalhos de betonagem, alvenarias, betonilhas e redes de infraestruturas.

ESPAÇO PÚBLICO

Via Estruturante de Santa Clara - Fase 1

PROGRAMA ESPAÇO PÚBLICO

Situação a 31 de dezembro de 2024:

Em Estudo – Eixo Central Calvanas Expansão Norte; Intervenções Integradas dos Vales de Chelas, do Vale da Ajuda e do Vale de Santo António; Largo dos Jerónimos /Praça do Império; "Há Vida no Meu Bairro" Intervenção em Espaço Público – Rua Aquilino Ribeiro, Rua da Bela Vista à Lapa, Rua André Gouveia, Rua Quinta dos Ourives, Rua Almada Negreiros (Fase 2); Av. da Liberdade;

Em Concurso de Projeto – "Há Vida no Meu Bairro" Intervenções em Espaço Público – Largo das Galinheiras e Rua Aquilino Ribeiro; ORU Quinta do Ferro – Reabilitação de Espaço Público (Fase 2);

Em Projeto – "Há Vida no Meu Bairro" Intervenções em Espaço Público – Estrada de Moscavide (projeto CML); Praça da Alegria (projeto CML), Bairro de Santa Catarina (projeto CML), Envolventes US Sapadores-Graça, Lg da Anunciada (projeto CML), Estrada de Queluz; Via Estruturante de Santa Clara (fase 2); Av 24 de julho (projeto CML) e, Rua Ferreira Borges (projeto CML).

Em Concurso de Empreitada - ORU Quinta do Ferro – Reabilitação de Espaço Público (Fase 1) e "Há Vida no Meu Bairro" Intervenções em Espaço Público – Rua Dom José de Bragança e Rua Almada Negreiros (Fase 1);

Em Obra – Via Estruturante de Santa Clara (1ª fase); Av. Santos Dumont (Fase 1) e "Há Vida no Meu Bairro" Intervenções em Espaço Público – AV Rainha Dª Amélia

Concluídas – Largo de São Sebastião da Pedreira, Rede Viária da Praça de Espanha - Acessibilidade ao Metropolitano (saída Norte); Largo de São Sebastião da Pedreira – Rua Marquês da Fronteira.

Seguem-se as fichas das intervenções que sofreram evolução durante o ano de 2024.

Av. Santos Dumont			
Freguesia(s)	Avenidas Novas	**Local**	Avenida Santos Dumont
Contrato de Mandato	CMEP3	**Valor Contrato Mandato**	3 742 190,28 €
Valor Orçamento 2024	283 182,67 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	276 300,57 €
Fase Atual	Obra	**Conclusão**	2025
Caracterização Geral da Intervenção	Prolongamento do perfil da Av. Columbano Bordalo Pinheiro para o eixo da Av. Santos Dumont (1ª Fase). Requalificação das transversais da Av. Santos Dumont. Pavimentação, sinalética, equipamentos e sistemas de segurança e redes de abastecimento de água, drenagem, saneamento, eletricidade, iluminação pública e telecomunicações		
Ponto de Situação	Lançamento da empreitada em 1 de fevereito e consignação da empreitada para a "Requalificação do Espaço Público da Avenida Santos do Dumont", em 18 de agosto. Desenvolvimento dos trabalhos no âmbito da empreitada.		

Avenida 24 de Julho			
Freguesia(s)	Estrela	**Local**	Avenida 24 de Julho
Contrato de Mandato	CMEP5	**Valor Contrato Mandato**	4 039 880,00 €
Valor Orçamento 2024	0,00 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	0,00 €
Fase Atual	Projeto (CML)	**Conclusão**	
Caracterização Geral da Intervenção	-		
Ponto de Situação	Articulação com os serviços camarários para a receção do projeto pela SRU.		

Há Vida no Meu Bairro - Envolvente à US Sapadores/Graça			
Freguesia(s)	Penha de França	**Local**	Av General Roçadas
Contrato de Mandato	CMEP4	**Valor Contrato Mandato** *	16 482 735,81 €
Valor Orçamento 2024 *	345 434,77 €	**Valor Executado Acumulado 2024** *	329 646,22 €
Fase Atual		**Conclusão**	
Caracterização Geral da Intervenção	O Programa Há Vida no meu Bairro pretende implementar ações no sentido de reforçar a dinâmica e a identidade dos lugares, requalificando o espaço público, priviligiando as deslocações sustentáveis, em marcha a pé, bicicletas e transportes públicos e sempre que possivel arborizar e promover um ponto de encontro. -		
Ponto de Situação	Lançamento do concurso para os "Projetos de Arquitetura de Espaço Público Envolvente à Unidade de Saúde Sapadores-Graça", em 10 de outubro.		

* valor referente ao total da intervenção

Há Vida no Meu Bairro - Requalificação da Estrada de Moscavide

Freguesia(s)	Parque das Nações	**Local**	Estrada de Moscavide
Contrato de Mandato	CMEP4	**Valor Contrato Mandato** *	16 482 735,81 €
Valor Orçamento 2024 *	345 434,77 €	**Valor Executado Acumulado 2024** *	329 646,22 €
Fase Atual	Projeto	**Conclusão**	2025

Caracterização Geral da Intervenção O Programa Há Vida no meu Bairro pretende implementar ações no sentido de reforçar a dinâmica e a identidade dos lugares, requalificando o espaço público, priviligiando as deslocações sustentáveis, em marcha a pé, bicicletas e transportes públicos e sempre que possivel arborizar e promover um ponto de encontro.

-

Ponto de Situação Aguarda-se o envio pela CML do projeto em articulação com a Junta de Freguesia do Parque das Nações para lançamento da empreitada.

* valor referente ao total da intervenção

Há Vida no Meu Bairro - Requalificação da Estrada de Queluz

Freguesia(s)	Ajuda	**Local**	Estrada de Queluz
Contrato de Mandato	CMEP4	**Valor Contrato Mandato** *	16 482 735,81 €
Valor Orçamento 2024 *	345 434,77 €	**Valor Executado Acumulado 2024** *	329 646,22 €
Fase Atual	Projeto	**Conclusão**	2025

Caracterização Geral da Intervenção O Programa Há Vida no meu Bairro pretende implementar ações no sentido de reforçar a dinâmica e a identidade dos lugares, requalificando o espaço público, priviligiando as deslocações sustentáveis, em marcha a pé, bicicletas e transportes públicos e sempre que possivel arborizar e promover um ponto de encontro.

-

Ponto de Situação Articulação com a CML para aferir quanto ao traçado do futuro traçado do BRT (eventual impacto na área de intervenção e sequente redução da mesma).

* valor referente ao total da intervenção

Há Vida no Meu bairro - Requalificação da Rainha D. Amélia

Freguesia(s)	Lumiar	**Local**	Avenida Rainha Dona Amélia
Contrato de Mandato	CMEP4	**Valor Contrato Mandato** *	16 482 735,81 €
Valor Orçamento 2024 *	345 434,77 €	**Valor Executado Acumulado 2024** *	329 646,22 €
Fase Atual	Obra	**Conclusão**	2025

Caracterização Geral da Intervenção O Programa Há Vida no meu Bairro pretende implementar ações no sentido de reforçar a dinâmica e a identidade dos lugares, requalificando o espaço público, priviligiando as deslocações sustentáveis, em marcha a pé, bicicletas e transportes públicos e sempre que possivel arborizar e promover um ponto de encontro.

-

Ponto de Situação Lançamento da empreitada em 18 de abril. Consignação da empreitada no âmbito do Programa Há Vida No Meu Bairro, para a Av Rainha Dª Amélia, em 5 de agosto de 2024.Desenvolvimento dos trabalhos no âmbita da empreitada.

* valor referente ao total da intervenção

Há Vida no Meu Bairro - Requalificação da Rua Almada Negreiros

Freguesia(s)	Olivais	**Local**	Rua Almada Negreiros
Contrato de Mandato	CMEP4	**Valor Contrato Mandato** *	16 482 735,81 €
Valor Orçamento 2024 *	345 434,77 €	**Valor Executado Acumulado 2024** *	329 646,22 €
Fase Atual	Projeto	**Conclusão**	2025

Caracterização Geral da Intervenção O Programa Há Vida no meu Bairro pretende implementar ações no sentido de reforçar a dinâmica e a identidade dos lugares, requalificando o espaço público, priviligiando as deslocações sustentáveis, em marcha a pé, bicicletas e transportes públicos e sempre que possivel arborizar e promover um ponto de encontro.

-

Ponto de Situação Estabilização do limite da intervenção e definição de fases de intervenção. Articulação da proposta com entidades externas (concessionárias) e serviços camarários.
Desenvolvimento do projeto e preparação das peças para lançamento da empreitada (fase 1)

* valor referente ao total da intervenção

Há Vida no Meu Bairro - Requalificação da Rua Aquilino Ribeiro

Freguesia(s)	Marvila	**Local**	Rua Aquilino Ribeiro
Contrato de Mandato	CMEP4	**Valor Contrato Mandato** *	16 482 735,81 €
Valor Orçamento 2024 *	345 434,77 €	**Valor Executado Acumulado 2024** *	329 646,22 €
Fase Atual	Concurso de Projeto	**Conclusão**	2027

Caracterização Geral da Intervenção O Programa Há Vida no meu Bairro pretende implementar ações no sentido de reforçar a dinâmica e a identidade dos lugares, requalificando o espaço público, priviligiando as deslocações sustentáveis, em marcha a pé, bicicletas e transportes públicos e sempre que possivel arborizar e promover um ponto de encontro.

-

Ponto de Situação Preparação do programa funcional de intervenção. Lançamento do concurso de projeto em 8 de novembro.

* valor referente ao total da intervenção

Há Vida no Meu Bairro - Requalificação da Rua D. José de Bragança

Freguesia(s)	Beato	**Local**	Rua D. José de Bragança
Contrato de Mandato	CMEP4	**Valor Contrato Mandato** *	16 482 735,81 €
Valor Orçamento 2024 *	345 434,77 €	**Valor Executado Acumulado 2024** *	329 646,22 €
Fase Atual	Obra	**Conclusão**	2025

Caracterização Geral da Intervenção O Programa Há Vida no meu Bairro pretende implementar ações no sentido de reforçar a dinâmica e a identidade dos lugares, requalificando o espaço público, priviligiando as deslocações sustentáveis, em marcha a pé, bicicletas e transportes públicos e sempre que possivel arborizar e promover um ponto de encontro.

-

Ponto de Situação Desenvolvimento do projeto e lançamento do concurso de empreitada no âmbito do Programa Há Vida No Meu Bairro, em 16 agosto.
Consignação da obra em 26 de dezembro de 2024, aprovação DPSS /inicio da obra) em 13 de janeiro 2025.

* valor referente ao total da intervenção

Há Vida no Meu Bairro - Requalificação do Largo das Galinheiras

Freguesia(s)	Santa Clara	**Local**	Largo das Galinheiras
Contrato de Mandato	CMEP4	**Valor Contrato Mandato** *	16 482 735,81 €
Valor Orçamento 2024 *	345 434,77 €	**Valor Executado Acumulado 2024** *	329 646,22 €
Fase Atual	Concurso de Projeto	**Conclusão**	2027

Caracterização Geral da Intervenção O Programa Há Vida no meu Bairro pretende implementar ações no sentido de reforçar a dinâmica e a identidade dos lugares, requalificando o espaço público, priviligiando as deslocações sustentáveis, em marcha a pé, bicicletas e transportes públicos e sempre que possivel arborizar e promover um ponto de encontro.

-

Ponto de Situação Trabalhos de reconhecimento e levantamento. Lançamento do procedimento para a contratação da equipa de projeto em 22 de novembro.

* valor referente ao total da intervenção

Intervenção Integrada Vale de Chelas

Freguesia(s)	Alvalade;Areeiro;Beato;Marvila;Penha de França	**Local**	Vale de Chelas
Contrato de Mandato	CMEP4	**Valor Contrato Mandato**	250 000,00 €
Valor Orçamento 2024	0,00 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	0,00 €
Fase Atual	-	**Conclusão**	-

Caracterização Geral da Intervenção Partindo de uma análise urbanística e social abrangente pretende-se promover ações territoriais sistemáticas, que "aproximem as colinas" e que promovam a coerência destes territórios.Caracterização da área urbana e estudo de potenciais intervenções que concorram para a uma maior coerência do território com a sua envolvente.

-

Ponto de Situação Estudo de caraterização elaborado pela SRU, em análise pela DMU/DPU.

Largo de São Sebastião

Freguesia(s)	Avenidas Novas	**Local**	Largo de São Sebastião da Pedreira
Contrato de Mandato	CMEP3	**Valor Contrato Mandato**	4 226 620,74 €
Valor Orçamento 2024	2 587 976,10 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	2 580 338,81 €
Fase Atual	Concluído	**Conclusão**	2024

Caracterização Geral da Intervenção

Requalificação do Largo, segmentos da Rua de São Sebastião, Rua Dr. António Cândido, Rua Nicolau Bettencourt, Rua Marques Sá da bandeira, para além do restabelecimento de circulação rodoviária em ambos os sentidos da Rua Filipe Folque.
Principais linhas de ação: melhoria das condições para o peão, criação de local de estadia, criação de ciclovia, supressão de barreiras arquitetónicas, reforço do mobiliário urbano e da arborização existente, reorganização da circulação rodoviária.

Nova rede de iluminação pública, criação de infraestruturas por cabos de telecomunicações, remoção do carril de eléctrico nas ruas Nicolau Bettencourt e Marquês Sá da Bandeira, repavimentação total da área com revestimentos nobres, sinalização vertical/horizontal/luminosa reformulada e adequada à nova circulação automóvel mobiliário urbano e equipamentos de higiene urbana.

Ponto de Situação

Empreitada de Reabilitação do Largo de São Sebastião da Pedreira, rececionada a 24 de julho.
Empreitada Reabilitação do Espaço Público da Rua Marquês de Fronteira, consignada a 2 de janeiro e rececionada 18 de setembro.

ORU Quinta do Ferro - Reabilitação e Espaço Público

Freguesia(s)	São Vicente	**Local**	Quinta da Ferro
Contrato de Mandato	CMEP4	**Valor Contrato Mandato**	7 168 622,46 €
Valor Orçamento 2024	60 966,43 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	60 966,43 €
Fase Atual	Projeto	**Conclusão**	2025

Caracterização Geral da Intervenção

A Fase 1 integra as Ruas A, B e parcialmente Rua C e Rua Entre Muros do Mirante, nomeadamente: - Repavimentação/reperfilamento das Ruas com o objetivo predominantemente pedonal; - Reestruturação de Infra-Estruturas - Mobiliário/Equipamentos Urbanos - Desenvolvimento de zonas arborizadas- Criação de novo arruamento pedonal entre a Rua A e Rua B

-

Ponto de Situação

Desenvolvimento do projeto.
Lançamento do concurso e empreitada para a "ORU Quinta do Ferro fase 1", em 6 de dezembro.
Lançamento do concurso de projeto para a fase 02, em 10 de dezembro.

Praça de Espanha - Rede Viária - Envolvente Metro

Freguesia(s)	Avenidas Novas;Campolide;São Domingos de Benfica	**Local**	Envolvente Metro
Contrato de Mandato	CMEP1	**Valor Contrato Mandato** *	7 835 180,76 €
Valor Orçamento 2024 *	886 402,42 €	**Valor Executado Acumulado 2024** *	885 566,01 €
Fase Atual	uido (receção provisória assinada a 11 de outubro).	**Conclusão**	2024

Caracterização Geral da Intervenção

Acessibilidade à rede de metro. Potenciar a ligação ao novo Parque Urbano da Praça de Espanha.

-

Ponto de Situação

Desenvolvimento dos trabalhos da empreitada. Receção provisória assinada a 11 de outubro.

* valor referente ao total da intervenção

Rua Ferreira Borges

Freguesia(s)	Campolide	**Local**	Rua Ferreira Borges
Contrato de Mandato	CMEP5	**Valor Contrato Mandato**	6 329 965,00 €
Valor Orçamento 2024	0,00 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	0,00 €
Fase Atual	Projeto (CML)	**Conclusão**	2026

Caracterização Geral da Intervenção

-

-

Ponto de Situação

Articulação com os serviços camarários tendo em vista a receção do projeto na SRU para efeitos dp lançamento do procedimento de empreitada.

Vias Estruturantes ORU Santa Clara			
Freguesia(s)	Lumiar;Santa Clara	**Local**	Azinhaga da Cidade
Contrato de Mandato	CMEP1	**Valor Contrato Mandato**	9 634 546,78 €
Valor Orçamento 2024	3 186 369,84 €	**Valor Executado Acumulado 2024**	3 110 038,67 €
Fase Atual	Fase 1 - Concluido (receção provisória 20 jan. 25)	**Conclusão**	Fase 1 - 2025

Caracterização Geral da Intervenção

Envolve a requalificação e promoção do uso do espaço público, valorizando a sua apropriação por parte da população residente e visitante. Os princípios gerais que norteiam a intervenção são a coesão e inclusão social, promoção da acessibilidade universal e da sustentabilidade ambiental.

Requalificação do espaço público e infraestruturas (pavimentação, sinalética, equipamentos e sistemas de segurança e redes de abastecimento de água, drenagem, saneamento, eletricidade, iluminação pública e telecomunicações)

Ponto de Situação

Desenvolvimento dos trabalhos de execução da empreitada Via Estruturante Santa Clara (Fase 1) - Av Glicínia Quartin.
Em desenvolvimento o projeto da fase 2 da Via Estruturante de Santa Clara (restantes sectores).

SUPORTE CORPORATIVO E ORGANIZAÇÃO

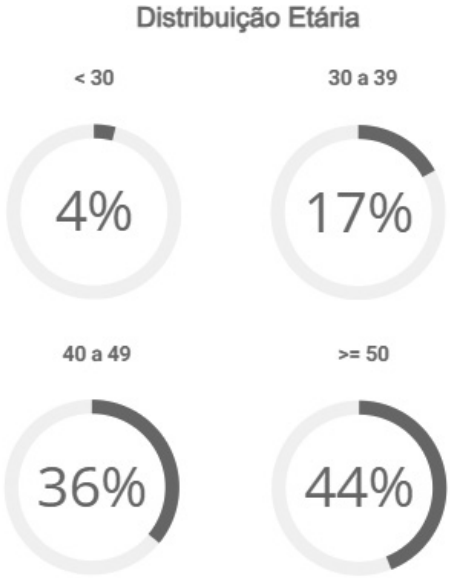
Teatro Variedades

1.2 SUPORTE CORPORATIVO E ORGANIZAÇÃO

1.2.1 RECURSOS HUMANOS

Na seção de recursos humanos do nosso Relatório & Contas, apresentamos um panorama abrangente do nosso capital humano e das iniciativas implementadas ao longo do ano.

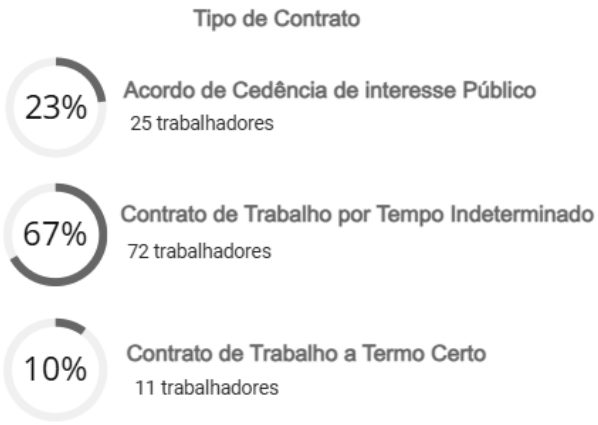
A nossa força de trabalho atual conta com um total de 108 trabalhadores, continuando a diversidade a ser uma prioridade da gestão de topo, com 51% de mulheres no nosso quadro de pessoal. Também 55% dos cargos de liderança são protagonizados por mulheres e 45% por homens.



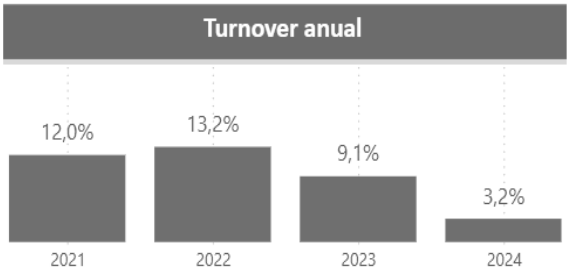
A nossa distribuição etária tem-se alterado ao longo do tempo, estando neste momento com um perfil mais maduro, consentâneo com o nível de tomada de decisão requerido para fazer face às exigências atuais do mercado e da nossa atividade.

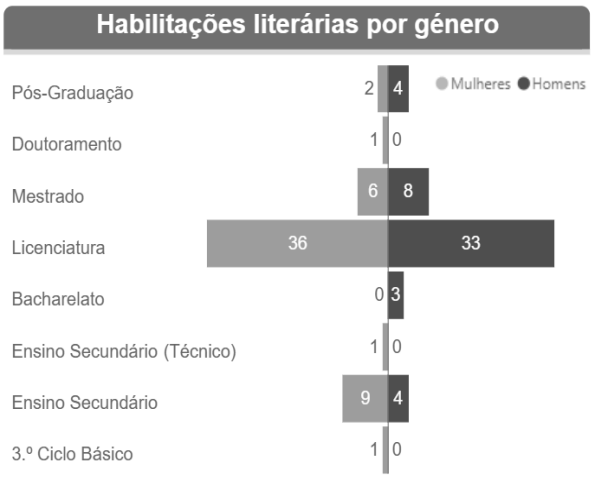
53% do capital humano está distribuído numa faixa etária dos 30 aos 49 anos, que corresponde a uma idade de otimização do binómio experiência / saber. Temos, contudo, uma preocupação permanente com renovação das equipas no que à sua faixa etária diz respeito.

A alteração do perfil da tipologia dos contratos existente na Lisboa Ocidental, SRU, nota bem o esforço que a gestão de topo tem despendido em contrariar a precariedade das relações de trabalho, por oposição com a criação de relações de trabalho mais estáveis, utilizando critérios rigorosos para a fixação de perfis que possam ser um válido contributo na manutenção dos níveis de excelência.



Em termos de gestão e retenção de talentos, nossa taxa de rotatividade fixou-se em 3,2%, comparada com os 9,1% de 2023.

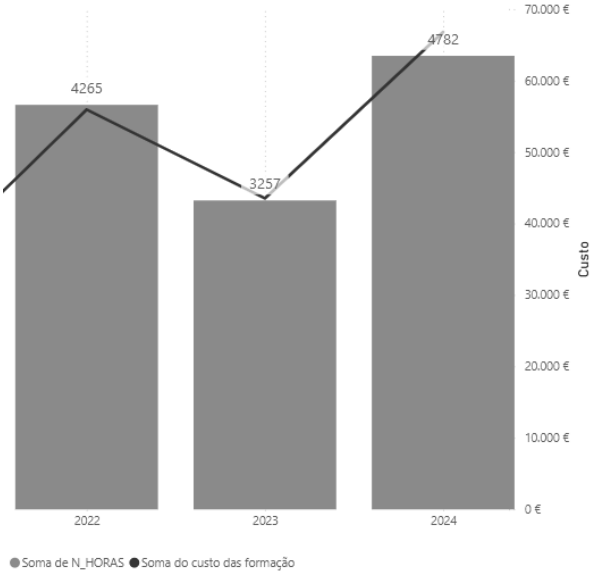




Esta redução enquadra-se com o plano estratégico definido e está alinhada com os objetivos de retenção de profissionais que a empresa preconizou. O tempo médio de preenchimento de vagas foi reduzido, demonstrando a eficácia de nossos processos de recrutamento e seleção.

O perfil de qualificações da empresa é dominado por um lote bastante alargado sendo cerca de 86% dos trabalhadores com um nível de ensino superior.
Este nível de qualificações faz com que a empresa se posicione num patamar elevado de competitividade no mercado.

Aqui, torna-se importante salientar que num estudo realizado às diferenças salariais por género, em cumprimento com o plano requisitado pela Autoridade para as Condições do Trabalho, inscrito na Lei nº 60/2018, de 21 de agosto, não foi encontrada qualquer diferenciação na retribuição salarial, por género. É, igualmente, importante referir que esta é uma preocupação genuína da empresa e que em 2025 existe um objetivo de iniciar o caminho de Certificação em Igualdade de Género.



No que tange ao desenvolvimento profissional, a Lisboa Ocidental, SRU investiu significativamente na capacitação, oferecendo em média 42 horas de formação por trabalhador. Os nossos programas de desenvolvimento abrangeram desde habilidades técnicas específicas até competências comportamentais, totalizando um investimento de mais de 65 mil euros em formação e desenvolvimento.

Faz sentido nesta componente de formação distinguir o início dos trabalhos com vista à introdução de projetos em linguagem BIM. Esta preparação visa o cumprimento das metas que foram estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 10/2024 de 8 de janeiro, que consagra a implementação obrigatória do BIM na indústria nacional. Esta legislação faz parte de uma reforma mais ampla para simplificar os licenciamentos no âmbito do urbanismo, ordenamento do território e indústria, com foco na digitalização do setor.

A adoção do BIM nas obras públicas visa reduzir gastos desnecessários, melhorar a qualidade e transparência dos projetos, e otimizar os processos de construção e manutenção. Esta iniciativa alinha-se com tendências globais de modernização do setor da construção e engenharia civil.

Implementámos também um novo programa de gestão do desempenho e do talento, tendo este iniciado a produção dos seus efeitos já em 2025. Os resultados evidenciados na avaliação de desempenho de 2024, que tiveram por base a validação de competências técnicas, de gestão, sociais e relacionais, relatam resultados bastante positivos do desempenho dos trabalhadores da empresa. Em 2025 este projeto segue com a introdução de indicadores de desempenho (KPI) a serem avaliados.

A saúde e o bem-estar dos nossos trabalhadores permaneceram um foco prioritário com impacto substantivo. Implementámos um novo programa de bem-estar que resultou na contratação de uma empresa que providencia serviços de terapia e assinámos 22 novos protocolos com entidades ligadas à saúde, ginásios, teatros, viagens, e outros serviços, com vista a proporcionar aos nossos colaboradores, condições mais vantajosas. Em 2025, iremos continuar com a procura e implementação de novos benefícios.

1.2.2 LIGAÇÃO A ENTIDADES EXTERNAS

No âmbito das suas atribuições relacionadas com a ligação a entidades, o Núcleo de Apoio ao Conselho de Administração da Lisboa Ocidental SRU procedeu às seguintes atividades:

Ligação com Tribunal de Contas

- Pronúncia ao relato da auditoria efetuada pelo Tribunal de Contas no âmbito da Jornada Mundial da Juventude;
- Submissão e resposta aos esclarecimentos, em sede de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, do contrato referente à "Avenida Santos Dumont - Empreitada de Requalificação do Espaço Público da Avenida Santos do Dumont";
- Submissão e resposta aos esclarecimentos, em sede de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, do contrato referente à Empreitada de Reconversão de Edifício para Creche Autónoma 7 – Rua Fresca;
- Submissão e resposta aos esclarecimentos, em sede de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, do contrato referente à Empreitada para Construção de Creche Modular no Bairro da Boavista;
- Submissão e resposta aos esclarecimentos, em sede de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, do contrato referente à Empreitada de Construção da Unidade de Saúde de Campo de Ourique.

Ligação com Câmara Municipal de Lisboa

- Resposta ao pedido de "follow-up" das recomendações emitidas no Relatório de Auditoria referente aos seguintes contratos: "Empreitada para a Construção da Unidade de Saúde do Fonte Nova, em Lisboa" e "Empreitada de Requalificação e Ampliação da Escola Básica Alice Vieira;
- Resposta ao pedido de "follow-up" das recomendações emitidas no Relatório de Auditoria referente às empreitadas "Construção do Edifício Piloto do Programa Habitação Renda Acessível Público - Entrecampos - Loteamento das Forças Armadas" e "Requalificação do espaço público e infraestruturas do Largo do Rio Seco e envolventes".

Ligação com outras entidades

- Protocolo de Colaboração com a Ordem dos Engenheiros para a indicação de técnicos para a composição de júris a integrar procedimentos concursais, designadamente concursos de conceção nos termos do artigo 219.º-A e ss. do Código dos Contratos Públicos (CCP), para posterior aquisição de serviços de elaboração de projetos de execução;

- Contrato Interadministrativo de Colaboração relativo à cedência de espaço para instalação do estaleiro de apoio à Empreitada de Construção da Unidade de Saúde da Ribeira Nova, a celebrar entre a Lisboa Ocidental SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, S.A. e a Inspeção Geral das Atividades em Saúde;
- Acordo para transmissão de propriedade e autorização de utilização dos projetos de execução das Escolas Secundárias do Restelo e José Gomes Ferreira, ambas em Lisboa, a celebrar entre a Lisboa Ocidental SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, S.A. e a CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E. P.E.;
- Equipa de Projeto de Gestão e Execução de Equipamentos Sociais PRR: auxílio à Direção de Planeamento e Controlo na resposta às questões colocadas em sede de execução das intervenções em creches com financiamento PRR aprovado;

Contencioso

- Contestação (mediante patrocínio forense externo) e remessa processo administrativo no âmbito de ação administrativa comum de indemnização pelos prejuízos associados à 4.ª prorrogação de prazo concedida pela SRU no âmbito da Empreitada Parque Urbano Praça de Espanha;
- Contestação (mediante patrocínio forense externo) e remessa processo administrativo no âmbito de ação administrativa comum para correção dos preços unitários dos trabalhos complementares ordenados no âmbito da Empreitada Parque Urbano Praça de Espanha;
- Contestação (mediante patrocínio forense externo) e remessa processo administrativo no âmbito de ação administrativa comum de indemnização pelos prejuízos adicionais (lucros cessantes e custos de empresa) associados às 2 prorrogações de prazo concedidas pela SRU no âmbito da fase 2 da Empreitada Requalificação Largo Rio Seco;
- Transação judicial processo MUDE_Soares da Costa;
- Processo de liquidação da sentença contrato Grenke (serviços de cópia e impressão);
- Contestação (mediante patrocínio forense externo) e remessa processo administrativo no âmbito de ação administrativa comum de Indemnização, ao Concorrente Aroucaconstrói – Engenharia e Construções S.A., pela revogação do concurso Conceção-Construção do Pavilhão Desportivo de Campo Ourique;
- Contestação (mediante patrocínio forense externo) e remessa processo administrativo no âmbito de ação urgente pré-contratual no âmbito do Concurso Público para a Empreitada de Reconversão de Edifício para Creche Autónoma 7 – Rua Fresca;
- Contestação (mediante patrocínio forense externo) e remessa processo administrativo no âmbito de ação urgente pré-contratual no âmbito do Concurso de Conceção para a elaboração de projeto de edificação do Pavilhão do Pavilhão Desportivo de Campo de Ourique.

Fundos Comunitários

- Auxílio à Direção de Planeamento e Controlo na resposta às questões colocadas, pela Equipa de Projeto de Gestão e Execução de Equipamentos Sociais PRR, em sede de execução das intervenções em creches com financiamento PRR aprovado;
- Preenchimento e recolha da documentação de suporte das fichas de contratação pública referentes às seguintes intervenções com financiamento PRR aprovado (SRU beneficiário final e ACSS beneficiário intermédio):
    - Unidade de Saúde de Alcântara;
    - Unidade de Sapadores-Graça
- Preenchimento e recolha da documentação de suporte das fichas de contratação pública referentes às seguintes intervenções com financiamento PRR aprovado (Direção Municipal de Habitação beneficiário final e IHRU beneficiário intermédio):
    - Bairro da Flamenga – Marvila OR 12;
    - Bairro dos Alfinetes – Marvila OR 14;
    - Vale Formoso de Cima – Marvila OR 02;
    - Quinta do Ferro

Reuniões Conselho Administração

- Validação, em articulação com Núcleo Jurídico e de Contratação, de todas as submetidas e aprovadas por deliberação do Conselho de Administração entre janeiro e dezembro de 2024;
- Realização das reuniões semanais do Conselho de Administração, posterior comunicação à empresa das respetivas agendas e redação das atas das reuniões.

1.2.3 COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

2024 foi um ano marcante para a SRU e para a Coordenação de Informação e Comunicação. A celebração dos 20 anos da empresa foi o mote para várias iniciativas, e marcou também um ponto de viragem através do início de um processo de Rebranding, com o objetivo de projetar a SRU para o futuro. A transição para uma nova identidade visual e comunicacional é um processo que exige um esforço coordenado e meticuloso, para garantir que a nova marca refletirá a evolução da empresa, mantendo a essência do seu legado.

As iniciativas e eventos realizados ao longo do ano, a sua divulgação através das redes sociais e do site da SRU, bem como uma maior aposta nos conteúdos gráficos em obra, contribuíram para um aumento da visibilidade da empresa junto dos lisboetas durante o ano.

Destacamos:

- A organização e inauguração da Exposição “Lisboa Imagina a Nova Bauhaus Europeia”, na Sala do Risco, a 5 de abril, e posterior itinerância por diversos locais, nomeadamente, a Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, o Centro Colombo, o Instituto Superior Técnico, e o ISCTE;

Exposição “Lisboa Imagina a Nova Bauhaus Europeia” (créditos de imagem @SRU e @João Peleteiro)

- Desenvolvimento do Livro “Lisboa Imagina a Nova Bauhaus Europeia”, ilustrativo das propostas recebidas no âmbito dos concursos de conceção lançados pela SRU e pelo Município de Lisboa em 2022 e 2023;
- A celebração dos 20 anos da SRU, com diversas atividades ao longo da semana de aniversário;

Mural comemorativo dos 20 anos da SRU (créditos de imagem @SRU)

- O lançamento e acompanhamento do processo de Rebranding da SRU, com definição de nova logomarca, tipografia e tom de comunicação, e cuja conclusão e apresentação decorrerá em meados do 1º semestre de 2025;
- O processo de design, paginação e revisão de um livro comemorativo dos 20 anos da SRU, com lançamento previsto para meados do 1º semestre de 2025;
- A organização e acompanhamento de diversos eventos, como a habitual Reunião Geral da Empresa, visitas a obras em conclusão, apresentações da empresa e de projetos específicos a parceiros e à população, e eventos relevantes com a presença de membros do executivo municipal, como por exemplo, inaugurações de empreitadas concluídas;

Inauguração da Escola Básica + JI Infante D. Henrique (créditos de imagem @SRU)

Inauguração do Pavilhão Desportivo de Marvila; Reunião Geral da SRU; Visita a Entrecampos, Lote 10 (créditos de imagem @SRU)

- A comunicação de obras consignadas e de lançamento de concursos de empreitada e concursos de conceção;
- A elaboração de conteúdos gráficos relevantes, com vista à maior divulgação do trabalho da SRU, como vídeos para projeção na sede da empresa, uma Apresentação Institucional e uma Brochura Institucional;
- Elaboração e submissão de candidaturas a diversos prémios e distinções.

Cerimónia Prémios Valmor (créditos de imagem @CML); Cerimónia dos Prémios Magazine Imobiliário (créditos de imagem @MagazineImobiliário)

Além destes destaques, deu-se continuidade ao trabalho regular da equipa, como:

- A atualização das publicações no website da Empresa, na Intranet SRU, e redes sociais da empresa;
- A publicação mensal da newsletter interna com notícias e informações relevantes para os trabalhadores da empresa;
- O atendimento ao Munícipe, através da gestão de pedidos de informação e reclamações relativos aos projetos e obras da SRU;
- O trabalho desenvolvido no âmbito da Proteção de Dados, mediante produção e revisão de documentação, sessões de formação, articulação com a Encarregada de Proteção de Dados e acompanhamento contínuo da atividade da SRU.

1.2.4 ORGANIZAÇÃO E PROJETOS CORPORATIVOS

Nesta área destacamos a manutenção e implementação de sistemas aplicacionais, e os relatórios de acompanhamento e monitorização, na vertente de planeamentos e de gestão da atividade das fases de projeto e de obra.

Sistemas Aplicacionais:

- Project Online - Planeamento e centralização da informação de cada intervenção coordenada pela SRU;
- Sistema Integrado de Gestão de Empreitadas (SiGE) – Gestão dos contratos de empreitadas;

- Aplicação StoryMaps - Aplicações baseadas na tecnologia ESRI para partilha de informação com o exterior, nomeadamente com a CML – estudos/levantamentos técnicos, telas finais e informação sobre as intervenções coordenadas pela SRU no âmbito dos vários Programas (designação, georreferenciação, fase de desenvolvimento, informação sobre os projetos)
- Sistema de Avaliação de Fornecedores,

Relatórios de Acompanhamento e de Monitorização:

- Relatórios de PowerBI
    - Relatório Contratos Mandato
    - Relatório de Execução Orçamental
    - Relatório de Projetos e Obras
    - Relatório de Intervenções
    - Relatório Procedimentos de Contratação
- Relatório Mensal de Acompanhamento e Monitorização de Execução Financeira (realizado versus previsto)
    - Empreitadas
    - Projeto
- Relatório de Datas e Observações de apoio às reuniões de coordenação quinzenais;
- Relatório Mensal de Execução de Empreitadas;
- Relatório Mensal de Desvios de Execução face ao plano de trabalhos em vigor (empreitadas);
- Relatórios semanais dos processos em curso de: Ordens de Execução, Pedidos de Prorrogação de Prazo e Pedidos de Revisão de Preços

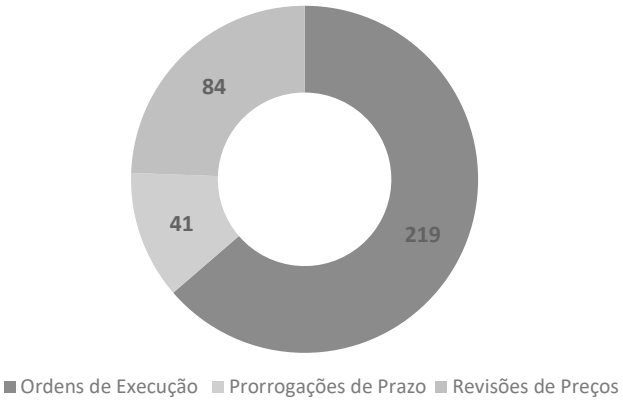
Project Online

Apoio aos gestores na atualização permanente do Plano de Projeto – fases de projeto e de obra. Procedeu-se à introdução da freguesia no Relatório de Observações semanal ao nível da sub-intervenção.

Realizados testes para simplificação da WBS tipo e sua adaptação às necessidades de cada Direção de Projeto. Acompanhamenmto de reuniões técnicas para a assegurar a ligação do Project Online ao novo sistema de ERP.

Sistema Integrado de Gestão de Empreitadas

Utilização do Sistema Integrado de Gestão de Empreitadas (SIGE) para a execução e acompanhamento dos contratos de empreitadas, nomeadamente no carregamento e emissão de autos de medição, no processo de formalização de ordens de execução, revisões de preços, prorrogações (atualização dos cronogramas financeiros) e contas finais. No âmbito do controlo dos contratos de execução das empreitadas procedeu-se ao apoio da análise de 344 processos de emissão de Ordens de Execução, Prorrogações de Prazo e de Revisões de Preços:



Durante o ano de 2024 foi desenvolvida, e colocada em produção, a funcionalidade do custo/uso. Procedeu-se ao carregamento de informação do passivo das empreitadas, ou seja, foi colocado em sistema a indicação do uso adstrito a cada tipo de trabalho/artigo executado.

Para as obras em edifícios, foram criados os usos de “Habitação”, “Estacionamento”, “Equipamento”; “Terciário (Comércio e Serviços)”, e para as obras em espaço público, “Circulação/Mobilidade” e “Permanência/Lazer”. Estes usos são alocados às áreas bruta de construção e à área exterior, sendo gerado pelo sistema o referido indicado “custo/uso”.

Com a implementação desta funcionalidade, passamos a ter para além do indicador “valor/uso” também o indicador “custo/fogo” relativamente à localização/empreitada.

Demais Atividade:

- No âmbito o controlo dos contratos de empreitadas e com base no RELATÓRIO N.º 1/2023 - OAC (Ação de Fiscalização Concomitante Contratos Adicionais) do Tribunal de Contas e, em colaboração com o Núcleo Júrico e Contratação e Núcleo de Apoio ao Conselho de Administração, foi ministrada uma ação de sensibilização sobre o processo de fomação de Ordens de Execução, suas especificidades e tramitação legal.
- Análise das funcionalidades para a criação de módulo de projeto em SiGE de acompanhamento à execução dos contratos nas fases de estudo e de projeto. Preparação e lançamento de concurso para a aquisição de serviços para a implementação de módulo de projeto no Sige e suporte técnico, em 11 de novembro.

Aplicações para partilha e visualização de assentes em tecnologia ESRI:

Atualização e manutenção da informação para partilha de informação com a CML:

- StoryMaps – Acompanhamento de Atividade: Informação macro sobre as várias intervenções atualmente coordenadas pela SRU;
- StoryMaps – Levantamentos, Sondagens e Telas Finais: Compilação e partilha de informação técnica desenvolvida no âmbito das várias intervenções coordenadas pela SRU, num total de mais de 238 ficheiros técnicos.

Tipologia	Número
Estudos Hidrológicos	3
Levantamentos Arquológicos	3
Levantamentos Arquitetónicos	23
Levantamentos Topográficos	75
Relatório Preliminar - Geotecnia	9
Sondagens Estruturais	18
Sondagens Geológicas e Geotécnicas	71
Telas Finais	34
Outros Estudos	2
TOTAL	**238**

Manual de Procedimentos SRU

Conclusão da "paginação" do Manual de Procedimentos da SRU, com introdução de nova nomenclatura para os Anexos e introdução de sistema de navegação com recurso a hiperligações.

Iníciado o processo de revião anual do Manual de Procedimentos..

BIM – Building Information Modelling

No âmbito da estratégia de modernização e da transição digitalização da SRU, a implementação da metodologia BIM (Building Information Modelling) tem sido uma prioridade com impacto transversal na sua operação. Este esforço visa transformar os processos de conceção, desenvolvimento e gestão de projetos e obras, garantindo uma maior eficiência, transparência e qualidade dos resultados.

No ano de 2024, consolidámos a integração do BIM em projetos estratégicos como:

Intervenção	Atividade Desenvolvida
Pavilhão de Campo de Ourique	Incorporação de peças BIM no processo de concurso. Acompanhamento do projeto com recurso a esta metodologia.
ORU Quinta do Ferro - Fase 2	Incorporação de peças BIM no processo de concurso
Escola Secundária D. Luísa de Gusmão	Peças BIM concluídas para lançamento de concurso
Escola Básica Paula Vicente	Peças BIM concluídas para lançamento de concurso.
Unidades de Integração Local - Alcântara	Peças BIM concluídas para lançamento de concurso.
Escola Básica Prof. Delfim Santos	Peças BIM de concurso em execução.

O acompanhamento tem sido rigoroso e a utilização de novas tecnologias colaborativas está a ser fundamental para o sucesso desta transição. A criação de um ambiente digital comum (CDE), alinhado com as melhores práticas internacionais, permitiu uma maior coordenação entre equipas, melhorando a comunicação, eficiência e minimizando os erros.

Todos os intervenientes no processo, incluindo a Equipa Projetista e a Coordenadora de Projeto, têm destacado o impacto positivo desta metodologia na evolução e desenvolvimento do projeto. O Gestor de Projeto, a equipa de projeto (Arquitetura e restantes especialidades), os revisores e a equipa transversal da SRU têm demonstrado uma crescente proficiência na utilização das ferramentas digitais, refletindo-se numa melhoria substancial na qualidade e coordenação do desenvolvimento do projeto.

A adoção do BIM está a redefinir o modo como selecionamos e contratamos projetos, com a introdução de Requisitos de Troca de Informação (EIR) específicos, criados de acordo com as necessidades da SRU e de cada intervenção. Estes requisitos asseguram uma gestão mais eficiente e um controlo de custos mais rigoroso ao longo do ciclo de vida dos ativos.

A elaboração destes requisitos, bem como as adaptações necessárias às restantes peças de concurso, como o caderno de encargos e os termos de referência tem sido acompanhada de forma sistemática pelas Direções de Projeto de Habitação, Equipamentos e Espaço Público (DPE, DPHE e DPEP), pela Direção Transversal (DCPO) e pelos Núcleos de Apoio Jurídico (NJC e NACA).

Em termos de capacitação interna, tem-se dado continuidade ao plano de formação abrangente, garantindo que as equipas da SRU estão preparadas para tirar pleno proveito das ferramentas e práticas associadas ao BIM.

No ano de 2024 foi assegurada a seguinte formação:

- Curso BIM completo: a 10 técnicos e/ou chefias
- Curso BIM Fundamentos: a 14 técnicos e/ou chefias
- Curso de modelação em Revit Arquitetura: a 3 técnicos

Esta iniciativa assegura que continuamos a liderar o setor em inovação, fortalecendo a nossa posição competitiva e acrescentando valor aos nossos projetos.

Em 2025, serão definidos e desenvolvidos os Requisitos de Troca de Informação para a contratação de empreitadas, contando novamente com o apoio e acompanhamento dos Núcleos de Apoio Jurídico e das Direções de Obra.

Adicionalmente, serão elaboradas peças de apoio à contratação de estudos e levantamentos, incluindo a aquisição de nuvens de pontos e modelos arquitetónicos em formato IFC, bem como a contratação da Revisão de Projeto e da Fiscalização.

A implementação do BIM é, portanto, um elemento-chave na nossa estratégia de transformação digital, oferecendo à SRU uma abordagem mais sustentável, eficaz e orientada para o futuro na gestão dos seus projetos.

1.2.5 CONTRATAÇÃO PÚBLICA

O Núcleo Jurídico e de Contratação (NJC) manteve, ao longo de 2024, a sua atividade de apoio jurídico nas diversas áreas de atuação da empresa, com especial enfoque na contratação pública e na execução de contratos.

No âmbito da contratação pública, destaca-se o lançamento de 165 procedimentos, incluindo 26 concursos públicos, dos quais 5 foram concursos de conceção, e 58 procedimentos de consulta prévia, ao abrigo dos 5 Acordo-quadro celebrados em 2023.

Em 2024, o NJC reforçou o apoio jurídico na fase de execução dos contratos e melhorou a comunicação com a empresa através do portal da contratação pública, disponível na intranet. Neste portal, são disponibilizadas diversas informações, incluindo modelos de peças de contratação e normas orientadoras para a execução contratual.

1.2.6 SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

O ano de 2024 iniciou com o compromisso de dar continuidade à manutenção e implementação de sistemas de informação que respondam às necessidades da empresa, nomeadamente, dotar processos de negócio com rapidez, consistência, flexibilidade e baixo custo.

A procura de soluções que permitam reduzir custos através da eliminação do suporte físico (vulgo papel) em todos os processos (primários ou de suporte) dentro da organização.

Verifica-se uma forte utilização de ferramentas do tipo Cloud, acessos VPN, acesso ao email e dados no telemóvel, reuniões por videoconferência e requisição de computadores portáteis.

Nesse sentido, foi mantida a política de externalização do Data Center da empresa para os ambientes de produção e mantidos internamente os ambientes de qualidade e desenvolvimento.

A arquitetura de sistemas de informação da Lisboa Ocidental SRU assenta numa infraestrutura tecnológica híbrida com elevadas características de robustez, de segurança, de redundância e de desempenho, capaz de corresponder às expectativas nela depositadas.

A Informática em números gerais:

Emails	Teams	Onedrive	Sharepoint
Enviados e Recebidos	Total de Atividades	Ficheiros Armazenados	Ficheiros Armazenados
1.321.000	**398.660**	**1.322.468**	**140.744**

Servidores	Aplicações	Tickets	Ataques Tentativas de intrusão
23	**18**	**1842**	**166.351**

No âmbito da melhoria dos sistemas transversais à empresa, nomeadamente os recentes ERP e gestão documental, foi feito o acompanhamento tecnológico.

Fruto do protocolo com a escola Agrupamento de Escolas Vergílio Ferreira, a informática recebeu um estagiário para a realização de FCT do Curso Profissional de Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos.

Em colaboração com outros órgãos da empresa, foram produzidos documentos na área de RGPD de forma a dar cumprimento ao Regulamento UE de 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016.

Os sistemas de Informação são transversais à empresa e a qualidade na resposta às suas necessidades foi uma prioridade, a melhoria contínua é entendida como um processo de mudanças continuadas que melhoram a organização e lhe agregam valor.

1.2.7 COORDENAÇÃO PROJETOS E OBRA

Em 2024, a equipa da Direção de Coordenação de Projetos e Obras (DCPO) desenvolveu atividades de apoio técnico e suporte em cinco áreas principais: Urbanismo, Engenharia Eletrotécnica, Engenharia Mecânica, Arquitetura Paisagista, e Segurança e Saúde.

Urbanismo

Na área de Urbanismo, a DCPO acompanhou 33 projetos em processo de licenciamento na CML, mantendo uma interação constante com a Direção Municipal de Urbanismo. A equipa monitorou pareceres, informações, despachos e toda a documentação em tramitação nas plataformas da CML. Essa articulação possibilitou antecipar respostas e resolver problemas de forma eficaz. Além disso, garantiu apoio na submissão de pareceres a entidades externas, como a DGCP/IPPC, assegurando um prazo máximo de 30 dias para respostas por meio da plataforma SIRJUE. Durante o ano, foram submetidos 14 novos projetos na plataforma E-Urban, com 20 processos aprovados. Também foram enviados e recebidos 8 pedidos de parecer a entidades externas.

Engenharia e Arquitetura Paisagista

Nas áreas de Engenharia e Arquitetura Paisagista, a DCPO prestou acompanhamento técnico em diversas especialidades, como instalações elétricas, infraestruturas de telecomunicações, transporte de pessoas e cargas, instalações de AVAC, redes de águas e gás, e arquitetura paisagista, oferecendo suporte contínuo a todas as direções de projeto e obra. No apoio às direções de obra, foram realizadas visitas técnicas às empreitadas, atendendo às solicitações dos gestores de contrato ou das equipas de fiscalização. Essas visitas tiveram como objetivo monitorar intervenções especializadas, resolver imprevistos e acompanhar serviços municipais ou de concessionárias.

Durante o ano, a DCPO elaborou 86 notas técnicas e contribuições em diversas fases de evolução dos projetos, abordando todas as áreas de atuação da equipa. O objetivo foi prevenir não conformidades, melhorar a qualidade dos projetos, identificar irregularidades ou incompatibilidades, agilizar processos de aprovação e promover a excelência nas obras, evitando desvios temporais e financeiros.

No apoio à direção de projeto de equipamentos, a DCPO desenvolveu o Projeto de Execução de Arquitetura Paisagista do Jardim de Infância Fernanda de Castro. A equipa também organizou reuniões periódicas (mensais, no caso da E-Redes) com concessionárias e serviços da CML para discutir assuntos relacionados a projetos e obras, garantindo uma supervisão eficaz e respostas oportunas dessas entidades. A DCPO participou ativamente de reuniões periódicas e pontuais com as Direções de Projeto e de Obra, promovendo o esclarecimento de questões técnicas com entidades externas e serviços municipais, como E-Redes, ALTICE/MEO, DCIEP, DIP e DMAEVCE.

A DCPO foi responsável pela elaboração, gestão e acompanhamento de 19 contratações relacionadas aos serviços de infraestrutura, incluindo ramais de energia elétrica em baixa tensão, ramais de água e gás, desvio de infraestruturas elétricas (MT, BT e IP), iluminação pública e redes de telecomunicações externas. Entre as atividades realizadas, destaca-se a solicitação dos cadastros das redes elétricas de serviço público (MT, BT e IP) à E-Redes e das redes de telecomunicações públicas à ALTICE/MEO, além da abertura de pedidos de ligação à rede de serviço público e de desvios ou modificações de redes por meio do Balcão Digital da E-Redes.

Segurança e Saúde

Na área de Segurança, a DCPO deu continuidade às visitas de verificação das empreitadas, com o objetivo de avaliar o cumprimento das obrigações relativas à Coordenação de Segurança em Obra e ao Acompanhamento Ambiental. Ao todo, foram realizadas 77 visitas, nas quais se analisaram as atividades da Coordenação de Segurança em Obra e o controle sobre a execução das obras, bem como as obrigações da Entidade Executante. Durante essas visitas, foram elaborados memorandos com sugestões de melhorias, tanto nos aspetos de segurança quanto na documentação relacionada. Algumas dessas visitas também tiveram como foco o acompanhamento das reuniões de Segurança e Ambiente, com o objetivo de verificar o andamento dos trabalhos e propor melhorias.

A DCPO ainda prestou apoio aos gestores das diversas direções no esclarecimento de questões relacionadas à Segurança. Para mitigar riscos em obra e avaliar a viabilidade de soluções de projeto mais seguras, a equipa analisou 26 Planos de Segurança e Saúde (PSS) e 15 Planos de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD) durante a fase de projeto, apresentando sugestões de melhorias às equipas projetistas.

No âmbito do Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndios em Edifícios (RJSCIE), foi iniciado o processo de integração do Plano de Emergência Interno da SRU com o plano elaborado pela CML para o edifício como um todo.

MUDE

ANÁLISE ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL

2. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

2.1. RENDIMENTOS E GANHOS

Os rendimentos e ganhos, a 31 de dezembro de 2024, ascenderam a um valor total de 112.251.623,45€, correspondente a um aumento de 25,04%, face ao período homólogo do ano transato.

Rendimentos e Ganhos	31/12/2024	31/12/2023	Variação
Prestações de Serviços	96 533 512,20 €	80 015 916,25 €	20,64%
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	14 266 439,02 €	8 766 083,21 €	62,75%
Reversões	623 326,60 €	- €	
Outros rendimentos e ganhos	185 107,14 €	420 540,34 €	-55,98%
Juros e rendimentos similares obtidos	643 238,49 €	568 200,34 €	13,21%
Total	**112 251 623,45 €**	**89 770 740,14 €**	**25,04%**

Foi possível, em 2024, concretizar os objetivos propostos relativos a 'Rendimentos e Ganhos', destacando-se a evolução, na ordem dos 62,75%, face a 2023, da rubrica de 'Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos' decorrente, essencialmente, dos recebimentos de pedidos de pagamento submetidos, de candidaturas a fundos comunitários (PRR e Lisboa 2030).

Da decomposição dos valores constantes desta rubrica, que ascendeu a 14.266.439,02€ em 2024, conforme detalhado no quadro abaixo, é possível constatar um decréscimo acentuado de 93,59% no valor das transferências relativas ao contrato programa de 2015, em linha com o que estava previsto, em virtude da sua conclusão/encerramento neste exercício.

Rendimentos e Ganhos	31/12/2024	31/12/2023	Variação
Contrato Programa CML/SRU 2015	111 808,99 €	1 744 123,40 €	-93,59%
Contrato Subsídios à Exploração	7 523 435,69 €	6 992 557,00 €	7,59%
Apoio Comunitário - FEDER	5 762 650,81 €	5 108,19 €	112711,99%
Outros (PRR)	868 543,53 €	24 294,62 €	3475,04%
Total	**14 266 439,02 €**	**8 766 083,21 €**	**62,75%**

De salientar, em 2024, o montante de 623.326,60€ da rubrica de "Reversões", resultante da reversão de imparidade de processo judicial com decisão homologada por sentença do Tribunal.

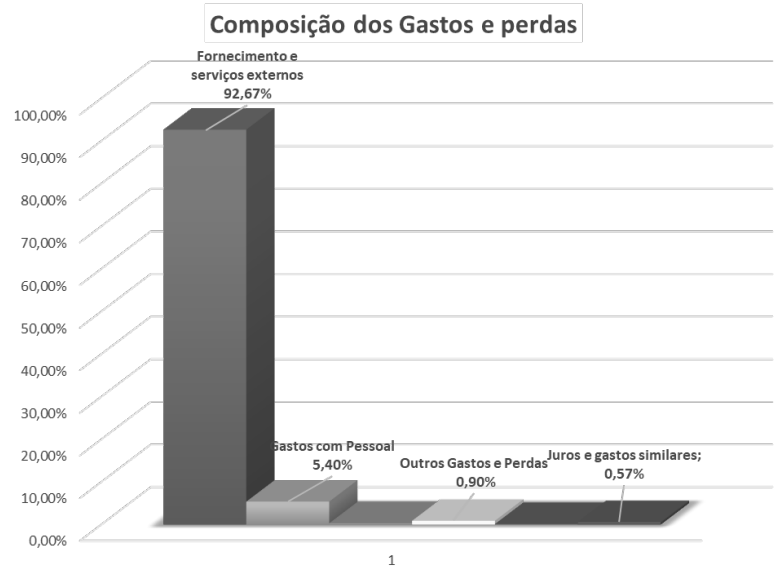
Verificou-se ainda um aumento residual (+13,21%), na rubrica de ´Juros e Rendimentos similares obtidos´ (correspondentes a reembolsos de juros recebidos pela CML), decorrentes dos gastos com juros do Empréstimo IHRU/BEI), em virtude das taxas EURIBOR ainda se encontrarem, durante o ano de 2024, em valores elevados.

O peso relativo da rubrica de 'Prestações de Serviços', face ao total dos 'Rendimentos e Ganhos', equivale a 86,00%, evidenciado assim a sua importância para atividade da empresa.

2.2 GASTOS E PERDAS

Em 2024, a rubrica de 'Gastos e Perdas' totalizou um valor de 112.239.009,97€, verificando-se assim uma variação crescente relativamente a 31 de dezembro de 2023 de 25,04%.

Gastos e Perdas	31/12/2024	31/12/2023	Variação
Fornecimento e serviços externos	104 014 264,81 €	82 381 359,15 €	26,26%
Gastos com Pessoal	6 059 288,26 €	6 079 419,57 €	-0,33%
Provisões	354 473,00 €	419 255,50 €	-15,45%
Outros Gastos e Perdas	1 011 507,71 €	25 812,67 €	3818,65%
Gastos de depreciação e amortização	156 237,70 €	286 554,21 €	-45,48%
Juros e gastos similares	643 238,49 €	568 200,34 €	13,21%
Total	**112 239 009,97 €**	**89 760 601,44 €**	**25,04%**



Relativamente à rubrica de 'Fornecimentos e Serviços Externos', aproximadamente 99,21% correspondem a gastos com subcontratos. A elevada representatividade dos gastos com 'Subcontratos' assenta, essencialmente, na execução dos Contratos de Mandato, que representa 99,10% de toda a despesa registada em 'Fornecimento e serviços externos', muito por conta, do peso relativo associado às rubricas de 'Obra' e que traduz um proporcional de 93,33% (cerca de 96,3M de euros).

A 31 de dezembro de 2024, os 'Gastos com Pessoal' fixaram-se em 6.059.288,26€, tendo existindo uma variação negativa residual de 0,33% face ao ano de 2023. Ainda assim, quando comparados os valores relativos de 'Gastos com Pessoal' face ao total da rubrica de 'Gastos e Perdas' é possível constatar que os mesmos diminuíram o seu peso, passando de 6,77% para 5,40%, o que significa uma diminuição do peso dos encargos com a estrutura de recursos humanos face ao aumento da atividade.

A rubrica de 'Outros Gastos e Perdas', cifrou-se em 1.011.507,71€, dos quais 96,23% respeitam à regularização da divida da empresa Soares da Costa, S.A. referente ao processo de contencioso com decisão homologada por sentença do Tribunal.

Na rubrica de 'Juros e Gastos similares' ressalva-se também o incremento observado na despesa com juros, fruto do contrato de empréstimo com IHRU/BEI e do aumento das taxas EURIBOR.

Subcontratados	2024	% no Total
Intervenções Contrato Programa CP 2015	**111 808,99 €**	**0,11%**
Obra	108 120,84 €	0,10%
Projeto	3 688,15 €	0,00%
Fiscalização	- €	0,00%
Outros	- €	0,00%
Contratos de Mandato	**103 075 963,45 €**	**99,89%**
Obra	96 305 811,76 €	93,33%
Projeto	3 454 978,75 €	3,35%
Fiscalização	3 243 913,75 €	3,14%
Outros	71 259,19 €	0,07%
Total	**103 187 772,44 €**	**100,00%**

2.3. RESULTADOS DO EXERCÍCIO

Dado que a SRU é uma entidade inteiramente detida pelo Município de Lisboa, é exigido que se coordene com os objetivos e princípios estabelecidos pelo único acionista, em conformidade com as diretrizes estratégicas aprovadas pela Câmara Municipal de Lisboa, diligenciando alcançar os propósitos sociais da empresa e garantindo a sua sustentabilidade financeira e respetivo equilíbrio económico.

Em virtude disso, considerando a natureza não lucrativa da empresa, os contratos de exploração são estabelecidos com base na cobertura dos custos operacionais, e somente nessa medida. Tais contratos especificam que, se os custos efetivos forem inferiores aos valores atribuídos anualmente, a diferença deve ser reservada para ser utilizada nos anos seguintes para as mesmas finalidades.

Diante desse contexto, o valor do subsídio para a exploração em 2023 foi totalmente utilizado, e apenas os rendimentos do contrato programa de 2024 foram contabilizados para cobrir os custos de exploração, resultando em um montante de 2.631.097,54€ a ser diferido para 2025, referente ao subsídio à exploração de 2024 no valor de 7.500.000,00€.

Entende-se, por isso, que as transferências efetuadas pela CML, para efeitos de cobertura dos custos de estrutura (contrato programa de exploração), são determinadas depois de esgotadas as receitas próprias, que se resumem ao arrendamento de alguns imóveis para efeitos de habitação, pelo que o resultado líquido é nulo.

2.4. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

2.4.1. DESPESA

No exercício de 2024, o montante total da despesa prevista, após a inclusão do saldo de gerência, foi de 120.539.867,61€, enquanto a execução efetiva da despesa atingiu 113.727.416,06€, correspondendo a 94,35% do total da despesa orçamentada.

Despesa		Dotação	Executado	% Exe.
Despesa Corrente		**118 906 795,86 €**	**112 640 263,65 €**	**94,73%**
D1	Pessoal	7 105 908,21 €	6 069 590,56 €	85,42%
D2	Bens / Serviços	110 640 714,65 €	105 556 583,12 €	95,40%
	Plano de Atividades	106 866 065,48 €	104 535 118,31 €	97,82%
	Outras Aq. Bens / Serviços	3 774 649,17 €	1 021 464,81 €	27,06%
D3	Juros	785 213,00 €	643 238,49 €	81,92%
D5	Outras Despesas Correntes	374 960,00 €	370 851,48 €	98,90%
Despesa de Capital		**1 097 896,74 €**	**552 027,41 €**	**50,28%**
D6	Aquisição de Bens de Capital	1 097 896,74 €	552 027,41 €	50,28%
Despesa não Efetiva		**535 175,01 €**	**535 125,00 €**	**99,99%**
D10	Despesas com Passivos Financeiros	535 175,01 €	535 125,00 €	99,99%
Despesa Total		**120 539 867,61 €**	**113 727 416,06 €**	**94,35%**

No quadro anterior, observa-se uma execução de 85,42% da despesa destinada ao pessoal. Esse valor relativo reflete a reestruturação da empresa, que teve início em 2019, com o objetivo de prover os recursos necessários ao cumprimento eficiente dos compromissos estabelecidos com o Município de Lisboa, especialmente aqueles provenientes dos contratos de mandato celebrados.

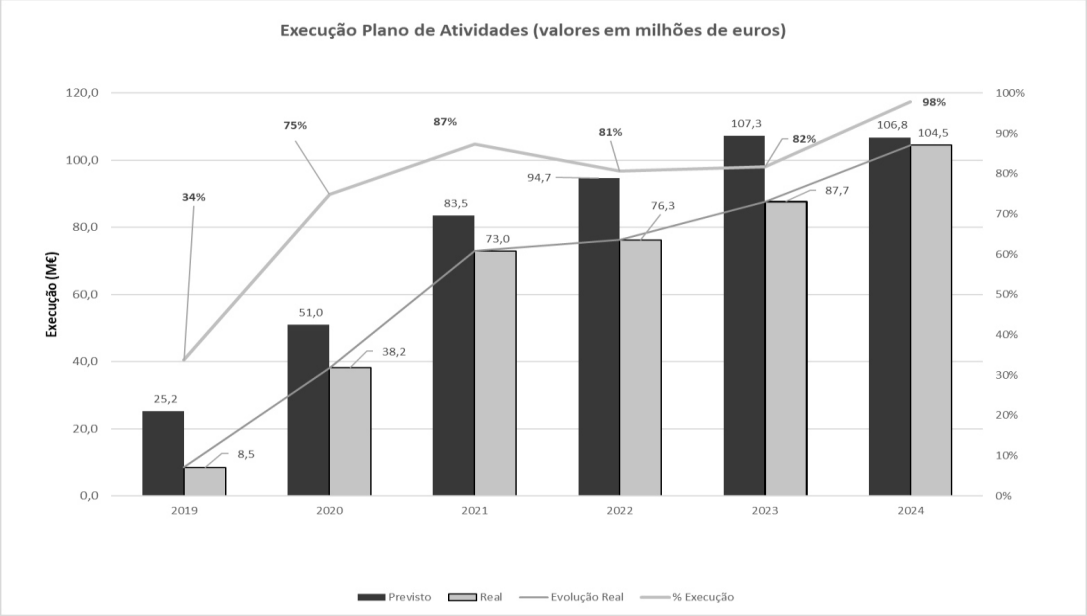
Dada a importância dos valores relacionados com a aquisição de bens e serviços, no quadro abaixo são identificadas separadamente as despesas referentes à realização das ações associadas ao Plano de Atividades (contratos de mandato e contrato programa 2015).

As despesas do Plano de Atividades atingiram uma execução de 104.535.118,31€, o que equivale a 97,82% do valor orçamentado, com a inclusão do Saldo de Gerência do ano anterior.

Despesa	Dotação	Execução	% Exe.
Contrato Programa 2015	**112 328,94 €**	**111 808,99 €**	**99,54%**
Contratos de Mandato	**106 753 736,54 €**	**104 423 309,32 €**	**97,82%**
Escolas e Creches	27 156 015,58 €	26 878 167,66 €	98,98%
Espaço Público	7 413 358,61 €	7 303 843,22 €	98,52%
Centros de Saúde e Outros Equipamentos	10 210 076,77 €	10 054 058,96 €	98,47%
Habitação	61 974 285,58 €	60 187 239,48 €	97,12%
Total	**106 866 065,48 €**	**104 535 118,31 €**	**97,82%**

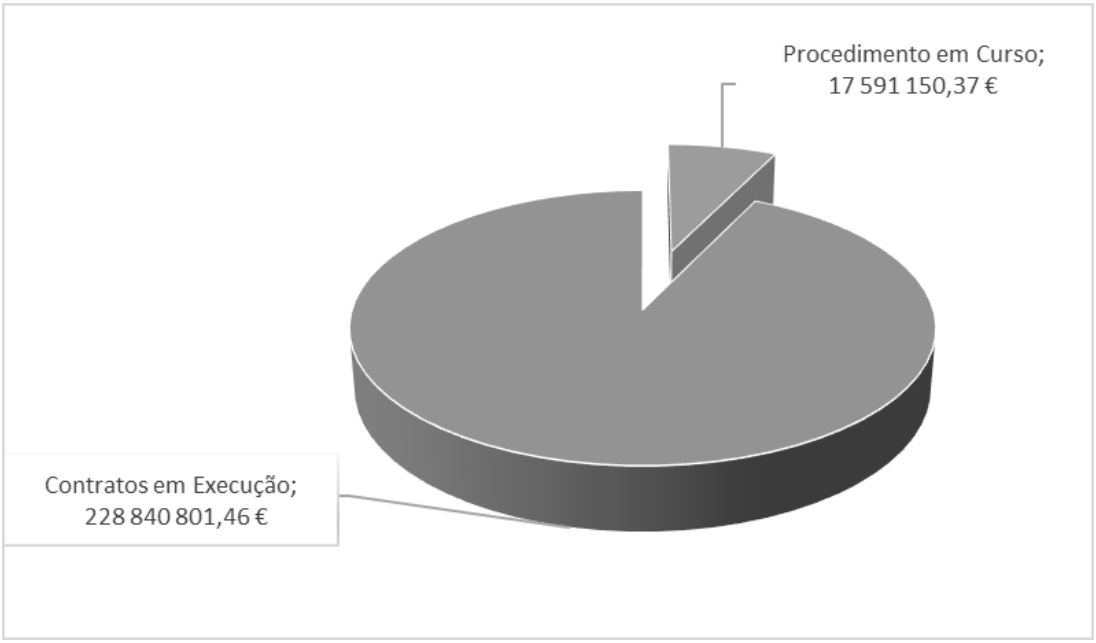
Em 2024, constata-se que todos os Programas registaram uma execução superior a 90%, com destaque para o conjunto de intervenções nos Programas Escolas e Creches, e Habitação, cuja despesa conjunta atingiu um total de 87.065.407,14€, representando 83,29% da despesa executada no âmbito do Plano de Atividades.

Abaixo, está evidenciado o gráfico de evolução dos valores previsto e executados desde o ano de 2019 a 2024.



Salienta-se a elevada taxa de execução desde 2020, ano em que foram iniciadas as primeiras obras no âmbito dos Contratos Mandato e que fomentou a restruturação da organização. Verifica-se que a taxa de execução se mantém acima dos 80%, o que revela a eficácia ao nível da execução orçamental. O ano de 2024 destaca-se como sendo o primeiro ano na gênese dos contratos de mandato, em que foi possível atingir uma execução financeira do Plano de Atividades superior a 90%.

Durante o ano de 2024, foi possível dar continuidade à execução direta das obras das intervenções estabelecidas nos contratos de mandato, além da realização de procedimentos de contratação que resultaram em um valor total acumulado de 228.840.801,46€ em contratos em execução. Encerrando o exercício com 17.591.150,37€ de procedimentos em curso.



2.4.2. RECEITA

As previsões apontavam para um valor de receitas de 120.539.867,61€, dos quais 98,34% foram efetivamente executados. O desvio global resultou principalmente dos valores da rubrica 'Vendas de Bens e Serviços', que alcançaram uma taxa de execução de 93,45% em relação à dotação prevista, e representam face ao total da receita, um peso relativo de 86,41%.

Receita		Dotação	Executado	% Exe.
Receita Corrente		**114 696 374,15 €**	**112 597 091,58 €**	**98,17%**
R3	Taxas, multas e outras penalidades	100,00 €	204,00 €	**204,00%**
R4	Rendimentos de Propriedade	84 076,28 €	93 112,02 €	**110,75%**
R5	Transferências e Susbídios Correntes	10 448 525,53 €	14 862 245,21 €	**142,24%**
	Contrato Programa 2015	150 000,00 €	87 812,38 €	**58,54%**
	FEDER	2 011 875,05 €	6 631 194,34 €	**329,60%**
	Contrato Subsídio à Exploração	7 500 000,00 €	7 500 000,00 €	**100,00%**
	Contrato Programa IHRU/BEI	786 650,48 €	643 238,49 €	**81,77%**
R6	Venda de Bens e Serviços	104 163 622,34 €	97 340 903,86 €	**93,45%**
R7	Outras Receitas Correntes	50,00 €	300 626,49 €	**601252,98%**
Receita de Capital		**535 225,00 €**	**535 125,00 €**	**99,98%**
R8	Venda de bens de investimento	50,00 €	- €	**0,00%**
R12	Receita com ativos financeiros	535 125,00 €	535 125,00 €	**100,00%**
R13	Receita com passivos financeiros	50,00 €	- €	**0,00%**
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	1 200,00 €	102 373,74 €	**8531,15%**
Saldo de Gerência Anterior		5 307 068,46 €	5 307 068,46 €	**100,00%**
Receita Total		**120 539 867,61 €**	**118 541 658,78 €**	**98,34%**

No que diz respeito à rubrica de transferências provenientes do Município de Lisboa, a execução atingiu 8.231.050,87€ no contexto dos Contratos-Programa estabelecidos com a CML. Além disso, foram registados na mesma rubrica recebimentos referentes a operações cofinanciadas pelo Programa Operacional Regional de Lisboa (POR Lisboa), totalizando 6.631.194,34€ (discriminado no Anexo VII - 5.7 - Transferências e Subsídios Recebidos).

É importante ressalvar que a LOSRU continuará nos próximos anos a dar uma atenção especial aos Programas de cofinanciamento disponíveis a nível nacional e europeu, especialmente para intervenções que se alinham com a missão da empresa. Acreditamos firmemente que manter uma abordagem proativa nesse sentido permitirá diversificar as fontes e o modelo de financiamento atual, além de trazer novos fundos para o Município.

2.5. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

De seguida são indicados alguns indicadores económico-financeiro com relevância acrescentada, considerando a atividade desenvolvida. Os indicadores aqui apresentados, mostram que a SRU consegue cumprir os seus compromissos e apresenta estabilidade perante terceiros.

INDICADORES	UNIDADE	31/12/2024	31/12/2023
ECONÓMICO- FINANCEIROS			
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	€	96 533 512,20 €	80 015 916,25 €
GASTOS COM O PESSOAL	€	-6 059 288,26 €	-6 079 419,57 €
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	€	-104 014 264,81 €	-82 381 359,15 €
CAPITAL PRÓPRIO	€	4 111 406,07 €	3 767 333,28 €
DÍVIDAS DE TERCEIROS	€	20 789 793,31 €	20 838 343,85 €
FINANCIAMENTO BANCÁRIO MLP	€	14 259 875,00 €	14 939 875,00 €
FINANCIAMENTO BANCÁRIO CP	€	680 000,00 €	535 125,00 €
FORNECEDORES	€	213 770,49 €	96 858,36 €
SOLVABILIDADE	RÁCIO	0,08	0,08
AUTONOMIA FINANCEIRA	RÁCIO	0,08	0,07
ENDIVIDAMENTO	RÁCIO	12	13
LIQUIDEZ GERAL	RÁCIO	108	108

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS E SALDO ORÇAMENTAL

Como anteriormente referido, considerou-se que o valor das transferências efetuadas pela CML para efeitos de cobertura dos custos de estrutura (contrato programa de exploração) será exatamente o do valor das despesas suportadas a este nível, deduzido do valor de receitas próprias, que se resumiram em 2024 ao arrendamento de alguns imóveis para efeitos de habitação.

Desse modo, dos valores transferidos pela CML foram diferidos 2.631.097,54€ para 2025, referentes a valores não utilizados, dando origem a um resultado líquido nulo, não havendo qualquer proposta de aplicação de resultados.

Os valores em caixa e depósitos bancários eram, à data de 31 de dezembro de 2024, de 15.401.004,21€, dos quais 9.743.328,88€ correspondem a operações de tesouraria e 5.657.675,33€ a operações orçamentais. Detalhando o saldo de execução orçamental verificamos que foi gerado da seguinte forma:

• Contratos de Mandato – 233.975.,41€
• Exploração (estrutura de funcionamento) – 5.423.699,92€

Considerando que 843.432,61€ são referentes ao capital deduzido dos resultados transitados e, tendo presente os valores anteriormente discriminados, o Conselho de Administração propõe que seja integrado um valor total de 4.814.242,72€, sendo utilizado para dotar o Orçamento e Plano de 2025 nas seguintes rúbricas:

- Plano 2020/A/75 – Entrecampos - Económica 02.02.20.01.02 – 233.975.,41€
- Extraplano – Económica 01.01.03.01 – 400.000,00€
- Extraplano – Económica 01.01.04.01 – 400.000,00€
- Extraplano – Económica 01.01.12 – 300.000,00€
- Extraplano – Económica 01.03.09.01 – 200.000,00€
- Extraplano – Económica 02.02.02 – 250.000,00€
- Extraplano – Económica 02.02.03.01 – 200.000,00€
- Extraplano – Económica 02.02.14.01 – 800.000,00€
- Extraplano – Económica 02.02.15 – 300.000,00€
- Extraplano – Económica 02.02.20.02 – 930.267,31€
- Plano 2021/I/1 – Económica 07.01.07 – 300.000,00€
- Plano 2021/I/2 – Económica 07.01.08 – 500.000,00€

O Conselho de Administração,

Presidente	*Vogal*	*Vogal*
Gonçalo Santos Costa	Ana Isabel Costa	Filipa Roseta

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, ORÇAMENTAIS E ANEXOS

3.1. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

As demonstrações orçamentais, de acordo com a NCP 26 – Contabilidade Orçamental do SNC-AP, refletem uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental da SRU. As demonstrações previsionais são elaboradas num plano orçamental plurianual e no plano Plurianual de investimentos de 4 anos.

3.1.1. DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL DA RECEITA

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL DA RECEITA

Euros

Rubrica	Recebimentos	Fontes Financiamento						2023
		RP	RG	UE	EMPR	Fundos Alheios	Total	
	Saldo de gerência anterior	**2 934 607,04**	-	**3 215 894,03**	-	**6 889 386,76**	**13 039 887,83**	**15 003 260,22**
	Operações orçamentais [1]	2 934 607,04	-	3 215 894,03	-	-	6 150 501,07	10 533 694,43
	Restituição do saldo oper. orçamentais	-	-	-	-	-	-	-
	Operações de tesouraria [A]	-	-	-	-	6 889 386,76	6 889 386,76	4 469 565,79
	Receita corrente	**105 965 897,24**	-	**6 631 194,34**	-	-	**112 597 091,58**	**90 634 401,75**
R1	Receita fiscal	-	-	-	-	-	-	-
R11	Impostos diretos	-	-	-	-	-	-	-
R12	Impostos indiretos	-	-	-	-	-	-	-
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	-	-	-	-	-	-	-
R3	Taxas, multas e outras penalidades	204,00	-	-	-	-	204,00	129 989,82
R4	Rendimentos de propriedade	93 112,02	-	-	-	-	93 112,02	80 846,82
R5	Transferências e subsídios correntes	8 231 050,87	-	6 631 194,34	-	-	14 862 245,21	8 278 627,71
R51	Administrações Públicas	731 050,87	-	6 631 194,34	-	-	7 362 245,21	1 278 627,71
R511	Administração Central - Estado	-	-	-	-	-	-	-
R512	Administração Central - Outras entidades	-	-	6 631 194,34	-	-	6 631 194,34	5 108,19
R513	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-
R514	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
R515	Administração Local	731 050,87	-	-	-	-	731 050,87	1 273 519,52
R52	Subsídios correntes	7 500 000,00	-	-	-	-	7 500 000,00	7 000 000,00
R6	Venda de bens e serviços	97 340 903,86	-	-	-	-	97 340 903,86	82 144 875,35
R7	Outras receitas correntes	300 626,49	-	-	-	-	300 626,49	62,05
	Receita de capital	-	-	-	-	-	-	-
R8	Venda de bens de investimento	-	-	-	-	-	-	-
R9	Transferências de capital	-	-	-	-	-	-	-
R91	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-
R911	Administração Central - Estado	-	-	-	-	-	-	-
R912	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-
R913	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-
R914	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
R915	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
R92	Exterior - U E	-	-	-	-	-	-	-
R93	Outras	-	-	-	-	-	-	-
R10	Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-	-
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	102 373,74	-	-	-	-	102 373,74	152 284,70
	Receita efetiva [2]	**106 068 270,98**	-	**6 631 194,34**	-	-	**112 699 465,32**	**90 786 686,45**
	Receita não efetiva [3]	**535 125,00**	-	-	-	-	**535 125,00**	**250 000,00**
R12	Receita com ativos financeiros	535 125,00	-	-	-	-	535 125,00	250 000,00
R13	Receita com passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
	Soma [4] = [1] + [2] + [3]	**109 538 003,02**	-	**9 847 088,37**	-	-	**119 385 091,39**	**101 570 380,88**
	Operações de tesouraria [B]	-	-	-	-	**5 086 701,57**	**5 086 701,57**	**4 979 355,76**

RP - Receitas próprias / RG - Receitas gerais / UE - Financiamento da UE / EMPR - Contração de empréstimos / FUNDOS ALHEIOS - Correspondem a operações de tesouraria

3.1.2. DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL DA DESPESA

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL DA DESPESA

Euros

Rubrica	Pagamentos	Fontes Financiamento						2023
		RP	RG	UE	EMPR	Fundos Alheios	Total	
	Despesa corrente	**109 811 772,65**	**-**	**2 828 491,00**	**-**	**-**	**112 640 263,65**	**95 043 395,24**
D1	Despesas com o pessoal	6 069 590,56	-	-	-	-	6 069 590,56	5 978 498,04
D11	Remunerações Certas e Permanentes	4 830 994,63	-	-	-	-	4 830 994,63	4 767 827,67
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	978,69	-	-	-	-	978,69	2 049,81
D13	Segurança social	1 237 617,24	-	-	-	-	1 237 617,24	1 208 620,56
D2	Aquisição de bens e serviços	102 728 092,12	-	2 828 491,00	-	-	105 556 583,12	88 357 332,70
D3	Juros e outros encargos	643 238,49	-	-	-	-	643 238,49	568 200,34
D4	Transferências correntes	-	-	-	-	-	-	-
D41	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-
D411	Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	-
D412	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-
D413	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-
D414	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
D415	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
D42	Instituições sem fins lucrativos	-	-	-	-	-	-	-
D43	Famílias	-	-	-	-	-	-	-
D44	Outras	-	-	-	-	-	-	-
D5	Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
D6	Outras despesas correntes	370 851,48	-	-	-	-	370 851,48	139 364,16
	Despesa de capital	**552 027,41**	**-**	**-**	**-**	**-**	552 027,41	**126 484,57**
D7	Investimento	552 027,41	-	-	-	-	552 027,41	126 484,57
D8	Transferências de capital	-	-	-	-	-	-	-
D81	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-
D811	Administração Central - Estado	-	-	-	-	-	-	-
D812	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-
D813	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-
D814	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
D815	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
D82	Instituições sem fins lucrativos	-	-	-	-	-	-	-
D83	Famílias	-	-	-	-	-	-	-
D84	Outras	-	-	-	-	-	-	-
D9	Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-
	Despesa efetiva [5]	**110 363 800,06**	**-**	**2 828 491,00**	**-**	**-**	**113 192 291,06**	**95 169 879,81**
	Despesa não efetiva [6]	**535 125,00**	**-**	**-**	**-**	**-**	**535 125,00**	**250 000,00**
D10	Despesa com ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
D11	Despesa com passivos financeiros	535 125,00	-	-	-	-	535 125,00	250 000,00
	Soma [7] = [5] + [6]	**110 898 925,06**	**-**	**2 828 491,00**	**-**	**-**	**113 727 416,06**	**95 419 879,81**
	Operações de tesouraria [C]	**-**	**-**	**-**	**-**	**2 232 759,45**	**2 232 759,45**	**2 559 534,79**
	Saldo para a gerência seguinte	**(1 360 922,04)**	**-**	**7 018 597,37**	**-**	**9 743 328,88**	**15 401 004,21**	**13 039 887,83**
	Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	(1 360 922,04)	-	7 018 597,37	-	-	5 657 675,33	6 150 501,07
	Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]	-	-	-	-	**9 743 328,88**	9 743 328,88	6 889 386,76
	Saldo global [2] - [5]	**(4 295 529,08)**	**-**	**3 802 703,34**	**-**	**-**	**(492 825,74)**	**(4 383 193,36)**
	Despesa primária	109 720 561,57	-	2 828 491,00	-	-	112 549 052,57	94 601 679,47
	Saldo corrente	(3 845 875,41)	-	3 802 703,34	-	-	(43 172,07)	(4 408 993,49)
	Saldo de capital	(552 027,41)	-		-	-	(552 027,41)	(126 484,57)
	Saldo primário	(3 652 290,59)	-	3 802 703,34	-	-	150 412,75	(3 814 993,02)
	Receita total [1] + [2] + [3]	109 538 003,02	-	9 847 088,37	-	-	119 385 091,39	101 570 380,88
	Despesa total [5] + [6]	110 898 925,06	-	2 828 491,00	-	-	113 727 416,06	95 419 879,81

RP - Receitas próprias / RG - Receitas gerais / UE - Financiamento da UE / EMPR - Contração de empréstimos / FUNDOS ALHEIOS - Correspondem a operações de tesouraria

3.1.3. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

Euros

Rúbrica	Descrição	Previsões Corrigidas	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidaçoes anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas liquidas			Receita por cobrar no final do período	Grau de execução	
							Emitidas	Pagas	Período Anteriores	Período Corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
		[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]=[5]-[7]	[11]	[12]=[8]/[1]x100	[13]=[9]/[1]x100
	Receita corrente	**114 696 374,15**	**1 285 630,79**	**120 964 776,85**	**6 782 713,75**	**116 785 706,25**	**7 720 111,70**	**4 188 614,67**	**(3 260 766,03)**	**115 857 857,61**	**112 597 091,58**	**2 870 602,31**	**(2,84)**	**101,01**
R1	Receita fiscal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R11	Impostos diretos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R12	Impostos indiretos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R3	Taxas, multas e outras penalidades	100,00	-	204,00	-	204,00	-	-	-	204,00	**204,00**	-	-	204,00
R4	Rendimentos de propriedade	84 076,28	5 479,95	89 725,13	991,96	93 112,02	-		5 479,95	87 632,07	**93 112,02**	1 101,10	6,52	104,23
R5	Transferências correntes	10 448 525,53	-	14 862 245,21	-	14 862 245,21	-	-	-	14 862 245,21	**14 862 245,21**	-	-	142,24
R51	Administrações Públicas	2 948 525,53	-	7 362 245,21	-	7 362 245,21	-	-	-	7 362 245,21	**7 362 245,21**	-	-	249,69
R5111	Administração Central - Estado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R5112	Administração Central - Outras entidades	2 011 875,05	-	6 631 194,34	-	6 631 194,34	-	-	-	6 631 194,34	**6 631 194,34**	-	-	329,60
R5113	Segurança Social	-					-	-	-	-	-	-	-	-
R5114	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R5115	Administração Local	936 650,48	-	731 050,87	-	731 050,87	-	-	-	731 050,87	**731 050,87**	-	-	78,05
R52	Subsídios correntes	7 500 000,00	-	7 500 000,00	-	7 500 000,00	-	-	-	7 500 000,00	**7 500 000,00**	-	-	100,00
R6	Venda de bens e serviços	104 163 622,34	820 273,07	105 529 887,68	6 158 395,19	101 529 518,53	7 720 111,70	4 188 614,67	(3 266 245,98)	100 607 149,84	**97 340 903,86**	2 850 861,70	(3,14)	96,59
R7	Outras receitas correntes	50,00	459 877,77	482 714,83	623 326,60	300 626,49	-	-	-	300 626,49	**300 626,49**	18 639,51	-	-
	Receita de capital	**535 225,00**	**-**	**535 125,00**	**-**	**535 125,00**	**-**	**-**	**-**	**535 125,00**	**535 125,00**	**-**	**-**	**99,98**
R8	Venda de bens de investimento	50,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9	Transferências de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R91	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R911	Administração Central - Estado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R912	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R913	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R914	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R915	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R92	Exterior - U E	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R93	Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R10	Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	1 200,00	7 460,01	94 913,73	-	102 373,74	-	-	7 460,01	94 913,73	102 373,74	-	621,67	7 909,48
R12	Receita com ativos financeiros	535 125,00	-	535 125,00	-	535 125,00	-	-	-	535 125,00	535 125,00	-	-	100,00
R13	Receita com passivos financeiros	50,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais	5 307 068,46	-	5 307 068,46	-	5 307 068,46	-	-	-	5 307 068,46	5 307 068,46	-	-	100,00
	Total	**120 539 867,61**	**1 293 090,80**	**126 901 884,04**	**6 782 713,75**	**122 730 273,45**	**7 720 111,70**	**4 188 614,67**	**(3 253 306,02)**	**121 794 964,80**	**118 541 658,78**	**2 870 602,31**	**(2,70)**	**101,04**

3.1.4. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

Euros

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de periodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	DESPESAS PAGAS LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução	
							Periodos anteriores	Periodo corrente	Total			Periodo anteriores	Periodo corrente
	Despesa corrente	**1 551 959,01**	**118 906 795,86**	**0,00**	**115 530 087,81**	**114 591 589,71**	**1 361 123,57**	**111 279 140,08**	**112 640 263,65**	**938 498,10**	**1 951 326,06**	**1,14**	**93,59**
D1	Despesas com o pessoal	197 185,91	7 105 908,21	-	6 344 661,22	6 255 836,01	197 185,91	5 872 404,65	6 069 590,56	**88 825,21**	**186 245,45**	2,77	82,64
D11	Remunerações Certas e Permanentes	117 886,03	5 559 656,70	-	4 940 437,90	4 940 437,90	117 886,03	4 713 108,60	4 830 994,63	-	109 443,27	2,12	84,77
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	978,69	67 781,69	-	978,69	978,69	978,69	-	978,69	-	-	1,44	-
D13	Segurança social	78 321,19	1 478 469,82	-	1 403 244,63	1 314 419,42	78 321,19	1 159 296,05	1 237 617,24	88 825,21	76 802,18	5,30	78,41
D2	Aquisição de bens e serviços	1 354 773,10	110 640 714,65	-	108 029 412,11	107 321 663,73	1 163 937,66	104 392 645,46	105 556 583,12	707 748,38	1 765 080,61	1,05	94,35
D3	Juros e outros encargos	-	785 213,00	-	785 163,00	643 238,49	-	643 238,49	643 238,49	141 924,51	-	-	81,92
D4	Transferências correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D41	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D411	Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D412	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D413	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D414	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D415	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D42	Instituições sem fins lucrativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D43	Famílias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D44	Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D42	Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D5	Outras despesas correntes		374 960,00	-	370 851,48	370 851,48		370 851,48	370 851,48	-	-	-	98,90
	Despesa de capital	**-**	**1 633 071,75**	**-**	**1 140 025,53**	**1 087 152,41**	**-**	**-**	**1 087 152,41**	**1 087 152,41**	**-**	**52 873,12**	**-**	**-**	**66,57**
D6	Investimento	-	1 097 896,74	-	604 900,53	552 027,41	-	552 027,41	552 027,41	52 873,12	-	-	50,28
D8	Transferências de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D81	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D811	Administração Central - Estado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D812	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D813	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D814	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D815	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D82	Instituições sem fins lucrativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D83	Famílias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D84	Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D9	Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D10	Despesa com ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D11	Despesa com passivos financeiros	-	535 175,01	-	535 125,00	535 125,00	-	535 125,00	535 125,00	-	-	-	99,99
	Total	**1 551 959,01**	**120 539 867,61**	**-**	**116 670 113,34**	**115 678 742,12**	**1 361 123,57**	**112 366 292,49**	**113 727 416,06**	**991 371,22**	**1 951 326,06**	**1,13**	**93,22**

3.1.5. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Euros

Objetivo	Número de Projeto	Designação do Projeto	Rúbrica Orçamental	Forma de Realização	Fonte de Financiamento				Datas		Montante previsto			Montante executado			Nível de Execução Financeira Anual	Nível de Execução Financeira Global
					RG	RP	UE	EMPR	Inicio	Fim	Ano t	Anos Seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano t	Total		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]=[12]+[13]	[15]	[16]	[17]=[15]+[16]	[18]	[19]
1.1.1.	2021/I/1	Tecnologias de Informação	D7	O (FORNEC. OU OUTROS)	-	392 198,18	-	-	02/01/2021	31/12/2025	392 198,18	14 013,31	406 211,49	-	35 927,94	35 927,94	9,16%	8,84%
1.1.1.	2021/I/2	Sistemas e Aplicações Informáticas - Gestão de projetos e empreitadas	D7	O (FORNEC. OU OUTROS)	-	705 698,56	-	-	02/01/2021	31/12/2027	705 698,56	412 114,65	1 117 813,21	-	516 099,47	516 099,47	73,13%	46,17%
1.1.1.	2021/I/4	Modernização dos Postos de Trabalho	D7	O (FORNEC. OU OUTROS)	-	-	-	-	02/01/2021	31/12/2028	-	35 267,94	35 267,94	-	-	-	0,00%	0,00%
				Total		**1 097 896,74**	**-**	**-**			**1 097 896,74**	**461 395,90**	**1 559 292,64**	**-**	**552 027,41**	**552 027,41**	**50,28%**	**35,40%**

3.1.6. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE ATIVIDADES

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE ATIVIDADES

Euros

Objetivo	Número de Projeto	Designação do Projeto	Rúbrica Orçamental	Forma de Realização	Fonte de Financiamento				Datas		Montante Previsto			Montante Executado			Nível de Execução Financeira Anual	Nível de Execução Financeira Global
					RG	RP	UE	EMPR	Inicio	Fim	2024	Anos Seguintes	Total	Anos Anteriores	2024	Total		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]=[12]+[13]	[15]	[16]	[17]=[15]+[16]	[18]	[19]
2.1.1.2.	ARF	Escola EB1 nº 60 + JI Alexandre Rodrigues Ferreira	D2	EMPREITADA	-	853 415,47	-	-	2019	2021	-	-	-	891 678,80	-	891 678,80	0,00%	0,00%
2.4.2.	CAJUDA	Calçada da Ajuda - Continuação	D2	EMPREITADA	-	161 505,25	-	-	2019	2021	-	-	-	161 505,25	-	161 505,25	0,00%	0,00%
2.4.2.	2020A1	Estrada de Caselas	D2	EMPREITADA	-	30 159,17	-	-	2019	2021	-	-	-	30 656,17	-	30 656,17	0,00%	0,00%
2.1.1.2.	2020A10	Escola Básica Vitor Palla	D2	EMPREITADA	-	2 675 468,74	-	-	2019	2022	-	-	-	2 677 473,74	-	2 677 473,74	0,00%	0,00%
2.4.2.	2020A100	CM 3 - Miguel Bombarda	D2	EMPREITADA	-	281 457,40	-	-	2020	2026	-	-	-	16 457,40	-	16 457,40	0,00%	0,00%
2.4.2.	2020A101	CM 03 - Av. da Liberdade	D2	EMPREITADA	-	287 563,67	-	-	2020	2021	-	94 496,94	94 496,94	269 132,13	-	269 132,13	0,00%	284,81%
2.4.2.	2020A102	CM 3 - ZER-Baixa Chiado	D2	EMPREITADA	-	27 521,25	-	-	2020	2021	-	-	-	27 521,25	-	27 521,25	0,00%	0,00%
2.4.2.	2020A103	CM 03 - Av. Santos Dumont	D2	EMPREITADA	-	5 627 556,76	-	-	2020	2026	283 182,67	4 901 781,73	5 184 964,40	6 291,45	276 300,57	282 592,02	97,57%	5,45%
2.4.2.	2020A104	CM 03 - Largo de São Sebastião	D2	EMPREITADA	-	4 205 054,08	-	-	2020	2025	2 587 976,10	5 683,19	2 593 659,29	1 689 109,06	2 580 338,81	4 269 447,87	99,70%	164,61%
2.5.2.	2020A105	CM 3 - NOVOS - Pavilhão Azul	D2	EMPREITADA	-	5 422 499,33	-	-	2020	2024	1 547 999,94	146 649,73	1 694 649,67	3 728 013,53	1 537 055,21	5 265 068,74	99,29%	310,69%
2.4.1.	2020A106	CM 2 - São Domingos de Benfica-OC02 - Quinta Bensaúde	D2	EMPREITADA	-	100 000,00	-	-	2020	2027	-	8 441,20	8 441,20	-	-	-	0,00%	0,00%
2.4.1.	2020A107	CM 2 - Campolide-OC03 - Nova Goa	D2	EMPREITADA	-	16 294 727,53	-	-	2020	2027	205 073,72	16 157 624,05	16 362 697,77	16 610,00	204 648,66	221 258,66	99,79%	1,35%
2.1.1.2.	2020A108	CM 04 - Escola nº 195 - Chelas	D2	EMPREITADA	-	9 472 422,90	-	-	2021	2027	260 588,41	9 448 581,17	9 709 169,58	30 422,90	260 588,41	291 011,31	100,00%	3,00%
2.1.1.2.	2020A109	CM 04 - Escola Padre Abel Varzim	D2	EMPREITADA	-	120 000,00	-	-	2021	2026	-	20 000,00	20 000,00	-	-	-	0,00%	0,00%
2.5.1.	2020A11	Biblioteca de Alcântara	D2	EMPREITADA	-	2 464 358,09	-	-	2019	2021	-	-	-	2 466 928,10	-	2 466 928,10	0,00%	0,00%
2.1.1.2.	2020A110	CM 04 - Escola Natália Correia	D2	EMPREITADA	-	120 000,00	-	-	2021	2026	-	20 333,83	20 333,83	-	-	-	0,00%	0,00%
2.1.1.2.	2020A111	CM 04 - Escola Professor Oliveira Marques	D2	EMPREITADA	-	6 482 744,70	-	-	2021	2027	306 987,55	6 628 708,86	6 935 696,41	103 010,12	306 987,55	409 997,67	100,00%	5,91%
2.1.1.2.	2020A112	CM 04 - Escola Professor Manuel Sérgio	D2	EMPREITADA	-	6 482 634,00	-	-	2021	2027	263 778,22	5 592 422,09	5 856 200,31	30 249,22	263 778,22	294 027,44	100,00%	5,02%
2.1.1.2.	2020A113	CM 4 - Escola EB 1 S. José	D2	EMPREITADA	-	108 259,45	-	-	2022	2026	-	-	-	8 259,45	-	8 259,45	0,00%	0,00%
2.1.1.2.	2020A114	CM 04 - Escola Castelo	D2	EMPREITADA	-	3 963 445,81	-	-	2021	2027	97 577,13	3 688 614,75	3 786 191,88	6 945,81	97 577,13	104 522,94	100,00%	2,76%
2.5.2.	2020A115	CM 04 - Pavilhão de Marvila	D2	EMPREITADA	-	3 009 224,85	-	-	2020	2024	853 792,57	-	853 792,57	2 621 370,14	853 792,57	3 475 162,71	100,00%	407,03%
2.5.2.	2020A116	CM 04 - Pavilhão de Campo de Ourique	D2	EMPREITADA	-	3 745 528,35	-	-	2020	2026	91 218,05	2 504 019,87	2 595 237,92	411 121,31	91 218,05	502 339,36	100,00%	19,36%
2.5.2.	2020A117	CM 04 - Pavilhão de São Domingos de Benfica	D2	EMPREITADA	-	6 456 417,55	-	-	2020	2027	237 107,41	6 567 065,96	6 804 173,37	186 985,96	237 107,39	424 093,35	100,00%	6,23%
2.4.2.	2020A118	CM 04 - Mercado de Benfica	D2	EMPREITADA	-	17 953 657,64	-	-	2020	2027	142 623,80	17 282 315,95	17 424 939,75	267 207,37	142 623,80	409 831,17	100,00%	2,35%
2.1.1.2.	2020A119	Escola Básica + JI Caselas	D2	EMPREITADA	-	1 919 815,47	-	-	2020	2020	-	-	-	1 921 835,47	-	1 921 835,47	0,00%	0,00%
2.5.1.	2020A12	MUDE - Museu do Design	D2	EMPREITADA	-	1 540 234,15	-	-	2019	2021	-	-	-	1 517 161,83	-	1 517 161,83	0,00%	0,00%
2.1.1.2.	2020A120	Escola Básica Sampaio Garrido	D2	EMPREITADA	-	1 509 148,03	-	-	2019	2021	-	-	-	1 476 786,03	-	1 476 786,03	0,00%	0,00%
2.1.1.1.	2020A13	CM 1 - Creche do Convento do Desagravo	D2	EMPREITADA	-	1 685 208,96	252 002,20	-	2019	2023	-	-	-	1 998 142,38	-	1 998 142,38	0,00%	0,00%
2.1.1.1.	2020A14	CM 1 - Creche Autónoma 4 - Rua 17 da Encarnação	D2	EMPREITADA	-	4 047 226,09	325 080,00	-	2019	2026	1 593 434,55	1 931 231,72	3 524 666,27	180 290,34	1 593 434,53	1 773 724,87	100,00%	50,32%
2.1.1.1.	2020A15	CM 1 - Creche Jardim da Estrela	D2	EMPREITADA	-	12 531,13	-	-	2019	2021	-	-	-	14 864,55	-	14 864,55	0,00%	0,00%
2.1.1.1.	2020A16	CM 1 - Creche Autónoma 1 - André Gouveia	D2	EMPREITADA	-	1 811 676,87	812 700,00	-	2019	2025	1 141 114,03	660 005,50	1 801 119,53	559 410,76	1 141 114,02	1 700 524,78	100,00%	94,41%
2.1.1.1.	2020A17	CM 1 - Creche Autónoma 8 - Rua Rodrigues Migueis	D2	EMPREITADA	-	2 858 776,14	325 080,00	-	2019	2025	2 263 135,17	213 378,72	2 476 513,89	541 303,43	2 247 270,37	2 788 573,80	99,30%	112,60%
2.1.1.1.	2020A18	CM 1 - Creche Autónoma 3 - Almada Negreiros	D2	EMPREITADA	-	1 626 834,99	812 700,00	-	2019	2025	1 121 888,69	658 784,02	1 780 672,71	475 333,40	1 108 394,60	1 583 728,00	98,80%	88,94%
2.1.1.1.	2020A19	CM 1 - Creche Autónoma 7 - Rua da Fresca	D2	EMPREITADA	-	3 955 017,44	325 080,00	-	2019	2027	315 336,45	3 933 091,55	4 248 428,00	165 829,00	290 675,79	456 504,79	92,18%	10,75%
2.4.2.	2020A2	Rua Bartolomeu Dias	D2	EMPREITADA	-	990 757,43	-	-	2019	2021	-	-	-	991 040,43	-	991 040,43	0,00%	0,00%
2.1.1.1.	2020A20	CM 1 - Creche Autónoma 6 - Quinta dos Ourives	D2	EMPREITADA	-	1 511 515,35	812 700,00	-	2019	2025	1 354 657,20	66 340,35	1 420 997,55	792 897,90	1 349 679,67	2 142 577,57	99,63%	150,78%
2.1.1.1.	2020A21	CM 1 - Creches Jorge Castilho - Areeiro	D2	EMPREITADA	-	57 535,60	-	-	2019	2026	-	-	-	7 535,60	-	7 535,60	0,00%	0,00%
2.1.1.1.	2020A22	CM 2 - Creches Modulares 9	D2	EMPREITADA	-	5 743 489,31	-	-	2019	2026	388 026,21	4 709 409,80	5 097 436,01	273 984,82	375 679,49	649 664,31	96,82%	12,74%
2.1.1.2.	2020A23	CM 1 - EB+JI Infante D. Henrique	D2	EMPREITADA	-	6 440 393,93	-	-	2019	2024	1 925 963,54	12 548,00	1 938 511,54	4 511 878,73	1 925 428,24	6 437 306,97	99,97%	332,07%
2.1.1.2.	2020A24	CM 1 - Escola Básica Actor Vale	D2	EMPREITADA	-	3 907 976,38	-	-	2019	2023	-	-	-	3 907 621,56	-	3 907 621,56	0,00%	0,00%
2.1.1.2.	2020A25	CM 1 - Escola Básica Arqt. Gonçalo Ribeiro Teles	D2	EMPREITADA	-	16 310 374,79	-	-	2019	2023	294 819,91	-	294 819,91	15 852 955,97	294 819,90	16 147 775,87	100,00%	5477,17%
2.1.1.2.	2020A26	CM 1 - Escola Básica Eurico Gonçalves	D2	EMPREITADA	-	8 009 221,10	-	-	2019	2025	2 868 690,38	225 064,81	3 093 755,19	5 063 972,67	2 721 387,11	7 785 359,78	94,87%	251,65%
2.1.1.2.	2020A27	CM 1 - Escola Básica Jorge Barradas	D2	EMPREITADA	-	7 075 739,69	-	-	2019	2023	46 890,78	-	46 890,78	7 031 665,71	46 890,78	7 078 556,49	100,00%	15095,84%
2.1.1.2.	2020A28	CM 1 - Escola Básica Santo Amaro	D2	EMPREITADA	-	6 332 328,24	-	-	2019	2024	232 490,96	37 669,89	270 160,85	6 127 128,36	232 490,96	6 359 619,32	100,00%	2354,01%
2.1.1.2.	2020A29	CM 1 - Escola Básica Santo António	D2	EMPREITADA	-	10 486 403,30	-	-	2019	2025	5 207 716,16	208 200,56	5 415 916,72	6 264 987,97	5 186 521,31	11 451 509,28	99,59%	211,44%
2.4.2.	2020A3	Rua de Pedrouços	D2	EMPREITADA	-	-	-	-	2019	2021	-	-	-	730,00	-	730,00	0,00%	0,00%
2.1.1.2.	2020A30	CM 1 - Escola Básica Santo Condestável	D2	EMPREITADA	-	1 947 330,42	-	-	2019	2023	2 197,26	-	2 197,26	1 937 166,64	2 197,26	1 939 363,90	100,00%	88262,83%
2.1.1.2.	2020A31	CM 1 - Escola Básica Teixeira de Pascoais	D2	EMPREITADA	-	5 309 212,15	-	-	2019	2023	1 903,04	-	1 903,04	5 311 016,06	1 903,04	5 312 919,10	100,00%	279180,63%
2.1.1.1.	2020A32	CM 1 - JI de Benfica	D2	EMPREITADA	-	3 143 444,50	-	-	2019	2023	-	-	-	3 143 636,24	-	3 143 636,24	0,00%	0,00%
2.1.1.2.	2020A33	CM 2 - Escola Básica Alice Vieira	D2	EMPREITADA	-	5 907 949,69	-	-	2019	2023	3 609,57	-	3 609,57	5 917 664,71	3 609,57	5 921 274,28	100,00%	164043,76%
2.1.1.2.	2020A34	CM 2 - Escola Básica Manuel Teixeira Gomes	D2	EMPREITADA	-	6 318 698,46	-	-	2019	2023	13 595,34	-	13 595,34	6 314 447,28	13 595,34	6 328 042,62	100,00%	46545,67%
2.4.2.	2020A36	CM 1 - Hub Beato - Reab. Urbana	D2	EMPREITADA	-	4 812 968,48	-	-	2019	2023	4 958,90	-	4 958,90	4 811 862,00	4 958,90	4 816 820,90	100,00%	97134,87%
2.5.1.	2020A37	CM 2 - Jornadas da Juventude	D2	EMPREITADA	-	17 374 579,91	-	-	2019	2023	16 391,59	-	16 391,59	16 976 584,08	16 391,59	16 992 975,67	100,00%	103668,87%
2.4.2.	2020A38	CM 2 - Ponte Pedonal da Boavista	D2	EMPREITADA	-	97 148,54	-	-	2019	2025	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
2.4.2.	2020A39	CM 2 - Praça da Boavista	D2	EMPREITADA	-	24 477,00	-	-	2019	2023	2 039,87	-	2 039,87	22 437,13	-	22 437,13	0,00%	1099,93%
2.4.2.	2020A4	Rua dos Cordoeiros Pedrouços	D2	EMPREITADA	-	-	-	-	2019	2021	-	-	-	186,00	-	186,00	0,00%	0,00%
2.4.2.	2020A41	CM 1 - Eixo Central Calvanas Expansão Norte e Arquivo	D2	EMPREITADA	-	1 590 403,30	-	-	2019	2027	14 140,08	1 044 614,00	1 058 754,08	40 384,61	14 140,08	54 524,69	100,00%	5,15%
2.4.2.	2020A42	CM 1 - Rua de Campolide - Av. Miguel Torga a Quinta Zé Pinto	D2	EMPREITADA	-	1 992 469,69	-	-	2019	2022	-	-	-	1 992 469,69	-	1 992 469,69	0,00%	0,00%
2.4.2.	2020A43	CM 1 - Vias Estruturantes ORU Santa Clara	D2	EMPREITADA	-	5 850 587,50	-	-	2019	2026	3 186 369,84	2 887 274,85	6 073 644,69	375 222,47	3 110 038,67	3 485 261,14	97,60%	57,38%
2.4.2.	2020A44	CM 1 - Praça de Espanha - Parque Verde	D2	EMPREITADA	-	11 926 509,37	-	-	2019	2023	25 495,94	-	25 495,94	11 880 553,52	25 495,94	11 906 049,46	100,00%	46697,83%
2.4.2.	2020A45	CM 1 - Praça de Espanha - Rede Viária	D2	EMPREITADA	-	7 978 290,49	-	-	2019	2024	886 402,42	4 421,00	890 823,42	7 067 225,34	885 566,01	7 952 791,35	99,91%	892,75%
2.2.1.	2020A46	CM 1 - Unidade de Saúde da Ajuda	D2	EMPREITADA	-	2 886 562,32	-	-	2019	2023	355,04	-	355,04	2 889 031,92	355,04	2 889 386,96	100,00%	813820,12%

BOLETIM MUNICIPAL CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE ATIVIDADES

Euros

Objetivo	Número de Projeto	Designação do Projeto	Rúbrica Orçamental	Forma de Realização	Fonte de Financiamento				Datas		Montante Previsto			Montante Executado			Nível de Execução Financeira Anual	Nível de Execução Financeira Global
					RG	RP	UE	EMPR	Início	Fim	2024	Anos Seguintes	Total	Anos Anteriores	2024	Total		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]=[12]+[13]	[15]	[16]	[17]=[15]+[16]	[18]	[19]
2.2.1.	2020A47	CM 1 - Unidade de Saúde da Ribeira Nova	D2	EMPREITADA	-	3 920 681,43	-	-	2019	2026	671 789,12	3 687 338,55	4 359 127,67	247 467,63	561 477,44	808 945,07	83,58%	18,56%
2.2.1.	2020A48	CM 1 - Unidade de Saúde de Alcântara	D2	EMPREITADA	-	5 508 302,64	-	-	2019	2024	13 231,41	-	13 231,41	5 403 362,84	13 152,82	5 416 515,66	99,41%	40936,80%
2.2.1.	2020A49	CM 1 - Unidade de Saúde de Arroios	D2	EMPREITADA	-	56 702,10	-	-	2019	2025	-	251 645,75	251 645,75	3 702,10	-	3 702,10	0,00%	1,47%
2.4.2.	2020A5	Largo da Boa-Hora	D2	EMPREITADA	-	1 258 612,22	-	-	2019	2022	-	-	-	1 259 084,22	-	1 259 084,22	0,00%	0,00%
2.2.1.	2020A50	CM 1 - Unidade de Saúde de Campo Ourique	D2	EMPREITADA	-	3 788 378,46	-	-	2019	2026	166 660,93	4 110 355,41	4 277 016,34	93 767,31	160 269,24	254 036,55	96,16%	5,94%
2.2.1.	2020A51	CM 1 - Unidade de Saúde de Fonte Nova	D2	EMPREITADA	-	3 849 963,17	-	-	2019	2023	1 931,56	-	1 931,56	4 050 159,75	1 931,56	4 052 091,31	100,00%	209783,35%
2.2.1.	2020A52	CM 1 - Unidade de Saúde de Marvila	D2	EMPREITADA	-	2 716 352,49	2 594 289,85	-	2019	2023	360,36	-	360,36	5 310 493,25	360,36	5 310 853,61	100,00%	1473763,35%
2.2.1.	2020A53	CM 1 - Unidade de Saúde de Sapadores/Graça	D2	EMPREITADA	-	4 367 823,08	-	-	2019	2024	1 263 282,24	69 876,08	1 333 158,32	3 382 507,17	1 263 282,24	4 645 789,41	100,00%	348,48%
2.2.1.	2020A54	CM 1 - Unidade de Saúde de Telheiras	D2	EMPREITADA	-	3 291 912,34	-	-	2019	2027	-	1 045 057,87	1 045 057,87	137 303,13	-	137 303,13	0,00%	13,14%
2.2.1.	2020A55	CM 1 - Unidade de Saúde do Alto dos Moinhos	D2	EMPREITADA	-	2 168 306,21	-	-	2019	2023	-	-	-	2 167 935,80	-	2 167 935,80	0,00%	0,00%
2.2.1.	2020A56	CM 1 - Unidade de Saúde do Beato	D2	EMPREITADA	-	3 032 463,77	-	-	2019	2023	-	-	-	3 031 869,27	-	3 031 869,27	0,00%	0,00%
2.2.1.	2020A57	CM 1 - Unidade de Saúde do Restelo	D2	EMPREITADA	-	4 319 065,37	-	-	2019	2023	-	-	-	4 319 277,60	-	4 319 277,60	0,00%	0,00%
2.2.1.	2020A58	CM 2 - Unidade de Saúde de Areeiro	D2	EMPREITADA	-	150 000,00	-	-	2019	2027	-	167 101,00	167 101,00	-	-	-	0,00%	0,00%
2.4.2.	2020A6	Largo do Rio Seco	D2	EMPREITADA	-	4 538 179,96	-	-	2019	2024	111 808,99	-	111 808,99	4 371 217,66	111 808,99	4 483 026,65	100,00%	4009,54%
2.5.2.	2020A60	CM 1 - Centro Intergeracional - Álvaro Pais	D2	EMPREITADA	-	268 677,64	-	-	2019	2026	-	194 562,47	194 562,47	41 677,64	-	41 677,64	0,00%	21,42%
2.5.2.	2020A61	CM 1 - Centro Intergeracional - Bairro Liberdade/Pardelha Sanches	D2	EMPREITADA	-	31 585,11	-	-	2019	2021	-	-	-	31 585,11	-	31 585,11	0,00%	0,00%
2.5.2.	2020A62	CM 1 - Centro Intergeracional - Quinta da Torrinha	D2	EMPREITADA	-	7 404,20	-	-	2019	2021	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
2.5.2.	2020A63	CM 2 - C. Intergeracional Ajuda	D2	EMPREITADA	-	152 332,00	-	-	2019	2027	-	152 332,00	152 332,00	-	-	-	0,00%	0,00%
2.5.2.	2020A64	CM 2 - C. Intergeracional Beato/Marvila	D2	EMPREITADA	-	100 000,00	-	-	2019	2027	-	75 000,00	75 000,00	-	-	-	0,00%	0,00%
2.5.2.	2020A66	CM 2 - C. Intergeracional Garridas	D2	EMPREITADA	-	25 836 307,14	-	-	2019	2027	666,01	24 028 908,76	24 029 574,77	965 042,10	666,01	965 708,11	100,00%	4,02%
1.1.1.	2020A67	CM 1 - Praça Município - Edificio JBF	D2	EMPREITADA	-	4 408 002,30	-	-	2019	2023	-	-	-	4 408 307,17	-	4 408 307,17	0,00%	0,00%
1.1.1.	2020A68	CM 1 - Praça Município, 8-13 Edifício D	D2	EMPREITADA	-	4 234 582,64	-	-	2019	2025	594 438,98	3 170 572,85	3 765 011,83	964 340,99	586 825,41	1 551 166,40	98,72%	41,20%
1.1.1.	2020A69	CM 1 - Posto Limpeza da Ajuda	D2	EMPREITADA	-	1 958 706,31	-	-	2019	2023	1 872,66	-	1 872,66	1 960 048,65	1 872,66	1 961 921,31	100,00%	104766,55%
2.4.2.	2020A7	Largo Igreja Memória	D2	EMPREITADA	-	1 195 142,50	-	-	2019	2023	519,95	-	519,95	1 195 991,55	-	1 195 991,55	0,00%	230020,49%
1.1.1.	2020A70	CM 1 - Posto Limpeza do Restelo	D2	EMPREITADA	-	3 212 026,85	-	-	2019	2023	186,57	-	186,57	3 210 120,73	186,57	3 210 307,30	100,00%	1720698,56%
2.5.1.	2020A71	CM 2 - MUDE - Museu do Design	D2	EMPREITADA	-	17 944 263,00	-	-	2019	2024	1 613 981,53	246,00	1 614 227,53	16 841 705,98	1 613 981,53	18 455 687,51	100,00%	1143,31%
1.1.1.	2020A72	CM 2 - Complexo Municipal da Boavista	D2	EMPREITADA	-	100 000,00	-	-	2019	2027	-	55 000,00	55 000,00	-	-	-	0,00%	0,00%
2.5.3.	2020A73	CM 2 - Igreja Bairro da Boavista	D2	EMPREITADA	-	4 552 660,89	-	-	2019	2025	1 505 125,77	1 565 515,24	3 070 641,01	1 820 396,09	1 484 448,26	3 304 844,35	98,63%	107,63%
2.5.1.	2020A74	CM 1 - Teatro Variedades	D2	EMPREITADA	-	9 198 518,34	-	-	2019	2024	1 325 952,40	79 333,45	1 405 285,85	7 551 188,21	1 325 952,40	8 877 140,61	100,00%	631,70%
2.4.1.	2020A75	CM 1 - Entrecampos	D2	EMPREITADA	-	92 789 094,11	-	-	2019	2026	23 735 362,12	23 019 686,20	46 755 048,32	54 362 437,13	22 279 205,49	76 641 642,62	93,87%	163,92%
2.4.1.	2020A76	CM 1 - Marvila - OC02 - R. Vale Formoso de Cima	D2	EMPREITADA	-	40 217 579,51	-	-	2019	2026	18 260 814,27	19 516 888,26	37 777 702,53	4 016 512,36	18 050 152,38	22 066 664,74	98,85%	58,41%
2.4.1.	2020A77	CM 1 - Marvila - OC04 - Av Carlos Pinhão	D2	EMPREITADA	-	26 962 704,69	-	-	2019	2027	619 431,30	16 582 708,79	17 202 140,09	677 790,09	619 431,30	1 297 221,39	100,00%	7,54%
2.4.1.	2020A79	CM 1 - Marvila - OR05 - Av Santo Condestável	D2	EMPREITADA	-	339 461,03	-	-	2019	2026	-	-	-	199 461,03	-	199 461,03	0,00%	0,00%
2.1.1.2.	2020A8	Escola Básica Bairro Restelo	D2	EMPREITADA	-	4 325 545,99	-	-	2019	2021	-	-	-	4 328 748,98	-	4 328 748,98	0,00%	0,00%
2.4.1.	2020A80	CM 1 - Marvila - OR05a - Av Santo Condestável	D2	EMPREITADA	-	140 000,00	-	-	2019	2026	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
2.4.1.	2020A81	CM 1 - Marvila - OC06 - Av Santo Condestável/Av República da Bulgária	D2	EMPREITADA	-	140 675,00	-	-	2019	2026	4 797,00	-	4 797,00	675,00	4 797,00	5 472,00	100,00%	114,07%
2.4.1.	2020A82	CM 1 - Marvila - OC11 - Rua Eng.º Ferreira Dias	D2	EMPREITADA	-	1 439 783,36	-	-	2019	2027	25 281,44	1 490 504,24	1 515 785,68	332 565,83	25 281,44	357 847,27	100,00%	23,61%
2.4.1.	2020A83	CM 1 - Marvila - OC12 - Rua Ferreira de Castro/ Rua Pedro Cruz	D2	EMPREITADA	-	37 047 165,43	-	-	2019	2026	9 101 937,68	29 521 085,56	38 623 023,24	1 078 710,98	9 088 420,15	10 167 131,13	99,85%	26,32%
2.4.1.	2020A84	CM 1 - Marvila - OC13 - Av. Avelino Teixeira da Mota	D2	EMPREITADA	-	1 247 293,36	-	-	2019	2026	-	1 155 392,61	1 155 392,61	366 006,41	-	366 006,41	0,00%	31,68%
2.4.1.	2020A86	CM 1 - Marvila - OC14 - Bairro dos Alfinetes	D2	EMPREITADA	-	26 274 484,43	-	-	2019	2027	9 046 913,71	14 405 494,07	23 452 407,78	2 718 105,12	8 958 392,49	11 676 497,61	99,02%	49,79%
2.4.1.	2020A88	CM 1 - Restelo - OC 08_Alto do Restelo - Av. Ilha da Madeira	D2	EMPREITADA	-	248 916,19	-	-	2019	2025	-	74 000,00	74 000,00	73 916,19	-	73 916,19	0,00%	99,89%
2.1.1.2.	2020A9	Escola Básica Moinhos do Restelo	D2	EMPREITADA	-	1 533 999,02	1 120 816,84	-	2019	2021	-	-	-	2 657 331,86	-	2 657 331,86	0,00%	0,00%
2.4.1.	2020A92	CM 1 - Ajuda	D2	EMPREITADA	-	609 700,20	-	-	2019	2027	-	277 500,00	277 500,00	82 200,20	-	82 200,20	0,00%	29,62%
2.4.2.	2020A93	PSA Martim Moniz	D2	EMPREITADA	-	866 165,26	-	-	2019	2021	-	-	-	867 063,26	-	867 063,26	0,00%	0,00%
2.1.1.2.	2020A94	CM 03 - EB nº 72 da Estrela	D2	EMPREITADA	-	9 677 848,56	-	-	2020	2026	3 486 855,78	5 038 788,49	8 525 644,27	841 188,96	3 485 017,82	4 326 206,78	99,95%	50,74%
2.1.1.1.	2020A95	CM 03 - JI Arco do Cego	D2	EMPREITADA	-	3 560 297,69	-	-	2020	2025	897 129,05	1 458 308,85	2 355 437,90	1 798 442,37	891 127,80	2 689 570,17	99,33%	114,19%
2.1.1.2.	2020A96	CM 03 - EB Fernanda de Castro	D2	EMPREITADA	-	2 323 934,74	-	-	2020	2026	58 142,10	1 130 086,63	1 188 228,73	9 126,60	58 142,10	67 268,70	100,00%	5,66%
2.1.1.2.	2020A97	CM 03 - EB Rainha Santa Isabel	D2	EMPREITADA	-	8 264 079,62	-	-	2020	2026	2 828 858,18	4 109 685,86	6 938 544,04	1 370 955,06	2 802 226,73	4 173 181,79	99,06%	60,14%
2.1.1.2.	2020A98	CM 03 - EB Leão de Arroios	D2	EMPREITADA	-	526 450,00	-	-	2020	2026	23 324,32	417 183,25	440 507,57	-	20 324,32	20 324,32	87,14%	4,61%
2.1.1.2.	2020A99	CM 03 - EB Passos Manuel	D2	EMPREITADA	-	328 204,17	-	-	2020	2024	281,71	-	281,71	112 016,10	281,71	112 297,81	100,00%	39862,91%
2.4.2.	2021A14	CM 3 - Quinta do Ferro	D2	EMPREITADA	-	7 745 996,05	-	-	2022	2026	352 037,35	7 041 945,80	7 393 983,15	352 012,90	343 787,03	695 799,93	97,66%	9,41%
2.4.2.	2022A1	CM 4 - Intervenção Integrada Vale de Santo António	D2	EMPREITADA	-	325 000,00	-	-	2022	2026	-	224 256,26	224 256,26	-	-	-	0,00%	0,00%
2.4.1.	2022A10	CM 4 - Estudos e Concessões - Alto da Ajuda	D2	EMPREITADA	-	288 691,75	-	-	2022	2027	-	269 890,84	269 890,84	-	-	-	0,00%	0,00%
2.4.1.	2022A11	CM 4 -Reabilitação de Património Municipal Devoluto (10)	D2	EMPREITADA	-	2 226 149,82	-	-	2022	2026	238 943,40	1 412 683,37	1 651 626,77	120 454,80	238 943,39	359 398,19	100,00%	21,76%
2.4.1.	2022A12	CM 4 - Estudos e Concessões - Rua São Lázaro	D2	EMPREITADA	-	429 626,50	-	-	2022	2027	12 146,25	338 725,60	350 871,85	38 361,65	12 146,25	50 507,90	100,00%	14,39%
2.4.1.	2022A13	CM 4 - Estudos e Concessões - Benfica	D2	EMPREITADA	-	594 449,85	-	-	2022	2027	21 444,44	463 268,97	484 713,41	16 672,25	11 931,00	28 603,25	55,64%	5,90%
2.4.1.	2022A14	CM 4 - Estudos e Concessões - Parque das Nações	D2	EMPREITADA	-	515 676,50	-	-	2022	2027	107 580,92	431 886,55	539 467,47	6 278,75	107 580,92	113 859,67	100,00%	21,11%
2.4.1.	2022A15	CM 4 - Estudos e Concessões - Vale de Santo António	D2	EMPREITADA	-	1 019 000,00	-	-	2022	2026	-	750 000,00	750 000,00	-	-	-	0,00%	0,00%
2.4.2.	2022A2	CM 4 - Intervenção Integrada Vale de Chelas	D2	EMPREITADA	-	200 000,00	-	-	2024	2026	-	150 000,00	150 000,00	-	-	-	0,00%	0,00%
2.4.2.	2022A3	CM 4 - Intervenção Integrada Vale da Ajuda	D2	EMPREITADA	-	808 671,09	-	-	2023	2026	-	341 496,45	341 496,45	2 460,00	-	2 460,00	0,00%	0,72%

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE ATIVIDADES

Euros

Objetivo	Número de Projeto	Designação do Projeto	Rúbrica Orçamental	Forma de Realização	Fonte de Financiamento				Datas		Montante Previsto			Montante Executado			Nível de Execução Financeira Anual	Nível de Execução Financeira Global
					RG	RP	UE	EMPR	Início	Fim	2024	Anos Seguintes	Total	Anos Anteriores	2024	Total		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]=[12]+[13]	[15]	[16]	[17]=[15]+[16]	[18]	[19]
2.4.2.	2022A4	CM 4 - Largo dos Jerónimos / Praça do Império	D2	EMPREITADA	-	956 637,93	-	-	2023	2027	-	420 514,57	420 514,57	-	-	-	0,00%	0,00%
2.4.2.	2022A5	CM 4 - Há Vida no Meu Bairro. Intervenção em Espaço Público. (24)	D2	EMPREITADA	-	9 651 894,82	-	-	2023	2026	345 434,77	8 515 122,27	8 860 557,04	8 852,32	329 646,22	338 498,54	95,43%	3,82%
2.4.2.	2022A6	CM 4 - ORU Quinta do Ferro - Reabilitação de Espaço Público	D2	EMPREITADA	-	2 829 232,69	-	-	2023	2027	60 966,43	4 681 986,42	4 742 952,85	20 147,03	60 966,43	81 113,46	100,00%	1,71%
2.4.1.	2022A8	CM 4 - Estudos e Concessões - Rua Gomes Freire	D2	EMPREITADA	-	266 172,00	-	-	2022	2027	-	243 171,50	243 171,50	-	-	-	0,00%	0,00%
2.4.1.	2022A9	CM 4 - Estudos e Concessões - Olaias	D2	EMPREITADA	-	479 453,75	-	-	2022	2027	5 996,25	299 453,75	305 450,00	-	5 996,25	5 996,25	100,00%	1,96%
2.4.1.	2023A1	CM 4 - Reabilitação de Património Municipal Devoluto (Nº1) - Rua António Couto/Rua Francisco Stromp	D2	EMPREITADA	-	151 111,83	-	-	2023	2024	21 849,09	100 000,00	121 849,09	18 549,14	21 849,09	40 398,23	100,00%	33,15%
2.4.1.	2023A3	CM 4 - Reabilitação de Património Municipal Devoluto (Nº3) - Cabeço da Bola	D2	EMPREITADA	-	318 084,81	-	-	2023	2025	68 822,32	378 513,89	447 336,21	16 610,00	68 822,32	85 432,32	100,00%	19,10%
2.5.1.	2023A4	CM 5 - Teatro Aberto	D2	EMPREITADA	-	2 494 454,50	-	-	2024	2026	120 021,46	3 116 061,74	3 236 083,20	2 152,50	120 021,44	122 173,94	100,00%	3,78%
2.5.1.	2023A5	CM 5 - Palacete dos Marqueses de Pombal	D2	EMPREITADA	-	8 575 024,86	-	-	2024	2026	19 944,45	7 811 299,21	7 831 243,66	-	19 944,45	19 944,45	100,00%	0,25%
2.1.1.2.	2024A1	CM 5 - Escola Básica Paula Vicente	D2	EMPREITADA	-	737 080,76	-	-	2024	2027	15 803,68	100 553,64	116 357,32	-	15 803,68	15 803,68	100,00%	13,58%
2.5.1.	2024A10	CM 6 - Casa Veva Lima	D2	EMPREITADA	-	300 000,00	-	-	2024	2026	-	300 000,00	300 000,00	-	-	-	0,00%	0,00%
2.5.1.	2024A11	CM 6 - Palácio Quinta Santa Clara	D2	EMPREITADA	-	300 000,00	-	-	2024	2026	-	300 000,00	300 000,00	-	-	-	0,00%	0,00%
2.5.1.	2024A12	CM 6 - Mercado dos Olivais	D2	EMPREITADA	-	300 000,00	-	-	2024	2026	23 621,00	522 489,00	546 110,00	-	23 621,00	23 621,00	100,00%	4,33%
2.5.1.	2024A13	CM 6 - Torre da Pela	D2	EMPREITADA	-	175 000,00	-	-	2024	2026	8 856,00	251 954,00	260 810,00	-	8 856,00	8 856,00	100,00%	3,40%
2.5.1.	2024A14	CM 6 - Palácio Beau Sejour	D2	EMPREITADA	-	300 000,00	-	-	2024	2026	2 952,00	46 628,00	49 580,00	-	2 952,00	2 952,00	100,00%	5,95%
2.5.1.	2024A15	CM 6 - Arquivo CML	D2	EMPREITADA	-	2 798 000,00	-	-	2024	2027	-	2 249 095,64	2 249 095,64	-	-	-	0,00%	0,00%
2.5.2.	2024A16	CM 6 - Pavilhão da Flamenga	D2	EMPREITADA	-	170 000,00	-	-	2024	2027	-	263 033,62	263 033,62	-	-	-	0,00%	0,00%
2.4.1.	2024A17	CM 4 - Reabilitação de Património Municipal Devoluto (Nº4) - Rua da Venezuela	D2	EMPREITADA	-	207 496,30	-	-	2024	2025	22 943,58	593 251,93	616 195,51	-	22 943,58	22 943,58	100,00%	3,72%
2.4.1.	2024A18	CM 4 - Reabilitação de Património Municipal Devoluto (Nº5) - Rua Santa Engrácia	D2	EMPREITADA	-	217 381,92	-	-	2024	2026	122 910,74	697 413,86	820 324,60	-	122 910,74	122 910,74	100,00%	14,98%
2.4.1.	2024A19	CM 4 - Reabilitação de Património Municipal Devoluto (Nº6) - Rua da Bela Vista à Graça	D2	EMPREITADA	-	329 114,81	-	-	2024	2026	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
2.1.1.2.	2024A2	CM 5 - Escola Básica de Marvila	D2	EMPREITADA	-	694 871,09	-	-	2024	2027	12 554,38	129 570,07	142 124,45	-	12 554,38	12 554,38	100,00%	8,83%
2.4.2.	2024A20	CM 5 - Avenida 24 de Julho	D2	EMPREITADA	-	80 000,00	-	-	2024	2027	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
2.4.2.	2024A21	CM 5 - Rua Ferreira Borges	D2	EMPREITADA	-	3 856 000,00	-	-	2024	2027	-	3 936 000,00	3 936 000,00	-	-	-	0,00%	0,00%
2.1.1.2.	2024A3	CM 5 - Escola Básica Prof. Delfim Santos	D2	EMPREITADA	-	1 060 420,01	-	-	2024	2027	11 526,29	85 687,25	97 213,54	-	11 526,29	11 526,29	100,00%	11,86%
2.1.1.2.	2024A4	CM 5 - Escola Básica Nuno Gonçalves	D2	EMPREITADA	-	673 831,04	-	-	2024	2027	9 417,64	129 701,08	139 118,72	-	9 417,64	9 417,64	100,00%	6,77%
2.1.1.2.	2024A5	CM 5 - Escola Secundária do Restelo	D2	EMPREITADA	-	836 347,52	-	-	2024	2027	20 362,39	4 954 477,14	4 974 839,53	-	20 362,39	20 362,39	100,00%	0,41%
2.1.1.2.	2024A6	CM 5 - Escola Básica Eugénio dos Santos	D2	EMPREITADA	-	850 815,41	-	-	2024	2027	3 225,19	46 979,62	50 204,81	-	3 225,19	3 225,19	100,00%	6,42%
2.1.1.2.	2024A7	CM 5 - Escola Secundária D. Luísa de Gusmão	D2	EMPREITADA	-	692 324,20	-	-	2024	2027	2 740,29	47 259,71	50 000,00	-	2 740,29	2 740,29	100,00%	5,48%
2.1.1.2.	2024A8	CM 5 - Escola Secundária José Gomes Ferreira	D2	EMPREITADA	-	1 279 500,16	-	-	2024	2027	81 394,03	715 579,07	796 973,10	-	81 394,03	81 394,03	100,00%	10,21%
2.5.1.	2024A9	Unidades de Integração Local (5)	D2	EMPREITADA	-	900 000,00	-	-	2024	2027	2 105,51	769 100,70	771 206,21	-	2 105,51	2 105,51	100,00%	0,27%
				Total	**-**	**693 002 104,69**	**7 380 448,89**	**-**			**106 866 065,48**	**299 637 983,85**	**406 504 049,33**	**293 268 550,58**	**104 535 118,31**	**397 803 668,89**	97,82%	97,86%

3.1.7. Outras divulgações

ANEXO I - DOR 5.1 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA

Euros

Rubrica		Tipo	Receita					Observações
			Previsões Iniciais	Alterações Orçamentais			Previsões Corrigidas	
				Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações	Créditos especiais		
[1]		[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[3]+[4]-[5]+[6]	[8]
R1	Receita fiscal		-	-	-	-	-	
R11	Impostos diretos		-	-	-	-	-	
R12	Impostos indiretos		-	-	-	-	-	
R2	Contribuições para sistemas de ptoteção social e subsistemas de saúde		-	-	-	-	-	
R3	Taxas, multas e outras penalidades		100,00	-	-	-	100,00	
R4	Rendimentos de propriedade		84 076,28	-	-	-	84 076,28	
R5	Transferências correntes		10 448 525,53	-	-	-	10 448 525,53	
R51	Administrações Públicas		2 948 525,53	-	-	-	2 948 525,53	
R511	Administração Central - Estado		-	-	-	-	-	
R512	Administração Central - Outras entidades		2 011 875,05	-	-	-	2 011 875,05	
R513	Segurança Social		-	-	-	-	-	
R514	Administração Regional		-	-	-	-	-	
R515	Administração Local		936 650,48	-	-	-	936 650,48	
R52	Subsídios correntes		7 500 000,00	-	-	-	7 500 000,00	
R6	Venda de bens e serviços		104 163 622,34	-	-	-	104 163 622,34	
R7	Outras receitas correntes		50,00	-	-	-	50,00	
R8	Venda de bens de investimento		50,00	-	-	-	50,00	
R9	Transferências de capital			-	-	-	-	
R91	Administrações Públicas			-	-	-	-	
R911	Administração Central - Estado			-	-	-	-	
R912	Administração Central - Outras entidades			-	-	-	-	
R913	Segurança Social			-	-	-	-	
R914	Administração Regional			-	-	-	-	
R915	Administração Local			-	-	-	-	
R92	Exterior - U E			-	-	-	-	
R93	Outras			-	-	-	-	
R10	Outras receitas de capital			-	-	-	-	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos		1 200,00	-	-	-	1 200,00	
R12	Receita com ativos financeiros		535 125,00	-	-	-	535 125,00	
R13	Receita com passivos financeiros		50,00	-	-	-	50,00	
R14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais	M	-	5 307 068,46	-	-	5 307 068,46	
	Total		115 232 799,15	5 307 068,46	-	-	120 539 867,61	

ANEXO II - DOR 5.2 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

Euros

Rubrica		Tipo	Despesa					Observações
			Dotações Iniciais	Alterações Orçamentais			Dotações Corrigidas	
				Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações	Créditos especiais		
[1]		[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[3]+[4]-[5]+[6]	[8]
D1	Despesas com o pessoal	P/M	6 380 775,76	2 142 569,59	1 417 437,14	-	7 105 908,21	
D11	Remunerações Certas e Permanentes	P/M	5 008 093,84	1 715 000,00	1 163 437,14	-	5 559 656,70	
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	P	97 815,00	28 966,69	59 000,00	-	67 781,69	
D13	Segurança social	P/M	1 274 866,92	398 602,90	195 000,00	-	1 478 469,82	
D2	Aquisição de bens e serviços	P/M	107 113 778,64	10 884 470,39	7 357 534,38	-	110 640 714,65	
D3	Juros e outros encargos		785 213,00	-	-	-	785 213,00	
D4	Transferências correntes		-	-	-	-	-	
D41	Administrações Públicas		-	-	-	-	-	
D411	Administração Central - Estado Português		-	-	-	-	-	
D412	Administração Central - Outras entidades		-	-	-	-	-	
D413	Segurança Social		-	-	-	-	-	
D414	Administração Regional		-	-	-	-	-	
D415	Administração Local		-	-	-	-	-	
D42	Instituições sem fins lucrativos		-	-	-	-	-	
D43	Famílias		-	-	-	-	-	
D44	Outras		-	-	-	-	-	
D5	Subsídios		-	-	-	-	-	
D6	Outras despesas correntes	P	19 960,00	355 000,00	-	-	374 960,00	
D7	Investimento	P/M	397 896,74	779 920,57	79 920,57	-	1 097 896,74	
D8	Transferências de capital		-	-	-	-	-	
D81	Administrações Públicas		-	-	-	-	-	
D811	Administração Central - Estado		-	-	-	-	-	
D812	Administração Central - Outras entidades		-	-	-	-	-	
D813	Segurança Social		-	-	-	-	-	
D814	Administração Regional		-	-	-	-	-	
D815	Administração Local		-	-	-	-	-	
D82	Instituições sem fins lucrativos		-	-	-	-	-	
D83	Famílias		-	-	-	-	-	
D84	Outras		-	-	-	-	-	
D9	Outras despesas de capital		-	-	-	-	-	
D10	Despesa com ativos financeiros		-	-	-	-	-	
D11	Despesa com passivos financeiros		535 175,01	-	-	-	535 175,01	
	Total		115 232 799,15	14 161 960,55	8 854 892,09	-	120 539 867,61	

ANEXO III - DOR 5.3 - ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE ATIVIDADES

ANEXO III - DOR 5.3 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS AO PLANO PLURIANUAL DE ATIVIDADES

Euros

Objetivo	Número do Projeto	Designação do Projeto	Datas		Pagamentos						Modificação
					2024		Períodos seguintes				
			Início	Fim	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	2025	2026	2027	Outros	(+/-)
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[12]=[8]-[7]
1.1.1.	2020A67	CM 1 Praça Município Edificio JBF	2019	2023	-	-	-	-	-	-	0,00
1.1.1.	2020A68	CM 1 Praça Município, 813 Edifício D	2019	2025	1 940 793,89	594 438,98	1 400 190,66	-	-	-	-1 346 354,91
1.1.1.	2020A69	CM 1 Posto Limpeza da Ajuda	2019	2023	-	1 872,66	-	-	-	-	1 872,66
1.1.1.	2020A70	CM 1 Posto Limpeza do Restelo	2019	2023	-	186,57	-	-	-	-	186,57
1.1.1.	2020A72	CM 2 Complexo Municipal da Boavista	2019	2027	25 000,00	-	25 000,00	25 000,00	25 000,00	-	-25 000,00
2.1.1.1.	2020A13	CM 1 Creche do Convento do Desagravo	2019	2023	-	-	-	-	-	-	0,00
2.1.1.1.	2020A14	CM 1 Creche Autónoma 4 Rua 17 da Encarnação	2019	2026	1 904 875,29	1 593 434,55	1 961 910,72	280 000,00	-	-	-311 440,74
2.1.1.1.	2020A15	CM 1 Creche Autónoma 5 Jardim da Estrela	2019	2021	-	-	-	-	-	-	0,00
2.1.1.1.	2020A16	CM 1 Creche Autónoma 1 André Gouveia	2019	2025	1 524 568,88	1 141 114,03	396 213,00	-	-	-	-383 454,85
2.1.1.1.	2020A17	CM 1 Creche Autónoma 8 Rua Rodrigues Migueis	2019	2025	2 207 076,77	2 263 135,17	323 019,25	-	-	-	56 058,40
2.1.1.1.	2020A18	CM 1 Creche Autónoma 3 Almada Negreiros	2019	2025	1 654 193,73	1 121 888,69	165 000,00	-	-	-	-532 305,04
2.1.1.1.	2020A19	CM 1 Creche Autónoma 7 Rua da Fresca	2019	2027	560 000,00	315 336,45	2 335 000,00	1 130 000,00	5 000,00	-	-244 663,55
2.1.1.1.	2020A20	CM 1 Creche Autónoma 6 Quinta dos Ourives	2019	2025	1 263 482,00	1 354 657,20	160 000,00	-	-	-	91 175,20
2.1.1.1.	2020A21	CM 1 Creche Autónoma 2 Areeiro Jorge Castilho	2019	2026	-	-	25 000,00	25 000,00	-	-	0,00
2.1.1.1.	2020A22	CM 2 Creches Modulares 9	2019	2026	670 854,80	388 026,21	2 805 122,95	1 913 565,00	-	-	-282 828,59
2.1.1.1.	2020A32	CM 1 JI de Benfica	2019	2023	-	-	-	-	-	-	0,00
2.1.1.1.	2020A95	CM 03 JI Arco do Cego	2020	2025	928 690,12	897 129,05	774 052,44	-	-	-	-31 561,07
2.1.1.2.	2020A8	Escola Básica Bairro Restelo	2019	2021	-	-	-	-	-	-	0,00
2.1.1.2.	2020A9	Escola Básica Moinhos do Restelo	2019	2021	-	-	-	-	-	-	0,00
2.1.1.2.	2020A10	Escola Básica Victor Palla	2022	2027	-	-	-	-	-	-	0,00
2.1.1.2.	2020A119	Escola Básica + JI Caselas	2020	2020	-	-	-	-	-	-	0,00
2.1.1.2.	2020A120	Escola Básica Sampaio Garrido	2019	2021	-	-	-	-	-	-	0,00
2.1.1.2.	2020A23	CM 1 EB+JI Infante D. Henrique	2019	2024	1 700 757,71	1 925 963,54	-	-	-	-	225 205,83
2.1.1.2.	2020A24	CM 1 Escola Básica Actor Vale	2019	2023	-	-	-	-	-	-	0,00
2.1.1.2.	2020A25	CM 1 Escola Básica Arqt. Gonçalo Ribeiro Teles	2019	2023	-	294 819,91	-	-	-	-	294 819,91
2.1.1.2.	2020A26	CM 1 Escola Básica Eurico Gonçalves	2019	2025	2 108 031,38	2 868 690,38	765 000,00	-	-	-	760 659,00
2.1.1.2.	2020A27	CM 1 Escola Básica Jorge Barradas	2019	2023	-	46 890,78	-	-	-	-	46 890,78
2.1.1.2.	2020A28	CM 1 Escola Básica Santo Amaro	2019	2024	15 900,00	232 490,96	-	-	-	-	216 590,96
2.1.1.2.	2020A29	CM 1 Escola Básica Santo António	2019	2025	3 148 448,89	5 207 716,16	1 257 163,47	-	-	-	2 059 267,27
2.1.1.2.	2020A30	CM 1 Escola Básica Santo Condestável	2019	2023	-	2 197,26	-	-	-	-	2 197,26
2.1.1.2.	2020A31	CM 1 Escola Básica Teixeira de Pascoais	2019	2023	-	1 903,04	-	-	-	-	1 903,04
2.1.1.2.	2020A33	CM 2 Escola Básica Alice Vieira	2019	2023	-	3 609,57	-	-	-	-	3 609,57
2.1.1.2.	2020A34	CM 2 Escola Básica Manuel Teixeira Gomes	2019	2023	-	13 595,34	-	-	-	-	13 595,34
2.1.1.2.	2020A94	CM 03 EB nº 72 da Estrela	2020	2026	2 287 943,05	3 486 855,78	3 461 047,59	2 882 950,80	-	-	1 198 912,73
2.1.1.2.	2020A96	CM 03 EB Fernanda de Castro	2020	2026	45 253,20	58 142,10	549 126,60	1 627 000,00	-	-	12 888,90
2.1.1.2.	2020A97	CM 03 EB Rainha Santa Isabel	2020	2026	2 828 169,42	2 828 858,18	2 585 202,10	1 300 000,00	-	-	688,76
2.1.1.2.	2020A98	CM 03 EB Leão de Arroios	2020	2026	175 700,00	23 324,32	232 750,00	97 500,00	-	-	-152 375,68
2.1.1.2.	2020A99	CM 03 EB Passos Manuel	2020	2024	50 000,00	281,71	-	-	-	-	-49 718,29
2.1.1.2.	2020A108	CM 04 Escola nº 195 Chelas	2021	2027	300 000,00	260 588,41	832 000,00	4 750 000,00	3 560 000,00	-	-39 411,59
2.1.1.2.	2020A109	CM 04 Escola Padre Abel Varzim	2021	2026	50 000,00	-	50 000,00	20 000,00	-	-	-50 000,00
2.1.1.2.	2020A110	CM 04 Escola Natália Correia	2021	2026	50 000,00	-	50 000,00	20 000,00	-	-	-50 000,00
2.1.1.2.	2020A111	CM 04 Escola Professor Oliveira Marques	2021	2027	289 553,00	306 987,55	739 243,00	2 578 400,00	2 697 600,00	-	17 434,55
2.1.1.2.	2020A112	CM 04 Escola Professor Manuel Sérgio	2021	2027	289 553,00	263 778,22	685 000,00	2 604 165,43	2 726 077,58	-	-25 774,78
2.1.1.2.	2020A113	CM 04 Escola EB 1 S. José	2022	2026	50 000,00	-	50 000,00	-	-	-	-50 000,00
2.1.1.2.	2020A114	CM 04 Escola Castelo	2021	2027	250 000,00	97 577,13	175 000,00	790 000,00	2 721 000,00	-	-152 422,87
2.1.1.2.	2024A1	CM 5 Escola Básica Paula Vicente	2024	2027	50 000,00	15 803,68	441 694,77	147 231,59	98 154,39	-	-34 196,32
2.1.1.2.	2024A2	CM 5 Escola Básica de Marvila	2024	2027	50 000,00	12 554,38	414 559,99	138 186,66	92 124,44	-	-37 445,62
2.1.1.2.	2024A3	CM 5 Escola Básica Prof. Delfim Santos	2024	2027	50 000,00	11 526,29	649 555,72	216 518,57	144 345,72	-	-38 473,71
2.1.1.2.	2024A4	CM 5 Escola Básica Nuno Gonçalves	2024	2027	50 000,00	9 417,64	401 034,24	133 678,08	89 118,72	-	-40 582,36
2.1.1.2.	2024A5	CM 5 Escola Secundária do Restelo	2024	2027	50 000,00	20 362,39	505 509,12	168 503,04	112 335,36	-	-29 637,61
2.1.1.2.	2024A6	CM 5 Escola Básica Eugénio dos Santos	2024	2027	50 000,00	3 225,19	514 809,91	171 603,30	114 402,20	-	-46 774,81
2.1.1.2.	2024A7	CM 5 Escola Secundária D. Luísa de Gusmão	2024	2027	50 000,00	2 740,29	412 922,70	137 640,90	91 760,60	-	-47 259,71
2.1.1.2.	2024A8	CM 5 Escola Secundária José Gomes Ferreira	2024	2027	50 000,00	81 394,03	790 392,96	263 464,32	175 642,88	-	31 394,03
2.2.1.	2020A46	CM 1 Unidade de Saúde da Ajuda	2019	2023	-	355,04	-	-	-	-	355,04
2.2.1.	2020A47	CM 1 Unidade de Saúde da Ribeira Nova	2019	2026	1 431 893,28	671 789,12	1 491 836,92	875 000,00	-	-	-760 104,16
2.2.1.	2020A48	CM 1 Unidade de Saúde de Alcântara	2019	2024	68 495,16	13 231,41	-	-	-	-	-55 263,75
2.2.1.	2020A49	CM 1 Unidade de Saúde de Arroios	2019	2025	-	-	53 000,00	-	-	-	0,00
2.2.1.	2020A50	CM 1 Unidade de Saúde de Campo Ourique	2019	2026	764 611,15	166 660,93	1 780 000,00	1 150 000,00	-	-	-597 950,22

BOLETIM MUNICIPAL CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

ANEXO III - DOR 5.3 - ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE ATIVIDADES

ANEXO III - DOR 5.3 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS AO PLANO PLURIANUAL DE ATIVIDADES

Euros

Objetivo	Número do Projeto	Designação do Projeto	Datas		Pagamentos						Modificação
					2024		Períodos seguintes				
			Início	Fim	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	2025	2026	2027	Outros	(+/-)
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[12]=[8]-[7]
2.2.1.	2020A51	CM 1 Unidade de Saúde de Fonte Nova	2019	2023	-	1 931,56	-	-	-	-	1 931,56
2.2.1.	2020A52	CM 1 Unidade de Saúde de Marvila	2019	2023	-	360,36	-	-	-	-	360,36
2.2.1.	2020A53	CM 1 Unidade de Saúde de Sapadores/Graça	2019	2024	464 428,11	1 263 282,24	-	-	-	-	798 854,13
2.2.1.	2020A54	CM 1 Unidade de Saúde de Telheiras	2019	2027	-	-	1 013 000,00	1 850 000,00	277 000,00	-	0,00
2.2.1.	2020A55	CM 1 Unidade de Saúde do Alto dos Moinhos	2019	2023	-	-	-	-	-	-	0,00
2.2.1.	2020A56	CM 1 Unidade de Saúde do Beato	2019	2023	-	-	-	-	-	-	0,00
2.2.1.	2020A57	CM 1 Unidade de Saúde do Restelo	2019	2023	-	-	-	-	-	-	0,00
2.2.1.	2020A58	CM 2 Unidade de Saúde de Areeiro	2019	2027	-	-	50 000,00	50 000,00	50 000,00	-	0,00
2.4.1.	2020A75	CM 1 Entrecampos	2019	2026	18 081 178,00	23 735 362,12	15 669 851,13	6 098 994,44	-	-	5 654 184,12
2.4.1.	2020A76	CM 1 Marvila OC02 R. Vale Formoso de Cima	2019	2026	14 374 807,22	18 260 814,27	16 464 961,15	5 428 701,27	-	-	3 886 007,05
2.4.1.	2020A77	CM 1 Marvila OC04 Av Carlos Pinhão	2019	2027	897 911,36	619 431,30	11 222 563,49	14 575 715,39	9 759,52	-	-278 480,06
2.4.1.	2020A79	CM 1 Marvila OC05 Av Santo Condestável	2019	2026	40 000,00	-	50 000,00	50 000,00	-	-	-40 000,00
2.4.1.	2020A80	CM 1 Marvila OC05a Av Santo Condestável	2019	2026	40 000,00	-	50 000,00	50 000,00	-	-	-40 000,00
2.4.1.	2020A81	CM 1 Marvila OC06 Av Santo Condestável/Av República da Bulgária	2019	2026	40 000,00	4 797,00	50 000,00	50 000,00	-	-	-35 203,00
2.4.1.	2020A82	CM 1 Marvila OC11 Rua Eng.º Ferreira Dias	2019	2027	397 471,49	25 281,44	708 541,50	142 842,98	142 842,98	-	-372 190,05
2.4.1.	2020A83	CM 1 Marvila OC12 Rua Ferreira de Castro/ Rua Pedro Cruz	2019	2026	7 652 860,93	9 101 937,68	14 344 243,16	14 073 067,18	-	-	1 449 076,75
2.4.1.	2020A84	CM 1 Marvila OC13 Av. Avelino Teixeira da Mota	2019	2026	374 822,97	-	154 225,22	352 238,76	-	-	-374 822,97
2.4.1.	2020A86	CM 1 Marvila OC14 Bairro dos Alfinetes	2019	2027	9 553 645,18	9 046 913,71	13 080 268,12	1 949 331,19	15 375,00	-	-506 731,47
2.4.1.	2020A88	CM 1 Restelo OC 08_Alto do Restelo Av. Ilha da Madeira	2019	2025	100 000,00	-	75 000,00	-	-	-	-100 000,00
2.4.1.	2020A92	CM 1 Ajuda	2019	2027	258 284,05	-	250 000,00	2 500,00	25 000,00	-	-258 284,05
2.4.1.	2020A106	CM 2 São Domingos de BenficaOC02 Quinta Bensaúde	2020	2027	25 000,00	-	25 000,00	25 000,00	25 000,00	-	-25 000,00
2.4.1.	2020A107	CM 2 CampolideOC03 Nova Goa	2020	2027	223 840,40	205 073,72	709 365,60	6 254 732,43	9 106 789,10	-	-18 766,68
2.4.1.	2022A8	CM 4 Estudos e Concessões Rua Gomes Freire	2022	2027	74 292,00	-	124 230,00	33 825,00	33 825,00	-	-74 292,00
2.4.1.	2022A9	CM 4 Estudos e Concessões Olaias	2022	2027	175 000,00	5 996,25	52 018,75	95 530,00	151 905,00	-	-169 003,75
2.4.1.	2022A10	CM 4 Estudos e Concessões Alto da Ajuda	2022	2027	61 500,00	-	52 018,75	78 618,00	96 555,00	-	-61 500,00
2.4.1.	2022A11	CM 4 Reabilitação de Património Municipal Devoluto (10)	2022	2026	644 114,68	238 943,40	1 011 342,32	191 154,92	-	-	-405 171,28
2.4.1.	2022A12	CM 4 Estudos e Concessões Rua São Lázaro	2022	2027	129 642,00	12 146,25	106 395,00	129 764,50	33 825,00	-	-117 495,75
2.4.1.	2022A13	CM 4 Estudos e Concessões Benfica	2022	2027	119 711,80	21 444,44	138 110,55	151 905,00	151 905,00	-	-98 267,36
2.4.1.	2022A14	CM 4 Estudos e Concessões Parque das Nações	2022	2027	198 421,00	107 580,92	88 099,00	96 555,00	99 784,00	-	-90 840,08
2.4.1.	2022A15	CM 4 Estudos e Concessões Vale de Santo António	2022	2026	250 000,00	-	500 000,00	250 000,00	-	-	-250 000,00
2.4.1.	2023A1	CM 4 Reabilitação de Património Municipal Devoluto (Nº1) Rua António Couto/Rua Francisco Stromp	2023	2024	122 650,00	21 849,09	-	-	-	-	-100 800,91
2.4.1.	2023A3	CM 4 Reabilitação de Património Municipal Devoluto (Nº3) Cabeço da Bola	2023	2025	266 867,00	68 822,32	34 607,81	-	-	-	-198 044,68
2.4.1.	2024A17	CM 4 Reabilitação de Património Municipal Devoluto (Nº4) Rua da Venezuela	2024	2025	180 293,00	22 943,58	27 203,30	-	-	-	-157 349,42
2.4.1.	2024A18	CM 4 Reabilitação de Património Municipal Devoluto (Nº5) Rua Santa Engrácia	2024	2026	147 650,00	122 910,74	51 885,00	17 846,92	-	-	-24 739,26
2.4.1.	2024A19	CM 4 Reabilitação de Património Municipal Devoluto (Nº6) Rua da Bela Vista à Graça	2024	2026	214 688,00	-	79 818,00	34 608,81	-	-	-214 688,00
2.4.2.	2020A2	Rua Bartolomeu Dias	2019	2021	-	-	-	-	-	-	0,00
2.4.2.	2020A3	Rua de Pedrouços	2019	2021	-	-	-	-	-	-	0,00
2.4.2.	2020A4	Rua dos Cordoeiros Pedrouços	2019	2021	-	-	-	-	-	-	0,00
2.4.2.	2020A5	Largo da BoaHora	2019	2022	-	-	-	-	-	-	0,00
2.4.2.	2020A6	Largo do Rio Seco	2019	2024	150 000,00	111 808,99	-	-	-	-	-38 191,01
2.4.2.	2020A7	Largo Igreja Memória	2019	2023	-	519,95	-	-	-	-	519,95
2.4.2.	2020A93	PSA Martim Moniz	2019	2021	-	-	-	-	-	-	0,00
2.4.2.	2020A100	CM 03 Miguel Bombarda	2020	2026	50 000,00	-	115 000,00	100 000,00	-	-	-50 000,00
2.4.2.	2020A36	CM 1 Hub Beato Reab. Urbana	2019	2023	-	4 958,90	-	-	-	-	4 958,90
2.4.2.	2020A38	CM 2 Ponte Pedonal da Boavista	2019	2025	-	-	97 148,54	-	-	-	0,00
2.4.2.	2020A39	CM 2 Praça da Boavista	2019	2023	-	2 039,87	-	-	-	-	2 039,87
2.4.2.	2020A41	CM 1 Eixo Central Calvanas Expansão Norte e Arquivo	2019	2027	150 000,00	14 140,08	497 693,30	738 643,35	138 836,04	-	-135 859,92
2.4.2.	2020A42	CM 1 Rua de Campolide Av. Miguel Torga a Quinta Zé Pinto	2019	2022	-	-	-	-	-	-	0,00
2.4.2.	2020A43	CM 1 Vias Estruturantes ORU Santa Clara	2019	2026	1 866 655,05	3 186 369,84	2 148 284,73	1 332 939,71	-	-	1 319 714,79
2.4.2.	2020A44	CM 1 Praça de Espanha Parque Verde	2019	2023	-	25 495,94	-	-	-	-	25 495,94

BOLETIM MUNICIPAL CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

ANEXO III - DOR 5.3 - ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE ATIVIDADES

ANEXO III - DOR 5.3 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS AO PLANO PLURIANUAL DE ATIVIDADES

Euros

Objetivo	Número do Projeto	Designação do Projeto	Datas		Pagamentos						Modificação
					2024		Períodos seguintes				
			Início	Fim	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	2025	2026	2027	Outros	(+/-)
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[12]=[8]-[7]
2.4.2.	2020A45	CM 1 Praça de Espanha Rede Viária	2019	2024	1 081 564,66	886 402,42	-	-	-	-	-195 162,24
2.4.2.	2020A101	CM 03 Av. da Liberdade	2020	2021	-	-	-	-	-	-	0,00
2.4.2.	2020A102	CM 03 ZERBaixa Chiado	2020	2021	-	-	-	-	-	-	0,00
2.4.2.	2020A103	CM 03 Av. Santos Dumont	2020	2026	1 194 884,57	283 182,67	2 138 058,03	2 223 275,07	-	-	-911 701,90
2.4.2.	2020A104	CM 03 Largo de São Sebastião	2020	2025	1 875 046,14	2 587 976,10	173 235,11	-	-	-	712 929,96
2.4.2.	2020A118	CM 04 Mercado de Benfica	2020	2027	432 712,50	142 623,80	5 342 425,00	5 717 425,00	6 017 937,50	-	-290 088,70
2.4.2.	2021A14	CM 3 Quinta do Ferro	2022	2026	1 918 203,30	352 037,35	4 266 546,00	1 109 522,00	-	-	-1 566 165,95
2.4.2.	2022A1	CM 4 Intervenção Integrada Vale de Santo António	2022	2026	125 000,00	-	100 000,00	100 000,00	-	-	-125 000,00
2.4.2.	2022A2	CM 4 Intervenção Integrada Vale de Chelas	2024	2026	50 000,00	-	50 000,00	100 000,00	-	-	-50 000,00
2.4.2.	2022A3	CM 4 Intervenção Integrada Vale da Ajuda	2023	2026	292 740,00	-	373 078,30	68 418,15	-	-	-292 740,00
2.4.2.	2022A4	CM 4 Largo dos Jerónimos / Praça do Império	2023	2027	100 000,00	-	338 315,93	456 123,36	62 198,64	-	-100 000,00
2.4.2.	2022A5	CM 4 Há Vida no Meu Bairro. Intervenção em Espaço Público. (24)	2023	2026	2 207 821,20	345 434,77	7 229 493,54	51 700,00	-	-	-1 862 386,43
2.4.2.	2022A6	CM 4 ORU Quinta do Ferro Reabilitação de Espaço Público	2023	2027	294 620,57	60 966,43	2 008 864,89	443 783,35	33 637,18	-	-233 654,14
2.4.2.	2024A20	CM 5 Avenida 24 de Julho	2024	2027	50 000,00	-	20 000,00	5 000,00	5 000,00	-	-50 000,00
2.4.2.	2024A21	CM 5 Rua Ferreira Borges	2024	2027	286 000,00	-	1 200 000,00	1 185 000,00	1 185 000,00	-	-286 000,00
2.5.1.	2020A12	MUDE Museu do Design	2019	2021	-	-	-	-	-	-	0,00
2.5.1.	2020A37	CM 2 Jornadas da Juventude	2019	2023	-	16 391,59	-	-	-	-	16 391,59
2.5.1.	2020A71	CM 2 MUDE Museu do Design	2019	2024	1 298 429,93	1 613 981,53	-	-	-	-	315 551,60
2.5.1.	2020A74	CM 1 Teatro Variedades	2019	2024	1 194 361,19	1 325 952,40	-	-	-	-	131 591,21
2.5.1.	2023A4	CM 5 Teatro Aberto	2024	2026	664 018,40	120 021,46	1 137 142,25	693 293,85	-	-	-543 996,94
2.5.1.	2023A5	CM 5 Palacete dos Marqueses de Pombal	2024	2026	823 025,47	19 944,45	3 426 009,95	4 325 989,44	-	-	-803 081,02
2.5.1.	2024A9	Unidades de Integração Local (5)	2024	2027	50 000,00	2 105,51	500 000,00	200 000,00	150 000,00	-	-47 894,49
2.5.1.	2024A10	CM 6 Casa Veva Lima	2024	2026	50 000,00	-	200 000,00	50 000,00	-	-	-50 000,00
2.5.1.	2024A11	CM 6 Palácio Quinta Santa Clara	2024	2026	50 000,00	-	200 000,00	50 000,00	-	-	-50 000,00
2.5.1.	2024A12	CM 6 Mercado dos Olivais	2024	2026	50 000,00	23 621,00	200 000,00	50 000,00	-	-	-26 379,00
2.5.1.	2024A13	CM 6 Torre da Pela	2024	2026	50 000,00	8 856,00	100 000,00	25 000,00	-	-	-41 144,00
2.5.1.	2024A14	CM 6 Palácio Beau Sejour	2024	2026	50 000,00	2 952,00	200 000,00	50 000,00	-	-	-47 048,00
2.5.1.	2024A15	CM 6 Arquivo CML	2024	2027	200 000,00	-	800 000,00	1 000 000,00	798 000,00	-	-200 000,00
2.5.2.	2020A60	CM 1 Centro Intergeracional Álvaro Pais	2019	2026	70 000,00	-	107 000,00	50 000,00	-	-	-70 000,00
2.5.2.	2020A61	CM 1 Centro Intergeracional Bairro Liberdade/Pardelha Sanches	2019	2026	-	-	-	-	-	-	0,00
2.5.2.	2020A62	CM 1 Centro Intergeracional Quinta da Torrinha	2019	2021	-	-	-	-	-	-	0,00
2.5.2.	2020A63	CM 2 C. Intergeracional Ajuda	2019	2027	-	-	52 332,00	50 000,00	50 000,00	-	0,00
2.5.2.	2020A64	CM 2 C. Intergeracional Beato/Marvila	2019	2027	25 000,00	-	25 000,00	25 000,00	25 000,00	-	-25 000,00
2.5.2.	2020A66	CM 2 C. Intergeracional Garridas	2019	2027	262 290,00	666,01	8 290 000,00	9 274 000,00	7 045 000,00	-	-261 623,99
2.5.2.	2020A105	CM 3 NOVOS Pavilhão Azul	2020	2024	1 311 780,79	1 547 999,94	-	-	-	-	236 219,15
2.5.2.	2020A115	CM 04 Pavilhão de Marvila	2020	2024	810 369,64	853 792,57	-	-	-	-	43 422,93
2.5.2.	2020A116	CM 04 Pavilhão de Campo de Ourique	2020	2026	600 000,00	91 218,05	2 284 407,04	450 000,00	-	-	-508 781,95
2.5.2.	2020A117	CM 04 Pavilhão de São Domingos de Benfica	2020	2027	527 486,50	237 107,41	2 178 606,06	2 780 437,13	722 321,81	-	-290 379,09
2.5.2.	2024A16	CM 6 Pavilhão da Flamenga	2024	2027	50 000,00	-	100 000,00	10 000,00	10 000,00	-	-50 000,00
2.5.3.	2020A73	CM 2 Igreja Bairro da Boavista	2019	2025	1 972 051,05	1 505 125,77	990 288,70	-	-	-	-466 925,28
				Total	**106 326 984,87**	**106 866 065,48**	**152 329 035,31**	**108 193 889,88**	**39 115 058,66**	**0,00**	**539 080,61**

ANEXO III - DOR 5.3 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Euros

Objetivo	Número do Projeto	Designação do Projeto	Datas		Pagamentos						Modificação
					2024		Períodos seguintes				
			Início	Fim	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	2025	2026	2027	Outros	(+/-)
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]=[7]-[6]
1.1.1.	2021/I/1	Tecnologias de Informação	2021	2025	52 118,75	392 198,18	-	2 366,03	2 366,03	-	340 079,43
1.1.1.	2021/I/2	Sistemas e Aplicações Informáticas - Gestão de projetos e empreitadas	2021	2027	335 777,99	705 698,56	-	-	-	-	369 920,57
1.1.1.	2021/I/4	Modernização dos Postos de Trabalho	2021	2028	10 000,00	-	-	(2 366,03)	(2 366,03)	-	-10 000,00
				Total	**397 896,74**	**1 097 896,74**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**700 000,00**

ANEXO IV - DOR 5.4 - OPERAÇÕES DE TESOURARIA

Código das contas	Designação	Saldo Inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo Final
27.7.1.2.1	Cauções - Arrendamentos	12 262,26	4 434,76	3 834,76	12 862,26
27.7.1.2.2	Cauções - Obras	5 230 762,08	14 975 928,53	14 145 674,39	6 061 016,22
28.2.1.07	PRR	1 646 362,42	2 023 087,98	-	3 669 450,40
	Total	**6 889 386,76**	**17 003 451,27**	**14 149 509,15**	**9 743 328,88**

ANEXO V - DOR 5.5 - CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

Nº de Contrato	NIF Fornecedor	Nº Compromisso	Valor Compromisso	Data Celebração	Preço Contratual (c/ IVA)	Preço Contratual (S/ IVA)	Nº registo	Data visto	Rúbrica	Data 1º pagamento	Valor Pago em 2024
IHRU	501460888	2019/46	1 320 288,00 €	08/09/2009	5 000 000,00 €	4 000 000,00 €			Juros e outros encargos	17/02/2021	1 178 363,49 €
18/018/CA/C	505928795	2019/54	- €	07/01/2019	14 760,00 €	12 000,00 €			Aquisição de bens e serviços	05/02/2023	- €
19/038/CA/C	504521861	2019/137	3 688,15 €	18/06/2019	24 587,70 €	19 990,00 €			Aquisição de Serviços	05/02/2023	3 688,15 €
19/048/CA/C	515722782	2019/170	- €	02/09/2019	113 160,00 €	92 000,00 €			Aquisição de Serviços	27/07/2022	- €
ADS SC 41	222085592	2019/178	- €	26/07/2019	3 382,50 €	2 750,00 €			Aquisição de Serviços	05/02/2023	- €
19/053/CA/C	504705520	2019/183	- €	02/09/2019	152 643,00 €	124 100,00 €			Aquisição de Serviços	11/10/2021	- €
19/004/ML	509745660	2019/255	- €	05/11/2019	64 058,40 €	52 080,00 €			Aquisição de Serviços	13/09/2021	- €
19/006/ML	505275830	2019/257	- €	05/11/2019	63 886,20 €	51 940,00 €			Aquisição de Serviços	17/02/2021	- €
19/026/ML	508669537	2019/277	- €	05/11/2019	39 913,50 €	32 450,00 €			Aquisição de Serviços	11/05/2021	- €
19/031/ML	512058571	2019/282	- €	05/11/2019	41 097,37 €	33 412,50 €			Aquisição de Serviços	24/06/2021	- €
19/034/ML	500045283	2019/285	- €	05/11/2019	67 035,00 €	54 500,00 €			Aquisição de Serviços	05/02/2023	- €
19/038/ML	502668490	2019/289	- €	05/11/2019	237 045,60 €	192 720,00 €			Aquisição de Serviços	30/06/2022	- €
19/094/CA/C	503864960	2019/325	- €	20/12/2019	1 478 084,82 €	1 394 419,64 €	153	02/04/2020	Empreitadas de obras publicas	02/02/2021	- €
19/096/CA/C	501648399	2019/330	- €	18/12/2019	87 207,00 €	70 900,00 €			Aquisição de Serviços	30/08/2021	- €
19/106/CA/C	501695729	2019/351	6 391,69 €	26/11/2019	9 730,53 €	7 911,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2023	- €
20/122/CA/C	509745660	2019/375	- €	03/01/2020	73 800,00 €	60 000,00 €			Aquisição de Serviços	13/09/2021	- €
19/114/CA/C	504038052	2019/377	360,36 €	02/03/2020	3 482 100,00 €	3 285 000,00 €	792	06/04/2020	Empreitadas de obras publicas	17/02/2021	360,36 €
19/120/CA/C	503262897	2019/387	32 445,30 €	08/01/2020	274 831,20 €	223 440,00 €			Aquisição de Serviços	01/03/2021	29 009,94 €
ADS SC 95 (2)	502696648	2019/6	- €	31/12/2018	519,95 €	422,72 €			Aquisição de Serviços	05/02/2023	- €
I/57/2016	505924170	2019/15	275 586,65 €	25/05/2016	275 586,65 €	259 987,41 €	1213	29/07/2016	Empreitadas de obras publicas	05/02/2023	275 586,65 €
19/117/CA/C	505275830	2020/14	- €	27/01/2020	61 500,00 €	50 000,00 €			Aquisição de Serviços	17/02/2021	- €
20/124/CA/C	515850179	2020/15	38 297,57 €	12/05/2020	483 759,00 €	393 300,00 €			Aquisição de Serviços	01/03/2021	33 510,40 €
20/129/CA/C	502300264	2020/28	- €	18/02/2020	3 363 443,95 €	3 173 060,25 €	732	08/04/2020	Empreitadas de obras publicas	05/02/2021	- €
20/135/CA/C	509655513	2020/48	- €	18/02/2020	98 400,00 €	80 000,00 €			Aquisição de Serviços	22/07/2021	- €
20/184/CA/C	514223650	2020/172	- €	25/12/2020	569 274,75 €	462 825,00 €			Aquisição de Serviços	22/07/2021	- €
20/197/CA/C	507351690	2020/216	- €	20/08/2020	605 160,00 €	492 000,00 €			Aquisição de Serviços	16/06/2021	- €
20/198/CA/C	508844347	2020/219	7 288,58 €	29/07/2020	92 065,50 €	74 850,00 €			Aquisição de Serviços	26/03/2021	5 466,36 €
20/201/CA/C	506661393	2020/231	2 366,34 €	10/08/2020	4 122 829,02 €	3 889 461,34 €	2619	05/01/2021	Empreitadas de obras publicas	16/03/2021	2 366,34 €
NUMERO	502668490	2020/239	18 313,64 €	31/12/2020	128 517,78 €	104 486,00 €			Aquisição de Serviços	17/02/2021	13 735,32 €
20/207/DC/C	515606448	2020/241	492,00 €	24/08/2020	3 714,60 €	3 020,00 €			Aquisição de Serviços	26/04/2022	123,00 €
20/206/CA/C	501312412	2020/244	10 059,62 €	22/09/2020	10 543 820,00 €	9 947 000,00 €	2749	16/12/2020	Empreitadas de obras publicas	17/02/2021	10 059,62 €
20/213/CA/C	502300264	2020/251	186,57 €	28/09/2020	2 160 279,85 €	2 037 999,86 €	2927	28/12/2020	Empreitadas de obras publicas	17/02/2021	186,57 €
20/214/CA/C	507173295	2020/253	- €	03/09/2020	21 525,00 €	17 500,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2023	- €
20/217/CA/C	504123130	2020/269	2 066,36 €	01/09/2020	98 400,00 €	80 000,00 €			Aquisição de Serviços	17/02/2021	2 066,36 €
20/229/CA/C	506089177	2020/330	170 677,82 €	26/11/2020	983 901,60 €	799 920,00 €			Aquisição de Serviços	23/04/2021	117 139,87 €
20/237/CA/C	511222300	2020/353	124 817,79 €	09/12/2020	700 731,00 €	569 700,00 €			Aquisição de Serviços	16/03/2021	108 175,21 €
20/236/CA/C	501748407	2020/358	3 935,40 €	31/12/2020	2 020 772,86 €	1 906 389,49 €	3542	28/01/2021	Empreitadas de obras publicas	07/05/2021	3 935,40 €
AD	509514871	2020/370	- €	26/10/2020	4 599,03 €	3 739,05 €			Aquisição de Serviços	31/05/2021	- €
20/241/CA/C	502519533	2020/385	185,22 €	03/12/2020	1 260 809,52 €	1 189 442,94 €	3540	29/01/2021	Empreitadas de obras publicas	28/04/2021	185,22 €
20/244/CA/C	514223650	2020/396	- €	31/12/2020	605 774,51 €	492 499,60 €			Aquisição de Serviços	16/03/2021	- €
20/248/CA/C	502356839	2020/397	30 750,00 €	24/11/2020	246 000,00 €	200 000,00 €			Aquisição de Serviços	31/05/2021	30 750,00 €
20/245/CA/C	501282599	2020/401	- €	25/11/2020	28 290,00 €	23 000,00 €			Aquisição de Serviços	17/05/2021	- €
20/243/CA/C	502672749	2020/402	- €	26/11/2020	65 190,00 €	53 000,00 €			Aquisição de Serviços	24/05/2021	- €
20/256/CA/C	507607252	2020/411	- €	21/12/2020	47 330,40 €	38 480,00 €			Aquisição de Serviços	17/05/2021	- €
20/262/CA/C	507822412	2020/438	- €	14/01/2021	20 910,00 €	17 000,00 €			Aquisição de Serviços	24/05/2021	- €
20/261/CA/C	502696648	2020/440	31 770,54 €	02/01/2021	280 071,00 €	227 700,00 €			Aquisição de Serviços	17/05/2021	29 932,58 €
20/264/CA/C	506612856	2020/450	- €	19/01/2021	82 902,00 €	67 400,00 €			Aquisição de Serviços	24/05/2021	- €
20/265/CA/C	502299800	2020/453	- €	04/01/2021	71 340,00 €	58 000,00 €			Aquisição de Serviços	06/09/2021	- €
20/267/CA/C	508298083	2020/458	1 066 334,19 €	09/04/2021	4 465 734,75 €	4 212 957,31 €	807	07/07/2021	Empreitadas de obras publicas	02/10/2021	1 065 798,89 €
20/268/CA/C	506439860	2020/461	2 039,87 €	29/01/2021	24 477,00 €	19 900,00 €			Aquisição de Serviços	30/07/2021	- €
20/273/CA/C	501689168	2020/478	13 173,81 €	10/01/2021	118 800,00 €	118 800,00 €			Aquisição de Serviços	26/03/2021	- €
20/274/CA/C	500097488	2020/479	434 453,22 €	26/01/2021	11 308 710,44 €	10 668 594,75 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	24/08/2021	434 453,22 €
ADS	500197814	2021/43	1 731,60 €	04/02/2021	2 903,05 €	2 360,20 €			Aquisição de Serviços	06/07/2021	- €
21/285/CA/C	514223650	2021/49	16 207,76 €	18/03/2021	145 017,00 €	117 900,00 €			Aquisição de Serviços	22/06/2021	16 207,76 €
21/287CA/C	500280843	2021/56	- €	10/03/2021	152 971,84 €	124 367,35 €			Aquisição de Serviços	24/06/2021	- €
21/289/CA/C	503231100	2021/65	- €	26/02/2021	568 257,54 €	461 998,00 €			Aquisição de Serviços	07/05/2021	- €
21/295/CA/C	514974680	2021/85	126 168,15 €	19/02/2021	1 168 715,25 €	950 175,00 €			Aquisição de Serviços	15/07/2021	126 168,10 €
21/304/CA/C	505275830	2021/136	21 729,18 €	10/03/2021	174 597,27 €	141 949,00 €			Aquisição de Serviços	06/07/2021	21 729,18 €
21/305/CA/C	509092217	2021/137	- €	10/03/2021	361 560,96 €	293 952,00 €			Aquisição de Serviços	09/06/2021	- €
21/308/CA/C	502300264	2021/146	909 946,47 €	15/03/2021	3 580 680,00 €	3 378 000,00 €	853	08/07/2021	Empreitadas de obras publicas	07/10/2021	909 946,47 €
ADS	500045283	2021/150	1 056,57 €	15/03/2021	21 131,40 €	17 180,00 €			Aquisição de Serviços	21/10/2021	1 056,57 €
21/319/CA/C	504521861	2021/188	- €	03/05/2021	60 245,40 €	48 980,00 €			Aquisição de Serviços	07/10/2021	- €
21/320/CA/C	507391160	2021/194	6 632,59 €	30/03/2021	4 027 994,68 €	3 799 994,98 €	845	08/09/2021	Empreitadas de obras publicas	03/12/2021	6 632,59 €
ADRSS	514812486	2021/222	- €	12/04/2021	4 797,00 €	3 900,00 €			Aquisição de Serviços	24/06/2021	- €
21/325/CA/C	503095303	2021/225	480,00 €	12/04/2021	91 020,00 €	74 000,00 €			Aquisição de Serviços	24/06/2021	480,00 €
21/328/CA/C	503371335	2021/237	1 205,40 €	17/05/2021	24 108,00 €	19 600,00 €			Aquisição de Serviços	21/12/2021	1 205,40 €
21/332/CA/C	514812486	2021/252	- €	26/04/2021	14 735,40 €	11 980,00 €			Aquisição de Serviços	13/08/2021	- €
21/346/CA/C	500907226	2021/309	- €	21/05/2021	54 538,20 €	44 340,00 €			Aquisição de Serviços	03/12/2021	- €
20/274/CA/C	500097488	2021/344	707,43 €	04/06/2021	11 557,22 €	10 903,04 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	24/08/2021	707,43 €
21/356/CA/C	507783727	2021/347	- €	07/06/2021	24 415,50 €	19 850,00 €			Aquisição de Serviços	21/10/2021	- €
CE	504194569	2021/351	- €	08/06/2021	61 500,00 €	50 000,00 €			Aquisição de Serviços	30/07/2021	- €
21/371/CA/C	509214282	2021/402	2 952,00 €	30/06/2021	12 300,00 €	10 000,00 €			Aquisição de Serviços	05/05/2022	- €
21/375/CA/C	500553408	2021/415	10 730,32 €	26/07/2021	4 229 400,00 €	3 990 000,00 €	1586	09/09/2021	Empreitadas de obras publicas	20/12/2021	10 730,32 €
21/377/CA/C	502300264	2021/418	519 974,80 €	09/08/2021	2 935 139,68 €	2 768 999,70 €	1683	15/12/2021	Empreitadas de obras publicas	07/04/2022	519 974,80 €
21/382/CA/C	503086797	2021/433	19 356,96 €	14/07/2021	163 005,75 €	132 525,00 €			Aquisição de Serviços	07/10/2021	19 356,96 €
21/392/CA/C	515186210	2021/443	- €	07/08/2021	24 446,25 €	19 875,00 €			Aquisição de Serviços	07/10/2021	- €
ADS	509289037	2021/445	1 845,00 €	20/07/2021	9 840,00 €	8 000,00 €			Aquisição de Serviços	04/03/2022	- €
20/274/CA/C	500097488	2021/447	1 002,59 €	20/07/2021	9 604,21 €	9 060,58 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	07/10/2021	1 002,59 €
21/414/CA/C	515728039	2021/465	55 350,00 €	26/07/2021	246 000,00 €	200 000,00 €			Aquisição de Serviços	15/11/2021	55 350,00 €
21/404/CA/C	501993339	2021/466	7 814,97 €	26/07/2021	73 677,00 €	59 900,00 €			Aquisição de Serviços	20/12/2021	7 814,97 €
21/402/CA/C	502668490	2021/487	6 421,53 €	27/07/2021	69 003,01 €	56 100,01 €			Aquisição de Serviços	28/12/2021	6 421,52 €
21/401/CA/C	500380376	2021/471	11 500,50 €	27/07/2021	69 003,01 €	56 100,01 €			Aquisição de Serviços	21/12/2021	11 500,50 €
21/406/CA/C	513246002	2021/473	- €	20/08/2021	217 483,68 €	176 816,00 €			Aquisição de Serviços	04/03/2022	- €
21/413/CA/C	509478832	2021/503	24 649,20 €	10/08/2021	73 504,80 €	59 760,00 €			Aquisição de Serviços	15/11/2021	24 649,20 €
21/416/CA/C	503262897	2021/506	- €	20/09/2021	43 581,67 €	35 432,25 €			Aquisição de Serviços	02/01/2023	- €
21/418/CA/C	501278699	2021/507	22 225,20 €	06/09/2021	24 587,70 €	19 990,00 €			Aquisição de Serviços	29/12/2021	- €
21/417/CA/C	515705217	2021/512	- €	30/08/2021	24 587,70 €	19 990,00 €			Aquisição de Serviços	20/10/2021	- €
21/427/CA/C	501489126	2021/555	3 162 194,34 €	09/09/2021	7 792 163,47 €	7 351 097,61 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas	02/06/2022	3 141 399,12 €
21/426/CA/C	507866118	2021/561	3 719,17 €	13/09/2021	12 232,35 €	9 945,00 €			Aquisição de Serviços	09/06/2022	- €
ADS	513645225	2021/562	3 957,52 €	13/09/2021	6 088,50 €	4 950,00 €			Aquisição de Serviços	12/05/2022	- €
21/432/CA/C	508306450	2021/567	24 375,39 €	26/10/2021	153 949,88 €	125 162,50 €			Aquisição de Serviços	03/12/2021	24 375,36 €
21/436/CA/C	504521861	2021/582	- €	08/10/2021	61 438,50 €	49 950,00 €			Aquisição de Serviços	29/12/2021	- €
21/442/CA/C	500197814	2021/600	- €	30/09/2021	41 917,79 €	34 079,50 €			Aquisição de Serviços	02/06/2022	- €
19/107/CA/C	502519533	2021/692	180,00 €	25/11/2021	45 851,47 €	43 256,11 €	428	08/04/2020	Empreitadas de obras publicas	02/02/2022	180,00 €
CE	503517666	2021/713	23,61 €	13/12/2021	50 426,83 €	40 997,42 €			Aquisição de Serviços	05/05/2022	- €
22/452/CA/C	503262897	2022/51	16 236,00 €	09/02/2022	20 295,00 €	16 500,00 €			Aquisição de Serviços	05/02/2023	16 236,00 €
20/274/CA/C	500097488	2022/63	275,60 €	10/02/2022	11 988,60 €	11 310,00 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	11/11/2022	275,60 €
22/468/CA/C	502844787	2022/81	15 790,02 €	10/02/2022	54 658,13 €	44 437,50 €			Aquisição de Serviços	12/05/2022	13 360,93 €
21/308/CA/C	502300264	2022/88	39 914,14 €	16/02/2022	71 363,92 €	67 324,46 €	853	08/07/2021	Empreitadas de obras publicas	08/04/2022	36 721,26 €
22/459/CA/C	513246002	2022/111	30 946,80 €	17/02/2022	236 836,50 €	192 550,00 €			Aquisição de Serviços	02/06/2022	30 946,80 €
22/458/CA/C	504705520	2022/112	- €	17/02/2022	48 757,20 €	39 640,00 €			Aquisição de Serviços	02/06/2022	- €
20/267/CA/C	508298083	2022/131	16 329,72 €	28/02/2022	77 109,40 €	72 744,72 €	807	07/07/2021	Empreitadas de obras publicas	02/06/2022	16 329,72 €
22/465/CA/C	515020010	2022/159	- €	10/03/2022	61 733,70 €	50 190,00 €			Aquisição de Serviços	30/06/2022	- €
20/267/CA/C	508298083	2022/168	17 108,52 €	15/03/2022	61 748,93 €	58 253,71 €	807	07/07/2021	Empreitadas de obras publicas	02/01/2023	17 108,52 €
22/472/CA/C	508047803	2022/199	4 958,90 €	25/03/2022	102 848,92 €	83 617,01 €			Aquisição de Serviços	03/11/2022	4 958,90 €
22/475/CA/C	512103380	2022/212	- €	30/03/2022	24 569,74 €	19 975,40 €			Aquisição de Serviços	15/12/2022	- €
22/476/CA/C	501633561	2022/241	2 030 681,54 €	06/04/2022	6 410 456,29 €	6 047 600,27 €	834	28/07/2022	Empreitadas de obras publicas	28/09/2022	1 926 484,27 €
22/485/CA/C	502863595	2022/267	12 659,45 €	18/04/2022	90 948,75 €	73 942,08 €			Aquisição de Serviços	02/06/2022	12 659,45 €
22/487/CA/C	504280023	2022/284	- €	27/04/2022	571 371,90 €	464 530,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2023	- €
22/487/CA/C	505275830	2022/287	- €	27/04/2022	571 371,90 €	464 530,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2023	- €
22/491/CA/C	504654748	2022/308	9 993,14 €	09/05/2022	23 468,40 €	19 080,00 €			Aquisição de Serviços	10/08/2022	7 170,90 €
22/488/CA/C	503040630	2022/299	220 982,53 €	29/04/2022	631 826,40 €	513 680,00 €			Empreitadas de obras publicas	15/12/2022	220 982,53 €
22/495/CA/C	502078600	2022/313	12 730,51 €	09/05/2022	51 660,01 €	42 000,01 €			Aquisição de Serviços	10/08/2022	12 730,51 €
22/498/CA/C	501389660	2022/318	- €	12/05/2022	24 354,00 €	19 800,00 €			Aquisição de Serviços	20/12/2022	- €

ANEXO V - DOR 5.5 - CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

Nº de Contrato	NIF Fornecedor	Nº Compromisso	Valor Compromisso	Data Celebração	Preço Contratual (c/ IVA)	Preço Contratual (S/ IVA)	Nº registo	Data visto	Rúbrica	Data 1º pagamento	Valor Pago em 2024
22/494/CA/C	506237486	2022/319	- €	12/05/2022	88 617,77 €	83 601,67 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2023	- €
22/499/CA/C	507391160	2022/324	- €	12/05/2022	1 186 150,39 €	1 119 009,80 €	850	29/09/2022	Empreitadas de obras publicas	07/12/2022	- €
22/506/CA/C	503465003	2022/326	37 176,75 €	12/05/2022	144 894,00 €	117 800,00 €			Aquisição de Serviços	18/11/2022	32 601,15 €
ADS	502519533	2022/343	849,49 €	19/05/2022	6 146,31 €	4 997,00 €			Aquisição de Serviços	30/06/2022	849,49 €
22/503/CA/C	513218033	2022/346	511 448,96 €	22/07/2022	2 811 795,11 €	2 652 636,89 €	1109	23/09/2022	Conceção/Construção	02/01/2023	511 448,96 €
22/510/CA/C	501773339	2022/347	113 920,14 €	23/05/2022	311 866,50 €	253 550,00 €			Aquisição de Serviços	28/09/2022	113 920,14 €
20/267/CA/C	508298083	2022/349	25,54 €	23/05/2022	12 665,64 €	11 948,72 €	807	07/07/2021	Empreitadas de obras publicas	21/12/2022	25,54 €
22/504/DC/C	502519533	2022/354	987,08 €	24/05/2022	7 141,81 €	5 806,35 €			Locação ou aquisição de bens n	11/11/2022	987,08 €
20/274/CA/C	500097488	2022/360	25 545,85 €	27/05/2022	308 860,76 €	291 378,07 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	27/07/2022	25 545,85 €
ADS	509357776	2022/387	- €	20/06/2022	118,08 €	96,00 €			Aquisição de Serviços	07/07/2022	- €
20/274/CA/C	500097488	2022/412	29 346,29 €	27/06/2022	259 816,59 €	245 109,99 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	18/08/2022	29 346,29 €
20/267/CA/C	508298083	2022/415	3 460,70 €	28/06/2022	11 180,37 €	10 547,52 €	807	07/07/2021	Empreitadas de obras publicas	02/01/2023	3 460,70 €
22/526/CA/C	507000145	2022/426	- €	29/06/2022	16 477,70 €	13 396,50 €			Locação ou aquisição de bens n	08/02/2023	- €
22/528/CA/C	500380376	2022/439	50 588,88 €	08/07/2022	146 370,00 €	119 000,00 €			Aquisição de Serviços	20/09/2022	47 197,10 €
22/519/CA/C	514804564	2022/440	3 208,09 €	08/07/2022	32 400,91 €	26 342,20 €			Aquisição de Serviços	18/11/2022	- €
22/530/DC/C	517851903	2022/450	8 476,67 €	12/07/2022	17 342,26 €	14 099,40 €			Aquisição de Serviços	11/11/2022	8 476,67 €
20/274/CA/C	500097488	2022/455	14 498,33 €	18/07/2022	270 012,82 €	254 729,08 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	18/08/2022	14 498,33 €
21/289/CA/C	506782328	2022/460	144 149,85 €	18/07/2022	317 989,44 €	258 528,00 €			Aquisição de Serviços	05/02/2023	144 149,85 €
ADS	500246963	2022/501	145,79 €	05/08/2022	6 149,99 €	4 999,99 €			Aquisição de Serviços	10/08/2022	145,79 €
20/274/CA/C	500097488	2022/477	126,78 €	27/07/2022	21 088,93 €	19 895,22 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	28/09/2022	126,78 €
ADS	503504564	2022/482	351,48 €	28/07/2022	2 891,36 €	2 371,38 €			Aquisição de Serviços	28/09/2022	351,48 €
20/274/CA/C	500097488	2022/488	92,38 €	28/07/2022	37 416,54 €	35 298,62 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	28/09/2022	92,38 €
22/536/CA/C	502584866	2022/497	17 330,18 €	03/08/2022	51 418,80 €	41 803,90 €			Locação ou aquisição de bens n	03/11/2022	15 711,19 €
ADS	503504564	2022/500	2 623,47 €	05/08/2022	2 701,91 €	2 196,67 €			Aquisição de Serviços	05/02/2023	- €
20/274/CA/C	500097488	2022/502	2 223,26 €	05/08/2022	105 007,53 €	99 063,71 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	28/09/2022	2 223,26 €
22/538/CA/C	503864960	2022/507	9 434 334,98 €	21/09/2022	22 258 888,91 €	20 998 951,80 €			Empreitadas de obras publicas	21/12/2022	8 932 004,58 €
22/537/CA/C	503262897	2022/508	2 934,10 €	22/08/2022	14 670,52 €	11 927,25 €			Aquisição de Serviços	05/02/2023	2 934,10 €
ADS	503504564	2022/513	965,48 €	09/08/2022	2 701,91 €	2 196,67 €			Aquisição de Serviços	26/01/2023	- €
CE	501618392	2022/514	- €	09/08/2022	922,50 €	750,00 €			Aquisição de Serviços	05/02/2023	- €
ADRS	500230757	2022/527	1 205,16 €	10/08/2022	3 615,46 €	2 939,40 €			Aquisição de Serviços	09/09/2022	1 205,16 €
CE	500906840	2022/547	180,47 €	16/08/2022	2 850,00 €	2 769,34 €			Contratação Excluída	15/09/2022	180,47 €
22/544/CA/C	501411968	2022/554	- €	18/08/2022	771 456,00 €	627 200,00 €			Aquisição de Serviços	17/09/2022	- €
ADS	218694407	2022/558	- €	19/08/2022	3 075,00 €	2 500,00 €			Aquisição de Serviços	17/09/2022	- €
20/274/CA/C	500097488	2022/562	75,17 €	22/08/2022	44 744,57 €	42 211,85 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	21/09/2022	75,17 €
20/274/CA/C	500097488	2022/566	441,75 €	23/08/2022	11 163,69 €	10 531,78 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	06/11/2022	441,75 €
20/274/CA/C	500097488	2022/568	362,06 €	23/08/2022	20 112,51 €	18 974,07 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	22/09/2022	362,06 €
20/274/CA/C	500097488	2022/569	230,22 €	23/08/2022	8 969,08 €	8 460,45 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	22/09/2022	230,22 €
ADS	502502959	2022/586	3 502,16 €	05/09/2022	8 405,22 €	6 833,51 €			Aquisição de Serviços	05/10/2022	3 502,16 €
ADS	505141019	2022/751	2 337,87 €	17/11/2022	5 227,50 €	4 250,00 €			Aquisição de Serviços	12/10/2022	1 921,90 €
ADS	197102816	2022/608	5 361,57 €	21/09/2022	6 148,77 €	4 999,00 €			Aquisição de Serviços	20/10/2022	442,80 €
22/547/CA/C	503864960	2022/618	226 375,49 €	27/09/2022	3 073 007,97 €	2 899 064,12 €	1773	29/12/2022	Empreitadas de obras publicas	27/10/2022	226 375,49 €
22/546/CA/C	504280023	2022/619	- €	27/09/2022	91 512,00 €	74 400,00 €			Aquisição de Serviços	27/10/2022	- €
NÚMERO	500126321	2022/621	- €	27/09/2022	23 677,50 €	19 250,00 €			Aquisição de Serviços	27/10/2022	- €
22/549/CA/C	513770267	2022/628	- €	28/09/2022	104 120,66 €	84 650,94 €			Aquisição de Serviços	28/10/2022	- €
CP	509875173	2022/631	26 055,55 €	30/09/2022	40 280,00 €	38 000,00 €			Aquisição de Serviços	30/10/2022	2 524,10 €
ADRS	508625777	2022/634	3 813,00 €	30/09/2022	5 535,00 €	4 500,00 €			Aquisição de Serviços	05/02/2023	123,00 €
22/551/CA/C	504038052	2022/640	1 031 881,34 €	06/10/2022	1 505 200,00 €	1 420 000,00 €	2050	10/02/2023	Empreitadas de obras publicas	05/11/2022	1 031 881,34 €
20/274/CA/C	500097488	2022/642	3 868,58 €	06/10/2022	51 408,99 €	48 499,05 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	02/01/2023	3 868,58 €
20/274/CA/C	500097488	2022/652	189,55 €	11/10/2022	22 381,04 €	21 114,18 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	10/11/2022	189,55 €
22/556/CA/C	501773339	2022/661	61 793,37 €	14/10/2022	207 127,23 €	168 396,12 €			Aquisição de Serviços	13/11/2022	61 793,37 €
22/555/CA/C	500280908	2022/665	825 137,58 €	17/10/2022	2 808 359,42 €	2 649 395,68 €	2080	09/02/2023	Empreitadas de obras publicas	02/01/2023	824 752,42 €
22/561/CA/C	506782328	2022/666	59 261,79 €	31/10/2022	324 583,22 €	263 888,80 €			Aquisição de Serviços	16/11/2022	59 261,79 €
21/414/CA/C	515728039	2022/668	23 749,76 €	18/10/2022	49 999,50 €	40 650,00 €			Aquisição de Serviços	17/11/2022	23 749,76 €
22/476/CA/C	501633561	2022/678	3 067,92 €	21/10/2022	23 025,80 €	21 722,45 €	834	28/07/2022	Empreitadas de obras publicas	20/11/2022	3 067,92 €
21/377/CA/C	502300264	2022/691	1 372,23 €	27/10/2022	2 979,27 €	2 810,63 €	1683	15/12/2021	Empreitadas de obras publicas	26/11/2022	1 372,23 €
20/274/CA/C	500097488	2022/698	86,77 €	02/11/2022	2 099,72 €	1 980,88 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	02/12/2022	86,77 €
22/562/DC/C	500926603	2022/704	1 155,71 €	03/11/2022	8 530,05 €	6 935,00 €			Aquisição de Serviços	03/12/2022	- €
20/274/CA/C	500097488	2022/707	426,15 €	03/11/2022	21 471,05 €	20 255,71 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	03/12/2022	426,15 €
ADS	503504564	2022/728	2 098,44 €	14/11/2022	5 658,00 €	4 600,00 €			Aquisição de Serviços	14/12/2022	- €
CE	500906840	2022/729	586,81 €	14/11/2022	615,00 €	500,00 €			Aquisição de Serviços	14/12/2022	- €
22/565/CA/C	500023875	2022/741	6 479 332,79 €	16/11/2022	9 885 414,12 €	9 325 862,38 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2023	6 068 521,80 €
22/564/CA/C	500023875	2022/749	4 112 763,94 €	17/11/2022	16 945 893,00 €	15 986 691,51 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2023	3 813 069,25 €
20/274/CA/C	500097488	2022/747	2 215,34 €	16/11/2022	152 524,57 €	143 891,10 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	15/12/2022	2 215,34 €
22/567/CA/C	501773339	2022/748	190 358,65 €	17/11/2022	935 611,80 €	760 660,00 €			Aquisição de Serviços	17/12/2022	167 108,99 €
22/576/CA/C	502300264	2022/775	486 498,38 €	13/01/2023	3 003 934,00 €	2 833 900,00 €	142	14/03/2023	Empreitadas de obras publicas	02/01/2023	485 059,17 €
20/274/CA/C	500097488	2022/784	9 072,86 €	28/11/2022	15 815,95 €	14 920,71 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	02/01/2023	9 072,86 €
22/569/CA/C	502519533	2022/789	1 129 586,18 €	30/11/2022	3 736 060,10 €	3 524 585,00 €	154	15/02/2023	Empreitadas de obras publicas	02/01/2023	1 126 262,74 €
22/570/CA/C	502986050	2022/791	44 468,95 €	02/12/2022	333 027,33 €	270 753,93 €			Aquisição de Serviços	01/01/2023	41 677,42 €
22/573/CA/C	500926603	2022/792	3 167,99 €	02/12/2022	32 596,23 €	26 501,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2023	3 167,99 €
22/583/CA/C	502438878	2022/793	- €	02/12/2022	285 206,79 €	269 063,01 €			Empreitadas de obras publicas	01/01/2023	- €
22/571/CA/C	501649557	2022/796	792 340,59 €	05/12/2022	1 730 980,00 €	1 633 000,00 €	59	15/02/2023	Empreitadas de obras publicas	05/02/2023	792 340,59 €
22/572/CA/C	501649557	2022/795	835 506,61 €	05/12/2022	1 710 840,00 €	1 614 000,00 €	60	15/02/2023	Empreitadas de obras publicas	05/02/2023	835 506,61 €
22/581/CA/C	501157344	2022/804	- €	09/12/2022	1 127 773,88 €	1 063 937,62 €			Empreitadas de obras publicas	02/02/2023	- €
ADS	500139490	2022/842	479,70 €	15/12/2022	5 473,50 €	4 450,00 €			Aquisição de Serviços	13/01/2023	- €
ADS	503222739	2022/846	- €	16/12/2022	3 167,25 €	2 575,00 €			Aquisição de Serviços	29/12/2022	- €
NÚMERO	507072065	2022/867	13 192,40 €	21/12/2022	19 824,60 €	17 520,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2023	6 448,20 €
NÚMERO	503586307	2022/861	144 322,05 €	21/12/2022	292 592,40 €	237 880,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2023	144 322,05 €
22/596/CA/C	515728039	2022/862	520 507,46 €	31/01/2023	1 301 268,66 €	1 057 942,00 €			Aquisição de Serviços	08/02/2023	520 507,46 €
22/590/CA/C	502313374	2022/863	- €	31/12/2022	24 521,28 €	19 936,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2023	- €
NÚMERO	501689168	2022/869	14 309,09 €	21/12/2022	87 100,00 €	87 100,00 €			Aquisição de Serviços	26/01/2023	368,96 €
NÚMERO	503640549	2022/870	102 197,56 €	21/12/2022	170 499,60 €	170 499,60 €			Aquisição de Serviços	02/01/2023	70 315,60 €
22/578/CA/C	503586307	2022/874	142 876,80 €	22/12/2022	295 421,40 €	240 180,00 €			Aquisição de Serviços	05/02/2023	142 876,80 €
22/579/CA/C	503586307	2022/877	128 303,15 €	22/12/2022	295 421,40 €	240 180,00 €			Aquisição de Serviços	05/02/2023	128 303,15 €
20/274/CA/C	500097488	2022/879	1 146,31 €	26/12/2022	12 456,13 €	11 751,07 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	05/02/2023	1 146,31 €
22/538/CA/C	503864960	2022/880	855,87 €	26/12/2022	855,87 €	807,42 €			Empreitadas de obras publicas	05/02/2023	- €
22/538/CA/C	503864960	2022/882	11 545,63 €	26/12/2022	21 632,84 €	20 408,35 €			Empreitadas de obras publicas	05/02/2023	10 892,09 €
23/600/DC/C	503262897	2023/7	8 905,20 €	12/01/2023	44 526,00 €	36 200,00 €			Aquisição de Serviços	11/02/2023	8 905,20 €
23/598/CA/C	506998959	2023/9	- €	12/01/2023	11 869,50 €	9 650,00 €			Aquisição de Serviços	11/02/2023	- €
22/538/CA/C	503864960	2023/14	443,29 €	13/01/2023	925,79 €	873,39 €			Empreitadas de obras publicas	12/02/2023	420,80 €
FM/NJC	170794113	2023/17	- €	17/01/2023	12 000,00 €	9 756,10 €			Outros contratos	19/01/2023	- €
23/614/CA/C	508122996	2023/62	23 985,00 €	28/02/2023	23 985,00 €	19 500,00 €			Aquisição de Serviços	24/02/2023	23 985,00 €
23/608/CA/C	515124320	2023/38	57 583,20 €	15/02/2023	182 432,12 €	148 318,80 €			Aquisição de Serviços	09/06/2023	57 583,20 €
23/611/DC/C	513246002	2023/46	- €	30/01/2023	11 402,10 €	9 270,00 €			Aquisição de Serviços	01/03/2023	- €
23/613/CA/C	502544180	2023/53	27 822,09 €	28/02/2023	53 443,50 €	43 450,00 €			Aquisição de Serviços	04/03/2023	15 948,40 €
ADS	500077568	2023/63	1 501,31 €	07/02/2023	3 000,00 €	3 000,00 €			Aquisição de Serviços	08/03/2023	736,44 €
22/538/CA/C	503864960	2023/73	1 952,06 €	10/02/2023	33 435,05 €	31 542,50 €			Empreitadas de obras publicas	12/03/2023	1 841,57 €
ADS	509367739	2023/77	792,88 €	10/02/2023	3 902,50 €	3 681,60 €			Locação ou aquisição de bens n	12/03/2023	658,90 €
23/615/CA/C	504521861	2023/78	52 484,10 €	01/03/2023	73 185,01 €	59 500,01 €			Aquisição de Serviços	12/03/2023	52 484,10 €
22/538/CA/C	503864960	2023/79	13 544,56 €	10/02/2023	71 067,14 €	67 044,47 €			Empreitadas de obras publicas	12/03/2023	12 777,89 €
ADS	503538302	2023/81	- €	14/02/2023	104,40 €	98,49 €			Aquisição de Serviços	08/03/2023	- €
CE	504194569	2023/84	2 500,00 €	15/02/2023	7 500,00 €	7 500,00 €			Contratação Excluída	17/03/2023	2 500,00 €
22/538/CA/C	503864960	2023/85	9 324,74 €	15/02/2023	180 830,72 €	170 595,02 €			Empreitadas de obras publicas	17/03/2023	8 774,19 €
20/274/CA/C	500097488	2023/86	3 211,80 €	15/02/2023	126 673,29 €	119 503,10 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	17/03/2023	3 211,80 €
NÚMERO	501993339	2023/88	7 084,80 €	15/02/2023	23 616,10 €	19 200,08 €			Aquisição de Serviços	17/03/2023	7 084,80 €
23/627/DC/C	514804564	2023/115	43 320,60 €	08/03/2023	61 254,00 €	49 800,00 €			Aquisição de Serviços	19/03/2023	43 246,80 €
23/628/DC/C	516755293	2023/114	8 414,63 €	01/03/2023	24 587,70 €	19 990,00 €			Aquisição de Serviços	22/03/2023	7 127,34 €
23/620/CA/C	502668490	2023/92	5 424,30 €	20/02/2023	18 081,00 €	14 700,00 €			Aquisição de Serviços	22/03/2023	5 424,30 €
23/618/CA/C	504669451	2023/94	16 292,46 €	01/03/2023	69 312,96 €	56 352,00 €			Aquisição de Serviços	24/03/2023	16 292,46 €
23/622/CA/C	506530817	2023/107	2 669 301,62 €	24/03/2023	7 699 310,00 €	7 263 500,00 €	492	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	31/03/2023	2 669 301,62 €
23/621/CA/C	503864960	2023/108	1 996 663,44 €	24/03/2023	6 590 989,21 €	6 217 914,35 €	486	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	31/03/2023	1 996 663,44 €
23/623/CA/C	501489126	2023/109	8 378 864,31 €	17/04/2023	20 704 057,60 €	19 532 129,81 €			Empreitadas de obras publicas	31/03/2023	8 267 452,12 €
23/624/CA/C	501489126	2023/110	7 340 149,89 €	05/03/2023	12 335 839,45 €	11 637 584,39 €			Empreitadas de obras publicas	31/03/2023	7 333 897,26 €
20/274/CA/C	500097488	2023/123	43,45 €	07/03/2023	34 864,15 €	32 890,71 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	06/04/2023	43,45 €
23/632/CA/C	500802025	2023/150	18 376,20 €	22/03/2023	24 501,60 €	19 920,00 €			Aquisição de Serviços	08/04/2023	15 699,72 €
23/631/CA/C	500380376	2023/141	11 992,50 €	22/03/2023	23 985,00 €	19 500,00 €			Aquisição de Serviços	12/04/2023	11 992,50 €
ADS	501771603	2023/149	6 113,10 €	15/03/2023	6 113,10 €	4 970,00 €			Aquisição de Serviços	14/04/2023	6 113,10 €
23/634/CA/C	513246002	2023/173	33 735,15 €	23/03/2023	581 556,30 €	472 810,00 €			Aquisição de Serviços	22/04/2023	33 735,15 €
23/635/CA/C	500676020	2023/175	6 543,60 €	23/03/2023	34 440,00 €	28 000,00 €			Aquisição de Serviços	22/04/2023	6 543,60 €
ADS	214181278	2023/196	720,00 €	31/03/2023	3 542,40 €	2 880,00 €			Aquisição de Serviços	28/04/2023	720,00 €
ADS	258643277	2023/197	1 377,60 €	31/03/2023	4 132,80 €	3 360,00 €			Aquisição de Serviços	30/04/2023	1 377,60 €

ANEXO V - DOR 5.5 - CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

Nº de Contrato	NIF Fornecedor	Nº Compromisso	Valor Compromisso	Data Celebração	Preço Contratual (c/ IVA)	Preço Contratual (S/ IVA)	Nº registo	Data visto	Rúbrica	Data 1º pagamento	Valor Pago em 2024
ADS	500853975	2023/213	171,37 €	06/04/2023	585,22 €	479,91 €			Aquisição de Serviços	06/05/2023	171,37 €
23/641/CA/C	513959327	2023/214	112 975,50 €	13/04/2023	223 245,00 €	181 500,00 €			Aquisição de Serviços	06/05/2023	112 434,30 €
ADS	514620870	2023/217	3 466,39 €	10/04/2023	6 148,77 €	4 999,00 €			Aquisição de Serviços	30/05/2023	3 466,39 €
21/377/CA/C	502300264	2023/224	6 625,25 €	14/04/2023	19 485,37 €	18 382,42 €	1683	15/12/2021	Empreitadas de obras publicas	14/05/2023	6 625,25 €
23/646/CA/C	513959327	2023/225	115 792,20 €	05/05/2023	265 200,30 €	215 610,00 €			Aquisição de Serviços	14/05/2023	115 792,20 €
23/644/CA/C	503500259	2023/226	63 978,41 €	26/04/2023	126 384,51 €	102 751,63 €			Aquisição de Serviços	14/05/2023	63 978,41 €
23/644/CA/C	515526363	2023/227	- €	14/04/2023	73 056,68 €	59 395,67 €			Aquisição de Serviços	14/05/2023	- €
23/644/CA/C	517642948	2023/228	45 020,73 €	14/04/2023	73 056,68 €	59 395,67 €			Aquisição de Serviços	14/05/2023	45 020,73 €
23/651/CA/C	506782328	2023/235	241 917,44 €	05/05/2023	594 286,80 €	483 160,00 €			Aquisição de Serviços	19/05/2023	223 135,94 €
22/538/CA/C	503864960	2023/236	3 013,65 €	20/04/2023	3 013,65 €	2 843,07 €			Empreitadas de obras publicas	20/05/2023	2 843,07 €
22/555/CA/C	500280908	2023/237	356,75 €	20/04/2023	6 318,32 €	5 960,68 €	2080	09/02/2023	Empreitadas de obras publicas	20/05/2023	356,75 €
23/655/CA/C	513959327	2023/242	107 292,90 €	16/05/2023	265 200,30 €	215 610,00 €			Aquisição de Serviços	21/05/2023	107 292,90 €
21/377/CA/C	502300264	2023/251	797,28 €	27/04/2023	797,28 €	752,16 €	1683	15/12/2021	Empreitadas de obras publicas	27/05/2023	797,28 €
20/274/CA/C	500097488	2023/253	225,64 €	28/04/2023	133 303,30 €	125 757,83 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	28/05/2023	225,64 €
23/658/CA/C	503257567	2023/262	- €	05/05/2023	108 792,39 €	88 449,10 €			Aquisição de Serviços	02/06/2023	- €
20/274/CA/C	500097488	2023/264	328,55 €	03/05/2023	9 846,13 €	9 288,80 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	02/06/2023	328,55 €
21/308/CA/C	502300264	2023/269	2 330,83 €	08/05/2023	8 241,50 €	7 775,00 €	853	08/07/2021	Empreitadas de obras publicas	07/06/2023	2 330,83 €
NÚMERO	502208473	2023/281	7 596,48 €	09/05/2023	24 477,00 €	19 900,00 €			Aquisição de Serviços	08/06/2023	7 596,48 €
23/663/CA/C	500821291	2023/283	- €	15/05/2023	395 536,04 €	373 147,21 €			Empreitadas de obras publicas	08/06/2023	- €
21/308/CA/C	502300264	2023/290	4 022,70 €	11/05/2023	4 022,70 €	3 795,00 €	853	08/07/2021	Empreitadas de obras publicas	10/06/2023	4 022,70 €
23/669/CA/C	504060783	2023/293	- €	21/06/2023	631 760,00 €	596 000,00 €			Empreitadas de obras publicas	16/06/2023	- €
23/688/CA/C	216914213	2023/294	- €	19/06/2023	7 380,00 €	6 000,00 €			Aquisição de Serviços	14/12/2023	- €
23/666/CA/C	502907444	2023/304	893 883,94 €	23/07/2023	1 695 178,75 €	1 599 225,24 €	1166	01/08/2023	Empreitadas de obras publicas	17/06/2023	893 883,94 €
CE	509974538	2023/307	- €	19/05/2023	420,00 €	420,00 €			Contratação Excluída	18/06/2023	- €
23/667/DC/C	515228974	2023/308	- €	31/05/2023	13 552,14 €	11 018,00 €			Aquisição de Serviços	18/06/2023	- €
23/670/CA/C	507391160	2023/312	1 768 574,15 €	15/06/2023	2 210 083,71 €	2 084 984,63 €	1055	11/07/2023	Empreitadas de obras publicas	23/06/2023	1 763 171,09 €
21/308/CA/C	502300264	2023/317	648,04 €	26/05/2023	57 243,60 €	54 003,40 €	853	08/07/2021	Empreitadas de obras publicas	25/06/2023	648,04 €
22/565/CA/C	500023875	2023/320	2 295,09 €	30/05/2023	20 846,79 €	19 666,78 €			Empreitadas de obras publicas	29/06/2023	2 165,18 €
23/671/CA/C	502668490	2023/323	29 229,72 €	28/06/2023	29 229,72 €	23 764,00 €			Aquisição de Serviços	26/03/2024	29 229,72 €
21/377/CA/C	502300264	2023/326	312 441,92 €	31/05/2023	667 585,55 €	629 797,69 €	1683	15/12/2021	Empreitadas de obras publicas	02/08/2023	312 441,92 €
22/538/CA/C	503864960	2023/339	385,42 €	01/06/2023	1 687,10 €	1 591,60 €			Empreitadas de obras publicas	01/07/2023	- €
23/673/DC/C	504521861	2023/349	12 275,40 €	07/06/2023	12 275,40 €	9 980,00 €			Aquisição de Serviços	07/07/2023	12 275,40 €
23/676/CA/C	503935271	2023/351	77 403,90 €	06/06/2023	110 577,00 €	89 900,00 €			Aquisição de Serviços	09/07/2023	77 403,90 €
23/675/CA/C	514023708	2023/352	120 294,00 €	27/06/2023	198 983,25 €	161 775,00 €			Aquisição de Serviços	09/07/2023	117 077,55 €
23/674/CA/C	500926603	2023/353	6 396,00 €	06/06/2023	20 771,01 €	16 887,00 €			Aquisição de Serviços	09/07/2023	6 396,00 €
22/551/CA/C	504038052	2023/354	46 777,72 €	09/06/2023	54 011,34 €	50 954,09 €	2050	10/02/2023	Empreitadas de obras publicas	29/11/2023	46 777,72 €
20/274/CA/C	500097488	2023/355	2 550,06 €	09/06/2023	107 120,79 €	101 057,35 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	02/08/2023	2 550,06 €
20/274/CA/C	500097488	2023/360	831,97 €	14/06/2023	41 098,03 €	38 771,73 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	14/07/2023	831,97 €
23/678/CA/C	501489126	2023/362	6 804 916,32 €	15/06/2023	17 411 255,39 €	16 425 712,63 €			Empreitadas de obras publicas	15/07/2023	6 803 839,34 €
AD	504615947	2023/367	272,14 €	19/06/2023	688,11 €	559,44 €			Aquisição de Serviços	29/06/2023	15,98 €
23/680/CA/C	509333036	2023/371	179 337,90 €	20/06/2023	909 831,00 €	739 700,00 €			Aquisição de Serviços	20/07/2023	141 341,33 €
23/682/CA/C	503864960	2023/386	12 594,59 €	23/07/2023	251 037,25 €	236 827,59 €			Empreitadas de obras publicas	29/07/2023	12 594,59 €
20/274/CA/C	500097488	2023/391	3 933,40 €	30/06/2023	42 609,68 €	40 197,81 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	30/07/2023	3 933,40 €
23/686/CA/C	515728039	2023/392	216 972,00 €	19/07/2023	361 620,00 €	294 000,00 €			Aquisição de Serviços	30/07/2023	216 972,00 €
23/684/CA/C	507321731	2023/393	44 938,05 €	07/08/2023	44 938,05 €	36 535,00 €			Aquisição de Serviços	30/07/2023	44 938,05 €
23/683/CA/C	515526363	2023/394	182 655,00 €	30/06/2023	332 100,00 €	270 000,00 €			Aquisição de Serviços	30/07/2023	182 655,00 €
ADS	507957547	2023/396	861,00 €	30/06/2023	1 476,00 €	1 200,00 €			Aquisição de Serviços	30/07/2023	738,00 €
ADS	503262897	2023/406	- €	06/07/2023	5 073,75 €	4 125,00 €			Aquisição de Serviços	05/08/2023	- €
20/274/CA/C	500097488	2023/408	131,76 €	07/07/2023	1 317,59 €	1 243,01 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	06/08/2023	131,76 €
ADS	502584866	2023/409	- €	07/07/2023	554,73 €	451,00 €			Aquisição de Serviços	06/08/2023	- €
23/689/CA/C	502061901	2023/410	11 808,00 €	02/08/2023	23 616,00 €	19 200,00 €			Aquisição de Serviços	06/08/2023	11 808,00 €
20/267/CA/C	508298083	2023/414	52 398,33 €	10/07/2023	128 173,47 €	120 918,37 €	807	07/07/2021	Empreitadas de obras publicas	29/08/2023	52 398,33 €
23/681/CA/C	503859486	2023/417	39 521,75 €	11/07/2023	90 331,20 €	73 440,00 €			Aquisição de Serviços	10/08/2023	30 008,31 €
CE	505132320	2023/419	- €	13/07/2023	450,00 €	450,00 €			Contratação Excluída	31/12/2024	- €
23/687/CA/C	501340114	2023/420	43 505,10 €	07/08/2023	137 046,60 €	111 420,00 €			Aquisição de Serviços	11/08/2023	43 505,10 €
22/538/CA/C	503864960	2023/431	1 524,25 €	14/07/2023	3 144,77 €	2 966,77 €			Empreitadas de obras publicas	13/08/2023	1 437,97 €
22/547/CA/C	503864960	2023/432	- €	14/07/2023	7 760,83 €	7 321,54 €	1773	29/12/2022	Empreitadas de obras publicas	13/08/2023	- €
22/476/CA/C	501633561	2023/436	155 813,75 €	17/07/2023	241 802,89 €	228 115,93 €	834	28/07/2022	Empreitadas de obras publicas	16/08/2023	131 358,18 €
23/697/CA/C	501340114	2023/440	27 306,00 €	07/08/2023	109 224,00 €	88 800,00 €			Aquisição de Serviços	16/08/2023	27 306,00 €
23/702/CA/C	500676020	2023/443	- €	21/08/2023	23 726,70 €	19 290,00 €			Aquisição de Serviços	17/08/2023	- €
23/701/CA/C	504280023	2023/444	31 943,10 €	11/09/2023	91 266,00 €	74 200,00 €			Aquisição de Serviços	17/08/2023	31 943,10 €
23/703/CA/C	514119276	2023/461	44 270,92 €	11/08/2023	91 492,81 €	74 384,40 €			Aquisição de Serviços	26/08/2023	44 270,92 €
22/547/CA/C	503864960	2023/463	52 491,67 €	27/07/2023	77 039,61 €	72 678,88 €	1773	29/12/2022	Empreitadas de obras publicas	26/09/2023	52 491,67 €
23/647/CA/C	503630349	2023/465	- €	27/07/2023	112 556,97 €	106 185,82 €			Empreitadas de obras publicas	04/09/2023	- €
22/551/CA/C	504038052	2023/466	28 865,37 €	27/07/2023	98 916,11 €	93 317,08 €	2050	10/02/2023	Empreitadas de obras publicas	29/08/2023	28 865,37 €
23/705/CA/C	509848141	2023/480	13 653,00 €	10/08/2023	22 755,00 €	18 500,00 €			Aquisição de Serviços	23/10/2023	13 653,00 €
22/571/CA/C	501649557	2023/486	2 883,18 €	08/08/2023	9 610,62 €	9 066,62 €	59	15/02/2023	Empreitadas de obras publicas	07/09/2023	2 883,18 €
23/706/CA/C	507356764	2023/487	8 856,00 €	06/09/2023	22 755,00 €	18 500,00 €			Aquisição de Serviços	07/09/2023	8 856,00 €
CE	503517666	2023/488	- €	08/08/2023	524,91 €	426,76 €			Aquisição de Serviços	07/09/2023	- €
22/571/CA/C	501649557	2023/491	112,40 €	10/08/2023	374,68 €	353,48 €	59	15/02/2023	Empreitadas de obras publicas	09/09/2023	112,40 €
23/709/CA/C	502438878	2023/496	835 000,00 €	11/08/2023	3 679 840,18 €	3 471 547,34 €	2006	10/10/2023	Empreitadas de obras publicas	10/09/2023	832 462,19 €
23/708/CA/C	502790652	2023/497	12 146,25 €	22/08/2023	107 502,00 €	87 400,00 €			Aquisição de Serviços	10/09/2023	12 146,25 €
23/622/CA/C	506530817	2023/500	826,80 €	17/08/2023	2 342,60 €	2 210,00 €	492	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	16/09/2023	826,80 €
22/476/CA/C	501633561	2023/501	4 693,92 €	17/08/2023	15 355,99 €	14 486,78 €	834	28/07/2022	Empreitadas de obras publicas	16/09/2023	3 984,74 €
23/712/CA/C	505771098	2023/503	11 992,52 €	06/09/2023	19 987,51 €	16 250,00 €			Aquisição de Serviços	16/09/2023	11 992,51 €
23/711/DC/C	501633561	2023/504	10 433,54 €	21/08/2023	55 796,74 €	45 363,20 €			Aquisição de Serviços	16/09/2023	- €
23/712/CA/C	503040630	2023/509	29 011,70 €	18/08/2023	120 382,56 €	97 872,00 €			Aquisição de Serviços	17/09/2023	29 011,70 €
22/538/CA/C	503864960	2023/514	1 278,22 €	24/08/2023	1 278,22 €	1 205,87 €			Empreitadas de obras publicas	23/09/2023	643,84 €
23/713/DC/C	503519790	2023/515	5 904,00 €	25/08/2023	11 808,00 €	9 600,00 €			Aquisição de Serviços	24/09/2023	5 904,00 €
23/714/CA/C	513042938	2023/519	- €	29/08/2023	16 273,52 €	13 230,50 €			Aquisição de Serviços	28/09/2023	- €
22/538/CA/C	503864960	2023/525	19,35 €	30/08/2023	19,35 €	18,25 €			Empreitadas de obras publicas	31/12/2024	19,35 €
20/274/CA/C	500097488	2023/521	6 561,89 €	30/08/2023	6 561,89 €	6 190,46 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	29/09/2023	6 561,89 €
20/274/CA/C	500097488	2023/523	1 146,15 €	30/08/2023	20 248,65 €	19 102,50 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	29/09/2023	1 146,15 €
20/274/CA/C	500097488	2023/524	332,71 €	30/08/2023	10 700,80 €	10 095,09 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	29/09/2023	332,71 €
22/538/CA/C	503864960	2023/526	- €	30/08/2023	2 757,17 €	2 601,10 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2024	- €
22/551/CA/C	504038052	2023/527	9 871,55 €	30/08/2023	116 277,65 €	109 695,90 €	2050	10/02/2023	Empreitadas de obras publicas	29/09/2023	9 871,55 €
23/720/CA/C	506338673	2023/528	31 288,43 €	18/09/2023	47 970,00 €	39 000,00 €			Aquisição de Serviços	30/09/2023	31 288,43 €
21/308/CA/C	502300264	2023/529	1 626,27 €	31/08/2023	28 730,72 €	27 104,45 €	853	08/07/2021	Empreitadas de obras publicas	30/09/2023	1 626,27 €
23/718/CA/C	515797855	2023/530	216 972,00 €	11/09/2023	361 620,00 €	294 000,00 €			Aquisição de Serviços	30/09/2023	216 972,00 €
23/715/CA/C	503888460	2023/531	190 120,98 €	31/08/2023	257 731,74 €	209 538,00 €			Aquisição de Serviços	30/09/2023	190 120,98 €
23/719/CA/C	501157344	2023/532	663 986,84 €	31/08/2023	760 617,27 €	717 563,46 €			Empreitadas de obras publicas	30/09/2023	663 986,84 €
23/717/CA/C	502300264	2023/533	1 325 215,86 €	31/08/2023	2 909 700,00 €	2 745 000,00 €	1985	25/10/2023	Empreitadas de obras publicas	30/09/2023	1 325 215,86 €
20/274/CA/C	500097488	2023/536	7 887,45 €	01/09/2023	60 053,72 €	56 654,45 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	01/10/2023	7 887,45 €
ADS	513658637	2023/538	2 576,85 €	07/09/2023	5 153,70 €	4 190,00 €			Aquisição de Serviços	08/10/2023	2 576,85 €
23/621/CA/C	503864960	2023/539	5 259,00 €	08/09/2023	12 724,88 €	12 004,60 €	486	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	08/10/2023	5 259,00 €
22/555/CA/C	500280908	2023/540	27 859,64 €	08/09/2023	40 084,60 €	37 815,66 €	2080	09/02/2023	Empreitadas de obras publicas	08/10/2023	27 859,64 €
23/721/CA/C	503888460	2023/543	118 400,58 €	12/09/2023	488 018,49 €	396 763,00 €			Aquisição de Serviços	13/10/2023	114 454,31 €
23/722/CA/C	503888460	2023/544	210 242,50 €	10/11/2023	968 216,64 €	787 168,00 €			Aquisição de Serviços	13/10/2023	207 537,87 €
21/427/CA/C	501489126	2023/545	160 503,98 €	13/09/2023	314 167,66 €	296 384,58 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas	31/10/2023	160 503,98 €
22/538/CA/C	503864960	2023/546	- €	14/09/2023	4 856,62 €	4 581,72 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
22/538/CA/C	503864960	2023/547	345,75 €	14/09/2023	345,75 €	326,18 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2024	- €
22/538/CA/C	503864960	2023/548	6 939,48 €	14/09/2023	20 939,48 €	19 754,22 €			Empreitadas de obras publicas	14/10/2023	6 182,76 €
22/572/CA/C	501649557	2023/550	4 791,44 €	15/09/2023	5 966,96 €	5 629,20 €	60	15/02/2023	Empreitadas de obras publicas	22/04/2024	4 791,44 €
20/274/CA/C	500097488	2023/552	103,07 €	15/09/2023	15 705,23 €	14 816,26 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	31/10/2023	103,07 €
23/622/CA/C	506530817	2023/553	21 130,46 €	18/09/2023	38 595,27 €	36 410,63 €	492	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	18/10/2023	21 130,46 €
ADS	218694407	2023/555	- €	19/09/2023	4 391,10 €	3 570,00 €			Aquisição de Serviços	10/10/2023	- €
23/723/CA/C	506998959	2023/559	- €	29/09/2023	21 279,00 €	17 300,00 €			Aquisição de Serviços	20/10/2023	- €
ADS	500423849	2023/563	821,05 €	21/09/2023	1 426,80 €	1 160,00 €			Aquisição de Serviços	21/10/2023	821,05 €
ADS	501908838	2023/565	132,50 €	22/09/2023	805,08 €	759,12 €			Locação ou aquisição de bens r	22/10/2023	132,50 €
ADS	510485480	2023/567	2 337,00 €	22/09/2023	2 337,00 €	1 900,00 €			Aquisição de Serviços	22/10/2023	2 337,00 €
22/569/CA/C	502519533	2023/572	7 087,02 €	25/09/2023	77 438,91 €	73 055,58 €	154	15/02/2023	Empreitadas de obras publicas	25/10/2023	7 087,02 €
23/724/CA/C	501461396	2023/575	2 544 374,39 €	26/09/2023	3 455 715,02 €	3 260 108,51 €	2247	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas	26/10/2023	2 519 655,20 €
ADS	502124083	2023/576	717,96 €	27/09/2023	6 105,18 €	4 963,56 €			Aquisição de Serviços	27/10/2023	717,96 €
22/538/CA/C	503864960	2023/578	- €	28/09/2023	1 024,44 €	966,45 €			Empreitadas de obras publicas	31/12/2024	- €
22/538/CA/C	503864960	2023/579	- €	28/09/2023	1 014,39 €	956,98 €			Empreitadas de obras publicas	31/12/2024	- €
23/727/CA/C	502212900	2023/581	903 814,98 €	28/09/2023	1 162 844,37 €	1 097 022,99 €	2322	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas	28/10/2023	903 814,98 €
23/725/CA/C	503888460	2023/584	205 558,04 €	24/11/2023	491 909,90 €	399 926,75 €			Aquisição de Serviços	29/10/2023	193 405,24 €
23/726/CA/C	500676020	2023/585	3 660,74 €	09/10/2023	3 660,74 €	2 976,21 €			Aquisição de Serviços	29/10/2023	3 660,74 €
22/555/CA/C	500280908	2023/587	10 106,73 €	29/09/2023	26 312,97 €	24 823,56 €	2080	09/02/2023	Empreitadas de obras publicas	29/10/2023	10 106,73 €
22/538/CA/C	503864960	2023/588	- €	02/10/2023	1 821,50 €	1 718,40 €			Empreitadas de obras publicas	01/11/2023	- €

ANEXO V - DOR 5.5 - CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

Nº de Contrato	NIF Fornecedor	Nº Compromisso	Valor Compromisso	Data Celebração	Preço Contratual (c/ IVA)	Preço Contratual (S/ IVA)	Nº registo	Data visto	Rúbrica	Data 1º pagamento	Valor Pago em 2024
23/728/DC/C	516375474	2023/589	20 215,20 €	09/10/2023	24 216,10 €	19 687,89 €			Aquisição de Serviços	01/11/2023	20 215,20 €
21/427/CA/C	501489126	2023/590	1 185,06 €	03/10/2023	31 445,10 €	29 665,19 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas	02/11/2023	1 185,06 €
20/274/CA/C	500097488	2023/591	6 798,87 €	03/10/2023	59 120,79 €	55 774,33 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	02/11/2023	6 798,87 €
23/730/CA/C	503040630	2023/592	97 047,00 €	09/10/2023	123 824,10 €	100 670,00 €			Aquisição de Serviços	02/11/2023	97 047,00 €
23/729/CA/C	503262897	2023/593	7 735,22 €	03/11/2023	38 676,12 €	31 444,00 €			Aquisição de Serviços	02/11/2023	7 735,22 €
23/733/CA/C	517251620	2023/594	52 501,65 €	29/11/2023	52 501,67 €	42 684,28 €			Aquisição de Serviços	03/11/2023	52 501,65 €
23/731/CA/C	502701110	2023/595	140 438,27 €	04/10/2023	2 842 527,43 €	2 681 629,65 €	2338	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas	02/01/2024	140 438,27 €
23/732/CA/C	514840064	2023/596	32 245,68 €	13/11/2023	40 307,10 €	32 770,00 €			Aquisição de Serviços	03/11/2023	32 245,68 €
23/734/CA/C	503239917	2023/602	135 304,44 €	18/10/2023	204 937,68 €	166 616,00 €			Aquisição de Serviços	03/11/2023	135 304,44 €
23/735/DC/C	502325976	2023/603	20 387,25 €	11/10/2023	44 280,00 €	36 000,00 €			Aquisição de Serviços	08/11/2023	4 120,51 €
22/476/CA/C	501633561	2023/604	3 551,95 €	09/10/2023	8 118,75 €	7 659,20 €	834	28/07/2022	Empreitadas de obras publicas	08/11/2023	3 551,95 €
23/736/DC/C	514023708	2023/607	11 084,39 €	09/11/2023	11 293,49 €	9 181,70 €			Aquisição de Serviços	08/11/2023	11 084,39 €
22/476/CA/C	501633561	2023/608	15 549,08 €	09/10/2023	15 549,08 €	14 668,94 €	834	28/07/2022	Empreitadas de obras publicas	02/01/2024	15 549,08 €
22/565/CA/C	500023875	2023/611	5 558,46 €	09/10/2023	5 558,47 €	5 243,84 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2024	5 243,84 €
22/564/CA/C	500023875	2023/612	13 427,01 €	09/10/2023	77 525,70 €	73 137,45 €			Empreitadas de obras publicas	08/11/2023	11 127,19 €
23/739/DC/C	514023708	2023/613	24 832,72 €	09/10/2023	24 832,72 €	20 189,20 €			Aquisição de Serviços	08/11/2023	24 832,72 €
23/738/DC/C	503465003	2023/616	10 404,57 €	24/10/2023	18 917,40 €	15 380,00 €			Aquisição de Serviços	09/11/2023	10 404,57 €
ADS	201664020	2023/617	600,00 €	10/10/2023	5 904,00 €	4 800,00 €			Aquisição de Serviços	09/11/2023	600,00 €
23/741/DC/C	500674337	2023/618	18 441,18 €	15/11/2023	27 106,82 €	25 572,48 €			Aquisição de Serviços	09/11/2023	18 441,18 €
22/572/CA/C	501649557	2023/622	5 662,17 €	10/10/2023	9 437,32 €	8 903,13 €	80	15/02/2023	Empreitadas de obras publicas	09/11/2023	5 662,17 €
20/274/CA/C	500097488	2023/623	147,41 €	10/10/2023	20 863,78 €	19 682,81 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	09/11/2023	147,41 €
20/274/CA/C	500097488	2023/624	38,34 €	10/10/2023	677,34 €	639,00 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	09/11/2023	38,34 €
20/274/CA/C	500097488	2023/625	507,24 €	10/10/2023	40 022,51 €	37 757,09 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	09/11/2023	507,24 €
20/274/CA/C	500097488	2023/627	4 451,42 €	10/10/2023	45 724,01 €	43 135,86 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	09/11/2023	4 451,42 €
CE	206724225	2023/633	300,00 €	11/10/2023	2 952,00 €	2 400,00 €			Contratação Excluída	09/11/2023	300,00 €
23/740/CA/C	503040630	2023/628	88 443,93 €	24/11/2023	160 443,93 €	130 442,22 €			Aquisição de Serviços	09/11/2023	82 162,77 €
23/742/CA/C	509655513	2023/629	40 804,04 €	19/10/2023	181 351,30 €	147 440,08 €			Aquisição de Serviços	28/12/2023	40 804,03 €
NÚMERO	503502928	2023/630	16 751,86 €	10/10/2023	16 938,33 €	13 771,00 €			Aquisição de Serviços	09/11/2023	16 751,86 €
23/743/CA/C	503040630	2023/632	151 244,49 €	24/11/2023	479 417,10 €	389 770,00 €			Aquisição de Serviços	09/11/2023	151 244,49 €
21/427/CA/C	501489126	2023/635	7 278,77 €	11/10/2023	283 577,54 €	267 525,99 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas	10/11/2023	7 278,77 €
23/621/CA/C	503864960	2023/636	9 291,90 €	11/10/2023	164 156,89 €	154 864,99 €	486	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	10/11/2023	9 291,90 €
22/476/CA/C	501633561	2023/640	36 154,19 €	11/10/2023	61 716,78 €	58 223,37 €	834	28/07/2022	Empreitadas de obras publicas	10/11/2023	35 944,68 €
21/308/CA/C	502300264	2023/641	15 787,54 €	11/10/2023	326 523,48 €	308 041,02 €	853	08/07/2021	Empreitadas de obras publicas	10/11/2023	15 787,54 €
21/427/CA/C	501489126	2023/642	890,49 €	11/10/2023	24 442,97 €	23 059,41 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas	10/11/2023	890,49 €
ADS	503083216	2023/643	1 722,00 €	11/10/2023	3 013,50 €	2 450,00 €			Aquisição de Serviços	10/11/2023	1 722,00 €
23/745/CA/C	980064937	2023/649	8 163 006,66 €	18/10/2023	33 715 314,00 €	31 806 900,00 €			Empreitadas de obras publicas	06/03/2024	8 161 606,91 €
22/476/CA/C	501633561	2023/653	19,93 €	20/10/2023	3 258,96 €	3 074,49 €	834	28/07/2022	Empreitadas de obras publicas	19/11/2023	19,93 €
22/555/CA/C	500280908	2023/657	6 050,06 €	24/10/2023	41 736,08 €	39 373,66 €	2080	09/02/2023	Empreitadas de obras publicas	23/11/2023	6 050,06 €
23/746/DC/C	505317532	2023/659	8 826,85 €	02/11/2023	8 826,85 €	7 176,30 €			Aquisição de Serviços	23/11/2023	8 826,85 €
23/747/CA/C	500676020	2023/660	5 066,31 €	08/11/2023	5 066,31 €	4 118,95 €			Aquisição de Serviços	23/11/2023	5 066,31 €
22/476/CA/C	501633561	2023/661	1 227,43 €	25/10/2023	26 077,16 €	24 601,09 €	834	28/07/2022	Empreitadas de obras publicas	24/11/2023	1 227,43 €
20/267/CA/C	508298083	2023/662	- €	25/10/2023	2 733,88 €	2 579,13 €	807	07/07/2021	Empreitadas de obras publicas	24/11/2023	- €
21/427/CA/C	501489126	2023/667	5 332,01 €	27/10/2023	19 866,23 €	18 741,73 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas	26/11/2023	5 332,01 €
20/274/CA/C	500097488	2023/669	1 807,83 €	27/10/2023	31 938,38 €	30 130,55 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	26/11/2023	1 807,83 €
23/670/CA/C	507391160	2023/670	11 927,61 €	30/10/2023	23 677,72 €	22 337,47 €	1055	11/07/2023	Empreitadas de obras publicas	29/11/2023	11 927,61 €
20/274/CA/C	500097488	2023/672	103,36 €	30/10/2023	4 565,26 €	4 306,85 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	29/11/2023	103,36 €
23/750/DC/C	508669537	2023/675	11 570,00 €	13/11/2023	12 300,00 €	10 000,00 €			Aquisição de Serviços	29/11/2023	11 570,00 €
23/755/CA/C	506782328	2023/679	9 146,28 €	15/11/2023	22 865,70 €	18 590,00 €			Aquisição de Serviços	02/12/2023	9 146,28 €
23/753/CA/C	509745660	2023/680	213 097,50 €	13/11/2023	473 550,00 €	385 000,00 €			Aquisição de Serviços	02/12/2023	213 097,50 €
23/756/CA/C	507239326	2023/681	20 879,25 €	20/11/2023	20 879,25 €	16 975,00 €			Aquisição de Serviços	02/12/2023	20 879,25 €
23/752/CA/C	501515011	2023/682	130 672,52 €	05/12/2023	357 930,16 €	291 000,13 €			Aquisição de Serviços	06/03/2024	117 035,28 €
23/752/CA/C	513133828	2023/683	69 578,25 €	05/12/2023	192 731,63 €	156 692,38 €			Aquisição de Serviços	06/03/2024	63 019,04 €
20/274/CA/C	500097488	2023/685	4 388,53 €	03/11/2023	31 945,14 €	30 136,92 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	03/12/2023	4 388,53 €
22/555/CA/C	500280908	2023/686	4 928,82 €	03/11/2023	4 928,82 €	4 649,83 €	2080	09/02/2023	Empreitadas de obras publicas	03/12/2023	4 928,82 €
22/547/CA/C	503864960	2023/687	207,28 €	03/11/2023	3 661,98 €	3 454,70 €	1773	29/12/2022	Empreitadas de obras publicas	03/12/2023	207,28 €
20/274/CA/C	500097488	2023/688	2 034,38 €	03/11/2023	35 940,74 €	33 906,36 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	03/12/2023	2 034,38 €
21/308/CA/C	502300264	2023/689	6 629,89 €	07/11/2023	6 629,89 €	6 254,61 €	853	08/07/2021	Empreitadas de obras publicas	07/12/2023	6 497,29 €
19/107/CA/C	502519533	2023/690	175,04 €	07/11/2023	3 092,38 €	2 917,34 €	428	08/04/2020	Empreitadas de obras publicas	14/12/2023	175,04 €
22/547/CA/C	503864960	2023/691	1 147,65 €	08/11/2023	5 792,90 €	5 465,00 €	1773	29/12/2022	Empreitadas de obras publicas	08/12/2023	1 147,65 €
20/274/CA/C	500097488	2023/694	2 224,89 €	09/11/2023	25 518,72 €	24 074,27 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	09/12/2023	2 224,89 €
22/547/CA/C	503864960	2023/695	30 206,25 €	10/11/2023	57 592,95 €	54 332,97 €	1773	29/12/2022	Empreitadas de obras publicas	10/12/2023	30 206,25 €
23/757/CA/C	501515011	2023/696	182 696,70 €	18/12/2023	546 238,39 €	444 096,25 €			Aquisição de Serviços	10/12/2023	182 590,96 €
23/757/CA/C	513133828	2023/697	99 221,30 €	18/12/2023	294 128,36 €	239 128,75 €			Aquisição de Serviços	10/12/2023	98 318,21 €
21/308/CA/C	502300264	2023/698	147 128,00 €	10/11/2023	147 128,00 €	138 800,00 €	853	08/07/2021	Empreitadas de obras publicas	10/12/2023	145 656,72 €
22/565/CA/C	500023875	2023/701	52 512,27 €	10/11/2023	52 512,27 €	49 539,88 €			Empreitadas de obras publicas	10/12/2023	49 539,88 €
22/555/CA/C	500280908	2023/702	58 316,00 €	13/11/2023	66 002,31 €	62 266,33 €	2080	09/02/2023	Empreitadas de obras publicas	13/12/2023	58 316,00 €
23/621/CA/C	503864960	2023/704	48 320,28 €	14/11/2023	49 843,45 €	47 022,12 €	486	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	14/12/2023	48 320,28 €
21/427/CA/C	501489126	2023/705	62 151,28 €	14/11/2023	62 151,28 €	58 633,28 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas	31/12/2024	62 151,28 €
21/427/CA/C	501489126	2023/706	747,12 €	14/11/2023	13 199,16 €	12 452,04 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas	14/12/2023	747,12 €
ADS	217082297	2023/726	4 821,60 €	21/11/2023	6 027,00 €	4 900,00 €			Aquisição de Serviços	14/12/2023	4 821,60 €
23/621/CA/C	503864960	2023/708	84 438,93 €	15/11/2023	98 735,95 €	93 147,12 €	486	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	15/12/2023	84 438,93 €
23/759/CA/C	514840064	2023/709	22 737,78 €	11/12/2023	24 112,92 €	19 604,00 €			Aquisição de Serviços	15/12/2023	22 737,78 €
22/569/CA/C	502519533	2023/712	809,54 €	16/11/2023	14 301,86 €	13 492,32 €	154	15/02/2023	Empreitadas de obras publicas	16/12/2023	809,54 €
23/622/CA/C	506530817	2023/713	25 807,21 €	16/11/2023	69 194,27 €	65 277,61 €	492	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	16/12/2023	25 807,21 €
ADS	506596664	2023/714	1 506,75 €	16/11/2023	3 511,65 €	2 855,00 €			Aquisição de Serviços	16/12/2023	1 506,75 €
22/569/CA/C	502519533	2023/715	2 675,87 €	16/11/2023	47 273,69 €	44 597,82 €	154	15/02/2023	Empreitadas de obras publicas	16/12/2023	- €
20/168/CA/C	502519533	2023/716	66,47 €	17/11/2023	1 174,25 €	1 107,78 €	1545	29/06/2020	Empreitadas de obras publicas	17/12/2023	66,47 €
21/427/CA/C	501489126	2023/717	380,37 €	17/11/2023	6 719,89 €	6 339,52 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas	17/12/2023	380,37 €
22/538/CA/C	503864960	2023/719	11 103,54 €	20/11/2023	196 162,51 €	185 058,97 €			Empreitadas de obras publicas	20/12/2023	- €
21/320/CA/C	507391160	2023/720	4,02 €	20/11/2023	71,10 €	67,08 €	845	08/09/2021	Empreitadas de obras publicas	20/12/2023	4,02 €
20/206/CA/C	501312412	2023/721	1 064,88 €	20/11/2023	18 812,83 €	17 747,95 €	2749	16/12/2020	Empreitadas de obras publicas	20/12/2023	1 064,88 €
22/499/CA/C	507391160	2023/722	2 197,26 €	20/11/2023	38 818,19 €	36 620,93 €	850	29/09/2022	Empreitadas de obras publicas	20/12/2023	2 197,26 €
21/427/CA/C	501489126	2023/723	2 228,36 €	20/11/2023	39 367,66 €	37 139,29 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas	20/12/2023	2 228,36 €
23/622/CA/C	506530817	2023/724	- €	20/11/2023	18 126,75 €	17 100,71 €	492	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	31/12/2024	- €
CE	500906840	2023/732	1 500,00 €	22/11/2023	4 500,00 €	4 245,27 €			Contratação Excluída	19/03/2024	550,97 €
20/274/CA/C	500097488	2023/728	46 675,73 €	22/11/2023	93 264,15 €	87 985,04 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	20/12/2023	46 675,73 €
22/538/CA/C	503864960	2023/729	206 939,35 €	22/11/2023	336 939,35 €	317 867,32 €			Empreitadas de obras publicas	31/12/2024	200 941,72 €
ADS	508052505	2023/730	6 143,85 €	22/11/2023	6 143,85 €	4 995,00 €			Aquisição de Serviços	22/12/2023	6 143,85 €
23/760/CA/C	507239326	2023/731	23 281,44 €	30/11/2023	24 395,82 €	19 834,00 €			Aquisição de Serviços	29/01/2024	23 281,44 €
22/576/CA/C	502300264	2023/733	1 819,25 €	22/11/2023	32 140,06 €	30 320,81 €	142	14/03/2023	Empreitadas de obras publicas	20/12/2023	1 819,25 €
20/201/CA/C	506661393	2023/735	431,07 €	23/11/2023	7 615,62 €	7 184,55 €	2619	05/01/2021	Empreitadas de obras publicas	20/12/2023	431,07 €
23/678/CA/C	501489126	2023/736	1 407,97 €	23/11/2023	24 874,20 €	23 466,23 €			Empreitadas de obras publicas	22/12/2023	1 407,97 €
ADS	514707976	2023/740	1 845,00 €	24/11/2023	3 690,00 €	3 000,00 €			Aquisição de Serviços	20/12/2023	1 845,00 €
20/274/CA/C	500097488	2023/741	54 493,33 €	24/11/2023	962 715,49 €	908 222,16 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	20/12/2023	54 493,33 €
20/113/CA/C	503864960	2023/742	636,82 €	24/11/2023	11 250,46 €	10 613,64 €	1461	15/10/2020	Empreitadas de obras publicas	28/11/2023	558,23 €
23/622/CA/C	506530817	2023/743	590,84 €	24/11/2023	10 438,11 €	9 847,27 €	492	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	20/12/2023	590,84 €
23/761/CA/C	501689168	2023/746	94 120,00 €	01/02/2024	94 120,00 €	94 120,00 €			Aquisição de Serviços	20/02/2024	78 009,02 €
22/569/CA/C	502519533	2023/749	90,35 €	27/11/2023	1 596,26 €	1 505,91 €	154	15/02/2023	Empreitadas de obras publicas	22/12/2023	90,35 €
22/494/CA/C	506237486	2023/750	77,51 €	27/11/2023	1 369,34 €	1 291,83 €			Empreitadas de obras publicas	20/12/2023	77,51 €
ADS	502356839	2023/751	1 537,50 €	27/11/2023	1 537,50 €	1 250,00 €			Aquisição de Serviços	27/12/2023	1 537,50 €
22/547/CA/C	503864960	2023/752	80,16 €	28/11/2023	1 416,17 €	1 336,01 €	1773	29/12/2022	Empreitadas de obras publicas	20/12/2023	80,16 €
ADS	503371947	2023/758	- €	29/11/2023	289,31 €	235,21 €			Locação ou aquisição de bens r	20/12/2023	- €
21/377/CA/C	502300264	2023/753	2 296,38 €	29/11/2023	77 678,69 €	73 281,78 €	1683	15/12/2021	Empreitadas de obras publicas	12/12/2023	2 296,38 €
23/624/CA/C	501489126	2023/754	747,25 €	29/11/2023	12 494,68 €	11 787,43 €			Empreitadas de obras publicas	20/12/2023	704,85 €
23/623/CA/C	501489126	2023/755	1 724,74 €	29/11/2023	30 470,33 €	28 745,59 €			Empreitadas de obras publicas	20/12/2023	1 724,74 €
23/762/CA/C	517172909	2023/757	46 142,96 €	28/11/2023	230 714,81 €	187 573,02 €			Aquisição de Serviços	19/03/2024	46 142,96 €
23/709/CA/C	502438878	2023/759	17 490,00 €	29/11/2023	17 490,00 €	16 500,00 €	2006	10/10/2023	Empreitadas de obras publicas	29/12/2023	17 490,00 €
20/169/CA/C	503864960	2023/761	1 931,56 €	30/11/2023	34 124,22 €	32 192,66 €	1733	20/07/2020	Empreitadas de obras publicas	22/12/2023	1 931,56 €
22/564/CA/C	500023875	2023/762	946,13 €	30/11/2023	16 714,93 €	15 768,80 €			Empreitadas de obras publicas	20/12/2023	- €
23/670/CA/C	507391160	2023/764	27 979,15 €	04/12/2023	42 169,52 €	39 782,57 €	1055	11/07/2023	Empreitadas de obras publicas	22/12/2023	27 979,15 €
23/621/CA/C	503864960	2023/765	1 134,71 €	04/12/2023	4 922,23 €	4 643,61 €	486	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	22/12/2023	1 134,71 €
23/621/CA/C	503864960	2023/766	437,84 €	04/12/2023	7 735,20 €	7 297,36 €	486	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	22/12/2023	437,84 €
20/274/CA/C	500097488	2023/767	186,77 €	04/12/2023	3 299,64 €	3 112,87 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	22/12/2023	186,77 €
22/551/CA/C	504038052	2023/768	689,41 €	04/12/2023	12 179,62 €	11 490,21 €	2050	10/02/2023	Empreitadas de obras publicas	20/12/2023	689,41 €
22/538/CA/C	503864960	2023/770	1 660,66 €	05/12/2023	29 338,25 €	27 677,59 €			Empreitadas de obras publicas	22/12/2023	1 660,66 €
20/274/CA/C	500097488	2023/771	193,14 €	05/12/2023	3 412,10 €	3 218,96 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	22/12/2023	193,14 €
20/274/CA/C	500097488	2023/772	463,91 €	05/12/2023	463,91 €	437,65 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	04/01/2024	463,91 €
20/274/CA/C	500097488	2023/773	8 697,23 €	05/12/2023	17 043,48 €	16 078,75 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	22/12/2023	8 697,23 €
23/621/CA/C	503864960	2023/774	17 152,58 €	05/12/2023	25 000,96 €	23 585,81 €	486	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	22/12/2023	17 152,58 €
22/547/CA/C	503864960	2023/775	10 473,68 €	06/12/2023	185 035,08 €	174 561,40 €	1773	29/12/2022	Empreitadas de obras publicas	22/12/2023	10 473,68 €

ANEXO V - DOR 5.5 - CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

Nº de Contrato	NIF Fornecedor	Nº Compromisso	Valor Compromisso	Data Celebração	Preço Contratual (c/ IVA)	Preço Contratual (S/ IVA)	Nº registo	Data visto	Rúbrica	Data 1º pagamento	Valor Pago em 2024
CE	503517666	2023/776	524,91 €	06/12/2023	524,91 €	426,76 €			Aquisição de Serviços	28/02/2024	524,91 €
23/763/CA/C	503502928	2023/777	31 790,58 €	22/12/2023	31 832,40 €	25 880,00 €			Aquisição de Serviços	26/03/2024	31 790,58 €
20/274/CA/C	500097488	2023/778	3 405,70 €	06/12/2023	3 405,70 €	3 212,92 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	31/12/2024	3 405,70 €
20/274/CA/C	500097488	2023/779	3 797,56 €	06/12/2023	3 797,56 €	3 582,60 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	31/12/2024	3 797,56 €
22/476/CA/C	501633561	2023/781	2 902,11 €	07/12/2023	51 270,60 €	48 368,49 €	834	28/07/2022	Empreitadas de obras publicas	20/12/2023	2 902,11 €
21/308/CA/C	502300264	2023/782	20 848,82 €	07/12/2023	20 848,82 €	19 668,70 €	853	08/07/2021	Empreitadas de obras publicas	28/02/2024	20 848,82 €
22/555/CA/C	500280908	2023/783	679,15 €	11/12/2023	11 998,33 €	11 319,18 €	2080	09/02/2023	Empreitadas de obras publicas	20/12/2023	679,15 €
23/766/CA/C	218694407	2023/784	23 523,75 €	03/01/2024	26 137,50 €	21 250,00 €			Aquisição de Serviços	10/01/2024	17 552,50 €
23/771/CA/C	501679529	2023/785	7 503,00 €	09/01/2024	18 450,00 €	15 000,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2024	7 503,00 €
21/308/CA/C	502300264	2023/787	3 521,62 €	12/12/2023	62 215,21 €	58 693,59 €	853	08/07/2021	Empreitadas de obras publicas	20/12/2023	3 521,62 €
23/621/CA/C	503864960	2023/788	40 189,21 €	12/12/2023	48 344,37 €	45 607,89 €	486	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	22/12/2023	40 189,21 €
22/565/CA/C	500023875	2023/789	1 243,63 €	13/12/2023	21 970,84 €	20 727,21 €			Empreitadas de obras publicas	22/12/2023	- €
22/571/CA/C	501649557	2023/790	488,59 €	13/12/2023	8 631,76 €	8 143,17 €	59	15/02/2023	Empreitadas de obras publicas	20/12/2023	488,59 €
22/576/CA/C	502300264	2023/791	68 623,87 €	13/12/2023	225 254,60 €	212 504,34 €	142	14/03/2023	Empreitadas de obras publicas	20/12/2023	68 623,87 €
23/764/DC/C	502124083	2023/792	14 186,89 €	13/12/2023	23 449,30 €	19 064,47 €			Aquisição de Serviços	02/01/2024	14 186,89 €
23/765/DC/C	500274797	2023/793	23 317,22 €	21/12/2023	23 317,27 €	18 957,13 €			Aquisição de Serviços	02/01/2024	23 317,22 €
22/564/CA/C	500023875	2023/794	685,19 €	13/12/2023	12 104,99 €	11 419,80 €			Empreitadas de obras publicas	22/12/2023	- €
22/551/CA/C	504038052	2023/795	7 984,62 €	14/12/2023	7 984,63 €	7 532,67 €	2050	10/02/2023	Empreitadas de obras publicas	02/01/2024	7 984,62 €
ADS	500676020	2023/796	2 460,00 €	14/12/2023	2 460,00 €	2 000,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2024	2 460,00 €
22/476/CA/C	501633561	2023/797	9 897,98 €	14/12/2023	9 897,98 €	9 337,72 €	834	28/07/2022	Empreitadas de obras publicas	02/01/2024	9 897,98 €
ADS	503769959	2023/798	553,50 €	15/12/2023	984,00 €	800,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2024	170,10 €
20/274/CA/C	500097488	2023/799	12 652,15 €	15/12/2023	12 652,16 €	11 936,00 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	02/01/2024	12 652,15 €
20/274/CA/C	500097488	2023/800	10 773,55 €	15/12/2023	10 773,55 €	10 163,73 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	02/01/2024	10 773,55 €
20/274/CA/C	500097488	2023/801	5 510,60 €	15/12/2023	5 510,60 €	5 198,68 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	29/01/2024	5 510,60 €
ADS	500246963	2023/802	3 498,00 €	15/12/2023	5 166,00 €	4 200,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2024	2 834,44 €
22/564/CA/C	500023875	2023/803	24 699,92 €	18/12/2023	24 699,92 €	23 301,81 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2024	23 301,81 €
23/670/CA/C	507391160	2023/804	48 907,56 €	18/12/2023	57 374,51 €	54 126,90 €	1055	11/07/2023	Empreitadas de obras publicas	02/01/2024	48 761,88 €
ADS	515854832	2023/805	1 408,00 €	19/12/2023	1 408,00 €	1 144,72 €			Aquisição de Serviços	02/01/2024	1 408,00 €
23/767/DC/C	514518847	2023/806	6 714,32 €	19/12/2023	6 714,32 €	5 458,80 €			Aquisição de Serviços	02/01/2024	6 714,32 €
22/555/CA/C	500280908	2023/807	561,88 €	19/12/2023	9 926,50 €	9 364,62 €	2080	09/02/2023	Empreitadas de obras publicas	22/12/2023	561,88 €
23/719/CA/C	501157344	2023/808	1 455,29 €	19/12/2023	1 472,74 €	1 389,38 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2024	1 455,29 €
ADS	508855950	2023/809	2 500,00 €	01/01/2024	4 950,00 €	3 500,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2024	1 145,21 €
21/427/CA/C	501489126	2023/810	1 820,77 €	20/12/2023	1 820,77 €	1 717,71 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas	02/01/2024	1 820,77 €
ADS	500230757	2023/812	250,92 €	20/12/2023	752,76 €	612,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2024	250,92 €
22/555/CA/C	500280908	2023/813	18 199,14 €	20/12/2023	18 199,14 €	17 169,00 €	2080	09/02/2023	Empreitadas de obras publicas	16/05/2024	18 199,14 €
23/768/CA/C	503262897	2023/814	14 762,66 €	12/01/2024	36 906,64 €	30 005,40 €			Aquisição de Serviços	02/01/2024	14 762,66 €
23/769/CA/C	513246002	2023/815	76 673,28 €	20/12/2023	76 673,28 €	62 336,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2024	76 673,28 €
23/770/CA/C	504016652	2023/817	27 652,57 €	01/01/2024	82 957,70 €	67 445,28 €			Aquisição de Serviços	02/01/2024	27 651,12 €
22/479/CA/C	501157344	2023/818	9 656,31 €	21/12/2023	170 594,84 €	160 938,53 €			Empreitadas de obras publicas	22/12/2023	9 656,31 €
22/479/CA/C	501157344	2023/819	6 735,28 €	21/12/2023	118 990,02 €	112 254,74 €			Empreitadas de obras publicas	22/12/2023	6 735,28 €
21/377/CA/C	502300264	2023/820	16 184,86 €	22/12/2023	16 184,86 €	15 268,74 €	1683	15/12/2021	Empreitadas de obras publicas	02/01/2024	16 184,86 €
22/547/CA/C	503864960	2023/821	3 799,85 €	22/12/2023	5 142,66 €	4 851,56 €	1773	29/12/2022	Empreitadas de obras publicas	02/01/2024	3 799,85 €
20/274/CA/C	500097488	2023/822	4 736,35 €	22/12/2023	4 736,35 €	4 468,26 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	02/01/2024	4 736,35 €
20/274/CA/C	500097488	2023/825	5 392,65 €	22/12/2023	5 392,65 €	5 087,41 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	02/01/2024	5 392,65 €
23/739/DC/C	514023708	2023/828	8 939,64 €	27/12/2023	8 939,64 €	7 268,00 €			Aquisição de Serviços	28/02/2024	8 939,64 €
FM NAF	222449799	2024/1	1 356,01 €	08/01/2024	12 000,00 €	9 756,10 €			Aquisição de Serviços	18/01/2024	1 356,01 €
FM NJC	170794113	2024/2	5 237,39 €	08/01/2024	12 000,00 €	12 000,00 €			Aquisição de Serviços	18/01/2024	5 237,39 €
24/772/CA /C	508409152	2024/3	77 314,73 €	19/01/2024	90 958,50 €	73 950,00 €			Aquisição de Serviços	22/05/2024	77 314,72 €
24/773/DC/C	507919114	2024/4	2 337,54 €	12/01/2024	2 337,54 €	1 900,44 €			Aquisição de Serviços	19/03/2024	2 337,54 €
21/414/CA/C	515728039	2024/5	44 587,50 €	10/01/2024	55 350,00 €	45 000,00 €			Aquisição de Serviços	13/03/2024	44 587,50 €
23/622/CA/C	506530817	2024/6	32 239,65 €	10/01/2024	122 341,73 €	115 416,73 €	492	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	13/03/2024	32 239,65 €
22/555/CA/C	500280908	2024/7	19 103,00 €	10/01/2024	19 103,00 €	18 021,70 €	2080	09/02/2023	Empreitadas de obras publicas	28/02/2024	19 103,00 €
22/555/CA/C	500280908	2024/8	3 877,31 €	10/01/2024	3 877,31 €	3 657,84 €	2080	09/02/2023	Empreitadas de obras publicas	28/02/2024	3 877,31 €
20/241/CA/C	502519533	2024/9	1 687,44 €	10/01/2024	1 687,44 €	1 591,92 €	3540	29/01/2021	Empreitadas de obras publicas	13/03/2024	1 687,44 €
CE	600082490	2024/10	130,36 €	10/01/2024	130,36 €	130,36 €			Aquisição de Serviços	12/01/2024	130,36 €
24/777/DC/C	500197814	2024/11	11 240,97 €	19/01/2024	11 240,97 €	9 139,00 €			Aquisição de Serviços	17/06/2024	11 240,97 €
22/572/CA/C	501649557	2024/12	8 219,24 €	11/01/2024	8 219,24 €	7 754,00 €	80	15/02/2023	Empreitadas de obras publicas	14/02/2024	8 219,24 €
20/274/CA/C	500097488	2024/13	4 913,58 €	11/01/2024	4 913,58 €	4 635,46 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	28/02/2024	4 913,58 €
24/776/CA/C	502672749	2024/14	33 652,80 €	12/01/2024	42 066,00 €	34 200,00 €			Aquisição de Serviços	22/05/2024	33 652,80 €
24/775/CA/C	507783727	2024/15	17 466,00 €	18/01/2024	87 330,00 €	71 000,00 €			Aquisição de Serviços	26/09/2024	17 466,00 €
24/774/CA/C	506478807	2024/16	71 820,91 €	17/01/2024	71 820,91 €	58 390,98 €			Aquisição de Serviços	26/03/2024	71 820,91 €
20/274/CA/C	500097488	2024/17	8 332,40 €	12/01/2024	8 332,41 €	7 860,76 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	28/02/2024	8 332,40 €
20/274/CA/C	500097488	2024/18	4 465,76 €	12/01/2024	4 493,22 €	4 238,89 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	28/02/2024	4 465,76 €
ADS	516267302	2024/19	4 797,00 €	15/01/2024	4 797,00 €	3 900,00 €			Aquisição de Serviços	26/03/2024	4 797,00 €
22/555/CA/C	500280908	2024/20	95 151,50 €	15/01/2024	95 151,50 €	89 765,57 €	2080	09/02/2023	Empreitadas de obras publicas	28/02/2024	95 151,50 €
22/555/CA/C	500280908	2024/21	42 244,23 €	15/01/2024	42 594,74 €	40 183,72 €	2080	09/02/2023	Empreitadas de obras publicas	28/02/2024	42 244,23 €
ADS	509735169	2024/22	6 002,40 €	16/01/2024	6 002,40 €	4 880,00 €			Aquisição de Serviços	11/04/2024	6 002,40 €
23/622/CA/C	506530817	2024/23	- €	16/01/2024	58 490,75 €	55 179,95 €	492	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
24/778/DC/C	514711973	2024/24	1 334,55 €	30/01/2024	1 334,55 €	1 085,00 €			Aquisição de Serviços	19/03/2024	1 334,55 €
CE	508122996	2024/25	393,60 €	17/01/2024	393,60 €	320,00 €			Contratação Excluída	20/02/2024	393,60 €
ADS	510818250	2024/26	- €	17/01/2024	344,40 €	280,00 €			Aquisição de Serviços		- €
ADS	509985211	2024/27	5 904,00 €	17/01/2024	5 904,00 €	4 800,00 €			Aquisição de Serviços	26/03/2024	5 904,00 €
CE	500906840	2024/28	269,37 €	18/01/2024	269,37 €	219,00 €			Aquisição de Serviços	06/03/2024	269,37 €
23/670/CA/C	507391160	2024/29	7 579,50 €	18/01/2024	7 579,50 €	7 150,47 €	1055	11/07/2023	Empreitadas de obras publicas	30/04/2024	7 579,50 €
CE	500906840	2024/30	161,13 €	18/01/2024	161,13 €	131,00 €			Aquisição de Serviços	22/01/2024	161,13 €
ADS	502212900	2024/31	6 029,46 €	18/01/2024	6 029,83 €	4 902,30 €			Aquisição de Serviços	20/02/2024	6 029,46 €
ADS	246928280	2024/32	1 910,00 €	18/01/2024	1 910,00 €	1 910,00 €			Aquisição de Serviços	20/06/2024	1 910,00 €
20/206/CA/C	501312412	2024/33	177 180,78 €	19/01/2024	177 180,78 €	167 151,68 €	2749	16/12/2020	Empreitadas de obras publicas	14/02/2024	177 180,78 €
24/779/CA/C	509848141	2024/34	4 551,00 €	23/01/2024	22 755,00 €	18 500,00 €			Aquisição de Serviços	19/03/2024	4 551,00 €
JUROS	503262897	2024/35	281,71 €	19/01/2024	281,71 €	281,71 €			Outros contratos	16/04/2024	281,71 €
CE	504394029	2024/36	30,39 €	22/01/2024	50,39 €	40,97 €			Aquisição de Serviços	29/01/2024	30,39 €
CE	509203817	2024/37	1 356,08 €	23/01/2024	1 356,08 €	1 102,50 €			Contratação Excluída	20/02/2024	1 356,08 €
22/576/CA/C	502300264	2024/38	- €	24/01/2024	48 053,33 €	45 333,33 €	142	14/03/2023	Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
ADS	516247972	2024/39	738,00 €	24/01/2024	738,00 €	600,00 €			Aquisição de Serviços	20/02/2024	738,00 €
ADS	510818250	2024/40	467,40 €	24/01/2024	467,40 €	380,00 €			Aquisição de Serviços	20/02/2024	467,40 €
CE	600082490	2024/41	354,20 €	25/01/2024	354,20 €	354,20 €			Aquisição de Serviços	29/01/2024	354,20 €
24/780/CA/C	514812486	2024/42	30 818,88 €	05/02/2024	38 523,60 €	31 320,00 €			Aquisição de Serviços	28/05/2024	30 818,88 €
24/781/CA/C	510485480	2024/43	22 595,10 €	01/02/2024	22 595,10 €	18 370,00 €			Aquisição de Serviços	30/04/2024	22 595,10 €
20/236/CA/C	501748407	2024/44	100 779,21 €	26/01/2024	100 779,21 €	95 074,73 €	3542	28/01/2021	Empreitadas de obras publicas	28/02/2024	100 779,21 €
CE	504394029	2024/45	4 206,94 €	29/01/2024	4 206,94 €	3 420,28 €			Aquisição de Serviços	14/02/2024	4 206,94 €
22/564/CA/C	500023875	2024/46	18 724,66 €	29/01/2024	18 724,67 €	17 664,78 €			Empreitadas de obras publicas	28/02/2024	17 664,77 €
CE	506512495	2024/47	200,00 €	15/04/2024	200,00 €	200,00 €			Contratação Excluída	22/04/2024	200,00 €
CE	508122996	2024/48	885,60 €	30/01/2024	885,60 €	720,00 €			Contratação Excluída	06/03/2024	885,60 €
CE	501618392	2024/49	922,50 €	30/01/2024	922,50 €	750,00 €			Aquisição de Serviços	07/02/2024	922,50 €
ADS	503526568	2024/50	446,12 €	30/01/2024	1 378,91 €	1 121,07 €			Aquisição de Serviços	13/03/2024	446,12 €
ADS	500960402	2024/51	45,40 €	31/01/2024	45,40 €	36,91 €			Aquisição de Serviços	14/02/2024	45,40 €
CE	508122996	2024/52	1 230,00 €	06/05/2024	1 230,00 €	1 000,00 €			Contratação Excluída	17/06/2024	1 230,00 €
CE	502585757	2024/53	6 000,00 €	23/02/2024	6 000,00 €	6 000,00 €			Contratação Excluída	26/03/2024	6 000,00 €
ADS	502530286	2024/56	3 237,36 €	01/02/2024	3 237,36 €	2 632,00 €			Aquisição de Serviços	06/03/2024	3 237,36 €
24/783/CA/C	504669451	2024/54	22 189,20 €	01/03/2024	22 189,20 €	18 040,00 €			Aquisição de Serviços	30/04/2024	22 189,20 €
24/782/CA/C	510502725	2024/55	66 591,92 €	15/02/2024	90 561,83 €	73 627,50 €			Aquisição de Serviços	16/05/2024	66 591,92 €
23/678/CA/C	501489126	2024/57	20 963,07 €	01/02/2024	20 963,07 €	19 776,48 €			Empreitadas de obras publicas	26/03/2024	20 963,07 €
23/678/CA/C	501489126	2024/58	9 790,57 €	01/02/2024	9 790,57 €	9 236,39 €			Empreitadas de obras publicas	26/03/2024	9 790,57 €
23/622/CA/C	506530817	2024/59	- €	01/02/2024	540,47 €	509,88 €	492	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
CE	500906840	2024/60	387,45 €	01/02/2024	387,45 €	315,00 €			Aquisição de Serviços	14/02/2024	387,45 €
24/784/CA/C	505268205	2024/61	51 967,50 €	09/02/2024	79 950,00 €	65 000,00 €			Aquisição de Serviços	17/06/2024	51 967,50 €
20/206/CA/C	501312412	2024/62	96 777,23 €	02/02/2024	96 777,23 €	91 229,27 €	2749	16/12/2020	Empreitadas de obras publicas	13/03/2024	96 777,23 €
22/476/CA/C	501633561	2024/63	38 261,76 €	02/02/2024	38 261,76 €	36 096,00 €	834	28/07/2022	Empreitadas de obras publicas	28/02/2024	38 261,76 €
23/785/DC/C	508305896	2024/64	23 244,32 €	02/02/2024	24 228,33 €	19 697,83 €			Aquisição de Serviços	16/04/2024	23 244,32 €
CE	513349804	2024/65	30,75 €	20/02/2024	30,75 €	25,00 €			Contratação Excluída	13/03/2024	30,75 €
23/624/CA/C	501489126	2024/66	18 093,18 €	02/02/2024	18 093,18 €	17 069,04 €			Empreitadas de obras publicas	28/02/2024	18 093,18 €
CE	500906840	2024/67	2 081,16 €	05/02/2024	2 081,16 €	1 692,00 €			Aquisição de Serviços	20/02/2024	2 081,16 €
ADS	514812486	2024/68	1 845,00 €	05/02/2024	1 845,00 €	1 500,00 €			Aquisição de Serviços	26/06/2024	1 845,00 €
NÚMERO	513466363	2024/69	59 040,00 €	05/02/2024	59 040,00 €	48 000,00 €			Aquisição de Serviços	16/04/2024	59 040,00 €
CE	503182710	2024/70	393,60 €	05/02/2024	393,60 €	320,00 €			Contratação Excluída	06/03/2024	393,60 €
IHRU	501460888	2024/71	- €	06/02/2024	2 020 125,00 €	2 020 125,00 €			Outros contratos		- €
ADS	513116923	2024/72	32,00 €	06/02/2024	32,00 €	26,02 €			Locação ou aquisição de bens r	01/10/2024	32,00 €
CE	513349804	2024/73	5 190,60 €	06/02/2024	5 190,60 €	4 220,00 €			Contratação Excluída	22/05/2024	5 190,60 €
22/571/CA/C	501649557	2024/74	8 542,61 €	06/02/2024	10 354,16 €	9 768,07 €	59	15/02/2023	Empreitadas de obras publicas	22/04/2024	8 542,61 €
22/571/CA/C	501649557	2024/75	9 244,55 €	06/02/2024	9 244,55 €	8 721,27 €	59	15/02/2023	Empreitadas de obras publicas	26/03/2024	9 244,55 €

ANEXO V - DOR 5.5 - CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

Nº de Contrato	NIF Fornecedor	Nº Compromisso	Valor Compromisso	Data Celebração	Preço Contratual (c/ IVA)	Preço Contratual (S/ IVA)	Nº registo	Data visto	Rúbrica	Data 1º pagamento	Valor Pago em 2024
23/623/CA/C	501489126	2024/76	1 246,31 €	08/02/2024	1 246,31 €	1 175,76 €			Empreitadas de obras publicas		1 038,60 €
24/790/DC/C	505275830	2024/77	9 372,60 €	26/02/2024	9 372,60 €	7 620,00 €			Aquisição de Serviços	08/05/2024	9 372,60 €
22/576/CA/C	502300264	2024/78	8 977,16 €	08/02/2024	8 977,16 €	8 469,02 €	142	14/03/2023	Empreitadas de obras publicas	06/03/2024	8 977,16 €
21/377/CA/C	502300264	2024/79	9 904,50 €	08/02/2024	9 904,50 €	9 343,87 €	1683	15/12/2021	Empreitadas de obras publicas	26/03/2024	9 904,50 €
ADS	504615947	2024/80	1 168,99 €	08/02/2024	1 168,99 €	950,40 €			Aquisição de Serviços	26/03/2024	1 168,99 €
24/788/DC/C	505275830	2024/81	9 151,20 €	06/03/2024	9 151,20 €	7 440,00 €			Aquisição de Serviços	26/03/2024	9 151,20 €
22/551/CA/C	504038052	2024/82	3 365,79 €	09/02/2024	3 365,79 €	3 175,27 €	2050	10/02/2023	Empreitadas de obras publicas	22/05/2024	3 365,79 €
23/670/CA/C	507391160	2024/83	1 988,43 €	12/02/2024	2 902,52 €	2 738,23 €	1055	11/07/2023	Empreitadas de obras publicas	05/04/2024	1 988,43 €
23/727/CA/C	502212900	2024/84	19 477,50 €	12/02/2024	19 477,50 €	18 375,00 €	2322	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas	26/03/2024	19 477,50 €
24/787/CA/C	500072868	2024/85	15 368,10 €	21/02/2024	15 368,10 €	12 494,39 €			Aquisição de Serviços	20/11/2024	15 368,10 €
ADS	509357776	2024/86	1 092,24 €	14/02/2024	1 092,24 €	888,00 €			Aquisição de Serviços	20/02/2024	1 092,24 €
23/621/CA/C	503864960	2024/87	43 346,21 €	14/02/2024	43 346,21 €	40 892,65 €	486	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	26/03/2024	43 346,21 €
23/621/CA/C	503864960	2024/88	7 377,47 €	15/02/2024	7 377,47 €	6 959,88 €	486	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	26/03/2024	7 377,47 €
23/621/CA/C	503864960	2024/89	727,86 €	15/02/2024	1 103,26 €	1 040,82 €	486	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	727,86 €
23/621/CA/C	503864960	2024/90	15 962,71 €	15/02/2024	16 247,97 €	15 328,27 €	486	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	26/03/2024	15 962,71 €
24/789/DC/C	507919114	2024/91	2 140,20 €	28/02/2024	2 140,20 €	1 740,00 €			Aquisição de Serviços	16/04/2024	2 140,20 €
22/565/CA/C	500023875	2024/92	44 956,21 €	15/02/2024	44 956,21 €	42 411,52 €			Empreitadas de obras publicas	19/03/2024	42 411,53 €
CE	508122996	2024/93	492,00 €	14/03/2024	492,00 €	400,00 €			Contratação Excluída	16/05/2024	492,00 €
CE	501941231	2024/94	4 480,00 €	19/02/2024	4 480,00 €	4 480,00 €			Contratação Excluída	26/03/2024	4 480,00 €
ADS	513218033	2024/95	6 094,04 €	15/02/2024	6 094,04 €	4 954,50 €			Aquisição de Serviços	30/04/2024	6 094,04 €
CE	501618392	2024/96	- €	15/02/2024	824,24 €	670,11 €			Aquisição de Serviços		- €
22/476/CA/C	501633561	2024/97	4 696,00 €	16/02/2024	4 696,00 €	4 430,19 €	834	28/08/2022	Empreitadas de obras publicas	26/03/2024	4 451,57 €
ADS	500230757	2024/99	2 444,42 €	16/02/2024	2 444,42 €	1 987,33 €			Aquisição de Serviços	26/03/2024	2 444,42 €
23/719/CA/C	501157344	2024/98	7 559,97 €	16/02/2024	7 559,97 €	7 132,05 €			Empreitadas de obras publicas	30/04/2024	7 559,97 €
ADS	508052505	2024/100	5 092,20 €	19/02/2024	5 092,20 €	4 140,00 €			Aquisição de Serviços	19/03/2024	5 092,20 €
23/623/CA/C	501489126	2024/101	30 153,17 €	19/02/2024	30 153,18 €	28 446,40 €			Empreitadas de obras publicas	13/03/2024	30 153,17 €
ADS	502670355	2024/106	4 718,77 €	19/02/2024	4 718,77 €	3 836,40 €			Locação ou aquisição de bens r	30/04/2024	4 718,77 €
21/377/CA/C	502300264	2024/102	8 088,66 €	19/02/2024	8 088,66 €	7 630,81 €	1683	15/12/2021	Empreitadas de obras publicas	30/04/2024	8 088,66 €
ADS	514563850	2024/103	162,18 €	19/02/2024	162,18 €	131,85 €			Locação ou aquisição de bens r	16/04/2024	162,18 €
22/476/CA/C	501633561	2024/104	3 682,65 €	19/02/2024	3 682,65 €	3 474,20 €	834	28/07/2022	Empreitadas de obras publicas	26/03/2024	3 682,65 €
23/670/CA/C	507391160	2024/105	2 721,60 €	19/02/2024	2 721,60 €	2 567,54 €	1055	11/07/2023	Empreitadas de obras publicas	02/07/2024	2 698,97 €
21/308/CA/C	502300264	2024/107	31 452,57 €	19/02/2024	31 452,57 €	29 672,24 €	853	08/07/2021	Empreitadas de obras publicas	30/04/2024	31 452,57 €
ADS	509735169	2024/108	2 936,63 €	20/02/2024	2 936,63 €	2 387,50 €			Aquisição de Serviços	26/03/2024	2 936,63 €
21/427/CA/C	501489126	2024/109	687 828,73 €	20/02/2024	687 828,73 €	648 895,03 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas	26/03/2024	687 828,73 €
22/476/CA/C	501633561	2024/110	11 256,43 €	21/02/2024	11 256,43 €	10 619,28 €	834	28/07/2022	Empreitadas de obras publicas	30/04/2024	11 256,43 €
21/427/CA/C	501489126	2024/111	18 693,75 €	21/02/2024	18 693,77 €	17 635,63 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas	05/03/2024	18 693,75 €
22/476/CA/C	501633561	2024/112	21 477,55 €	22/02/2024	21 477,56 €	20 261,85 €	834	28/07/2022	Empreitadas de obras publicas	28/05/2024	21 477,55 €
21/377/CA/C	502300264	2024/113	1 306,57 €	22/02/2024	1 306,57 €	1 232,61 €	1683	15/12/2021	Empreitadas de obras publicas	30/04/2024	1 306,57 €
CE	B87216222	2024/114	290,00 €	23/02/2024	290,00 €	290,00 €			Contratação Excluída	08/05/2024	290,00 €
CE	508122996	2024/115	541,20 €	04/03/2024	541,20 €	440,00 €			Contratação Excluída	02/07/2024	541,20 €
22/565/CA/C	500023875	2024/116	54 505,13 €	22/02/2024	54 505,13 €	51 419,93 €			Empreitadas de obras publicas	26/03/2024	51 419,93 €
23/724/CA/C	501461396	2024/117	17 033,55 €	22/02/2024	17 033,55 €	16 069,39 €	2247	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas	02/07/2024	16 118,37 €
21/427/CA/C	501489126	2024/118	31 918,78 €	23/02/2024	31 918,78 €	30 112,06 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas	26/03/2024	31 918,78 €
CE	600082490	2024/119	2 973,81 €	26/02/2024	2 973,81 €	2 973,81 €			Aquisição de Serviços	28/02/2024	2 973,81 €
ADS	509367739	2024/120	4 178,94 €	26/02/2024	4 938,75 €	4 659,20 €			Locação ou aquisição de bens r	22/04/2024	3 730,76 €
23/670/CA/C	507391160	2024/121	1 974,29 €	26/02/2024	1 974,29 €	1 862,54 €	1055	11/07/2023	Empreitadas de obras publicas	30/04/2024	1 974,29 €
22/476/CA/C	501633561	2024/122	- €	27/02/2024	5 267,45 €	4 969,29 €	834	28/07/2022	Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
ADS	501333401	2024/124	289,05 €	27/02/2024	289,05 €	235,00 €			Aquisição de Serviços	22/04/2024	289,05 €
21/427/CA/C	501489126	2024/123	7 190,59 €	27/02/2024	7 190,59 €	6 783,58 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas	30/04/2024	7 190,59 €
CE	504394029	2024/125	2 499,94 €	29/02/2024	2 499,94 €	2 032,47 €			Aquisição de Serviços	06/03/2024	2 499,94 €
CE	513349804	2024/126	1 272,13 €	26/03/2024	1 272,23 €	1 034,33 €			Contratação Excluída	08/05/2024	1 272,13 €
CE	510018424	2024/127	1 845,00 €	08/04/2024	1 845,00 €	1 500,00 €			Contratação Excluída	26/03/2024	1 845,00 €
21/308/CA/C	502300264	2024/128	37 590,83 €	29/02/2024	37 590,83 €	35 463,05 €	853	08/07/2021	Empreitadas de obras publicas	26/03/2024	37 590,83 €
22/476/CA/C	501633561	2024/129	280 493,82 €	29/02/2024	280 493,82 €	264 616,81 €	834	28/07/2022	Empreitadas de obras publicas	26/03/2024	280 493,82 €
21/377/CA/C	502300264	2024/130	82 551,57 €	29/02/2024	82 551,57 €	77 878,84 €	1683	15/12/2021	Empreitadas de obras publicas	26/03/2024	82 551,57 €
NÚMERO	501340114	2024/131	95 571,00 €	01/03/2024	95 571,00 €	77 700,00 €			Aquisição de Serviços	08/05/2024	95 571,00 €
24/792/CA/C	506782328	2024/132	17 668,95 €	14/03/2024	26 503,43 €	21 547,50 €			Aquisição de Serviços	16/07/2024	17 668,95 €
24/791/CA/C	513246002	2024/133	89 211,90 €	11/03/2024	129 063,90 €	104 930,00 €			Aquisição de Serviços	30/04/2024	89 211,90 €
CE	503535630	2024/134	600,00 €	01/03/2024	600,00 €	600,00 €			Contratação Excluída	26/03/2024	600,00 €
CE	510018424	2024/135	184,50 €	01/03/2024	184,50 €	150,00 €			Contratação Excluída	26/03/2024	184,50 €
23/717/CA/C	502300264	2024/136	4 927,73 €	01/03/2024	4 927,73 €	4 648,80 €	1985	25/10/2023	Empreitadas de obras publicas	30/04/2024	4 927,73 €
23/622/CA/C	506530817	2024/137	29 674,05 €	04/03/2024	42 182,56 €	39 794,87 €	492	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	29 674,05 €
22/569/CA/C	502519533	2024/138	6 311,10 €	04/03/2024	11 438,74 €	10 791,27 €	154	15/02/2023	Empreitadas de obras publicas	31/07/2024	6 311,10 €
ADS	514068299	2024/139	25,00 €	04/03/2024	25,01 €	20,33 €			Aquisição de Serviços	26/03/2024	25,00 €
ADS	506419460	2024/140	2 152,50 €	04/03/2024	2 152,50 €	1 750,00 €			Aquisição de Serviços	17/06/2024	2 152,50 €
24/796/DC/C	507919114	2024/141	1 575,81 €	07/03/2024	1 575,81 €	1 281,15 €			Aquisição de Serviços	08/05/2024	1 575,81 €
24/795/DC/C	504707388	2024/142	14 698,75 €	05/03/2024	16 078,56 €	13 072,00 €			Aquisição de Serviços	16/04/2024	14 698,75 €
24/797/DC/C	503040630	2024/143	11 713,53 €	05/03/2024	11 713,54 €	9 523,20 €			Aquisição de Serviços	28/05/2024	11 713,53 €
20/267/CA/C	508298083	2024/144	649 841,95 €	07/03/2024	649 841,95 €	613 058,44 €	807		Empreitadas de obras publicas	26/03/2024	649 841,95 €
24/798/DC/C	514023708	2024/145	7 482,71 €	19/03/2024	7 482,71 €	6 083,50 €			Aquisição de Serviços	28/05/2024	7 482,71 €
24/794/CA/C	503502928	2024/146	22 558,82 €	27/03/2024	22 727,94 €	18 478,00 €			Aquisição de Serviços	10/07/2024	22 558,82 €
ADS	510485480	2024/147	2 078,70 €	07/03/2024	2 078,70 €	1 690,00 €			Aquisição de Serviços	22/05/2024	2 078,70 €
24/800/CA/C	514023708	2024/148	13 162,23 €	21/03/2024	13 162,23 €	10 701,00 €			Aquisição de Serviços	02/07/2024	13 162,23 €
24/799/CA/C	509848141	2024/149	6 445,20 €	03/04/2024	32 226,00 €	26 200,00 €			Aquisição de Serviços	12/11/2024	6 445,20 €
CE	503517666	2024/150	524,91 €	07/03/2024	524,91 €	426,76 €			Aquisição de Serviços	16/04/2024	524,91 €
21/292/CA/C	500018936	2024/151	18 998,55 €	07/03/2024	18 998,55 €	17 923,16 €			Empreitadas de obras publicas	26/03/2024	18 998,55 €
22/576/CA/C	502300264	2024/152	27 466,80 €	07/03/2024	27 466,80 €	25 912,08 €	142	14/03/2023	Empreitadas de obras publicas	30/04/2024	27 466,80 €
22/555/CA/C	500280908	2024/153	26 934,73 €	07/03/2024	26 934,73 €	25 140,12 €	2080	09/02/2023	Empreitadas de obras publicas	16/05/2024	26 934,73 €
21/427/CA/C	501489126	2024/154	488 366,51 €	07/03/2024	488 366,51 €	460 723,12 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas	26/03/2024	488 366,51 €
23/622/CA/C	506530817	2024/155	232 071,15 €	07/03/2024	232 071,15 €	218 935,05 €	492	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	22/04/2024	232 071,15 €
22/564/CA/C	500023875	2024/156	24 408,51 €	08/03/2024	24 408,51 €	23 029,90 €			Empreitadas de obras publicas	26/03/2024	23 026,90 €
23/666/CA/C	502907444	2024/157	103 542,71 €	08/03/2024	103 542,71 €	97 681,80 €	1166	01/08/2023	Empreitadas de obras publicas	30/04/2024	103 542,71 €
20/267/CA/C	508298083	2024/158	3 671,47 €	08/03/2024	3 671,47 €	3 463,65 €	807	07/07/2021	Empreitadas de obras publicas	26/03/2024	3 671,47 €
CE	513349804	2024/159	627,30 €	27/03/2024	627,30 €	510,00 €			Contratação Excluída	22/05/2024	627,30 €
21/427/CA/C	501489126	2024/160	6 034,47 €	11/03/2024	6 034,47 €	5 692,90 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas	30/04/2024	6 034,47 €
23/727/CA/C	502212900	2024/161	32 462,50 €	11/03/2024	32 462,50 €	30 625,00 €	2322	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas	30/04/2024	32 462,50 €
ADS	507919114	2024/162	799,50 €	11/03/2024	799,50 €	650,00 €			Aquisição de Serviços	30/04/2024	799,50 €
23/727/CA/C	502212900	2024/163	7 648,53 €	11/03/2024	7 648,53 €	7 215,59 €	2322	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas	30/04/2024	7 648,53 €
21/427/CA/C	501489126	2024/164	49 260,85 €	12/03/2024	49 260,85 €	46 472,51 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas	30/04/2024	49 260,85 €
ADS	502300264	2024/165	5 813,68 €	12/03/2024	5 813,68 €	4 726,57 €			Aquisição de Serviços	30/04/2024	5 813,68 €
CE	513349804	2024/166	209,10 €	13/03/2024	209,10 €	170,00 €			Contratação Excluída	22/05/2024	209,10 €
22/547/CA/C	503864960	2024/167	6 769,74 €	13/03/2024	6 769,74 €	6 386,55 €	1773	29/12/2022	Empreitadas de obras publicas	22/04/2024	6 769,74 €
23/622/CA/C	506530817	2024/168	3 763,36 €	13/03/2024	3 763,36 €	3 550,34 €	492	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	22/04/2024	3 763,36 €
ADS	509311504	2024/169	1 068,87 €	05/04/2024	1 068,87 €	869,00 €			Aquisição de Serviços	08/05/2024	1 068,87 €
22/538/CA/C	503864960	2024/170	131 181,67 €	13/03/2024	131 181,67 €	123 756,29 €			Empreitadas de obras publicas	22/04/2024	131 181,67 €
24/801/DC/C	503864960	2024/171	24 477,00 €	18/03/2024	24 477,00 €	19 900,00 €			Locação ou aquisição de bens r	17/06/2024	24 477,00 €
23/670/CA/C	507391160	2024/172	5 843,69 €	13/03/2024	5 843,70 €	5 512,92 €	1055	11/07/2023	Empreitadas de obras publicas	02/07/2024	5 658,58 €
CE	600082490	2024/173	309,83 €	14/03/2024	309,83 €	309,83 €			Aquisição de Serviços	26/03/2024	309,83 €
ADS	500140022	2024/174	104,89 €	14/03/2024	104,89 €	85,28 €			Aquisição de Serviços	17/06/2024	104,89 €
CE	600082490	2024/175	145,86 €	14/03/2024	145,86 €	145,86 €			Aquisição de Serviços	19/03/2024	145,86 €
CE	500906840	2024/176	387,45 €	14/03/2024	387,45 €	315,00 €			Aquisição de Serviços	03/04/2024	387,45 €
ADS	506419460	2024/177	4 305,00 €	14/03/2024	4 305,00 €	3 500,00 €			Aquisição de Serviços	10/07/2024	4 305,00 €
ADS	506419460	2024/178	2 952,00 €	14/03/2024	2 952,00 €	2 400,00 €			Aquisição de Serviços	12/08/2024	2 952,00 €
20/207/DC/C	515606448	2024/179	1 845,00 €	18/03/2024	1 845,00 €	1 500,00 €			Aquisição de Serviços	30/12/2024	922,50 €
24/802/CA/C	501340114	2024/180	72 763,11 €	27/03/2024	90 774,00 €	73 800,00 €			Aquisição de Serviços	17/06/2024	72 763,11 €
22/555/CA/C	500280908	2024/181	7 864,05 €	18/03/2024	8 299,51 €	7 829,72 €	2080	09/02/2023	Empreitadas de obras publicas	28/05/2024	7 864,05 €
22/555/CA/C	500280908	2024/182	5 492,86 €	18/03/2024	5 492,86 €	5 181,94 €	2080	09/02/2023	Empreitadas de obras publicas	30/04/2024	5 492,86 €
24/803/DC/C	507508068	2024/183	7 908,90 €	25/03/2024	7 908,90 €	6 430,00 €			Aquisição de Serviços	31/07/2024	7 908,90 €
ADS	513839631	2024/184	45,00 €	19/03/2024	45,01 €	36,59 €			Aquisição de Serviços	30/04/2024	45,00 €
23/622/CA/C	506530817	2024/185	3 528,25 €	19/03/2024	9 239,14 €	8 716,17 €	492	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	31/07/2024	3 528,25 €
22/547/CA/C	503864960	2024/186	6 761,69 €	19/03/2024	6 761,69 €	6 378,95 €	1773	29/12/2022	Empreitadas de obras publicas	16/07/2024	6 761,69 €
ADS	515264350	2024/187	6 094,65 €	19/03/2024	6 094,65 €	4 955,00 €			Aquisição de Serviços	07/06/2024	6 094,65 €
23/759/CA/C	514840064	2024/188	1 439,10 €	19/03/2024	1 439,10 €	1 170,00 €			Aquisição de Serviços	02/07/2024	1 439,10 €
ADS	513658637	2024/189	1 709,70 €	20/03/2024	1 709,70 €	1 390,00 €			Aquisição de Serviços	31/07/2024	1 709,70 €
CE	508122996	2024/190	270,60 €	20/03/2024	270,60 €	220,00 €			Contratação Excluída	02/07/2024	270,60 €
21/427/CA/C	501489126	2024/191	2 211,45 €	20/03/2024	2 211,45 €	2 086,28 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas	30/04/2024	2 211,45 €
CE	501618392	2024/192	922,50 €	20/03/2024	922,50 €	750,00 €			Aquisição de Serviços	26/03/2024	922,50 €
24/806/DC/C	515997994	2024/193	3 071,93 €	01/04/2024	3 071,93 €	2 497,50 €			Aquisição de Serviços	31/07/2024	3 071,93 €
ADS	500853975	2024/194	442,69 €	20/03/2024	442,69 €	364,68 €			Locação ou aquisição de bens r	16/07/2024	380,29 €
23/731/CA/C	502701110	2024/195	832,85 €	20/03/2024	832,85 €	785,71 €	2338	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas	08/05/2024	832,85 €

ANEXO V - DOR 5.5 - CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

Nº de Contrato	NIF Fornecedor	Nº Compromisso	Valor Compromisso	Data Celebração	Preço Contratual (c/ IVA)	Preço Contratual (S/ IVA)	Nº registo	Data visto	Rúbrica	Data 1º pagamento	Valor Pago em 2024
CE	501263888	2024/196	1 254,60 €	11/04/2024	1 254,60 €	1 020,00 €			Contratação Excluída	30/04/2024	1 020,00 €
24/811/DC/C	505077132	2024/243	11 320,92 €	29/04/2024	11 320,92 €	9 204,00 €			Aquisição de Serviços	17/06/2024	11 320,92 €
21/377/CA/C	502300264	2024/197	31 117,44 €	21/03/2024	31 769,24 €	29 970,98 €	1683	15/12/2021	Empreitadas de obras publicas	26/06/2024	31 117,44 €
22/538/CA/C	503864960	2024/198	1 708,84 €	21/03/2024	1 708,84 €	1 612,11 €			Empreitadas de obras publicas	28/05/2024	1 708,84 €
22/538/CA/C	503864960	2024/199	10 321,29 €	22/03/2024	11 844,10 €	11 173,68 €			Empreitadas de obras publicas	26/06/2024	9 737,06 €
22/538/CA/C	503864960	2024/200	676,81 €	22/03/2024	846,01 €	798,12 €			Empreitadas de obras publicas	26/06/2024	638,50 €
23/670/CA/C	507391160	2024/201	860,81 €	22/03/2024	860,81 €	812,09 €	1055	11/07/2023	Empreitadas de obras publicas	02/07/2024	860,81 €
24/804/CA/C	500924139	2024/202	14 773,47 €	27/03/2024	14 773,47 €	12 010,95 €			Aquisição de Serviços	27/09/2024	14 773,47 €
23/724/CA/C	501461396	2024/203	1 131,22 €	22/03/2024	1 131,22 €	1 067,19 €	2247	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas	02/07/2024	1 131,22 €
ADS	513939962	2024/204	1 906,50 €	25/03/2024	2 152,50 €	1 750,00 €			Aquisição de Serviços	02/07/2024	1 906,50 €
23/727/CA/C	502212900	2024/205	6 203,70 €	25/03/2024	6 208,89 €	5 857,44 €	2322	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas	17/06/2024	6 203,70 €
24/805/CA/C	504344285	2024/206	23 370,00 €	02/04/2024	23 370,00 €	19 000,00 €			Aquisição de Serviços	26/06/2024	17 504,44 €
23/621/CA/C	503864960	2024/207	23 610,17 €	25/03/2024	23 610,18 €	22 273,75 €	486	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	17/06/2024	23 610,17 €
23/621/CA/C	503864960	2024/208	69 005,93 €	25/03/2024	69 005,94 €	65 099,94 €	486	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	17/06/2024	69 005,93 €
22/596/CA/C	515728039	2024/209	2 460,00 €	26/03/2024	2 460,00 €	2 000,00 €			Aquisição de Serviços	04/12/2024	2 460,00 €
21/427/CA/C	501489126	2024/210	8 194,75 €	27/03/2024	8 194,75 €	7 730,90 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas		8 194,75 €
22/571/CA/C	501649557	2024/211	7 037,08 €	27/03/2024	7 037,08 €	6 638,76 €	59	15/02/2023	Empreitadas de obras publicas	07/06/2024	7 037,08 €
CE	506512495	2024/212	800,00 €	05/04/2024	800,00 €	800,00 €			Contratação Excluída	08/05/2024	800,00 €
24/796/DC/C	507919114	2024/213	402,95 €	27/03/2024	402,95 €	327,60 €			Empreitadas de obras publicas	08/05/2024	402,95 €
21/427/CA/C	501489126	2024/214	7 368,38 €	28/03/2024	7 368,38 €	6 951,30 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas	28/05/2024	7 368,38 €
21/427/CA/C	501489126	2024/215	8 140,62 €	28/03/2024	8 140,62 €	7 679,84 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas	28/05/2024	8 140,62 €
24/807/CA/C	506782328	2024/216	47 365,58 €	08/04/2024	145 740,24 €	118 488,00 €			Aquisição de Serviços	17/06/2024	47 365,58 €
CE	501618392	2024/217	854,24 €	28/03/2024	854,24 €	694,50 €			Aquisição de Serviços	03/04/2024	854,24 €
ADS	503909637	2024/218	2 337,00 €	28/03/2024	4 674,00 €	3 800,00 €			Aquisição de Serviços	21/08/2024	2 337,00 €
ADS	502530286	2024/220	1 500,60 €	01/04/2024	1 500,60 €	1 220,00 €			Aquisição de Serviços	30/04/2024	1 500,60 €
21/427/CA/C	501489126	2024/219	16 198,64 €	01/04/2024	16 198,64 €	15 281,74 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas	28/05/2024	16 198,64 €
23/727/CA/C	502212900	2024/221	3 121,63 €	01/04/2024	3 121,63 €	2 944,94 €	2322	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas	17/06/2024	3 121,63 €
21/427/CA/C	501489126	2024/222	5 588,41 €	02/04/2024	5 588,41 €	5 272,09 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas	02/07/2024	5 588,41 €
CE	504394029	2024/223	31,80 €	02/04/2024	51,80 €	42,11 €			Aquisição de Serviços	11/04/2024	31,80 €
CE	504394029	2024/224	51,80 €	02/04/2024	51,80 €	42,11 €			Aquisição de Serviços	16/04/2024	51,80 €
24/808/CA/C	503502928	2024/225	14 024,46 €	11/04/2024	14 024,46 €	11 402,00 €			Aquisição de Serviços	13/09/2024	14 024,46 €
24/813/CA/C	502696648	2024/226	44 157,00 €	22/04/2024	220 785,00 €	179 500,00 €			Aquisição de Serviços	20/11/2024	44 157,00 €
22/503/CA/C	513218033	2024/227	190 114,05 €	03/04/2024	190 114,05 €	179 352,88 €	1109	23/09/2022	Empreitadas de obras publicas	30/04/2024	190 114,05 €
23/670/CA/C	507391160	2024/228	2 564,67 €	03/04/2024	2 564,67 €	2 419,50 €	1055	11/07/2023	Empreitadas de obras publicas	02/07/2024	2 547,85 €
23/670/CA/C	507391160	2024/229	1 647,50 €	03/04/2024	1 647,50 €	1 554,25 €	1055	11/07/2023	Empreitadas de obras publicas	02/07/2024	1 647,50 €
22/476/CA/C	501633561	2024/230	1 035,40 €	04/04/2024	1 035,40 €	976,79 €	834	28/07/2022	Empreitadas de obras publicas	02/07/2024	1 035,40 €
22/476/CA/C	501633561	2024/231	2 528,29 €	04/04/2024	2 528,29 €	2 385,18 €	834	28/07/2022	Empreitadas de obras publicas	02/07/2024	2 528,29 €
NÚMERO	514119276	2024/232	37 601,05 €	05/04/2024	55 837,08 €	45 396,00 €			Aquisição de Serviços	17/06/2024	37 601,05 €
NÚMERO	507783727	2024/233	4 612,50 €	05/04/2024	15 375,00 €	12 500,00 €			Aquisição de Serviços	27/09/2024	4 612,50 €
21/375/CA/C	500553408	2024/234	118 423,20 €	05/04/2024	118 423,20 €	111 720,00 €	1586	09/09/2021	Empreitadas de obras publicas	08/05/2024	118 423,20 €
20/274/CA/C	500097488	2024/235	226 174,11 €	05/04/2024	226 174,11 €	213 371,80 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	08/05/2024	226 174,11 €
ADS	503716227	2024/236	196,80 €	05/04/2024	196,80 €	160,00 €			Aquisição de Serviços	16/10/2024	196,80 €
ADS	513658637	2024/237	- €	09/04/2024	1 697,40 €	1 380,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
ADS	500676020	2024/238	1 168,50 €	09/04/2024	1 168,50 €	950,00 €			Aquisição de Serviços	17/06/2024	1 168,50 €
24/798/DC/C	514023708	2024/239	972,31 €	09/04/2024	972,31 €	790,50 €			Aquisição de Serviços	28/05/2024	972,31 €
ADS	506419460	2024/240	676,50 €	09/04/2024	676,50 €	550,00 €			Aquisição de Serviços	16/07/2024	676,50 €
CE	502585757	2024/241	6 300,00 €	17/05/2024	6 300,00 €	6 300,00 €			Contratação Excluída	16/05/2024	6 300,00 €
ADS	503083216	2024/242	1 722,00 €	10/04/2024	1 722,00 €	1 400,00 €			Aquisição de Serviços	08/05/2024	1 722,00 €
CE	500906840	2024/244	387,45 €	12/04/2024	387,45 €	315,00 €			Aquisição de Serviços	16/04/2024	387,45 €
CE	600082490	2024/245	110,03 €	12/04/2024	110,03 €	110,03 €			Aquisição de Serviços	16/04/2024	110,03 €
CE	500906840	2024/246	161,13 €	12/04/2024	161,13 €	131,00 €			Aquisição de Serviços	16/04/2024	161,13 €
CE	600053377	2024/247	120,00 €	12/04/2024	120,00 €	120,00 €			Aquisição de Serviços	16/04/2024	120,00 €
CE	500906840	2024/248	446,49 €	12/04/2024	446,49 €	363,00 €			Aquisição de Serviços	16/05/2024	446,49 €
22/565/CA/C	500023875	2024/249	51 843,62 €	12/04/2024	51 843,62 €	48 909,08 €			Empreitadas de obras publicas	16/05/2024	48 909,08 €
22/564/CA/C	500023875	2024/250	9 683,32 €	12/04/2024	9 683,32 €	9 135,21 €			Empreitadas de obras publicas	08/05/2024	9 135,21 €
23/624/CA/C	501489126	2024/251	197 236,87 €	12/04/2024	315 807,83 €	297 931,91 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	197 236,85 €
24/812/CA/C	507383125	2024/252	198 750,12 €	20/05/2024	1 247 972,82 €	1 177 332,85 €	35671	09/07/2024	Empreitadas de obras publicas	12/11/2024	196 334,46 €
CE	505095122	2024/253	- €	12/04/2024	99,00 €	99,00 €			Aquisição de Serviços		- €
ADS	225519593	2024/254	4 305,00 €	15/04/2024	4 305,00 €	3 500,00 €			Aquisição de Serviços	17/06/2024	4 305,00 €
PRÉMIO	514709553	2024/255	8 610,00 €	15/04/2024	8 610,00 €	7 000,00 €			Aquisição de Serviços	17/06/2024	8 610,00 €
PRÉMIO	515526363	2024/256	- €	15/04/2024	1 666,67 €	1 666,67 €			Aquisição de Serviços		- €
PRÉMIO	517642948	2024/257	5 000,00 €	15/04/2024	5 000,00 €	5 000,00 €			Aquisição de Serviços	22/05/2024	5 000,00 €
PRÉMIO	501993339	2024/258	- €	15/04/2024	1 666,66 €	1 666,66 €			Aquisição de Serviços		- €
PRÉMIO	211983802	2024/259	1 500,00 €	15/04/2024	1 500,00 €	1 500,00 €			Aquisição de Serviços	22/05/2024	1 500,00 €
PRÉMIO	223004642	2024/260	1 500,00 €	15/04/2024	1 500,00 €	1 500,00 €			Aquisição de Serviços	22/05/2024	1 500,00 €
ADS	508305896	2024/261	3 690,00 €	16/04/2024	3 690,00 €	3 000,00 €			Aquisição de Serviços	30/12/2024	3 690,00 €
CE	500906840	2024/262	446,49 €	16/04/2024	446,49 €	363,00 €			Aquisição de Serviços	08/05/2024	446,49 €
23/727/CA/C	502212900	2024/263	69 223,58 €	16/04/2024	69 223,58 €	65 305,26 €	2322	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas	12/11/2024	69 223,58 €
23/678/CA/C	501489126	2024/264	14 049,07 €	16/04/2024	14 049,07 €	13 253,84 €			Empreitadas de obras publicas	02/07/2024	14 049,07 €
23/678/CA/C	501489126	2024/265	1 092,48 €	16/04/2024	1 092,48 €	1 030,64 €			Empreitadas de obras publicas	02/07/2024	1 092,48 €
ADS	506419460	2024/266	1 156,20 €	17/04/2024	1 156,20 €	940,00 €			Aquisição de Serviços	12/08/2024	1 156,20 €
22/583/CA/C	502438878	2024/267	7 422,81 €	19/04/2024	7 422,81 €	7 002,65 €			Empreitadas de obras publicas	19/09/2024	7 422,81 €
CE	500906840	2024/268	674,04 €	19/04/2024	674,04 €	548,00 €			Aquisição de Serviços	22/04/2024	674,04 €
CE	502604751	2024/269	12 658,32 €	19/04/2024	12 658,32 €	10 291,32 €			Aquisição de Serviços	23/07/2024	12 658,32 €
ADS	502863595	2024/270	2 498,67 €	22/04/2024	2 498,67 €	2 031,44 €			Aquisição de Serviços	28/05/2024	2 498,67 €
24/814/CA/C	510007007	2024/283	19 852,20 €	03/05/2024	19 852,20 €	16 140,00 €			Aquisição de Serviços	27/09/2024	19 852,20 €
22/538/CA/C	503864960	2024/271	889,31 €	24/04/2024	2 874,15 €	2 711,47 €			Empreitadas de obras publicas	26/06/2024	838,97 €
22/538/CA/C	503864960	2024/272	11 531,59 €	24/04/2024	23 531,59 €	22 199,61 €			Empreitadas de obras publicas	27/09/2024	10 616,21 €
24/776/CA/C	502672749	2024/273	3 542,40 €	24/04/2024	4 428,00 €	3 600,00 €			Aquisição de Serviços	29/08/2024	3 542,40 €
23/745/CA/C	980064937	2024/274	64 082,24 €	24/04/2024	99 082,24 €	93 473,81 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	60 004,99 €
23/623/CA/C	501489126	2024/275	96 416,99 €	24/04/2024	544 975,04 €	514 127,40 €			Empreitadas de obras publicas	27/09/2024	95 228,63 €
22/538/CA/C	503864960	2024/276	50 037,98 €	26/04/2024	50 128,01 €	47 290,58 €			Empreitadas de obras publicas	26/06/2024	47 205,63 €
22/538/CA/C	503864960	2024/277	33 681,66 €	26/04/2024	33 681,66 €	31 775,15 €			Empreitadas de obras publicas	26/06/2024	31 775,15 €
ADS	EU44200845	2024/280	501,84 €	26/04/2024	501,84 €	408,00 €			Aquisição de Serviços	16/05/2024	501,84 €
23/724/CA/C	501461396	2024/278	24 994,37 €	26/04/2024	24 994,37 €	23 579,59 €	2247	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas	31/07/2024	13 942,07 €
CE	503517666	2024/279	1 969,43 €	26/04/2024	1 969,43 €	1 621,21 €			Aquisição de Serviços	08/08/2024	1 969,43 €
23/727/CA/C	502212900	2024/281	2 196,13 €	29/04/2024	2 196,13 €	2 071,82 €	2322	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas		2 196,13 €
23/622/CA/C	506530817	2024/282	9 611,21 €	29/04/2024	9 611,21 €	9 067,18 €	492	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	26/06/2024	9 611,21 €
ADS	505095122	2024/284	99,00 €	30/04/2024	99,00 €	80,49 €			Aquisição de Serviços	16/05/2024	99,00 €
23/666/CA/C	502907444	2024/285	8 036,44 €	30/04/2024	8 036,44 €	7 581,55 €	1166	01/08/2023	Empreitadas de obras publicas		8 036,44 €
CE	501618392	2024/286	166,05 €	30/04/2024	166,05 €	135,00 €			Aquisição de Serviços	08/05/2024	166,05 €
23/719/CA/C	501157344	2024/287	3 816,00 €	30/04/2024	3 816,00 €	3 600,00 €			Empreitadas de obras publicas	02/07/2024	3 816,00 €
23/678/CA/C	501489126	2024/288	- €	02/05/2024	42 793,64 €	40 371,36 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
24/817/CA/C	244313695	2024/289	159 408,00 €	27/06/2024	797 040,00 €	648 000,00 €			Aquisição de Serviços	12/11/2024	159 408,00 €
24/818/CA/C	503586307	2024/290	- €	16/05/2024	33 622,05 €	27 335,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
NÚMERO	514620870	2024/291	6 088,50 €	02/05/2024	6 088,50 €	4 950,00 €			Locação ou aquisição de bens n	23/07/2024	174,66 €
24/815/CA/C	504073206	2024/292	40 234,97 €	09/05/2024	60 352,46 €	49 067,04 €			Aquisição de Serviços	27/09/2024	36 749,14 €
24/816/CA/C	500197814	2024/293	19 365,12 €	09/05/2024	19 365,12 €	15 744,00 €			Aquisição de Serviços	19/09/2024	19 365,12 €
21/427/CA/C	501489126	2024/294	19 704,48 €	02/05/2024	19 704,50 €	18 589,15 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas		19 704,48 €
22/538/CA/C	503864960	2024/295	77 346,68 €	03/05/2024	77 346,68 €	72 968,57 €			Empreitadas de obras publicas	17/06/2024	72 968,57 €
21/377/CA/C	502300264	2024/296	84 064,56 €	03/05/2024	84 064,56 €	79 306,19 €	1683	15/12/2021	Empreitadas de obras publicas	28/05/2024	84 064,56 €
23/670/CA/C	507391160	2024/297	5 529,25 €	06/05/2024	5 529,26 €	5 216,28 €	1055	11/07/2023	Empreitadas de obras publicas	02/07/2024	5 529,25 €
22/569/CA/C	502519533	2024/298	850,92 €	06/05/2024	998,38 €	941,87 €	154	15/02/2023	Empreitadas de obras publicas	27/09/2024	850,92 €
CE	504394029	2024/299	666,01 €	06/05/2024	666,01 €	541,47 €			Aquisição de Serviços	08/05/2024	666,01 €
23/623/CA/C	501489126	2024/300	40 538,54 €	07/05/2024	40 538,54 €	38 243,91 €			Empreitadas de obras publicas	17/06/2024	40 538,54 €
23/624/CA/C	501489126	2024/301	19 748,68 €	07/05/2024	19 748,68 €	18 630,83 €			Empreitadas de obras publicas	17/06/2024	19 748,68 €
ADS	501362584	2024/302	3 690,00 €	07/05/2024	3 690,00 €	3 000,00 €			Aquisição de Serviços	26/09/2024	3 690,00 €
CE	500906840	2024/303	8 175,81 €	08/05/2024	8 175,81 €	6 647,00 €			Aquisição de Serviços	17/06/2024	8 175,81 €
23/727/CA/C	502212900	2024/304	6 492,50 €	08/05/2024	6 492,50 €	6 125,00 €	2322	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas	10/07/2024	6 492,50 €
23/624/CA/C	501489126	2024/305	754,92 €	09/05/2024	754,92 €	712,19 €			Empreitadas de obras publicas		754,92 €
23/624/CA/C	501489126	2024/306	1 671,62 €	09/05/2024	1 671,62 €	1 577,00 €			Empreitadas de obras publicas		1 671,62 €
22/551/CA/C	504038052	2024/307	13 788,59 €	09/05/2024	13 788,59 €	13 008,11 €	2050	10/02/2023	Empreitadas de obras publicas	17/06/2024	13 788,59 €
24/819/CA/C	507000145	2024/308	16 477,70 €	14/05/2024	16 477,70 €	13 396,50 €			Locação ou aquisição de bens n	26/06/2024	16 477,70 €
21/427/CA/C	501489126	2024/309	3 051,14 €	10/05/2024	3 051,14 €	2 878,44 €	2232	15/03/2022	Aquisição de Serviços		3 051,14 €
23/727/CA/C	502212900	2024/310	9 350,67 €	10/05/2024	9 350,68 €	8 821,39 €	2322	23/11/2023	Aquisição de Serviços		9 350,67 €
23/623/CA/C	501489126	2024/311	754,93 €	13/05/2024	754,93 €	712,20 €			Empreitadas de obras publicas	23/07/2024	415,21 €
NÚMERO	508298083	2024/312	93 728,15 €	07/10/2024	3 540 963,53 €	3 340 531,63 €	1705	21/08/2024	Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	93 728,15 €
23/670/CA/C	507391160	2024/313	3 460,91 €	14/05/2024	3 460,91 €	3 265,01 €	1055	11/07/2023	Empreitadas de obras publicas		1 992,31 €
23/622/CA/C	506530817	2024/314	- €	14/05/2024	8 723,40 €	8 229,62 €	492	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
CE	500051070	2024/315	270,00 €	14/05/2024	270,00 €	270,00 €			Aquisição de Serviços	16/05/2024	270,00 €

ANEXO V - DOR 5.5 - CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

Nº de Contrato	NIF Fornecedor	Nº Compromisso	Valor Compromisso	Data Celebração	Preço Contratual (c/ IVA)	Preço Contratual (S/ IVA)	Nº registo	Data visto	Rúbrica	Data 1º pagamento	Valor Pago em 2024
NÚMERO	514709553	2024/316	58 375,72 €	15/05/2024	291 878,66 €	237 299,72 €			Aquisição de Serviços	10/10/2024	58 375,72 €
24/821/CA/C	506998959	2024/317	6 435,36 €	03/07/2024	6 435,36 €	5 232,00 €			Aquisição de Serviços	30/10/2024	6 435,36 €
ADS	500474214	2024/318	432,96 €	22/05/2024	432,96 €	352,00 €			Aquisição de Serviços	26/06/2024	432,96 €
24/822/DC/C	516267302	2024/319	- €	28/05/2024	12 287,70 €	9 990,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
24/832/DC/C	500380376	2024/320	12 295,08 €	19/06/2024	12 295,08 €	9 996,00 €			Aquisição de Serviços	12/11/2024	12 295,08 €
23/621/CA/C	503864960	2024/321	- €	16/05/2024	3 812,15 €	3 596,37 €	486	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
23/666/CA/C	502907444	2024/322	4 347,46 €	17/05/2024	4 347,46 €	4 101,38 €	1166	01/08/2023	Empreitadas de obras publicas		4 347,46 €
23/666/CA/C	502907444	2024/323	35 250,09 €	17/05/2024	35 250,09 €	33 254,80 €	1166	01/08/2023	Empreitadas de obras publicas		35 250,09 €
ADS	516375474	2024/324	4 233,18 €	20/05/2024	4 759,78 €	3 869,74 €			Aquisição de Serviços	26/09/2024	4 233,18 €
CE	504394029	2024/325	738,00 €	20/05/2024	738,00 €	600,00 €			Aquisição de Serviços	28/05/2024	738,00 €
21/377/CA/C	502300264	2024/326	10 719,53 €	20/05/2024	10 719,53 €	10 112,76 €	1683	15/12/2021	Empreitadas de obras publicas	10/07/2024	10 719,53 €
22/571/CA/C	501649557	2024/327	35 327,52 €	20/05/2024	35 327,52 €	33 327,85 €	59	15/02/2023	Empreitadas de obras publicas	02/07/2024	35 327,52 €
23/727/CA/C	502212900	2024/328	1 927,40 €	22/05/2024	1 927,40 €	1 818,30 €	2322	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas	16/10/2024	1 927,40 €
22/547/CA/C	503864960	2024/329	8 581,23 €	22/05/2024	35 679,60 €	33 660,00 €	1773	29/12/2022	Empreitadas de obras publicas	10/07/2024	8 581,23 €
ADS	500940231	2024/330	1 481,26 €	22/05/2024	1 481,30 €	1 481,30 €			Aquisição de Serviços	22/05/2024	1 481,26 €
24/823/CA/C	506853411	2024/331	- €	24/06/2024	35 837,19 €	29 135,93 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
23/670/CA/C	507391160	2024/332	1 290,64 €	23/05/2024	1 290,64 €	1 217,58 €	1055	11/07/2023	Empreitadas de obras publicas	30/10/2024	1 266,79 €
23/621/CA/C	503864960	2024/333	16 261,50 €	23/05/2024	16 261,50 €	15 341,04 €	486	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas		16 261,50 €
23/717/CA/C	502300264	2024/334	10 148,84 €	24/05/2024	10 148,85 €	9 574,38 €	1985	25/10/2023	Empreitadas de obras publicas		10 148,84 €
20/274/CA/C	500097488	2024/335	272 114,91 €	24/05/2024	272 114,91 €	256 712,18 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	26/06/2024	272 114,91 €
22/476/CA/C	501633561	2024/336	20 765,83 €	24/05/2024	20 765,83 €	19 590,40 €	834	28/07/2022	Empreitadas de obras publicas	31/07/2024	20 765,83 €
ADS	B95182911	2024/337	- €	24/05/2024	3 173,40 €	2 580,00 €			Aquisição de Serviços		- €
24/828/CA/C	504707388	2024/338	25 281,44 €	19/06/2024	25 970,22 €	21 114,00 €			Aquisição de Serviços	12/08/2024	25 281,44 €
24/825/CA/C	513770267	2024/339	47 046,02 €	15/07/2024	156 420,66 €	127 171,27 €			Aquisição de Serviços	28/11/2024	46 918,97 €
24/829/CA/C	506998959	2024/340	10 616,83 €	24/05/2024	10 616,83 €	8 631,57 €			Aquisição de Serviços	10/10/2024	10 616,83 €
23/719/CA/C	501157344	2024/341	8 437,43 €	24/05/2024	8 437,43 €	7 959,84 €			Empreitadas de obras publicas		8 437,43 €
24/286/DC/C	513696040	2024/342	- €	16/07/2024	12 300,00 €	10 000,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
23/666/CA/C	502907444	2024/343	18 206,75 €	27/05/2024	18 206,75 €	17 176,18 €	1166	01/08/2023	Empreitadas de obras publicas		18 206,75 €
23/666/CA/C	502907444	2024/344	4 283,46 €	27/05/2024	4 283,46 €	4 041,00 €	1166	01/08/2023	Empreitadas de obras publicas	10/07/2024	4 283,46 €
23/624/CA/C	501489126	2024/345	35 598,52 €	27/05/2024	35 598,52 €	33 583,51 €			Empreitadas de obras publicas	26/06/2024	35 598,52 €
CE	510306624	2024/346	2 029,41 €	27/05/2024	2 029,41 €	2 029,41 €			Aquisição de Serviços	28/05/2024	2 029,41 €
24/827/CA/C	502997273	2024/347	59 232,99 €	20/06/2024	127 810,53 €	103 911,00 €			Aquisição de Serviços	30/12/2024	59 232,99 €
24/827/CA/C	503140600	2024/348	316 328,41 €	20/06/2024	525 609,75 €	427 325,00 €			Aquisição de Serviços	10/10/2024	267 887,61 €
23/719/CA/C	501157344	2024/349	8 289,20 €	29/05/2024	8 289,20 €	7 820,00 €			Empreitadas de obras publicas	26/06/2024	8 289,20 €
22/565/CA/C	500023875	2024/350	22 882,06 €	29/05/2024	22 882,06 €	21 586,85 €			Empreitadas de obras publicas	26/06/2024	21 586,85 €
CE	500802025	2024/351	480,00 €	01/07/2024	480,00 €	480,00 €			Contratação Excluída	12/08/2024	480,00 €
CE	502117524	2024/352	3 575,00 €	26/06/2024	3 575,00 €	3 575,00 €			Contratação Excluída	31/07/2024	3 575,00 €
CE	206724225	2024/353	4 428,00 €	02/09/2024	4 428,00 €	3 600,00 €			Contratação Excluída	12/11/2024	2 652,00 €
ADS	501157344	2024/354	5 623,56 €	29/05/2024	5 623,56 €	4 572,00 €			Aquisição de Serviços	27/09/2024	5 623,56 €
ADS	510485480	2024/355	6 088,50 €	29/05/2024	6 088,50 €	4 950,00 €			Aquisição de Serviços		- €
23/666/CA/C	502907444	2024/356	4 547,40 €	29/05/2024	4 547,40 €	4 290,00 €	1166	01/08/2023	Empreitadas de obras publicas	16/07/2024	4 547,40 €
21/308/CA/C	502300264	2024/357	608,86 €	29/05/2024	608,86 €	574,40 €	853	08/07/2021	Empreitadas de obras publicas	30/10/2024	608,86 €
24/780/CA/C	514812486	2024/358	5 658,00 €	29/05/2024	7 072,50 €	5 750,00 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	5 658,00 €
23/731/CA/C	502701110	2024/359	154 845,60 €	29/05/2024	195 340,66 €	184 283,63 €	2338	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas	23/07/2024	125 880,17 €
21/308/CA/C	502300264	2024/360	9 831,08 €	29/05/2024	9 831,08 €	9 274,60 €	853	08/07/2021	Empreitadas de obras publicas	23/07/2024	9 831,08 €
24/831/DC/C	501489126	2024/361	12 294,43 €	18/06/2024	12 294,43 €	9 995,47 €			Aquisição de Serviços	31/07/2024	12 294,43 €
24/830/DC/C	514518847	2024/362	7 011,00 €	18/06/2024	7 011,00 €	5 700,00 €			Aquisição de Serviços	30/10/2024	7 011,00 €
23/666/CA/C	502907444	2024/363	5 016,98 €	31/05/2024	5 016,98 €	4 733,00 €	1166	01/08/2023	Empreitadas de obras publicas		5 016,98 €
ADS	505275830	2024/364	5 313,60 €	03/06/2024	5 313,60 €	4 320,00 €			Aquisição de Serviços	10/07/2024	5 313,60 €
ADS	502877472	2024/365	1 590,00 €	03/06/2024	1 845,00 €	1 500,00 €			Aquisição de Serviços	31/07/2024	1 590,00 €
ADS	514849312	2024/366	4 797,00 €	03/06/2024	4 797,00 €	3 900,00 €			Aquisição de Serviços	08/08/2024	3 900,33 €
23/670/CA/C	507391160	2024/367	1 339,61 €	03/06/2024	1 339,61 €	1 263,78 €	1055	11/07/2023	Empreitadas de obras publicas	06/09/2024	1 339,61 €
23/621/CA/C	503864960	2024/368	7 502,96 €	03/06/2024	7 502,96 €	7 078,27 €	486	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas		7 502,96 €
23/621/CA/C	503864960	2024/369	19 070,27 €	03/06/2024	19 070,27 €	17 990,82 €	486	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas		19 070,27 €
21/429/CA/C	506782328	2024/370	6 958,73 €	03/06/2024	6 958,73 €	5 657,50 €			Aquisição de Serviços	17/06/2024	6 958,73 €
22/564/CA/C	500023875	2024/371	25 463,33 €	03/06/2024	25 463,33 €	24 022,01 €			Empreitadas de obras publicas	02/07/2024	24 022,01 €
23/727/CA/C	502212900	2024/372	9 164,56 €	04/06/2024	9 164,56 €	8 645,81 €	2322	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas		9 164,56 €
23/724/CA/C	501461396	2024/373	7 736,02 €	04/06/2024	7 736,02 €	7 298,13 €	2247	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas	29/08/2024	6 123,60 €
24/842/DC/C	501993339	2024/374	12 712,05 €	04/06/2024	12 712,05 €	10 335,00 €			Aquisição de Serviços	26/09/2024	12 712,05 €
CE	502604751	2024/375	- €	05/06/2024	26 582,06 €	21 611,43 €			Aquisição de Serviços		- €
23/666/CA/C	502907444	2024/376	981,30 €	06/06/2024	981,30 €	925,75 €	1166	01/08/2023	Empreitadas de obras publicas		981,30 €
20/236/CA/C	501748407	2024/377	3 406,23 €	06/06/2024	3 406,23 €	3 213,42 €	3542	28/01/2021	Empreitadas de obras publicas	02/07/2024	3 406,23 €
ADS	516375474	2024/378	998,91 €	06/06/2024	998,91 €	812,12 €			Aquisição de Serviços	07/11/2024	998,91 €
ADS	507957547	2024/379	1 491,68 €	07/06/2024	2 557,17 €	2 079,00 €			Aquisição de Serviços	31/07/2024	1 278,60 €
ADS	505198290	2024/380	5 996,25 €	07/06/2024	5 996,25 €	4 875,00 €			Aquisição de Serviços	20/11/2024	5 996,25 €
CE	501984046	2024/381	9 225,00 €	11/06/2024	9 225,00 €	7 500,00 €			Contratação Excluída	28/11/2024	9 225,00 €
22/538/CA/C	503864960	2024/382	5 362,99 €	11/06/2024	5 362,99 €	5 059,42 €			Empreitadas de obras publicas	08/08/2024	5 059,42 €
23/727/CA/C	502212900	2024/383	1 694,59 €	11/06/2024	1 694,59 €	1 598,67 €	2322	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas	08/08/2024	1 694,59 €
24/834/CA/C	508931436	2024/384	249 259,23 €	02/07/2024	2 300 161,71 €	2 169 963,88 €	42778	22/08/2024	Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	242 469,49 €
NÚMERO	506998959	2024/385	4 918,77 €	11/06/2024	4 918,77 €	3 999,00 €			Aquisição de Serviços	12/11/2024	4 918,77 €
24/838/CA/C	507919114	2024/386	1 712,36 €	19/06/2024	1 712,36 €	1 392,16 €			Aquisição de Serviços	26/09/2024	1 712,36 €
NÚMERO	514518847	2024/387	2 197,27 €	11/06/2024	2 197,27 €	1 786,40 €			Aquisição de Serviços	19/09/2024	2 197,27 €
24/833/CA/C	510886183	2024/388	207 000,00 €	11/06/2024	3 757 413,80 €	3 544 730,00 €	1837	13/08/2024	Empreitadas de obras publicas	07/11/2024	203 531,28 €
2024/836/CA/C	500316066	2024/389	101 131,83 €	05/07/2024	761 056,04 €	717 977,40 €			Empreitadas de obras publicas	27/09/2024	101 122,97 €
23/745/CA/C	980064937	2024/390	68 026,95 €	11/06/2024	78 026,95 €	73 610,33 €			Empreitadas de obras publicas	08/08/2024	63 496,65 €
23/745/CA/C	980064937	2024/391	14 270,11 €	11/06/2024	51 688,68 €	48 762,91 €			Empreitadas de obras publicas	27/09/2024	14 270,11 €
21/427/CA/C	501489126	2024/392	2 879,77 €	14/06/2024	2 879,77 €	2 716,77 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas	31/07/2024	2 879,77 €
23/621/CA/C	503864960	2024/393	9 945,27 €	14/06/2024	9 945,27 €	9 382,33 €	486	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	31/07/2024	9 945,27 €
22/538/CA/C	503864960	2024/394	89 530,79 €	14/06/2024	89 530,79 €	84 463,01 €			Empreitadas de obras publicas	16/07/2024	84 463,01 €
22/538/CA/C	503864960	2024/395	2 375,90 €	14/06/2024	6 154,24 €	5 805,89 €			Empreitadas de obras publicas	27/09/2024	2 241,42 €
ADS	514304944	2024/397	247,81 €	17/06/2024	247,81 €	201,47 €			Locação ou aquisição de bens n	16/07/2024	247,81 €
ADS	502054883	2024/396	119,49 €	17/06/2024	119,49 €	97,15 €			Aquisição de Serviços	10/07/2024	119,49 €
ADS	503909637	2024/398	369,00 €	17/06/2024	369,00 €	300,00 €			Aquisição de Serviços	04/12/2024	369,00 €
24/839/CA/C	504613529	2024/399	38 000,00 €	01/07/2024	309 035,20 €	251 248,12 €			Aquisição de Serviços	12/08/2024	37 652,40 €
CE	503182710	2024/400	4 329,60 €	20/06/2024	4 329,60 €	3 520,00 €			Contratação Excluída	16/07/2024	4 329,60 €
24/841/DC/C	501312412	2024/401	6 530,07 €	19/06/2024	6 530,07 €	5 309,00 €			Aquisição de Serviços	26/09/2024	6 530,07 €
24/857/DC/C	508718805	2024/402	7 995,00 €	19/06/2024	7 995,00 €	6 500,00 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	7 995,00 €
22/551/CA/C	504038052	2024/403	3 123,60 €	19/06/2024	3 123,60 €	2 946,79 €	2050	10/02/2023	Empreitadas de obras publicas	08/08/2024	3 123,60 €
CE	504394029	2024/404	7 721,93 €	20/06/2024	7 721,93 €	6 277,99 €			Aquisição de Serviços	26/06/2024	7 721,93 €
23/678/CA/C	501489126	2024/405	82 468,85 €	20/06/2024	87 181,35 €	82 246,56 €			Empreitadas de obras publicas	12/11/2024	82 468,85 €
22/564/CA/C	500023875	2024/406	170 889,86 €	20/06/2024	174 389,86 €	164 518,74 €			Empreitadas de obras publicas	27/09/2024	160 899,32 €
24/840/CA/C	514518847	2024/407	2 029,50 €	04/07/2024	2 029,50 €	1 650,00 €			Aquisição de Serviços	16/10/2024	2 029,50 €
ADS	513658637	2024/408	738,00 €	20/06/2024	738,00 €	600,00 €			Aquisição de Serviços	31/07/2024	738,00 €
24/847/CA/C	502670355	2024/409	56 998,32 €	20/06/2024	56 998,32 €	46 340,10 €			Aquisição de Serviços	01/10/2024	56 998,32 €
CE	503182710	2024/410	398,52 €	11/07/2024	398,52 €	324,00 €			Contratação Excluída	31/07/2024	398,52 €
CE	503182710	2024/411	929,88 €	02/07/2024	929,88 €	756,00 €			Contratação Excluída	31/07/2024	929,88 €
24/845/CA/C	514518847	2024/412	6 360,21 €	04/07/2024	6 360,21 €	5 170,90 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	6 360,21 €
ADS	508473705	2024/413	270,60 €	21/06/2024	270,60 €	220,00 €			Aquisição de Serviços	23/07/2024	270,60 €
24/849/DC/C	503040630	2024/414	4 571,17 €	15/07/2024	7 618,62 €	6 194,00 €			Aquisição de Serviços	04/12/2024	4 571,17 €
ADS	510728189	2024/415	2 072,54 €	26/06/2024	2 072,54 €	1 684,99 €			Aquisição de Serviços	29/08/2024	2 072,54 €
24/846/DC/C	506998959	2024/416	- €	08/07/2024	1 845,00 €	1 500,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
CE	504394029	2024/417	51,80 €	26/06/2024	51,80 €	42,11 €			Aquisição de Serviços	02/07/2024	51,80 €
INDEMNIZAÇÃO	505924170	2024/418	350 000,00 €	26/06/2024	350 000,00 €	350 000,00 €			Outros contratos	26/06/2024	350 000,00 €
24/843/DC/C	507919114	2024/419	3 844,49 €	02/07/2024	3 844,49 €	3 125,60 €			Aquisição de Serviços	27/09/2024	3 844,49 €
24/844/CA/C	500676020	2024/420	3 956,30 €	08/07/2024	3 956,30 €	3 216,50 €			Aquisição de Serviços	27/09/2024	3 956,30 €
24/848/CA/C	503864960	2024/421	202 405,00 €	06/08/2024	6 039 063,56 €	5 697 229,77 €			Empreitadas de obras publicas	10/10/2024	202 403,03 €
CE	503517666	2024/422	25 307,25 €	27/06/2024	25 307,25 €	20 575,00 €			Aquisição de Serviços	20/11/2024	25 307,25 €
22/572/CA/C	501649557	2024/423	2 310,37 €	27/06/2024	2 326,28 €	2 194,61 €	80	15/02/2023	Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	2 310,37 €
23/670/CA/C	507391160	2024/424	4 739,87 €	28/06/2024	4 739,87 €	4 471,58 €	1055	11/07/2023	Empreitadas de obras publicas	27/09/2024	4 474,28 €
21/427/CA/C	501489126	2024/425	8 974,66 €	28/06/2024	8 974,66 €	8 466,66 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas		8 974,66 €
NÚMERO	506439860	2024/426	8 856,00 €	28/06/2024	88 560,00 €	72 000,00 €			Aquisição de Serviços	12/12/2024	8 856,00 €
22/476/CA/C	501633561	2024/427	1 951,03 €	01/07/2024	1 951,03 €	1 840,59 €	834	28/07/2022	Empreitadas de obras publicas		1 951,03 €
22/476/CA/C	501633561	2024/428	10 346,05 €	01/07/2024	10 346,05 €	9 760,42 €	834	28/07/2022	Empreitadas de obras publicas	19/09/2024	10 346,05 €
23/719/CA/C	501157344	2024/429	3 437,90 €	01/07/2024	3 437,90 €	3 243,30 €			Empreitadas de obras publicas	31/07/2024	3 437,90 €
23/622/CA/C	506530817	2024/430	6 571,88 €	01/07/2024	39 204,54 €	36 985,41 €	492	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	6 571,88 €
ADS	225519593	2024/431	3 075,00 €	01/07/2024	3 075,00 €	2 500,00 €			Aquisição de Serviços	12/12/2024	3 075,00 €
23/727/CA/C	502212900	2024/432	8 204,81 €	02/07/2024	9 031,79 €	8 520,55 €	2322	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas		8 204,81 €
21/427/CA/C	501489126	2024/433	41 335,94 €	03/07/2024	41 335,95 €	38 996,18 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas		41 335,94 €
24/860/DC/C	505317532	2024/434	3 548,55 €	17/07/2024	3 548,55 €	2 885,00 €			Aquisição de Serviços	23/10/2024	3 548,55 €
24/853/DC/C	506629945	2024/435	8 610,00 €	05/08/2024	8 610,00 €	7 000,00 €			Aquisição de Serviços	01/10/2024	8 610,00 €

ANEXO V - DOR 5.5 - CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

Nº de Contrato	NIF Fornecedor	Nº Compromisso	Valor Compromisso	Data Celebração	Preço Contratual (c/ IVA)	Preço Contratual (S/ IVA)	Nº registo	Data visto	Rúbrica	Data 1º pagamento	Valor Pago em 2024
24/858/DC/C	515722782	2024/436	30 880,38 €	16/07/2024	30 880,38 €	25 106,00 €			Aquisição de Serviços	30/12/2024	30 880,38 €
24/859/DC/C	505317532	2024/437	2 743,00 €	15/07/2024	2 743,00 €	2 230,08 €			Aquisição de Serviços	23/10/2024	2 743,00 €
24/861/CA/C	513770267	2024/438	57 456,34 €	23/07/2024	438 113,70 €	356 190,00 €			Aquisição de Serviços	01/10/2024	56 201,16 €
24/850/CA/C	514711973	2024/439	- €	27/07/2024	8 511,60 €	6 920,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
24/851/CA/C	505317532	2024/440	6 653,87 €	30/07/2024	6 653,87 €	5 409,65 €			Aquisição de Serviços	28/11/2024	6 653,87 €
24/856/DC/C	505317532	2024/441	10 819,45 €	15/07/2024	10 819,45 €	8 796,30 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	10 819,45 €
24/855/DC/C	500676020	2024/442	2 400,26 €	22/07/2024	2 400,26 €	1 951,43 €			Aquisição de Serviços	23/10/2024	2 400,26 €
21/308/CA/C	502300264	2024/443	114 002,90 €	05/07/2024	114 002,90 €	107 549,91 €	853	08/07/2021	Empreitadas de obras publicas	08/08/2024	114 002,90 €
24/854/CA/C	506782328	2024/444	51 807,43 €	17/07/2024	158 528,57 €	128 885,00 €			Aquisição de Serviços	10/10/2024	44 164,16 €
22/564/CA/C	500023875	2024/445	47 352,38 €	05/07/2024	47 352,38 €	44 672,06 €			Empreitadas de obras publicas	08/08/2024	44 672,06 €
NUMERO	501489126	2024/446	52 901,55 €	05/07/2024	52 901,55 €	49 907,12 €			Empreitadas de obras publicas	08/08/2024	52 901,55 €
22/551/CA/C	504038052	2024/447	12 722,80 €	08/07/2024	12 722,81 €	12 002,65 €	2050	10/02/2023	Empreitadas de obras publicas	19/09/2024	12 722,80 €
ADS	509282954	2024/448	1 033,20 €	08/07/2024	1 033,20 €	840,00 €			Aquisição de Serviços	26/09/2024	1 033,20 €
CE	500051070	2024/449	270,00 €	08/07/2024	270,00 €	270,00 €			Aquisição de Serviços	16/07/2024	270,00 €
CE	500051070	2024/450	709,24 €	09/07/2024	709,24 €	709,24 €			Aquisição de Serviços	10/07/2024	709,24 €
CE	503586730	2024/451	787,20 €	11/07/2024	787,20 €	640,00 €			Contratação Excluída	12/08/2024	787,20 €
CE	501192301	2024/452	2 686,32 €	16/07/2024	2 686,32 €	2 184,00 €			Contratação Excluída	08/08/2024	2 686,32 €
ADS	510485480	2024/453	5 055,30 €	10/07/2024	5 055,30 €	4 110,00 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	5 055,30 €
23/622/CA/C	506530817	2024/454	106,00 €	10/07/2024	388,01 €	366,04 €	492	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	27/09/2024	106,00 €
Revisão de Preço	501489126	2024/455	53 503,43 €	10/07/2024	53 503,43 €	50 474,93 €			Empreitadas de obras publicas	12/08/2024	53 503,43 €
22/565/CA/C	500023875	2024/456	103 011,78 €	11/07/2024	103 011,78 €	97 180,92 €			Empreitadas de obras publicas	12/08/2024	97 180,92 €
21/427/CA/C	501489126	2024/457	11 998,59 €	11/07/2024	11 998,59 €	11 319,42 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas		11 998,59 €
CE	504394029	2024/458	51,80 €	12/07/2024	51,80 €	42,11 €			Aquisição de Serviços	23/07/2024	51,80 €
23/717/CA/C	502300264	2024/459	44 547,56 €	12/07/2024	44 547,57 €	42 026,01 €	1985	25/10/2023	Empreitadas de obras publicas	29/08/2024	44 547,56 €
24/863/CA/C	513770267	2024/460	32 387,14 €	20/08/2024	469 572,55 €	381 766,30 €			Aquisição de Serviços	30/10/2024	32 387,14 €
22/565/CA/C	500023875	2024/461	1 615,33 €	12/07/2024	1 615,33 €	1 523,90 €			Empreitadas de obras publicas	28/11/2024	1 523,90 €
22/565/CA/C	500023875	2024/462	15 016,15 €	12/07/2024	15 016,15 €	14 166,18 €			Empreitadas de obras publicas		14 166,18 €
23/622/CA/C	506530817	2024/463	5 606,57 €	12/07/2024	5 606,57 €	5 289,22 €	492	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	5 606,57 €
23/666/CA/C	502907444	2024/464	73 562,05 €	12/07/2024	73 562,05 €	69 398,16 €	1166	01/08/2023	Empreitadas de obras publicas	19/09/2024	73 562,05 €
23/709/CA/C	502438878	2024/465	30 965,25 €	12/07/2024	30 965,25 €	29 212,50 €			Empreitadas de obras publicas	30/10/2024	30 965,25 €
CE	600082490	2024/466	1 051,83 €	12/07/2024	1 051,83 €	1 051,83 €			Aquisição de Serviços	15/07/2024	1 051,83 €
23/727/CA/C	502212900	2024/467	8 089,68 €	12/07/2024	8 089,68 €	7 631,77 €	2322	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas	16/10/2024	8 089,68 €
CE	506512495	2024/468	360,00 €	12/07/2024	360,00 €	360,00 €			Contratação Excluída	12/08/2024	360,00 €
CE	509744036	2024/469	1 750,00 €	12/07/2024	1 750,00 €	1 750,00 €			Contratação Excluída	12/12/2024	1 750,00 €
21/427/CA/C	501489126	2024/470	4 810,37 €	15/07/2024	4 810,38 €	4 538,09 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas		4 810,37 €
ADS	500918880	2024/471	255,06 €	17/07/2024	255,06 €	255,06 €			Aquisição de Serviços	16/07/2024	255,06 €
23/745/CA/C	980064937	2024/472	- €	15/07/2024	4 276,34 €	4 034,28 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
23/719/CA/C	501157344	2024/473	44 647,31 €	16/07/2024	44 647,31 €	42 120,10 €			Empreitadas de obras publicas	01/10/2024	44 647,31 €
CE	500906840	2024/474	1 654,35 €	16/07/2024	1 654,35 €	1 345,00 €			Aquisição de Serviços	31/07/2024	1 654,35 €
NÚMERO	506782328	2024/475	35 000,00 €	16/07/2024	369 279,70 €	300 227,40 €			Aquisição de Serviços	12/12/2024	33 295,79 €
NÚMERO	506782328	2024/476	20 757,69 €	14/08/2024	282 961,38 €	230 049,90 €			Aquisição de Serviços	04/12/2024	20 757,69 €
CE	600082490	2024/477	371,69 €	17/07/2024	371,69 €	371,69 €			Aquisição de Serviços	23/07/2024	371,69 €
24/862/CA/C	517251620	2024/478	9 802,61 €	25/07/2024	49 013,04 €	39 848,00 €			Aquisição de Serviços	23/10/2024	9 802,61 €
ADS	516375474	2024/479	4 209,48 €	18/07/2024	4 209,48 €	3 422,34 €			Aquisição de Serviços	07/11/2024	4 209,48 €
21/427/CA/C	501489126	2024/480	44 453,09 €	18/07/2024	44 453,10 €	41 936,89 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas	29/08/2024	44 453,09 €
22/564/CA/C	500023875	2024/481	- €	19/07/2024	1 385,05 €	1 306,65 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
CE	508122996	2024/482	984,00 €	30/10/2024	984,00 €	800,00 €			Contratação Excluída	04/12/2024	984,00 €
23/719/CA/C	501157344	2024/483	1 961,00 €	19/07/2024	1 961,00 €	1 850,00 €			Empreitadas de obras publicas	10/09/2024	1 961,00 €
CE	502604751	2024/484	9 543,57 €	22/07/2024	9 543,57 €	7 759,00 €			Aquisição de Serviços	28/11/2024	9 543,57 €
PRÉMIO	514010266	2024/485	8 610,00 €	23/07/2024	8 610,00 €	7 000,00 €			Aquisição de Serviços	19/09/2024	8 610,00 €
PRÉMIO	515526363	2024/486	5 000,00 €	23/07/2024	5 000,00 €	5 000,00 €			Aquisição de Serviços	19/09/2024	5 000,00 €
PRÉMIO	517642948	2024/487	- €	23/07/2024	1 666,67 €	1 666,67 €			Aquisição de Serviços		- €
PRÉMIO	501993339	2024/488	- €	23/07/2024	1 666,66 €	1 666,66 €			Aquisição de Serviços		- €
PRÉMIO	517457679	2024/489	3 000,00 €	23/07/2024	3 000,00 €	3 000,00 €			Aquisição de Serviços	01/10/2024	3 000,00 €
24/866/DC/C	514023708	2024/490	8 003,61 €	02/09/2024	8 003,61 €	6 507,00 €			Aquisição de Serviços	30/10/2024	8 003,61 €
ADS	502661321	2024/491	189,11 €	24/07/2024	189,11 €	189,11 €			Aquisição de Serviços	31/07/2024	189,11 €
23/724/CA/C	501461396	2024/492	74 620,27 €	25/07/2024	74 620,27 €	70 396,48 €	2247	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas		61 044,40 €
24/875/CA/C	506563936	2024/493	5 634,63 €	28/08/2024	5 634,63 €	4 581,00 €			Aquisição de Serviços	23/10/2024	5 634,63 €
24/873/CA/C	507321731	2024/494	19 766,10 €	02/08/2024	19 766,10 €	16 070,00 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	19 766,10 €
24/870/CA/C	506629945	2024/495	14 268,00 €	26/08/2024	14 268,00 €	11 600,00 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	14 268,00 €
24/868/CA/C	502300264	2024/496	24 458,64 €	07/08/2024	24 458,64 €	19 885,07 €			Locação ou aquisição de bens r	10/10/2024	21 078,17 €
24/871/CA/C	515997994	2024/497	5 891,82 €	08/08/2024	5 891,82 €	4 790,10 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	5 891,82 €
24/867/CA/C	514403888	2024/498	5 776,08 €	19/08/2024	13 776,00 €	11 200,00 €			Aquisição de Serviços	23/10/2024	5 776,08 €
PRÉMIO	515526363	2024/499	8 610,00 €	25/07/2024	8 610,00 €	7 000,00 €			Aquisição de Serviços	19/09/2024	8 610,00 €
PRÉMIO	517642948	2024/500	- €	25/07/2024	2 870,00 €	2 333,33 €			Aquisição de Serviços		- €
PRÉMIO	501993339	2024/501	- €	25/07/2024	2 870,00 €	2 333,33 €			Aquisição de Serviços		- €
PRÉMIO	500232997	2024/502	5 000,00 €	25/07/2024	5 000,00 €	5 000,00 €			Aquisição de Serviços	04/12/2024	5 000,00 €
PRÉMIO	514787821	2024/503	3 000,00 €	25/07/2024	3 000,00 €	3 000,00 €			Aquisição de Serviços	26/09/2024	3 000,00 €
24/869/CA/C	501648399	2024/504	16 494,30 €	07/08/2024	18 327,00 €	14 900,00 €			Aquisição de Serviços	20/11/2024	16 494,30 €
24/872/CA/C	501782281	2024/505	57 748,50 €	05/08/2024	57 748,50 €	46 950,00 €			Aquisição de Serviços	27/09/2024	57 748,50 €
23/623/CA/C	501489126	2024/506	15 036,52 €	25/07/2024	27 315,71 €	25 769,54 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	11 150,86 €
23/623/CA/C	501489126	2024/507	11 856,84 €	25/07/2024	18 155,76 €	17 128,07 €			Empreitadas de obras publicas	12/11/2024	11 426,73 €
NÚMERO	509895360	2024/508	47 644,05 €	26/07/2024	47 644,05 €	38 735,00 €			Aquisição de Serviços	28/11/2024	47 644,05 €
22/576/CA/C	502300264	2024/509	22 874,84 €	26/07/2024	22 874,84 €	21 580,04 €	142	14/03/2023	Empreitadas de obras publicas	29/08/2024	22 874,84 €
22/576/CA/C	502300264	2024/510	25 730,17 €	26/07/2024	119 700,86 €	112 925,35 €	142	14/03/2023	Empreitadas de obras publicas	30/10/2024	25 730,17 €
23/719/CA/C	501157344	2024/511	1 612,82 €	30/07/2024	1 612,82 €	1 521,53 €			Empreitadas de obras publicas	29/08/2024	1 612,82 €
22/476/CA/C	501633561	2024/512	951,54 €	31/07/2024	951,54 €	897,68 €	834	28/07/2022	Empreitadas de obras publicas	27/09/2024	951,54 €
22/572/CA/C	501649557	2024/513	218,75 €	31/07/2024	9 874,21 €	9 315,29 €	60	15/02/2023	Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	218,75 €
23/622/CA/C	506530817	2024/514	22 132,32 €	31/07/2024	22 132,32 €	20 879,55 €	492	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	11/09/2024	22 132,32 €
23/624/CA/C	501489126	2024/515	5 812,74 €	31/07/2024	5 812,74 €	5 483,72 €			Empreitadas de obras publicas		3 974,17 €
22/547/CA/C	503864960	2024/516	5 650,00 €	31/07/2024	50 850,11 €	47 971,80 €	1773	29/12/2022	Empreitadas de obras publicas	27/09/2024	5 650,00 €
21/308/CA/C	502300264	2024/517	1 508,17 €	01/08/2024	1 508,17 €	1 422,80 €	853	08/07/2021	Empreitadas de obras publicas		1 508,17 €
23/621/CA/C	503864960	2024/518	68 564,23 €	02/08/2024	68 564,24 €	64 683,25 €	486	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	27/09/2024	68 564,23 €
23/622/CA/C	506530817	2024/519	5 967,23 €	05/08/2024	5 967,23 €	5 629,47 €	492	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	30/10/2024	5 967,23 €
23/745/CA/C	980064937	2024/520	- €	05/08/2024	1 698,20 €	1 602,07 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
NÚMERO	B95182911	2024/521	2 906,00 €	05/08/2024	3 574,38 €	2 906,00 €			Aquisição de Serviços	29/08/2024	2 906,00 €
23/724/CA/C	501461396	2024/522	8 206,66 €	06/08/2024	8 206,66 €	7 742,13 €	2247	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas	27/09/2024	8 206,66 €
24/876/CA/C	500438986	2024/523	16 695,00 €	04/09/2024	16 695,00 €	15 750,00 €			Aquisição de Serviços	30/12/2024	16 695,00 €
24/877/CA/C	502061901	2024/524	12 177,00 €	07/08/2024	24 354,00 €	19 800,00 €			Aquisição de Serviços	19/09/2024	12 177,00 €
23/678/CA/C	501489126	2024/525	295 509,43 €	07/08/2024	744 936,73 €	702 770,51 €			Empreitadas de obras publicas	03/10/2024	276 130,64 €
23/678/CA/C	501489126	2024/526	6 444,80 €	07/08/2024	91 761,04 €	86 567,02 €			Empreitadas de obras publicas	28/11/2024	6 444,80 €
23/745/CA/C	980064937	2024/527	- €	07/08/2024	4 948,19 €	4 668,10 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
23/745/CA/C	980064937	2024/528	27 827,48 €	07/08/2024	151 376,93 €	142 808,43 €			Empreitadas de obras publicas	27/09/2024	27 827,48 €
21/427/CA/C	501489126	2024/529	5 778,68 €	07/08/2024	5 778,68 €	5 451,59 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas		5 778,68 €
23/624/CA/C	501489126	2024/530	34 520,00 €	07/08/2024	58 535,54 €	55 222,20 €			Empreitadas de obras publicas	10/10/2024	29 533,13 €
23/727/CA/C	502212900	2024/531	19 962,88 €	07/08/2024	19 962,88 €	18 832,91 €	2322	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas	16/10/2024	19 962,88 €
23/731/CA/C	502701110	2024/532	53 900,22 €	07/08/2024	53 900,22 €	50 849,26 €	2338	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas	27/09/2024	53 900,22 €
23/719/CA/C	501157344	2024/533	14 871,80 €	07/08/2024	14 871,80 €	14 030,00 €			Empreitadas de obras publicas	27/09/2024	14 871,80 €
24/878/CA/C	509895360	2024/534	30 664,52 €	02/09/2024	30 664,52 €	24 930,50 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	30 664,52 €
24/879/CA/C	507228812	2024/535	26 521,88 €	03/09/2024	424 350,00 €	345 000,00 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	26 521,88 €
CE	500906840	2024/536	161,13 €	07/08/2024	161,13 €	131,00 €			Aquisição de Serviços	08/08/2024	161,13 €
23/622/CA/C	506530817	2024/537	- €	08/08/2024	502,07 €	473,65 €	492	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
22/571/CA/C	501649557	2024/538	9 411,48 €	09/08/2024	9 411,48 €	8 878,75 €	59	15/02/2023	Empreitadas de obras publicas	27/09/2024	9 411,48 €
22/565/CA/C	500023875	2024/539	1 372,81 €	09/08/2024	1 372,81 €	1 295,10 €			Empreitadas de obras publicas		- €
22/564/CA/C	500023875	2024/540	- €	09/08/2024	4 128,13 €	3 894,46 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
23/717/CA/C	502300264	2024/541	20 780,80 €	09/08/2024	20 780,80 €	19 604,53 €	1985	25/10/2023	Empreitadas de obras publicas	19/09/2024	20 780,80 €
23/666/CA/C	502907444	2024/542	10 445,53 €	09/08/2024	10 445,53 €	9 854,27 €	1166	01/08/2023	Empreitadas de obras publicas	26/09/2024	10 445,53 €
CE	600053377	2024/543	150,00 €	09/08/2024	150,00 €	150,00 €			Aquisição de Serviços	12/08/2024	150,00 €
21/427/CA/C	501489126	2024/544	47 701,50 €	12/08/2024	47 701,51 €	45 001,42 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas	27/09/2024	47 701,50 €
ADS	510728189	2024/545	433,33 €	12/08/2024	433,33 €	352,30 €			Locação ou aquisição de bens r	26/09/2024	433,33 €
24/889/DC/C	187281149	2024/546	2 706,00 €	09/09/2024	24 354,00 €	19 800,00 €			Aquisição de Serviços	30/10/2024	2 431,00 €
NÚMERO	515997994	2024/547	7 684,43 €	12/08/2024	7 684,43 €	6 247,50 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	7 684,43 €
24/880/DC/C	506338673	2024/548	22 386,00 €	09/09/2024	22 386,00 €	18 200,00 €			Aquisição de Serviços	23/10/2024	22 386,00 €
22/503/CA/C	513218033	2024/549	73 354,18 €	13/08/2024	73 354,18 €	69 202,06 €	1109	23/09/2022	Empreitadas de obras publicas	27/09/2024	73 354,18 €
ADS	501721428	2024/550	6 146,31 €	13/08/2024	6 146,31 €	4 997,00 €			Aquisição de Serviços	27/09/2024	6 146,31 €
21/377/CA/C	502300264	2024/551	57 528,71 €	13/08/2024	57 528,71 €	54 272,37 €	1683	15/12/2021	Empreitadas de obras publicas	27/09/2024	57 528,71 €
24/893/DC/C	514840064	2024/552	- €	02/09/2024	10 701,00 €	8 700,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
23/724/CA/C	501461396	2024/553	43 328,01 €	14/08/2024	43 328,01 €	40 875,48 €	2247	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas	27/09/2024	43 328,01 €
23/731/CA/C	502701110	2024/554	68 933,58 €	14/08/2024	68 933,58 €	65 031,68 €	2335	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas	28/11/2024	42 552,73 €
24/881/CA/C	501633561	2024/555	15 375,00 €	23/08/2024	15 375,00 €	12 500,00 €			Aquisição de Serviços	30/12/2024	15 375,00 €

ANEXO V - DOR 5.5 - CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

Nº de Contrato	NIF Fornecedor	Nº Compromisso	Valor Compromisso	Data Celebração	Preço Contratual (c/ IVA)	Preço Contratual (S/ IVA)	Nº registo	Data visto	Rúbrica	Data 1º pagamento	Valor Pago em 2024
24/884/CA/C	514518847	2024/556	2 952,00 €	06/09/2024	2 952,00 €	2 400,00 €			Aquisição de Serviços	30/10/2024	2 952,00 €
24/887/CA/C	504990926	2024/559	8 492,18 €	29/08/2024	8 492,18 €	6 904,21 €			Aquisição de Serviços	30/10/2024	8 492,18 €
24/888/CA/C	503140600	2024/562	7 252,08 €	21/08/2024	14 350,17 €	11 666,80 €			Aquisição de Serviços	28/11/2024	7 252,08 €
24/890/CA/C	504073206	2024/563	7 987,08 €	29/08/2024	7 987,08 €	6 493,56 €			Aquisição de Serviços	27/09/2024	7 479,36 €
24/894/CA/C	501515011	2024/557	4 455,16 €	29/08/2024	22 275,79 €	18 110,40 €			Aquisição de Serviços	20/11/2024	4 455,16 €
24/886/CA/C	500280843	2024/568	- €	28/08/2024	118 688,24 €	96 494,50 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
24/885/CA/C	501648399	2024/558	7 195,50 €	27/08/2024	23 985,00 €	19 500,00 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	7 195,50 €
NÚMERO	501333401	2024/560	20 910,00 €	14/08/2024	20 910,00 €	17 000,00 €			Locação ou aquisição de bens r	04/12/2024	20 910,00 €
22/571/CA/C	501649557	2024/561	2 618,20 €	14/08/2024	2 618,20 €	2 470,00 €	59	15/02/2023	Empreitadas de obras publicas	07/11/2024	2 618,20 €
CE	503182710	2024/564	393,60 €	19/09/2024	393,60 €	320,00 €			Contratação Excluída	26/09/2024	393,60 €
24/894/CA/C	517077213	2024/565	- €	29/08/2024	16 706,84 €	13 582,80 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
24/894/CA/C	502821590	2024/566	3 341,37 €	29/08/2024	16 706,84 €	13 582,80 €			Aquisição de Serviços	20/11/2024	3 341,37 €
ADS	513218033	2024/567	6 092,12 €	16/08/2024	6 092,17 €	4 952,98 €			Aquisição de Serviços	16/10/2024	6 092,12 €
24/883/CA/C	514010266	2024/569	32 478,42 €	09/09/2024	324 784,18 €	264 052,18 €			Aquisição de Serviços	20/11/2024	32 478,42 €
24/882/CA/C	514023708	2024/570	48 056,10 €	22/08/2024	48 056,10 €	39 070,00 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	48 056,10 €
23/622/CA/C	506530817	2024/571	- €	01/02/2025	1 130,03 €	1 066,07 €	492	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
CE	504394029	2024/572	101,84 €	20/08/2024	101,84 €	82,80 €			Aquisição de Serviços	29/08/2024	101,84 €
22/538/CA/C	503864960	2024/573	1 777,76 €	22/08/2024	2 577,76 €	2 431,84 €			Empreitadas de obras publicas	07/11/2024	1 531,13 €
22/572/CA/C	501649557	2024/574	846,13 €	22/08/2024	1 474,68 €	1 391,22 €	60	15/02/2023	Empreitadas de obras publicas	30/10/2024	846,13 €
22/572/CA/C	501649557	2024/575	11 576,58 €	23/08/2024	11 576,58 €	10 921,30 €	60	15/02/2023	Empreitadas de obras publicas	27/09/2024	11 576,58 €
CE	500906840	2024/576	1 109,46 €	23/08/2024	1 109,46 €	902,00 €			Aquisição de Serviços	01/10/2024	1 109,46 €
22/572/CA/C	501649557	2024/577	3 200,86 €	23/08/2024	3 200,86 €	3 019,68 €	60	15/02/2023	Empreitadas de obras publicas		3 200,86 €
23/670/CA/C	507391160	2024/578	1 598,59 €	26/08/2024	1 598,59 €	1 508,10 €	1055	11/07/2023	Empreitadas de obras publicas		1 598,59 €
23/622/CA/C	506530817	2024/579	- €	01/04/2025	10 423,67 €	9 833,65 €	492	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
ADS	502877472	2024/580	1 590,00 €	27/08/2024	1 845,00 €	1 500,00 €			Aquisição de Serviços	30/12/2024	1 590,00 €
22/476/CA/C	501633561	2024/581	28 982,33 €	28/08/2024	28 982,33 €	27 341,82 €	834	28/07/2022	Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	16 697,74 €
23/670/CA/C	507391160	2024/582	160,82 €	28/08/2024	160,82 €	151,72 €	1055	11/07/2023	Empreitadas de obras publicas		160,82 €
23/621/CA/C	503864960	2024/583	2 463,79 €	29/08/2024	2 463,79 €	2 324,32 €	486	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	30/10/2024	2 463,79 €
ADS	510482546	2024/584	531,43 €	29/08/2024	887,51 €	721,55 €			Aquisição de Serviços	16/10/2024	531,43 €
CE	600082490	2024/585	451,55 €	29/08/2024	451,55 €	451,55 €			Aquisição de Serviços	03/09/2024	451,55 €
23/670/CA/C	507391160	2024/586	145,80 €	29/08/2024	145,80 €	137,55 €	1055	11/07/2023	Empreitadas de obras publicas	04/12/2024	145,80 €
20/274/CA/C	500097488	2024/587	24 961,21 €	29/08/2024	24 961,21 €	23 548,31 €	221	04/05/2021	Empreitadas de obras publicas	10/10/2024	24 961,21 €
23/621/CA/C	503864960	2024/588	40 700,18 €	29/08/2024	46 533,29 €	43 899,32 €	486	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	40 700,18 €
22/571/CA/C	501649557	2024/589	4 592,06 €	30/08/2024	4 592,06 €	4 332,13 €	59	15/02/2023	Empreitadas de obras publicas		4 592,06 €
21/308/CA/C	502300264	2024/590	3 294,36 €	30/08/2024	3 294,36 €	3 107,90 €	853	08/07/2021	Empreitadas de obras publicas		3 294,36 €
CE	508327075	2024/591	346,00 €	11/10/2024	346,00 €	346,00 €			Contratação Excluída	27/09/2024	346,00 €
23/670/CA/C	507391160	2024/592	52 817,65 €	30/08/2024	52 817,65 €	49 827,97 €	1055	11/07/2023	Empreitadas de obras publicas	27/09/2024	52 817,65 €
22/564/CA/C	500023875	2024/593	- €	02/09/2024	8 825,29 €	8 325,75 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
23/724/CA/C	501461396	2024/594	74 861,40 €	02/09/2024	74 861,40 €	70 623,96 €	2247	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas	07/11/2024	74 861,40 €
CE	504394029	2024/595	20 808,45 €	03/09/2024	20 808,45 €	16 917,44 €			Aquisição de Serviços	11/09/2024	20 808,45 €
23/621/CA/C	503864960	2024/596	72 166,45 €	03/09/2024	72 166,45 €	68 081,56 €	486	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	10/10/2024	72 166,45 €
ADS	980680069	2024/597	73,80 €	04/09/2024	73,80 €	60,00 €			Aquisição de Serviços	01/10/2024	73,80 €
22/576/CA/C	502300264	2024/598	41 257,39 €	04/09/2024	41 257,39 €	38 922,07 €	142	14/03/2023	Empreitadas de obras publicas	10/10/2024	41 257,39 €
CE	501618392	2024/599	922,50 €	04/09/2024	922,50 €	750,00 €			Aquisição de Serviços	12/09/2024	922,50 €
24/897/CA/C	501993339	2024/600	- €	18/09/2024	16 641,90 €	13 530,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
NÚMERO	510787568	2024/601	17 158,50 €	17/09/2024	17 158,50 €	13 950,00 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	17 158,50 €
24/895/CA/C	501515011	2024/602	- €	12/11/2024	7 659,46 €	6 227,20 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
24/895/CA/C	517077213	2024/603	- €	12/11/2024	5 744,59 €	4 670,40 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
24/895/CA/C	502821590	2024/604	- €	12/11/2024	5 744,59 €	4 670,40 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
24/898/CA/C	515526363	2024/605	16 236,00 €	17/09/2024	81 180,00 €	66 000,00 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	16 236,00 €
NÚMERO	517642948	2024/606	16 236,00 €	05/09/2024	81 180,00 €	66 000,00 €			Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	16 236,00 €
NÚMERO	501993339	2024/607	26 568,00 €	05/09/2024	132 840,00 €	108 000,00 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	26 568,00 €
23/745/CA/C	980064937	2024/608	- €	06/09/2024	110 387,68 €	104 139,32 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
ADS	501771603	2024/609	5 904,00 €	06/09/2024	5 904,00 €	4 800,00 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	5 904,00 €
22/476/CA/C	501633561	2024/610	2 889,61 €	06/09/2024	2 889,62 €	2 726,05 €	834	28/07/2022	Empreitadas de obras publicas		163,56 €
24/899/CA/C	514023708	2024/611	18 006,28 €	23/09/2024	18 006,28 €	14 639,25 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	18 006,28 €
24/900/DC/C	502356839	2024/612	18 388,50 €	09/09/2024	18 388,50 €	14 950,00 €			Aquisição de Serviços	20/11/2024	18 388,50 €
CE	500906840	2024/613	1 273,05 €	09/09/2024	1 273,05 €	1 035,00 €			Aquisição de Serviços	01/10/2024	1 273,05 €
21/427/CA/C	501489126	2024/614	5 869,53 €	10/09/2024	5 869,53 €	5 537,29 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas	30/10/2024	5 869,53 €
22/547/CA/C	503864960	2024/615	17 245,84 €	10/09/2024	17 245,84 €	16 269,66 €	1773	29/12/2022	Empreitadas de obras publicas	30/10/2024	17 245,84 €
23/719/CA/C	501157344	2024/616	12 405,33 €	10/09/2024	12 405,33 €	11 703,14 €			Empreitadas de obras publicas	12/12/2024	11 703,14 €
NÚMERO	506998959	2024/617	- €	19/09/2024	4 654,32 €	3 784,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
22/476/CA/C	501633561	2024/618	1 339,65 €	11/09/2024	1 339,65 €	1 263,82 €	834	28/07/2022	Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	75,83 €
23/670/CA/C	507391160	2024/619	1 309,47 €	12/09/2024	1 309,47 €	1 235,35 €	1055	11/07/2023	Empreitadas de obras publicas		1 309,47 €
CE	506512495	2024/620	40,00 €	09/12/2024	40,00 €	40,00 €			Contratação Excluída	23/10/2024	40,00 €
CE	508122996	2024/621	166,05 €	12/09/2024	166,05 €	135,00 €			Contratação Excluída	12/11/2024	166,05 €
CE	506512495	2024/622	160,00 €	12/09/2024	160,00 €	160,00 €			Contratação Excluída	30/10/2024	160,00 €
23/727/CA/C	502212900	2024/623	32 154,45 €	13/09/2024	32 154,45 €	30 334,39 €	2322	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas	16/10/2024	32 154,45 €
CE	500906840	2024/624	4 499,34 €	16/09/2024	4 499,34 €	3 658,00 €			Aquisição de Serviços	26/09/2024	4 499,34 €
ADS	506596966	2024/625	3 695,76 €	17/09/2024	3 695,76 €	3 004,68 €			Aquisição de Serviços	30/10/2024	3 695,76 €
CE	504394029	2024/626	51,80 €	18/09/2024	51,80 €	42,11 €			Aquisição de Serviços	01/10/2024	51,80 €
23/670/CA/C	507391160	2024/627	2 415,12 €	18/09/2024	2 415,12 €	2 278,42 €	1055	11/07/2023	Empreitadas de obras publicas		2 325,45 €
23/670/CA/C	507391160	2024/628	2 825,26 €	18/09/2024	13 624,22 €	12 853,04 €	1055	11/07/2023	Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	2 665,23 €
21/427/CA/C	501489126	2024/629	37 201,98 €	18/09/2024	37 202,02 €	35 096,25 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas		37 201,98 €
ADS	500423849	2024/630	356,70 €	18/09/2024	1 070,10 €	870,00 €			Aquisição de Serviços	23/10/2024	287,45 €
20/206/CA/C	501312412	2024/631	2 610,65 €	18/09/2024	2 610,65 €	2 462,88 €	2749	16/12/2020	Empreitadas de obras publicas	30/10/2024	2 610,65 €
24/902/CA/C	502078600	2024/632	9 481,09 €	08/10/2024	47 405,43 €	38 541,00 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	9 481,09 €
22/551/CA/C	504038052	2024/633	14 840,00 €	19/09/2024	14 840,00 €	14 000,00 €	2050	10/02/2023	Empreitadas de obras publicas	30/10/2024	14 840,00 €
PRÉMIO	517154781	2024/634	8 610,00 €	20/09/2024	8 610,00 €	7 000,00 €			Aquisição de Serviços	07/11/2024	8 610,00 €
PRÉMIO	514709553	2024/635	5 000,00 €	20/09/2024	5 000,00 €	5 000,00 €			Aquisição de Serviços	12/11/2024	5 000,00 €
PRÉMIOS	510696740	2024/636	3 000,00 €	20/09/2024	3 000,00 €	3 000,00 €			Aquisição de Serviços	07/11/2024	3 000,00 €
22/564/CA/C	500023875	2024/637	- €	20/09/2024	167 349,98 €	157 877,34 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
21/427/CA/C	501489126	2024/638	3 052,45 €	20/09/2024	3 052,45 €	2 879,67 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas		3 052,45 €
22/538/CA/C	503864960	2024/639	176,43 €	20/09/2024	176,43 €	166,44 €			Empreitadas de obras publicas	28/11/2024	166,44 €
22/538/CA/C	503864960	2024/640	11 342,82 €	20/09/2024	12 742,82 €	12 021,53 €			Empreitadas de obras publicas	30/12/2024	10 700,50 €
23/622/CA/C	506530817	2024/641	- €	23/09/2024	512,12 €	483,13 €	492	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
ADS	507432398	2024/642	416,15 €	24/09/2024	4 993,80 €	4 060,00 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	416,15 €
21/375/CA/C	500553408	2024/643	2 799,77 €	24/09/2024	2 799,77 €	2 641,29 €	1586	09/09/2021	Empreitadas de obras publicas	07/11/2024	2 799,77 €
24/903/DC/C	504136992	2024/644	7 195,50 €	15/10/2024	7 195,50 €	5 850,00 €			Aquisição de Serviços	30/12/2024	7 195,50 €
CE	600082490	2024/645	944,15 €	26/09/2024	944,15 €	944,15 €			Aquisição de Serviços	27/09/2024	944,15 €
ADS	507997930	2024/649	3 388,65 €	27/09/2024	3 388,65 €	2 755,00 €			Aquisição de Serviços	28/11/2024	3 388,65 €
CE	501618392	2024/650	1 088,55 €	27/09/2024	1 088,55 €	885,00 €			Aquisição de Serviços	10/10/2024	1 088,55 €
24/904/CA/C	507707818	2024/651	53 268,84 €	21/10/2024	66 586,05 €	54 135,00 €			Aquisição de Serviços	30/12/2024	33 293,02 €
23/745/CA/C	980064937	2024/652	805,55 €	30/09/2024	14 070,28 €	13 273,85 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
ADS	514849312	2024/653	2 644,50 €	30/09/2024	2 644,50 €	2 150,00 €			Locação ou aquisição de bens r	07/11/2024	2 644,50 €
23/623/CA/C	501489126	2024/654	375,56 €	30/09/2024	1 251,85 €	1 181,00 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
ADS	500045283	2024/655	5 166,00 €	30/09/2024	5 166,00 €	4 200,00 €			Aquisição de Serviços	12/11/2024	2 583,00 €
ADS	508306450	2024/656	885,60 €	30/09/2024	885,60 €	720,00 €			Aquisição de Serviços	30/10/2024	885,60 €
CE	508122996	2024/657	922,50 €	04/11/2024	922,50 €	750,00 €			Contratação Excluída	04/12/2024	922,50 €
CE	507963202	2024/658	1 290,00 €	06/11/2024	1 290,00 €	1 290,00 €			Contratação Excluída	12/12/2024	1 290,00 €
21/427/CA/C	501489126	2024/659	10 229,66 €	02/10/2024	10 229,66 €	9 650,63 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas		10 229,66 €
23/621/CA/C	503864960	2024/660	853,25 €	02/10/2024	853,25 €	804,96 €	486	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas		853,25 €
CE	516768247	2024/661	30,00 €	29/10/2024	30,00 €	30,00 €			Contratação Excluída	23/10/2024	30,00 €
24/905/DC/C	504707388	2024/662	2 006,99 €	15/10/2024	6 689,97 €	5 439,00 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	2 006,99 €
CE	500906840	2024/663	446,49 €	10/10/2024	446,49 €	363,00 €			Aquisição de Serviços	10/10/2024	446,49 €
CE	508122996	2024/664	307,50 €	07/10/2024	307,50 €	250,00 €			Contratação Excluída	07/11/2024	307,50 €
24/908/CA/C	506563936	2024/665	2 105,51 €	15/10/2024	2 105,51 €	1 711,80 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	2 105,51 €
24/909/CA/C	501340114	2024/666	22 785,75 €	22/10/2024	22 785,75 €	18 525,00 €			Aquisição de Serviços	12/12/2024	20 018,25 €
24/907/CA/C	513770267	2024/667	- €	31/10/2024	58 781,70 €	47 790,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
24/906/CA/C	514023708	2024/668	- €	21/10/2024	6 292,19 €	5 115,60 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
CE	504394029	2024/669	959,40 €	04/10/2024	959,40 €	780,00 €			Aquisição de Serviços	16/10/2024	959,40 €
24/912/DC/C	507508068	2024/670	2 605,14 €	31/10/2024	26 051,40 €	21 180,00 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	2 605,14 €
22/538/CA/C	503864960	2024/671	- €	01/11/2024	1 077,33 €	1 016,35 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
CE	500906840	2024/672	1 968,00 €	08/10/2024	1 968,00 €	1 600,00 €			Aquisição de Serviços	23/10/2024	1 968,00 €
CE	504615947	2024/673	1 315,62 €	08/10/2024	1 315,62 €	1 069,61 €			Aquisição de Serviços		- €
ADS	506419460	2024/674	2 496,90 €	08/10/2024	3 567,00 €	2 900,00 €			Aquisição de Serviços	30/12/2024	2 496,90 €
ADS	503648183	2024/675	2 423,10 €	08/10/2024	2 423,10 €	1 970,00 €			Aquisição de Serviços	12/12/2024	2 423,10 €
CE	504394029	2024/676	- €	08/10/2024	14 956,80 €	12 160,00 €			Aquisição de Serviços		- €
ADS	510482546	2024/677	141,40 €	09/10/2024	149,65 €	121,67 €			Aquisição de Serviços	16/10/2024	141,40 €
ADS	513839631	2024/678	45,00 €	09/10/2024	45,00 €	36,59 €			Aquisição de Serviços	30/12/2024	45,00 €

ANEXO V - DOR 5.5 - CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

Nº de Contrato	NIF Fornecedor	Nº Compromisso	Valor Compromisso	Data Celebração	Preço Contratual (c/ IVA)	Preço Contratual (S/ IVA)	Nº registo	Data visto	Rúbrica	Data 1º pagamento	Valor Pago em 2024
23/666/CA/C	502907444	2024/679	7 118,60 €	09/10/2024	7 118,60 €	6 715,66 €	1166	01/08/2023	Empreitadas de obras publicas	12/11/2024	7 118,60 €
23/622/CA/C	506530817	2024/680	- €	09/10/2024	453,17 €	427,52 €	492	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
CE	504394029	2024/681	3 598,06 €	09/10/2024	3 598,06 €	2 925,25 €			Aquisição de Serviços	16/10/2024	3 598,06 €
22/572/CA/C	501649557	2024/682	5 049,84 €	09/10/2024	5 049,84 €	4 764,00 €	60	15/02/2023	Empreitadas de obras publicas	28/11/2024	5 049,84 €
24/911/CA/C	502356839	2024/683	13 912,05 €	22/10/2024	54 598,22 €	44 388,80 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	13 912,05 €
24/910/CA/C	514023708	2024/684	25 843,53 €	17/10/2024	39 251,83 €	31 912,06 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	25 843,53 €
ADS	501875735	2024/687	120,00 €	11/10/2024	120,00 €	113,21 €			Aquisição de Serviços	23/10/2024	120,00 €
23/724/CA/C	501461396	2024/685	22 134,02 €	11/10/2024	22 134,02 €	20 881,15 €	2247	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	22 134,02 €
22/555/CA/C	500280908	2024/686	123 324,09 €	11/10/2024	123 324,09 €	116 343,48 €	2080	09/02/2023	Empreitadas de obras publicas	12/11/2024	123 324,09 €
CE	503517666	2024/688	1 414,50 €	14/10/2024	1 414,50 €	1 150,00 €			Aquisição de Serviços	20/11/2024	1 414,50 €
ADS	503371947	2024/692	578,85 €	14/10/2024	578,86 €	470,62 €			Locação ou aquisição de bens r	28/11/2024	578,85 €
23/670/CA/C	507391160	2024/689	509,50 €	14/10/2024	509,50 €	480,66 €	1055	11/07/2023	Empreitadas de obras publicas		509,50 €
23/724/CA/C	501461396	2024/690	- €	14/10/2024	57 074,22 €	53 843,60 €	2247	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
ADS	501908838	2024/691	812,60 €	14/10/2024	812,60 €	766,14 €			Aquisição de Serviços		- €
23/624/CA/C	501489126	2024/693	8 925,41 €	15/10/2024	8 925,41 €	8 420,20 €			Empreitadas de obras publicas	04/12/2024	8 925,41 €
ADS	508052505	2024/694	2 460,00 €	15/10/2024	2 460,00 €	2 000,00 €			Aquisição de Serviços	20/11/2024	2 460,00 €
ADS	507919114	2024/695	430,50 €	15/10/2024	430,50 €	350,00 €			Aquisição de Serviços	28/11/2024	430,50 €
ADS	500140022	2024/696	53,27 €	15/10/2024	53,27 €	43,31 €			Aquisição de Serviços	30/12/2024	53,27 €
23/621/CA/C	503864960	2024/697	17 559,33 €	15/10/2024	17 559,33 €	16 565,42 €	486	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	04/12/2024	17 559,33 €
ADS	510510906	2024/698	2 381,77 €	16/10/2024	2 381,77 €	1 936,40 €			Aquisição de Serviços	04/12/2024	2 381,77 €
ADS	503952230	2024/701	112,98 €	16/10/2024	161,99 €	131,70 €			Locação ou aquisição de bens r	23/10/2024	112,98 €
23/670/CA/C	507391160	2024/699	3 530,64 €	16/10/2024	3 530,65 €	3 330,80 €	1055	11/07/2023	Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	3 430,72 €
23/670/CA/C	507391160	2024/700	1 402,15 €	16/10/2024	1 402,15 €	1 322,78 €	1055	11/07/2023	Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	1 402,15 €
24/915/CA/C	507783727	2024/702	- €	31/10/2024	52 152,00 €	42 400,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
NÚMERO	514023708	2024/703	- €	17/10/2024	12 805,58 €	10 411,04 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
24/913/CA/C	514023708	2024/704	- €	29/10/2024	14 826,42 €	12 054,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
23/624/CA/C	501489126	2024/705	3 759,15 €	18/10/2024	3 759,15 €	3 546,37 €			Empreitadas de obras publicas		242,66 €
23/678/CA/C	501489126	2024/706	- €	18/10/2024	13 489,41 €	12 725,86 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
23/727/CA/C	502212900	2024/707	8 677,82 €	21/10/2024	8 677,82 €	8 186,62 €	2322	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas	20/11/2024	8 677,82 €
23/719/CA/C	501157344	2024/708	1 734,83 €	22/10/2024	1 734,83 €	1 636,63 €			Empreitadas de obras publicas	12/12/2024	1 636,63 €
CE	600082490	2024/709	145,86 €	22/10/2024	145,86 €	145,86 €			Aquisição de Serviços	30/10/2024	145,86 €
21/427/CA/C	501489126	2024/710	17 130,10 €	23/10/2024	25 697,95 €	24 243,35 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas	28/11/2024	17 077,24 €
CE	500906840	2024/711	1 428,03 €	23/10/2024	1 428,03 €	1 161,00 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	1 428,03 €
CE	600082490	2024/712	114,76 €	23/10/2024	114,76 €	114,76 €			Aquisição de Serviços	30/10/2024	114,76 €
ADS	500069514	2024/713	549,33 €	24/10/2024	587,32 €	587,32 €			Aquisição de Serviços	30/10/2024	549,33 €
22/576/CA/C	502300264	2024/714	71 034,84 €	24/10/2024	71 034,84 €	67 014,00 €	142	14/03/2023	Empreitadas de obras publicas	04/12/2024	67 014,00 €
22/571/CA/C	501649557	2024/715	14 172,77 €	24/10/2024	14 172,78 €	13 370,54 €	59	15/02/2023	Empreitadas de obras publicas		14 172,77 €
22/571/CA/C	501649557	2024/716	3 773,00 €	24/10/2024	10 127,67 €	9 554,42 €	59	15/02/2023	Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	3 773,00 €
22/571/CA/C	501649557	2024/717	357,75 €	24/10/2024	1 771,21 €	1 670,95 €	59	15/02/2023	Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	357,75 €
CE	508122996	2024/718	861,00 €	28/10/2024	861,00 €	700,00 €			Contratação Excluída	28/11/2024	861,00 €
ADS	501785515	2024/719	6 027,00 €	28/10/2024	6 027,00 €	4 900,00 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	6 027,00 €
NÚMERO	510787568	2024/720	8 118,00 €	28/10/2024	8 118,00 €	6 600,00 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	8 118,00 €
23/624/CA/C	501489126	2024/721	1 473,32 €	28/10/2024	1 473,32 €	1 389,92 €			Empreitadas de obras publicas		1 473,32 €
ADS	516092880	2024/722	4 982,00 €	13/12/2024	4 982,00 €	4 700,00 €			Locação ou aquisição de bens r	30/12/2024	4 982,00 €
23/678/CA/C	501489126	2024/723	- €	01/02/2025	15 939,93 €	15 037,67 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
23/709/CA/C	502438878	2024/724	1 725,15 €	29/10/2024	1 725,15 €	1 627,50 €			Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	1 725,15 €
ADS	506612856	2024/725	- €	29/10/2024	5 535,00 €	4 500,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
23/678/CA/C	501489126	2024/726	2 343,32 €	30/10/2024	3 615,32 €	3 410,68 €			Empreitadas de obras publicas	30/12/2024	2 324,13 €
ADS	505416654	2024/727	541,85 €	31/10/2024	541,85 €	440,53 €			Locação ou aquisição de bens r	04/12/2024	541,85 €
21/427/CA/C	501489126	2024/728	13 149,20 €	31/10/2024	13 149,20 €	12 404,91 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas		13 149,20 €
21/427/CA/C	501489126	2024/729	19 065,71 €	31/10/2024	19 065,71 €	17 986,52 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas		19 065,71 €
23/731/CA/C	502701110	2024/730	12 634,69 €	31/10/2024	12 634,69 €	11 919,52 €	2335	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	8 947,94 €
22/569/CA/C	502519533	2024/731	4 011,89 €	31/10/2024	4 782,86 €	4 512,13 €	154	15/02/2023	Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	4 011,89 €
24/918/CA/C	514023708	2024/732	- €	15/01/2025	11 790,17 €	9 585,50 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
24/920/CA/C	501773339	2024/733	11 242,20 €	11/11/2024	43 935,60 €	35 720,00 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	11 242,20 €
24/917/CA/C	503396435	2024/734	- €	18/10/2024	16 420,50 €	13 350,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
24/921/CA/C	503040630	2024/735	- €	02/01/2025	90 921,60 €	73 920,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
CE	503517666	2024/736	1 854,25 €	31/10/2024	1 854,25 €	1 507,52 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	1 507,52 €
24/919/CA/C	502438878	2024/737	- €	02/01/2025	729 377,84 €	688 092,30 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
PRÉMIO	509714188	2024/738	8 610,00 €	05/11/2024	8 610,00 €	7 000,00 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	8 610,00 €
PRÉMIO	515728039	2024/739	5 000,00 €	05/11/2024	5 000,00 €	5 000,00 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	5 000,00 €
PRÉMIO	220156190	2024/740	3 000,00 €	05/11/2024	3 000,00 €	3 000,00 €			Aquisição de Serviços		- €
NÚMERO	516883194	2024/741	492,00 €	01/12/2024	5 904,00 €	4 800,00 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	492,00 €
CE	510621589	2024/742	442,80 €	18/11/2024	442,80 €	360,00 €			Contratação Excluída	12/12/2024	360,00 €
24/922/CA/C	506212980	2024/743	- €	25/11/2024	72 865,20 €	59 240,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
2024/836/CA/C	500316066	2024/744	8 136,42 €	08/11/2024	8 136,42 €	7 675,87 €			Empreitadas de obras publicas		- €
ADS	508409152	2024/745	4 797,00 €	08/11/2024	4 797,00 €	3 900,00 €			Aquisição de Serviços	15/12/2024	4 797,00 €
21/427/CA/C	501489126	2024/746	4 301,42 €	08/11/2024	4 301,42 €	4 057,94 €	2232	15/03/2022	Empreitadas de obras publicas		4 301,42 €
ADS	500676020	2024/747	5 132,79 €	08/11/2024	5 132,79 €	4 173,00 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	5 132,79 €
CE	510621589	2024/748	295,20 €	18/11/2024	295,20 €	240,00 €			Contratação Excluída	12/12/2024	240,00 €
23/624/CA/C	501489126	2024/749	1 095,77 €	11/11/2024	1 095,77 €	1 033,75 €			Empreitadas de obras publicas	30/12/2024	986,17 €
24/924/CA/C	509875173	2024/750	4 690,71 €	27/11/2024	28 144,27 €	26 551,20 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
ADS	502502959	2024/751	444,03 €	12/11/2024	444,03 €	361,00 €			Aquisição de Serviços		0,01 €
ADS	501349073	2024/752	45,01 €	12/11/2024	45,01 €	36,59 €			Locação ou aquisição de bens r	20/11/2024	45,01 €
24/925/DC/C	501785515	2024/753	12 054,00 €	09/12/2024	12 054,00 €	9 800,00 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	12 054,00 €
24/923/DC/C	501785515	2024/754	11 931,00 €	09/12/2024	11 931,00 €	9 700,00 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	11 931,00 €
CE	500906840	2024/755	161,13 €	14/11/2024	161,13 €	131,00 €			Aquisição de Serviços	28/11/2024	161,13 €
CE	501618392	2024/756	1 168,50 €	14/11/2024	1 168,50 €	950,00 €			Aquisição de Serviços	20/11/2024	1 168,50 €
24/927/DC/C	506563936	2024/757	- €	14/11/2024	2 951,10 €	2 399,27 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
CE	500906840	2024/758	446,49 €	14/11/2024	446,49 €	363,00 €			Aquisição de Serviços	28/11/2024	446,49 €
CE	504194569	2024/759	11 685,00 €	01/01/2023	23 985,00 €	19 500,00 €			Contratação Excluida	02/01/2025	- €
CE	503205010	2024/760	180,00 €	29/11/2024	180,00 €	180,00 €			Contratação Excluída	28/11/2024	180,00 €
24/926/CA/C	517154781	2024/761	- €	26/11/2024	221 400,00 €	180 000,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
ADS	513771875	2024/762	227,20 €	15/11/2024	227,21 €	184,72 €			Aquisição de Serviços	30/12/2024	227,20 €
23/745/CA/C	980064937	2024/763	- €	15/11/2024	285 370,02 €	269 217,00 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
23/724/CA/C	501461396	2024/764	124 781,23 €	15/11/2024	124 781,23 €	117 718,14 €	2247	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	124 781,23 €
23/745/CA/C	980064937	2024/765	- €	02/01/2025	94 467,50 €	89 120,28 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
23/622/CA/C	506530817	2024/766	234 501,20 €	15/11/2024	234 501,20 €	221 227,55 €	492	23/04/2024	Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	234 501,20 €
20/160/CA/C	507391160	2024/767	1 506,94 €	15/11/2024	1 506,94 €	1 421,64 €	1462	26/06/2020	Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	1 506,94 €
23/621/CA/C	503864960	2024/768	25 197,19 €	15/11/2024	25 197,19 €	23 770,93 €	486	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	25 197,19 €
CE	510962157	2024/769	150,00 €	14/11/2024	150,00 €	150,00 €			Contratação Excluída	20/12/2024	150,00 €
ADS	508052505	2024/770	1 992,60 €	18/11/2024	1 992,60 €	1 620,00 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	1 992,60 €
ADS	506606228	2024/771	- €	18/11/2024	307,50 €	250,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
ADS	504707388	2024/772	- €	18/11/2024	6 150,00 €	5 000,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
23/727/CA/C	502212900	2024/773	571,05 €	19/11/2024	571,05 €	538,73 €	2322	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	571,05 €
ADS	80158929938	2024/774	110,00 €	20/11/2024	110,00 €	89,43 €			Aquisição de Serviços		- €
21/351/CA/C	507391160	2024/775	445,79 €	20/11/2024	445,79 €	420,56 €			Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	445,79 €
20/206/CA/C	501312412	2024/776	596,67 €	20/11/2024	596,67 €	562,90 €	2749	16/12/2020	Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	596,67 €
23/666/CA/C	502907444	2024/777	345,15 €	20/11/2024	345,15 €	325,61 €	1166	01/08/2023	Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	345,15 €
CE	503517666	2024/778	1 915,23 €	21/11/2024	1 915,23 €	1 577,14 €			Aquisição de Serviços	12/12/2024	1 915,23 €
23/670/CA/C	507391160	2024/779	27 560,60 €	21/11/2024	27 560,60 €	26 000,57 €	1055	11/07/2023	Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	27 560,60 €
24/812/CA/C	507383125	2024/780	6 137,15 €	21/11/2024	6 137,15 €	5 789,76 €	35671	09/07/2024	Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	1 797,76 €
23/731/CA/C	502701110	2024/781	8 514,45 €	21/11/2024	17 028,90 €	16 065,00 €	2338	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
24/928/CA/C	508349273	2024/782	1 857,30 €	09/12/2024	18 573,00 €	15 100,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
22/572/CA/C	501649557	2024/783	65 971,58 €	21/11/2024	65 971,58 €	62 237,34 €	60	15/02/2023	Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	65 971,58 €
23/745/CA/C	980064937	2024/784	- €	21/11/2024	12 781,08 €	12 057,63 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
22/565/CA/C	500023875	2024/785	167 478,47 €	22/11/2024	167 478,47 €	157 998,56 €			Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	157 998,56 €
23/624/CA/C	501489126	2024/786	1 750,12 €	22/11/2024	7 721,24 €	7 284,20 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
ADS	504038052	2024/787	6 097,73 €	25/11/2024	6 097,73 €	4 957,50 €			Aquisição de Serviços		1 140,23 €
CE	600082490	2024/788	114,76 €	25/11/2024	114,76 €	114,76 €			Aquisição de Serviços	28/11/2024	114,76 €
CE	600082490	2024/789	114,76 €	25/11/2024	114,76 €	114,76 €			Aquisição de Serviços	28/11/2024	114,76 €
ADS	505979853	2024/790	185,00 €	25/11/2024	185,00 €	150,41 €			Aquisição de Serviços	12/12/2024	185,00 €
22/503/CA/C	513218033	2024/791	930,21 €	25/11/2024	930,21 €	877,56 €	1109	23/09/2022	Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	930,21 €
22/576/CA/C	502300264	2024/792	8 607,79 €	25/11/2024	8 607,79 €	8 120,56 €	142	14/03/2023	Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	8 607,79 €
23/621/CA/C	503864960	2024/793	- €	02/01/2025	5 447,51 €	5 139,16 €	486	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
CE	206724225	2024/794	1 968,00 €	26/11/2024	1 968,00 €	1 600,00 €			Contratação Excluída		- €
24/929/CA/C	501689168	2024/798	- €	02/01/2025	89 998,80 €	89 998,80 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
CE	500051070	2024/795	270,00 €	27/11/2024	270,00 €	270,00 €			Aquisição de Serviços	28/11/2024	270,00 €
CE	500051070	2024/796	270,00 €	27/11/2024	270,00 €	270,00 €			Aquisição de Serviços	28/11/2024	270,00 €
CE	500906840	2024/797	93,48 €	27/11/2024	93,48 €	76,00 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	93,48 €

ANEXO V - DOR 5.5 - CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

Nº de Contrato	NIF Fornecedor	Nº Compromisso	Valor Compromisso	Data Celebração	Preço Contratual (c/ IVA)	Preço Contratual (S/ IVA)	Nº registo	Data visto	Rúbrica	Data 1º pagamento	Valor Pago em 2024
ADS	513377514	2024/799	5 756,40 €	06/12/2024	5 756,40 €	4 680,00 €			Aquisição de Serviços		- €
23/717/CA/C	502300264	2024/800	17 212,29 €	27/11/2024	17 212,29 €	16 238,01 €	1985	25/10/2023	Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	17 212,29 €
21/375/CA/C	500553408	2024/801	248,76 €	27/11/2024	248,76 €	234,68 €	1586	09/09/2021	Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	248,76 €
2024/836/CA/C	500316066	2024/802	- €	02/01/2025	14 426,57 €	13 609,98 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
23/719/CA/C	501157344	2024/803	636,38 €	28/11/2024	636,38 €	600,36 €			Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	600,36 €
23/731/CA/C	502701110	2024/804	6 287,94 €	28/11/2024	6 287,94 €	5 932,02 €	2338	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	6 287,94 €
CE	500955840	2024/805	110,70 €	28/11/2024	110,70 €	90,00 €			Contratação Excluída	29/11/2024	110,70 €
21/377/CA/C	502300264	2024/806	631,10 €	28/11/2024	631,10 €	595,38 €	1683	15/12/2021	Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	631,10 €
CE	502585757	2024/807	3 537,50 €	14/12/2024	3 537,50 €	3 537,50 €			Contratação Excluída	20/12/2024	3 537,50 €
22/571/CA/C	501649557	2024/808	71 157,33 €	29/11/2024	71 157,33 €	67 129,56 €	59	15/02/2023	Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	71 157,33 €
22/569/CA/C	502519533	2024/809	139 594,90 €	29/11/2024	139 594,90 €	131 693,30 €	154	15/02/2023	Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	139 594,90 €
23/745/CA/C	980064937	2024/810	427 508,04 €	29/11/2024	427 508,04 €	403 309,47 €			Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	427 508,04 €
22/538/CA/C	503864960	2024/811	673 554,62 €	29/11/2024	673 554,62 €	635 428,89 €			Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	635 428,89 €
22/564/CA/C	500023875	2024/812	232 265,53 €	29/11/2024	232 265,53 €	219 118,42 €			Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	219 118,42 €
23/678/CA/C	501489126	2024/813	375 866,25 €	02/12/2024	375 866,25 €	354 590,80 €			Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	375 866,25 €
ADS	503258601	2024/814	1 047,17 €	02/12/2024	1 047,17 €	851,36 €			Aquisição de Serviços		- €
24/848/CA/C	503864960	2024/816	- €	02/12/2024	279 455,32 €	263 637,10 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
CE	503517666	2024/817	1 410,61 €	03/12/2024	1 410,61 €	1 166,88 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	1 410,61 €
24/834/CA/C	508931436	2024/818	36 270,37 €	04/12/2024	36 270,37 €	34 217,33 €	42778	22/08/2024	Empreitadas de obras publicas	30/12/2024	30 713,49 €
CE	500906840	2024/819	4 712,13 €	04/12/2024	4 712,13 €	3 831,00 €			Aquisição de Serviços	30/12/2024	4 712,13 €
ADS	516267302	2024/820	- €	04/12/2024	5 719,50 €	4 650,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
CE	500906840	2024/821	1 029,51 €	04/12/2024	1 029,51 €	837,00 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	1 029,51 €
ADS	515797855	2024/822	3 013,50 €	05/12/2024	3 013,50 €	2 450,00 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	3 013,50 €
24/931/CA/C	505275830	2024/823	- €	18/12/2024	25 707,00 €	20 900,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
23/622/CA/C	506530817	2024/824	20 174,59 €	05/12/2024	20 174,59 €	19 032,63 €	492	23/04/2024	Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	20 174,59 €
23/745/CA/C	980064937	2024/825	- €	05/12/2024	8 840,51 €	8 340,10 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
23/731/CA/C	502701110	2024/826	14 871,52 €	05/12/2024	103 606,85 €	97 742,31 €	2338	24/11/2023	Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
ADS	B66221490	2024/827	469,37 €	05/12/2024	469,37 €	381,60 €			Locação ou aquisição de bens n	30/12/2024	381,60 €
CE	500906840	2024/828	2 414,49 €	05/12/2024	2 414,49 €	1 963,00 €			Aquisição de Serviços	12/12/2024	2 414,49 €
23/670/CA/C	507391160	2024/829	15 466,88 €	06/12/2024	15 466,88 €	14 591,40 €	1055	11/07/2023	Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	14 591,40 €
24/932/CA/C	503864960	2024/843	20 000,00 €	18/12/2024	92 188,51 €	74 950,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
23/623/CA/C	501489126	2024/830	624 398,43 €	06/12/2024	624 398,43 €	589 055,12 €			Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	624 398,43 €
23/621/CA/C	503864960	2024/831	20 629,39 €	06/12/2024	20 629,39 €	19 461,69 €	486	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	20/12/2024	20 629,39 €
23/624/CA/C	501489126	2024/832	552 459,50 €	06/12/2024	552 459,50 €	521 188,21 €			Empreitadas de obras publicas	30/12/2024	552 459,50 €
ADS	507173295	2024/833	- €	02/01/2025	1 476,00 €	1 200,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
23/621/CA/C	503864960	2024/834	- €	02/01/2025	17 420,95 €	16 434,86 €	486	24/04/2023	Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
CE	503182710	2024/835	615,00 €	11/12/2024	615,00 €	500,00 €			Contratação Excluída	20/12/2024	615,00 €
CE	502530286	2024/836	1 890,00 €	10/12/2024	1 890,00 €	1 890,00 €			Contratação Excluída	30/12/2024	1 890,00 €
ADS	510914713	2024/837	69,90 €	10/12/2024	69,90 €	65,94 €			Aquisição de Serviços		- €
23/717/CA/C	502300264	2024/838	- €	02/01/2025	11 370,36 €	10 726,75 €	1985	25/10/2023	Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
22/476/CA/C	501633561	2024/839	21 426,59 €	10/12/2024	21 426,59 €	20 213,76 €	834	28/07/2022	Empreitadas de obras publicas	30/12/2024	20 213,76 €
24/930/CA/C	500940231	2024/840	13 718,33 €	01/01/2025	112 490,28 €	112 490,28 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
22/547/CA/C	503864960	2024/841	- €	10/12/2024	188 675,63 €	177 995,88 €	1773	29/12/2022	Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
ADS	510818250	2024/844	467,40 €	11/12/2024	467,40 €	380,00 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	467,40 €
NÚMERO	503888460	2024/842	17 354,07 €	11/12/2024	121 478,49 €	98 763,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
ADS	518251594	2024/845	- €	02/01/2025	1 968,00 €	1 600,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
NÚMERO	503396435	2024/847	- €	13/12/2024	20 172,00 €	16 400,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
QUOTA	510049559	2024/846	600,00 €	13/12/2024	600,00 €	600,00 €			Aquisição de Serviços	20/12/2024	600,00 €
24/833/CA/C	510886183	2024/848	- €	13/12/2024	5 892,81 €	5 559,26 €	1837	13/08/2024	Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
24/834/CA/C	508931436	2024/849	- €	13/12/2024	551,67 €	520,44 €	42778	22/08/2024	Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
24/936/CA/C	510007007	2024/859	12 300,00 €	07/01/2025	92 237,70 €	74 990,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
22/564/CA/C	500023875	2024/850	- €	01/05/2025	54 192,55 €	51 125,00 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
CE	500906840	2024/851	- €	02/01/2025	3 814,23 €	3 101,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
22/547/CA/C	503864960	2024/852	134 506,27 €	17/12/2024	134 506,27 €	126 892,71 €	1773	29/12/2022	Empreitadas de obras publicas	30/12/2024	126 892,71 €
24/833/CA/C	510886183	2024/853	14 912,13 €	17/12/2024	25 769,14 €	24 310,51 €	1837	13/08/2024	Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
23/624/CA/C	501489126	2024/854	- €	18/12/2024	2 264,76 €	2 136,57 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
24/933/CA/C	506338673	2024/855	- €	27/12/2024	258 038,63 €	209 787,50 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
ADS	502907444	2024/856	- €	18/12/2024	6 079,15 €	4 942,40 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
ADS	514247509	2024/857	- €	18/12/2024	2 915,10 €	2 370,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
ADS	503994197	2024/858	49,90 €	19/12/2024	49,90 €	47,08 €			Aquisição de Serviços		- €
ADS	501333401	2024/871	307,50 €	20/12/2024	307,50 €	250,00 €			Aquisição de Serviços		- €
ADS	507207629	2024/872	1,23 €	20/12/2024	1,23 €	1,00 €			Aquisição de Serviços	30/12/2024	1,23 €
NÚMERO	506782328	2024/860	- €	02/01/2025	46 223,40 €	37 580,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
NÚMERO	501340114	2024/861	- €	02/01/2025	152 550,75 €	124 025,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €
23/624/CA/C	501489126	2024/862	- €	02/01/2025	2 687,02 €	2 534,92 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
23/670/CA/C	507391160	2024/863	95 017,48 €	19/12/2024	95 017,48 €	89 639,13 €	1055	11/07/2023	Empreitadas de obras publicas	27/12/2024	95 017,48 €
2024/836/CA/C	500316066	2024/864	- €	02/01/2025	1 813,82 €	1 711,15 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
22/476/CA/C	501633561	2024/865	- €	02/01/2025	19 522,02 €	18 417,00 €	834	28/07/2022	Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
23/624/CA/C	501489126	2024/866	- €	02/01/2025	1 102,27 €	1 039,88 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
20/201/CA/C	506661393	2024/867	812,16 €	20/12/2024	812,16 €	766,19 €	2619	05/01/2021	Empreitadas de obras publicas	30/12/2024	812,16 €
CE	503182710	2024/868	- €	16/01/2025	2 204,16 €	1 792,00 €			Contratação Excluída	02/01/2025	- €
23/624/CA/C	501489126	2024/869	- €	02/01/2025	3 630,75 €	3 425,24 €			Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
22/571/CA/C	501649557	2024/870	- €	02/01/2025	3 672,90 €	3 465,01 €	59	15/02/2023	Empreitadas de obras publicas	02/01/2025	- €
22/565/CA/C	500023875	2024/873	289 666,48 €	20/12/2024	289 666,48 €	273 270,26 €			Empreitadas de obras publicas	30/12/2024	273 270,26 €
23/709/CA/C	502438878	2024/874	41 423,22 €	20/12/2024	41 423,22 €	39 078,51 €			Empreitadas de obras publicas	30/12/2024	39 078,51 €
NÚMERO	503038024	2024/875	- €	02/01/2025	10 092,15 €	8 205,00 €			Aquisição de Serviços	02/01/2025	- €

ANEXO VI - DOR 5.6 - ADJUDICAÇÕES POR TIPO DE PROCEDIMENTO

Euros

Tipo de Contrato	Adjudicações por tipo de procedimento										Total	
	Concurso Público		Concurso limitado por prévia qualificação		Procedimento de Negociação		Diálogo Concorrencial		Ajuste Direto			
	Número de contratos	Preço contratual	Número de contratos	Preço contratual	Número de contratos	Preço contratual	Número de contratos	Preço contratual	Número de contratos	Preço contratual	Número de contratos	Valor
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]
Empreitadas de obras públicas	7	17 335 857,83 €	-	- €	-	- €	-	- €	-	- €	7	17335857,83
Aquisição de serviços	19	1 761 161,55 €	-	- €	-	- €	-	- €	294	6 378 055,49 €	313	8 139 217,04
Locação ou aquisição de bens móveis	-	- €	-	- €	-	- €	-	- €	24	73 880,67 €	24	73 880,67
Concessão de obras públicas	-	- €	-	- €	-	- €	-	- €	-	- €	-	-
Concessão de serviços públicos	-	- €	-	- €	-	- €	-	- €	-	- €	-	-
Sociedade	-	- €	-	- €	-	- €	-	- €	-	- €	-	-
Outros	-	- €	-	- €	-	- €	-	- €	-	- €	-	-
Total	**26**	**19 097 019,38**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**318**	**6 451 936,16**	**344**	**25 548 955,54**

BOLETIM MUNICIPAL CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

ANEXO VII - 5.7 - TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS RECEBIDOS

Euros

	Disposições Legais	Finalidade	Entidade Financiadora	Receita Prevista	Receita Recebida	Receita Prevista e não recebida	Devolução de transferências / subsídios ocorrida no exercício	Observações
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6] = [4] - [5]	[7]	[8]
Transferências correntes								
	Lei 75/2013 de 12/19 Art.º 33, n.º 1 CCC	Contrato Exploração 2024	Câmara Municipal de Lisboa	7 500 000,00	7 500 000,00	-	-	
	oo) e ccc) n.º 1, Art.º 33 da Lei 75/13 de 12/09	Contrato Programa 2015	Câmara Municipal de Lisboa	150 000,00	87 812,38	62 187,62	-	
	Decreto-Lei 104/204	Contrato IHRU-BEI	Câmara Municipal de Lisboa	1 178 363,49	1 178 363,49	-	-	
	PRR-RE-000312	Creche Autónoma 6 - Quinta dos Ourives	Instituto da Segurança Social, IP	650 160,00	358 955,60	291 204,40	-	
	PRR-RE-000313	Creche Autónoma 1 - André Gouveia	Instituto da Segurança Social, IP	568 890,00	356 179,05	212 710,95	-	
	PRR-RE-000314	Creche Autónoma 3 - Almada Negreiros	Instituto da Segurança Social, IP	568 890,00	153 408,88	415 481,12	-	
	LISBOA2030-2024-23	Pavilhão Azul - Reabilitação Urbana	Portugal 2030	-	1 135 938,98	(1 135 938,98)	-	
	LISBOA2030-2023-12	Reabilitação e Ampliação da Escola Básica de Santo António	Portugal 2030	-	1 926 776,04	(1 926 776,04)	-	
	LISBOA-42-2022-07	Construção Unidade de Saúde da Ajuda	Portugal 2020	-	673 200,00	(673 200,00)	-	
	LISBOA-42-2022-07	Construção da Unidade de Saúde do Fonte Nova	Portugal 2020	-	1 241 400,00	(1 241 400,00)	-	
	LISBOA-73-2022-03	Requalificação da Escola Básica Teixeira de Pascoaes	Portugal 2020	-	655 105,00	(655 105,00)	-	
	LISBOA-42-2018-37	Construção do edifício para a instalação do Centro de Saúde de Marvila	Portugal 2020	207 786,42	130 230,79	77 555,63	-	
Total transferências correntes				**10 824 089,91**	**15 397 370,21**	**-4 573 280,30**		
Transferências de capital								
Total transferências de capital				**0,00**	**0,00**	**0,00**		
Total subsídios				**0,00**	**0,00**	**0,00**		
Total				**10 824 089,91**	**15 397 370,21**	**-4 573 280,30**		

Não existiram situações que careçam de ser divulgadas.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos do artigo 24.º dos Estatutos da Empresa, no cumprimento da Lei n. º 50/2012, de 31 de agosto, e do Sistema de Acompanhamento e Controlo das Empresas Locais pelo Município de Lisboa (SIAC), juntam-se os quadros para prestação de contas:

- Balanço;
- Demonstração de Resultados;
- Demonstração de Fluxos de Caixa;
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio;
- Anexo às Demonstrações Financeiras

4.1. BALANÇO

Balanço

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	5	313 480,83	347 249,01
Propriedades de Investimento	8	2 444 603,48	2 486 983,02
Ativos intangíveis	3	503 486,42	83 265,91
Acionistas/sócios/associados	7 / 18.1	14 259 875,00	14 939 875,00
Total do ativo não corrente		**17 521 445,73**	**17 857 372,94**
Ativo corrente:			
Clientes, contribuintes e utentes	18.1	1 101,10	692 301,98
Estado e outros entes públicos	18.1	-	1 700,00
Acionistas/sócios/associados	7 / 18.1	680 000,00	535 125,00
Outras Contas a receber	18.1	20 788 692,21	20 144 341,87
Diferimentos	23.6	61 064,99	71 550,61
Caixa e bancos	18.1	15 401 004,21	13 039 887,83
Total do ativo corrente		**36 931 862,51**	**34 484 907,29**
Total do ativo		**54 453 308,24**	**52 342 280,23**

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Património Líquido:			
Património / Capital	23.7	2 000 000,00	2 000 000,00
Reservas	23.7	6 402,73	6 402,73
Resultados transitados	23.7	(1 156 567,39)	(1 156 567,39)
Outras variações no Património Líquido	23.7	3 261 570,73	2 917 497,94
		4 111 406,07	3 767 333,28
Resultado líquido do período		-	-
Total do Património Líquido:		**4 111 406,07**	**3 767 333,28**
Passivo não Corrente:			
Provisões	15	780 714,48	426 241,48
Financiamentos obtidos	7	14 259 875,00	14 939 875,00
Outras contas a pagar	18.2	6 073 878,48	5 243 024,34
Total do passivo não corrente		**21 114 467,96**	**20 609 140,82**
Passivo corrente:			
Fornecedores	18.2	213 770,49	96 858,36
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18.2	14 314 937,43	18 162 069,89
Estado e outros entes públicos	18.2	297 002,96	248 739,21
Acionistas/sócios/associados	18.2	-	2 500 000,00
Financiamentos obtidos	7	680 000,00	535 125,00
Fornecedores de investimentos	18.2	13 847,41	14 367,36
Outras contas a pagar	18.2	7 400 335,81	1 600 437,98
Diferimentos	23.5	6 307 540,11	4 808 208,33
Total do passivo corrente		**29 227 434,21**	**27 965 806,13**
Total do passivo		**50 341 902,17**	**48 574 946,95**
Total do património líquido e do passivo		**54 453 308,24**	**52 342 280,23**

4.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Prestações de serviços	13 / 14	96 533 512,20	80 015 916,25
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	14	14 266 439,02	8 766 083,21
Fornecimentos e serviços externos	23.1	(104 014 264,81)	(82 381 359,15)
Gastos com pessoal	19	(6 059 288,26)	(6 079 419,57)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	9	623 326,60	-
Provisões ((aumentos) / reduções)	15	(354 473,00)	(419 255,50)
Outros rendimentos e ganhos	23.2	185 107,14	420 540,34
Outros gastos e perdas	23.3	(1 011 507,71)	(25 812,67)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**168 851,18**	**296 692,91**
Gastos de depreciação e amortização	3 / 5 / 8 / 23.2	(156 237,70)	(286 554,21)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**12 613,48**	**10 138,70**
Juros e rendimentos similares obtidos	23.4	643 238,49	568 200,34
Juros e gastos similares suportados	23.4	(643 238,49)	(568 200,34)
Resultado antes de impostos		**12 613,48**	**10 138,70**
Imposto sobre o rendimento		(12 613,48)	(10 138,70)
		(12 613,48)	**(10 138,70)**
Resultado líquido do período		**0,00**	**0,00**

4.3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

	Capital/Património Realizado	Reservas Legais	Reservas Estatutárias	Reservas Livres	Resultados Transitados	Outras Variações no Património Líquido	Resultado Líquido do Período	Total do Património Líquido
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2023	**2 000 000,00**	**6 402,73**	**0,00**	**0,00**	**(1 156 567,39)**	**16 516 670,92**	**0,00**	**17 366 506,26**
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2023	-	-	-	-	-	-	-	-
Regularização acréscimo anos anteriores	-	-	-	-	-	(13 568 060,30)		(13 568 060,30)
Subsídios ao Investimento - Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	208 079,29	-	208 079,29
Subsídios ao Investimento - Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	47 362,24	-	47 362,24
Transferência de Subsídios ao Investimento - PI	-	-	-	-	-	(42 556,77)	-	(42 556,77)
Transferência de Subsídios ao Investimento - AFT	-	-	-	-	-	(72 240,50)	-	(72 240,50)
Transferência de Subsídios ao Investimento - AFI	-	-	-	-	-	(171 756,94)	-	(171 756,94)
Resultado líquido do exercício de 2023	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**2 000 000,00**	**6 402,73**	**0,00**	**0,00**	**(1 156 567,39)**	**2 917 497,94**	**0,00**	**3 767 333,28**
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-
Regularização Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios ao Investimento - Propriedades de Investimento	-	-	-	-	-	(42 379,54)	-	(42 379,54)
Subsídios ao Investimento em curso	-	-	-	-	-	479 628,79	-	479 628,79
Subsídios ao Investimento - Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	(33 768,18)	-	(33 768,18)
Subsídios ao Investimento - Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	(59 408,28)	-	(59 408,28)
Resultado líquido do exercício de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DO DEZEMBRO DE 2024	**2 000 000,00**	**6 402,73**	**0,00**	**0,00**	**(1 156 567,39)**	**3 261 570,73**	**0,00**	**4 111 406,07**

No exercício corrente verificou-se um aumento do Património líquido devido ao incremento do valor do investimento em curso.

4.4. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Montantes expressos em Euros)

	31/12/2024	31/12/2023
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	106 389 865,26	82 230 830,36
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	7 587 812,38	9 351 681,60
Pagamentos a fornecedores	(105 828 513,63)	(88 463 769,59)
Pagamentos ao pessoal	(6 069 755,06)	(5 982 000,12)
Fluxos gerados pelas operações	**2 079 408,95**	**(2 863 257,75)**
Pagamento do imposto sobre o rendimento	-	-
Outros (pagamentos)/recebimentos	833 734,84	1 026 369,93
	833 734,84	**1 026 369,93**
Fluxos das actividades operacionais	**2 913 143,79**	**(1 836 887,82)**
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(35 927,94)	(68 229,00)
Activos intangíveis	(516 099,47)	(58 255,57)
	(552 027,41)	**(126 484,57)**
Fluxos das actividades de investimento	**(552 027,41)**	**(126 484,57)**
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	535 125,00	250 000,00
Juros e proveitos similares	643 238,49	568 200,34
	1 178 363,49	**818 200,34**
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(535 125,00)	(250 000,00)
Juros e gastos similares	(643 238,49)	(568 200,34)
	(1 178 363,49)	**(818 200,34)**
Fluxos das actividades de financiamento	**-**	**-**
Variação de caixa e seus equivalentes	**2 361 116,38**	**(1 963 372,39)**
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	**13 039 887,83**	**15 003 260,22**
Saldo gerência anterior de execução orçamental	6 150 501,07	10 533 694,43
Saldo gerência anterior de operações de tesouraria	6 889 386,76	4 469 565,79
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	**15 401 004,21**	**13 039 887,83**
Saldo gerência seguinte de execução orçamental	5 657 675,33	6 150 501,07
Saldo gerência seguinte de operações de tesouraria	9 743 328,88	6 889 386,76

5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2024

Nota 1 - Identificação da Entidade, Período de Relato e Referencial Contabilístico

Identificação da Entidade e Período de Relato

A Lisboa Ocidental, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M., S.A. (SRU) é uma pessoa coletiva de direito privado, sob a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, de responsabilidade limitada, com natureza municipal, constituída na sua totalidade pelo Município de Lisboa e dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

A SRU rege-se pelo regime jurídico da reabilitação urbana (Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto), pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, pela Lei Comercial, pelos seus estatutos e, subsidiariamente, pelo regime jurídico do sector empresarial do Estado.

Tem a sua sede na Praça do Município, n.º 31, 2.º Piso, 1100-365 Lisboa, número de identificação fiscal 507 023 129.

A SRU é uma empresa local de promoção de desenvolvimento local e regional e tem como objeto social principal a promoção de operações de reabilitação urbana, nomeadamente através da promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas, gestão urbana e renovação, reabilitação urbanas e gestão do património edificado.

A SRU pode ainda promover intervenções de reabilitação do espaço público, renovação das infraestruturas e reabilitação de edifícios na área de reabilitação urbana de Lisboa das quais seja encarregue pela Câmara Municipal.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram preparadas pelo Conselho de Administração para efeitos de aprovação, nos termos da legislação em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras, relativas ao período de 31 de dezembro de 2024, refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da SRU, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa, pelo período correspondente.

Referencial Contabilístico e Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Publicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade.

No decurso do exercício não foram derrogadas quaisquer disposições prevista pelo SNC–AP, sendo os elementos constantes nas Demonstrações Financeiras comparáveis com as do período anterior.

Comparabilidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas com informação de períodos anteriores o que permite a sua comparabilidade e assim ajudar os utilizadores tomarem e avaliar decisões.

Saldos significativos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso

O saldo de caixa e seus equivalentes no valor de 15.401.004,21€ não apresenta qualquer limitação no seu uso, com exceção de 9.743.328,88€ que respeitam a depósitos de garantia e cauções referentes à execução de contratos com fornecedores.

A rubrica Caixa e seus equivalentes, constante do balanço e da demonstração de fluxos de caixa, tem a seguinte decomposição:

Saldo de caixa e depósitos bancários	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos à ordem	5 657 675,33	6 150 501,06
Depósitos de garantias e cauções	9 743 328,88	6 889 386,77
	15 401 004,21	**13 039 887,83**

Nota 2 – Principais Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras (DF) foram apresentadas de acordo com a Norma Contabilística Pública n.º 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras utilizando como unidade monetária funcional o euro e de acordo com o princípio contabilístico do custo histórico. As DF apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da SRU. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos conforme a estrutura conceptual das NCP.

A informação comparativa relativa ao período anterior foi divulgada para todas as quantias relatadas nas DF, respeitando o princípio da continuidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Não ocorreu nenhuma alteração materialmente relevante decorrente da aplicação inicial das NCP.

Outras Políticas Contabilísticas Relevantes

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis, que corresponde a três anos, por se tratar de programas de computador, licenças e software.

As vidas úteis são revistas anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo todos os direitos e impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, e ainda quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para o SNC-AP o critério utilizado já era este. Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a SRU, ou seja, quando aumentam a vida útil dos ativos ou resultem em benfeitorias ou melhorias significativas. Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

Os terrenos não são depreciáveis. As depreciações dos restantes ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os períodos de vida útil esperada de cada bem.

As amortizações são registadas após o início da utilização segundo o método da linha reta de acordo com o período de vida útil estimado.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem os imóveis detidos para auferir rendimento. Estas são registadas ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Para efeitos de determinação do justo valor foi considerado o valor patrimonial tributário (VPT).

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis são revistas anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registados como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de uma propriedade de investimento é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

Imparidade de ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento da SRU com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a SRU torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCP 18 – “Instrumentos financeiros”.

(i) São mensurados ao custo ou ao custo amortizado os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e

- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde ao valor pelo qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de júri efetiva, de qualquer diferença entre esse montante na maturidade.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados no valor líquido contabilístico do ativo, ou passivo financeiro.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

1) Clientes e outras contas a receber:

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados inicialmente ao justo valor, sendo posteriormente mensurados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas.

Entende-se que a mensuração ao custo amortizado é substancialmente idêntica ao custo de aquisição.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados. Caso se verifique uma redução do montante da perda estimada é feita a reversão por resultados, num período posterior.

2) Caixa e depósitos:

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos” correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

3) Fornecedores e outras contas a pagar:

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar constituem obrigações a pagar pela aquisição de bens e serviços, são registados inicialmente ao justo valor, sendo posteriormente mensurados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas.

Entende-se que a mensuração ao custo amortizado é substancialmente idêntica ao custo de aquisição.

4) Financiamentos obtidos:

Os financiamentos obtidos são registados inicialmente ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Para os financiamentos existentes atualmente entende-se que, dado que a taxa de juro paga é a de mercado e que é imaterial a diferença temporal do valor do dinheiro, não existe diferença entre a taxa de juro de mercado e a taxa efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a SRU possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Os encargos financeiros relacionados com os financiamentos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

5) Imparidade de ativos financeiros:

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do valor recuperável do ativo na data de relato.

As contas a receber individualmente significativas são avaliadas individualmente para efeitos de imparidade.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui, essencialmente por cobrança de valores vencidos, esta é revertida por resultados. A reversão é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”.

6) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:

A SRU desreconhece os ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à respetiva posse.

A SRU desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que benefícios económicos futuros associados às transações/serviços fluam para a SRU;
- Os custos incorridos ou a incorrer com as transações/serviços possam ser mensurados com fiabilidade;
- As fases de acabamento das transações/serviços à data de relato possam ser mensuradas com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método da taxa de juro efetiva, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a SRU e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe segurança quanto ao seu recebimento e cumprimento por parte da entidade das condições a eles associados.

Os subsídios à exploração relacionados, fundamentalmente, com os contratos-programa, são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional aos gastos incorridos.

Os valores dos subsídios recebidos para fazer face aos gastos de financiamento são classificados na demonstração de resultados como “juros e rendimentos similares obtidos”, de modo a dar uma imagem mais apropriada das demonstrações financeiras.

Em caso de o valor do custo efetivo ser inferior aos valores atribuídos anualmente, deve a diferença ser utilizada como contrapartida pelo exercício das mesmas incumbências nos anos subsequentes (conta de rendimentos a reconhecer).

Os subsídios atribuídos não reembolsáveis para financiamento de ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento com vida útil definida são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e, subsequentemente, imputados numa base sistemática como rendimento do período, proporcionalmente às amortizações/depreciações dos respetivos bens.

Benefícios dos empregados - Benefícios pós-emprego

Os benefícios dos empregados, a curto prazo, são reconhecidos como gastos do período. Os gastos a curto prazo incluem os vencimentos e respetivas contribuições para os diversos regimes contributivos (Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações).

A SRU reconhece como um passivo (acréscimo de gasto) os benefícios a curto prazo, após dedução de qualquer quantia já paga. Se esse valor exceder a quantia não descontada dos benefícios, a entidade reconhece esse excesso como um ativo (gasto antecipado) na extensão de que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro e como um gasto para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

Ativos e Passivos Contingentes

A SRU só reconhece ativos e passivos contingentes quando a possibilidade de um influxo ou exfluxo de recursos económicos futuros seja muito provável de acontecer e muito fiável a sua evidência. Na situação dos exfluxos de benefícios económicos futuros é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra, na situação de um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra. Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuadamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de uma entrada económica futura de recursos.

Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Transações sem contraprestação

A SRU reconhece um ativo proveniente de uma transação sem contraprestação quando obtém o controlo de recursos que satisfaçam a definição de um ativo e os critérios de reconhecimento. A SRU apenas reconhece um ativo quando pode reclamar esses recursos e excluir ou regular o acesso do cedente a esses recursos. Em algumas situações, a obtenção

de controlo do ativo pode também acarretar com ele obrigações. Nestas situações a SRU reconhece também um passivo. Caso existam restrições sobre ativos transferidos, a SRU procede à sua divulgação.

Ofertas e doações, incluindo bens em espécie: quando as condições de reconhecimento estão cumpridas, é reconhecido um ativo por contrapartida de capitais próprios. O ativo é mensurado pelo seu justo valor ou, no caso de terrenos e edifícios, pelo seu valor patrimonial bruto.

Rendimentos de Transações com contraprestação

Os Rendimentos de Transações com contraprestação são mesurados ao justo valor da retribuição recebida ou a receber tendo em conta as quantias de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Em relação à prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado sendo necessário satisfazer todas as condições seguintes:

- a quantia de rendimento pode ser mensurada com fiabilidade;
- é provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para a entidade;
- a fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade;
- os custos suportados com a transação e os custos para completar a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são também registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da SRU. Dado a SRU ser manifestante uma sociedade não comercial que tende para um resultado líquido nulo, o imposto a pagar no período respeita apenas ao valor da tributação autónoma a liquidar.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para fins de tributação.

No exercício de 2024 não foram reconhecidos ativos ou passivos por impostos diferidos, uma vez que não foram identificadas quaisquer diferenças temporárias. Por outro lado, dado a SRU ser manifestante uma sociedade não comercial que tende a um resultado líquido nulo, é entendimento do Conselho de Administração não haver lugar ao reconhecimento de ativos ou passivos por impostos diferidos.

Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Acontecimentos após a data de balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“eventos ajustáveis”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“eventos não ajustáveis”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

Julgamentos (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Para além das estimativas já identificadas, foram identificados julgamentos com impacto significativo nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto na avaliação das condições cumpridas de subsídios.

Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

Não se identificaram situações que coloquem em causa a continuidade do trabalho da SRU.

Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

O SNC-AP requer que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

Na nota 2, foi apresentada uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela SRU. Esse detalhe permite aferir com rigor "o caminho" seguido pelo executivo no tratamento contabilístico, certo é que em algumas situações existem alternativas, logo os resultados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido.

As escolhas efetuadas pela administração são apropriadas e as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da SRU e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela SRU quanto à existência de prova objetiva de imparidade e da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores.

Atualmente existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo:

- Alterações da conjuntura económica;
- Deterioração da situação financeira dos principais clientes e de incumprimentos significativos.

Esta avaliação está sujeita a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a alteração às estimativas de imparidade e, consequentemente, revelar um impacto nos resultados futuros.

Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. De acordo com a NCP 15, considerou-se a totalidade dos gastos incorridos, uma vez que, não existe uma evidência de desfecho diferente deste.

Vida útil estimada dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis

A vida útil estimada dos ativos foi determinada de acordo com o Classificador Complementar 2 (capítulo 7 do PCM), o qual substitui o CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado que constava da Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril, entretanto revogada, entrou em vigor em 1 de janeiro de 2017, conforme dispõe o n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Nota 3 – Ativos Intangíveis

Até 31/12/2019 as fichas de cadastro foram calculadas com base no CIBE. Aos bens adquiridos a partir de 2020, foi aplicado o Classificado Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. As fichas de cadastro estão atualizadas à data do relato, mas não foram recalculadas as amortizações para os bens adquiridos antes de 2020. Para cada elemento consta, entre outra informação, a vida útil ou taxa de amortização, assim como a respetiva quantia escriturada líquida.

Os ativos intangíveis, correspondem aos investimentos em projetos de desenvolvimento com perspetiva futura de originar benefícios económicos futuros para a empresa, sendo amortizados segundo o método da linha reta, a partir do ano de aquisição.

As amortizações de ativos intangíveis estão incluídas na linha dos “Gastos/ Reversões de depreciação e de amortização” da Demonstração dos Resultados por naturezas.

Ativos intangíveis – Quantia escriturada e variações no período

Durante o exercício ocorreram movimentos na quantia escriturada dos ativos intangíveis nas rubricas apresentadas no seguinte quadro:

	Saldos em 01/01/2024					Alienações/Abates			Saldos em 31/12/2024		
	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Valor líquido	Aquisições	Transferência	Valor Bruto	Depreciações acumuladas	Depreciações do exercício	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Valor líquido
Activos intangíveis:											
Programas de computador	751 744,67	(668 478,76)	83 265,91	-	-	-	(668 478,76)	(59 408,28)	751 744,67	(727 887,04)	23 857,63
Investimentos em curso	-	-	-	479 628,79	-	-	-	-	479 628,79	-	479 628,79
	751 744,67	**(668 478,76)**	**83 265,91**	**479 628,79**	**-**	**-**	**(668 478,76)**	**(59 408,28)**	**1 231 373,46**	**(727 887,04)**	**503 486,42**

Durante o exercício de 2024 ocorreram novas adições referentes ao investimento em curso, fruto da aquisição de um novo ERP (*Enterprise Resource Planning*) e de um programa de gestão documental. Ambos os programas entraram em produção/funcionamento em janeiro de 2025, pelo que serão, subsequentemente, reclassificados para a rubrica de Ativos Intangíveis.

Nota 5 – Ativos fixos tangíveis

Bases de mensuração

Até 31/12/2019 foi aplicado o CIBE, a partir de 01/01/2020 foi aplicado o Classificado Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. As fichas de cadastro estão atualizadas à data do relato, onde consta para cada elemento entre outra informação a vida útil ou taxa de amortização, assim como a respetiva quantia escriturada líquida.

Os ativos fixos tangíveis, encontram-se escriturados pelo custo de aquisição líquido das respetivas depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

As depreciações de ativos fixos tangíveis estão incluídas na linha dos "Gastos/ Reversões de depreciação e de amortização" da Demonstração dos Resultados por naturezas.

Método de depreciação usada

As depreciações são calculadas, de acordo com a NCP 5 – Ativos Fixos Tangíveis, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta de uma forma consistente de período para período e numa base de duodécimos calculada de acordo com o período de vida útil esperado para cada bem.

Ativos fixos tangíveis – Quantia escriturada e variações no período

Durante o exercício de 2024 os movimentos ocorridos no valor dos Ativos Fixos Tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes*:*

	Saldos em 01/01/2024					Alienações/Abates			Saldos em 31/12/2024		
	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Valor líquido	Aquisições	Transferências	Valor Bruto	Depreciações acumuladas	Depreciações do exercício	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Valor líquido
Activos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	107 039,11	-	107 039,11	-	-	-	-	-	107 039,11	-	107 039,11
Edifícios e outras construções	282 689,63	(113 075,92)	169 613,71	-	-	-	(113 075,92)	(28 269,00)	282 689,63	(141 344,92)	141 344,71
Equipamento básico	1 124,78	(232,06)	892,72	-	-	-	(232,06)	(238,98)	1 124,78	(471,04)	653,74
Equipamento de transporte	40 649,12	(40 649,12)	-	-	-	-	(40 649,12)	-	40 649,12	(40 649,12)	-
Equipamento administrativo	486 038,70	(418 370,73)	67 667,97	20 681,70	-	-	(418 370,73)	(25 410,90)	506 720,40	(443 781,63)	62 938,77
Outros activos fixos tangíveis	3 551,70	(1 516,20)	2 035,50	-	-	-	(1 516,20)	(531,00)	3 551,70	(2 047,20)	1 504,50
	921 093,04	**(573 844,03)**	**347 249,01**	**20 681,70**	**-**	**-**	**(573 844,03)**	**(54 449,88)**	**941 774,74**	**(628 293,91)**	**313 480,83**

Durante o exercício em análise registaram-se novas adições no valor de 20.681,70€, referentes a aquisições de novos computadores para substituição de outros em fim de vida útil.

Nota 6 – Locações

Enquadram-se em locações todos os acordos que transfiram o direito de uso de ativos, ainda que esses acordos contemplem a prestação, pelo locador, de serviços substanciais relacionados com a operação ou manutenção de tais ativos. Não se enquadram neste item acordos que sejam contratos de prestação de serviços que não transfiram o direito de uso de ativos de uma parte contraente para a outra. As locações poderão ser financeiras ou operacionais. São classificadas como financeiras as locações em que são transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade e operacionais quando não se verifica a transferência substancial desses riscos e vantagens. Assim a classificação de uma locação em financeira ou operacional depende da substância da transação e não da forma de contrato.

Foi celebrado em 2022 um contrato de Aluguer Operacional de duas viaturas pelo período de 36 meses com a Empresa Kinto Portugal, S.A.

Tal como em 2023, no exercício de 2024, mantiveram-se as duas viaturas conforme consta no quadro seguinte.

Bens locados	Encargos com viaturas afetas ao Conselho de Administração									
		Periodo		Pagamentos efetuados acumulados		Futuros pagamentos minimos				Valor presente dos futuros pagamentos minimos
	Valor do Contrato	Pagamentos Minimos	Rendas Contingente	Pagamentos Minimos	Rendas Contingentes	Até 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
CT. 22/536/CA/C - Viatura AS-39-XG	51 418,80	8 569,74		19 186,83		6 522,57	0,00	0,00	0,00	0,00
CT. 22/536/CA/C - Viatura AS-67-XG	51 418,80	8 569,74		19 186,83		6 522,57	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**102 837,60**	**17 139,48**	**0,00**	**38 373,66**	**0,00**	**13 045,14**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Nota 7 – Custo Empréstimos obtidos

Aquisições	Data contrato	Visto do TdC	Prazo do contrato	Capital		Taxa juro		Pagamentos de anos anteriores			Pagamentos do Ano			Encargos vencidos e não pagos	Saldo em 1 de janeiro de 2024	Saldo em 31 de dezembro de 2024
				Contrato	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total			
IHRU	08/09/2009	N/A	31/12/2045	16 100 000,00	16 100 000,00	0,67%	3,48%	625 000,00	1 241 854,51	1 866 854,51	535 125,00	643 238,49	1 178 363,49	0,00	15 475 000,00	14 939 875,00

A SRU possui um empréstimo com o IHRU cujo valor em dívida tem vindo a ser anualmente amortizado, conforme o contrato estalecido entre as partes. O valor de amortização a vencer em 2025, classificado em passivo corrente, será de 680.000,00€.

Saliente-se que a SRU imputa todos os valores amortizados e respetivos juros à CML, conforme contrato celebrado entre as partes. Neste sentido, os valores registados no Passivo são, sucessivamente, “compensados” no Ativo.

Nota 8 – Propriedades de Investimento

	Saldos em 01/01/2024					Saldos em 31/12/2024		
	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Valor líquido	Transferência	Depreciações do exercício	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Valor líquido
Propriedades de Investimento:								
Edifícios e outras construções	2 119 883,06	(339 527,70)	1 780 355,36	-	(42 379,54)	2 119 883,06	(381 907,24)	1 737 975,82
Terrenos	706 627,66	-	706 627,66	-	-	706 627,66	-	706 627,66
	2 826 510,72	**(339 527,70)**	**2 486 983,02**	**-**	**(42 379,54)**	**2 826 510,72**	**(381 907,24)**	**2 444 603,48**

Durante o exercício em análise não houve qualquer alteração às propriedades de investimento.

Encontram-se contabilizados nesta conta os 8 edifícios reabilitados pela Lisboa Ocidental SRU destinados a arrendamento, os quais foram objeto de três Procedimentos de Arrendamento já concluídos:

• O Procedimento de Arrendamento PA/01/2015 (para os edifícios na Rua das Mercês, 67-69; Rua das Mercês, 17; Rua da Correnteza, 21 e Travessa da Boa Hora à Ajuda, 25), concluído em agosto de 2015;

• O Procedimento de Arrendamento PA/02/2016 (para os edifícios na Rua do Laranjal, 21-23; Travessa Paulo Martins, 11-15 e Travessa da Memória, 14), concluído em julho de 2016; e

• O último procedimento (para o edifício na Rua da Aliança Operária, 30) foi concluído em julho de 2018. Das oito frações colocadas a concurso apenas duas foram arrendadas, sendo a restantes 6 cedidas à CML em comodato, de forma a serem integradas do Programa de renda Convencionada.

Foi efetuada a 20 de agosto de 2019 atualização uma avaliação pela Direção Municipal de Gestão Patrimonial da CML que atribui dois cenários da valorização às propriedades de investimento (Cenário 1 – Na condição de livre e devoluto e Cenário 2 – Na condição de ocupado), sendo que foram incluídas apenas 5 das 8 propriedades de investimento existentes.

Nota 9 – Imparidades

Durante o ano de 2024, foi efetuada uma reversão de imparidade de processo judicial com decisão homologada por sentença do Tribunal.

Provisões				
Rúbricas	**Saldos em 01/01/2024**	**Constituições**	**Reversões**	**Saldos em 31/12/2024**
Fornecedores	665 673,61	-	623 326,60	42 347,01
Total	**665 673,61 €**	**0,00**	**623 326,60 €**	**42 347,01 €**

Nota 13 – Rendimentos de Transações com contraprestação

Os rendimentos com contraprestação dizem respeito aos rendimentos provenientes do arrendamento das propriedades de investimento.

Os rendimentos do ano 2024 foram superiores aos do ano transato devido à aplicação do mecanismo de atualização de rendas e foram mensurados pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Os rendimentos estão reconhecidos na demonstração dos resultados em 31 de dezembro de 2024 têm a seguinte composição:

Rendimentos com contraprestação

Rendimentos com Contraprestação		
Tipo de Transação	**Rendimento do periodo reconhecido**	**Rendimento do periodo anterior**
Prestação de serviços	88 743,19	84 026,28
Venda de Bens	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos e distribuições similares	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Total	**88 743,19**	**84 026,28**

Nota 14 – Rendimentos de Transações sem contraprestação

Os rendimentos de transações sem contraprestação no período em 31 de dezembro de 2024 têm a seguinte composição:

Rendimentos sem contraprestação					
Tipo de Rendimento	**Periodo**		**Quantias por receber**		**Adiantamentos recebidos**
	Resultados	**Património Liquido**	**Inicio do periodo**	**Final do período**	
Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências sem condições	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras transferências	0,00				
Transferências com condições	**96 444 769,01**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**13 369 286,74**
Espaço público	6 747 005,05	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação	61 245 736,31	0,00	0,00	0,00	13 369 286,74
Creches/Escolas	22 109 117,83	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos Sociais	6 342 909,82	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsidios sem condições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsidios com condições	**15 718 111,25**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Câmara Municipal de Lisboa:					
Contrato programa CML/SRU 2015	111 808,99	0,00	0,00	0,00	0,00
Apoios Comunitários - FEDER	5 762 650,81	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrato programa	7 523 435,69	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (PRR)	868 543,53	0,00	0,00	0,00	0,00
Legados, ofertas e doações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	808 433,74	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros	643 238,49	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**112 162 880,26**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**13 369 286,74**

Os contratos de mandato totalizam no final de 2024 o montante de 96.444.769,01€ e servem para a execução de obras nas áreas identificadas.

O Contrato Programa CML/SRU 2015, está relacionado com os encargos suportados no âmbito da execução do referido contrato de 2015 e respetivos acréscimos de pedidos de reembolso à CML, e cujo valor foi em 2024 de 111.808,09€.

Este contrato programa foi efetivamente concluído no final do ano de 2024, tendo-se regularizado subsequentemente o adiantamento de 2.500.000€ que a CML lhe tinha concedido.

Em 2024 a SRU assinou um novo contrato programa, identificado como CML/SRU/2024, o qual visa dotar a SRU dos recursos necessários para o cabal cumprimento da incumbência de promover um conjunto de intervenções de reabilitação urbana na área urbana de Lisboa. Pela assunção das obrigações assumidas no referido contrato programa, o Município acordou a atribuição de um subsídio à exploração no valor de 7.500.000,00€, dos quais já foram utilizados 4.868.902,46€, tendo sido esgotado o contrato programa de 2023 e uma parte de 2024.

Nota 15 – Provisões, passivos e ativos contingentes

Provisões										
Rúbricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
Impostos, contribuições e taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	426 241,48	0,00	354 473,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	780 714,48
Acidentes trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos Onerosos	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação e reorganização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	426 241,48 €	0,00	354 473,00	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00	780 714,48 €

No exercício 2024, foram mantidas as provisões do ano anterior e foi constituída uma nova provisão no montante de 354.473,00€ referente a um novo processo judicial com a empresa M.Kairos - Engenharia e Construção S.A. referente à obra “Empreitada de Reconversão de edifício para Creche Autónoma 7 Rua Fresca”.

Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato

17.1 – As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo órgão executivo em 17 de março de 2025.

17.2 – Não existem informações após a data de relato que necessitem de ser divulgadas.

Nota 18 – Instrumentos Financeiros

18.1 – Ativos Financeiros

Os ativos financeiros podem ser analisados de acordo com a informação que se segue:

Ativos Financeiros										
Rúbricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de Justo Valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de Justo valor	Perdas por Imparidade	Outras	
Não corrente										
Acionistas	14 939 875,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	680 000,00	14 259 875,00
Outras contas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Corrente										
Clientes	692 301,98	0,00	0,00	623 326,60	0,00	0,00	0,00	0,00	691 200,88	1 101,10
Estado e outros entes públicos	1 700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 700,00	0,00
Acionistas	535 125,00	0,00	0,00	0,00	144 875,00	0,00	0,00	0,00	0,00	680 000,00
Adiantamentos de fornecedores	1 430 928,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	485 277,39	945 650,69
Reembolso CML - Contrato programa	2 471 388,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 471 388,77	0,00
Contrato Mandato CML	16 216 530,40	0,00	0,00	0,00	3 625 911,12	0,00	0,00	0,00	0,00	19 842 441,52
Outros	24 294,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24 294,62	0,00
Cauções	1 200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00
Diferimentos	71 550,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 485,62	61 064,99
Caixa e bancos	13 039 887,83	0,00	0,00	0,00	2 361 116,38	0,00	0,00	0,00	0,00	15 401 004,21
Total	49 424 782,29	-	-	623 326,60	6 131 902,50	-	-	-	4 364 947,28	51 191 737,51

Ao valor inicial do ano de 2024 da rubrica 'Acionista', foi liquidado o montante de 535.125 €, conforme estabelecido contratualmente, ficando previsto, para o ano seguinte de 2025, a amortização de 680.000,00€.

A conta de 'Clientes' no final do ano apresenta um saldo de 1.101,10€, referente a dívida de arrendatários.

Na rubrica de 'Caixa e bancos' verificou-se um aumento de 2.361.116,38€, sendo que o maior incremento se deveu à conta de depósitos de garantias e cauções.

Seguem-se o detalhe das rubricas dos ativos financeiros:

Saldos devedores:	31/12/2024	31/12/2023
I.R.C.- Pagamento especial por conta	-	1 700,00
	-	**1 700,00**

Outras contas a receber	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento a fornecedores	**945 650,69**	**1 430 928,08**
Devedores por acréscimo de rendimentos:		
Reembolso CML- Contrato Programa 2015	-	2 471 388,77
Contrato Mandato CML	19 842 441,52	16 216 530,40
Outros	-	24 294,62
	19 842 441,52	**18 712 213,79**
Cauções	**600,00**	**1 200,00**
	20 788 692,21	**20 144 341,87**

A conta de 'Adiantamento a Fornecedores' que está relacionada com as adjudicações dos contratos de empreitadas, no exercício de 2024, diminuiu consideravelmente em cerca de 485.277,39€, face a período homólogo de 2023.

A rubrica de 'Reembolso CML - Contrato Programa de 2015' foi regularizada em virtude da supracitada conclusão em finais de 2024, do referido CP 2015.

O montante de 19.842.441,52€, está relacionado com o acréscimo de rendimentos de contratos de mandato, a serem faturados à CML no decorrer do exercício de 2025.

O montante de 600,00€, é a caução prestada pela SRU à empresa Repsol, pelo fornecimento de combustíveis.

18.2 – Passivos Financeiros

Os passivos financeiros podem ser analisados de acordo com a informação que se segue:

Passivos Financeiros								
Rúbricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições		Quantia escriturada final
		Aquisições	Ganhos de Justo Valor	Outros	Liquidações	Perdas de Justo valor	Outras	
Não corrente								
Financiamentos obtidos- Outros	14 939 875,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	680 000,00	14 259 875,00
Outras contas a Pagar - Cauções de terceiros	5 243 024,34	0,00	0,00	830 854,14	0,00	0,00	0,00	6 073 878,48
Corrente								
Fornecedores CC	82 203,35	0,00	0,00	131 567,14	0,00	0,00	0,00	213 770,49
Fornecedores - Faturas em recepção e conferência	14 655,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14 655,01	0,00
Adiantamento de Clientes	18 162 069,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 847 132,46	14 314 937,43
Estado e outros entes públicos	248 739,21	0,00	0,00	48 263,75	0,00	0,00	0,00	297 002,96
Acionistas	2 500 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 500 000,00	0,00
Financiamentos obtidos correntes - outros	535 125,00	0,00	0,00	144 875,00	0,00	0,00	0,00	680 000,00
Fornecedores de Investimento	14 367,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	519,95	13 847,41
Credores p/ acres. Gastos-Remunerações a liquidar	836 474,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 377,63	828 097,09
Outros acréscimos	762 943,82	0,00	0,00	5 890 570,83	0,00	0,00	762 943,82	5 890 570,83
Outros credores	1 019,44	0,00	0,00	680 648,45	0,00	0,00	0,00	681 667,89
Diferimentos	4 808 208,33	0,00	0,00	1 499 331,78	0,00	0,00	0,00	6 307 540,11
Total	48 148 705,47	-	-	9 226 111,09	-	-	7 813 628,87	49 561 187,69

Seguem-se alguns detalhes acerca dos valores que constam do quadro:

Saldos credores:	31/12/2024	31/12/2023
IRS - Trabalho dependente	71 010,00	79 551,00
IRS- Trabalho independente	3 632,50	600,00
IRC- Imposto estimado	10 447,48	10 138,70
Imposto sobre o valor acrescentado	97 710,08	41 834,04
Contribuições para a Seg. Social, CGA e ADSE	114 202,90	116 615,47
	297 002,96	**248 739,21**

Devemos salientar que a SRU está sujeita à tributação em sede de imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas (IRC) e correspondente Derrama Municipal, cuja taxa agregada no exercício de 2024 corresponde a 18.50%.

O valor relativo ao imposto estimado de IRC está relacionado exclusivamente com o valor das tributações autónomas.

Accionista	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento CP 2015	-	2 500 000,00
	-	**2 500 000,00**

Fornecedores de Investimento	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedor de investimentos	13 847,41	14 367,36
	13 847,41	**14 367,36**

Outras contas a pagar	31/12/2024	31/12/2023
Remunerações a liquidar	828 097,09	836 474,72
Outros	5 890 570,83	762 943,82
	6 718 667,92	**1 599 418,54**
Outros credores	681 667,89	1 019,44
	7 400 335,81	**1 600 437,98**

No exercício de 2024, o Contrato Programa de 2015, foi dado como concluído, tendo-se verificado a regularização do adiantamento de 2.500.000,00€.

Na rubrica de 'Outros credores por acréscimos de gastos' o montante global de 5.890.570,83€ está maioritariamente relacionado com os valores do contrato mandato e de exploração.

No final do ano procedeu-se à contabilização da estimativa dos encargos com férias e subsídios de férias de 2024 a pagar em 2025.

Nota 19 – Benefícios dos empregados

Os 'Gastos com o Pessoal' apresentaram a seguinte decomposição:

Gastos com pessoal	31/12/2024	31/12/2023	Variação
Remunerações	4 817 511,59	4 862 772,09	-0,93%
Encargos sobre as remunerações	1 085 784,54	1 090 595,82	-0,44%
Seguro acidentes de trabalho	89 729,88	51 226,53	75,16%
Encargos com saúde	64 893,17	71 890,61	-9,73%
Outros	1 369,08	2 934,52	-53,35%
Total	**6 059 288,26**	**6 079 419,57**	**-0,33%**

Em 31 de dezembro de 2024, a SRU tinha ao seu serviço 106 funcionários ativos, menos 3 em comparação com o exercício de 2023.

Número de Funcionários	31/12/2024	31/12/2023	Variação
Diretores	10	9	1
Coordenadores	8	9	-1
Restante pessoal	88	91	-3
Total	**106**	**109**	**-3**

Nota 20 – Divulgação de partes relacionadas

A Câmara Municipal de Lisboa, detém a totalidade do capital social da Lisboa Ocidental SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana E.M., S.A.

As demonstrações financeiras da SRU serão objeto de inclusão nas demonstrações financeiras consolidadas da Câmara Municipal de Lisboa, com sede nos Paços do Concelho, Praça do Município, Lisboa.

As transações decorrentes o ano de 2024 foram as seguintes:

			31.12.2024			
31/12/2024	Contrato Programa CML/SRU 2015	Contrato Programa Exploração 2024	Contrato Mandato	Contrato Programa IHRU/BEI	FSE	Total
Acionista:						
Câmara Municipal de Lisboa	111 808,99	7 500 000,00	96 444 769,01	1 178 363,49	1 789,24	105 233 152,25
	111 808,99	**7 500 000,00**	**96 444 769,01**	**1 178 363,49**	**1 789,24**	**105 233 152,25**

			31.12.2023			
31/12/2023	Contrato Programa CML/SRU 2015	Contrato Programa Exploração 2023	Contrato Mandato	Contrato Programa IHRU/BEI	FSE	Total
Acionista:						
Câmara Municipal de Lisboa	1 744 123,40	7 000 000,00	79 931 889,97	818 200,34	908,00	89 493 305,71
	1 744 123,40	**7 000 000,00**	**79 931 889,97**	**818 200,34**	**908,00**	**89 493 305,71**

A decomposição dos saldos da Câmara Municipal de Lisboa é a seguinte:

			31.12.2024			
31/12/2024	Clientes	Adiantamentos Cliente	Acionistas (a receber)	Acionistas (a pagar)	Outros Credores	Total
Acionista:						
Câmara Municipal de Lisboa	-	(14 314 937,43)	14 939 875,00	-	(680 635,34)	(55 697,77)
	-	**(14 314 937,43)**	**14 939 875,00**	**-**	**(680 635,34)**	**(55 697,77)**

			31.12.2023			
31/12/2023	Clientes	Adiantamentos Cliente	Acionistas (a receber)	Acionistas (a pagar)	Outros Credores	Total
Acionista:						
Câmara Municipal de Lisboa	679 362,02	(18 162 069,89)	15 475 000,00	2 500 000,00	-	492 292,13
	679 362,02	**(18 162 069,89)**	**15 475 000,00**	**2 500 000,00**	**-**	**492 292,13**

No final do ano 2024, a SRU emitiu à CML várias notas de crédito de intervenções ao abrigo dos contratos de mandato, em virtude de diversos recebimentos de apoios comunitários ocorridos no âmbito de processos de pedidos de pagamento efetuados de candidaturas aprovadas a Fundos Comunitários (Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) e Lisboa 2030).

Neste sentido, o saldo da conta de 'Clientes CC' ficou credor e consequentemente o valor foi transferido para a rubrica 'Outros Credores'.

Nota 23 – Outras divulgações

23.1 – Fornecimento e serviços externos

A rubrica de FSE apresentava em 31 de dezembro de 2024 os seguintes valores:

	31/12/2024	31/12/2023	Variação
Subcontratos	103 187 772,44	81 811 763,44	26,13%
Serviços especializados	645 592,55	384 126,03	68,07%
Materiais	9 203,79	4 924,62	86,89%
Energias e fluídos	6 183,77	6 052,76	2,16%
Deslocações, estadas e transportes	45 014,63	34 040,81	32,24%
Serviços diversos	120 497,63	140 451,49	-14,21%
Total	**104 014 264,81**	**82 381 359,15**	**26,26%**

23.2 – Outros rendimentos e ganhos

Outros rendimentos:	31/12/2024	31/12/2023
Imputação de subsídios ao investimento	156 237,70	263 437,25
Outros	28 869,44	157 103,09
	185 107,14	**420 540,34**

23.3 – Outros gastos e perdas

Outros gastos:	31/12/2024	31/12/2023
Impostos e Taxas	15 038,41	13 146,60
Quotizações	3 100,00	3 100,00
Outros	993 369,30	9 566,07
	1 011 507,71	**25 812,67**

Do total da rubrica 'Outros', 973 326,60€ referem-se à regularização da divida da empresa Soares da Costa, S.A. referente ao processo de contencioso com decisão homologada por sentença do Tribunal.

23.4– Juros – rendimentos e gastos

Juros e rendimentos similiares obtidos	31/12/2024	31/12/2023
Reembolso juros IHRU	643 238,49	568 200,34
	643 238,49	**568 200,34**

Juros e gastos similiares suportados	31/12/2024	31/12/2023
Juros IHRU	643 238,49	568 200,34
	643 238,49	**568 200,34**

23.5 – Diferimentos – Passivo

Rendimentos a reconhecer:	Saldo em 01/01/2024	Reforço	Utilizações	Saldo em 31/12/2024
Arrendamento de imóveis	7 002,19	-	(10,02)	6 992,17
Contrato Programa 2023 (subsídio a exploração)	3 154 843,72	-	(3 154 843,72)	-
Contrato Programa 2024 (subsídio a exploração)	-	7 500 000,00	(4 868 902,46)	2 631 097,54
PRR	1 646 362,42	2 023 087,98	-	3 669 450,40
	4 808 208,33	**9 523 087,98**	**(8 023 756,20)**	**6 307 540,11**

Do montante total indicado em 'Rendimentos a reconhecer', cerca de 2.631.097,54€ correspondem a valores previamente recebidos referente ao contrato programa de 2024, que ainda não foram reconhecidos.

Adicionalmente, no presente ano, foi recebido, a título de adiantamento, o montante de 2.023.087,98 € referente a candidaturas ao Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), que serão reconhecidos aquando da submissão dos respetivos pedidos de pagamento.

23.6 – Diferimentos – Ativo

Diferimentos - Ativo	31/12/2024	31/12/2023
Seguros antecipados	1 016,06	6 727,81
Outros gastos a reconhecer	60 048,93	64 822,80
	61 064,99	**71 550,61**

23.7 – Património Líquido

Património Liquido	31/12/2024	31/12/2023	Variação
Património/capital	2 000 000,00	2 000 000,00	-
Reservas	6 402,73	6 402,73	-
Resultados transitados	(1 156 567,39)	(1 156 567,39)	-
Outras variações no património liquido	3 261 570,73	2 917 497,94	344 072,79
Resultado liquido do periodo	-	-	-
Total Geral	**4 111 406,07**	**3 767 333,28**	**344 072,79**

Em 31 de dezembro de 2024 o capital da SRU totalmente subscrito e realizado era de 2.000.000 euros.

Reservas Legais

De acordo com a legislação em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço de reserva legal até que esta represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da sociedade, mas pode ser utilizado para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporação no capital.

Resultados transitados

Esta conta mantém um montante global devedor de 1.156.567,39€.

Outras variações no Património

Outras variações no Pat. Líquido	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	**2 917 497,94**	**16 516 670,92**
Subsídios ao Investimento- Ativos fixos tangíveis	(33 768,18)	208 079,29
Subsídios ao Investimento- Ativos intangíveis	(59 408,28)	47 362,24
Subsídios ao Investimento- Propriedades Investimento	(42 379,54)	-
Transferência de Subsídios ao Investimento - PI	-	(42 556,77)
Transferência de Subsídios ao Investimento - AFT	-	(72 240,50)
Transferência de Subsídios ao Investimento - AI	-	(171 756,94)
Investimento em curso	479 628,79	(13 568 060,30)
Saldo Final	**3 261 570,73**	**2 917 497,94**

Em 2024, verificou-se um aumento no valor do património líquido, devido, essencialmente, às aquisições de investimentos em curso, nas quais se inclui a compra e a implementação de um novo ERP (*Enterprise Resource Planning*) e um novo programa de gestão documental. Estes investimentos representam um esforço para melhorar a eficiência e a organização interna da empresa ao longo do tempo.

23.8 – Contabilidade orçamental

As demonstrações orçamentais foram preparadas segundo a NCP-26 – Contabilidade e relato Orçamental e traduzem a execução e desempenho orçamental da SRU no período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

Lisboa, março de 2025

O Contabilista Certificado

Assinatura autorizada por Filipa Xavier de Basto.
Documento enviado para o email f**********o@grupoyour.pt.
Confirmação do OTP enviado para o telemóvel +********075.
digitalsign
Selo Eletrónico Qualificado criado pela plataforma SigningDesk.
DigitalSign - Certificadora Digital, S.A.
ASSINATURA SIMPLES
digitalsign

O N. Administrativo e Financeiro

Gonçalo Dos Santos Lopes
Assinatura Eletrónica Qualificada
2025/03/17 14:24:22 +0000

O Conselho de Administração

Gonçalo Nuno Soeiro E Sá Dos Santos Costa
Assinatura Eletrónica Qualificada
2025/03/17 13:27:43 +0000

Filipa Maria Salema Roseta Vaz Monteiro
Assinatura Eletrónica Qualificada
2025/03/17 13:20:19 +0000

Ana Isabel Lucas Prior Santos Costa Campos
Assinatura Eletrónica Qualificada
2025/03/17 13:23:32 +0000

ANEXOS

MODELO 16 - SRU (ADAPTADO)
SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLO DAS EMPRESAS LOCAIS DE LISBOA

PROGRAMA	VARIAÇÃO HOMÓLOGA (ANO N-1) 2023								ANO N 2024								PREVISÃO (ANO N+1) 2025		
	Emp. em Curso (un)	Prazo contratual das Emp. em Curso (1) (dias)	Desvio Médio da conclusão das Empreitadas em Curso (2) (dias)	Atraso Médio das Emp. em Curso (=2/1) %	Emp. em Curso - Valor* (3) (€)	Trabalhos Complementares (€)	Despesa com Trabalhos Complementares (4) (€)	Trab. Comp. (=4/3) (%)	Emp. em Curso (un)	Prazo contratual das Empreitadas em Curso (5) (dias)	Desvio Médio da conclusão das Empreitadas em Curso (6) (dias)	Atraso Médio das Empreitadas em Curso (=6/5) %	Empreitadas em Curso - Valor (7) (€)	Trabalhos Complementares (€)	Despesa com Trabalhos Complementares (8) (€)	Trabalhos Complementares (=8/7) (%)	Emp. Previstas (un)	Emp. Previstas - Valor (€)	Desvio %
CENTROS DE SAÚDE E OUTROS EQUIPAMENTOS	16	422	167	40%	46 211 806,75 €	8 618 819,65 €	8 439 953,86 €	18%	9	546	231	42%	33 513 266,98 €	7 176 808,62 €	7 063 308,44 €	21%	7	26 724 399,77 €	N/A
ESCOLAS E CRECHES	16	537	134	25%	67 522 606,38 €	7 441 436,15 €	7 111 023,03 €	11%	13	552	164	30%	49 138 648,05 €	5 531 797,18 €	5 216 959,14 €	11%	16	68 539 263,18 €	N/A
ESPAÇO PÚBLICO	14	195	87	45%	29 816 892,35 €	2 073 025,20 €	2 053 543,73 €	7%	6	256	50	20%	9 619 400,89 €	1 000 941,00 €	1 000 941,00 €	10%	12	19 891 295,66 €	N/A
HABITAÇÃO RENDA ACESSÍVEL	9	657	16	3%	143 849 207,40 €	506 827,23 €	322 390,64 €	0%	9	649	77	12%	134 882 609,63 €	4 501 442,30 €	4 171 669,19 €	3%	9	150 929 868,79 €	N/A

* Considerando a empreitada MARVILA OR 12 no valor de 31 806 900 €

CONTENCIOSO

PDS Contencioso Ativo_Patrocínio forense

Contencioso	Patrocínio	Processo	Autor	Objeto	Espécie de Acção/Pedido	Valor	Ponto de Situação
Contencioso- Pré- Contratual							
Pré-contratual	Pré-contratual	Proc. 9378/24.0	M Kairos	Empreitada de Reconversão de edifício para Creche Autónoma 7_Rua Fresca	Ação Administrativa Urgente de contencioso pré-contratual	€ 3.544.730	Ação julgada procedente com a consequente anulação do ato de adjudicação; interposto recurso
Pré-contratual	Pré-contratual	Proc. 15487/24.8	J.A. Arquitetos	Concurso de Conceção para a elaboração de projeto de edificação do PD Campo de Ourique	Ação Administrativa Urgente de contencioso pré-contratual	€ 240.000	Apresentada contestação e respondido incidente de medidas provisórias
Contencioso- Execução de Contrato							
Execução de contrato	Dr.Mário Costa Pinto	Proc. 2873/13.8	Sogesturbi – Construção Civil e Mediação Imobiliária, Lda	Empreitada reabilitação edifícios Rua do Laranjal, Travessa Paulo Martins e Travessa da Memória	Ação administrativa de anulação de ato administrativo de aplicação de sanção	37.019,37 €	Ação julgada improcedente em 1.ª instância; apresentadas ContraAlegações em sede de recurso; aguarda-se acórdão Tribunal Central Administrativo
Execução de contrato	Drª Carla Granjo	Proc. 2164/18.8	Mafalda Galamas Ferreira	Empreitada de Reabilitação do Espaço Público e Renovação das Infraestruturas Rua do Embaixador e Travessa Santo António à Junqueira	Ação Adminstrativa de pedido de indemnização emergente de alegada responsabilidade civil extracontratual Rua Embaixador n.º 102	7.727,00 €	SRU apresentou contestação e deduziu incidente de intervenção acessória provocada, aguardando ulteriores termos do processo
Execução de contrato	Drª Carla Granjo	Proc. 14568/20.1	Limpacanal - Soluções Ecológicas Lda.	Contrato de Cessão Parcial de créditos no âmbito do Contrato de Empreitada para a Reabilitação do Espaço Público e Renovação das Infraestruturas da Calçada da Ajuda em Lisboa	Penhora	7.921,32 €	Ação julgada improcedente em 1.ª instância; apresentadas ContraAlegações em sede de recurso; aguarda-se acórdão Tribunal Central Administrativo
Execução de contrato	Dra Carla Granjo	Proc. 717/21.6	Lovimec - Renovação Urbana e Construções Unipessoal Lda.	Empreitada Travessa Memória 14-16	Ação administrativa de condenação ao pagamento trabalhos contratuais e trabalhos complementares	57.995,80 €	Tentativa de conciliação realizada sem acordo entre as partes, aguarda marcação de julgamento.
Execução de contrato	Dra Carla Granjo	Proc. 1634/21.5	Lovimec - Renovação Urbana e Construções Unipessoal Lda.	Empreitada Travessa Paulo Martins	Ação administrativa de condenação ao pagamento trabalhos contratuais e trabalhos complementares	43,8479,40€	Tentativa de conciliação realizada sem acordo entre as partes, aguarda marcação de julgamento.
Execução de contrato	Dra Carla Granjo	Proc. 1224/21_2	Lovimec - Renovação Urbana e Construções Unipessoal Lda.	Empreitada Rua do Laranjal 21-23	Ação administrativa de condenação ao pagamento trabalhos contratuais e trabalhos complementares	28,678,32 €	Tentativa de conciliação realizada sem acordo entre as partes, aguarda marcação de julgamento.
Execução de contrato	Dra Carla Granjo	Proc. 3232/23.0	Luis Frazão Construção Civil e Obras Públicas S.A. e Mota Engil Ativ - Gestão e Manutenção de Ativos S.A.	Empreitada de Requalificação do Espaço Público e Infraestruturas do Largo do Rio Seco	Ação administrativa de condenação ao pagamento de indemnização pelos prejuízos (custos de sede, lucros cessantes e respetivas revisões de preços) decorrentes das 1, 2 e 3 prorrogações de prazo da empreitada	€ 472.234,46	Contestação apresentada a 21/11/2023 Requerimento perícia e quesitos Reclamação temas da prova Contraalegações de recurso do despacho de indeferimento da perícia
Execução de contrato	Dra Carla Granjo	Proc. 2840/24.6	Luis Frazão Construção Civil e Obras Públicas S.A. e Mota Engil Ativ - Gestão e Manutenção de Ativos S.A.	Empreitada de Requalificação do Espaço Público e Infraestruturas do Largo do Rio Seco	Ação administrativa de condenação ao pagamento de indemnização pelos prejuízos (custos de sede, lucros cessantes e respetivas revisões de preços) decorrentes das 4 e5 prorrogações de prazo da empreitada	€ 345.852,26	SRU apresentou contestação a 16/05/2024, aguardando-se ulteriores termos do processo
Execução de contrato	Dra Carla Granjo	Proc. 3234/23.6	Luis Frazão Construção Civil e Obras Públicas S.A. e Mota Engil Ativ - Gestão e Manutenção de Ativos S.A.	Empreitada para a Construção do Parque Urbano da Unidade de Execução da Praça de Espanha	Ação administrativa de condenação ao pagamento de indemnização pelos prejuízos (custos de sede, lucros cessantes e respetivas revisões de preços) decorrentes das 1, 2 e 3 prorrogações de prazo da empreitada	€ 909.699,73	Contestação apresentada a 20/12/2023 Realização audiência prévia:fixação quesitos, prova pericial temas da prova Contraalegações de recurso do despacho de procedência da caducidade dos lucros cessantes Alegações de recurso do despacho de improcedência da caducidade dos custos estrutura
Execução de contrato	Dra Carla Granjo	Proc. 3462/23.4	Luis Frazão Construção Civil e Obras Públicas S.A. e Mota Engil Ativ - Gestão e Manutenção de Ativos S.A.	Empreitada para a Construção do Parque Urbano da Unidade de Execução da Praça de Espanha	Ação administrativa de condenação ao pagamento de indemnização pelos prejuízos decorrentes da 4.ª prorrogação de prazo da empreitada	€ 784.229,31	Contestação apresentada a 04/01/2024 Requerimento perícia e quesitos Recurso do despacho de improcedência da caducidade da ação
Execução de contrato	Dra Carla Granjo	Proc. 4830/23.7	Luis Frazão Construção Civil e Obras Públicas S.A. e Mota Engil Ativ - Gestão e Manutenção de Ativos S.A.	Empreitada para a Construção do Parque Urbano da Unidade de Execução da Praça de Espanha	Ação administrativa de condenação ao pagamento a título de correção dos preços unitários dos trabalhos complementares	€ 249.059,75	Contestação apresentada 21705/2024, aguardando-se os ulteriores termos do processo
Outros	Dr.Gonçalo Guerra Tavares	Proc. 1883/18.3	Margarida Perloiro Morgadinho Vasconcelos	Procedimento arrendamento Rua Aliança Operária	Ação administrativa de anulação de ato administrativo e pedido civel de indemnização	€ 5 000,01	SRU apresentou contestação, aguardando ulteriores termos do processo
Outros	Dra. Carla Granjo	Proc. 578/23.0	Fernando Emanuel Saraiva Paulino	Danos patromoniais e não patrimoniais obra Rede Viária Praça de Espanha	Ação administrativa de condenação de pagamento de danos	1.677,02	Desistência do pedido pelo Autor, posteriomente homolgada pelo Tribunal
Outros	Dra. Carla Granjo	Proc. 1433/24.3	Aroucaconstrói - Engengharia e Construções S.A.	Indemnização revogação concurso Conceção-Construção PD Campo Ourique	Ação administrativa responsabilidade civil	86.802,20	SRU apresentou contestação em 01/10/2024

PARECER FISCAL ÚNICO

KRESTON IBERAUDIT

Knowing you

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

Nos termos da lei e dos estatutos, cumpre-nos submeter à apreciação de V. Exas. o nosso relatório e parecer sobre o relatório e contas da sociedade Lisboa Ocidental, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana EM, S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

No desempenho das nossas funções acompanhámos com regularidade a atividade e a gestão da Entidade, com base na análise da informação contabilística e orçamental e através de esclarecimentos solicitados ao Conselho de Administração e aos serviços, de quem obtivemos a melhor colaboração. Realizamos as ações de verificação e comprovação que consideramos necessárias para o cumprimento das nossas obrigações de fiscalização.

Analisamos o relatório de atividades apresentado pelo Conselho de Administração o qual obedece às disposições legais aplicáveis e refere os aspetos mais relevantes que caracterizaram a evolução da Entidade.

Procedemos, também, à revisão legal das contas do exercício e emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas cujo conteúdo e conclusões se dão como reproduzidas neste relatório.

Em cumprimento com o disposto no n.º 2, artigo 54º do RJSPE - Regime Jurídico do Setor Público Empresarial -, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, a Lisboa Ocidental, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana EM, S.A. apresentou o Relatório de Boas Práticas de Governo Societário, conforme modelo oficial da UTAM - Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, que inclui os elementos e informação sobre as matérias reguladas no capitulo II do RJSPE e traduz, na generalidade, a observância das disposições legais aplicáveis.

Nestas condições é nosso parecer:

a) Que se aprove o Relatório e Contas apresentado pelo Conselho de Administração;

b) Que se aprove a Proposta de Aplicação de Resultados.

Lisboa, 19 de março de 2025

KRESTON & ASSOCIADOS - SROC, LDA.
Representada por João José Lopes da Silva
Registado na OROC nº 1.065 e na CMVM n.º 20160677

KRESTON IBERAUDIT

Knowing you

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Lisboa Ocidental, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana EM, S.A., (a Entidade) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 54.453.308,24 euros e um total de fundos próprios de 4.111.406,07 euros, incluindo um resultado líquido nulo), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Lisboa Ocidental, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana EM, S.A. em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

KRESTON IBERAUDIT

Knowing you

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 118.541.658,78 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 113.727.416,06 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 19 de março de 2025

KRESTON & ASSOCIADOS - SROC, LDA.
Representada por João José Lopes da Silva
Registado na OROC nº 1.065 e na CMVM n.º 20160677

209.ª Reunião Extraordinária de Câmara realizada em 14 de abril de 2025

A Câmara Municipal de Lisboa, reunida no dia 14 de abril de 2025, deliberou aprovar as seguintes Propostas, que lhe foram presentes e que tomaram a forma de Deliberações, como se seguem:

- *Deliberação n.º 176/CM/2025* (Proposta n.º 176/2025) - Subscrita pelo Sr. Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia e pela Vereadora Filipa Roseta:

Apreciação do Relatório e Contas de 2024 da GEBALIS - Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, E. M., S. A.

Pelouros: Vereadora Filipa Roseta e Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia.
Serviços: DMHDL e DMF.

Considerando que:

1 - As empresas do setor empresarial local regem-se pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAELPL), pela Lei Comercial, pelos respetivos Estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do Setor Empresarial do Estado, sem prejuízo das normas imperativas neste previstas, de acordo com o disposto no artigo 21.º daquela Lei;
2 - O n.º 1 do artigo 40.º do RJAELPL determina que «*As empresas devem apresentar resultados anuais equilibrados*» e, o n.º 2 do mesmo artigo, dispõe que «*...no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa*»;
3 - O n.º 3 do mesmo artigo estipula que «*Os sócios de direito público preveem nos seus orçamentos anuais o montante previsional necessário à cobertura dos resultados líquidos antes de impostos, na proporção da respetiva participação social*». Por sua vez, o n.º 4 estabelece que «*No caso de o orçamento anual do ano em causa não conter verba suficiente para a cobertura dos prejuízos (...), os sócios de direito público deverão proceder a uma alteração ou revisão do mesmo, por forma a contemplar o montante necessário, e proceder à sua transferência no mês seguinte à apreciação das contas da empresa local (...).*»;
4 - Para efeitos do limite legal de endividamento, a dívida total do município inclui a das empresas locais, na proporção da respetiva participação no capital social, nos termos da alínea *c)* do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro [Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI)], sempre que se verifique o incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 46.º do RJAELPL;
5 - A GEBALIS - Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, E. M., S. A., doravante designada por GEBALIS, é uma pessoa coletiva de direito privado, sob a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, de responsabilidade limitada, com natureza municipal, constituída pelo Município de Lisboa, que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial;
6 - A GEBALIS é uma empresa local de promoção do desenvolvimento local e regional, tendo por objeto a gestão do arrendamento da habitação social municipal em bairros municipais, nos termos e condições a definir pela Câmara Municipal de Lisboa;
7 - Nos termos do artigo 23.º dos seus Estatutos, a gestão da GEBALIS deve articular-se com os objetivos prosseguidos pelo Município de Lisboa, respeitando as orientações estratégicas aprovadas pela Câmara Municipal, visando o cumprimento do seu objeto social e assegurando a sua viabilidade económica e o equilíbrio financeiro;
8 - Em cumprimento do artigo 34.º dos seus Estatutos, o Conselho de Administração da GEBALIS remeteu o Relatório e Contas de 2024, acompanhado do Parecer do Fiscal Único e da Certificação Legal de Contas, emitida pela Grant Thornton & Associados - SROC, Ltd.ª, documentos que se anexam e integram a presente proposta;
9 - Da certificação legal das contas não consta qualquer reserva, estando exarada a seguinte Opinião: «*(...) as demonstrações financeiras (...) e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, para efeitos de apreciação em Assembleia-geral de Acionistas*»;
10 - A GEBALIS apresenta um Resultado Antes de Impostos (RAI) positivo, não se encontrando, por isso, sujeita ao disposto no n.º 2 do artigo 40.º do RJAELPL, conforme evidenciado na Demonstração de Resultados do Relatório e Contas de 2024;
11 - A GEBALIS, em 31 de dezembro de 2024, apresenta um valor de capitais próprios positivo, igual ou superior a 50 % do capital social, conforme evidenciado no Balanço do Relatório e Contas de 2024, encontrando-se, assim, em situação de equilíbrio nos termos do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

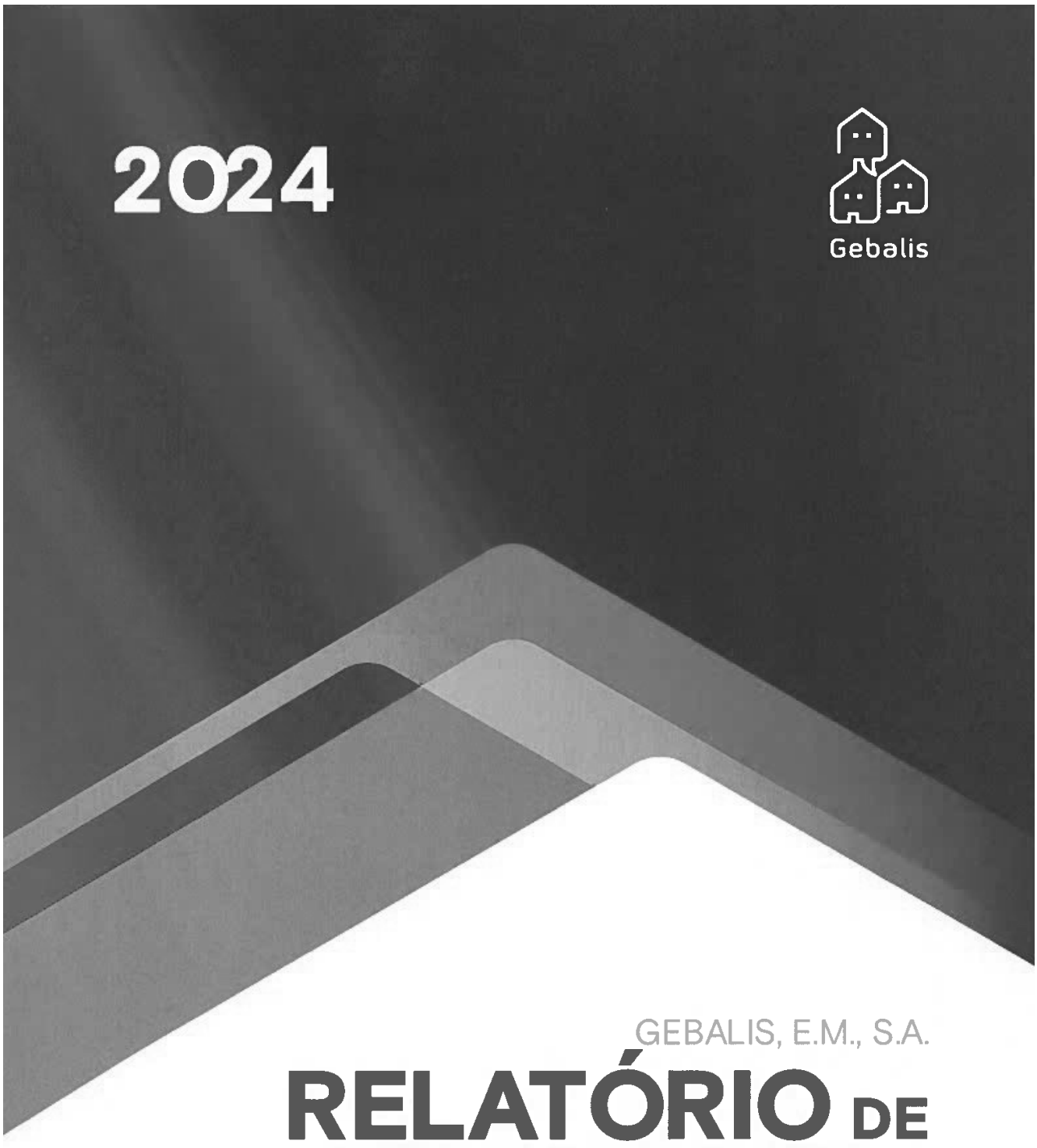
Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 25.º, do n.º 2 do artigo 26.º e da alínea *d)* do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto; do n.º 1 do artigo 62.º, aplicável por força do artigo 4.º, ambos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro; das alíneas *oo)* e *ccc)* do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais); dos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais; e ainda do n.º 2 do artigo 8.º, da alínea *d)* do artigo 27.º, e dos artigos 33.º e 36.º dos Estatutos da GEBALIS:

1 - Aprovar o Relatório e Contas do exercício de 2024 da GEBALIS - Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, E. M., S. A., incluindo os seguintes documentos, que se anexam e fazem parte integrante da presente proposta:

a) Relatório de Gestão do Conselho de Administração;
b) Demonstrações Financeiras;
c) Certificação Legal das Contas, sem reservas;
d) Parecer do Fiscal Único;
e) Proposta de aplicação de resultados (pág. 100 do Relatório e Contas).

2 - Mandatar a Vereadora Filipa Roseta - representante do Município de Lisboa na Assembleia-geral da GEBALIS - para votar favoravelmente os referidos documentos, nos termos da presente proposta.

[Aprovada por maioria, com 7 votos a favor (3 PPD/PSD, 3 CDS/PP e 1 Ind. NTL), 4 votos contra (1 BE, 1 Ver. Paula Marques, 1 Ver. Floresbela Pinto e 1 Ver. Rui Franco) e 6 abstenções (3 PS, 2 PCP e 1 L).]



GEBALIS, E.M., S.A.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

Gebalis

ÍNDICE

ATIVIDADES	03
MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	04
DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	06
ÓRGÃOS SOCIAIS	07
QUEM SOMOS E O QUE FAZEMOS	08
A GEBALIS EM NÚMEROS	09
UMA ESTRATÉGIA E UMA VISÃO	10
O QUE GERIMOS E COMO O FAZEMOS	11
MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS NOSSOS MORADORES	13
EIXO 1. Gestão Eficiente e Eficaz do Arrendamento	14
EIXO 2. Prevenção e Recuperação de Dívida de Rendas	23
EIXO 3. Co-Governação dos Espaços de Habitar	28
COMO MELHORAMOS AS NOSSAS HABITAÇÕES	40
CUIDAR DE QUEM CUIDA	55
UMA MARCA NA CIDADE DE LISBOA	67
UMA EMPRESA DO FUTURO	71
SEGURANÇA NO QUE FAZEMOS	72
UMA EMPRESA LIGADA À CIDADE, AO PAÍS E AO MUNDO	79
ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	81
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	102
DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	130
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	168
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	172

1. Atividades

GEBALIS, E.M., S.A.

Gebalis

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Gebalis

O ano de 2024 marca o terceiro ano completo de funções do atual Conselho de Administração. Uma atuação norteada por linhas orientadoras bem definidas, desde o primeiro dia: mais e melhor comunicação com os moradores e diminuição dos prazos de resposta a quem nos procura; garantir a máxima execução, investindo, sem precedentes, na melhoria das condições de vida dos munícipes; e o aumento da proximidade e da presença no território, com vista a uma maior integração das nossas comunidades.

"Colocar as pessoas em primeiro lugar" é o mote e o princípio fundamental da ação diária de uma Empresa com a Missão da Gebalis. Ação essa que implica dizer sempre presente aos nossos moradores, cujas respostas aos seus anseios, infelizmente, nunca serão suficientes para as necessidades estruturais que existem.

A realidade dos nossos Bairros, com vários anos de ausência de investimento continuado, implica que os níveis de exigência internos sejam constantemente elevados, com os olhos postos na eficiência e na qualidade do serviço prestado. O caminho percorrido ao longo destes, cerca de, 3 anos de mandato tem sido, por isso, o de, por um lado robustecer e profissionalizar, com pessoas, meios, recursos e novas ferramentas de gestão, a estrutura interna; e por outro, dotar a Empresa de condições de investimento que permita melhorar as casas, os prédios, em suma, os nossos Bairros, tornando estes espaços mais agradáveis, mais modernos, mais seguros e mais eficientes termicamente.

O ano de 2024 encerrou o ciclo de reabilitações em Gabinetes de Intervenção Local da Gebalis e foi chave no processo de inovação e de transformação digital da Empresa. Foi introduzida, em pleno, a nova ferramenta de gestão interna, um CRM desenvolvido e ajustado, ao pormenor, para a atividade diária da Gebalis, que permite registar os pedidos dos munícipes, acompanhar o seu estado, os tempos de resposta e efetuar toda a monitorização do processo desde que é recebido até que é encerrado, com a desejável resposta a quem nos procura. O Portal do Morador, a funcionar desde 2023, continuou a tornar a Empresa acessível a qualquer munícipe, à distância de um clique. E o Contact-center voltou a assumir a centralidade de todo o atendimento telefónico da Empresa, uniformizando-se respostas e tratamentos processuais. Tudo devidamente interligado, com ferramentas integradas entre si, preparando a Empresa para o futuro.

Certamente que há sempre melhorias a fazer na resposta às situações precárias em que muitas famílias vivem, como reconhecemos que a Empresa ainda não responde aos moradores no tempo útil desejado. Mas é precisamente por isso, para colocar a Gebalis noutro patamar de resposta às pessoas, para otimizar procedimentos internos e para elevar os níveis de eficiência da organização, que o investimento que tem vindo a ser realizado na Empresa, nos moradores e nos Bairros de habitação municipal não se tem cingido somente a responder ao imediato, ou em preparar exclusivamente o médio e o longo prazo. O equilíbrio entre a urgência de respostas para ontem e a necessidade de reestruturar e de preparar a Empresa para, no futuro, a capacidade de resposta interna apresentar outra cadência, têm sido princípios orientadores da gestão, fundamentais para alcançar os objetivos preconizados.

Olhando à reabilitação de fogos, foram concluídos mais 450 em 2024, perfazendo um total de 1450 em 3 anos, O compromisso de em 4 anos serem reabilitadas 1600 fogos devolutos será ultrapassado, dando assim condições para que mais chaves sejam entregues pela Câmara Municipal de Lisboa e para que mais famílias possam, finalmente, ter o seu lar. O programa Morar-Melhor, que, à data, conta com um

valor de 146 milhões de euros, fruto de 4 contratos-programa celebrados, desde 2022, com a Câmara Municipal de Lisboa, viu, durante 2024, a conclusão de 4 grandes empreitadas, estando atualmente ativas mais de 30 frentes de obra. Destaque ainda para o novo Contrato-Programa assinado este ano, no valor de 4 milhões de euros, destinado a responder a urgências habitacionais com serviços SOS.

Mas nem só de manutenção ou conservação do património edificado se fez este ano. O ano de 2024 viu nascer vários projetos de intervenção comunitária e alargar vários outros, a mais moradores, a mais iniciativas e a mais comunidades. Desde o lançamento do Concurso de Talentos, que proporcionou a talentos desconhecidos chegarem a palcos maiores, passando pelo Bora Mexer, que levou a atividade física aos Bairros da cidade, até a novas edições da Semana Digital, do Community Champions League, do Lotes ComVida, ou do Cinema Insuflável.

A introdução de uma nova metodologia de gestão da dívida de rendas, por parte de moradores à Empresa, viu, igualmente, resultados importantes em 2024. Uma redução de, mais de, 403 mil euros, num processo contínuo de garantia da igualdade social e do cumprimento das regras comunitárias. Já ao nível externo, e por intermédio da intervenção da Empresa, legislou-se no sentido de integrar a área da habitação municipal no lote de atividades excluídas dos critérios de dissolução obrigatória das empresas municipais, tendo em conta o seu âmbito e as especificidades de atuação.

Importa destacar a importância da marca Gebalis na cidade de Lisboa. Uma empresa composta por uma extraordinária equipa, de quem a cidade muito tem de se orgulhar. Pela sua entrega, resiliência, espírito de sacrifício e superação. Por nunca baixarem os braços, mesmo em circunstâncias tantas vezes adversas. Por tudo fazerem para que nenhum morador seja deixado para trás.

Uma palavra de profundo reconhecimento aos nossos parceiros que, lado-a-lado com a Gebalis, permitem aumentar a capacidade de presença e de proximidade da Empresa no apoio aos nossos moradores. De relevar, ainda, a proximidade que a Empresa tem mantido com as Juntas de Freguesia, das quais tem recebido uma cooperação e disponibilidade constantes em prol de objetivos comuns.

Por fim, um agradecimento a todo o Executivo municipal pela confiança e permanente apoio prestado à Gebalis.

Lisboa, 13 de março de 2025

O Conselho de Administração

Gebalis

Gebalis
Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa

Reunião do CA – 13 de Março de 2025

Deliberação n.º 144/CA/2025 - O Conselho de Administração deliberou por unanimidade, **aprovar o Relatório de Atividades e Contas relativas ao exercício de 2024** da Gebalis - Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, E.M. S.A.

Presidente do Conselho de Administração

Fernando Angleu Teixeira

O Vogal do Conselho de Administração

Miguel Silva Pereira

A Vogal do Conselho de Administração

Ana Paula Cunha

Gebalis
Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, EM, SA

Rua Laura Alves, 12 - 7º
1050 138 Lisboa

Tel.: 808 101 000 | 217 511 000
gbl@gebalis.pt
www.gebalis.pt

NIF: 503 541 567
C.R.C. Lisboa: 642/951128
CAPITAL SOCIAL: 1.300.000,00€

ORGÃOS SOCIAIS

Gebalis

Eleitos na Assembleia Geral de 22 de dezembro de 2021

ASSEMBLEIA GERAL

Diretor(a) Municipal de Habitação e Desenvolvimento Local da Câmara Municipal de Lisboa
PRESIDENTE DA MESA

Diretor(a) Municipal de Finanças da Câmara Municipal de Lisboa
SECRETÁRIA DA MESA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Angleu Teixeira
PRESIDENTE

Miguel Silva Pereira *
VOGAL

Ana Paula Cunha
VOGAL NÃO EXECUTIVO

FISCAL ÚNICO

Grant Thornton & Associados – Sociedade de Revisores Oficias de Contas (SROC), Lda., representada pelo **Dr. Pedro Lisboa Nunes**.

* Por cessação de funções do Vogal, Gonçalo de Sampaio, assumiu funções Miguel Silva Pereira, tendo tomado posse a 17 de maio de 2024.

QUEM SOMOS E O QUE FAZEMOS

Gebalis

A Cidade de Lisboa tem uma tradição de cerca de 80 anos de suporte habitacional a quem mais necessita. Este apoio habitacional tem o seu início com maior expressão nos anos 40 do Século XX, com a construção dos bairros económicos, seguindo-se até aos dias de hoje através da concretização de vários programas habitacionais.

Nos primeiros empreendimentos, iniciados pelo Estado Central, as habitações eram reservadas para funcionários públicos. Nos projetos subsequentes, o foco deslocou-se para a construção de habitações destinadas às famílias mais vulneráveis, com necessidades económicas mais prementes. Além disso, houve espaço reservado para realojar famílias afetadas pela construção de infraestruturas ou repatriadas após a independência das antigas colónias portuguesas.

Isso resultou na acumulação, sob a gestão da Câmara Municipal de Lisboa, de milhares de fogos sociais. Com o significativo aumento dessas unidades construídas pelo Programa Especial de Realojamento, que erradicou as barracas em Lisboa e completou 30 anos em 2023, a CML optou por criar uma empresa municipal para administrar socialmente esse património.

Assim, em 1995, a Gebalis foi criada com a missão de gerir de forma integrada os bairros municipais, desfrutando de autonomia administrativa, patrimonial e financeira. Esta gestão integrada abrange as áreas financeira (incluindo a cobrança de rendas), patrimonial (conservação e reabilitação de edifícios, entre outros) e, especialmente, a social.

É no âmbito da gestão social que a Empresa se destaca, proporcionando um acompanhamento próximo e cuidadoso a cada agregado familiar, visando não só o apoio habitacional, mas também a melhoria das condições de vida para promover a sua ascensão social e financeira.

Com 10 Gabinetes de Intervenção Local e 2 lojas de atendimento situadas em Lojas do Cidadão, a Gebalis está presente junto das comunidades, apoiando 69 bairros e mais de 22 mil habitações, garantindo um contacto permanente com os residentes e transmitindo-lhes um sentimento de apoio e segurança.

Com a alteração e diversificação dos programas de arrendamento, a Gebalis passou a gerir também unidades habitacionais destinadas a moradores de diferentes situações económicas, através do programa de arrendamento acessível. Com uma equipa de 267 trabalhadores ativos, estamos empenhados em trabalhar para o bem-estar dos nossos moradores.

A GEBALIS EM NÚMEROS

Gebalis

PATRIMÓNIO

69 BAIRROS (66 EM LISBOA)
20.762 FOGOS (COM CONTRATO DE ARRENDAMENTO ATIVO)
2.503 LOTES (COM FOGOS COM CONTRATOS ATIVOS)
863 ESPAÇOS NÃO HABITACIONAIS (COM CONTRATO DE ARRENDAMENTO ATIVO)

ESTRUTURA INTERNA

10 GABINETES DE INTERVENÇÃO LOCAL
2 LOJAS DO CIDADÃO
288 TRABALHADORES

O ANO DE 2024

450 FOGOS REABILITADOS
2 ESPAÇOS FÍSICOS DA EMPRESA INTERVENCIONADOS
83,6 MIL ATENDIMENTOS (PRESENCIAIS E TELEFÓNICOS)
7,9 MIL VISITAS DOMICILIÁRIAS
117,9 MIL ATIVIDADES

UMA ESTRATÉGIA E UMA VISÃO

Gebalis

Como Empresa municipal, a Gebalis está sujeita às diretrizes estratégicas estabelecidas pelo seu acionista, a Câmara Municipal de Lisboa. Portanto, é natural que sua estratégia e execução estejam alinhadas com essas diretrizes. No entanto, a Empresa sempre manteve intacto o seu foco principal: promover habitações dignas e um ambiente saudável para o desenvolvimento pessoal e comunitário dos moradores.

A estratégia da Empresa está profundamente ligada ao impacto social da sua gestão, respeitando os moradores e fomentando uma cultura de cidade e urbanidade, ao lado de outros parceiros, para proporcionar oportunidades sociais. Oferecer um serviço de qualidade que atenda às necessidades dos moradores e da cidade como um todo, juntamente com eficiência e proximidade, são os princípios fundamentais da Empresa.

Nessa estratégia, as questões ambientais não podem ser negligenciadas, dado o seu crescente impacto, tanto em termos sociais quanto económicos. Portanto, é essencial que temas como a eficiência energética - especialmente relacionada à pobreza energética – e a gestão eficaz de recursos e economia circular, estejam integrados em todas as atividades da Empresa.

Temos uma visão clara: ***proporcionar aos nossos moradores ambientes saudáveis e adaptados às suas necessidades, garantindo acesso às oportunidades de desenvolvimento pessoal que lhes permitam melhorar a sua qualidade de vida e alcançar ascensão social***. Trabalhamos diariamente com esse propósito em mente, conhecendo o nosso caminho, utilizando as ferramentas disponíveis e cada vez mais empenhados em sermos parte integrante dos projetos de vida das pessoas, que habitam os nossos bairros.

O QUE GERIMOS E COMO O FAZEMOS

Gebalis

Na Gebalis gerimos comunidades. Comunidades que são feitas de pessoas, cada uma delas com as suas necessidades e as suas idiossincrasias. E a cada uma delas queremos dar uma resposta de qualidade.

Ao gerir mais de 21 mil fogos dispersos por 69 bairros (66 na cidade de Lisboa), temos também a responsabilidade de gestão de equipamentos que estão nos 2.595 edifícios – como sejam os 1.210 elevadores – além de 1.412 Espaços não habitacionais.

Para gerir esta enorme quantidade patrimonial e social a Empresa tem de dar resposta a diversas necessidades, contando para isso com 267 trabalhadores ativos que estão divididos pelas várias áreas da Empresa.

A Gebalis dispõe ainda de 10 Gabinetes de Intervenção Local (GIL) espalhados pela Cidade e inseridos em Bairros Municipais, para além de 2 postos de atendimento nas Lojas do Cidadão de Marvila e do Saldanha, promovendo assim uma grande proximidade com a comunidade.

Em cada um destes Gabinetes de Intervenção Local encontramos um grupo de trabalho multidisciplinar que é suportado e apoiado pelas equipas que estão na Sede. Os GIL assumem-se assim como rosto e porta de entrada dos moradores e dos parceiros locais, dispondo de relevantes competências técnicas e autonomia de decisão para que estejam munidos das ferramentas necessárias para uma rápida resposta às necessidades dos moradores.

Através desta porta de entrada, as questões e solicitações requeridas pelos moradores são trabalhadas pelos vários setores da Empresa, desde, por exemplo, uma avaliação financeira sobre a reavaliação do valor de uma renda, até à obra de intervenção no fogo para resolver um problema do edificado.

Feita a avaliação da solicitação, a Empresa dispõe dos mecanismos para dar uma resposta rápida e eficiente, podendo envolver os vários níveis de decisão da Empresa e até mesmo a Vereação da CML. No entanto, o objetivo é que os níveis de decisão sejam os mínimos possíveis para que a eficiência e a celeridade sejam a tónica dominante na resposta aos moradores.

Sendo algumas das temáticas da habitação e da gestão das comunidades uma questão de vivências da casa e do bairro, a participação da rede social e das estruturas locais comunitárias no acompanhamento dos moradores afigura-se como essencial e é encarada como fator de sucesso na intervenção social. Por isso, a Gebalis tem efetuado inúmeras parcerias com entidades de base local com vista ao desenvolvimento pessoal e comunitário dos seus moradores.

Este é, sem dúvida, o mote e o propósito da existência da Empresa.

Sendo a habitação considerada o principal pilar na estruturação pessoal e familiar, cada um dos nossos moradores merece o lugar central na atividade da empresa.

É para o bem-estar individual e coletivo dos moradores que cada um dos 267 trabalhadores ativos da Empresa trabalha. É por eles que inovamos, que criamos soluções, que melhoramos procedimentos e que tentamos todos os dias fazer melhor.

Todos e cada um são importantes. Daí desenvolvermos projetos que envolvem as crianças do bairro e das escolas – seja na consciencialização do uso racional da energia, no desenvolvimento de competências pessoas e sociais, etc. -, os jovens – fazendo, por exemplo, do desporto uma escola social – dos adultos – trabalhando a questão da formação ou da empregabilidade e dos idosos – prestando cada vez mais atenção às questões das acessibilidades e da saúde mental.

Quando colocamos as pessoas em primeiro lugar, sentimos que estamos a aprofundar valores de gestão social e a cumprir com a missão que nos foi atribuída.

MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS NOSSOS MORADORES

Gebalis

A qualidade de vida pode ser aferida e sentida de várias formas. No que diz respeito à habitação, a Gebalis realiza diversas intervenções sociais e patrimoniais que permitem aumentar a qualidade de vida dos moradores e das famílias.

Quando melhoramos a eficiência térmica de uma habitação, substituindo uma janela para uma nova mais eficiente, estamos a proporcionar maior conforto térmico, menor consumo de energia e uma melhor sensação de vivência da casa.

Quando colocamos uma rampa de acesso para quem precisa de se deslocar de cadeira de rodas estamos a proporcionar autonomia e segurança, aumentando assim a qualidade de vida. Quando promovemos atividades de entretenimento às crianças e jovens estamos a despertá-los para novos mundos e novas ambições.

Os números e os indicadores que constam neste relatório e que espelham a atividade da Empresa são a prova do profundo empenho em proporcionar uma vida diferente – para melhor – aos nossos moradores. Esta vida diferente tem múltiplas vertentes que importa cuidar. Se a atribuição de uma habitação é um primeiro passo para a construção de um projeto de vida, todas as outras vertentes sociais e financeiras devem ser acarinhadas e trabalhadas, de forma a potenciar o efeito da atribuição da habitação.

Temas como a empregabilidade, a formação, a construção de valores e a aquisição de competências sociais, a literacia financeira, a vida em comunidade são estruturantes da personalidade de cada um dos nossos moradores. Outros temas que saem da questão personalista são, no entanto, igualmente importantes para que esta construção seja possível.

Uma habitação saudável, com conforto térmico, com bons acessos que não criem exclusões socais, segura e integrada na cidade proporciona e potencia as questões personalistas e são essenciais para a tão desejada ascensão social.

O ano de 2024 foi, a todos os níveis, marcante para a Gebalis, reforçando o objetivo da melhoria da qualidade de vida dos nossos moradores. Por um lado, a ***reabilitação de 450 fogos***, aliado à conclusão de 4 grandes obras de reabilitação de lotes. E, por outro, a ***entrada em produção de obra das restantes empreitadas previstas no CP 354CM2022*** e a ***constituição de 32 frentes de obra***, ao abrigo do CP355CM2023, para além da ***dinamização de novos projetos de intervenção comunitária***, que trouxeram novas e importantes ações de integração social nas nossas comunidades.

Importa ainda relevar a ***celebração de um novo Contrato Programa, 749CM2024***, entre a Gebalis e a Câmara Municipal de Lisboa, no valor de 4M€, destinado a ações de manutenção, conservação e Serviços SOS.

É com este foco que a Empresa trabalhou e trabalha, que os seus trabalhadores diariamente se entregaram e entregam à sua missão, em conjunto com muitos outros atores, com destaque para a Câmara Municipal de Lisboa.

Para atingir estes objetivos, a atuação junto dos moradores estruturou-se nos seguintes eixos orientadores:

Gebalis

EIXO 1. GESTÃO EFICIENTE E EFICAZ DO ARRENDAMENTO

GESTÃO DO ARRENDAMENTO

No final do ano de 2024, na aplicação GPH – Gestão do Parque Habitacional, estavam registados 21.625 contratos ativos (inclui 36 contratos já criados/inseridos referentes a aberturas de conta a iniciar no ano de 2025), divididos da seguinte forma:

Tipo Atribuição / Utilização do espaço	N.º de frações
ENH – Espaços Não Habitacionais	863
Habitação *	20.762
Total	**21.625**

* Inclui fogos cedidos a instituições coletivas

Para além das atribuições quantificadas no quadro anterior, em 31/12/2024, a Gebalis procedia à emissão mensal de valor indemnizatório, para 54 agregados, em processo de legalização, no âmbito da Deliberação 855/CM/2022.

Arrendamento Apoiado e Espaços Não Habitacionais

Em 31/12/2024, estavam ativos 20.327 contratos referentes a Arrendamento Apoiado e a Espaços Não Habitacionais (ENH). Os restantes 1.298 contratos referem-se a atribuições no âmbito dos Programas Renda Convencionada e Renda Acessível. Relativamente à segmentação dos contratos ativos de Arrendamento Apoiado e ENH, estes estavam divididos da seguinte forma:

Gebalis

Tipo Atribuição	Número
ENH	**863**
Arrecadação	**91**
Arrendamento - L 81/2014	1
Cedência Precária	90
Garagem	**49**
Cedência Precária	43
Outro	6
Loja	**723**
Arrendamento	16
Arrendamento Não Habitacional	1
Arrendamento Urbano	3
Cedência Precária	653
Outro	50
Habitação	**19.464**
Fogo	**19.464**
Arrendamento	8
Arrendamento - DL 166/1993	264
Arrendamento - L 81/2014	14.203
Arrendamento Urbano	211
Cedência Precária	4.738
Outro	40
Total	20.327

Renda Convencionada e Acessível

No âmbito dos contratos de arrendamento celebrados ao abrigo dos Programas Renda Convencionada e Renda Acessível, verificou-se, no final do ano de 2024, a existência de um total de ***1.298 contratos ativos***, distribuídos da seguinte forma: ***1.032 referentes ao Programa Renda Acessível e 266 ao Programa Renda Convencionada***.

Durante o ano de 2024, ***foram celebrados 218 novos contratos no âmbito do Programa Renda Acessível***, dos quais 35 vigoram a partir de janeiro de 2025.

De forma programada e quinzenal, foram realizadas visitas técnicas aos edifícios, com o objetivo de monitorizar e avaliar a execução dos serviços de limpeza executados pela empresa prestadora, bem como verificar as condições dos espaços comuns, incluindo a identificação de eventuais anomalias e ocupações abusivas.

Tendo por base os dados relativos à emissão de rendas no mês de dezembro de 2024, a renda média dos contratos de Renda Convencionada e Renda Acessível foi de 331,44 €.

De salientar que no âmbito das diligências realizadas para a recuperação de dívida referente a 1 e 2 recibos, foram implementados e executados os seguintes procedimentos:

- Estabelecimento de contacto telefónico com os arrendatários, cuja dívida correspondesse ao valor de 1 recibo em atraso, visando a regularização célere;

- Envio de interpelação, via e-mail, nos casos em que não foi possível estabelecer contacto telefónico com os arrendatários;

- Envio de interpelação, por via de ofício, aos arrendatários cuja dívida fosse de 2 recibos em atraso ou que apresentassem uma prática reiterada de incumprimento no pagamento pontual das rendas;

- Envio de convocatória para atendimento presencial, direcionada aos arrendatários com 2 recibos de dívida mais antigos, que não tenham cumprido o compromisso de liquidação no mês anterior ou que não tenham respeitado os termos propostos na interpelação enviada por ofício no mês anterior.

- Para os casos de arrendatários com dívidas correspondentes a 3 a 6 recibos, o procedimento adotado inclui o encaminhamento do processo para o Departamento de Gestão de Processos Contencioso (DGPC) com caráter extrajudicial, sendo implementadas estratégias específicas de recuperação da dívida.

- Nos casos em que a dívida acumulada corresponda a 7 ou mais recibos, o processo é igualmente remetido para o DGPC para encaminhamento judicial.

Estas medidas foram adotadas com o intuito de promover a regularização da dívida e reforçar o cumprimento das obrigações contratuais.

Observou-se uma evolução positiva na gestão destes contratos, refletida no aumento progressivo do recebimento mensal, resultando numa receita, no ano de 2024, superior a 4.5M€.

ATENDIMENTO

No que respeita ao atendimento e à relação Gebalis-moradores, há a destacar as 117.990 interações realizadas através dos vários canais, incluindo contactos telefónicos, atendimentos presenciais, visitas, portal do morador e e-mails. Este dado corresponde a um aumento de cerca de 14.6% face ao período homólogo, demonstrando uma maior procura por parte dos munícipes e, consequentemente, uma maior resposta por parte dos serviços da Empresa.

Estas ações realizadas ao longo do ano, alcançaram diretamente cerca de 12 mil agregados familiares.

Os ***37.919 atendimentos presenciais realizados nos 10 gabinetes de intervenção local e nos 2 balcões nas Lojas do Cidadão***, representam um aumento de 7,5% face ao período homólogo, relevando a importância dos postos de atendimentos físicos descentralizados para a Gebalis. Com esse foco, alargámos a rede e criámos um posto de atendimento descentralizado, no Bairro Alfredo Bensaúde, aberto à comunidade na última quinta-feira de cada mês.

Durante o ano foram realizadas 7.906 visitas, reforçando a proximidade da Empresa com as famílias e reafirmando a presença da Gebalis nos territórios.

No que respeita ao atendimento telefónico, este foi ***o primeiro ano em que o atendimento telefónico esteve centralizado no novo Contact-Center da Gebalis***, inaugurado a 15 de dezembro de 2023.

Neste primeiro ano registaram-se, assim, 45.694 telefonemas.

DELIBERAÇÕES NºS 855-A/CM/2022 E 855/CM/2022

Na sequência da operacionalização das Deliberações nºs 855-A/CM/2022 e 855/CM/2022, publicada no 5º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1506, de 29 de dezembro de 2022.

Durante este último ano foi efetuado o levantamento de todas as ocupações não autorizadas ocorridas até 01/10/2021, com o objetivo de notificar todos os agregados nestas condições e efetuar a verificação sociofamiliar destes.

No que concerne à operacionalização das Deliberações, em 2024, observaram-se os seguintes indicadores:

- 846 agregados notificados;
- 3687 atendimentos efetuados neste âmbito;
- 726 agregados com documentação entregue;
- 702 verificações sociofamiliares efetuadas;
- 264 processos concluídos;
- 103 regularizações ao abrigo da Deliberação (Regularização pela Deliberação e por Novo Arrendamento);
- 47 desocupações.

Estes dados evidenciam o impacto prático e operacional das Deliberações nº 885/CM/2022, demonstrando a resposta ativa e proativa da Gebalis face ao universo em estudo. O desenvolvimento contínuo da plataforma de ocupações não autorizadas sinaliza o compromisso constante em aprimorar os processos e fortalecer a capacidade de gestão face a este desafio específico.

ESPAÇOS NÃO HABITACIONAIS

A Gebalis tem sob sua gestão 1.140 espaços não habitacionais, dos quais 863 têm, a 31/12/2024, contrato de arrendamento ativo.

O ano de 2024 caracterizou-se por três intervenções inovadoras no âmbito da gestão dos espaços não habitacionais:

1. Verificação de ocupação dos ENH

Na sequência do envio de questionário às entidades titulares sem fins lucrativos, como forma de verificação da utilização dos espaços não habitacionais que ocorreu em 2023, foram efetuadas diligências de forma a aferir a não utilização/utilização irregular dos espaços.

Esta medida, com o objetivo de libertar os ENH não utilizados ou utilizados irregularmente, culminou no envio de 86 convocatórias e 32 visitas a estes espaços.

Concomitantemente, foi remetido a todas as 153 entidades titulares de espaços comerciais um breve questionário de fácil resposta, com a possibilidade de envio do relatório de atividades digitalizado, uma vez que são escassas as entidades que remetiam aos serviços o relatório de atividades anual, em cumprimento com o protocolo de cedência assinado com o município, o que não permitia aos serviços ter um conhecimento real das valências e atividades oferecidas às comunidades.

2. Implementação de alertas de recibos em débito

Numa estratégia de contenção do aumento de titulares com dívida, e à semelhança do que já sucede na maior parte das organizações, foi implementado um sistema de alerta via e-mail, enviado aos titulares que, até ao dia 8 de cada mês, não liquidaram a renda ou incumpriram um acordo de regularização de dívida.

Numa primeira fase, restringido o universo aos pequenos devedores, o sucesso da ação culminará no alargamento da medida aos médios devedores em 2025.

3. Prevenção de aumento de débito.

Com o objetivo de conter o aumento de grandes devedores, com exceção para os processos já em curso nos serviços da CML, todos os titulares de ENH com dívidas consideradas médias (7 a 12 recibos), foram notificados formalmente para celebração de Acordo de Regularização de Dívida. Procedeu-se ainda à visita de todos estes espaços

ANÁLISE PROCESSUAL

Foram analisados e instruídos 2.553 Processos de Agregado, sendo as transações com maior expressão acordos de liquidação de dívida, atualizações de agregado e revisões de renda.
Os processos e requerimentos rececionados foram, em média, analisados e instruídos no espaço de 1 mês.

Foram concretizadas 285 atribuições de fogos: 95 por transferências de habitação, 93 por realojamento, 2 por regularização ao abrigo do RDHM e 95 por regularização ao abrigo da Deliberação nº 855/CM/2022.

Motivo	Ano	2024
Transferências		95
Realojamento		93
Regularização - RDHM		2
Regularização - 855/CM/2022		95
TOTAL		**285**

DELIBERAÇÕES Nºs 855-A/CM/2022 E 855/CM/2022

Na sequência da operacionalização da Deliberações nºs 855-A/CM/2022 e 855/CM/2022, publicada no 5º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1506, de 29 de dezembro de 2022, que prevê o "inicio de processo de diagnóstico, de análise e de resolução das situações de ocupação não autorizada e não titulada de habitações municipais, à revelia da Entidade Gestora", foi necessário ***efetuar o levantamento de todas as ocupações não autorizadas ocorridas até 01/10/2021, com o objetivo de notificar todos os agregados nestas condições e efetuar a verificação sociofamiliar destes.***

Dado o elevado número de situações, identificou-se a necessidade premente de desenvolver uma aplicação informática que pudesse centralizar informações e simplificar processos. Nesse contexto, foi concebida e está ainda em fase de desenvolvimento a Plataforma de Ocupações Não Autorizadas, destinada a agilizar a gestão, instrução processual e consolidação de dados relevantes.

No decurso deste processo, foi realizado o levantamento de todas as ocupações identificadas, e os dados resultantes foram integrados na referida plataforma. Este instrumento tornou-se essencial para consolidar e organizar as informações relacionadas com as ocupações não autorizadas, fornecendo

uma visão holística e acessível para fins de análise e gestão deste processo, quer ao nível macro de gestão da informação, quer ao nível de cada situação em particular, permitindo acompanhar o percurso de cada processo e fase do mesmo.

No que concerne à operacionalização das Deliberações ao longo do ano de 2024, observaram-se os seguintes indicadores:

- 846 agregados notificados;
- 3687 atendimentos efetuados neste âmbito;
- 726 agregados com documentação entregue;
- 702 verificações sociofamiliares efetuadas;
- 264 processos concluídos;
- 103 regularizações ao abrigo da Deliberação (Regularização pela Deliberação e por Novo Arrendamento);
- 47 desocupações.

Estes dados evidenciam o impacto prático e operacional das Deliberações nº 885/CM/2022, demonstrando a resposta ativa e proativa da Gebalis face ao universo em estudo. O desenvolvimento contínuo da plataforma de ocupações não autorizadas sinaliza o compromisso constante em aprimorar os processos e fortalecer a capacidade de gestão face a este desafio específico.

GESTÃO DE CONDOMÍNIOS

No ano de 2024, ***a Gebalis continuou a apostar num contacto próximo com as administrações de condomínio e proprietários(as)***, de modo a prestar os esclarecimentos solicitados e mediar alguns conflitos e reclamações, tendo marcado ***presença em 198 reuniões formais de condomínio ou de proprietários(as)***, divididas da seguinte forma:

Tipo Reunião	N.º Reuniões
Assembleia Extraordinária	29
Assembleia Ordinária	155
Reunião de Constituição	13
Reunião com Administração	1
Total	**198**

Comparando com o ano de 2023, a Gebalis esteve presente em mais 89 reuniões de condomínio, sendo que em 2024 foram iniciados/constituídos 6 novos condomínios.

Em 31/12/2024, o número total de condomínios constituídos e ativos era de 709, onde estão inseridas 3.312 frações sob gestão da Empresa.

Em termos geográficos, os prédios com condomínio constituído, no final do ano 2024, estão distribuídos da seguinte forma:

Zona	N.º Condomínios	N.º Frações GEBALIS
Património Disperso	8	24
Norte Ocidental	24	207
Norte Oriental	356	1926
Ocidental	150	608
Oriental	77	311
Sul	94	270
Total	**709**	**3346**

Se é certo que o valor das quotizações envolvidas já assume um valor considerável, também não deixa de ser verdade que, por via da sua criação, se transfere para os condomínios a gestão dos elevadores e os contratos dos serviços comuns de eletricidade e água. A este propósito refira-se que a Empresa tem tido um envolvimento crescente com os proprietários(as) dos condomínios já constituídos, por forma a auxiliá-los e a capacitá-los para a gestão do património comum dos lotes.

ANO	CONDOMÍNIOS NOVOS	CONDOMÍNIOS ATIVOS	PAGAMENTOS A CONDOMÍNIOS
2008	15	545	395.645,00 €
2009	34	579	626.538,77 €
2010	24	603	647.199,55 €
2011	20	623	685.882,55 €
2012	9	629	897.987,12 €
2013	12	641	767.936,65 €
2014	20	659	781.406,00 €
2015	5	664	1.040.282,34 €
2016	6	670	1.076.744,36 €
2017	19	689	1.005.309,63 €
2018	8	702	1.146.570,37 €
2019	4	709	1.144.374,80 €
2020	1	712	1.522.033,95 €
2021	1	713	1.096.891,81 €
2022	2	709	1.293.475,16 €
2023	0	707	1.164.396,47 €
2024	2	709	1.687.212,00€
TOTAIS	**180**		**15.292.674,53 €**

Durante o ano de 2024, a Gebalis procedeu a pagamentos a condomínios no valor de 1.687.212,00 €, correspondente a quotas ordinárias, extraordinárias e seguros. Face ao ano de 2024, os valores pagos registaram um aumento superior a 520 mil euros.

SEGURANÇA DAS NOSSAS HABITAÇÕES

A proteção do património municipal, garantindo a ocupação legal das habitações, através dos programas de arrendamento municipal, é um dever que a Empresa assume, promovendo um forte combate às

ocupações ilegais.

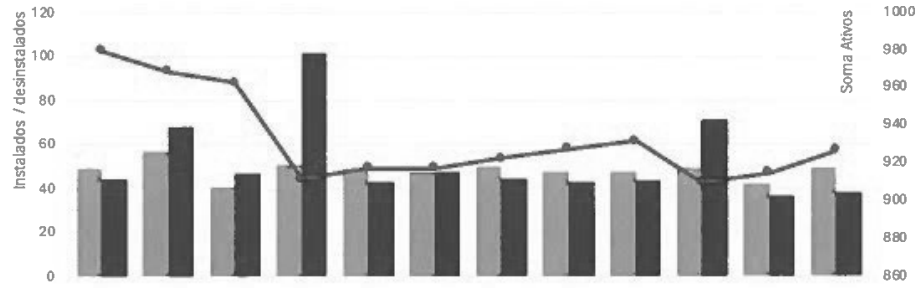
A linha de atuação continuará a assentar na promoção e desenvolvimento de estratégias que previnam a ocupação abusiva dos fogos municipais, dando continuidade à instalação de alarmes anti-intrusão (SDI) e colocação de portas bloqueadoras, nomeadamente nas habitações/espaços municipais devolutos que vão entrar em obra ou já reabilitados para atribuição a novas famílias, a fim de evitar qualquer tentativa de intrusão, nas habitações referidas.

A concretização deste objetivo implica o acompanhamento e a interconexão com as entidades externas intervenientes: Polícia Judiciária, Polícia Municipal, Polícia Segurança Pública.

Neste âmbito, ***mantém-se a intensificação do programa de securização de fogos municipais***, recorrendo a dispositivos baseados em *IoT (Internet of Things)* e sem necessidade de alimentação elétrica de rede pública.

Tal tem permitido combater a proliferação de impunidade na ocupação indevida de património municipal, tendo-se registado, em 2024, ***114 tentativas de intrusão combatidas com 100% de sucesso***.

Neste momento, as tentativas de ocupação indevida não estão, assim, a ter sucesso, garantindo-se a defesa de um processo de atribuição de fogos aos agregados familiares justo, de acordo com as regras municipalmente estabelecidas.



	Jan-24	Feb-24	Mar-24	Apr-24	May-24	Jun-24	Jul-24	Aug-24	Sep-24	Oct-24	Nov-24	Dec-24
Instalados	49	57	41	51	49	48	50	48	48	49	42	49
Desinstalados	45	68	47	102	43	48	45	43	44	71	37	38
Soma Ativos	980	969	963	912	918	918	923	928	932	910	915	927

Tabela X - Progressão na implementação de segurança de espaços municipais durante 2024

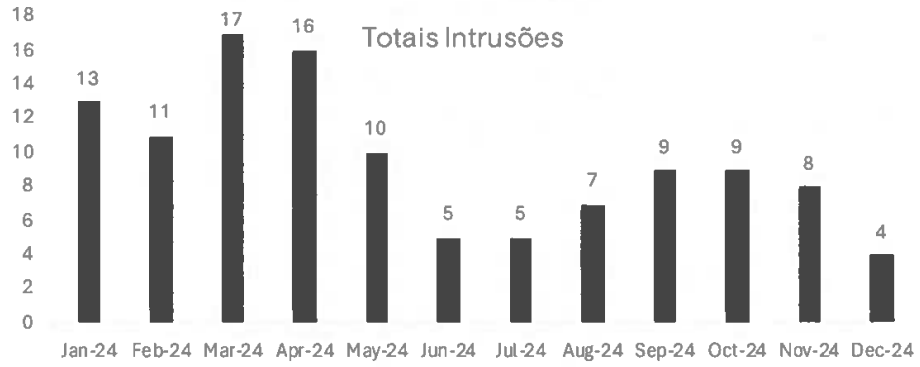


Fig. X - Evolução da deteção de intrusão no ano de 2024

A par destas atividades irão continuar a ser apresentadas participações criminais, no âmbito dos vários procedimentos relacionados com as ocupações ilegais e por danos no património municipal; promovidas as remoções de bens do interior de fogos municipais e de bens existentes em espaços comuns e outros espaços não habitacionais; assim como levadas a cabo, sempre que necessário, as reentradas na posse administrativa das habitações municipais.

Nota para o facto de, neste âmbito, terem sido apresentadas 70 queixas-crime, das quais 12 por flagrante delito/detenção/acionamento de alarme e 58 contra desconhecidos, por danos causados no património municipal. Foram ainda realizadas 24 diligências no âmbito de inquirições na PSP e audiências de julgamento em Tribunal.

Durante o ano de 2024 foram igualmente priorizadas a execução desocupações de ocupantes não autorizados, no âmbito do Regulamento das Desocupações de Habitações Municipais, Deliberação nº 855/CM/2022 e das decorrentes dos procedimentos de cessação da autorização de utilização de fogo municipal/resolução de contrato, determinadas por ato administrativo, após a necessária sinalização e encaminhamento social dos agregados em causa junto da Rede Social, nas situações devidamente autorizadas para o efeito.

No que concerne à operacionalização, observaram-se os seguintes indicadores:

	Desocupações RDHM	Desocupações Coercivas (Despacho Vereador(a) Habitação)	Remoção bens / Reentradas Posse
2017	116	33	126
2018	81	24	80
2019	75	25	103
2020	61	11	141
2021	13	31	142
2022	63	39	134
2023	**56**	**32**	**251**
2024	**108**	**27**	**240**

É de referir que das desocupações/RDHM, referentes ao ano 2024, 47 foram efetuadas no âmbito da Deliberação nº 855/CM/2022.

Relativamente às desocupações coercivas, além das 27 mencionadas no quadro, acrescem 2 intervenções que foram suspensas, uma pelo pagamento total da dívida no valor de 5.233,47€ e outra pelo pagamento parcial de 11.025,00€, com o valor remanescente em dívida a ser contratualizado em ARD por 12 meses. De salientar que estas intervenções provocaram um efeito positivo nas comunidades, tendo-se deslocado aos serviços da Empresa um elevado nº de agregados para regular as suas dívidas ou propor a celebração de ARD.

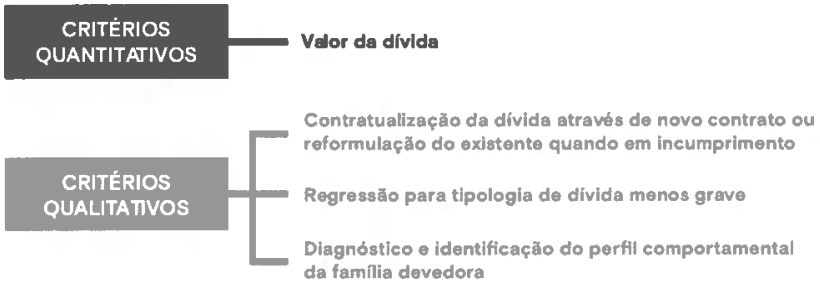
EIXO 2. PREVENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE DÍVIDA DE RENDAS

O plano de ação, para a prevenção e recuperação de dívida de rendas em 2024, deu continuidade ao trabalho de proximidade com as famílias sinalizadas, procurando identificar e ativar recursos formais e informais com o objetivo de diminuir a dívida existente.

Neste contexto foram implementadas medidas como:

- Articulação com entidades externas que acompanhem as famílias (como por exemplo a SCML);
- Continuidade de implementação da metodologia MARS – Matriz de Análise de Risco Habitacional;
- Visitas e reunião conjuntas;
- Atendimentos presenciais e contactos telefónicos.

Esta ação visou não só a recuperação de dívida, mas funcionou também como teste de metodologias de profundidade e longitudinais junto dos dois segmentos de dívida mais cristalizados da realidade Gebalis.



No ano de 2024 registou-se a diminuição do valor das rendas em dívida. Relativamente ao valor contabilizado em 31/12/2023, existiu uma diminuição de 403.201,62 €. Os valores registados são um resultado direto dos procedimentos implementados pela Empresa na recuperação dos valores em dívida.

A evolução da dívida está demonstrada no quadro seguinte:

Gebalis

ANO MOV		EMISSÃO ANO		DIVIDA 2022		DIVIDA 2023		DIVIDA 2024/12		VARIAÇÃO / RECUPERADO *	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	2023	%	2024	%
1998	854.208,91 €	541,66 €	0,06%	410,42 €	0,05%	291,94 €	0,03%	131,24 €	24,23%	118,48 €	28,87%
1997	3.713.634,99 €	2.654,04 €	0,07%	2.166,05 €	0,06%	1.529,17 €	0,04%	487,99 €	18,38%	636,88 €	29,40%
1998	4.661.815,36 €	6.762,12 €	0,15%	5.415,25 €	0,12%	3.304,93 €	0,07%	1.346,87 €	19,92%	2.110,32 €	38,97%
1999	6.045.928,04 €	18.422,84 €	0,30%	17.864,06 €	0,30%	15.297,18 €	0,25%	558,78 €	3,03%	2.566,88 €	14,37%
2000	7.600.949,05 €	72.415,45 €	0,95%	69.329,42 €	0,91%	66.545,44 €	0,88%	3.086,03 €	4,26%	2.783,98 €	4,02%
2001	10.140.010,16 €	126.663,22 €	1,25%	120.854,19 €	1,19%	110.438,69 €	1,09%	5.809,03 €	4,59%	10.415,50 €	8,62%
2002	12.897.129,11 €	178.931,62 €	1,39%	171.073,30 €	1,33%	157.005,18 €	1,22%	7.858,32 €	4,39%	14.068,12 €	8,22%
2003	15.154.385,19 €	257.817,16 €	1,70%	247.033,10 €	1,63%	233.222,22 €	1,54%	10.784,06 €	4,18%	13.810,88 €	5,59%
2004	17.458.415,62 €	400.542,04 €	2,29%	370.738,55 €	2,12%	341.766,51 €	1,96%	29.803,49 €	7,44%	28.972,04 €	7,81%
2005	19.210.944,31 €	603.292,37 €	3,14%	551.179,94 €	2,87%	509.195,57 €	2,65%	52.112,43 €	8,64%	41.984,37 €	7,62%
2006	19.347.497,00 €	889.519,96 €	4,60%	819.567,00 €	4,24%	758.354,39 €	3,92%	69.952,96 €	7,86%	61.212,61 €	7,47%
2007	20.211.513,60 €	1.157.288,35 €	5,73%	1.080.491,34 €	5,35%	1.012.193,28 €	5,01%	76.797,01 €	6,64%	68.298,06 €	6,32%
2008	20.957.507,77 €	1.591.462,42 €	7,59%	1.497.180,48 €	7,14%	1.402.339,26 €	6,69%	94.281,94 €	5,92%	94.841,22 €	6,33%
2009	21.098.615,72 €	1.866.179,95 €	8,85%	1.769.070,31 €	8,38%	1.666.630,85 €	7,90%	97.109,64 €	5,20%	102.439,46 €	5,78%
2010	20.859.835,09 €	2.098.703,46 €	10,05%	1.985.981,07 €	9,52%	1.876.425,17 €	9,00%	110.722,39 €	5,28%	109.555,90 €	5,52%
2011	20.417.278,89 €	2.234.191,49 €	10,94%	2.121.624,07 €	10,39%	2.018.109,06 €	9,88%	112.567,42 €	5,04%	103.515,01 €	4,88%
2012	20.282.868,20 €	2.325.196,98 €	11,46%	2.204.000,21 €	10,87%	2.097.305,89 €	10,34%	121.186,77 €	5,21%	106.694,32 €	4,84%
2013	20.572.959,72 €	2.540.052,34 €	12,35%	2.406.738,20 €	11,70%	2.273.896,09 €	11,05%	133.314,14 €	5,25%	132.842,11 €	5,52%
2014	18.860.829,74 €	2.742.251,77 €	14,54%	2.620.097,81 €	13,89%	2.469.921,50 €	13,10%	122.153,96 €	4,45%	150.176,31 €	5,73%
2015	18.469.431,34 €	2.521.337,39 €	13,65%	2.410.811,03 €	13,05%	2.288.772,28 €	12,39%	110.526,36 €	4,38%	122.038,75 €	5,06%
2016	17.556.253,78 €	2.784.890,12 €	15,86%	2.643.734,72 €	15,06%	2.488.946,10 €	14,18%	141.155,40 €	5,07%	154.788,62 €	5,85%
2017	19.214.310,00 €	5.484.311,31 €	28,54%	5.178.315,47 €	26,95%	4.847.669,23 €	25,23%	305.995,84 €	5,58%	330.646,24 €	6,39%
2018	18.311.414,59 €	2.722.610,81 €	14,87%	2.586.263,16 €	14,12%	2.439.894,27 €	13,32%	136.347,65 €	5,01%	146.368,89 €	5,66%
2019	18.998.736,48 €	2.883.646,16 €	15,18%	2.740.504,65 €	14,42%	2.594.916,02 €	13,66%	143.141,51 €	4,96%	145.588,63 €	5,31%
2020	19.321.741,53 €	3.069.762,67 €	15,89%	2.870.749,94 €	14,86%	2.639.804,17 €	13,66%	199.012,73 €	6,48%	230.945,77 €	8,04%
2021	20.411.432,80 €	3.284.729,52 €	16,09%	3.022.899,34 €	14,81%	2.805.312,71 €	13,74%	261.830,18 €	7,97%	217.586,63 €	7,20%
2022	20.935.031,86 €	3.425.836,28 €	16,36%	2.877.179,55 €	13,74%	2.635.201,00 €	12,59%	548.656,73 €	16,02%	241.978,55 €	8,41%
2023	22.642.181,89 €			3.087.973,05 €	13,64%	2.471.401,01 €	10,92%			616.572,04 €	19,97%
2024	23.835.049,48 €					2.850.354,95 €	12,06%				
TOTAL	**479.841.910,22 €**	**45.288.013,50 €**	**10,45%**	**45.479.245,68 €**	**9,97%**	**45.078.044,06 €**	**9,39%**	**2.898.740,87 €**	**6,40%**	**3.253.556,57 €**	**7,15%**

* - Além de valores recuperados, incluí o efeito das reduções e anulações de dívida.

De acordo com o quadro precedente, constatamos que, da dívida existente desde a fundação da Empresa, ***no ano de 2024 foram regularizadas 7,15% de dívidas de rendas de anos anteriores***. Em 2024, a percentagem dos valores em dívida, face à totalidade dos valores emitidos, diminuiu 0,58 pontos percentuais, passando de 9,97% para 9,39%.

O montante em dívida contabilizado em 31/12/2024, inclui o valor de 474.670,09 € de dívida englobada em processos de insolvência individual. Esta dívida será anulada, caso exista sentença judicial de exoneração final do passivo restante no final do processo de insolvência.

É de salientar que o valor em dívida existente em 31/12/2024 contempla o montante de 6.003.933,84 € (13,32%), referente a dívida registada em atribuições que já se encontram canceladas, isto é, em que os titulares já procederam à entrega das chaves da fração que lhes foi atribuída.

Em 31/12/2024, estava em dívida o valor de 61.914,68 €, referente a proponentes a arrendatários no âmbito da Deliberação 855/CM/2022.

Nos valores em dívida estavam incluídos 1.297.569,51 € de dívidas de funcionários(as) municipais, moradores(as) no Bairro Cooperativa dos Alfinetes (Av. Paulo VI), que devido a contencioso com o Município acumularam rendas por pagar naquele montante.

Relativamente às imparidades constituídas pela Gebalis, no final do ano de 2024, estas apresentavam o valor de 41.592.173,89 € da dívida (já incorporados em gastos), representando um incremento no montante de 138.333,16 €, o que nos remete para uma dívida líquida de imparidades de 3.483.870,17 €.

No ano de 2024, foram reduzidas rendas e anuladas dívidas (por ser irrecuperável ou por exoneração do passivo restante) no valor de 1.262.945,07 €, conforme quadro abaixo:

TIPO	2020	2021	2022	2023	2024	TOTAL
Anulação Dívida	339.278,74 €	641.104,61 €	652.287,97 €	396.218,30 €	299.707,96 €	2.328.597,58 €
Redução Pontual Renda	560.820,51 €	358.622,74 €	375.076,61 €	409.016,76 €	823.077,31 €	2.526.613,93 €
Redução Renda	260.816,38 €	230.838,72 €	248.891,92 €	186.917,74 €	140.159,80 €	1.067.624,56 €

Tabela X - Reduções de renda concedidas

De acordo com o quadro anterior, nos últimos cinco anos, a adequação das rendas cobradas aos rendimentos declarados pelos agregados, significou a atribuição de ajustamentos no valor de renda num montante de 5.922.836,07 €.

Comparando os valores registados nos anos de 2023 e 2024, constatamos que ***existiu um aumento no montante de 270.792,27 € (+27,29%), na totalidade das reduções de renda e anulação de dívida***.

TIPO	2023	2024	Variação 2023/2024	
			Em Valor	Em %
Anulação Dívida	396.218,30 €	299.707,96 €	-96.510,34 €	-24,36 %
Redução Pontual Renda	409.016,76 €	823.077,31 €	414.060,55 €	101,23 %
Redução Renda	186.917,74 €	140.159,80 €	-46.757,94 €	-25,02 %
TOTAL	**992.152,80 €**	**1.262.945,07 €**	**270.792,27 €**	**27,29 %**

Avaliando o impacto e a evolução do processo de alienações em curso pelo Município de Lisboa, no ano de 2024, o património sob gestão da Empresa foi reduzido em 12 frações, cujas rendas a cobrar mensalmente representavam o valor de 1.543,64 €. Trata-se de um processo que desde 2010, ano em que foram alienadas 202 frações, se traduziu num decréscimo de receitas estimado, até final do exercício, em mais de 12.445.264,24 €, conforme se discrimina:

Gebalis

ANO ALIENAÇÃO	N.º FRAC ALIENADAS *	RENDA MENSAL**	PERDA RECEITA	
			ANO 2024	TOTAL até dez/2024
2010	202	15.791,89 €	189.502,68 €	2.734.301,97 €
2011	109	8.860,76 €	106.329,12 €	1.445.142,97 €
2012	109	10.009,19 €	120.110,28 €	1.494.821,69 €
2013	25	1.189,69 €	14.276,28 €	165.669,46 €
2014	58	5.000,74 €	60.008,88 €	626.961,68 €
2015	96	11.687,50 €	140.250,00 €	1.297.867,93 €
2016	74	6.905,94 €	82.871,28 €	693.473,22 €
2017	69	8.177,01 €	98.124,12 €	753.464,62 €
2018	104	11.980,26 €	143.763,12 €	943.357,14 €
2019	119	13.052,28 €	156.627,36 €	848.787,04 €
2020	52	7.071,77 €	84.861,24 €	364.104,43 €
2021	99	13.128,83 €	157.545,96 €	584.590,74 €
2022	67	8.217,08 €	98.604,96 €	261.347,79 €
2023	81	10.804,93 €	129.659,16 €	219.570,04 €
2024	12	1.543,64 €	11.803,52 €	11.803,52 €
Total	**1.276**	**133.421,51 €**	**1.594.337,96 €**	**12.445.264,24 €**

* - N.º de frações alienadas comunicadas à GEBALIS até à elaboração do quadro.
** - A renda mensal apresentada, tal como os restantes cálculos efetuados, consideram o valor da renda à data da alienação, não se procedendo a qualquer atualização.

Não tendo sido efetuada a alienação de lotes inteiros, persistirão ainda encargos futuros para a empresa no que se refere às quotizações para condomínios.

ANÁLISE À DÍVIDA POR TIPOLOGIA DE DEVEDOR

Em relação à divida, foram desencadeadas 4 medidas de ação consoante o tipo de devedor em análise. Assim temos:

Devedores Transitórios e Ligeiros < 6 recibos

A implementação das metodologias *nudge* junto dos devedores Transitórios e Ligeiros permitiu garantir que, mensalmente, todos os devedores destes segmentos sem dívida contratualizada, fossem notificados com cartas *nudge* simples, com um layout mais apelativo e com a inserção de referências MB para facilitar o processo de pagamento. Dado o sucesso da medida, mantivemo-la para todos os Transitórios e para os devedores Ligeiros com dívidas até 6 meses sem dívida contratualizada.

Mensalmente foram identificados os devedores Transitórios e Ligeiros com menos de 6 recibos em dívida, para serem produzidas as cartas.

Para 2024 definimos como objetivo a recuperação de 30% do valor em dívida, tendo-se observado a diminuição de 46% deste valor.

Devedores Ligeiros > 6 e médios

Mensalmente foram identificados os devedores Ligeiros com dívidas entre 7 e 12 meses, e devedores Médios (sem procedimento jurídico em curso e sem dívida contratualizada), que têm sido trabalhados

através da ativação de medidas mais personalizadas, nomeadamente atendimentos, contactos telefónicos, visitas domiciliárias, reuniões com parceiros, etc.

A medida tem como principal objetivo reduzir o número de agregados devedores ligeiros que acumulam dívidas entre 7 e 12 meses, no caso dos devedores Ligeiros, e reduzir o número de agregados do segmento Médio, com impacto global na redução dos valores em dívida.

No que respeita a 2024, foram traçados os seguintes objetivos, com os respetivos resultados:

- Objetivo: reduzir em 10% o número de agregados neste segmento;
  Resultado: aumento de 4%.

- ***Objetivo: aumentar em 10% a contratualização da dívida em cumprimento;***
  Resultado: aumento de 12%.

Devedores Crónicos e Crónicos Graves

A implementação das metodologias mais personalizadas e intensivas, que decorreu em 2023, permitiu iniciar contactos regulares junto de 10% dos agregados Crónicos e Crónicos Graves, identificados pelas equipas.

Neste sentido, importa continuar a aplicar abordagens que permitam fazer o diagnóstico da situação, identificando o perfil de devedor no sentido de mobilizar estratégias que garantam a recuperação da dívida.

Cada equipa identifica 15% dos agregados Crónicos e Crónicos Graves sem procedimento jurídico iniciado, para serem trabalhados pelos respetivos Gabinetes, através da ativação de medidas mais personalizadas.

A medida tem como principal objetivo reduzir o valor global de dívida e aumentar a taxa de contratualização em cumprimento.

No que respeita a 2024, foram traçados os seguintes objetivos, com os respetivos resultados:

- Objetivo: diminuir a dívida no valor de 5%;
  Resultado: diminuição de 1%.

- ***Objetivo: aumentar em 10% a contratualização da dívida em cumprimento;***
  Resultado: aumento de 19% dos agregados em cumprimento.

Controlo dos Acordos de Liquidação de Dívida

A implementação do Modelo de Gestão da Dívida teve um impacto muito positivo no aumento da contratualização. Não obstante este incremento, registamos taxas de incumprimento demasiado elevadas que importa reverter, implementando medidas de controlo mensal dos acordos de liquidação de dívida.

Cada equipa implementou, ao longo do ano de 2024, protocolos de contacto com os agregados incumpridores (contacto telefónico, SMS, email, atendimento, visita domiciliária, etc), conducentes à recuperação das prestações em atraso, reformulações dos acordos ou outras medidas que se mostrem adequadas à recuperação consistente da dívida.

Esta metodologia permitiu aumentar o número de agregados que cumprem os acordos de liquidação

de dívida, com impacto global na redução dos valores em dívida.

No que respeita a 2024, foram traçados os seguintes objetivos, com os respetivos resultados:

- Objetivo: aumentar a taxa de cumprimento da dívida contratualizada, atingindo-se 50% de Acordos de Liquidação de Dívida (ALD) em cumprimento;
  Resultado: atingiu-se 54% de ALD em cumprimento.

EIXO 3. GESTÃO DE PROXIMIDADE

AÇÕES TRANSVERSAIS

A Gestão de Proximidade implica uma presença ativa e direta no terreno e requer uma abordagem proativa, flexível e adaptável às diferentes realidades e necessidades encontradas em cada contexto.

Ao longo dos anos, temos trabalhado neste contexto de proximidade, desenvolvendo e implementando vários projetos com impacto muito positivo na comunidade, o que nos mostra que muitos destes projetos devem ser transversais a vários territórios ou mesmo à cidade.

Apesar da estrutura comum, estes projetos são concebidos com uma abordagem holística, considerando as necessidades específicas de cada território e envolvendo ativamente os membros da comunidade desde a conceção até à implementação.

Programa Lotes ComVida

Lotes ComVida
PROGRAMA DE APOIO À CONSTITUIÇÃO DE COMISSÕES DE LOTE

"O "Lotes ComVida" é um programa de incentivo à organização coletiva dos espaços comuns dos lotes e de valorização das relações de vizinhança e tem como objetivo principal a capacitação e participação dos residentes e das entidades locais, na organização, conservação e gestão colaborativa dos lotes.

É um grande "chapéu", com ações transversais à cidade e ações locais, que respeitam a identidade territorial.

O programa surgiu da oportunidade criada pelo "Programa de Requalificação de Bairros Municipais de Lisboa", com forte investimento na recuperação da envolvente exterior dos lotes, na evidência da correlação positiva entre organização coletiva dos lotes e o grau de satisfação residencial e da competência da entidade gestora na promoção da constituição de comissões de lote, assegurando

assim a participação dos agregados residentes na gestão e conservação dos edifícios municipais.

O Lotes ComVida, em 2023, interveio em 16 bairros, abrangendo um total de 172 edifícios. Em 2024 expandimos o alcance do programa na cidade, chegando agora a 25 bairros, 291 edifícios, 4653 agregados familiares e a cerca de 12.563 munícipes. Aumentámos em 56% o número de bairros com este programa implementado, apostando cada vez mais no trabalho em comunidade e em parceria com os nossos residentes, permitindo uma gestão colaborativa com impacto muito positivo junto dos prédios e das comunidades.

Como indicadores de resultado, evidenciam-se:

- 87 reuniões de lote;
- 127 comissões de lote constituídas;
- 252 gestores de lote identificados;
- 1767 visitas a lotes;
- 325 avaliações de lote;
- 3532 visitas domiciliárias;
- 26 ações comunitárias;
- 22 ações de parceria.

Em todos os lotes abrangidos foram diagnosticadas as necessidades, o nível de apropriação e a organização coletiva, através da elaboração de bilhetes de identidade de lote.

Foi promovida a organização coletiva de 100% dos lotes intervencionados pelo Programa "Lotes ComVida", através da constituição de comissões de lote, da implementação de modelo de limpeza, da identificação de gestores de lote ou da constituição de condomínios.

A manutenção e ampliação do Programa Lotes ComVida é um investimento que tem trazido frutos a vários níveis, nomeadamente:

- Para os residentes, os atores principais do processo que, envolvidos, participativos, responsabilizados e com poder de decisão, podem contribuir de forma determinante para a gestão e conservação do seu lote e, em suma, para a sua qualidade de vida;
- Residentes mais capacitados e a fazerem parte das decisões do seu lote, transportam essa confiança, autonomia, iniciativa para outras esferas da sua vida;
- A Empresa tem beneficiado de residentes mais satisfeitos, lotes mais conservados e menos custos de reparação;
- A Empresa beneficia ainda de um programa transversal, próximo da população, que acompanha a intervenção de edificado com a social – "não há obras sem pessoas";
- Os parceiros beneficiam de um programa ativo, próximo, que dinamiza os lotes, medeia relações de vizinhança e que pode chegar às populações mais vulneráveis com facilidade;
- A cidade beneficia de bairros com uma imagem pública mais positiva, relações de vizinhança despertas, com forte sentimento comunitário e com populações menos excluídas.

Programa Bem-Vindos

Este programa, de continuidade, pretende promover a melhor adaptação dos novos residentes ao novo

espaço de residência e mobilizar processos generativos noutras dimensões de vida, através de uma intervenção precoce em articulação com a Rede Social.

As equipas desenvolveram ações de acolhimento destas famílias nomeadamente:

- ***320 visitas domiciliárias***, integração dos novos residentes nas dinâmicas de lotes existentes (apresentação vizinhos, interlocutores, gestores de lote, inclusão na organização do lote);
- Promoção de ações de informação sobre aspetos práticos de gestão doméstica (segurança na habitação, literacia financeira, cuidados de manutenção) e sobre o contrato de arrendamento em regime de arrendamento apoiado.

Bora Mexer

Este programa é uma iniciativa da Gebalis, com o apoio do Record Move Portugal, que pretende promover o desporto e o bem-estar, enquanto promove a inclusão e um sentimento de pertença na comunidade.

O Bora Mexer prevê a dinamização de atividades gratuitas para todas as idades, em 10 bairros de Lisboa, ao longo de 10 fins de semana. Desportos para todos os gostos, como Tai-Chi, Futebol a andar, Zumba e *Playtennis*, estiveram disponíveis de maio a julho.

Estas atividades decorreram atividades nos Bairros Padre Cruz, Alta de Lisboa, Quinta do Cabrinha, Carlos Botelho, Telheiras Sul, Ameixoeira, Boavista, Condado, Alfinetes, e Quinta das Laranjeiras. A culminar estas iniciativas, foi ainda realizada uma ação especial, para celebrar o Dia da Criança, no

Parque de Jogos 1º de Maio, integrada no *Record Challange Park*.

A Gebalis contou com 1200 participantes nas 20 sessões de Bora Mexer.

Projeto Radar

A Gebalis aderiu ao projeto RADAR em setembro de 2020, assumindo duas grandes missões de trabalho, por um lado, a apropriação da Plataforma Digital do Projeto RADAR, e por outro a participação nas ações de rua, com o objetivo de não só captar radares comunitários, como também alcançar o grande objetivo: ***mapear e georreferenciar as pessoas 65+, as suas privações, expectativas e potencialidades, procurando respostas concertadas, alicerçadas na rede de parceiros e nos radares comunitários, sem perder a reflexão constante que os desafios da longevidade lançam, nomeadamente na área da habitação***.

O RADAR é um projeto de continuidade, que envolve todas as equipas dos Gabinetes de Intervenção Local. Em cada Gabinete existe um ponto focal, acrescido de um ponto focal central, localizado na Sede. É amplamente reconhecido pelo consórcio que a entrada da Gebalis é uma mais-valia para o projeto: por residirem nos seus bairros cerca de 10% dos idosos da cidade; pelo conhecimento que dispõe dos bairros municipais; pelo conhecimento e proximidade com as famílias, pela presença ativa dos técnicos da Empresa nas ações de rua, pela necessidade de se adaptarem as habitações a uma população cada vez mais envelhecida.

Como indicadores de atividades apuram-se:

- 83 ações de rua atendidas;
- 129 idosos Gebalis inseridos na Plataforma;

A Gebalis participou em 100% das ações de rua, efetuadas pela Unidade de Missão nas freguesias com habitação municipal.

Gebalis

Community Champions League

FUNDAÇÃO BENFICA Community Champions League

PROMOTOR: FUNDAÇÃO BENFICA
PARCEIRO: Gebalis

O *Community Champions League* (CCL) é um projeto europeu, organizado pela *European Football for Development Network Foundation* (EFDN) e apoiado pelo programa Erasmus + da Comissão Europeia. Em Portugal é implementado pela "Fundação Benfica", em parceria estratégica com a Gebalis

Este é um projeto de inclusão social, que privilegia o futebol e a inter-competição como ferramentas de sucesso para o desenvolvimento comunitário e para a promoção de uma cidadania ativa, em indivíduos e populações de diferentes contextos sociodemográficos. Pretende-se que este projeto seja promotor de igualdade no acesso ao desporto e de coesão social e territorial.

Para o efeito, as equipas ganham pontos dentro e fora de campo. Por um lado, através de um torneio desportivo, onde se pontua pelos golos marcados e pela atitude positiva. Por outro lado, fora de campo, cada equipa conquista pontos através de iniciativas a favor da sua comunidade.

Os jovens são convidados a olhar para os seus territórios, a identificarem necessidades e a organizarem-se coletivamente para responderem às mesmas, com pequenas ações.

Como principais indicadores, destaca-se:

- 58 contribuições comunitárias;
- 6 workshops dinamizados;
- 1 evento final;
- 405 parceiros envolvidos;
- 3968 beneficiários alcançados.

Gebalis

Semana Digital

Num mundo cada vez mais tecnológico e digital, consideramos que a inclusão digital é fundamental. Para tal, reafirmamos a nossa parceria com a *Fun Coders Academy* – escola de programação para crianças dos 7 aos 17 anos – e ***permitimos que 170 crianças e jovens residentes nos nossos bairros obtivessem, de forma gratuita, formação na área digital, de programação e robótica***.

A semana culminou com um evento de encerramento no auditório da Escola Secundária D. Dinis, em Marvila, que reuniu todos os alunos para a apresentação de um *pitch* por cada *bootcamp* – Scratch, Robótica, Edição de Vídeo, Construção de Sites e Comunicação Criativa.

A plateia foi surpreendida com um convidado especial: o cantor Dino D'Santiago, que falou sobre o seu Projeto "O Teu Lugar no Mundo", do qual a Gebalis é parceira.

Com este projeto, a Gebalis pretende promover a inclusão digital como uma alavanca para a inclusão social, potenciar a diferenciação dos jovens no mercado de trabalho, estimular o raciocínio lógico através de linguagem de programação, desafiar a criatividade de cada criança ou jovem e promover a coesão social dos territórios, através de jovens com mais oportunidades formativas.

O teu Lugar no Mundo

A organização sem fins lucrativos (ONG) 'Mundo Nôbu' pretende uma mudança no que diz respeito à equidade no acesso a oportunidades, por parte de comunidades mais vulneráveis.

A Gebalis abraçou o projeto e apoiou o empoderamento dos jovens residentes em bairros municipais lisboetas.

O projeto "O Teu Lugar no Mundo" teve oficialmente início em setembro de 2024 e irá decorrer até 2027, destinando-se a 160 jovens entre os 14 e os 22 anos. O grande objetivo passa por desenvolver competências de pensamento crítico e de consciência individual e social, com vista a uma maior autoestima, autoconhecimento e capacidade de tomar decisões em benefício próprio e da sociedade. Procura oferecer um programa vasto, que permitirá o acesso a oportunidades de carreira, contactar com personalidades de referência e até fazer estágios em algumas das mais reconhecidas instituições do país.

Participámos em 4 reuniões e em 4 encontros de jovens, promovidos por este projeto. Os encontros contaram com a participação de cerca de 400 jovens.

Talentos Do Bairro

O Talentos do Bairro é a nova iniciativa da Gebalis, com a colaboração da Medialivre, CML, EGEAC e Banco BPI – Fundação "la Caixa". Um projeto que dá palco aos residentes, impulsiona os seus talentos e dá possibilidade aos participantes de crescerem no meio artístico, investindo na sua capacitação.

Cientes de que nos bairros municipais existem residentes com muitas competências e talentos, mas que devido a múltiplas condicionantes nem sempre emergem ou evoluem, a Gebalis propôs-se a desenvolver, em 2024, este projeto que tem também como objetivos a promoção da proximidade entre residentes em momentos lúdicos e culturais, potenciar o acesso livre à arte e à cultura e o fortalecimento das relações comunitárias e empoderamento da identidade local.

Como principais indicadores, destacam-se:

- 75 inscrições (individuais e em grupo);
- 24 bairros representados;
- 130 participantes;
- 41 atuações;
- 4 pré-eliminatórias e 1 evento final;
- 845 espectadores;
- 13 finalistas;

Cinema Insuflável

Este projeto tem como principal objetivo proporcionar uma experiência cultural acessível e inovadora, promovendo o acesso ao cinema como um meio de integração, lazer e educação, especialmente para crianças e idosos residentes em bairros municipais.

Para tal, ***a Gebalis, em parceria com a Associação Cultural Figura Nacional, promoveu sessões de cinema, cada uma selecionada especificamente para abordar questões sociais e problemáticas pertinentes a cada comunidade***.

Foram trabalhados temas como o *bullying*, racismo, igualdade de género ou empatia. Para os mais novos, as sessões decorreram numa estrutura insuflável montada ao ar livre e abrangeram três momentos: cultural, de reflexão e artístico. Já para os mais velhos, foram criados cenários de cinema nas instalações de entidades parceiras e as sessões foram divididas entre momento cultural e momento de reflexão.

Esta atividade é uma ferramenta valiosa na construção de territórios mais coesos e com residentes mais capacitados para uma melhor interação entre os membros da comunidade.

Como principais resultados destacamos:

- 2122 participantes:
  > 1871 crianças;
  > 251 idosos.
- 77 sessões de cinema;
- 12 escolas e 14 associações locais envolvidas.

Matriz de análise de risco habitacional – Programa MARS

Deu-se continuidade ao acompanhamento social articulado e integrado, através da aplicação de uma Matriz de análise de risco habitacional (MARS).

Trata-se de sinalizar e priorizar a intervenção e encaminhamento de casos sociais, consoante a sua gravidade, através de uma grelha objetiva de análise que indica a intensidade de acompanhamento, bem como estruturar planos de intervenção com as entidades com responsabilidades em cada uma das áreas de atuação.

Neste momento, ***mantêm-se em acompanhamento 140 agregados.***

Rastreios Visuais

Dada a vulnerabilidade socioeconómica de muitos residentes nos territórios sob nossa gestão, verificou-se a necessidade de promoção de ações ao nível da saúde, nomeadamente através da promoção do acesso a cuidados de saúde.

Com esse foco, ***lançámos uma ação de Rastreio Visual gratuito, em parceria com a Your Care em vários bairros da cidade***. No primeiro semestre estivemos presentes nos Bairros da Boavista, Padre Cruz, Olaias e Ameixoeira.

Rastreámos população com idades compreendidas entre os 6 e os 92 anos, sendo a maior percentagem de rastreios efetuados a pessoas com mais de 65 anos. ***Em média foram efetuados 40 rastreios***

diários.

AÇÕES LOCAIS

Há Festa no PER 11

Esta ação com o objetivo de promover a interação entre a comunidade, o Gabinete de Intervenção Local e os parceiros locais, e fomentar o empreendedorismo local, foi dinamizada pela Gebalis, em parceria com a Associação de Moradores PER 11, a Junta de Freguesia de Santa Clara e a Associação Sempre Ligados.

Nesta data, ***procedeu-se à colocação de uma instalação artística alusiva aos 50 anos do 25 de Abril***, concebida pelas utentes sénior da Associação de Moradores PER 11, no campo de jogos da Rua Raúl Rego, sob a supervisão do artista plástico Ricardo Imperial e da presidente da Associação Sempre Ligados, Ana Abrantes.

Seguiu-se um almoço de convívio no espaço da Associação que juntou todos os participantes e promoveu a partilha e as relações de proximidade entre os moradores.

O evento contou com cerca de 30 participantes.

Programa BICI (Bloomberg Initiative for Cycling Infrastruture)

O Grupo Comunitário 4Crescente tem vindo a consolidar-se como polo centralizador das diversas dinâmicas e/ou projetos do território, numa filosofia de que independentemente do promotor, em última análise, todas essas ações convergem para um mesmo fim: a promoção, coesão e capacitação do território. Nesta lógica, entendeu-se incluir a medida de ação "Programa BICI" no âmbito da intervenção do Grupo Comunitário.

Pretendeu-se, assim, implementar um processo participativo, que viabilize que a intervenção a executar pela Lisboa E-Nova reflita, na medida do possível, as necessidades da comunidade que vive e/ou é frequentadora usual deste território.

Criou-se um Grupo de Trabalho que envolveu, também, a CML - Direção de Mobilidade e Direção da Participação - e Lisboa E-Nova. Foram definidas 2 ferramentas; auscultaram-se todas as turmas da Escola 2+3 de Marvila (13 turmas com dinâmica aplicada; efetuaram-se ainda 3 sessões de auscultação nos espaços públicos (Alfinetes; Salgadas e Marquês de Abrantes) - total de 312 pessoas. Promoveram-se ainda ações de mobilização na rua, prévias às dinâmicas, distribuição de cartazes e *flyers*. Os facilitadores comunitários do projeto Sê Bairrista participaram ativamente nas ações desenvolvidas pelo Programa.

A divulgação dos resultados apurados em todas as auscultações foi efetuada através de cartazes afixados em todos os lotes e ainda em reunião do Grupo Comunitário.

Casas Saudáveis, Famílias Felizes

Através do grupo "Carnide mais Feliz", promovido pela Junta de Freguesia de Carnide em parceria com as entidades locais, foi criado o Projeto "Casas Saudáveis, Famílias Felizes", do qual fazemos parte.

Com o objetivo de aumentar a qualidade de vida, funcionalidade e felicidade das famílias que residem na habitação municipal da Freguesia de Carnide, a estratégia consiste em:

- Criar um grupo de trabalho interdisciplinar e interinstitucional;
- Criar ferramentas de divulgação e diagnóstico para apoio às intervenções;
- Definir metodologias e procedimentos de atuação com os parceiros locais;
- Mapear as situações de insalubridade habitacional existentes na freguesia;
- Avaliar a incidência e a gravidade desta problemática nestes territórios;

No âmbito deste projeto, contabilizam-se 34 reuniões, 35 visitas, 29 atendimentos conjuntos e 16 casos em acompanhamento.

O nosso Pátio sem carros

O pátio interior do bairro da Quinta do Cabrinha, de circulação pedestre, é utilizado para estacionamento de carros, colocando muitas vezes os moradores em risco, obstruindo assim a circulação livre neste espaço público.

Com o objetivo de sensibilizar a comunidade para a não utilização deste espaço público para estacionamento, promovendo a boa apropriação do mesmo, realizou-se um evento cultural de sensibilização, que contou com a participação de cerca de 70 moradores.

Velhos são os Trapos

As pessoas com mais de 65 anos encontram-se frequentemente mais isoladas e distantes da comunidade, seguindo rotinas bastante distintas do restante da população. Muitas vezes, vivem sozinhas, enfrentando situações como acumulação de objetos e, em alguns casos, condições de insalubridade nas suas residências.

Nesse contexto, foi criado o projeto "Velhos são os Trapos", atualmente em desenvolvimento no Bairro Alfredo Bensaúde. Este projeto tem como objetivo promover encontros no formato de tertúlias entre a equipa RADAR, a Gebalis e os moradores com mais de 60 anos do bairro. As atividades incluem: partilha de histórias de vida e contos populares; debates sobre hobbies, temas da atualidade e assuntos relacionados ao próprio bairro; visitas a espaços culturais; além de momentos de convívio e fortalecimento de laços entre os participantes.

Este ano, realizaram-se 11 tertúlias que contaram com a participação de 120 idosos.

Projeto Memórias: "Cada casa Conta Uma História, cada Rua uma Memória"

Uma comunidade é uma rede de recordações partilhadas. Com a demolição da zona de alvenaria, há um património (arquitetónico e afetivo) que desaparece. Para que as memórias não sejam demolidas também, há que preservá-las sob a forma de fotografias e histórias de vida.

Esta medida tem como principal objetivo valorizar os munícipes residentes e entidades locais que todos os dias fazem parte do quotidiano do Bairro Padre Cruz e da Boavista.

Este projeto prevê uma reportagem fotográfica aos residentes da Alvenaria, a realojar, e a entrega de uma moldura com fotografia: Casa/Pessoa, Casa/Bairro e Memória Vivenciada/Pessoa na Casa – com Identificação da Morada.

Foram envolvidos no projeto 73 agregados do Bairro Padre Cruz (56 com processo de realojamento concluído) e 50 agregados residentes no Bairro da Boavista (tendo 28 aderido à iniciativa).

Caminhada do Vizinho

Por iniciativa da Associação de Moradores do Bairro da Boavista, em parceria com as entidades locais, organizou-se uma caminhada em Monsanto num total de 6km, por ocasião de comemoração do dia do vizinho, assinalando-se esta importante data para reforço dos laços comunitários e desporto / hábitos de vida saudáveis.

Esta ação pretendeu promover hábitos de vida saudáveis, fomentar relações de vizinhança, estimular a criatividade crianças e jovens. Participaram 120 pessoas.

Projeto Madrugada

Há representações sociais negativas sobre os residentes dos bairros municipais, considerados muitas vezes pouco empreendedores, e, por isso, desvalorizados. Mas a Gebalis sabe que essas representações estão desfasadas da realidade.

No âmbito do Projeto Madrugada, a Gebalis procurou fazer um reconhecimento simbólico da sua importância para a cidade, efetuando um levantamento fotográfico nas paragens de autocarro da Alta de Lisboa, à hora do primeiro autocarro.

Foram fotografados e recolhidos os seus testemunhos, num processo que culminou na exposição: "Quando a cidade ainda dorme".

Esta exposição retrata a realidade de vários residentes que trabalham de madrugada e pretende fazer um reconhecimento simbólico da importância destes trabalhadores para a cidade.

Como principais resultados, destacam-se:

- Entrevista a 10 residentes;
- Criação da exposição "Quando a cidade ainda dorme";
- 110 visitantes na exposição.

Os elevadores têm rosto!

A Gebalis, em parceria com a Junta de Freguesia de Alcântara, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e as associações Projecto Alkantara e Juntos Pela Mudança, promoveu durante o mês de agosto o concurso de fotografia "Elevadores com rosto" no Bairro Quinta do Cabrinha.

Esta iniciativa tinha como objetivo a preservação e conservação dos elevadores do Bairro Quinta da Cabrinha, através da colagem das fotografias eleitas nos elevadores.

O concurso contou com a apresentação de 20 fotografias, tendo duas delas sido eleitas para serem coladas nos elevadores.

Conferência "E depois da Habitação?"

Com o foco na partilha de conhecimentos e experiências conducentes a práticas mais colaborativas e eficazes, promovemos a 2ª edição da conferência "E depois da Habitação?", no CIUL – Centro de Informação Urbana de Lisboa, que contou com mais de 100 participantes.

Nesta edição, a conferência centrou-se nos temas da insalubridade residencial e saúde mental, temas sugeridos na anterior edição.

O evento contou com oradores com competências diversas e tão transversais como aa Autoridade de Saúde, Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, Santa Casa de Misericórdia de Lisboa (DDIP), CML (tutela da DHURS, PM, ANEPC, Proteção Animal, entre outros), Procuradoria da República, Casa dos Animais e Cascais Envolvente.

Na assistência, fizeram-se representar vários serviços da SCML, CML, ANEPC, RSB (NISAC), CPCJ, Juntas de Freguesia, Câmara Municipal de Cascais, entre outras instituições com intervenção nestas áreas.

Gebalis em REDE

Os grupos comunitários e de parceiros são fundamentais na execução das ações de intervenção social da Gebalis, quer na difusão dos programas e projetos desenvolvidos pela Empresa, quer na própria capacitação e sensibilização aos moradores, sobre a importância da promoção de boa vizinhança e da boa apropriação dos espaços comuns.

A Gebalis manteve participação ativa nos Grupos Comunitários:

- Grupo Comunitário Fonsecas e Calçada;
- Grupo Comunitário da Horta Nova;
- Grupo Comunitário das Olaias;
- Grupo Comunitário GIRO;
- Grupo Comunitário 4 Crescente;
- Grupo Comunitário do Condado;
- Grupo Comunitário do Armador;
- Grupo Comunitário da Flamenga;
- Grupo Comunitário Bensaúde;
- Grupo Comunitário – Rede L&M;
- Grupo Comunitário Padre Cruz;
- Grupo Comunitário da Alta de Lisboa;
- Grupo Comunitário Galinheiras Ameixoeira;
- Grupo Comunitário Liberdade;
- Grupo Comunitário Bela Flor;
- Grupo de Parceiros de S. Domingos de Benfica;
- Grupo de Parceiros da Quinta do Lavrado;
- Grupo Parceiros dos Projetos Semáforo Comunitário;
- Sê Bairrista;
- Transformar Marvila com Jardins e ciclovias;
- Grupo de Parceiros da freguesia de Benfica;

Há ainda a relevar que a Gebalis manteve a presença em todos os Grupos de Segurança e Comissões Sociais de Freguesia nos territórios sob nossa gestão.

Em 2024 contabilizámos a presença em 581 reuniões promovidas por todos estes grupos.

COMO MELHORAMOS AS NOSSAS HABITAÇÕES

Gebalis

"Gerir e Promover a Qualidade do Património Edificado e Espaço Público dos Bairros Municipais de Lisboa" é o mote da nossa ação na conservação do património, que decorre da Missão, Valores e Princípios da Gebalis.

O plano delineado para as atividades a serem realizadas em 2024 foi ajustado para lidar com os impactos das variáveis associadas aos indicadores económicos, incluindo produção (fabrico e mão de obra), disponibilidade e custos relacionados, sem comprometer os objetivos estratégicos voltados para a manutenção, conservação, requalificação e inovação do património administrado pela Gebalis.

Além disso, incluiu ações de divulgação junto a instituições sobre os procedimentos adotados em relação à manutenção e sensibilização para as boas práticas na conservação e cuidado com o bem público (municipal) entre os inquilinos e a comunidade local.

Tal como no ano anterior, registámos neste período quebras em termos de produção em frentes de obra com suspensões temporárias totais (paragem efetiva de obra) ou perda de capacidade de execução (por redução do número de efetivos em obra ou de ausência de mão de obra qualificada).

Confirmada a consolidação operacional do Contrato Programa 354CM2022, no valor de 44M€, ***encontram-se concluídas 3 grandes empreitadas de reabilitação de lotes, nomeadamente nos Alfinetes, Padre Cruz, Telheiras Sul, e a ação de reabilitação de frações de habitação.*** Para além destas, outras 5 obras de reabilitação de lotes encontram-se em fase de conclusão, nomeadamente nos Bairros 2 de Maio, Condado, João Nascimento Costa, Rego A e Boavista.

Já ***ao abrigo do Contrato Programa 355CM2023, no valor de 96M€, encontram-se constituídas 32 frentes de obra, tendo a ação Quinta dos Barros ficado concluída ainda durante o ano de 2024***.

Ainda em 2024 há a destacar ***a reabilitação de 450 fogos e a celebração do Contrato Programa 749CM2024, no valor de 4M€***, destinado a ações de manutenção, conservação e Serviços SOS.

GRANDES EMPREITADAS DE REABILITAÇÃO DE BAIRROS

Contrato-Programa 354CM2022

O Contrato-Programa 354CM2022 é composto por 12 ações, sendo 11 delas associadas à reabilitação de edifícios de habitação.

Ao valor de 40M€, acresce o reforço de 4M€, aprovado em reunião de Câmara Municipal de Lisboa e em reunião de Assembleia Municipal de Lisboa.

Ao abrigo deste Contrato-Programa, destacam-se os seguintes procedimentos de empreitadas de reabilitação do património municipal:

Ação I – 2 Maio (2ª fase)

Gebalis

EMP 45/Gebalis/2023 - Bairro 2 de Maio - Obras de reabilitação e conservação nos lotes 23 a 26, 27 e 29 a 40;
Impactos: 17 edifícios / 200 frações;
Valor Adjudicação: 2.481.999,81€ + IVA;
Entidade Construtora: HabitaMais;
Estado: em obra.

Ação II – Açucenas

Empreitada 18/GEBALIS/2023 - Bairro das Açucenas - Obras de reabilitação no Bairro das Açucenas, lotes 1 e 2 e lotes 3 a 7;
Impactos: 7 edifícios / 45 frações;
Valor Adjudicação: 765.000,00€+IVA;
Entidade Construtora: Tecnaco;
Estado: em obra (fase de conclusão);
Nota: em lançamento o procedimento para a conclusão de miradouros.

Ação III – Alfinetes (4ª Fase A1 a A7)

Empreitada 115/GEBALIS/2022 - Bairro dos Alfinetes - Obras de reabilitação no Bairro dos Alfinetes, Lotes A1 a A7;
Impactos: 7 edifícios / 64 frações;
Valor Adjudicação: 680.500,00€+IVA;
Entidade Construtora: Monocapa;
Estado: obra concluída.

Ação IV – Boavista

Empreitada 113/GEBALIS/2022 - Bairro da Boavista - Obras de conservação nos Lotes 11 a 26;
Impactos: 16 edifícios / 448 frações;
Valor Adjudicação: 850.000,00€+IVA;
Entidade Construtora: Monocapa;
Estado: concluída.
--
Empreitada 15/GEBALIS/2024 - Bairro da Boavista - Empreitada de reabilitação e melhoria do desempenho energético de frações municipais, Lotes 11 a 26;
Valor Adjudicação: 1.063.490,51€+IVA;
Entidade Construtora: Caixiave;
Estado: em obra.

Ação V – Bom Pastor

Empreitada 46/Gebalis/2023 - Bairro Bom Pastor – Obras de reabilitação e conservação nos Lotes 1 a 11;
Impactos: 11 edifícios / 101 frações;
Valor Adjudicação: 1.775.891,97€+IVA;
Entidade Construtora: JRC;

Gebalis

Estado: em obra;
Nota: Obra suspensa por questões de insegurança territorial.

Ação VI – Condado - Fase 4 [Lts 553(d)/554/555/556]

Empreitada 44/GEBALIS/2023- Bairro Condado - Obras de reabilitação nos lotes 553, 554, 555 e 556;
Impactos: 3+1 edifícios / 113 frações;
Valor Adjudicação: 4.287.884,15€+IVA;
Entidade Construtora: TPS;
Estado: em obra.

Ação VII – Flamenga

Empreitada 118/GEBALIS/2022 - Obras de reabilitação e conservação no Bairro da Flamenga, lotes 369A a 371B;
Impactos: 6 edifícios / 217 frações;
Valor Adjudicação: 2.750.611,75€+IVA;
Entidade Construtora: Construbuild;
Estado: em obra

Ação VIII – João Nascimento Costa

Empreitada 40/GEBALIS/2023 - Bairro João Nascimento Costa - Obras de reabilitação no Bairro João Nascimento Costa, lotes 1 a 9;
Impactos: 9 edifícios / 129 frações;
Valor Adjudicação: 1.386.484,06€+IVA;
Entidade Construtora: HabitaMais;
Estado: em obra.

Ação IX – Padre Cruz

Empreitada 112/GEBALIS/2022 - Bairro Padre Cruz - Obras de substituição de cobertura nos Lotes 38 a 47 e 49 a 51;
Impactos: 13 edifícios / 172 frações;
Valor Adjudicação: 486.559,76€+IVA;
Entidade Construtora: Sotecnisol;
Estado: obra concluída.

Ação X – Rego A

Empreitada 41/GEBALIS/2023 - Obras de reabilitação no Bairro Rego A;
Impactos: 13 edifícios / 184 frações;
Valor Adjudicação: 2.130.633,40€+IVA;
Entidade Construtora: JRC;
Estado: em obra.

Gebalis

Ação XI – Telheiras Sul

Empreitada 67/GEBALIS/2022 - Obras de reabilitação no Bairro de Telheiras Sul;
Impactos: 5 edifícios / 200 frações;
Valor Adjudicação: 1.369.847,59€+IVA;
Entidade Construtora: Ramiro & Delgado;
Estado: obra concluída.

Ação XII – Reabilitação de Frações de Habitação

Fase: obras em conclusão.

Contrato-Programa 355CM2022

O Contrato-Programa 355CM2023 é composto por 20 ações, sendo 17 delas associadas à reabilitação de edifícios de habitação.

Ao valor de 100M€ deve reduzir-se o valor de 4M€, aprovado em reunião de Câmara Municipal de Lisboa e em reunião de Assembleia Municipal de Lisboa.

Ao abrigo deste Contrato-Programa, destacam-se os seguintes procedimentos de empreitadas de reabilitação do património municipal:

Ação I – Ajuda

Bairro Municipal: Casalinho da Ajuda (3 frentes de obra);
Procedimento: EMP 95/GEBALIS/2024 - Bairro Casalinho da Ajuda - Empreitada de obras de reabilitação e conservação de edifícios - Lotes B, B1, Ce C1;
Impactos: 16 edifícios / 223 frações;
Entidade responsável pelo projeto: Opera;
Valor Adjudicação: 1.039.565,71€
Entidade Construtora: TECBAU
Estado: Em obra
--
Entidade responsável pelo projeto: Tabique;
Procedimento: EMP 46/GEBALIS/2024 - Bairro Casalinho da Ajuda - Empreitada de obras de reabilitação e conservação de edifícios - Lotes IO 29, IO 30, IO 31 e IO 32;
Valor Adjudicação: 817.799,13€;
Entidade Construtora: HabitaMais;
Estado: em obra.
--
Procedimento: EMP 55/GEBALIS/2024 - Bairro Casalinho da Ajuda – Empreitada de obras de reabilitação e conservação de edifícios, Lotes IO82, IO83, IO84 e IO85;
Entidade responsável pelo projeto: Tabique;
Entidade Construtora: Joaquim Dias Antunes;
Valor Adjudicação: 668.608,65€;
Estado: em obra.

Gebalis

Ação II – Areeiro

Bairro Municipal: Olaias;
Procedimento: EMP 34/GEBALIS/2024 - Bairro das Olaias- Empreitada de obras de reabilitação e conservação dos Edifícios;
Impactos: 11 edifícios / 146 frações;
Entidade responsável pelo projeto: Tabique;
Entidade Construtora: Ramiro & Delgado;
Valor Adjudicação: 2.555.966,20€;
Estado: em obra.

Ação III – Avenidas Novas

Bairro Municipal: Rego;
Procedimento: Empreitada 57/GEBALIS/2024 – Bairro Rego B – Empreitada de obras de reabilitação e conservação de edifícios;
Impactos: 24 edifícios / 233 frações;
Entidade responsável pelo projeto: VHM;
Entidade Construtora: Cimeira;
Valor Adjudicação: 986.517,67€;
Estado: em início de obra.
--
Procedimento: Empreitada 109/GEBALIS/2024 – Bairro Rego C – Empreitada de obras de reabilitação e conservação de edifícios;
Entidade responsável pelo projeto: VHM;
Entidade Construtora: Cimeira;
Valor Adjudicação: 1.411.578,22€;
Estado: em início de obra.

Ação IV – Beato

Bairro Municipal: Carlos Botelho;
Procedimento: Empreitada 100/GEBALIS/2024 – Bairro Carlos Botelho – Empreitada de obras de reabilitação e conservação de edifícios;
Impactos: 20 edifícios / 271 frações;
Entidade responsável pelo projeto: Tabique;
Entidade Construtora: JRC;
Valor Adjudicação: 3.671.299,40€;
Estado: em início de obra.
--
Bairro Municipal: Quinta dos Ourives;
Procedimento: EMP 26/GEBALIS/2024 - Bairro dos Ourives – Empreitada de obras de reabilitação e conservação dos edifícios na Rua Quinta dos Ourives, lotes 1, 2, 3, 4 e 5;
Impactos: 5 edifícios / 104 frações;
Entidade responsável pelo projeto: Tabique;
Entidade Construtora: Sotecnisol;
Valor Adjudicação: 1.159.941,84€;
Estado: em obra.

Gebalis

Ação V – Benfica

Bairro Municipal: Boavista;
Procedimento: EMP 73/GEBALIS/2024 - Bairro da Boavista – Empreitada de obras de reabilitação e conservação dos edifícios da Rua das Acácias A, B, C e D;
Impactos: 18 edifícios / 248 frações;
Entidade responsável pelo projeto: Tabique
Entidade Construtora: ErgSilva;
Valor Adjudicação: 834.987,65€;
Estado: em obra.
--
Procedimento: EMP 25/GEBALIS/2024 - Bairro da Boavista – Empreitada de obras de reabilitação e conservação dos edifícios da Rua das Azáleas lotes 63 a 66 e 73 a 76, Rua Rainha D. Catarina lotes 67, 68, 69, 70, 71, 72;
Entidade responsável pelo projeto: Tabique
Entidade Construtora: ErgSilva;
Valor Adjudicação: 2.578.005,89€;
Estado: em obra
--
Bairro Municipal: Sargento Abílio;
Procedimento: EMP 31/GEBALIS/2024 - Bairro Sargento Abílio - Empreitada de obras de reabilitação e conservação do edifício;
Impactos: 14 edifícios / 101 frações;
Entidade responsável pelo projeto: Opera;
Entidade Construtora: JRC;
Valor Adjudicação: 2.309.521,43€;
Estado: em início de obra.

Ação VI – Campolide

Procedimento: EMP 58/GEBALIS/2024 - Bairro Bela Flor - Empreitada de obras de reabilitação e conservação de Edifícios – Rua D. António Luís de Sousa, Lotes A-A1, A-A2, A-A3, A-A4 e A-A5;
Impactos: 22 edifícios / 180 frações;
Entidade responsável pelo projeto: VHM;
Entidade Construtora: Cimeira;
Valor Adjudicação: 733.745,75€;
Estado: em obra.
--
Procedimento: EMP 22/GEBALIS/2024 - Bairro Bela Flor – Empreitada de obras de reabilitação e conservação dos edifícios da Rua José Felicidade Alves 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10 e 12;
Entidade Construtora: Monocapa;
Valor Adjudicação: 1.155.409,96€;
Estado: Em obra.
--
Procedimento: EMP 49/GEBALIS/2024 - Bairro Bela Flor - Empreitada de obras de reabilitação e conservação de edifícios – Rua D. António Luís de Sousa, Lotes B1, B2, B3, B4, B5, B6 e B7;
Entidade responsável pelo projeto: VHM
Entidade Construtora: InovBuild;
Valor Adjudicação: 782.530,24€;
Estado: em início de obra.

Ação VII – Campo de Ourique

Bairro Municipal: Ceuta Sul;
Procedimento: EMP 97/GEBALIS/2024 - Bairro Avenida Ceuta Sul - Empreitada de obras de reabilitação e conservação de Edifícios – Lote 2;
Impactos: 8 edifícios / 221 frações;
Entidade responsável pelo projeto: Tabique;
Entidade Construtora: Monocapa;
Valor Adjudicação: 2.930.131,93€;
Estado: em obra.

Ação VIII – Carnide

Bairro Municipal Padre Cruz;
Procedimento: EMP 47/GEBALIS/2024 - Bairro Padre Cruz - Empreitada de obras de reabilitação e conservação de Edifícios;
Impactos: 28 edifícios / 329 frações;
Entidade responsável pelo projeto: Tabique;
Entidade Construtora: Simões & Morado;
Valor Adjudicação: 2.990.175,53€;
Estado: em obra.
--
Procedimento: EMP 72/GEBALIS/2024 - Bairro Padre Cruz - Empreitada de obras de reabilitação e conservação de edifícios;
Entidade responsável pelo projeto: Tabique;
Entidade Construtora: Ramiro & Delgado;
Valor Adjudicação: 2.915.637,78€;
Estado: em obra.
--
Bairro Municipal: Padre Cruz (Ruas Rio Sado e Guadiana);
Procedimento: EMP 151/GEBALIS/2023 - Bairro Padre Cruz - Empreitada de instalação de ascensores em edifícios localizados no Bairro Padre Cruz – Rua Rio Sado, lotes 1 e 2, e Rua Rio Guadiana, Lotes 3 a 10;
Impactos: 10 edifícios / 201 frações;
Entidade responsável pelo projeto: TUU;
Entidade Construtora: HABITAMAIS;
Valor Adjudicação: 1.228.863,90€ +IVA;
Estado: em obra.

Ação IX – Estrela

Bairro Municipal: Maria Pia;
Procedimento: EMP 97/GEBALIS/2024 - Bairro Maria Pia - Empreitada de obras de reabilitação e conservação de edifícios – Lote 1;
Impactos: 4 edifícios / 68 frações;
Entidade responsável pelo projeto: Sacramento Campos;
Entidade Construtora: Monocapa;
Valor Adjudicação: 1.442.849,03€;
Estado: em obra;

Ação X – Lumiar

Bairro Municipal: Alta de Lisboa, PER3 – 3 frentes de obra;
Procedimento: EMP 33/GEBALIS/2024 - Bairro Alta de Lisboa – PER 3 – Empreitada de obras de reabilitação e conservação dos edifícios;
Impactos: 16 edifícios / 549 frações;
Entidade responsável pelo projeto: Opera;
Entidade Construtora: ErgiCon;
Valor Adjudicação: 2.800.865,71€;
Estado: em obra.
--
Procedimento: EMP 99/GEBALIS/2024 - Bairro Alta de Lisboa – PER 3 – (Maria José da Guia 5 e 7) - Empreitada de obras de reabilitação e conservação dos edifícios;
Entidade responsável pelo projeto: Opera;
Entidade Construtora: Urbisistema;
Valor Adjudicação: 702.835,08€;
Estado: em obra.
--
Procedimento: EMP 32/GEBALIS/2024 - Bairro Alta de Lisboa - PER 9 - Empreitada de obras de reabilitação e conservação de edifícios;
Entidade responsável pelo projeto: Opera;
Entidade Construtora: Ergicon;
Valor Adjudicação: 2.378.183,78€;
Estado: em início de obra.
--
Bairro Municipal: Alto Faia;
Procedimento: EMP 23/GEBALIS/2024 - Bairro Alto da Faia – Empreitada de obras de reabilitação e conservação dos edifícios;
Impactos: 6 edifícios / 136 frações;
Entidade responsável pelo projeto: Tabique;
Entidade Construtora: RKESA;
Valor Adjudicação: 1.172.451,58€;
Estado: em obra.
--
Bairro Municipal: Alto Lumiar;
Procedimento: EMP 104/GEBALIS/2024 - Bairro Alto do Lumiar – Empreitada de obras de reabilitação e conservação dos Edifícios – Lote 1;
Impactos: 6 edifícios / 124 frações;
Entidade responsável pelo projeto: Opera
Entidade responsável pela revisão do projeto: Epoca;
Entidade Construtora: ErgSilva;
Valor Adjudicação: 1.658.607,42€;
Estado: em obra.

Procedimento: EMP 104/GEBALIS/2024 - Bairro Alto do Lumiar – Empreitada de obras de reabilitação e conservação dos edifícios – Lote 2;
Entidade responsável pelo projeto: Opera;
Entidade responsável pela revisão do projeto: Epoca;
Entidade Construtora: ErgSilva;
Valor Adjudicação: 301.625,53€;

Gebalis

Estado: em obra.
--
Bairro Municipal: Paço Lumiar;
Procedimento: EMP 50/GEBALIS/2024 - Bairro Paço do Lumiar – Empreitada de obras de reabilitação e conservação dos edifícios;
Impactos: 13 edifícios / 174 frações;
Entidade responsável pelo projeto: VHM;
Entidade Construtora: Inovbuild;
Valor de Adjudicação: 2.488.726,53€;
Estado: em início de obra;

Ação XI – Marvila

Bairro Municipal: Armador;
Procedimento: EMP 106/GEBALIS/2024 - Bairro Armador – Empreitada de obras de reabilitação e conservação dos edifícios (Avenida Vergílio Ferreira 704, 706, 709, 712 e 713; R Bento Gonçalves 723 e 730);
Impactos: 7 edifícios / 125 frações;
Entidade responsável pelo projeto: VHM;
Estado: aguarda lançamento de concurso para empreitada.
--
Bairro Municipal: Condado;
Locais: Av João Paulo II 530, 547, 550, 551, 552, 565 e 566; R. Botelho Vasconcelos 557, 558, 559, 560, 563 e 564; R. Ovar 549; R. Eng Cunha Leal 580;
Impactos: 15 edifícios / 392 frações;
Entidade responsável pelo projeto: VHM;
Estado: aguarda lançamento de concurso para empreitada.
--
Bairro Municipal: Marquês de Abrantes;
Procedimento: EMP 61/GEBALIS/2024 - Bairro Marquês de Abrantes - Empreitada de obras de reabilitação e conservação dos Edifícios – Rua Alberto José Pessoa Lotes D1, D2, D3; D4 e D5;
Impactos: 32 edifícios / 362 frações;
Entidade responsável pelo projeto: Artifel;
Estado: aguarda lançamento de concurso para empreitada.
--
Bairro Municipal: Marquês de Abrantes
Procedimento: EMP 70/GEBALIS/2024 - Bairro Marquês de Abrantes - Empreitada de obras de reabilitação e conservação dos edifícios – Lotes E, F1 a F5, G1 a G14, H1 a H7 e I;
Entidade responsável pelo projeto: Artifel;
Estado: aguarda lançamento de concurso para empreitada.

Ação XII – Olivais

Bairro Municipal: Avenida de Berlim;
Procedimento: EMP 24/GEBALIS/2024 - Bairro Avenida de Berlim - Empreitada de obras de reabilitação e conservação dos edifícios - Rua Acúrcio Pereira, Lotes 22, 24, 26, 28, 30 e 32;
Impactos: 5 edifícios / 72 frações;
Entidade responsável pelo projeto: Tabique;
Entidade: TecBau;
Valor de Adjudicação: 1.155.409,96€;

Gebalis

Estado: em obra.
--
Bairro Municipal: Olivais Velho;
Procedimento: EMP 60/GEBALIS/2024 – Bairro Olivais Velho - Empreitada de obras de reabilitação e conservação dos Edifícios;
Impactos: 2 edifícios / 27 frações;
Entidade responsável pela revisão do projeto: Epoca;
Entidade Construtora: Cimeira;
Valor Adjudicação: 457.061,20€;
Estado: em obra.

Ação XIII – Parque das Nações

Procedimento: EMP 142/GEBALIS/2023 – Bairro Quinta das Laranjeiras - Empreitada de obras de reabilitação ligeira em edifícios;
Impactos: 16 edifícios / 554 frações;
Bairro Municipal: Quinta das Laranjeiras;
Entidade Construtora: MONOCAPA;
Valor Adjudicação: 1.054.874,98€;
Estado: em obra

Ação XIV – Penha de França

Bairro Municipal: Quinta do Lavrado;
Locais: R. José Inácio Andrade 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20;
Impactos Previstos: 10 edifícios / 283 frações;
Entidade responsável pelo projeto: VHM;
Fase: Projeto/Revisão de Projeto;
Estado: aguarda lançamento de concurso para empreitada.

Ação XV – Santa Clara

Bairro Municipal: Alta de Lisboa de Santa Clara;
Procedimento: EMP 37/GEBALIS/2024 – Bairro Alta Lisboa PER4 - Empreitada de obras de reabilitação e conservação dos edifícios;
Impactos Previstos: 57 edifícios / 1378 frações;
Entidade responsável pelo projeto: Artifel;
Entidade Construtora: HabitaMais;
Valor Adjudicação: 2.148.247,95€;
Estado: em obra.
--
Procedimento: EMP 63/GEBALIS/2024 – Bairro Alta Lisboa PER5 - Empreitada de obras de reabilitação e conservação dos edifícios;
Entidade responsável pelo projeto: Artifel;
Entidade responsável pela revisão do projeto: UD4;
Entidade Construtora: Edivisa;
Valor Adjudicação: 3.290.988,86€;
Estado: em início de obra.
--

Gebalis

Bairro Municipal: Alta de Lisboa de Santa Clara;
Procedimento: EMP 62/GEBALIS/2024 – Bairro Alta Lisboa PER6 - Empreitada de obras de reabilitação e conservação dos edifícios;
Entidade responsável pelo projeto: Artifel;
Estado: aguarda lançamento de concurso para empreitada.
--
Bairro Municipal: Alta de Lisboa de Santa Clara;
Procedimento: EMP 115/GEBALIS/2024 – Bairro Alta Lisboa PER10 - Empreitada de obras de reabilitação e conservação dos edifícios;
Entidade responsável pelo projeto: Artifel;
Estado: aguarda lançamento de concurso para empreitada.
--
Bairro Municipal: Alta de Lisboa de Santa Clara;
Procedimento: EMP 114/GEBALIS/2024 – Bairro Alta Lisboa PER11 - Empreitada de obras de reabilitação e conservação dos Edifícios;
Entidade responsável pelo projeto: Artifel;
Estado: aguarda lançamento de concurso para empreitada.

Ação XVI – S. Domingos de Benfica

Procedimento: EMP 139/GEBALIS/2023 – Bairro Quinta dos Barros - Empreitada de obras de reabilitação e conservação dos edifícios – Largo Mário Neves Nºs 2 a 12;
Bairro Municipal: Quinta dos Barros;
Entidade Construtora: Almeida D'Eça;
Valor Adjudicação: 367.188,51€;
Impactos: 2 edifícios / 54 frações;
Estado: concluído.

Ação XVII – São Vicente

Bairro Municipal: Justiniano Padrel;
Procedimento: EMP 59/GEBALIS/2024 – Bairro Vale Santo António - Empreitada de obras de reabilitação e conservação dos edifícios;
Impactos: 2 edifícios / 81 frações;
Entidade responsável pelo projeto: VHM;
Entidade responsável pela revisão do projeto: Epoca;
Entidade Construtora: ErgSilva;
Valor Adjudicação: 1.329.348,28€;
Estado: em obra.

Ação XVIII – Modernização de Equipamentos Eletromecânicos

Ação a decorrer em vários bairros municipais;
Estado: obras em curso.

Ação XIX – Programa Arrendamento – Reabilitação de Frações de Habitação
Ação a decorrer em vários bairros municipais;
Estado: obras em curso.

Gebalis

Ação XX – Programa Reabilitação de Frações Não Habitacionais
Ação a decorrer em vários bairros municipais;
Estado: obras em curso.

REABILITAÇÃO DE FOGOS MUNICIPAIS

No ano de 2024 ***a Gebalis reabilitou um total de 450 fogos municipais***, destinados aos diferentes programas municipais de arrendamento, realojamento, transferência e de reposição de condições de habitabilidade.

Nos quadros abaixo estão registadas as frações reabilitadas, por freguesia e por bairro:

FRACÇÕES REABILITADAS POR FREGUESIAS	
FREGUESIA	2024
AJUDA	16
ALCÂNTARA	6
ALVALADE	13
AREEIRO	7
ARROIOS	3
AVENIDAS NOVAS	10
BEATO	33
BELÉM	0
BENFICA	28
CAMPO OURIQUE	21
CAMPOLIDE	6
CARNIDE	27
ESTRELA	4
LUMIAR	39
MARVILA	62
MISERICÓRDIA	1
OLIVAIS	32
PARQUE NAÇÕES	26
PENHA DE FRANÇA	29
S. DOM. BENFICA	6
SANTA CLARA	74
SANTA MARIA MAIOR	3
SANTO ANTÓNIO	0
SÃO VICENTE	4
ALFRAGIDE (AMADORA)	0
ALGUEIRÃO-MEM MARTINS (SINTRA)	0
CASAL CAMBRA (SINTRA)	0
TOTAL	450

Gebalis

FRACÇÕES REABILITADAS POR BAIRRO

BAIRRO	2022	2023	2024	TOTAL
BOAVISTA	27	21	20	68
SARGENTO ABILIO	0	1	2	3
BOM PASTOR	2	2	2	6
ZAMBUJAL	0	0	0	0
ALGUEIRAO	0	1	0	1
CASAL DE CAMBRA	0	2	0	2
CARAMAO DA AJUDA	0	2	0	2
2 DE MAIO	1	11	6	18
EDUARDO BAIRRADA	0	0	0	0
CASALINHO DA AJUDA	5	15	10	30
ACUCENAS	0	0	0	0
VALE ALCANTARA	15	57	29	101
JACINTO	0	4	1	5
BELA FLOR	0	6	3	9
LIBERDADE	0	5	3	8
HORTA NOVA	3	4	7	14
PACO LUMIAR	2	4	0	6
ALTO FAIA	3	6	5	14
REGO	10	7	9	26
TELHEIRAS NORTE	3	2	6	11
TELHEIRAS SUL	3	6	7	16
QUINTA BARROS	3	4	2	9
FURNAS	10	7	2	19
CHARQUINHO	5	4	3	12
PEDRALVAS	1	0	1	2
CALHAU	1	1	2	4
RAINHA DONA LEONOR	0	0	0	0
MURTAS	2	5	6	13
PADRE CRUZ	28	32	20	80
ALTA LISBOA SUL	11	17	19	47
ALTO DO LUMIAR	0	3	3	6
PEDRO QUEIROZ PEREIRA	0	6	3	9
CRUZ VERMELHA	0	0	0	0
ALTA LISBOA CENTRO	23	45	32	100
CHARNECA DO LUMIAR	2	0	7	9
AMEIXOEIRA	5	47	35	87
QUINTA DAS LAVADEIRAS	1	0	1	2
ALTO DO CHAPELEIRO	0	0	0	0
ALFREDO BENSAUDE	8	21	14	43
AV BERLIM	1	2	2	5
AV CIDADE LUANDA	1	0	0	1
CASAL DOS MACHADOS	8	31	11	50
QUINTA DAS LARANJEIRAS	16	27	13	56
OLIVAIS NORTE	0	1	1	2
OLIVAIS SUL	8	6	9	23
OLIVAIS VELHO	0	8	2	10
QUINTA DO MORGADO	4	11	2	17
FLAMENGA	19	25	13	57
LOIOS	0	2	0	2
CONDADO	9	25	19	53
CONDADO ZONA I	1	6	2	9
CONDADO ANTIGO	2	8	2	12
ALFINETES	7	14	6	27
MARQUES ABRANTES	10	26	11	47
QUINTA DAS SALGADAS	2	10	6	18
QUINTA DO CHALE	2	4	4	10
OURIVES	23	23	20	66
GRILO	0	0	0	0
OLAIAS	0	4	2	6
CARLOS BOTELHO	0	24	11	35
QUINTA LAVRADO	0	1	14	15
JOAO NASCIMENTO COSTA	0	3	2	5
VALE SANTO ANTONIO	10	16	15	41
GRACA	1	1	1	3
PRESIDENTE CARMONA	0	0	3	3
ALTO DA EIRA	1	3	2	6
ARMADOR	11	29	5	45
PATRIMONIO DISPERSO	17	15	12	44
TOTAL	327	673	450	1450

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, EQUIPAMENTOS ELETROMECÂNICOS E PLATAFORMAS ELEVATÓRIAS

A Gebalis garante a manutenção, conservação e requalificação das instalações elétricas do Património Edificado.

Durante o ano de 2024 desenvolveram-se diversas ações preventivas e corretivas, com particular destaque para manutenção do sistema fotovoltaico, requalificação do sistema de iluminação em zonas comuns e reabilitação de redes em ocorrências de pós sinistro (incêndio), atos de vandalismo e furto/roubo.

Destacam-se o aumento do número de intervenções realizadas para redução do risco de acidente por ocorrência de vandalismo/má apropriação e furto/roubo.

No que respeita aos equipamentos eletromecânicos, a Gebalis aumentou, pelo terceiro ano consecutivo, o seu parque de elevadores sob gestão por incorporação dos equipamentos do edificado PRESS, perfazendo um total de 1.210 elevadores sob sua responsabilidade direta.

Em 2024 foram mantidos os procedimentos destinados à manutenção completa do parque de ascensores, estando todos os 1.210 elevadores, sob gestão da Empresa, com contratos de manutenção completa.

Para além da manutenção corrente dos equipamentos existentes no parque gerido pela Gebalis, tendo por base a gestão dos Contratos de Manutenção Completos, a Empresa garante ainda a reparação/modernização de equipamentos eletromecânicos, de acordo com as necessidades identificadas.

Durante o ano de 2024, ***foram registadas 15.762 intervenções de manutenção em ascensores, ao abrigo dos contratos de manutenção, 47.284 intervenções de reparação, ao abrigo dos contratos de manutenção, 178 elevadores intervencionados ao nível de reparação/modernização, ao abrigo de empreitadas específicas, e foram apresentadas 127 (+ 9 que transitaram do ano anterior), totalizando 136 queixas-crime junto das entidades policiais por vandalismo e má apropriação/condicionamento destes equipamentos***, para um impacto de perda/dano de 219.850,86€ só neste ano.

Com a conclusão dos contratos celebrados com as Empresas de Manutenção e Instalação de Elevadores em 2024, verificou-se a necessidade de se ajustarem os Contratos de Manutenção existentes.

Desta forma, desde o final de 2023, com a finalidade de se ter uma imagem geral do estado do parque de elevadores sob gestão da Gebalis, foram visitados todos os equipamentos e identificadas as necessidades a curto, médio e longo prazo.

Foi igualmente analisado o modelo de contrato em vigor nos últimos 10 anos.

Com base na análise feita foram constituídos novos cadernos de encargos (mais robustos em termos de objetivos vs responsabilidades) destinados à Manutenção e Reparação de Elevadores. A cada procedimento corresponde um lote de elevadores.

O critério adotado para a composição/natureza de cada lote está suportado numa distribuição que se procurou ser equilibrada e suportada no fator ambiente social/motivo da anomalia/gravidade da anomalia, nomeadamente:

> Zonas Não Problemáticas (na gestão dos equipamentos);

Gebalis

> Zonas Problemáticas (na gestão dos equipamentos);
> Zonas Muito Problemáticas (na gestão dos equipamentos).

De 3 Concursos de Manutenção Completa e Reparação, 2 já foram concursados (concurso público internacional), estando o terceiro procedimento com previsão de lançamento em janeiro 2025.

Em relação ao modelo anterior, há a registar as seguintes melhorias do modelo adotado:

- O procedimento inclui ações de reparação antecipadamente identificadas e com prazo de conclusão de trabalhos;
- O critério de adjudicação não é apenas o valor. Os novos procedimentos consideram a qualidade técnica da proposta com um peso de 40%;
- Os novos procedimentos admitem intervenções de reparação resultantes de anomalias por vandalismo, sem teto limite para o custo do material (peças), contrastando com o anterior modelo em que o teto por cada intervenção estava limitado a 5 mil euros;
- A redução do número de contratos destinado à Manutenção e Reparação de Elevadores, com o objetivo de reduzir o número de 15 procedimentos/contratos para 3 procedimentos/contratos;
- O objetivo de que as Empresas incluam um sistema de gestão de avarias, de forma a ser possível controlar períodos de imobilização de avarias e a Gebalis saber dia a dia o número de ascensores imobilizados, assim como o motivo e os períodos de imobilização.

Há ainda a referir que em 2024 foram transferidos 2 elevadores para a responsabilidade de Administrações de Condomínio constituídas. Em fase de transferência da Câmara Municipal de Lisboa para a Gebalis estão os equipamentos localizados nos edifícios SRU e PRESS.

Com o objetivo de dar cumprimento ao disposto no DL 320/02 foram também remetidos requerimentos à CML, para promoção da inspeção obrigatória em diversos equipamentos eletromecânicos.

CUIDAR DE QUEM CUIDA

Gebalis

Numa organização – e especialmente nesta que tem uma carga emocional elevada devido ao contacto permanente com os moradores e na vontade que os trabalhadores têm de ser peças chave na resolução dos seus problemas sociais – ***a gestão de recursos humanos assume um papel primordial***.

É uma área que tem evoluído de forma significativa, relevando aspetos que ganharam peso na gestão de uma Empresa.

A Gebalis tem-se mantido na linha da frente de inovação nesta área, com investimento contínuo e preocupação com o bem-estar global dos seus trabalhadores, introduzindo, por exemplo, melhorias no sistema de gestão da conciliação entre trabalho-família-vida pessoal, promovendo as melhores condições de segurança recomendadas nos locais de trabalho e investindo na requalificação física dos espaços operacionais, com vista ao aumento da produtividade com qualidade e acautelando a sustentabilidade da Empresa.

UMA EMPRESA COM PRESENTE E FUTURO

No seguimento do trabalho iniciado e desenvolvido em 2023, no ano de 2024 deu-se continuidade à consolidação da mudança estrutural implementada na Empresa, bem como às mudanças que resultaram da revisão do Acordo de Empresa e às iniciativas existentes e projetos iniciados de reforço da cultura organizacional, nomeadamente, no que diz respeito à comunicação interna, apoio a novas iniciativas que contribuam para a sustentabilidade da Empresa e melhoria dos serviços prestados aos munícipes e à cidade, no âmbito da missão da Gebalis, numa lógica de melhoria contínua.

Os colaboradores da Gebalis cumprem uma missão de elevada exigência técnica e emocional, pela necessidade de resposta célere e eficaz aos moradores dos bairros municipais, tanto do ponto de vista da intervenção no edificado, como do ponto de vista da intervenção social, pelo que a promoção do bem-estar e segurança dos colaboradores da Empresa constituem objetivos centrais da gestão de recursos humanos da Gebalis.

Neste âmbito, no ano de 2024, foram desenvolvidas as seguintes atividades relacionadas com os recursos humanos:

1. Continuidade da qualidade e regularidade da gestão corrente dos Recursos Humanos, incluindo:

   a. O processamento dos vencimentos, tendo em conta a política salarial prevista no Acordo de Empresa revisto, bem como a entrega de mapas e prestação de informações legais que com eles se relacionam.

      A este propósito, importa referir a atualização da tabela salarial, que se traduziu num aumento salarial de 53€, com um mínimo de 3%, por nível e carreira, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2024. De relevar ainda a atualização dos apoios de natureza social previstos no Acordo de Empresa, cujos valores estão indexados à Retribuição Mínima Mensal Garantida e ao Indexante dos Apoios Sociais.

b. A resposta em tempo aos pedidos de informação sobre recursos humanos a diversos organismos e entidades;

c. A gestão e acompanhamento do contrato de Seguro de Saúde e do Contrato de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho;

d. A resposta a pedidos de esclarecimentos diversos relacionados com a relação laboral.

2. Acompanhamento e cumprimento das obrigações legais e monitorização dos regulamentos internos da Gebalis em vigor.

3. Investimento no reforço do quadro de pessoal, dando atenção ao processo de acolhimento/ integração de novos colaboradores, pretendendo garantir a seleção dos melhores ativos para integrar a equipa Gebalis e o adequado acolhimento e receção após ausências prolongadas (acima de 6 meses).

4. Continuidade do investimento na melhoria das condições físicas, funcionais e ambientais dos locais de trabalho.

5. Continuidade do investimento em formação e desenvolvimento dos recursos humanos.

6. Continuidade de melhoria do Sistema de Gestão da Conciliação implementado na Gebalis e manutenção da Certificação obtida pela Norma NP4552:2022 a 15/02/2023.

7. Desenvolvimento do Sistema de Avaliação de Desempenho.

8. Continuidade do apoio às iniciativas da Gebalis Solidária.

A revisão do Acordo de Empresa, em 2023, veio aprovar o Regulamento de Avaliação de Desempenho, cujo objetivo é o de promover uma avaliação sistemática dos colaboradores, realizada pelos superiores hierárquicos, permitindo à Empresa identificar problemas de integração, motivação e potencial de desenvolvimento das Pessoas, ao mesmo tempo que pretende facultar aos trabalhadores a possibilidade de verem de que forma o seus trabalho está a contribuir para o sucesso da Gebalis.

A implementação do Sistema de Avaliação de Desempenho, iniciada em 2023 com a realização de atividades preparatórias para o início dos ciclos anuais de avaliação de desempenho, a partir de 2024, que incluíram sessões formativas e de esclarecimento sobre o Sistema de Avaliação da Gebalis (SAD), tanto para avaliadores, como para avaliados, ***continuou em 2024, tendo a Empresa optado por concretizar um primeiro período avaliativo no ultimo trimestre do ano***, entre outubro e dezembro, seguindo o cronograma e procedimentos registados em sede do Regulamento aprovado.

Mantiveram-se, para o efeito, as linhas de orientação estratégicas já adotadas. A saber:

- ***Comunicação:*** No plano interno, é fundamental que todos os colaboradores da Empresa conheçam o que se está a desenvolver. Os projetos de intervenção comunitária que estão a decorrer, as grandes frentes de reabilitação de bairros municipais ativas e os grandes objetivos traçados para cada ano. No plano externo, o foco está na melhoria da relação com o munícipe. É obrigatório que a Empresa seja célere a dar respostas e nunca deixe nenhum morador sem resposta, mesmo que, muitas vezes, a mensagem não seja a que mais gostaríamos de transmitir.

- ***Execução:*** Os dinheiros públicos exigem permanente eficiência e a sua correta utilização, no rigoroso cumprimento dos procedimentos de contratação pública previstos na Lei. Só somos

eficientes, enquanto Empresa, se executarmos o orçamento que temos, se reabilitarmos os fogos que temos previstos executar e se requalificarmos os bairros que estimamos requalificar. O objetivo "macro" da Empresa é o de melhorar a qualidade de vida dos nossos moradores, colocando as pessoas sempre em primeiro lugar. É isso que norteia, diariamente, a missão da Gebalis, nas tarefas que estão confiadas a cada colaborador.

- ***Proximidade:*** Só acrescentamos valor se estivermos próximos, se conseguirmos "entrar na casa" das pessoas que servimos. Os projetos de intervenção comunitária adquirem, por isso, uma importância basilar naquela que é a nobre missão da Empresa na cidade de Lisboa. É através deles que o Município chega, muitas vezes, onde não consegue chegar de qualquer outra forma. E é com eles que conseguimos integrar comunidades, unir famílias e promover a saudável convivência entre os moradores.

Assim, na sequência da Identificação dos Avaliadores internos e das ações formativas para Avaliadores e Avaliados, realizadas em 2023, e dando continuidade à implementação da Avaliação de Desempenho da Gebalis, em 2024, foram realizadas as seguintes atividades:

- Reuniões de apoio à elaboração/melhoria das propostas dos objetivos de Avaliação de Desempenho, com responsáveis de Unidades Orgânicas e Coordenadores;
- Participação de todos os elementos da Direção de Recursos Humanos em duas ações de formação, sobre o módulo "Avaliação de Desempenho";
- Revisão e preparação dos objetivos propostos para as unidades orgânicas, para a contratualização de objetivos destas com o Conselho de Administração e, na sequência, com todos os dirigentes intermédios e trabalhadores;
- Contratualização de objetivos por todas as unidades orgânicas, dirigentes e trabalhadores, para o período de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2024.

Para apoio ao processo foi elaborado e facultado um kit para avaliadores, entretanto identificados e, também, mantida comunicação sobre a implementação do Sistema de Avaliação Desempenho na Gebalis, na intranet da Empresa, de forma continuada, para além do apoio continuo prestado pela equipa dos Recursos Humanos.

Pese embora não seja uma novidade, trata-se de um processo complexo que exige clarificação constante de objetivos, e um investimento adicional em questões relacionais entre todos, de modo a beneficiar de forma positiva e útil do que se pode considerar ser uma ferramenta de gestão não dispensável para todos os intervenientes.

REFORÇO DAS EQUIPAS PARA MELHOR RESPOSTA ÀS PESSOAS

Em 2024 manteve-se o ritmo de forte investimento no reforço das equipas da Gebalis, com recurso tanto a recrutamentos internos, como internos/externos, conforme previsto no Acordo de Empresa. Este ajustamento de capital humano teve por finalidade a adequação dos recursos à necessidade de aumento da capacidade de resposta das equipas face às responsabilidades acrescidas da Empresa, tanto na gestão dos fogos e dos espaços não habitacionais, como no aprofundamento do trabalho de intervenção social e de desenvolvimento comunitário, nos territórios onde a Gebalis está presente.

O investimento realizado em recrutamentos pretendeu melhorar os recursos e capacidades de recursos humanos da Empresa, para poder responder de forma adequada à Deliberação 855/CML/2022, assim

como às novas exigências impostas pelos Contratos-Programa entretanto celebrados e ao acréscimo de contratos de arrendamento referentes ao Programa Renda Acessível, sob gestão da Gebalis.

Assim, ***em 2024, foram admitidos 27 novos trabalhadores***:

- 11 resultantes dos processos de recrutamento interno/externo, realizados no decurso de 2024;
- 13 em resultado de processos de recrutamento realizados em 2023;
- 3 em Comissão de Serviço.

À semelhança do ano anterior, ***a Direção de Intervenção Local foi a unidade orgânica objeto de maior reforço de equipas***, tendo integrado 63% dos trabalhadores admitidos. É de salientar que também esta é a maior unidade orgânica da empresa e também aquela que regista maior mobilidade interna resultante de processos de recrutamento interno. O reforço da equipa de intervenção local tem por base a aposta numa maior presença no terreno, desenvolvendo um trabalho de proximidade, como forma de oferecer respostas mais céleres e eficientes aos reais problemas dos moradores dos territórios sob gestão da Gebalis.

Por outro lado, a aposta na identificação interna de talentos, assim como a promoção do desenvolvimento e realização profissional dos trabalhadores, conduziu à ***realização de 14 processos de recrutamento interno***, dos quais resultou a movimentação de 10 trabalhadores em 2024 e 5 previstos para 2025. Dos trabalhadores movimentados internamente em 2024, 6 transitaram para novas unidades orgânicas.

Ao longo de 2024 foram realizados 26 processos de recrutamento: 14 processos de recrutamento interno e 12 processos de recrutamento interno/externo. Os quadros seguintes apresentam os recrutamentos efetuados, por tipo de recrutamento, função, unidade orgânica, número de candidaturas e data da admissão dos candidatos selecionados.

Tipo de recrutamento	Função	Unidade Orgânica	Nº de candidaturas	Admissão em
Interno	Técnico Financeiro	DAF - DFC	2	2024
Interno	Técnico Superior Condomínio e Renda Acessível	DAF - DRA	0	NA
Interno	Administrativo	DAF - DGA	2	2025
Interno	Responsável de Núcleo	DCP - Núcleo Lisboa Ocidental	2	2024
Interno	Administrativo	DCP - DIE	4	2025
Interno	Administrativo	DCP - DRID	1	2025
Interno	Administrativo	DCP - DEE	6	2025
Interno	Técnico Superior Intervenção Local	DIL - DGCA	1	2024
Interno	Técnico Superior Intervenção Local	DIL - DPIC	3	2024
Interno	Técnico Intervenção Local	DIL - DAIM	2	2024
Interno	Adjunto-Técnico	DIL - DGCA	3	2024
Interno	Administrativo	DJCP	1	2024
Interno	Administrativo	DJCP - DGPC	3	2024
Interno	Administrativo	GFR	6	2025

Quadro X. Processos de recrutamentos internos lançados em 2024

O volume de recrutamentos internos reflete os desafios crescentes da missão da Gebalis. Comparativamente ao ano anterior, 2023, ***em 2024 foram realizados mais 5 recrutamentos internos***, com o objetivo de dar resposta a necessidades de recursos humanos com efetivos profundamente conhecedores dos procedimentos e dinâmicas da Empresa.

Gebalis

Tipo de recrutamento	Função	Unidade Orgânica	Nº de candidaturas	Admissão em
Interno/externo	Técnico Superior de Condomínios e Renda Acessível	DAF - DRA	18	2024
Interno/externo	Fiscal de Zona	DCP - DMC	11	2024 e 2025
Interno/externo	Técnico Superior do Património Edificado	DCP - DMC	3	2024
Interno/externo	Técnico Superior do Património Edificado	DCP - DMC	4	NA
Interno/externo	Técnico Superior do Património Edificado	DCP - DRID	11	NA
Interno/externo	Adjunto-Técnico	DIL	51	2024
Interno/externo	Adjunto-Técnico (out 2024)	DIL	76	2024 e 2025
Interno/externo	Técnico Superior Jurista	DJCP - DAJ	39	2024
Interno/externo	Técnico Superior Comunicação e Relações-Públicas	DMC	25	2024
Interno/externo	Técnico Superior Estudos e Planeamento	GPE	2	2024
Interno/externo	Técnico Superior Estudos e Planeamento (Economia)	GAQ	2	2024
Interno/externo	Técnico Superior Estudos e Planeamento (Economia)	GAQ	5	2024

Quadro X. Processos de recrutamentos e internos/externos lançados em 2024

Em consequência da participação e parceria da Gebalis com outras entidades e, também, atendendo à legislação vigente, em particular a Lei 4/2019 de 10 de janeiro, é feita a divulgação de todos os recrutamentos internos/externos junto da RedEmprega Lisboa e do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

No total, no ano de 2024, foram rececionadas 247 candidaturas, registando-se um aumento de 3,8% relativamente a 2023.

As funções de caráter social e administrativo são aquelas que atraem um maior número de candidaturas externas. No entanto, em 2024 foi possível recrutar trabalhadores para áreas mais desafiantes em termos de atração de talento: fiscais de zona, técnicos superiores do património edificado e técnicos superiores juristas. ***A possibilidade de valorização da experiência profissional para a definição do nível salarial, prevista na revisão do Acordo de Empresa, terá contribuído para atenuar a dificuldade de recrutamento geralmente sentida nestas áreas técnicas.***

Analisando o fluxo de entradas e saídas de trabalhadores da Gebalis importa registar as seguintes ocorrências:

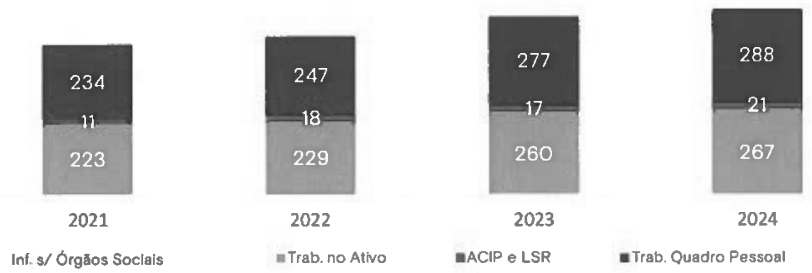
Entradas: 27 admissões; 2 regressos à Empresa - fim da licença sem remuneração e de acordo de cedência de interesse público.

Saídas: 5 por aposentação; 3 por acordo de cedência de interesse público; 3 por licença sem remuneração; 10 por cessação de contrato de trabalho.

Destaque ainda para o facto de ***32 trabalhadores terem visto os seus contratos de trabalho a termo convertidos em contrato sem termo*** e para a realização de duas sessões de boas-vindas a trabalhadores que estiveram ausentes da Gebalis, por um período igual ou superior a 12 meses. Estas sessões têm por objetivo facilitar a sua reintegração, transmitindo as principais alterações ocorridas na empresa durante o período de ausência e reforçando os canais de comunicação para o esclarecimento de eventuais dúvidas.

No final de 2024, ***o quadro de pessoal da Gebalis totalizou 288 trabalhadores e 3 elementos do Conselho de Administração*** (1 não executivo), no entanto, para a concretização das atribuições fixadas no âmbito da missão da Gebalis, e atendendo ao Plano de Atividades proposto para 2024, ***contámos com 267 trabalhadores ativos (62,9% mulheres e 37,1% homens) e 3 elementos do Conselho de Administração*** (1 não executivo).

O gráfico seguinte apresenta a evolução do número de trabalhadores da Gebalis entre 2021 e 2024:

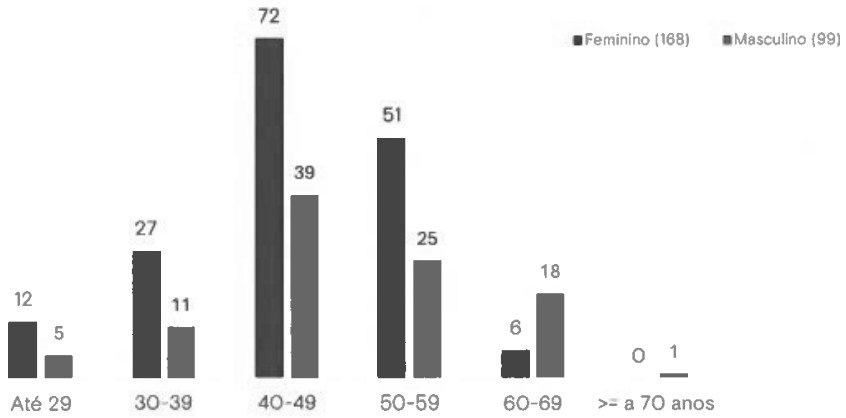


Pela análise do gráfico, salienta-se a tendência crescente do número de trabalhadores da empresa: de 234, em 2021, para 288 em finais de 2024, representando um reforço de 23,1% do quadro de pessoal (mais 54 trabalhadores). O maior número de contratações regista-se nos anos de 2023 e 2024.

Os dados apresentados no gráfico anterior refletem a preocupação da Gebalis em garantir a capacidade e a qualidade de resposta das equipas. Os anos de 2023 e 2024 são marcados por um reforço expressivo das equipas, necessário face à reorganização administrativa da Empresa, em vigor desde final de 2022, do ponto de vista interno, e ao aumento do volume de trabalho, resultante, principalmente, do aumento do número de empreitadas de reabilitação de lotes e fogos, da implementação da deliberação 855/CML/2022 e do acréscimo de contratos de arrendamento referentes ao Programa Renda Acessível sob gestão da Gebalis.

Os gráficos abaixo apresentados fazem uma breve caracterização em termos etários e por grau de escolaridade dos trabalhadores ativos:

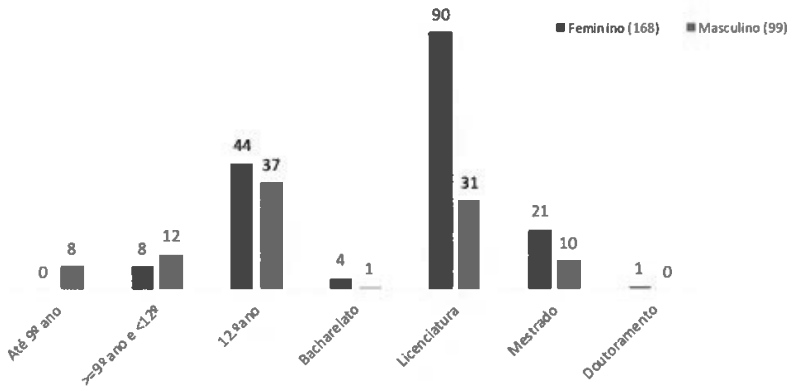
Distribuição dos Trabalhadores por grupo etário e por sexo



Embora as mulheres sejam maioritárias no total dos trabalhadores ativos, nas categorias mais velhas (trabalhadores com idade igual ou superior a 60 anos) observa-se uma maior representação masculina.

Em termos de distribuição etária, a classe modal é a dos 40-49 anos, reunindo 41,6% dos trabalhadores. A média de idades é de 47 anos, muito próxima da idade média da população ativa em Portugal, que era em 2022 de 46,8 anos. Analisando o perfil etário dos trabalhadores admitidos em 2024 (n=27) verifica-se que a média é de 39,6 anos, refletindo a prática de não discriminação com base no fator idade, presente no Acordo de Empresa. Em 2024 o trabalhador admitido mais jovem tinha 22 anos e o mais velho 61 anos.

Distribuição dos Trabalhadores por grau de escolaridade e por sexo



Partindo da análise da distribuição dos trabalhadores por grau de escolaridade e sexo é possível destacar o seguinte: a maior parte dos trabalhadores da empresa tem uma formação académica de nível superior (59,2%), evidenciando-se uma maior presença feminina nos trabalhadores mais qualificados (73,4%).

O perfil académico dos trabalhadores reflete o aumento de exigência e de complexidade técnica dos desafios que têm sido colocados à Gebalis ao longo dos últimos anos. Em 2024, mais de metade dos

Gebalis

trabalhadores admitidos (59,3%) eram detentores de um diploma universitário.

VALORIZAÇÃO DO MAIOR ATIVO DA EMPRESA: OS TRABALHADORES

Os maiores ativos da Gebalis continuam a ser os seus trabalhadores.

Mantendo o propósito de valorização das suas Pessoas e com o objetivo de criar as melhores condições possíveis de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, a todos os que trabalham na Gebalis, a favor de maior bem-estar e motivação, compromisso e melhor performance profissional, durante 2024 deu-se ***continuidade ao Sistema de Gestão da Conciliação implementado na GEBALIS e Certificado pela Norma NP4552:2022 a 15/02/2023.***

Para além da continuidade de disponibilidade das medidas implementadas e gestão do Sistema implementado na Gebalis, o ano de 2024 foi também o ano de transição para a nova versão da Norma 4552 revista em 2022. Por esse motivo, para além de se dar continuidade ao apoio a todos os colaboradores, foi também necessário preparar o processo para a auditoria de transição para a nova versão da Norma, que decorreu em janeiro de 2024 e que motivou um investimento adicional de sensibilização e comunicação sobre o tema.

Neste sentido, as principais atividades realizadas no âmbito da Conciliação, em 2024, foram:

- Auditoria Externa de Acompanhamento e de Transição, realizada em janeiro de 2024, que conferiu novo Certificado à Empresa de acordo com a nova versão da norma NP 4552:2022;
- Realização de reuniões de trabalho com Entidade de apoio, na continuidade da assessoria para a resolução de não conformidades menores, melhoria de documentação associada e desenvolvimento do sistema SGC GEBALIS implementado;
- Realização da sessão (in)formativa "Compromisso com a Conciliação" com todos os Dirigentes GEBALIS e assinatura de 'Compromisso com a Conciliação' por todos os Dirigentes, reforçando a relevância do seu papel na divulgação e aplicação junto das respetivas equipas do sistema e das medidas existentes, em abril de 2024;
- Reconhecimento e inclusão da medida "Voluntariado Empresarial" no conjunto de medidas já existentes na Empresa, existindo atualmente 24 medidas de conciliação disponíveis para os Trabalhadores da Empresa;
- Divulgação de informação na intranet associada à Conciliação, destacando-se:
  - > Divulgação de nova Certificação pela Norma NP4552:2022 em 15 de fevereiro de 2024 (validade até 12/02/2026);
  - > Atualização da informação sobre medidas de conciliação e protocolos de serviços e benefícios;
  - > Divulgação do evento realizado com os Dirigentes "Compromisso com a Conciliação";
  - > Publicação de "DICAS da Conciliação" (24 de maio e 28 de junho), com vídeos e tópicos de reflexão sobre o equilíbrio entre a esfera profissional, familiar e pessoal;
  - > Incluída mensalmente mensagem nos recibos de vencimentos relacionada como tema da Conciliação;

> Foi ainda realizada a divulgação dos resultados da avaliação ao Sistema do ano anterior, que teve divulgação na intranet (julho de 2024).

- Realização da avaliação anual de satisfação com o Sistema implementado e medidas em vigor, pelos Trabalhadores, Dirigentes, Famílias, Comissão de Trabalhadores e, também, pelo Conselho de Administração;

- Realização da Auditoria Interna ao Sistema relativa às atividades desenvolvidas durante o ano 2024 (novembro de 2024);

- Realização da reunião de revisão pela Gestão, sobre o sistema implementado, atividades desenvolvidas, resultados de avaliação de satisfação e reflexão sobre a melhoria do sistema, em dezembro de 2024.

No âmbito das 24 medidas de conciliação em vigor, há ainda a relevar o aprofundamento da aposta não só no bem-estar físico, mas também psicológico dos trabalhadores, com ***oferta de consultas de psicologia integralmente pagas pela Empresa***, em complemento ao já existente Seguro de Saúde (comparticipado em 80% para o trabalhador e seus descendentes até aos 25 anos).

Ainda neste âmbito, e assumindo a saúde e segurança no trabalho uma importância central na prevenção e combate, de um ponto de vista não médico, tanto às doenças profissionais, como aos acidentes de trabalho, tanto pela eliminação das condições inseguras do ambiente, como pela sensibilização dos trabalhadores para a adoção de medidas preventivas, damos conta das ações realizadas:

SAÚDE, HIGIENE E SEGURANÇA - 2024												
Vigilância da Saúde			Higiene e Segurança								Formação	
Tipo de Exame		Total de Exames de saúde realizados	Relatórios			Total	Auditoria Instalações			Total	Acções de Formação	
Admissão. /Periódico. /Ocasional	Complementares		Ambiente Térmico	Iluminação	Ruído		Tipo Administrativo	Tipo Oficina /Armazém	Tipo Sociais		n.º de acções de formação realizadas	N.º. participantes
167	8	175	17	16	0	33	16	5	1	22	32	125

Espaços Físicos com condições de trabalho dignas

Por que acreditamos que as condições de trabalho são fundamentais para o bem-estar, a produtividade e a motivação dos nossos trabalhadores, demos continuidade ao investimento em melhorias das condições físicas, funcionais e ambientais dos locais de trabalho, com especial enfoque nas estruturas deslocalizadas, garantindo um espaço com qualidade para os colaboradores, moradores e também entidades parceiras.

Durante o primeiro semestre de 2024 foram requalificados o Gabinete de Intervenção Local da Alta de Lisboa e o espaço de trabalho da Equipa operacional de instalações elétricas, localizada no Bairro Alfredo Bensaúde. Iniciou-se a realização de obras em espaço físico no Bairro Padre Cruz para a transferência da equipa do Departamento de Contratos de Arrendamento, atualmente a funcionar num espaço contíguo ao Gabinete de Intervenção Local Olaias, e iniciaram-se obras de requalificação no Gabinete de Intervenção Local Oriente.

Todas estas obras de reabilitação/reconversão nas estruturas operacionais locais da Gebalis seguiram os princípios do CPTED (*Crime Prevention Through Environmental Design* / Prevenção do Crime), através do Desenho Urbano, e foram ainda seguidas as recomendações da Saúde e Segurança no Trabalho.

Gebalis

MAIS E MELHOR FORMAÇÃO

Em 2024 houve um reforço do investimento em formação e desenvolvimento dos Recursos Humanos da Empresa, onde a Academia Gebalis desempenhou um papel decisivo na evolução da Empresa, ao contribuir para a introdução de uma nova dinâmica de desenvolvimento profissional e pessoal dos trabalhadores.

Com foco na capacitação contínua, a Academia Gebalis destacou-se por oferecer formação com conteúdos inovadores e adaptados às necessidades específicas dos trabalhadores, promovendo um ambiente de aprendizagem colaborativo e transformador.

O impacto positivo tem sido evidente, não apenas no aperfeiçoamento das competências individuais, aumento da capacidade de resposta aos desafios diários, mas também na criação de um espaço onde os trabalhadores puderam expandir a sua visão estratégica e o seu papel na organização. Assim, a Academia Gebalis reafirmou o seu compromisso em capacitar os trabalhadores para enfrentarem os desafios do presente e do futuro.

A atividade da Academia Gebalis contribuiu decisivamente para a motivação e realização dos trabalhadores da empresa, apoiando o bem-estar e a promoção do alinhamento dos objetivos da unidades orgânicas e dos trabalhadores com os objetivos estratégicos da organização.

No ano de 2024 todos os trabalhadores da Gebalis tiveram oportunidade de participar em, pelo menos, uma ação de formação.

A Gebalis, enquanto empresa socialmente responsável, também incentiva os seus trabalhadores a investirem na sua formação, pelo que a atribuição de um subsídio de apoio aos estudos é uma prática corrente, tendo havido em 2024 a atribuição de 9 abonos para estudo.

Fruto do estabelecimento de contactos com Universidades para o acolhimento e realização de estágios (mentoria), foram acolhidos e orientados 3 estágios académicos (1 da FCSH e 2 do ISCSP).

O Plano de Formação, aprovado para 2024, foi concretizado através de:

- Apoio/organização de 151 ações de formação, representando 2114 inscrições, abrangendo 268 trabalhadores. Estas incluem 117 ações externas e 34 ações internas;

  As ações desenvolvidas abarcaram temas essenciais para o bom desempenho da empresa, como: "A gestão eficiente de energia em edifícios; CRM (que abrangeu todas as equipas operacionais e de atendimento da empresa); Código de Procedimento Administrativo; Reflexões e capacitação sobre a Deliberação 855/CML/2022; Temas da fase de Execução dos Contratos Públicos; Planos de Emergência Interna e utilização de EPI's; Definição de um plano de formação de acolhimento e integração; Arrendamento Social; Comunicação inter-equipas e Liderança; Práticas colaborativas nas visitas domiciliárias; Ética e Prevenção de Suborno, Corrupção e Fraude; Língua inglesa; Formação Pedagógica Inicial de Formadores, entre outras, integrando práticas modernas e ferramentas eficazes que reforçam as competências técnicas e emocionais dos trabalhadores. Além disso, a formação priorizou o fortalecimento da capacidade de adaptação às mudanças e a valorização do trabalho em equipa.

- Promoção no total de 15622 horas de formação, apoiando os objetivos estratégicos da Empresa com ações de formação promovidas para grupos alargados com vista a:

- Constituição de uma equipa da formadores internos;
- Domínio da comunicação em especial nas áreas digitais;
- Continuidade da implementação do Sistema de Avaliação de Desempenho, dirigida a Avaliadores e Avaliados;
- Reforço das competências das equipas em matéria de Ética e Prevenção de Suborno, Corrupção e Fraude, para toda a Empresa;
- No âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho, ações de Organização de Emergência Teórico e Prática e formação em Ergonomia e Condições dos Locais de trabalho.
- Implementação de sistema CRM e plataforma *Salesforce*;
- Reforço das competências das equipas em gestão de habitação municipal, nomeadamente no que diz respeito à legislação em vigor e observação do Código de Procedimento Administrativo.

Importa referir que 61,51% dos trabalhadores tiveram 40 ou mais horas de formação e que foi assegurada uma taxa de concretização obrigação legal de 145,73%. (nº de horas de formação dada / nº de horas legais x 100).

No âmbito do trabalho desenvolvido pela Academia Gebalis, foram ainda criados e disseminados fluxos de trabalho e documentação de suporte e de registo, necessários à gestão e melhoria contínua desta recente área de trabalho. Foram ainda estabelecidos contactos com outras entidades formadoras, no sentido de aprender e de desenvolver as práticas recomendadas nesta área.

Também em 2024, e após a realização das formações no domínio da língua inglesa e da Formação Pedagógica Inicial de Formadores, foi possível a negociação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), para o desenvolvimento de ações de *refresh* da formação de equipa de formadores internos.

UMA EMPRESA MAIS SOLIDÁRIA QUE PROMOVE A IGUALDADE DE GÉNERO

Desde 2008 que a Gebalis adotou uma política de responsabilidade social, consentânea com a sua atividade e serviço à cidade de Lisboa.

Nesse âmbito foi criado o Projeto "Gebalis Solidária", que tem como principal objetivo o apoio a trabalhadores que desejem realizar atividades de voluntariado com o apoio da Empresa, tendo sido criada uma medida (justificação de falta) específica para o efeito de "Voluntariado Empresarial" (realização de atividade voluntária, em horário laboral, até ao máximo de 7 horas por mês).

A "Gebalis Solidária" é coordenada por um pequeno grupo de trabalhadores de diferentes Unidades Orgânicas, que têm promovido e desenvolvido diferentes atividades ao longo dos anos.

Em particular no que respeita ao trabalho do Banco de Bens Gebalis Solidária foram recebidos 83 pedidos, dos quais 49 foram satisfeitos e 34 pedidos aguardavam oportunidade de entrega no final de 2024 de bens diversos (entre móveis e outros objetivos de utilização doméstica) a moradores com carência económica, diretamente ou em articulação com entidades parceiras que com a Gebalis colaboram em Lisboa (SCML, Juntas de Freguesia, Organizações de Apoio a Refugiados, Coletividades e Associações Locais, e estruturas CML – Apoio Social).

Gebalis

Ainda, e decorrente do seu compromisso e Política de Responsabilidade Social e em cumprimento com a legislação vigente, a Gebalis tem, também, vindo a rever e a atualizar todos os seus referenciais e documentos principais, atendendo a boas práticas e recomendações a favor da igualdade de oportunidades e de género, para além do estrito cumprimento da legislação vigente, entre outros:

- Na elaboração e divulgação do Plano Anual de Igualdade de Género da Gebalis, desde 2010 até á data. O último plano submetido à CITE, referente a 2024/2025, aguarda retorno de validação;
- Na participação em grupos de trabalho com outras entidades, sobre temas de interesse mútuo e intercâmbio de conhecimentos e boas praticas de gestão, incluindo a defesa dos Direitos Humanos na sua plenitude;
- Na atenção aos objetivos e metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, no seu planeamento de atividades, sempre que adequado.

UMA MARCA NA CIDADE DE LISBOA

Gebalis

A marca Gebalis está presente por toda a cidade, em 66 bairros do município, em mais de 20.000 fogos, em contacto direto com mais de 60.000 habitantes de Lisboa.

A caminho de completar 30 anos, a comunicação desempenha um papel central na atuação da Gebalis, refletindo o compromisso da empresa em promover uma gestão participativa, inclusiva e transparente nos bairros municipais de Lisboa. Ao longo destes anos, a comunicação tem sido um pilar estratégico para reforçar a ligação entre a Gebalis, os moradores, e os diversos agentes sociais que contribuem para o desenvolvimento comunitário.

PROGRAMA MORAR MELHOR

Em 2024, o Programa Morar Melhor – Programa de Reabilitação dos Bairros Municipais de Lisboa consolidou-se como uma das principais iniciativas estratégicas no domínio da habitação municipal, reforçando o compromisso da Gebalis e da Câmara Municipal de Lisboa com a reabilitação do parque habitacional e a melhoria das condições de vida dos munícipes.

Assente em dois contratos-programa, ***esta iniciativa representa o maior investimento das últimas três décadas na habitação municipal, ultrapassando o impacto do PER – Programa Especial de***

Gebalis

Realojamento.

Com um enfoque na valorização do património municipal e na promoção do bem-estar habitacional, a marca tem sido aplicada em diversos suportes de comunicação, assegurando uma abordagem estruturada e coerente desde a fase inicial de sensibilização até à conclusão das intervenções.

A identidade "Morar Melhor" foi concebida para fortalecer a comunicação institucional da Gebalis e potenciar a visibilidade deste investimento estruturante. A marca visa garantir uma transmissão eficaz e transparente dos objetivos do Programa, bem como fomentar a colaboração entre moradores, parceiros institucionais e grupos comunitários nos territórios abrangidos.

O impacto do Programa tem vindo a traduzir-se num aumento significativo da exposição mediática da Gebalis, acompanhando o crescente interesse da sociedade civil e dos meios de comunicação. Paralelamente, tem-se verificado um reforço na disponibilização de informação estruturada, de forma consistente e transparente para os moradores dos bairros em reabilitação, assegurando a efetividade da intervenção e o cumprimento dos seus objetivos estratégicos.

Também nos meios próprios, a Gebalis tem assegurado uma permanente divulgação da evolução das intervenções nos edifícios, suportada em vídeo e fotografia, com atualizações quer nas redes sociais quer no site institucional.

COMUNICAR COM A CIDADE

Alinhada com os princípios da transparência, relevância e credibilidade exigidos, a Gebalis procura assegurar que a informação necessária, para além da obrigatória, esteja presente nos seus canais próprios e que seja amplificada por outros meios junto dos públicos relevantes.

Em 2024, a Gebalis reforçou o seu compromisso com a promoção da coesão social e o envolvimento comunitário nos bairros municipais, através de diversas iniciativas estruturantes. Estas ações visaram a melhoria da qualidade de vida dos residentes, o fortalecimento das redes de proximidade e a valorização do espaço público, e representaram um investimento em comunicação, quer em fases de divulgação e promoção, quer na ativação das mesmas.

Iniciativas que promovem a boa vizinhança, o acompanhamento aos mais velhos, a boa apropriação do edificado, a literacia digital, energética ou financeira, competências digitais, a responsabilidade ambiental.

Neste âmbito, tendo em conta as ações de comunicação desenvolvidas, são de destacar:

- Talentos do Bairro;
- *Community Champions League;*
- Bora Mexer;
- Programa Lotes ComVida;
- Cinema Insuflável Gebalis;
- Semana Digital Gebalis;
- Projeto Memórias;
- Exposições e Concursos ("Elevadores com Rosto", "Quando a Cidade ainda dorme").

Gebalis

COMUNICAR NO DIGITAL

Novo site institucional

Em 2024 o site institucional da Gebalis passou por uma importante atualização, não só para tornar a sua presença digital mais moderna, alinhando-se com as práticas atuais de web design, mas também para melhorar a experiência do utilizador: a nova casa digital Gebalis foi pensada para ser mais intuitiva e acessível, garantindo que os utilizadores possam encontrar as informações e serviços de que necessitam de forma mais rápida e eficiente.

Com nova imagem, e uma apresentação mais dinâmica, a reformulação foi para além do elemento visual. Em destaque está uma nova organização dos conteúdos que pretendem dar a conhecer de forma mais completa e acessível as principais atividades da Empresa.

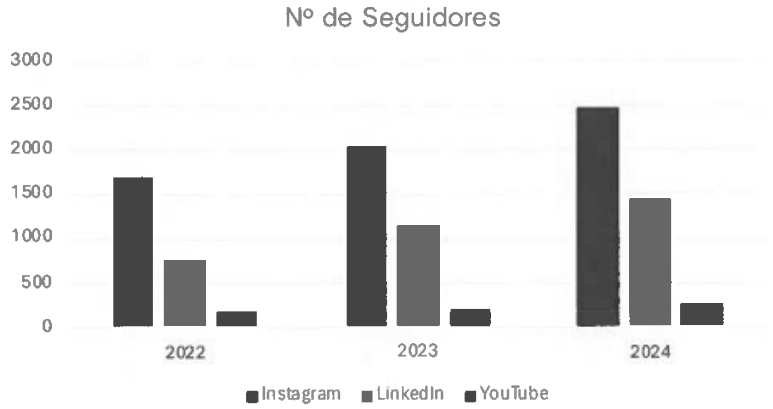
Outra aposta importante é a otimização para dispositivos móveis: o novo website da Gebalis está preparado para oferecer uma experiência consistente em qualquer dispositivo móvel.

A transição para este novo website foi mais um passo estratégico para fortalecer a comunicação com toda a comunidade e assegurar que a Gebalis consolide as práticas de transparência e acessibilidade digital.

Redes Sociais

Em 2024, as redes sociais consolidaram-se como um canal estratégico de comunicação da Gebalis, permitindo uma ligação mais próxima com os moradores dos bairros municipais. Através destas plataformas, foi possível reforçar a transparência na divulgação de informação, promover a participação comunitária e sensibilizar para as iniciativas em curso, garantindo uma comunicação mais ágil, acessível e eficaz. Além disso, as redes sociais desempenharam um papel fundamental contribuindo para o fortalecimento da relação de confiança entre a Gebalis e a comunidade.

Regista-se, durante o último ano, uma maior diversificação dos seguidores das redes sociais Gebalis: fruto de ações, e respetiva estratégia de comunicação, como Talentos do Bairro ou Bora Mexer, o público mais jovem ganhou um peso significativo no universo dos seguidores, particularmente no Instagram.



LinkedIn

O LinkedIn registou um crescimento de 24,5% e um total de 1.430 seguidores no final do ano. Nos últimos dois anos, o número de seguidores praticamente duplicou, reforçando a relevância da presença digital e o crescente interesse pelo conteúdo partilhado.

Instagram

O Instagram encerrou 2024 com um aumento de 21,7%, atingindo 2.482 seguidores. Este desempenho, em consonância com os 20,5% registados em 2023, evidencia a eficácia do conteúdo em manter um elevado nível de envolvimento e reforça o impacto positivo das iniciativas ao longo do ano.

YouTube

A acompanhar a evolução positiva dos restantes canais, e não sendo ainda uma aposta estratégica no digital, ***o YouTube destacou-se em 2024 com um crescimento de 27,3%***, tendo alcançado 252 subscritores. Este resultado supera os 15,1% registados em 2023.

Comunicar com os Trabalhadores

Os canais de comunicação internos continuaram a ser uma aposta. A partilha de conhecimento e conteúdos relevantes foi incrementada, com o objetivo de continuar a criar envolvimento e sentimento de pertença em cada colaborador, valorizando a contribuição de todos.

Momentos como o aniversário da empresa, datas simbólicas como o Dia da Mulher, Dia da Mãe, Dia do Pai, Dia da Criança, são base para o reforço da ligação da empresa ao público interno.

UMA EMPRESA DO FUTURO

Gebalis

O lançamento oficial do Portal do Morador marcou o início de uma nova era na comunicação entre a Gebalis e a comunidade em 2023, tornando-se possível, através desta nova ferramenta digital, submeter de modo remoto vários tipos de pedidos, acompanhar o seu estado e, sempre que necessário, estabelecer uma interação direta entre os moradores e os serviços da Empresa.

Em 2024, com a introdução do CRM, e a integração entre as duas soluções, tornou possível que todos os pedidos efetuados pelo Portal do Morador criassem de forma automática casos de atendimento em CRM, proporcionado que os pedidos fossem diretamente reencaminhados para as equipas responsáveis pelo seu tratamento.

Ficou assim mais simplificado o tratamento dos procedimentos previstos no Portal, como a atualização do agregado residente na fração, a marcação de atendimentos de ordem técnica, o pedido de referências multibanco para pagamento das rendas, a solicitação de reparações ou obras, ou até mesmo reportar conflitos com a vizinhança e fazer sugestões para os lotes dos respetivos bairros.

Alinhado com a preocupação relativa à melhoria do atendimento, para responder às necessidades da área de *Contact Center* e Gabinetes de Intervenção Local, ***foi implementada a nova plataforma de CRM***, com vista à otimização de processos e melhoria da eficiência interna da Empresa.

Em simultâneo com a preocupação relativa à melhoria do atendimento, torna-se relevante destacar a criação de condições de acesso a dados e a centralização dos registos numa única plataforma. Cientes dessa preocupação, a Empresa deu continuidade a um caminho que se iniciou com uma avaliação relativa à melhor tecnologia a selecionar, seguindo-se a respetiva implementação, de acordo com as necessidades da Gebalis para uma ferramenta de gestão interna, como o CRM.

Com o objetivo de dotar o negócio de uma visão 360° e de integrar todas as suas fontes de dados através de solução *Salesforce Mulesoft*, esta ferramenta foi adquirida em conjunto com o sistema CRM *Salesforce*, de forma a ser possível criar orquestração através de uma única plataforma.

Percorrendo um caminho que se iniciou com as atividades de análise de processos e posterior transformação de soluções existentes, ***foi possível a entrada em funcionamento do CRM em 2024***.

SEGURANÇA NO QUE FAZEMOS

Gebalis

A segurança jurídica da gestão habitacional, o controlo e a auditoria interna e os procedimentos de contratação pública são prioridades constantes da Empresa.

A complexidade das leis e sua rigorosa aplicação exigem que os serviços da Gebalis dediquem a máxima atenção a todos os seus atos administrativos, garantindo que as decisões propostas em vários níveis estejam em conformidade com a legislação. Isso permite que aqueles com poder de decisão atuem de forma segura e com base nas melhores práticas.

Nessa abordagem que equilibra o cuidado social com a necessidade de uma gestão eficaz da Empresa, os serviços jurídicos desempenham um papel fundamental. Eles validam o acompanhamento das questões legais em todos os processos, garantindo que cada passo seja dado com segurança.

No entanto, a função jurídica vai além do suporte à área social, também acompanhando todos os processos de aquisição e as interações com entidades externas. É uma fonte essencial para todos que buscam tomar decisões sólidas e alinhadas com a legislação.

Os resultados desse esforço são amplamente positivos e têm impacto significativo na gestão global da Empresa.

A recuperação da dívida é uma matéria que assume cada vez mais importância, por todas as consequências jurídicas e sociais, sendo dado apoio à prossecução das ações e estratégias para a recuperação e redução da dívida e sensibilização dos agregados para o pagamento atempado das rendas e demais obrigações legais, com o objetivo de recuperação de débitos de rendas com vista ao controlo e à diminuição da dívida.

Há assim a destacar os seguintes indicadores:

- ***Formalizados 72 acordos de regularização de dívida, com um total do valor contratualizado de €599,964.95;***

- ***Realizados 185 atendimentos realizados, com vista à celebração de acordos de regularização de dívida ou sua reformulação;***

- ***Enviadas 101 interpelações com vista à recuperação dos débitos e sensibilização para a regularização das prestações incumpridas.***

No que diz respeito aos procedimentos de cessação do direito da utilização da habitação e/ou resolução do contrato de arredamento vigente, sempre que detetado algum fundamento legal que consubstancie causa de cessação dos direitos habitacionais são acionadas diligências promovidas, relacionados com o incumprimento das normas legais aplicáveis em matéria de arrendamento apoiado ao abrigo da Lei 81/2014, de 19 de dezembro, na sua atual redação, através da instrução processual dos procedimentos de natureza administrativa regulados pelo Código do Procedimento Administrativo. Foram assim tramitados:

- 114 Procedimentos de Cessação/Resolução iniciados;

Gebalis

- 91 Procedimentos de Cessação/Resolução concluídos;
- 47 Procedimentos de cessação iniciados e concluídos.

No âmbito da Deliberação 855/CM/2022 e 855/A/CM/2022, há a registar:

- ***99*** Processos de desocupação iniciados;
- ***76*** Processos de desocupação concluídos;
- ***13*** Processos de desocupação 855 suspensos (providência /ação judicial).

Neste âmbito, tem sido dado prosseguimento a:

- ***339*** Notificações postais, Por Mão Própria (PMP), Editais e Avisos promovidos para efeitos de audiência prévia de interessados no âmbito dos procedimentos tramitados;

- ***291*** Notificações Postais, PMP, Editais e Avisos promovidos para efeitos de notificação de despacho final no âmbito dos procedimentos tramitados;

- ***60*** Audiências de interessados na forma escrita;

- ***79*** Audiências de interessados orais realizadas.

Foi ainda colocada a atenção nas relações a desenvolver e pugnar pela adequação e conformidade legal dos atos e procedimentos da Gebalis com ***45*** análises de exposições apresentadas por moradores/associações/condomínios/advogados e asseguradas ***42*** respostas a várias Entidades externas, além de diversas outras respostas revistas e dadas no sistema de gestão documental e por e-mail.

Houve também a necessidade de se efetuar ***5*** procedimentos urgentes, com vista à intervenção coerciva nas habitações para obras/limpeza ou reentrada na posse, ao abrigo do CPA, que são objeto de despacho da Sr.ª Vereadora da Habitação da CML, tendo-se igualmente realizado 20 informações para reentrada na posse do fogo devido a óbito do titular e ***18*** notificações por Edital a eventuais herdeiros para reclamação de bens.

Durante o ano de 2024 foi ainda assegurada assessoria jurídica interna que compreendeu a elaboração de inúmeras propostas e informações, sobre assuntos transversais a todas as unidades orgânicas, e elaboração de 106 pareceres jurídicos sobre várias matérias, tendo em vista decisão superior.

Foi garantido o aperfeiçoamento técnico-jurídico e revisão de diversas minutas/cartas/Protocolos e adendas de vários contratos.

Também durante este período, foi elaborada uma *checklist*, relativa à organização processual e instrução para os diversos fundamentos dos procedimentos de cessação/resolução e a respetiva coletânea de pedidos de informação dirigidos a entidades externas à Gebalis.

Também no âmbito das funções que estão adstritas, foi assegurada a representação forense e a defesa contenciosa dos interesses da Gebalis, em processos como sejam a cobrança judicial da dívida, da jurisdição administrativa, cível e criminal, de modo a garantir a defesa contenciosa dos interesses da Gebalis.

Durante o ano de 2024 assegurou-se, igualmente, a intervenção em todos os processos da jurisdição administrativa, cível e criminal, em que a Gebalis é parte, de modo a garantir a defesa contenciosa dos interesses da Gebalis. Registo para o facto de terem sido obtidos, em tempo útil, todos os elementos necessários existentes nos serviços para o efeito.

Gebalis

Assim como foi prestada a colaboração necessária e foram desenvolvidas várias diligências em articulação com os mandatários constituídos.

Assim, no período em referência, tendo por base o grau de concretização do trabalho realizado no ano de 2023, desenvolveram-se as seguintes atividades:

12 Contestações a Acções Administrativas Instauradas Contra a GEBALIS, E.M., SA	**10** Reclamações de Créditos em Processos de Insolvência	**49** Processos P/ Cobrança Judicial de Dívida (Injunções) (Execuções) (Processo Comum)
25 ARD - ADV. V. Contratualizado- €279 400,00 V. Recuperado - € 52770,26	**72** Cartas de Interpelação PRA/PRC Renda Apoiada	**28** Queixas Crimes - Ocupação Abusiva das quais - 7 -Detenção Flagrante Delito
Pedidos de Indemnização Cível (PIC) Valor Recuperado € 3 686,70	**11** Defesa Escrita Processo de Contraordenação	**30** Notificações Judiciais Avulsas P/Resolução Contrato Arrendamento Acessivel
46 Oposições a Providências Cautelares: Natureza Administrativa	**7** Contra Alegações e Alegações no Âmbito de Recursos de Natureza Administrativa	**5** Pareceres
	1 Oposição Intimação p/ Defesa Diretitos e garantias	

GARANTIR A QUALIDADE E A EFICIÊNCIA INTERNA

A Auditoria interna e a Qualidade assumem-se como plataforma com a função existencial de garantir o rigor e qualidade nos processos, capturando eficiência, produtividade, de acordo com os dados e meios disponíveis.

Através desta área, inexistente na Empresa até maio de 2022, tem como função primordial o auxílio à Gestão, avaliando, monitorizando e acompanhando os órgãos de gestão nos processos decisórios, potenciando as capacidades da Empresa, consolidando uma cultura de controlo interno, com o objetivo de perseguir o espelhado no anual PAO, Plano de Atividade e Orçamento.

Após um ano (2023) de consolidação e afirmação, os mecanismos de controlo interno estão, em 2024, em condições de responder a diversas e eventuais condições de adversidades, apetrechado de condições regulamentares e legais (Regulamentos, Planos e Normas) que fornecem, transversalmente às várias unidades orgânicas, a informação, mecanismos protetores, princípios, regras, deveres e obrigações a respeitar.

No âmbito de auditoria especializada externa ***foi, em 2024, solicitado trabalho de compliance relativamente a procedimentos de contratação para o período de 2022 a abril de 2024, e, assim, solicitada a conformidade com a legislação em vigor, em particular o Código de Contratação Pública.*** Realizado por uma consultora de renome internacional e com acompanhamento próximo da estrutura interna da Empresa, foi objeto de particular análise os procedimentos de contratação pública realizados, com foco na verificação do cumprimento dos requisitos em sede de pré-contratação. Neste sentido, ***foi objeto de análise os procedimentos de contratação de Concursos Públicos, Consultas Prévias e Ajustes Diretos, abrangendo as diferentes tipologias de contratos, nomeadamente, Empreitadas e AQS (Aquisição de Serviços e Bens)***.

Da Auditoria externa, resulta que a Empresa cumpre todos os requisitos legais em sede de pré-contratação, atuando com respeito pelos princípios da legalidade, da justiça, da transparência, da imparcialidade, da não discriminação, da prossecução do interesse público, da boa administração e boa-fé, nomeadamente, em estrito cumprimento das normas previstas nos artigos 113.º e 114.º do CCP. Da auditoria, resultou, ainda, os benefícios em continuar a apostar em plataformas de deteção preventiva e cautelar com préstimos pela transparência.

Está implementada a Estratégia para a Ética e Transparência da Gebalis, de acordo com o normativo legal (Estratégia Nacional Anticorrupção 2022-2024 - Decreto-Lei nº 109-E/2021 de 9 dezembro e na Lei n.º 93/2021 de 20 de dezembro), em quatro pilares, tal como já indicado em exercício anterior:

- Código de Ética e Boa Conduta;
- Plano de Formação sobre o tema;
- Reformulação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC);
- Implementado o Canal de Denúncias, Instrumento de receção e tratamento de Denúncias, segundo cumprimento do Regime de Proteção de denunciantes (Lei 93/2021 de 20 de dezembro).

Deste modo, salientamos a nova redação do Código de Ética e Boa Conduta (resultou da fusão dos atuais Códigos de Ética e de Boa Conduta e Prevenção e Combate ao Assédio e Discriminação no Trabalho) que inclui as normas já aprovadas na Empresa, em 2020, para a Prevenção e Combate ao Assédio e Discriminação no Trabalho.

Em continuidade ao exercício de 2023, destacamos, ***a realização de uma ação de formação dedicada a todos os dirigentes nas áreas da Ética e Prevenção de Suborno, Corrupção e Fraude e ainda, não menos importante, o funcionamento em velocidade de cruzeiro, do canal de denúncias interno e externo da Gebalis***. Este mecanismo, integrado na prevenção da corrupção e infrações conexas, consolida as boas práticas e responsabilidade da nossa organização, com vista a fortalecer a transparência, valores e princípios das organizações justas e solidárias com o interesse público, da legalidade, da proporcionalidade, da justiça, da boa-fé e da boa administração.

Após revisão, o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Empresa (PPRCIC) está em vigor - e já familiarizado - na transversalidade de todas as Unidades Orgânicas da Empresa, de acordo com o preceituado no Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC), no Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC) e no Regime de Proteção de denunciantes (D.Lei nº 109-E/2021 de 9 de Dezembro e Lei 93/2021 de 20 de Dezembro).

Em 2024 foi dada continuidade à prevenção de riscos (processo participado por todos os trabalhadores), contido na Política de Gestão de Riscos da Gebalis, (aprovado em 2023).

Com este enquadramento, foi, em 2024, constituída a definição de grelha de riscos, por Unidade Orgânica, de acordo com ameaças, avaliações e identificação de responsabilidades dos potenciais riscos e respetivo tratamento e resposta.

Tal procedimento cautelar, potencia o planeamento estratégico e fornece, de forma sistematizada e transversal, as medidas de controlo e/ou mitigação dos riscos identificados.

Pela primeira vez, em 2024, ***o Relatório e Contas (R&C) da Gebalis referente ao Exercício de 2023, foi analisado à luz dos princípios ESG (Environmental, Social, and Governance), fundamental para avaliar o desempenho da Empresa em termos de sustentabilidade ambiental, responsabilidade social e governança corporativa***. A análise, disponível para consulta, foi dividida em três eixos principais: Ambiental (E), Social (S) e Governança (G), com foco nas medidas positivas, áreas de melhoria e sugestões para implementação de novas práticas. Na área da micro-energia, energia renováveis, monitorização de emissões de carbono, reciclagem de resíduos, são áreas destacadas e já detetadas pela Gestão da Empresa e em avaliação. Foi instituído, como regra, a prossecução deste relatório específico para os exercícios futuros, dotando de um capítulo sobre a implementação de recomendações.

Ainda na área da qualidade, após (2023) ***foram efetuadas alterações na nova metodologia para análise e tratamento das reclamações*** efetuadas pelos munícipes no livro de reclamações. Foi dada a continuidade de um mecanismo interno de comunicação mais fluído e célere, com acompanhamento permanente das reclamações junto das Unidades Orgânicas, em resposta e benefício aos Munícipes.

Em relação ao livro de reclamações, foram analisadas e processadas 98 reclamações, tendo-se, com a alteração dos procedimentos, passado a responder a todas dentro do prazo legal. A grande maioria destas reclamações não são enquadráveis no objetivo do Livro de Reclamações, mas antes em questões objetivas de procura de resposta à atividade diária da Empresa, nomeadamente na área da manutenção do edificado.

RIGOR NA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Num momento em que o investimento na recuperação de habitações e na reabilitação de bairros municipais é cada vez maior, e onde são cada vez confiadas mais missões à Empresa, no âmbito da sua gestão, obrigando à mobilização de grandes meios financeiros, o rigor e a garantia de cumprimento de todos os procedimentos inerentes à Contratação Pública torna-se ainda mais fundamental no dia-a-dia da Empresa.

Em 2024 iniciaram tramitação 184 procedimentos pré-contratuais: 103 Concursos Públicos; 33 Consultas Prévias e 48 Ajustes Diretos. Destes, resultaram 215 contratos de Empreitada, 60 contratos de Aquisição de Serviços e 6 de Aquisição de Bens.

Pela análise dos referidos números, é evidente a prevalência de Concursos Públicos, em detrimento da adoção de Consultas Prévias e Ajustes Diretos, em comparação com os anos anteriores, na prossecução do respeito pelos princípios da concorrência, da publicidade e da transparência.

Foi ainda analisado, o Relatório de Auditoria da KPMG de junho de 2024, que teve como objetivo a verificação de *compliance* no âmbito dos procedimentos de contratação pública realizados entre 2022 e abril de 2024, recorrendo a uma amostra de 78 contratos de Empreitadas, Aquisição de Serviços e Bens, das diferentes tipologias: ajustes diretos, consultas prévias e concursos públicos.

O relatório da KPMG incidiu, principalmente, sobre as entidades convidadas/informação preventiva; tipo de procedimentos adotados; propostas e candidatos e, ainda que sumariamente, contratos realizados.

Da análise ao relatório e elaboração do contraditório, resultou claro que a Gebalis cumpre com todos os requisitos legais em sede de pré-contratação, atuando com respeito pelos princípios da legalidade, da justiça, da transparência, da imparcialidade, da não discriminação, da prossecução do interesse público, da boa administração e boa-fé.

Assim, cumpriu-se, com elevada exigência e rigor, a aplicação de normas e instruções no âmbito do Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Deu-se continuação à estreita cooperação com as entidades com competência de fiscalização e/ou com responsabilidade no quadro da administração local autárquica, de natureza oficial ou particular, para adequada prossecução dos objetivos e resultados a atingir em sede de Contratação Pública, assim como a representação da Empresa em reuniões versando matérias de Contratação Pública, e a defesa em juízo dos seus interesses.

A cooperação com as entidades com competência de fiscalização e/ou com responsabilidade no quadro da administração local autárquica, é um imperativo em que nos empenhamos, na estreita medida do que lhe foi solicitado, tanto na disponibilidade de informação necessária, como participação em reuniões.

Foram efetuados todos os registos no Portal Base, apresentou-se e executou-se formação interna e externa na área da Contratação Pública e de utilização de plataformas eletrónicas e assegurou-se o cumprimento de objetivos de maior transparência e de combate à corrupção e infrações conexas.

Relativamente aos registos no Portal Base, todos os contratos celebrados ao abrigo do CCP (publicação) são imediatamente registados, aquando da outorga dos mesmos, com vista à sua plena eficácia.

ASSEGURAR A BOA GESTÃO CONTRATUAL

O aumento do investimento na reabilitação dos bairros municipais, bem como das missões confiadas à Empresa com a mobilização de grandes meios financeiros, obriga a uma elevada exigência e rigor no acompanhamento da execução de todos os contratos celebrados. Com efeito, torna-se necessário assegurar o cumprimento da legislação e disciplina relativas ao regime substantivo dos contratos administrativos, presente no Código dos Contratos Públicos e legislação conexa, através de uma gestão contratual completa e eficaz.

Com este objetivo, aquando do processo de reestruturação orgânica da Gebalis, foi criado o Departamento de Apoio à Execução Contratual, com a função de auxílio à gestão e monitorização dos contratos administrativos em curso, garantindo a assessoria jurídica nas matérias da execução contratual, bem

como a promoção de ferramentas e mecanismos que permitam diminuir margens de erro e prevenir situações de incumprimentos contratuais. Uma gestão atempada e criteriosa dos contratos, alicerçada num acompanhamento jurídico dedicado e especializado permite um melhor cumprimento dos objetivos coletivos e a observância do interesse público subjacente a todos os contratos celebrados.

Durante o ano de 2024 registou-se o acompanhamento de 510 contratos em curso na empresa: 329 empreitadas de obras públicas; 163 prestações de serviços e 18 aquisições de bens.

Paralelamente, procedeu-se ao desenvolvimento e implementação de todos os fluxos internos e procedimentos necessários para o desenvolvimento da atividade, tendo sido criadas todas as metodologias internas necessárias ao apoio dos Gestores do contrato, das quais destacamos a criação de minutas de documentos contratuais e ferramentas internas de controlo e monitorização contratual, bem como a promoção de uma Sessão de Esclarecimentos onde foram abordados os principais temas da gestão dos contratos administrativos. ***Foi, igualmente, divulgado um "Memorando de Execução dos Contratos"***, o qual teve como principal objetivo compilar as situações mais comuns nos contratos em execução na Gebalis, ***de forma a ser consultado pelos Gestores promovendo o auxílio na sua tomada de decisão***. Adicionalmente, foi ainda garantida a publicação de todos os dados inerentes à execução dos contratos no Portal do Contratos Públicos (Portal BASE).

UMA EMPRESA LIGADA À CIDADE, AO PAÍS E AO MUNDO

Gebalis

Num mundo cada vez mais interligado e criativo, a partilha de conhecimento e a disponibilidade para integração de soluções testadas e amadurecidas é um fator de competitividade e eficiência.

A Gebalis é, por um lado, uma empresa aberta ao conhecimento e, por outro, uma empresa que sente cada vez mais a necessidade de partilhar a sua experiência e as iniciativas que desenvolve, com a consciência da excelência da sua atuação.

Assim, a empresa tem reforçado os laços que a ligam a outras instituições, desde as suas congéneres nacionais às associações de âmbito internacional, bem como às instituições públicas de vários níveis.

Esta visão tem permitido que a empresa ganhe estatuto e notoriedade em variados fóruns, nas suas diversas valências, e, quando possível, ser fator diferenciador na construção de decisões a nível nacional e internacional, nomeadamente com a intervenção em diversos órgãos de gestão destas entidades.

Ao estar representada nos órgãos sociais ou estatutários destas organizações, permite-lhe ter um palco privilegiado de atuação e de intervenção pública.

Como membro do *UN Global Compact*, ***foi elaborado o relatório anual (COP - Communication on Progress), evidenciando a atividade da Empresa no cumprimento dos 10 princípios do Global Compact,*** abordando as dimensões de Direitos Humanos, Práticas Laborais, Proteção Ambiental e Combate à Corrupção. Esses princípios derivam de tratados internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Organização Internacional do Trabalho, a Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção.

A Gebalis participou, igualmente, na organização da 19ª Semana da Responsabilidade Social, Promovida pela Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE) e pelo *Global Compact Network* Portugal (GCNP), com o tema "O Nosso Futuro Comum", através da organização, no dia 26 de Novembro, da Conferência "Competências para o Futuro: Preparação dos Jovens para um Mundo em Mudança", juntando jovens que foram impactados pelas iniciativas promovidas pela Gebalis e intervenientes das instituições parceiras.

No que diz respeito a candidaturas a financiamento externo, ***foram efetuadas candidaturas a fundos nacionais e internacionais em todos os setores de atuação da Empresa***, envolvendo as diversas unidades orgânicas.

Ainda no que respeita às oportunidades de financiamento, ***deu-se seguimento à exploração de potenciais candidaturas a outros cofinanciamentos e incentivos nacionais de interesse para a Gebalis,*** e para as populações com quem trabalhamos, e foram analisadas várias hipóteses de candidaturas no âmbito, por exemplo, do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), Portugal 2030 e URBACT.

A nível internacional, a Gebalis continuou a sua participação ativa nas diversas associações de que é membro ou que segue com proximidade, com ênfase para a associação *Housing Europe*, aprofundando ainda o trabalho no grupo de trabalho dos países do mediterrâneo desta associação.

Gebalis

A participação na conferência anual da *ENHR - European Network for Housing Research, em Delft*, Países Baixos, mostrou-se muito relevante, pela interação havida entre académicos e profissionais do setor, em todo o mundo.

A Gebalis é frequentemente convidada a fazer apresentações e a receber visitas ao património sob sua gestão, tanto diretamente, como por solicitação de parceiros nacionais, para apresentar a organização e os bairros que administra. Em 2024 foram organizadas visitas a vários bairros municipais, dada a dinâmica que tanto a CML como a Empresa apresentam, destacando-se os projetos de habitação acessível de Entrecampos e os de habitação apoiada do Bairro da Boavista e do Bairro Padre Cruz.

2.
Análise Económica e Financeira

GEBALIS, E.M., S.A.

Gebalis

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Gebalis

Situação Económica

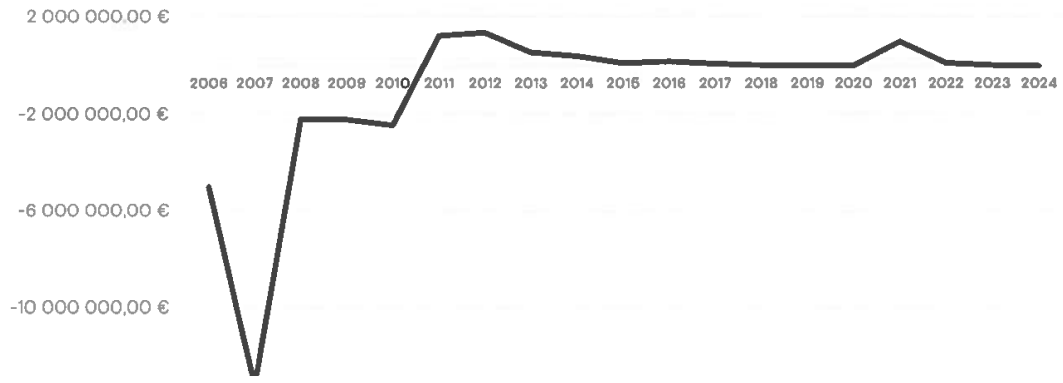
No ano de 2024, a Gebalis registou um Resultado Líquido do Exercício positivo, no montante de 10.923,70 €. Relativamente ao ano de 2023, onde foi contabilizado o valor de 18.021,22 €, verificamos que existiu uma diminuição no valor de 7.097,52 € (-39,38%). Comparando o resultado obtido no exercício de 2024 com o resultado estimado na Segunda Alteração ao Plano de Atividades e Orçamento, no montante de 10.329,41 €, podemos afirmar que a Empresa executou as atividades previstas não comprometendo a sua situação económica.

Em 2024, de acordo com a Deliberação n.º 320/CM/2024, ***a Gebalis não procedeu ao aumento das rendas dos arrendatários***. Apesar de esta medida implicar um impacto apreciável nas receitas da Empresa, a contratualização de um novo Contrato-Programa com o Município de Lisboa, referente à Deliberação n.º 749/CM/2024, permitiu garantir o equilíbrio da situação económica e financeira da Gebalis.

Resultado Líquido do Período

Na tabela seguinte é possível observar os Resultados Líquidos do Exercício obtidos pela Gebalis, desde o ano de 2006. No ano de 2024, a Empresa alcançou um Resultado Líquido do Exercício positivo pelo décimo quarto ano consecutivo.

ANO	TOTAL RENDIMENTOS E GANHOS	TOTAL GASTOS E PERDAS	RESULTADO LÍQUIDO EXERCÍCIO	VARIAÇÃO ANO ANTERIOR
2006	20.403.497,00 €	25.380.865,00 €	-4.977.368,00 €	
2007	15.397.107,00 €	28.566.618,00 €	-13.169.510,00 €	-8.192.142,00 €
2008	21.184.628,00 €	23.370.407,00 €	-2.185.778,00 €	10.983.732,00 €
2009	22.899.000,00 €	25.113.727,00 €	-2.214.728,00 €	-28.950,00 €
2010	24.023.220,00 €	26.467.835,00 €	-2.444.615,00 €	-229.887,00 €
2011	23.259.039,34 €	22.023.415,97 €	1.235.623,37 €	3.680.238,37 €
2012	21.996.204,00 €	20.637.229,34 €	1.358.974,66 €	123.351,29 €
2013	22.362.839,15 €	21.806.730,01 €	556.109,14 €	-802.865,52 €
2014	23.201.877,99 €	22.809.876,03 €	392.001,96 €	-164.107,18 €
2015	23.099.029,47 €	22.988.012,39 €	111.017,08 €	-280.984,88 €
2016	23.478.317,77 €	23.295.197,49 €	183.120,28 €	72.103,20 €
2017	26.710.641,92 €	26.628.824,36 €	81.817,56 €	-101.302,72 €
2018	21.850.280,40 €	21.817.000,77 €	33.279,63 €	-48.537,93 €
2019	32.700.651,97 €	32.671.314,61 €	29.337,36 €	-3.942,27 €
2020	30.627.776,37 €	30.618.108,25 €	9.668,12 €	-19.669,24 €
2021	30.320.200,52 €	29.328.334,26 €	991.866,26 €	982.198,14 €
2022	32.504.126,52 €	32.387.121,27 €	117.005,25 €	107.337,13 €
2023	49.179.106,54 €	49.161.085,32 €	18.021,22 €	-98.984,03 €
2024	**73.799.389,90 €**	**73.788.466,20 €**	10.923,70 €	**-7.097,52 €**



Rendimentos e Ganhos

No exercício contabilístico de 2024 foram reconhecidos Rendimentos e Ganhos no montante de 73.799.389,90 €. Comparando com o valor registado no exercício do ano de 2023, verificamos que existiu um aumento no montante de 24.620.283,36 € (+50,06%).

	2023	2024	VARIAÇÃO EM VALOR	VARIAÇÃO EM %
Prestações de serviços e concessões	22.708.013,22 €	23.686.444,50 €	978.431,28 €	4,31%
Transferências e subsídios correntes obtidos	26.289.813,89 €	50.067.534,39 €	23.777.720,50 €	90,44%
Outros rendimentos	181.279,43 €	45.411,01 €	-135.868,42 €	-74,95%
TOTAL	**49.179.106,54 €**	**73.799.389,90 €**	**24.620.283,36 €**	**50,06%**

As Prestações de serviços e concessões atingiram o valor de 23.686.444,50 €, representando um aumento no montante de 978.431,28 € (+4,31%), relativamente ao ano de 2023. Pelo terceiro ano consecutivo, o Executivo da Câmara Municipal de Lisboa, através da Deliberação n.º 320/CM/2024, votou por unanimidade aprovar o não aumento do valor das rendas da habitação municipal em 2024, no entanto, o acréscimo do número de contratos de arrendamento sob gestão da Gebalis, inerentes a novas atribuições do Programa Renda Acessível e das frações reabilitadas pela Empresa, permitiram aumentar o valor registado ao nível da rubrica Prestações de serviços e concessões.

	FOGOS	LOJAS	ARRECADAÇÕES	GARAGENS	OUTRAS	TOTAL
Emissão	23.579.637,36 €	1.018.469,11 €	80.464,78 €	38.474,56 €	54.105,26 €	**24.771.151,07 €**
Regularizações/ correções	-1.036.045,77 €	-46.312,44 €	-2.260,46 €	-87,90 €	0,00 €	**-1.084.706,57 €**
TOTAL	**22.543.591,59 €**	**972.156,67 €**	**78.204,32 €**	**38.386,66 €**	**54.105,26 €**	**23.686.444,50 €**

De acordo com a informação inscrita no quadro seguinte, no mês de dezembro de 2024 foram emitidos mais 255 recibos de renda , relativamente ao mês de janeiro de 2024.

Mês de Renda	N.º Recibos emitidos	Variação face a Jan/2024
janeiro/2024	21.277	
fevereiro/2024	21.296	19
março/2024	21.335	58
abril/2024	21.359	82
maio/2024	21.409	132
junho/2024	21.451	174
julho/2024	21.456	179
agosto/2024	21.472	195
setembro/2024	21.485	208
outubro/2024	21.489	212
novembro/2024	21.509	232
dezembro/2024	21.532	255

No que diz respeito à rubrica Transferências e Subsídios correntes obtidos, no ano de 2024, esta totalizou o montante de 50.067.534,39 €, segmentado da seguinte forma:

Entidade	Valor	Percentagem
CML - Câmara Municipal de Lisboa	49.618.701,89 €	99,10%
INR - Instituto Nacional para a Reabilitação	438.832,50 €	0,88%
Banco BPI / Fundação La Caixa	10.000,00 €	0,02%
TOTAL	**50.067.534,39 €**	**100,00%**

Face ao valor registado no ano de 2023, constatamos que esta rubrica apresenta um incremento no montante de 23.777.720,50 € (+90,44%).
Os Subsídios com origem na Câmara Municipal de Lisboa correspondem à execução dos Contratos-Programa assinados com o Município de Lisboa. No quadro seguinte é apresentada a informação relativa à discriminação do valor por Contrato-Programa:

CONTRATO-PROGRAMA	VALOR
Deliberação n.º 354/CM/2022	15.695.125,84 €
Deliberação n.º 355/CM/2023	33.623.617,56 €
Deliberação n.º 749/CM/2024	299.958,49 €
TOTAL	**49.618.701,89 €**

É de referir, que os valores registados traduzem uma execução dos Contratos-Programa, tendo em vista os valores previstos para o ano de 2024, uma execução financeira muito próxima dos 100%.

1 Estão a ser considerados os avisos recibo enviados para os arrendatários, referentes à renda emitida nesse mês. Não considera as atribuições que, pela natureza da atribuição (Ex.: Comodato), não são expedidos recibos de renda. Inclui igualmente, os recibos enviados no âmbito do processo de regularização de agregados ao abrigo da Deliberação n.º 855/CM/2022.

CONTRATO-PROGRAMA	% EXEC FINAN
Deliberação n.º 354/CM/2022	99,66%
Deliberação n.º 355/CM/2023	99,99%
Deliberação n.º 749/CM/2024	99,99%
TOTAL	**99,89%**

Os valores recebidos do INR - Instituto Nacional para a Reabilitação correspondem aos montantes subsidiados, relativos às candidaturas apresentadas no âmbito do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, nomeadamente ao Investimento RE-C03-i02: Acessibilidades 360º: Aviso N.º 10/C03-i02/2024 (Programa de Intervenções em Habitações) e Aviso N.º 7/C03-i02/2024 (Nova Geração - Programa de Intervenções em Habitações).

PROJETO / AVISO	VALOR
Aviso N.º 7/C03-i02/2024	338.149,99 €
Aviso N.º 10/C03-i02/2024	100.682,51 €
TOTAL	**438.832,50 €**

O montante recebido do Banco BPI / Fundação La Caixa, diz respeito ao apoio concedido para o Projeto de Desenvolvimento Local e Intervenção Comunitária "Talentos no Bairro", implementado pela Gebalis no ano de 2024.

A rubrica Outros rendimentos atingiu o montante de 45.411,01 €. Nesta rubrica estão contabilizados, entre outros, os valores referentes à venda de energia (954,19 €), débitos a arrendatários (23.624,88 €) e Correções relativas a exercícios anteriores (7.906,79 €).

No exercício de 2024, tal como nos anos anteriores, a Gebalis não reconheceu qualquer rendimento ou ganho referente à rubrica Juros e rendimentos similares obtidos.

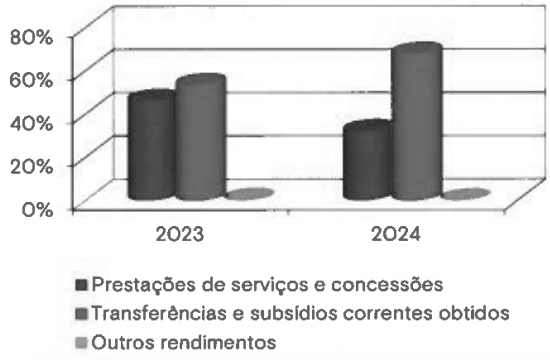
No ano de 2024, a rubrica Transferências e subsídios correntes obtidos aumentou o seu peso relativo, correspondendo a 67,84%. As rubricas Prestações de serviços e concessões e os Outros rendimentos viram o seu peso diminuir.

2 Faturação recebida e registada na contabilidade da empresa referentes às despesas elegíveis suportadas pela GEBALIS na execução dos Contratos-Programa.

Gebalis

Resumo da estrutura de Rendimentos e Ganhos – 2023/2024		
	2023	**2024**
Prestações de serviços e concessões	46,17%	32,10%
Transferências e subsídios correntes obtidos	53,46%	67,84%
Outros rendimentos	0,37%	0,06%

Resumo da estrutura de Rendimentos e Ganhos – 2023/2024



Gastos e Perdas

No exercício de 2024, foram contabilizados Gastos e perdas no montante de 73.788.466,20 €. Relativamente a 2023, verificou-se uma subida no valor de 24.627.380,88 €.

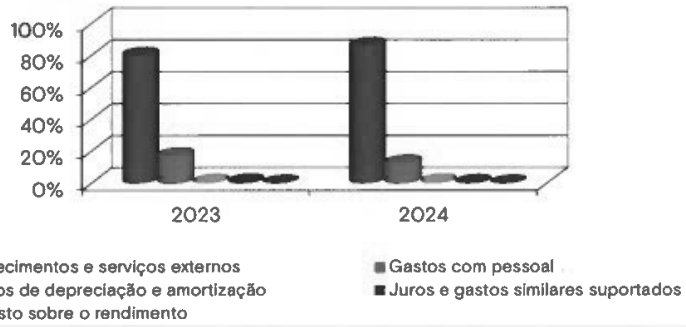
	2023	2024	Variação em valor	Variação em %
Fornecimentos e serviços externos	39.205.287,10 €	63.510.076,54 €	24.304.789,44 €	61,99%
Gastos com pessoal	8.372.255,59 €	9.124.660,06 €	752.404,47 €	8,99%
Imparidades de dívidas a receber	390.883,00 €	138.333,16 €	-252.549,84 €	-64,61%
Gastos de depreciação e amortização	403.513,69 €	658.688,83 €	255.175,14 €	63,24%
Juros e gastos similares suportados	341.738,94 €	276.007,65 €	-65.731,29 €	-19,23%
Outros gastos	418.577,02 €	53.413,68 €	-365.163,34 €	-87,24%
Imposto sobre o rendimento	28.829,98 €	27.286,28 €	-1.543,70 €	-5,35%
Total	**49.161.085,32 €**	**73.788.466,20 €**	**24.627.380,88 €**	50,10%

Relativamente à estrutura dos Gastos e perdas, no ano de 2024, regista-se o aumento do peso da rubrica Fornecimentos e serviços externos para 86,07% da totalidade dos gastos.

Resumo da estrutura de Gastos e Perdas – 2023/2024		
	2023	**2024**
Fornecimentos e serviços externos	79,95%	86,07%
Gastos com pessoal	17,03%	12,37%
Imparidades de dívidas a receber	0,80%	0,19%
Gastos de depreciação e amortização	0,62%	0,89%
Juros e gastos similares suportados	0,70%	0,37%
Outros gastos	0,85%	0,07%
Imposto sobre o rendimento	0,06%	0,04%

Gebalis

Resumo da estrutura de Gastos e Perdas – 2023/2024



Os Fornecimentos e serviços externos, no ano de 2024, totalizaram o valor de 63.510.076,54 €, traduzindo um aumento de 24.304.789,44 €, relativamente ao valor registado no final do ano de 2023.

	2023	2024	Variação em valor
Fornecimentos e serviços externos	39.205.287,10 €	63.510.076,54 €	24.304.789,44 €
Transferências e subsídios correntes obtidos - Contratos-Programa	26.288.969,18 €	49.618.701,89 €	23.329.732,71 €
Fornecimentos e serviços externos não subsidiados por Contratos-Programa	**12.916.317,92 €**	**13.891.374,65 €**	**975.056,73 €**

Conforme quadro anterior, retirando os Fornecimentos e serviços externos inerentes à execução dos Contratos-Programa, verificamos que existiu um aumento de 975.056,73 €. Aplicando a metodologia seguida em documentos anteriores, analisamos com maior detalhe algumas das rubricas que constituem os Fornecimentos e serviços externos:

- Eletricidade: 1.086.638,78 € - Nesta rubrica estão contabilizados os gastos suportados com os consumos de eletricidade em instalações próprias e nos espaços comuns do património gerido pela empresa. Face ao ano de 2023, verificamos que existiu uma diminuição de 53.803,57 € (-4,72%), justificado pela redução das tarifas cobradas pelos fornecedores de eletricidade.

- Água: 323.709,08 € - Esta rubrica acomoda aos gastos reconhecidos com os consumos de água em instalações próprias e nos espaços comuns do património gerido pela GEBALIS. Comparando com o valor registado em 2023, verificou-se um aumento no valor de 21.163,13 € (+7,00%).

- Comunicação: 285.437,48 € - O valor contabilizado corresponde aos gastos tidos com telefones, telemóveis, correio (inclui portes das faturas das rendas) e serviço de estafeta. Relativamente a 2023, assistiu-se a uma diminuição no valor de 56.383,15 € (-16,49%).

- Vigilância e segurança: 1.127.714,80 € - Nesta rubrica são agregados os gastos com a vigilância das instalações ocupadas pela Gebalis, o aluguer de sistemas de vigilância em frações municipais devolutas e os serviços de vigilância de apoio à execução dos Contratos-Programa. Face a 2023, verificou-se um incremento no montante de 294.960,94 € (+35,42%).

- Trabalhos especializados: 2.050.742,23 € - Neste item são reconhecidos os valores inerentes a diversos trabalhos especializados (jurídicos, informáticos, consultorias, etc.). Comparando com o valor registado em 2023, assistiu-se a um aumento no montante de 419.838,02 € (+25,74%). Este aumento é explicado, em grande parte, pelas despesas realizadas com a implementação da noma ferramenta informática de CRM.

- Rendas e alugueres: 584.267,32 € - Nesta rubrica são contabilizadas as rendas de instalações (Sede e Lojas do Cidadão) e os alugueres de equipamentos e viaturas. Face ao ano de 2023, registou-se um aumento no montante de 18.937,00 € (+3,35%).

- Gastos com Condomínios: 1.504.314,88 € - Nesta rubrica são contabilizadas as despesas suportadas com quotas, fundos de reserva, seguros, obras e outras despesas diversas referentes a Condomínios onde existem frações do património gerido pela Gebalis. Relativamente ao ano de 2023, verificou-se um acréscimo no valor de 192.507,74 € (+14,68%).

- Imputação dos gastos de obras de requalificação e obras em instalações próprias executadas em anos anteriores: 474.888,35 €.

No que toca às rubricas dos Fornecimentos e serviços externos que mostram uma natureza mais variável, salientam-se as seguintes:

- Gastos com Obras: 55.127.718,19 € (inclui o reconhecimento do valor dos gastos de obras de requalificação realizadas em anos anteriores, no montante 474.888,35 €) – Face a 2023, assistiu-se um aumento no valor de 22.891.829,09 € (+71,01%). Este crescimento é explicado pelo aumento dos gastos com obras de manutenção e conservação no património edificado, inerentes à execução dos Contratos-Programa rubricados com o Município de Lisboa.

Gastos reconhecidos no Exercício:

	Manutenção / Conservação	Requalificação	TOTAL
Património Edificado	50.882.047,69 €	474.888,35 €	**51.356.936,04 €**
Equipamentos Eletromecânicos	3.770.782,15 €	0,00 €	**3.770.782,15 €**
TOTAL	**54.652.829,84 €**	**474.888,35 €**	**55.127.718,19 €**

Gastos com Obras realizadas no Exercício:

	TOTAL
Património Edificado	50.882.047,69 €
Equipamentos Eletromecânicos	3.770.782,15 €
TOTAL	**54.652.829,84 €**

- Realização de ações com moradores: 585.582,51 € - Considera os gastos realizados pela GEBALIS com os Protocolos assinados com as diversas instituições, para a realização de projetos de dinamização e apoio social nos bairros geridos pela empresa. Relativamente a 2023, existiu um aumento no valor de 446.178,87 € (+320,06%). Tal como já foi referido anteriormente, a ação da GEBALIS no apoio a diversas instituições foi mais abrangente, uma vez que os apoios concedidos na cedência de materiais aos diferentes projetos, não são contabilizados nesta rubrica.

Analisando as restantes rubricas englobadas nos Gastos e Perdas temos:

- Gastos com pessoal: 9.124.660,06 €, comparativamente ao valor contabilizado em 2023 existiu um aumento de 752.404,47 € (8,99%). O aumento dos gastos é explicado pela reorganização orgânica da Empresa e ao aumento do número de funcionários.

Rubrica	2023	2024	Variação Valor	Variação %
Remunerações Órgãos Sociais	111.645,06 €	108.547,95 €	-3.097,11 €	-2,77%
Remunerações Pessoal	6.370.402,24 €	7.003.558,41 €	633.156,17 €	9,94%
Encargos sobre remunerações	1.388.255,48 €	1.526.470,18 €	138.214,70 €	9,96%
Seguro Acidentes Trabalho	63.938,16 €	83.985,40 €	20.047,24 €	31,35%
Gastos Ação Social	8.360,45 €	9.676,32 €	1.315,87 €	15,74%
Outros gastos com o pessoal	192.731,30 €	127.015,31 €	-65.715,99 €	-34,10%
Outros encargos sociais	236.922,90 €	265.406,49 €	28.483,59 €	12,02%
TOTAL	**8.372.255,59 €**	**9.124.660,06 €**	**752.404,47 €**	**8,99%**

- Imparidade de dívidas a receber: 138.333,16 €. Este valor corresponde ao valor registado na rubrica Perdas por imparidade (ajustamento das dívidas dos moradores). Relativamente ao ano de 2023, onde o ajustamento das dívidas dos moradores totalizou o montante de 601.001,51 €, verificou-se uma redução no valor de 462.668,35 € (-76,98%).

- Gastos de depreciação e de amortização: 658.688,83 €. Representam as amortizações e depreciações a realizar dos bens tangíveis e intangíveis da Empresa, assim como, nas obras de requalificação realizadas no património gerido pela Gebalis. Em 2024, não foi efetuada qualquer revalorização do valor dos ativos.

- Juros e gastos similares suportados: 276.007,65 €. Face a 2023, observamos que existiu uma diminuição no valor de 65.731,29 € (-19,23%), justificado pela redução do valor da taxa de juro de referência (EURIBOR).

- Outros gastos: 53.413,68 €, contabiliza os gastos com impostos, quotizações e indemnizações. Face ao ano de 2023, registou-se uma diminuição no valor de 365.163,34 € (-87,24%).

Rubrica	Valor
Impostos e taxas	3.939,13 €
Quotizações	17.721,00 €
Multas não fiscais	1.489,00 €
Indemnizações	712,30 €
Correções relativas a exercícios anteriores	27.165,94 €
Outros gastos diversos	2.386,31 €
TOTAL	**53.413,68 €**

- Imposto sobre o rendimento do período: 27.286,28 €.

Gebalis

No ano de 2024 foi considerado que a percentagem das receitas provenientes da cobrança de rendas a entregar à Câmara Municipal de Lisboa, conforme o n.º 1 do artigo 31.º dos estatutos da empresa, é de 0%, de acordo com a Deliberação 15/CM/2015, que aprovou o Plano de Reequilíbrio Financeiro da Gebalis.

Real vs Orçamento

Comparando os resultados alcançados no ano de 2024 com os valores estimados no Plano de Atividades e Orçamento de 2024, verificamos o seguinte:

RENDIMENTOS E GASTOS	2024 (Real)	2024 (Orçamento)	Variação (em valor)	Variação (em %)
Prestações de serviços e concessões	23.686.444,50 €	23.676.958,99 €	9.485,51 €	0,04%
Transferências e subsídios correntes obtidos	50.067.534,39 €	50.196.332,07 €	-128.797,68 €	-0,26%
Fornecimentos e serviços externos	-63.510.076,54 €	-62.819.099,60 €	-690.976,94 €	1,10%
Gastos com pessoal	-9.124.660,06 €	-9.675.161,07 €	550.501,01 €	-5,69%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-138.333,16 €	-500.000,00 €	361.666,84 €	-72,33%
Outros rendimentos	45.411,01 €	55.631,52 €	-10.220,51 €	-18,37%
Outros gastos	-53.413,68 €	-34.502,50 €	-18.911,18 €	54,81%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	**972.906,46 €**	**900.159,41 €**	**72.747,05 €**	**8,08%**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-658.688,83 €	-570.030,14 €	-88.658,69 €	15,55%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	**314.217,63 €**	**330.129,27 €**	**-15.911,64 €**	**-4,82%**
Juros e gastos similares suportados	-276.007,65 €	-300.090,57 €	24.082,92 €	-8,03%
Resultados antes de impostos	**38.209,98 €**	**30.038,70 €**	**8.171,28 €**	**27,20%**
Imposto sobre o rendimento	-27.286,28 €	-19.709,29 €	-7.576,99 €	38,44%
Resultado Líquido do Período	**10.923,70 €**	**10.329,41 €**	**594,29 €**	**5,75%**

Gebalis

- Transferências e subsídios correntes obtidos: A diferença de -128.797,68 € (-0,26%) é justificada por ter sido realizada uma estimativa mais otimista, relativamente aos valores a receber com origem no INR - Instituto Nacional para a Reabilitação;

- Fornecimentos e serviços externos: A diferença de -690.976,94 € (+1,10%) é justificada pelo ajustamento dos valores gastos previstos por contrapartida da diminuição das rubricas Gastos com pessoal e Imparidades de dívidas a receber;

- Gastos com o pessoal: A diferença de -550.501,01 € é justificada por um excesso de estimativa na elaboração do Plano de Atividades e Orçamento de 2024.

- Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões): A diferença de -361.666,84 € é justificada por ter sido estimado um valor superior no Plano de Atividades e Orçamento de 2024, relativamente ajustamento das dívidas dos moradores, tendo em conta o valor registado no final de 2023.

Situação Financeira

Analisando as principais rubricas do Balanço, destacam-se as seguintes:

- Ativos fixos tangíveis: 3.847.961,07 € - Esta rubrica corresponde ao valor líquido dos bens físicos que compõem o património da Empresa, das obras em instalações próprias e das obras de requalificação efetuadas no património gerido pela Gebalis. Comparando com o ano de 2023, esta rubrica teve aumento no valor de 273.810,55 €.

- Ativos intangíveis: 761.473,75 € - Esta rubrica corresponde ao valor líquido dos programas de computador e sistemas de informação desenvolvidos pela Empresa. Relativamente a 2023, esta rubrica registou um aumento no valor de 260.986,54 €

- Diferimentos (Gastos a reconhecer): 1.039.106,36 €. Esta rubrica corresponde, quase na totalidade, aos gastos com obras de requalificação e instalações próprias a reconhecer em exercícios futuros. Comparando com o valor registado em 31/12/2023, a rubrica Diferimentos (Gastos a reconhecer) apresenta uma redução do seu valor no montante de 454.960,41 €.

- Outras contas a receber: 4.047.571,61 €. Corresponde, quase na totalidade, à dívida líquida dos moradores. Nesta rubrica estão igualmente contabilizados alguns valores em dívida por parte do Município de Lisboa para com a GEBALIS, os quais passamos a discriminar:

Conta	Descrição	Valor
27.8.9.1.9.01.3.02.1.01.02	Consumos EDP + EPAL	19.326,08 €
27.8.9.1.9.01.3.02.1.02.03	Deliberação 1268/CM/2008	11.152,58 €
27.8.9.1.9.01.3.02.1.02.16	Deliberação 0749/CM/2023	299.958,49 €
TOTAL		**330.437,15 €**

Relativamente à dívida dos arrendatários residentes no património gerido pela Empresa, em 31/12/2024, totalizava o montante de 3.465.526,81 €, correspondente a uma dívida de 45.057.700,70 € (Valor registado na conta 27.8.9.1.9.01.9.01), para a qual existem imparidades acumuladas no montante de 41.592.173,89 € (Valor registado na conta 27.9.9).

- Caixa e depósitos: 12.653.790,47 €. É de salientar, que o valor desta rubrica integra os valores transferidos pelo Município de Lisboa, a título de adiantamento e que ainda não foram utilizados, ao abrigo dos Contratos-Programa Deliberação n.º 354/CM/2022 e Deliberação n.º 355/CM/2023. O valor indicado inclui igualmente, a importância de 4.708.240,09 € (Saldo da conta 27.7.1), referente às garantias entregues por terceiros, para a boa execução dos trabalhos, originárias dos valores retidos nos pagamentos efetuados aos empreiteiros e aos valores que foram depositados em conta bancária da Gebalis.

- Património líquido: 4.169.351,85 €. O montante apresentado engloba o aumento de 10.923,70 €, relativamente ao valor registado em 31/12/2023, referente ao Resultado líquido de período obtido no exercício de 2024.

- Financiamentos obtidos (adicionando os valores registados no Passivo não corrente e Passivo corrente): 4.566.666,60 €. Face a 31/12/2023, assistiu-se a uma redução no valor de 913.333,32 €, relativa à amortização das prestações n.º 19 e n.º 20 do empréstimo médio/longo prazo contratualizado pela Gebalis com 30 prestações semestrais.

- Outras contas a pagar (Passivo não corrente): 4.708.240,09 €. Nesta rubrica são registados os valores relativos às importâncias retidas nos pagamentos efetuados, assim como, dos depósitos caução efetuados por terceiros, para efeitos de garantia de boa execução dos trabalhos. Comparando o valor registado em 31/12/204, com o valor registado em 31/12/2023, existiu um incremento de 986.721,66 €

- Fornecedores: 518.509,87 €. Face a 31/12/2023, verificou-se um aumento no valor de 150.481,20 €. Este aumento é explicado, quase na totalidade, por faturação recebida em 2024, que apenas é paga em 2025 através de débito direto, ou por se tratar de faturação emitida pelos fornecedores em 31/12/2024. É de realçar, que a Gebalis continua empenhada no cumprimento do Compromisso de Pagamento Pontual, procurando assim promover uma cultura de pagamentos sem atrasos, e a valorização da sua importância para uma economia sustentável.

- Diferimentos (Rendimentos a reconhecer): 1.429.686,14 €. Corresponde, ao diferimento mensal das rendas emitidas pela Gebalis.

- Outras contas a pagar (Passivo corrente): 6.934.648,86 €. Esta rubrica apresenta uma diminuição de 1.009.570,12 €, relativamente ao valor registado em 31/12/2023. Nesta rubrica estão englobados os Credores por acréscimos de gastos no montante de 1.919.446,44 €.

Em 31/12/2024, a dívida da Gebalis para com o Município de Lisboa era a seguinte:

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
27.8.9.2.9.01.3.02.1.01.01	% Rendas	132.985,13 €
27.8.9.2.9.01.3.02.1.01.02	Polícia Municipal	355.217,08 €
27.8.9.2.9.01.3.02.1.02.01	Deliberação 0713/CM/2008	108.656,55 €
27.8.9.2.9.01.3.02.1.02.02	Deliberação 1269/CM/2008	444.612,77 €
27.8.9.2.9.01.3.02.1.02.04	Deliberação 0210/CM/2009	583.148,01 €
27.8.9.2.9.01.3.02.1.02.05	Deliberação 1002/CM/2009	28.473,29 €
27.8.9.2.9.01.3.02.1.02.06	Deliberação 1003/CM/2009	16.422,09 €
27.8.9.2.9.01.3.02.1.02.07	Deliberação 1004/CM/2009	63.690,55 €
27.8.9.2.9.01.3.02.1.02.14	Deliberação 0354/CM/2022	200.689,65 €
27.8.9.2.9.01.3.02.1.02.15	Deliberação 0355/CM/2023	3.072.361,69 €
26.5	Lucros Disponíveis	2.816,08 €
22.5.1	Câmara Municipal Lisboa	48.711,60 €
TOTAL		**5.057.784,49 €**

Gebalis

Contabilidade de Gestão
Apuramento de resultados por bairro

No cumprimento da NCP 27, referente à implementação de um sistema de Contabilidade de Gestão, com o intuito de ser elaborada informação relevante sobre gastos, rendimentos e resultados, que facilite a tomada de decisões, por parte dos gestores públicos, foi implementado, para a atividade final de gestão do arrendamento, o apuramento de resultados por zona geográfica do património gerido pela Empresa.

Para os gastos e para os rendimentos que não tinham uma imputação direta a uma zona/bairro, esses montantes foram distribuídos em função da sua dimensão (número de contratos ativos).

No quadro abaixo, é apresentada a distribuição dos gastos e dos rendimentos por zona:

ZONA	GASTOS	RENDIMENTOS	RESULTADO
Norte Ocidental	11.870.505,75 €	11.435.801,01 €	**-434.704,74 €**
Norte Oriental	16.365.161,66 €	16.019.300,60 €	**-345.861,06 €**
Ocidental	13.513.106,40 €	12.807.608,78 €	**-705.497,62 €**
Oriental	11.719.680,70 €	11.199.601,18 €	**-520.079,52 €**
Património Disperso	827.068,63 €	3.272.808,38 €	**2.445.739,75 €**
Sul	19.448.675,01 €	19.047.288,18 €	**-401.386,83 €**
TOTAL (RAI)	**73.744.198,15 €**	**73.782.408,13 €**	**38.209,98 €**

Comparando os resultados obtidos em 2024 com os registados em 2023, obtemos os seguintes valores:

ZONA	RESULTADO 2024	RESULTADO 2023	VARIAÇÃO EM VALOR	VARIAÇÃO EM %
Norte Ocidental	-434.704,74 €	-626.863,21 €	192.158,47 €	-30,65%
Norte Oriental	-345.861,06 €	-132.220,23 €	-213.640,83 €	161,58%
Ocidental	-705.497,62 €	184.879,80 €	-890.377,42 €	-481,60%
Oriental	-520.079,52 €	-572.989,44 €	52.909,92 €	-9,23%
Património Disperso	2.445.739,75 €	2.129.709,54 €	316.030,21 €	14,84%
Sul	-401.386,83 €	-935.665,26 €	534.278,43 €	-57,10%
TOTAL (RAI)	**38.209,98 €**	**46.851,20 €**	**-8.641,22 €**	**-18,44%**

Gebalis

Rácios de Estrutura

O rácio de Autonomia Financeira (18,421%) e o rácio Nível de Solvabilidade (22,580%), alcançados no ano de 2024, são superiores aos registados no ano de 2023 (17,789% e 21,638% respetivamente). A melhoria destes indicadores demonstra que a Empresa conseguiu diminuir o grau de dependência de terceiros.

Rácios de Liquidez

Os rácios de Liquidez Geral (1,930) e Liquidez Reduzida (1,930), em 2024, continuam a apresentar valores superiores à unidade. Face a 2023, onde foram registados os valores de 1,852 e 1,852 respetivamente, observamos uma melhoria destes indicadores. Os valores registados demonstram que a Gebalis tem a capacidade de cumprir atempadamente os seus compromissos assumidos.

EBITDA

No ano de 2024, o EBITDA apresenta o montante de 972.906,46 €. Comparando com o valor registado no ano de 2023, existiu um incremento no montante de 180.802,63 € (22,83%). Os valores alcançados comprovam que a Gebalis continua a gerar os meios suficientes para o desempenho da sua atividade, reforçando a sua capacidade económica e financeira.

Conclusão

No ano de 2024, a Gebalis alcançou um Resultado Líquido do Exercício positivo no valor de 10.923,70 €. Um resultado em linha com o resultado previsto no Plano de Atividades e Orçamento de 2024. Embora o ano de 2024 tenha ficado marcado pela melhoria do panorama macroeconómico, sendo exemplo dessa situação a diminuição das taxas de juro de referência (EURIBOR) e um crescimento menos acentuado da taxa de inflação, estas variáveis ainda se encontram acima do esperado, no entanto, a Gebalis conseguiu reforçar a sua situação económica e financeira.

Em 2024, a CML – Câmara Municipal de Lisboa, através da Deliberação n.º 320/CM/2024, voltou a deliberar o não aumento das rendas das frações municipais. Esta medida, que já se mantém desde o ano de 2022, visa apoiar as famílias e outras entidades residentes na cidade de Lisboa. Esta medida implica uma perda de receita para a Empresa, que foi colmatada como a assinatura do Contrato-Programa Deliberação n.º 749/CM/2024, no montante de 4.000.000,00 €, para desenvolver ações de manutenção, reabilitação e requalificação do edificado municipal que se encontra sob gestão da Gebalis.

No ano de 2024, a Gebalis voltou a apresentar uma execução dos Contratos-Programa muito perto dos 100%, mais precisamente 99,89%. Desta forma, fica patenteado, que a aposta da CML – Câmara Municipal de Lisboa na Empresa está a ser completamente correspondida.

CONTRATO-PROGRAMA	DOTAÇÃO	FATURADO	PAGO	% EXEC FINANCEIRA
Deliberação N.º 354/CM/2022	15.716.283,11 €	15.716.283,11 €	15.663.272,58 €	99,66%
Deliberação N.º 355/CM/2023	33.626.788,70 €	33.625.282,66 €	33.624.176,36 €	99,99%
Deliberação N.º 749/CM/2024	300.000,00 €	299.958,49 €	299.958,49 €	99,99%
TOTAL	**49.643.071,81 €**	**49.641.524,26 €**	**49.587.407,43 €**	**99,89%**

Em 2024, a Empresa cumpriu mais uma etapa na melhoria dos meios disponíveis ao serviço dos colaboradores e dos munícipes, aplicando no Plano Plurianual de Investimento (PPI), o montante de 1.193.485,92 €. Este investimento versou a aquisição de ferramentas informáticas para melhorar o processo de recebimento e gestão de ocorrências, as instalações de atendimento aos munícipes e aprimorou os meios à disposição dos trabalhadores. No final do ano foi possível constatar os ganhos de eficiência no desempenho da Empresa, em resultado dos investimentos realizados nos últimos anos.

Na Lei N.º 45-A/2024 de 31/12/2024, relativa ao Orçamento de Estado para o ano de 2025, no seu artigo 324.º, foi introduzida uma alteração ao articulado do n.º 15 do artigo 62.º da Lei N.º 50/2012 de 31 de agosto, passando este a ter a seguinte redação:

"15 - ***O disposto no n.º 1 não é aplicável às empresas locais que exercem, a título principal, as atividades de gestão de equipamentos e prestação de serviços*** na área da cultura, da educação, da habitação social, da ação social, do desporto e da ciência, inovação e tecnologia, nem às empresas que exercem atividades nas áreas da silvicultura e cinegética."

Com esta alteração ficou afastada a obrigatoriedade de dissolução da Gebalis, caso se enquadrasse nos critérios económicos e financeiros definidos no n.º 1 do artigo 62.º da Lei N.º 50/2012 de 31 de agosto.

Gebalis

FACTOS RELEVANTES

A Empresa:

- Não tem dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social;

- Não detém ações próprias nem efetuou qualquer negócio que as envolvesse;

- Não realizou transações cujos efeitos não estejam refletidos nas demonstrações financeiras.

Os membros dos órgãos sociais:

- Não efetuaram quaisquer negócios com a sociedade;

- Não são, nem foram, titulares de ações ou obrigações da sociedade ou de outras com as quais esta mantenha relação de domínio, por si ou através de quaisquer outras pessoas ou sociedades, não sendo relevante a apresentação das listas de títulos e acionistas referidas nos art.º 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais.

Acontecimentos após 31 de dezembro:

Após o termo do exercício, não é do nosso conhecimento a ocorrência de factos relevante, que alterem as demonstrações financeiras apresentadas ou a continuidade da atividade da Empresa.

Voltamos a referir que, a GEBALIS não tem operações, transações e/ou qualquer outro tipo de relacionamento com entidades sancionadas, nomeadamente a Rússia, Ucrânia e Bielorrússia, pelo que, não esperamos no quadro económico atual e com base nos elementos de que dispomos atualmente, impactos significativos para a empresa.

Na Reunião de Câmara Pública, realizada em 05 de fevereiro de 2025, foi aprovada por unanimidade a Deliberação N.º 39/CM/2025, referente ao não aumento do valor das rendas da habitação municipal em 2025. Apesar de esta medida já estar prevista no Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2025, demonstra que a Câmara Municipal de Lisboa continua a apoiar os seus residentes, no entanto, limita os fundos financeiros ao dispor da Empresa, para a prossecução da sua atividade. Estas medidas tornam mais premente a necessidade de reequilibrar os fundos da Empresa, através de Contratos-Programa.

O início do ano de 2025 ficou pautado por um cenário de incerteza geopolítica, sendo ainda de difícil previsão os impactos económicos à escala global. Olhando para os indicadores económicos, estamos perante um cenário em que a inflação ainda não está totalmente domada, tendo por consequência um previsível abrandamento no ritmo de descida das taxas de juro de referência. Este quadro poderá afetar os rendimentos dos agregados residentes e por sequência as receitas da Empresa.

Gebalis

PERSPECTIVAS FUTURAS

No Plano de Atividades e Orçamento para o período de 2025-2029, foi estimado que a GEBALIS irá alcançar Resultados Líquidos do Exercício positivos, demonstrando que a nível financeiro e económico não se encontra em causa a continuidade da atividade da Empresa.

Nos próximos anos, o Município de Lisboa prosseguirá o seu trabalho de construção e reabilitação de edifícios, visando colmatar as carências de habitação existentes na cidade. Desta forma, será expectável o aumento significativo dos contratos de arrendamento sob gestão da Empresa, em particular contratos de arrendamento no âmbito do Programa Renda Acessível. Será igualmente expectável, o aumento do número de contratos de arrendamento de Renda Apoiada, fruto do esforço de reabilitação de habitações posto em prática pela GEBALIS e pelo Município de Lisboa.

O desempenho assinalável da GEBALIS na execução dos Contratos-Programa rubricados com a Câmara Municipal de Lisboa, mantém nos seus ombros a responsabilidade de manter e melhorar os resultados alcançados. Será previsível, atendendo às necessidades do património gerido pela Empresa, que no curto prazo possam ser assinados outros Contratos-Programa.

A GEBALIS continuará empenhada em fortalecer a sua situação económica e financeira, tendo como objetivos primordiais o cumprimento das obrigações inerentes à reestruturação da dívida bancária e à adequação dos gastos e da estrutura da empresa à atividade e às incumbências definidas pelo Município de Lisboa.

Nos próximos anos, as ações previstas desenvolver terão as seguintes metas:

- Melhoria contínua de um serviço público de qualidade para Lisboa, atendendo à necessária e respetiva atualização legislativa e procedimental;

- Melhoria da eficácia e eficiência na Gestão do Arrendamento Municipal;

- Melhoria continua das condições de atendimento aos munícipes, quer no atendimento presencial, quer no atendimento através de outros canais de comunicação;

- Adequação da estrutura da empresa à possível integração de novas unidades de negócio;

- Promoção da vida coletiva e melhoria dos níveis de participação e responsabilização cívica dos residentes e parceiros reforçando a implementação de projetos a nível local;

- A recuperação da dívida de rendas, analisando, desenvolvendo e implementando novas medidas que permitam reduzir os montantes em mora, tal como aconteceu no ano de 2024;

- Gestão e controlo da execução financeira dos Contratos-Programa com a Município de Lisboa e de toda a Contratação Pública promovida pela empresa, indispensáveis à manutenção e requalificação do património sob gestão GEBALIS;

- Melhoria de condições de trabalho (pessoais, instrumentais e relacionais), investimento em aquisição de novas competências e formação dos recursos humanos da empresa, retenção de profissionais qualificados e promoção de igualdade de oportunidades;

- Desenvolvimento e partilha de práticas de responsabilidade social, tanto interna como externamente à empresa, na capitalização e divulgação de conhecimento e experiência adquirida;

- A colaboração, investimento, dinamização e avaliação de programas, projetos e atividades a implementar na esfera de influência do património gerido pela empresa;

- Promoção e dinamização da necessária articulação, cooperação e gestão integrada entre a GEBALIS e os diversos serviços do município, os parceiros sociais, formais e informais, as empresas fornecedoras de serviços públicos de interesse geral e a sociedade em geral, com particular incidência nos serviços intervenientes e com impacto na cidade.

Gebalis

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da sua competência legal estatutária, o Conselho de Administração propõe que, o resultado líquido do período, positivo, no montante de 10.923,70 € tenha a seguinte aplicação:
Resultados Transitados: 10.923,70 €.

De acordo com o Plano de Reequilíbrio Financeiro da empresa, aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa na Deliberação 15/CM/2015, e que serviu de base ao contrato de empréstimo de longo prazo de 13.700.000,00 €, firmado entre a GEBALIS e o Sindicato Bancário constituído pelo Banco BPI e a Caixa Económica Montepio Geral, não será efetuada distribuição de lucros ao acionista. Desta forma, de acordo com o n.º 2 do artigo 31.º dos Estatutos da GEBALIS, a percentagem a entregar a Câmara Municipal de Lisboa a título de participação nos lucros é 0%.

Nos termos da sua competência legal estatutária, o Conselho de Administração propõe que o valor de 8.100.070,24 €, seja considerado no Orçamento do ano de 2024 como Saldo Orçamental Transitado do Ano Anterior - Classificação Económica de Receita: 160101. Este Saldo Orçamental será aplicado em despesas inerentes à Económica de Despesa: 02 - Aquisição de bens e serviços.

Geballs

Lisboa, 13 de março de 2025:

O Conselho de Administração

O Presidente

Fernando Jorge Abrantes Angleu Teixeira

O Vogal

Miguel Fernando Costa da Silva Pereira

A Vogal

Ana Paula Calheiros Nunes da Cunha

3.
Demonstrações Financeiras

GEBALIS, E.M., S.A.

Gebalis

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Gebalis

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Montante em Euros)

ATIVO	Notas	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangiveis	5	3 847 961,07	3 574 150,52
Ativos intangíveis	3	761 473,75	500 487,21
Outros ativos financeiros	23.1	37 872,50	37 872,50
Ativos por impostos diferidos	23.2	211 340,97	211 340,97
		4 858 648,29	**4 323 851,20**
ATIVO CORRENTE:			
Estado e outros entes públicos	18	34 634,27	39 274,32
Outras contas a receber	18	4 047 571,61	4 054 022,36
Diferimentos	18	1 039 106,36	1 494 066,77
Caixa e depósitos	1.2	12 653 790,47	13 465 479,94
		17 775 102,71	**19 052 843,39**
Total do ativo		**22 633 751,00**	**23 376 694,59**
PATRIMÓNIO LIQUIDO			
Património / Capital	18	1 300 000,00	1 300 000,00
Reservas	18	260 000,00	260 000,00
Resultados transitados	18	2 598 428,15	2 580 406,93
Resultado líquido do período	18	10 923,70	18 021,22
Total do Património Liquido		**4 169 351,85**	**4 158 428,15**
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	18	3 653 333,28	4 566 666,60
Outras contas a pagar	18	4 708 240,09	3 721 518,43
		8 361 573,37	**8 288 185,03**
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	18	518 509,87	368 028,67
Estado e outros entes publicos	18	303 831,51	251 222,96
Acionistas / sócios / associados	20	2 816,08	2 816,08
Financiamentos obtidos	18	913 333,32	913 333,32
Outras contas a pagar	18	6 934 648,86	7 944 218,98
Diferimentos	18	1 429 686,14	1 450 461,40
		10 102 825,78	**10 930 081,41**
Total do passivo		**18 464 399,15**	**19 218 266,44**
Total do Património Liquido e Passivo		**22 633 751,00**	**23 376 694,59**

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2024

Gebalis

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Montante em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Prestações de serviços e concessões	13	23 686 444,50	22 708 013,22
Transferencias e subsídios correntes obtidos	14	50 067 534,39	26 289 813,89
Fornecimentos e serviços externos	23.3	(63 510 076,54)	(39 205 287,10)
Gastos com pessoal	19	(9 124 660,06)	(8 372 255,59)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	9	(138 333,16)	(390 883,00)
Outros rendimentos	23.4	45 411,01	181 279,43
Outros gastos	23.5	(53 413,68)	(418 577,02)
Resultado antes de depreciações e resultados financeiros		972 906,46	792 103,83
Gastos / reversões de depreciação e amortização	3/5	(658 688,83)	(403 513,69)
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		314 217,63	388 590,14
Juros e gastos similares suportados	7	(276 007,65)	(341 738,94)
Resultado antes de impostos		38 209,98	46 851,20
Imposto sobre o rendimento	23.6	(27 286,28)	(28 829,98)
Resultado líquido do período		**10 923,70**	**18 021,22**

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2024

Gebalis

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO NOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Montante em Euros)

	Capital/Património subscrito	Reservas	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total
A 31 de Dezembro de 2023	**1 300 000,00**	**260 000,00**	**2 580 406,93**	**-**	**18 021,22**	**4 158 428,15**
Alterações no período						
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	-	-	18 021,22	-	(18 021,22)	-
	-	-	18 021,22	-	(18 021,22)	-
Resultado líquido do período					10 923,70	10 923,70
Resultado integral	-	-	18 021,22	-	(18 021,22)	10 923,70
Operações com detentores de capital no período						
Outras operações						
- Distribuições	-	-	-	-	-	-
A 31 de Dezembro de 2024	**1 300 000,00**	**260 000,00**	**2 598 428,15**	**-**	**-**	**4 169 351,85**

	Capital/Património subscrito	Reservas	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total
A 31 de Dezembro de 2022	**1 300 000,00**	**260 000,00**	**2 463 401,68**	**-**	**117 005,25**	**4 140 406,93**
Alterações no período						
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	-	-	117 005,25	-	(117 005,25)	-
	-	-	117 005,25	-	(117 005,25)	-
Resultado líquido do período					18 021,22	18 021,22
Resultado integral	-	-	117 005,25	-	(98 984,03)	18 021,22
Operações com detentores de capital no período						
Outras operações						
- Distribuições	-	-	-	-	-	-
A 31 de Dezembro de 2023	**1 300 000,00**	**260 000,00**	**2 580 406,93**	**-**	**18 021,22**	**4 158 428,15**

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do período findo em 31 de Dezembro de 2024

Gebalis

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Montante em Euros)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes	13	23 852 264,52	22 538 288,21
Pagamentos a fornecedores	18	(61 247 439,70)	(38 496 951,23)
Pagamentos ao pessoal	19	(9 086 233,70)	(8 197 415,08)
erados pelas operações		(46 481 408,88)	(24 156 078,10)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	23.6	(8 790,37)	181 541,44
Outros recebimentos / pagamentos	14/18	48 060 344,59	28 348 170,02
Fluxos de caixa das actividades operacionais [a]		**1 570 145,34**	**4 373 633,36**
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	(860 214,97)	(1 845 014,26)
Ativos intangíveis	3	(331 117,54)	(474 241,24)
Investimentos financeiros		-	(3 658,87)
Outros ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	5	-	500,00
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros	23	-	890,61
Outros ativos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares	23	-	15,72
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento [b]		**(1 191 332,51)**	**(2 321 508,04)**
FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	18	(913 333,32)	(913 333,32)
Juros e gastos similares	7	(277 168,98)	(341 946,99)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento [c]		**(1 190 502,30)**	**(1 255 280,31)**
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		(811 689,47)	796 845,01
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		**13 465 479,94**	**12 668 634,93**
Saldo gerência anterior de execução orçamental		9 899 528,22	9 891 617,82
Saldo gerência anterior de operações de tesouraria		3 565 951,72	2 777 017,11
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**12 653 790,57**	**13 465 479,94**
Saldo gerência seguinte de execução orçamental		8 100 070,24	9 899 528,22
Saldo gerência seguinte de operações de tesouraria		4 553 720,23	3 565 951,72

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2024

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Gebalis

1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico
1.1 Identificação da entidade, período de relato
1.2 Referencial contabilístico e demonstrações financeiras
2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros
2.1 Bases de Mensuração
3. Ativos Intangíveis
5. Ativos fixos tangíveis
Bases de Mensuração
Métodos de depreciação usados e vidas úteis
Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas
6. Locações
Locações Financeiras/Operacionais
7. Custo de empréstimos obtidos
9. Imparidades de ativos
Imparidades de ativos - geradores de fluxo de caixa
13. Rendimentos de transações com contraprestação
14. Rendimentos de transações sem contraprestação
15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
Passivos contingentes
Ativos contingentes
17. Acontecimentos após a data de relato
18. Instrumentos financeiros
Politícas contabilísticas e bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros
Estado e outros entes públicos pagar/ receber
Fornecedores
Outras contas a receber
Outras contas a pagar
Diferimentos - Ativo
Diferimentos - Passivo
Financiamentos obtidos
Património líquido
19. Benefícios aos empregados
20. Divulgação de partes relacionadas
23. Outras divulgações
23.1. Outros ativos financeiros
23.2. Ativos por impostos diferidos
23.3. Fornecimentos e serviços externos
23.4. Outros rendimentos
23.5. Outros gastos
23.6. Imposto sobre o rendimento
23.7. Situação tributária e contributiva
23.8. Remunerações dos orgãos sociais
23.9. Eventos subsequentes
23.10. Data de autorização para a emissão da demonstrações financeiras.

Gebalis

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO

a) Designação da entidade: Gebalis - Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, EM, S.A

b) Endereço: Rua Laura Alves, 12 - 7.º Piso, 1050-138 Lisboa

d) Tutela: Câmara Municipal de Lisboa

e) Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável

A criação da GEBALIS, EM, SA, foi deliberada em reunião da Assembleia Municipal de Lisboa de 13/07/1995, ata n.º 38, sob proposta do executivo municipal sob a proposta n.º 293/95. A principal legislação aplicável é a Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, regime jurídico da atividade empresarial local.

f) Designação e sede da entidade que controla final e local onde podem ser obitdas cópias das demonstrações financeiras: Não aplicável. Não apresenta demonstrações consolidadas apenas individuais, pelo que todos os documentos podem ser obtidos na entidade e morada descritos anteriormente.

g) Designação e sede da entidade que controla intermédia local onde podem ser obitdas cópias das demonstrações financeiras: Não aplicável. Não apresenta demonstrações consolidadas apenas individuais, pelo que todos os documentos podem ser obtidos na entidade e morada descritos anteriormente.

h) As demonstrações financeiras dizem respeito ao período de 2024

1.2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas, em euros, no quadro das disposições em vigor em Portugal, efetivas para o período iniciado em 1 de janeiro de 2024, em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Publicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, atualizado pelo Decreto-Lei nº 85/2016 de 21 de dezembro, tendo sido aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade.

De referir que as notas não indicadas neste anexo não são aplicáveis, nem significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

Em anexo à presente comunicação encontram-se todos os mapas e documentos previstos na NCP 1, referente à estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, na NCP 26, referente à contabilidade e relato orçamental, assim como os documentos previstos na NCP 27 respeitantes à contabilidade de gestão.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração, em 13 de março de 2025 através da deliberação nº 144/CA/2025, contudo, as mesmas, estão ainda sujeitas à aprovação por parte da Câmara Municipal de Lisboa e da Assembleia Geral da Empresa, nos termos da legislação em vigor.

É do entendimento da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras são expressas monetariamente em euros, salvo se indicado em contrário.

O Balanço em 31 de dezembro de 2024, as Demonstrações dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data, fazem parte integrante do presente anexo, não devendo ser lidos separadamente.

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes, inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A caixa e seus equivalentes em 31/12/2024 e em 31/12/2023, têm a seguinte composição:

	2024	2023
Depósitos Bancários imediatamente mobilizáveis	12 653 790,47	13 465 479,94
Caixa e seus equiavlentes	**12 653 790,47**	**13 465 479,94**

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1. BASES DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras (DF) foram apresentadas de acordo com a Norma Contabilística Pública nº1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras utilizando como unidade monetária o euro.

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior, apresentados como comparativos nas presentes demonstrações financeiras.

As DF apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Gebalis. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos conforme estrutura conceptual das NCP.

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária

3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os Ativos intangíveis são registados pelo seu custo e são constituídos basicamente por despesas associadas a software. As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos Ativos intangíveis pelo método das quotas constantes, durante um período entre 3 e 6 anos.

As vidas úteis e método de amortização dos vários Ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Foi aplicado o classficador complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-Lei n º192/2015 de 11 de Setembro.

As fichas de cadastro estão atualizadas à data do relato, onde consta para cada elemento entre outra informação a vida útil ou taxa de amortização, assim como a respetiva quantia escriturada líquida.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis , bem como as respetivas aquisições, transferências e amortizações, ocorreu confoirne o seguinte:

2024

	Projetos de desenvolvim	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto:						
Saldo inicial	-	1 054 966,53	-	-	465 465,19	1 520 431,72
Aquisições	-	9 910,11	-	-	321 207,43	331 117,54
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	786 672,62	-	-	(786 672,62)	-
Revalorizações	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	**1 851 549,26**	-	-	-	**1 851 549,26**
Depreciações e perdas p/ impar. acumuladas:						
Saldo inicial	-	1 019 944,51	-	-	-	1 019 944,51
Depreciações do exercício	-	70 131,00	-	-	-	70 131,00
Perdas por imparidade do exercício	-	-	-	-	-	-
Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	**1 090 075,51**	-	-	-	**1 090 075,51**
Ativo líquido	**0,00**	**761 473,75**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**761 473,75**

2023

	Projetos de desenvolvim	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto:						
Saldo inicial	-	1 046 190,48	-	-	-	1 046 190,48
Aquisições	-	-	-	-	474 241,24	474 241,24
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	8 776,05	-	-	(8 776,05)	-
Revalorizações	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	**1 054 966,53**	-	-	**465 465,19**	**1 520 431,72**
Depreciações e perdas p/ impar. acumuladas:						
Saldo inicial	-	1 003 781,11	-	-	-	1 003 781,11
Depreciações do exercício	-	16 163,40	-	-	-	16 163,40
Perdas por imparidade do exercício	-	-	-	-	-	-
Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	**1 019 944,51**	-	-	-	**1 019 944,51**
Ativo líquido	**0,00**	**35 022,02**	**0,00**	**0,00**	**465 465,19**	**500 487,21**

Não houve factos materialmente relevantes durante o ano 2024.

Gebalis

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Bases de Mensuração

Os Ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. Os terrenos não são depreciados.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registados como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e o valor líquido contabilístico do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Métodos de depreciação usados e vidas úteis

As depreciações dos ativos fixos tangíveis foram calculadas, após a data em que os bens foram disponibilizados para utilização, pelo método das quotas constantes, com as seguintes vidas úteis estimadas:

Classe homogénea	Anos
Edifícios e outras construções (Obras)	10
Equipamento básico	3 - 5
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 - 8
Outros ativos fixos tangíveis	8 - 10

Em 2024, nos ativos fixos tangíveis estão englobadas as obras de requalificação efetuadas em instalações usadas pela GEBALIS, no montante de 934.831,33 € (valor bruto antes de depreciações), cujo gasto será reconhecido em função da vida útil estimada de cada intervenção:

Bairro/Edifício	Valor (Euros)	Vida Útil
Sede - Rua Laura Alves, 12-7/8	16 994,96	3 anos
Inst Prop Serviços - Alfredo Bensaude	36 892,46	10 anos
GIL Alta Lisboa (R Manuel Marques, 4F)	393 503,80	10 anos
Contact Center - Alfredo Bensaude	487 440,11	10 anos
Total	**934 831,33**	

Geballs

Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Durante os períodos findos em 31/12/2024 e em 31/12/2023 o movimento ocorrido nos ativos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2024

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos em curso	Total
Ativo bruto:							
Saldo inicial	2 488 938,03	176 401,26	482 949,82	2 243 155,23	626 206,76	767 214,18	6 784 865,28
Aquisições	16 994,96	6 114,46	67 235,49	72 927,35	2 153,41	696 942,71	862 368,38
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	917 836,37	-	-	-	-	(917 836,37)	-
Abates	-	-	-	-	-		-
Revalorizações	-	-	-	-	-		-
Outras variações	-	-	-	-	-		-
Saldo final	**3 423 769,36**	**182 515,72**	**550 185,31**	**2 316 082,58**	**628 360,17**	**546 320,52**	**7 647 233,66**
Depreciações e perdas p/ impar. acumuladas:							
Saldo inicial	411 605,68	169 560,79	397 747,71	1 629 670,24	602 130,34	-	3 210 714,76
Depreciações do exercício	343 097,94	2 914,75	36 775,28	201 361,60	4 408,26	-	588 557,83
Perdas por imparidade do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	**754 703,62**	**172 475,54**	**434 522,99**	**1 831 031,84**	**606 538,60**	**-**	**3 799 272,59**
Ativo líquido	**2 669 065,74**	**10 040,18**	**115 662,32**	**485 050,74**	**21 821,57**	**546 320,52**	**3 847 961,07**

2023

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos em curso	Total
Ativo bruto:							
Saldo inicial	888 289,67	176 401,26	452 063,32	1 919 311,50	623 574,63	267 759,06	4 327 399,44
Aquisições	1 392 406,47	-	82 105,85	264 326,56	2 632,13	767 214,18	2 508 685,19
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	208 241,89	-	-	59 517,17	-	(267 759,06)	-
Abates	-	-	(51 219,35)	-	-		(51 219,35)
Revalorizações	-	-	-	-	-		-
Outras variações	-	-	-	-	-		-
Saldo final	**2 488 938,03**	**176 401,26**	**482 949,82**	**2 243 155,23**	**626 206,76**	**767 214,18**	**6 784 865,28**
Depreciações e perdas p/ impar. acumuladas:							
Saldo inicial	209 811,24	166 738,75	425 150,77	1 477 882,47	595 000,59	-	2 874 583,82
Depreciações do exercício	201 794,44	2 822,04	23 816,29	151 787,77	7 129,75	-	387 350,29
Perdas por imparidade do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	(51 219,35)	-	-	-	(51 219,35)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	**411 605,68**	**169 560,79**	**397 747,71**	**1 629 670,24**	**602 130,34**	**-**	**3 210 714,76**
Ativo líquido	**2 077 332,35**	**6 840,47**	**85 202,11**	**613 484,99**	**24 076,42**	**767 214,18**	**3 574 150,52**

Gebalis

6. Locações

Locações financeiras/operacionais

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a Empresa detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificados como locações financeiras, os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de "Financiamentos obtidos". Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os Ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a Empresa não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Empresa tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

No exercício de 2024 o movimento ocorrido nas locações operacionais foi o seguinte:

Gebalis

Tx Ref: 0,200%

2024

Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos Efetuados Acumulados				Futuros Pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado						
		Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
AQS/169/GEBALIS/2019 - Alug Oper 2 Viat Elétricas	39 556,80	1 648,20		39 556,80						
AQS/219/GEBALIS/2020 - Alug Oper 3 Viat Híbridas	51 494,10	12 873,51		51 494,10						
AQS/332/GEBALIS/2021 - Serviços de impressão	137 135,16	45 711,72		133 325,85		3 809,31			3 809,31	3 801,71
GBL/84/ADFR/S/22 - Rua Laura Alves, 12 -7/8	1 964 717,40	392 943,48		814 443,80		392 943,48	757 330,12		1 150 273,60	1 105 824,77
AQS/202/GEBALIS/2022 - Lt1 - Alug Oper 10 Viat Híbridas	109 902,96	36 634,32		64 110,06		36 634,32	9 158,58		45 792,90	45 068,44
AQS/202/GEBALIS/2022 - Lt2 - Alug Oper 4 Viat Híbridas	62 967,93	20 989,31		41 978,62		20 989,31			20 989,31	20 718,98
AQS/202/GEBALIS/2022 - Lt3 - Alug Oper 1 Viat Híbrida plug-in	25 461,00	7 779,75		16 266,75		8 487,00	707,25		9 194,25	9 066,81
AQS/42/GEBALIS/2023 - Alug Oper 2 Viat Híbrida	10 575,98	6 233,79		10 575,98						
GBL/277/X/O/23 - Loja Cidadão Saldanha	19 070,76	7 946,15		19 070,76						
GBL/611/X/O/23 - Rua Laura Alves, 12 -7/8 - Atualização 2023	27 496,32	6 874,08		8 019,76		6 874,08	12 602,48		19 476,56	18 810,94
AQB/12/GEBALIS/2024 - Aluguer operacional de 1 viatura híbrida - LOTE 1	18 126,46	2 049,75		2 049,75		6 042,15	10 034,56		16 076,71	15 592,53
AQB/12/GEBALIS/2024 - Aluguer operacional de 1 viatura híbrida - LOTE 2	27 050,21	3 658,53		3 658,53		9 016,74	14 374,94		23 391,68	22 563,98
AQS/48/GEBALIS/2024 - Aquisição Serviços de Locação Operacional 2 viaturas híbridas	3 180,87	3 180,87		3 180,87						
AQS/56/GEBALIS/2024 – Aquisição de Serviços de aluguer operacional de 2 viaturas com propulsão exclusivamente elétrica	9 688,91	4 844,45		4 844,45		4 844,46			4 844,46	4 810,73
CE/068/GEBALIS/2024 - Loja Cidadão Saldanha	19 070,76	9 535,38		9 535,38		9 535,38			9 535,38	9 468,99
CE/083/Gebalis/2024 - Loja Cidadão Marvila	20 693,28	10 346,64		10 346,64		10 346,64			10 346,64	10 274,60
CE/100/GEBALIS/2024 - Rua Laura Alves, 12 -7/8 - Atualização 2024	72 990,36	4 055,02		4 055,02		24 330,12	44 605,22		68 935,34	66 579,45
AQS/137/GEBALIS/2024 - Serviços de impressão	126 906,48					38 776,98	88 129,50		126 906,48	122 327,61
AQS/168/GEBALIS/2024 - Aluguer operacional de 3 viaturas híbridas	13 487,39					13 487,39			13 487,39	13 313,68
AQS/332/GEBALIS/2021 - 2ª MOC - Serviços Complementares	9 840,00	6 250,86		6 250,86		3 589,14			3 589,14	3 581,98
Total	2 769 413,13	583 555,81	-	1 242 763,98	-	589 706,50	936 942,65	-	1 526 649,15	1 471 805,20

Gebalis

7. Custo de empréstimos obtidos

O empréstimo de médio longo prazo foi contratado em fevereiro de 2015, junto de um sindicado bancário constituído pelos bancos BPI e Montepio, no valor de 13.700.000,00€, com maturidade a 15 anos e plano de amortização de rendas semestrais de capital constante.

No período de 2024 a GEBALIS cumpriu com o plano de pagamentos e amortizou divida em 913.333,32€.

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos, tendo estes a seguinte composição nos anos de 2024 e 2023:

	2024	2023
Juros Suportados:		
Financiamentos bancários	265 391,98	323 564,31
Outros gastos de financiamento	10 615,67	18 174,63
	276 007,65	**341 738,94**

9. Imparidades de ativos

Imparidades de ativos – geradores de fluxo de caixa

Os ativos com vida útil finita são testados para imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo e se sim, regista a respetiva perda por imparidade nos resultados ou diretamente no capital próprio, no caso de o ativo estar registado pela quantia revalorizada. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Quando tenham sido registadas perdas por imparidade e, posteriormente, se verifique que o valor recuperável aumentou de forma permanente reduzindo a imparidade, é reconhecida a reversão da imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos Ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

No decurso do período findo em 31/12/2024, as imparidades e a antiguidade dos saldos é a seguinte:

	2024				2023		
	Valor Bruto	Imparidade Acumulada	Valor Líquido	%	Valor Bruto	Imparidade Acumulada	Valor Líquido
00 a 06 meses	1 680 513,94	-	1 680 513,94	0%	1 840 974,27	-	1 840 974,27
06 a 12 meses	1 184 793,31	(296 198,33)	888 594,98	25%	1 467 442,70	(366 860,67)	1 100 582,03
12 a 18 meses	1 172 858,10	(586 429,05)	586 429,05	50%	1 496 192,05	(748 096,02)	748 096,02
18 a 24 meses	1 313 328,81	(984 996,61)	328 332,20	75%	1 343 010,50	(1 007 257,88)	335 752,62
> 24 meses	39 724 549,90	(39 724 549,90)	-	100%	39 331 626,16	(39 331 626,16)	-
	45 076 044,06	**(41 592 173,89)**	**3 483 870,17**		**45 479 245,68**	**(41 453 840,73)**	**4 025 404,94**

Em consequência da avaliação efetuada pela Administração, com referência a 31 de dezembro de 2024, sobre a recuperabilidade da dívida a cobrar aos moradores, foram reconhecidas, no corrente período, perdas por imparidade no valor de 138.333,16€, para reforço das já registadas em anos anteriores, totalizando estas, na data do relato, o valor de 41.592.173,89€.

13. Rendimentos de transações com contraprestação

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos e líquido de impostos relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

Os rendimentos de transações com contraprestação efetuadas nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2024 e 2023 têm a seguinte composição na demonstração de resultados:

	2024	2023
Serviços Prestados - Rendas		
Rendas - Emissão	24 794 728,69	23 717 319,50
Rendas - Reduções/Anulações	(1 051 600,73)	(857 764,92)
Rendas - Regulariz. Deb/Cred	(73 713,68)	(292 779,47)
Rendas - Diversos	17 030,22	141 238,11
	23 686 444,50	**22 708 013,22**

14. Rendimentos de transações sem contraprestação

Os subsídios governamentais são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração relacionados, fundamentalmente, com os contratos-programa, são reconhecidos na demonstração dos resultados na parte proporcional aos gastos incorridos.

Os subsídios atribuídos, a fundo perdido, para financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis são registados no capital próprio e reconhecidos na demonstração dos resultados, como redução às amortizações/depreciações do período, proporcionalmente às amortizações/depreciações, respetivas dos ativos financiados.

Os rendimentos de transações sem contraprestação recebidos nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2024 e 2023, têm a seguinte composição na demonstração de resultados:

Subsídio	2024		2023	
	Montante receb. Período	Rédito do período	Montante receb. Período	Rédito do período
Subsídios à exploração:				
Contr. Programa CML	48 069 770,09	49 618 701,89	28 619 662,55	26 288 969,18
INR - Aviso 7	338 149,99	338 149,99	-	-
INR - Aviso 10	100 682,51	100 682,51	-	-
Programa FEDER	-	-	310 208,09	-
Outros recebimentos	10 000,00	10 000,00	844,71	844,71
	48 518 602,59	**50 067 534,39**	**28 930 715,35**	**26 289 813,89**

15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Passivos Contingentes

No âmbito da NCP15 não se verificam factos relevantes para o período de 2024

Ativos Contingentes

No âmbito da NCP15 não se verificam factos relevantes para o período de 2024

17. Acontecimentos após data de relato

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras.
Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

18. Instrumentos Financeiros

Políticas contabilísticas e bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.
Ao custo ou custo amortizado.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros), quando:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde ao valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem as seguintes rubricas:

- Clientes;
- Outras contas a receber;
- Empréstimos concedidos;
- Fornecedores;
- Outras contas a pagar;
- Empréstimos obtidos.

São ainda classificados ao custo ou custo amortizado, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, bem como instrumentos financeiros derivados relacionados com tais instrumentos de capital próprio, são igualmente classificados ao custo ou custo amortizado, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas.

Todos os ativos e passivos financeiros não mensurados ao custo ou custo amortizado são mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no mesmo registadas em resultados nas rubricas "Perdas por reduções de justo valor" e "Ganhos por aumentos de justo valor".

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:
A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os Ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido, ou quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Estado e outros entes públicos a pagar/receber

A 31 de dezembro de 2024. os saldos ativos/passivos para com o Estado e outros entes públicos tem a seguinte composição:

Gebalis

	2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
IRC - A recuperar	34 634,27	-	39 274,32	-
IRC – A pagar	-	13 855,86	-	-
Pagamento especial por conta	-	-	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	68 809,64	-	75 847,17
Imposto sobre o valor acrescentado	-	58 514,46	-	23 301,24
Contribuições para a Segurança Social	-	162 651,55	-	152 074,55
Outras Tributações	-	-	-	-
	34 634,27	**303 831,51**	**39 274,32**	**251 222,96**

Fornecedores

Em 31/12/2024 e em 31/12/2023, a rúbrica de "Fornecedores" tem a seguinte composição:

	2024	2023
Fornecedores:		
Fornecedores c/c	80 073,98	57 971,50
Fornecedores, faturas em receção e conferência	438 435,89	310 057,17
40,89%	**518 509,87**	**368 028,67**

Outras contas a receber

As rubricas de Outras contas a receber constituem direitos a receber pela venda de bens ou serviços no decurso normal da atividade da Empresa, são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade, quando aplicável.

As perdas por imparidade dos saldos de clientes e créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade deixem de se verificar.

	2024			2023		
	Valor Bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor Bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Não Correntes:						
Rendas património sob gestão	-	-	-	-	-	-
Outros devedores	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Correntes:						
Rendas património sob gestão	45 057 700,70	(41 592 173,89)	3 465 526,81	45 221 305,54	(41 453 840,73)	3 767 464,81
CML - Contratos Programa	311 111,07	-	311 111,07	11 152,58	-	11 152,58
CML - Outros valores	19 326,08	-	19 326,08	19 326,08	-	19 326,08
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	-	-	-
Outros devedores	251 607,65	-	251 607,65	256 078,89	-	256 078,89
	45 639 745,50	(41 592 173,89)	4 047 571,61	45 507 863,09	(41 453 840,73)	4 054 022,36
	45 639 745,50	(41 592 173,89)	4 047 571,61	45 507 863,09	(41 453 840,73)	4 054 022,36

Gebalis

Outras contas a pagar

As rubricas de "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

	2024	2023
Não Correntes:		
Outras dívidas a pagar	-	-
Fornecedores retenção p/garantia	4 708 240,09	3 721 518,43
	4 708 240,09	**3 721 518,43**
Correntes:		
Outras dívidas a pagar		
Fornecedores investimentos	-	-
Credores por acréscimos de gastos	1 919 446,44	1 658 354,38
CML - Contratos Programa	4 518 054,60	5 767 027,91
CML - Outros Créditos	488 202,21	488 202,21
Outras contas a pagar diversos	8 945,61	30 634,48
	6 934 648,86	**7 944 218,98**
	11 642 888,95	**11 665 737,41**

Diferimentos-Ativo

No âmbito das suas competências estatutárias, a GEBALIS promoveu, ao longo dos anos, a conservação, manutenção e requalificação dos edifícios sob sua gestão e dos respetivos equipamentos que os integram. Estes edifícios e equipamentos, apesar de estarem sob gestão da GEBALIS, são propriedade do Município de Lisboa, que os controla, determina a sua afetação e utilização, e, portanto, não fazem parte do ativo fixo tangível da Empresa. Por este facto, as intervenções de requalificação que a GEBALIS executou, pelas suas características e porque era espetável a existência de benefícios económicos futuros ao longo de vários anos, foram classificadas, no ano da sua execução, em gastos a reconhecer e anualmente é reconhecido como gastos do exercício uma parte, atendendo à vida útil esperada/estimada.

Do valor de 1.009.435,28 €, serão reconhecidos até 31/12/2025, a quantia de 355.811,59 €, sendo a restante verba no valor de 653.623,69 € reconhecida em anos seguintes.

Atendendo que a vida útil dos equipamentos e intervenções realizadas deve ser revista e estimada sempre que se justificar, com base na experiência com equipamentos e intervenções semelhantes, sendo ajustada ao período durante o qual se espera que existam benefícios económicos futuros, em normais condições de funcionamento, foi realizado, no ano 2017, a revisão da vida útil das intervenções efetuadas nos equipamentos eletromecânicos passando de uma vida útil esperada de 20 anos para 8 e 12 anos, conforme o tipo de intervenção.

Quadro síntese das vidas úteis estimadas:

Área de Intervenção	Tipo de intervenção	Vida útil
Edifícios	Requalificação / Inovação	20 anos
Equipamentos Eletromecânicos	Modernização	12 anos
	Manutenção Reparação Manutenção Corrente Manutenção Obrigatória	8 anos

Em 31/12/2024 e em 31/12/2023 a rubrica do ativo corrente "Diferimentos" tem a seguinte composição:

Natureza	2024	2023
Contratos Manut/Licenciamento Informático	**29 671,08**	-
Seguros	-	**9 743,14**
Obras requalificação/Beneficiação nos bairros	**1 009 435,28**	**1 484 323,63**
- Prohabita - Lotes 601 a 619 Salgadas	123 598,38	255 448,63
- Prohabita - 19 Lotes Condado Zona	195 255,64	445 744,22
- Edificado	690 581,26	1 320 791,38
	1 039 106,36	**1 494 066,77**

Diferimentos-Passivo

Em 31/12/2024 e em 31/12/2023, a rubrica do passivo corrente "Diferimentos" tem a seguinte composição:

	2024	2023
Diferimento mensal das rendas	1 429 686,14	1 450 461,40
	1 429 686,14	**1 450 461,40**

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Para os financiamentos existentes, atualmente, entende-se que dado que a taxa de juro paga é a de mercado e que é imaterial a diferença temporal do valor do dinheiro, não existe diferença entre a taxa de juro de mercado e a taxa efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Os financiamentos obtidos em 31/12/2024 e em 31/12/2023 têm a seguinte composição:

Gebalis

	2024			2023		
		Montante Utilizado			Montante Utilizado	
	Limite	Corrente	Não Corrente	Limite	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários						
Contas Correntes	-	-	-	-	-	-
Empréstimo M/L Prazo	-	913 333,32	3 653 333,28	-	913 333,32	4 566 666,60
	-	913 333,32	3 653 333,28	-	913 333,32	4 566 666,60
Outros Empréstimos Obtidos						
Locações financeiras	-	-	-	-	-	-
Contrato Microgeração	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
	-	913 333,32	3 653 333,28	-	913 333,32	4 566 666,60

Património Líquido

Em 31/12/2024 e em 31/12/2023, o Capital Próprio da Gebalis era composto da seguinte forma:

CAPITAL

	2024	2023
Capital:		
Valor nominal	1 300 000,00	1 300 000,00
Reservas legais	260 000,00	260 000,00
Outras variações no capital próprio	-	-
Resultados transitados	2 598 428,15	2 580 406,93
Resultado líquido do período	10 923,70	18 021,22
Total do capital próprio	**4 169 351,85**	**4 158 428,15**

Resultados Transitados :	**Positivos**	**Negativos**
Ano de 2001	43 269,44	
Ano de 2002	47 664,15	
Ano de 2003	53 505,43	
Ano de 2004		197 608,62
Ano de 2005		5 943 287,87
Ano de 2006		4 977 367,93
Ano de 2007		13 169 510,47
Ano de 2008		2 185 778,42
Ano de 2008 - Anulação diferimento proveitos	17 599 718,40	
Ano de 2009		2 214 727,64
Ano de 2010		2 444 615,05
Ano de 2010 – Cob. prejuízos - Delib 567/CM/2010	12 300 000,00	
Ano de 2011	1 220 934,89	
Ano de 2012	1 223 077,19	
Ano de 2013	500 498,23	
Ano de 2014	373 106,98	
Ano de 2015 - Delib 133/CM/2016		1 492 671,68
Ano de 2015	111 017,08	
Ano de 2016	183 120,28	
Ano de 2016 - Imp. Diferidos 2015	287 088,36	
Ano de 2017	81 817,56	
Ano de 2018	33 279,63	
Ano de 2019	29 337,36	
Ano de 2020	9 668,12	
Ano de 2021	991 866,26	
Ano de 2022	117 005,25	
Ano de 2023	18 021,22	
	35 223 995,83	**32 625 567,68**

Gebalis

19 Benefícios aos empregados

Os benefícios dos empregados, a curto prazo, são reconhecidos como gasto do período. Os gastos a curto prazo incluem os salários, ordenados e contribuições para a segurança social.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos do período em que ocorreram.

		2024	2023
Remunerações dos órgãos sociais		108 547,95	111 645,06
Remunerações do pessoal		7 003 558,41	6 370 402,24
Encargos sobre remunerações		1 526 470,18	1 388 255,48
Seguros Acidentes trabalho		83 985,40	63 938,16
Gastos de Ação social		9 676,32	8 360,45
Formação profissional		38 097,39	80 739,47
Seguro doença		237 752,96	207 946,09
Higiene segurança e medicina no trabalho		9 850,64	11 001,48
Serviços Sociais CML		25 559,50	22 556,05
Compensação SNS (ACSS)		-	83 303,40
Compensação caducidade		2 543,55	-
Outros		78 617,76	24 107,71
	8,99%	**9 124 660,06**	**8 372 255,59**

Em 2024 os gastos com o pessoal tiveram um aumento de 752.404,47€ correspondendo a uma variação cerca de 9%, face ao valor verificado no ano de 2023. O acréscimo dos gastos registados tem por base a adequação do quadro de pessoal às necessidades da Empresa, assim como, à reestruturação orgânica implementada em dezembro/2022.

O número médio de colaboradores ao serviço no ano de 2024 e de 2023, foi de 287 e 250, respetivamente.

20. Divulgação de partes relacionadas

O capital social da Gebalis está representado por 1.300.000 ações, com o valor nominal de um euro, por ação, encontra-se totalmente realizado e é integralmente detido pelo Município de Lisboa.

As transações registadas em 2024 e 2023, com a Câmara Municipal de Lisboa e restantes empresas do perímetro de consolidação, bem como os saldos que constam do balanço, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, são os que seguidamente se apresentam:

	2024						
	Saldos				Transações		
	Fornecedores	Acionistas	Outros Devedores	Outros Credores	Forn e Serviços	Subsídios à Exploração	Outros Rend.
CML	48 711,60	(2 816,08)	330 437,15	5 006 256,81	433 175,78	49 618 701,89	-
CARRIS	-	-	-	-	-	-	-
EMEL	-	-	-	-	-	-	-
EGEAC	-	-	-	-	-	-	-
SRU Ocidental	-	-	-	-	-	-	-
	48 711,60	(2 816,08)	330 437,15	5 006 256,81	433 175,78	49 618 701,89	-

	2023						
	Saldos				Transações		
	Fornecedores	Acionistas	Outros Devedores	Outros Credores	Forn e Serviços	Subsídios à Exploração	Outros Rend.
CML	48 711,60	(2 816,08)	30 478,66	(6 255 230,12)	105 691,94	(26 288 969,18)	-
CARRIS	-	-	-	-	-	-	-
EMEL	-	-	-	-	-	-	-
EGEAC	-	-	-	-	-	-	-
SRU Ocidental	-	-	-	-	-	-	-
	48 711,60	(2 816,08)	30 478,66	(6 255 230,12)	105 691,94	(26 288 969,18)	-

Em 31/12/2024 e em 31/12/2023, a rúbrica "Acionistas / Sócios" têm a serguinte composição:

	2024	2023
Valores passivos		
Lucros disponíveis (CML)	2 816,08	2 816,08
	2 816,08	**2 816,08**

23. Outras divulgações

23.1 Outros ativos financeiros

Em 31/12/2024 e em 31/12/2023, a rúbrica de "Outros Investimentos Financeiros", tem a seguinte composição:

	2024	2023
Não correntes:		
FCT - Fundo Compensação do Trabalho	37 872,50	37 872,50
	37 872,50	**37 872,50**

23.2 Ativos por impostos diferidos

O saldo de Ativos por impostos diferidos resulta de prejuízos fiscais gerados no exercício de 2015, no montante de 1.136.087 €, os quais já foram utilizados em parte, conforme se evidência na presente nota. Nos anos de 2022, 2023 e 2024, a sociedade não utilizou os prejuízos fiscais apesar de apresentar lucro fiscal, pela razão que se encontra a decorrer um processo de inspeção fiscal pela AT para o qual se aguarda decisão, assim, por razões de prudência, optou a GEBALIS por não utilizar estes prejuízos fiscais até decisão da AT.

Em 31/12/2024 e em 31/12/2023, a rúbrica de "Ativos por impostos diferidos", tem a seguinte composição:

Gebalis

2024						
		Constituição		Reversão		
Ativos por impostos diferidos	Saldo em 31/12/2023	Resultado Líquido	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Capitais Próprios	Saldo em 31/12/2024
Ajustamentos inventários	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos clientes cob. duvidosa	-	-	-	-	-	-
Prejuízos fiscais reportáveis	211 340,97	-	-	-	-	211 340,97
Provisões p/ riscos e encargos	-	-	-	-	-	-
	211 340,97	-	-	-	-	**211 340,97**

23.3 Fornecimentos e serviços externos

		2024	2023
Conservação e reparação		55 147 158,03	32 260 791,80
Outros fornecimentos e serviços		8 362 918,51	6 944 495,30
		63 510 076,54	**39 205 287,10**

Conservação e reparação:		2024	2023
P.E (Património edificado)			
Requalificação / Beneficiação		474 888,35	537 660,60
Manutenção / Conservação		50 882 047,69	29 099 761,31
E.E.M (Equipamento electro mecânico)			
Requalificação / Beneficiação		-	-
Manutenção / Conservação		3 770 782,15	2 572 549,13
Obras Instalações da Empresa em edif.alheios		-	25 918,06
Conservação e reparação diversos		19 439,84	24 902,70
	70,94%	**55 147 158,03**	**32 260 791,80**

Outros fornecimentos e serviços:		2024	2023
Trabalhos especializados		2 050 742,23	1 630 904,21
Publicidade comunicação e imagem		28 522,22	30 796,72
Vigilância e segurança		1 127 714,80	832 753,86
Honorários		133 173,76	68 502,84
Serviços cobrança de rendas		140 628,26	136 112,63
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido		3 983,36	3 188,38
Livros e documentação técnica		473,57	209,38
Material de escritório		25 305,44	27 964,48
Eletricidade		1 086 638,78	1 140 442,35
Combustíveis		43 045,65	37 845,90
Água		323 709,08	302 545,95
Deslocações, estadas e transportes		19 071,80	19 741,49
Rendas e alugueres		584 267,32	565 330,32
Comunicação		285 437,48	341 820,63
Seguros		38 863,81	35 478,92
Contencioso e notariado		31 402,45	46 315,31
Despesas de representação		8 279,43	3 630,60
Limpeza, higiene e conforto		303 633,39	227 827,50
Produtos Alimentares		22 040,18	32 137,30
Realização ações c/moradores		585 582,51	139 403,64
Despesas com condomínios		1 504 314,88	1 311 807,14
Outros fornecimentos e serviços diversos		16 088,11	9 735,75
	20,43%	**8 362 918,51**	**6 944 495,30**

23.4 Outros Rendimentos

A rubrica de "Outros Rendimentos" nos períodos findos em 31/12/2024 e em 31/12/2023 tem a seguinte composição:

	2024	2023
Rendimentos suplementares:		
Outros rendimentos suplementares	24 629,50	34 591,98
Venda sucata	104,40	586,68
Condomínios Obras	83,18	5 252,63
Processos judiciais	-	-
Correções relat. A períodos anteriores	-	132 023,63
Outros	20 593,93	8 824,51
	45 411,01	**181 279,43**

A rubrica "Outros rendimentos suplementares" engloba o valor de 23.624,88 € referente a juros de dívidas de moradores, o valor de 954,19 € € referente à venda de energia (microprodução de energia elétrica nos 23 locais onde a GEBALIS instalou painéis solares e ainda 50,43 € relativos a descontos de quantidade obtidos junto dos CTT.

23.5 Outros Gastos

A rubrica de "Outros Gastos" nos períodos findos em 31/12/2024 e em 31/12/2023 tem a seguinte composição:

	2024	2023
Impostos	3 939,13	4 336,33
Quotizações	17 721,00	17 708,00
Outros	31 753,55	396 532,69
	53 413,68	**418 577,02**

23.6 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos e determinados com base nas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária.

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), à taxa de 21% sobre a matéria coletável. Adicionalmente, a partir de 1 de janeiro de 2012 os lucros tributáveis que excedam os 1.500 milhares de Euros e os 7.500 milhares de Euros são sujeitos a

derrama estadual de 3% e 5% respetivamente, nos termos do artigo 87º-A do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Nos termos da legislação em vigor a Empresa encontra-se, ainda, sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas legalmente previstas.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2020 a 2023 poderão, ainda, vir a ser sujeitas a revisão e correção por parte da Autoridade Tributária.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/ inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras da Gebalis.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos são reportáveis durante um período de 6 anos após a sua ocorrência para os prejuízos gerados até 2009, por 4 anos para os gerados nos anos de 2010 e 2011, por 5 anos para os anos de 2012 e 2013 e por 12 anos a partir do ano de 2014.

Desde 1 de Janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes desta data, encontra-se limitada a 70% do lucro tributável apurado no período em que seja realizada a dedução, adicionalmente, os prejuízos fiscais apurados nos anos de 2020 e 2022, poderão ser deduzidos até ao limite de 80% do lucro tributável.

O gasto com imposto sobre o rendimento em 31/12/2024 e 31/12/2023, foi respetivamente no valor de 27.286,98 € e 28.829,98 €, em ambos os exercícios os valores respeitam exclusivamente a imposto corrente do período.

A decomposição do montante de imposto sobre o rendimento do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras dos períodos de 2024 e 2023, foi o seguinte:

	2024	2023
Imposto corrente	27 286,28	28 829,98
Imposto diferido	-	-
Imposto sobre o rendimento do período	**27 286,28**	**28 829,98**

A reconciliação do imposto corrente para os períodos de 2024 e 2023, é a que seguidamente se apresenta:

	2024		2023	
	Valores	**%**	**Valores**	**%**
Resultado antes de impostos	38 209,98		46 851,20	
IRC à taxa normal sem correções fiscais	8 024,10	21%	9 838,75	21%
Variações patrimoniais	-		-	
Acréscimos ao rendimento tributável	1 489,00		2 218,89	
Deduções ao rendimento tributável	-		-	
Lucro /prejuízo fiscal	39 698,98		49 070,09	
Dedução de prejuízos fiscais	-		-	
Matéria coletável	39 698,98		49 070,09	
IRC à taxa normal sobre a matéria coletável	8 336,79	21%	10 304,72	21%
Derrama	595,48		736,05	
Tributações autónomas	18 354,01		17 789,21	
IRC estimado para o período (taxa efetiva)	27 286,28	69%	28 829,98	59%

A taxa efetiva de imposto estimado, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foi respetivamente de 69% e 59%.

Seguidamente apresenta-se o quadro de reporte de prejuízos da Empresa, de acordo com a informação disponível nesta data, podendo esta situação, eventualmente vir a alterar-se em consequência dos resultados de inspeções fiscais efetuadas e/ou a efetuar.

Período	Nº anos p/dedução	Prejuízo Fiscal	Ativos imp. Diferidos
2015	12	(1 367 087,44)	287 088,36
Reversão em 2016		169 513,82	(35 597,91)
Reversão em 2017		116 831,09	(17 174,17)
Reversão em 2018		58 801,74	(12 348,37)
Reversão em 2019		33 850,32	(7 108,57)
Reversão em 2020		16 754,12	(3 518,37)
Reversão em 2021		-	-
Reversão em 2022		-	-
Reversão em 2023		-	-
Reversão em 2024		-	-
		(971 336,35)	**211 340,97**

23.7 Situação Tributária Contributiva

A Gebalis tem a sua situação tributária e contributiva regularizada perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social.

No ano de 2019 a Gebalis foi alvo de uma inspeção tributária com incidência sobre os exercícios de 2015 a 2017. No âmbito desta ação a Autoridade Tributária (AT) propôs uma correção à matéria tributável, no exercício de 2015, no montante de 1.492.671,68€, referente à variação patrimonial negativa registada, no seguimento da deliberação n.º 133/CM/2016. A GEBALIS apresentou, em 25/01/2021, recurso hierárquico de oposição à correção proposta e foi notificada do seu indeferimento em 03/01/2022. Por discordar da decisão da AT, a GEBALIS contestou-a através de Impugnação Judicial.

23.8 Remunerações dos orgãos sociais

Nos períodos de 2024 e 2023, os Órgãos Sociais tiveram as seguintes remunerações:

		2024	2023
Conselho de Administração	(*)	108 547,95	111 645,06
Fiscal Único (sem IVA)	(**)	12 840,00	12 600,00

(*) - verba relevada em Gastos com Pessoal
(**) - verba aprovada pelo CA da Gebalis (Deliberação 006/CA/2023) e Executivo da CML (Ata CML datada de 03/05/2023).
A SROC, também presta serviços de certificação de pagamentos

23.9 Eventos Subsequentes

À presente data, a Administração da Empresa não tem conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31/12/2024 que justifiquem ajustamentos nestas demonstrações financeiras.

Considerando o contexto de incerteza internacional, não é possível quantificar o impacto na atividade e resultados futuros da empresa, no entanto, somos da opinião, que estarão criadas as condições operacionais para a manutenção da atividade da Empresa, estando assegurados os compromissos financeiros assumidos e o trabalho da GEBALIS pela Cidade de Lisboa.

23.10 Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2025, sendo posteriormente remetidas ao Município de Lisboa para aprovação.

A Contabilista Certificada:

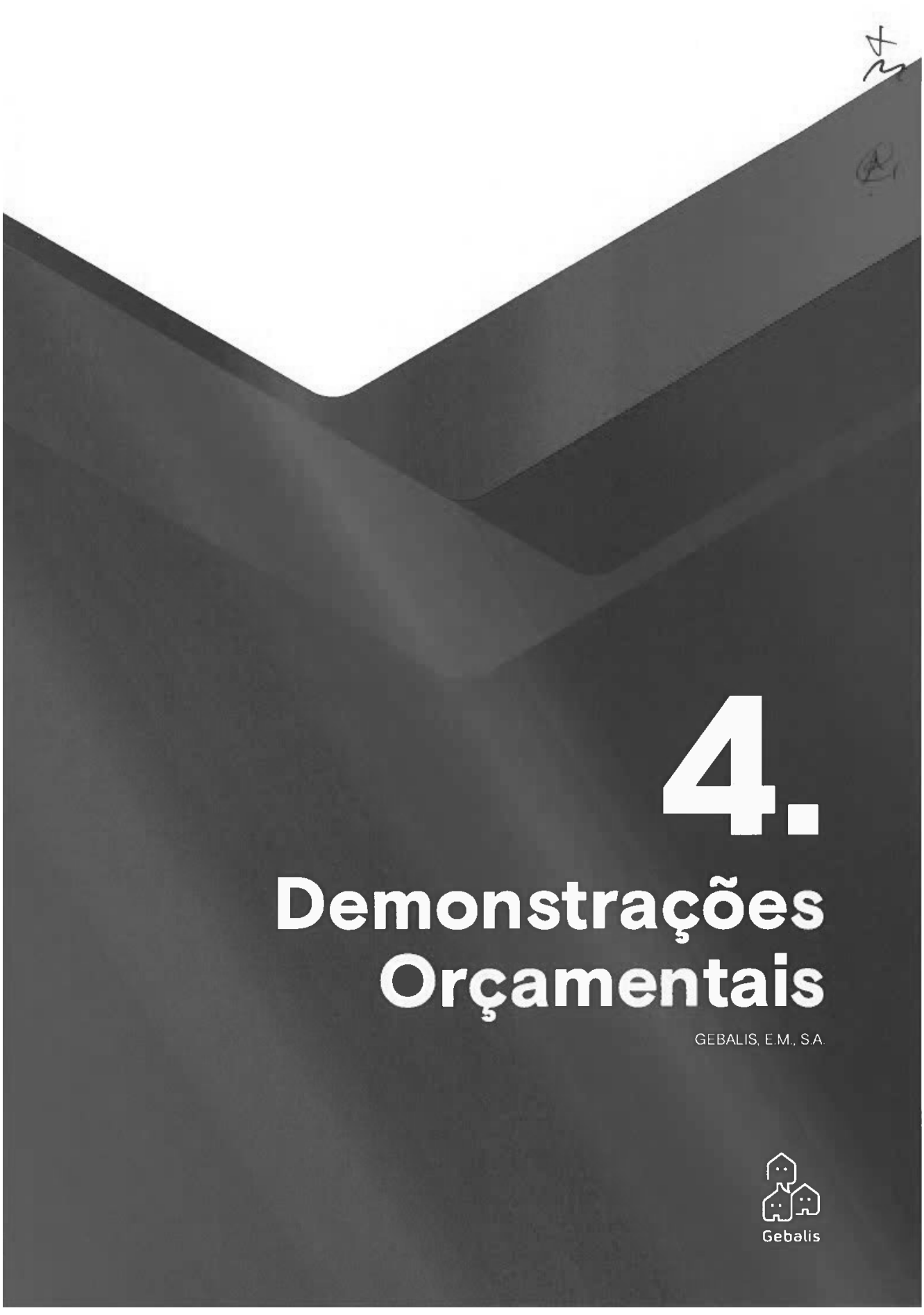
Ana Filipa Coelho Xavier de Basto

A Administração:

Fernando Jorge Abrantes Angleu Teixeira, Presidente

Miguel Fernando Costa da Silva Pereira, Vogal

Ana Paula Calheiros Nunes da Cunha, Vogal



4.
Demonstrações Orçamentais

GEBALIS, E.M., S.A.

Gebalis

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Gebalis

1. NOTA INTRODUTÓRIA

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

DOR 1. DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

DOR 2 DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

DOR 3. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

DOR 4. DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

DOR 5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

DOR 5.1. Alterações orçamentais da receita – Anexo I

DOR 5.2. Alterações orçamentais da despesa – Anexo II

DOR 5.3. Alterações ao plano plurianual de investimentos – Anexo III

DOR 5.4. Operações de tesouraria – Anexo IV

DOR 5.5. Contratação administrativa – Situação dos contratos – Anexo V

DOR 5.6. Contratação administrativa – Adjudicações por tipo de procedimento – Anexo VI

DOR 5.7. Transferências e subsídios – Receita – Anexo VII

DOR 5.8. Transferências e subsídios – Despesa

Gebalis

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Gebalis - Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, EM, S.A., é uma pessoa coletiva de direito privado, com natureza municipal, de promoção do desenvolvimento local, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criada em 1995 e tem como objetivo a promoção e gestão de imóveis de habitação municipal que a Câmara Municipal lhe confiar, com sede na Rua Laura Alves, 12 - 7.º piso, em Lisboa.

A sua criação resultou da intenção do Município em assegurar uma política de gestão integrada, visando a administração dos bairros, a qualidade de vida das populações residentes e a conservação do património.

A Missão da Empresa consiste em gerir eficazmente o património sob gestão com uma forte perspetiva de desenvolvimento e integração social, educação ambiental, conservação do património e integração profissional da população.

Baseando-se em critérios de proximidade a GEBALIS exerce uma gestão integrada, participada e descentralizada, apoiando-se em estruturas funcionais, ágeis e eficazes, localizadas em gabinetes situados nos bairros, nos quais trabalham equipas multidisciplinares, com funções definidas nas 3 áreas de gestão: financeira, patrimonial e social.

Estas demonstrações orçamentais foram aprovadas pela Administração, em 13 de março de 2025 através da deliberação nº 144/CA/2025, contudo, as mesmas, estão ainda sujeitas à aprovação por parte da Câmara Municipal de Lisboa e da Assembleia Geral, nos termos da legislação em vigor.

É do entendimento da Administração que estas demonstrações orçamentais refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho orçamental.

As demonstrações orçamentais são expressas monetariamente em euros, salvo se indicado em contrário.

A demonstração do desempenho orçamental da receita, a demonstração do desempenho orçamental da despesa, a demonstração de execução orçamental da receita, a demonstração de execução orçamental da despesa e a demonstração da execução do plano plurianual de investimentos, fazem parte integrante do presente anexo, não devendo ser lidos separadamente.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

As demonstrações orçamentais da Gebalis foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, atualizado pelo Decreto-Lei nº 85/2016 de 21 de dezembro. Foram aplicados os requisitos nas Normas de Contabilidade Pública (NCP) emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2024.

De acordo com a NCP 26 - Contabilidade e relato orçamental do SNC-AP, o objetivo das demonstrações orçamentais é proporcionar informação que indique se os recursos foram obtidos e usados de acordo com o orçamento legalmente adotado e com os requisitos legais e contratuais, incluindo limites financeiros estabelecidos pelas autoridades legislativas competentes.

Desta forma, as demonstrações orçamentais traduzem uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental da Gebalis, EM, S.A., proporcionando, entre outra, informação sobre o orçamento

Gebalis

inicial, as modificações orçamentais, a execução orçamental e os pagamentos e recebimentos.

Em conformidade com o número 2 do parágrafo 46 da NCP 26, um conjunto completo de demonstrações financeiras compreende as que a seguir se discriminam, elaboradas de acordo com o modelo único de prestação de contas das entidades publicas da UniLEO.

DOR 1. DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

A demonstração de desempenho orçamental permite a análise do desempenho orçamental da GEBALIS. Apresenta as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria. Nesta demonstração também se evidenciam os correspondentes saldos: da gerência anterior (13.465.479,94 €) e para a gerência seguinte (12.653.790,47 €), saldo global (-886.124,66 €), saldo corrente (297.301,06 €), saldo de capital (-1.191.332,51 €) e saldo primário (-608.955,68 €). Apresenta ainda, informação organizada pela forma de financiamento e por rúbrica da execução orçamental.

A demonstração do desempenho orçamental da receita demonstra que a prestação de serviços da gestão do arrendamento municipal representa 32,9% da Receita Efetiva e as transferências e subsídios correntes representam 66,9%, onde estão incluídos os Contratos Programa celebrados com o Município de Lisboa e os valores recebidos do Instituto Nacional para a Reabilitação.

Ao nível da despesa, a demonstração do desempenho orçamental demonstra que as aquisições de bens e serviços, onde estão incluídas todas as despesas de execução de obras no património sob gestão e os gastos gerais de funcionamento, representam 85,6% da Despesa Efetiva, as despesas com o pessoal atingem os 12,4% e as despesas de capital representam 1,6%.

DOR 2. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

A demonstração de execução orçamental da receita explicita todas as fases da execução orçamental da receita, em coluna, organizada pelas diversas classificações económicas detalhadas e permite o controlo da execução orçamental da receita durante o período contabilístico.
O layout apresentado decorre da Norma Técnica n.º 1/2017 e acrescenta, face ao layout que consta da NCP26, a informação sobre "Previsões por Liquidar", bem como, a informação sobre "Liquidações de períodos futuros".

A execução da Receita Corrente atingiu os 95,2% do total do orçamento corrigido e a Receita de Capital prevista não tinha expressão. A execução total da receita foi de 98,8%.

A receita referente às vendas e prestações de serviços atingiu 100% das previsões corrigidas.

DOR 3. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

A demonstração de execução orçamental despesa explicita todas as fases e eventos da execução orçamental da despesa, nomeadamente, os compromissos assumidos e os valores pagos e por pagar, organizada pelas diversas classificações económicas detalhadas e permite o controlo da execução

orçamental da despesa durante o período contabilístico.
Contempla informação das dotações corrigidas, obtidas por ligação a uma demonstração de alterações orçamentais à despesa, que consta do Anexo II.

A execução da Despesa Corrente atingiu os 96,8% e da Despesa de Capital o valor de 99,7% do total das dotações corrigidas. A execução total da despesa foi de 96,8%.

A execução das Despesas com o Pessoal e de Aquisição de bens e Serviços, foi de, respetivamente, 96,3% e 96,9%.

DOR 4. DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Esta demonstração tem como finalidade permitir o controlo da execução anual do plano plurianual de investimentos, facultando informação relativa a cada projeto de investimento, designadamente sobre a forma de realização, fontes de financiamento, fase de execução, financiamento da componente anual e valor global do projeto, e execução financeira dos anos anteriores, no período e esperada para períodos futuros.

A execução do Plano Plurianual de Investimentos atingiu os 99,4% do montante previsto, representando o valor de 1.191.332,51€. Deste valor, 59,9% foi investido na melhoria das condições de trabalho e de atendimento aos arrendatários, 27,8% em desenvolvimento de sistemas informáticos e 12,3% em equipamento administrativo e transporte.

DOR 5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

DOR 5.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA – Anexo I

Destina-se a evidenciar as alterações orçamentais ao nível da receita que ocorreram no período de relato com as rubricas num grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações entretanto ocorridas.

Em 2024 foram efetuadas alterações orçamentais da receita: três alterações modificativas e uma alteração permutativa.
As alterações orçamentais modificativas visaram ajustar: o valor previsto no Plano de Atividades e Orçamento ao valor previsto receber ao abrigo dos Contratos Programa em curso dos saldos por executar transitados do ano aneterior, conforme previsto nos respetivos clausulados; o valor do saldo da gerência anterior para o valor efetivamente apurado, conforme deliberação n.º 222/CM/2024; refletir no orçamento da receita a primeira alteração ao PAO 2024, conforme deliberação n.º 29/CM/2024; e, a segunda alteração ao PAO 2024, conforme deliberação n.º 750/CM/2024, referente à celebração do contrato programa aprovado na proposta 749/CM/2024.
A alteração orçamental permutativa destinou-se a permitir inscrever no orçamento receita liquidada que não tinha sido prevista no orçamento inicial, sendo a mais relevante o aumento da receita de rendas.

DOR 5.2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA – Anexo II

Destina-se a evidenciar as alterações orçamentais ao nível da despesa que ocorreram no período de relato com as rubricas num grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações entretanto ocorridas.

Em 2024 foram efetuadas alterações orçamentais da despesa: três alterações modificativas e vinte e três alterações permutativas.
As alterações orçamentais modificativas visaram ajustar: o valor previsto no Plano de Atividades e Orçamento ao valor previsto de despesa ao abrigo dos Contratos Programa em curso dos saldos por executar transitados do ano aneterior, conforme previsto nos respetivos clausulados; o valor do saldo da gerência anterior para o valor efetivamente apurado, conforme deliberação 222/CM/2024; refletir no orçamento da despesa a primeira alteração ao PAO 2024, conforme deliberação n.º 29/CM/2024; e, a segunda alteração ao PAO 2024, conforme deliberação n.º 750/CM/2024, referente à celebração do contrato programa aprovado na proposta 749/CM/2024.
As alterações orçamentais permutativas visaram adequar o orçamento da despesa, incluindo as ações dos Contratos Programa em execução, às verbas efetivamente necessárias à real execução.

DOR 5.3. ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – Anexo III

Destina-se a evidenciar as alterações orçamentais ao nível do plano plurianual de investimentos que ocorreram no período de relato com as rubricas num grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações entretanto ocorridas.

Em 2024 foram efetuadas alterações orçamentais ao plano plurianual de investimentos: nenhuma alteração modificativas e quatro alterações permutativas.
As alterações orçamentais permutativas visaram adequar o orçamento à necessidade da real execução.

DOR 5.4. OPERAÇÕES DE TESOURARIA – Anexo IV

As operações de tesouraria geram influxos ou efluxos de caixa, mas não representam operações de execução orçamental, correspondendo às operações que não são consideradas receita ou despesa orçamental, mas que têm expressão na tesouraria e na contabilidade da Empresa. Em 2024 os movimentos ocorridos nas rubricas extraorçamentais referem-se, na sua maioria, a movimentos de recebimentos e pagamentos de cauções e garantias relacionadas com as empreitadas executadas, conforme previsto no Código dos Contratos Públicos (CCP).

DOR 5.5. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA – Situação dos contratos – Anexo V

No anexo são apresentados os contratos celebrados no exercício ou em exercícios anteriores e que foram objeto de execução financeira no período de relato.

DOR 5.6. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA – Adjudicação por tipo de procedimento – Anexo VI

Esta demonstração proporciona informação adicional à execução orçamental, designadamente no que respeita a cada tipo de contrato sobre as modalidades de adjudicação, indicando o número de contratos e o preço contratual adjudicados no período de relato.

Gebalis

DOR 5.7. TRANSFERÊNCIA E SUBSÍDIOS – Receita – Anexo VII

A informação relativa a transferências e subsídios permite acompanhar que tipos de apoios são obtidos pela Empresa.
Os valores apresentados no anexo referem-se a transferências do Município de Lisboa no âmbito da execução dos Contratos Programa Deliberação 354/CM/2022 e 355/CM/2023; a transferência no âmbito das candidaturas ao Instituto Nacional de Reabilitação e a devolução de uma verba recebida do FEDER/ PEDU de ações do Contrato Programa da Deliberação 398/CM/2015.

DOR 5.8. TRANSFERÊNCIA E SUBSÍDIOS – Despesa

Não foram efetuadas quaisquer transferências relativas a subsídios concedidos.

Gebalis

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					2023
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
RA01	Saldo de gerência anterior	9 899 528,22 €				3 565 951,72 €	13 465 479,94 €	12 668 634,93 €
RI01	Operações orçamentais [1]	9 899 528,22 €					9 899 528,22 €	9 891 617,82 €
RI02	Devolução do saldo oper. orçamentais							
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades							
RI03	Operações de tesouraria [A]					3 565 951,72 €	3 565 951,72 €	2 777 017,11 €
RA02	Receita corrente	72 480 425,77 €					72 480 425,77 €	51 662 508,69 €
R1	Receita fiscal							
R1.1	Impostos diretos							
R1.2	Impostos indiretos							
R2	Contribuições para sistemas de ptotação social e subsistemas de							
R3	Taxas, multas e outras penalidades							
R4	Rendimentos de propriedade							
R5	Transferências e subsídios correntes	48 481 436,65 €					48 481 436,65 €	28 930 715,35 €
R5.1	Transferências correntes	48 481 436,65 €					48 481 436,65 €	28 930 715,35 €
R5.1.1	Administrações Públicas	48 481 436,65 €					48 481 436,65 €	28 930 715,35 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	411 666,56 €					411 666,56 €	310 208,09 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							844,71 €
R5.1.1.3	Segurança Social							
R5.1.1.4	Administração Regional							
R5.1.1.5	Administração Local	48 069 770,09 €					48 069 770,09 €	28 619 662,55 €
R5.1.2	Exterior - U E							
R5.1.3	Outras							
R5.2	Subsídios correntes							
R6	Venda de bens e serviços	23 852 147,27 €					23 852 147,27 €	22 538 246,09 €
R7	Outras receitas correntes	146 841,85 €					146 841,85 €	193 547,25 €
RA03	Receita de capital							500,00 €
R8	Venda de bens de investimento							500,00 €
R9	Transferências e subsídios de capital							
R9.1	Transferências de capital							
R9.1.1	Administrações Públicas							
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português							
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
R9.1.1.3	Segurança Social							
R9.1.1.4	Administração Regional							
R9.1.1.5	Administração Local							
R9.1.2	Exterior - U E							
R9.1.3	Outras							
R9.2	Subsídios de capital							
R10	Outras receitas de capital							
RA04	Receita efetiva [2]	72 488 332,56 €					72 488 332,56 €	51 795 032,32 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	7 906,79 €					7 906,79 €	132 023,63 €
RA05	Receita não efetiva [3]							
R12	Receita com ativos financeiros							
R13	Receita com passivos financeiros							
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	82 387 860,78 €					82 387 860,78 €	61 686 650,14 €
ROT1	Operações de tesouraria [5]					2 050 041,45 €	2 050 041,45 €	1 316 178,38 €

RP - Receitas próprias / RG - Receitas Gerais / EU - Financiamentos da EU / EMPR - Contratação de empréstimos / FUNDOS ALHEIOS - Correspondem a operações de tesouraria

O anexo faz parte integrante destas demonstrações

Geballs

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					2023
		RP	RG	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
DA01	Despesa corrente	72 183 124,71 €					72 183 124,71 €	48 554 533,10 €
D1	Despesas com o pessoal	9 075 618,93 €					9 075 618,93 €	8 161 606,06 €
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	6 987 952,41 €					6 987 952,41 €	6 289 899,44 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	107 332,31 €					107 332,31 €	68 999,75 €
D1.3	Segurança social	1 980 334,21 €					1 980 334,21 €	1 802 706,87 €
D2	Aquisição de bens e serviços	62 792 535,00 €					62 792 535,00 €	39 938 589,74 €
D3	Juros e outros encargos	277 168,98 €					277 168,98 €	341 946,99 €
D4	Transferências e subsídios correntes							
D4.1	Transferências correntes							
D4.1.1	Administrações Públicas							
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português							
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
D4.1.1.3	Segurança Social							
D4.1.1.4	Administração Regional							
D4.1.1.5	Administração Local							
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo							
D4.1.3	Famílias							
D4.1.4	Outras							
D4.2	Subsídios Correntes							
D5	Outras despesas correntes	37 801,80 €					37 801,80 €	112 390,31 €
DA02	Despesa de capital	1 191 332,51 €					1 191 332,51 €	2 319 255,50 €
D6	Aquisição de bens de capital	1 191 332,51 €					1 191 332,51 €	2 319 255,50 €
D7	Transferências e subsídios de capital							
D7.1	Transferências de capital							
D7.1.1	Administrações Públicas							
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português							
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
D7.1.1.3	Segurança Social							
D7.1.1.4	Administração Regional							
D7.1.1.5	Administração Local							
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo							
D7.1.3	Famílias							
D7.1.4	Outras							
D7.2	Subsídios de capital							
D8	Outras despesas de capital							
DA03	Despesa efetiva [5]	73 374 457,22 €					73 374 457,22 €	50 873 788,60 €
DA04	Despesa não efetiva [6]	913 333,32 €					913 333,32 €	913 333,32 €
D9	Despesa com ativos financeiros							
D10	Despesa com passivos financeiros	913 333,32 €					913 333,32 €	913 333,32 €
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	74 287 790,54 €					74 287 790,54 €	51 787 121,92 €
DOT1	Operações de tesouraria [C]					1 062 272,94 €	1 062 272,94 €	527 243,77 €
DA06	Saldo para a gerência seguinte	8 100 070,24 €				4 553 720,23 €	12 653 790,47 €	13 465 479,94 €
DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	8 100 070,24 €					8 100 070,24 €	9 899 528,22 €
DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]					4 553 720,23 €	4 553 720,23 €	3 565 951,72 €
DA09	Saldo global [2] - [5]	-886 124,86 €					-886 124,66 €	921 243,72 €
DA10	Despesa primária	73 097 288,24 €					73 097 288,24 €	50 531 841,61 €
DA11	Saldo corrente	297 301,06 €					297 301,06 €	3 107 975,59 €
DA12	Saldo de capital	-1 191 332,51 €					-1 191 332,51 €	-2 318 755,50 €
DA13	Saldo primário	-608 955,68 €					-608 955,68 €	1 263 190,71 €
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	82 387 860,78 €					82 387 860,78 €	61 686 650,14 €
DA15	Despesa total [5] + [6]	74 287 790,54 €					74 287 790,54 €	51 787 121,92 €

RP - Receitas próprias / RG - Receitas Gerais / EU - Financiamentos da EU / EMPR - Contratação de empréstimos / FUNDOS ALHEIOS - Correspondem a operações de tesouraria

O anexo faz parte integrante destas demonstrações

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Rubrica	Designação	Previsões Corrigidas	Previsões por Liquidar	Receitas por cobrar de per anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas Cobradas Líquidas			Recebimentos Diferidos	Receita por cobrar no final do período	Liquidações de Períodos Futuros				
								Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total			(n+1)	(n+2)	(n+3)	(n+4)	Perl seguintes
	RECEITA CORRENTE	76 132 610,23 €	3 851 239,97 €	7 469,23 €	72 547 170,79 €	73 269,76 €	72 553 695,53 €	73 269,76 €	73 269,76 €	-20 833,73 €	72 501 259,50 €	72 480 425,77 €		944,49 €					
01	Impostos diretos																		
0101	Sobre o rendimento																		
0102	Outros																		
010207	Impostos abolidos																		
02	Impostos indiretos																		
0201	Sobre o consumo																		
0202	Outros																		
03	Contribuições para Segurança Social, Caixa Geral Aposentações e ADSE																		
0301	Subsistema previdencial																		
0302	Regimes complementares e especiais																		
0303	Caixa Geral de Aposentações e ADSE																		
04	Taxas, multas e outras penalidades																		
0401	Taxas																		
040123	Taxas específicas das autarquias locais																		
04012399	Outras taxas específicas das autarquias locais																		
0402	Multas e outras penalidades																		
05	Rendimentos da propriedade																		
0501	Juros - Sociedades e quase-sociedades não financeiras																		
0502	Juros - Sociedades Financeiras																		
0503	Juros - Administrações Públicas																		
0506	Juros - Resto do mundo																		
0507	Dividendos e participações nos lucros de sociedades e quase-sociedades não financeiras																		
0509	Participações nos lucros de administrações públicas																		
0510	Rendas																		
06	Transferências correntes	52 130 251,03 €	3 648 814,38 €		48 508 602,59 €	27 165,94 €	48 508 602,59 €	27 165,94 €	27 165,94 €	-27 165,94 €	48 508 602,59 €	48 481 436,65 €							
0601	Sociedades e quase-sociedades não financeiras																		
060101	Públicas																		
0602	Sociedades financeiras																		
0603	Administração central	553 260,26 €	141 593,70 €		438 832,50 €	27 165,94 €	438 832,50 €	27 165,94 €	27 165,94 €	-27 165,94 €	438 832,50 €	411 666,56 €							
060301	Estado																		
060306	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	553 260,26 €	141 593,70 €		438 832,50 €	27 165,94 €	438 832,50 €	27 165,94 €	27 165,94 €	-27 165,94 €	438 832,50 €	411 666,56 €							
060307	Serviços e fundos autónomos																		
0604	Administração regional																		
0605	Administração local	51 576 990,77 €	3 507 220,68 €		48 069 770,09 €		48 069 770,09 €				48 069 770,09 €	48 069 770,09 €							
060501	Continente	51 576 990,77 €	3 507 220,68 €		48 069 770,09 €		48 069 770,09 €				48 069 770,09 €	48 069 770,09 €							
060501101	Municípios	51 576 990,77 €	3 507 220,68 €		48 069 770,09 €		48 069 770,09 €				48 069 770,09 €	48 069 770,09 €							
060502	Região Autónoma dos Açores																		
060503	Região Autónoma da Madeira																		
0606	Segurança social																		
0607	Instituições sem fins lucrativos																		
0608	Famílias																		
0609	Resto do mundo																		
07	Venda de bens e serviços correntes	23 855 317,35 €	3 169,73 €	28,99 €	23 897 773,35 €	45 654,72 €	23 897 801,99 €	45 654,72 €	45 654,72 €	-163,89 €	23 852 311,16 €	23 852 147,27 €		0,35 €					
0701	Venda de bens	2 083,46 €	790,08 €		2 328,89 €	1 035,31 €	2 328,89 €	1 035,31 €	1 035,31 €		1 293,38 €	1 293,38 €							
070108	Mercadorias	1 188,98 €			2 224,29 €	1 035,31 €	2 224,29 €	1 035,31 €	1 035,31 €		1 188,98 €	1 188,98 €							
07010803	Eletricidade	1 188,98 €			2 224,29 €	1 035,31 €	2 224,29 €	1 035,31 €	1 035,31 €		1 188,98 €	1 188,98 €							
070110	Desperdícios, resíduos e refugos	894,48 €	790,08 €		104,40 €		104,40 €				104,40 €	104,40 €							
07011099	Outros	894,48 €	790,08 €		104,40 €		104,40 €				104,40 €	104,40 €							
070111	Produtos acabados e intermédios																		
0702	Serviços																		
070208	Serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto																		
07020802	Serviços recreativos																		
07020803	Serviços culturais																		
070209	Serviços específicos das autarquias																		
07020903	Transportes colectivos de pessoas e mercadorias																		
0703	Rendas	23 853 233,89 €	2 379,65 €	28,99 €	23 895 444,66 €	44 619,41 €	23 895 473,30 €	44 619,41 €	44 619,41 €	-163,89 €	23 851 017,78 €	23 850 853,89 €		0,35 €					
070301	Habitações	23 796 748,63 €		28,64 €	23 841 339,40 €	44 619,41 €	23 841 368,04 €	44 619,41 €	44 619,41 €	-163,89 €	23 796 912,52 €	23 796 748,63 €							
070399	Outras	56 485,26 €	2 379,65 €	0,35 €	54 105,26 €		54 105,26 €				54 105,26 €	54 105,26 €		0,35 €					
08	Outras receitas correntes	147 041,85 €	-744,14 €	7 440,24 €	140 794,85 €	449,10 €	147 290,95 €	449,10 €	449,10 €	5 496,10 €	140 345,75 €	145 841,85 €		944,14 €					
0801	Outras	147 041,85 €	-744,14 €	7 440,24 €	140 794,85 €	449,10 €	147 290,95 €	449,10 €	449,10 €	5 496,10 €	140 345,75 €	145 841,85 €		944,14 €					
080199	Outras	147 041,85 €	-744,14 €	7 440,24 €	140 794,85 €	449,10 €	147 290,95 €	449,10 €	449,10 €	5 496,10 €	140 345,75 €	145 841,85 €		944,14 €					
08019999	Diversas	147 041,85 €	-744,14 €	7 440,24 €	140 794,85 €	449,10 €	147 290,95 €	449,10 €	449,10 €	5 496,10 €	140 345,75 €	145 841,85 €		944,14 €					
0802	Subsídios																		

O anexo faz parte integrante destas demonstrações

Geballa

DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Rubrica	Designação	Previsões Corrigidas	Previsões por Liquidar	Receitas por cobrar de per anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas Cobradas Líquidas			Recebimentos Diferidos	Receita por cobrar no final do período	Liquidações de Períodos Futuros				
								Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total			(n+1)	(n+2)	(n+3)	(n+4)	Per seguintes
	RECEITA CAPITAL	50,04 €	50,04 €																
09	Venda de bens de investimento	50,04 €	50,04 €																
0901	Terrenos																		
0902	Habitações																		
0903	Edifícios																		
0904	Outros bens de investimento	50,04 €	50,04 €																
090401	Sociedades e quase-sociedades não financeiras																		
090402	Sociedades financeiras																		
090403	Administração Pública - Administração central - Estado																		
090404	Administração Pública - Administração central - Serviços e fundos autónomos																		
090405	Administração Pública - Administração regional																		
090406	Administração Pública - Administração local - Continente	50,04 €	50,04 €																
09040603	Outros	50,04 €	50,04 €																
090407	Administração Pública - Administração local - Regiões Autónomas																		
090408	Administração Pública - Segurança social																		
090409	Instituições sem fins lucrativos																		
090410	Famílias																		
090411	Resto do mundo - União Europeia																		
090412	Resto do mundo - Países terceiros e organizações internacionais																		
10	Transferências de capital																		
1001	Sociedades e quase-sociedades não financeiras																		
100101	Públicas																		
1002	Sociedades financeiras																		
1003	Administração central																		
100301	Estado																		
100308	Serviços e fundos autónomos																		
1004	Administração regional																		
1005	Administração local																		
100501	Continente																		
100502	Região Autónoma dos Açores																		
100503	Região Autónoma da Madeira																		
1006	Segurança social																		
1007	Instituições sem fins lucrativos																		
1008	Famílias																		
1009	Resto do mundo																		
11	Ativos financeiros																		
1101	Depósitos, certificados de depósito e poupança																		
1102	Títulos a curto prazo																		
1103	Títulos a médio e longo prazos																		
1104	Derivados financeiros																		
1105	Empréstimos a curto prazo																		
110507	Administração Pública - Administração local - Regiões Autónomas																		
1106	Empréstimos a médio e longo prazos																		
110607	Administração Pública - Administração local - Regiões Autónomas																		
1108	Ações e outras participações																		
1109	Unidades de participação																		
1111	Outros ativos financeiros																		
12	Passivos financeiros																		
1201	Depósitos, certificados de depósito e poupança																		
1202	Títulos a curto prazo																		
1203	Títulos a médio e longo prazos																		
1204	Derivados financeiros																		
1205	Empréstimos a curto prazo																		
1206	Empréstimos a médio e longo prazos																		
120601	Sociedades e Quase - Sociedades não Financeiras																		
1207	Outros passivos financeiros																		
13	Outras receitas de capital																		
1301	Outras																		
14	Recursos próprios comunitários																		
1401	Recursos próprios comunitários																		
	RECEITA OUTRAS	9 907 235,01 €	-200,00 €		9 907 435,01 €		9 907 435,01 €				9 907 435,01 €	9 907 435,01 €							
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	7 706,79 €	-200,00 €		7 906,79 €		7 906,79 €				7 906,79 €	7 906,79 €							
1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	7 706,79 €	-200,00 €		7 906,79 €		7 906,79 €				7 906,79 €	7 906,79 €							
150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	7 706,79 €	-200,00 €		7 906,79 €		7 906,79 €				7 906,79 €	7 906,79 €							
16	Saldo da gerência anterior	9 899 528,22 €			9 899 528,22 €		9 899 528,22 €				9 899 528,22 €	9 899 528,22 €							
1601	Saldo orçamental	9 899 528,22 €			9 899 528,22 €		9 899 528,22 €				9 899 528,22 €	9 899 528,22 €							
160101	Na posse do serviço	9 899 528,22 €			9 899 528,22 €		9 899 528,22 €				9 899 528,22 €	9 899 528,22 €							
	TOTAL	86 039 895,28 €	3 851 090,01 €	7 469,23 €	82 454 805,80 €	73 269,78 €	82 461 130,54 €	73 269,78 €	73 269,78 €	-20 833,73 €	82 408 694,51 €	82 387 860,78 €	0,00 €	944,49 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

O anexo faz parte integrante destas demonstrações

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Rubrica	Designação	Dotações Corrigidas	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas	Reposições abatidas nos pagamentos		Despesas pagas (Ligadas de reposições)			Compromissos a Pagar	Obrigações por pagar	Compromissos assumidos para períodos futuros				Obrigações para períodos futuros				
							Emitidas	Recebidas	Período corrente	Períodos anteriores	Total			(n+1)	(n+2)	(n+3)	(n+4)	Períodos seguintes	(n+1)	(n+2)	(n+3)	(n+4)	Períodos seguintes
	DESPESA CORRENTE	362 845,29 €	74 862 829,29 €		1 144 942,96 €	73 466 183,27 €	73 418 213,27 €	72 899 231,87 €	72 452 536,98 €	289 411,14 €	269 411,14 €	283 022,00 €	71 890 182,71 €	72 183 124,71 €	744 861,00 €	482 198,86 €	49 969 463,32 €	5 352 213,86 €	859 947,69 €			
01	Despesas com o pessoal	235 784,43 €	9 426 195,31 €		63 040,56 €	9 357 184,86 €	9 357 184,86 €	9 357 078,29 €	9 115 696,55 €	49 078,63 €	49 078,63 €	235 792,63 €	8 939 656,30 €	9 175 448,93 €	49 184,37 €	232 361,86 €	147 264,63 €					
0101	Remunerações certas e permanentes	131 413,81 €	7 181 788,59 €		63 678,44 €	7 167 582,44 €	7 167 582,44 €	7 167 582,44 €	7 029 164,69 €	38 212,00 €	38 212,00 €	131 413,81 €	6 866 530,00 €	6 997 952,81 €		119 648,63 €						
010102	Órgãos sociais	2 579,00 €	84 986,92 €		17 479,34 €	87 469,58 €	87 469,58 €	87 469,58 €	84 674,63 €			2 579,39 €	82 298,94 €	84 878,33 €		2 614,86 €						
010103	Pessoal dos quadros – Regime da função pública																					
010104	Pessoal dos quadros - Regime do contrato individual de	101 102,22 €	4 617 431,86 €		8 070,38 €	4 609 360,82 €	4 609 360,82 €	4 609 360,82 €	4 523 318,81 €	10 444,47 €	10 444,47 €	101 102,22 €	4 411 788,32 €	4 512 870,54 €		86 490,28 €						
01010401	Pessoal em funções	101 102,22 €	4 617 431,86 €		8 070,38 €	4 609 360,82 €	4 609 360,82 €	4 609 360,82 €	4 523 318,81 €	10 444,47 €	10 444,47 €	101 102,22 €	4 411 788,32 €	4 512 870,54 €		86 490,28 €						
010106	Pessoal contratado a termo	7 131,87 €	312 447,88 €		1 271,98 €	311 175,74 €	311 175,74 €	311 175,74 €	311 546,66 €	3 768,63 €	3 768,63 €	7 131,87 €	300 641,86 €	307 772,53 €		3 403,11 €						
01010601	Pessoal em funções	7 131,87 €	312 447,88 €		1 271,98 €	311 175,74 €	311 175,74 €	311 175,74 €	311 546,66 €	3 768,63 €	3 768,63 €	7 131,87 €	300 641,86 €	307 772,53 €		3 403,11 €						
010109	Pessoal em qualquer outra situação	475,64 €	20 833,06 €		115,40 €	20 516,80 €	20 516,80 €	20 516,80 €	20 113,54 €			475,64 €	19 637,22 €	20 113,54 €		403,04 €						
010111	Representação	514,12 €	16 185,79 €		385,87 €	15 799,80 €	15 799,80 €	15 799,80 €	15 282,45 €			514,12 €	14 768,33 €	15 282,45 €		517,44 €						
010112	Subsídio de férias e de Natal	15 612,76 €	998 539,36 €		6 618,64 €	984 819,84 €	984 819,84 €	984 819,84 €	957 901,69 €	22 992,80 €	22 992,80 €	15 612,76 €	884 395,09 €	879 908,29 €		14 911,55 €						
010113	Subsídio de refeição		548 988,24 €		8 127,87 €	536 189,84 €	536 189,84 €	536 189,84 €	536 189,84 €				536 189,84 €	536 189,84 €								
010114	Subsídios de férias e de Natal	4 898,57 €	957 447,79 €		7 196,87 €	950 249,83 €	950 249,83 €	950 249,83 €	948 958,25 €	1 006,78 €	1 006,78 €	4 096,57 €	944 050,90 €	949 949,47 €		1 799,56 €						
0107	Abonos variáveis ou eventuais	1 190,16 €	112 654,79 €		3 692,43 €	109 962,33 €	109 962,33 €	109 962,33 €	107 534,27 €	201,96 €	201,96 €	1 190,16 €	106 142,15 €	107 332,31 €		2 230,02 €						
010201	Gratificações variáveis ou eventuais	59,80 €	13 261,98 €		1 719,70 €	11 542,28 €	11 542,28 €	11 542,28 €	11 391,37 €			59,80 €	11 280,37 €	11 381,37 €		106,91 €						
010202	Horas extraordinárias	1 068,21 €	84 650,20 €		319,70 €	86 330,26 €	86 330,26 €	86 330,26 €	79 348,81 €			1 068,21 €	77 257,60 €	78 348,81 €		1 864,49 €						
010204	Ajudas de custo		4 949,94 €		711,82 €	3 337,58 €	3 337,58 €	3 337,58 €	3 536,54 €	201,96 €	201,96 €		3 337,58 €	3 337,58 €								
010209	Abono para falhas	42,96 €	8 414,46 €		326,77 €	8 087,71 €	8 087,71 €	8 087,71 €	8 030,89 €			42,96 €	7 996,14 €	8 039,09 €		54,62 €						
010212	Indemnizações por cessação de funções		6 276,96 €		14,34 €	6 264,46 €	6 264,46 €	6 264,46 €	6 264,46 €				6 264,46 €	6 264,46 €								
010213	Outros suplementos e prémios																					
0102	Segurança social	103 190,86 €	2 156 271,87 €		18 271,88 €	2 148 000,18 €	2 148 000,18 €	2 098 815,87 €	1 981 999,79 €	1 665,38 €	1 665,38 €	103 150,86 €	1 877 175,15 €	1 980 326,01 €	49 184,37 €	110 481,81 €	147 264,63 €					
010305	Contribuições para a segurança social	103 186,86 €	1 691 702,85 €		2 253,61 €	1 689 449,84 €	1 689 449,84 €	1 641 406,27 €	1 531 243,48 €	21,80 €	21,80 €	103 145,06 €	1 428 079,80 €	1 531 221,66 €	47 841,57 €	110 386,61 €						
01305502	Segurança social do pessoal em regime de contrato de	103 186,86 €	1 664 906,09 €		21,80 €	1 663 984,29 €	1 614 142,72 €	1 609 777,81 €	21,80 €	21,80 €	103 145,06 €	1 462 611,95 €	1 565 756,11 €	47 841,57 €	110 386,61 €							
0130502001	Caixa Geral de Aposentadoras	1 291,87 €	26 852,20 €			26 852,20 €	26 852,20 €	26 852,20 €	18 967,42 €			1 291,87 €	17 675,55 €	18 967,42 €	458,70 €	1 418,08 €						
0130502002	Segurança social - Regime geral	101 874,99 €	1 643 153,89 €		21,80 €	1 643 132,09 €	1 595 790,52 €	1 590 925,61 €	21,80 €	21,80 €	101 853,19 €	1 384 936,40 €	1 486 788,69 €	47 372,87 €	108 978,83 €							
01305503	Outros		27 896,79 €			25 465,50 €	25 465,50 €	25 465,50 €	25 465,50 €				25 465,50 €	25 465,50 €								
010309	Seguros		436 145,92 €		818,98 €	434 326,34 €	434 326,34 €	433 694,14 €	430 218,00 €	1 644,72 €	1 644,72 €		433 694,14 €	433 694,14 €		136 928,83 €						
01303901	Seguros de acidentes no trabalho e doenças		83 965,40 €			83 965,40 €	83 965,40 €	83 965,40 €	83 965,40 €				83 965,40 €	83 965,40 €		43 793,40 €						
01303902	Seguros de saúde		351 180,52 €		818,98 €	350 341,64 €	350 341,64 €	349 668,74 €	351 252,60 €	1 644,72 €	1 644,72 €		349 668,74 €	349 668,74 €	872,80 €	93 026,36 €						
010310	Outras despesas de segurança social	14,00 €	29 423,18 €		13 199,09 €	18 223,41 €	18 223,41 €	15 953,41 €	16 537,47 €	79,06 €	79,06 €	14,00 €	15 444,41 €	15 458,41 €	870,00 €	95,00 €	10 278,00 €					
01031099	Outras despesas de segurança social	14,00 €	29 423,18 €		13 199,09 €	18 223,41 €	18 223,41 €	15 953,41 €	16 537,47 €	79,06 €	79,06 €	14,00 €	15 444,41 €	15 458,41 €	870,00 €	95,00 €	10 278,00 €					
02	Aquisição de bens e serviços	67 860,86 €	64 791 387,83 €		1 007 356,12 €	63 784 667,53 €	63 736 697,53 €	63 042 799,30 €	63 017 716,79 €	225 183,78 €	225 183,78 €	47 250,27 €	62 745 275,60 €	62 792 525,87 €	695 787,23 €	249 755,20 €	48 812 198,69 €	5 352 213,86 €	859 947,69 €			
0201	Aquisição de bens	2 139,91 €	148 367,06 €		29 876,14 €	126 480,84 €	126 480,84 €	109 863,29 €	109 817,69 €			5,77 €	109 808,22 €	109 817,69 €	18 615,65 €	47,80 €	71 733,32 €	19 615,38 €				
020102	Combustíveis e lubrificantes	5,77 €	46 900,00 €		653,31 €	47 946,89 €	47 946,89 €	46 705,29 €	46 705,29 €			5,77 €	46 699,52 €	46 705,29 €	1 241,60 €		30 463,32 €					
02010299	Outros	5,77 €	46 900,00 €		653,31 €	47 946,89 €	47 946,89 €	46 705,29 €	46 705,29 €			5,77 €	46 699,52 €	46 705,29 €	1 241,60 €		30 463,32 €					
020104	Limpeza e higiene		20 880,20 €			19 275,82 €	19 275,82 €	18 673,11 €	18 675,81 €				18 673,11 €	18 673,11 €	605,11 €	47,80 €	18 421,20 €	18 615,38 €				
020107	Vestuário e artigos pessoais		3 000,00 €																			
020108	Material de escritório		52 000,00 €		8 532,27 €	43 467,77 €	43 467,77 €	26 900,00 €	26 900,00 €				26 900,00 €	26 900,00 €	16 650,37 €		21 900,61 €					
020109	Produtos químicos e farmacêuticos		100,00 €		68,97 €	31,03 €	31,03 €	31,03 €	31,03 €				31,03 €	31,03 €								
020110	Prémios, condecorações e ofertas		5 853,00 €			5 853,00 €	5 853,00 €	5 853,00 €	5 853,00 €				5 853,00 €	5 853,00 €								
020116	Mercadorias para venda																					
020117	Ferramentas e utensílios		7 500,00 €		3 816,64 €	3 683,36 €	3 683,36 €	3 683,36 €	3 683,36 €				3 683,36 €	3 683,36 €								
020118	Livros e documentação técnica		2 620,00 €		2 346,43 €	273,57 €	273,57 €	273,57 €	273,57 €				273,57 €	273,57 €								
020121	Outros bens	2 131,14 €	9 184,00 €		1 460,00 €	7 648,92 €	7 648,92 €	7 539,43 €	7 539,43 €				7 539,43 €	7 539,43 €	109,49 €							
0202	Aquisição de serviços	64 825,84 €	64 642 020,87 €		977 479,98 €	63 658 186,69 €	63 609 216,69 €	62 932 935,91 €	62 907 901,10 €	225 183,78 €	225 183,78 €	47 250,50 €	62 635 466,71 €	62 907 717,21 €	677 171,58 €	249 707,40 €	48 850 465,47 €	5 341 598,48 €	859 947,69 €			
020201	Encargos das instalações	10 077,87 €	1 974 129,67 €		108 021,87 €	1 449 908,00 €	1 449 908,00 €	1 236 719,74 €	1 198 885,87 €	75 791,31 €	75 791,31 €	5 765,53 €	1 187 328,03 €	1 113 094,58 €	229 786,20 €	122 625,18 €	135 300,80 €					
020202	Limpeza e higiene		296 127,94 €		10 368,43 €	285 739,51 €	285 739,51 €	262 409,73 €	278 184,83 €				278 184,83 €	278 184,83 €	3 329,53 €	4 225,05 €	271 696,94 €	158 208,26 €				
020203	Conservação de bens	24 361,86 €	68 864 627,20 €		833 872,15 €	64 222 884,15 €	64 222 884,15 €	63 103 867,89 €	62 172 886,15 €	137 576,98 €	137 576,98 €	24 361,86 €	59 911 002,45 €	60 035 264,10 €	119 941,89 €	67 776,96 €	49 699 299,80 €	4 267 391,23 €	199 025,84 €			
020204	Locação de edifícios		564 312,00 €		854,12 €	443 658,00 €	443 658,00 €	442 909,23 €	442 909,23 €				442 909,23 €	442 909,23 €	1 585,23 €		442 440,47 €	424 147,80 €	299 305,84 €			
020205	Locação de material de informática		44 980,00 €		259,28 €	44 840,72 €	44 840,72 €	42 586,17 €	42 586,17 €				42 586,17 €	42 586,17 €	2 074,83 €		8 409,53 €					
020206	Locação de material de transporte		103 266,56 €		1 309,06 €	101 886,92 €	101 886,92 €	96 211,82 €	96 211,82 €				96 211,82 €	96 211,82 €	5 674,10 €		94 871,47 €	21 362,91 €	8 032,84 €			
020208	Locação de outros bens		2 000,00 €		1 50,00 €	1 950,00 €	1 950,00 €	1 950,00 €	1 950,00 €				1 950,00 €	1 950,00 €			1 950,00 €					
020209	Comunicações	10 217,89 €	345 857,89 €		14 811,89 €	331 041,00 €	331 041,00 €	261 448,14 €	279 132,78 €			1 062,53 €	277 371,27 €	279 033,71 €	46 192,84 €	12 414,29 €	187 825,96 €	190 663,88 €	31 350,69 €			
020210	Transportes	66,75 €	19 962,79 €		5 940,64 €	5 953,12 €	5 953,12 €	5 953,12 €	7 941,81 €	1 942,06 €	1 942,06 €	66,75 €	5 432,62 €	5 498,37 €		54,56 €						
020211	Representação dos serviços		9 000,00 €		729,81 €	8 270,19 €	8 270,19 €	8 270,19 €	8 270,19 €				8 270,19 €	8 270,19 €								
020212	Seguros	43,85 €	33 411,17 €		2 640,69 €	30 764,63 €	30 764,63 €	29 184,80 €	29 824,78 €	119,84 €	119,84 €		29 904,61 €	29 904,61 €	1 600,53 €	259,39 €	26 175,39 €					
020213	Deslocações e estadas		20 830,00 €		1 344,83 €	18 797,36 €	18 797,36 €	18 785,36 €	18 443,76 €	0,48 €	0,48 €		18 443,28 €	18 443,76 €	2 617,00 €	322,00 €	16 750,36 €	12 300,00 €				
020214	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria		8 000,00 €		5 873,94 €	2 079,50 €	2 079,50 €	2 079,50 €	2 079,50 €				2 079,50 €	2 079,50 €								
020215	Formação	2 866,09 €	53 688,15 €		20 884,36 €	32 803,79 €	32 803,79 €	31 794,36 €	24 866,36 €				24 804,86 €	24 804,86 €	946,29 €	8 900,00 €						
020216	Seminários, exposições e similares		74 000,00 €		2 967,19 €	71 032,81 €	71 032,81 €	71 032,81 €	71 032,81 €				71 026,31 €	71 026,31 €	756 €							
020217	Publicidade		20 000,00 €		18 780,69 €	11 219,31 €	11 219,31 €	10 727,81 €	11 043,27 €	320,76 €	320,76 €		10 722,81 €	10 722,81 €	496,50 €							
020218	Vigilância e segurança		892 146,95 €		119 118,94 €	772 023,89 €	772 023,89 €	748 016,89 €	721 879,75 €				721 879,75 €	721 879,75 €	27 007,87 €	23 396,29 €	535 466,28 €	4 970,00 €				
020220	Outros trabalhos especializados	18 569,19 €	2 844 562,41 €		309 454,80 €	2 257 099,46 €	2 251 129,46 €	2 236 181,86 €	2 236 717,91 €	7 476,82 €	7 476,82 €	18 475,14 €	2 013 765,95 €	2 029 241,91 €	214 944,84 €	8 940,51 €	1 380 169,82 €	376 264,21 €	26 325,84 €			
020222	Rendas de edifícios		89 867,40 €		31 323,84 €	28 723,84 €	28 723,84 €	17 432,14 €	17 432,14 €				17 432,14 €	17 432,14 €	10 791,70 €		97 174,62 €					
020224	Encargos de cobrança de receitas		147 121,20 €		5 980,27 €	141 677,86 €	141 677,86 €	141 677,86 €	141 896,24 €	784,87 €	784,87 €		141 671,86 €	141 671,86 €								
020225	Outros serviços		2 370 488,36 €		32 990,30 €	2 337 998,36 €	2 337 998,36 €	2 327 142,11 €	2 373 612,20 €	1 271,76 €	1 271,76 €		2 322 340,58 €	2 322 340,58 €	16 667,25 €	4 801,61 €	26 187,76 €					
03	Juros e outros encargos		280 098,37 €		22 921,29 €	277 188,99 €	277 188,99 €	277 188,99 €	279 541,07 €	2 392,08 €	2 392,08 €		277 188,99 €	277 188,99 €								
0301	Juros de dívida pública		280 098,37 €		22 921,29 €	277 188,99 €	277 188,99 €	277 188,99 €	279 541,07 €	2 392,08 €	2 392,08 €		277 188,99 €	277 188,99 €								
030103	Sociedades Financeiras - Bancos e outras instituições		280 098,37 €		22 921,29 €	277 188,99 €	277 188,99 €	277 188,99 €	279 541,07 €	2 392,08 €	2 392,08 €		277 188,99 €	277 188,99 €								
03010302	Empréstimos de médio e longo prazos		280 098,37 €		22 921,29 €	277 188,99 €	277 188,99 €	277 188,99 €	279 541,07 €	2 392,08 €	2 392,08 €		277 188,99 €	277 188,99 €								
030105	Administração Pública Central - Estado																					
030106	Administração Pública Central - Serviços e fundos																					
0302	Outros encargos correntes da dívida pública																					
0303	Juros de locação financeira																					
0304	Juros titularizados																					
0305	Outros juros																					
030502	Outros																					
0306	Outros encargos financeiros																					

O show-up pois integrou duas comunicações

DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA – FM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Rubrica	Designação	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações Corrigidas	Cativos	Descativos	Dotações disponíveis	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas brutas	Reposições abatidas nos pagamentos: Emitidas	Reposições abatidas nos pagamentos: Recebidas	Despesas pagas líquidas de reposições: Períodos anteriores	Despesas pagas líquidas de reposições: Período corrente	Despesas pagas líquidas de reposições: Total	Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Compromissos assumidos para períodos futuros: (n+1)	(n+2)	(n+3)	(n+4)	Períodos seguintes	Cativos para períodos futuros: (n+1)	(n+2)	(n+3)	(n+4)	Períodos seguintes
		[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]=[12]+[13]	[15]=[7]-[8]	[16]=[8]-[14]										
04	Transferências correntes																										
0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras																										
040101	Públicas																										
0402	Sociedades financeiras																										
0403	Administração central																										
0404	Administração regional																										
0405	Administração local																										
040501	Continente																										
040502	Região Autónoma dos Açores																										
040503	Região Autónoma da Madeira																										
0406	Segurança social																										
040602	Outras transferências																										
0407	Instituições sem fins lucrativos																										
0408	Famílias																										
040802	Outras																										
0409	Resto do mundo																										
05	Subsídios																										
0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras																										
050101	Públicas																										
0502	Sociedades financeiras																										
0503	Administração central																										
0504	Administração regional																										
0505	Administração local																										
0507	Instituições sem fins lucrativos																										
0508	Famílias																										
06	Outros dispêndios correntes		91 152,56 €			53 360,79 €	37 801,80 €	37 801,80 €	37 801,80 €	36 557,45 €	1 756,55 €	1 756,55 €		37 801,80 €	37 801,80 €												
0602	Diversos		91 152,56 €			53 360,79 €	37 801,80 €	37 801,80 €	37 801,80 €	36 557,45 €	1 756,55 €	1 756,55 €		37 801,80 €	37 801,80 €												
060201	Impostos e taxas																										
06020101	Impostos e taxas pagos pela Autarquia																										
060203	Outros		91 152,56 €			53 360,79 €	37 801,80 €	37 801,80 €	37 801,80 €	36 557,45 €	1 756,55 €	1 756,55 €		37 801,80 €	37 801,80 €												
06020306	Outros		91 152,56 €			53 360,79 €	37 801,80 €	37 801,80 €	37 801,80 €	36 557,45 €	1 756,55 €	1 756,55 €		37 801,80 €	37 801,80 €												
	DESPESA CAPITAL		2 111 836,92 €			2 814,80 €	2 109 822,64 €	2 108 827,24 €	2 108 819,24 €	2 108 031,78 €	1 366,82 €	1 366,82 €		2 184 665,83 €	2 184 665,83 €	2 202,00 €	2 153,41 €	866 133,65 €	913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €
07	Aquisição de bens de capital		1 196 903,80 €			2 814,80 €	1 195 888,72 €	1 195 888,72 €	1 193 486,92 €	1 192 698,46 €	1 366,82 €	1 366,82 €		1 181 332,81 €	1 181 332,81 €	2 202,00 €	2 153,41 €	48 800,32 €									
0701	Investimentos		1 196 903,80 €			2 814,80 €	1 195 888,72 €	1 195 888,72 €	1 193 486,92 €	1 192 698,46 €	1 366,82 €	1 366,82 €		1 181 332,81 €	1 181 332,81 €	2 202,00 €	2 153,41 €	48 800,32 €									
070102	Habitações																										
070103	Edifícios		714 485,94 €				714 485,94 €	714 485,94 €	713 937,87 €	713 937,87 €				713 937,87 €	713 937,87 €	548,27 €		22 261,83 €									
07010307	Outros		714 485,94 €				714 485,94 €	714 485,94 €	713 937,87 €	713 937,87 €				713 937,87 €	713 937,87 €	548,27 €		22 261,83 €									
070104	Construções diversas																										
070105	Material de transporte		67 235,49 €				67 235,49 €	67 235,49 €	67 235,49 €	67 235,49 €				67 235,49 €	67 235,49 €												
07010502	Outro		67 235,49 €				67 235,49 €	67 235,49 €	67 235,49 €	67 235,49 €				67 235,49 €	67 235,49 €												
070107	Equipamento de informática		62 437,76 €			2 814,80 €	49 622,84 €	49 622,84 €	48 653,42 €	48 653,42 €				48 653,42 €	48 653,42 €	969,42 €											
070108	Equipamento administrativo		24 273,93 €				24 273,93 €	24 273,93 €	24 273,93 €	24 273,93 €				24 273,93 €	24 273,93 €												
070110	Equipamento básico																										
070111	Ferramentas e utensílios		8 114,48 €				8 114,48 €	8 114,48 €	8 114,48 €	7 470,58 €	1 366,82 €	1 366,82 €		8 114,48 €	8 114,48 €												
070113	Equipamento imobiliário		331 867,67 €			0,02 €	331 867,65 €	331 867,65 €	331 117,64 €	331 117,64 €				331 117,64 €	331 117,64 €	685,11 €		24 536,49 €									
070118	Outros investimentos		2 153,41 €				2 153,41 €	2 153,41 €	2 153,41 €								2 153,41 €										
0702	Locação financeira																										
0703	Bens de domínio público																										
070302	Edifícios																										
070303	Outras construções e infra-estruturas																										
08	Transferências de capital																										
0801	Sociedades e quase sociedades não financeiras																										
080101	Públicas																										
0802	Sociedades financeiras																										
0803	Administração central																										
0804	Administração regional																										
0805	Administração local																										
080501	Continente																										
080502	Região Autónoma dos Açores																										
080503	Região Autónoma da Madeira																										
0806	Segurança social																										
0807	Instituições sem fins lucrativos																										
0808	Famílias																										
0809	Resto do Mundo																										
09	Ativos financeiros																										
0901	Depósitos, certificados de depósito e poupança																										
0902	Títulos a curto prazo																										
0903	Títulos a médio e longo prazos																										
0904	Derivados financeiros																										
0905	Empréstimos a curto prazo																										
090503	Administração pública local - Regiões Autónomas																										
0906	Empréstimos a médio e longo prazos																										
090609	Administração pública local - Regiões Autónomas																										
0907	Ações e outras participações																										
0908	Unidades de participação																										
0909	Outros ativos financeiros																										
10	Passivos financeiros		913 333,32 €				913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €				913 333,32 €	913 333,32 €			913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €
1001	Depósitos e certificados de depósito e poupança																										
1002	Títulos a curto prazo																										
1003	Títulos a médio e longo prazos																										
1004	Derivados financeiros																										
1005	Empréstimos a curto prazo																										
1006	Empréstimos a médio e longo prazos		913 333,32 €				913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €				913 333,32 €	913 333,32 €			913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €
100603	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições		913 333,32 €				913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €				913 333,32 €	913 333,32 €			913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €
1007	Outros passivos financeiros																										
11	Outras despesas de capital																										
1102	Diversas																										
	TOTAL	392 846,28 €	76 714 063,19 €	0,00 €	0,00 €	1 146 467,84 €	75 565 295,31 €	75 518 236,31 €	74 772 056,31 €	74 588 567,64 €	276 767,06 €	276 767,06 €	763 823,06 €	74 004 788,54 €	74 767 790,54 €	747 184,40 €	484 240,37 €	56 029 536,97 €	6 765 846,56 €	1 475 299,81 €	913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €	913 333,32 €

O anexo foi parte integrante destas demonstrações

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Objetivo	Identificação do Projeto				Designação do Projeto	Forma de Realização	Rubrica Orçam.	Grupo de Fontes de Financiamento					Datas		Fase de Execução		Montante Previsto Períodos Futuros							Montante Executado			Nível de Execução Fin. Anual (%)	Nível de Execução Fin. Global (%)
	Código	Ano	Tipo	Núm				RG	RP	UE	EMPR	NO	Início	Fim	Cód	Designação	Ano N	Ano N+1	Ano N+2	Ano N+3	Ano N+4	Anos seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano N	Total		
[1]	[2]				[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]		[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]=[14]+...+[19]	[21]	[22]	[23]=[21]+[22]	[24]=[22]/[14]*100	[25]=[23]/[20]*100
1.1.1.		2020	I	1	ADMINISTRACAO GERAL				1 364 485,94 €								714 485,94 €	400 000,00 €	100 000,00 €	100 000,00 €	50 000,00 €		1 364 485,94 €		713 937,67 €	713 937,67 €	99,92%	52,32%
1.1.1	0201	2020	I	1	Edifícios e outras construções	NA(NÃO APLICÁVEL)	D6		1 364 485,94 €				02/01/2020		9	NÃO APLICÁVEL	714 485,94 €	400 000,00 €	100 000,00 €	100 000,00 €	50 000,00 €		1 364 485,94 €		713 937,67 €	713 937,67 €	99,92%	52,32%
1.1.1.		2020	I	2	ADMINISTRACAO GERAL				22 914,48 €								6 114,48 €	4 200,00 €	4 200,00 €	4 200,00 €	4 200,00 €		22 914,48 €		6 114,48 €	6 114,48 €	100,00%	26,68%
1.1.1	0201	2020	I	2	Equipamento básico	NA(NÃO APLICÁVEL)	D6		22 914,48 €				02/01/2020		9	NÃO APLICÁVEL	6 114,48 €	4 200,00 €	4 200,00 €	4 200,00 €	4 200,00 €		22 914,48 €		6 114,48 €	6 114,48 €	100,00%	26,68%
1.1.1.		2020	I	3	ADMINISTRACAO GERAL				201 132,59 €								67 235,49 €	12 250,00 €	38 567,50 €	40 516,88 €	42 542,72 €		201 132,59 €		67 235,49 €	67 235,49 €	100,00%	33,43%
1.1.1	0201	2020	I	3	Equipamento de transporte	NA(NÃO APLICÁVEL)	D6		201 132,59 €				02/01/2020		9	NÃO APLICÁVEL	67 235,49 €	12 250,00 €	38 567,50 €	40 516,88 €	42 542,72 €		201 132,59 €		67 235,49 €	67 235,49 €	100,00%	33,43%
1.1.1.		2020	I	4	ADMINISTRACAO GERAL				157 922,82 €								78 865,94 €	26 100,00 €	16 960,00 €	17 641,50 €	18 336,08 €		157 922,82 €		72 927,35 €	72 927,35 €	92,47%	46,18%
1.1.1	0201	2020	I	4	Equipamento administrativo	NA(NÃO APLICÁVEL)	D6		157 922,82 €				02/01/2020		9	NÃO APLICÁVEL	78 865,94 €	26 100,00 €	16 960,00 €	17 641,50 €	18 336,08 €		157 922,82 €		72 927,35 €	72 927,35 €	92,47%	46,18%
1.1.1.		2020	I	6	ADMINISTRACAO GERAL				358 052,67 €								331 802,67 €	25 000,00 €	750,00 €	250,00 €	250,00 €		358 052,67 €		331 117,54 €	331 117,54 €	99,79%	92,48%
1.1.1	0201	2020	I	6	Programas de computador	NA(NÃO APLICÁVEL)	D6		358 052,67 €				02/01/2020		9	NÃO APLICÁVEL	331 802,67 €	25 000,00 €	750,00 €	250,00 €	250,00 €		358 052,67 €		331 117,54 €	331 117,54 €	99,79%	92,48%
							TOTAL		2 104 508,28 €								1 196 503,80 €	467 550,00 €	160 517,50 €	162 608,38 €	115 329,60 €		2 104 508,28 €		1 191 332,51 €	1 191 332,51 €	99,40%	56,61%

O anexo faz parte integrante destas demonstrações

Geballs

Anexo I – ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA

ANEXO I - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA NO ANO 2024

PERÍODO : 2024/01/02 a 2024/12/31, TOTAL DE ALTERAÇÕES PERMUTATIVAS : 1, TOTAL DE ALTERAÇÕES MODIFICATIVAS : 3, DO ANO CONTABILÍSTICO 2024

Identificação da Classificação				Alterações Orçamentais				
Rubricas	Designação	Tipo	Previsões iniciais	Inscrições / reforços	Diminuições / anulações	Créditos especiais	Previsões corrigidas	Observações
[1]		[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7] = [3]+...+[7]	[8]
R5	Transferências e subsídios correntes	P/M	49 795 100,00 €	2 697 350,39 €	362 199,36 €		52 130 251,03 €	
R51	Transferências correntes	P/M	49 795 100,00 €	2 697 350,39 €	362 199,36 €		52 130 251,03 €	
R511	Administrações Públicas	P/M	49 795 100,00 €	2 697 350,39 €	362 199,36 €		52 130 251,03 €	
R5111	Administração Central - Estado Português	M		553 260,26 €			553 260,26 €	
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	M		553 260,26 €			553 260,26 €	
0603	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	M		553 260,26 €			553 260,26 €	
060306	ESTADO - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	M		553 260,26 €			553 260,26 €	
R5115	Administração Local	P/M	49 795 100,00 €	2 144 090,13 €	362 199,36 €		51 576 990,77 €	
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	P/M	49 795 100,00 €	2 144 090,13 €	362 199,36 €		51 576 990,77 €	
0605	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	P/M	49 795 100,00 €	2 144 090,13 €	362 199,36 €		51 576 990,77 €	
060501	CONTINENTE	P/M	49 795 100,00 €	2 144 090,13 €	362 199,36 €		51 576 990,77 €	
06050101	MUNICÍPIOS	P/M	49 795 100,00 €	2 144 090,13 €	362 199,36 €		51 576 990,77 €	
R6	Venda de bens e serviços	P/M	23 216 133,34 €	639 184,01 €			23 855 317,35 €	
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	P/M	23 216 133,34 €	639 184,01 €			23 855 317,35 €	
0701	VENDA DE BENS	M	894,48 €	1 188,98 €			2 083,46 €	
070108	MERCADORIAS	M		1 188,98 €			1 188,98 €	
07010803	ELETRICIDADE	M		1 188,98 €			1 188,98 €	
070110	DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS		894,48 €				894,48 €	
07011099	OUTROS		894,48 €				894,48 €	
0703	RENDAS	P/M	23 215 238,86 €	637 995,03 €			23 853 233,89 €	
070301	HABITAÇÕES	P/M	23 158 753,60 €	637 995,03 €			23 796 748,63 €	
070399	OUTRAS		56 485,26 €				56 485,26 €	
R7	Outras receitas correntes	P/M	58 287,00 €	88 754,85 €			147 041,85 €	
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	P/M	58 287,00 €	88 754,85 €			147 041,85 €	
0801	OUTRAS	P/M	58 287,00 €	88 754,85 €			147 041,85 €	
080199	OUTRAS	P/M	58 287,00 €	88 754,85 €			147 041,85 €	
08019999	DIVERSAS	P/M	58 287,00 €	88 754,85 €			147 041,85 €	
R8	Venda de bens de investimento		50,04 €				50,04 €	
09	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO		50,04 €				50,04 €	
0904	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO		50,04 €				50,04 €	
090406	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ADMINISTRAÇÃO LOCAL - CONTINENTE		50,04 €				50,04 €	
09040603	OUTROS		50,04 €				50,04 €	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	P/M		7 706,79 €			7 706,79 €	
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	P/M		7 706,79 €			7 706,79 €	
1501	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	P/M		7 706,79 €			7 706,79 €	
150101	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	P/M		7 706,79 €			7 706,79 €	
R14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais	M	10 570 688,99 €	9 899 528,22 €	7 202 667,37 €		13 267 549,84 €	
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	M	10 570 688,99 €	9 899 528,22 €	7 202 667,37 €		13 267 549,84 €	
1601	SALDO ORÇAMENTAL	M	10 570 688,99 €	9 899 528,22 €	7 202 667,37 €		13 267 549,84 €	
160101	NA POSSE DO SERVIÇO	M	7 202 667,37 €	9 899 528,22 €	7 202 667,37 €		9 899 528,22 €	
16010101	NA POSSE DO SERVIÇO - ORC.INICAL	M	7 202 667,37 €		7 202 667,37 €			
16010102	NA POSSE DO SERVIÇO - FINAL	M		9 899 528,22 €			9 899 528,22 €	
160103	NA POSSE DO SERVIÇO - CONSIGNADO		3 368 021,62 €				3 368 021,62 €	
		TOTAL	83 640 259,37 €	13 332 524,26 €	7 564 866,73 €	0,00 €	89 407 916,90 €	

(2) Tipo - campo de identificação do tipo de alteração: P se alteração permutativa; M se alteração modificativa

O anexo faz parte integrante destas demonstrações

Geballs

Anexo II – ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

ANEXO II – ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA NO ANO 2024

PERÍODO: 2024/01/02 a 2024/12/31; TOTAL DE ALTERAÇÕES PERMUTATIVAS: 23; TOTAL DE ALTERAÇÕES MODIFICATIVAS: 3; DO ANO CONTABILÍSTICO 2024

Rubricas		Identificação da Classificação Designação	Tipo	Dotações iniciais	Alterações Orçamentais Inscrições / reforços	Alterações Orçamentais Diminuições / anulações	Alterações Orçamentais Créditos especiais	Dotações corrigidas	Observações
		[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7] = [3]+...+[7]	[8]
D1		Despesas com o pessoal	PIM	9 490 195,51 €	474 911,05 €	544 911,05 €		9 420 195,51 €	
D11		Remunerações Certas e Permanentes	PIM	7 298 768,88 €	263 800,00 €	411 300,00 €		7 151 268,88 €	
	SO	SEM ORGÂNICA	PIM	7 298 768,88 €	263 800,00 €	411 300,00 €		7 151 268,88 €	
	01	DESPESAS COM O PESSOAL	PIM	7 298 768,88 €	263 800,00 €	411 300,00 €		7 151 268,88 €	
	0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	PIM	7 298 768,88 €	263 800,00 €	411 300,00 €		7 151 268,88 €	
	010102	ÓRGÃOS SOCIAIS		80 968,92 €				80 968,92 €	
	010104	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	P	4 698 131,80 €		80 700,00 €		4 617 431,80 €	
	01010401	PESSOAL EM FUNÇÕES	P	4 698 131,80 €		80 700,00 €		4 617 431,80 €	
	010106	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	P	316 197,69 €		3 750,00 €		312 447,69 €	
	01010601	PESSOAL EM FUNÇÕES	P	316 197,69 €		3 750,00 €		312 447,69 €	
	010109	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		20 632,00 €				20 632,00 €	
	010111	REPRESENTAÇÃO		16 193,76 €				16 193,76 €	
	010112	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	PIM	650 688,50 €	141 000,00 €	191 850,00 €		599 838,50 €	
	010113	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	PIM	640 308,51 €	41 000,00 €	135 000,00 €		546 308,51 €	
	010114	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E DE NATAL	P	875 647,70 €	81 800,00 €			957 447,70 €	
D12		Abonos Variáveis ou Eventuais	PIM	95 611,96 €	39 292,80 €	22 250,00 €		112 654,76 €	
	SO	SEM ORGÂNICA	PIM	95 611,96 €	39 292,80 €	22 250,00 €		112 654,76 €	
	01	DESPESAS COM O PESSOAL	PIM	95 611,96 €	39 292,80 €	22 250,00 €		112 654,76 €	
	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	PIM	95 611,96 €	39 292,80 €	22 250,00 €		112 654,76 €	
	010201	GRATIFICAÇÕES VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	P	5 811,98 €	7 450,00 €			13 261,98 €	
	010202	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	PIM	71 400,00 €	30 250,00 €	21 000,00 €		80 650,00 €	
	010204	AJUDAS DE CUSTO	P	3 449,50 €	600,00 €			4 049,50 €	
	010205	ABONO PARA FALHAS	P	9 664,48 €		1 250,00 €		8 414,48 €	
	010212	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	P	5 286,00 €	992,80 €			6 278,80 €	
D13		Segurança social	PIM	2 095 814,67 €	171 818,25 €	111 361,05 €		2 156 271,87 €	
	SO	SEM ORGÂNICA	PIM	2 095 814,67 €	171 818,25 €	111 361,05 €		2 156 271,87 €	
	01	DESPESAS COM O PESSOAL	PIM	2 095 814,67 €	171 818,25 €	111 361,05 €		2 156 271,87 €	
	0103	SEGURANÇA SOCIAL	PIM	2 095 814,67 €	171 818,25 €	111 361,05 €		2 156 271,87 €	
	010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	P	1 580 508,25 €	117 950,00 €	6 755,40 €		1 691 702,85 €	
	01030502	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)	P	1 556 806,09 €	107 200,00 €			1 664 006,09 €	
	0103050201	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	P	18 652,20 €	2 200,00 €			20 852,20 €	
	0103050202	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL	P	1 538 153,89 €	105 000,00 €			1 643 153,89 €	
	01030503	OUTROS	P	23 702,16 €	10 750,00 €	6 755,40 €		27 696,76 €	
	010309	SEGUROS	P	401 677,67 €	34 968,25 €	1 500,00 €		435 145,92 €	
	01030901	SEGUROS DE ACIDENTES NO TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	P	71 117,15 €	12 868,25 €			83 985,40 €	
	01030902	SEGUROS DE SAÚDE	P	330 560,52 €	22 100,00 €	1 500,00 €		351 160,52 €	
	010310	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	PIM	113 628,75 €	18 900,00 €	103 105,65 €		29 423,10 €	
	01031099	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	PIM	113 628,75 €	18 900,00 €	103 105,65 €		29 423,10 €	
D2		Aquisição de bens e serviços	PIM	63 626 054,99 €	4 929 116,72 €	3 763 784,06 €		64 791 387,65 €	
	SO	SEM ORGÂNICA	PIM	63 626 054,99 €	4 929 116,72 €	3 763 784,06 €		64 791 387,65 €	
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	PIM	63 626 054,99 €	4 929 116,72 €	3 763 784,06 €		64 791 387,65 €	
	0201	AQUISIÇÃO DE BENS	P	93 704,00 €	95 000,00 €	39 346,92 €		149 357,08 €	
	020102	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	P	36 600,00 €	12 000,00 €			48 600,00 €	
	02010299	OUTROS	P	36 600,00 €	12 000,00 €			48 600,00 €	
	020104	LIMPEZA E HIGIENE	P	13 080,00 €	7 000,00 €			20 080,00 €	
	020107	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		3 500,00 €				3 500,00 €	
	020108	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	P	27 000,00 €	25 000,00 €			52 000,00 €	
	020109	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS		100,00 €				100,00 €	
	020115	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	P		45 000,00 €	39 346,92 €		5 653,08 €	
	020117	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		7 500,00 €				7 500,00 €	
	020118	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		2 820,00 €				2 820,00 €	
	020121	OUTROS BENS	P	3 104,00 €	6 000,00 €			9 104,00 €	
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	PIM	63 532 350,99 €	4 834 116,72 €	3 724 437,14 €		64 642 030,57 €	
	020201	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES	P	1 782 629,67 €		208 500,00 €		1 574 129,67 €	
	020202	LIMPEZA E HIGIENE	P	251 127,96 €	45 000,00 €			296 127,96 €	
	020203	CONSERVAÇÃO DE BENS	PIM	56 140 819,98 €	1 537 707,32 €	2 122 000,00 €		55 556 527,30 €	
	020204	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS		444 312,58 €				444 312,58 €	
	020205	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA	P	38 400,00 €	6 500,00 €			44 900,00 €	
	020206	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE		103 205,58 €				103 205,58 €	
	020208	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS		2 000,00 €				2 000,00 €	
	020209	COMUNICAÇÕES	P	294 652,59 €	51 000,00 €			345 652,59 €	
	020210	TRANSPORTES	P	6 602,76 €	4 000,00 €			10 602,76 €	
	020211	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	P	4 500,00 €	4 500,00 €			9 000,00 €	
	020212	SEGUROS		33 411,12 €				33 411,12 €	
	020213	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		20 630,80 €				20 630,80 €	
	020214	ESTUDOS, PARECERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA		8 000,00 €				8 000,00 €	
	020215	FORMAÇÃO	PIM	134 458,16 €	54 000,00 €	135 000,00 €		53 458,16 €	
	020216	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	P	2 000,00 €	72 000,00 €			74 000,00 €	
	020217	PUBLICIDADE		30 000,00 €				30 000,00 €	
	020218	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	P	833 793,13 €	58 346,92 €			892 140,05 €	
	020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	PIM	1 889 165,21 €	1 935 325,34 €	1 258 937,14 €		2 565 553,41 €	
	02022002	OUTROS	PIM	1 889 165,21 €	1 935 325,34 €	1 258 937,14 €		2 565 553,41 €	
	020222	SERVIÇOS DE SAÚDE	P	48 357,40 €	12 200,00 €			60 557,40 €	
	020224	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS		147 121,33 €				147 121,33 €	
	020225	OUTROS SERVIÇOS	PIM	1 317 162,72 €	1 053 537,14 €			2 370 699,86 €	
D3		Juros e outros encargos		300 090,57 €				300 090,57 €	
	SO	SEM ORGÂNICA		300 090,57 €				300 090,57 €	

Geballs

Rubricas	Identificação da Classificação	Designação	Tipo	Dotações iniciais	Alterações Orçamentais		Créditos especiais	Dotações corrigidas	Observações
					Inscrições / reforços	Diminuições / anulações			
	[1]		[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7] = [3]+...+[7]	[8]
	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS		300 090,57 €				300 090,57 €	
	0301	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA		300 090,57 €				300 090,57 €	
	030103	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		300 090,57 €				300 090,57 €	
	03010302	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS		300 090,57 €				300 090,57 €	
D5		Outras despesas correntes	P	166 652,50 €		75 500,00 €		91 152,50 €	
SO		SEM ORGÂNICA	P	166 652,50 €		75 500,00 €		91 152,50 €	
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	P	166 652,50 €		75 500,00 €		91 152,50 €	
	0602	DIVERSAS	P	166 652,50 €		75 500,00 €		91 152,50 €	
	060203	OUTRAS	P	166 652,50 €		75 500,00 €		91 152,50 €	
	06020305	OUTRAS	P	166 652,50 €		75 500,00 €		91 152,50 €	
D6		Aquisição de bens de capital	P	1 198 503,60 €	260 267,87 €	260 267,87 €		1 198 503,60 €	
SO		SEM ORGÂNICA	P	1 198 503,60 €	260 267,87 €	260 267,87 €		1 198 503,60 €	
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	P	1 198 503,60 €	260 267,87 €	260 267,87 €		1 198 503,60 €	
	0701	INVESTIMENTOS	P	1 198 503,60 €	260 267,87 €	260 267,87 €		1 198 503,60 €	
	070103	EDIFÍCIOS	P	500 000,00 €	215 000,00 €	514,06 €		714 485,94 €	
	07010307	OUTROS	P	500 000,00 €	215 000,00 €	514,06 €		714 485,94 €	
	070106	MATERIAL DE TRANSPORTE	P	80 000,00 €		12 764,51 €		67 235,49 €	
	07010602	OUTRO	P	80 000,00 €		12 764,51 €		67 235,49 €	
	070107	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	P	105 000,00 €	34 450,00 €	87 012,30 €		52 437,70 €	
	070109	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	P	22 000,00 €	2 550,00 €	276,07 €		24 273,93 €	
	070111	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	P	1 500,00 €	6 114,46 €	1 500,00 €		6 114,46 €	
	070113	INVESTIMENTOS INCORPÓREOS	P	490 003,60 €		158 200,93 €		331 802,67 €	
	070115	OUTROS INVESTIMENTOS	P		2 153,41 €			2 153,41 €	
D10		Despesa com passivos financeiros		913 333,32 €				913 333,32 €	
SO		SEM ORGÂNICA		913 333,32 €				913 333,32 €	
	10	PASSIVOS FINANCEIROS		913 333,32 €				913 333,32 €	
	1006	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS		913 333,32 €				913 333,32 €	
	100603	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		913 333,32 €				913 333,32 €	
		TOTAL		75 694 830,49 €	5 664 295,64 €	4 644 462,98 €		76 714 663,15 €	

(2) Tipo - campo de identificação do tipo de alteração: P se alteração permutativa; M se alteração modificativa

O anexo faz parte integrante destas demonstrações

Gebalis

Anexo III - ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

ANEXO III - ALTERAÇÕES PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS NO ANO 2024

PERÍODO : 2024/01/02 a 2024/12/31, TOTAL DE ALTERAÇÕES PERMUTATIVAS: 4, TOTAL DE ALTERAÇÕES MODIFICATIVAS : 0, DO ANO CONTABILÍSTICO 2024

OBJETIVO	PROJETO				DESIGNAÇÃO DO PROJETO		DATAS		PAGAMENTOS							MODIFICAÇÃO
	Código	Ano	Tipo	Núm	Descrição	Classificação	Início	Fim	2024		Períodos seguintes					
									Dot. Atual	Dot. Corrigida	2025	2026	2027	2028	Outros	(+/-)
[1]		[2]			[3]		[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13] = [7] - [6]
1.					Funções gerais				1 198 503,60 €	1 198 503,60 €						
1.1.					Serviços gerais de administração pública				1 198 503,60 €	1 198 503,60 €						
1.1.1.					Administracao geral				1 198 503,60 €	1 198 503,60 €						
1.1.1.	02	2020	I	1	Edifícios e outras construções	SO/07010307	02/01/2020		500 000,00 €	714 485,94 €						214 485,94 €
1.1.1.	03	2020	I	2	Equipamento básico	SO/070111	02/01/2020		1 500,00 €	6 114,46 €						4 614,46 €
1.1.1.	04	2020	I	3	Equipamento de transporte	SO/07010602	02/01/2020		80 000,00 €	67 235,49 €						-12 764,51 €
1.1.1.	05	2020	I	4	Equipamento administrativo		02/01/2020									
1.1.1.	05	2020	I	4		SO/070107			105 000,00 €	52 437,70 €						-52 562,30 €
1.1.1.	05	2020	I	4		SO/070109			22 000,00 €	24 273,93 €						2 273,93 €
1.1.1.	05	2020	I	4		SO/070115				2 153,41 €						2 153,41 €
1.1.1.	43	2020	I	6	Programas de computador		02/01/2020									
1.1.1.	43	2020	I	6		SO/070113			490 003,60 €	331 802,67 €						-158 200,93 €
								TOTAL	1 198 503,60 €	1 198 503,60 €						

O anexo faz parte integrante destas demonstrações

Anexo IV - OPERAÇÕES DE TESOURARIA

ANEXO IV - OPERAÇÕES DE TESOURARIA NO ANO 2024

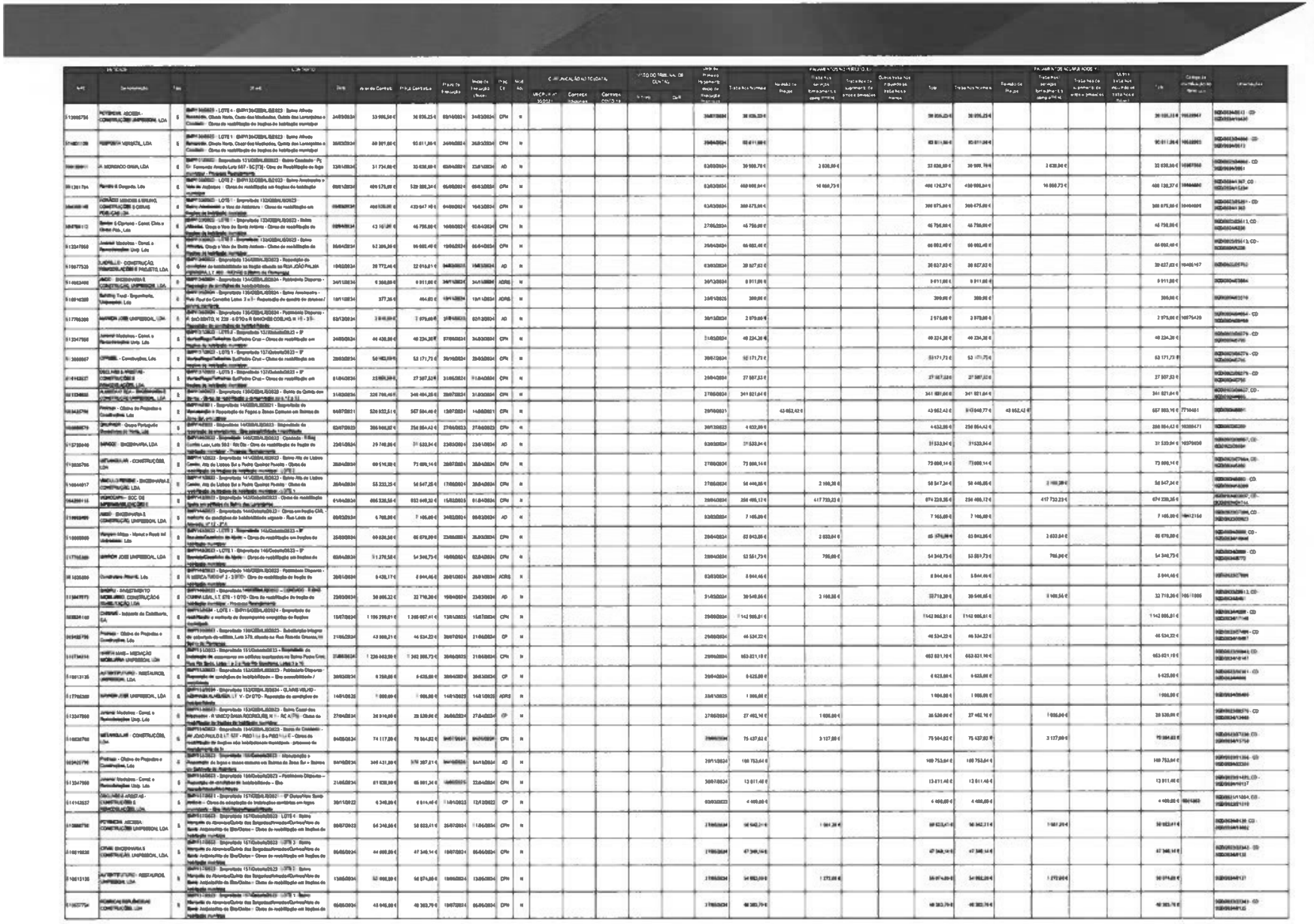
COD	CONTAS	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	RECEBIMENTOS	PAGAMENTOS
07	07	Operações de tesouraria	3 565 951,72 €	2 050 041,45 €	1 062 272,94 €
07.1	07.2	Recebimentos por operações de tesouraria / Pagamentos por operações de tesouraria	3 565 951,72 €	2 050 041,45 €	1 062 272,94 €
07.1.3	07.2.3	Constituição e reforço de cauções e garantias / Devolução de cauções e garantias	3 623 282,55 €	2 047 670,04 €	1 060 948,38 €
07.1.9	07.2.9	Outras receitas de operações tesouraria / Outras despesas de operações de tesouraria	-57 330,83 €	2 371,41 €	1 324,56 €
		TOTAL	3 565 951,72 €	2 050 041,45 €	1 062 272,94 €

O anexo faz parte integrante destas demonstrações

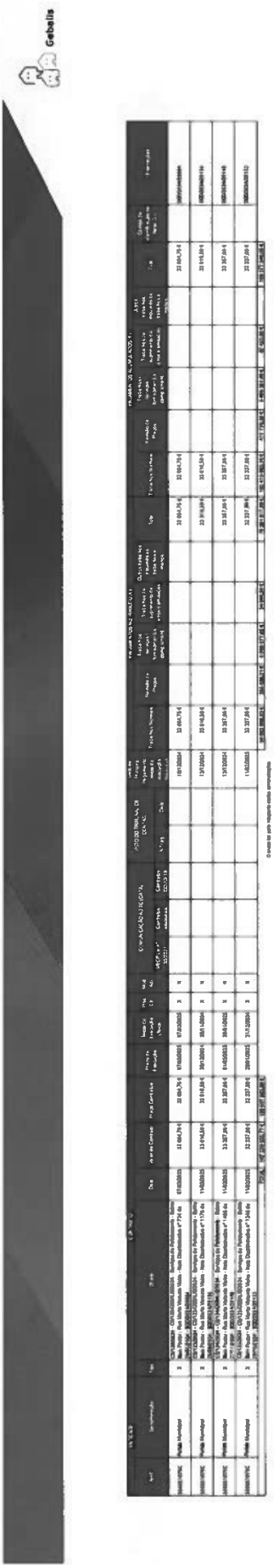
Anexo V – CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA – Situação dos contratos

ANEXO V - SITUAÇÃO DOS CONTRATOS - PUBLICAÇÃO 3º TRIMESTRE DE 2024

NIF	Designação	Tipo	Nº Ref	Data	Valor do Contrato	Prazo Contratual	Prazo de Execução	Modelo de Execução (Empreitadas)	Proc. CV	Ref. Adj.	COMUNICAÇÃO AO TRIBUNAL DE CONTAS			PRAZO DO CONTRATO (DIAS)		Valor das Prorrogativas (Empreitadas)	Total Não Vencido	Revisão de Preços	PRAZOS DE EXECUÇÃO (DIAS)				PRAZOS DE EXECUÇÃO (DIAS)					Total	Código de autenticação das Notas de Débito	Observações
											VISTO	Contrato adicional	Contrato modificativo	Inicial	Dias				Total Não Vencido	Total Não Vencido - Autos de suspensão e de prorrogação	Total Não Vencido - Autos de suspensão e de prorrogação e de prorrogação	Outros Totais Não Vencidos e Totais Não Vencidos		Total	Total Não Vencido	Revisão de Preços	Total Não Vencido - Autos de suspensão e de prorrogação	Total Não Vencido - Autos de suspensão e de prorrogação e de prorrogação	Outros Totais Não Vencidos e Totais Não Vencidos			
5	Lab Real Engenharia – Unipessoal, Lda.	D	ADB0[illegible]	13/05/2025	10 500,00 €	25 000,00 €	13/06/2025	15/04/2025	AD	N							6 644,85 €									10 382,75 €			
5	[illegible] LDA	S	ADB1[illegible]	16/05/2024	12 140,00 €	14 633,30 €	16/06/2024	16/06/2024	X	N							14 633,30 €									14 633,30 €			
5	[illegible]	S	ADB1[illegible]	26/07/2023	9 000,00 €	11 160,70 €	13/08/2023	13/06/2021	EP	N							206,30 €									6 116,62 €			
5	[illegible]	D	ADB1[illegible]	27/06/2024	36 720,00 €	46 176,87 €	27/06/2027	27/06/2024	CPN	N							3 780,30 €									3 780,30 €			
5	[illegible]	D	ADB1[illegible]	17/06/2024	615,20 €	616,10 €	29/06/2024	17/06/2024	ADRS	N							616,10 €									616,10 €			
5	[illegible]	D	ADB1[illegible]		360,00 €	440,99 €	23/06/2024	23/06/2024	ADRS	N							440,99 €									440,99 €			
5	[illegible]	D	ADB1[illegible]	23/07/2023	48 180,70 €	59 373,30 €	23/07/2023	23/07/2023	CPN	N							19 466,10 €									39 466,47 €			
5	[illegible]	S	ADB1[illegible]		116,34 €	116,34 €	15/05/2024	15/05/2024	ADRS	N							116,34 €									116,34 €			
5	[illegible]	D	ADB1[illegible]	22/06/2022	111 230,00 €	136 976,64 €	23/06/2023	24/06/2022	CPN	N							47 166,20 €									80 623,52 €			
5	[illegible]	D	ADB1[illegible]		54 600,00 €	67 226,46 €	07/07/2025	09/06/2024	CPN	N							67 226,46 €									67 226,46 €			
5	[illegible]	D	ADB1[illegible]	21/07/2024	420,00 €	526,80 €	24/07/2024	26/07/2024	ADRS	N							526,80 €									526,80 €			
5	[illegible]	D	ADB2[illegible]	19/06/2024	74,30 €	79,00 €	19/06/2024	19/03/2024	ADRS	N							79,00 €									79,00 €			
5	[illegible]	D	ADB2[illegible]	23/07/2024	469,00 €	969,00 €	23/07/2024	23/07/2024	ADRS	N							969,00 €									969,00 €			
5	[illegible]	S	ADB2[illegible]		180,11 €	184,32 €	29/01/2024	29/01/2024	ADRS	N							184,32 €									184,32 €			
5	[illegible]	D	ADB2[illegible]	02/12/2024	1 165,07 €	1 355,82 €	28/12/2024	28/12/2024	ADRS	N							1 355,82 €									1 355,82 €			
5	[illegible]	D	ADB2[illegible]	14/12/2024	120,00 €	150,41 €	14/12/2024	14/12/2024	ADRS	N							150,41 €									150,41 €			
5	[illegible]	D	ADB2[illegible]	07/12/2024	15,02 €	17,64 €	29/12/2024	07/12/2024	ADRS	N							17,64 €									17,64 €			
5	[illegible]	D	ADB2[illegible]	16/12/2024	1 026,00 €	1 806,75 €	16/12/2024	16/12/2024	ADRS	N							1 806,75 €									1 806,75 €			
5	[illegible]	D	ADB2[illegible]	16/12/2024	1 803,00 €	2 316,09 €	16/12/2024	16/12/2024	ADRS	N							2 316,09 €									2 316,09 €			
5	[illegible]	D	ADB2[illegible]	23/12/2024	77,00 €	79,11 €	23/12/2024	23/12/2024	ADRS	N							79,11 €									79,11 €			
5	[illegible]	D	ADB2[illegible]	14/12/2025	527,70 €	677,75 €	14/12/2025	14/12/2025	ADRS	N							677,75 €									677,75 €			
5	[illegible]	D	ADB3[illegible]	01/12/2025	270,30 €	345,84 €	31/12/2024	31/12/2024	ADRS	N							339,32 €									339,32 €			
5	[illegible]	D	ADB3[illegible]	14/12/2024	200,32 €	257,47 €	13/02/2025	14/12/2024	ADRS	N							257,47 €									257,47 €			
5	[illegible]	D	ADB3[illegible]	28/01/2025	3 660,73 €	4 758,54 €	28/01/2025	28/01/2025	ADRS	N							4 758,54 €									4 758,54 €			
5	[illegible]	D	ADB3[illegible]	04/02/2024	140 040,36 €	179 868,71 €	04/02/2027	04/02/2024	CPN	N							119 288,57 €									120 289,35 €			
5	[illegible]	S	ADB3[illegible]	17/09/2025	263,20 €	323,51 €	17/09/2025	17/09/2025	ADRS	N							314,19 €									323,51 €			
5	[illegible]	S	ADB3[illegible]	27/12/2024	266,62 €	441,12 €	23/01/2025	22/12/2024	ADRS	N							377,20 €									377,20 €			
5	[illegible]	S	ADB3[illegible]	27/12/2024	10,30 €	17,31 €	23/01/2025	23/12/2024	ADRS	N							16,40 €									16,40 €			
5	[illegible]	D	ADB3[illegible]	28/10/2022	44 145,00 €	54 289,33 €	27/[illegible]	28/[illegible]	CP	N							5 697,39 €									54 289,33 €			
5	[illegible]	S	ADB3[illegible]	27/12/2024	67,07 €	82,50 €	23/01/2025	23/12/2024	ADRS	N							82,50 €									82,50 €			
5	[illegible]	S	ADB4[illegible]	16/04/2024	17 666,00 €	21 695,50 €	13/10/2024	16/04/2024	AD	N							21 694,56 €									21 694,56 €			
5	[illegible]	S	ADB4[illegible]	27/12/2024	446,71 €	548,46 €	23/01/2025	23/12/2024	ADRS	N							548,46 €									548,46 €			
5	[illegible]	S	ADB4[illegible]	27/12/2024	122,66 €	163,36 €	23/12/2024	23/12/2024	ADRS	N							148,84 €									148,84 €			
5	[illegible]	S	ADB4[illegible]	14/03/2025	102,00 €	125,40 €	14/03/2025	14/03/2025	ADRS	N							102,00 €									102,00 €			
5	[illegible]	S	ADB4[illegible]	28/12/2024	252,34 €	309,56 €	28/12/2024	28/12/2024	ADRS	N							274,00 €									274,00 €			
5	[illegible]	D	ADB4[illegible]	13/03/2025	1 837,00 €	2 239,03 €	13/03/2025	13/03/2025	ADRS	N							2 239,03 €									2 239,03 €			
5	[illegible]	D	ADB4[illegible]	07/01/2025	13,30 €	16,47 €	07/01/2025	07/01/2025	ADRS	N							16,47 €									16,47 €			
5	[illegible]	D	ADB4[illegible]	13/01/2025	138,14 €	146,23 €	13/01/2025	13/01/2025	ADRS	N							146,40 €									146,40 €			
5	[illegible]	D	ADB4[illegible]	21/03/2024	4 588,00 €	5 601,26 €	21/03/2024	21/03/2024	ADRS	N							5 601,26 €									5 601,26 €			
5	[illegible]	S	ADB5[illegible]	14/02/2025	150,00 €	150,00 €	14/02/2025	14/02/2025	K	N							150,00 €									150,00 €			
5	[illegible]	D	ADB5[illegible]	15/12/2023	770,00 €	947,24 €	19/12/2023	15/12/2023	ADRS	N							770,00 €									770,00 €			
5	[illegible]	D	ADB5[illegible]	03/02/2025	625,37 €	769,21 €	03/02/2025	03/02/2025	ADRS	N							769,21 €									769,21 €			
5	[illegible]	D	ADB6[illegible]	28/01/2024	46 651,44 €	49 303,27 €	28/01/2027	29/01/2024	CP	N							18 573,79 €									18 573,79 €			
5	[illegible]	D	ADB6[illegible]	26/04/2024	14 756,26 €	18 149,71 €	29/04/2025	26/04/2024	AD	N							18 149,00 €									18 149,00 €			
5	[illegible]	D	ADB6[illegible]	27/01/2024	2 726,14 €	3 351,98 €	27/01/2024	27/01/2024	ADRS	N							3 351,98 €									3 351,98 €			
5	[illegible]	D	ADB6[illegible]	13/04/2024	276,74 €	340,36 €	16/04/2024	13/04/2024	ADRS	N							340,36 €									340,36 €			
5	[illegible]	D	ADB7[illegible]	05/01/2024	120,00 €	147,60 €	27/03/2024	27/03/2024	ADRS	N							81,30 €									81,30 €			
5	[illegible]	D	ADB7[illegible]	05/01/2024	500,00 €	615,00 €	27/03/2024	27/03/2024	ADRS	N							615,00 €									615,00 €			
5	[illegible]	D	ADB7[illegible]	21/04/2024	113,11 €	137,88 €	21/04/2024	21/04/2024	AD	N							137,88 €									137,88 €			
5	[illegible]	S	ADB8[illegible]	26/05/2024	386,30 €	475,15 €	26/06/2024	26/06/2024	ADRS	N							475,15 €									475,15 €			
5	[illegible]	D	ADB8[illegible]	25/01/2023	47 886,00 €	58 640,00 €	25/03/2024	25/01/2023	CPN	N							39 573,04 €									53 702,04 €			
5	[illegible]	D	ADB8[illegible]	17/07/2017	561 035,56 €	616 652,74 €	13/07/2024	17/06/2017	CPN	N				3002	11/12/2017			17 164,74 €												
5	[illegible]	D	ADB8[illegible]	16/05/2018	517 665,00 €	540 665,00 €	13/07/2024	15/05/2018	CPN	N				3000	07/01/2019			0 366,85 €												
5	[illegible]	D	ADB8[illegible]	25/11/2017	567 191,95 €	601 191,57 €	13/07/2024	25/11/2017	CPN	N				3750	30/05/2019			0 298,15 €												
5	[illegible]	S	ADB9[illegible]	14/05/2024	25 721,50 €	27 264,79 €	29/07/2025	14/05/2024	CPN	N																				



Nº	Tipo de Contrato	Tipo	Título	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Prazo de Execução	Início de Prestação de Serviços	Proc. Cf.	Mod. Ad.	COMUNICAÇÃO AO TC (CASO A)				JUSTIFICAÇÃO DA FALTA DE VISTO			Alterações (CELEBRADAS)						Revisão de Preços	Alterações (CELEBRADAS)			Total	Cabimento e sequencial do n.º	Observações
											Nº do Visto	Data do Visto	Contrato Assinado	Contrato Publicado	Nº do Visto	Data	Data Início Produção Efeitos do Contrato	Total Alterações	Prorrogação Prazo	Total Alterações Suprimindo os anos Prorrogados	Outras Alterações e Quando as Alterações Forem Várias	Total	Preço Total		Total Revisão (se mais que uma, somar as parciais)	Total Revisão (se mais que uma, somar as parciais)	Total Revisão (se mais que uma, somar as parciais)			
[illegible]	Nos - Forward Payment Solutions, S.A.	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible]	04/03/2025	10,56 €	13,01 €	07/03/2025	04/03/2025	ADRS	N							14/03/2025	13,01 €					13,01 €	13,01 €				13,01 €		[illegible]
[illegible]	[illegible]	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Serviço Catering - Coffee Break no "Simpósio 3 Dcada de Formação" 2024"	20/01/2025	555,00 €	673,79 €	20/01/2025	20/01/2025	ADRS	N							20/03/2025	673,79 €					673,79 €	673,79 €				673,79 €		[illegible]
[illegible]	ISCTE - INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Formação Data CCNA, ministrada pelo ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, que terá em [illegible]	03/03/2025	495,00 €	900,00 €	28/05/2025	28/05/2025	II	N							16/03/2025	900,00 €					900,00 €	900,00 €				900,00 €		[illegible]
[illegible]	[illegible] - ENGENHARIA LDA	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Gestão global do contrato de empreitada, no Bairro Quinta dos Bortes, n.º 2 a 12, incluindo acompanhamento de segurança em obra, fiscalização e outros atos inerentes	01/07/2024	33 220,00 €	39 526,00 €	29/11/2024	01/07/2024	CPM	N							[illegible]	39 526,00 €					39 526,00 €	39 526,00 €				39 526,00 €		[illegible]
[illegible]	ROVE Portugal - Sociedade, Lda	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Contrato público para [illegible]	03/04/2020	544 000,00 €	672 320,00 €	60/06/2020	60/06/2020	CPM	N							26/03/2021	140 804,00 €					140 804,00 €	840 636,15 €				840 636,15 €		[illegible]
[illegible]	[illegible] SPI	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible]	11/11/2022	374,40 €	374,40 €	11/11/2022	11/11/2022	ADRS	N							13/03/2024	374,40 €					374,40 €	374,40 €				374,40 €		[illegible]
[illegible]	[illegible] - [illegible]	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Concurso Público Internacional para contratação de serviços de manutenção de [illegible]	23/04/2019	137 727,57 €	169 405,20 €	27/05/2019	27/05/2019	CPM	N							26/03/2019	5 065,50 €					5 065,50 €	169 371,69 €				169 371,69 €		[illegible]
[illegible]	[illegible] - [illegible]	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Aquisição de licenças de [illegible]	05/01/2024	10 000,00 €	24 477,00 €	05/07/2024	05/01/2024	AD	N							29/01/2024	13 306,67 €					13 306,67 €	19 999,00 €				19 999,00 €		[illegible]
[illegible]	[illegible] IT - Tecnologias Informação e Comércio, Lda	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Aquisição de serviços de renovação de licenciamento do Software da [illegible]	29/10/2023	16 813,46 €	31 063,42 €	04/11/2025	06/11/2022	CP	N							26/12/2022	29 677,00 €					29 677,00 €	61 063,42 €				61 063,42 €		[illegible]
[illegible]	[illegible] – [illegible] DE SERVIÇOS DE [illegible]	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Serviços de Segurança e Saúde no Trabalho	19/01/2024	70 992,50 €	86 472,05 €	19/01/2026	19/01/2024	CPM	N							03/03/2024	11 599,53 €					11 599,53 €	11 599,53 €				11 599,53 €		[illegible]
[illegible]	[illegible] - [illegible]	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Projeto de consulta de Engenharia e Arquitetura para obras em espaço ocupado no Bairro [illegible]	20/04/2024	10 000,00 €	34 536,50 €	14/08/2024	20/04/2024	AD	N							29/07/2024	34 536,50 €					34 536,50 €	34 536,50 €				34 536,50 €		[illegible]
[illegible]	[illegible] & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE ADVOGADOS, SP, RL	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Aquisição de serviços de acompanhamento ao Conselho de Administração dos Gestores e [illegible] no âmbito do contrato homologado do centro de formação judiciária e [illegible]	07/01/2024	9 300,00 €	11 322,15 €	23/01/2024	07/01/2024	AD	N							01/03/2024	11 322,15 €					11 322,15 €	11 322,15 €				11 322,15 €		[illegible]
[illegible]	Link Consulting - Tecnologias de Informação, S.A.	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Aquisição de serviços de manutenção do SIGDOC, APP e [illegible]	11/03/2024	81 178,00 €	99 809,10 €	10/03/2025	11/03/2024	AD	N							01/03/2024	99 140,10 €					99 140,10 €	99 140,10 €				99 140,10 €		[illegible]
[illegible]	[illegible] - [illegible] VIDEIRA CERTIFICATION PORTUGAL, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Aquisição de Serviços de Auditoria de Re-Certificação do Sistema de Gestão da Certificação da Energia	17/11/2023	6 310,00 €	10 231,50 €	01/03/2025	31/12/2023	AD	N							14/03/2024	2 473,20 €					2 473,20 €	7 416,00 €				7 416,00 €		[illegible]
[illegible]	[illegible] - [illegible] AIR CONDITIONING ENGINEERING, S.A.	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Fornecedor Diferente - 2º Duo Fornecedor nº 12 - Serviços de Manutenção Preventiva das instalações de [illegible]	21/01/2024	8 000,00 €	10 536,00 €	20/01/2025	21/01/2024	AD	N							03/03/2024	5 857,10 €					5 857,10 €	5 857,10 €				5 857,10 €		[illegible]
[illegible]	FELIPA GABIL FORMAÇÃO LDA	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Aquisição de Serviços de Assessoria e Auditoria Interna no âmbito do Sistema de Gestão da Certificação de Energia	13/12/2023	10 100,00 €	10 000,00 €	01/01/2026	01/01/2023	AD	N							11/03/2023	3 936,00 €					3 936,00 €	15 816,10 €				15 816,10 €		[illegible]
[illegible]	DICAN 0 RECOMENDAÇÕES LDA	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Serviços de comunicação, [illegible]	11/03/2024	112 000,00 €	138 799,00 €	21/01/2025	11/03/2024	CPM	N							27/03/2024	61 423,74 €					61 423,74 €	99 357,20 €				99 357,20 €		[illegible]
[illegible]	MAIL TICKET - SERVIÇOS DE CERTIFICAÇÃO ELETRÓNICA, S.A.	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Renovação do certificado digital para a [illegible]	12/03/2024	214,00 €	263,22 €	01/03/2025	01/03/2024	ADRS	N							11/03/2024	263,22 €					263,22 €	263,22 €				263,22 €		[illegible]
[illegible]	[illegible]	S	AQUI [illegible] - LOTE 1 - AQUI [illegible] - Aquisição de serviços para reposição das semilhas de pintura e [illegible]	26/07/2024	427,00 €	527,51 €	27/04/2024	26/04/2024	ADRS	N							21/05/2024	527,51 €					527,51 €	527,51 €				527,51 €		[illegible]
[illegible]	[illegible] - [illegible]	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Aquisição de serviços para reposição das semilhas de pintura e [illegible]	26/07/2024	222 530,00 €	273 663,00 €	25/01/2025	26/07/2024	CPM	N							23/05/2024	104 856,00 €		75 120,00 €			272 986,30 €	104 856,00 €				272 986,30 €		[illegible]
[illegible]	[illegible] - [illegible]	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Aquisição de [illegible]	26/11/2022	148 546,64 €	172 676,00 €	16/12/2025	16/12/2022	CPM	N							28/03/2023	57 000,40 €					57 000,40 €	159 796,70 €				159 796,70 €		[illegible]
[illegible]	[illegible] - [illegible]	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Aquisição de [illegible]	26/11/2022	30 700,00 €	35 461,00 €	09/12/2025	16/12/2022	CPM	N							03/03/2023	8 457,80 €					8 457,80 €	14 003,52 €				14 003,52 €		[illegible]
[illegible]	[illegible] - [illegible]	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Serviços de Manutenção de Aparelhos de Ventilação e Ar Condicionado em Instalações Próprias	31/05/2024	10 137,00 €	10 845,51 €	31/05/2027	29/04/2024	CP	N							29/04/2024	3 300,00 €					3 300,00 €	3 300,00 €				3 300,00 €		[illegible]
[illegible]	Sagul - Fogo, Lda	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Aquisição de serviços [illegible]	09/01/2024	3 691,50 €	4 588,56 €	04/07/2024	09/01/2024	ADRS	N							27/03/2024	2 036,36 €					2 036,36 €	4 000,04 €				4 000,04 €		[illegible]
[illegible]	[illegible] - LOGÍSTICA MUDANÇAS E TRANSPORTES, LDA	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Concurso Público para mudanças, cargo, transporte de bens em espaços habitacionais e não habitacionais sob a gestão da Gebalis	19/05/2023	320 630,57 €	377 536,67 €	03/04/2025	03/04/2023	CPM	N							09/05/2023	41 513,00 €		55 300,43 €			97 164,31 €	22 [illegible] 400,00 €		55 300,43 €		279 700,43 €	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible] - [illegible]	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Aquisição de serviços de [illegible]	14/01/2024	3 500,00 €	3 975,00 €	16/01/2024	14/01/2024	ADRS	N							31/03/2024	3 975,00 €					3 975,00 €	3 975,00 €				3 975,00 €		[illegible]
[illegible]	[illegible] METROPOLITANA SOCIEDADE [illegible]	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Aquisição de serviços [illegible]	21/01/2024	[illegible] 436,00 €	[illegible] 760,00 €	21/01/2024	19/01/2024	ADRS	N							29/04/2024	1 406,00 €					1 406,00 €	[illegible] 406,00 €				[illegible] 406,00 €		[illegible]
[illegible]	[illegible] - [illegible] PORTUGAL, [illegible]	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Aquisição de serviços de [illegible]	04/01/2021	41 866,12 €	51 494,14 €	30/01/2025	31/01/2021	CPM	N							26/03/2021	11 701,20 €					11 701,20 €	80 543,32 €				80 543,32 €		[illegible]
[illegible]	OPEN STUDIO, LDA	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Revisão do projeto de [illegible]	20/04/2024	43 [illegible] 0,00 €	53 000,10 €	20/04/2024	20/04/2024	CP	N							20/05/2024	53 000,10 €					53 000,10 €	53 000,10 €				53 000,10 €		[illegible]
[illegible]	[illegible]	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Concurso Público para contratação de serviços de manutenção de extintores nos Bairros da [illegible]	11/07/2023	340 040,00 €	387 063,35 €	10/01/2025	[illegible]	CPM	N							26/03/2027	80 000,00 €		7 676,00 €			88 053,00 €	269 000,10 €		17 500,00 €		276 100,10 €	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible] - [illegible]	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Aquisição de serviços de [illegible] Bairros para Implementação do site institucional e Intranet e [illegible] e manutenção de ações de [illegible] nos [illegible]	19/09/2023	74 000,00 €	91 020,00 €	25/09/2024	26/04/2023	CP	N							[illegible]	[illegible] 116,00 €					46 216,00 €	91 020,00 €				91 020,00 €	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible] - [illegible]	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Gestão global do contrato de empreitada no Bairro das Laranjeiras, incluindo coordenação de segurança em obra, fiscalização e outros atos inerentes	27/05/2024	[illegible] 000,00 €	[illegible] 134,00 €	[illegible] 635,00 €	[illegible]	CPM	N							29/05/2024	69 372,00 €					69 372,00 €	69 372,00 €				69 372,00 €		[illegible]
[illegible]	[illegible] - [illegible]	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Aquisição de serviços de [illegible]	20/04/2024	34 300,00 €	42 000,00 €	[illegible]	20/04/2024	CP	N							[illegible]	19 200,25 €					19 200,25 €	19 200,25 €				19 200,25 €		[illegible]
[illegible]	CARMELA - COMPANHIA DE [illegible]	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Concurso Público para contratação de serviços de [illegible] - Bairros Tapada [illegible]	23/01/2023	54 097,80 €	54 097,80 €	15/07/2024	15/01/2023	CPM	N							10/01/2023	9 743,14 €					9 743,14 €	64 393,46 €				64 393,46 €		[illegible]
[illegible]	[illegible] - [illegible]	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Aquisição de serviços de [illegible]	10/05/2023	41 300,00 €	50 575,00 €	[illegible]	01/07/2023	CP	N							[illegible]	35 347,04 €					35 347,04 €	43 304,40 €				43 304,40 €		[illegible]
[illegible]	MEDWARE, S.A.	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Aqte de Intervenção [illegible] "Bairro [illegible]"	21/05/2024	95 000,00 €	116 850,00 €	29/05/2024	29/05/2024	II	N							29/05/2024	116 850,00 €					116 850,00 €	116 850,00 €				116 850,00 €		[illegible]
[illegible]	FRANCISCO DE MOVES	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Aquisição de Serviços de [illegible]	15/01/2023	14 000,00 €	18 010,30 €	[illegible]	15/01/2023	AD	N							[illegible]	423,73 €					423,73 €	13 150,43 €				13 150,43 €		[illegible]
[illegible]	GENERAL SEGURA, S.A.	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Concurso Público [illegible]	15/04/2024	372 [illegible] 00 €	372 165,00 €	[illegible]	31/05/2024	CPI	N							29/05/2024	277 176,00 €					277 176,00 €	277 176,00 €				277 176,00 €		[illegible]
[illegible]	J. ELMO [illegible] - [illegible] [illegible], Sr.	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Aquisição de serviços de [illegible]	24/03/2024	19 [illegible] 0,00 €	24 477,00 €	24/03/2025	24/03/2024	AD	N							31/03/2024	10 257,13 €					10 257,13 €	10 257,13 €				10 257,13 €		[illegible]
[illegible]	[illegible] - [illegible]	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Aquisição de serviços de [illegible]	09/03/2024	[illegible] 39,00 €	567,67 €	09/03/2024	09/03/2024	ADRS	N							03/03/2024	426,44 €					426,44 €	426,44 €				426,44 €		[illegible]
[illegible]	[illegible] - [illegible]	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Aquisição de serviços de [illegible]	11/03/2024	2 415,00 €	2 975,45 €	29/03/2024	04/03/2024	ADRS	N							11/03/2024	2 975,45 €					2 975,45 €	2 975,45 €				2 975,45 €		[illegible]
[illegible]	[illegible] - [illegible]	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Aquisição de fornecimento de [illegible]	17/03/2024	1 970 700,00 €	1 449 041,44 €	01/03/2025	16/03/2024	CPI	N							03/03/2024	500 033,00 €					500 033,00 €	500 033,00 €				500 033,00 €		[illegible]
[illegible]	[illegible] - [illegible]	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Concurso público para [illegible]	11/03/2023	164 030,00 €	164 030,00 €	28/06/2024	27/03/2023	CPM	N							03/03/2023	31 000,00 €		8 112,66 €			40 051,50 €	99 887,34 €		8 112,66 €		104 030,00 €	[illegible]	[illegible]
[illegible]	MS CAR, LDA	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Aquisição de serviços de [illegible]	16/05/2023	50 000,00 €	61 500,00 €	16/05/2023	16/05/2023	CPM	N							26/07/2023	10 011,23 €					10 011,23 €	20 702,77 €				20 702,77 €		[illegible]
[illegible]	Center Elevadores e Serviços, Lda	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Serviços de manutenção [illegible]	06/04/2024	4 400,00 €	5 516,00 €	09/04/2024	06/04/2024	ADRS	N							27/05/2024	3 708,40 €					3 708,40 €	3 708,40 €				3 708,40 €		[illegible]
[illegible]	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE FUTEBOL DE RUA	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Aquisição de serviços de [illegible]	24/03/2024	20 100,22 €	20 100,22 €	28/06/2024	24/03/2024	II	N							23/04/2024	20 100,22 €					20 100,22 €	20 100,22 €				20 100,22 €		[illegible]
[illegible]	Seville Factory - Engenharia Unipessoal, Lda	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Aquisição Serviço [illegible] - Contrato Concluído – Obras de reabilitação nos [illegible]	25/03/2024	19 700,00 €	23 862,50 €	23/01/2025	25/03/2024	AD	N							29/04/2024	23 862,50 €					23 862,50 €	23 862,50 €				23 862,50 €		[illegible]
[illegible]	NETMALL, LDA	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Aquisição de subscrição de [illegible]	13/03/2024	300,00 €	407,40 €	13/03/2025	13/03/2024	ADRS	N							29/04/2024	407,40 €					407,40 €	407,40 €				407,40 €		[illegible]
[illegible]	[illegible] - [illegible]	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Serviços de Empreitada + [illegible]	27/04/2024	40 000,00 €	60 024,00 €	30/10/2024	27/04/2024	CP	N							27/05/2024	54 021,60 €					54 021,60 €	54 021,60 €				54 021,60 €		[illegible]
[illegible]	Otimia Portugal, Lda	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Condutas públicas para [illegible]	01/05/2023	449 117,00 €	547 062,91 €	11/03/2025	30/05/2023	CPM	N							26/03/2021	134 348,60 €					134 348,60 €	530 858,30 €				530 858,30 €		[illegible]
[illegible]	[illegible] - [illegible]	S	AQUI [illegible] - AQUI [illegible] - Aquisição de licenças de [illegible]	20/04/2024	19 [illegible] 0,00 €	24 364,00 €	29/04/2025	30/04/2024	AD	N							27/05/2024	10 002,30 €					10 002,30 €	10 002,30 €				10 002,30 €		[illegible]



Anexo VI - CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA - Adjudicações por tipo de contrato

ANEXO VI - ADJUDICAÇÕES POR TIPO DE PROCEDIMENTO NO ANO 2024

Tipo de contrato	Concurso público		Concurso limitado por prévia qualificação		Procedimento de negociação		Diálogo concorrencial		Ajuste direto		Consulta prévia		Parceria para inovação		TOTAL	
	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]
Empreitadas de obras públicas	277	99 136 042,49 €							70	8 202 362,92 €					347	107 338 405,41 €
Aquisição de serviços	88	22 528 246,33 €	2	732 567,74 €					145	3 344 224,69 €					235	26 605 038,76 €
Locação ou aquisição de bens móveis	5	488 135,51 €							43	210 269,42 €					48	698 404,93 €
Concessão de obras públicas																
Concessão de serviços públicos																
Outros																
TOTAL	370	122 152 424,33 €	2	732 567,74 €	0	0,00 €	0	0,00 €	258	11 756 857,03 €	0	0,00 €	0	0,00 €	630	134 641 849,10 €

O anexo faz parte integrante destas demonstrações

Anexo VII - TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS - Receita

ANEXO VII - TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS RECEBIDOS NO ANO 2024

Tipo de receita	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora [3]		Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferências / subsídios ocorrida no exercício	Observações
			NIF	Nome / designação					
	[1]	[2]			[4]	[5]	[6]=[4]-[5]	[7]	[8]
Transferências correntes									
060306 - ESTADO - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS			510928374	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P.				27 165,94 €	
060306 - ESTADO - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS			600055930	INSTITUTO NACIONAL PARA A REABILITAÇÃO, I.P	553 260,26 €	438 832,50 €	114 427,76 €		
06050101 - MUNICÍPIOS			500051070	Câmara Municipal de Lisboa	51 576 990,77 €	48 069 770,09 €	3 507 220,68 €		
Total transferências correntes					52 130 251,03 €	48 508 602,59 €	3 621 648,44 €	27 165,94 €	
Transferências de capital									
Total transferências de capital									
Subsídios									
Total subsídios									

O anexo faz parte integrante destas demonstrações

Geballs

A Contabilista Certificada:

Ana Filipa Coelho Xavier de Basto

A Administração:

Fernando Jorge Abrantes Angleu Teixeira, Presidente

Miguel Fernando Costa da Silva Pereira, Vogal

Ana Paula Calheiros Nunes da Cunha, Vogal

5.
Certificação Legal de Contas

GEBALIS, E.M., S.A.

Gebalis

Gebalis

Documento digitalizado

Grant Thornton

Grant Thornton

Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º B
1495-132 Algés
T: + 351 214 123 520
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B
9000-064 Funchal
T: + 351 291 200 540
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1180, 4.º
4100-113 Porto
T: + 351 220 996 083
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da GEBALIS – Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, E.M., S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 22.633.751 euros e um total do património líquido de 4.169.352 euros, incluindo um resultado líquido de 10.924 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da GEBALIS – Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, E.M., S.A. em 31 de dezembro de 2024, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.
Member firm of Grant Thornton International Ltd
Capital Social: 31.400 Euros . Contribuinte / Matricula n.º 502 286 784 . Inscrita na C.R.C. Cascais
Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 67, na C.M.V.M. sob o n.º 20161403

www.grantthornton.pt

Grant Thornton

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Grant Thornton

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 82.387.861 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 74.287.791 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Assinado por: **PEDRO MIGUEL RAPOSO LISBOA NUNES**
Num. de Identificação [redacted]
Data: 2025.03.20 14:05:05+00'00'
CHAVE MÓVEL

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Representada por Pedro Lisboa Nunes

ROC registado na CMVM com o n.º [redacted]

6.
Relatório e Parecer do Fiscal único

GEBALIS, E.M., S.A.

Gebalis

Gebalis

Documento digitalizado

Grant Thornton

Grant Thornton

Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º B
1495-132 Algés
T: + 351 214 123 520
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B
9000-064 Funchal
T: + 351 291 200 540
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1180, 4.º
4100-113 Porto
T: + 351 220 996 083
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Ao Acionista da

GEBALIS – Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, E.M., S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e inclui os documentos de prestação de contas da GEBALIS – Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, E.M., S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções:

(i) Auditámos o Balanço em 31 de dezembro de 2024, a Demonstração dos resultados por natureza, a Demonstração das alterações no património líquido, a Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o respetivo Anexo;

(ii) Auditámos as demonstrações orçamentais da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita, a demonstração da execução orçamental da despesa e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024;

(iii) Emitimos nos termos do artigo 25.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o Relatório de revisão limitada sobre a informação financeira semestral (relativa ao período compreendido entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2024), em 26 de setembro de 2024;

(iv) Emitimos o Parecer sobre a primeira e sobre a segunda alteração dos instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2024, em 6 de fevereiro de 2024 e em 15 de novembro de 2024, respetivamente;

(v) Emitimos o Parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2025, em 15 de novembro de 2024 e sobre a primeira alteração, em 24 de janeiro de 2025.

Gebalis

Grant Thornton

Procedemos, ainda, a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2024 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas.

Face ao exposto, somos ainda de parecer que, as demonstrações financeiras suprarreferidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, para efeitos de apreciação em Assembleia Geral de Acionistas.

Assinado por: **PEDRO MIGUEL RAPOSO LISBOA NUNES**
Num. de Identificaçã[illegible]
Data: 2025.03.20 14:06:45+00'00'
CHAVE MÓVEL

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Representada por Pedro Lisboa Nunes

ROC registado na CMVM com o n.º[illegible]

- *Deliberação n.º 177/CM/2025* (Proposta n.º 177/2025) - Subscrita pelo Sr. Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia e pela Vereadora Filipa Roseta:

Apreciação do Relatório e Contas de 2024 da EGEAC - Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E. M., S. A.

Pelouro: Presidente Carlos Moedas e Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia.
Serviços: DMC e DMF.

Considerando que:

1 - As empresas do setor empresarial local regem-se pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAELPL), pela Lei Comercial, pelos respetivos Estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do Setor Empresarial do Estado, sem prejuízo das normas imperativas neste previstas, de acordo com o disposto no artigo 21.º daquela Lei;
2 - O n.º 1 do artigo 40.º do RJAELPL determina que «*As empresas devem apresentar resultados anuais equilibrados*» e, o n.º 2 do mesmo artigo, dispõe que «*...no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa*»;
3 - O n.º 3 do mesmo artigo estipula que «*Os sócios de direito público preveem nos seus orçamentos anuais o montante previsional necessário à cobertura dos resultados líquidos antes de impostos, na proporção da respetiva participação social*». Por sua vez, o n.º 4 estabelece que «*No caso de o orçamento anual do ano em causa não conter verba suficiente para a cobertura dos prejuízos (...), os sócios de direito público deverão proceder a uma alteração ou revisão do mesmo, por forma a contemplar o montante necessário, e proceder à sua transferência no mês seguinte à apreciação das contas da empresa local (...).*»;
4 - Para efeitos do limite legal de endividamento, a dívida total do município inclui a das empresas locais, na proporção da respetiva participação no capital social, nos termos da alínea *c)* do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro [Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI)], sempre que se verifique o incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 46.º do RJAELPL;
5 - A EGEAC - Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E. M., doravante designada por EGEAC, é uma pessoa coletiva de direito privado, sob a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, de responsabilidade limitada, com natureza municipal, que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial;
6 - A EGEAC, é uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral, tendo por objeto exclusivo assegurar a universalidade, a continuidade dos serviços prestados e a coesão económica e social na área da cultura, através da gestão de equipamentos culturais e da promoção de projetos e iniciativas no domínio cultural;
7 - Nos termos do artigo 23.º dos seus Estatutos, a gestão da EGEAC deve articular-se com os objetivos prosseguidos pelo Município de Lisboa, respeitando as orientações estratégicas aprovadas pela Câmara Municipal, visando o cumprimento do seu objeto social e assegurando a sua viabilidade económica e o equilíbrio financeiro;
8 - Em cumprimento do artigo 27.º dos seus Estatutos - Deveres Especiais de Informação - o Conselho de Administração da EGEAC remeteu o Relatório e Contas de 2024, acompanhado do Parecer do Fiscal Único e da Certificação Legal de Contas, emitida pela Kreston & Associados - SROC, Ltd.ª, documentos que se anexam e integram a presente proposta;
9 - Da Certificação Legal de Contas não consta qualquer reserva, estando exarada a seguinte opinião: «*(...) as demonstrações financeiras (...) apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da EGEAC - Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E. M., S. A., em 31 de dezembro de 2024, bem como o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística*»;
10 - O Fiscal Único refere «*É nosso parecer: a) que se aprove o Relatório e Contas apresentado pela Administração; b) que se aprove a Proposta de Aplicação de Resultados*»;
11 - A EGEAC apresenta um Resultado Antes de Impostos (RAI) positivo, não se encontrando, por isso, sujeita ao disposto no n.º 2 do artigo 40.º do RJAELPL;
12 - Em 31 de dezembro de 2024, a EGEAC apresenta um valor de capitais próprios positivo, igual ou superior a 50 % do capital social, conforme evidenciado no Balanço das Contas de 2024, encontrando-se, assim, em situação de equilíbrio nos termos do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 25.º, do n.º 2 do artigo 26.º e da alínea *d)* do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto; do n.º 1 do artigo 62.º, aplicável por força do artigo 4.º, ambos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro; das alíneas *oo)* e *ccc)* do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais); dos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais; e ainda do n.º 2 do artigo 8.º, da alínea *d)* do artigo 27.º, e dos artigos 33.º e 36.º dos Estatutos da EGEAC:

1 - Aprovar o Relatório e Contas do exercício de 2024 da EGEAC - Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E. M., incluindo os seguintes documentos, que se anexam e fazem parte integrante da presente proposta:

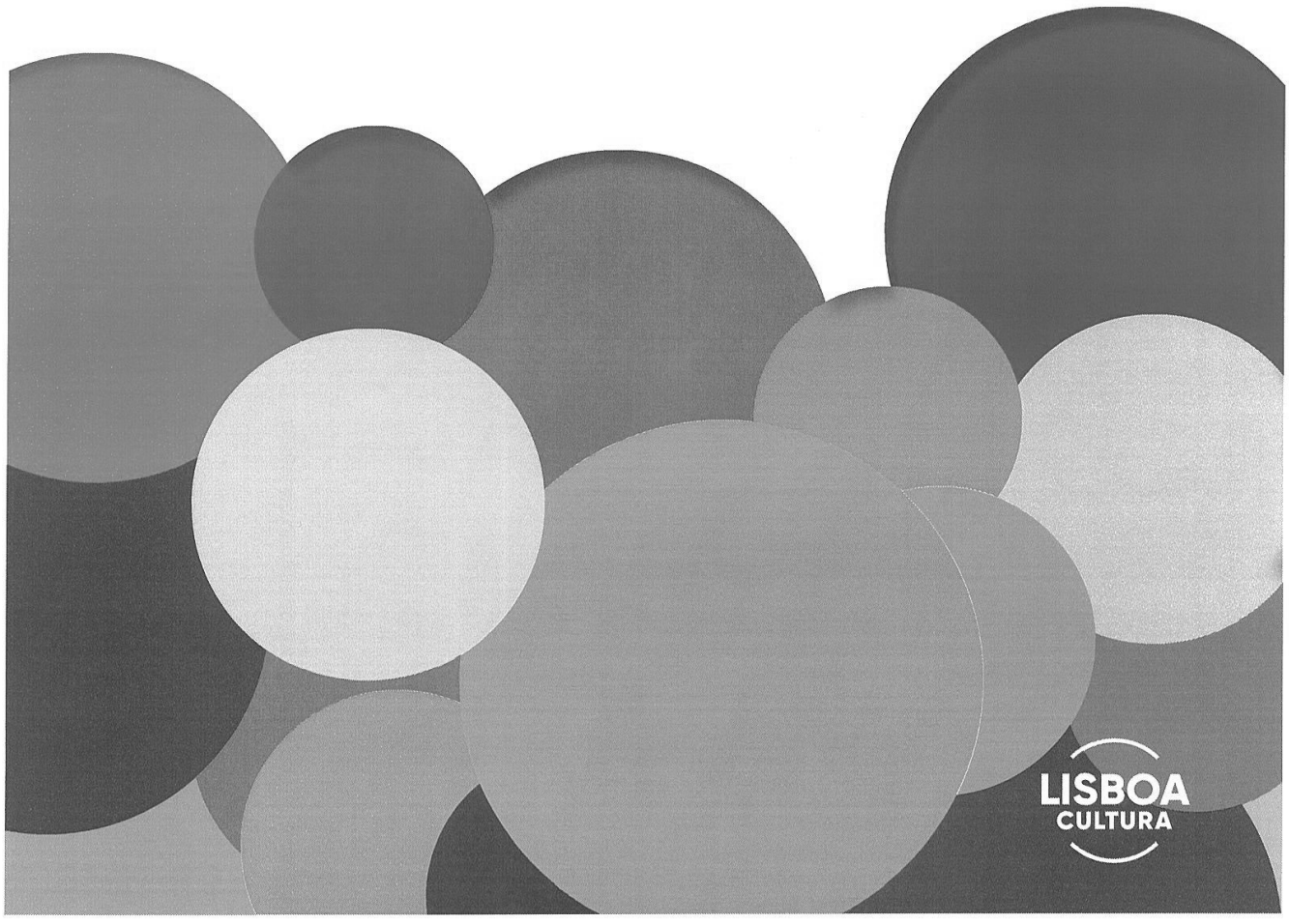
a) Relatório de Gestão do Conselho de Administração;
b) Demonstrações Financeiras;
c) Certificação Legal das Contas, sem reservas;
d) Parecer do Fiscal Único;
e) Proposta de aplicação de resultados (pág. 30 do Relatório e Contas).

2 - Mandatar o Presidente da Câmara Carlos Moedas - representante do Município de Lisboa na Assembleia-geral da EGEAC - para votar favoravelmente os referidos documentos, nos termos da presente proposta.

[Aprovada por maioria, com 7 votos a favor (3 PPD/PSD, 3 CDS/PP e 1 Ind. NTL), 7 votos contra (2 PCP, 1 L, 1 BE, 1 Ver. Paula Marques, 1 Ver. Floresbela Pinto e 1 Ver. Rui Franco) e 3 abstenções (PS).]

O Senhor Presidente, em exercício exerceu voto de qualidade.

Relatório e Contas 2024



Índice

1. Preâmbulo 1
   Eixos Estratégicos 3

2. Espaços Culturais 4
   Atelier-Museu Júlio Pomar 5
   Capitólio 6
   Casa Fernando Pessoa 7
   Castelo de São Jorge 8
   Cinema São Jorge 9
   Galerias Municipais 10
   LU.CA - Teatro Luís de Camões 11
   Museu do Aljube Resistência e Liberdade 12
   Museu Bordalo Pinheiro 13
   Museu do Fado 14
   Museu de Lisboa 15
   Museu da Marioneta 16
   Padrão dos Descobrimentos 17
   São Luiz Teatro Municipal 18
   Teatro do Bairro Alto 19
   Teatro Variedades 20
   Espaço Atlântida - Centro de Estudos da História da Leitura 21
   Pavilhão Julião Sarmento 21
   Planeamento e Produção de Eventos 22

3. Serviços Centrais
   Comunicação e Marketing
   Desenvolvimento Organizacional
   Gestão de Pessoas
   Obras

4. Situação Económico-Financeira

5. Demonstrações Financeiras Individuais
   Balanço Individual
   Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas
   Demonstração Individual de Fluxos de Caixa
   Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio

6. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais

7. Anexos
   Objetivos Setoriais - Execução
   Quadro Investimento
   Relatório e Parecer do Fiscal Único
   Certificação Legal das Contas

BOLETIM MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

24 QUINTA-FEIRA ABRIL 2025

Preâmbulo

EGEAC Relatório e Contas 2024

"O valor das coisas não está no tempo que elas duram,
mas na intensidade com que acontecem ..."

Fernando Pessoa

Neste Relatório e Contas, apresentamos um panorama das nossas atividades ao longo do último exercício fiscal. Destacamos as principais conquistas, analisamos os desafios enfrentados que nos permitiram avançar de forma sólida e consistente.

O nosso compromisso com a excelência operacional e a criação de valor sustentável para os nossos públicos e parceiros culturais, e muito em especial para com a nossa Cidade, permanece inabalável. Reafirmamos a nossa visão de crescimento contínuo e de inovação, norteados por princípios éticos e de responsabilidade social.

É neste contexto e decorrente dos objetivos estratégicos traçados para 2024, que o exercício em análise projetou resultados amplamente positivos nas seguintes vertentes:

Consolidação da Atividade da Empresa
A consolidação da atividade da empresa foi reforçada de forma inequívoca com a implementação da sua nova marca, **Lisboa Cultura**, aproximando assim a sua designação e reconhecimento à missão e área geográfica de atuação da empresa.

Promoção da Ação Cultural
A promoção da sua ação enquanto elemento decisivo de uma cultura integrada registou a fidelização, diversificação e incremento de públicos na maioria dos equipamentos culturais. Com 1.471 atividades distintas que possibilitaram um resultado global de público de 6.320.522 pessoas, registamos com satisfação uma taxa de execução de 125%. Exercício que projetou igualmente um envolvimento total de 206.872 estudantes e docentes nas diversas atividades que promoveu junto dos públicos escolares, um aumento significativo de 36% face ao ano transato.

Política de Cultura Inclusiva
A concretização de uma política de cultura inclusiva foi alcançada mediante melhoramentos significativos nos espaços dos seus equipamentos culturais e na sua programação, mediante o desenvolvimento de 115 sessões adaptadas a diferentes públicos que possibilitaram o envolvimento e acolhimento de mais de 1900 pessoas com características específicas. Este progresso na vertente das intervenções realizadas beneficiou do conjunto de candidaturas realizadas e aprovadas no âmbito do PRR.

Valorização do Capital Humano
A valorização do capital humano da empresa foi priorizada, com a procura pela melhoria dos instrumentos de gestão que auxiliem de forma mais eficaz o exercício da atividade. O recurso à mobilidade dos seus quadros técnicos manteve-se também como um estímulo a novos desafios. Como complemento desta gestão de pessoas, 2024 ficará também marcado pelos Concursos para a Direção do Castelo de São Jorge e do futuro Pavilhão Julião Sarmento.

Área Programática
Na área programática, o exercício de 2024 ficou marcado pelo amplo e abrangente leque de iniciativas que assinalaram os 50 anos do 25 de abril, bem como pelo reconhecimento nacional e internacional das ações concretizadas em espaço público ao longo do ano, dos quais se destacam as Festas de Lisboa e as Festas de Natal.

Incremento do Universo da Empresa
Registe-se igualmente o incremento do universo da empresa, através da conclusão e inauguração do Teatro Variedades, decisivo para o relançar da dinâmica do polo cultural do Parque Mayer, possibilitando dotar o espaço de três equipamentos em plena atividade.

Desenvolvimento de Novas Áreas e Projetos
Desenvolvimento de novas áreas e projetos geradores de uma visão mais ampla na vertente da música, com o projeto *Mundo Nôbu*, na componente dos Festivais de projeção internacional, com a primeira edição do *Tribeca*, bem como na vertente de valorização e incentivo ao setor dos media numa relação com a Cidade, com o lançamento do programa *Lisboa Cultura e Media*.

Por fim, gostaríamos de expressar o nosso sincero agradecimento e reconhecimento a todas as pessoas da empresa, parceiros e acionista pelo seu apoio contínuo e dedicação ao longo do último ano.

Juntos, continuaremos a trilhar o caminho do sucesso e da inovação, comprometidos com os nossos valores e objetivos de bem servir Lisboa.

Lisboa, 18 de fevereiro de 2025

O Conselho de Administração
Pedro Moreira – Presidente
Susana Graça – Vogal Executiva
Gonçalo Reis – Vogal não Executivo

Eixos Estratégicos

Em 2024, reforçámos o espírito renovador que norteou a atividade da empresa em 2023, mantendo como eixo central a valorização e reconhecimento do seu capital humano. Esta missão foi alicerçada num conjunto de eixos estratégicos, de ordem transversal e programática que possibilitaram o desenvolvimento e execução do seu plano de atividades, com o envolvimento natural das suas unidades orgânicas, criando oportunidades de partilha e discussão conjunta.

Impacto

Consolidar o papel da EGEAC enquanto empresa que privilegia a qualidade de serviço que presta à sociedade e o impacto que tem no setor cultural, dando espaço à inovação e assegurando a sustentabilidade de atividades culturais de excelência na cidade.

Comunidades e cidadania

Basear a atividade da EGEAC no conceito de Cultura como valor integrado e fator de enriquecimento das comunidades, promovendo a fidelização, o alargamento e a diversificação de públicos.

Inclusão

Ancorar a Cultura como fator de inclusão, aproximação e entendimento, assegurando a criação de condições para que todos os segmentos de público possam encontrar na EGEAC o melhor acolhimento.

Valorização do capital humano

A formação na EGEAC manteve-se como um dos elementos fulcrais para o desenvolvimento das competências das pessoas que trabalham na empresa, assegurando que possam desenvolver as suas atividades de forma adequada aos desafios que lhes são lançados, entre os quais se perspetiva a implementação de uma nova ferramenta de gestão integrada.

Espaços Culturais

Em Lisboa, a Cultura passa por aqui.

Avenida da Liberdade, Rato e Campo de Ourique

6 Casa Fernando Pessoa
7 Teatro do Bairro Alto
8 Capitólio
9 Teatro Variedades
10 Cinema São Jorge

Chiado e Santos

11 Museu da Marioneta
12 Atelier-Museu Júlio Pomar
13 Galeria da Boavista
14 Teatro São Luiz

Belém e Junqueira

1 Pavilhão Julião Sarmento
2 Galeria Avenida da Índia
3 Padrão dos Descobrimentos
4 LU.CA – Teatro Luís de Camões
5 Torreão Nascente da Cordoaria

Campo Grande e Alvalade

22 Palácio Pimenta – Museu de Lisboa
23 Pavilhão Branco
24 Museu Bordalo Pinheiro
25 Galeria Quadrum

Baixa, Alfama e Costa do Castelo

15 Torreão Poente do Terreiro do Paço – Museu de Lisboa
16 Santo António – Museu de Lisboa
17 Museu do Aljube
18 Núcleo Arqueológico da Casa dos Bicos – Museu de Lisboa
19 Castelo de S. Jorge
20 Teatro Romano – Museu de Lisboa
21 Museu do Fado

egeac.pt

Atelier-Museu Júlio Pomar

O Atelier-Museu Júlio Pomar (AMJP) tem por missão conservar, divulgar e aprofundar o conhecimento da obra de Júlio Pomar nos seus diversos aspectos, assim como fomentar a reflexão crítica e o debate em torno das artes e da cultura contemporâneas.

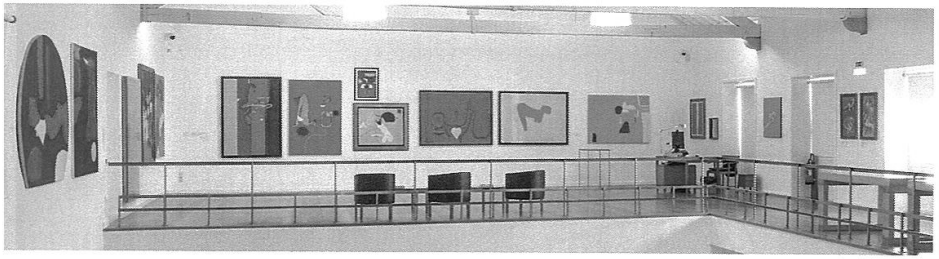
Com *O Tom do Pomar* (obras de Osso Coletivo e Júlio Pomar), foi dado seguimento ao programa de exposições que cruzam a obra de Pomar com a de outros artistas. A exposição *Júlio Pomar. Revoluções 1960-1975* mostrou e refletiu um período de grandes alterações na sua vida e obra, equacionando e amplificando a designação de "revolução" em arte. *De um Traço, Trai. Desenhos de Júlio Pomar* foi a última exposição do ano, dedicada à sua obra de desenho sobre papel vegetal.

Para além da organização e realização de visitas e oficinas, foi desenvolvido e divulgado o programa escolar para todos os níveis de ensino, incluindo o universitário (alunos de História da Arte, Belas-Artes e Arquitetura). Foi realizada uma visita guiada destinada a docentes (para iniciativa da Arte Central).

Deu-se seguimento ao programa de continuidade *Ao Lado de Pomar* que envolveu alunos da Escola Artística António Arroio, Escola Secundária do Fundão e Colégio Valsassina: foi realizada uma exposição com os trabalhos dos alunos, realizadas visitas pelos curadores e uma visita para crianças.

Em 2024, o AMJP editou 4 publicações: *Júlio Pomar - 10 anos de Museu*; *A Liberdade Aprende-se Experimentando - Júlio Pomar e o 25 de Abril*; *O que Pode Um Arquivo - conversas sobre arte e espólios documentais*; *O Tom do Pomar – Osso Colectivo + Júlio Pomar*.

Numa lógica de inclusão para todos os públicos, destaca-se a preparação de visitas guiadas em Língua Gestual Portuguesa para as exposições. Em colaboração com a Trienal de Arquitetura de Lisboa, foi criada uma maquete do edifício (para pessoas com deficiência visual).



A informação sobre as exposições e eventos foi divulgada nas redes sociais, no site e através do envio de newsletters, sendo realizada uma aposta na divulgação das atividades para crianças e famílias e das visitas em Língua Gestual Portuguesa.

Para além da realização de uma campanha de procura de pinturas do artista, decorreram trabalhos de investigação e compilação de informação sobre as obras de Júlio Pomar que integrarão o *III Catálogo Raisonné de Júlio Pomar*.

Foram realizados trabalhos de manutenção do edifício, assim como estudos e atualizações em redor do inventário e da coleção do Atelier-Museu.

16 800
seguidores

5 300*
seguidores

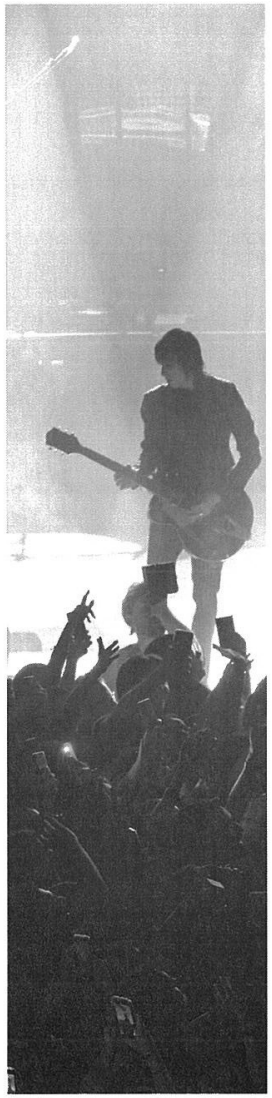
* total dos perfis AMJP e BAC.

BAC – Banco de Arte Contemporânea Maria da Graça Carmona e Costa

Sob coordenação do AMJP, o BAC tem como missão a prospeção, preservação, investigação, estudo, guarda e divulgação de espólios documentais e artísticos de arte contemporânea.

Em 2024, destaca-se a doação de dois acervos ao BAC (Teresa Magalhães e António Palolo); a catalogação e digitalização dos espólios de José Luís Porfírio e Galeria Quadrum (em processo); a campanha fotográfica e de digitalização da série de cartazes de João Pinharanda; a continuação dos trabalhos para a apresentação da primeira exposição do BAC (a acontecer no AMJP); a elaboração de dois cadernos de montagem (*Antecâmara* e *Déjeuner sur l'herbe*) para a exposição de Ana Vieira no Centro de Arte Oliva e a colaboração na montagem das referidas obras.

Foi apresentada uma comunicação no VIII Fórum Ibérico de Estudos Museológicos (Universidade de Coimbra).



Capitólio

Localizado no Parque Mayer, o Capitólio é um espaço de acolhimento de espetáculos e eventos, de interesse para todos os públicos, afirmando-se como uma sala aberta aos promotores culturais e ao serviço da cidade.

O início do ano ficou marcado pela apresentação no Capitólio de um dos debates para as eleições legislativas, com transmissão televisiva e a consequente visibilidade do equipamento.

Foram apresentados diversos concertos que solidificaram o Capitólio como espaço de referência no panorama nacional: Van Zee, Sétima Legião, Iolanda, Arnaldo Antunes e Vítor Araújo, The Tallest Man on Earth, Jonas, José Pinhal Post-Mortem Experience, Janeiro, Ena Pá 2000, Palaye Royale, Christian Löffler, Kim Gordon, Brandee Younger, Desire, David Bruno e Fingertips. Festivais como o Lisboa Mistura, o Misty Fest e o Festival Termómetro também marcaram presença no Capitólio.

Em parceria com o Teatro Nacional D. Maria II, foi apresentado a 27 de março, para a comemoração do Dia Mundial do Teatro, o programa *O Teatro que Abril Abriu*. O teatro regressaria ao Capitólio no segundo semestre, numa parceria com a Embaixada de Espanha para a apresentação do espetáculo *El Regalo de Zeus*, no âmbito da programação do Festival Internacional de Teatro Clássico de Mérida.

Vários eventos comemorativos tiveram o Capitólio como espaço de apresentação, entre os quais: o Dia da Europa com a realização do concerto celebrativo *Gaudeamus*, dirigido pelo maestro António Victorino d'Almeida; o espetáculo *Morabeza em Lisboa*, de homenagem à música e músicos de Cabo Verde, com entrega da Medalha de Mérito Cultural de Lisboa a Sara Tavares e Bana (a título póstumo) e ao cantor Dani Silva; e o concerto *Jangada de Pedra* de Teresa Salgueiro, no âmbito da Noite da Literatura Ibero-Americana, organizada pela OEI - Organização de Estados Ibero-Americanos e a Fundação José Saramago.

Em outubro, o Capitólio juntou-se à festa de abertura do Teatro Variedades, apresentando os concertos, com interpretação em Língua Gestual Portuguesa e audiodescrição: *No futuro Lisboa* - com a curadoria de Dino D'Santiago e a participação de Berlok, Sir Scratch, Sasha Silva, NBC, Jojho, entre outros; *Pedro Jóia e José Manuel Neto* com a convidada especial Aurora; *Tó Trips;* e *Expresso Transatlântico*. Ainda no âmbito da abertura do Teatro Variedades, foram apresentados 3 DJ sets (Nery; Huca e João Villas-Boas; Mãe Dela), assim como os filmes *A Canção de Lisboa* e *O Costa do Castelo*.

Ao longo do ano, decorreram outros destaques, como a conversa com Bernadette Peters, que trouxe ao palco do Capitólio a estrela dos musicais da Broadway; os projetos de dança *We Call it Ballet*, *We Call it Flamenco* e *Flamenco Passion;* e um ciclo de cinema no terraço, no verão.

100* seguidores

1 300* seguidores

* contas conjuntas Capitólio e Teatro Variedades.

Casa Fernando Pessoa

A Casa Fernando Pessoa (CFP) ocupa o edifício onde Pessoa viveu, entre 1920 e 1935. Tem uma exposição de longa duração, uma biblioteca especializada, um auditório e loja/livraria. A sua missão é partilhar e gerar conhecimento sobre a vida e obra de Fernando Pessoa, assim como promover a reflexão e o debate sobre o poder da literatura e os efeitos transformadores da leitura.

Um dos momentos principais da programação foi a comemoração dos *50 anos do 25 de Abril*. Neste âmbito, foi apresentado um programa diverso ao longo de vários dias, que incluiu: uma oficina de escrita; um percurso por Lisboa; um concerto de música lírica e eletrónica; e uma sessão de leituras a propósito do papel fundamental da rádio na revolução de 1974.
Deve também ser destacada a participação na Feira do Livro de Buenos Aires, com stand próprio e uma programação que incluiu conversas e leituras sobre o escritor.

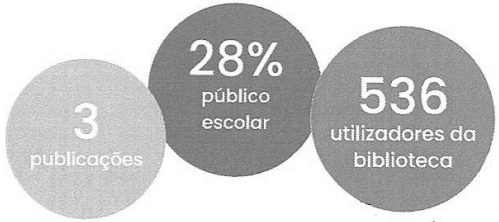
Outros destaques programáticos ao longo do ano, incluem a exposição temporária *Almada e Pessoa: conversa entre bibliotecas* – em parceria com o CEDANSA – Centro de Estudos e Documentação Almada Negreiros-Sarah Afonso, da Universidade NOVA; a mostra *O Museu Fora do Armário – Livros Queer na Biblioteca de Fernando Pessoa*; o colóquio *Athena 100* (centenário da revista dirigida por Pessoa); o retomar da transcrição da marginália dos livros da Biblioteca Particular de Pessoa; a *Feira do Livro de Poesia* e o programa *Poesia Estendida* (em parceria com a Junta de Freguesia de Campo de Ourique); as tardes de *Jazz na Esplanada*, em parceria com o Hot Clube; a coprodução de um disco de Ana Deus e Luca Argel a partir de versos de Pessoa, com apresentação de concerto; o lançamento da primeira *Residência de Escrita de Poesia*, em parceria com o Governo dos Açores; um encontro com professores para apresentação do *Programa Escolas 2024-2025;* o início de um programa de visitas em línguas estrangeiras com falantes nativos; o programa *Leituras ao Ouvido* (que fez 4 anos de existência). A CFP colaborou ainda com o Museu do Fado e com o Castelo de São Jorge na realização programas relacionados com Pessoa.

Ao nível das políticas de proximidade, deve ser destacado o primeiro *Encontro de Literatura Cigana* com elementos da comunidade. Manteve-se ativa a colaboração com a Santa Casa da Misericórdia para a participação gratuita de crianças nas oficinas da CFP.

Continuaram as visitas com mediador surdo, com audiodescrição e as sessões descontraídas. Foi desenvolvida uma visita orientada específica para visitantes neurodivergentes (com consultoria da APPDA – Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo) e estabelecido um protocolo com a FPAS – Federação Portuguesa de Associações de Surdos. A CFP foi ainda beneficiária do apoio ao projeto *Museu Acessível* (mecenato da Fundação Millennium bcp).

Foram editados 3 livros, com poemas de Pessoa, Alberto Caeiro e Ricardo Reis.

A CFP recebeu a Menção Honrosa do Prémio Valmor 2020 pelo trabalho de reabilitação do edifício, com projeto de arquitetura de José Adrião Arquitetos.
A APOM – Associação Portuguesa de Museologia atribuiu o prémio de Mérito Profissional, na área da Museologia, à diretora do equipamento.

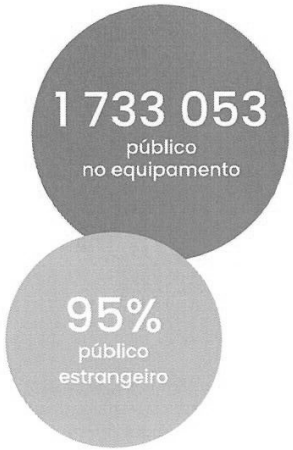


Castelo de São Jorge

O Castelo de São Jorge (CSJ) é um dos monumentos nacionais com maior número de visitantes anuais. Tem como missão o estudo, preservação, conservação, valorização, divulgação e promoção dos valores históricos, arqueológicos, arquitetónicos e paisagísticos, assim como dos bens culturais, materiais e imateriais, que integram o seu acervo patrimonial.

As linhas gerais da programação procuraram oferecer atividades para diversos segmentos de públicos. Entre os destaques, podem ser mencionados o programa musical *Pôr do Sol no Castelo* ou, direcionados para o público nacional, os *Dias da Idade Média* (em parceria com o Instituto de Estudos Medievais da NOVA-FCSH e com a Câmara Municipal de Lisboa) e as visitas de observação das várias espécies de *Morcegos no Castelo*.

Em parceria com universidades, foram realizados colóquios para especialistas: *Alcáçovas do Garb Al-Andalus* e *Usos do Castelo*. Refira-se, ainda, o acolhimento do FIMFA, do *Fado no Castelo*



37 400
seguidores

10 400
seguidores

(Mariza) e do concerto dos The Gift. No âmbito dos *50 anos do 25 de Abril*, foi inaugurada a exposição *A Revolta do Castelo (1928)*. A oferta diária de visitas guiadas foi complementada com outras atividades, como a encenação histórica das *Artes Bélicas*, ou eventos em dias comemorativos.

Foram desenvolvidas atividades educativas e de mediação cultural, como oficinas e visitas orientadas para escolas, para crianças e famílias, assim como visitas acessíveis, com audiodescrição e interpretação em Língua Gestual Portuguesa. Foram desenvolvidos projetos de continuidade com escolas e outras instituições (Escola do Castelo, Hospital Pediátrico Dona Estefânia e Centro Cultural Filipe Folque) e mantida a parceria com a Ar de Filmes/Teatro do Bairro (visitas de estudo com a encenação do *Auto da Barca do Inferno*).

Ao nível da comunicação, destaca-se a produção de visitas com audioguias (em 6 idiomas), o desenvolvimento de um novo folheto informativo, bem como a retificação da sinalética direcional. Continuou a atividade regular de assessoria de imprensa e relações-públicas, assim como a aposta nas redes sociais (que mantiveram a tendência de crescimento do público alcançado). Foi realizada publicidade especificamente direcionada para os públicos escolar e familiar e foi criada uma nova brochura de cedências de espaço.

Para além do cumprimento das ações previstas no Plano de Conservação Preventiva e da regular atividade de conservação e manutenção, incluindo ações de diagnóstico e conservação, destaca-se a conclusão das seguintes intervenções: instalação da iluminação monumental; requalificação da antiga cafetaria e inauguração dos novos espaços funcionais (sala multiusos, biblioteca e arquivo, armazém da loja, copa); limpeza de área de estaleiro junto ao Núcleo Arqueológico; reparação da fachada da Casa do Governador; projeto de requalificação das coberturas das casas islâmicas.

Com a intenção de acrescentar informação ao conhecimento dos públicos do monumento, foram realizados inquéritos na bilheteira.

Cinema São Jorge

Abriu portas em 1950, afirmando-se, desde então, como uma das mais emblemáticas salas de cinema de Lisboa. Assume um trabalho de promoção e difusão da sétima arte e, também, de outras atividades culturais.

Em 2024, o Cinema São Jorge atingiu um número de espectadores que finalmente ultrapassou os números pré-pandemia, continuando a afirmar-se enquanto equipamento de especial relevo na cultura da cidade. A programação cinematográfica foi, como é natural, a principal responsável pela maioria dos espectadores (acima dos 80%), tendo sido igualmente recebidas propostas nas áreas da música, teatro imersivo, ou stand-up comedy.

Ao longo do ano, eventos como o PLAY, a Monstra, o IndieLisboa, o MOTELX, o Doclisboa ou a Festa do Cinema Francês, continuaram a ser estruturais para a captação de público. Em relação a 2023, entre cinéfilos, famílias e escolas, registaram-se subidas significativas em alguns destes eventos: 50% no caso do PLAY, 33% no caso da Monstra e 40% no caso do Doclisboa. Devem ainda ser destacados: o regresso da Festa do Cinema Italiano a uma lógica de programação mais centrada no Cinema São Jorge; a apresentação de teatro *Salão Lisboa;* o encontro internacional *Filmapalooza*, com especial no foco na escrita e no guionismo; as antestreias de cinema português; e a estreia do LEFFEST - Lisboa Film Festival no Cinema São Jorge.

Dentro do projeto educativo *Afim de Filmes*, prosseguiu o trabalho continuado junto de diversos públicos: as *Sessões Marsupiais,* sempre com filmes escolhidos pelo público, dedicadas aos recém-pais; as oficinas *Luzes, Telefone, Ação* com a participação das escolas; as sessões *Créditos Finais* na Sala Rank; e as oficinas *Zootrópio* e *Stop Motion.*

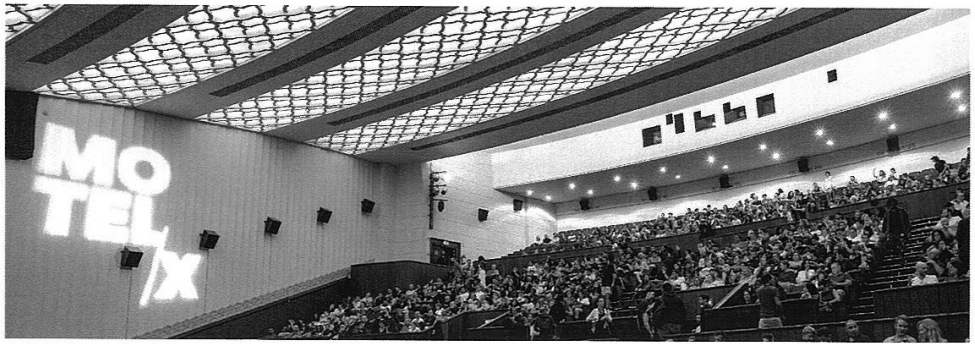
Ainda dentro de uma lógica de trabalho continuado junto dos diversos públicos, foi realizada a segunda edição do *Ciclope - Ciclo de Primeiras Estreias*, focado em primeiras obras de criadores que querem apresentar as suas primeiras obras em sala de cinema.

Foi desenvolvido o novo site, procurando responder às exigências de programação e às expectativas do público que procura informação sobre o Cinema e a sua programação. Lançado em julho, alcançou 99 000 utilizadores e 169 000 visualizações de página, até ao final do ano, sendo igualmente melhorada a regularidade do envio das newsletters.

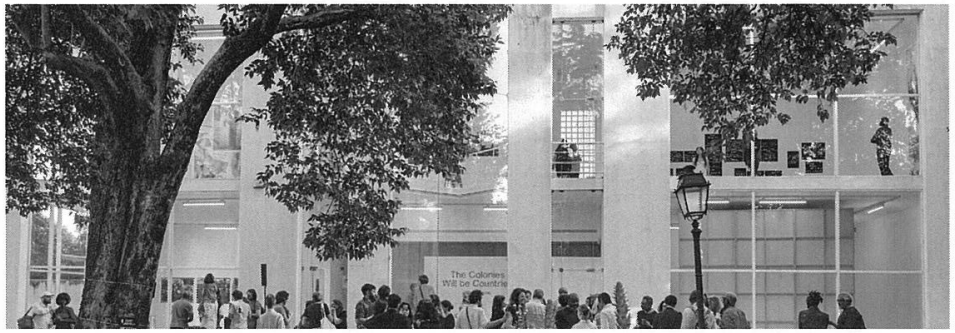
Foram preparados materiais que irão assinalar os *75 anos do Cinema São Jorge* em 2025.

31 400 seguidores

27 300 seguidores



Galerias Municipais



As Galerias Municipais são constituídas por cinco espaços, em rede e sem coleção: Pavilhão Branco, Galeria da Boavista, Torreão Nascente da Cordoaria Nacional, Galeria Quadrum e Galeria Avenida da Índia. A programação reflete a diversidade da criação artística e dos seus discursos, através de um programa que mantém uma competência transdisciplinar e transcultural.

Foi concebida uma programação para os cinco espaços expositivos, privilegiando o desenvolvimento e a produção de novos projetos de arte contemporânea, onde temas da atualidade assumiram uma posição de destaque, nomeadamente: a análise crítica sobre o uso da tecnologia e o impacto na vida humana; a fotografia enquanto testemunho do tempo e reflexão sobre a história recente de Portugal; questões de identidade, sexualidade e igualdade de género. Por ocasião dos *50 anos do 25 de Abril*, entre outros projetos, as Galerias Municipais convidaram a artista Luisa Cunha a realizar um projeto sonoro para todos os espaços.

A equipa de Mediação centrou as suas atividades no contexto da programação desenvolvida, destacando-se as visitas guiadas realizadas no âmbito das exposições *Factum* e *Não vá o diabo tecê-las!* onde foram recebidas, diariamente, escolas de todos os níveis de ensino, assim como instituições sociais (público sénior). As atividades educativas realizadas na *Feira do Passaporte Escolar*, as visitas guiadas com a Open House e a Arte Central, ou o projeto de continuidade *Construção de um livro* com uma turma do 8º ano da Escola Secundária Rainha Dª Leonor, são exemplos de parcerias estabelecidas ao longo do ano.

Foram publicados os catálogos de várias exposições: *O Colecionador de Belas-Artes*; *Faro-Oeste*; *PLEC - Projeto Lúdico em Construção*; *Encontros Imediatos de Segundo Grau*; *Black Skin, White Masks: The Black Body in Presence*; *Luisa Cunha – uma obra em seis partes*; e *Haven*. Foi também lançado o vinil do projeto *Expanding Concert*.

Ao longo do ano foram realizadas visitas guiadas com interpretação em Língua Gestual Portuguesa e, em parceria com a Trienal de Arquitetura, foram construídas maquetes táteis das galerias Quadrum, Avenida da Índia e Torreão Nascente da Cordoaria Nacional.

A presença nas redes sociais foi reforçada com o recurso à produção e divulgação de vídeos, sendo também realizadas publicações cruzadas com os perfis institucionais da EGEAC. Foram publicados anúncios nas redes e na imprensa, produzidas e enviadas newsletters e produzida informação diversificada sobre as exposições (incluindo folhas de sala para crianças).

As Galerias Municipais procederam a várias reparações e intervenções nos seus espaços, sendo de destacar a preparação de trabalhos de prospeção arqueológica no Torreão Nascente da Cordoaria Nacional.

LU.CA – Teatro Luís de Camões

O LU.CA apoia a criação artística dirigida a crianças e jovens sobre tópicos relevantes e cria aproximações entre os criadores, as obras, os públicos e o edifício. Como polo cultural de referência, procura suscitar hábitos culturais e uma receção esclarecida desde a infância.

O ano iniciou com o ciclo dedicado à *Ética e Justiça* recorrendo a diferentes propostas e linguagens artísticas. Foi reposta a trilogia para crianças da atriz/encenadora Catarina Requeijo. Foi apoiada a criação de espetáculos, (teatro, dança, música) em estreia, através do modelo de coprodução. Mantiveram-se as sessões de leitura da Bru Junça e as parcerias com o PLAY, FIMFA e AMPLA. Realizou-se o habitual *Baile de Carnaval*, o novo *Baile Fantástico*, um *Encontro de Professores* e duas equipas artísticas responderam à Open Call para as *Residências Acompanhadas*.

Foram apresentadas pequenas exposições no Entrepiso que auxiliaram a leitura e aproximação às obras apresentadas em palco.

Partindo da *Biblioteca do Público*, conjunto de livros selecionados por artistas na órbita dos espetáculos apresentados, a equipa do LU.CA selecionou livros, para exposição e consulta, que acompanharam regularmente a programação. Foram também produzidos 3 guias pedagógicos, para diferentes faixas etárias, enquanto proposta de interação e reflexões sobre a matéria exposta.

Estudantes do ensino superior, e outros grupos, como o Departamento de Educação da Câmara Municipal de Torres Vedras, visitaram o Teatro para conhecer o projecto e o espaço. Paralelamente, o LU.CA foi às escolas com atividades oficinais dirigidas a diferentes turmas e idades.

Na brochura trimestral foram publicados conteúdos específicos, bem como propostas educativas e exploratórias, em torno das atividades do programa.

Foram realizados 8 espetáculos com audiodescrição, 33 espetáculos com Língua Gestual Portuguesa e 14 sessões descontraídas. Ainda no âmbito das acessibilidades, para além da versão da brochura disponível em braile que pode ser consultada na bilheteira, a *Biblioteca do Público* continuou a ser enriquecida com livros em braille e tinta.

No que diz respeito à área da comunicação, procurou-se fortalecer a assessoria de imprensa por forma a alcançar novas áreas de cobertura mediática, não somente as reservadas à programação para famílias. Foi aumentada e diversificada a produção de conteúdos audiovisuais para promoção nas plataformas digitais, como teasers e vídeos de contexto e, por forma a manter viva a relação com os públicos, foi reformulada a linguagem gráfica da comunicação do Teatro.

De modo a ampliar a programação e estendê-la pelo edifício, foram realizadas obras de remoção do bar para criação do espaço polivalente "piso 2". Procedeu-se também à primeira fase de requalificação para o acesso de público ao terraço técnico.

O projeto de requalificação do LU.CA, da autoria dos arquitetos Manuel Graça Dias e Egas José Vieira, do atelier Contemporânea, mereceu o Prémio Valmor e Municipal de Arquitetura 2018.

EGEAC Relatório e Contas 2024

Museu do Aljube Resistência e Liberdade

Criado em 2015, é dedicado à memória da resistência à ditadura em Portugal (1926-1974) assumindo-se enquanto lugar de memória e homenagem a todas as pessoas que corajosamente lutaram pela liberdade. A sua missão fundamental é a preservação e partilha da memória democrática e a educação para os direitos humanos.

Em 2024, o Museu apresentou as exposições temporárias *A Artista saiu à rua – fotografias de Ana Hatherly*; *50 Cravos* de Sérgio Condeço; *25 de Abril Sempre*; e *POMAR – Ó liberdade chamei-te*. Foram asseguradas visitas orientadas às exposições e programação paralela.

Foi promovido um conjunto de atividades culturais diversas, das quais se destacam, entre outras atividades que decorreram: a comemoração dos *50 anos do 25 de Abril* com a festa *A Liberdade passa por aqui!*; o itinerário *A Revolução está na rua!*; a continuação do ciclo de conversas *E se trocássemos umas ideias sobre a Revolução?*; o ciclo de cinema de Luís Filipe Costa *Salvar a Memória;* o ciclo de sessões de escuta radiofónica *25 de Abril, sempre no ar;* a apresentação das peças de teatro *Sombras Andantes* e *Duas peças em Estado Novo;* o acolhimento do *II Congresso de História Pública* (IHC - UNL); a realização do encontro *(RE)Pensar a Contestação Social nos 50 anos do 25 de Abril*; a apresentação da leitura encenada *Feminismos. Citação;* ou o clube de leitura *Leia Mulheres*.

As exposições itinerantes *Mulheres e Resistência - Novas Cartas Portuguesas e outras lutas; Ato (DES)colonial; Adeus Pátria e Família; Os Estudantes estão na Rua; e O Legado de um Cravo,* circularam em diversos espaços pelo país (escolas, bibliotecas municipais, associações) e através de parcerias com o Instituto Camões, o Real Gabinete de Leitura (Brasil) e o Museu da Liberdade (Panamá).

Foram realizadas visitas orientadas para escolas e outros grupos à exposição de longa duração e exposições temporárias, em português e inglês. Foi também desenvolvido o projeto *RAP – Revolução Arte e Poesia*, com turmas de escolas da área metropolitana de Lisboa.

25 200 seguidores

8 500 seguidores

Foi editado o livro *1974-1984 – Uma Proposta de Cronologia*, resultante do trabalho de investigação do Museu.

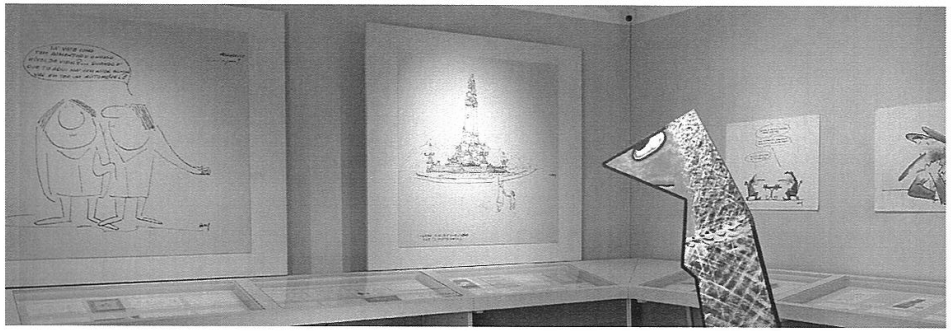
O Museu deu continuidade ao projeto *Museu Acessível* (desenvolvido, desde 2023, com o mecenato da Fundação Millennium bcp) para a criação de recursos inclusivos para pessoas com necessidades específicas: recursos técnicos; visitas orientadas com Língua Gestual Portuguesa e audiodescrição; piso podotátil; sinalética; e mapa pictográfico.

Ao nível da comunicação, para além da manutenção do site e reforço da comunicação nas redes sociais - com a divulgação da programação, das atividades do Serviço Educativo e dos documentos do arquivo digital - foi realizada uma campanha de distribuição, na imprensa, do destacável com a programação dos *50 anos do 25 de Abril*.

Continuaram os trabalhos de descrição documental, digitalização e disponibilização de espólio online, assim como a recolha de testemunhos de resistentes antifascistas e antigos presos políticos. O Museu acolheu ainda gravações várias nas suas instalações (de media nacionais e estrangeiros, ou de projetos de cinema e comunicação).

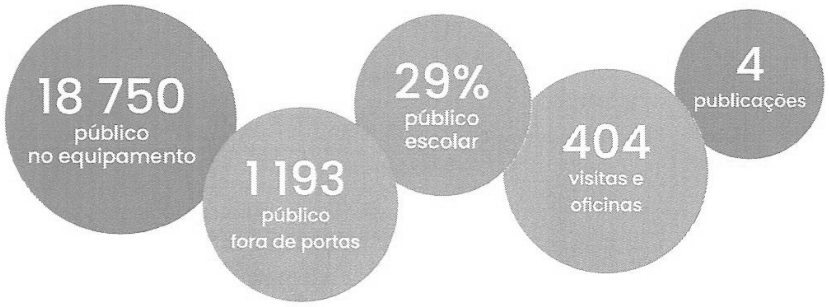
Foram realizadas reparações regulares nas instalações e outras manutenções no edifício: CCTV, elevadores e espaços de exposições temporárias.

Museu Bordalo Pinheiro



Aberto ao público em 1916, o Museu Bordalo Pinheiro foi o primeiro em Portugal a ser construído de raiz para acolher a obra de um artista. Tem como missão preservar, estudar, documentar e divulgar a obra de Rafael Bordalo Pinheiro, marcante personalidade do meio cultural, artístico e político da segunda metade do século XIX.

Para além da continuação, na galeria do Museu, da exposição *Bordalo em Trânsito* (com uma pequena renovação para destaque de uma doação), decorreram nos espaços do Museu ao longo de 2024: *Não ria. O humor é um assunto muito sério,* nos 100 anos do nascimento de Sam; *Conversas Soltas: Junqueiro e Bordalo,* no âmbito dos 100 anos da morte do poeta; *Spam Cartoon, Animação de Guerrilha,* de Cristina Sampaio, André Carrilho, João Fazenda e Tiago Albuquerque; *Paródia cega,* 4ª edição das Residências Artísticas; *AR.CO Bolseiros & Finalistas'23,* com as Galerias Municiais; *O humor unido jamais será vencido,* incluída nas comemorações dos *50 Anos do 25 de Abril*. Foram ainda realizados 2 eventos *Paródia no Bordalo* (feiras do livro e outras atividades).



EGEAC Relatório e Contas 2024

Foram editados 2 números dos Cadernos de Bordalo: *Conversas soltas: Guerra Junqueiro e Rafael Bordalo Pinheiro* e *Bordalo de Faca e Garfo: a gastronomia e a crítica social,* assim como 1 número da revista *Nova Paródia*. Com o Movimento de Expressão Fotográfica, foi coeditado o livro *Bordallo*.

O Serviço Educativo continuou a sua oferta de visitas, oficinas artísticas, oficinas de férias, clubes temáticos, encontros de professores e projetos de continuidade. Foram criadas parcerias com escolas, IPSS, hospitais e, através da Comissão Social de Freguesia, foram realizadas atividades sobre cidadania e acessibilidade, inspiradas na obra de Bordalo (com públicos e instituições de Alvalade).

Foram realizados estudos e criados recursos inclusivos, como um documento preparatório da visita ao Museu, peças tácteis, visitas com audiodescrição, visitas inclusivas e foram adaptadas oficinas pedagógicas para públicos dentro do espectro do autismo.

O Museu manteve a sua aposta ativa nas redes sociais, superando os 20 mil seguidores no Instagram. As agendas pessoais de Bordalo foram digitalizadas e disponibilizadas no site e foram criados artigos de *merchandising* para venda na loja.

Foram realizadas atividades e conferências, em articulação com as exposições patentes, e realizadas comunicações em colóquios. O Museu colaborou com outras entidades, prestou apoio a investigadores e cedeu peças e imagens a instituições e estudiosos.

Realizaram-se intervenções diversas de conservação e restauro do acervo (peças intervencionadas e jornais limpos e acondicionados).

Prosseguiram os trabalhos de renovação da exposição de longa duração.

36 800
seguidores

20 600
seguidores

Museu do Fado

Inscrito na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade (UNESCO), o Fado é um ativo cultural estratégico da cidade de Lisboa, com visibilidade crescente nas últimas décadas. Inteiramente consagrado ao universo da canção urbana de Lisboa, o Museu do Fado salvaguarda, investiga e promove o conhecimento sobre esta expressão musical, ainda em construção, em pleno século XXI.

Ao longo do ano, o Museu desenvolveu uma programação multidisciplinar em torno do Fado e da guitarra portuguesa, com o enfoque no crescimento e diversificação de públicos, presenciais e digitais. Foram desenvolvidas as linhas programáticas de investigação, promoção e fruição cultural do Fado através de uma programação regular de concertos, exposições, edições, visitas guiadas, oficinas, workshops e demais atividades de extensão cultural.

EGEAC Relatório e Contas 2024

Foi inaugurada a exposição *Imagens do Fado na Arte Portuguesa* reunindo mais de 60 obras provenientes de coleções públicas e privadas. No âmbito dos *50 anos do 25 de Abril* o Museu do Fado promoveu o ciclo *As Portas que Amália Abriu | Fado e Liberdade,* um programa de conversas concebido e moderado por Miguel Carvalho – investigador e autor de *Amália, Ditadura e Revolução, Uma História Secreta*. Em simultâneo, o Museu promoveu a exposição itinerante *Fado e Liberdade* em cerca de 10 países.

Ao longo do ano prosseguiu a coprodução de projetos em parceria com outras instituições – Fundação Centro Cultural de Belém (Há Fado no Cais) – assim como com outros equipamentos culturais da EGEAC – Teatro São Luiz (Tributo a Maria da Fé) e Castelo de São Jorge (Mariza, *Fado no Castelo*). Em 2024, prosseguiu ainda a coprodução de Festivais Internacionais de Fado (16 edições).

Foram promovidas atividades educativas de continuidade através da Oficina de Construção de Guitarra e da Escola do Museu. Foram também desenvolvidos projetos dirigidos ao público infantojuvenil, a par da realização regular de oficinas pedagógicas, masterclasses, workshops para músicos e visitas com atividades para todos os públicos.

Foi editado o catálogo *Imagens do Fado na Arte Portuguesa* e a editora discográfica do Museu, lançou 9 álbuns: *Ricardo Luis; Ricardo Luiz;* Sérgio Onze; *Ana Margarida Prado*; *Beatriz Felício*; *Sara Paixão*; *Vânia; Mapa*; e *Fados sem Fim.*

O Museu do Fado disponibilizou audioguias para ambliopes (permitindo a audição autónoma de conteúdos em português, inglês, francês e espanhol), guião em braille e materiais tácteis para visitas orientadas. Foi desenvolvido o *Arquivo Gesto do Fado* (arquivo visual de fados para a comunidade surda) com a gravação de fados interpretados por Carlos do Carmo, Camané, Maria Ana Bobone e o coro Mãos que Cantam (integrado por intérpretes surdos).

A equipa de comunicação do Museu do Fado prosseguiu o contacto regular com artistas e públicos de Fado, em todo o mundo. O reforço da comunicação digital traduziu-se numa subida do alcance dos perfis nas redes sociais em relação ao período homólogo anterior.

A par da atividade regular de catalogação das coleções, foram realizadas intervenções de requalificação do circuito expositivo.

O Museu foi distinguido com os Prémios Terra, galardão atribuído pela Fundação Diario de Avisos (Tenerife) pelo trabalho desenvolvido em prol da salvaguarda, fruição e promoção do Fado – património cultural imaterial da humanidade (UNESCO).

52 000
seguidores

14 000
seguidores

Museu de Lisboa

O Museu de Lisboa (ML) é um museu polinucleado constituído por cinco espaços em diversos locais da cidade: Palácio Pimenta, Santo António, Teatro Romano, Casa dos Bicos e Torreão Poente do Terreiro do Paço (encerrado para obras). Encontra-se em preparação um núcleo dedicado à temática da industrialização de Lisboa, localizado na Fábrica de Moagem da antiga Manutenção Militar, no Beato.

Para além da segunda parte da exposição de longa duração no Palácio Pimenta, foram inauguradas exposições temporárias em vários núcleos (Palácio Pimenta, Teatro Romano, Santo António) e apresentadas instalações artísticas no Teatro Romano.

Ainda ao nível da programação, entre o assinalar de datas marcantes, a organização de conferências, eventos, exposições itinerantes, colaborações com outras entidades e apresentações públicas sobre o Museu, podem ser destacados: a abertura bianual das Galerias Romanas; a organização de um congresso dedicado ao tema da conservação do património industrial na Fábrica de Moagem (parceria com o município de Torres Novas); a celebração das *Jornadas Europeias de Arqueologia*; apresentações de teatro clássico; os finais de tarde com música ao vivo *Hora de Baco*; o programa *O dia dos namorados é no Santo António* (com visitas guiadas, missa fadista e sessões de *Escape Room*); a *4ª edição da Feira de Santo António de Lisboa*; a *Trezena para Santo António* (de 1 a 13 de junho, com música, visitas guiadas, oficinas e atividades para famílias); ou a programação *O Santo faz anos!* (com entrega de prémios do concurso *Quadras de Santo António*, promovido pelo Grupo Amigos de Lisboa, um concerto de percussão, percursos e missa fadista).

Continuaram os programas de mediação para famílias, público geral e escolas, sendo dada continuidade aos projetos: *Marcar o Lugar*, para pessoas com demência e seus cuidadores (com a Alzheimer Portugal); *Lisboa, uma História Verídica e Bem Contada*, com utentes da APPACDM; *Lisboa Revela-se* para bebés e seus pais. Continuaram também as atividades com os Hospitais Júlio de Matos e Dona Estefânia; o trabalho com a Batoto Yetu Portugal, com destaque para o percurso *Lisboa Africana;* e foram ampliadas as atividades de mediação na área da sustentabilidade (parceria com os Jardins Abertos e a BioDiversity4All).

Foram publicados vários livros, catálogos e uma revista, incluindo a monografia *As Três Vidas do Palácio Pimenta*, com informações inéditas sobre o palácio.

Para além da continuação do trabalho de assessoria de imprensa e da aposta nas redes sociais, devem ser mencionadas as campanhas de divulgação das exposições e programas de mediação cultural, com um especial enfoque na campanha para a reabertura da exposição de longa duração do núcleo do Palácio Pimenta. Foi lançado o novo site do Museu de Lisboa.

O Museu deu continuidade ao estudo das coleções e inventariação de objetos, tendo sido disponibilizadas mais 800 fichas de inventário no acervo online. No Teatro Romano foram realizados trabalhos de restauro na Casa de Fresco, colocados novos projetores nas ruínas e realizada uma intervenção arqueológica no n.º6 da rua de S. Mamede que permitiu colocar a descoberto uma parte relevante do Teatro. Na Fábrica de Moagem, finalizaram-se os trabalhos de conservação e restauro do património integrado.

50 100 seguidores

24 500 seguidores

EGEAC Relatório e Contas 2024

Museu da Marioneta

Instalado no Convento das Bernardas, o Museu dá visibilidade à história da arte da marioneta, em Portugal e em várias partes do mundo. Tem como missão a salvaguarda, o estudo e a partilha de conhecimentos sobre o tema, enquanto colabora com artistas e companhias.

No dia 1 de dezembro, o Museu da Marioneta foi encerrado para obras de remodelação e restruturação das salas e da museografia, com duração prevista de cerca de 4 meses.

Desde o início do ano, até ao encerramento, foram apresentadas 3 novas exposições, com destaque para *A Revolução das Marionetas | 1970 -1980* (junho a outubro), resultante de um trabalho de investigação que revelou a importância da arte da marioneta nos anos 70 e 80 do séc. XX e que apresentou marionetas nunca antes expostas publicamente em contexto museográfico. Neste contexto, foi igualmente editado o catálogo da exposição, com estudos inéditos sobre o tema.

Na capela, após obras de conservação, foram apresentados 9 espetáculos.

O Serviço Educativo manteve os projetos de proximidade com os hospitais Dona Estefânia e Santa Maria e com a Junta de Freguesia da Estrela. Destaque para os projetos de continuidade com a Escola Profissional da Metropolitana (concepção de um espetáculo) e com o Colégio Valsassina (criação de uma exposição de marionetas de fios). Foi realizada também uma parceria com a Associação Cultural Teatro do Museu, que apresentou um projeto de teatro integrado em visitas do Museu. Deve também ser realçada a participação na Feira da Dieta Mediterrânica (Tavira), com a realização de oficinas de marionetas para os mais novos.

Foram publicados e distribuídos 2 números da revista *Notícias da Marioneta* (também foram divulgados online). Entre outros materiais de comunicação, foram ainda produzidos postais ilustrados com a programação mensal do Serviço Educativo, 10 vídeos promocionais para a temporada de espetáculos *Marionetas à Capela*, folhetos, cartazes, folhas de sala, telões, newsletters e uma brochura (em física e digital) com as atividades do *Museu em Movimento* (a decorrer durante o período em que o Museu estará encerrado para obras de remodelação).

Foram adquiridas cerca de 150 marionetas de vários países (China, Birmânia, Itália, Alemanha, Java). O Museu procedeu ainda a trabalhos de restauro de peças, atualizou a base de dados e operacionalizou a saída da coleção Francisco Capelo (que ficou concluída no final do ano).

A loja foi valorizada com a aquisição de marionetas de várias partes do mundo e de marionetistas portugueses. Foram ainda produzidos blocos com capas da autoria de ilustradores portugueses, inspiradas em peças da coleção do Museu.

19 500
seguidores

7 200
seguidores

Padrão dos Descobrimentos

Da autoria do arquiteto Cottinelli Telmo e do escultor Leopoldo de Almeida, o Padrão dos Descobrimentos eleva-se a mais de 50 metros de altura, em frente ao rio Tejo. Erguido pela primeira vez em 1940, o Monumento apresenta atualmente um programa regular de exposições temporárias.

Em abril inaugurou a exposição *Álbuns de Família. Fotografias da Diáspora Africana na Grande Lisboa (1975-hoje)* com o objetivo de mostrar e refletir sobre as fotografias da autorrepresentação da diáspora africana em Portugal – as imagens que os portugueses afrodescendentes e os africanos registaram de si próprios e das suas comunidades desde 1975, data das independências dos países africanos de colonização portuguesa. Graças a estes arquivos, de imagens e das suas narrativas pessoais, foi possível contribuir para uma história da prática fotográfica negra em Portugal, criando assim uma contranarrativa face ao vasto arquivo de fotografias de africanas e africanos produzidas em situação colonial, em África, que estão presentes em arquivos públicos e privados portugueses. A exposição contou com programação paralela e o catálogo (coedição com a Tinta da China), recebeu e o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian e da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.

Fora de portas, a praça do Rossio e a Estação Sul e Sueste receberam, em outubro, um conjunto de *Fotografias em Diáspora*, incluídas na exposição *Álbuns de Família*. Multiplicando o efeito da exposição, a iniciativa reforçou a importância da representatividade no espaço público, assim como da construção de uma cidadania mais inclusiva e diversa.

EGEAC Relatório e Contas 2024

17 700 seguidores

4 500 seguidores

O Serviço Educativo garantiu uma oferta pedagógica diversificada e inclusiva, com um conjunto de atividades e temas em articulação com os eixos de programação definidos. Destacou-se o projeto de continuidade *Super-heróis da Sustentabilidade*, em parceria com o CED Jacob Rodrigues Pereira da Casa Pia e foram desenvolvidas parcerias intra e extramunicipais (Junta de Freguesia de Belém, Museu Marítimo de Ílhavo, entre outros).

Ao nível da comunicação, a aposta focou-se, principalmente, em meios digitais, destacando-se a atualização permanente de conteúdos e a divulgação da exposição nas redes sociais, contribuindo para a atração de visitantes ao espaço. Foram enviadas newsletters com divulgação da programação e das atividades do Serviço Educativo.

O Padrão dos Descobrimentos garantiu a acessibilidade para todos os públicos à oferta cultural e pedagógica disponível, assegurando a realização de atividades inclusivas. As visitas programadas para acolher o público cego (ou de baixa visão) e o público surdo, contaram com o apoio de audiodescrição e de tradução em Língua Gestual Portuguesa.

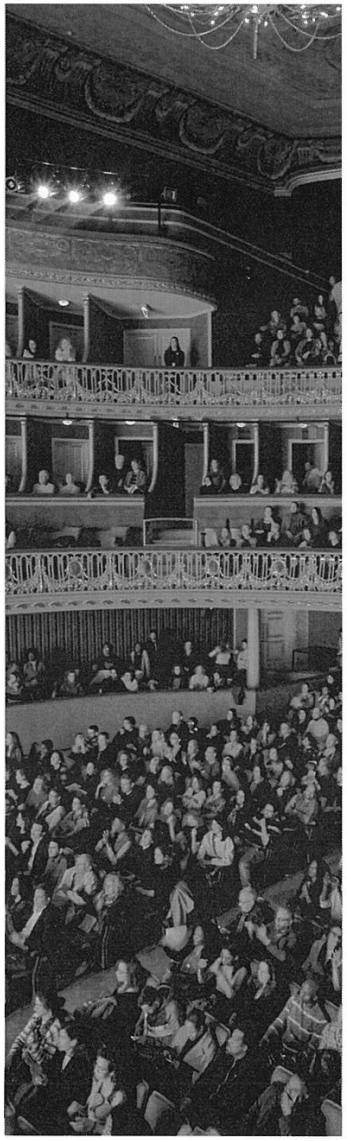
O Padrão dos Descobrimentos encerrou no dia 16 de dezembro para dar início a obras de requalificação e manutenção. A intervenção, com duração estimada de cerca de 3 meses, tem como objetivo proporcionar aos seus visitantes melhores condições de acolhimento, conforto e fruição.

São Luiz Teatro Municipal

O São Luiz Teatro Municipal (SLTM) é um importante dinamizador e impulsionador da criação artística nacional e internacional, proporcionando ao seu público um acesso diversificado às artes performativas em sessões partilhadas entre a Sala Luis Miguel Cintra, a Sala Bernardo Sassetti e a Sala Mário Viegas.

Em 2024 iniciou-se de forma mais visível a programação da atual direção artística, apostando-se no projecto do SLTM enquanto montra municipal de todas as artes e centro de todos os encontros e reflexões, no coração do Chiado.

EGEAC Relatório e Contas 2024



Neste período, tivemos três pontos fulcrais de programação: *O Nosso Futuro Ainda Humano*, ciclo de pensamento com curadoria de Carlos Pimenta, com a produção de dois suportes que preservam a sua memória (a gravação de *podcasts* para o *Spotify SLTM* e a edição das conversas em livros, brevemente disponíveis); *Foco Maestro*, carta branca a Martim Sousa Tavares, com cinco momentos diversos, da grande orquestra ao pequeno formato, passando pelas conferências encenadas; *Jazz no Picadeiro'24*, com sete sessões de jazz e de novas músicas experimentais que preencheram de público o Largo do Picadeiro no mês das Festas de Lisboa. Entre outras iniciativas, o SLTM participou ainda nos *50 anos do 25 de Abril* (com vários espetáculos) e comemorou os seus 130 anos.

Ao nível do desenvolvimento de públicos e proximidade, o São Luiz enviou informação detalhada, dirigida a várias entidades parceiras: associações, fundações, grupos informais, escolas e universidades. No último trimestre, foi realizado um trabalho conjunto com a EPAOE/Chapitô, onde foi desenvolvida, conjuntamente, uma série de atividades para o seu PCE (Plano Cultural de Escola) que se traduziu em vindas a ensaios e conversas com artistas, entre outras colaborações. Foram igualmente iniciadas relações de parceria com a Casa Pia de Lisboa e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Foram apresentados espetáculos acessíveis a todos os públicos, incluindo 15 sessões com audiodescrição, 22 com legendagem e 23 com Língua Gestual Portuguesa. Foi também concluída a aquisição e instalação do sistema integrado de legendagem PANTHEA - para emissão de legendas com receção de sinal em smartphones e smartglasses.

Ao nível da comunicação, foi estabelecida uma nova estratégia para os objetivos propostos: conquista de novos públicos, aumento da presença nos media e na cidade, maior proximidade com a comunidade, reforço de campanhas e novas parcerias. A fechar o ano, foi realizada a campanha *Cartão São Luiz - na compra de um, oferecemos o segundo!* que atingiu excelentes resultados de adesão.

No âmbito da participação na rede Prospero, espetáculos de companhias portuguesas apresentados no SLTM, continuaram a ser disponibilizados gratuitamente em plataforma digital. No seguimento do êxito do projeto *Inclusive Theatre(s)*, deu-se o arranque de outro projeto em rede *We Want More!* para a criação de espetáculos acessíveis a todas as pessoas.

Foram realizados trabalhos diversificados de manutenção técnica e de manutenção do edifício, onde se incluem o rebaixamento do balcão da bilheteira, a aquisição de projetores LED e de novo sistema de vídeo interno para monição de cena, ou os trabalhos de conservação da decoração mural da autoria do cenógrafo Luigi Manini.

43 500 seguidores

29 400 seguidores

Teatro do Bairro Alto

Aberto em outubro de 2019, o Teatro do Bairro Alto (TBA) dedica-se à criação e apresentação de projetos artísticos experimentais, bem como às práticas discursivas que os rodeiam e atravessam. No TBA cruzam-se artistas novos e estabelecidos, portugueses e estrangeiros, das várias disciplinas das artes performativas, com um público a quem são propostas ferramentas para ser aventuroso e querer voltar.

Pode entender-se grande parte da programação à luz da comemoração dos *50 anos do 25 de Abril* onde (para além das propostas mais evidentes, como um espetáculo sobre a Assembleia da República desde 1974, ou o concerto combativo de Xullaji), a revolução foi condição de possibilidade (e promessa ainda por cumprir) sempre que o TBA foi habitado por vozes e corpos que as instituições tendem a sub-representar. Ainda no espírito de Abril, expandiram-se os limites do possível no TBA, com a apresentação de propostas em formatos não-convencionais, ou a tentativa, em colaboração com o Teatro Nacional D. Maria II, de imaginar um espetáculo energeticamente sustentável.

11 600 seguidores

19 900 seguidores

Foi iniciada uma segunda fase do projeto de públicos *Meio Caminho*, onde se aprofundaram relações continuadas com grupos escolares da Escola Superior de Teatro e Cinema e da Escola Superior de Dança que acompanharam o TBA, até ao final da temporada 2023-2024, em atividades que envolveram visitas, oficinas e conversas após espetáculos.

Ao nível das acessibilidades, o grande destaque vai para a utilização de coletes sensoriais num concerto – *Xei di Kor*, de Xullaji – que permitiu, juntamente com a legendagem das letras, tornar o espetáculo acessível a pessoas surdas. Foram apresentadas performances, contando nas equipas artísticas com pessoas cadeirantes, assim como uma peça do artista com deficiência física Michael Turinsky. Para o conjunto da sua programação, o TBA apresentou 12 sessões de artes performativas com audiodescrição, 9 com interpretação em Língua Gestual Portuguesa (LGP) e 3 com legendagem para pessoas surdas.

Foram ainda apresentadas 3 conversas com interpretação em LGP, 1 conferência em inglês com tradução simultânea e 4 espetáculos de criação nacional com legendagem em inglês.

No que diz respeito à comunicação, deve ser referida a contínua produção de conteúdos originais, sendo de destacar: 2 novos vídeos de acessibilidade física do teatro; 1 vídeo promocional do concerto de Xullaji (com uma pessoa surda a convidar o público em LGP); ou a ênfase que a LGP ganhou nos vídeos de entrevistas (50% do ecrã). Foram produzidos vídeos sobre os dois projetos artísticos para o foyer, bem como sobre o projeto de aproximação a escolas artísticas (Meio Caminho). Foram ainda produzidos 11 episódios do podcast *Dito e Feito* (com um total de 2 212 audições).

Em parceria com a editora Sistema Solar, foram editados 2 livros relacionados com o ciclo *Histórias do Experimental*, apresentado no TBA de 2020 a 2022.

Foram realizadas intervenções ao nível da acessibilidade física do Teatro, tanto na nova instalação artística do foyer (com consultoria da Acesso Cultura), como no acréscimo de piso podotátil na zona do foyer e acesso à Sala Principal.

Teatro Variedades

Inaugurado em 1926, segundo projeto de Urbano de Castro, manteve uma atividade regular até à década de 60 do século passado. Depois de 3 décadas de encerramento, foi alvo de profundas obras de reabilitação que o dotaram de novas estruturas funcionais adequadas às necessidades dos recintos de espetáculos atuais.

A 5 de outubro de 2024 o Teatro Variedades reabriu as portas à cidade, com um programa de festa a que se juntou o Capitólio e o Teatro Maria Vitória, entre propostas de teatro, música, performance, *dj*, fotografia e arte urbana que animaram o Parque Mayer durante dois dias.

11 130
público no equipamento

63
sessões de teatro

Entre outubro e dezembro estiveram em cena as peças: *Entraria nesta sala* e *The Swimming Pool Party*, ambas com texto e encenação de Ricardo Neves-Neves; *Rita*, com texto de Sandra José e encenação de João Ascenso (espetáculo comemorativo dos 50 anos de carreira de Rita Ribeiro); e *Vento Forte*, pelos Artistas Unidos, com texto de Jon Fosse e encenação de António Simão.

Realizaram-se ainda *Conversas sobre Jon Fosse* e a exposição *O Parque Mayer visto por Lauro António* esteve patente ao público durante 80 dias.

Todos os espetáculos de teatro tiveram interpretação em Língua Gestual Portuguesa e audiodescrição.

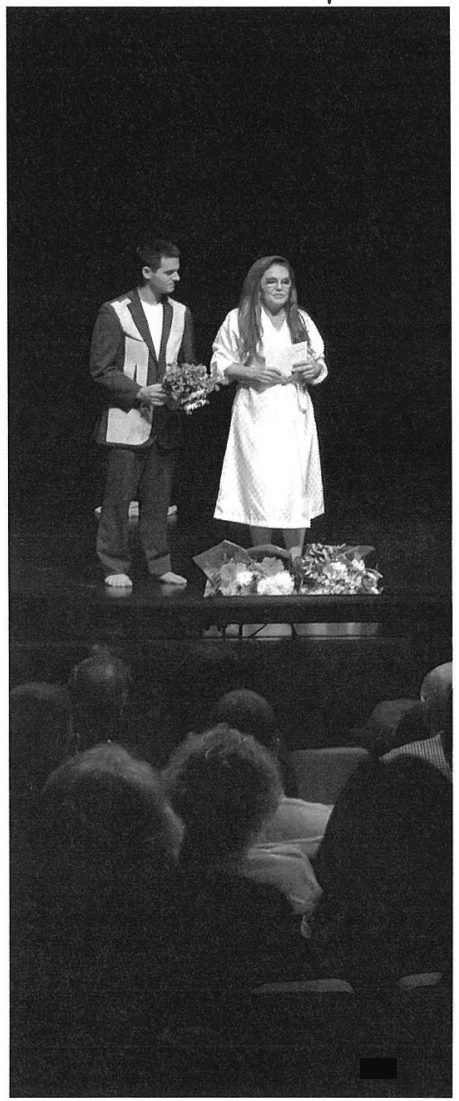
4
conversas

1
exposição

100*
seguidores

1 300*
seguidores

* contas conjuntas Capitólio e Teatro Variedades.



Espaço Atlântida – Centro de Estudos da História da Leitura

Essencialmente dedicado ao estudo da história da leitura, o Espaço Atlântida tem por base uma biblioteca multilingue especializada em literatura e humanidades. Após a abertura, pretende promover as mais variadas iniciativas, entre conferências, encontros científicos, exposições, leituras, performances, lançamento de publicações e uma oferta educativa pensada para os mais diversos públicos.

Em 2024 prosseguiram os trabalhos preparatórios e de diagnóstico no Palacete, nomeadamente: sondagens arqueológicas, parietais e estruturais e entrega dos respetivos relatórios; finalização dos projetos de execução de arquitetura e especialidades relativos à reabilitação e adaptação do espaço; início da empreitada de Trabalhos Propedêuticos de Conservação e Restauro que corresponde à primeira fase de intervenção e que inclui o tratamento, valorização e proteção dos elementos patrimoniais mais frágeis (estuques decorativos, pintura mural e azulejaria).

Relativamente à coleção da biblioteca, continuaram os trabalhos de tratamento técnico das obras (catalogação, classificação, indexação, registos de autoridade, cotação e organização). Em 2024, priorizou-se a área de *literatura/outros idiomas*: albanês, alemão, árabe, chinês, checo, grego, hebreu, húngaro, irlandês, italiano, línguas indonésias, português e turca.

Destaca-se ainda o tratamento da coleção de livros das *Mil e Uma Noites* assim como outras áreas com relevância na coleção: gastronomia, mito, literatura para a infância e antologias.

5 856
peças inventariadas

Pavilhão Julião Sarmento

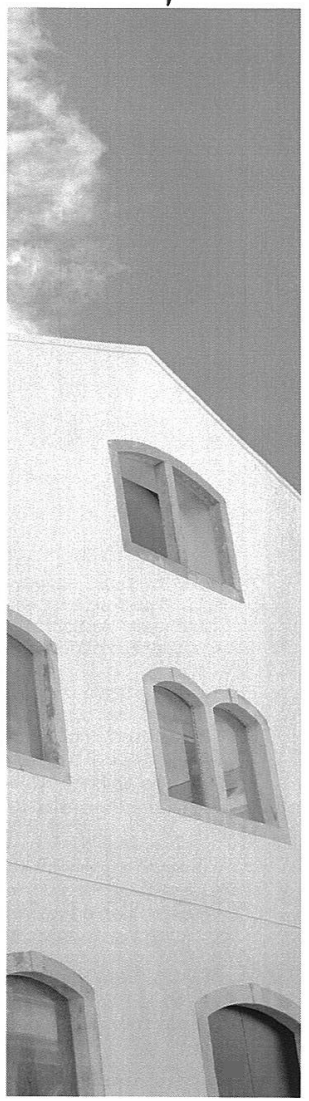
O Pavilhão Julião Sarmento, que albergará a coleção do artista, é o mais recente equipamento cultural a integrar o universo da EGEAC e será dedicado às artes contemporâneas.

Ao longo da vida, Julião Sarmento constituiu uma vasta e diversificada coleção de arte contemporânea, com a presença de várias técnicas desde a pintura ao desenho, escultura, vídeo e instalações. A coleção conta com cerca de 1200 obras de artistas nacionais e internacionais.

Situado num antigo armazém na Avenida da Índia, em Belém, o pavilhão tem obras a decorrer com uma empreitada a cargo da SRU, com projeto de arquitetura de Carrilho de Graça.

Em 2024, foi concebida a exposição inaugural que, no caso da Galeria 0 (a mais ampla, com 300 metros quadrados), terá duração anual.

1 200
obras de arte



Planeamento e Produção de Eventos

A área de Planeamento e Produção de Eventos (PPE) tem como missão desenvolver e apresentar a programação em espaço público no decorrer dos blocos programáticos Festas de Abril, Festas de Lisboa, Festas na Rua, Festas de Natal – para além de vários eventos e atividades extra.

A convite da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, elementos do PPE acompanharam a Marcha da Madragoa, em representação de Lisboa e Portugal, no Desfile do Novo Ano Lunar Chinês.

Abril foi marcado pela realização de um espetáculo inédito para comemorar os *50 anos do 25 de Abril*. No Terreiro do Paço, 180 músicos recuperaram a memória da Revolução dos Cravos e projetaram *Uma ideia de Futuro*. No final foi apresentada a nova canção *Abril é Sempre Primavera* sob um fundo de fogo de artifício e 200 drones.

Junho é o mês das *Festas de Lisboa*, tendo a apresentação do programa decorrido na Praça do Município com a atuação de vários artistas. O grande destaque das Festas de Lisboa foram as exibições e o desfile na Avenida da Liberdade das Marchas Populares, tendo sido cantado *Lisboa e o Tejo*, inspiração da *Grande Marcha de 2024*. Realizaram-se os tradicionais *Casamentos de Santo António*, os *Arraiais Populares*, a *Festa da Cultura Coreana*, o *Thai Festival*, a *Festa do Japão*, o *Cineconchas*, a *Corrida de Santo António* e a celebração do orgulho das identidades LGBTI+ com o *Arraial Pride*. O Castelo de São Jorge recebeu o *Fado no Castelo* para ouvir Mariza. Para o encerramento das Festas de Lisboa, foram apresentados dois concertos no Terreiro do Paço: Tony Carreira evocou os 35 anos de carreira e Richie Campbell apresentou um espetáculo criado para Lisboa.
As *Festas de Lisboa* foram encerradas com o já tradicional espetáculo piromusical nos telhados dos edifícios do Terreiro do Paço.

Em julho o PPE esteve envolvido na celebração do 1º Aniversário da *Jornada Mundial da Juventude*, que se realizou na Praça do Município, e no espetáculo de homenagem à música e músicos de Cabo Verde – *Morabeza em Lisboa*.

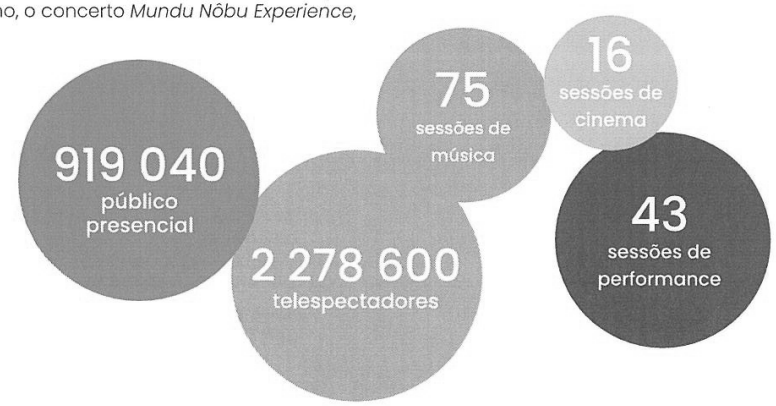
Em agosto, e com direção artística de Luis de Matos, o *Festival Lisboa Mágica* apresentou 15 artistas, oriundos de 8 países que apresentaram 175 espetáculos repartidos por 13 locais.

Na programação das *Festas na Rua*, em setembro, destaca-se o concerto *Música no Vale*, pelo Coro e Orquestra Gulbenkian, no Parque Vale do Silêncio, tendo assistido mais de 30 mil pessoas – um recorde.
Na Praça do Município realizaram-se três dos momentos altos: o concerto de final de carreira do mestre da guitarra portuguesa António Chainho; o regresso do músico e compositor Rui Massena com um concerto num fim de tarde único; e por último, o concerto *Mundu Nôbu Experience*, um projeto criado por Dino D'Santiago e Liliana Valpaços para dar visibilidade e inspirar os jovens das comunidades menos representadas na sociedade portuguesa.
Outros destaques foram os concertos em parceria com o Hot Clube de Portugal nos jardins da cidade, as atuações das *Bandas Filarmónicas* lisboetas e o *XVI Desfile Internacional da Máscara Ibérica*.

Nas *Festas de Natal*, destaca-se a inauguração das iluminações natalícias com espetáculo de luz e som e um concerto da Áurea, tendo assistido 80 mil pessoas. Foram ainda apresentados concertos em igrejas e no Capitólio.

Para fechar o ano, e com a presença de cerca de 130 mil pessoas no Terreiro do Paço, foram apresentados os concertos de José Cid e de Mickael Carreira, e o tradicional fogo de artifício.

EGEAC Relatório e Contas 2024



Serviços
Centrais

Comunicação e Marketing

A Direção de Comunicação e Marketing (DCM) tem por missão potenciar as sinergias entre as áreas de comunicação, num modo de organização colaborativo, com enfoque na comunicação digital e nas redes sociais.

Em articulação com outras Unidades Orgânicas foram criados e editados documentos, imagens gráficas e outros materiais de comunicação. Foram recolhidos e editados vídeos para diversos espaços culturais e prestada assessoria de imprensa.

Foram realizadas diversas contratações centralizadas, assim como dada formação e prestado apoio às equipas de comunicação no âmbito das redes sociais, newsletters, monitorização de media e backoffice do site institucional.

Foi criada e implementada a marca *Lisboa Cultura*, com a aplicação da imagem em materiais, suportes de comunicação e estacionário. Foi instalada sinalética na sede e equipamentos e foram produzidos materiais de apoio à produção (casacos, coletes, t-shirts e fitas de pescoço) e materiais de utilização corrente: cadernos feitos com materiais reciclados, mochilas, garrafas, copos, guarda-chuvas, lápis, canetas e marcadores de livros.

Em articulação com a CML, foi feita a divulgação do programa dos *50 anos do 25 de Abril* e assegurada a presença na ARCOLisboa.

A DCM assegurou a realização do *Concurso Sardinhas* e a campanha de divulgação das 5 vencedoras. Foi produzida a exposição de Sardinhas no Panteão Nacional.

Foram implementadas as campanhas de comunicação dos 4 momentos das FESTAS (Abril, Lisboa, na Rua, Natal) e do *Concurso Grande Marcha*, dos *Casamentos de Santo António* (CSA), do *1º de Dezembro* e *Viva 2025*: desenvolvimento de imagens e declinações para suportes e materiais; contactos com OCS; concepção e distribuição de materiais de divulgação; produção de vídeos e animações; produção de anúncios (para TV, rádio e imprensa escrita e digital); produção de placas para os locais dos eventos e telas para palcos.

Em parceria com o Estabelecimento Prisional de Tires, foram produzidos pin/cravos, capas de cadernos, sacos e puffs a partir de materiais reciclados de anos anteriores das Festas.

Foram produzidos e editados conteúdos para o Capitólio. A DCM criou a identidade gráfica e realizou a campanha de reabertura do Teatro Variedades. No Parque Mayer foram instalados painéis com sinalética e programação.

Nas 4 redes sociais, foram publicados mais de 3 500 posts (que incluem vídeos, animações e ilustrações) e realizadas 30 campanhas publicitárias que atingiram mais de 700 mil pessoas.

Foram enviadas 73 newsletters e 45 notas de imprensa com os destaques da programação, programação acessível, programação para os mais novos e informação institucional. Para divulgar os serviços educativos, foram produzidos anúncios, ilustrações e notícias para o site.

Foi criada a identidade gráfica *Lisboa, Cultura e Media*, produzidos postais, anúncios e realizada a divulgação do programa no site e redes sociais.

Foram produzidos anúncios de imprensa para divulgação do *Passe Cultura* e outros de divulgação institucional.

Foram adicionadas mais de 450 reportagens ao arquivo fotográfico, 18 vídeos ao arquivo no Youtube e 31 livros à página "Publicações" no site.

Em articulação com a Proteção de Dados, foi elaborada a política de cookies e privacidade para os sites EGEAC.

O site egeac.pt obteve nível Prata de Usabilidade e Acessibilidade.

94 500*
seguidores

42 800*
seguidores

* totais dos perfis institucional e Casamentos de Santo António.

Desenvolvimento Organizacional

Em 2024 destacam-se ações formativas, no âmbito da implementação do novo SIG (Sistema Integrado de Gestão), que condicionaram, em certa medida, o restante calendário formativo. A Direção de Desenvolvimento Organizacional assegurou uma ação, de curta duração, de preparação pedagógica de formadores internos e esteve sempre na linha da frente, desdobrando-se entre o planeamento, a organização de todas as ações e o apoio na preparação de materiais e sessões de formação.

Outras áreas de formação que tiveram um peso significativo no número total de horas foram: cumprimento normativo; segurança no trabalho; proteção de dados; mediação cultural; acessibilidade e inclusão; e ainda as línguas estrangeiras, iniciadas em 2023.

Na Intranet, retratando a atividade da empresa e a sua dinâmica organizacional, publicaram-se mais de 200 notícias. Foi divulgada toda a informação relativa ao novo SIG, a par de outras iniciativas dos serviços centrais. As atividades dos diferentes espaços culturais da empresa também foram destacadas, com a programação cultural a assumir preponderância. Destacam-se ainda: a renovação da área de "procedimentos", que acompanha a estabilização dos processos na empresa; o melhoramento do *layout* na área de *links* dos equipamentos culturais e na área de "benefícios"; e o melhoramento da acessibilidade em todos os quadros e listas de pesquisa. Ficou também concluída a fase de desenvolvimento técnico, subjacente à reorganização e alargamento dos conteúdos, que deverá ocorrer em 2025.

Ao longo do ano foi dado seguimento ao trabalho de criação, atualização e divulgação de Normas e Procedimentos Internos na empresa, que tem sido desenvolvido em articulação com as Unidades Orgânicas responsáveis pelos processos.

Foram realizadas 4 *Sessões de Boas-vindas*, tendo participado nestas ações um total de 76 pessoas.

Em abril, em 2 sessões, realizou-se o *Encontro de Educação e Mediação Cultural*, tendo participado na atividade 37 pessoas com funções nesta área de trabalho.

Deu-se continuidade ao *Clube de Leitura*, e promoveu-se o *Coro Lisboa Cultura*, destinados às pessoas que trabalham na empresa.

Fizeram-se novas alterações ao documento que servirá de base ao regulamento de avaliação de desempenho na empresa. A nova proposta foi simplificada e já está ajustada às funcionalidades do módulo de avaliação de desempenho do novo Portal das Pessoas.

Gestão de Pessoas

A Direção de Gestão de Pessoas (DGP) dedicou-se, em grande parte, à implementação dos novos sistemas de gestão de Pessoas: NAVRH (integrado no Business Center); Timenet (gestão de tempos de trabalho); e interface com as pessoas trabalhadoras na empresa. O processo de implementação ainda decorre, considerando ter-se alterado o paradigma, de um sistema único integrado, para 3 sistemas. O sistema "mãe" (Microsoft Business Center 365) passará, durante 2025, a integrar outras vertentes de gestão com o objetivo de otimizar recursos.

Destacam-se, em termos de atividade, os inúmeros processos de mobilidade interna e recrutamentos, uns com divulgação externa e outros com recurso às inúmeras candidaturas espontâneas que a empresa recebeu para as mais diversas áreas (incluindo, de igual modo, uma fase de entrevista). Este último modelo, permite reduzir o tempo e custo na seleção de pessoas e, da mesma forma, dar resposta a quem procura diretamente esta empresa a fim de encontrar a sua integração no mundo do trabalho (1º emprego), ou uma mudança de carreira.

No que diz respeito aos processos com divulgação externa, foram realizados 35 processos de recrutamento, no âmbito dos quais foram recebidas 3786 candidaturas.

A 31 de dezembro de 2024 a empresa tinha 481 trabalhadores (311 mulheres e 170 homens), com os seguintes vínculos:
Acordo de cedência de interesse público - 60;
Contrato de trabalho em comissão de serviço - 6;
Contrato de trabalho sem termo - 366;
Contrato de trabalho a termo certo - 25;
Contrato de trabalho a termo certo e a tempo parcial - 7;
Contrato de trabalho a termo Incerto - 17.

Ao longo do ano saíram da empresa 46 pessoas e foram registadas 83 entradas:
Acordo de cedência de interesse público - 2;
Contrato de trabalho em comissão de serviço - 2;
Contrato de trabalho sem termo - 14;
Contrato a termo certo - 43;
Contrato de trabalho a termo certo e a tempo parcial - 7;
Contratos de trabalho a termo incerto - 15.

A EGEAC mantém a sua participação no Fórum iGen, com vista à promoção da conciliação da vida profissional com a vida familiar/pessoal, um dos objetivos primeiros em termos de gestão de pessoas. A empresa faz parte dos Grupos de Trabalho 3 e 5, sob os temas "Reuniões Plenárias Temáticas" e Formação (Academia iGen), e participou na 36.º reunião plenária do Fórum sob o tema *50 anos de Democracia: os desafios da Igualdade salarial entre mulheres e homens em Portugal.*

Na área dos estágios, a EGEAC tem procurado dar resposta às solicitações recebidas de estágios curriculares. Das 99 propostas de estágio que a DGP recebeu, nas mais diversas áreas, foi possível acolher 30, dispersos pelos equipamentos culturais geridos pela empresa.

Obras

As áreas de intervenção do Gabinete de Obras (GO) passam pela promoção e acompanhamento técnico de empreitadas, intervenções de manutenção, planos de prevenção e gestão de resíduos da construção e demolição, planos de segurança e saúde, medidas de autoproteção, planos de evacuação para recintos provisórios, acessibilidade e sustentabilidade.

O GO esteve envolvido nas várias fases dos projetos, bem como na elaboração dos cadernos de encargos e restantes peças para lançamento dos concursos para diferentes Unidades Orgânicas. Na vertente da execução das obras, o GO interveio e realizou o acompanhamento técnico, fiscalização e coordenação de segurança em várias fases de obra, desde consignação, execução, receção, até ao fecho de contas.

O Gabinete prosseguiu o trabalho de apoio à área de espetáculos e eventos, designadamente o desenvolvimento das Medidas de Autoproteção (MAPs) para recintos, para os mais variados eventos promovidos pela empresa.

Na área do licenciamento de recintos o GO coordenou o reporte, à ANEPC e à IGAC da informação relativa aos recintos licenciados. No licenciamento de novos recintos (caso do Teatro Variedades), o acompanhamento das vistorias de ambas entidades foi igualmente assegurado pelo GO.

Prosseguindo a estratégia de implementação das MAPs em todos os equipamentos culturais, foram desenvolvidas MAPs para 14 espaços museológicos, sendo submetidas 6 à ANEPC e obtida a aprovação de 4, dando-se início ao respetivo processo de implementação, assim como das aprovadas no ano anterior. Foram ainda desenvolvidas as MAPs para o Teatro Variedades e Pavilhão Julião Sarmento, sendo aprovadas e implementadas as do Teatro Variedades.

Na missão da criação de espaço mais inclusivos e acessíveis, o GO colaborou na implementação de várias obras, tendo promovido e participado na implementação das medidas e equipamentos em vários espaços. Ficaram concluídos todos os processos das 6 candidaturas a fundos do PRR para a acessibilidade, sendo de destacar as intervenções nas bilheteiras do Teatro São Luiz, do Cinema São Jorge e do Teatro Variedades.

O GO promoveu e apoiou um total de 6 candidaturas ao Prémio Valmor e Municipal de Arquitetura.

Em representação do Conselho de Administração, o GO participou nas diversas assembleias-gerais promovidas pela Lisboa E-Nova.

Situação
Económico-
-Financeira

Considerações Gerais

Os Instrumentos de Gestão Previsional para 2024, foram aprovados através da Proposta Nº 713 de 29 de novembro de 2023. O respetivo Contrato Programa previa a transferência para a EGEAC de 14 288 660,00 e foi assinado no dia 28/12/2023. O valor do Contrato Programa foi integralmente recebido.

Através da Proposta nº 3/2024 de 17/01/2024, procedeu-se à nomeação do vogal não executivo Gonçalo Tiago Morais de Albuquerque Reis, em substituição do anterior vogal que renunciou ao mandato.

A 19 de fevereiro, através da Proposta nº 91/2024, foi nomeado o Fiscal Único Kreston & Associados, SROC, LDA.

A Proposta nº 113/2024, de 20 de março, cede à EGEAC o edifício Teatro Variedades, para aí instalar um equipamento cultural de acolhimento de espetáculos inclusivos.

A 29 de abril, através da Proposta nº 223/2024, foi aprovado o Relatório e Contas da EGEAC de 2023.

A Proposta nº 347/2024, nomeou o novo representante do Município, na Assembleia Geral da EGEAC.

De destacar a assunção da gestão do Pavilhão Azul – Julião Sarmento e do Teatro Variedades, por parte da EGEAC, conforme Autos de Cedência de Utilização de Espaço Municipal, ambos datados de 16 de setembro de 2024 – ACUEM /32 e ACUEM/36 e das respetivas Propostas de transferência nº 483/2023 e nº 113/2024.

De salientar que foram cumpridos os indicadores de Eficácia e Eficiência bem como 75% dos objetivos sectoriais, conforme Anexo II.

Os dados que a seguir apresentamos, relacionam sempre, o valor previsto com o efetivamente realizado/executado.

Quadro Resumo Execução

	Execução	Orçamento	Desvio valor	Desvio %
Rendimentos	**39.960.646**	40.335.489	**-374.843**	**-1%**
R. funcionamento/atividade	25.310.656	25.672.242	-361.586	-1%
Rec. Prov. Sub. Investimento	361.329	374.587	-13.258	-4%
Sub. Exploração - CML	14.288.660	14.288.660	0	0%
Gastos	**39.911.403**	40.335.489	**-424.086**	**-1%**
Gastos de Funcionamento	9.720.622	9.957.547	-236.925	-2%
Gastos de Atividade	10.079.679	9.928.827	150.852	2%
Gastos de Pessoal	18.420.262	18.579.011	-158.749	-1%
Amortizações	1.541.036	1.819.452	-278.415	-15%
Juros	149.803	50.652	99.151	196%
Resultado antes de impostos	**49.243**	0		
Resultado líquido	**20.459**			

Unidade monetária: Euro

Rendimentos

Os rendimentos globais são inferiores ao orçamentado em 375 mil euros, ou seja 1% abaixo do previsto. As bilheteiras e as cedências de espaço são as rubricas que contribuem para este desvio. Em ambos os casos, existiu uma projeção demasiado otimista. Ainda assim, os rendimentos próprios aumentaram cerca de 1,2 milhões face a 2023. Nesta vertente assumiram também um papel relevante os contributos financeiros, diretos e indiretos, obtidos através das parcerias/patrocínios celebrados com entidades públicas e privadas.

Gastos

Os gastos globais situam-se, igualmente 1 % abaixo do orçamentado, representando um desvio de 424 mil euros. Apesar de os Gastos de Atividade e Juros serem superiores ao orçamentado em 150 e 100 mil euros respetivamente, os Gastos de Funcionamento, Despesas com Pessoal e Amortizações, situaram-se, no seu conjunto, abaixo do previsto em 675 mil euros.

No âmbito da comparabilidade entre exercícios e para uma análise mais real do lado dos rendimentos e gastos, há que expurgar, do exercício anterior, o efeito Jornada Mundial da Juventude. Contudo, esse efeito é mais notório do lado dos rendimentos, já que os gastos, nomeadamente de funcionamento, estão próximos, por efeito das novas UOs que passaram a integrar o universo EGEAC, Teatro Variedades e Pavilhão Azul - Julião Sarmento. A constituição das equipas para estes novos equipamentos, a par do aumento estabelecido para a função publica, incrementou as despesas com pessoal em 9,5%, face a 2023.

Investimento

O Investimento ultrapassou os 2,8 M de euros, correspondendo a uma taxa de execução de 75%. A instalação do Teatro Variedades, a nova exposição permanente do Museu de Lisboa a par do restauro do património da Fábrica da Moagem, a iluminação monumental do Castelo de S. Jorge e as diversas melhorias realizadas no São Luiz Teatro Municipal, estas 4 unidades orgânicas absorveram mais de 62% do investimento realizado.

De salientar ainda que, no Museu do Fado e na instalação do Espaço Atlântida investiu-se mais de 170 e 160 mil euros, respetivamente.

Resultados

O Resultado Líquido do exercício é de 20 459.30 (vinte mil quatrocentos e cinquenta nove euros e trinta cêntimos).

O Conselho de Administração, ao abrigo do Artº 32ª dos Estatutos da EGEAC, propões que o Resultado Líquido seja aplicado, na totalidade, em Outras Reservas.

Lisboa, 18 de fevereiro de 2025

O Conselho de Administração

Pedro Moreira – Presidente
Susana Graça – Vogal Executiva
Gonçalo Reis – Vogal não Executivo

Demonstrações Financeiras Individuais

Balanço Individual *em 31 de dezembro de 2024*

Rúbricas	Notas	Períodos	
		31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Activos fixos tangíveis	8	11 321 376,53	10 113 218,34
Activos intangíveis	7	163 127,18	111 352,60
		11 484 503,71	10 224 570,94
Ativo corrente			
Inventários	12	313 512,20	277 466,85
Clientes	23	369 831,59	602 693,31
Estados e outros entes públicos	25	3 780 054,98	3 646 011,26
Outros créditos a receber	27	276 588,20	128 802,25
Diferimentos	29	207 225,52	219 144,86
Caixa e depósitos bancários	4	678 726,03	1 331 092,40
		5 625 938,52	6 205 210,93
Total do ativo		**17 110 442,23**	**16 429 781,87**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	10	448 918,11	448 918,11
Reservas legais	10	617 455,92	617 455,92
Outras reservas	10	969 629,88	954 503,99
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	10	1 025 334,03	1 310 784,18
Resultado líquido do período	10	20 459,30	15 125,89
Total do capital próprio		**3 081 797,24**	**3 346 788,09**
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	14	500 000,00	1 000 000,00
Outras dívidas a pagar	28	272 557,22	348 436,42
		772 557,22	1 348 436,42
Passivo corrente			
Fornecedores	24	2 883 157,35	2 989 900,43
Estado e outros entes públicos	25	597 259,43	532 815,53
Financiamentos obtidos	26	2 150 000,00	1 500 000,00
Outras dívidas a pagar	28	7 314 759,20	6 613 774,41
Diferimentos	29	310 911,79	98 066,99
		13 256 087,77	11 734 557,36
Total do passivo		**14 028 644,99**	**13 082 993,78**
Total do capital próprio e passivo		**17 110 442,23**	**16 429 781,87**

Unidade monetária: Euro

A Contabilista Certificada
Rita Ucha

A Administração
Pedro Moreira
Susana Graça
Gonçalo Reis

EGEAC Relatório e Contas 2024

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de dezembro 2024

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		31/12/2024	31/12/2023
Vendas e serviços prestados	13	24 139 130,97	26 900 945,55
Subsídios à exploração	15	14 741 105,09	11 055 657,72
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	-263 169,92	-283 907,33
Fornecimentos e serviços externos	18	-19 332 576,73	-19 500 954,14
Gastos com o pessoal	19	-18 442 238,44	-16 846 642,44
Provisões (aumentos/reduções)	14	500 000,00	
Outros rendimentos	22	580 409,74	536 759,71
Outros gastos	20	-182 578,60	-151 622,25
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**1 740 082,11**	**1 710 236,82**
Gastos /reversões de depreciação e de amortização	21	-1 541 036,45	-1 504 373,37
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**199 045,66**	**205 863,45**
Juros e gastos similares suportados	11	-149 802,99	-164 891,17
Resultado antes de impostos		**49 242,67**	**40 972,28**
Imposto sobre o rendimento do período	16	-28 783,37	-25 846,39
Resultado liquido do período		**20 459,30**	**15 125,89**

Unidade monetária: Euro

A Contabilista Certificada
Rita Ucha

EGEAC Relatório e Contas 2024

A Administração
Pedro Moreira

Susana Graça

Gonçalo Reis

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de dezembro 2024

Rúbricas	Notas	Períodos	
		2024	2023
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de Clientes		25 772 712,18	27 935 066,95
Pagamentos a Fornecedores		-20 944 096,96	-21 182 115,95
Pagamentos ao Pessoal		-17 903 407,88	-16 297 348,08
Caixa gerada pelas operações		-13 074 792,66	-9 544 397,08
Pagamento/Recebimento do Imposto sobre o Rendimento		43 798,61	-11 601,84
Outros Recebimentos /Pagamentos		14 707 384,13	11 543 365,82
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		**1 676 390,08**	**1 987 366,90**
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-2 749 591,31	-1 984 355,82
Activos intangíveis		-77 611,77	-69 991,92
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			4 800,00
Activos intangíveis			
Subsídios ao investimento			7 000,00
Juros e rendimentos similares			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		**-2 827 203,08**	**-2 042 547,74**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		14 200 000,00	8 450 000,00
Outras Operações de Financiamento			
Pagamentos referentes a:			
Financiamentos obtidos		-13 550 000,00	-7 950 000,00
Juros e gastos similares		-151 553,37	-153 194,25
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		**498 446,63**	**346 805,75**
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-652 366,37	291 624,91
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 331 092,40	1 039 467,49
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	**678 726,03**	**1 331 092,40**

Unidade monetária: Euro

A Contabilista Certificada
Rita Ucha

A Administração
Pedro Moreira
Susana Graça
Gonçalo Reis

EGEAC Relatório e Contas 2024

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio

no Período 2023

Descrição	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos / outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	1	448 918,11	617 455,92	948 059,54		1 600 785,53	6 444,45	3 621 663,55		3 621 663,55
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adoção de novo referencial contabilistico										
Alteração de politicas contabilisticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						-290 001,35		-290 001,35		-290 001,35
	2					-290 001,35	6 444,45	-290 001,35		-290 001,35
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3						15 125,89	15 125,89		15 125,89
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3						21 570,34	-274 875,46		-274 875,46
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Realizações de capital										
Realizações de prémios de emissão										
Distribuições										
Entradas para cobertura de perdas										
Outras operações				6 444,45			-6 444,45			
	5			6 444,45			-6 444,45			
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2023	6=1+2+3+5	448 918,11	617 455,92	954 503,99		1 310 784,18	15 125,89	3 346 788,09		3 346 788,09

Unidade monetária: Euro

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio

no Período 2024

Descrição	Notas		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos / outras variações do capital próprio	Resultado liquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	6		448 918,11	617 455,92	954 503,99		1 310 784,18	15 125,89	3 346 788,09		3 346 788,09
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção de novo referencial contabilistico											
Alteração de politicas contabilisticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		10					-285 450,15		-285 450,15		-285 450,15
	7						-285 450,15	15 125,89	-285 450,15		-285 450,15
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							20 459,30	20 459,30		20 459,30
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8							35 585,19	-264 990,85		-264 990,85
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											
Realizações de capital											
Realizações de prémios de emissão											
Distribuições											
Entradas para cobertura de perdas											
Outras operações		10			15 125,89			-15 125,89			
	10				15 125,89			-15 125,89			
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	6+7+8+10	10	448 918,11	617 455,92	969 629,88		1 025 334,03	20 459,30	3 081 797,24		3 081 797,24

Unidade monetária: Euro

A Contabilista Certificada
Rita Ucha

A Administração
Pedro Moreira
Susana Graça
Gonçalo Reis

EGEAC Relatório e Contas 2024

1. Identificação da Entidade

A EGEAC, E.M. SA é uma Empresa Municipal, cujo capital social é detido na totalidade pelo Município de Lisboa. Foi constituída em 12 de julho de 1995, sob a designação de EBAHL, com sede na Av. Eng. Duarte Pacheco, nº 26, 1070-111 Lisboa e tem como objeto social "a promoção do desenvolvimento e do crescimento económico local, a eliminação de assimetrias e o reforço da coesão social, através da gestão de equipamentos culturais e de atividades de promoção de projetos e iniciativas no domínio da cultura".

É entendimento da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição financeira e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras são expressas monetariamente em euros, salvo indicação em contrário.

O Balanço em 31 de dezembro de 2024, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações de Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do período findo naquela data, fazem parte integrante do presente anexo, não devendo ser lidos separadamente.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Entendem-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas. Sempre que, em aspetos particulares de transações ou situações, o SNC não responda são aplicadas supletivamente as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS), as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB e as respetivas interpretações SIC-IFRIC.

As presentes demonstrações financeiras foram, ainda, preparadas em conformidade com o DL nº 98/2015, de 2 de junho e com a Portaria 220/2015, de 24 de julho, que alteraram os DL nº 158/2009, de 13 de julho e DL nº 36-A/2011, de 9 de março, que aprovam o SNC.

2.2. Tendo em vista a necessidade de as demonstrações financeiras darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e resultados da EGEAC não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados na preparação e apresentação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 são comparáveis com os utilizados em 31 de dezembro de 2023.

3. Principais Políticas Contabilísticas

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e, se for caso disso, das perdas por imparidade.

As depreciações são imputadas numa base sistemática, durante o período de vida útil estimado para os bens. Sempre que houver algum indício de que o período de vida útil estimado não se possa cumprir, a depreciação é revista e alterada de forma a exprimir as novas realidades. As despesas com reparações que não aumentem a vida útil dos bens nem alterem significativamente a sua operacionalidade, bem como as efetuadas com a sua conservação e inspeção, são registadas como gasto do período.

As taxas de depreciação utilizadas decorrem, genericamente, dos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e Outras Construções: 10 a 20 anos

Equipamento Básico: 4 a 10 anos

Ferramentas e Utensílios: 4 a 10 anos

Equipamento Administrativo: 3 a 10 anos

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade, se for caso disso. Os ativos fixos intangíveis são constituídos, basicamente, por software, sendo amortizados pelo método das quotas constantes durante um período de três anos.

Locações

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais, de acordo com a substância dos contratos em questão e não com a sua forma. Assim, os contratos de locação são classificados como financeiros se, através deles, forem transferidos para a EGEAC todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo sob locação. Nesta conformidade, os ativos fixos adquiridos ao abrigo destes contratos, são contabilizados pelo método financeiro, sendo, consequentemente, o custo registado no ativo e a respetiva responsabilidade no passivo. As depreciações, calculadas como se relatou acima, e os juros contidos nas rendas são registados como gasto do período.

Por outro lado, os contratos são classificados como operacionais se, através deles, não forem transferidos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação. Nestas circunstâncias as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração de resultados, numa base linear durante o período do contrato da locação.

Instrumentos Financeiros

a) Clientes e Outros Créditos a Receber

As dívidas de "Clientes" e "Outros Créditos a Receber" são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas. Entende-se que a mensuração ao custo tem uma aproximação razoável ao custo amortizado.

As vendas efetuadas nas Lojas e nas Bilheteiras dos diversos equipamentos são, por norma, efetuadas a pronto pagamento. As restantes prestações de serviços são realizadas em condições normais de crédito e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados. Regularmente, e muito especialmente no final de cada exercício, as contas de clientes são avaliadas no sentido de ser detetável qualquer evidência que indicie a sua incobrabilidade. Se assim for será, de imediato, reconhecida a respetiva perda por imparidade. Estas perdas são registadas sempre e quando se torne claro que a dívida ou parte dela não será recebida, atentas as informações de mercado e o histórico dos saldos vencidos e não recebidos.

b) Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a "Fornecedores" e "Outras Dividas a pagar" constituem obrigações a pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor.

Acréscimos e Diferimentos

A EGEAC regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de outras dividas a pagar, outros créditos a receber e de diferimentos.

Gastos Financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto, de acordo com o princípio do acréscimo, independentemente da data em que o débito seja efetuado.

Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito é reconhecido líquido de descontos e abatimentos e impostos relacionado com a venda.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros e os custos incorridos com a transação sejam mensurados com fiabilidade.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou venda de um bem.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo.

Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados, a curto prazo, são reconhecidos como gasto do período. Os gastos a curto prazo incluem os salários, ordenados e contribuições para a segurança social.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, vence se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos do período em que ocorreram.

Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios são reconhecidos pelo justo valor quando existe segurança quanto ao seu recebimento e cumprimento por parte da entidade das condições a eles associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional dos gastos incorridos.

O subsídio à exploração relacionado com o Contrato Programa é concedido para compensar deficits de exploração de um dado período, imputando-se como rendimento desse período.

Os subsídios atribuídos, não reembolsáveis, para financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis com vida útil definida são inicialmente reconhecidos nos capitais Próprios (conta 5931) e, subsequentemente, imputados numa base sistemática como rendimento do período (conta 7883), balanceando com o gasto relativo às depreciações/amortizações dos respetivos bens.

Nos períodos subsequentes em que o subsídio é reconhecido como rendimento na demonstração dos resultados, é também reconhecido o correspondente imposto. Pelo que, aquando do registo inicial, é também registado o ajustamento desse aumento de capital próprio (conta 5932 / 278), derivado do imposto que lhe está associado. Desta forma, e uma vez que os subsídios estão sujeitos a tributação, o aumento do capital próprio apenas se circunscreve à quantia do subsídio, deduzida do imposto que lhe está associado.

Contabilização conforme FAQ 13 - Comissão Normalização Contabilística.

Inventários

As mercadorias são valorizadas ao menor do custo médio de aquisição ou do respetivo valor de mercado (estimativa do seu preço de venda deduzido dos custos a incorrer com a sua alienação).

Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, existe uma obrigação presente, que resulte de eventos passados, que para a liquidação dessa obrigação seja provável a saída de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade.

Sempre que um dos critérios não se cumpra, a EGEAC divulgará o facto como um passivo contingente.

Ativos e passivos contigentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo, apenas, objeto de divulgação quando seja provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

Os passivos contingentes não são, também, reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo objeto de divulgação sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos, englobando benefícios económicos, seja possível, mas não provável.

Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" resulta da soma do imposto corrente e do imposto diferido. O valor do imposto corrente é calculado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais. O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre a base contabilística e a base de tributação dos ativos e passivos da empresa.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente se houver expectativas de lucros futuros para os utilizar. Se, no final de cada período, após uma avaliação desses impostos, se constatar que a sua utilização futura é improvável, procede-se á sua redução. Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do período, exceto se resultarem de valores registados nos capitais próprios, situação em que serão registados na mesma rubrica.

Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que acorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem materiais.

Transações e saldo em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras da Empresa e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explicita em contrário, correspondendo à moeda funcional de apresentação. As transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio nessa data. Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizados.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração de resultados do período em que são geradas.

Juízos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incertezas associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que acorram posteriormente à data das demonstrações serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte, são as seguintes:

- A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação/amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício, sendo estes dois parâmetros de acordo com o melhor Julgamento do Conselho de Administração para os ativos em questão, considerando, sempre que possível, as melhores práticas adotadas;

- A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de eventual necessidade de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa;

- Em particular, da análise efetuada periodicamente aos saldos a receber poderá surgir a necessidade de registar perdas por imparidade, sendo estas determinadas com base na informação disponível e em estimativas efetuadas pela Empresa dos fluxos de caixa que se espera receber.

Imparidade de ativos

Os ativos com vida útil finita são testados para imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado seja inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avalia se a situação da perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim, regista a respetiva perda por imparidade nos resultados ou diretamente no capital próprio, no caso do ativo estar registado pela quantia revalorizada. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

Quando tenham sido registadas perdas por imparidade e, posteriormente, se verifique que o valor recuperável aumentou de forma permanente reduzindo a imparidade, é reconhecida a reversão da imparidade.

4. Fluxos de Caixa

Nos saldos de Caixa estão registados os Fundos Fixos afetos à Sede e a cada um dos Equipamentos. A estes valores acrescem os montantes das receitas apuradas, nos últimos dias do ano, nas respetivas Lojas e Bilheteiras. De acordo com os procedimentos estabelecidos, estas quantias serão depositadas no Banco, nos primeiros dias úteis do ano seguinte.

Caixa e Bancos

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	152 516,56	236 980,94
Depósitos à ordem	526 209,47	1 094 111,46
	678 726,03	**1 331 092,40**

5. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

No exercício de 2024 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores. As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base pressupostos e estimativas decorrentes da experiência e conhecimento de acontecimentos passados. As estimativas mais significativas contemplam a vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, imparidades de inventários e contas a receber e, ainda, provisões.

6. Partes Relacionadas

As operações com a Câmara Municipal de Lisboa, detentora da totalidade do capital social da EGEAC, com a Polícia Municipal e Regimento Sapadores Bombeiros, assim como os respetivos saldos pendentes em Balanço, estão espelhados nos mapas seguintes:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Rendimentos	**Gastos**	**Rendimentos**	**Gastos**
Municipio Lisboa - CP 2024	14 288 660,00		10 967 420,00	
Munic. Lisboa - Contrato Mandato			3 006 840,63	
CML - Arquivo Municipal		601,25		1 596,80
Polícia Municipal		102 710,12		109 894,70
DMA - Espaços Verdes		240,50		444,72
Regimento Sapadores Bombeiros		2 916,15		94 386,15
CML - Div. Gestão de Contratos		38 477,72		37 566,24
CML - Outros	3 134,78	174,22		342,77
	14 291 794,78	**145 119,96**	**13 974 260,63**	**244 231,38**

	31/12/2024		31/12/2023	
	Contas a Receber	**Contas a Pagar**	**Contas a Receber**	**Contas a Pagar**
Municipio Lisboa - Proc. Reemb. IVA		2 892 894,92		2 892 894,92
Municipio Lisboa - Contrato Programa				300 000,00
Munic. Lisboa - Contrato Mandato			433 578,36	
Regimento de Sapadores Bombeiros		293,43		
Polícia Municipal		135,94		
DMA - Espaços Verdes				
CML - Div. Gestão de Contratos		3 346,16		3 129,00
		2 896 670,45	**433 578,36**	**3 196 023,92**

O saldo credor da CML em 31/12/2024 no montante €2.892.894,92, diz respeito ao processo de reembolso de IVA encetado em 2015, referente à emissão de notas crédito pela EGEAC ao Município de Lisboa relativas ao IVA dos contratos programas 2011 a 2013. O valor global do pedido reembolso totalizou €4.512.798,05, tendo sido objeto de deferimento parcial (ano 2013) por parte da Autoridade Tributária no montante €1.619.903,13 e liquidado na integra pela EGEAC ao Município, no final de 2015. Com base no indeferimento parcial (ano 2011 e 2012) da AT a EGEAC apresentou reclamação graciosa, sendo que a mesma foi indeferida. A EGEAC impugnou judicialmente e aguarda decisão.

A EGEAC é cofundadora e pertence aos órgãos sociais da "PERFORMART – Associação para as Artes Performativas em Portugal". Trata-se de uma associação sem fins lucrativos, cuja atividade teve início em 2017. A Associação tem como objeto social e missão a valorização das múltiplas formas de manifestação cultural e artística em geral, a promoção de esforços e iniciativas que permitam o reconhecimento e o desenvolvimento saudável e sustentável do setor das artes do espetáculo e dos seus profissionais e a estruturação de redes de trabalho conjunto entre os seus Associados.

7. Ativos Intangíveis

Movimentos Ocorridos no Exercício

Ativo Bruto

	Saldo Inicial	Aumentos	Reclassif. /abates	Transf.	Saldo Final
Programas de Computador	1 891 224,05	5 811,75			1 897 035,80
Investimentos em Curso	65 096,52	74 752,02			139 848,54
	1 956 320,57	80 563,77			2 036 884,34
Amortizações Acumuladas					
Programas de Computador	1 844 967,97	28 789,19			1 873 757,16
	1 844 967,97	28 789,19			1 873 757,16
Valor Líquido	**111 352,60**				**163 127,18**

8. Ativos Fixos Tangíveis

Movimentos Ocorridos no Exercício

Ativo Bruto

	Saldo Inicial	Aumentos	Reclassif. /abates	Transf.	Saldo Final
Edifícios e Outras Construções	23 074 752,82	88 896,11		1 597 484,26	24 761 133,19
Equipamento Básico	7 489 317,22	854 251,07	-2 462,87	317 694,75	8 658 800,17
Equipamento Transporte	65 813,59				65 813,59
Equipamento Administrativo	1 525 518,45	98 009,91	-17 574,57		1 605 953,79
Out. Ativos Fixos Tangíveis	1 713 440,92	25 674,09			1 739 115,01
Investimentos em Curso	1 444 546,81	1 659 109,27	-5 535,00	-1 915 179,01	1 182 942,07
	35 313 389,81	**2 725 940,45**	**-25 572,44**	**0,00**	**38 013 757,82**
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e Outras Construções	16 184 220,93	851 398,65			17 035 619,58
Equipamento Básico	5 945 121,38	552 482,93	-2 462,87		6 495 141,44
Equipamento Transporte	65 813,59				65 813,59
Equipamento Administrativo	1 380 553,00	81 478,67	-17 574,57		1 444 457,10
Out. Ativos Fixos Tangíveis	1 624 462,57	26 887,01			1 651 349,58
	25 200 171,47	**1 512 247,26**	**-20 037,44**		**26 692 381,29**
Valor Líquido	**10 113 218,34**				**11 321 376,53**

9. Locações

A EGEAC não tem qualquer bem ou equipamento em regime de locação financeira.

10. Capital

Em 31 de dezembro de 2024 o capital da EGEAC, totalmente subscrito e realizado, era composto por 448.918 ações com valor nominal de 1 euro cada e integralmente detido pelo Município de Lisboa.

Capital Próprio	31/12/2024	31/12/2023	variação
Capital Subscrito	448 918,11	448 918,11	
Reservas Legais	617 455,92	617 455,92	
Outras Reservas	969 629,88	954 503,99	15 125,89
Outras variações no Capital	1 025 334,03	1 310 784,18	
Resultado Líquido do Período	20 459,30	15 125,89	
	3 081 797,24	**3 346 788,09**	

	31/12/2024	31/12/2023	variação
5931 - Subsidios e Doações (a crédito) - Atribuido em anos anteriores - Atribuido no ano	1 297 891,25	1 659 220,60	361 329,35
Outras variações no Capital	1 297 891,25	1 659 220,60	361 329,35
5932 - Ajustam. Em Subsidios (a débito)	272 557,22	348 436,42	75 879,20
	1 025 334,03	**1 310 784,18**	285 450,15

Na Assembleia Geral da EGEAC em 6 dezembro de 2024, foram aprovadas as contas do período findo em 31/12/2023, tendo sido deliberado a aplicação do resultado líquido no valor de €15.125,89 em Outras Reservas.

A rubrica "Outras Variações no Capital" reflete o valor líquido do subsídio ao investimento atribuído a ativos fixos tangíveis e intangíveis, decompondo-se da seguinte forma:

O Valor €361.329,35 corresponde ao valor imputado em Rendimentos, relativo ao reconhecimento do Subsídio Investimento, conforme detalhe nota 22.

A conta 5932 diz respeito ao reconhecimento do imposto associado ao subsídio ao investimento. Este é registado por contrapartida da conta 278 – Subs. Investimento, calculado através do produto da taxa de imposto sobre o valor reconhecido em rendimentos e na conta 5931, conforme nota 28.

11. Custo de Empréstimos Obtidos

Os juros suportados com a obtenção de empréstimos bancários de curto prazo foram os seguintes:

Gastos financeiros

	31/12/2024	31/12/2023
Juros suportados	149 802,99	164 891,17
	149 802,99	**164 891,17**

12. Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas ao menor do custo de aquisição ou do respetivo valor realizável líquido. Como método de custeio das saídas utiliza-se o critério do custo médio ponderado. Os seguintes mapas discriminam os inventários finais e o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.

Inventários Finais

	31/12/2024	31/12/2023
Mercadorias	313 512,20	277 466,85
	313 512,20	**277 466,85**

Custo das Mercadorias Vendidas e das Mat. Consumidas

	31/12/2024	31/12/2023
	Mercadorias	**Mercadorias**
Inventários Iniciais	277 466,85	255 595,25
Compras	305 971,92	316 647,24
Regularização de Inventários	-6 756,65	-10 868,31
Inventários Finais	313 512,20	277 466,85
C.M.V.M.C.	**263 169,92**	**283 907,33**

13. Rédito

Os mapas abaixo discriminam a natureza e montante dos réditos obtidos em 2023 e 2024. Os rendimentos são reconhecidos no momento em que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento.

Vendas

	31/12/2024	31/12/2023
Vendas de Mercadorias	465 445,21	482 576,62
	465 445,21	**482 576,62**

Prestação de Serviços

	31/12/2024	31/12/2023
Bilheteiras	21 436 971,27	21 692 100,43
Patrocínios	1 106 585,37	1 100 000,00
Concessões	396 290,50	200 023,70
Cedências e Alugueres Espaço	330 787,12	118 189,73
Direitos de Transmissão	130 000,00	130 000,00
Contrato Mandato Municipio Lisboa JMJ		3 006 840,63
Outras	273 051,50	171 214,44
	23 673 685,76	**26 418 368,93**
Volume Negócios	**24 139 130,97**	**26 900 945,55**

14. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Provisões

Movimentos ocorridos do período

	31/12/2024	Aumentos	Reduções	31/12/2024
Provisões para proc. judiciais em curso	1 000 000,00		500 000,00	500 000,00
Outras Provisões				
	1 000 000,00	**0,00**	**500 000,00**	**500 000,00**

A Egeac efetuou 50% redução da provisão para a acção judicial intentada em 2009 pela Companhia de Dança de Lisboa contra a EGEAC e Município de lisboa, por despejo do edifício.

A decisão de primeira instância julgou a presente ação totalmente improcedente e, em consequência, absolveu os Réus. Apesar da Autora ter recorrido, não existe fundamento para que a decisão seja revertida, pelo que é expectável que a decisão seja mantida pelo Tribunal Superior.

Os restantes 50% serão reduzidos com a decisão final do processo.

15. Subsídios e outros Apoios das Entidades Públicas

A EGEAC tem um Contrato Programa anual com o Município de Lisboa, que no ano 2024 cifrou-se em 14.288.660,00 Euros.

A EGEAC obteve ainda em 2024, apoios à atividade, nomeadamente para as comemorações dos 50 anos do 25 de abril, por parte da Comissão Comemorativa dos 50 anos 25 abril, bem como para a realização do Festival Porta da Europa 24, Festival Persona 24 e ainda Festival Mundu Nôbu 24, atribuídos pela Associação Turismo Lisboa.

Subsídios à Exploração

Entidade	Montante recebido período	Rédito do período	Rédito do período anterior
Municipio de Lisboa - Contrato Programa	13 988 660,00	14 288 660,00	10 967 420,00
Associação Turismo Lisboa	301 085,24	301 085,24	
Comissão Comemorativa dos 50 anos 25 abril	110 000,00	110 000,00	
Education, Audiovisual and Culture Executive Agency	76 526,59	37 859,85	74 873,36
Outros	3 500,00	3 500,00	13 364,36
	14 479 771,83	**14 741 105,09**	**11 055 657,72**

16. Impostos sobre o Rendimento

Os impostos sobre o rendimento, reconhecidos nas demonstrações de resultados dos exercícios são:

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto corrente	-28 783,37	-25 846,39
Imposto diferido		
	-28 783,37	**-25 846,39**

Durante os períodos findos em 31-12-2024 e 31-12-2023, a reconciliação entre a taxa de Imposto sobre o Rendimento e a Taxa Efetiva de Imposto, foi a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado Antes Imposto	49 242,67	40 972,28
Taxa Imposto	21%	21%
IRC à taxa normal sem correções fiscais	10 340,96	8 604,18
Variações Patrimoniais		
Valores a acrescer	11 819,69	43 825,48
Valores a deduzir	-500 000,00	
Benificios fiscais	-7 721,11	-36 310,95
Lucro Tributável		48 486,81
Prejuizo Fiscal	-446 658,75	
IRC à taxa normal s/ mat. Colectável		10 182,23
Derrama Municipal		727,30
Tributação Autónoma	28 783,37	14 936,86
Imposto Estimado para o período	28 783,37	25 846,39
Taxa Efetiva de Imposto	0,58	0,63

17. Instrumentos Financeiros

Durante os períodos findos em 31-12-2024 e 31-12-2023, o valor registado em cada uma das categorias de ativos e passivos financeiros, foram as seguintes:

	Ativos Financeiros	Passivos Financeiros	Total 31/12/2024
Clientes	369 831,59		369 831,59
Outros ativos correntes	483 813,72		483 813,72
Caixa e seus equivalentes	678 726,03		678 726,03
Total do Activo	**1 532 371,34**		**1 532 371,34**
Fornecedores		2 883 157,35	2 883 157,35
Outros passivos correntes		7 625 670,99	7 625 670,99
Total do Passivo		**10 508 828,34**	**10 508 828,34**

	Ativos Financeiros	Passivos Financeiros	Total 31/12/2023
Clientes	602 693,31		602 693,31
Outros ativos correntes	347 947,11		347 947,11
Caixa e seus equivalentes	1 331 092,40		1 331 092,40
Total do Activo	**2 281 732,82**		**2 281 732,82**
Fornecedores		2 989 900,43	2 989 900,43
Outros passivos correntes		6 711 841,40	6 711 841,40
Total do Passivo		**9 701 741,83**	**9 701 741,83**

18. Fornecimentos e Serviços Externos

Durante os períodos findos em 31-12-2024 e 31-12-2023, os saldos mais relevantes dos FSE são os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Gastos diretos c/ programação	6 437 125,40	5 267 032,12
Trabalhos Especializados	2 078 344,86	1 764 562,11
Publicidade e Propaganda	506 561,35	535 496,01
Vigilância e Segurança	2 864 728,45	2 774 145,98
Energia e Fluidos	1 104 706,58	1 022 090,27
Conservação e Reparação	1 161 244,92	1 137 403,43
Comunicação	188 135,57	198 257,65
Materiais	548 390,24	486 343,31
Rendas e Alugueres	1 556 428,52	3 690 063,13
Limpeza, Higiene e Conforto	1 349 627,72	1 325 040,15
Outros Serviços (inclui gastos c/ expos. e colóquios)	637 181,84	514 920,21
Outros	900 101,28	785 599,77
	19 332 576,73	**19 500 954,14**

19. Gastos com o Pessoal

Gastos com Pessoal

	31/12/2024	31/12/2023
Remunerações dos Orgãos Sociais	112 017,61	112 553,59
Remunerações do Pessoal	14 607 660,40	13 220 610,81
Indemnizações	19 524,90	5 453,89
Encargos sobre remunerações	3 463 149,56	3 136 643,20
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	74 403,27	70 797,58
Outros custos com pessoal	165 482,70	300 583,37
	18 442 238,44	**16 846 642,44**

Quadro de Pessoal

Número médio de colaboradores no período	31/12/2024	31/12/2023
Órgãos sociais	3	3
Trabalhadores efetivos e outros	483	441
	486	**444**

20. Outros Gastos

Outros Gastos

	31/12/2024	31/12/2023
Impostos	86 464,72	36 029,70
Correções Relativas Exercícios Anteriores	487,53	13 916,29
Donativos	16 161,75	
Quotizações	35 655,00	32 563,00
Enc. Seg. Social Independentes/ regime EPAC	14 425,35	40 286,13
Outros Gastos	29 384,25	28 827,13
	182 578,60	**151 622,25**

21. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Gastos de depreciação e amortização

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos Fixos Tangíveis	1 512 247,26	1 459 278,95
Ativos Intangíveis	28 789,19	45 094,42
	1 541 036,45	**1 504 373,37**

22. Outros Rendimentos

	31/12/2024	31/12/2023
Imputação de Subsídios ao Investimento	361 329,35	374 090,34
Correções Relativas Exercícios Anteriores	9 697,29	20 188,99
Donativos Mecenato	174 611,67	123 314,95
Outros Rendimentos	34 771,43	19 165,43
	580 409,74	**536 759,71**

23. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de Clientes apresentava a seguinte maturidade:

Clientes Correntes

	31/12/2024	31/12/2023
< 90 dias	361 330,82	551 540,60
90-180 dias	2 680,20	
>180 dias	5 820,57	50 852,71
	369 831,59	**602 393,31**

Clientes Cobrança Duvidosa

	31/12/2024	31/12/2023
	325 464,47	325 464,47
Perdas por imparidades acumuladas - clientes	-325 464,47	-325 464,47
	0,00	**0,00**

24. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de Fornecedores apresentava a seguinte maturidade:

Fornecedores Correntes

	31/12/2024	31/12/2023
< 90 dias	2 779 187,31	2 838 724,25
90-180 dias	3 625,55	6 022,89
>180 dias	100 344,49	145 153,29
	2 883 157,35	**2 989 900,43**

25. Estado e outros entes públicos

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto sobre o Rend. Pessoas Coletivas		
IRC a recuperar	17 232,63	57 314,61
IRC a liquidar		
Retenção Imp. s/ Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	-210 433,86	-194 957,49
Imposto sobre Valor Acrescentado (*)	3 762 822,35	3 588 696,65
Contribuições para a S.Social	-317 428,21	-272 759,17
Outros	-69 397,36	-65 098,87
Ativo	3 780 054,98	3 646 011,26
Passivo	-597 259,43	-532 815,53

(*) – Inclui pedido reembolso de IVA no valor de €2.892.894,92 conforme mencionado na nota 6.

26. Financiamentos Obtidos

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos Correntes (conta caucionada)	2 150 000,00	1 500 000,00
	2 150 000,00	1 500 000,00

A EGEAC tem contratado os seguintes plafonds bancários, relativos a utilizações de contas caucionadas:

Novo Banco 3.000.000€;

Millennium BCP 3.000.000€;

Santander Totta 3.000.000€.

27. Outros Créditos a Receber

Outras Créditos a Receber

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos ao pessoal	21 717,32	13 222,87
Outros Acréscimos de Rendimentos	35 454,66	15 804,84
Education, Audiovisual and Culture Executive Agency	137 626,03	61 401,56
Outros Devedores	81 790,19	38 372,98
	276 588,20	**128 802,25**

O valor €137.626,03 a receber de Education, Audiovisual and Culture Executive Agency, é relativo essencialmente a um subsídio à exploração atribuído à EGEAC, no âmbito programação do Teatro Municipal São Luiz, através da rede We Want More que teve início em outubro de 2024.

31. Acontecimentos Após a Data do Balanço

Na presente data, o Conselho de Administração da EGEAC não tem conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31/12/2024 que justifiquem ajustamentos nestas demonstrações financeiras.

32. Data de Autorização para a Emissão das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pelo Conselho Administração em 18 de fevereiro de 2025, sendo remetidas ao Município de Lisboa para aprovação.

A Contabilista Certificada

Rita Ucha

A Administração

Pedro Moreira

Susana Graça

Gonçalo Reis

28. Outras Dividas a Pagar

Outras Créditos a Receber

Passivo corrente	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de Investimento	754 271,57	623 268,07
Credores por Acréscimos de Gastos	3 538 124,93	2 639 850,51
Outros Credores		
CML - Proc. Reemb. IVA 2011/13	2 892 894,92	2 892 894,92
CML - CP 2023		300 000,00
Cauções Recebidas	83 531,51	109 011,01
Cartão Crédito Millennium BCP		195,00
Outros	45 936,27	48 554,90
Passivo corrente	**7 314 759,20**	**6 613 774,41**

Passivo não corrente	31/12/2024	31/12/2023
Subsídio ao Investimento	272 557,22	348 436,42
Passivo não corrente	**272 557,22**	**348 436,42**

A rubrica "Credores por Acréscimo de Gastos" inclui estimativa de férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais do pessoal efetivo da EGEAC, relativos ao ano 2024 a liquidar no ano 2025.

A rubrica "Outros Credores" inclui o saldo credor do Município de €2.892.894,92, relativo ao processo de reembolso de IVA referente aos anos 2011 e 2012, conforme mencionado na nota 6.

A conta subsídio ao Investimento apresenta uma variação no montante €75.879,20 relativa ao reconhecimento do imposto associado ao subsídio ao investimento conforme detalhe da nota 10.

29. Diferimentos

	31/12/2024	31/12/2023
Gastos a Reconhecer	207 225,52	219 144,86
Rendimentos a Reconhecer	-310 911,79	-98 066,99
Ativo	**207 225,52**	**219 144,86**
Passivo	**-310 911,79**	**-98 066,99**

Os gastos a reconhecer correspondem, essencialmente, a pagamentos parciais de produções de espetáculos e outras despesas efetuadas em 2024, mas que se realizam apenas em 2025, sendo gasto desse ano.

Os Rendimentos a reconhecer dizem respeito, sobretudo, a cofinanciamentos de projetos inseridos na programação do Teatro Municipal São Luiz a realizar em anos seguintes, cujo rendimento será reconhecido no ano de execução, tal como o respetivo gasto.

30. Outras Divulgações

Situação tributária e contributiva

A EGEAC tem a situação tributária regularizada junto da Autoridade Tributária, tal como em sede de Segurança Social.

Remuneração dos Órgãos Sociais

Nos exercícios de 2024 e 2023, os Órgãos Sociais tiveram as seguintes remunerações:

	31/12/2024	31/12/2023
Conselho de Administração (*)	112 017,61	112 553,59
Fiscal Único (**)	7 900,00	7 980,00
	119 917,61	**120 533,59**

(*) - Valor relevado em Gastos com Pessoal
(**) - Valor sem IVA, relevado em Fornecimentos Serviços Externos

Anexos

Objetivos Setoriais - Execução

ANEXO II

OBJETIVOS SETORIAIS POR EQUIPAMENTO 2024

VALORES EM MILHÕES DE EUROS

	Castelo de S. Jorge			Padrão dos Descobrimentos			Museu do Fado			Museu da Marioneta			Casa Fernando Pessoa			Galerias Municipais		
	objetivo	execução		objetivo	execução		objetivo	execução		objetivo	execução		objetivo	execução		objetivo	execução	
Rendimentos de Funcionamento	≥ 20	19,05	x	≥ 1,77	1,47	x	≥ 0,35	0,34	x	≥ 0,16	0,18	✓	≥ 0,20	0,22	✓	≥ 0,02*	0,06	✓
Gastos de Atividade	≤ 0,18	0,17	✓	≤ 0,12	0,11	✓	≤ 0,59	0,65	x	≤ 0,19	0,18	✓	≤ 0,13	0,11	✓	≤ 0,65	0,55	✓
Público	≥ 1,71	1,73	✓	≥ 0,25	0,25	✓	≥ 0,1	0,08	x	≥ 0,04	0,03	x	≥ 0,03	0,03	✓	≥ 0,03	0,08	✓

	Atelier-Museu Júlio Pomar			Museu de Lisboa Palácio Pimenta			Museu de Lisboa Santo António			Museu de Lisboa Teatro Romano			Museu Bordalo Pinheiro			Museu do Aljube		
	objetivo	execução		objetivo	execução		objetivo	execução		objetivo	execução		objetivo	execução		objetivo	execução	
Rendimentos de Funcionamento	≥ 0,01	0,02	✓	≥ 0,07	0,14	✓	≥ 0,05	0,05	✓	≥ 0,03	0,04	✓	≥ 0,06	0,05	x	≥ 0,09	0,11	✓
Gastos de Atividade	≤ 0,13	0,11	✓	≤ 0,35	0,37	x	≤ 0,06	0,06	✓	≤ 0,08	0,08	✓	≤ 0,08	0,08	✓	≤ 0,09	0,09	✓
Público	≥ 0,01	0,01	✓	≥ 0,07	0,13	✓	≥ 0,05	0,03	x	≥ 0,16	0,26	✓	≥ 0,02	0,02	✓	≥ 0,05	0,20	✓

	São Luiz Teatro Municipal			Cinema São Jorge			Teatro do Bairro Alto			Teatro Luís de Camões			Parque Mayer			Planeamento e Produção de Eventos		
	objetivo	execução		objetivo	execução		objetivo	execução		objetivo	execução		objetivo	execução		objetivo	execução	
Rendimentos de Funcionamento	≥ 0,38	0,40	✓	≥ 0,14	0,16	✓	≥ 0,04	0,05	✓	≥ 0,05	0,04	x	≥ 0,78	0,33	x	≥ 1,22	1,81	✓
Gastos de Atividade	≤ 1,45	1,47	x	≤ 0,13	0,11	✓	≤ 0,79	0,72	✓	≤ 0,44	0,44	✓				≤ 3,7	4,56	x
Público	≥ 0,05	0,05	✓	≥ 0,11	0,14	✓	≥ 0,01	0,01	✓	≥ 0,02	0,02	✓	≥ 0,03	0,03	✓	≥ 2,32	3,19	✓

Espaço Atlândida Não incluído nos objetivos setoriais, por não estar aberto ao público apesar de ter alguma atividade fora de portas.

Pavilhão Azul - Julião Sarmento Não incluído nos objetivos setoriais, porque não está definida a data de abertura.

Parque Mayer-Capitólio O modelo de gestão é diferente dos restantes - o objetivo dos gastos de atividade não se aplica.

** Nas Galerias Municipais foi corrigido o valor do objeto dos rendimentos de funcionamento*

Quadro Investimento

Descrição Unidades Orgânicas	Edifícios e Outras Construções e Investimento em Curso	Equipamento Administrativo	Equipamento Técnico	Outros	Execução
Atelier Museu Júlio Pomar		6 578			6 578
Casa Fernando Pessoa	40 012	820	3 998	984	45 814
Castelo de São Jorge	344 385	4 741	16 307	9 492	374 925
Cine Teatro Capitólio	21 979	14 612	25 394		61 985
Cinema São Jorge	64 419		27 571		91 990
Espaço Atlândida	160 764				160 764
Galeria da Mitra: Teatro Meridional	1 230				1 230
Galerias Municipais	234		7 169		7 403
Museu Aljube		1 322			1 322
Museu Bordalo Pinheiro	30 793	5 077	701		36 571
Museu da Marioneta	39 293		50 499		89 792
Museu de Santo António			19 720		19 720
Museu do Fado	143 741		32 756		176 497
Museu Teatro Romano	36 235	857	3 781		40 873
Padrão dos Descobrimentos		459	5 781		6 240
Palácio Pimenta	463 508	879	21 338		485 725
São Luiz Teatro Municipal	75 343	4 281	160 187		239 811
Sede		40 055	48 650	74 752	163 457
Teatro Aberto	2 380				2 380
Teatro do Bairro Alto			6 238		6 238
Teatro Luís de Camões	101 795		552		102 347
Teatro Variedades	199 810	13 008	424 262	20 359	657 439
Pavilhão Julião Sarmento	22 085	5 319			27 403
Total Geral	**1 748 005**	**98 010**	**854 902**	**105 587**	**2 806 504**

EGEAC Relatório e Contas 2024

KRESTON IBERAUDIT

Knowing you

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Kreston & Associados - SROC Lda. - Capital Social: 75.200 euros | Matrícula C.R.C. Lisboa e NIPC 502 844 787 | Inscrição na OROC nº104 | Inscrição na CMVM nº 20161426

Senhores Acionistas,

Nos termos da lei e dos estatutos, cumpre-nos submeter à apreciação de V. Exas. o nosso relatório e parecer sobre o relatório e contas da sociedade EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, EM, S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

No desempenho das nossas funções acompanhámos com regularidade a atividade e a gestão da Empresa, com base na análise da informação contabilística e através de esclarecimentos solicitados à Administração e aos serviços, de quem obtivemos a melhor colaboração. Realizamos as ações de verificação e comprovação que consideramos necessárias para o cumprimento das nossas obrigações de fiscalização.

Analisamos o relatório de gestão apresentado pela Administração o qual obedece às disposições legais aplicáveis e refere os aspetos mais relevantes que caracterizaram a evolução da Empresa.

Procedemos, também, à revisão legal das contas do exercício e emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas cujo conteúdo e conclusões se dão como reproduzidas neste relatório.

Em cumprimento com o disposto no n.º 2, artigo 54º do RJSPE - Regime Jurídico do Setor Público Empresarial -, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, A EGEAC apresentou o Relatório de Boas Práticas de Governo Societário, conforme modelo oficial da UTAM - Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, que inclui os elementos e informação sobre as matérias reguladas no capitulo II do RJSPE e traduz, na generalidade, a observância das disposições legais aplicáveis.

Nestas condições é nosso parecer:

a) Que se aprove o Relatório e Contas apresentado pela Administração;

b) Que se aprove a Proposta de Aplicação de Resultados.

Lisboa, 7 de março de 2025

KRESTON & ASSOCIADOS - SROC, LDA.
Representada por João José Lopes da Silva
Registado na OROC nº 1.065 e na CMVM n.º 20160677

Av. Eng. Duarte Pacheco, 19 - 4º - Esq. 1070-100 Lisboa | T. +(351) 214 139 690 | kreston@kreston.pt | www.kreston.pt
An independent member of the Kreston Global Network

KRESTON IBERAUDIT

Knowing you

Kreston & Associados - SROC Lda. - Capital Social: 75.200 euros | Matrícula C.R.C. Lisboa e NIPC 502 844 787 | Inscrição na OROC nº104 | Inscrição na CMVM nº 20161426

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, EM, S.A., (a Empresa) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 17.110.442,23 euros e um total de capital próprio de 3.081.797,24 euros, incluindo um resultado líquido de 20.459,30 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, EM, S.A em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;

Av. Eng. Duarte Pacheco, 19 - 4º - Esq. 1070-100 Lisboa | T. +(351) 214 139 690 | kreston@kreston.pt | www.kreston.pt
An independent member of the Kreston Global Network

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que a auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

KRESTON IBERAUDIT

Knowing you

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

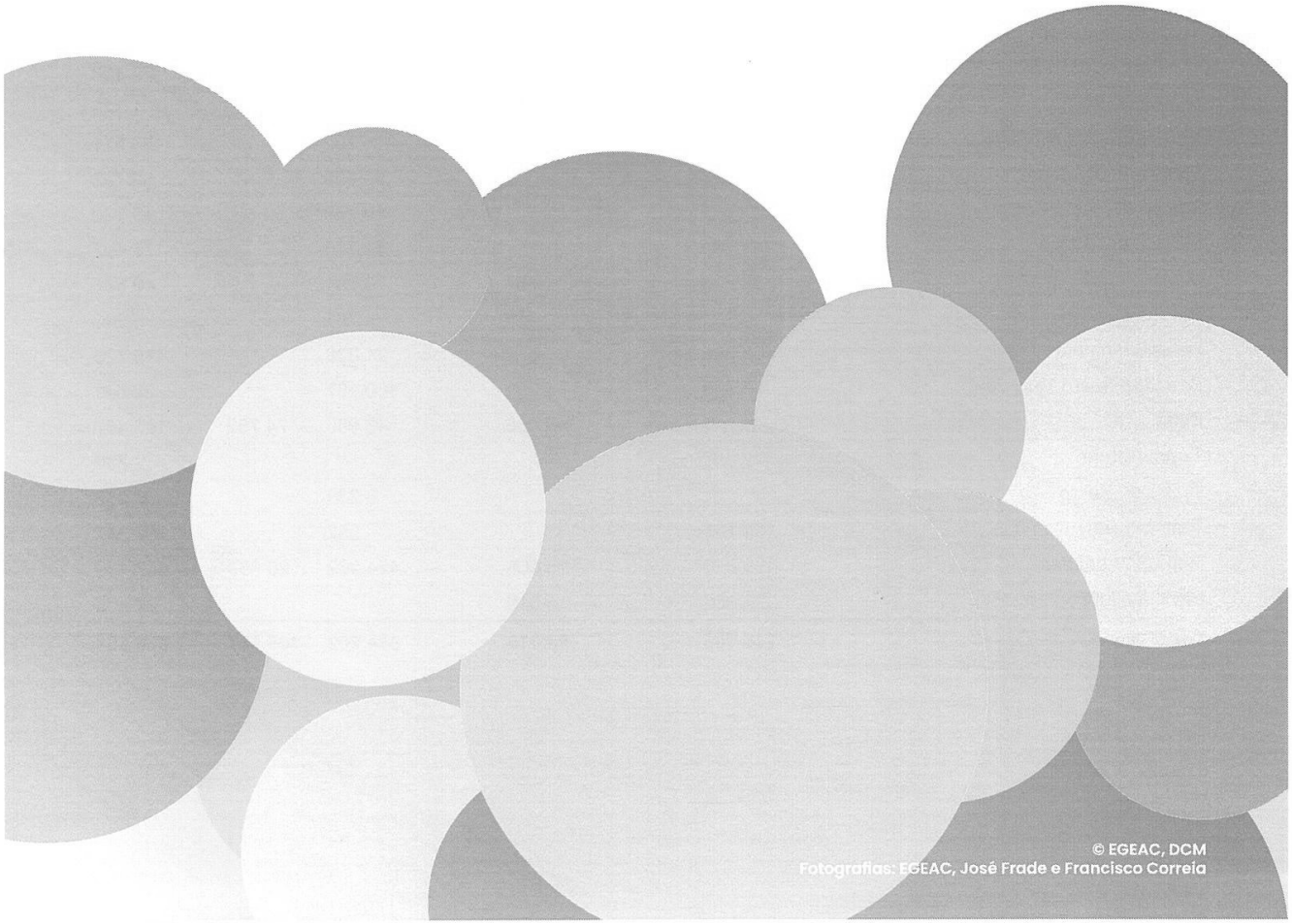
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Empresa, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 7 de março de 2025

KRESTON & ASSOCIADOS - SROC, LDA.
Representada por João José Lopes da Silva
Registado na OROC nº 1.065 e na CMVM n.º 20160677


© EGEAC, DCM
Fotografias: EGEAC, José Frade e Francisco Correia

- *Deliberação n.º 178/CM/2025* (Proposta n.º 178/2025) - Subscrita pelo Sr. Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia:

Apreciação do Relatório e Contas de 2024 da CARRIS - Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E. M., S. A.

Pelouro: Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia.
Serviços: DMM e DMF.

Considerando que:

1 - As empresas do setor empresarial local regem-se pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAELPL), pela Lei Comercial, pelos respetivos Estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do Setor Empresarial do Estado, sem prejuízo das normas imperativas neste previstas, de acordo com o disposto no artigo 21.º daquela Lei;
2 - O n.º 1 do artigo 40.º do RJAELPL determina que «*As empresas devem apresentar resultados anuais equilibrados*» e, o n.º 2 do mesmo artigo, dispõe que «*...no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa*»;
3 - O n.º 3 do mesmo artigo estipula que «*Os sócios de direito público preveem nos seus orçamentos anuais o montante previsional necessário à cobertura dos resultados líquidos antes de impostos, na proporção da respetiva participação social*». Por sua vez, o n.º 4 estabelece que «*No caso de o orçamento anual do ano em causa não conter verba suficiente para a cobertura dos prejuízos (...), os sócios de direito público deverão proceder a uma alteração ou revisão do mesmo, por forma a contemplar o montante necessário, e proceder à sua transferência no mês seguinte à apreciação das contas da empresa local (...).*»;
4 - Para efeitos do limite legal de endividamento, a dívida total do município inclui a das empresas locais, na proporção da respetiva participação no capital social, nos termos da alínea *c)* do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro [Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI)], sempre que se verifique o incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 46.º do RJAELPL;
5 - A Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E. M., S. A., doravante designada por CARRIS, é uma pessoa coletiva de direito privado, sob a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, de responsabilidade limitada, com natureza municipal, que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, sendo o seu capital social integralmente detido pelo Município de Lisboa;
6 - A CARRIS é uma empresa local que tem por objeto a exploração, em regime de concessão, do serviço público de transporte coletivo de passageiros à superfície, com incidência maioritária na cidade de Lisboa;
7 - A CARRIS apresenta um Resultado Antes de Impostos (RAI) positivo, não se encontrando, por isso, sujeita ao disposto no n.º 2 do artigo 40.º do RJAELPL, conforme evidenciado na Demonstração de Resultados das Contas de 2024;
8 - Em 31 de dezembro de 2024, a CARRIS apresenta um valor de capitais próprios positivo, igual ou superior a 50 % do capital social, conforme evidenciado no Balanço das Contas de 2024, encontrando-se, assim, em situação de equilíbrio nos termos do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais;
9 - A Certificação Legal de Contas, emitida pela BDO & Associados - SROC, Ltd.ª, não contém reservas, sendo exarada a seguinte opinião:

«*(...) as demonstrações financeiras (...) apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E. M., S. A., em 31 de dezembro de 2024, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística*».

10 - Na mesma Certificação Legal de Contas, são ainda mencionadas as seguintes ênfases, não modificativas da opinião:

i - Derrogação da aplicação da IFRIC 12, com divulgação na nota 2.2;
ii - Alteração da política de reconhecimento da compensação financeira por cumprimento de obrigações de serviço público (COSP), com efeitos retrospetivos explicitados na nota 2.3;
iii - Demonstrações elaboradas a nível individual, com aplicação do método da equivalência patrimonial às participações financeiras.

11 - O Conselho Fiscal emitiu parecer favorável, nos seguintes termos:

«*O Conselho Fiscal considera que todos os citados documentos apresentados pelo Conselho de Administração cumprem os requisitos legais e regulamentares estabelecidos e que as demonstrações financeiras em apreço são adequadas à situação patrimonial da entidade em 2024/12/31, pelo que o seu parecer é favorável à aprovação pela Assembleia-geral da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E. M., S. A., do Relatório e Contas do exercício de 2024*».

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 25.º, do n.º 2 do artigo 26.º e da alínea *d)* do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto; do n.º 1 do artigo 62.º, aplicável por força do artigo 4.º, ambos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro; da alínea *oo)* do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais); dos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais; e das alíneas *a)* e *b)* do artigo 25.º dos Estatutos da CARRIS:

1 - Apreciar favoravelmente o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2024 da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E. M., S. A., incluindo os seguintes documentos, que se anexam e fazem parte integrante da presente proposta:

a) Relatório de Gestão do Conselho de Administração;
b) Demonstrações Financeiras;
c) Certificação Legal das Contas, com ênfases e sem reservas;
d) Parecer do Conselho Fiscal;
e) Proposta de aplicação de resultados (pág. 69 do Relatório e Contas).

2 - Mandatar o Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia - representante do Município de Lisboa na Assembleia-geral da CARRIS - para votar favoravelmente os referidos documentos, nos termos da presente proposta.

[Aprovada por maioria, com 7 votos a favor (3 PPD/PSD, 3 CDS/PP e 1 Ind. NTL), 4 votos contra (1 BE, 1 Ver. Paula Marques, 1 Ver. Floresbela Pinto e 1 Ver. Rui Franco) e 6 abstenções (3 PS, 2 PCP e 1 L).]

RELATÓRIO
E CONTAS
2024
carris
CAETANO
carris

Relatório e Contas

Índice

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA E SUAS PARTICIPADAS

1.1. Síntese histórica
1.2. Universo de Empresas CARRIS

2. PRINCIPAIS INDICADORES

3. ANO 2024 EM REVISTA

4. ATIVIDADE

4.1. Exploração Operacional
4.2. Qualidade do Serviço
4.3. Atividade Comercial
4.4. Segurança de Exploração
4.5. Frota de Serviço Público
4.6. Infraestruturas de Tração Elétrica
4.7. Novos Projetos Estruturantes
4.8. Museu da CARRIS

5. RECURSOS HUMANOS

5.1. Evolução do Efetivo
5.2. Política Salarial
5.3. Formação
5.4. Indicadores de Prestação do Trabalho

6. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

6.1. Conjuntura económica 2024 e cenário 2025-2027
6.2. Análise de resultados da empresa
6.3. Estrutura Patrimonial
6.4. Investimento Realizado
6.5. Fluxos Financeiros
6.6. Prazo Médio de Pagamentos

7. GOVERNO SOCIETÁRIO

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação
2.2 Derrogação das disposições do SNC
2.3 Comparabilidade das demonstrações financeiras

3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS CONTABILÍSTICAS DE RELATO FINANCEIRO – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Relatório e Contas

4.1 Bases de apresentação .....
4.2 Políticas Contabilísticas Relevantes .....
4.3 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas .....

5. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES .....
6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS .....
7. LOCAÇÕES .....
8. ATIVOS INTANGÍVEIS .....
9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL .....
10. IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTO .....
11. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS .....
12. INVENTÁRIOS .....
13. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER .....
14. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO .....
15. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES .....
16. FORNECEDORES, EMPRÉSTIMOS OBTIDOS E OUTRAS CONTAS A PAGAR .....
17. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS .....
18. DIFERIMENTOS PASSIVOS .....
19. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO .....
20. RÉDITO .....
21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS .....
22. GASTOS COM O PESSOAL .....
23. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO .....
24. OUTROS RENDIMENTOS .....
25. OUTROS GASTOS .....
26. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES .....
27. PARTES RELACIONADAS .....
28. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DE ENTIDADES PÚBLICAS .....
29. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS .....
30. GARANTIAS .....
31. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO .....
32. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Estrutura da Procura/Modo .....
Gráfico 2 – Receitas Acumuladas 2024 .....
Gráfico 3 – Principais motivos de reclamações de serviço .....
Gráfico 4 – Chamadas no Centro de Atendimento ao Cliente .....
Gráfico 5 – Vendas por rede de vendas .....
Gráfico 6 – Distribuição da quota de clientes de tarifa de bordo por modo de pagamento .....
Gráfico 7 - Número de Acidentes de Trabalho por Áreas Funcionais .....
Gráfico 8 – Tipologia dos Acidentes de Trabalho .....
Gráfico 9 – Evolução Investimento (10^3€) .....
Gráfico 10 – Evolução Mensal PMP trimestral .....

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Rede de serviço público em 31 de dezembro de 2024 .....
Tabela 2 – Indicadores da Oferta .....
Tabela 3 – Velocidade Média de Exploração (Km/h) .....
Tabela 4 – Ocorrências .....
Tabela 5 – Taxa de ocupação .....
Tabela 6 – Sinistralidade - Acidentes de Exploração .....
Tabela 7 – Sinistralidade – Taxa de Acidentes de Exploração .....
Tabela 8 – Taxa de Cumprimento .....
Tabela 9 – Passageiros – Validações .....
Tabela 10 – Receita (sem IVA) por Título de Transporte .....
Tabela 11 – Composição da Rede de Vendas .....
Tabela 12 – Frota de Serviço Público .....
Tabela 13 – Reparações de Carroçaria .....
Tabela 14 – Custos de Manutenção da Frota de Autocarros .....
Tabela 15 – Custos de Manutenção do Modo Elétrico .....
Tabela 16 – Apoio Psicossocial .....

Tabela 17 – Efetivo CARRIS a 31 de dezembro .....
Tabela 18 – Formação .....
Tabela 19 – Absentismo em sentido lato .....
Tabela 20 – Absentismo detalhado .....
Tabela 21 – Trabalho suplementar .....
Tabela 22 – Número de consultas realizadas, por tipo .....
Tabela 23 – Demonstração de Resultados (10^3€) .....
Tabela 24 – Variação do Património (10^3€) .....
Tabela 25 – Investimentos (10^3€) .....
Tabela 26 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (10^3€) .....
Tabela 27 – Prazo Médio de Pagamentos Trimestral .....

Relatório e Contas

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em 2024, a «Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.» («CARRIS») prosseguiu, com forte espírito de missão, o enorme desafio de se afirmar como a Mobilidade Inteligente do Futuro, alicerçada na promoção da sustentabilidade e na melhoria da eficiência e qualidade do serviço. Desta forma, procurou dar continuidade à sua longa história de sucesso, colocando-se na vanguarda da mobilidade e da inovação, evoluindo com a Cidade e ao serviço da Cidade, posicionamento que pretende assegurar e reforçar nos anos futuros.

Com efeito, em 2024 a CARRIS implementou, diversas medidas de melhoraria do seu serviço, bem como procurou comunicar melhor com os seus clientes. São exemplo destas medidas: o reforço da oferta, através da introdução de novas carreiras, a reorganização de percursos e horários, bem como a resposta a eventos e/ou situações pontuais de aumento da procura de serviço de transporte público na Cidade, apresentando a CARRIS, no período em análise, uma taxa de cumprimento do serviço de 95%.

Adicionalmente, a empresa reforçou o seu esforço de investimento na renovação da frota, rumo à descarbonização e a uma Cidade mais sustentável, com veículos mais modernos, confortáveis e com maior eficiência energética. Nesse contexto, no decorrer de 2024, a CARRIS recebeu 19 autocarros *standard* elétricos e 14 autocarros mini elétricos.

Estes processos de aquisição de veículos elétricos contribuem, naturalmente, de forma muito relevante para o processo de descarbonização em curso, permitindo uma redução de 20 toneladas de CO_2 anual por cada mini elétrico e uma redução de 70 toneladas de CO_2 anual por cada *standard* elétrico. A entrada em circulação, em 2024, destes veículos 100% elétricos, veio permitir a criação de oito novas carreiras com emissões zero.

De assinalar também a entrada ao serviço de 24 novos autocarros articulados a gás natural comprimido, recebidos no final de 2023, e que permitiram aumentar a capacidade e conforto dos passageiros em carreiras de elevada procura. Foi ainda contratada a aquisição de 75 novos autocarros *standard* a gás natural, com o objetivo de reforçar e renovar esta tipologia de frota, maioritariamente usada nas carreiras cujo percurso é mais longo, os quais serão fornecidos no decurso do próximo ano.

No que respeita à frota de elétricos, chegaram, em 2024, mais 3 novos elétricos rápidos articulados concluindo-se assim o fornecimento de 15 novos elétricos articulados rápidos de grande capacidade que havia sido contratado.

Em 2024 verificaram-se ainda grandes desenvolvimentos no âmbito da desmaterialização da bilhética e da utilização de novos meios de pagamento dos serviços. Assim, sempre com o objetivo de aumentar a acessibilidade aos serviços prestados e diversificar os canais de venda e pagamento disponibilizados pela empresa, foi lançada em fevereiro a aplicação *Carrisway,* que veio permitir o carregamento por contacto de passes, em junho passou a estar disponível o método de pagamento com MB Way e em julho com a Via Verde e, finalmente, em novembro entrou em operação a possibilidade de pagamento da tarifa de bordo através de cartão bancário utilizando o sistema "*Contactless*". Este novo meio de pagamento tem-se revelado um grande sucesso, tendo-se atingido as 500.000 validações em menos de três meses.

Paralelamente, a CARRIS continuou a desenvolver, em estreita articulação com o seu acionista – a Câmara Municipal de Lisboa – o planeamento de grandes empreendimentos, com vista à expansão e à requalificação da sua rede de elétricos rápidos, de que cumpre destacar a futura expansão a ocidente e oriente da linha de elétrico 15 (de forma a percorrer todo o denominado "arco ribeirinho" desde o Jamor ao Parque Tejo), a futura linha de elétricos rápidos da Alta de Lisboa e a linha ocidental entre Lisboa e Oeiras, bem como a profunda intervenção e requalificação da Estação de Santo Amaro, com a criação da "Cidade Carris".

No decurso do ano 2024, foram contratados cento e vinte e seis novos trabalhadores, na sua esmagadora maioria tripulantes. Foi também concluído com sucesso o processo de transferência da atividade da participada CARRISBUS para a CARRIS com a integração dos 113 trabalhadores provenientes da participada nos quadros da empresa, com referência a 1 de janeiro de 2025. Cumpre realçar que em 2024 foram tomadas diversas medidas que visaram assegurar a melhoria das condições de trabalho e remuneratórias dos trabalhadores da empresa. Medidas essas, em parte, acordadas em sede de negociação coletiva, cujo processo culminou com a assinatura da revisão do Acordo de Empresa com todas as organizações sindicais representativas dos trabalhadores da CARRIS.

O desempenho alcançado evidencia o empenho de todos os que trabalham na CARRIS na procura constante da prestação de um serviço cada vez mais eficiente e de maior qualidade. Por isso, neste momento de balanço, não podemos deixar de dirigir a todos os trabalhadores o nosso agradecimento e sentido reconhecimento pelo bom trabalho realizado.

No percurso de mais um ano ao serviço da Cidade, temos também de agradecer aos nossos Clientes, que sendo a razão da nossa existência, motivam o nosso desígnio diário de prestar um serviço melhor, regular, acessível, seguro, confortável e eficiente, que melhore a sua experiência de viagem e de mobilidade na Cidade.

Por fim, importa ter presente que o sucesso da nossa missão apenas é possível graças à forte aposta que o nosso Acionista – a Câmara Municipal de Lisboa –, empenha na CARRIS, enquanto empresa de mobilidade do Município. O seu suporte incondicional na promoção de um sistema de mobilidade que incentiva a utilização do transporte público de forma cada vez mais sustentável, tem sido para nós fundamental!

A todos o nosso bem-haja, com o compromisso de continuarmos a dar o melhor de nós, na promoção da Mobilidade Inteligente do Futuro, ao serviço da Cidade, da CARRIS, dos seus clientes e dos seus trabalhadores.

Relatório e Contas

O Conselho de Administração

Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Dra. Ana Cristina Pereira Coelho

Eng.ª Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Arq.º Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho

RELATÓRIO
E CONTAS
2024
CONSELHO
DE
ADMINISTRAÇÃO

Relatório e Contas

No período em análise, o Conselho de Administração da CARRIS manteve a sua composição inalterada, com quatro membros executivos e um não executivo, apresentando-se infra a identificação dos seus titulares:

Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho
Vogal não executivo

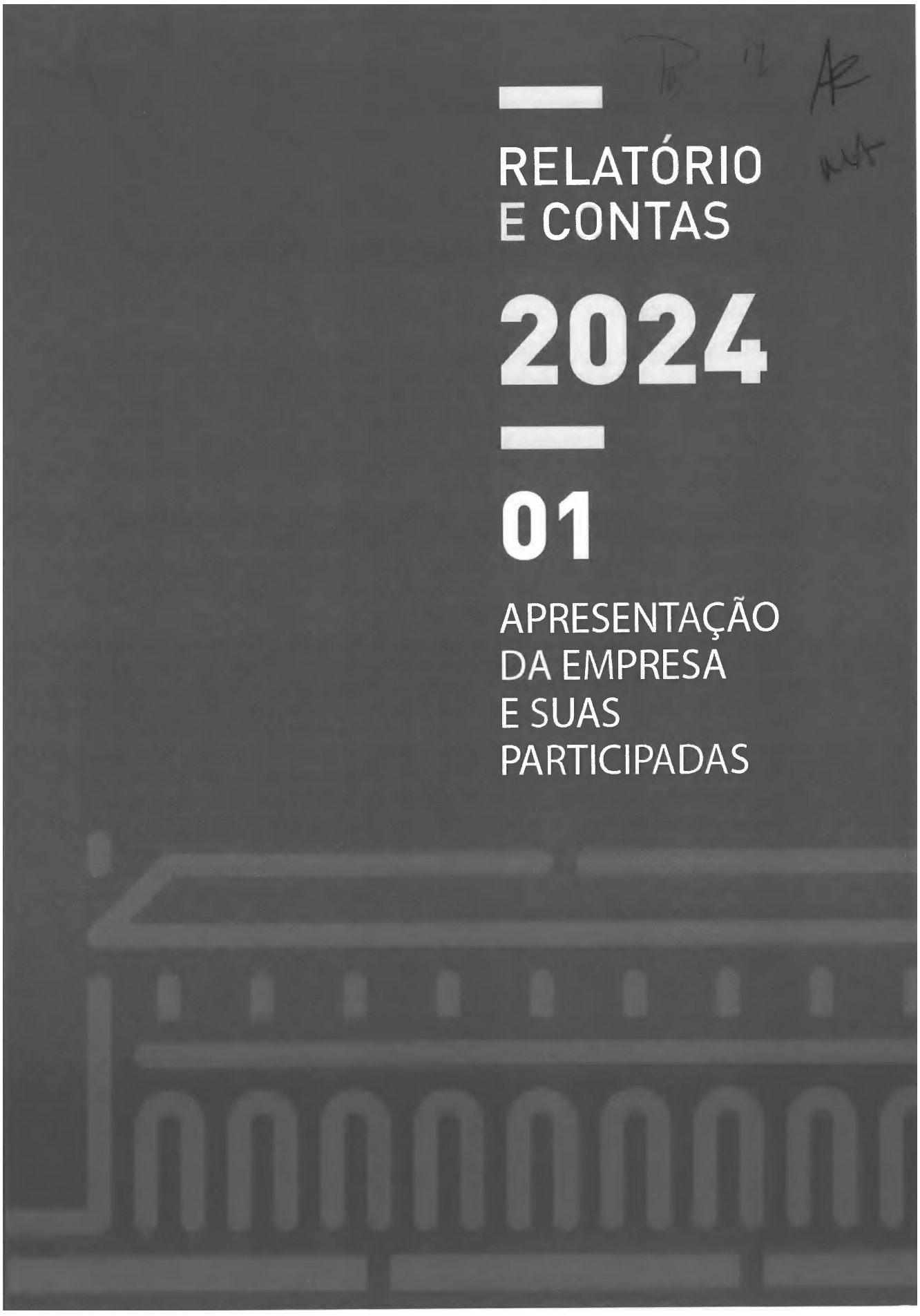
Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte
Vice-Presidente

Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas
Presidente

Ana Cristina Pereira Coelho
Vice-Presidente

Sara Maria Pereira do Nascimento
Vogal executiva

A Dra. Sara Nascimento assumiu, em fevereiro de 2025, funções de Administração em outra empresa do setor dos transportes, pelo que este relatório já não será por si assinado.


RELATÓRIO
E CONTAS
2024
01
APRESENTAÇÃO
DA EMPRESA
E SUAS
PARTICIPADAS

1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA E SUAS PARTICIPADAS

1.1.Síntese histórica

A Companhia Carris de Ferro de Lisboa foi fundada em 18 de setembro de 1872, tendo iniciado a sua atividade com um sistema de transporte do tipo "americano" (carruagens sobre carris movidas a tração animal). A sua primeira linha foi inaugurada em 1873. Na década seguinte surgiu um novo tipo de veículo – ascensor – que veio facilitar os acessos nas zonas mais íngremes da cidade. O ascensor do Lavra foi o primeiro a ser inaugurado, em 1884, seguindo-se o da Glória, em 1885 e, por fim, o da Bica, em 1892. O elevador de Santa Justa apareceu apenas em 1902, acompanhando outras inovações no sistema de transportes da altura.

Em 1901, fruto da convergência de dezenas de anos de esforços e transformações notáveis, surgiu o primeiro carro elétrico cuja rede foi rapidamente estendida a toda a cidade.

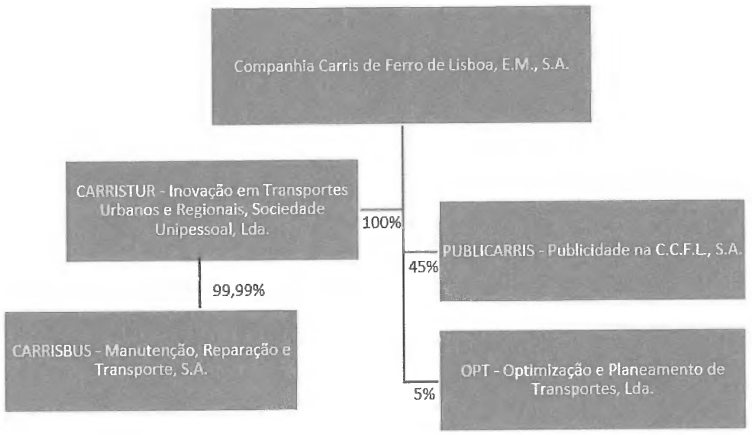
Em 1944, a CARRIS inaugurou o serviço de transporte com o modo autocarro. A partir do final da década de 50, coincidindo com a inauguração e crescimento da rede do metropolitano, esta rede de autocarros foi aumentada, em detrimento da rede de elétricos.

O serviço público de transporte rodoviário de passageiros é, há 152 anos, prestado, na cidade de Lisboa, pela CARRIS, tendo atualmente por base a concessão regulada pelo Decreto-Lei nº 174/2014, de 5 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 86-D/2016, de 30 de dezembro. Este diploma, que entrou em vigor em 1 de fevereiro de 2017, transferiu para o Município de Lisboa a posição contratual detida pelo Estado no contrato de concessão de serviço público de transporte coletivo de superfície de passageiros na cidade de Lisboa celebrado com a CARRIS. Determinou, ainda, a transmissão da totalidade das ações representativas do capital social da CARRIS, bem como da universalidade de direitos e obrigações de que esta é titular, incluindo as suas participações sociais noutras sociedades.

No seguimento das alterações verificadas, foi aprovada pela Assembleia Municipal de Lisboa, a 25 de maio de 2017, a 2.ª alteração ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Coletivo à Superfície de Passageiros, celebrado entre o Município de Lisboa e a CARRIS, obtendo, em 13 de setembro de 2018, o parecer positivo da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes e, em 1 de outubro de 2018, o respetivo visto do Tribunal de Contas.

No final de 2024, a Empresa disponibilizava à cidade de Lisboa 102 carreiras de autocarros (7 da "rede da madrugada"), 6 carreiras de elétricos, 3 ascensores e 1 elevador, com um total de 845 veículos.

1.2.Universo de Empresas CARRIS



O universo de empresas CARRIS é formado pela «Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.» e pelas suas participadas, conforme organograma acima apresentado.

A CARRIS detém a totalidade do capital da empresa «CARRISTUR - Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.» («CARRISTUR»), empresa que desenvolve a sua atividade em duas principais áreas de negócio: o turismo e a formação. A CARRISTUR é o principal operador de circuitos turísticos em autocarros panorâmicos em Portugal, estando presente em quatro cidades portuguesas: Lisboa, Porto, Funchal e Braga. A realização de ações de formação de tripulantes de autocarros e de elétricos (guarda-freios), bem como a formação profissional no âmbito das tecnologias de organização e gestão de redes e sistemas de transporte público rodoviário e a sua exploração, constituem igualmente uma área de atuação relevante da empresa.

A CARRISTUR (e indiretamente a CARRIS,) detém a maioria do capital da empresa «CARRISBUS – Manutenção, Reparação e Transporte, SA» («CARRISBUS»), cujo objeto principal consiste na manutenção e na reparação de veículos pesados de passageiros, bem como de carros elétricos. Esta desenvolve ainda atividades no âmbito do recondicionamento geral de órgãos e de veículos, da desempanagem e reboque dos autocarros e elétricos sob assistência, e executa tarefas preventivas/curativas, nos equipamentos embarcados nos veículos. No decurso de 2024, foi preparada a integração da atividade da CARRISBUS na CARRIS, com referência a 1 de janeiro de 2025. A tranferência da atividade foi operada com sucesso, prevendo-se que a curto prazo a CARRISBUS possa vir a ser liquidada e dissolvida.

A CARRIS tem ainda participação minoritária nas seguintes empresas:

- PUBLICARRIS: empresa criada para a exploração publicitária de meios nos veículos e espaços CARRIS; e
- OPT: empresa especializada em soluções informáticas avançadas para a gestão e otimização de sistemas de transportes e geração automática de informação ao público.

RELATÓRIO E CONTAS 2024

02

PRINCIPAIS INDICADORES

Relatório e Contas

2. PRINCIPAIS INDICADORES

INDICADORES DE ATIVIDADE	Unidade	REAL 2024	REAL 2023	ORÇ 2024	Var 2024/2023 (%)	Var 2024/ORÇ (%)
Indicadores de PROCURA						
PT (Passageiros Transportados SP com Título Válido)	10^3	133 904	136 688	146 014	-2,0%	-8,3%
PKT (Passageiros x km)	10^3	482 852	491 854	517 855	-1,8%	-6,8%
Receita Tarifária (compensações incluídas)	M€	122,552	119,225	124,666	2,8%	-1,7%
Indicadores de OFERTA						
LKO (Lugares x km)	10^6	2 435	2 427	2 602	0,3%	-6,4%
Veículos x km (serviço público)	10^3	35 693	36 536	38 143	-2,3%	-6,4%
Qualidade de Serviço						
Taxa de cumprimento (VeicXKm)	%	94,9%	97,2%	98%	-2,3 p.p.	-
Taxa de Ocupação	%	20%	20%	20%	-0,4 p.p.	-0,1 p.p.
INDICADORES DE RH						
Nº de efetivos	Un.	2 505	2 541	2 692	-1,4%	-6,9%
Massa Salarial	m€	69 766	66 873	68 736	4,3%	1,5%
SITUAÇÃO PATRIMONIAL						
Ativo não corrente	M€	173,805	165,236	189,197	5,2%	-8,1%
Ativo corrente	M€	72,916	78,147	51,419	-6,7%	41,8%
Total Ativo	M€	246,722	243,383	240,616	1,4%	2,5%
Capital Próprio	M€	151,466	117,637	138,804	28,8%	9,1%
Passivo	M€	95,256	125,746	101,811	-24,2%	-6,4%
Total Capital Próprio e Passivo	M€	246,722	243,383	240,616	1,4%	2,5%
INVESTIMENTOS	M€					
Infraestruturas de Longa Duração	M€	3,852	3,443	9,494	11,9%	-59,4%
Renovação e Beneficiação de Frota	M€	20,645	46,610	25,895	-55,7%	-20,3%
Outros Investimentos	M€	1,130	3,566	7,451	-68,3%	-84,8%
DESPESA DE INVESTIMENTO	M€	25,627	53,618	42,840	-52,2%	-40,2%
INDICADORES DE ESTRUTURA	M€					
Autonomia Financeira	%	61,4%	48,3%	57,7%	13,1 p.p.	3,7 p.p.
Solvabilidade	%	159,0%	93,6%	136,3%	65,5 p.p.	22,7 p.p.
INDICADORES FINANCEIROS	M€					
Volume de Negócios	M€	124,296	121,630	128,341	2,2%	-3,2%
Resultado Líquido	M€	0,551	3,401	1,519	-83,8%	-63,8%
EBITDA	M€	22,032	24,657	25,968	-10,6%	-15,2%
Rendimentos Operacionais[1]	M€	175,326	168,241	186,661	4,2%	-6,1%
Gastos Operacionais[2]	M€	150,929	143,567	162,910	5,1%	-7,4%
Gastos Operacionais por Passageiro Transportado[3]	€	1,00	0,94	1,01	6,9%	-0,6%
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais	%	116,2%	117,2%	114,6%	-1,0 p.p.	1,6 p.p.

1) Exclui Reversões + Ajustamentos + Equiv. Patrimonial + Rendim. Outros ativos

2) Exclui Provisões + Ajustamentos + Amortizações + Benefícios Pós-Emprego + Ind. Rescisão + Equiv. Patrimonial

3) Passageiros transportados incluindo passageiros em fraude

RELATÓRIO
E CONTAS
2024
03
ANO 2024
EM REVISTA

3. ANO 2024 EM REVISTA

Janeiro

Rebranding 25 anos do Museu da CARRIS

Fevereiro

Lançamento da App *CARRISWay,* para carregamento de passes

Abril

A Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola viaja de elétrico, no âmbito de uma visita a Lisboa

Maio

Divulgação do projeto piloto Biobus, de utilização de biodiesel produzido a partir de óleos alimentares usados, na carreira 794

Relatório e Contas

A Comissária Portuguesa, Elisa Ferreira celebra o Dia da Europa a bordo de um elétrico

Celebração do Dia Internacional dos Museus

Junho

Lançamento do novo método de pagamento MB WAY

Apresentação da candidatura da aquisição de 15 elétricos articulados, na Estação de Santo Amaro, no âmbito do programa Sustentável 20/30

Reformulação da plataforma "*MyCarris*" e lançamento do novo canal de comunicação interna - WhatsApp empresarial

Relatório e Contas

Julho

Lançamento de campanha de divulgação de novo método de pagamento em parceria com a Via Verde

Setembro

Lançamento da Campanha Zero Emissões "Lisboa com mais vida, a cada viagem", com a criação de oito novas carreiras com emissões zero

Evento Institucional de apresentação dos novos autocarros elétricos da frota da CARRIS e início da operação das carreiras "Zero Emissões"

Cerimónia do 152.º Aniversário da CARRIS

Relatório e Contas

Desfile dos Clássicos – Semana da Mobilidade

Lançamento da nova carreira 763: Lumiar – Colégio Militar (Metro)

Continuação da melhoria e reforço da mobilidade e proximidade local - Criação das Carreiras de Bairro 45B (Lumiar), 71B e 72B (Benfica)

Outubro

Assinatura da revisão do Acordo de Empresa com as organizações sindicais SITRA, SITESE e SNMOT

Assinatura da revisão do Acordo de Empresa com a organização sindical ASPTC

Assinatura da revisão do Acordo de Empresa com a organização sindical FECTRANS

Novembro

Segunda edição do Elétrico Pitch 2024

Relatório e Contas

Lançamento de novo meio de pagamento com cartão bancário ("Contactless")

Visita da Delegação de Reguladores Europeus de Energia

Expansão do projeto de mobilidade escolar "Amarelo" para novas freguesias de Lisboa, bem como para novas escolas

Ação de promoção junto da comunidade escolar no Lumiar

Dezembro

Beneficiação do exterior do edifício da expedição de Miraflores

Relatório e Contas

Iniciativa "Estacione e Festeje o Natal" em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa e a EMEL

Ação RFM "Vive o Natal em Lisboa" a bordo de um Elétrico

Estreia do Documentário "Se Não Fosses Tu"

Campanha de Natal "A ligar pessoas em todas as épocas", com a participação da Banda e do Coro da CARRIS

RELATÓRIO
E CONTAS
2024
04
ATIVIDADE

4. ATIVIDADE

4.1.Exploração Operacional

4.1.1. Rede

No que respeita à rede CARRIS, 2024 foi um ano de criação de novas rotas, para dar resposta a necessidades identificadas, bem como do reforço de algumas carreiras existentes, seja através da extensão de alguns percursos, seja através do incremento da capacidade dos veículos em carreiras de maior procura:

- Foram criadas 4 novas carreiras:
  - 763 Lumiar – Colégio Militar (Metro)
  - 45B Alta de Lisboa – Paço Lumiar (que substitui as anteriores Carreiras de Bairro da Freguesia do Lumiar, otimizando a oferta e servindo zonas e equipamentos anteriormente não servidos por esta Carreira de Bairro)
  - 71B e 72B Colégio Militar (Metro) /Circulação Bairro Boavista – Bairro Santa Cruz (que substituem a anterior Carreira de Bairro da Freguesia de Benfica – 70B – reforçando a oferta de serviço)
- Foram realizadas extensões de percurso de algumas carreiras, melhorando a oferta prestada:
  - 709 – Prolongamento ao Rossio
  - 722 – Prolongamento aos Restauradores
  - 731 – Prolongamento à Portela
- Foram realizados ajustes aos percursos de algumas carreiras, relacionados sobretudo com as medidas anteriormente referidas:
  - 768 – Encurtamento ao Colégio Militar (em articulação com a medida de extensão da carreira 763)
  - 783 – Encurtamento ao Prior Velho (em articulação com as medidas de extensão dos percursos das carreiras 722 e 731)
- Foram realizados ajustes em algumas Carreiras de Bairro decorrentes de articulação com as Juntas de Freguesia, bem como ajustes nalguns pontos da rede por motivo de obras ou por conclusão das mesmas.
- Algumas carreiras foram objeto de reforço, quer com mais veículos, quer com a alocação de veículos de dimensão superior (autocarros articulados) em linhas que operavam com veículos de menor capacidade, para fazer face ao incremento da procura registado especificamente nestas carreiras: 703, 718, 751 e 796.
- Com a receção dos novos autocarros elétricos, a CARRIS introduziu 7 novas Carreiras Zero Emissões (isto é, operadas com veículos 100% elétricos):
  - 10B – Carreira de Bairro de Santa Maria Maior
  - 19B – Carreira de Bairro de Santo António
  - 22B – Carreira de Bairro da Misericórdia
  - 67B – Carreira de Bairro da Estrela
  - 73B – Carreira de Bairro de Alcântara
  - 732 – Hospital Santa Maria – Caselas

- 760 – Gomes Freire – Cemitério da Ajuda

que se juntaram à carreira Zero Emissões já existente (706 Santa Apolónia – Cais do Sodré).

Várias destas carreiras circulam em zonas de emissões reduzidas (ZER), contribuindo para a redução de emissões e melhoria da qualidade do ar nestas áreas da cidade.

- A CARRIS disponibilizou ainda serviços especiais de apoio a eventos mobilizadores de uma grande quantidade de pessoas, nomeadamente eventos desportivos (tais como a maratona e meia-maratona de Lisboa), Festas de Lisboa (Santos Populares, Noivas de Santo António e *Shuttle* de Natal), grandes conferências (como o "*Web Summit*"), bem como concertos e festivais de grande dimensão (como o "*Rock in Rio*", "*NOS Alive*", entre outros).
- A CARRIS prosseguiu a sua colaboração ativa no Projeto "Amarelo" (Mobilidade Escolar), um Projeto da Câmara Municipal de Lisboa, que, através da coordenação entre esta e as Juntas de Freguesia, as escolas e a CARRIS, promove a utilização do transporte público nas deslocações para a escola, de modo a criar hábitos mais sustentáveis nas novas gerações e inverter a tendência de utilização do transporte individual. No ano 2024 o projeto foi alargado para 4 novas freguesias (Penha de França, Campo de Ourique, Campolide e Lumiar) e 5 novas escolas. Neste momento o projeto abrange um total de 9 freguesias (Olivais, Benfica, Parque das Nações, Santa Clara, Estrela, Penha de França, Campolide, Campo de Ourique e Lumiar), 19 escolas e 10 carreiras da CARRIS, estando a preparar-se a expansão a novas freguesias/escolas ainda no ano letivo 2024/25.

Ainda, no seguimento das melhorias adotadas pela empresa por forma a melhor corresponder às necessidades dos clientes, foram pontualmente criadas ou ajustadas novas paragens, algumas em resposta a solicitações apresentadas pelos clientes e pelas Juntas de Freguesia.

Ao longo deste ano, e principalmente em períodos e troços de maior afluência de passageiros, foram efetuados reforços, adicionais aos já previstos na informação ao público, de modo a garantir maior qualidade do serviço prestado e maior conforto ao passageiro.

Na sequência das medidas elencadas, no final de 2024 a CARRIS operava um total de 112 carreiras de serviço público, numa rede com um total de 757 km (mais 2km de rede do que em 2023).

Tabela 1 – Rede de serviço público em 31 de dezembro de 2024

	Autocarros	Elétricos	Ascensores e Elevador	TOTAL
Nº de Carreiras	102	6	4	112
Extensão da Rede (via simples - km)				757
Comprimento Total das Carreiras (ida e volta - km)				1 931
Comprimento Médio por Carreira (ida e volta - km)				18

Relatório e Contas

4.1.2. Oferta

Em termos de resultados globais da oferta, destaca-se uma subida na capacidade de serviço, evidenciada pelo aumento no indicador "lugares*km". Quanto ao total de quilómetros de serviço público realizados, a CARRIS percorreu um total de 36 milhões de quilómetros de serviço público de transporte.

Tabela 2 – Indicadores da Oferta

	Veículos * km (10^3) SP				Veículos * hr (10^3) SP				Lugares * km (10^6)			
	2023	2024	Var.		2023	2024	Var.		2023	2024	Var.	
			Abs.	%			Abs.	%			Abs.	%
Autocarros	34 732	33 969	-763	-2,2	2 502	2 478	-23	-0,9	2 291	2 270	-21	-0,9
Elétricos + Ascensores + Elevadores	1 804	1 724	-80	-4,4	228	240	12	5,2	136	165	29	21,5
TOTAL	36 536	35 693	-843	-2,3	2 730	2 718	-12	-0,4	2 427	2 435	8	0,3

4.2. Qualidade do Serviço

4.2.1. Velocidade Média de Exploração

A velocidade média de exploração global na rede CARRIS sofreu uma ligeira redução face ao período homólogo, o que se deveu essencialmente ao agravamento das condições de circulação viária, nomeadamente interrupções na circulação, estacionamento indevido e obras (com destaque para obras estruturantes que estão a ser realizadas na cidade, como as obras de expansão do Metro de Lisboa e do Plano Geral de Drenagem). A CARRIS encontra-se a trabalhar ativamente com a Câmara Municipal de Lisboa com o objetivo de inverter esta tendência, através da introdução de soluções que permitam melhorar a fluidez e a competitividade do transporte público à superfície, por via de medidas concretas na rede viária, nomeadamente ao nível da semaforização e dos corredores BUS, medidas estas que facilitam o cumprimento dos horários por parte da CARRIS, conferindo maiores fiabilidade e regularidade ao serviço. Adicionalmente, foi reforçado este ano o trabalho de pintura de sinalização horizontal com as Brigadas LX, envolvendo a CML e uma equipa específica da CARRIS, de modo a reforçar a informação nos locais de circulação e de paragem exclusiva dos autocarros e elétricos.

Tabela 3 – Velocidade Média de Exploração (Km/h)

	2023	2024	Var (%)
Autocarros	13,88	13,71	-1,3
Elétricos	9,09	8,42	-7,4
TOTAL	13,54	13,31	-1,7

Como é possível verificar na tabela seguinte, no ano de 2024, as interrupções por estacionamento indevido, alcançaram 1365 ocorrências com 983 horas de impacto para o cliente afetando a circulação

de 1620 veículos em 207 arruamentos. Com base na observação desta tendência, por via da articulação com a Câmara de Lisboa a CARRIS ativou, em setembro deste ano, um serviço conjunto com a Polícia Municipal destinado especificamente à fiscalização da utilização indevida de corredores BUS, que opera diariamente.

Tabela 4 – Ocorrências

	2023	2024	Var.	
			Abs.	%
Ocorrências	1 200	1 365	165	13,8
Horas de Interrupção	811	983	172	21,2
Veículos Imobilizados	1 378	1 620	242	17,6
Nº de arruamentos c/interrupção por mau estacionamento	198	207	9	4,5

4.2.2. Taxa de Ocupação

O indicador Taxa de Ocupação relaciona a Procura, medida em "Passageiros*km", com a Oferta, medida em "Lugares*km". No ano de 2024, verificou-se um decréscimo, representando -0,4 p.p., num modo global.

Tabela 5 – Taxa de ocupação

	2023	2024	Var
Autocarros	19,88	19,58	-0,3 p.p.
Elétricos, Ascensores e Elevador	23,02	23,32	0,3 p.p.
TOTAL	**20,27**	**19,83**	**-0,4 p.p.**

4.2.3. Taxa de Acidentes

Verificou-se uma redução do número de acidentes graves registados em 2024 face a 2023. Nenhum dos acidentes graves resultou em mortes.

O número total de Acidentes de Exploração ocorridos em 2024, foi ligeiramente superior ao verificado no ano anterior. Note-se, contundo, que este indicador inclui também ocorrências tais como pequenos abalroamentos de veículos ou de elementos na via pública ou queda de passageiros.

O valor é equivalente ao que se verificava em 2019, último ano pré-pandemia, sendo o aumento de acidentes face ao período da pandemia justificado sobretudo pela retoma da intensidade do tráfego, que veio criar condições para o aumento da sinistralidade.

Tabela 6 – Sinistralidade - Acidentes de Exploração

Acidentes de Exploração (n.º)	2023	2024	Var. Abs.	Var. %
Modo Autocarro	1 383	1 519	136	9,8
Modo Elétrico	181	153	-28	-15,5
TOTAL	1 564	1 672	108	6,9

De destacar que no Modo Elétrico se verificou uma redução (de 15,5 p.p.), da Taxa de Acidentes de Exploração global.

Tabela 7 – Sinistralidade – Taxa de Acidentes de Exploração

Taxa de Acidentes de Exploração *	2023	2024	Var.
Modo Autocarro	39,56	44,46	4,9 p.p.
Modo Elétrico	94,85	83,34	-11,5 p.p.
TOTAL	42,42	46,44	4,0 p.p.

* Acidentes por milhão de Vkm (Serviço Total)

A evolução da sinistralidade é acompanhada e controlada mediante a adoção de diversas medidas e ações promovidas pela Empresa, em resultado da implementação da Norma NP ISO 39001:2017, do "Sistema de Gestão de Segurança Rodoviária", SGSR, da CARRIS.

Acresce que, a CARRIS aprovou, em 2021, um plano estratégico denominado "Estratégia Segurança Rodoviária CARRIS Zero-30", o qual, em paralelo com o processo de melhoria contínua imposto pela certificação acima referida, promove a adoção de medidas conducentes à persecução dos objetivos predefinidos para 2030, relativos à segurança rodoviária.

Em resultado das políticas e medidas implementadas, a CARRIS apresenta uma Taxa de Acidentes global menor, quando se compara com as obtidas por outras empresas congéneres europeias.

A CARRIS investe permanentemente na formação e na sensibilização dos seus tripulantes, seja na formação inicial, seja na formação contínua, dando especial enfoque aos princípios de condução defensiva, cómoda e segura. Nesse sentido, o cumprimento dos Planos Anuais de Formação, bem como a concretização de ações de sensibilização nas estações, ministradas pelo pessoal de enquadramento (Inspetores de Tráfego), têm sido fundamentais para o controlo da acidentalidade. A formação dos novos tripulantes, admitidos a partir de 2022, inclui um módulo dedicado a temas de Segurança Rodoviária.

De forma a incentivar um melhor desempenho por parte dos Tripulantes, encontra-se restabelecido desde 2017, o pagamento do prémio de condução defensiva, atribuído em função do número de horas

de condução sem acidentes, promovendo um reconhecimento aos Tripulantes que no exercício das suas funções contribuam para a redução da taxa de acidentes.

Adicionalmente, no âmbito da prevenção de acidentes, a CARRIS possui uma Comissão de Inquérito a Acidentes Graves (CIAG), acionada sempre que ocorra algum acidente grave, que, pela sua severidade, impacto e gravidade, implique uma análise mais pormenorizada das respetivas causas, bem como a proposta de eventuais recomendações, com vista à mitigação do risco em situações similares futuras.

4.2.4. Taxa de Cumprimento de Serviço

A Taxa de Cumprimento de Serviço em 2024 fixou-se nos 95%, valor largamente superior ao valor mínimo admissível estabelecido no Contrato de Concessão celebrado com a CML. O valor é ligeiramente inferior ao registado em 2023 pelas razões já apontadas anteriormente, situando-se, contudo, em valores compagináveis com um serviço fiável e de confiança para os cidadãos.

Tabela 8 – Taxa de Cumprimento

	2023	2024	Var
Taxa de cumprimento (VeicXkm)	97,16	94,88	-2,3 p.p.
Taxa de cumprimento (VeicXhr)	98,77	96,66	-2,1 p.p.

4.3.Atividade Comercial

4.3.1. Atividade Desenvolvida

O ano de 2024 foi um ano sustentado no aliar do desenvolvimento tecnológico à facilitação da utilização do sistema de transportes públicos, como forma de simplificar a acessibilidade do mesmo. Os novos modelos de gratuitidade implementados e o alargamento do âmbito dos existentes, potenciaram a entrada de novos clientes no sistema, pelo que este foco na simplificação e na eliminação de barreiras à utilização do transporte público tornou-se ainda mais emergente.

Esta aposta na simplificação do sistema foi visível com o lançamento, com grande sucesso, de uma nova *app* para carregamento de títulos (a «*Carrisway*»), e com a implementação de soluções digitais *contactless* (MB *Way*, em junho e Cartão bancário em novembro) para pagamento da viagem, igualmente, com grande adesão dos clientes. O Sistema de pagamento com cartão bancário atingiu mais de 500.000 validações num período de apenas três meses.

Este foco na eficácia dos processos materializou-se também no aumento de capacidade dos locais de venda, com o alargamento do leque de serviços disponíveis para os clientes, com vista a criar soluções de resposta mais eficientes e adaptadas às necessidades de mobilidade dos nossos clientes.

No âmbito de medidas de impacto tarifário que marcaram o ano de 2024, salientam-se os seguintes:

- Extensão da medida da gratuitidade, aplicável a todos os estudantes, a toda a AML: em janeiro;
- Lançamento da app CARRIS *Way*, um passo relevante para a modernização digital no âmbito da aquisição de títulos de transporte frequentes, uma *app* disponível para *smartphones* com sistema *Android* e *iOS*, que tenham tecnologia NFC compatível, que permite a leitura e o carregamento de títulos de transporte (passes ou *zapping*) no cartão navegante personalizado: lançada em março;
- Introdução do modo de pagamento de tarifa de bordo através de QR *Code*, disponível em todos os validadores da frota CARRIS, implementado em junho;
- Criação do modelo de "Parques Navegante", um conjunto de parques detidos pela EMEL, na Ameixoeira, Avenida de Pádua e Colégio Militar, que permitem aos titulares do cartão navegante válido, estacionar gratuitamente 7 dias por semana, entre as 7h30 e as 21h, implementada em julho;
- Introdução do modo de pagamento de tarifa de bordo através da *app* Via Verde Transportes, eliminando a necessidade de dinheiro ou cartões físicos para viajar, disponível em todos os veículos da CARRIS, implementado em julho;
- Introdução do modo de pagamento de tarifa de bordo através de cartão bancário, disponível em todos os validadores da frota CARRIS, disponível na opção de compra singular ou de grupos de até 10 pessoas, implementado em outubro, com o sucesso supra referido;
- Alargamento da medida da gratuitidade a todos os jovens até aos 23 anos, em dezembro.

4.3.2. Procura

Durante o ano de 2024, a CARRIS transportou 134 milhões de passageiros.

No Modo Elétrico (elétricos, ascensores e elevador) registou-se um crescimento na procura, que corresponde a +7% dos passageiros. Já no modo autocarro, registou-se uma ligeira redução, o que resultou num decréscimo global, face a 2023, de 2%. O que ainda assim se traduziu, como adiante melhor se verá, num aumento da receita tarifária.

Tabela 9 – Passageiros – Validações

(milhares de passageiros)

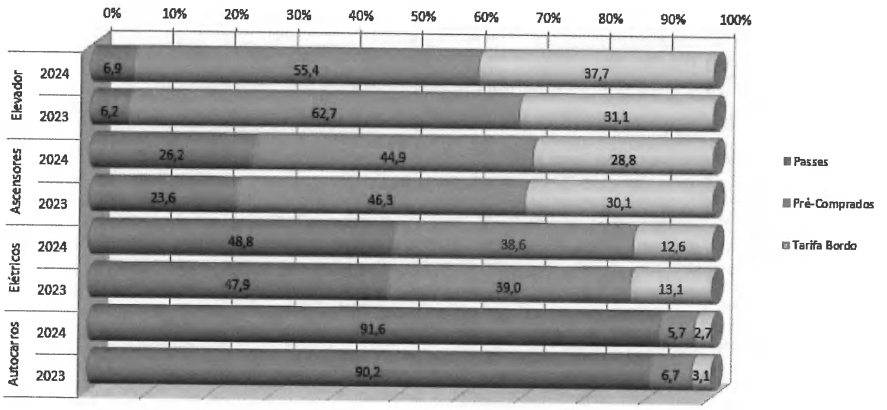
Passageiros - Validações	2023	2024	Var (%)
Títulos ocasionais	19 078	17 424	-8,7
Passes	117 610	116 480	-1,0
Total Passageiros transportados com Título Válido	**136 688**	**133 904**	**-2,0**

A utilização de títulos de transporte mensais (passes) representou 87% das validações. Em termos de distribuição da procura, os títulos mensais continuam a ter maior expressão no modo autocarro, sendo os títulos ocasionais os que têm maior peso no modo elétrico.

Os utilizadores de tarifa de bordo têm maior representatividade nos ascensores e no elevador de Santa Justa.

Relatório e Contas

Gráfico 1 – Estrutura da Procura/Modo[1]



4.3.3. Receitas Tarifárias

Em 2024, as receitas tarifárias da CARRIS, cresceram 2,8% face ao período homólogo, atingindo 122,6 milhões de euros. Os resultados foram positivamente afetados pelas vendas de passes mensais, traduzindo-se em mais 1,1%.

Em janeiro de 2024, entrou em vigor, no quadro do sistema tarifário metropolitano, o Regulamento n.º1362-C/2023, (sexta alteração ao Regulamento da AML n.º 278-A/2019), que veio estabelecer a nova metodologia de repartição da receita gerada pela venda dos passes Navegante, bem como a determinação das compensações financeiras devidas. A nova metodologia assente no critério da utilização mensal dos serviços de cada Operador, medida em passageiros quilómetros (Pass.km), isto é, o número de quilómetros que um determinado número de passageiros percorre em cada Operador de transportes públicos.

Em janeiro foi estendida a toda a AML (já vigorava na cidade de Lisboa) a medida da gratuitidade dos passes dos estudantes menores de 23 anos e, em dezembro, esta medida foi alargada a todos os jovens com idade inferior a 23 anos.

Neste contexto, as receitas dos passes navegante resultam da distribuição da receita das vendas da rede de cada operador e canais de venda dos Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML), das compensações pelo cumprimento das obrigações de serviço público tarifárias inerentes ao sistema tarifário metropolitano e das tarifas reduzidas (gratuitidade sub23, social+, Antigo Combatente, redução do preço do passe Urbano 3ªIdade e gratuitidade Lisboa +65), em conformidade com as regras definidas no regulamento, mais concretamente no Anexo V.

[1] Considerados, também, os passageiros com título gratuito.

Relatório e Contas

As comparticipações devidas por força da aplicação de reduções e gratuitidades tarifárias, permitiram alavancar a receita da CARRIS em mais de 45 milhões de euros (representando um acréscimo de 9,6%, referentes aos passes Sub23, social+, Antigo Combatente, Urbano 3.ª idade e OSP navegante).

Tabela 10 – Receita (sem IVA) por Título de Transporte

(milhares de €)

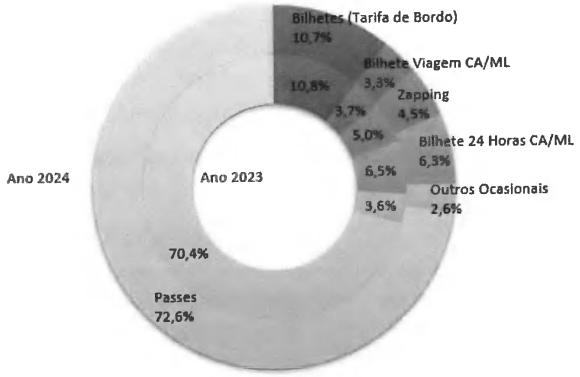
	Títulos de transporte	2023	2024	Var (%)
Receitas (sem IVA)	Títulos ocasionais	35 265	33 278	-5,6
	Passes	42 789	43 256	1,1
	Total das receitas	78 054	76 534	-1,9
	Comparticipações 4-18 / sub23 / social + / AC / Urbano 3ª Id / GLx / PART / COSP Tarifária	41 171	46 018	11,8
	Total das receitas com comparticipações	119 225	122 552	2,8

Inclui valor de acerto de PART referentes a anos transatos

As receitas associadas aos diferentes títulos ocasionais representam 27% das receitas tarifárias auferidas em 2024: 33,3 milhões de euros.

O gráfico seguinte ilustra o peso da receita tarifária da CARRIS por título, incluindo as comparticipações tarifárias, sendo a maior parte, 72,6%, proveniente das vendas de passes e 10,7% da venda de tarifa a bordo nos veículos.

Gráfico 2 – Receitas Acumuladas 2024



4.3.4. Receita Não Tarifária

Para além das receitas provenientes da sua atividade principal: o transporte público, importa ainda ressalvar as receitas provenientes de outras fontes, nomeadamente, aluguer de veículos para eventos ou filmagens, receitas de elétricos de turismo, aluguer de espaços, receitas publicitárias e vendas diversas. Em 2024, esta receita totalizou cerca de 2,17 milhões de euros.

4.3.5. Combate à Fraude

Durante o ano de 2024 foram fiscalizados 2.731.115 passageiros, tendo sido emitidos 20.501 Autos de Notícia.

A taxa de coimas pagas voluntariamente na CARRIS aumentou de 17,35%, no ano de 2023, para 19,26%, no ano de 2024, na relação de Autos pagos vs. Autos emitidos.

Emergente do estatuído pelo Decreto-Lei n.º 117/2017, de 12 setembro, em 2024, e numa lógica de continuidade, manteve-se o processo de submissão/comunicação e envio dos Autos de Notícia via IMT, I.P., através da plataforma informática (*WebService*), à entidade responsável pela cobrança (AT), totalizando 43 051 Autos de Notícia enviados a esta entidade administrativa.

4.3.6. Feedback do cliente

Alicerçada na sua missão de proporcionar uma experiência de mobilidade de excelência, a CARRIS reafirmou o compromisso de promover um serviço focado no cliente, consolidando este desígnio através do Inquérito de Satisfação do Cliente (ISC), realizado anualmente. Este inquérito constitui uma ferramenta essencial para a avaliação da perceção global dos clientes em relação ao serviço prestado.

Em termos globais, os clientes afirmam estar bastante satisfeitos com o serviço prestado (92,3%) e 69% dos clientes consideram que a CARRIS melhorou em relação ao ano anterior (7,22).

O ISC reflete a média ponderada de sete critérios fundamentais de qualidade: Oferta de Serviço, Acessibilidade, Informação, Tempo, Apoio ao Cliente, Conforto e Segurança Pública/Pessoal. Em 2024, a CARRIS obteve um índice de satisfação do cliente de 7,82 pontos numa escala de 1 a 10, valor que se mantem em linha com os resultados dos últimos anos.

Em termos dos fatores que contribuem para esta valorização verificou-se que os elementos que os clientes consideram mais importantes são o Tempo (7,87), o Conforto (5,57) e a Oferta de Serviço (5,51).

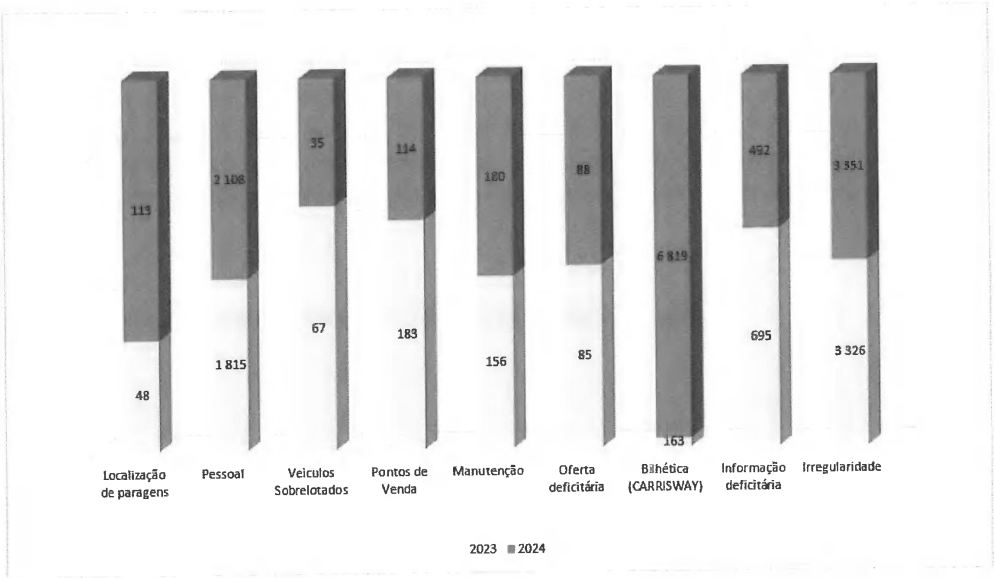
O tempo obtém um valor médio de 7,12, sendo a duração da viagem o indicador melhor avaliado (7,65), seguido do cumprimento do horário (6,60). O conforto consegue um valor médio de 7,73, sendo o número de lugares sentados nos veículos o indicador melhor avaliado (8,05), seguido da condução do tripulante (7,84), do conforto dos veículos (7,75) e do conforto das paragens (7,29). A oferta de serviço obtém um valor médio de 7,47, sendo a rede de oferta existente o indicador melhor avaliado (7,83), seguido da ligação com outros operadores/transportes (7,76) e da frequência da passagem de veículos (6,82).

Estes resultados evidenciam a satisfação dos clientes, e reconhecem o empenho diário da CARRIS na oferta de serviços de mobilidade de qualidade na Cidade de Lisboa. Este êxito reflete-se não apenas na avaliação global, mas também na perceção detalhada de cada critério que compõe o ISC.

No que concerne às comunicações dos clientes, registou-se em 2024 um total de 29.845, dos quais 13.452 corresponderam a reclamações de clientes (45%) e as restantes a pedidos de informação, sugestões e elogios.

Relativamente às reclamações de serviço, os principais motivos apresentam-se no gráfico abaixo, destacando-se um aumento de reclamações de serviço por parte dos clientes, devido essencialmente à introdução da nova app *Carrisway.*

Gráfico 3 – Principais motivos de reclamações de serviço



O sistema de atendimento, quer no canal presencial, quer voz, quer no canal escrito, está estruturado de forma a ser também uma fonte de informação rápida e ágil, através do qual todas as comunicações são processadas e distribuídas pelas respetivas áreas, permitindo, assim, por um lado, uma ótica de melhoria contínua do serviço praticado ao cliente, por outra, a constituição de uma base de conhecimento útil para a organização, e uma aposta clara na qualidade de serviço prestado aos clientes.

No que respeita ao tempo médio de resposta a clientes, foi atingida, em 2024, a média de 6,96 dias úteis. Este tempo médio foi em muito influenciado pela criação de novos canais de contato direto com o cliente, com a utilização das novas tecnologias associadas, bem como pelo processo de venda/carregamento, que criaram um nível de presença junto ao cliente e uma necessidade de articulação bem mais exigente do que tínhamos até então.

Atendimento Telefónico | Call center

O centro de atendimento telefónico CARRIS está disponível nos dias úteis, das 8h às 20h, proporcionando um apoio abrangente aos clientes CARRIS em diversas áreas e tópicos. Este serviço destaca-se por fornecer informações úteis, precisas e claras sobre os serviços prestados.

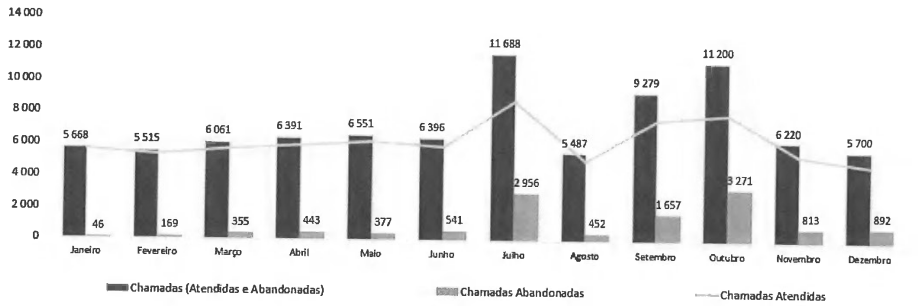
No que diz respeito ao Centro de Atendimento CARRIS, o ano de 2024, alinhado com os restantes canais de atendimento ao cliente, foi de facto um ano desafiante, em resultado do surgimento de diversos novos canais automáticos de pagamento.

Durante este ano, registou-se um total de 86.156 chamadas recebidas, com aproximadamente 14% destas abandonadas.

Apesar do aumento do volume de chamadas neste canal, tendo-se registado um acréscimo nas recebidas de cerca de 11% em relação ao volume do ano anterior, conseguiu-se manter um tempo médio de espera inferior a 1 minuto (00:00:36), reforçando o compromisso da CARRIS em proporcionar uma experiência de atendimento eficiente e célere. O tempo de atendimento médio foi na ordem dos 00:02:42.

Em termos de temas, a evolução do volume de chamadas neste canal acaba por acompanhar os restantes canais de contacto com o cliente, ou seja, tem o seu momento de pico no período de 26 do mês x-1 até ao dia 5 do mês x, coincidente com o período da venda e, todos os projetos lançados pela empresa que tenham impacto no fluxo de compra/carregamento, novas modalidades de perfil, novas tipologias de gratuitidade ou outros temas similares acabam por representar também eles momentos de pico.

Gráfico 4 – Chamadas no Centro de Atendimento ao Cliente



4.3.7. Rede de Vendas

A 31 de dezembro de 2024, a Rede de Vendas da CARRIS era composta da seguinte forma:

Tabela 11 – Composição da Rede de Vendas

	2024
Lojas CARRIS	3
Quiosques CARRIS	4
Concessionários CARRIS	8
TOTAL	15

O foco da rede de vendas concentrou-se no aumento de capacidade dos locais de venda, com aumento do portefólio de serviços disponíveis por local e, aposta na formação dos recursos humanos a ela afetos, resultante quer dos novos modelos de gratuitidade implementados, quer do surgimento dos novos canais digitais para carregamento/pagamento de viagens. Em 2024, a atividade de vendas centrou-se na implementação dos novos modelos e na aprendizagem com os mesmos, sendo que a rede de vendas físicas focou-se cada vez mais nas funções de pré e pós-venda, como ferramenta de captação e fidelização de clientes para o sistema de transportes.

Em 2024, foram atendidos nas Lojas CARRIS um total de 109.142 clientes distribuídos da seguinte forma: 55.641 clientes na Loja do Arco Cego, 32.251 clientes na Loja de Santo Amaro e 21.250 clientes na Loja de Cidadão do Saldanha.

De ressalvar a disponibilidade e a capacidade de adaptação às necessidades dos clientes com o alargamento do horário de funcionamento ao fim de semana e feriados da rede de vendas própria, com vista a dar resposta ao acréscimo de procura verificado como resultado do alargamento dos modelos de gratuitidade.

Ao nível da produção de cartões, foram produzidos 75.949 cartões navegante personalizados, incluindo pedidos em prazo normal (10 dias úteis), urgentes (24 horas) e 15 minutos, na rede de Lojas e Quiosques da CARRIS, designadamente:

- 39.727 na Loja do Arco Cego,
- 18.698 na Loja de Santo Amaro,
- 12.408 na Loja de Cidadão do Saldanha
- 5.116 na rede de Quiosques do Colégio Militar, Lumiar, Campo Pequeno e Cais do Sodré.

No âmbito da estratégia de melhoria contínua e, tendo em vista o ajuste às necessidades do cliente, foi alargado o portefólio de serviços na rede de Quiosques, nomeadamente:

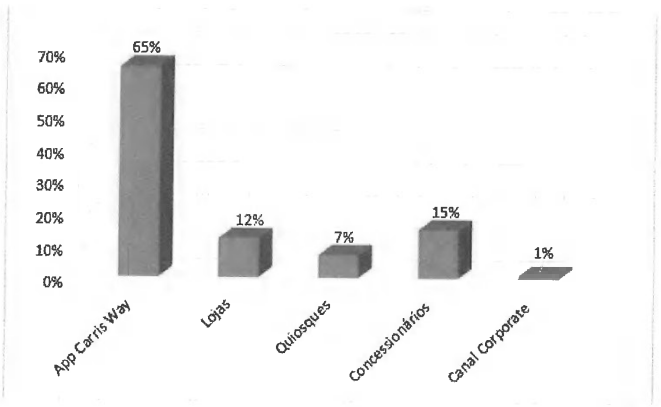
- Disponibilizada a capacidade de atualização da totalidade de perfis existentes, na rede de Quiosques CARRIS;
- Alargada a possibilidade de pedido de produção de cartões navegante em 15 minutos no último trimestre do ano, gerando um total de pedidos urgentes (que configuram os 24 horas e os 15 minutos) de 3.622 nos 4 locais (representa um acréscimo superior a 26%).

Em adicional à rede de vendas física, importa ressalvar, neste âmbito, o lançamento de um novo canal de vendas digital, a app CARRIS *Way*, lançada em março. Este foi definitivamente um passo importante

na estratégia de modernização digital da empresa e, um marco no sector de transportes, no âmbito da aquisição de títulos de transporte frequentes.

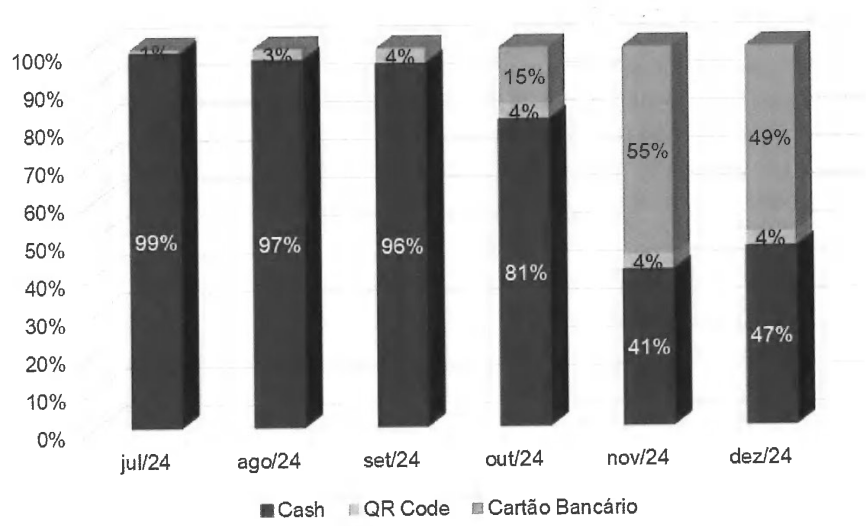
A *app* encontra-se disponível para *smartphones* com sistema Android e iOS, que tenham tecnologia NFC compatível, e permite a leitura e o carregamento de títulos de transporte (passes ou *zapping*) no cartão navegante personalizado e, veio revolucionar quer a forma como os clientes se distribuem nos canais de compra de títulos, como é visível no gráfico abaixo, que demonstra que este canal já representa 65% das vendas.

Gráfico 5 – Vendas por rede de vendas



Esta aposta da digitalização dos modos de pagamento veio alterar a forma como os clientes se distribuem nos diferentes canais disponíveis. Relativamente aos passageiros com tarifa de bordo, pode ser verificado no gráfico abaixo a evolução da quota, desde julho até dezembro:

Gráfico 6 – Distribuição da quota de clientes de tarifa de bordo por modo de pagamento



4.4.Segurança de Exploração

A CARRIS manteve o foco na Segurança de Exploração (*Safety*), em particular, na sua componente rodoviária, através da implementação do seu plano "Estratégia de Segurança Rodoviária Zero-30", e do desenvolvimento do seu Sistema de Gestão de Segurança Rodoviária (SGSR), criando assim as condições necessárias para a melhoria contínua dos indicadores de sinistralidade, bem como a redução dos respetivos impactos, seja ao nível das consequências humanas e materiais, seja ao nível da qualidade do serviço público prestado.

A CARRIS executou as medidas previstas no Plano Anual de Segurança de Exploração, com particular ênfase na temática da segurança rodoviária. Foi igualmente mantida a análise e o tratamento de dados das ocorrências, de acidentes e de incidentes, averiguando as respetivas causas e circunstâncias, e propondo medidas mitigadoras dos impactos negativos dos mesmos. Adicionalmente ao tratamento que já era realizado, iniciou-se, em 2023, a análise detalhada das reclamações recebidas, com impacto direto na Segurança Rodoviária, o que possibilita a identificação de comportamentos de risco rodoviário, os quais, por via da formação e da sensibilização, poderão ser corrigidos e irão promover a realização de um serviço público mais seguro. Em 2024 este trabalho foi prosseguido, sendo as análises e conclusões, caso a caso, comunicadas à Área Operacional, para que promovam a melhoria do desempenho dos tripulantes identificados, em particular, nas reclamações, que envolvam temáticas de maior risco.

Tal como previsto no plano estratégico referido, de forma a aumentar a segurança de exploração, são realizadas visitas técnicas a veículos de serviço público, em ambos os modos, podendo ser realizadas em serviço (contexto real de exploração), ou em parque (nas estações). Nas visitas técnicas em serviço,

para além das condições técnicas do veículo, são observados aspetos relacionados com o perfil do percurso e do comportamento/atitude do tripulante, que possam elevar o risco de acidente, ou de incidente, incluindo os riscos relacionados com a vertente de "*security*". No caso de visitas técnicas a viaturas em parque, observa-se o estado de conservação do material circulante. Os resultados destas visitas técnicas são comunicados, caso a caso, às áreas da empresa que têm a responsabilidade de agir sobre os aspetos negativos detetados, designadamente ao nível das áreas da manutenção e da operação. De referir que este tipo de visitas técnicas tem como objetivo anual a verificação de todos os veículos, que constituem a frota de serviço público, correspondendo a uma das medidas incluídas no plano de segurança da empresa. Neste domínio, durante 2024, foram realizadas 516 visitas técnicas a veículos de serviço público (460 a autocarros e 56 a elétricos sobre carril).

Ao longo do ano de 2024, foram desenvolvidos esforços no sentido de melhorar as condições de Segurança dos clientes e dos trabalhadores da CARRIS.

Assim, manteve os índices de acompanhamento da manutenção de equipamentos de primeira intervenção no combate a incêndios das instalações e da frota de serviço público. No final de 2024, a CARRIS dispunha de 3970 equipamentos que necessitam de verificação anual com obrigatoriedade de apresentação de evidências de âmbito legal.

Foi também garantida a manutenção do sistema de videovigilância embarcada, na frota de serviço público, com uma cobertura de frota de 79%, estando 76% do modo Autocarro e 100% modo Elétrico cobertos por sistemas desta natureza. Foi garantida a preservação de imagens do sistema CCTV, que são disponibilizadas às Autoridades Policiais e Judiciais, por sua solicitação, com entrega por protocolo. A taxa de sucesso de preservação de imagens foi de 73%.

Foi desenvolvido o acompanhamento do serviço de Vigilância Humana nas instalações da CARRIS. Em 2024 foi controlado o acesso de 548.686 pessoas e veículos às instalações da CARRIS.

O reforço da ligação com as Forças de Segurança e de Socorro foi também uma preocupação que se traduziu na presença de operacionais dos Bombeiros / RSB em várias visitas às instalações e em exercícios / simulacros, levados a efeito na CARRIS. Tiveram lugar exercícios de treino e simulacros nas Estações da Pontinha, da Alta de Lisboa e no Elevador de Sta. Justa.

Relativamente à ligação com a PSP destaca-se o apoio nas ações de formação da componente de Técnicas de Intervenção Policial desta Força de Segurança (nomeadamente do módulo de Ordem Pública – Atuação em transportes públicos), e em ações de partilha de conhecimento sobre o funcionamento dos veículos em uso na frota de serviço público e a interligação das suas potencialidades com as necessidades concretas para o desenrolar de ações de intervenção policial.

Salienta-se a participação no Grupo de Trabalho sobre Atos de Vandalismo em Infraestruturas e Bens Públicos, envolvendo representantes de vários Operadores de Transportes Públicos da Área metropolitana de Lisboa.

As principais atividades desenvolvidas no âmbito da segurança e vigilância ao longo do ano de 2024 foram as seguintes:

• Aprofundamento dos contatos/ligações com Forças de Segurança e de Socorro, nomeadamente com Bombeiros (RSB e Bombeiros Voluntários) e com a PSP;

• Desenvolvimento do processo de adjudicação do serviço de Vigilância Humana – Segurança Privada e controlo de acessos, em Complexos/Estações, bem como nos ascensores da Glória, Lavra e Bica;

• Atualização/melhoria da configuração/parametrização do Sistema de Segurança (no domínio do *Security);*

• Implementação do serviço de manutenção de cancelas/baias em Portarias;

• Gestão do serviço de controlo de acessos e de Vigilância Humana nos Complexos e Estações, bem como nos ascensores da Glória, Lavra e Bica;

• Manutenção e acerto de parametrizações do sistema videovigilância - CCTV das instalações fixas;

• Desenvolvimento do processo de adjudicação da manutenção de equipamentos de primeira intervenção/Segurança Contra Incêndios – SCIE;

• Manutenção dos equipamentos de primeira intervenção/Segurança Contra Incêndios – em instalações fixas e na Frota;

• Preparação do processo de adjudicação do serviço de centralização da alarmística e manutenção de Centrais de Deteção de Incêndios;

• Atualização das Medidas de Autoproteção, nos Complexos/Estações e elevador de Sta. Justa;

• Realização de exercícios/simulacros, no âmbito do cumprimento da legislação SCIE, na Pontinha, Alta de Lisboa, Sta. Justa e Cabo Ruivo, antecedidos de ações de sensibilização a colaboradores (em ligação com a DCH);

• Manutenção do sistema videovigilância embarcada na frota de serviço público;

• Preparação de processo para instalação de sistema de videovigilância nos novos segmentos de frota de autocarros em serviço público;

•Garantia da preservação de imagens do sistema CCTV, quando solicitado pelas Autoridades Policiais e Judiciais e sua entrega mediante protocolo;

• Participação no Grupo de Trabalho sobre Atos de Vandalismo em Infraestruturas e Bens Públicos, envolvendo representantes de vários Operadores de Transportes Públicos. Durante o período em apreço foi também reforçado o acompanhamento das ocorrências de exploração no âmbito do vandalismo e segurança (*Security*), garantindo a articulação com as forças de segurança, em particular com a PSP, nos casos em que tais ocorrências pudessem contribuir para o aumento do risco de acidente, com o objetivo de tornar o transporte público mais seguro para os clientes, tripulantes e material circulante.

4.5.Frota de Serviço Público

4.5.1. Situação Geral

No decorrer do ano de 2024, a CARRIS prosseguiu o processo de renovação da sua frota, com a aquisição de veículos mais modernos, confortáveis e com maior eficiência energética, sejam carros elétricos, sejam autocarros.

Deu-se por concluída a receção dos 15 novos carros elétricos articulados, tendo entrado ao serviço os últimos 3 remanescentes. Estes elétricos vieram reforçar a oferta da linha 15E, sendo mais modernos, mais silenciosos e com maior capacidade (220 passageiros) do que os elétricos articulados de que a CARRIS já dispunha.

Assim, no final de 2024, a CARRIS estava dotada de um total de 22 carros elétricos articulados, a que se juntam 38 carros elétricos históricos que diariamente realizam os serviços nas colinas de Lisboa.

No que respeita à frota de autocarros, no final de 2024 a CARRIS aumentou o seu número de veículos disponíveis face ao ano anterior, dispondo de 777 veículos, repartidos pelas diversas tipologias, sendo 69 minis, 57 médios, 534 *standard*, 112 articulados e 5 veículos específicos para o serviço especial para passageiros com mobilidade reduzida (PMR), utilizando diversas fontes energéticas, de forma a criar resiliência num contexto de instabilidade do mercado energético, permitindo oferecer ao cliente uma frota com maior conforto, mais fiável, e com menor impacto ambiental para a Cidade.

Tabela 12 – Frota de Serviço Público

Ano	31.12.2023	31.12.2024
Autocarros	734	777
Standard	504	492
Standard Elétricos*	16	42
Minis	60	69
Médios	57	57
Articulados	92	112
Serviço Especial - Passageiros Mobilidade Reduzida	5	5
Elétricos	55	60
Remodelados	38	38
Articulados	17	22
Ascensores + Elevador	8	8
Total	**797**	**845**

* O número total de autocarros Standard elétricos no final de 2024 era de 45, sendo que 3 apenas entraram ao serviço no início de 2025

Em 2024, foram recebidos 33 novos autocarros, sendo 14 mini elétricos (os primeiros autocarros elétricos desta tipologia adquiridos pela CARRIS) e 19 *standard* elétricos (no âmbito de um processo de aquisição de 30 autocarros elétricos desta tipologia, 10 dos quais tinham sido recebidos em 2023), o que

permitiu oferecer ao cliente uma frota cada vez mais sofisticada e com menos impacto ambiental para a Cidade. Foi também este ano que entraram ao serviço os 24 novos articulados a gás natural comprimido (GNC), recebidos no final de 2023, e que permitiram aumentar a capacidade e conforto dos passageiros em carreiras de elevada procura.

Durante o ano de 2024 foi também contratada a aquisição de 75 novos autocarros *standard* GNC. Esta aquisição vem contribuir para o processo de renovação da frota em curso para tecnologias mais amigas do ambiente, na medida em que permitirá continuar a substituir segmentos de autocarros *standard* a gasóleo com uma idade avançada, e cuja receção e entrada ao serviço será concretizada a partir do 2.º semestre de 2025.

A idade média da frota de autocarros situou-se nos 11 anos, no final de 2024, sendo que se prevê reduzir este valor através do abate de autocarros mais antigos e poluidores, à medida que se vão substituindo por autocarros novos, de forma gradual, de modo a não reduzir o nível de oferta de autocarros para serviço publico.

A CARRIS, num esforço contínuo de obtenção de apoios através de fundos europeus para investimentos na frota, viu aprovada a sua candidatura ao Programa "Sustentável 2030" para o financiamento dos 15 novos elétricos articulados, bem como ao apoio à aquisição de veículos limpos para o transporte coletivo de passageiros, como resposta ao objetivo da «Descarbonização dos Transportes Públicos», ao abrigo do «Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)», que permitiu adquirir de forma cofinanciada um conjunto de 19 autocarros standard elétricos e 14 mini autocarros elétricos, no decorrer do ano de 2024.

4.5.2. Manutenção da Frota de Autocarros

No decurso do ano de 2024, a CARRIS desenvolveu a atividade de manutenção e reparação de carroçarias dos veículos da frota de autocarros, através da prestação de serviços internos complementada com recurso a prestações externas, baseadas em contratos de manutenção celebrados para cada um dos 20 segmentos existentes.

Procedeu-se a grandes reparações gerais de carroçaria em alguns segmentos, incidindo em autocarros de tipologia *standard*, em segmentos adquiridos em 2009. Estas grandes reparações foram promovidas por forma a aumentar a vida útil do bem, de forma a manter o bom estado de condição da carroçaria e o conforto dos passageiros por mais anos.

Importa ainda referir que o processo de investimento levado a cabo pela CARRIS, na procura de inovações que melhorem a operação e a manutenção e facilitem o processo de transição energética das frotas de pesados de passageiros, levou a que, no ano 2024, a CARRIS obtivesse a Certificação Energética da Adene MOVE+.

Tabela 13 – Reparações de Carroçaria

Reparações de Carroçaria (n.º)	2023	2024	Var.	
			Abs.	%
Interna	5	20	15	300,0
Externa	14	0	-14	-100,0
TOTAL	**19**	**20**	**1**	**5,3**

Tabela 14 – Custos de Manutenção da Frota de Autocarros[2]

	2023	2024	Var.	
			Abs.	%
Custo de Manutenção do Modo Autocarro (€)	18 388 357	19 663 820	1 275 463	6,94

4.5.3. Frota de Carros Elétricos

A CARRIS prosseguiu, em 2024, o plano de reparações gerais dos carros elétricos tendo sido reparados 4 elétricos remodelados. Foi ainda efetuada a reparação intermédia do ascensor da Glória.

Deu-se igualmente continuidade à manutenção corrente dos veículos da frota de elétricos.

Tabela 15 – Custos de Manutenção do Modo Elétrico[3]

	2023	2024	Var.	
			Abs.	%
Custo de Manutenção da Frota de Elétricos/Ascensores/Elevador(€)	3 331 247	3 457 086	125 839	3,78
Custo de Manutenção das Infraestruturas do Modo Elétrico(€)	1 444 833	1 506 659	61 826	4,28

4.6. Infraestruturas de Tração Elétrica

[2] Os custos constantes desta tabela englobam não apenas os relacionados com fornecimentos e serviços externos necessários à manutenção dos autocarros, mas também os custos de estrutura da Direção de Manutenção de Autocarros.

[3] Os custos constantes desta tabela englobam não apenas os relacionados com fornecimentos e serviços externos necessários à manutenção dos elétricos, mas também os custos de estrutura da Direção de Manutenção de Elétricos.

4.6.1. Energia e Rede aérea

Durante o ano de 2024 prosseguiu-se a atividade de manutenção e melhoramento da infraestrutura da rede aérea de forma a manter os níveis de operação e de segurança, tendo sido substituídos 1.949 m de fio de contacto. Mantiveram-se assim os padrões de qualidade do serviço, traduzidos pela disponibilidade da rede aérea, cujo valor atingiu cerca de 100%.

4.6.2. Via-férrea

Para além dos trabalhos desenvolvidos em colaboração com entidades externas, no âmbito das obras da CML, foram executadas regularmente as ações de manutenção da via, com limpeza dos carris e lavagem/lubrificação de todos os aparelhos de via, de modo a garantir as necessárias condições de segurança para circulação dos elétricos.

No que se refere à conservação da via-férrea e seus aparelhos, foram efetuadas as seguintes intervenções, entre outras:

- Renovação de linha – 256,64 m
- Limpeza de agulhas – 5.152 un
- Lubrificação de agulhas – 16.058 un
- Afinação de agulhas – 918 un
- Reparação de agulhas – 47 un
- Limpeza de sumidouros e caixas de visita – 705 un
- Limpeza de canal do carril – 686,54 km
- Reparação de juntas de carril (calos) – 289 un
- Reperfilagem de carril com soldadura/limagem – 142,4 m

Estas ações contribuíram para a manutenção das condições de operacionalidade e de segurança e para o prolongamento da vida útil dos equipamentos desta infraestrutura.

Mantiveram-se os padrões de qualidade do serviço, traduzidos pela disponibilidade da via-férrea, cujo valor atingiu cerca de 100%.

4.6.3. Colaboração com Entidades Externas

A CARRIS tem vindo a colaborar com diversas entidades na renovação e expansão da rede de elétricos, com destaque para a cooperação estreita que existe com a CML neste âmbito. Foi mantido o trabalho de articulação ao nível de projeto e intervenções na via pública para a compatibilização da rede de elétricos com as obras em curso na Cidade, de que é exemplo a intervenção realizada na Av. Almirante Reis no âmbito das obras do Plano Geral de Drenagem.

Paralelamente, foram realizados trabalhos em colaboração com o Metropolitano de Lisboa, no âmbito das obras em curso em Santos e na Av. 24 de Julho, bem como estudos relacionados com futuras obras de expansão da rede do Metro que implicam adaptações temporárias na rede de elétricos da CARRIS.

4.7. Novos Projetos Estruturantes

A CARRIS encontra-se a desenvolver novos projetos estruturantes para a Cidade de Lisboa e para a mobilidade em Transportes Públicos, sendo de destacar os seguintes:

Cidade Carris

No ano de 2024 foi consolidada a estratégia de intervenção na Estação de Santo Amaro e criada uma equipa pluridisciplinar que elaborou uma proposta urbanística para os terrenos afetos e que se encontra a desenvolver o Estudo Prévio do alargamento do PMO de Santo Amaro. A missão do projeto configura o desenho e implementação de nova solução urbana para os terrenos de Santo Amaro, garantindo, por um lado, as necessárias condições para o funcionamento do Parque de Material e Oficinas dos elétricos, incorporando o novo Museu da Carris e um centro de inovação, e, por outro, a compatibilização com os objetivos dos instrumentos de gestão territorial vigentes para aquela zona, abrindo este espaço à cidade e integrando-o de forma mais harmoniosa na malha urbana.

Extensão do Elétrico 15

O projeto prevê a constituição de uma linha de elétrico rápido ao longo do arco ribeirinho, estendendo o serviço da Praça de Santa Apolónia até ao Parque Tejo, com o objetivo de garantir mobilidade eficiente neste eixo da cidade de Lisboa, através de uma solução de Transporte Coletivo em Sítio Próprio eficiente, competitiva e atrativa.

Durante o ano de 2024 desenvolveram-se os estudos necessários para avaliar a procura e a viabilidade económico-financeira do projeto, que concluiu pela sua viabilidade, quer ao nível físico, quer económico, representando um passo importante para a melhoria da mobilidade urbana sustentável em Lisboa. Nesse seguimento, iniciou-se a elaboração do Programa Base e de todos os trabalhos necessários para passar à fase de Projeto de Execução em 2025.

Linha Ocidental

O projeto prevê a criação de uma linha de Transporte Coletivo em Sítio Próprio entre os concelhos de Lisboa e Oeiras, conectando-se à Linha Vermelha do Metro de Lisboa no novo interface de Alcântara. A linha será sustentável, eficiente e ajustável à procura. Durante o ano 2024 foi realizado o estudo de procura e de viabilidade económico-financeira, estando agora em preparação os trabalhos tendentes à elaboração do Programa Base e do Projeto de Execução.

4.8.Museu da CARRIS

O Museu da CARRIS, inaugurado a 12 de janeiro de 1999, visa preservar o valioso acervo da Empresa e divulgar o seu papel integrante e imprescindível, no desenvolvimento da cidade de Lisboa. Tem vindo, cada vez mais, a marcar presença no panorama museológico nacional, e em especial municipal, através

de uma viagem emocionante no tempo, contando histórias do quotidiano de um povo, que ficam retidas na memória da cidade e dos veículos da CARRIS.

Seguindo a estratégia de crescimento e expansão, no ano de 2024, deu-se continuidade à recuperação de espaços museológicos, tendo o Núcleo 2 do Museu da CARRIS sido submetido a obras de beneficiação na Nave 1 e na Tipografia. Este foi o ano de celebração dos 25 anos do Museu da CARRIS, com uma programação rica e que traduziu a continuidade do seu crescimento em 16% da receita e 18% do número de visitantes.

Para assinalar esta efeméride, a área de Comunicação e Marketing propôs o ***rebranding*** do logotipo e da imagem do Museu. Para este efeito foram produzidos: um novo logotipo, um selo dos 25 anos do Museu, alguns materiais, como uma nova tela para o exterior do Núcleo 2 e uma campanha de comunicação que foi divulgada nas redes sociais e na frota de elétricos de serviço público, com o slogan "Eles estão aqui". Foram ainda sorteados 25 cartões dos 25 anos do Museu num *Giveaway* nas Redes Sociais do Museu. Por fim, foi adquirido novo *merchandising* para venda na loja do Museu.

Por ocasião da celebração dos 25 anos do Museu da CARRIS deram-se dois momentos de especial destaque: a celebração do Aniversário, no dia 12 de janeiro, e o Dia Internacional dos Museus.

O Museu da CARRIS manteve o compromisso com o seu propósito social através da **Bolsa de Responsabilidade Social**, tendo recebido visitas de diversas associações, e cerca de 200 visitantes em visitas orientadas gratuitas. Mais apoiou através de ações de sensibilização, o projeto de mobilidade infantojuvenil – Amarelinho.

Em setembro de 2024, o Núcleo 2 do Museu da CARRIS foi o lugar escolhido para celebrar o **152º Aniversário CARRIS**. O dia 18 de setembro foi assinalado através de um almoço, com o objetivo de criar um dia de partilha e confraternização entre trabalhadores da CARRIS. Foi no contexto deste almoço, que decorreu a tradicional Cerimónia Honorária de atribuição de Emblemas de Antiguidade e Boa Condução, onde foram homenageados os colaboradores com mais anos de serviço e os tripulantes com mais horas de condução e sem acidentes. Este ano, numa versão menos institucional e fomentando uma maior proximidade entre Diretores, Conselho de Administração e trabalhadores homenageados.

Ainda, por ocasião do Aniversários da CARRIS e da Semana da Mobilidade, a Estação de Santo Amaro foi, novamente, o ponto de partida para mais uma edição do **"Desfile de Clássicos do Museu da CARRIS",** com destino a Algés. Uma vez mais, juntaram-se à frota de clássicos da coleção do Museu três elétricos temáticos da CARRISTUR. Este ano, como elemento surpresa, o Autocarro nº 76, de 1967, integrou o Desfile, após uma intensa remodelação dos chassis e de toda a carroçaria. Na zona de acolhimento e embarque dos passageiros ocorreram dois momentos musicais da Banda da CARRIS. O Desfile contou com a participação de, aproximadamente, 700 pessoas.

Também inscrita na vertente da Responsabilidade Social, o Museu promove a ação do **Elétrico de Natal** da CARRIS que se realiza desde 1980. Esta ação é, especialmente, dedicada a grupos escolares e contemplou a encenação de um conto clássico de Natal e uma atividade criativa no interior do elétrico, realizada por monitores do Serviço Educativo do Museu da CARRIS. Em 2024, o valor do donativo correspondeu a 2,5€ por criança, sendo o total do valor entregue diretamente a uma associação. No ano em que a CARRIS celebrou 152 anos de história, o Elétrico de Natal mobilizou cerca de 2160 crianças no âmbito escolar, num total de 3750 pessoas que aderiram a esta ação.

O Museu da CARRIS continuou ainda a apostar na programação do **Serviço Educativo** para os vários públicos – crianças, jovens, escolas, famílias, seniores e pessoas com necessidades específicas, procurando consciencializar o público para a existência da coleção e do património da CARRIS, bem como realçar a sua importância na evolução da morfologia da cidade, do desenvolvimento tecnológico e na sua história. Este foi um ano de consolidação e fidelização de públicos, registando, novamente, um crescimento, na ordem dos 17%. Mantendo disponível um leque de visitas orientadas, jogos e temáticas e oficinas didáticas vocacionadas para o público escolar e grupos informais provindos de associações ou, até mesmo empresas, bem como para o público-geral com enfoque nas famílias. Dentro deste âmbito manteve-se a oferta e a forte adesão às festas de aniversário no Museu. Os blocos de dias ou semanas de oficinas sazonais no contexto de férias letivas, nomeadamente, as Oficinas de Férias de Verão recuperaram, relativamente aos anos mais fracos resultantes da Pandemia.

De grande importância para a divulgação do Museu da CARRIS junto da comunidade escolar foi a realização do evento Desafios d'Arte. Contabilizaram-se 1300 trabalhos elegíveis a concurso. Este evento, que reúne professores e alunos de todo o país, contou com a presença de 350 pessoas, representando os 1.º, 2.º, 3.º ciclos e, este ano, o ensino secundário do segmento público e privado.

No ano de 2024, o Museu da CARRIS realizou todos os projetos que tinha no seu Plano, sobretudo, no que concerne às comemorações dos 25 anos. Promoveu novas iniciativas e cresceu em números de visitantes, mas também nas suas diversas fontes de receita: venda de artigos da Loja, venda de bilhética ao nível do visitante esporádico nacional e estrangeiro. O aluguer de espaços e veículos para eventos e filmagens registaram também uma subida de 63%. Procurou-se manter a estratégia de reabilitação anual de uma das viaturas do espólio e este ano foi concluída a recuperação do Autocarro nº 76. Foram também realizados trabalhos de expurgo de elétricos do Museu e tratamento interior das madeiras.

O Museu manteve-se como palco de eventos internos e externos, sendo um cartão de visita da empresa, saindo, bastas vezes, do seu território e percorrendo as ruas através do material circulante da coleção, visando, simultaneamente, a sua preservação e atividade.

RELATÓRIO
E CONTAS
2024
05
RECURSOS
HUMANOS

5. RECURSOS HUMANOS

O Capital Humano da CARRIS é o ativo principal da empresa: Nesse pressuposto delineou-se um modelo de gestão de competências e de objetivos, que visa alinhar as atividades dos colaboradores aos objetivos estratégicos da Empresa de forma a contribuir para a sustentabilidade da organização.

Em 2024, para garantir o cumprimento do Plano de Oferta e responder às necessidades operacionais e corporativas, a CARRIS, deu continuidade ao reforço do seu quadro de efetivos, com a contratação de 126 colaboradores. Destes, 98 foram admitidos para funções operacionais como Motoristas de Serviço Público e Guarda-Freios, 12 para a área oficinal e ainda 16 Técnicos Superiores.

A gestão do Capital Humano passa também pela realização de processos de reconversão profissional para trabalhadores oriundos da área do tráfego (Motoristas de Serviço Público e Guarda-Freios), que ficaram inaptos definitivamente para o desempenho das funções de origem, em virtude da avaliação clínica, por parte da medicina do trabalho, tendo sido concretizadas 11 reconversões no ano em análise.

A atividade do Apoio Social CARRIS focou-se na promoção do bem-estar psicossocial dos colaboradores com foco predominante nos trabalhadores operacionais, tendo-se verificado um crescimento significativo nos acompanhamentos realizados em 2024. A atividade desenvolvida procurou atuar ao nível da prevenção, do acompanhamento individualizado e do reforço da cultura organizacional, sendo realizadas mediante solicitações dos próprios trabalhadores, chefias ou sinalizações médicas.

Essa abordagem integrada reflete o compromisso da CARRIS em valorizar os seus colaboradores, promovendo uma gestão sustentável e alinhada aos desafios estratégicos da Empresa.

Tabela 16 – Apoio Psicossocial

Ano	2023	2024
Tripulantes	79	113
Outros trabalhadores	12	29
Total de acompanhamentos	**91**	**142**

5.1.Evolução do Efetivo

No ano de 2024, o Efetivo Global da CARRIS, registou uma redução de 1,4%. Pese embora o volume de saídas registado no período tenha sido menor ao do ano anterior, as admissões de trabalhadores não compensaram suficientemente o volume de saídas.

No entanto, em 2024 foi possível contar com mais trabalhadores ao serviço (1,57%), o que concorreu para dar resposta ao previsto no Plano de Atividades e Orçamento 2024.

Tabela 17 – Efetivo CARRIS a 31 de dezembro

Ano	2023	2024
Efetivo Global	2 541	2 505
Tripulantes	1 849	1 823
Quadros Superiores	160	160
Outros	532	522

5.2.Política Salarial

No ano em análise, o processo de negociação coletiva envolveu todos os sindicatos signatários dos Acordos de Empresa (AE1). Este processo resultou numa revisão global dos referidos Acordos, acordada com todas as Organizações Sindicais. Desta revisão resultaram avanços significativos na valorização dos índices salariais, reforçando assim o compromisso da Empresa com a melhoria das condições remuneratórias e a promoção de relações laborais equilibradas e sustentáveis.

5.3.Formação

Em alinhamento com os pilares estratégicos da CARRIS, a gestão do capital humano, procurou desenvolver projetos formativos que concorressem para a otimização da eficiência dos processos. Nesse sentido, o Plano de Formação integrou quatro dimensões:

- Formação Técnica: visando capacitar os trabalhadores com competências essenciais para o exercício da função, quer ao nível da formação inicial, quer no que respeita à formação contínua;
- Formação Comportamental: com foco na melhoria da comunicação, trabalho em equipa e relações interpessoais;
- Formação em Segurança e Ambiente: reforçando a responsabilidade organizacional e individual em segurança no trabalho, rodoviária e práticas ambientais;
- Formação em Ferramentas Tecnológicas: promovendo a aquisição de competências digitais aplicáveis à função.

O Plano de Formação materializou-se em projetos de formação contínua e inicial, abrangendo candidatos às funções de Tripulante - Motorista de Serviço Público (MSP) e Guarda-Freio (GF). No total, foram realizadas 72.575 horas de formação, das quais 32% correspondem à formação contínua e 68% à formação inicial, refletindo o compromisso da CARRIS com o desenvolvimento das competências dos seus colaboradores e a sustentabilidade organizacional.

Tabela 18 – Formação

Ano	2024
Horas	72 575
Participantes	3 577
Taxa de Formação (‰)	**16,0**

5.4.Indicadores de Prestação do Trabalho

5.4.1. Taxa de Absentismo

Em 2024, as ausências ao serviço, registaram um ligeiro crescimento, de cerca de 1,2 p.p., conforme tabela seguinte:

Tabela 19 – Absentismo em sentido lato

Ano	2023	2024
Horas	471 283	525 022
Taxa de Absentismo Global	**10,4%**	**11,6%**

Á semelhança dos anos anteriores, as ausências por doença continuam a ser o principal fator a contribuir para o absentismo, verificando-se um crescimento marginal deste indicador (em 2024 verificaram-se também alguns períodos de Greve com natural impacto neste indicador).

Tabela 20 – Absentismo detalhado

Ano	2024
Doença	6,96%
Acidentes de Trabalho	0,9%
Faltas Injustificadas	0,2%
Faltas Justificadas	3,0%
Taxa de Absentismo Global	**11,6%**

5.4.2. Trabalho Suplementar

Em 2024, manteve-se, na área do tráfego, a tendência de crescimento do volume do recurso a trabalho suplementar.

Tabela 21 – Trabalho suplementar

Ano	2023	2024
Horas (10^3)	332,0	385,0
Custo (10^3 €uros)	4 296	5 848
Taxa de Trabalho Suplementar	**7,6%**	**8,8%**

5.4.3. Segurança e Saúde no Trabalho (SST)

No ano de 2024 a CARRIS manteve uma abordagem integrada e proativa na gestão da Saúde e Segurança no Trabalho (SST), com foco no acompanhamento de proximidade aos trabalhadores expostos a maiores riscos associados a patologias ou condições do posto de trabalho. Foram realizadas visitas técnicas aos locais de trabalho, visando identificar e mitigar riscos bem como a promoção de um ambiente laboral seguro.

No âmbito da medicina curativa, além das consultas de clínica geral, a CARRIS facultou internamente consultas de especialidades de urologia e psiquiatria. Complementarmente foram realizados rastreios preventivos para patologias como cancro da próstata, diabetes e hipertensão arterial (HTA). Com o apoio da especialidade de psiquiatria foi possível manter consultas de cessação tabágica.

A atividade médica foi reforçada por protocolos estabelecidos com entidades externas abrangendo consultas de especialidade e tratamentos de fisioterapia. Adicionalmente, foi mantida a oferta de consultas e tratamentos de osteopatia que continuaram a apresentar elevada procura por parte dos colaboradores, bem como as consultas na área de nutrição.

Para promover a sustentabilidade organizacional, foi iniciado o projeto de certificação do Sistema de Gestão de SST (ISO 45001:2023), com a contratação de serviços especializados para apoiar a preparação do projeto.

Dando cumprimento à legislação no âmbito da Prevenção e Controlo da Legionella (Lei n.º 52/2018 de 20 de agosto, Portaria n.º 25/2021 de 29 de janeiro), o Plano de Prevenção e Controlo da Legionella Carris, teve continuidade, alargando-se a todas as instalações da Companhia, incluindo ainda, a realização regular de análises laboratoriais e respetiva análise dos resultados.

Já ao nível das atividades de Segurança no Trabalho, em 2024 foi realizada a avaliação da exposição aos riscos profissionais, a conformidade legal e a promoção de uma cultura de segurança sendo de destacar a realização de auditorias às condições de trabalho e avaliações técnicas.

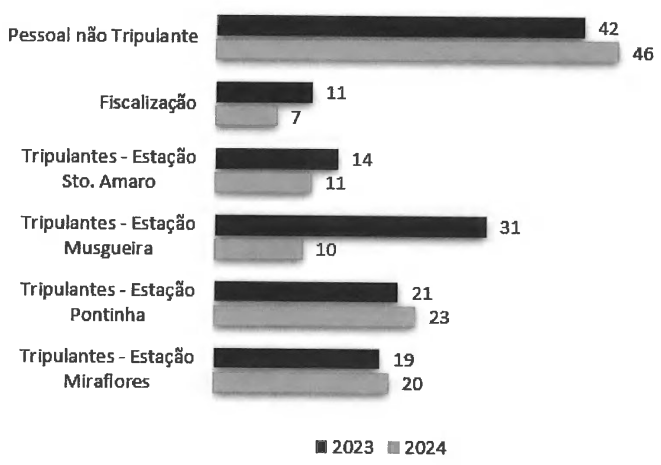
Em cumprimento das exigências legais foi desenvolvido o "Inquérito de Consulta aos Trabalhadores em matéria de SST", cujos resultados foram analisados estatisticamente e divulgados internamente.

Foi possível dar continuidade à prestação de apoio e de serviços à participada CARRISBUS, no que respeita à Saúde e Segurança no Trabalho consolidando uma abordagem integrada na gestão destas dimensões críticas.

5.4.4. Sinistralidade Laboral

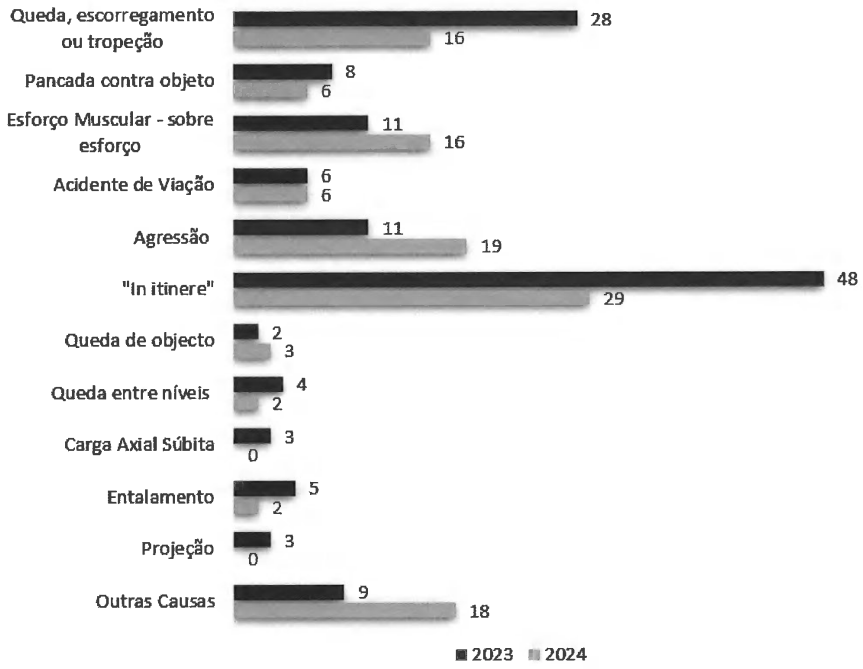
Em 2024, no âmbito da Sinistralidade Laboral, registou-se uma redução dos acidentes de trabalho de 15% em comparação com o ano anterior. 55% dos acidentes envolveram tripulantes, refletindo a predominância desta categoria profissional no universo de colaboradores da CARRIS.

Gráfico 7 - Número de Acidentes de Trabalho por Áreas Funcionais



Em 2024, os acidentes "in itinere", totalizaram 26%, o que traduz um decréscimo de 40% face a 2023.

Gráfico 8 – Tipologia dos Acidentes de Trabalho



5.4.5. Saúde

A assistência clínica efetuada nos serviços de saúde internos da CARRIS abrange a Medicina Curativa, Consultas de Especialidade, Medicina do Trabalho e Serviços de Enfermagem.

Tabela 22 – Número de consultas realizadas, por tipo

Ano	2023	2024
Consultas Medicina Curativa	4 985	4 885
Consultas de Especialidades	1 220	1 082
Medicina no Trabalho - Trabalhadores	2 579	3 217
Medicina no Trabalho - Candidatos	310	283
Total de consultas	**9 094**	**9 467**

Em 2024, no âmbito da atividade clínica e de Medicina do Trabalho CARRIS, realizaram-se 9.467 consultas, o que representa um aumento de 4% face ao ano anterior, refletindo o compromisso da Empresa com a promoção da saúde e bem-estar dos seus colaboradores.

Importa realçar que se verificou um aumento significativo no número de consultas realizadas no âmbito da Medicina do Trabalho para trabalhadores, passando-se de 2.579 em 2023 para 3.217 em 2024, evidenciando um reforço das ações preventivas e de monitorização da saúde ocupacional.

Este balanço demonstra o esforço da CARRIS em assegurar um acompanhamento médico abrangente tanto na vertente curativa como preventiva, promovendo a saúde dos seus colaboradores e alinhando as suas práticas com os princípios de sustentabilidade e bem-estar organizacional.

5.4.6. Comunicação interna

Ao longo do ano 2024, foram promovidas várias ações no âmbito da Comunicação Interna.

Para além de alguns desenvolvimentos e melhorias registados no portal *MyCarris* (a plataforma interna que reúne o acesso a diversas aplicações e aos conteúdos informativos da Empresa), foi implementada uma cadência mais frequente de publicações de notícias e novidades.

Adicionalmente, foi disponibilizado neste portal um calendário com as principais iniciativas e ações da Empresa bem como uma caixa de sugestões, onde os colaboradores podem transmitir as suas ideias e fazê-las chegar às áreas respetivas.

A par destas melhorias foi implementado um novo canal de divulgação mais próximo de todos através da plataforma *WhatsApp*. Desta forma as novidades partilhadas no portal *MyCarris* são ainda enviadas por mensagem, aos colaboradores, e de forma segmentada por função e Estação. Através deste processo consegue-se criar fluxos de comunicação baseados no interesse de cada destinatário.

O grande objetivo das iniciativas de Comunicação Interna passa por envolver e potenciar a proximidade entre os colaboradores, as áreas e as direções da CARRIS e dar a conhecer em primeira mão as principais novidades da Empresa.

RELATÓRIO E CONTAS 2024

06

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

6. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

6.1. Conjuntura económica 2024 e cenário 2025-2027

Em 2024, a economia portuguesa deverá ter registado um crescimento de 1,7%, de acordo com as previsões do Banco de Portugal[4], sustentado sobretudo no consumo privado, que cresceu 3%. Para o triénio 2025-2027, as projeções do Banco de Portugal apontam para taxas de crescimento superiores, estimadas em 2,2% nos primeiros dois anos, e suportadas num aumento significativo do investimento.

Refira-se, igualmente, alguma desaceleração das taxas de crescimento do sector do turismo comparativamente com os anos anteriores, traduzindo a normalização dos fluxos pós-pandemia. Ainda assim, na zona da Grande Lisboa, as dormidas cresceram 3,7%[5], com impacto positivo na procura do transporte público.

As projeções do Banco de Portugal apontam, adicionalmente, uma taxa de desemprego baixa e estável, no intervalo de 6,3 – 6,4%, com uma desaceleração progressiva do crescimento do emprego no período em análise (2025-2027), acompanhando a tendência de envelhecimento da população em idade ativa.

A inflação em 2024 foi de 2,4% (fonte: INE), prevendo-se que continue uma trajetória descendente, devendo fixar-se em valores próximos de 2% no período em análise, mantendo-se a pressão sobre o preço dos serviços superiores às dos bens. Esta tendência resulta da evolução dos custos do trabalho no mercado interno, que deverá normalizar-se progressivamente nos próximos anos. O Banco de Portugal prevê um crescimento dos preços dos serviços a uma taxa (4,4%) menor que nos anos anteriores, mas, ainda assim, superior ao crescimento do preço dos bens, refletindo a sua maior dependência das condições do mercado interno, em particular da evolução dos custos do trabalho.

A realidade atual do mercado laboral – baixa taxa de desemprego associada a uma pressão elevada dos custos salariais – comporta dificuldades acrescidas considerando as necessidades de recrutamento e renovação do quadro para resposta a uma crescente procura de transporte público.

No exercício de 2024, a CARRIS continuou a executar o seu plano estratégico de investir no aumento e modernização da frota de serviço público, apostando na sua progressiva descarbonização, para aumentar e melhorar a oferta de transporte público, disponibilizando uma solução de mobilidade que responde, de forma eficiente e ambientalmente responsável, às necessidades de mobilidade na cidade de Lisboa. Em síntese, destacam-se os principais vetores do desempenho económico e financeiro no período em apreço:

- Aumento expressivo do investimento no reforço e modernização da frota de serviço público;
- Recuperação dos rendimentos de serviço público;
- Redução dos gastos com recursos energéticos, refletindo a progressiva diminuição da dependência do gasóleo.

[4] Fonte: Boletim Económico — dezembro 2024

[5] Fonte: INE, dezembro de 2024 – Estatísticas rápidas

6.2.Análise de resultados da empresa

Tabela 23 – Demonstração de Resultados (10^3€)

RENDIMENTOS E GASTOS	2023 (Reexpresso)	2024	Var. Abs.	Var. %
Vendas e Prestações de Serviços	121 630	124 296	2 666	2,2
Prestação de Serviço Público	120 010	122 869	2 858	2,4
Vendas e Prestação de Serviços - Outros	1 620	1 427	-192	-11,9
Compensações Serviço Público	30 792	30 570	-221	-0,7
Trabalhos para a própria entidade	276	239	-37	-13,5
Outros rendimentos	15 573	20 243	4 670	30,0
Rendimentos Operacionais	168 271	175 348	7 077	4,2
Custo das Mercadorias Vendidas e Consumidas	-17 632	-16 768	865	-4,9
Fornecimentos e Serviços Externos	-38 490	-41 770	-3 281	8,5
Gastos com Pessoal	-88 714	-94 017	-5 303	6,0
Outros gastos	-769	-791	-22	2,9
Gastos Operacionais	-145 605	-153 346	-7 740,9	5,3
Resultado Operacional da Atividade Transporte (EBITDA)	**22 666**	**22 002**	**-663,6**	**-3**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-19 963	-21 940	-1 977	9,9
Indemnizações por rescisão	-250	-50	200	-80,0
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/re	16	55	39	241,7
Aplicação do Método Equivalência Patrimonial	1 550	967	-583	-37,6
Provisões (aumentos/reduções)	675	-942	-1 617	-239,6
Diferenças de câmbio	0	0	0	
Resultado Operacional	**4 693**	**92**	**-4 602**	**-98,1**
Juros e rendimentos similares obtidos	972	582	-390	-40,1
Juros e gastos similares suportados	0	0	0	-100,0
Resultado financeiro	**972**	**582**	**-390**	**-40,1**
Resultado antes de impostos	**5 666**	**674**	**-4 992**	**-88,1**
Imposto sobre o rendimento	-2 264	-123	2 141	-94,6
Resultado líquido do período	**3 401**	**551**	**-2 851**	**-83,8**

6.2.1. Resultado Líquido

O Resultado Líquido registado em 2024 ascendeu a 0,6 milhões de euros, representando um decréscimo de 2,9 milhões de euros, relativamente ao resultado reexpresso de 2023.

Para esta variação, concorrem essencialmente os seguintes fatores:

I. Pela positiva, o aumento dos Rendimentos Operacionais, com particular destaque para a rubrica de Vendas e Prestações de Serviços e Outros Rendimentos;
II. Pela negativa, o acréscimo dos Gastos Operacionais, relevando os Gastos com Pessoal, Fornecimento e Serviços Externos, Provisões e Depreciações.

6.2.2. Resultado operacional da atividade de transportes (EBITDA)

O EBITDA da atividade de transporte em 2024 ascendeu a 22 milhões de euros, registando um decréscimo de 0,7 milhões de euros (3%) relativamente ao montante reexpresso do exercício anterior.

Para este resultado concorreram os seguintes fatores essenciais:

i. Os Rendimentos Operacionais aumentaram 7,1 milhões de euros, devido ao crescimento dos Rendimentos de Serviço Público (2,7 milhões euros) e da Rubrica Outros Rendimentos. Em 2024, a Empresa alterou a política de reconhecimento das compensações de serviço público, passando a considerar na rubrica "Outros rendimentos" a quota correspondente ao financiamento dos ativos fixos. Em consequência, procedeu-se à reexpressão dos valores contabilizados, resultando num aumento significativo do valor dos "Outros Rendimentos" nos exercícios de 2023 e 2024;
ii. Os Gastos Operacionais aumentaram 5,3% (7,7 milhões de euros), devido ao crescimento dos Gastos com Pessoal (6%) e dos Fornecimentos e Serviços Externos (8,5%);
iii. Os Gastos com Pessoal registaram um crescimento de 5,3 milhões de euros. Os principais motivos para esta variação são os seguintes: atualizações salariais, incluindo os resultados dos processos de avaliação de desempenho; o pagamento de valores resultante da alteração, por decisão judicial e orientação jurisprudencial, da fórmula de cálculo do valor das férias e subsídio de férias, e o aumento do trabalho extraordinário para garantir o cumprimento do plano de oferta;
iv. Os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos aumentaram 3,3 milhões de euros, essencialmente devido ao acréscimo dos gastos com manutenção e conservação (1 milhão de euros), seguros (cerca de 1 milhão de euros), eletricidade (702 mil euros) e gás natural (328 mil euros), em linha com a progressiva descarbonização da frota de serviço público.

6.2.3. Resultado operacional

O Resultado Operacional, no valor de 92 mil euros, regista uma significativa redução de 4,6 milhões de euros relativamente ao resultado (reexpresso) apurado em 2023. Para além do contributo dos fatores já mencionados nos pontos anteriores, destacam-se:

i. O aumento, em 2 milhões de euros, dos gastos com Depreciações/Amortizações, decorrente do investimento realizado;
ii. Aumento das provisões em 1,6 milhões de euros, para fazer face ao acréscimo estimado com responsabilidades futuras relacionadas com processos judiciais em curso;
iii. O reconhecimento, pelo método da equivalência patrimonial, dos resultados positivos da participada CARRISTUR, no valor de 967 mil euros, o que representa uma variação negativa de 583 mil euros face a 2023.

6.2.4. Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro reflete essencialmente os juros obtidos com a aplicação dos excedentes de tesouraria em Certificados Especiais de Dívida Pública de Curto Prazo (CEDIC) junto do IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública.

6.3. Estrutura Patrimonial

Apresenta-se uma análise das principais variações nas rúbricas do balanço face ao período homólogo.

Tabela 24 – Variação do Património (10^3€)

Ano	2023	2024	Var. Abs.	Var. %
Ativo				
Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis	156 457	164 606	8 149	5,2
Participações e Outros Ativos Financeiros	8 328	9 199	871	10,5
Ativos por impostos diferidos	451		-451	-100,0
Ativo Não Corrente	165 236	173 805	8 569	5,2
Ativo Corrente - Inventários	2 148	4 705	2 558	119,1
Ativo Corrente - Valores a Receber	17 992	23 591	5 600	31,1
Ativo Corrente - Disponibilidades	58 007	44 620	-13 388	-23,1
Ativo Corrente	78 147	72 916	-5 230	-6,7
Total	**243 383**	**246 722**	**3 339**	**1,4**
Capital Próprio e Passivo				
Capital Próprio	117 637	151 466	33 828	28,8
Provisões	4 836	5 778	942	19,5
Passivo não Corrente (Outro)	34 551	36 921	2 370	6,9
Passivo Não Corrente	39 387	42 699	3 312	8,4
Passivo Corrente	86 358	52 556	-33 802	-39,1
Total	**243 383**	**246 722**	**3 339**	**1,4**

6.3.1. Ativo

Em 2024, a CARRIS aumentou o seu Ativo em 3,3 milhões de euros, destacando-se as seguintes variações mais relevantes:

Ativo não corrente

O aumento do Ativo Não Corrente, em 9 milhões de euros, em 2024, resulta fundamentalmente do:

I. Aumento dos Ativos Fixos Tangíveis, em cerca de 8,5 milhões de euros, em resultado do investimento realizado até 30 de dezembro;
II. Aumento das Participações financeiras, em cerca de 1 milhão de euros, decorrente da aplicação do método de equivalência patrimonial aos resultados da participada CARRISTUR.

Ativo Corrente

Para a diminuição do Ativo corrente, em 2024, em aproximadamente 5,2 milhões de euros, contribuem essencialmente as seguintes rubricas:

i. O aumento dos inventários, em 2,6 milhões de euros, em resultado da integração da atividade da CARRISBUS na CARRIS;
ii. A redução dos valores a receber de Clientes em 1,4 milhões de euros, com especial destaque para a diminuição dos saldos da TML e CARRISTUR;
iii. Aumento dos Outros Créditos a Receber em 7 milhões de euros, decorrente do reconhecimento de subsídios tarifários a receber;
iv. A redução das disponibilidades em 13,4 milhões de euros, essencialmente para pagamento do investimento realizado e da atividade operacional da empresa.

6.3.2. Capital Próprio

O Capital Próprio da empresa sofreu uma variação de 34 milhões de euros, face a 2023, em resultado, essencialmente, dos seguintes factos:

i. A variação positiva dos Resultados Transitados, no valor de 2,9 milhões de euros, decorre do efeito combinado, com sinais contrários, da transferência para Resultados Transitados do Resultado Líquido apurado em 2023 e dos Excedentes de Revalorização realizados (ambas com efeito positivo), bem como do reconhecimento das perdas atuariais, decorrentes da avaliação das responsabilidades da CARRIS com benefícios pós-emprego – planos de benefícios definidos, em 31 de dezembro de 2024 (com efeito negativo);
ii. Variação negativa do Resultado Líquido do período, face a 31/12/2023, de 2,9 milhões de euros;
iii. Aumento dos Excedentes de Revalorização em 2,9 milhões de euros em resultado da avaliação de edifícios propriedade da CARRIS;
iv. Variação positiva da rubrica Ajustamentos / Outras Variações no Capital Próprio de 31 milhões de euros, em resultado da imputação, como rendimento do exercício, numa base sistemática e durante a vida útil do ativo, dos subsídios ao investimento recebidos, na proporção em que são reconhecidas as respetivas depreciações/amortizações dos ativos subsidiados.

6.3.3. Passivo

Em 2024, o Passivo regista uma redução de 31 milhões de euros, face ao exercício de 2023 reexpresso, que decorre dos seguintes fatores principais:

Passivo Não corrente

Para o aumento do Passivo Não Corrente, em 2024, em aproximadamente 3,3 milhões de euros, contribuem essencialmente as seguintes rubricas:

i. Aumento das provisões em 0,9 milhão de euros para fazer face a contingências e responsabilidades futuras, nomeadamente as decorrentes de processos judiciais em curso;
ii. Acréscimo das Responsabilidades por Benefícios Pós-emprego em 2,2 milhões de euros.

Passivo Corrente

Para a diminuição do Passivo Corrente, em 2024, em aproximadamente 34 milhões de euros, contribuem essencialmente as seguintes rubricas:

i. A redução da dívida a Fornecedores em 16,7 milhões euros;
ii. A redução de Outras Dívidas a Pagar no montante de 16,1 milhões de euros, correspondente aos pagamentos por conta das compensações de serviço público pagas em 2023 e reconhecidas como rendimentos em 2024.

6.4.Investimento Realizado

Em 2024, foi realizado um investimento de cerca de 26 milhões de euros, sendo de salientar:

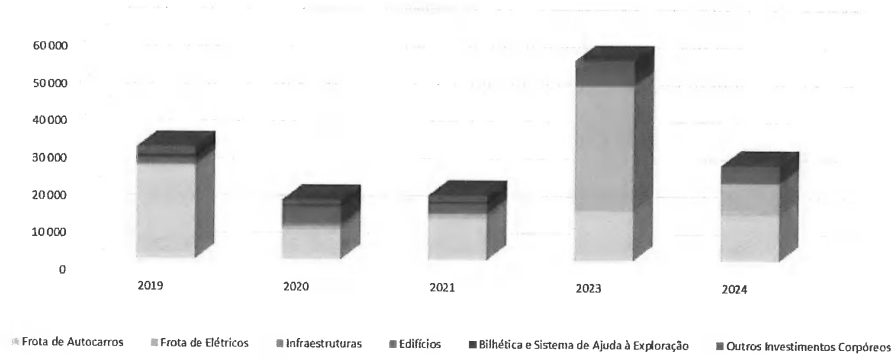
- A conclusão do processo de aquisição dos novos elétricos articulados com a entrega dos últimos 3 veículos, no valor de 8 milhões de euros;
- A aquisição de 14 autocarros mini elétricos e 19 autocarros *standard* elétricos, no valor total de 12 milhões de euros;
- Obras de melhoria nas instalações da Empresa, tendo em vista a adaptação às necessidades operacionais e administrativas da mesma e a melhoria das condições de trabalho, no valor de 3,4 milhões de euros;
- Grandes reparações na infraestrutura e frota de serviço público, no valor de 0,9 milhões de euros.

Tabela 25 – Investimentos (10^3€)

Ano	2023	2024
Frota de Autocarros	13 281	12 321
Aquisições	13 118	12 046
Grandes Reparações	90	200
Outros	73	75
Frota de Elétricos	33 329	8 324
Aquisições	32 291	8 073
Grandes Reparações	840	147
Outros	198	105
Infraestruturas	418	423
Grandes Reparações de Linha e Rede Aérea	229	191
Outros	190	233
Edifícios	3 025	3 428
Bilhética e Sistema de Ajuda à Exploração	73	25
Outros Investimentos Corpóreos	3 493	1 105
Total Investimentos não Financeiros	53 618	25 627
Investimentos Financeiros	-	-
Total	53 618	25 627

O gráfico seguinte mostra a evolução do investimento total e por tipo de ativo nos últimos 5 anos, correspondendo a um considerável esforço financeiro da Empresa.

Gráfico 9 – Evolução Investimento (10^3€)



O programa de renovação e aumento da frota de viaturas do serviço público irá manter-se nos próximos anos conforme previsto no Plano de Atividades e Orçamento 2025-2028 aprovado pelo acionista.

6.5.Fluxos Financeiros

As atividades operacionais geraram fluxos de caixa negativos, no valor de 15,4 milhões de euros, representando uma redução de 25 milhões de euros face ao ano transato.

Em virtude da alteração da política contabilística de reconhecimento das compensações de serviço público, o valor apurado é repartido entre a atividade operacional e o investimento, de acordo com a respetiva realização.

As disponibilidades no final do exercício apresentam um decréscimo, face ao ano anterior, de 13 milhões euros.

Tabela 26 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (10^3€)

Ano	2023	2024
Fluxo das Atividades Operacionais	9 722	-15 415
Recebimentos	164 904	151 383
Pagamentos	155 182	166 798
Fluxo das Atividades de Investimento	-18 874	2 027
Recebimentos	19 145	50 411
Pagamentos	38 019	48 384
Fluxo das Atividades de Financiamento	0	0
Recebimentos	0	
Pagamentos	0	
Variação de Caixa e seus equivalentes	-9 152	-13 388

6.6.Prazo Médio de Pagamentos

Desde 2017 que a CARRIS vem monitorizando a evolução do indicador Prazo Médio de Pagamentos (PMP) implementando um conjunto de procedimentos internos para garantir o cumprimento atempado dos prazos contratualizados.

Com referência a 31 de dezembro de 2024 o indicador PMP trimestral, calculado mensalmente nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, apresentou o valor de 45 dias, conforme tabela seguinte:

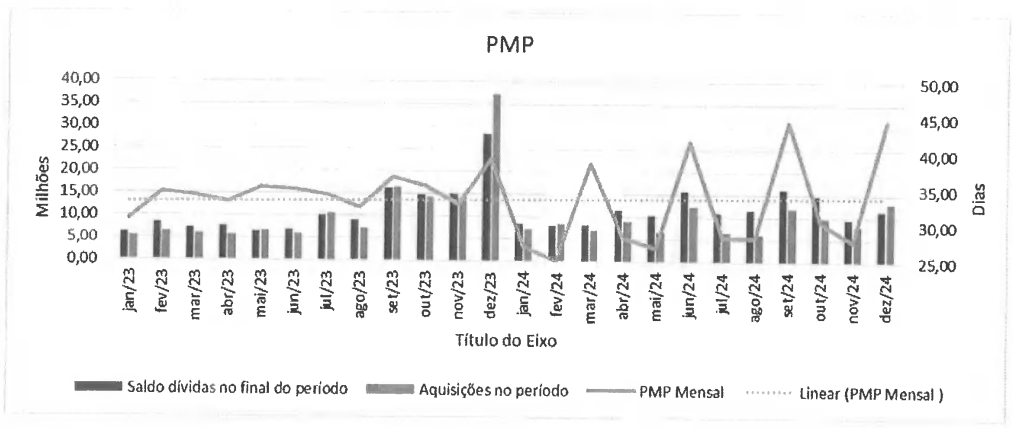
Tabela 27 – Prazo Médio de Pagamentos Trimestral

PMP	2023	2024	Var.	
			Abs.	%
Janeiro	31	27	-4	-12
Fevereiro	35	25	-10	-28
Março	34	39	5	14
Abril	33	28	-5	-15
Maio	35	27	-8	-24
Junho	35	42	7	19
Julho	34	28	-6	-17
Agosto	32	28	-4	-13
Setembro	37	45	8	21
Outubro	35	31	-5	-14
Novembro	33	28	-5	-16
Dezembro	39	45	5	13
Média do PMP trimestral(dias)	**35**	**33**	**-2**	**-5**

Conforme é possível verificar, o valor do indicador PMP, calculado nos termos dos diplomas referidos, apresenta oscilações conforme os meses em que se verifica maior volume de aquisições e que, por conseguinte, apresentam saldos em dívida mais expressivos.

O gráfico seguinte mostra a evolução mensal deste indicador, que apresenta "picos" trimestrais, correspondentes aos meses passados em que se registaram aquisições de maior valor. Em termos médios, o PMP em 2024 situou-se nos 33 dias, que comparam com 35 dias em 2023.

Gráfico 10 – Evolução Mensal PMP trimestral



Importa ainda referir que, em termos gerais, os saldos em dívida pela CARRIS a 31 de dezembro de 2024, se encontravam dentro dos prazos de pagamento acordados, correspondendo a faturação recebida em dezembro cujo prazo de pagamento ainda não se encontrava vencido.

RELATÓRIO
E CONTAS
2024
07
GOVERNO
SOCIETÁRIO

7. GOVERNO SOCIETÁRIO

De acordo com os Princípios de Bom Governo e no âmbito da aplicação do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, as empresas públicas estão obrigadas a apresentar, anualmente, um relatório autónomo de boas práticas de governo societário, do qual consta informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo Capítulo II do referido Decreto-Lei, sob epígrafe "Princípios de Governo Societário".

Neste contexto, a CARRIS, em cumprimento do disposto no artigo 54.º do referido diploma, elabora um relatório autónomo de Governo Societário referente ao ano de 2024, disponível para consulta no site da Empresa.

RELATÓRIO E CONTAS 2024

08

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em cumprimento do disposto na alínea f), do número 5, do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que os Resultados Líquidos do Exercício, no valor de **550.515,91€**, sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados, em conformidade com o disposto no número 2 do artigo 29.º dos Estatutos da CARRIS.

RELATÓRIO
E CONTAS
2024
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
E ANEXO
carris

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Montantes expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2024	31-12-2023 [reexpresso]
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	163 534 396,51	155 064 272,61
Ativos intangíveis	8	1 071 577,11	1 392 987,37
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	7 735 205,34	6 767 962,01
Outros investimentos financeiros	11	1 463 870,91	1 559 860,86
Ativos por impostos diferidos	10	-	451 055,70
		173 805 049,87	165 236 138,55
Ativo corrente			
Inventários	12	4 705 439,96	2 147 792,02
Clientes	13	1 961 148,70	3 384 418,94
Estado e outros entes públicos	17	4 716 573,25	4 662 556,54
Outros créditos a receber	13	16 913 671,48	9 944 612,95
Caixa e depósitos bancários	5	44 619 635,52	58 007 432,35
		72 916 468,91	78 146 812,80
Total do ativo		246 721 518,78	243 382 951,35
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	14	78 674 000,00	78 674 000,00
Resultados transitados	2.3, 14	(81 903 068,94)	(84 819 866,96)
Excedentes de revalorização	14	43 749 357,58	40 827 051,32
Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	2.3, 14	110 395 090,40	79 554 845,78
		150 915 379,04	114 236 030,14
Resultado líquido do período		550 515,91	3 401 419,97
Total do capital próprio		151 465 894,95	117 637 450,11
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	5 778 196,35	4 835 953,90
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	26 447 765,47	24 215 031,53
Passivos por impostos diferidos	2.3,10	10 473 249,33	10 336 379,49
		42 699 211,15	39 387 364,92
Passivo corrente			
Fornecedores	16	11 803 981,44	28 549 345,91
Estado e outros entes públicos	17	1 895 934,69	3 019 466,23
Outras dívidas a pagar	2,3,16	37 600 665,74	53 670 248,91
Diferimentos	18	1 255 830,81	1 119 075,27
		52 556 412,68	86 358 136,32
Total do passivo		95 255 623,83	125 745 501,24
Total do capital próprio e do passivo		246 721 518,78	243 382 951,35

O Anexo faz parte integrante do Balanço em 31 de dezembro de 2024

O Conselho de Administração

Presidente: Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Vice-Presidentes: Dr.ª Ana Cristina Pereira Coelho

Eng.ª Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Vogal não executivo: Arq.º Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho

O Contabilista Certificado

Dr. Jaime Aleno Soares de Melo

Relatório e Contas

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023 [reexpresso]
Vendas e serviços prestados	20	124 295 509,65	121 629 801,79
Subsídios à exploração	2.3, 20, 28	30 570 357,32	30 791 692,93
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	967 243,33	1 550 022,12
Trabalhos para a própria entidade		239 231,78	276 410,16
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(16 767 568,17)	(17 632 431,28)
Fornecimentos e serviços externos	21	(41 770 391,97)	(38 489 609,28)
Gastos com o pessoal	22	(94 067 012,87)	(88 963 654,90)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13	-	(37 562,20)
Provisões (aumentos/reduções)	15	(942 242,45)	675 470,52
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		54 666,71	15 619,55
Outros rendimentos	2.3,24	20 242 869,46	15 572 732,87
Outros gastos	25	(790 974,82)	(731 770,41)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		22 031 687,97	24 656 721,87
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	23	(21 940 185,90)	(19 963 099,58)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		91 502,07	4 693 622,29
Juros e rendimentos similares obtidos	26	582 000,83	972 325,30
Juros e gastos similares suportados	26	-	(42,98)
Resultado antes de impostos		673 502,90	5 665 904,61
Imposto sobre o rendimento do período	2.3,10	(122 986,99)	(2 264 484,64)
Resultado líquido do período		550 515,91	3 401 419,97

O Anexo faz parte integrante da Demonstração dos Resultados por Naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2024

O Conselho de Administração

Presidente: Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Vice-Presidentes: Dr.ª Ana Cristina Pereira Coelho

Eng.ª Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Vogal não executivo: Arq.º Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho

O Contabilista Certificado

Dr. Jaime Aleno Soares de Melo

Relatório e Contas

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Montantes expressos em euros)

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2024	2023 (reexpresso)
Vendas e serviços prestados		154 056 367,62	151 461 605,75
Custo das vendas e dos serviços prestados		(144 714 938,75)	(137 842 059,94)
Resultado bruto		**9 341 428,87**	**13 619 545,81**
Outros rendimentos		23 737 209,94	21 117 552,61
Gastos de distribuição		(7 009 663,97)	(6 946 401,66)
Gastos administrativos		(14 534 699,24)	(13 400 605,51)
Outros gastos		(11 442 773,53)	(9 696 468,96)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**91 502,07**	**4 693 622,29**
Gastos de financiamento (líquidos)		582 000,83	972 282,32
Resultados antes de impostos		**673 502,90**	**5 665 904,61**
Imposto sobre o rendimento do período		(122 986,99)	(2 264 484,64)
Resultado líquido do período		**550 515,91**	**3 401 419,97**

O Anexo faz parte integrante da Demonstração dos Resultados por Funções do período findo em 31 de dezembro de 2024

O Conselho de Administração

Presidente: Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Vice-Presidentes: Dr.ª Ana Cristina Pereira Coelho

Eng.ª Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Vogal não executivo: Arq.º Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho

O Contabilista Certificado

Dr. Jaime Aleno Soares de Melo

Relatório e Contas

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Montantes expressos em euros)

Rubricas	Notas	2024	2023 (reexpresso)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		93 143 622,70	85 009 616,22
Compensações e outros subsídios:			
Compensações tarifárias		45 635 250,32	41 572 991,95
Compensações de Serviço Público (NT)		-	28 475 013,59
Outros subsídios		1 687 395,12	1 654 063,97
Pagamentos a fornecedores		(72 903 059,60)	(69 624 212,68)
Pagamentos ao pessoal		(90 535 503,15)	(85 557 555,25)
Caixa gerada pelas operações		(22 972 294,61)	1 529 917,80
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(3 359 650,34)	1 371 347,17
Outros recebimentos/pagamentos		10 917 116,11	6 820 891,06
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(15 414 828,84)	9 722 156,03
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(48 584 745,32)	(37 223 639,02)
Ativos intangíveis		200 422,35	(795 558,15)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		137 096,05	33 454,12
Subsídios ao investimento COSP		22 393 643,18	17 728 802,15
Subsídios ao investimento Outros		27 185 009,90	517 073,82
Juros e rendimentos similares		691 662,27	862 334,99
Dividendos		3 943,58	3 653,65
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		2 027 032,01	(18 873 878,44)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-	(42,98)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-	(42,98)
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		(13 387 796,83)	(9 151 765,39)
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	58 007 432,35	67 159 197,74
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	44 619 635,52	58 007 432,35

O Anexo faz parte integrante da Demonstração dos Resultados por Naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2024

O Conselho de Administração

Presidente: Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Vice-Presidentes: Dr.ª Ana Cristina Pereira Coelho

Eng.ª Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Vogal não executivo: Arq.º Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho

O Contabilista Certificado

Dr. Jaime Aleno Soares de Melo

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2024

(Montantes expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital subscrito	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024 [Reexpresso]	14	78 674 000,00	(84 819 866,96)	40 827 051,32	79 554 845,78	3 401 419,97	117 637 450,11
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Excedentes de revalorização	6, 14			4 554 318,17			4 554 318,17
Realização de excedentes de revalorização	14		1 495 142,07	(1 495 142,07)			-
Subsídios e doações	14				17 615 117,61		17 615 117,61
Subsídios - COSP NT					11 675 104,89		11 675 104,89
Ajustamentos por ganhos e perdas atuariais	19		(84 064,37)				(84 064,37)
Ajustamentos por impostos diferidos	10		(345 677,53)	(136 869,84)			(482 547,37)
Aplicação dos resultados de 2023	14		3 401 419,97			(3 401 419,97)	-
Resultados não atribuídos	9		(1 550 022,12)		1 550 022,12		-
		-	2 916 798,02	2 922 306,26	30 840 244,62	(3 401 419,97)	33 277 928,93
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						550 515,91	550 515,91
RESULTADO INTEGRAL						33 828 444,84	33 828 444,84
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024		78 674 000,00	(81 903 068,94)	43 749 357,58	110 395 090,40	550 515,91	151 465 894,95

O Anexo faz parte integrante da Demonstração das Alterações no Capital Próprio do período findo em 31 de dezembro de 2024

O Conselho de Administração

Presidente: Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Vice-Presidentes: Dr.ª Ana Cristina Pereira Coelho

Eng.ª Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Vogal não executivo: Arq.º Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho

O Contabilista Certificado

Dr. Jaime Aleno Soares de Melo

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2023 [REEXPRESSO]

(Montantes expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital subscrito	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	14	78 674 000,00	(83 249 403,78)	40 955 330,04	71 615 102,21	3 066 905,78	111 061 934,25
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Excedentes de revalorização	6, 14			1 202 083,58			1 202 083,58
Realização de excedentes de revalorização	14		1 153 756,95	(1 153 756,95)			-
Subsídios e doações	14				351 799,44		351 799,44
Subsídios - COSP NT					5 703 670,97		5 703 670,97
Ajustamentos por ganhos e perdas atuariais	19		(3 589 936,90)				(3 589 936,90)
Ajustamentos por impostos diferidos	10		(316 915,85)	(176 605,35)			(493 521,20)
Aplicação dos resultados de 2022	14		3 066 905,78			(3 066 905,78)	-
Resultados não atribuídos	9		(1 884 273,16)		1 884 273,16		-
		-	(1 570 463,18)	(128 278,72)	7 939 743,57	(3 066 905,78)	3 174 095,89
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						3 401 419,97	3 401 419,97
RESULTADO INTEGRAL						6 575 515,86	6 575 515,86
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2023		78 674 000,00	(84 819 866,96)	40 827 051,32	79 554 845,78	3 401 419,97	117 637 450,11

O Anexo faz parte integrante da Demonstração das Alterações no Capital Próprio do período findo em 31 de dezembro de 2023

O Conselho de Administração

Presidente: Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Vice-Presidentes: Dr.ª Ana Cristina Pereira Coelho

Eng.ª Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Vogal não executivo: Arq.º Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho

O Contabilista Certificado

Dr. Jaime Aleno Soares de Melo

Relatório e Contas

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.

Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2024

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A «Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.» (adiante abreviadamente designada por CARRIS, Empresa ou Sociedade) é uma sociedade anónima de capitais públicos, constituída em setembro de 1872, com sede social na Rua 1.º de Maio, n.º 103, em Lisboa. Tem por objeto, a título principal, a prestação de atividades e serviços relativos ao transporte público coletivo de superfície de passageiros na cidade de Lisboa, por meio de autocarros, carros elétricos, ascensores mecânicos e um elevador, conforme o contrato de concessão celebrado com o Município de Lisboa, em 14 de novembro de 2017, nos termos conjugados da Segunda Alteração ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo de Superfície de Passageiros outorgado pelo Estado Português à CARRIS, em 31 de dezembro de 1973, e do Aditamento à Segunda Alteração ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo de Superfície de Passageiros, assinado em 20 de setembro de 2018.

Em 30 de dezembro de 2016 foi publicado o Decreto-Lei n.º 86-D/2016, que determinou a transferência da posição contratual detida pelo Estado no contrato de concessão de serviço público celebrado com a CARRIS, e a transmissão da totalidade das ações representativas do capital social da CARRIS, do Estado para o Município de Lisboa, com efeitos a 1 de fevereiro de 2017. Enquanto empresa municipal, a CARRIS é enquadrada pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e posteriores alterações a este diploma legal, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local.

A CARRIS é uma empresa municipal que integra o Grupo Município de Lisboa, seu acionista único. Nos termos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, a CARRIS encontra-se dispensada de preparar e divulgar contas consolidadas, por ser ela própria uma subsidiária e integrar as demonstrações financeiras da Câmara Municipal de Lisboa.

As demonstrações financeiras anexas refletem as contas individuais da Empresa, sendo apresentadas em euros. Foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 28 de fevereiro de 2025. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pelo Acionista em Assembleia Geral, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a republicação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e posteriores alterações.

2.2 Derrogação das disposições do SNC

Com exceção dos aspetos referidos nos parágrafos seguintes, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, não foram efetuadas outras derrogações às disposições previstas no SNC.

O contrato celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa (CML) tem, na sua redação, caraterísticas que resultam no seu enquadramento no âmbito de aplicação da IFRIC 12. Contudo, é entendimento do Conselho de Administração e dos assessores jurídicos da Carris que a substância do contrato, traduzida na intenção das partes aquando da celebração do mesmo, é a de um contrato de prestação de serviço público.

Adicionalmente, atendendo à referida substância do contrato, revela-se extremamente complexa a operacionalização da aplicação da IFRIC 12. Isto porque:

(i) Não existe uma delimitação clara dos ativos abrangidos pelo contrato;
(ii) A Carris não constrói ou produz uma infraestrutura em concreto, essencialmente, adquire equipamentos para a prestação do serviço público;
(iii) Os fluxos de caixa garantidos pelo mecanismo de Compensação das Obrigações de Serviço Público (COSP) não são claramente identificáveis e determináveis;
(iv) O prazo do contrato é claramente desajustado face ao período que seria necessário para a recuperação do investimento.

Neste contexto, é entendimento do Conselho de Administração que a aplicação da IFRIC 12 não contribui para a apresentação de informação financeira útil para os utentes das demonstrações financeiras da CARRIS, porquanto não traduz a substância do contrato e implica a assunção de pressupostos e o exercício de julgamentos de elevada subjetividade e de pouco rigor cujo custo excede claramente os benefícios associados.

Desta forma, tendo em consideração o disposto no parágrafo 19 da IAS 1 (aplicação supletiva preconizada pelo ponto 1.4 do anexo ao Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, atendendo à omissão da NCRF 1) entendeu o Conselho de Administração ser mais apropriado proceder à derrogação da aplicação da IFRIC 12.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, é de seguida apresentado o efeito, em 31 de dezembro de 2023 e 2024, resultante da aplicação da IFRIC 12.

Relatório e Contas

BALANÇO				
	2024 (tal como relatado)	**Ajustamentos IFRIC 12**	**2024 (ajustado com a IFRIC 12)**	**2023 (ajustado com a IFRIC 12)**
AFT	163 534 397	(156 153 839)	7 380 557	7 400 076
Intangíveis	1 071 577	-	1 071 577	1 392 987
Participações financeiras	7 735 205	-	7 735 205	6 767 962
Outros investimentos financeiros	1 463 871	-	1 463 871	1 559 861
Outros créditos a receber	-	86 256 940	86 256 940	56 752 025
Ativos por impostos diferidos	-	-	-	451 056
	173 805 050	(69 896 899)	103 908 150	74 323 967
Inventários	4 705 440	-	4 705 440	2 147 792
Clientes	1 961 149	-	1 961 149	3 384 419
Estado e outros entes públicos	4 716 573	-	4 716 573	4 662 557
Outros créditos a receber	16 913 671	23 522 151	40 435 822	32 529 978
Caixa e depósitos bancários	44 619 636	-	44 619 636	58 007 432
	72 916 469	23 522 151	96 438 620	100 732 178
Total do ativo	246 721 519	(46 374 749)	200 346 770	175 056 145
			-	
Capital subscrito	78 674 000	-	78 674 000	78 674 000
Resultados transitados	(81 903 069)	27 307 624	(54 595 445)	(73 759 744)
Excedentes de revalorização	43 749 358	(22 734 830)	21 014 528	20 964 204
Outras variações no capital próprio	110 395 090	(55 775 483)	54 619 608	35 454 468
Resultado líquido do período	550 516	19 503 757	20 054 273	19 908 487
Total do capital próprio	151 465 895	(31 698 931)	119 766 964	81 241 415
			-	
Provisões	5 778 196	-	5 778 196	4 835 954
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	26 447 765	-	26 447 765	24 215 032
Passivos por impostos diferidos	10 473 249	(6 226 737)	4 246 513	6 727 123
	42 699 211	(6 226 737)	36 472 474	35 778 108
Fornecedores	11 803 981	-	11 803 981	28 549 346
Estado e outros entes públicos	1 895 935	(2 131 827)	(235 892)	448 846
Outras dívidas a pagar	37 600 666	(6 317 253)	31 283 412	27 919 355
Diferimentos	1 255 831	-	1 255 831	1 119 075
	52 556 413	(8 449 080)	44 107 333	58 036 622
Total do passivo	95 255 624	(14 675 817)	80 579 807	93 814 730
Total do capital próprio e do passivo	246 721 519	(46 374 748)	200 346 770	175 056 145

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	2024 (tal como relatado)	Ajustamentos IFRIC 12	2024 (ajustado com a IFRIC 12)	2023 (ajustado com a IFRIC 12)
Vendas e serviços prestados	124 295 510	(3 008 103)	121 287 407	162 782 192
Subsídios à exploração	30 570 357	33 055 395	63 625 752	48 520 495
Ganhos/perdas subsidiárias	967 243	-	967 243	1 550 022
Trabalhos para a própria entidade	239 232	-	239 232	276 410
CMVMC	(16 767 568)	(20 657 291)	(37 424 859)	(68 355 937)
Fornecimentos e serviços externos	(41 770 392)	-	(41 770 392)	(38 489 609)
Gastos com o pessoal	(94 067 013)	-	(94 067 013)	(88 963 655)
Imparidade de dívidas a receber	-	-	-	(37 562)
Provisões	(942 242)	-	(942 242)	675 471
Imparidade de investimentos não depreciáveis	54 667	-	54 667	15 620
Outros rendimentos	20 242 869	(15 063 037)	5 179 833	3 547 602
Outros gastos	(790 975)	-	(790 975)	(731 770)
EBITDA	22 031 688	(5 673 036)	16 358 652	20 789 278
Gastos de depreciações e amortizações	(21 940 186)	19 758 926	(2 181 260)	(2 393 112)
EBIT	91 502	14 085 890	14 177 392	18 396 166
Juros e rendimentos obtidos	582 001	5 856 660	6 438 661	5 915 404
Juros e gastos suportados		-	-	(43)
RAI	673 503	19 942 550	20 616 053	24 311 527
Imposto sobre o rendimento do período	(122 987)	(438 793)	(561 780)	(4 787 638)
Lucro/prejuízo	550 516	19 503 757	20 054 273	19 523 889

Estes impactos foram determinados tendo por base os seguintes pressupostos principais:

- Os cálculos foram efetuados retrospetivamente, com referência a 1/1/2010, ano da adoção do SNC, apesar da IFRIC 12 ser aplicável a partir de 1/1/2008. Entendemos que o efeito desta situação é imaterial, decorrendo da dificuldade de mapeamento das contas de ativos fixos tangíveis antes e após a conversão para o SNC;
- Não havendo delimitação clara dos ativos abrangidos pelo contrato de concessão, assumiu-se que integrariam a concessão o equipamento básico, os terrenos e os edifícios;
- Pelo facto de, até novembro de 2017, não existir compensação pelas obrigações de serviço público, assumiu-se que, até essa data, o ativo da concessão correspondia a um ativo intangível. Consequentemente, na adoção inicial da IFRIC 12, a quantia estimada líquida dos ativos fixos tangíveis associados à concessão seria transferida para o referido ativo intangível;
- As revalorizações efetuadas nos ativos fixos tangíveis foram revertidas, uma vez que a IAS 38 não permite a revalorização de ativos intangíveis para os quais não existe um mercado ativo (é o caso do intangível da concessão). De igual forma, a IFRS 9 não permite a revalorização de ativos financeiros;
- No exercício em que ocorreram, assume-se meio ano de amortização dos aumentos/diminuições do período do ativo intangível da concessão;
- Considera-se que, em novembro de 2017, a nova adenda ao contrato de concessão, ao introduzir a compensação por obrigações de serviço público, vem atribuir à CARRIS um direito contratual de receber dinheiro. A compensação das obrigações de serviço público assegura à CARRIS um fluxo de caixa positivo de 8,2 milhões de euros por ano. Esta alteração contratual leva a que a

concessão deixasse de ter risco operacional para a CARRIS. Ou seja, a CML assegura à CARRIS o fluxo de caixa líquido referido independentemente do fluxo de clientes. Consequentemente, a totalidade do investimento da CARRIS no âmbito da concessão passaria a ser recuperada através de um ativo financeiro;

- Para os cálculos efetuados considerou-se uma taxa interna de rentabilidade (TIR) de 5%, de acordo com o estipulado no contrato de concessão;
- O ativo financeiro foi, inicialmente, reconhecido pela quantia escriturada do intangível da concessão. Subsequentemente, foi aumentado pelos juros do período e pelo investimento líquido nos ativos afetos à concessão e reduzido pelos recebimentos;
- Os recebimentos do ativo financeiro foram revistos em cada data de relato, tendo sido estimados como sendo a anuidade de uma renda pelo prazo remanescente da concessão cujo valor atual, apurado com base numa taxa de desconto correspondente à TIR atrás referida, corresponde à quantia escriturada do ativo financeiro no final do período anterior;
- Assumiu-se que não existe imparidade do ativo, uma vez que a CML assegura sempre um fluxo de caixa positivo à CARRIS por via da compensação das obrigações de serviço público;
- De acordo com o Aditamento à segunda alteração ao contrato de concessão de serviço público de transporte coletivo de superfície de passageiros, celebrado em 20 de setembro de 2018, com a CML, não tendo o Concedente manifestado oposição à manutenção da concessão, através de deliberação pelos Órgãos competentes, até 31 de dezembro de 2022, o prazo de concessão encontra-se prorrogado por cinco anos. Isto é, até 31 de dezembro de 2028, tendo assim um prazo estimado de 5 anos;
- Não foi considerado o efeito fiscal dos ajustamentos para os anos anteriores a 2023, na medida em que as correspondentes declarações fiscais já se encontram entregues e liquidadas;
- Não estando previsto no contrato de concessão uma obrigação contratual de assegurar um determinado nível de investimento (CAPEX), assumiu-se que a CARRIS não tem qualquer obrigação nesse âmbito, pelo que não reconhece uma provisão para o efeito.

Alerta-se para o facto de as estimativas apresentadas comportarem um risco elevado de não traduzirem de forma fidedigna os impactos reais que teriam ocorrido, caso a IFRIC12 tivesse sido aplicada desde 1 de janeiro de 2008, sendo em cada exercício considerada a informação disponível para o efeito. De facto, os custos de determinação exaustiva e rigorosa de todos os impactos desde essa data, suplantam largamente os benefícios, especialmente tendo em consideração os motivos apresentados para a derrogação da respetiva aplicação anteriormente apresentados.

Por outro lado, importa ter presente que a alteração de política contabilística (adoção da IFRIC 12) desde 1 de janeiro de 2010 teria certamente impacto na determinação da compensação das obrigações de serviço público a suportar pelo Concedente, não sendo possível refletir rigorosamente na mesma os ajustamentos efetuados, até porque teriam de ter sido formalmente aceites pelo Concedente. A esse nível ressalva-se, no entanto, a obrigação contratual do concedente assegurar uma TIR de 5%, correspondente a um fluxo de caixa anual de cerca de € 8,2 milhões de euros, garantindo desta forma a sustentabilidade e o equilíbrio económico e financeiro da CARRIS.

2.3 Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis com os do período anterior, tendo para o efeito a Empresa procedido à reexpressão de algumas rubricas das demonstrações financeiras com referência a 2023.

A Empresa alterou em 2024 a política contabilística de reconhecimento da compensação financeira pelo cumprimento de obrigações de serviço público (COSP).

De facto, o Contrato de Concessão celebrado com o Município de Lisboa determina a fórmula de cálculo da compensação financeira a pagar à CARRIS pelo cumprimento de obrigações de serviço público. Esta fórmula de cálculo contempla, não só uma componente relativa aos rendimentos e gastos da empresa – 'componente de exploração' –, que pode ser considerada de cobertura do défice gerado pela atividade operacional de serviço público, mas também uma componente relativa ao investimento (CAPEX) e variação de capital circulante – 'componente de investimento'.

Sucede que ao longo dos anos, a política contabilística seguida pela empresa tem sido a de tratar contabilisticamente essas duas componentes ('componente de operação' e 'componente de investimento') da mesma forma, reconhecendo a totalidade do valor da COSP recebida como um rendimento (subsídio à exploração), com impacto direto nos resultados do exercício.

Tendo em conta o aumento significativo da componente de investimento (para responder de modo adequado às obrigações de serviço público) considerou-se impreterível aperfeiçoar e rever a política contabilística seguida, separando e diferenciando adequadamente o tratamento contabilístico da 'componente de operação', da remanescente componente de 'investimento'.

Pretende-se, com a adoção desta nova metodologia, que separa e trata de forma adequada cada uma das componentes, que os resultados da empresa reflitam de forma mais adequada, rigorosa e transparente a sua situação económico-financeira.

Assim, a CARRIS, alterou a política seguida, através da segregação do valor da COSP não tarifária prevista no Contrato de Concessão nas duas componentes seguintes:

(i) **Componente de exploração,** a afetar à cobertura do défice de atividade operacional e à remuneração da CARRIS, registada diretamente como um subsídio à exploração da empresa, afetando positivamente o seu resultado;

(ii) **Componente de investimento**, correspondente ao diferencial entre o valor da COSP não tarifária atribuída em cada ano pelo Município e a componente de exploração, a afetar ao investimento realizado para cumprimento das obrigações de serviço público. Esta componente é registada como um subsídio ao investimento (reconhecido em Capital Próprio, na rubrica de Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio, no momento do seu recebimento), sendo transferida para rendimento ao longo do período determinado em conformidade com a média de anos de depreciação do investimento realizado em cada ano e desde 2017 (início do contrato de

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

4.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos do Aditamento à Segunda Alteração ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Coletivo de Superfície de Passageiros, celebrado em 20 de setembro de 2018, com a CML, não tendo o Concedente manifestado oposição à manutenção da concessão até 31 de dezembro de 2022, o prazo de concessão prorrogou-se por cinco anos, isto é, até 31 de dezembro de 2028.

Sem prejuízo deste período de vigência do Contrato de Concessão, o Órgão de Gestão considera que não está em causa a continuidade da empresa, tendo em consideração:

- A forte aposta do seu Acionista, a CML, no investimento já realizado e a realizar pela Empresa nos próximos anos, prevendo-se que atinja um valor de € 345,12 milhões entre 2025 e 2028. Tendo em consideração o valor do investimento e a vida económica dos bens, a recuperação do valor investido através do serviço público realizado só será possível com a prorrogação do prazo estabelecido;
- O inegável contributo da CARRIS para a mobilidade na cidade de Lisboa, resultado de uma atividade desenvolvida há mais de 152 anos, e em que esta se tem posicionado como um parceiro incondicional do seu Acionista na promoção de um sistema de transporte de superfície sustentável e que promova a utilização do serviço público, na cidade de Lisboa.

4.2 Políticas Contabilísticas Relevantes

4.2.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis de natureza e uso semelhantes correspondentes aos terrenos e edifícios dos complexos de Santo Amaro, Cabo Ruivo e Miraflores encontram-se registados de acordo com o modelo de revalorização, correspondendo a sua quantia escriturada na data de relato ao seu justo valor. Têm sido efetuadas revalorizações, com uma regularidade anual, baseadas em avaliações efetuadas pela UON Consulting, S.A. com referência à data de relato.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica "Excedentes de Revalorização". Diminuições resultantes das revalorizações negativas são registadas diretamente na rubrica "Excedentes de Revalorização" até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente.

concessão celebrado com o Município), de forma a balancear com os custos associados ao investimento (nomeadamente as depreciações).

Por se tratar de uma alteração de política contabilística, entende a CARRIS que deve ser assegurada a sua aplicação retrospetiva, desde 2017 (data de efeito da celebração do contrato de concessão), por forma a permitir a comparabilidade da informação.

Os efeitos na Demonstração dos resultados e no Balanço em 31 de dezembro de 2023, decorrentes das alterações acima mencionadas, foram os seguintes:

	31 de dezembro de 2023	Ajustamentos	31 de dezembro de 2023 (reexpresso)
Demonstração dos Resultados:			
Subsidios à Exploração	48 520 495,08	(17 728 802,15)	30 791 692,93
Outros Rendimentos	3 547 601,69	12 025 131,18	15 572 732,87
Imposto s/ rendimento periodo	(1 875 698,93)	(388 785,71)	(2 264 484,64)
Balanço:			
Resultados transitados	(46 811 946,00)	(38 007 920,96)	(84 819 866,96)
Ajustamentos/OVCP	35 454 468,14	44 100 377,64	79 554 845,78
Passivos Impostos Diferidos	12 372 640,50	(2 036 261,01)	10 336 379,49
Outras Dividas a pagar	51 633 987,90	2 036 261,01	53 670 248,91

A CARRIS entendeu ainda proceder ao ajustamento das contas relativamente ao registo de impostos sobre os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciáveis. Desta forma, e uma vez que os subsídios estão sujeitos a tributação, o aumento do capital próprio apenas se circunscreve à quantia do subsídio, deduzida da quantia do imposto que lhe está associado, pelo que foi entendimento proceder-se ao respetivo ajustamento retrospetivo.

3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS CONTABILÍSTICAS DE RELATO FINANCEIRO – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

Não aplicável.

Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é reconhecido diretamente em resultados.

Os restantes ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição (ou custo considerado para os bens que no normativo anterior se encontravam registados pelo custo de aquisição acrescido de reavaliações ao abrigo de diplomas legais) ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (quando aplicável).

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e Outras Construções:	8 - 100
Equipamento Básico:	
Autocarros:	8
Via-Férrea:	16
Carros Elétricos:	16
Ascensores + Elevadores:	16
Carros Elétricos Articulados:	30
Rede Aérea e Subterrânea	20
Rotáveis de Autocarros:	8
Rotáveis de Elétricos:	16
Grandes Reparações:	4 - 10
Outro Equipamento Básico:	5 - 20
Equipamento de Transporte:	4 - 6
Equipamento Administrativo:	1 - 8
Outros Ativos Fixos Tangíveis:	1 - 14
Programas de Computador:	3

A Administração entende que o valor contabilístico dos bens será realizável quer através da sua utilização quer através da sua alienação, no pressuposto da continuidade das operações como referido em 4.1.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em Excedentes de Revalorização é transferido para "Resultados Transitados".

4.2.2 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

4.2.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis, considerando-se habitualmente um período de vida útil de cinco anos, sem prejuízo da revisão desta estimativa, sempre que tal se justifique.

4.2.4 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

4.2.5 Participações financeiras em subsidiárias e associadas

As participações em subsidiárias e associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos capitais próprios das correspondentes

entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

4.2.6 Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o custo de compra e eventuais despesas incorridas para os colocar em condições de poderem ser utilizados pela Empresa.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença, a qual é reduzida ou anulada quando deixam de existir os motivos que a originaram. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas na rubrica de resultados "Imparidade de Inventários (perdas/reversões)".

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.

4.2.7 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios:

(i) ao custo ou custo amortizado menos perdas por imparidade; e
(ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado menos perdas por imparidade

São mensurados "ao custo ou custo amortizado menos perdas por imparidade" os ativos financeiros que satisfaçam todas as seguintes condições:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável;

- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado; e
- Não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal.

Assim, com exceção dos ativos ou passivos financeiros classificados como detidos para negociação, e para os quais seja possível obter o seu justo valor, todos os instrumentos financeiros devem ser mensurados pelo custo ou custo amortizado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e Outros Créditos a Receber

Os saldos de Clientes e de Outros Créditos a Receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Outros Investimentos Financeiros

Os Outros Investimentos Financeiros incluem títulos de dívida pública detidos para garantia de pensões de acidentes de trabalho, de que a Empresa foi auto-seguradora até 8 de janeiro de 1999. Estes ativos encontram-se registados ao custo.

d) Fornecedores e Outras Dívidas a Pagar

Os saldos de Fornecedores e de Outras Dívidas a Pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

e) Activos Financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria "Ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe

uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria "Ao custo ou custo amortizado" são incluídos na categoria "Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

4.2.8 Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos numa base sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm gastos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

4.2.9 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e outros impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

1) Receita tarifária

Títulos de receita própria

Bilhetes para viagens ocasionais, exclusivos da rede de transportes operada pela Carris: a receita da venda é apropriada integralmente pela CARRIS, sendo o rédito reconhecido no momento da venda/utilização.

Títulos de receita partilhada

Todos os restantes títulos vendidos pela Carris são válidos nas redes de vários operadores de transporte que operam na cidade de Lisboa, sendo a receita de venda distribuída pelos diferentes operadores de acordo com as regras de repartição estabelecidas.

Os títulos de receita partilhada subdividem-se em três grupos, com diferentes regras de apuramento da receita:

i) Títulos ocasionais– *Zapping*, *Viva Go*, Bilhete Viagem CA/ML: a receita de venda é repartida em função das validações registadas;

ii) Títulos combinados: a receita de venda é repartida de acordo com as quotas de repartição pré-estabelecidas;

iii) Passes Navegante, Metropolitano e Municipal, incluindo as suas diversas modalidades (sub18 e sub23, Social+; +65, Família, Antigo Combatente), com validade mensal: a repartição da receita destes passes é realizada de acordo com o modelo previsto no Regulamento n.º 1362-C/2023, de 27 dezembro 2023, que procede à sexta alteração ao Regulamento da AML n.º 278-A/2019 (Regulamento Metropolitano das Regras Gerais para a Implementação do Sistema Tarifário na Área Metropolitana de Lisboa).

As vendas efetuadas na rede da Carris são integradas diariamente na contabilidade, por entidade e tipo de título de transporte, em contas diferenciadas de acordo com as regras de repartição da receita (receita própria ou receita a repartir).

2) Apuramento da Receita gerada nas redes da TML e outros operadores

Compete à TML assegurar a repartição mensal da receita global realizada de títulos de receita partilhada, considerando o total de vendas realizada na sua própria rede (canais presenciais e digitais) e nas redes dos diversos Operadores de Transporte, de acordo com as regras estabelecidas para os diferentes tipos de produtos tarifários.

Títulos ocasionais

A receita é repartida proporcionalmente às utilizações registadas nas redes dos operadores em que os títulos são aceites.

Títulos combinados

A TML procede à repartição da receita de venda dos títulos combinados para o mês n, de acordo com as quotas pré-estabelecidas, considerando as vendas realizadas no período de 26/mês (n-1) a 25/mês n.

Caso ocorram atrasos na disponibilização da informação TML, a Direção Comercial da Carris estima os valores a considerar, com base nos dados fornecidos pelos operadores que integram estes títulos, para contabilização no próprio mês.

Passes Navegante

A repartição da receita gerada pela venda de passes Navegante é realizada pela TML, nos termos definidos no Regulamento n.º 1362-C/2023, de 27/12/2023 que estabelece os pressupostos e regras para o cálculo dos valores das compensações relativas à utilização dos passes Navegante nas respetivas redes.

Em termos gerais, a metodologia de compensação do sistema estabelece a atribuição, a cada operador, de um valor de compensação por passe Navegante vendido, até que seja atingido o número máximo de passes Navegante a compensar anualmente. Quando as vendas de passes Navegante atingem o número máximo de passes a compensar, é atingido o valor máximo de compensação anual a atribuir ao sistema.

A repartição pelos Operadores, das receitas geradas pela venda dos passes Navegante e dos pagamentos a título de compensação pelo cumprimento da Obrigação de Serviço Publico (OS) tarifária, é calculada por tipologia de passe Navegante e por Operador, com base numa quota de repartição dinâmica (FR_{ij}), gerada mensalmente, que obedece à seguinte fórmula:

$$FR_{i,j} = \frac{\text{Pass. km}_{i,j} * \text{PesoPass. km}_{j}}{\sum_{k=1}^{n}[\text{Pass. km}_{k,j} * \text{PesoPass. km}_{k}]}$$

Sendo, **n** o número de operadores **k** que disponibilizam serviço de transporte público.

Pass.kmi,j — Passageiros quilómetros nos serviços do Operador i, utilizando a tipologia de passe Navegante j, calculados de acordo com a distância média determinada mensalmente para o Operador i e tipologia de passe Navegante j, multiplicada pelo número total de passageiros do Operador i com a tipologia de passe j.

O cálculo do agregado "passageiro quilómetro transportado" (Pass.km) baseia-se no número de passageiros transportados e nas distâncias médias por eles percorridas.

PesoPass.kmi — Peso a atribuir ao fator passageiros.km no Operador i. Este peso é único para todas as tipologias de passe Navegante j.

A quota de repartição dinâmica do mês "n" é calculada até ao dia 8 do mês "n+3", com os dados de validações desse mês que entraram até ao dia 15 (quinze) do mês "n+2". A quota apurada é fixada como quota de repartição dinâmica do mês "n", aplicando -se a esse mês, na distribuição dos seguintes montantes mensais:

a) Receitas de bilheteira (em canais próprios e partilhados), incluindo os registos de vendas que entrem no sistema central da TML após o fecho do mapa do mês correspondente. Estas verbas são contabilizadas na conta 72111300-Passes Municipal e Metropolitano;

b) Compensações dos passes bonificados sub18, sub23, Circula PT (Social+) e PAC, bem como dos descontos municipais;

c) Valor para financiamento do congelamento do preço dos passes;

d) Compensações pelo cumprimento da OSP tarifária associada à disponibilização dos passes Navegante, pelo valor fixado no presente Regulamento;

e) Comissões dos canais de venda partilhada.

Face aos prazos para concluir o processo de apuramento provisório, o valor contabilizado da receita mensal Navegante é estimado mensalmente pela Direção Comercial da Carris, com base na análise das vendas e utilização dos passes Navegante, em meses já fechados pela TML e com perfil semelhante ao mês que se pretende estimar, corrigido do fator sazonalidade.

Gratuitidade dos Transportes Públicos

O Município de Lisboa implementou em 2022 a **gratuitidade** dos transportes públicos para a população com mais de 65 anos, estabelecendo para este efeito um Acordo com a TML, entidade a quem compete assegurar a correta implementação e operacionalização das medidas de gratuitidade, comunicar e efetuar os pagamentos das compensações devidas aos Operadores:

- **Gratuitidade +65 anos**: a adesão iniciou-se em julho e os carregamentos em agosto de 2022. Abrange as redes da CARRIS, Metro e CP em que seja válido o passe Navegante Urbano 3ª Idade.

A compensação aos Operadores é paga pelo Município através da TML, sendo o cálculo efetuado com base nos carregamentos mensais desde que tenham o registo de, pelo menos, uma validação mensal.

3) Compensações de Serviço Público

O contrato de Concessão celebrado entre o Município e a CARRIS estipula, no n.º 1 da cláusula 22 do Aditamento, a atribuição de compensações financeiras pelo cumprimento das obrigações de serviço público, correspondente "ao montante do efeito financeiro líquido decorrente da soma das incidências, positivas ou negativas, da sua execução sobre os custos e as receitas da CARRIS". Para o cálculo deste valor são comparados os custos e as receitas da CARRIS numa situação de cumprimento das Obrigações de Serviço Público com os custos e receitas em condições normais de mercado, abrangendo a realização do serviço de transporte em carreiras e horários que não seriam rentáveis em termos comerciais, bem como a prática de tarifários reduzidos para grupos etários ou sociais desfavorecidos.

Anualmente, o Município de Lisboa realiza dois pagamentos por conta das Compensações de Serviço Público a apurar relativamente a esse mesmo ano. Conforme dispõe a cláusula 23.1 da Segunda Alteração ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo de Superfície de Passageiros, estes pagamentos por conta devem efetuar-se no início de fevereiro e julho de cada ano.

Até ao dia 30 de março de cada ano, a CARRIS calcula e informa o Acionista dos valores das compensações devidas pelo cumprimento das obrigações no ano anterior as quais, de acordo com o modelo financeiro estabelecido, deverão proporcionar uma taxa interna de rentabilidade (TIR) dos capitais próprios de 5%, nos termos das cláusulas 22.6 e 22.7 da Segunda Alteração e Aditamento ao contrato de Concessão. Após receber esta informação, o Município dispõe de 30 dias para se pronunciar sobre os montantes propostos pela CARRIS e, havendo desacordo, segue-se um período de cinco dias para a conciliação de valores.

Conforme explicado na nota 2.3, a Empresa alterou em 2024 a política contabilística de reconhecimento da compensação financeira pelo cumprimento de obrigações de serviço público (COSP).

De facto, a fórmula de cálculo definida no Anexo II do Contrato de Concessão para compensação financeira pelo cumprimento de obrigações de serviço público, compreende não só uma componente relativa aos rendimentos e gastos da empresa – 'componente de exploração' –, que pode ser considerada de cobertura do défice gerado pela atividade operacional de serviço público, mas também uma componente relativa ao investimento (CAPEX) e variação de capital circulante – 'componente de investimento'.

Tendo em conta o aumento significativo da componente de investimento (para responder de modo adequado às obrigações de serviço público) considerou-se impreterível aperfeiçoar e rever a política contabilística seguida, separando e diferenciando adequadamente o tratamento contabilístico da 'componente de operação', da remanescente componente de 'investimento'.

Assim, a CARRIS, alterou a política seguida, através da segregação do valor da COSP não tarifária prevista no Contrato de Concessão nas duas componentes seguintes:

(i) **Componente de exploração,** a afetar à cobertura do défice de atividade operacional e à remuneração da CARRIS, registada diretamente como um subsídio à exploração da empresa, afetando positivamente o seu resultado;

(ii) **Componente de investimento**, correspondente ao diferencial entre o valor da COSP não tarifária atribuída em cada ano pelo Município e a componente de exploração, a afetar ao investimento realizado para cumprimento das obrigações de serviço público. Esta componente é registada como um subsídio ao investimento (reconhecido em Capital Próprio, na rubrica de Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio, no momento do seu recebimento), sendo transferida para rendimento ao longo do período determinado em conformidade com a média de anos de depreciação do investimento realizado em cada ano e desde 2017 (início do contrato de concessão celebrado com o Município), de forma a balancear com os custos associados ao investimento (nomeadamente as depreciações).

A CARRIS reconheceu como rédito em 2024 uma estimativa da componente de compensações tarifárias decorrentes da prática de tarifas bonificadas pela CML para determinados grupos da população, calculada com base nos perfis de utilizadores e vendas de passes para os segmentos alvo.

4.2.10 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

A Empresa apenas reconhece ativos por impostos diferidos quando tem um elevado grau de certeza de vir a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos referidos gastos na obtenção de um benefício económico futuro. Assim, tendo em consideração o prescrito na Estrutura Conceptual do SNC, de que apenas deve ser reconhecido um ativo quando existir a certeza de vir a ocorrer um benefício económico futuro para a entidade, e, mantendo a consistência do que tem vindo a ser a política contabilística seguida, a Empresa optou por não reconhecer ativos por impostos diferidos, por não possuir garantia de vir a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos referidos gastos na obtenção de um benefício económico futuro (poupança fiscal).

4.2.11 Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser estimado com fiabilidade.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação, podendo originar aumento ou diminuição do valor das provisões, por contrapartida dos resultados do período.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos (benefícios económicos) não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

4.2.12 Benefícios pós-emprego

Plano de benefícios definidos

A Empresa tem um plano de benefícios definidos para complemento de pensões de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data do balanço e o gasto com pensões a registar no exercício.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos anualmente por contrapartida de Resultados Transitados.

4.2.13 Regime do acréscimo (periodização económica)

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

4.2.14 Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("*adjusting events*" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("*non adjusting events*" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4.3 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer factos e circunstâncias, em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas, conduzindo à sua revisão, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir das estimativas efetuadas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas estão relacionados com:

a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;

b) Registo de perdas de imparidade em ativos correntes;

c) Constituição de provisões;

d) Responsabilidades com benefícios de reforma.

5. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a rubrica de "Caixa e seus Equivalentes" inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e outras aplicações de curto prazo.

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários" é constituída pelos seguintes saldos, em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	2023
Numerário	8.908,35	9.929,82
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	2.610.727,17	10.997.502,53
Outras aplicações (CEDIC)	42.000.000,00	47.000.000,00
	44.619.635,52	58.007.432,35

Os montantes totais incluídos em "Outras Aplicações" referem-se a aplicações em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC).

A 31 de dezembro de 2024 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A demonstração de fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor reconhecido na demonstração de fluxos de caixa em "Outros recebimentos/pagamentos" inclui o montante de € 9,6 milhões referente a pedidos de reembolso de IVA pagos pela Autoridade Tributária no decurso do período.

Relatório e Contas

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 2024 e 2023 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2024							
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Ativos Fixos Tangíveis Em Curso	Total
Ativos								
Saldo Inicial	38.221.922,64	154.738.003,73	312.267.962,02	2.411.833,88	9.654.339,54	20.301.740,69	3.474.714,02	541.070.516,52
Aquisições	-	659.004,52	21.027.681,76	44.461,79	479.270,20	77.071,90	4.020.613,82	26.308.103,99
Alienações	-	-	-	-	-13.565,56	-	-	-13.565,56
Transferências	-	891.776,42	992.428,75	-	-	351.158,85	-3.079.564,02	-844 200,00
Abates	-	-	-2.913.600,25	-	-143.183,85	-12.642,94	-	-3.069.427,04
Revalorizações	419.895,00	4.134.423,17	-	-	-	-	-	4.554.318,17
Saldo	38.641.817,64	160.423.207,84	331.374.472,28	2.456.295,67	9.976.860,33	20.717.328,50	4.415.763,82	568.005.746,08
Saldo Inicial	-	132.428.191,80	225.135.500,27	2.051.159,58	8.634.092,69	17.757.299,57	-	386.006.243,91
Depreciações do exercício (Nota 23)	-	2.729.306,64	16.819.011,82	210.607,46	707.397,01	989.507,71	-	21.455.830,64
Alienações	-	-	-	-	-12.814,36	-	-	-12.814,36
Abates	-	-	-2.826.352,23	-	-142.929,05	-8.629,34	-	-2.977.910,62
Saldo	-	135.157.498,44	239.128.159,86	2.261.767,04	9.185.746,29	18.738.177,94	-	404.471.349,57
Ativos Líquidos	38.641.817,64	25.265.709,40	92.246.312,42	194.528,63	791.114,04	1.979.150,56	4.415.763,82	163.534.396,51

	2023							
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Ativos Fixos Tangíveis Em Curso	Total
Ativos								
Saldo Inicial	38.220.622,64	151.377.663,41	265.929.749,42	2.334.728,50	9.468.361,89	18.336.980,81	3.760.297,14	489.428.403,81
Aquisições	-	1.032.437,85	47.533.431,98	94.100,00	457.921,60	1.797.167,58	2.526.087,86	53.441.146,87
Alienações	-	-	-30.965,14	-16.994,62	-9.673,53	-	-	-57.633,29
Transferências	-	1.127.118,89	1.031.632,41	-	62.267,38	167.592,30	-2.811.670,98	-423.060,00
Abates	-	-	-2.195.886,65	-	-324.537,80	-	-	-2.520.424,45
Revalorizações	1.300,00	1.200.783,58	-	-	-	-	-	1.202.083,58
Saldo	38.221.922,64	154.738.003,73	312.267.962,02	2.411.833,88	9.654.339,54	20.301.740,69	3.474.714,02	541.070.516,52
Depreciações acumuladas								
Saldo Inicial	-	129.977.042,22	212.242.397,94	1.868.662,18	8.135.618,00	16.703.376,55	-	368.927.096,89
Depreciações do exercício (Nota 23)	-	2.451.149,58	15.118.838,50	199.492,02	829.193,73	1.053.923,02	-	19.652.596,85
Alienações	-	-	-30.965,14	-16.994,62	-8.084,21	-	-	-56.043,97
Abates	-	-	-2.194.771,03	-	-322.634,83	-	-	-2.517.405,86
Saldo	-	132.428.191,80	225.135.500,27	2.051.159,58	8.634.092,69	17.757.299,57	-	386.006.243,91
Ativos Líquidos	38.221.922,64	22.309.811,93	87.132.461,75	360.674,30	1.020.246,85	2.544.441,12	3.474.714,02	155.064.272,61

As aquisições registadas na rubrica de "Equipamento Básico", em 31 de dezembro de 2024, respeitam essencialmente a aquisições de novos elétricos e autocarros e a grandes reparações efetuadas nos veículos de serviço público.

O equipamento administrativo em poder de terceiros à data de 31 de dezembro de 2024 tem o valor líquido contabilístico de € 250,30 (€ 106,65 em 2023) e os edifícios e outras construções implantadas em propriedade alheia têm o valor líquido contabilístico de € 2.166.404,21 (€ 1.414.718,78 em 2023) e respeitam essencialmente às instalações da Empresa situadas na Pontinha e na Alta de Lisboa.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes, sendo registada uma quota integral no ano de aquisição e não sendo praticada qualquer quota no ano do abate se o bem ainda se encontrar em curso de depreciação durante a vida útil estimada.

As depreciações do exercício, no montante de € 21.455.830,64 (Nota 23) (€ 19.652.596,85 em 2023), foram registadas nas seguintes rubricas:

	2024	2023
Edifícios e Outras Construções	2.729.306,64	2.451.149,58
Equipamento Básico	16.819.011,82	15.118.838,50
Equipamento Transporte	210.607,46	199.492,02
Equipamento Administrativo	707.397,01	829.193,73
Outros Ativos Fixos Tangíveis	989.507,71	1.053.923,02
	21.455.830,64	19.652.596,85

O detalhe dos custos históricos de aquisição de ativos fixos tangíveis e correspondentes valores de revalorização em 31 de dezembro de 2024 e 2023, líquidos de depreciações e perdas por imparidade acumuladas, é o seguinte:

	2024		
	Custo Histórico	Excedente Revalorização (a)	Valor Revalorizado
Terrenos e Recursos Naturais	1.880.216,42	36.761.601,22	38.641.817,64
Edifícios e Outras Construções	7.909.030,54	17.356.678,86	25.265.709,40
Equipamento Básico	92.244.991,82	1.320,60	92.246.312,42
Equipamento Transporte	194.528,63	-	194.528,63
Equipamento Administrativo	791.114,04	-	791.114,04
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1.979.150,56	-	1.979.150,56
	104.999.032,01	54.119.600,68	159.118.632,69

(a) Inclui as reavaliações efetuadas ao abrigo de diplomas legais e reavaliações livres, efetuadas até 31/12/2024.

	2023		
	Custo Histórico	Excedente Revalorização (b)	Valor Revalorizado
Terrenos e Recursos Naturais	1.880.216,42	36.341.706,22	38.221.922,64
Edifícios e Outras Construções	7.518.160,91	14.791.651,02	22.309.811,93
Equipamento Básico	87.102.388,18	30.073,57	87.132.461,75
Equipamento Transporte	360.674,30	-	360.674,30
Equipamento Administrativo	1.020.246,85	-	1.020.246,85
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2.544.441,12	-	2.544.441,12
	100.426.127,78	51.163.430,81	151.589.558,59

(b) Inclui as reavaliações efetuadas ao abrigo de diplomas legais e reavaliações livres, efetuadas até 31/12/2023.

Não foi apurada qualquer perda por imparidade em qualquer dos períodos.

7. LOCAÇÕES

Locações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Empresa não mantinha quaisquer contratos de locação financeira.

Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Empresa era locatária em contratos de locação operacional relacionados com viaturas ligeiras.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 2024 e 2023 são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos não canceláveis	
	2024	**2023**
Até 1 ano	62.964,62	98.221,38
Entre 1 ano e 5 anos	99.815,56	13.419,93
	162.780,18	111.641,31

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é detalhado conforme se segue:

	Gasto do período	
	2024	**2023**
Pagamentos mínimos	197.094,78	163.528,80

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2024		
	Programas de computador	Ativos Intangíveis em curso	Total
Ativos			
Saldo Inicial	11.424.628,01	1.000.223,73	12.424.851,74
Aquisições	162.945,00	-	162.945,00
Alienações	-	-	-
Transferências e outras reclassificações	681.255,00	-681.255,00	-
Abates	-	-	-
Revalorizações	-	-	-
Saldo	12.268.828,01	318.968,73	12.587.796,74
Amortizações Acumuladas e Perdas por Imparidade			
Saldo Inicial	11.031.864,37	-	11.031.864,37
Amortizações do período (Nota 23)	484.355,26	-	484.355,26
Abates	-	-	-
Saldo	11.516.219,63	-	11.516.219,63
Ativos Líquidos	752.608,38	318.968,73	1.071.577,11

	2023		
	Programas de computador	Ativos Intangíveis em curso	Total
Ativos			
Saldo Inicial	10.855.202,77	969.655,32	11.824.858,09
Aquisições	146.365,24	30.568,41	176.933,65
Alienações	-	-	-
Transferências e outras reclassificações	423.060,00	-	423.060,00
Abates	-	-	-
Revalorizações	-	-	-
Saldo	11.424.628,01	1.000.223,73	12.424.851,74
Amortizações Acumuladas e Perdas por Imparidade			
Saldo Inicial	10.721.361,64	-	10.721.361,64
Amortizações do período (Nota 23)	310.502,73	-	310.502,73
Abates	-	-	-
Saldo	11.031.864,37	-	11.031.864,37
Ativos Líquidos	392.763,64	1.000.223,73	1.392.987,37

9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido na rubrica "Participações Financeiras – Método de Equivalência Patrimonial" foi o seguinte:

	2024	2023
Participações financeiras		
Saldo inicial	6.767.962,01	5.217.939,89
Variação - Método de equivalência patrimonial	967.243,33	1.550.022,12
Saldo final	7.735.205,34	6.767.962,01

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias e associadas:

	2024								
	Sede	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Saldo de Balanço	Proporção no Resultado
Subsidiárias:									
Carristur *(a)*	Lisboa	10.542.669,63	2.807.464,29	7.735.205,34	12.666.613,26	967.243,33	100,00	7.735.205,34	967.243,33
Empresas associadas:									
Publicarris - Publicidade na CCFL *(a)*	Amadora	2.148.876,00	2.848.833,00	-699.956,00	1.674.922,00	54.368,00	45,00	-	-
								7.735.205,34	967.243,33

(a) Valores baseados nas demonstrações financeiras não aprovadas em 31 de dezembro de 2024.

	2023								
	Sede	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Saldo de Balanço	Proporção no Resultado
Subsidiárias:									
Carristur *(b)*	Lisboa	9.876.789,00	3.108.826,99	6.767.962,01	13.917.245,51	1.517.207,48	100,00	6.767.962,01	1.550.022,12
Empresas associadas:									
Publicarris - Publicidade na CCFL *(b)*	Amadora	2.283.665,00	3.005.180,00	-721.515,00	1.521.002,00	35.521,00	45,00	-	-
								6.767.962,01	1.550.022,12

(b) Valores baseados nas demonstrações financeiras não aprovadas em 31 de dezembro de 2023.

10. IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando se verifiquem prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Empresa encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), aplicando uma taxa de 21% sobre a matéria coletável em 2024. Com a entrada em vigor da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2025, a taxa aplicável a partir de 2025 passou a ser de 20%.

Nos termos do artigo 88.º do código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributações autónomas sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no mencionado artigo.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é detalhado conforme se segue:

	2024	2023 (reexpresso)
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	17.608,82	2.295.244,74
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos decorrentes de reavaliações livres e legais efetuadas nos ativos fixos tangíveis	-345.677,53	-316.915,85
Impostos diferidos decorrentes de provisões	451.055,70	286.155,75
Gasto com impostos sobre o rendimento	122.986,99	2.264.484,64

	2024	2023 (reexpresso)
Resultado antes de impostos	673.502,90	5.665.904,61
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa de 22,5%	151.538,15	1.274.828,54
Tributações autónomas	17.608,82	11.505,53
Reporte de prejuízos fiscais	-151.538,15	-
Dif. referente a diferimento OSP	-	1.283.325,97
Diferenças permanentes	-	-530.095,16
Derrama Estadual	-	255.679,86
Diferenças temporárias:		
Impostos diferidos decorrentes de reavaliações livres e legais efetuadas nos ativos fixos tangíveis (depreciação)	-345.677,53	-316.915,85
Impostos diferidos decorrentes de provisões	451.055,70	286.155,75
Gasto com impostos sobre o rendimento	122.986,99	2.264.484,64

Impostos diferidos

No que respeita às reavaliações efetuadas sobre os terrenos, e para efeitos do cálculo e registo do correspondente passivo por imposto diferido, foi considerada a base fiscal atualizada por coeficientes de atualização monetária dos terrenos reportada a 31 de dezembro de 2024, tendo-se utilizado para o efeito uma taxa agregada de imposto de 21,5%.

No cálculo efetuado relativamente aos ativos objetos de reavaliações legais, considerou-se o efeito da não dedução fiscal de 40% das reavaliações efetuadas, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 118-B/86.

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Passivos por impostos diferidos	
	2024	**2023 (reexpresso)**
Saldo inicial	10.336.379,49	10.476.689,99
Efeito em resultados:		
Diferenças derivadas de mensurações de justo valor:		
Reavaliações livres de terrenos e edifícios	-336.406,97	-307.592,16
Diferenças entre a base fiscal e a base contabilística de ativos fixos tangíveis registados no custo considerado à data de transição (que foram objeto de reavaliações legais)	-9.270,56	-9.323,69
	-345.677,53	-316.915,85
Efeito em reservas e capital próprio:		
Diferenças derivadas de mensurações de justo valor:		
Reavaliações livres de terrenos e edifícios	482.547,37	176.605,35
	482.547,37	176.605,35
Saldo final	10.473.249,33	10.336.379,49

A empresa optou por não reconhecer quaisquer ativos por impostos diferidos, nomeadamente relacionados com benefícios pós emprego, provisões e prejuízos fiscais, por não possuir garantia de vir a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos referidos gastos na obtenção de um benefício económico futuro (poupança fiscal).

11. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica "Outros Investimentos Financeiros" apresentava a seguinte composição:

	2024	2023
Não correntes:		
Títulos da dívida pública depositados em Instituições de Crédito	338.596,85	417.967,78
Títulos da dívida pública em carteira	10.250,55	11.879,23
Depósitos em numerário à ordem do Juiz	723.063,18	792.720,23
Perdas por imparidades de outros investimentos financeiros	-	-54.666,71
	1.071.910,58	1.167.900,53
Fundo de compensação do trabalho (FCT)	376.960,33	376.960,33
Participações financeiras – método do custo	15.000,00	15.000,00
	1.463.870,91	1.559.860,86

Em 2024, o montante de € 1.071.910,58 (€ 1.167.900,53 em 2023) respeita a títulos da dívida pública detidos pela Empresa e a depósitos em numerário à ordem do Juiz para garantir pensões de acidentes de trabalho, de que a Empresa foi auto-seguradora, até 8 de janeiro de 1999.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor de € 15.000,00 em "Participações financeiras" refere-se à participação na Empresa OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, SA.

12. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2024			2023		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	70.883,08	-	70.883,08	72.265,08	-	72.265,08
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4.652.649,86	18.092,98	4.634.556,88	2.093.619,92	18.092,98	2.075.526,94
	4.723.532,94	18.092,98	4.705.439,96	2.165.885,00	18.092,98	2.147.792,02

O aumento dos Inventários face a 2023 resulta da integração da atividade da CARRISBUS na CARRIS, com a consequente aquisição dos inventários para assegurar a continuidade da atividade de manutenção na CARRIS.

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 detalha-se conforme se segue:

	2024		
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	72.265,08	2.093.619,92	2.165.885,00
Compras	14.455,11	19.312.343,62	19.326.798,73
Regularizações	-1.582,62	-	-1.582,62
Saldo final	70.883,08	4.652.649,86	4.723.532,94
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	14.254,49	16.753.313,68	16.767.568,17

	2023		
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	72.116,14	1.830.792,47	1.902.908,61
Compras	13.019,58	17.929.802,29	17.942.821,87
Regularizações	-961,19	-46.453,01	-47.414,20
Saldo final	72.265,08	2.093.619,92	2.165.885,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11.909,45	17.620.521,83	17.632.431,28

Perdas por imparidade

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 encontram-se registadas perdas por imparidade acumuladas de inventários no montante de € 18.092,98.

13. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

As categorias de ativos financeiros correntes em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são detalhadas conforme se segue:

ATIVOS FINANCEIROS	2024			2023		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Ativos financeiros ao custo amortizado menos perdas por imparidade:						
Clientes	1.961.148,70	-	1.961.148,70	3.384.418,94	-	3.384.418,94
Outros créditos a receber	16.997.745,77	84.074,29	16.913.671,48	10.028.687,24	84.074,29	9.944.612,95
	18.958.894,47	84.074,29	18.874.820,18	13.413.106,18	84.074,29	13.329.031,89

A rubrica "Outros Créditos a Receber", à data de 31 de dezembro de 2024 e 2023, inclui as seguintes verbas:

	2024	2023
Compensações PART	-	1.877.489,92
Operadores de transportes	3.576.397,66	3.309.583,90
Vendas de dezembro	629.844,97	656.258,11
Subsídios por receber	8.660.019,85	2.545.084,92
Pagamentos por conta CML	2.309.211,64	-
Outros	1.822.271,65	1.640.270,39
	16.997.745,77	10.028.687,24

O saldo da rubrica "Pagamentos por conta – CML" regista os montantes recebidos no período por conta das compensações de serviço público, deduzidos dos valores em dívida relativos às compensações de serviço público apuradas. Em 31 de dezembro de 2024, o valor de € 2.309.211,64 refere-se à COSP Tarifária de 2024 (Nota 20), que se encontra por receber.

14. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital Social:

Em 31 de dezembro de 2024 o Capital subscrito e realizado da Empresa corresponde a 15.734.800 ações ordinárias nominativas com o valor nominal de € 5,00 cada, sendo detido a 100% pelo Município de Lisboa.

Por deliberação do seu Acionista, datada de 2 de maio de 2024, o Resultado Líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi transferido para Resultados Transitados.

Excedentes de Revalorização:

O movimento na rubrica de "Excedentes de Revalorização" no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi conforme se segue:

	Excedente de revalorização ativos fixos tangíveis
Saldo no início do período	40.827.051,32
Revalorizações do período (Nota 6)	4.554.318,17
Realização de reservas	-1.495.142,07
Impostos diferidos (Nota 10)	-136.869,84
Saldo no final do período	43.749.357,58

A Empresa procedeu em anos anteriores à revalorização dos seus ativos fixos ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- *Decreto-Lei n.º 430/78, de 27 de dezembro*
- *Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de junho*
- *Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de dezembro*
- *Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de maio*
- *Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de abril*
- *Decreto-Lei n.º 49/91 de 25 de janeiro*
- *Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de novembro*
- *Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de fevereiro.*

Como resultado das revalorizações efetuadas (as quais fazem parte integrante do custo considerado dos bens sobre os quais incidiram estas reavaliações), as depreciações do exercício findo em 2024 foram aumentadas em € 103.006,23. Deste montante, 40% não é aceite como custo para efeitos de

determinação da matéria coletável em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

Subsídios do Governo:

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no Capital Próprio, na rubrica de "Outras variações no capital próprio", sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam. Em 2024, este montante ascendeu a € 25.385.009,90 e diz respeito, sobretudo, à comparticipação da recente aquisição de elétricos.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, e considerando a nota 2.3, a Empresa registou os valores relacionados com subsídios:

	2024	2023
Subsídios relacionados com ativos:		
Montante atribuído no ano (1)	25 385 009,90	2 317 073,82
Rédito do período	-3 363 479,60	-1 832 718,48
Ajustamento de subsídios	-4 406 412,69	-132 555,90
	17 615 117,61	351 799,44
Subsídio COSP:		
Montante atribuído no ano (2)	33 055 395,00	17 728 802,15
Rédito do período	-15 063 036,85	-12 025 131,18
Ajustamento de subsídios	-6 317 253,26	-
	11 675 104,89	5 703 670,97
Variação no Capital Próprio	29 290 222,50	6 055 470,41

´(1) O montante de € 2.317.073,82 atribuído em 2023 inclui o valor de € 1.800.000,00 recebido em 2024

´(2) Os montantes atribuidos em 2024 e 2023 diferem dos montantes recebidos (nota 28), uma vez que parte foi recebido, a titulo de adiantamento, em 2023 e 2022 respetivamente.

Distribuição de dividendos:

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do Capital Próprio, incluindo os da sua aplicação através do Resultado Líquido do período, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos acionistas/sócios quando os elementos

ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis e intangíveis.

15. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

A evolução das provisões nos períodos findos em 2024 e 2023 é detalhada conforme se segue:

	2024				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	1.698.084,27	522.780,79	760.752,15	-	1.460.112,91
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	591.938,12	-	7.174,88	-	584.763,24
Outras provisões	2.545.931,51	1.763.422,70	576.034,01	-	3.733.320,20
	4.835.953,90	2.286.203,49	1.343.961,04	-	5.778.196,35

	2023				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	1.056.048,95	1.172.170,22	480.061,25	50.073,65	1.698.084,27
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	648.220,84	-	56.282,72	-	591.938,12
Outras provisões	3.857.228,28	876.132,90	2.187.429,67	-	2.545.931,51
	5.561.498,07	2.048.303,12	2.723.773,64	50.073,65	4.835.953,90

As variações registadas, em 2024, na rubrica de Provisões decorrem essencialmente:

- Do desfecho dos processos judiciais em curso (que originou uma diminuição do saldo das Provisões constituídas para processos judiciais em curso na ordem dos € 0,2 milhões);
- Da avaliação atuarial das responsabilidades com pensões de acidentes de trabalho, de que a Empresa foi autosseguradora até 8 de janeiro de 1999 (que originou uma pequena diminuição das provisões constituídas para acidentes de trabalho e doenças profissionais);
- Da necessidade de provisionar outras contingências, nomeadamente decorrentes de sinistros rodoviários, participação financeira na Publicarris e responsabilidades decorrentes da liquidação de proporcionais de férias e subsídio de férias relativos ao trabalho suplementar e atividades complementares de anos anteriores (que originou um reforço das outras provisões constituídas na ordem dos € 1,2 milhões).

16. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

	2024	2023
Fornecedores:		
Fornecedores c/c	8.590.360,57	6.217.413,14
Faturas em receção e conferência	2.185.985,53	1.573.120,77
Fornecedores de Investimento	1.027.635,34	20.758.812,00
	11.803.981,44	28.549.345,91

A variação da rúbrica "Fornecedores de Investimento" encontra-se relacionada com as aquisições de novos elétricos e autocarros em 2023 (Nota 6).

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de "Outras Dívidas a Pagar" apresentava a seguinte composição:

	2024	2023 (reexpresso)
Outras dívidas a pagar:		
Remunerações a liquidar	13.908.134,71	12.381.968,67
Outros credores por acréscimos de gastos	1.733.191,43	1.277.172,01
Outros credores	641.965,85	597.906,04
Pagamentos por conta – CML	-	36.939.798,84
Pagamentos por conta – TML Gratuitidade	914.259,55	426.984,67
Compensação Navegante	7.633.029,57	-
Ajustamentos em subsídios	12.759.926,96	2.036.261,01
Acionistas/sócios	10.157,67	10.157,67
	37.600.665,74	53.670.248,91

A rubrica "Pagamentos por conta – TML Gratuitidade" inclui os montantes recebidos a titulo de pagamentos por conta no âmbito do acordo sobre a implementação de transporte coletivo gratuito no Município de Lisboa, para jovens e maiores de 65 anos, com domicilio fiscal em Lisboa.

17. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as rubricas de "Estado e Outros Entes Públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
Pagamentos por conta	1.759.814,42			-664.805,36
Estimativa de imposto (Nota 10)	-17.608,82			2.295.244,74
Retenções na Fonte	232.322,65			-267.560,83
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		455.277,67		524.106,08
Imposto sobre o Valor Acrescentado	2.742.045,00		4.662.556,54	
Contribuições para a Segurança Social		1.415.675,25		1.108.010,25
Outros impostos		24.981,77		24.471,35
	4.716.573,25	1.895.934,69	4.662.556,54	3.019.466,23

Em 31 de dezembro de 2024 o montante inscrito na rubrica "Imposto sobre o Valor Acrescentado" refere-se a pedidos de reembolso solicitados para os meses de outubro a dezembro de 2024.

18. DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as rubricas do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam os seguintes saldos:

	2024	2023
Diferimentos	1.255.830,81	1.119.075,27

O montante inscrito nestas rubricas refere-se sobretudo ao diferimento do rendimento com as vendas de títulos de transporte, nomeadamente passes, cuja utilização ocorrerá no mês seguinte.

19. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Benefícios pós-emprego – planos de benefícios definidos

A Empresa assumiu, em data anterior à sua municipalização, o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice e invalidez e pensões de sobrevivência.

A avaliação atuarial do valor presente da obrigação de benefícios definidos foi efetuada com referência a 31 de dezembro de 2024 e 2023 pela empresa Actuariado. O valor presente da obrigação de benefícios definidos, o custo dos serviços correntes e dos serviços passados foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial atrás referida foram os seguintes:

	2024	2023
Idade normal de reforma	Variável	Variável
Pensões de reforma	Pagas 14 vezes ao ano	Pagas 14 vezes ao ano
Tábua de mortalidade	TV88/90 80%	TV88/90 80%
Tábua de invalidez	SR01 130%	SR01 130%
Tábua de Turnover	CARRIS	CARRIS
Taxa de desconto	3,50%	3,30%
Taxa de crescimento dos salários	5,50% (2025) 2,60% (após 2025)	4,80% (2024) 2,60% (após 2024)
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%

A entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 86-D/2016 de 30 de dezembro, alterado pela Lei n.º 107/2017 de 10 de novembro, veio proceder à transferência das responsabilidades relativas a complementos de pensões de reformados, pensionistas e trabalhadores no ativo à data de 31 de dezembro de 2016 para a Caixa Geral de Aposentações, conforme Decreto-Lei n.º 95/2017, de 10 de agosto.

O estudo atuarial para cálculo das responsabilidades com benefícios pós-emprego tem em conta as alterações decorrentes dos referidos diplomas legais, considerando que todas as variações estimadas nos benefícios pós-emprego decorrentes das alterações salariais verificadas após 31 dezembro 2016, bem como de novas admissões, são da responsabilidade da CARRIS.

O montante da responsabilidade associada aos planos de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é detalhado conforme se segue:

	2024	2023
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo:		
Trabalhadores no ativo	20.460.064,60	20.120.110,44
Reformados	5.987.700,87	4.094.921,09
	26.447.765,47	24.215.031,53

O detalhe da população abrangida pelo estudo atuarial de 2024 e 2023 é o seguinte:

População	2024	2023
Ativos	2504	2.541
Pensionistas	159	108

O montante registado como gasto, no período findo em 31 de dezembro de 2024, foi de € 2.417.054,24 (€ 2.000.638,27 em 2024) (Nota 22). Em 2024 foram ainda pagos complementos de reforma no montante de € 268.384,67 (€ 178.628,02 em 2023).

A evolução das responsabilidades da Empresa com pensões nos períodos de 2024 e 2023 tem a seguinte composição:

	2024	2023
Valor presente da obrigação no início do período	24.215.031,53	18.803.084,38
Custo dos serviços correntes	1.596.051,69	1.265.471,05
Pensões pagas	-268.384,67	-178.628,02
Custo dos juros	821.002,55	735.167,22
Ganhos e perdas atuariais	84.064,37	3.589.936,90
	26.447.765,47	24.215.031,53

20. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 2024 e 2023 é detalhado conforme se segue:

	2024		2023 Reexpresso	
Vendas e serviços prestados				
Venda de bens	63.228,14		64.294,17	
Prestação de serviços e compensações tarifárias	124.232.281,51	124.295.509,65	121.565.507,62	121.629.801,79
Subsídios (inclui compensações não tarifárias atribuídas pela CML)		30.570.357,32		30.791.692,93
		154.865.866,97		152.421.494,72

Prestação de Serviços e compensações tarifárias:

	2024	2023
Serviço Público:	76.104.015,94	77.943.980,40
Autocarros	59.289.556,93	62.479.291,81
Elétricos	12.966.537,11	11.703.304,30
Ascensores	2.440.094,06	2.685.453,08
Carmo	1.407.827,84	1.075.931,21
Compensações tarifárias:	46.017.960,74	41.170.550,10
Compensações 4_18/sub23 e Social+	14.179.281,94	2.652.470,42
PART Fixo	1.321.409,74	31.954.269,16
COSP Tarifária	2.309.211,64	2.643.019,37
Compensações Gratuitidade	2.660.559,24	3.405.517,56
Compensação Navegante	22.850.389,89	-
Compensação passe antigo combatente	2.697.108,29	515.273,59
Alugueres	510.465,41	520.096,99
Aluguer de espaços para publicidade	642.933,90	756.451,74
Cartões Títulos Transporte	746.278,76	895.594,80
Outras	210.626,76	278.833,59
	124.232.281,51	121.565.507,62

21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos" nos exercícios de 2024 e 2023 é detalhada conforme se segue:

	2024	2023
Manutenção e reparação autocarros	15.361.314,34	14.800.889,06
Manutenção e reparação elétricos	2.492.631,75	2.666.389,82
Outras manutenções e reparações	3.008.201,76	2.397.354,05
Gasóleo, gasolina, gás e lubrificantes	2.502.412,79	2.188.064,98
Licenciamento de software	2.022.926,47	2.003.550,93
Comissões a intermediários	653.600,00	1.080.344,51
Seguros	3.075.683,40	2.128.543,44
Auditoria, consultoria e honorários	2.972.509,39	2.778.335,00
Limpeza material circulante e outros	1.682.798,73	1.568.992,16
Aluguer de pneus	906.970,00	890.302,74
Eletricidade	2.611.098,12	1.909.520,79
Comunicação	965.327,83	1.011.729,27
Vigilância e segurança	1.092.677,17	1.034.702,49
Outros fornecimentos e serviços externos	2.422.240,22	2.030.890,04
	41.770.391,97	38.489.609,28

Os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos apresentaram um aumento de 8,5% face a 2023, destacando-se o contributo das rubricas de "Seguros", "Eletricidade", "Manutenção e reparação autocarros" e "Outras manutenções e reparações" para este efeito.

Os gastos com manutenção e reparação (de autocarros, elétricos e outros) representam cerca de 50% do total dos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos.

Devido a alteração do apuramento da receita, verificou-se em 2024, um decréscimo de custos associados a Comissões na ordem dos 40%.

22. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios de 2024 e 2023 é detalhada conforme se segue:

	2024	2023
Remunerações dos órgãos sociais	386.226,16	359.862,76
Remunerações do pessoal	71.334.660,91	66.893.081,74
Benefícios pós-emprego:		
Benefícios definidos (Nota 19)	2.417.054,24	2.000.638,27
Rescisões	50.000,00	250.000,00
Encargos sobre remunerações	16.811.793,54	15.719.714,41
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	873.374,56	961.862,42
Gastos de ação social	332.499,86	305.193,39
Outros	1.861.403,6	2.473.301,91
	94.067.012,87	88.963.654,90

A rubrica "Remunerações dos órgãos sociais" inclui, em 2024, o montante de € 354.726,16 referente a remunerações do Conselho de Administração (€ 328.362,76 em 2023). O remanescente refere-se a remunerações do Conselho Fiscal, eleito por deliberação datada de 12 de março de 2024.

Os Gastos com Pessoal registaram um acréscimo de 6% face ao período homólogo, que decorre essencialmente das atualizações salariais e de todas as indexações associadas, bem como do aumento do nível de horas de trabalho suplementar, traduzindo um avanço significativo na valorização dos índices salariais, reforçando o compromisso da Empresa com a melhoria das condições remuneratórias e a promoção de relações laborais equilibradas e sustentáveis.

O número de efetivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 era, respetivamente, de 2.504 e 2.541.

23. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

A decomposição da rubrica de "Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização" nos exercícios de 2024 e 2023 é conforme se segue:

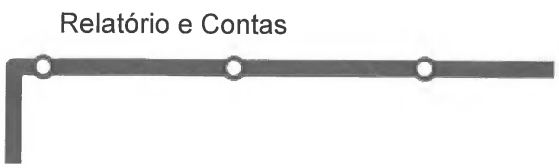
	2024	2023
Ativos Fixos Tangíveis (Nota 6)	21.455.830,64	19.652.596,85
Ativos Intangíveis (Nota 8)	484.355,26	310.502,73
	21.940.185,90	19.963.099,58

24. OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos" nos exercícios de 2024 e 2023 é conforme se segue:

	2024	2023 (reexpresso)
Rendimentos suplementares:		
Indemnizações	589.346,68	570.293,25
Rendas e cedência instalações	616.913,82	514.953,36
Outros rendimentos suplementares	216.960,71	292.847,70
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	21.634,84	29.445,98
Rendimentos em investimentos não financeiros	1.414,53	10.507,00
Reconhecimento de subsídios ao investimento (Nota 14)	3.363.479,60	1.832.718,48
Rendimento subsídios investimento - COSP	15.063.036,85	12.025.131,18
Outros	370.082,43	296.835,92
	20.242.869,46	15.572.732,87

A rubrica "Rendimentos nos restantes ativos financeiros" inclui, em 2024, o montante de € 3.943,58 referente a dividendos distribuídos pela empresa OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, SA relativos ao exercício de 2023.



A rubrica "Rendimento subsídios investimento – COSP" reflete o montante que foi considerado rendimento em 2024, decorrente da alteração da política contabilística descrita na nota 2.3.

25. OUTROS GASTOS

A composição da rubrica de "Outros gastos" nos exercícios de 2024 e 2023 é conforme se segue:

	2024	2023
Impostos e taxas	173.644,31	165.327,75
Gastos e perdas em investimentos financeiros	13.560,61	56.469,98
Gastos em investimentos não financeiros	92.008,95	3.871,15
Quotizações	101.601,91	61.445,92
Insuficiência de estimativa para impostos	13.895,03	857,22
Outros	396.264,01	443.798,39
	790.974,82	731.770,41

26. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos de financiamento reconhecidos em 2024 e 2023 foram os seguintes:

	2024	2023
Outros gastos de financiamento	-	42,98

Foram reconhecidos os seguintes juros e outros rendimentos similares em 2024 e 2023:

	2024	2023
Juros obtidos	582.000,83	972.325,30

27. PARTES RELACIONADAS

Durante o exercício de 2024 foram atribuídas remunerações aos membros do Conselho de Administração no montante de € 354.726,16 (€ 328.362,76 em 2023).

No âmbito do Plano de Atividades e Orçamento de 2024 (PAO 2024) estava consagrada a integração da atividade da Carrisbus.

No âmbito desta integração, e à data de 31 de dezembro de 2024, já se encontravam transferidas as atividades operacionais designadamente a transferência dos trabalhadores, dos equipamentos e dos contratos respeitantes à operação e que estejam em vigor.

Com esta transferência, os trabalhadores transmitidos mantiveram todos os direitos contratuais e adquiridos, conforme previsto no artigo 285.º n.º 3 do Código do Trabalho. Relativamente aos ativos fixos tangíveis e inventários propriedade da Carrisbus, os mesmos foram transmitidos através da figura de compra e venda. A transferência dos contratos ocorreu, na sua maioria, por cessão da posição contratual.

No decurso dos exercícios de 2024 e 2023 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	2024				
	Vendas de inventários	Serviços Prestados	Compras de inventários	Compras de ativos fixos	Serviços obtidos
Entidade que efetuou a operação:					
Subsidiárias					
Carristur – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.	9.864,23	763.068,79	1.404,00	380.000,00	708.296,17
Associadas					
Publicarris – Publicidade na CCFL, SA		837.385,90			
Outras partes relacionadas:					
Carrisbus – Manutenção, Reparação e Transportes, SA (a)	105.121,10	1.546.093,42	2.297.371,28	328.559,84	11.336.933,42
	114.985,33	3.146.548,11	2.298.775,28	708.559,84	12.045.229,59

(a) Empresa detida a 100% pela Carristur.

	2023				
	Vendas de inventários	Serviços Prestados	Compras de inventários	Compras de ativos fixos	Serviços obtidos
Entidade que efetuou a operação:					
Subsidiárias					
Carristur – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.	17.031,79	849.414,66	1.092,00	-	766.684,80
Associadas					
Publicarris – Publicidade na CCFL, SA		758.451,74			
Outras partes relacionadas:					
Carrisbus – Manutenção, Reparação e Transportes, SA (b)	96.576,02	1.710.291,01	12.600,00	40.540,00	11.442.174,47
	113.607,81	3.318.157,41	13.692,00	40.540,00	12.208.859,27

(b) Empresa detida a 100% pela Carristur.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2024		2023	
	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes
Subsidiárias:				
Carristur - Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.	380.798,29	709.173,94	859.097,12	1.018.132,26
Associadas:				
Publicarris – Publicidade na CCFL, SA	193.363,47	-	540.307,99	-
Outras partes relacionadas:				
Carrisbus - Manutenção, Reparação e Transportes, SA	98.278,16	3.618.482,89	141.402,45	981.237,95
	672.439,92	4.327.656,83	1.540.807,56	1.999.370,21

28. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DE ENTIDADES PÚBLICAS

Durante os exercícios de 2024 e 2023 a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios e outros apoios, e procedeu ao registo em rédito, conforme abaixo descrito:

	2024	
	Montante recebido	Rédito do período
CML - COSP não tarifária – 2023		
Exploração		28.921.066,39
Investimento (1)	22.393.643,18	15.063.036,85
CML - COSP tarifária – 2023	2.801.600,53	-
Compensações tarifárias	42.833.649,79	-
F.Ambiental (exploração)	1.518.300,00	1.518.300,00
Programas Nacionais (investimento) (2)	27.185.009,90	3.363.479,60
Outros		
Exploração	169.095,12	130.990,93
	96.901.298,52	48.996.873,77

	2023 (Reexpresso)	
	Montante recebido	Rédito do período
CML - COSP não tarifária – 2022		
Exploração	28.475.013,59	29.151.086,16
Investimento (1)	17.728.802,15	12.025.131,18
CML - COSP tarifária – 2022	2.156.936,96	-
Compensações tarifárias	39.416.054,99	-
F.Ambiental (exploração)	1.535.940,00	1.535.940,00
Programas Nacionais (investimento) (2)	517.073,82	1 832 718,48
Outros		
Exploração	118.123,97	104.666,77
	89.947.945,48	44.649.542,59

(1) Os montantes recebidos em 2024 e 2023 diferem dos montantes atribuidos (nota 14), uma vez que parte foi recebido, a titulo de adiantamento, em 2023 e 2022 respetivamente.

(2) Inclui o montante de €1.800.000 recebido em 2024, mas cuja atribuição está registada em 2023 (nota 14).

Em 2024, decorrente da alteração da política contabilística descrita na nota 2.3, a COSP passou a ser registada de modo distinto nas suas componentes de exploração e de investimento. Os valores constantes dos quadros anteriores refletem de forma detalhada, por tipologia de subsídio à exploração e investimento, nas colunas ´Rédito do período', os constantes das notas 14, 20 e 24. As colunas 'Montante recebido' reflete o detalhe constante da demonstração de fluxos de caixa para cada tipologia de subsídio.

Foram reconhecidos rendimentos no montante de € 1.518.300,00 decorrentes do apoio extraordinário e excecional ao setor dos transportes públicos de passageiros (6.ª Fase), criado a fim de mitigar os efeitos da subida dos preços do combustível, ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 153/2021 de 12 de novembro. Em 2023, este apoio foi de € 1.535.940,00.

Em 2024 e 2023 foram ainda reconhecidos os seguintes subsídios à exploração:

	2024	2023
Projeto Tangent	45.930,51	27.560,06
Projeto Trips	5.653,26	5.809,30
Projeto Upper	32.893,73	16.770,25
Projeto Safebus	9.349,82	20.800,80
EIT KIC	-	5.372,85
Urban Mobility	-	28.353,51
Projeto VoxPop	24.608,32	-
Projeto CSS Boost	5.910,09	-
Projeto eDREAMS	1.845,20	-
Projeto E-Med	4.800,00	-
	130.990,93	**104.666,77**

29. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas:

Contratualmente o Revisor Oficial de Contas tem direito a faturar € 33.000,00 relacionados com a revisão legal das contas de 2024. Durante o ano de 2024 foram faturados € 33.000,00 referentes ao período de 2023 e €11.000 referentes ao exercício de 2024.

Despesas originadas pelas estruturas representativas dos trabalhadores:

Para efeito do disposto no despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro, publicado na 2.ª série do D.R. n.º 151 de 3/7/80, as despesas originadas pelas estruturas representativas dos trabalhadores foram, nos exercícios de 2024 e 2023, as seguintes:

	2024	2023
Custo das Matérias Consumidas	12,89	343,96
Gastos com o Pessoal	570.291,31	680.277,68
Depreciações	299,65	176,32
	570.603,85	680.797,96

Houve, em média, onze trabalhadores afetos a tempo inteiro a estas estruturas em 2024 e 2023.

30. GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as garantias bancárias prestadas a favor de terceiros ascendiam a € 10.886,44 (€ 10.189,58 em 2023), como segue:

	2024	2023
Garantias a favor de várias entidades	10.886,44	10.189,58
	10.886,44	10.189,58

31. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

No âmbito do Plano de Atividades e Orçamento de 2024 (PAO 2024) estava consagrada a integração da atividade da CARRISBUS.

No decurso do exercicio de 2024 a tranferência da atividade foi operada com sucesso, prevendo-se que a curto prazo a CARRISBUS possa vir a ser liquidada e dissolvida.

32. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que os Resultados Líquidos do Exercício, no montante de € 550.515,91, sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

O Conselho de Administração

Presidente: Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Vice-Presidentes: Dr.ª Ana Cristina Pereira Coelho

Eng.ª Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Vogal não executivo: Arq.º Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho

O Contabilista Certificado

Dr. Jaime Aleno Soares de Melo

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO
& ASSOCIADOS, SROC, LDA.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 246.721.518,78 euros e um total de capital próprio de 151.465.894,95 euros, incluindo um resultado líquido de 550.515,91 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, S.A. em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Conforme referido na nota 2.2 do anexo, o contrato de concessão de serviço público de transporte coletivo de superfície de passageiros, celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa, tem, na sua redação, caraterísticas que resultam no seu enquadramento no âmbito de aplicação da IFRIC 12 "Acordos de Concessão de Serviço", sendo entendimento do Conselho de Administração da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, S.A. que a aplicação da IFRIC 12 não contribui para a apresentação de informação financeira útil para os utentes das suas demonstrações financeiras, pelo que, dessa forma, entendeu o Conselho de Administração da Entidade ser mais apropriado proceder à derrogação da aplicação da IFRIC 12, posição com a qual concordamos. Adicionalmente, os efeitos dessa derrogação encontram-se divulgados na referida nota 2.2 do anexo.

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Inscrita na O.R.O.C. com o n.º 197 • Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 20161495 • Capital social de 10.000 Euros • NIPC/VAT: 507 327 314 • C.R.C. Lisboa
Sede: Rua Julieta Ferrão, 12 - Sala 903 - Torre A • 1600 - 131 LISBOA • PORTUGAL • Tel. +351 217 910 703 • Fax. +351 217 910 685
Escritório: Avenida da República, Edifício Estoril Office – A4 - Escritório 27 – Piso 3 • 2649 - 517 ALCABIDECHE • PORTUGAL
Tel. +351 219 242 943 • Fax. +351 219 242 944
www.rrmr-sroc.pt

Conforme divulgado na nota 4.1 do anexo, de acordo com o Aditamento à segunda alteração ao contrato de concessão de serviço público de transporte coletivo de superfície de passageiros, celebrado em 20 de setembro de 2018, com a Câmara Municipal de Lisboa, não tendo o Concedente manifestado oposição à manutenção da concessão, através de deliberação pelos Órgãos competentes, até 31 de dezembro de 2022, o prazo de concessão encontra-se prorrogado por cinco anos, isto é, até 31 de dezembro de 2028. No entanto, este Aditamento não prevê a prorrogação da concessão para além daquela data. Assim, sem prejuízo desta situação, o Conselho de Administração considera que não está em causa a continuidade da Entidade.

Conforme divulgado na nota 2.3 do anexo, a Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, S.A. reexpressou as rubricas de resultados transitados, ajustamentos/outras variações do capital próprio, passivos por impostos diferidos, subsídios à exploração, outros rendimentos e imposto sobre o rendimento do período, com referência a 31 de dezembro de 2023, em virtude da alteração, em 2024, (i) da política contabilística de reconhecimento da compensação financeira pelo cumprimento de obrigações de serviço público (COSP), a qual se traduziu na diferenciação do tratamento contabilístico da "componente de operação" da "componente de investimento" e (ii) do ajustamento do reconhecimento dos impostos sobre os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciáveis.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão e, se aplicável, do relatório de governo societário nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

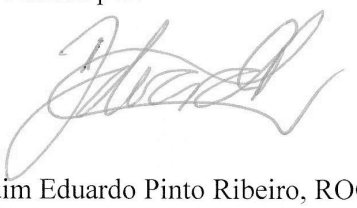
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 07 de março de 2025

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por:



Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro, ROC nº 1015
Registado na CMVM com o nº 20160630

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal da COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, LM., S.A. sobre os documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2024

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal (CF) emite o presente Relatório e Parecer sobre os documentos de prestação de contas da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, LM., S.A. (a Entidade ou CARRIS), referentes ao fecho do exercício de 2024, apresentadas pelo Conselho de Administração (CA) com reporte à data de 31.12.2024.

No exercício das suas tarefas de fiscalização e vigilância com respeito ao ano de 2024 e após a sua entrada em funções em Maio de 2024, este CF teve oportunidade de reunir regularmente com os membros do CA e da Direcção Financeira da CARRIS, bem como com os seus Auditores externos e Revisores, e portanto, de acompanhar a par e passo e de perto o bom e adequado desempenho social e financeiro da empresa, v.g., à luz do Contrato de Concessão em aplicação.

Relativamente às contas do fecho do exercício de 2024, o CF examinou as respectivas demonstrações financeiras apresentadas pelo CA, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de € 246 721 519 euros e um total de capital próprio de € 151 465 895 euros, incluindo um resultado líquido do exercício de € 550 516 euros), a Demonstração dos Resultados e o Anexo às demonstrações financeiras, e ainda, o Relatório de Execução do Plano de Actividades e Orçamento (PAO) da CARRIS com referência ao 4.º trimestre de 2024 (datado de 10.03.2025).

Com respeito às opções contabilísticas mais importantes implementadas no exercício pelo CA, o CF teve oportunidade de examinar e ponderar o relatório de auditoria emitido pelos Auditores externos da empresa (RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA), a certificação legal de contas emitida pela sociedade Revisora (BDO), respectivamente, datados de 07.03.2025 e 14.03.2025, e bem assim, um projecto de relatório da Deloitte das conclusões preliminares da análise contabilística da alteração de metodologia de reconhecimento da compensação pelo Cumprimento das Obrigações de Serviço Público (COSP), de Março de 2025.

Para o efeito, e para assegurar uma maior transparência e exactidão das contas (o que se assinala positivamente), na esteira da precedente revogação da aplicação da IFRIC 12 (conforme o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com a republicação dada pelo Decreto Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho), porque distorcia a apresentação das suas demonstrações financeiras, conforme evidenciado na nota 2.3 do mesmo Anexo àquelas, o CA propôs neste exercício a alteração da política contabilística do reconhecimento da **Compensação Financeira pelo Cumprimento de Obrigações de Serviço Público (COSP)**, tal como definida no contrato de concessão de serviço público de transporte coletivo de superfície de passageiros..

Com efeito, o CA da CARRIS tinha vindo a reconhecer desde 2017 os pagamentos da compensação da COSP como um rendimento no exercício em que a compensação era recebida, não tendo em conta no reconhecimento contabilístico dessa compensação as diferentes naturezas das obrigações de serviço público que a mesma visava compensar, ou seja, a componente relativa aos rendimentos e gastos da empresa e uma outra relativa ao investimento e variação de capital circulante.

Donde resultava a referida distorção dos resultados anuais da CARRIS (artificialmente muito maiores), por se registar a totalidade do rendimento da COSP como um ganho enquanto os gastos associados à componente de investimento, i.e., ao investimento em activos fixos, apenas seriam imputados a esses mesmos resultados ao longo da vida útil do activo.

Assim, o CA entendeu separar o valor da COSP NÃO TARIFÁRIA em duas componentes (uma de exploração e outra do investimento realizado para cumprimento das obrigações de serviço público), opção esta devidamente justificada (com reexpressão das contas de 2023).

O Conselho Fiscal exerceu as suas competências em conformidade com as normas legalmente estabelecidas aplicáveis e com observação dos deveres de cuidado e de diligência profissional, sem descurar os da lealdade institucional e orgânica, no melhor interesse da Entidade e da sua total credibilidade e reputação internas e externas.

Na sua actividade de fiscalização no presente exercício, o CF não tomou conhecimento de quaisquer factos ou irregularidades praticados pelo CA que fossem reveladores da prática de ilícitos ou da existência de contingências ou dificuldades que,

pela sua gravidade, impeçam a prossecução do objeto da empresa nos moldes habituais no quadro das atribuições e competências legais que lhe cabem como concessionária do serviço público de transporte coletivo de passageiros à superfície na cidade de Lisboa, bem pelo contrário, sendo de assinalar uma expressiva redução do Passivo em 2024, de 31 milhões de euros, face ao exercício de 2023 reexpresso (cf. nota 6.3.3 ao Anexo à Demonstração de Resultados.)

O Conselho Fiscal considera que os diversos documentos apresentados e examinados permitem uma adequada compreensão da atividade desenvolvida pela CARRIS no exercício de 2024, designadamente, com respeito à evolução dos negócios, ao seu desempenho económico-financeiro no período e à sua permanente sustentabilidade estrutural, bem como com respeito à execução corrente do plano de investimentos.

Tendo analisado todos os temas materialmente relevantes para a leitura e interpretação das contas da CARRIS a 31 de Dezembro de 2024, sobretudo os ênfases constantes dos supracitados relatórios da sociedade ROC e do Auditor Externo com respeito ao entendimento e opções metodológica devidamente justificadas do CA.

PARECER: Em consequência, dado todo o exposto, o CF considera que todos os citados documentos apresentados pelo CA cumprem os requisitos legais e regulamentares estabelecidos e que as demonstrações financeiras em apreço são adequadas à compreensão da situação patrimonial da Entidade em 31.12.2024, pelo que o seu parecer é favorável à aprovação pela Assembleia-Geral da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M. S.A., do Relatório e Contas do Exercício de 2024, reportados à data de 31.12.2024.

Lisboa, 14 de Março de 2025

BDO

Tel: +351 217 990 420
Fax: +351 217 990 439
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 10º
1069-211 Lisboa

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA (Carris ou Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 246 721 519 euros e um total de capital próprio de 151 465 895 euros, incluindo um resultado líquido de 550 516 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Carris nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Conforme referido na nota 2.2 do anexo, o contrato de concessão de serviço público de transporte coletivo de superfície de passageiros, celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa (CML), tem, na sua redação, caraterísticas que resultam no seu enquadramento no âmbito de aplicação da IFRIC 12 "Acordos de Concessão de Serviço", sendo entendimento do Conselho de Administração da Carris que a aplicação da IFRIC 12 não contribui para a apresentação de informação financeira útil para os utentes das suas demonstrações financeiras, pelo que, dessa forma, entendeu o Conselho de Administração da Carris ser mais apropriado proceder à derrogação da aplicação da IFRIC 12, encontrando-se os efeitos dessa derrogação divulgados na referida nota 2.2 do anexo.

BDO & Associados, SROC, Lda., Sociedade por quotas, Sede Av. da República, 50 - 10º, 1069-211 Lisboa, Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, NIPC 501 340 467, Capital 100 000 euros. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita na OROC sob o número 29 e na CMVM sob o número 20161384.
A BDO & Associados, SROC, Lda., sociedade por quotas registada em Portugal, é membro da BDO International Limited, sociedade inglesa limitada por garantia, e faz parte da rede internacional BDO de firmas independentes.

BDO

Conforme evidenciado na nota 2.3 do anexo às demonstrações financeiras, a Empresa alterou em 2024 a política contabilística de reconhecimento da compensação financeira pelo cumprimento de obrigações de serviço público (COSP) definida no já referido contrato de concessão de serviço público de transporte coletivo de superfície de passageiros, segregando o valor da COSP não tarifária em duas componentes (de exploração e de investimento), justificado pelo aumento significativo da componente de investimento. Assim e conforme previsto nas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística, a Empresa procedeu à aplicação retrospetiva dessa nova política contabilística, estando evidenciados, na nota 2.3 do anexo às demonstrações financeiras, os principais efeitos dessa aplicação retrospetiva relativamente ao balanço em 31 de dezembro de 2023 e à demonstração dos resultados por naturezas relativa ao ano findo naquela data.

As demonstrações financeiras mencionadas no primeiro parágrafo da secção "Opinião" referem-se apenas à atividade da Empresa a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor, conforme evidenciado na nota 1 do anexo às demonstrações financeiras. Nas presentes demonstrações financeiras, as participações financeiras em subsidiárias e associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial, conforme referido na nota 4.2.5 do anexo.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

(i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Carris de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
(ii) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
(iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
(iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
(v) avaliação da capacidade da Carris de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Carris.

BDO

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

(i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

(ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Carris;

(iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

(iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Carris para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Carris descontinue as suas atividades;

(v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

BDO

(vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

(vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

(viii) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Empresa, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 14 de março de 2025

Rui Carlos Lourenço Helena,
(ROC n.º 923, inscrito na CMVM sob o n.º 20160541)
em representação de BDO & Associados - SROC

- *Deliberação n.º 179/CM/2025* (Proposta n.º 179/2025) - Subscrita pelo Sr. Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia:

Apreciação do Relatório e Contas de 2024 da EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E. M., S. A.

Pelouro: Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia.
Serviços: DMM / DMF.

Considerando que:

1 - As empresas do setor empresarial local regem-se pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAELPL), pela Lei Comercial, pelos respetivos Estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do Setor Empresarial do Estado, sem prejuízo das normas imperativas neste previstas, de acordo com o disposto no artigo 21.º daquela Lei;

2 - O n.º 1 do artigo 40.º do RJAELPL determina que «*As empresas devem apresentar resultados anuais equilibrados*» e, o n.º 2 do mesmo artigo, dispõe que «*...no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa*»;

3 - O n.º 3 do mesmo artigo estipula que «*Os sócios de direito público preveem nos seus orçamentos anuais o montante previsional necessário à cobertura dos resultados líquidos antes de impostos, na proporção da respetiva participação social*». Por sua vez, o n.º 4 estabelece que «*No caso de o orçamento anual do ano em causa não conter verba suficiente para a cobertura dos prejuízos (...), os sócios de direito público deverão proceder a uma alteração ou revisão do mesmo, por forma a contemplar o montante necessário, e proceder à sua transferência no mês seguinte à apreciação das contas da empresa local (...).*»;

4 - Para efeitos do limite legal de endividamento, a dívida total do município inclui a das empresas locais, na proporção da respetiva participação no capital social, nos termos da alínea *c)* do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro [Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI)], sempre que se verifique o incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 46.º do RJAELPL;

5 - A EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E. M, S. A., doravante designada por EMEL, é uma empresa coletiva de direito privado, sob a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, de responsabilidade limitada, com natureza municipal, que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial;

6 - A EMEL, é uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral, tendo por objeto a intervenção na gestão e operação do sistema de apoio à mobilidade urbana, estacionamento e serviços associados, nomeadamente a construção e operação de infraestruturas de apoio à mobilidade pedonal, sistemas de mobilidade elétrica e produtos partilhados de mobilidade;

7 - Nos termos do artigo 23.º dos seus Estatutos, a gestão da EMEL deve articular-se com os objetivos prosseguidos pelo Município de Lisboa, respeitando as orientações estratégicas aprovadas pela Câmara Municipal de Lisboa, visando o cumprimento do seu objeto social e assegurando a sua viabilidade económica e o equilíbrio financeiro;

8 - Em cumprimento do artigo 27.º dos seus estatutos - Deveres Especiais de Informação - o Conselho de Administração da EMEL remeteu o Relatório e Contas de 2024, acompanhado do Parecer do Fiscal Único e da Certificação Legal de Contas, emitida pela Grant Thornton & Associados - SROC, Ltd.ª, documentos que se anexam como parte integrante da presente Proposta;

9 - Da certificação legal das contas consta a seguinte reserva, que se transcreve: «*Na sequência de uma ação de fiscalização efetuada pela Autoridade Tributária e Aduaneira, esta entidade conclui pela não dedutibilidade fiscal da variação patrimonial negativa reconhecida pela EMEL no exercício de 2015, no montante de 6836 137 euros, tendo procedido à emissão de uma liquidação adicional de imposto e respetivos juros compensatórios em 23 de agosto de 2017, no valor global de 935 689,50 euros. Por discordar da conclusão do referido relatório, o Conselho de Administração procedeu à sua contestação nos termos admitidos pela legislação fiscal. Sem abdicar da Reclamação Graciosa entretanto apresentada, a EMEL refletiu aquele montante como gasto nas demostrações financeiras de 2017 e efetuou o seu pagamento em 28 de fevereiro de 2018. Em 14 de junho de 2018, no seguimento da submissão da declaração modelo 22, relativa ao exercício de 2017, a Autoridade Tributária comunicou à EMEL que esta não dispunha de prejuízos fiscais reportáveis, situação que originou o registo de um gasto de 447 759 euros, respeitante a insuficiência de estimativa de IRC. Nestas circunstâncias, não é ainda possível quantificar o efeito que o desfecho deste processo poderá vir a ter nas contas apresentadas, incluindo o eventual desreconhecimento dos ativos por impostos diferidos (71 134 euros), associados a esta situação.*»;

10 - Na Certificação Legal de Contas encontra-se exarada a seguinte opinião, que se transcreve: «*(...) exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E. M., S. A., em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.*»;

11 - O Fiscal Único emitiu parecer no qual declara: «*Face ao exposto, somos de parecer que, exceto quanto aos possíveis efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita na secção "Bases para a opinião com reservas" da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras suprarreferidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, para efeitos de apreciação em Assembleia-geral de Acionistas*»;

12 - A EMEL, apresenta um Resultado Antes de Impostos (RAI) positivo, não se encontrando, por isso, sujeita ao disposto no n.º 2 do artigo 40.º do RJAELPL, conforme evidenciado na Demonstração de Resultados do Relatório e Contas de 2024;
13 - A EMEL, em 31 de dezembro de 2024, apresenta um valor de capitais próprios positivo, igual ou superior a 50 % do capital social, conforme evidenciado no Balanço do Relatório e Contas de 2024, encontrando-se, assim, em situação de equilíbrio nos termos do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 25.º, do n.º 2 do artigo 26.º e da alínea *d)* do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto; do n.º 1 do artigo 62.º, aplicável por força do artigo 4.º, ambos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro; das alíneas *oo)* e *ccc)* do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais); dos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais; e ainda do n.º 2 do artigo 8.º, da alínea *d)* do artigo 27.º, e dos artigos 33.º e 36.º dos Estatutos da EMEL:

1 - Aprovar o Relatório e Contas do exercício de 2024 da EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E. M., S. A., incluindo os seguintes documentos, que se anexam e fazem parte integrante da presente proposta:

a) Relatório de Gestão do Conselho de Administração;
b) Demonstrações Financeiras;
c) Certificação Legal das Contas, com opinião com reservas;
d) Parecer do Fiscal Único;
e) Proposta de aplicação de resultados (pág. 128 do Relatório e Contas).

2 - Mandatar o Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia - representante do Município de Lisboa na Assembleia-geral da EMEL - para votar favoravelmente os referidos documentos, nos termos da presente proposta.

[Aprovada por maioria, com 7 votos a favor (3 PPD/PSD, 3 CDS/PP e 1 Ind. NTL), 6 votos contra (2 PCP, 1 BE, 1 Ver. Paula Marques, 1 Ver. Floresbela Pinto e 1 Ver. Rui Franco) e 4 abstenções (3 PS e 1 L).]

30 anos
emel
RELATÓRIO
E CONTAS
2024

Índice

Mensagem do Conselho de Administração .....

Sumário Executivo .....

Via Pública .....

Fiscalização .....

Residentes .....

Estacionamento em Parques .....

GIRA .....

Inovação .....

Recursos Humanos .....

Investimento .....

Órgãos Sociais .....

1. 30 anos de EMEL .....

2. Estacionamento .....

2.1. Via Pública .....

2.1.1. Atividades de suporte .....

Fiscalização .....

Contraordenações .....

2.1.2. Outras atividades de suporte .....

Sinalização .....

Meios de pagamento .....

Apoio ao cliente .....

2.2. Residentes .....

2.3. Parques .....

3. Mobilidade .....

3.1. Mobilidade Ciclável .....

3.1.1. Ciclovias .....

3.1.2. GIRA .....

3.2. Meios Mecânicos .....
3.3. Mobilidade Elétrica .....
3.4. Gestão da Rede Semafórica.....
4. Inovação .....
4.1. Sistemas de Informação.....
5. Comunicação.....
6. Recursos Humanos .....
6.1. Caracterização dos Recursos humanos .....
6.2. Academia EMEL.....
6.2.1. Pela Cidade Fora .....
7. Estrutura EMEL.....
8. Análise Económica.....
8.1. Investimento .....
8.2. Rendimentos.....
8.3. Analise Integrada.....
9. Factos Relevantes .....
10. Perspetivas Futuras .....
11. Proposta de Aplicação dos Resultados.....

Índice de Tabelas

Tabela 2-1 Novos lugares abertos em ZEDL já em exploração em 2024 .....
Tabela 2-2 Total de lugares em exploração por freguesia .....
Tabela 2-3 Síntese dos lugares disponíveis para estacionamento nas ZEDL 2023-2024 .....
Tabela 2-4 Lugares Geridos pela EMEL ao Abrigo de Contratos de Exploração 2023 - 2024 .....
Tabela 2-5 Evolução do número de lugares em ZAAC 2023-2024 .....

Tabela 2-6 Evolução dos lugares disponíveis por coroa tarifária 2023-2024.....

Tabela 2-7 Evolução do Volume de Operações de Fiscalização 2020 - 2024.....

Tabela 2-8 Número de Lugares Repintados por ZEDL.....

Tabela 2-9 Número de Parquímetros por ZEDL.....

Tabela 2-10 Principais Ações de Conversão de Lugares tarifados em Reservados a Residente e Residente Noturno.....

Tabela 2-11 Número de Dísticos Concedidos nas ZEDL e ZAAC.

Tabela 2-12 Lugares de Famílias Numerosas por ZEDL.....

Tabela 2-13 Parques Navegante 2024.....

Tabela 2-14 Evolução do Número de Lugares por Parque 2020-2024.....

Tabela 6-1 Evolução do Quadro de Pessoal e do Número de Estagiários a 31 de dezembro de 2020 - 2024.....

Tabela 6-2 Distribuição de colaboradores por categorias e por género em 2024.....

Tabela 6-3 Distribuição do Número de Colaboradores por área e por Género 2022 - 2024.....

Tabela 6-4 Distribuição das Lideranças da EMEL por Género 2020 - 2024.....

Tabela 6-5 Indicadores de Formação 2023 - 2024 .....

Tabela 6-6 Temas abordados em formação e respetiva quantificação .....

Tabela 8-1 Repartição do investimento realizado em 2024.....

Tabela 8-2 Evolução dos lugares por coroa tarifária 2020 - 2024 .....

Tabela 8-3 Evolução dos rendimentos por rubrica (milhares de euros) 2020 – 2024 .....

Tabela 8-4 Evolução da estrutura de gastos 2020 – 2024 (%)

Tabela 8-5 Demonstração de resultados sintética 2020 - 2024 (milhares €).....

Tabela 8-6 Evolução dos Indicadores financeiros 2020 - 2024

Índice de Gráficos

Gráfico 2-1 Evolução do Número de Lugares de Novas Aberturas 2020 - 2024.....

Gráfico 2-2 Evolução do Número Total de Lugares em Exploração 2020 - 2024.....

Gráfico 2-3 Variação Líquida do Número de Lugares Por Tarifa 2023 - 2024.....

Gráfico 2-4 Proporção dos Lugares Ordenados por Coroa Tarifária .....

Gráfico 2-5 Evolução das Tarifas Médias 2020 - 2024.....

Gráfico 2-6 Evolução do Número de Horas Vendidas no Estacionamento de Rotação na Via Pública 2020 - 2024.....

Gráfico 2-7 Evolução Mensal do Número de Horas Vendidas Por Lugar/Dia e Por Tarifa - 2024 .....

Gráfico 2-8 Evolução das operações de Fiscalização 2020 - 2024 .....

Gráfico 2-9 Evolução da Proporção de Operações Associadas a Prioridades Operacionais 2020 - 2024.....

Gráfico 2-10 Proporção de Desbloqueios e Remoções por categoria de infração 2023 - 2024 .....

Gráfico 2-11 Evolução Mensal do Número de Desbloqueios e do Tempo de Desbloqueio 2024 .....

Gráfico 2-12 Evolução dos desbloqueios com e sem pedido 2023 - 2024.....

Gráfico 2-13 Evolução anual do volume de autos notificados 2020 – 2024 .....

Gráfico 2-14 – Evolução mensal das notificações, por meio de envio 2024 .....

Gráfico 2-15 Evolução anual do volume de coimas pagas e respetivo valor 2019 – 2023.....

Gráfico 2-16 Volume anual pedidos Identificação Voluntária do Condutor 2022 – 2024 .....

Gráfico 2-17 Evolução mensal dos pedidos de Identificação Voluntária do Condutor 2024 .....

Gráfico 2-18 Evolução do Número de Lugares Repintados 2021 - 2024.....

Gráfico 2-19 Evolução do Rácio de Avarias por Parquímetro 2018 - 2024.....

Gráfico 2-20 Evolução dos Rendimentos de Estacionamento na Via Pública Parquímetros vs Pagamento Eletrónico 2014 - 2024

Gráfico 2-21 Evolução da Proporção de Pagamento Eletrónico no Estacionamento na Via Pública 2014 - 2024.....

Gráfico 2-22 Evolução Mensal da Repartição dos Montantes Cobrados pelos Meios de Pagamento do Estacionamento na Via Pública em 2024 .....

Gráfico 2-23 Evolução do Volume de Atendimento Presenciais e dos Pedidos *a Loja Virtual 2020 - 2024.....

Figura 2-14 Repartição dos dísticos emitidos em 2024 .....

Gráfico 2-24 Evolução do Número de Lugares para Residentes 2020 - 2024.....

Gráfico 2-25 Evolução do número de lugares tarifados e de lugares reservados a residentes ao longo de 2024 .....

Gráfico 2-26 Evolução do Rácio de Dísticos por Lugar nas ZEDL 2011 - 2024.....

Gráfico 3-1 Evolução do número de acidentes com bicicletas GIRA 2020 - 2024.....

Gráfico 3-2 Evolução do Número de Feridos em Acidentes com Bicicletas GIRA 2020 - 2024.....

Gráfico 3-3 Evolução do Número de Acidentes Feridos por 100 000 Viagens em Bicicletas GIRA 2020 - 2024.....

Gráfico 3-4 Evolução do número de viagens (superiores a dois minutos) no GIRA 2020 - 2024.....

Gráfico 3-5 Evolução Mensal do Número de Viagens no GIRA 2023 - 2024.....

Gráfico 3-6 Evolução da Rede do GIRA 2020 - 2024.....

Gráfico 3-7 Evolução do Número de Passes de Acesso ao GIRA 2020 - 2024.....

Gráfico 3-8 Evolução do número de dísticos verdes concedidos 2018 - 2024.....

Gráfico 3-9 Origem Geográfica dos Dísticos Verdes Concedidos

Gráfico 3-10 Origem Geográfica dos Dísticos Verdes Concedidos .....

Gráfico 3-11 Estrutura da Rede LEVE para 130 Tomadas por potência de carregamento.....

Gráfico 3-12 Evolução Mensal de Carregamentos na Rede LEVE 2023 - 2024.....

Gráfico 3-13 Quantidade de Carregamentos na Rede LEVE 2023 2024 .....

Gráfico 3-14Peso Relativo do Carregamento Rápido na Rede LEVE Segundo Quatro Dimensões.....

Gráfico 6-1 Evolução Relativa do Gasto com Pessoal Per Capita 2020 - 2024 (Base 2020).....

Gráfico 6-2 Evolução Relativa dos Gastos com Pessoal Número Colaboradores e Lugares em Exploração (Base 2020) .....

Gráfico 6-3 Evolução Anual do Saldo Líquido Entre Entradas e Saídas de Trabalhadores 2020 - 2024 .....

Gráfico 6-4 Novos Colaboradores Contratados por Área de Atividade na EMEL .....

Gráfico 6-5 Distribuição Etária dos Colaboradores por Género .

Gráfico 6-6 habilitações Académicas dos Colaboradores por Género .....

Gráfico 6-7 Evolução do Número de Ações de Formação e do Número de Participações 2020 - 2024 .....

Gráfico 8-1 Evolução da execução de investimento 2020 - 2024 .....

Gráfico 8-2 Evolução da Execução de Investimento e Contratos Mandato 2020 - 2024 .....

Gráfico 8-3 Taxa de crescimento dos rendimentos das atividades de exploração 2024.....

Gráfico 8-4 Evolução dos rendimentos de exploração consoante o reconhecimento das contraordenações 2020 - 2024 .....

Gráfico 8-5 Evolução dos rendimentos operacionais 2022 - 2024 (M€) .....

Gráfico 8-6 Evolução da média da tarifa cobrada 2020 - 2024

Gráfico 8-7 Proporção dos principais parques nos rendimentos *off street* 2024 vs 2023 .....

Gráfico 8-8 Evolução das receitas com sistemas de mobilidade - GIRA e LEVE 2020 - 2024 .....

Gráfico 8-9 Evolução dos rendimentos de exploração e do número de lugares totais - Base 2020.....

Gráfico 8-10 Repartição das receitas de exploração 2024.....

Índice de Figuras

Figura 2-1 Área de Estacionamento Ordenado em Lisboa e Expansão em 2024 .....

Figura 2-2 Zona de estacionamento da Azinhaga das Carmelitas

Figura 2-3 Tarifas no Terreno em 2024 .....

Figura 2-4 Aula de formação de AFT .....

Figura 2-5 Pintura de passadeira no âmbito da expansão do estacionamento ordenado no Lumiar .....

Figura 2-6 – Mapa das Artérias que beneficiaram da repintura da sinalização horizontal 2023 - 2024 .....

Figura 2-7 Lugares reservados a residentes com nova sinalização .....

Figura 2-8 Número de Avarias por Parquímetro por ZEDL .....

Figura 2-9 Evolução do Número Médio de Avarias por Parquímetro por ZEDL 2020 - 2024 .....

Figura 2-10 Proporção das Avarias de Parquímetros Decorrentes de Atos de Vandalismo .....

Figura 2-11 Aplicação MB WAY .....

Figura 2-12 Evolução dos parquímetros com pagamento por MB WAY 2023 - 2024 .....

Figura 2-13 Meios alternativos de pagamento do estacionamento - Smart Park e "Raspadinhas" .....

Figura 2-15 Sinal de Reserva do estacionamento a residentes .

Figura 2-16 Evolução dos lugares reservados a estacionamento de residentes 2018 - 2024 .....

Figura 2-17 Distribuição do Rácio de Dístico por Lugar nas ZEDL e ZAAC .....

Figura 2-18 Acesso a um Parque Navegante com o respetivo cartão .....

Figura 2-19 Empreitada em curso na Azinhaga da Cidade .....

Figura 2-20 Parques Navegante 2024 .....

Figura 2-21 Obras em curso no parque da Travessa do Bahuto.

Figura 2-22 Imagens do Campo das Cebolas e o Prémio Secil 2024 .....

Figura 2-23 Imagem da iniciativa "Deixe para trás o carro e festeje o Natal" .....

Figura 2-24 Mapa dos Parques EMEL .....

Figura 3-1 Rede Ciclável de Lisboa da Responsabilidade da EMEL .....

Figura 3-2 Troço de ciclovia no Parque Ribeirinho Oriente .....

Figura 3-3 Viaduto ciclopedonal da Avenida Gago Coutinho em construção.....

Figura 3-4 Plano de Expansão de Ciclovias da Responsabilidade da EMEL.....

Figura 3-5 Mapa da Rede de Estações GIRA no Final de 2024 ..

Figura 3-6 Equipa de mecânicos na base operacional do GIRA .

Figura 3-7 Estações GIRA com Buffer de 650 Metros/ 10 minutos a pé.....

Figura 3-8 Estação GIRA junto da sede da EMEL .....

Figura 3-9 Funicular da Graça.....

Figura 3-10 Rede de carregadores LEVE na via pública e plano de expansão .....

Figura 3-11 Rede de Carregadores LEVE em parques EMEL e Plano de Expansão.....

Figura 3-12 Mapa das Interseções da Rede SLAT.....

Figura 4-1 Imagem BiciPark .....

Figura 4-2 Imagem MaaS.....

Figura 5-1Logo EMEL 30 anos .....

Figura 5-2 Global Alliance World Public Relations & Communication Awards 2024 .....

Figura 6-1 Imagem Pela Cidade Fora .....

Figura 7-1 Novo Organigrama EMEL.....

Mensagem do Conselho de Administração

É com grande satisfação que apresentamos o nosso Relatório de Gestão e Contas de 2024, que reflete um ano de desafios superados, inovação constante e crescimento sustentável, continuámos a dar passos seguros na nossa missão de promoção de uma mobilidade mais sustentável, na cidade de Lisboa.

Num cenário global dinâmico, a EMEL reafirmou o seu compromisso com a mobilidade inteligente, sustentável e acessível.

Expandimos a nossa atuação, investimos em novas tecnologias e fortalecemos parcerias estratégicas com os nossos prestadores de serviços para oferecer serviços mais eficientes e alinhados com as necessidades de nossos clientes.

Os resultados demonstram a resiliência e o compromisso da nossa equipa, que trabalha diariamente para otimizar as nossas operações e com isso melhorar a experiência do utilizador.

Avançámos ainda na agenda da sustentabilidade, com iniciativas voltadas para a redução da pegada de carbono e a promoção da mobilidade sustentável na cidade, com vista a uma verdadeira transição energética.

Olhamos para o futuro com otimismo, confiantes de que a inovação e a excelência operacional continuarão a guiar-nos para novas conquistas, reforçando o compromisso da EMEL para com a cidade de Lisboa, no sentido de promover um futuro mais conectado, sustentável e acessível para todos.

Por fim, agradecemos o contributo fundamental de todos os trabalhadores da EMEL para alcançar os resultados positivos que ora apresentamos.

Bem hajam!

Sumário Executivo

A EMEL prosseguiu, em 2024, a sua atividade de criação de condições para uma mobilidade, em Lisboa, cada vez mais sustentável. Nesse caminho, a empresa aprofunda, a cada ano, a alavancagem que consegue realizar de projetos de mobilidade, tipicamente deficitários, sobre a rentabilidade do estacionamento na via pública.

A exceção a este paradigma é a LEVE, rede de carregamento de veículos elétricos, capaz de gerar meios que suportam a sua operação e, em breve, a sua expansão. Mas o GIRA, a gestão da rede semafórica, a construção e instalação de meios mecânicos de apoio à mobilidade pedonal, até os parques de estacionamento, com um modelo de exploração que considera, de forma crescente, as necessidades dos residentes e a dissuasão do acesso em automóvel particular ao centro da cidade, todas estas áreas se apoiam nos meios libertos pela exploração do estacionamento na via pública.

A Câmara Municipal de Lisboa aprovou, em 2024, o reconhecimento, como rendimento da EMEL, da totalidade dos valores cobrados de contraordenações, trazendo maior robustez à conta de exploração da empresa e mais flexibilidade para a concretização de investimento.

O ano de 2024 representou também, para a EMEL, uma forte aposta na sua capacidade e na forma como se relaciona com quem se desloca em Lisboa.

Via Pública

Em 2024 a expansão do número de lugares ordenados foi mais moderada, tendo sido ordenados 1 013 novos lugares.

Os rendimentos decorrentes da exploração do estacionamento na via pública fecharam 2024 em linha com o ano anterior, atingindo os 25,7 milhões de euros.

Fiscalização

A atuação da fiscalização esteve no centro da aposta, transversal a toda a empresa, na melhoria da abordagem ao cidadão. Com esse objetivo foi implementado um extensivo programa de formação, que se prolongará ainda por 2025.

A abordagem preconizada coloca a necessidade de se apresentar uma maior disponibilidade para estar atento às dificuldades e necessidades dos Lisboetas, de tomar uma atitude mais pedagógica.

Paralelamente, a priorização das infrações, com privilégio às que respeitam, em primeiro lugar, a obstáculos à mobilidade, especialmente a mobilidade suave, concorreu, para uma redução do volume de operações de fiscalização concretizadas, mas com claro ascendente das infrações prioritárias – os bloqueios e remoções relacionados com falta de pagamento do estacionamento, ficam agora pelos 4% do total.

Os rendimentos de fiscalização registaram um crescimento anual na ordem de +22%.

Residentes

Em 2024 o número de dísticos de residente retornou a uma trajetória de forte crescimento. No final do ano existiam mais de 127 mil dísticos, e o rácio de dísticos por lugar atingiu o valor de 1,27.

O número de lugares reservados para residentes cresceu, ao longo de todo o ano, chegando aos 15 104, considerando também os lugares de famílias numerosas.

Foram analisados os dados de procura e ocupação dos parques de estacionamento EMEL, estudo que deu lugar à reformulação da oferta de avenças para residentes: foi lançada a avença R24 e o contingente de lugares reservados para este produto foi reforçado. A avença R24 entrará em pleno funcionamento em 2025.

Os rendimentos de dísticos de residente cresceram em 2024, chegando aos 2,6 milhões de euros.

Estacionamento em Parques

Na operação de parques de estacionamento destaca-se a abertura da rede de Parques Navegante: cinco parques na coroa norte da cidade – Colégio Militar, Avenida de Pádua, Telheiras Nascente e Poente (estes Navegante Residente) e Ameixoeira -permitem agora o estacionamento gratuito a titulares de Passe Navegante.

O número de lugares em parques EMEL diminuiu, pela saída da gestão da empresa do parque do Mercado de Alvalade, e pela alocação de parte da capacidade da Ameixoeira à operação de reboques.

Esta redução será compensada em breve, estando já em obra os parques da Travessa do Bahuto e da Azinhaga da Cidade, ambos com abertura prevista para o primeiro semestre de 2025. O parque da Pontinha Sul, por seu turno, tem abertura prevista para o segundo semestre.

Os rendimentos de estacionamento em parques cresceram, +5%, chegando aos 4,8 milhões de euros.

GIRA

Prosseguiu a expansão do GIRA, com o sistema a estender-se a 174 estações, no final de 2024, e a contar com uma frota de quase 2 100 bicicletas. Foi lançado o concurso para a aquisição da nova aplicação de acesso e utilização do sistema e que suportará também a operação – em breve serão testadas as soluções dos concorrentes qualificados.

Em 2024 foram superados os 2,8 milhões de viagens. Apesar da integração no Passe Navegante, tornando o acesso gratuito para os residentes em Lisboa, os rendimentos do GIRA, embora permanecendo claramente insuficientes para suportar as despesas do sistema, cresceram um pouco, ultrapassando o meio milhão de euros.

Inovação

A EMEL prosseguiu o trabalho que vinha a desenvolver no âmbito do projeto DeployEMDS, cofinanciado pelo Programa Europa Digital, da União Europeia, que tem como objetivo a facilitação do acesso, partilha e reutilização de dados de mobilidade.

Deu-se início ao levantamento de tipologias de barreiras, no acesso aos serviços EMEL – estações GIRA, lojas, parquímetros, carregadores de veículos elétricos – e, por seu turno, os obstáculos criados pelos equipamentos da EMEL na cidade.

Ao longo do ano prosseguiu o desenvolvimento e implementação da solução de CRM, fundamental para capacitar a nova abordagem ao cidadão com um alcance mais abrangente, proporcionando a desejada visão 360 do seu contexto.

Após a integração do GIRA com o Navegante, avançou-se na integração deste modelo nos serviços da EMEL, passando a assegurar o suporte aos Parques Navegante.

Ao fim de vários anos foram repostos em funcionamento e recuperados serviços críticos como a integração dos processos de contraordenação leves com a Câmara Municipal de Lisboa, conforme regulamento e legislação em vigor.

Recursos Humanos

Em 2024 a EMEL prosseguiu a valorização remuneratória dos seus colaboradores, justificada por fatores diversos, desde a estagnação ou evolução moderada a que estiveram sujeitas em largos períodos, aos ganhos de produtividade refletidos no crescimento e diversificação da atividade da empresa, suportados por um quadro de pessoal estabilizado, passando pela necessidade de alinhamento com o mercado para garantir o dimensionamento adequado de equipas operacionais.

O quadro de pessoal da EMEL encerrou 2024 com 774 trabalhadores, menos seis que em 2023. Os gastos com Pessoal cresceram 7,6%, chegando aos 23,0 milhões de euros.

Investimento

O investimento realizado em 2024 foi de sete milhões de euros, valor que sobe para os 10,1 milhões se for considerada a execução do Contrato Mandato celebrado para a construção de ciclovias.

A maior fatia do investimento dirigiu-se à construção de parques de estacionamento, ainda em curso, e a intervenções na via pública para requalificação e acondicionamento para o estacionamento. No parque da Travessa do Bahuto, na Azinhaga da Cidade, Azinhaga das Carmelitas e Rua Formosinho Sanches, a despesa de investimento superou os quatro milhões de euros.

O desenvolvimento do CRM e a expansão do GIRA, foram as outras rubricas que captaram mais investimento, chegando a 1,8 milhões de euros.

As despesas finais da implementação do Funicular da Graça, a adaptação de parte do parque da Ameixoeira para a operação de reboques e a aquisição de equipamentos diversos absorveram o valor de investimento restante.

Órgãos Sociais

ASSEMBLEIA GERAL

ACIONISTA ÚNICO

Município de Lisboa

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Carlos Manuel dos Santos Batista da Silva - Presidente

VOGAL

Ana Rita Correia Gonçalves – Vogal

VOGAL

Sandra Cristina Cortez Brás Henriques - Vogal

FISCAL ÚNICO

Grant Thornton & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por Carlos Lisboa Nunes

01 30 ANOS DE EMEL

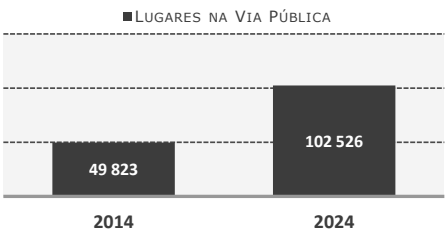
RELATÓRIO E CONTAS **2024**

Nascida como empresa de gestão do estacionamento, presente no imaginário de muitos como a fiscalização do estacionamento, a EMEL é, em 2024, muito mais do que isso.

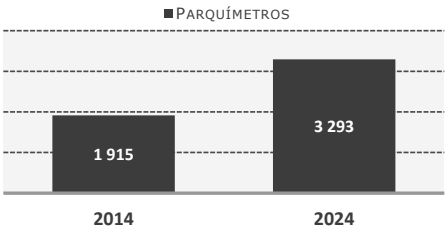
Depois de, no início da sua atividade, ter enfrentado dificuldades em ver reconhecida a sua legitimidade para atuar, no terreno, em prol do ordenamento do estacionamento e da estruturação do espaço público, a EMEL soube percorrer o caminho da sustentabilidade económica e transformar-se num agente de mobilidade com grande capacidade de intervenção.

Não faz sentido comparar a EMEL de hoje com a de há 30 anos – ao nascer, todas as empresas têm estruturas frágeis e escassa presença no setor onde procuram vingar, mas recuando apenas 10 anos é possível perceber a transformação da EMEL e, mais que isso, a transformação que trouxe à cidade.

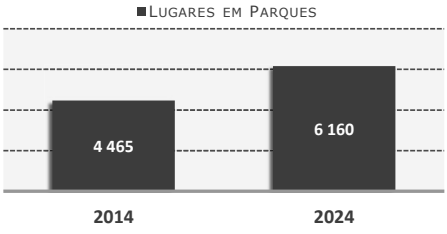
2014 foi um ano marcante para a EMEL – seria o último ano completo de parceria com a StreetPark. A parceria colocava o consórcio StreetPark a operar uma grande parte, dos lugares de via pública. As dificuldades operacionais com que a EMEL se confrontava, em 2005, levou-a a subcontratar esta operação. 10 anos depois, a EMEL conseguiu reintegrar esta área na sua gestão.

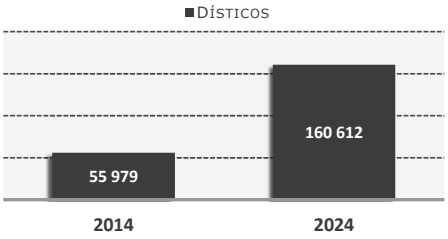


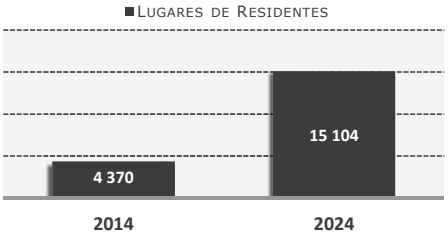
A atividade tradicional da empresa, a gestão do estacionamento, consolidou-se, desde 2014, tanto no ordenamento da via pública, como na ampliação da oferta em parques de estacionamento.

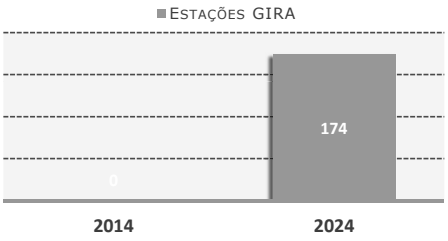


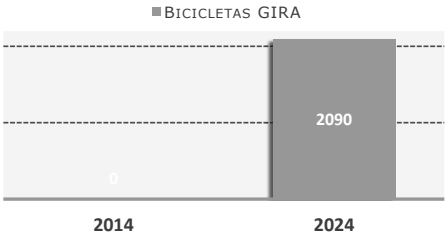
Era, e continua a ser, a partir de uma operação rentável na via pública que a empresa conseguia gerar os meios para implementar os projetos de que a cidade precisa.

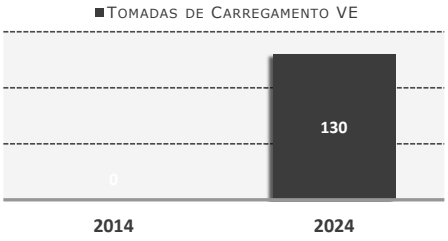












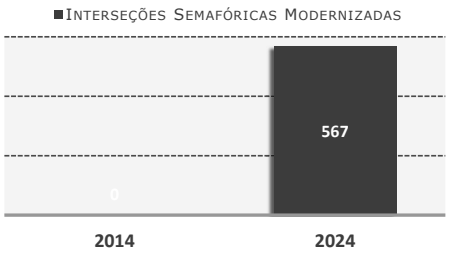
Com o crescimento da área sob gestão, o número de dísticos aumentou de forma muito acentuada. Desde 2010 que o rácio de dísticos por lugar é superior a um, e em várias zonas da cidade chega a ultrapassar os dois títulos de residente por lugar.

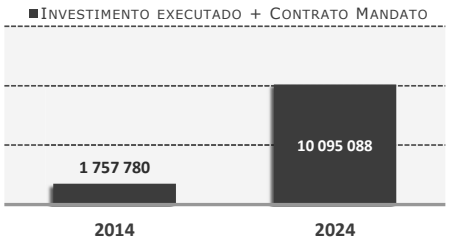
As estratégias de ordenamento ainda, e sempre, precisavam de considerar as necessidades de rotação, mas perante as necessidades dos Lisboetas, a EMEL implementou um grande número de lugares reservados a residentes.

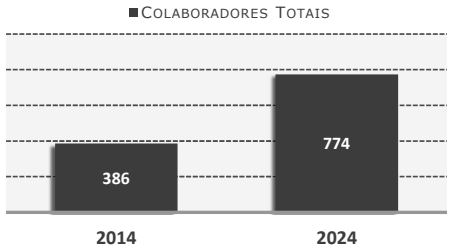
Com o crescimento da operação de estacionamento na via pública, a diluição de gastos e as economias de escala permitiam à EMEL começar a abraçar projetos exigentes: o GIRA, uma ambição antiga, teve adjudicação em 2016 e início da operação em 2017. Os primeiros anos foram atribulados e a rede prevista inicialmente, de 140 estações, já foi ultrapassada em 2023, com a EMEL a assegurar todas as operações. No final de 2024, o sistema contava com 174 estações e mais de duas mil bicicletas, quase todas elétricas. Já foram ultrapassados os 12 milhões de viagens nas bicicletas do GIRA, 2,8 dos quais em 2024.

A EMEL também se afirmou na promoção da Mobilidade Elétrica. Foi precisamente em 2014 que lançou o dístico verde, numa época em que os veículos elétricos eram pouco mais que uma curiosidade. Em 2024 o número de dísticos verdes ultrapassou os 30 mil. A ação da EMEL vira-se ainda para a densificação da rede de carregamento de veículos elétricos – os primeiros carregamentos ocorreram em 2020, e a rede em 2024 já disponibiliza 130 tomadas e está em implementação o plano de expansão, na via pública e nos parques EMEL.

Em 2019, o Município confiou à EMEL a modernização e manutenção da rede







semafórica. No final de 2024, já tinham sido modernizadas 567 interseções, faltando apenas 23.

A capacidade de realização de investimento da empresa multiplicou-se por quase seis vezes, desde 2014, e a ambição é de chegar ainda mais longe.

Para conseguir tudo isto, e ainda mais, a EMEL duplicou o seu quadro de Pessoal – uma evolução moderada perante a diversificação da atividade da EMEL. Mais do que quantos são, destaca-se o que são capazes de fazer.

02 ESTACIONAMENTO

RELATÓRIO E CONTAS **2024**

2.1. VIA PÚBLICA

O ordenamento e gestão do estacionamento na cidade de Lisboa estão na génese da EMEL. No início da atividade da empresa, a perspetiva de atuação assentava, essencialmente, no ordenamento do estacionamento como forma de estruturação do espaço público, então muito capturado por estacionamento desregulado, informal e, muitas vezes, abusivo.

Integrando a filosofia do ordenamento cuja implementação foi atribuída à EMEL, foram também definidas tarifas de estacionamento, com o objetivo de induzir a rotação nos lugares disponíveis.

Quem, há 30 anos, circulava quotidianamente de automóvel e estacionava em Lisboa, viu-se confrontado com uma nova realidade em que as normas de estacionamento passavam a ser fiscalizadas e em que se pagava por algo que até aí era gratuito.

Neste contexto, a mudança, protagonizada pela EMEL, não foi bem acolhida, e a empresa debateu-se com resistências à sua própria legitimidade para atuar na cidade.

Com o tempo, essas resistências foram sendo ultrapassadas, e com o surgimento dos benefícios do estacionamento ordenado a atuação da EMEL foi sendo aceite, embora o desagrado decorrente das operações de fiscalização concretizadas, naturalmente, permaneça.

O estacionamento ordenado proporciona melhorias na circulação, uma vez que torna mais fácil encontrar um lugar de estacionamento vago. Dessa forma, há menos circulação e menos congestionamento, o que se traduz na redução das emissões dos veículos a combustão, que ainda prevalecem.

As tarifas são também um incentivo ao uso de formas de transporte alternativas, designadamente do sistema de transportes públicos, e a sua cobrança gera meios financeiros para desenvolver projetos de mobilidade mais eficientes e sustentáveis, ou até para a construção de infraestruturas de estacionamento planeadas de forma a, não só, satisfazer as necessidades de estacionamento, mas também a otimizar as condições de circulação – esta é a estratégia que a EMEL, em articulação com o Município, tem vindo a desenvolver, ampliando a sua capacidade de intervenção na gestão da mobilidade, numa perspetiva de economia circular.

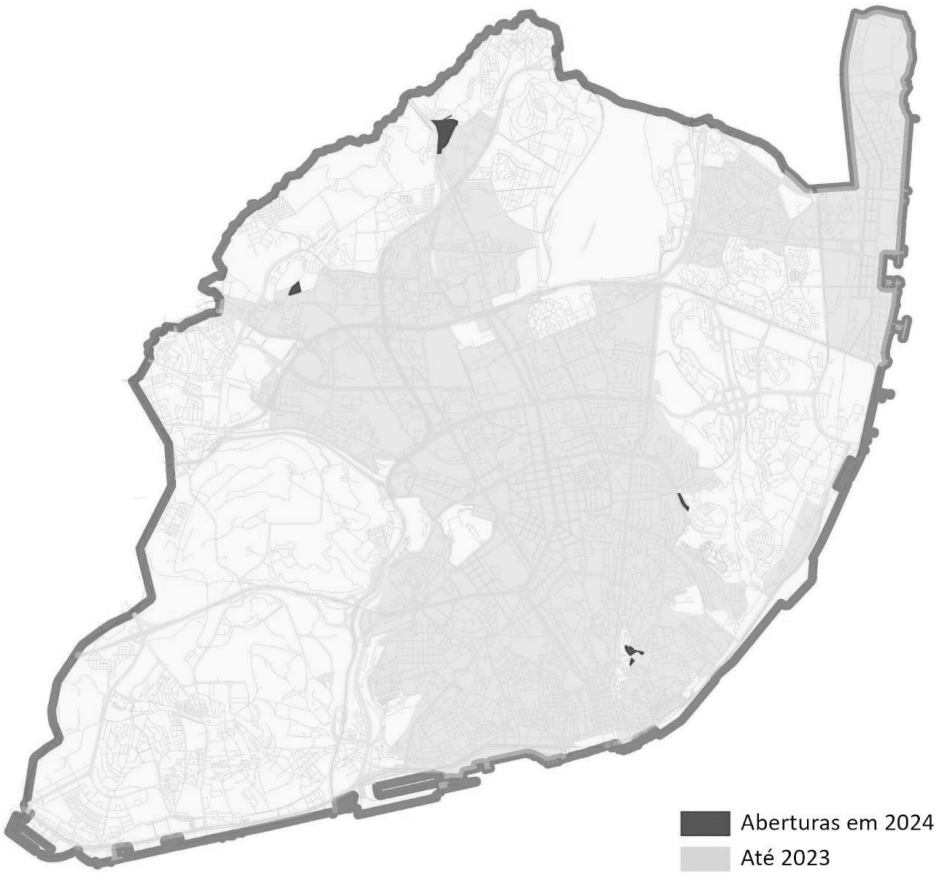


Figura 2-1 Área de Estacionamento Ordenado em Lisboa e Expansão em 2024

A área de estacionamento ordenado, sob a gestão da EMEL, cobre já grande parte do território do Município. Considerando as zonas do aeroporto e do Parque de Monsanto como estando afastadas desta abordagem, percebe-se que a maior parte da área da cidade de Lisboa conta já com uma gestão ordenada do estacionamento, estando previsto, para os próximos anos, o seu alargamento.

Com a área por ordenar a ficar reduzida, torna-se mais difícil concretizar novas aberturas, seja pela configuração dos arruamentos, pela ocupação das áreas, ou porque a consensualização de um equilíbrio entre a oferta e as várias necessidades de estacionamento é de complexa definição – e todas estas dimensões ganham maior relevo com a aproximação de períodos eleitorais. Em 2024 as aberturas concretizadas pela EMEL em Zonas de Estacionamento de Duração Limitada (ZEDL), contavam 1 013 novos lugares.

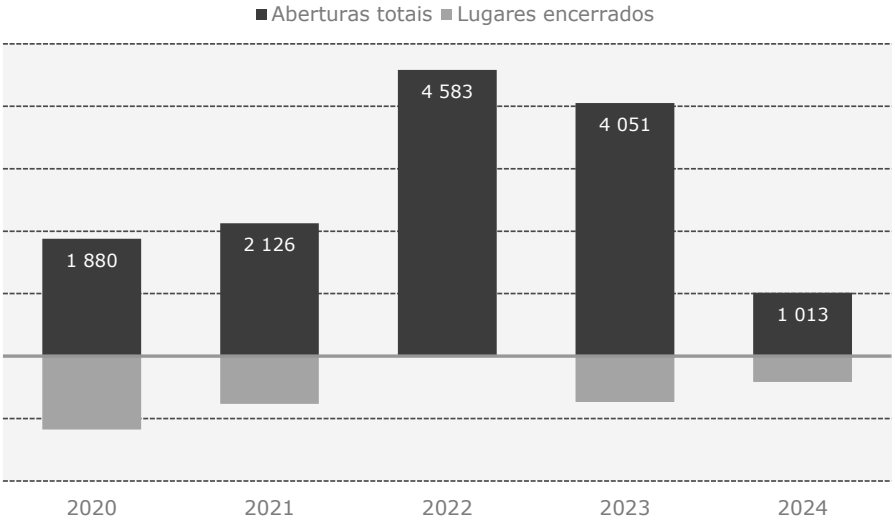


Gráfico 2-1 Evolução do Número de Lugares de Novas Aberturas 2020 - 2024

Este ainda não considera a nova área de estacionamento aberta em Carnide, na Azinhaga das Carmelitas, que apesar de construída ao longo de 2024, foi inaugurada já em janeiro de 2025.

Figura 2-2 Zona de estacionamento da Azinhaga das Carmelitas

O projeto, há muito esperado pelos residentes de Carnide, incorpora a dimensão de requalificação do espaço urbano que a EMEL procura sempre integrar nestas intervenções. Os espaços verdes na envolvente também foram requalificados, destacando-se a plantação de 72 árvores e 472 arbustos.

Mobilizando um investimento de quase 390 mil euros, o novo espaço de estacionamento fica situado próximo da conhecida zona de restaurantes tradicionais, estabelecendo assim condições de promoção do crescimento da atividade económica.

O novo estacionamento da Azinhaga das Carmelitas disponibiliza 116 lugares, quatro deles reservados para o carregamento de veículos elétricos e três para pessoas com mobilidade reduzida. Está integrado na Coroa Verde, ou seja, cada hora de estacionamento, de segunda a sexta-feira, entre as nove e as 19 horas, tem o preço de 0,80€, sendo que os veículos de residentes com dístico válido da ZEDL 12C – Carnide, podem estar estacionados gratuitamente.

As novas aberturas de 2024 ocorreram todas em ZEDL que estavam já em exploração.

Tabela 2-1 Novos lugares abertos em ZEDL já em exploração em 2024

ZEDL	CASTANHA	VERMELHA	AMARELA	VERDE	RESIDENTE	DATA DE ABERTURA
07G - Beato(G)				6		12/JAN
24F - São Vicente(F)			57		**2**	15/JAN
18B - Parque Nações(B)				27		31/JAN
07G - Beato(A)				64		27/MAI
19A - Penha França(A)				43		27/MAI
38 – Socorro					**33**	23/SET
14C - Lumiar(C)				251	**39**	02/DEZ
20H - Santa Clara(H)				237	18	02/DEZ
14C - Lumiar(C)				31		17/DEZ
03M - Alvalade(M)			38			23/DEZ
11A - Campolide(A)			34			23/DEZ
18A - Parque Nações(A)				115		23/DEZ
TOTAIS	**0**	**0**	**147**	**774**	**92**	

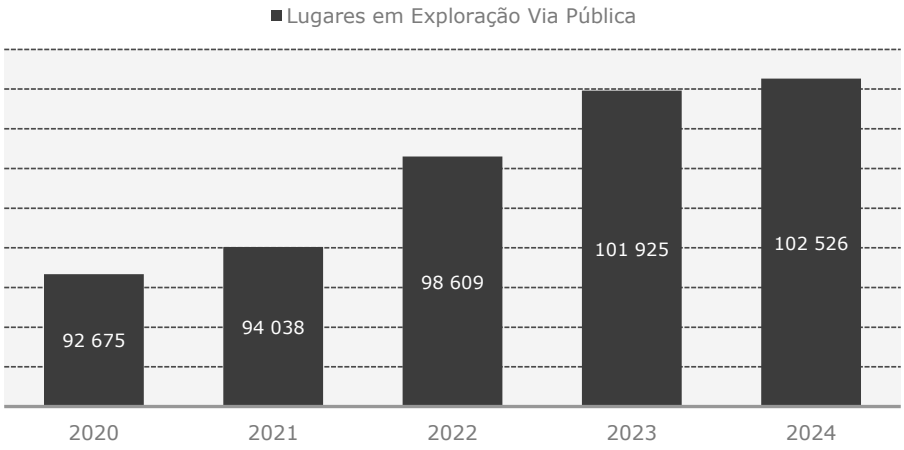


Gráfico 2-2 Evolução do Número Total de Lugares em Exploração 2020 - 2024

Estes números consideram apenas os lugares tarifados e reservados a residentes, e estão distribuídos por 21 das 24 freguesias de Lisboa.

Tabela 2-2 Total de lugares em exploração por freguesia

FREGUESIA	F. NUMEROSAS	RESIDENTE	TARIFADO	TARIFADO+ RES. NOTURNO	TOTAL
Alvalade	64	2 164	9 851	649	12 728
Areeiro	38	1 762	5 177	569	7 546
Arroios	26	599	5 564	797	6 986
Avenidas Novas	52	1 797	7 305	0	9 154
Beato	0	13	808	0	821
Belém	1	0	142	0	143
Benfica	3	0	744	0	747
Campo Ourique	47	840	2 690	582	4 159
Campolide	6	202	2 605	32	2 845
Carnide	1	854	2 316	0	3 171
Estrela	36	544	3 658	996	5 234
Lumiar	22	569	9 386	215	10 192
Misericórdia	7	606	1 080	82	1 775
Olivais	5	1 363	3 354	0	4 722
Parque das Nações	4	531	6 665	0	7 200
Penha de França	17	390	5 641	30	6 078
Santa Clara	3	59	796	0	858
Sta Maria Maior	4	513	814	0	1 331
Santo António	14	467	2 732	470	3 683
São. D. Benfica	24	1 158	9 552	0	10 734
São Vicente	4	295	2 120	0	2 419
TOTAL	**378**	**14 726**	**83 000**	**4 422**	**102 526**

Além dos lugares tarifados e dos reservados a residentes, a área de estacionamento ordenado engloba ainda lugares de muitas outras categorias (praças de táxis, carregamento de veículos elétricos, lugares privativos, entre outros), que, ao serem incluídos no número de lugares operados pela EMEL elevam o número total acima dos 122 mil.

Os lugares tarifados e reservados a residentes são organizados por ZEDL.

Tabela 2-3 Síntese dos lugares disponíveis para estacionamento nas ZEDL 2023-2024

	2023						**2024**					
	CASTANHA	VERMELHA	AMARELA	VERDE	RESIDENTE	TOTAL	CASTANHA	VERMELHA	AMARELA	VERDE	RESIDENTE	TOTAL
LUGARES EM ZEDL	1 543	13 285	22 477	47 743	14 089	99 137	**1 571**	**12 943**	**22 468**	**47 992**	**14 726**	**99 700**

Também são integrados nas ZEDL os lugares explorados pela EMEL ao abrigo de contratos celebrados com entidades terceiras, que tutelam parcelas do espaço público com arruamentos e espaços de estacionamento.

Tabela 2-4 Lugares Geridos pela EMEL ao Abrigo de Contratos de Exploração 2023 - 2024

	2023				2024			
	CASTANHA	VERMELHA	AMARELA	VERDE	CASTANHA	VERMELHA	AMARELA	VERDE
052 - Av. Brasília (APL)	0	0	1 357	29	0	0	1 357	29
04G - Praça Pasteur			124		0	0	124	0
03C/03H/03M - Alvalade (Cid. Universitária)	0	0	0	454	0	0	434	0
TOTAL	**0**	**0**	**1 481**	**483**	**0**	**0**	**1 915**	**29**

Finalmente, a EMEL gere ainda os acessos e estacionamento nos bairros históricos, onde a escassez da oferta e a configuração da malha urbana obrigou à implementação das Zonas de Acesso Automóvel Condicionado (ZAAC).

Tabela 2-5 Evolução do número de lugares em ZAAC 2023-2024

ZAAC	2023	2024
011 - Bairro Alto	95	94
042 - Alfama	180	178
043 - Santa Catarina	86	85
044 - Castelo	149	147
TOTAL	**510**	**504**

Em síntese, entre o final de 2023 e o final de 2024, registou-se a seguinte evolução no número de lugares tarifados e reservados a residentes.

Tabela 2-6 Evolução dos lugares disponíveis por coroa tarifária 2023-2024

	2023	2024
Eixos Pretos	0	0
Eixos Castanhos	1 543	1 571
Eixos Vermelhos	13 285	12 943
Coroa Amarela	23 958	24 383
Coroa Verde	48 226	48 021
Residentes + Famílias Numerosas	14 403	15 104
Bairros Históricos	510	504
LUGARES TOTAIS	**101 925**	**102 526**

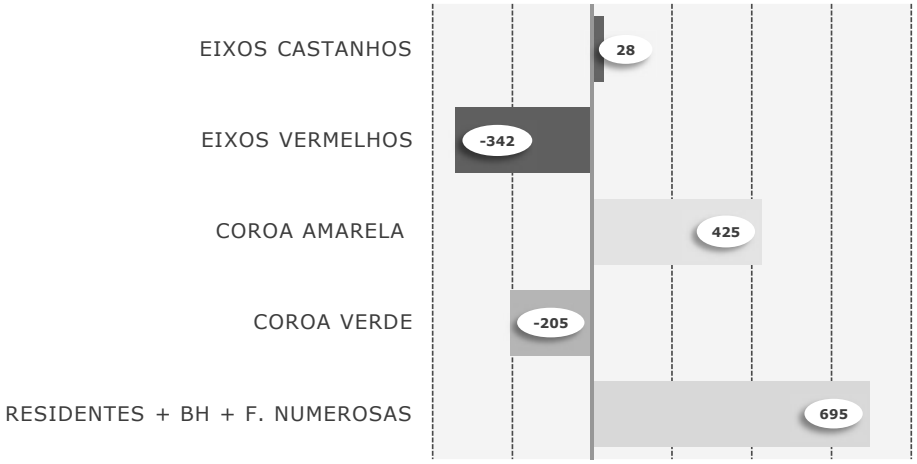
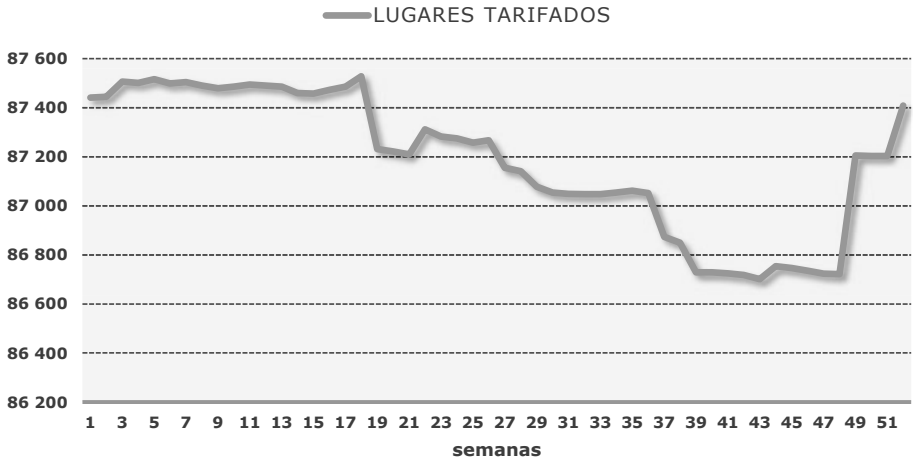


Gráfico 2-3 Variação Líquida do Número de Lugares Por Tarifa 2023 - 2024

Em 2024 o maior crescimento da oferta de estacionamento ordenado ocorreu nos lugares reservados a residentes. De facto, nos lugares tarifados apura-se mesmo uma diminuição líquida do número de lugares – uma diminuição que é marginal, no final do ano, mas que ao longo de 2024 chegou a ser significativa.

Este facto deve-se ao número de lugares tarifados que foram convertidos em lugares reservados a residentes, tendo-se registado alguma compensação apenas nas aberturas ocorridas já perto do final do ano.



A estrutura tarifária, implementada no terreno, não sofreu alterações significativas.

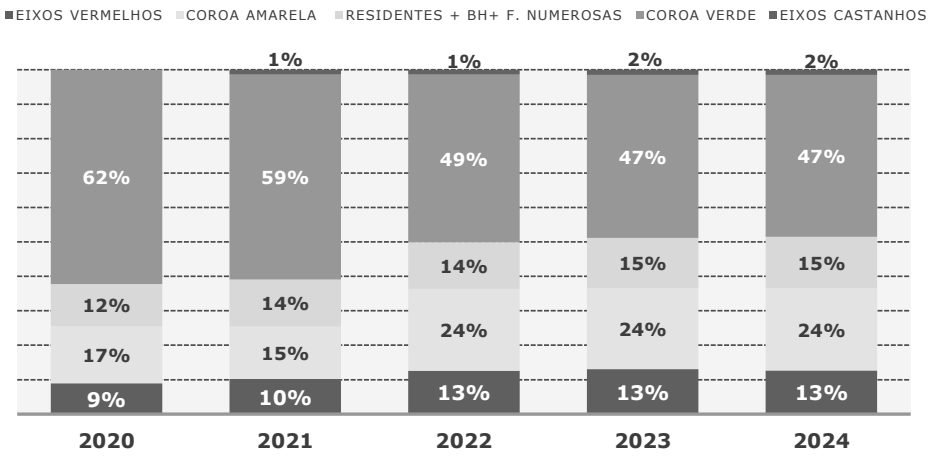


Gráfico 2-4 Proporção dos Lugares Ordenados por Coroa Tarifária

Ao longo de vários anos as tarifas de rotação da via pública permaneceram quase inalteradas, apenas com ajustamentos de pormenor em alguns arruamentos. Isso provocou algum desequilíbrio face à pressão de estacionamento crescente, em algumas áreas, motivo subjacente a uma reestruturação tarifária, em que se admitiram duas novas tarifas (a Castanha e a Preta, esta última sem implementação no terreno) e se reordenaram os preços vigentes nos arruamentos. Esse movimento terminou em 2023.

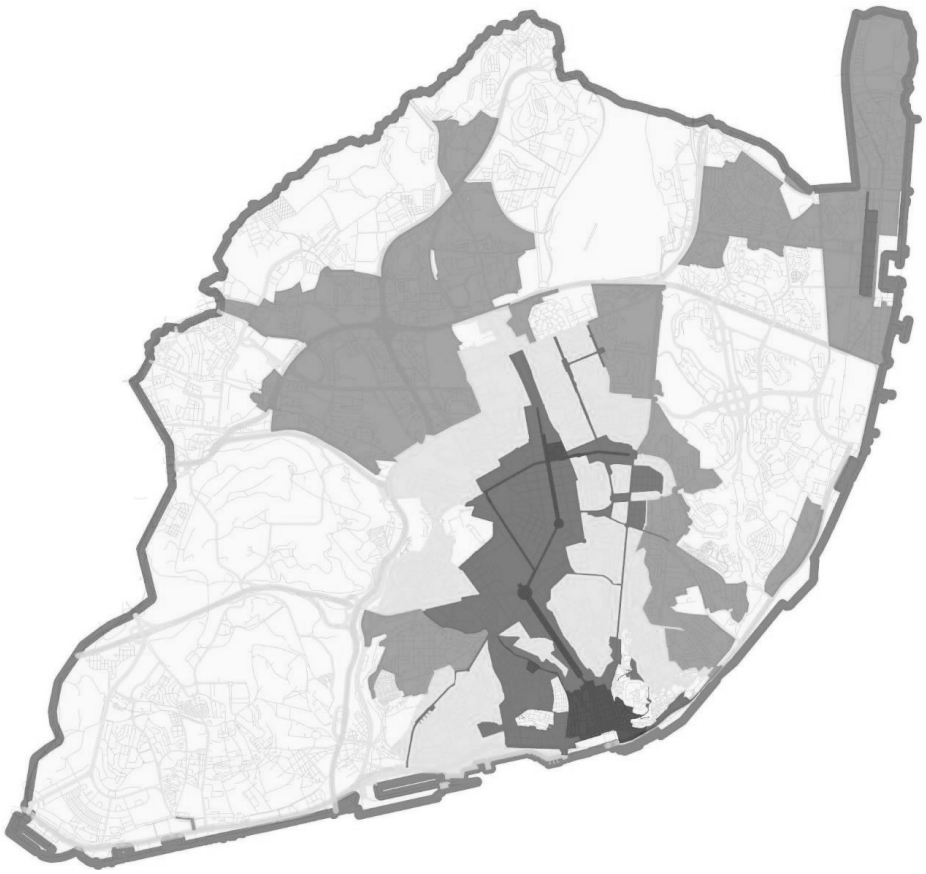


Figura 2-3 Tarifas no Terreno em 2024

A reestruturação aumentou o preço médio, que, entretanto, já estabilizou.

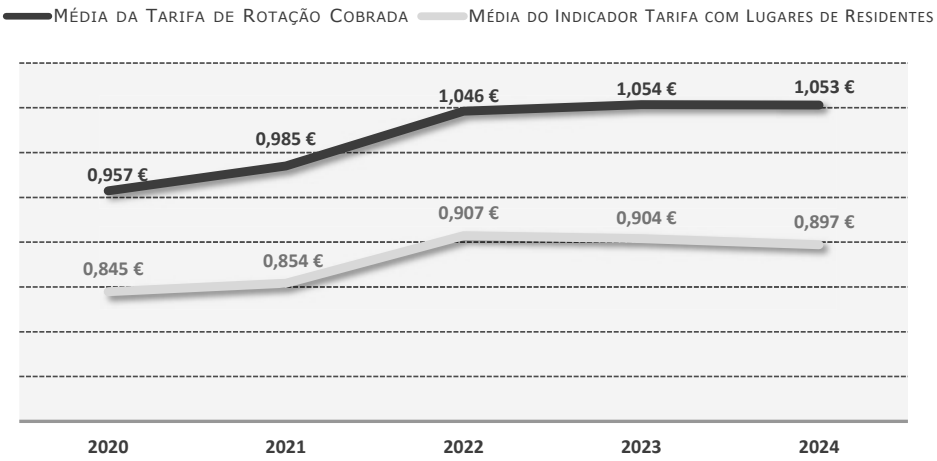


Gráfico 2-5 Evolução das Tarifas Médias 2020 - 2024

As alterações introduzidas parecem ter correspondido aos objetivos definidos, apesar da subida das horas vendidas observada em 2022: ela resulta da saída da pandemia. A comparação com 2019, último ano antes da pandemia e também anterior à reestruturação tarifária, revela uma queda de 6,3% das horas vendidas, entre 2024 e 2019 (em 2019 foram vendidas 30,3 milhões de horas de estacionamento).

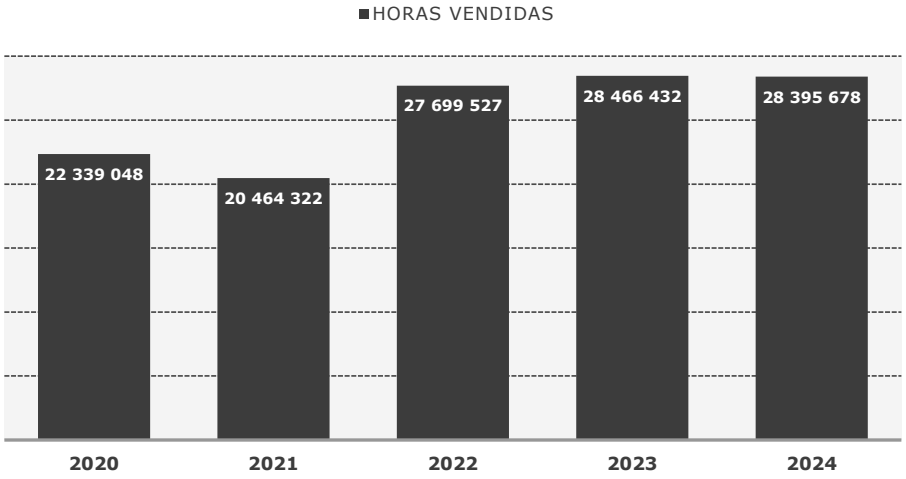


Gráfico 2-6 Evolução do Número de Horas Vendidas no Estacionamento de Rotação na Via Pública 2020 - 2024

Face a 2023, o volume de horas vendidas regista uma quebra marginal, de cerca de 0,2%. Ao longo do ano a procura descreveu uma trajetória, em termos homólogos, oscilante, com um primeiro semestre de contração e um segundo semestre de crescimento.

O movimento de contração já decorria no segundo semestre de 2023, percebendo-se algum paralelismo entre a trajetória seguida pela procura observada do estacionamento de rotação, em Lisboa, e aquela que é seguida pelas taxas de juro do mercado interbancário.

Traduzida nos indexantes utilizados, designadamente, no crédito à habitação – tipicamente a Euribor com período de três, seis ou 12 meses – quando a subida dos juros se refletiu nas revisões das taxas de juro dos contratos de crédito, em massa, conduziu a uma redução do rendimento disponível e, por conseguinte, a uma redução da parcela gasta em estacionamento.

O movimento inverso também foi claro. A queda das taxas de juro, mais uma vez quando se refletiu nas revisões das taxas dos contratos de crédito, teve como resultado um aumento do rendimento disponível, entre outros consumos, para pagamento de estacionamento – outubro foi mesmo o mês com mais elevado montante de receita do estacionamento de rotação na via pública, desde sempre.

Como se percebe, múltiplos fatores impactam na procura de estacionamento, e mais ainda no estacionamento de rotação. De facto, a procura de estacionamento é uma procura derivada, induzida pela procura de outros bens ou serviços, sendo complexa a tarefa de coordenar níveis de procura de estacionamento – a tarifa é a ferramenta mais eficaz para o fazer, e os dados apontam para uma boa adequação das tarifas implementadas em Lisboa.

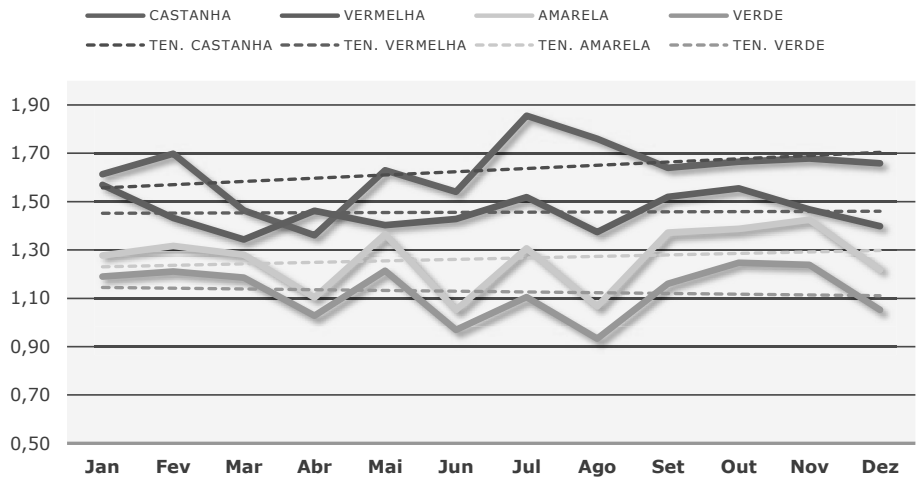


Gráfico 2-7 Evolução Mensal do Número de Horas Vendidas Por Lugar/Dia e Por Tarifa - 2024

A qualidade dessa adequação é medida pelo ordenamento das horas vendidas por lugar, em cada uma das tarifas. Ao longo de todo o ano de 2024, as tarifas mais elevadas registaram mais procura de rotação do que as mais baixas. A exceção, única, ocorreu no mês de abril, quando, em média, foram vendidas mais horas por lugar na tarifa vermelha do que na tarifa castanha.

As razões por que, apesar desta adequação, o nível de serviço permanece reduzido em várias zonas da cidade, sendo necessário percorrer vários arruamentos até encontrar um lugar vago (e, recorrentemente, é preciso percorrê-los mais de uma vez), passam por outros fatores como a elevada pressão de residentes ou o crescimento do número de veículos com dístico verde, que podem estacionar gratuitamente, em qualquer lugar tarifado – no final de 2024 existiam mais de 30 mil dísticos verdes.

2.1.1. Atividades de suporte

O ordenamento do estacionamento assenta em duas grandes dimensões operacionais: o *enforcement* legal das normas de estacionamento e a implementação do dispositivo que, em cada arruamento, concretiza a estratégia concebida de ordenamento.

O *enforcement* legal das normas de estacionamento compete ao efetivo de Fiscalização da EMEL, para cuja eficácia concorre o processamento de contraordenações decorrentes das denúncias emitidas.

FISCALIZAÇÃO

A atividade dos Agentes de Fiscalização de Trânsito (AFT) é fundamental para a gestão do espaço urbano. É uma ação eficaz da Fiscalização que garante o respeito pelas normas de estacionamento, viabilizando as melhorias que se pretendem alcançar quando é delineada a estratégia de mobilidade a implementar.

O contexto histórico em que se assiste à criação da EMEL integrava uma forte necessidade de ordenamento do estacionamento, até aí muito desregulado, num esforço de estruturação do espaço público cujas áreas dedicadas aos modos suaves eram invadidas por estacionamento informal.

Nessa época, o trabalho dos AFT era muito dificultado pela forma como era percebida a introdução de tarifas, e pela necessidade de aceitação do papel da empresa no terreno, enquanto legítima entidade fiscalizadora do estacionamento.

As competências indispensáveis para um bom desempenho das tarefas de fiscalização, nessa altura, passavam muito pelo domínio das normas que compunham a legislação aplicável – o Código da Estrada e o Regulamento de Estacionamento – pela capacidade, física, e, essencialmente, mental, face aos longos períodos de permanência em pé e perante a pressão com que eram confrontados quotidianamente.

A evolução da própria EMEL trouxe consigo novas exigências para o papel do AFT na cidade de Lisboa. A empresa criada para a gestão do estacionamento deu lugar a uma entidade de alcance abrangente na promoção de boas práticas de mobilidade, e o AFT já não se remete a uma aplicação linear das normas de estacionamento, adotando processos de maior impacto na prossecução de objetivos de sustentabilidade nas deslocações urbanas.

As competências técnicas do domínio da legislação permanecem inalienáveis, mas a abordagem e os processos de fiscalização exigem capacidades mais desenvolvidas, estruturadas e alinhadas com o que a cidade espera da EMEL. Foi neste sentido que em 2023 foram tomadas decisões determinantes, e que ao longo de 2024 se concretizaram, primeiro no seio da organização, e de seguida nos arruamentos de Lisboa.

Em primeiro lugar foi estabelecida uma priorização das ações de fiscalização com foco muito claro na proteção da mobilidade, e, dentro desta, dos modos suaves, bem como do estacionamento de residentes – só depois se atende à promoção da rotação.

1. **Prioridade à mobilidade e aos modos suaves**
    a. Estacionamento em passadeiras
    b. Estacionamento em passeios
    c. Estacionamento em lugares reservados a veículos de deficientes
    d. Estacionamento em segunda fila
    e. Estacionamento em ciclovias
    f. Estacionamento em bolsas de cargas e descargas

2. **Fiscalização do estacionamento em zonas reservadas a residentes**

3. **Potenciar a rotação nos lugares tarifados**

Para que esta priorização fosse levada ao terreno de forma eficaz, foi implementado um extensivo programa de formação, transversal a toda a equipa de Fiscalização, incutindo procedimentos desenhados para uma intervenção ágil e eficiente, mas em que a personalização da abordagem se tornou central.

Hoje os AFT que integram o efetivo de Fiscalização da EMEL são, desde a entrada na empresa, dotados de ferramentas que permitem ir mais longe, ao serviço da mobilidade na cidade, vendo alargados os seus recursos a uma área vital para a promoção da sua própria atividade e, por essa via, para a promoção de melhores práticas de mobilidade: a abordagem ao cidadão.

Figura 2-4 Aula de formação de AFT

Ao longo de 2024 mais de 96% dos AFT que integram o efetivo de Fiscalização da EMEL frequentaram um programa de formação, desenvolvido pela Academia EMEL, com um foco muito claro na melhoria do contacto com o cidadão. O programa, profundamente encadeado nas dimensões teóricas e práticas, contempla diversas fases de *follow-up*, primeiro acompanhando os agentes em plena operação e depois retornando à sala, seguindo um planeamento que se estenderá até ao final do primeiro trimestre de 2025.

Os frutos desta aposta estratégica no cuidado da abordagem ao cidadão e na formação, começam a evidenciar-se na forma como a atividade da Fiscalização é acolhida nas ruas, estabelecendo-se um contexto de menor conflitualidade.

Tabela 2-7 Evolução do Volume de Operações de Fiscalização 2020 - 2024

	2020	2021	2022	2023	2024
Denúncias e Avisos	287 996	343 197	412 123	424 894	379 582
Desbloqueamentos	28 893	43 480	65 737	53 967	54 506
Remoções	7 933	11 800	17 737	19 056	19 219
Operações Totais	**324 822**	**398 477**	**495 597**	**497 917**	**453 307**

Uma atitude mais pedagógica e dialogante, revelando mais proximidade e empatia com as necessidades dos utilizadores do estacionamento, exige maior disponibilidade dos AFT para, mais do que comunicar, saber ouvir e compreender as dificuldades. Esta postura consome tempo e atenção, deixando menos destes recursos para a concretização de operações.

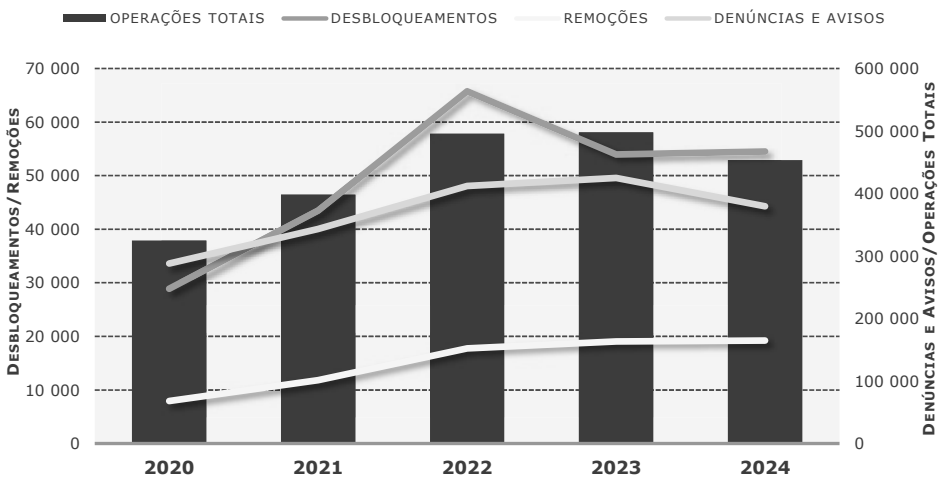


Gráfico 2-8 Evolução das operações de Fiscalização 2020 - 2024

A priorização estabelecida para a fiscalização de infrações também contribui para a evolução registada.

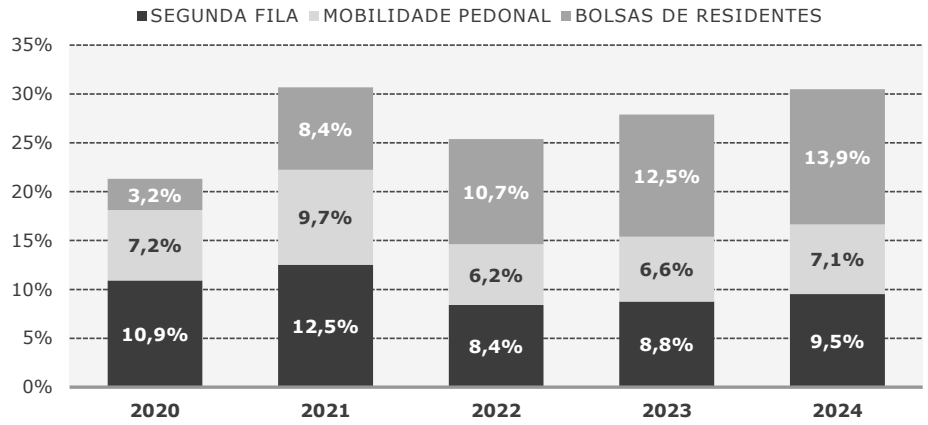


Gráfico 2-9 Evolução da Proporção de Operações Associadas a Prioridades Operacionais 2020 - 2024

Quando o AFT apeado inicia a verificação de um arruamento, obedecendo à ordenação definida, coloca a sua atenção, primeiro, nas passadeiras e passeios, lugares reservados ao estacionamento de deficientes e a veículos em segunda fila – estas ocorrências não têm a mesma continuidade subjacente à fiscalização dos lugares tarifados, obrigando a maiores deslocações e maior dispêndio de tempo.

Este fator não tem o mesmo relevo na operação motorizada dos bloqueios e remoções, em grande parte das vezes decorrente da sinalização prévia dos agentes apeados. A assimilação da priorização de infrações estabelecida ainda foi mais pronunciada na atividade das equipas de bloqueio e dos reboques.

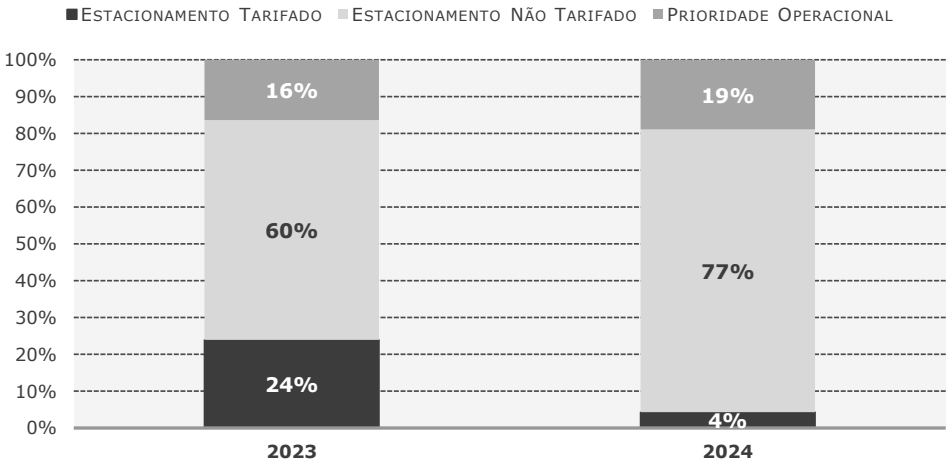


Gráfico 2-10 Proporção de Desbloqueios e Remoções por categoria de infração 2023 - 2024

A preponderância das primeiras prioridades operacionais que se evidencia na atividade das equipas de bloqueios e dos reboques, demonstra o sucesso na implementação da estratégia definida para a Fiscalização como um todo, tendo a promoção da mobilidade, e em particular da mobilidade suave, como objetivo de fundo. O esforço colocado na melhoria do contacto com o cidadão exige, como se disse, uma disponibilidade para ouvir e para acolher as dificuldades de quem circula em Lisboa.

Esse esforço impacta no tempo de desbloqueio, que corresponde ao período que medeia entre a solicitação do desbloqueio, protagonizada pelo condutor do veículo bloqueado, e a concretização do desbloqueio por uma das equipas do serviço. Consideram-se desbloqueios sem pedido aqueles que são realizados pelas equipas, sem que tenha sido solicitado o desbloqueio ao serviço de coordenação – isto acontece quando o automobilista chega junto do automóvel bloqueado e a equipa de bloqueio ainda permanece no local. Aos desbloqueios sem pedido corresponde um tempo de desbloqueio nulo.

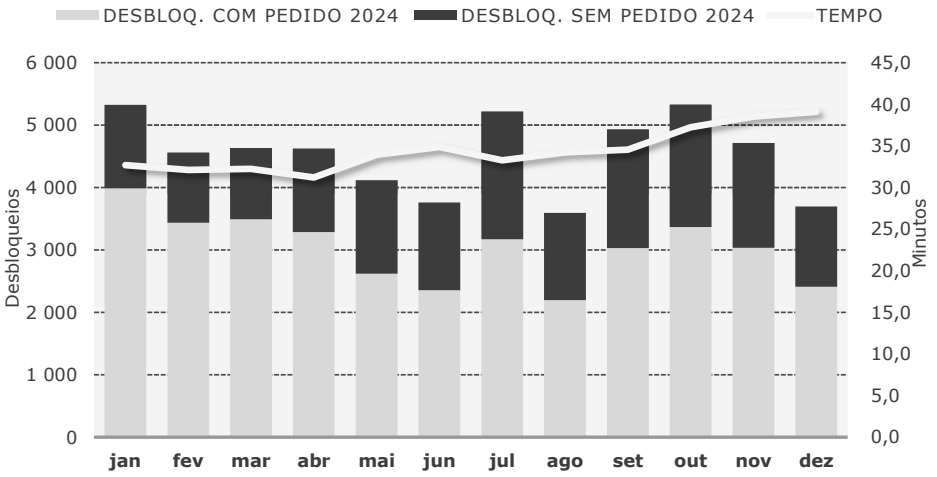


Gráfico 2-11 Evolução Mensal do Número de Desbloqueios e do Tempo de Desbloqueio 2024

Neste contexto específico do desbloqueio sem pedido, o facto de os AFT alocarem uma parcela maior do seu tempo ao diálogo com os condutores, acaba por ser benéfico – permanecendo mais tempo na área em que foram bloqueadas viaturas, atendem mais pessoas, realizando mais desbloqueios sem pedido.

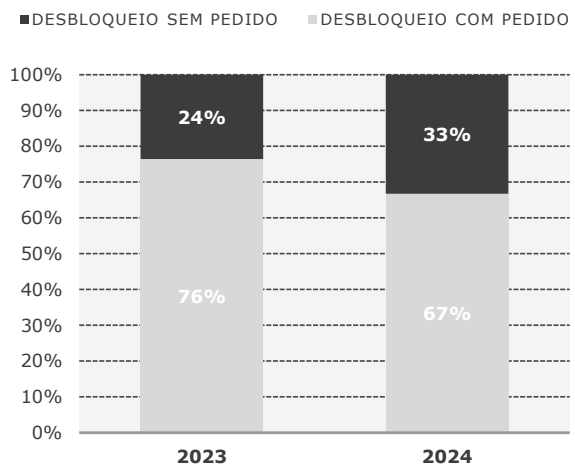


Gráfico 2-12 Evolução dos desbloqueios com e sem pedido 2023 - 2024

O tempo de desbloqueio é um indicador que a EMEL procura, ativamente, melhorar, que em 2024 registou uma média de 34 minutos. Os muitos imponderáveis externos que influem no tempo necessário para acorrer aos pedidos de desbloqueio, tornam muito desafiante a definição de objetivos. A abordagem cuidada ao cidadão que se preconiza veio aumentar ainda mais esse desafio.

2024 foi um ano de grande progresso na atividade da Fiscalização da EMEL. Os processos utilizados permitem um impacto cada vez maior na mobilidade em Lisboa e a forma como se interage com o cidadão proporciona uma maior adesão a boas práticas de mobilidade e um ambiente de maior serenidade em toda a atividade da Fiscalização.

CONTRAORDENAÇÕES

Uma das missões do tratamento e gestão de contraordenações é a redução do tempo decorrido entre a criação da denúncia de infração e a notificação do condutor do veículo alvo dessa denúncia, logrando a correta identificação dos condutores e procedendo à sua notificação, de forma eficaz. Em matéria de emissão de denúncias, relativamente à atividade da Fiscalização, salienta-se o seguinte:

- Concretizou-se uma aposta assertiva numa nova abordagem ao cidadão, com maior disponibilidade para acolher as suas necessidades e para ir ao seu encontro de uma forma mais pedagógica, reduzindo o tempo disponível para novas operações.
- Conseguiu-se um maior alinhamento com as prioridades estratégicas de intervenção na fiscalização do estacionamento em Lisboa, com ainda maior priorização das infrações reconhecidas como prioritárias para a boa gestão da mobilidade da cidade, designadamente o estacionamento em segunda fila e o estacionamento a impedir ou dificultar a mobilidade pedonal e o acesso do peão ao transporte público.

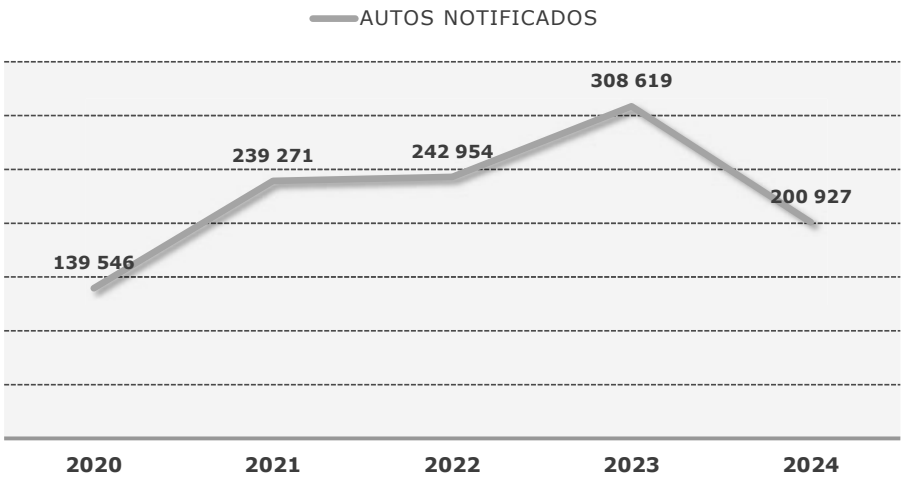


Gráfico 2-13 Evolução anual do volume de autos notificados 2020 – 2024

Analisando estes diversos meios, é de salientar que foi realizado um total de 432 345 notificações em 2024, que se traduziram, em linha com os o número de autos notificados, numa diminuição de aproximadamente 33% relativamente às de 2023, aproximando-se, contudo, da ordem de grandeza registada em 2022. A distribuição mensal destas notificações pode ser consultada no gráfico seguinte.

Ao pagamento das coimas relativas às contraordenações dos autos emitidos está, naturalmente, associado o sucesso da notificação, mas de forma não totalmente correlacionada, já que a taxa de pagamento é influenciada por outros fatores, como é o caso do hiato temporal entre verificação da infração e notificação, que quanto mais curto for, maior será a propensão do infrator/arguido para o pagamento.

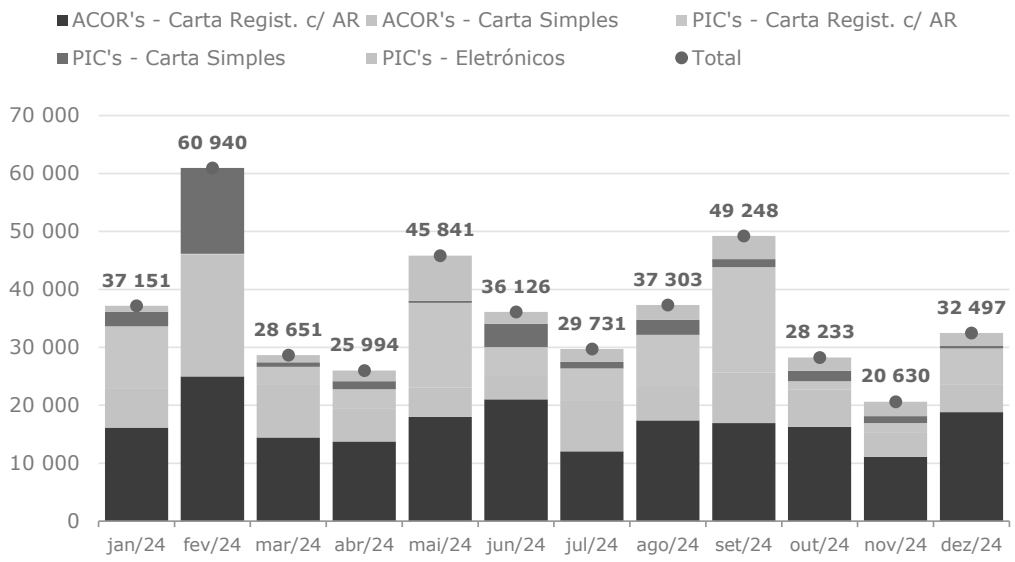


Gráfico 2-14 – Evolução mensal das notificações, por meio de envio 2024

Relativamente ao volume de coimas pagas e ao respetivo valor, a tendência anual tem sido análoga à verificada nas notificações, com um máximo de processos registados em 2023 e um volume de 2024 mais próximo do de 2022. Neste último ano, os 190 952 processos pagos, que totalizaram 7 240 695€, correspondem a um valor médio de coima paga de 37,92€.

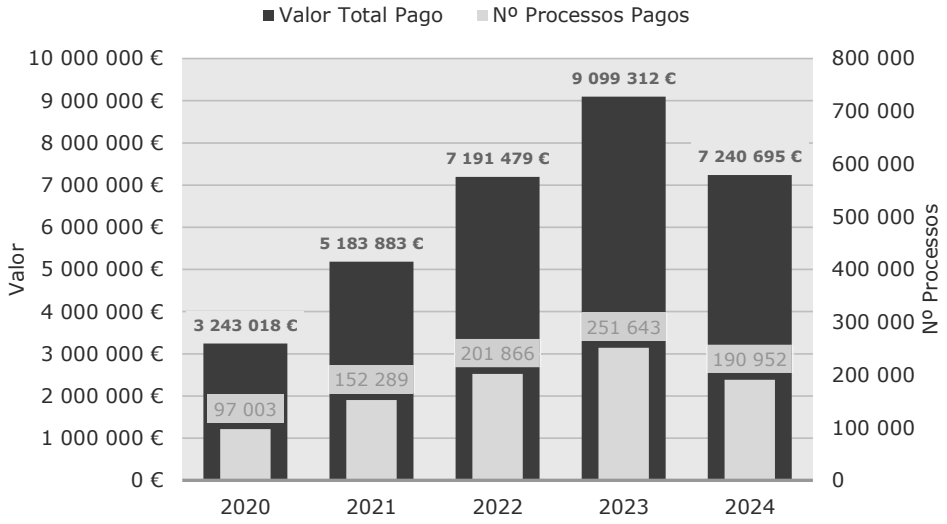


Gráfico 2-15 Evolução anual do volume de coimas pagas e respetivo valor 2019 – 2023

Constata-se, assim, a manutenção do esforço da EMEL em notificar eficazmente, priorizar o tratamento das infrações mais graves e prioritárias, com reflexos visíveis no aumento das taxas de pagamento.

Apesar da prossecução da estratégia de consciencialização quanto à necessidade do cumprimento das regras de estacionamento, o processo contraordenacional acarreta custos, duração, esforço e complexidade significativos, que levam a que se tenha continuado, de forma complementar, a dar primazia ao pagamento voluntário das autuações.

Assim, os canais disponíveis para o serviço de Identificação Voluntária do Condutor, como interação do infrator com a EMEL que antecede o pagamento voluntário, manteve a tendência de crescimento em 2024, que se cifrou num total de pedidos muito próximo do de 2023 (-1,2%), apesar de incidir sobre um volume de autos bastante inferior, tal como explicado anteriormente. Isto revela, da parte dos infratores, um reconhecimento das vantagens destes canais (Meu Perfil EMEL e ePark) para uma identificação mais confortável, ágil e prevenção de demoras no processo e de custas adicionais.

Sendo os canais digitais os que se entendem mais vocacionados para este serviço e ao quais se pretende continuar a dar primazia, pelo facto de serem processos seguros e com as necessárias regras de validação da informação disponibilizada, o gráfico seguinte detalha a evolução destes pedidos ao longo de 2024.

É possível constatar, apesar dos efeitos do número de dias de trabalho e sazonalidade inerentes a cada mês, uma tendência de crescimento ao longo do ano, que culminou num número médio de pedidos por dia de trabalho de 185, em dezembro de 2024.

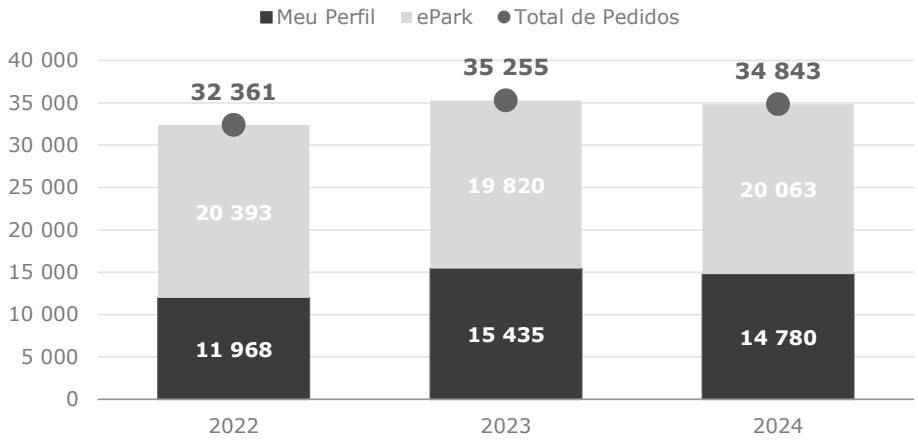


Gráfico 2-16 Volume anual pedidos Identificação Voluntária do Condutor 2022 – 2024

Os processos pagos resultantes seguem uma tendência mensal semelhante ao volume de identificações por via destes canais e explicam uma taxa de pagamento de 62% para o total de 2024, embora com a receção desses pagamentos a ser registada com uma dilação temporal entre 10 e 15 dias úteis face ao momento da identificação.

Ainda relativamente à identificação voluntária do condutor, importa dizer que se fechou o ano de 2024 com uma duração decorrida entre a verificação da infração e a identificação voluntária de cerca de sete dias, em média, com mais 11 dias médios decorridos até à receção do pagamento, o que resulta num tempo total do ciclo contraordenacional inferior ao dos ACOR's com necessidade de levantamento indireto e notificações múltiplas.

Este desempenho sublinha que a adesão a estes canais digitais, além de mais segura para todas as partes envolvidas, é também mais ágil e eficiente, constituindo-se como mais um serviço de melhoria da relação da EMEL com o cidadão.

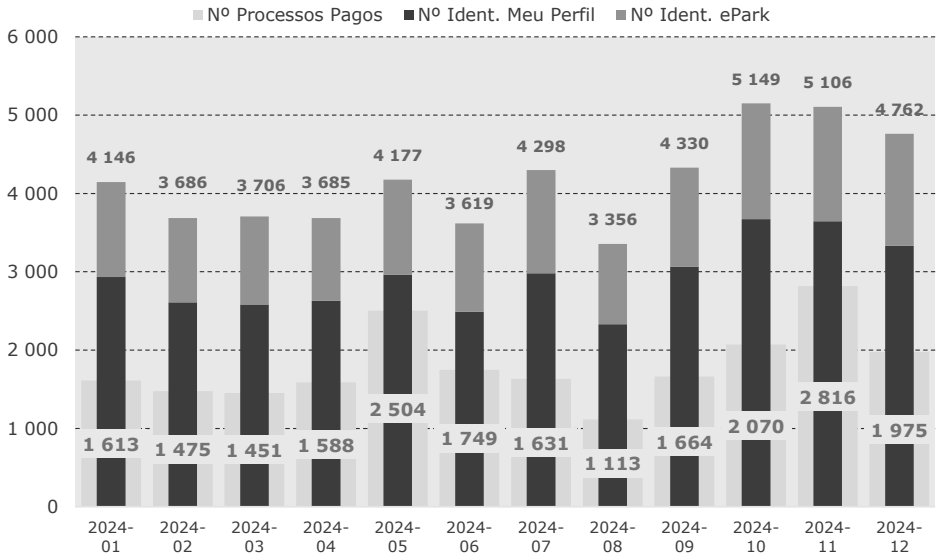


Gráfico 2-17 Evolução mensal dos pedidos de Identificação Voluntária do Condutor 2024

2.1.2. Outras atividades de suporte

A viabilização do *enforcement* legal das normas de estacionamento depende do estabelecimento de um dispositivo que, na prática, materializa esse quadro normativo. O dispositivo integra, essencialmente, três dimensões muito importantes: i) a sinalização – horizontal e vertical – planeada e implementada obedecendo quer às regras vigentes, quer à estratégia idealizada para cada arruamento; ii) o sistema de meios de pagamento, com disponibilidade, fiabilidade e conveniência para os utilizadores; iii) o serviço de apoio ao cliente, interface do relacionamento do cidadão com a empresa.

SINALIZAÇÃO

É através da sinalização instalada que o ordenamento do estacionamento se concretiza no terreno. A sinalética implementada, toda ela obedecendo a *standards* homologados internacionalmente, transmite aos condutores as informações de que estes necessitam para adotar práticas de condução e estacionamento alinhadas com a definição estratégica adotada para cada arruamento.

Por outro lado, é também a presença da sinalização que possibilita aos Fiscais da EMEL exercerem a sua atividade, permitindo, na maior parte dos casos, a denúncia das infrações detetadas.

A sinalização vertical veicula as decisões tomadas quanto à alocação de lugares segundo a sua tipologia – tarifados, reservados a residentes, cargas e descargas, entre outros – sendo atualizada cada vez que essas decisões se alteram para determinado conjunto de lugares.

Já a sinalização horizontal é mais flexível quanto à forma de enquadramento das normas, sendo possível que o mesmo *layout* satisfaça as condições de lugares de características diversas. Por este motivo, a sinalização horizontal é mais permanente, no sentido da sua definição e implementação, mas também mais sujeita à acumulação de desgaste.

No estudo e planeamento do *layout* a implementar nas aberturas de novas ZEDL, é definido o desenho da sinalização horizontal adequado aos objetivos estabelecidos, esse *layout* é implementado no terreno e, posteriormente é repintado quando se percebe a necessidade de o fazer dado o desgaste das marcas originais, ou quando se toma uma decisão cuja implementação é incompatível com a sinalização existente.

Figura 2-5 Pintura de passadeira no âmbito da expansão do estacionamento ordenado no Lumiar

As condições de desgaste a que as pinturas da sinalização horizontal estão sujeitas, são muito diversas, consoante o arruamento e a zona da cidade em que estão localizadas. O que a EMEL tem vindo a fazer é um esforço de monitorização sistemática do estado dessas pinturas, que levou, em 2024 a trabalhos de repinturas tiveram lugar em 56 zonas espalhadas pela cidade.

Tabela 2-8 Número de Lugares Repintados por ZEDL

ZEDL	LUG.	ZEDL	LUG.	ZEDL	LUG.
003 - Parque	137	**03N - Alvalade(N)**	441	**14N - Lumiar(N)**	27
005 – Av. da Liberdade	353	**03O - Alvalade(O)**	44	**14O - Lumiar(O)**	157
006 - S. Mamede	498	**03Q - Alvalade(Q)**	43	**17B - Olivais(B)**	905
007 - Santa Marta	137	**03R - Alvalade(R)**	943	**17C - Olivais(C)**	604
009 - Chile	43	**044 - Castelo**	58	**17D - OLIVAIS(D)**	498
010 - Avenidas Novas	196	**04F - Areeiro(F)**	118	**17E - OLIVAIS(E)**	31
012 - Chiado	24	**10A – C. de Ourique(A)**	1972	**17G - OLIVAIS(G)**	276
013 - Baixa	261	**10B – C. de Ourique(B)**	60	**23C - São. D. Benfica(C)**	43
014 – Pr. José Fontana	726	**10C - C. de Ourique(C)**	701	**23D – São. D. Benfica(D)**	354
016 - Campo Pequeno	644	**11B - CAMPOLIDE (11B)**	50	**23E – São. D. Benfica(E)**	897
017 - Estefânia	447	**11F - CAMPOLIDE (11F)**	95	**23F – São D. Benfica(F)**	108
018 - Marquês Pombal	592	**11I - CAMPOLIDE (11I)**	95	**23G - SÃO D. Benfica(G)**	78
021 - Castilho	693	**13B - Estrela(B)**	294	**23H - SÃO D. Benfica(H)**	115
023 - Bairro Azul	237	**13C - Estrela(C)**	88	**23I - SÃO D. Benfica(I)**	648
025 - Campo Santana	665	**14C - Lumiar(C)**	88	**23J - SÃO D. Benfica(J)**	267
033 - Príncipe Real	222	**14G - Lumiar(G)**	27	**24B - São Vicente(B)**	63
038 - Socorro	82	**14J - Lumiar(J)**	1496	**24C - São Vicente(F)**	19
03I - Alvalade(I)	508	**14K - Lumiar(K)**	639	**24F - São Vicente(G)**	9
03J - Alvalade(J)	650	**14L - Lumiar(L)**	693	**TOTAL**	20 159

O volume de lugares repintados cresceu – em 2024 atingiu-se o patamar dos 20%, dos lugares totais, repintados.

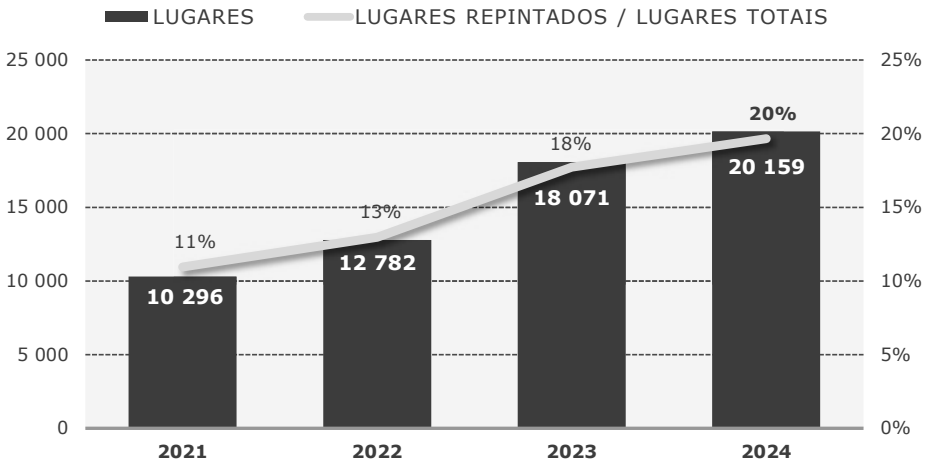


Gráfico 2-18 Evolução do Número de Lugares Repintados 2021 - 2024

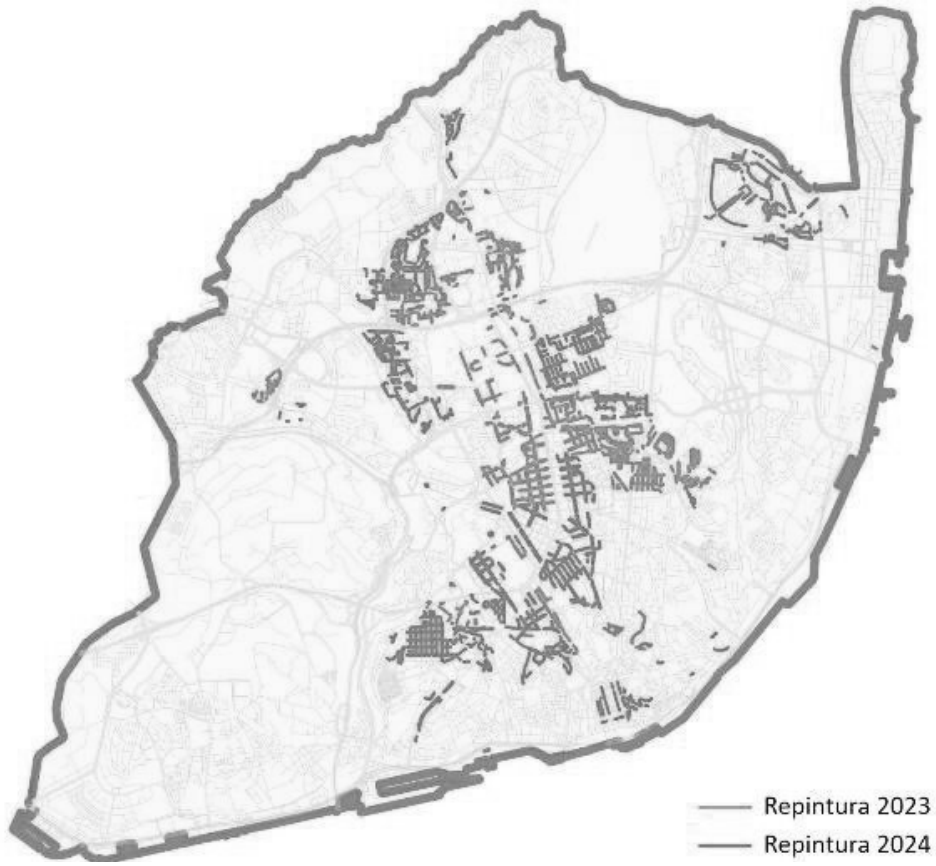


Figura 2-6 – Mapa das Artérias que beneficiaram da repintura da sinalização horizontal 2023 - 2024

Alargando a perspetiva também aos lugares repintados em 2023, percebe-se a abrangência do esforço da EMEL nesta matéria. A continuidade deste esforço é muito importante para a clareza do ordenamento do estacionamento, através da preservação da informação veiculada pelas pinturas – as tecnologias disponíveis não conferem grande longevidade à sinalização horizontal e o seu desgaste abre espaço a interpretações diversas que poderiam originar perceções desfavoráveis da atividade de fiscalização.

Precisamente para reforçar a clareza do ordenamento do estacionamento que é implementado, a EMEL tem vindo a socorrer-se da sinalização horizontal para melhor identificar os lugares reservados para o estacionamento de viaturas de residentes com dístico de zona. Tradicionalmente, esta reserva era assinalada com o recurso à sinalização vertical (e continua a ser), o que, em termos normativos, correspondia ao que era exigido para o efeito. No entanto, na interação mais aprofundada que a empresa vem cultivando com o cidadão, apurou-se que, diversas vezes, a sinalização vertical passava despercebida.

Figura 2-7 Lugares reservados a residentes com nova sinalização

Tentando mitigar este facto, a EMEL tomou a iniciativa de dar maior destaque a esta reserva, adicionando ao esquema de sinalização horizontal a designação "RESIDENTES", junto dos lugares.

A nova sinalização ajuda os automobilistas a identificar lugares reservados para residentes. É esta atitude que a EMEL procura desenvolver – ouvir, identificar dificuldades e procurar soluções. Também na disponibilização de meios de pagamento este tem sido o caminho.

MEIOS DE PAGAMENTO

Outro vetor fundamental para o ordenamento do estacionamento é o da disponibilização de meios de pagamento do estacionamento, fiáveis e convenientes para o utilizador.

O advento do estacionamento pago trouxe às maiores metrópoles um dispositivo mecânico de pagamento, o parquímetro, que depressa passou a integrar a diversificada gama de equipamentos que compõem a paisagem urbana – em Lisboa são quase 3 300, espalhados pela cidade.

Tabela 2-9 Número de Parquímetros por ZEDL

ZEDL	PARQ	ZEDL	PARQ	ZEDL	PARQ	ZEDL	PARQ
001 - Berna /Valbom	63	03H - Alvalade(H)	19	11H - Campolide(H)	41	19C - Penha França(C)	55
003 - Parque	16	03I - Alvalade(I)	17	11I - Campolide(I)	13	19D - Penha França(D)	18
005 – Av. da Liberdade	42	03J - Alvalade(J)	26	12B - Carnide(B)	1	19E - Penha França(E)	24
006 - S. Mamede	32	03K - Alvalade(K)	46	12C - Carnide(C)	14	19F - Penha França(F)	28
007 - Santa Marta	18	03L - Alvalade(L)	4	12D - Carnide(D)	29	20E - Santa Clara(E)	7
008 - Alameda	24	03M - Alvalade(M)	19	12E - Carnide(E)	40	20H - Santa Clara(H)	20
009 - Chile	52	03N - Alvalade(N)	29	13A - Estrela(A)	7	21C - Sta. Maior(C)	1
010 - Avenidas Novas	50	03O - Alvalade(O)	23	13B - Estrela(B)	56	23A - S. D. Benfica(A)	2
012 - Chiado	21	03P - Alvalade(P)	63	13C - Estrela(C)	49	23B - S. D. Benfica(B)	27
013 - Baixa	17	03Q - Alvalade(Q)	25	13D - Estrela(D)	46	23C - S. D. Benfica(C)	18
014 – Pr. José Fontana	42	03R - Alvalade(R)	49	14C - Lumiar(C)	28	23D - S. D. Benfica(D)	10
015 - Entrecampos	47	04A - Areeiro(A)	2	14D - Lumiar(D)	13	23E - S. D. Benfica(E)	27
016 - Campo Pequeno	29	04B - Areeiro(B)	14	14G - Lumiar(G)	32	23F - S. D. Benfica(F)	15
017 - Estefânia	44	04C - Areeiro(C)	27	14H - Lumiar(H)	28	23G - S. D. Benfica(G)	48
018 - Marquês Pombal	39	04D - Areeiro(D)	16	14J - Lumiar(J)	50	23H - S. D. Benfica(H)	26
021 - Castilho	27	04E - Areeiro(E)	20	14K - Lumiar(K)	25	23I - S. D. Benfica(I)	29
023 - Bairro Azul	11	04F - Areeiro(F)	60	14L - Lumiar(L)	36	23J - S. D. Benfica(J)	8
025 - Campo Santana	36	04G - Areeiro(G)	27	14M - Lumiar(M)	19	23K - S. D. Benfica(K)	34
030 - Gulbenkian	10	04H - Areeiro(H)	37	14N - Lumiar(N)	42	23L - S. D. Benfica(L)	18
032 - São Paulo	17	05G - Arroios(G)	3	14O - Lumiar(O)	29	23O - S. D. Benfica(O)	2
033 - Príncipe Real	39	07A - Beato(A)	14	17B - Olivais(B)	44	23P - S. D. Benfica(P)	11
037 - Anjos	79	07C - Beato(C)	1	17C - Olivais(C)	27	24A - São Vicente(A)	13
038 - Socorro	43	07D - Beato(D)	9	17D - Olivais(D)	22	24B - São Vicente(B)	14
043 – Stª Catarina/Bica	3	07G - Beato(G)	11	17E - Olivais(E)	21	24C - São Vicente(C)	10
046 - Laranjeiras	5	09C - Benfica(C)	12	17F - Olivais(F)	4	24D - São Vicente(D)	10
051 - Belém	3	09F - Benfica(F)	8	17G - Olivais(G)	10	24E - São Vicente(E)	15
052 - Avenida Brasília	35	10A – C. Ourique(A)	106	17I - Olivais(I)	1	24F - São Vicente(F)	10
055 - Bairro de Santos	39	10B – C. Ourique(B)	10	18A – P. Nações(A)	74	24G - São Vicente(G)	6
03A - Alvalade(A)	20	10C – C. Ourique(C)	46	18B – P. Nações(B)	28	24H - São Vicente(H)	14
03B - Alvalade(B)	4	11A - Campolide(A)	9	18C – P. Nações(C)	83	24I - São Vicente(I)	2
03C - Alvalade(C)	3	11B - Campolide(B)	23	18D – P. Nações(D)	16	24J - São Vicente(J)	2
03D - Alvalade(D)	11	11E - Campolide(E)	3	18E - Parque Nações(E)	45		
03E - Alvalade(E)	2	11F - Campolide(F)	13	19A - Penha França(A)	34		
03G - Alvalade(G)	8	11G - Campolide(G)	21	19B - Penha França(B)	19		
						TOTAIS	**3 293**

O recurso a parquímetros para o pagamento das tarifas de estacionamento exige, primeiro, um investimento elevado na sua aquisição, e depois elevados gastos correntes, seja para a sua manutenção e preservação da disponibilidade, ou para a recolha dos valores neles depositados.

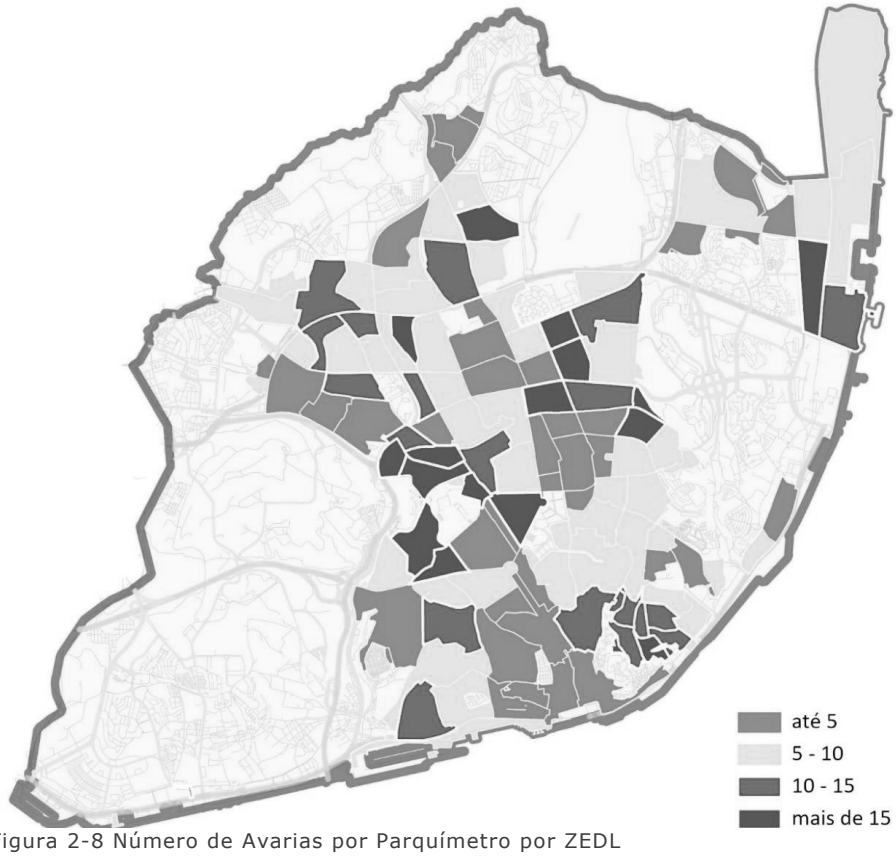


Figura 2-8 Número de Avarias por Parquímetro por ZEDL

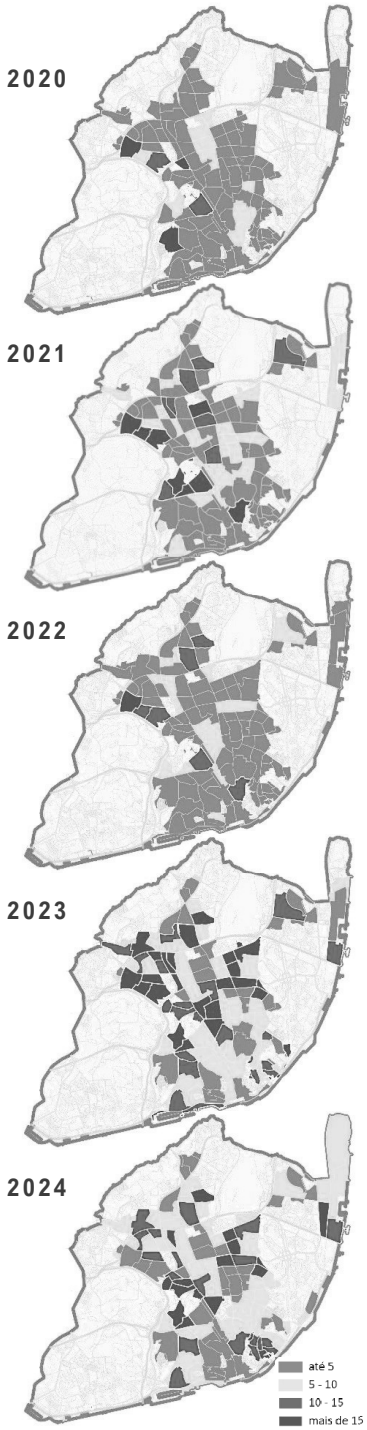


Figura 2-9 Evolução do Número Médio de Avarias por Parquímetro por ZEDL 2020 - 2024

Acresce que, pela sua natureza e as características do seu uso, assentar o pagamento do estacionamento numa rede de parquímetros exige um sobredimensionamento dessa rede, isto é, para assegurar quer a disponibilidade do dispositivo, quer a conveniência do seu uso, são necessários mais parquímetros do que aqueles que bastariam para simplesmente recolher os valores associados ao pagamento do tempo de estacionamento dos utilizadores.

Para garantir conveniência e acessibilidade aos parquímetros, estes não devem estar muito distantes do lugar onde os condutores estacionam os seus automóveis.

Outra característica obriga a que seja instalado um número elevado destes equipamentos: a sua elevada propensão para a avaria. Seja pelo elevado desgaste provocado pelo uso intensivo, decorrente de uma grande e diversificada quantidade de utilizadores, pela sua permanente exposição ao calor do verão ou à humidade e frio do inverno, seja pelo vandalismo gratuito ou pela tentativa de furto dos valores contidos nos seus cofres, são muitos os fatores que proporcionam condições para que os parquímetros se danifiquem e estejam indisponíveis, pelo menos por algum tempo.

Para que essa indisponibilidade não comprometa o acesso ao meio de pagamento, torna-se necessário dimensionar o dispositivo com um nível adequado de redundância, ou seja, instalar mais parquímetros.

Com a rede instalada em Lisboa a rondar os 3 300 parquímetros, será necessário contar com uma equipa de dimensão adequada para responder às necessidades colocadas por um parque de máquinas tão vasto. Na EMEL essa equipa é constituída por 45 trabalhadores, entre aqueles que procedem regularmente à recolha dos valores nos parquímetros e os que asseguram a prontidão imprescindível na resolução das ocorrências que surgem.

Nos últimos dois anos o número de avarias em parquímetros aumentou. Um fator muito relevante aponta para que esta tendência se acentue: os parquímetros estão a envelhecer e mais de 50% dessas máquinas têm já idade superior a 10 anos.

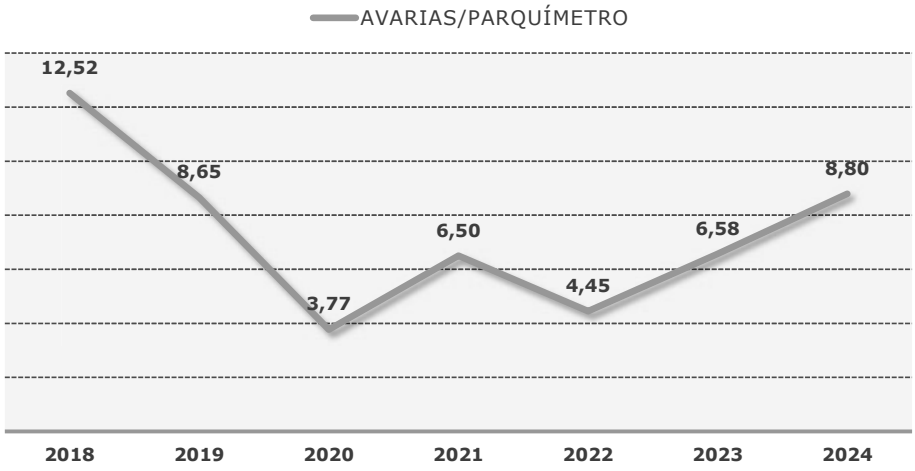


Gráfico 2-19 Evolução do Rácio de Avarias por Parquímetro 2018 - 2024

Muitas destas avarias decorrem de atos de vandalismo. Os atos de vandalismo estão presentes na operação dos parquímetros desde a sua primeira instalação. A dada altura da história da EMEL chegaram a colocar em causa a viabilidade económica da empresa, reduzindo de forma significativa os rendimentos que conseguia recolher da cobrança do estacionamento.

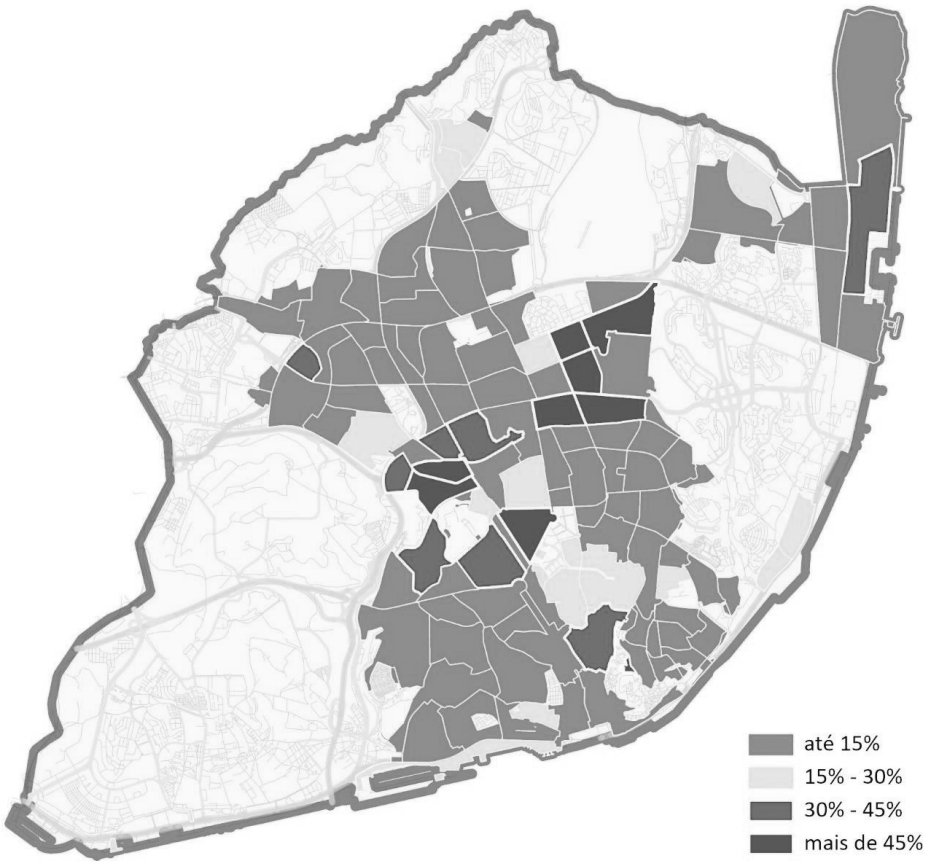


Figura 2-10 Proporção das Avarias de Parquímetros Decorrentes de Atos de Vandalismo

Muitos desses problemas encontram solução eficaz no meio de cobrança alternativo que é proposto pelas aplicações de pagamento móvel. No entanto, há outra forma de mitigar os riscos associados ao vandalismo e que não exclui os próprios parquímetros. Trata-se do MB WAY.

A conhecida massificação dos *smartphones* em Portugal abriu a porta para a implementação de ferramentas eletrónicas móveis, muito convenientes para o consumidor. Uma dessas ferramentas é, precisamente o MB WAY, uma aplicação que facilita muito a gestão financeira dos portugueses, e que por isso mesmo se tornou muito popular.

Figura 2-11 Aplicação MB WAY

Perante o sucesso desta solução, a EMEL encontrou, junto dos seus fornecedores, forma de aceitar o pagamento do estacionamento na via pública, através desta ferramenta, continuando os parquímetros a emitir os talões que titulam o pagamento realizado. As vantagens para o utilizador são claras, dispensando a necessidade de moedas para efetuar a transação. Também do lado operacional se percebem benefícios evidentes, ao reduzir a frequência necessária de recolha dos valores depositados nos parquímetros, sem que aumente o risco de furto desses montantes.

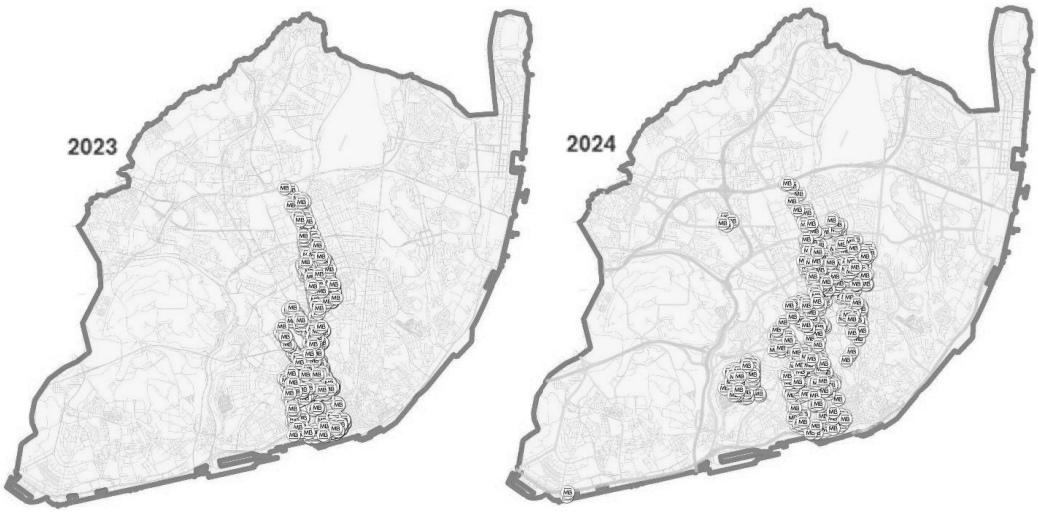


Figura 2-12 Evolução dos parquímetros com pagamento por MB WAY 2023 - 2024

Em 2024 a EMEL prosseguiu com a implementação desta solução num maior número de parquímetros, estando esta alternativa disponível em quase 800 destes equipamentos, espalhados pelas zonas de maior procura do eixo central, mas também em Benfica ou Campo de Ourique. O sucesso do MB WAY como alternativa de pagamento no parquímetro, não é, no entanto, suficiente para evitar a queda desta forma de pagamento do estacionamento no total da via pública.

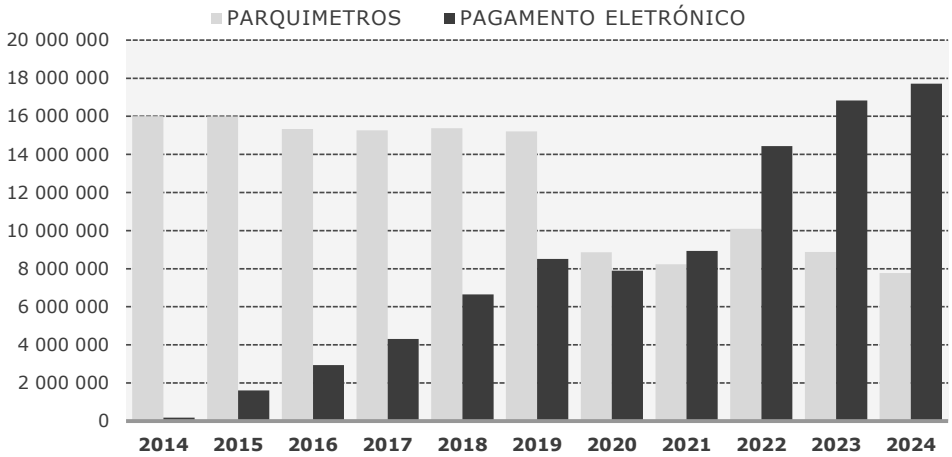


Gráfico 2-20 Evolução dos Rendimentos de Estacionamento na Via Pública Parquímetros vs Pagamento Eletrónico 2014 - 2024

Até 2019 os parquímetros lideravam os meios de cobrança do estacionamento na via pública.

Com a pandemia de Covid 19, algumas das vantagens proporcionadas pelas *apps* de pagamento eletrónico, como a dispensa de presença junto do parquímetro e do manuseamento de moedas, ganharam relevo ao lado de outros benefícios como o do pagamento do tempo exato que se necessita de estacionar, ou do cancelamento do pagamento, nos casos em que essa necessidade se extingue antes do previsto.

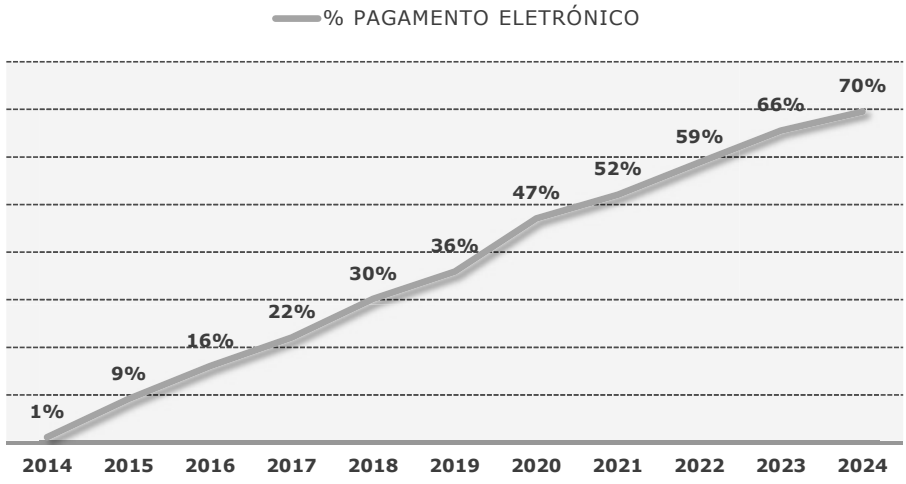


Gráfico 2-21 Evolução da Proporção de Pagamento Eletrónico no Estacionamento na Via Pública 2014 - 2024

A pandemia deu às soluções de pagamento eletrónico um ímpeto no seu crescimento, conferindo-lhes o lugar cimeiro, decorrente da preferência dos utilizadores, e que continua a consolidar-se.

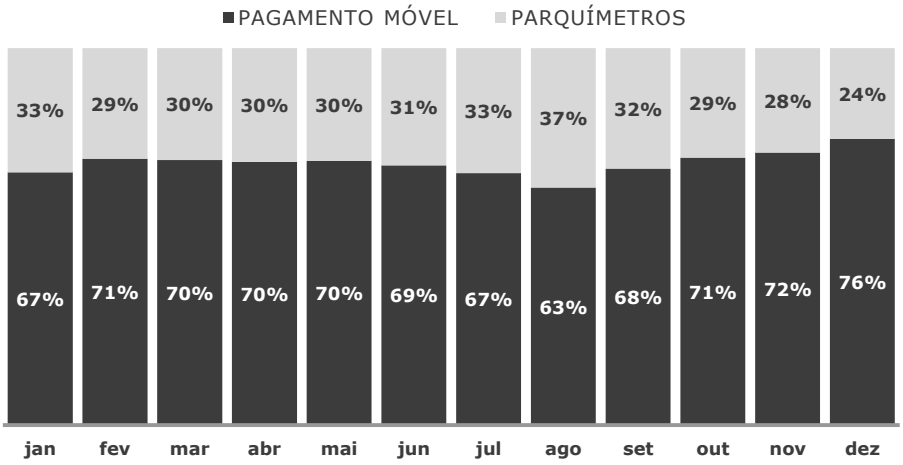


Gráfico 2-22 Evolução Mensal da Repartição dos Montantes Cobrados pelos Meios de Pagamento do Estacionamento na Via Pública em 2024

Com a preferência dos utilizadores a convergir para as *apps* de pagamento eletrónico e o montante cobrado por intermédio dos parquímetros a reduzir-se consistentemente, a EMEL tomou medidas para racionalizar a rede disponível de parquímetros, concebendo e implementando um plano de remoção de algumas das máquinas que, para além do desempenho económico da sua operação, visa também a libertação do espaço público de obstáculos e constrangimentos, tornando os passeios mais acessíveis a todos, facilitando a mobilidade pedonal na cidade.

Esta intervenção, que passa também pela relocalização de alguns equipamentos existentes na via pública, teve por base os seguintes critérios:

- A proximidade entre os parquímetros
- O estado dos equipamentos
- A receita cobrada pelo parquímetro
- As áreas em que o pagamento digital é superior a 60%
- Distâncias recomendadas entre os equipamentos, constantes no manual do espaço público da CML

Figura 2-13 Meios alternativos de pagamento do estacionamento - Smart Park e "Raspadinhas"

Ao todo, ao longo de 2024, foram removidos cerca de 110 equipamentos.

Para que se possa ir mais longe a EMEL estuda as possibilidades de disponibilização de meios alternativos, reconhecendo e indo ao encontro das dificuldades daqueles que ainda não aderiram às *apps* de pagamento móvel.

A nível internacional existem diversas soluções, com capacidade já provada, e que vão da comercialização de títulos pré-comprados ao estabelecimento de acordos com agentes de comércio local, para que estes possam realizar o pagamento do estacionamento de terceiros. A própria EMEL disponibilizou, no passado, títulos pré-comprados – as conhecidas "Raspadinhas" – e um equipamento de pagamento individual, com recurso a cartões vendidos nas lojas EMEL, muito apreciado pelos utilizadores – o Smart Park, também conhecido como o "Parquímetro Individual".

APOIO AO CLIENTE

A atividade da EMEL caracteriza-se por grandes volumes de interações entre os utilizadores dos serviços que presta e a própria empresa. São milhões de estacionamentos, milhões de viagens nas bicicletas do GIRA, milhares de carregamentos de veículos elétricos ou milhares de dísticos emitidos.

Com tantas interações torna-se indispensável a existência de capacidade para atender às dúvidas, pedidos e reclamações que diariamente são colocados à empresa.

Os Pontos de Atendimento EMEL – fisicamente nas Lojas do Cidadão das Laranjeiras e do Saldanha e no edifício da CML do Campo Grande – são o canal privilegiado por muitos dos clientes EMEL. Desde a pandemia que a capacidade de atendimento não parou de crescer, com destaque para a Loja Virtual, agora o principal meio de atendimento da empresa.

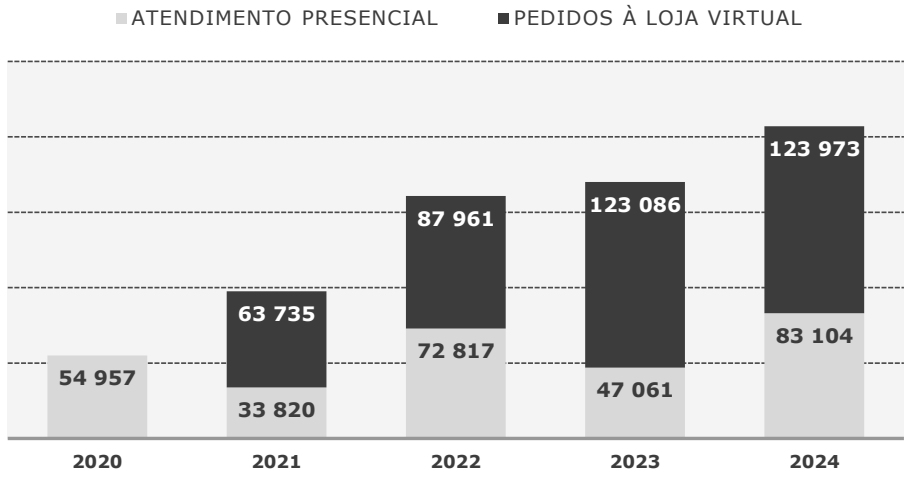


Gráfico 2-23 Evolução do Volume de Atendimento Presenciais e dos Pedidos *a Loja Virtual 2020 - 2024

Em 2024 foram mais de 200 mil atendimentos realizados, a grande maioria deles relacionados com a emissão e renovação de dísticos, principalmente dísticos de residente, mas também, e cada vez mais, dísticos verdes, atribuídos aos veículos 100% elétricos e que titulam o estacionamento em todos os lugares tarifados da cidade. Ao todo, em 2024 foram emitidos, pelos meios do Apoio ao Cliente da EMEL, cerca de 160 mil dísticos, a maioria deles de forma digital, através da Loja Virtual, e sem necessidade de presença física em qualquer dos Pontos de Atendimento.

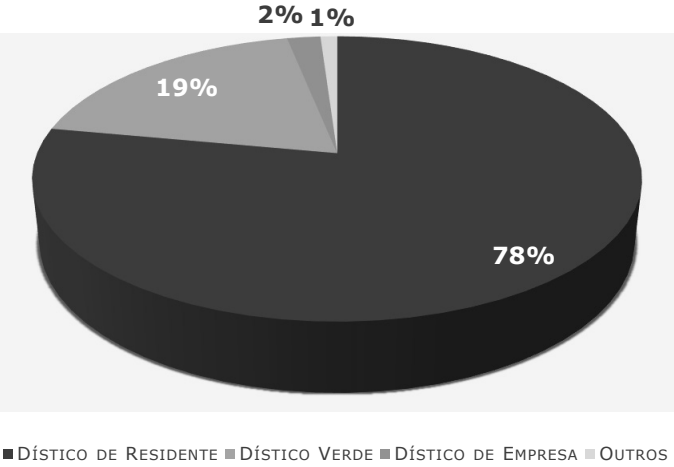


Figura 2-14 Repartição dos dísticos emitidos em 2024

Outra via de interação entre a empresa e os seus clientes é o *Contact Center* da EMEL, disponível 24 horas por dia, sete dias por semana (entre as 2 e as 6 da manhã apenas para ocorrências na rede semafórica ou carregamentos de veículos elétricos), respondendo às solicitações que lhe são dirigidas, sobre produtos e serviços disponibilizados pela empresa, atuando de forma assertiva e em tempo real, sempre que possível, na prestação de esclarecimentos e na resolução dos problemas sentidos pelos Lisboetas.

Em 2024, foram atendidas mais de 180 mil chamadas telefónicas e realizadas mais de 11 mil chamadas de retorno, permitindo ao *Contact Center* desempenhar um papel fundamental na resposta imediata aos clientes sobre temas como o GIRA, dísticos, ePark, Bicipark, rede semafórica ou carregamento de veículos elétricos. Relativamente a 2023, registou-se um aumento de chamadas recebidas de 11% e conseguiu-se diminuir o tempo de espera dos clientes em 15%.

O maior volume destas chamadas está relacionado com o GIRA, dísticos e as aplicações de pagamento eletrónico de estacionamento na via pública, correspondendo estes três temas a mais de 85% do volume total de chamadas.

O contacto dos clientes EMEL com a empresa, é possível ainda por intermédio da interpelação escrita. Em 2024 foram tratadas 80 mil interações, a maior parte das quais relacionadas com o GIRA (38%), seguindo-se as contraordenações (23%) e as informações sobre os diversos dísticos (11%).

Procurando expandir para um novo patamar a capacidade de ir ao encontro das necessidades daqueles que se deslocam em Lisboa, a EMEL deu seguimento, em 2024, ao desenvolvimento e implementação de uma inovadora solução de CRM.

A ferramenta produzida integra todas as dimensões que contextualizam os clientes EMEL, chegando a uma verdadeira visão 360 do cliente – esta é uma capacidade fundamental quando se perspetiva a gestão da mobilidade. As equipas do Apoio ao Cliente estão na base do desenvolvimento e da exploração das potencialidades desta nova ferramenta.

2.2. RESIDENTES

No desenvolvimento dos planos de ordenamento do estacionamento, a EMEL orienta as opções tomadas seguindo dois princípios basilares: i) a promoção de boas práticas de mobilidade, dentro de um paradigma de sustentabilidade e economia circular e, ii) a consideração pelas necessidades de estacionamento dos residentes.

Figura 2-15 Sinal de Reserva do estacionamento a residentes

Lisboa é uma metrópole europeia, com várias zonas muito antigas e com escassas condições para acolher uma utilização massificada do automóvel particular. Na vertente do estacionamento a escassez de oferta é muito significativa, quer se perspetive a via pública ou as infraestruturas *off street.* A esta oferta limitada acresce a grande dimensão dos movimentos pendulares, que o crescimento do teletrabalho não foi capaz de conter.

Das medidas disponíveis para a proteção dos interesses dos residentes, em matéria de estacionamento, destacam-se i) a disponibilização de dísticos que titulam o estacionamento nos lugares tarifados das ZEDL em que está inserida a morada do residente, e numa ZEDL contígua; ii) a reserva de lugares na via pública para estacionamento, exclusivo, de veículos com esses mesmos dísticos, todo o dia ou apenas no período noturno e; iii) a ampliação do número de lugares em infraestruturas *off street* reservados a residentes, com preços muito vantajosos para os residentes, como é o caso das avenças R24.

Os lugares reservados para estacionamento de residentes apenas no período noturno, ou seja, que permanecem disponíveis para a rotação durante o dia, exigem esforço de fiscalização da EMEL, e têm um impacto sensível, mas limitado, no que respeita ao aumento da pressão de estacionamento nas áreas circundantes.

Já a reserva permanente de lugares da via pública para o estacionamento de residentes, pode impactar, significativamente na pressão de estacionamento sentida nos arruamentos mais próximos. A sua implementação rodeia-se de cuidadosa análise e implica uma boa coordenação com a definição das tarifas de estacionamento de rotação na área envolvente.

Apesar destes impactos, nos últimos anos a EMEL tem vindo a implementar cada vez mais lugares com reserva permanente para residentes, uma resposta que se impõe perante a realidade com que os residentes dessas ZEDL se confrontam.

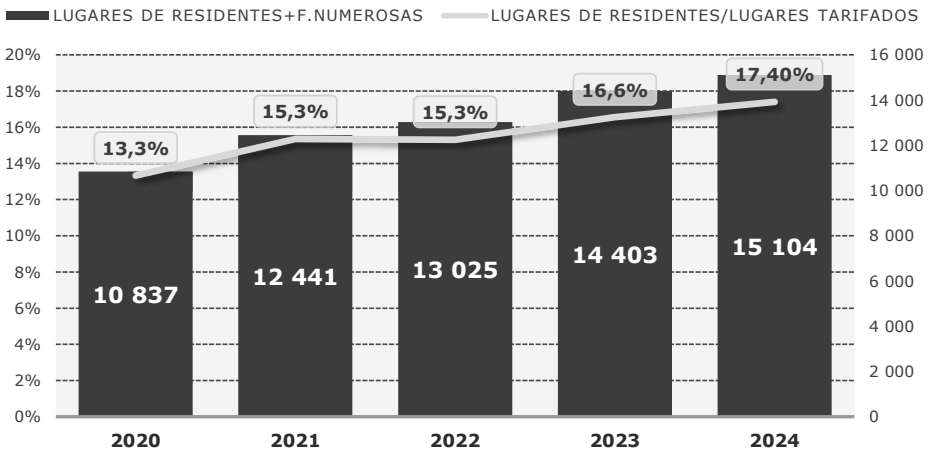


Gráfico 2-24 Evolução do Número de Lugares para Residentes 2020 - 2024

A perceção espacial da evolução desta grandeza clarifica a proporção de lugares que está em causa.

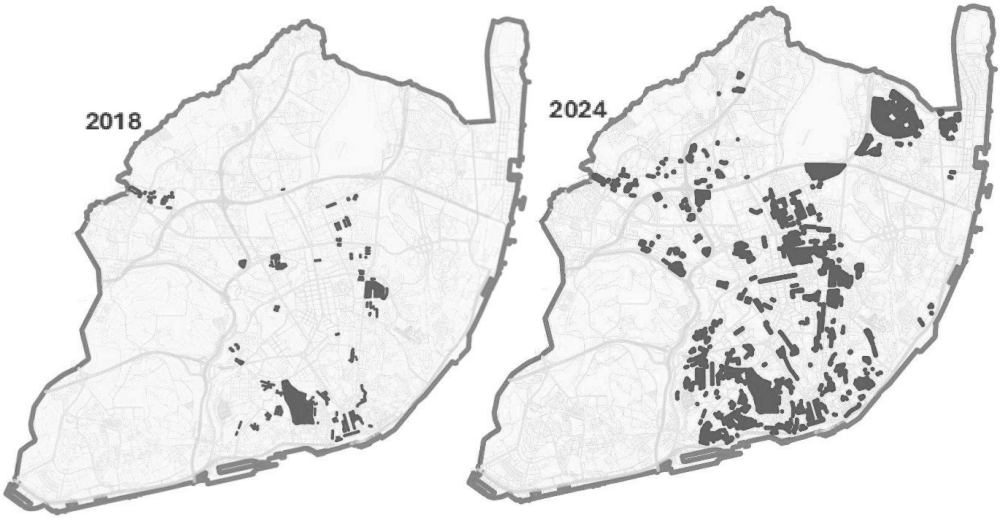


Figura 2-16 Evolução dos lugares reservados a estacionamento de residentes 2018 - 2024

Esta aposta continuou a afirmar-se em 2024. Recordando a evolução do número de lugares tarifados ao longo do ano transato, em que se apurou uma contração líquida, apenas atenuada pelas aberturas concretizadas no final do ano, percebe-se o contraste com o crescimento dos lugares de residente, observado em permanência, todos os meses do ano.

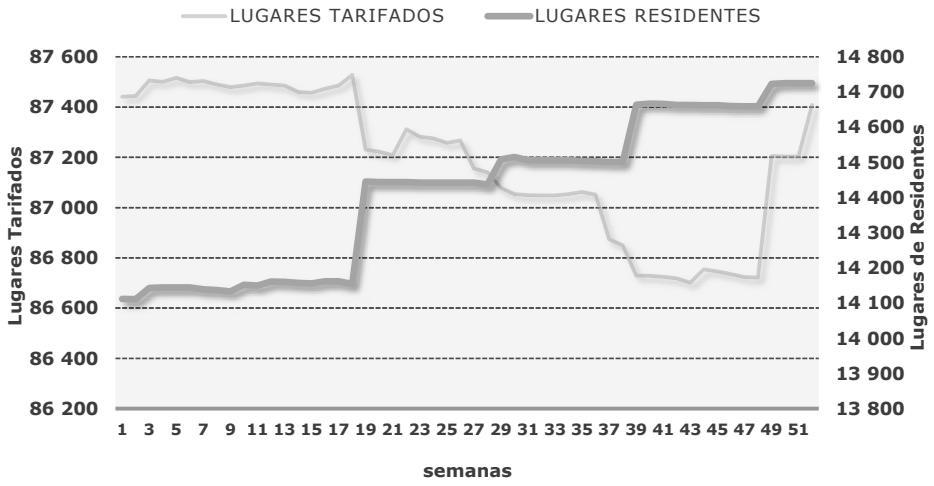


Gráfico 2-25 Evolução do número de lugares tarifados e de lugares reservados a residentes ao longo de 2024

O gráfico respeita à reserva exclusiva a residentes durante todo o dia, mas também foram concretizadas reservas durante o período noturno.

Tabela 2-10 Principais Ações de Conversão de Lugares tarifados em Reservados a Residente e Residente Noturno

CONVERSÃO DE LUGARES TARIFADOS PARA RESIDENTES E RESIDENTE NOTURNO	Nº LUGARES
Alvalade	335
Arroios	19
Campo de Ourique	582
Estrela	3
Lumiar	215
Santo António	12
TOTAL	**1 116**

A coexistência de crescimentos como os que se observam nos lugares reservados a residentes e nos dísticos verdes, agudiza os impactos na pressão de estacionamento decorrentes da reserva para estacionamento de residentes.

Ao reservar lugares, em permanência, para estacionamento de residentes, empurra-se a procura de rotação para arruamentos adjacentes. O ajustamento de tarifas permite dar resposta e preservar algumas condições de rotação.

Por outro lado, em 2024, a própria emissão de dísticos de residente retomou uma trajetória de forte crescimento, depois de dois anos em que teve uma evolução que, em média, não aumentou a pressão de estacionamento de residentes.

Estruturalmente, o número de dísticos de residente tem uma tendência crescente, seguindo o próprio crescimento de lugares ordenados. Apenas acontecimentos, de certo modo, anómalos, contrariam esta tendência: à frente de todos, a pandemia, mas também os volumes muito elevados de novas aberturas, como em 2018, ou, como aconteceu recentemente, a introdução de regras mais exigentes na emissão de dísticos com referência ao usufruto do veículo em causa.

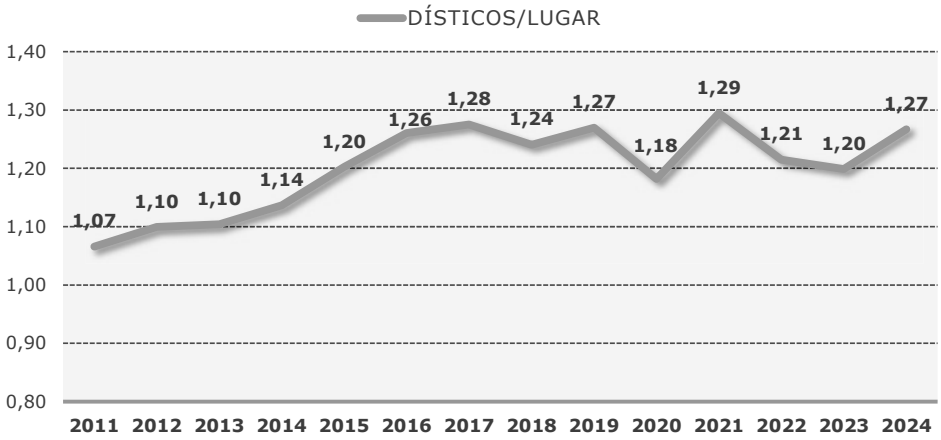


Gráfico 2-26 Evolução do Rácio de Dísticos por Lugar nas ZEDL 2011 - 2024

Mesmo com as diminuições, o rácio dístico/lugar permaneceu sempre acima de uma unidade, mas não de forma homogénea, na cidade.

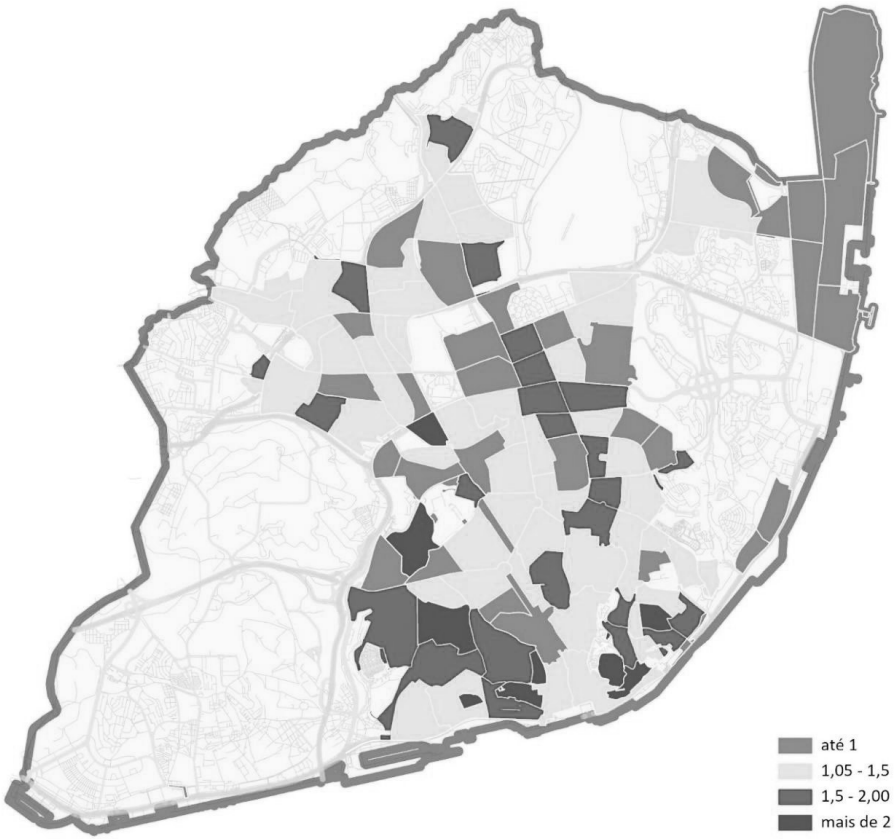


Figura 2-17 Distribuição do Rácio de Dístico por Lugar nas ZEDL e ZAAC

Tabela 2-11 Número de Dísticos Concedidos nas ZEDL e ZAAC

ZEDL/ZAAC	Dísticos	ZEDL/ZAAC	Dísticos	ZEDL/ZAAC	Dísticos
001-Berna /Valbom	**2 136**	03R-Alvalade(R)	**2 494**	14O-Lumiar(O)	**1 118**
003-Parque	**422**	04B-Areeiro(B)	**1 548**	17B-Olivais(B)	**1 555**
005-Avenida da Liberdade	**690**	04C-Areeiro(C)	**1 476**	17C-Olivais(C)	**1 347**
006-S. Mamede	**373**	04D-Areeiro(D)	**668**	17D-Olivais(D)	**638**
007-Santa Marta	**495**	04E-Areeiro(E)	**749**	17E-Olivais(E)	**904**
008-Alameda	**1 089**	04F-Areeiro(F)	**1 067**	17F-Olivais(F)	**128**
009-Chile	**2 195**	04G-Areeiro(G)	**1 187**	17G-Olivais(G)	**408**
010-Avenidas Novas	**1 376**	04H-Areeiro(H)	**2 178**	17I-Olivais(I)	**163**
011-Bairro Alto	**268**	07A-Beato(A)	**902**	18A-Parque das Nações(A)	**1 831**
012-Chiado	**534**	07C-Beato(C)	**25**	18B-Parque das Nações(B)	**1 369**
013-Baixa	**648**	07D-Beato(D)	**124**	18C-Parque das Nações(C)	**997**
014-Praça José Fontana	**1 295**	07G-Beato(G)	**147**	18D-Parque das Nações(D)	**101**
015-Entrecampos	**1 416**	09B-Benfica(B)	**30**	18E-Parque das Nações(E)	**761**
016-Campo Pequeno	**1 277**	09C-Benfica(C)	**596**	19A-Penha de França(A)	**1 416**
017-Estefânia	**1 485**	09F-Benfica(F)	**444**	19B-Penha de França(B)	**848**
018-Marquês Pombal	**1 313**	10A-Campo de Ourique(A)	**4 873**	19C-Penha de França(C)	**2 636**
021-Castilho	**1 005**	10B-Campo de Ourique(B)	**439**	19D-Penha de França(D)	**423**
023-Bairro Azul	**844**	10C-Campo de Ourique(C)	**2 183**	19E-Penha de França(E)	**1 180**
025-Campo Santana	**1 443**	11A-Campolide(A)	**69**	19F-Penha de França(F)	**905**
030-Gulbenkian	**440**	11B-Campolide(B)	**397**	20E-Santa Clara(E)	**312**
032-São Paulo	**448**	11E-Campolide(E)	**35**	20H-Santa Clara(H)	**1 231**
033-Príncipe Real	**2 437**	11F-Campolide(F)	**84**	23B-São Domingos de Benfica(B)	**1 263**
037-Anjos	**3 032**	11G-Campolide(G)	**578**	23C-São Domingos de Benfica(C)	**935**
038-Socorro	**1 286**	11H-Campolide(H)	**1 891**	23D-São Domingos de Benfica(D)	**404**
042-Alfama	**488**	11I-Campolide(I)	**291**	23E-São Domingos de Benfica(E)	**1 213**
043-St.ª Catarina / Bica	**461**	12B-Carnide(B)	**62**	23F-São Domingos de Benfica(F)	**592**
044-Castelo	**454**	12C-Carnide(C)	**374**	23G-São Domingos de Benfica(G)	**2 647**
046-Laranjeiras	**210**	12D-Carnide(D)	**2 089**	23H-São Domingos de Benfica(H)	**437**
050-Mouraria	**296**	12E-Carnide(E)	**1 301**	23I-São Domingos de Benfica(I)	**1 193**
051-Belém	**42**	13A-Estrela(A)	**291**	23J-São Domingos de Benfica(J)	**95**
055-Bairro de Santos	**1 844**	13B-Estrela(B)	**2 285**	23K-São Domingos de Benfica(K)	**2 225**
03A-Alvalade(A)	**1 014**	13C-Estrela(C)	**1 667**	23L-São Domingos de Benfica(L)	**1 922**
03D-Alvalade(D)	**131**	13D-Estrela(D)	**1 403**	23P-São Domingos de Benfica(P)	**534**
03G-Alvalade(G)	**604**	13G-Estrela(G)	**266**	24A-São Vicente(A)	**532**
03H-Alvalade(H)	**105**	14C-Lumiar(C)	**946**	24B-São Vicente(B)	**479**
03I-Alvalade(I)	**1 476**	14D-Lumiar(D)	**486**	24C-São Vicente(C)	**648**
03J-Alvalade(J)	**968**	14G-Lumiar(G)	**1 757**	24D-São Vicente(D)	**373**
03K-Alvalade(K)	**1 291**	14H-Lumiar(H)	**1 299**	24E-São Vicente(E)	**910**
03M-Alvalade(M)	**232**	14J-Lumiar(J)	**1 434**	24F-São Vicente(F)	**445**
03N-Alvalade(N)	**1 476**	14K-Lumiar(K)	**1 708**	24G-São Vicente(G)	**160**
03O-Alvalade(O)	**1 444**	14L-Lumiar(L)	**1 690**	24H-São Vicente(H)	**445**
03P-Alvalade(P)	**1 580**	14M-Lumiar(M)	**565**	24I-São Vicente(I)	**1**
03Q-Alvalade(Q)	**1 850**	14N-Lumiar(N)	**1 712**	24J-São Vicente(J)	**1**
				TOTAIS	**127 448**

Valores superiores a um dístico por lugar penalizam, antes de mais, os próprios residentes, mas também o sistema de mobilidade como um todo.

Famílias com, pelo menos, três filhos, um deles com idade até dois anos, podem pedir a reserva de um lugar próximo da sua morada, onde podem estacionar os residentes do domicílio em causa.

Tabela 2-12 Lugares de Famílias Numerosas por ZEDL

Zonas	L. Famílias Numerosas	Zonas	L. Famílias Numerosas	Zonas	L. Famílias Numerosas
001 - Berna /Valbom	11	**046 - Laranjeiras**	1	**14O - Lumiar(O)**	1
003 - Parque	1	**04B - Areeiro(B)**	9	**17B - Olivais(B)**	2
005 - Avenida da Liberdade	1	**04C - Areeiro(C)**	9	**17C - Olivais(C)**	1
007 - Santa Marta	2	**04E - Areeiro(E)**	1	**17E - Olivais(E)**	2
008 - Alameda	3	**04F - Areeiro(F)**	4	**18A - Parque Nações(A)**	1
009 - Chile	6	**04G - Areeiro(G)**	6	**18B - Parque Nações(B)**	1
010 - Avenidas Novas	6	**04H - Areeiro(H)**	9	**18C - Parque Nações(C)**	1
013 - Baixa	1	**051 - Belém**	1	**18D - Parque Nações(D)**	1
014 - Praça José Fontana	3	**055 - Bairro de Santos**	5	**19A - Penha França(A)**	4
015 - Entrecampos	2	**09B - Benfica(B)**	1	**19B - Penha França(B)**	1
016 - Campo Pequeno	14	**09C - Benfica(C)**	2	**19C - Penha França(C)**	9
017 - Estefânia	4	**10A - Campo Ourique(A)**	28	**19D - Penha França(D)**	1
018 - Marquês Pombal	8	**10B - Campo Ourique(B)**	1	**19F - Penha França(F)**	2
021 - Castilho	9	**10C - Campo Ourique(C)**	18	**20D - Santa Clara(D)**	1
023 - Bairro Azul	2	**11B - Campolide(B)**	1	**20H - Santa Clara(H)**	2
025 - Campo Santana	2	**11H - Campolide(H)**	4	**23B - S. D. de Benfica(B)**	2
030 - Gulbenkian	1	**11I - Campolide(11I)**	1	**23C - S. D. de Benfica(C)**	2
033 - Príncipe Real	7	**12D - Carnide(D)**	1	**23E - S. D. de Benfica(E)**	1
037 - Anjos	5	**13B - Estrela(B)**	13	**23F - S. D. de Benfica(F)**	1
038 - Socorro	4	**13C - Estrela(C)**	14	**23G - S. D. de Benfica(G)**	8
03G - Alvalade(G)	1	**13D - Estrela(D)**	10	**23I - S. D. de Benfica(I)**	1
03I - Alvalade(I)	3	**14C - Lumiar(C)**	2	**23K - S. D. de Benfica(K)**	3
03J - Alvalade(J)	6	**14D - Lumiar(D)**	3	**23L - S. D. de Benfica(L)**	2
03K - Alvalade(K)	4	**14G - Lumiar(G)**	7	**23P - S. D. de Benfica(P)**	4
03N - Alvalade(N)	9	**14H - Lumiar(H)**	1	**24A - São Vicente(A)**	2
03O - Alvalade(O)	9	**14K - Lumiar(K)**	1	**24E - São Vicente(E)**	1
03P - Alvalade(P)	6	**14L - Lumiar(L)**	4	**24H - São Vicente(H)**	1
03Q - Alvalade(Q)	17	**14M - Lumiar(M)**	1		
03R - Alvalade(R)	9	**14N - Lumiar(N)**	2		
					374

As restrições impostas, quer pelo território e a malha urbana, quer pelos objetivos de mobilidade indispensáveis numa cidade moderna, levantam desafios à satisfação das necessidades de estacionamento dos residentes.

A EMEL procura ativamente soluções inovadoras que apresentem capacidade para ultrapassar as dificuldades – um dos principais meios para o fazer é a ampliação da oferta em parques de estacionamento.

2.3. PARQUES

Em cidades como Lisboa, metrópoles com história, grandes centros agregadores e para onde convergem movimentos pendulares de vastas áreas metropolitanas, o sucesso dos planos de ordenamento do estacionamento implica uma rede de parques de estacionamento estreitamente articulada com as estratégias definidas para a via pública.

A implementação de uma rede de parques de estacionamento, bem estruturada, e estrategicamente distribuída traz benefícios significativos, tanto para a mobilidade urbana como, num sentido mais lato, para a economia circular.

Ao contemplar três vetores principais — parques dissuasores, parques para residentes e parques de rotação/mistos — é possível otimizar a utilização do espaço urbano, reduzir o impacto ambiental das deslocações e promover uma gestão mais eficiente dos recursos, estimulando a atividade económica.

Os parques dissuasores desempenham um papel fundamental na mobilidade sustentável, ao incentivarem a intermodalidade do automóvel privado com o sistema de transportes públicos. Situados em pontos estratégicos, como a coroa exterior das cidades, nas proximidades de acessos ao transporte público, estes parques reduzem a pressão sobre os centros urbanos, mitigando congestionamentos e melhorando a qualidade do ar. Além disso, promovem a utilização de modos de transporte mais sustentáveis, como as bicicletas do GIRA.

Por outro lado, os parques destinados, essencialmente, a residentes garantem uma melhor organização do estacionamento em áreas urbanas densamente povoadas, planeadas em épocas em que não se antevia uma tão grande massificação do automóvel privado.

Com um sistema de gestão eficiente, estes parques podem reduzir a necessidade de estacionamento na via pública, libertando espaço para áreas pedonais, ciclovias e espaços verdes, valorizando o território e disponibilizando o espaço urbano para uma melhor fruição, mais segura e inclusiva.

Esta abordagem não só melhora a qualidade de vida dos habitantes, como também reduz o tempo gasto na procura de estacionamento – o tráfego parasita – diminuindo as emissões de gases poluentes.

Ampliar a capacidade disponível para rotação também é importante. A rotação é essencial para a dinamização do comércio e de rua. Em zonas de grande afluência, evitam a desestruturação do espaço provocada por estacionamento irregular e permitem uma maior rotatividade dos lugares, facilitando o acesso a estabelecimentos comerciais, culturais e administrativos.

A EMEL gere uma rede de 36 parques, tem um plano de expansão desta rede e da sua capacidade assente nestes três vetores. No entanto, a estratégia não contempla apenas a construção de novas infraestruturas, passando também pelo melhor aproveitamento dos parques já existentes.

Em 2024 foi implementada uma iniciativa importante para a promoção da dissuasão e da intermodalidade para o acesso ao centro da cidade – a rede de Parques Navegante.

Figura 2-18 Acesso a um Parque Navegante com o respetivo cartão

Para já são cinco os parques EMEL integrados nesta rede – Colégio Militar, Avenida de Pádua, Ameixoeira, Telheiras Nascente e Telheiras Poente (estes Navegante Residente) – mas a empresa tem planos para a sua expansão para novos parques, um deles já em construção, na Azinhaga da Cidade, sob o Eixo Norte-Sul (também Navegante Residente). O projeto conta com um orçamento global que ultrapassa os três milhões de euros, contemplando uma intervenção no espaço envolvente incluindo ciclovia.

O parque tem capacidade estimada em 165 lugares e conclusão prevista para o primeiro semestre de 2025.

Figura 2-19 Empreitada em curso na Azinhaga da Cidade

Ainda em 2025, já no segundo semestre, será concluído outro Parque Navegante – o da Pontinha Sul.

Nos Parques Navegante os portadores do Passe Navegante podem estacionar, gratuitamente, entre as 07:30 e as 21:00, uma proposta muito vantajosa com vista à intermodalidade. A iniciativa teve início em julho e os primeiros dados da utilização mostram a sua conveniência.

Tabela 2-13 Parques Navegante 2024

PARQUES NAVEGANTE 2024	C. Militar	Av. Pádua	Ameixoeira	Telheiras Nascente	Telheiras Poente
LUGARES	415	248	243	109	158
FORMALIZAÇÕES NAVEGANTE	829	169	488	7	20
CLIENTES QUE UTILIZAM O SERVIÇO	722	103	374	2	14

A rede de Parques Navegante já disponível tem as localizações seguintes:

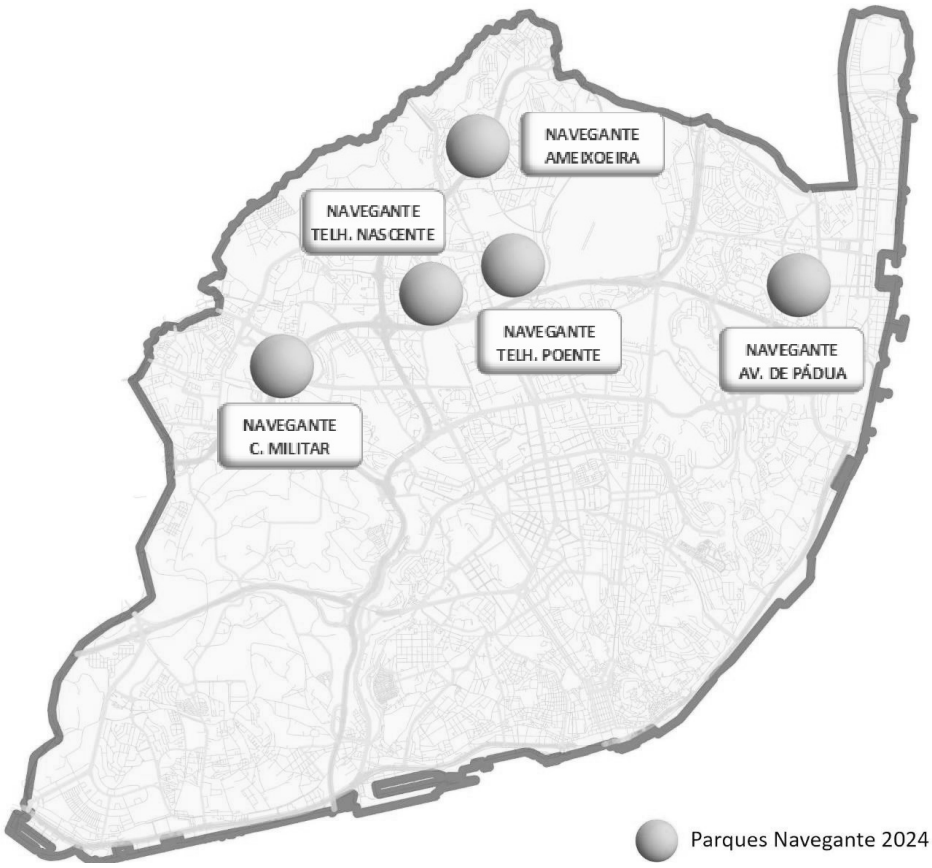


Figura 2-20 Parques Navegante 2024

A dissuasão do acesso automóvel ao centro da cidade é fundamental a vários níveis, como a fluidez do tráfego, a qualidade do ar e da fruição do espaço urbano, ou a disponibilização de lugares para residentes – o estacionamento de residentes é, precisamente, outro dos vetores em que a EMEL desenvolveu iniciativa em 2024.

Depois de um período de análise dos dados de procura e ocupação dos parques EMEL e dos produtos disponibilizados para os residentes, foi possível integrar na avença R24 os objetivos de simplificação e conveniência que irão proporcionar mais e melhores condições de estacionamento a quem reside em Lisboa.

O tarifário foi uniformizado, estabelecendo-se um preço único de 46,30€, sendo concedido um desconto aos residentes que já eram assinantes e pagavam um valor inferior – desta forma, nenhum residente passa a pagar valores superiores aos que já suportava, e muitos deles têm uma redução do valor mensal. A R24 estará em funcionamento pleno no início de 2025. A EMEL conseguiu aumentar o número de lugares destinados a este produto.

Outro dos parques em construção, na Travessa do Bahuto, será vocacionado para o estacionamento de residentes. Com um orçamento de cerca de 2,5 milhões de euros e uma capacidade estimada de 89 lugares, o parque tem conclusão prevista para o final do primeiro semestre de 2025 – será uma infraestrutura muito importante, numa área de grande pressão de estacionamento de residentes.

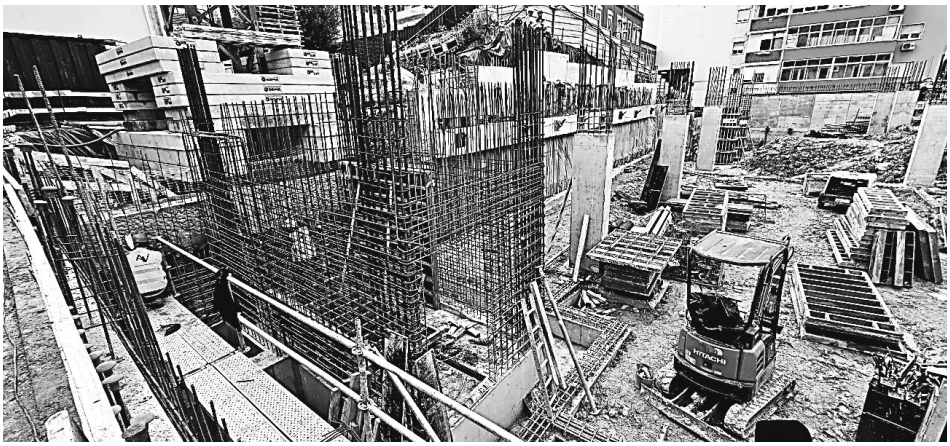


Figura 2-21 Obras em curso no parque da Travessa do Bahuto

A EMEL desenvolveu a sua capacidade de concretização de projetos e empreitadas, designadamente de parques de estacionamento.

É de realçar que um dos projetos mais emblemáticos, o Parque de Estacionamento do Campo das Cebolas, tenha sido distinguido com o Prémio Secil Arquitetura 2024.

Este projeto, que engloba o espaço público envolvente, demonstra o elevado nível a que a EMEL conseguiu chegar, sendo patente a valorização do espaço urbano, com excelentes condições de fruição, e até a sofisticação da infraestrutura de estacionamento, exemplar na conciliação do propósito para que foi construída, o passado e o presente, que convivem por toda a obra.

Figura 2-22 Imagens do Campo das Cebolas e o Prémio Secil 2024

Não é só com grandes projetos que a EMEL cria valor para a cidade, para os seus residentes e utilizadores. A EMEL faz parte de Lisboa, e empenha-se na vida da sua cidade. Os parques EMEL servem de apoio a múltiplas iniciativas.

- Em março, o parque de Belém foi utilizado na organização da Maratona de Lisboa
- Em abril o parque do Chão do Loureiro foi encerrado à rotação, para estacionamento dos residentes durante as obras na Rua dos Fanqueiros
- Em maio, os parques do Colégio Militar e da Avenida Lusíada acolheram infraestruturas de apoio à realização do concerto da Taylor Swift
- Nas festas da cidade, em junho, a EMEL proporcionou estacionamento à EGEAC no Parque Mayer. Na noite de 12 para 13 de junho o parque das Portas do Sol esteve encerrado
- Em agosto, de novo no Parque Mayer, a Junta de Freguesia de Santo António realizou sessões de Cinema ao Ar Livre
- Em outubro o parque do Hub do Beato foi cedido à organização do Festival Tribeca
- Em novembro iniciou-se a iniciativa "Deixe o carro para trás e festeje o Natal", coordenada com a CARRIS, em que o estacionamento e transporte para a baixa da cidade era gratuito. Foram abrangidos os parques do Colégio Militar, Ameixoeira; Avenida de Pádua, Telheiras Nascente, Telheiras Poente, Universidade e Campo Grande
- No final do ano, o parque do Campo das Cebolas serviu de apoio à realização da festa de fim de ano VIVA 2025

Figura 2-23 Imagem da iniciativa "Deixe para trás o carro e festeje o Natal"

Em 2024 o número de lugares sob gestão da empresa até se reduziu – o parque do Mercado de Alvalade entrou em obras, no âmbito da concessão a um outro operador, que quando concluídas aumentarão a capacidade de estacionamento disponível para a cidade. Também uma parte dos lugares da Ameixoeira foi afetada à operação de reboques da Fiscalização da EMEL.

As obras já em curso irão compensar esta redução a breve prazo.

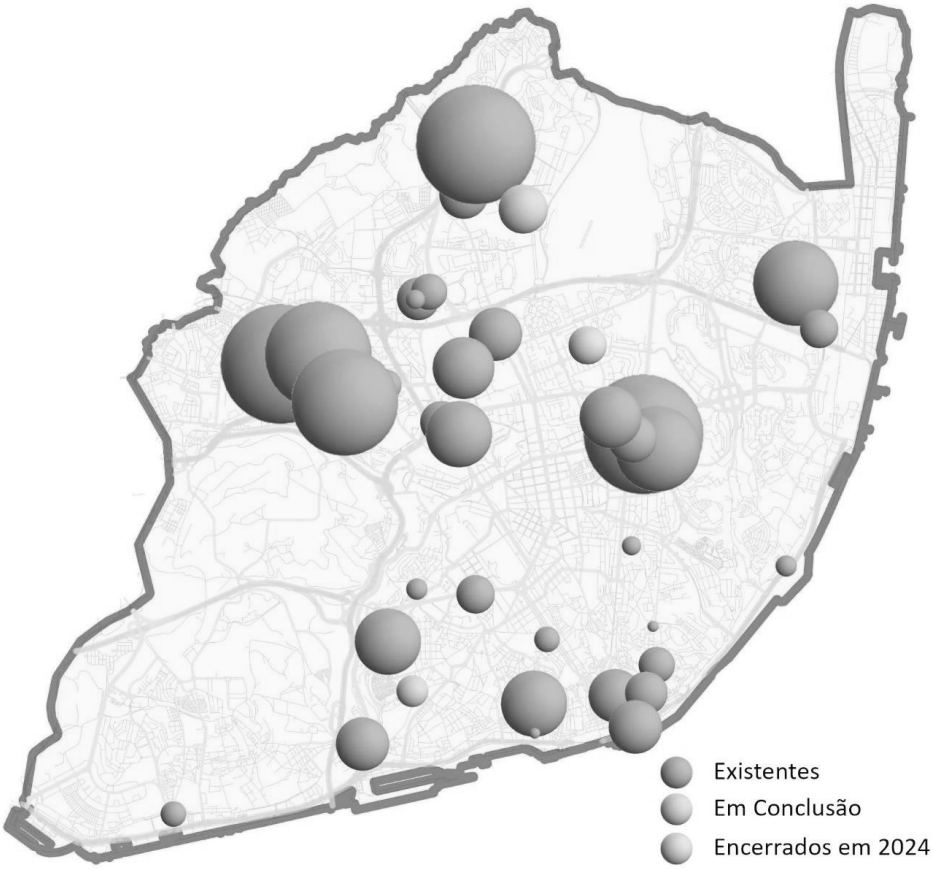


Figura 2-24 Mapa dos Parques EMEL

A evolução dos lugares em parques de estacionamento geridos pela EMEL, nos últimos anos, foi a seguinte:

Tabela 2-14 Evolução do Número de Lugares por Parque 2020-2024

	2020	2021	2022	2023	2024
Alcântara	202	202	202	202	202
Aldeia de Telheiras	56	56	56	56	56
Alto dos Moinhos	279	279	279	279	279
Ameixoeira	501	501	501	501	243
Ana Castro Osório	79	79	79	79	79
Areeiro	180	180	180	180	180
Avenida de Pádua	248	248	248	248	248
Avenida Lusíada	92	92	92	92	92
Belém	76	76	76	76	76
Calçada do Combro	248	248	240	240	240
Campo das Cebolas	205	205	205	205	205
Campo de Ourique	245	245	245	245	245
Campo Grande	188	196	196	196	196
Casal Vistoso	256	256	256	256	256
Chão do Loureiro	192	192	192	192	192
Cidade Universitária	620	0	0	0	0
Colégio Militar	415	415	415	415	415
Combatentes	155	155	155	155	155
Cosme Damião	287	286	286	286	286
D. Luís I	104	0	0	0	0
D. Luís I (residentes)	54	54	0	0	0
Parque EDP	34	34	34	34	34
Damasceno Monteiro	81	0	0	0	0
Estrada da Luz	98	98	98	98	98
Garagem de Arroios	0	49	49	49	49
Graça	115	115	115	115	115
HUB Criativo do Beato	0	63	63	63	63
Largo de Santa Bárbara	18	18	18	0	0
Largo de São Sebastião	28	28	0	0	0
LIDL - Avenida Infante D. Henrique	0	139	139	139	139
Lumiar – Metro	161	161	161	173	173
Manuel Gouveia	398	398	398	398	398
Mercado de Alvalade	118	118	118	118	0
Parque Mayer	81	81	81	81	81
Pavilhão + Condomínio da Graça	57	57	57	57	57
Portas do Sol	150	150	150	150	150
Rego	238	238	238	238	238
Santos Rio	210	0	0	0	0
Sousa Pinto	135	135	135	135	135
Teixeira de Pascoais	226	226	226	226	226
Telheiras Nascente	109	109	109	109	109
Telheiras Poente	158	158	158	158	158
Universidade	225	225	225	225	225
Vila Maria	68	67	67	67	67
	7 390	**6 632**	**6 542**	**6 536**	**6 160**

03 MOBILIDADE

RELATÓRIO E CONTAS **2024**

A EMEL abraçou a missão de alavancar, nos meios libertos pela exploração do estacionamento, os projetos de mobilidade sustentável capazes de levar Lisboa a um novo paradigma de mobilidade, onde o automóvel continua a ter um papel, mas em que as alternativas disponíveis são capazes de proporcionar aos seus utilizadores a fiabilidade, conforto e conveniência suficiente para que esse automóvel já não seja uma escolha inevitável.

Neste papel, o GIRA constitui um marco incontornável, pela inovação que trouxe, em Portugal, pela aceitação que teve e pela solução que confere para as deslocações urbanas.

No entanto, a intervenção da EMEL já se estendeu a vários outros projetos: a reconfiguração de vários espaços urbanos, incorporando novas formas de coexistência entre os modos rodoviários e os modos suaves; a modernização e gestão da rede de sinalização semafórica, procurando a otimização e a fluidez do tráfego; a densificação da rede de ciclovias, preponderante para o crescimento, com segurança, do modo ciclável; o incentivo à mobilidade elétrica, essencial para a redução de emissões em meio urbano; a implementação do conjunto de percursos pedonais mecanicamente assistidos à Colina do Castelo, um conjunto de projetos de mobilidade suave e com vincada dimensão de inclusão.

Uma abordagem holística, estruturada, sistemática, capaz de ir ao encontro das necessidades de quem se desloca em Lisboa.

3.1. MOBILIDADE CICLÁVEL

3.1.1. Ciclovias

Ao longo dos últimos anos a EMEL empenhou-se na densificação da rede de ciclovias que serve a cidade de Lisboa. Estas infraestruturas são fundamentais para o crescimento do modo ciclável, oferecendo aos seus utilizadores as condições de segurança de que necessitam para tomarem esta opção modal.

A construção de ciclovias é complexa. A sua conceção aborda um espaço urbano escasso, já capturado, e repleto de infraestruturas essenciais de preservação obrigatória.

A EMEL desenvolveu capacidades de concretização destes projetos, sendo-lhe confiada, pelo Município, a implementação de um plano abrangente, ao abrigo do financiamento por Contrato de Mandato. A empresa já foi responsável por obras emblemáticas, de grande conveniência, como é exemplo claro a ponte ciclopedonal sobre o rio Trancão.

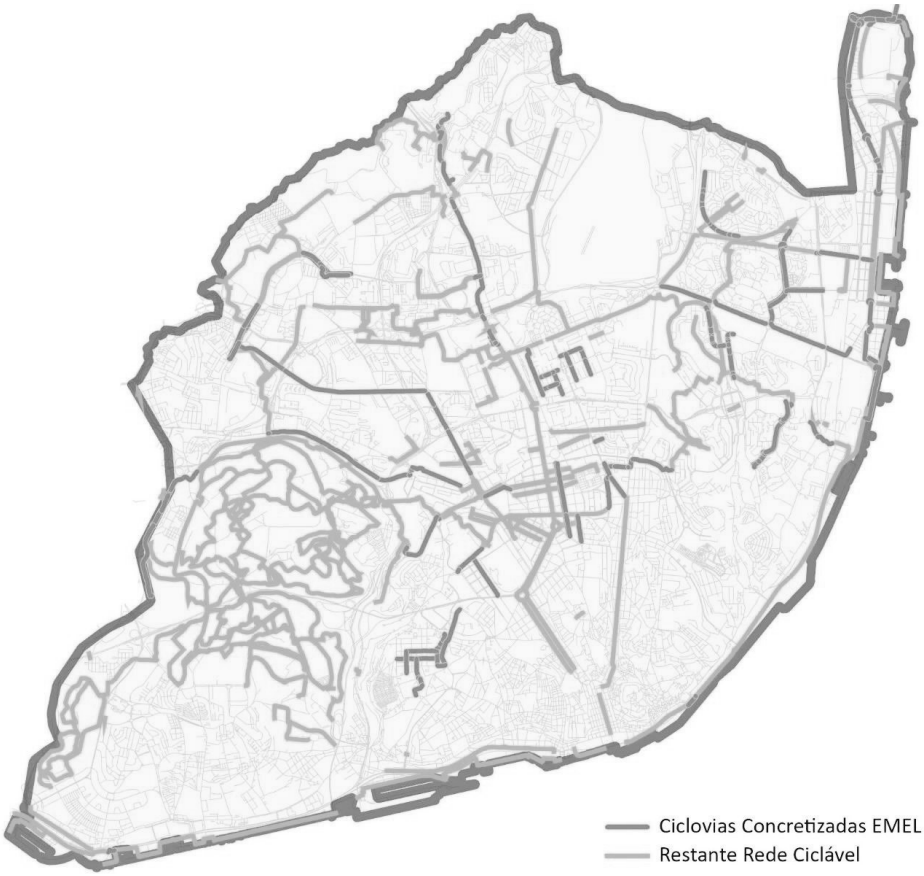


Figura 3-1 Rede Ciclável de Lisboa da Responsabilidade da EMEL

A importância do papel da EMEL no crescimento da rede ciclável, em Lisboa, é clara.

Em 2024 a atividade da EMEL no terreno foi significativa. Houve um importante avanço no que respeita ao colmatar da descontinuidade da rede na frente ribeirinha – foi construída uma nova ciclovia, entre o Jardim do Neptuno e o Parque Ribeirinho do Oriente, com a extensão de 1,1 quilómetros, dando continuidade, graças à ponte sobre o Trancão, de Santa Iria da Azóia ao Terreiro do Paço, cerca de 18 quilómetros. As restantes três descontinuidades da zona ribeirinha terão as obras concluídas no primeiro trimestre de 2025, perfazendo 1,72 quilómetros.

A continuidade da rede ciclável é fundamental para a sua conveniência. Outras descontinuidades foram resolvidas, na zona norte da cidade, dando continuação à ciclovia da Alameda das Linhas de Torres pela Rua Alexandre Ferreira e pela Estrada do Desvio, e ligando quer à ponte ciclopedonal da Calçada de Carriche, quer ao Parque Urbano do Vale da Ameixoeira.

Também foi executado o percurso ciclopedonal das Calvanas, que estende a ciclovia do Eixo Central até ao Campo Grande. No total foram cerca de 3,6 quilómetros acrescentados à rede ciclável em 2024.

Figura 3-2 Troço de ciclovia no Parque Ribeirinho Oriente

Figura 3-3 Viaduto ciclopedonal da Avenida Gago Coutinho em construção

No final de 2024 estavam em construção mais três projetos - o Viaduto Ciclo Pedonal da Avenida Almirante Gago Coutinho, a ciclovia da Avenida Álvaro Pais e a ciclovia da Azinhaga da Cidade. No seu conjunto, estes projetos totalizam 2,7 quilómetros.

Figura 3-4 Plano de Expansão de Ciclovias da Responsabilidade da EMEL

Além das ciclovias já concretizadas e das obras em curso, a EMEL concluiu já projetos correspondentes a 4,6 quilómetros de ciclovia (três dos quais, de 2,9 quilómetros, entretanto suspensos pela CML). Ainda em fase de desenvolvimento está um conjunto de projetos, com destaque para o "redesenho" da frente ribeirinha, que chegam a 27,9 quilómetros de extensão.

O crescimento da rede de ciclovias é um objetivo central na promoção da mobilidade ciclável. A infraestrutura destina-se, naturalmente, a todos aqueles que pretendam utilizar a bicicleta nas suas deslocações.

3.1.2. GIRA

Em muitas cidades com grandes sistemas de partilha de bicicletas verificou-se uma grande discussão em torno da segurança na sua utilização. Ao fim de algum tempo, percebeu-se que os utilizadores do espaço público "aprendiam" a conviver com um número de ciclistas que, com a implementação dos sistemas, se multiplicava.

Nos últimos anos, depois de uma subida observada na saída da pandemia, em 2022, o número de acidentes em utilização das bicicletas GIRA manteve-se moderado.

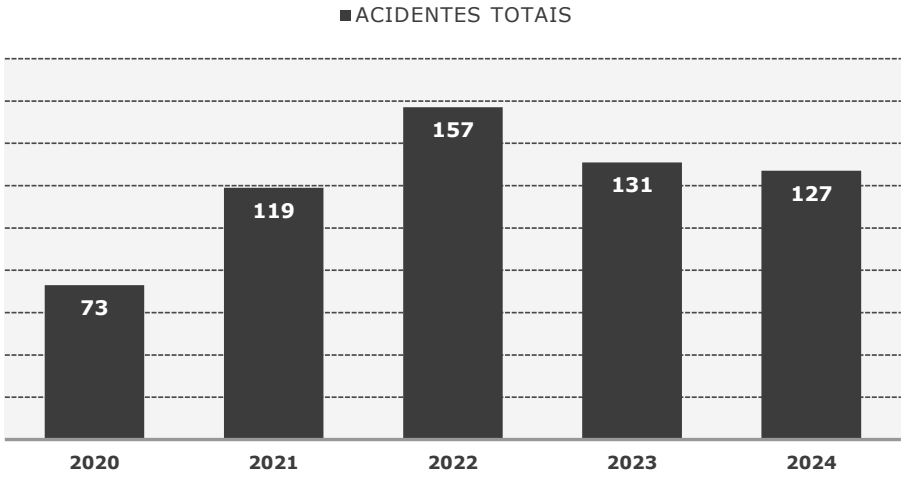


Gráfico 3-1 Evolução do número de acidentes com bicicletas GIRA 2020 - 2024

Apesar da diminuição dos acidentes, o número de feridos aumentou.

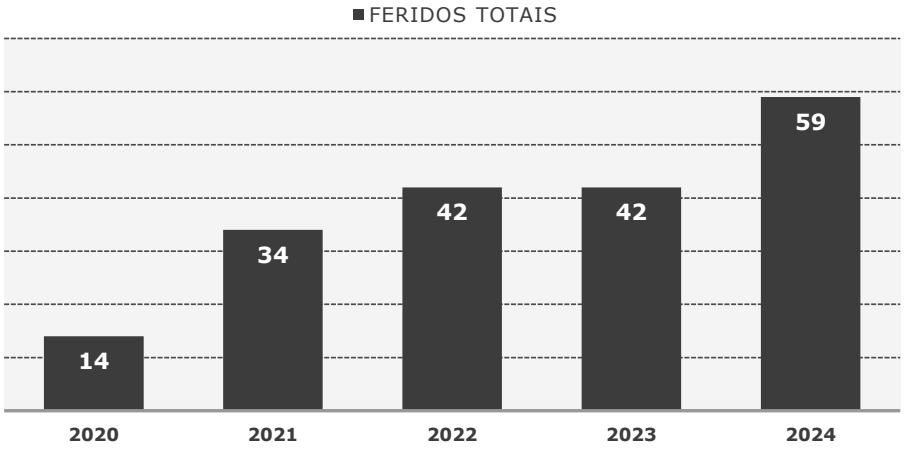


Gráfico 3-2 Evolução do Número de Feridos em Acidentes com Bicicletas GIRA 2020 - 2024

A associação entre esta moderação do número de acidentes e o crescimento da rede de ciclovias é natural. Esta perspetiva parece ganhar robustez quando se perspetiva a evolução das duas grandezas, acidentes e feridos, ponderadas pelo número de viagens, e a tendência que parecem seguir.

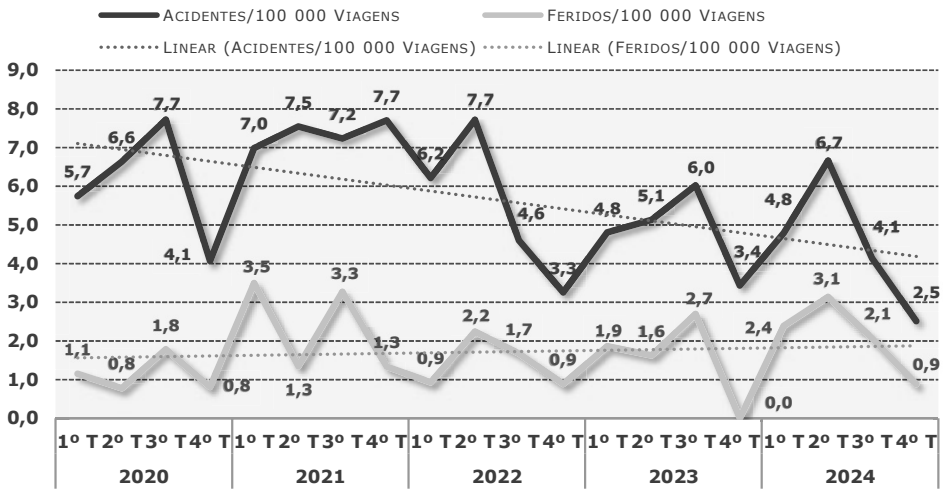


Gráfico 3-3 Evolução do Número de Acidentes Feridos por 100 000 Viagens em Bicicletas GIRA 2020 - 2024

Enquanto o número de acidentes segue uma tendência clara de diminuição, a que não será alheia a rede de ciclovias cada vez mais alargada, já o número de feridos apresenta uma tendência de ligeira subida. O número de viagens prossegue em crescimento.

Gráfico 3-4 Evolução do número de viagens (superiores a dois minutos) no GIRA 2020 - 2024

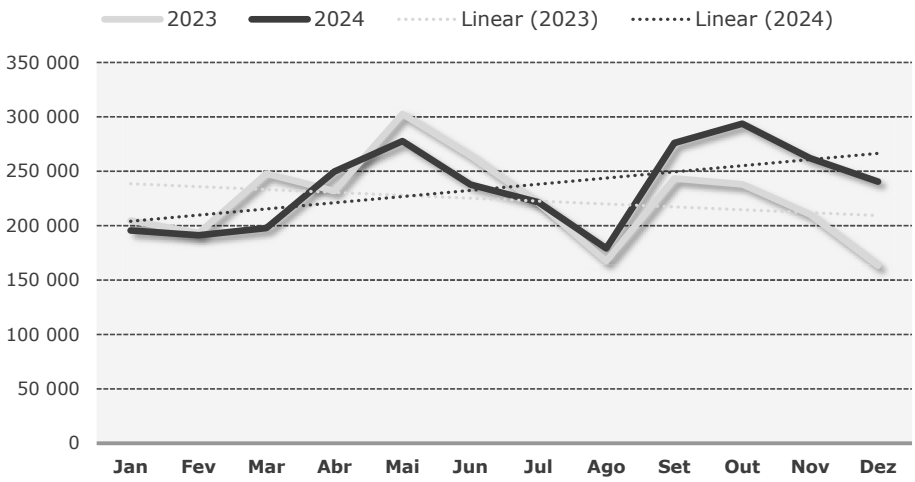


Gráfico 3-5 Evolução Mensal do Número de Viagens no GIRA 2023 - 2024

Depois de o segundo semestre de 2023 ter registado uma tendência de queda, em 2024 o caminho foi inverso, seguindo uma clara recuperação. Este crescimento estará relacionado com a maior conveniência do sistema, proporcionada por uma rede de estações mais abrangente e maior disponibilidade de bicicletas.

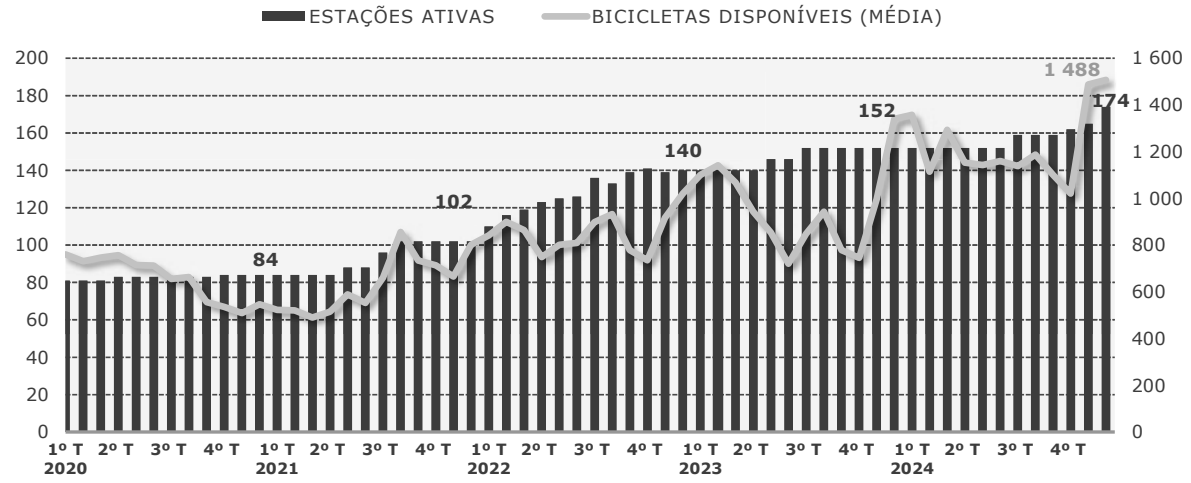


Gráfico 3-6 Evolução da Rede do GIRA 2020 - 2024

No fim de 2024, a rede já tinha 174 estações e 1 488 bicicletas disponíveis para utilização, em média – número que não considera as bicicletas em reparação, em balanceamento ou com notificação de avaria.

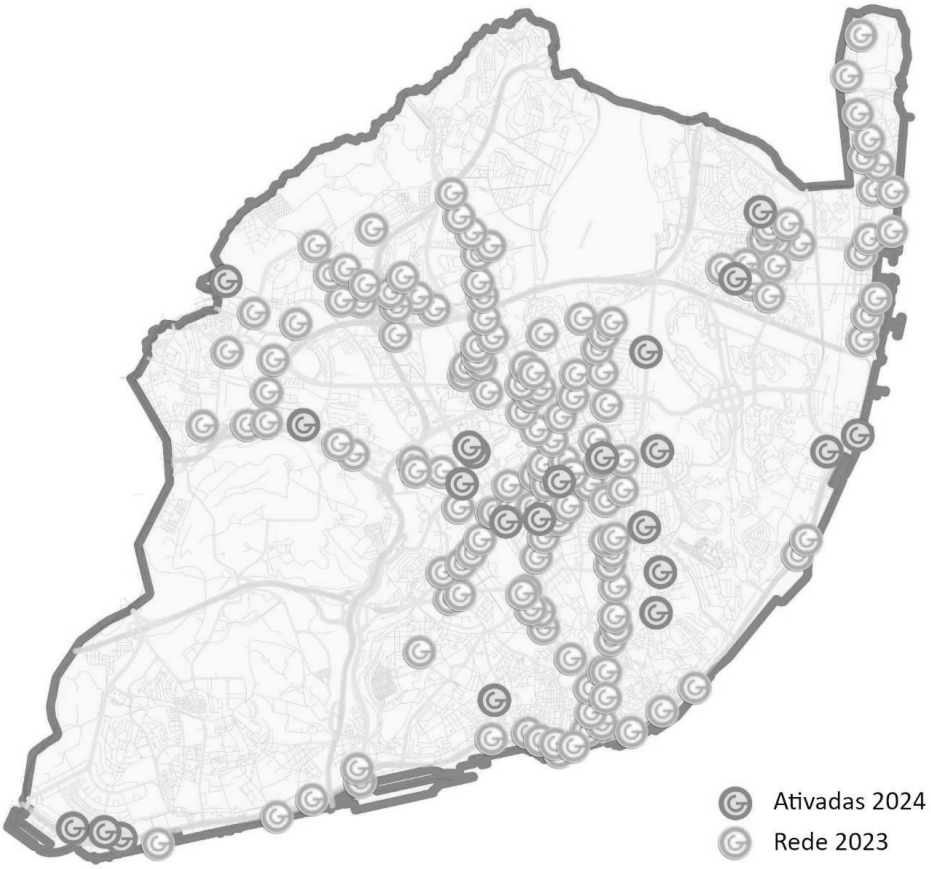


Figura 3-5 Mapa da Rede de Estações GIRA no Final de 2024

A abrangência da rede de estações e a disponibilidade da frota são fatores determinantes para que o GIRA se apresente como uma alternativa fiável para as deslocações quotidianas.

Ter uma estação próxima da origem da deslocação para retirar uma bicicleta, e outra próxima do destino para a devolver é o primeiro passo para que se olhe para o GIRA como uma solução conveniente para a viagem a realizar.

O segundo passo é a confiança de que se vai, efetivamente, encontrar uma bicicleta disponível.

É para responder a estes dois fatores, e, portanto, para apostar num sistema que verdadeiramente serve quem tem a necessidade de se deslocar em Lisboa, que a EMEL vem desenvolvendo um grande esforço financeiro, todo ele alavancado na exploração do estacionamento na via pública. Esse esforço passa pelo investimento, na aquisição de bicicletas e estações, mas também pela despesa corrente, que passa pelo elevado consumo de peças e componentes e pela constituição de uma vasta equipa com capacidade para assegurar a manutenção de equipamentos sujeitos ao desgaste de uso intensivo, e o balanceamento da rede – para que fosse possível garantir o dimensionamento e a estabilidade adequada desta equipa, foi necessário um esforço de valorização remuneratória dos colaboradores que a integram.

Figura 3-6 Equipa de mecânicos na base operacional do GIRA

Brevemente a EMEL irá concretizar a contratação da implementação da nova aplicação de acesso e gestão do sistema – o concurso público com divulgação internacional e prévia qualificação, que foi lançado para o efeito, está já em fase de apresentação de propostas. Será mais um investimento elevado, numa solução que proporcionará melhor experiência de utilização, e irá levar o GIRA a um novo patamar de conveniência e, por conseguinte, a um novo patamar de utilização.

Entretanto, e paulatinamente, a rede de estações vai-se aproximando do objetivo de fundo, que visa disponibilizar o acesso às bicicletas do GIRA, em qualquer ponto da cidade, em menos de 10 minutos a pé.

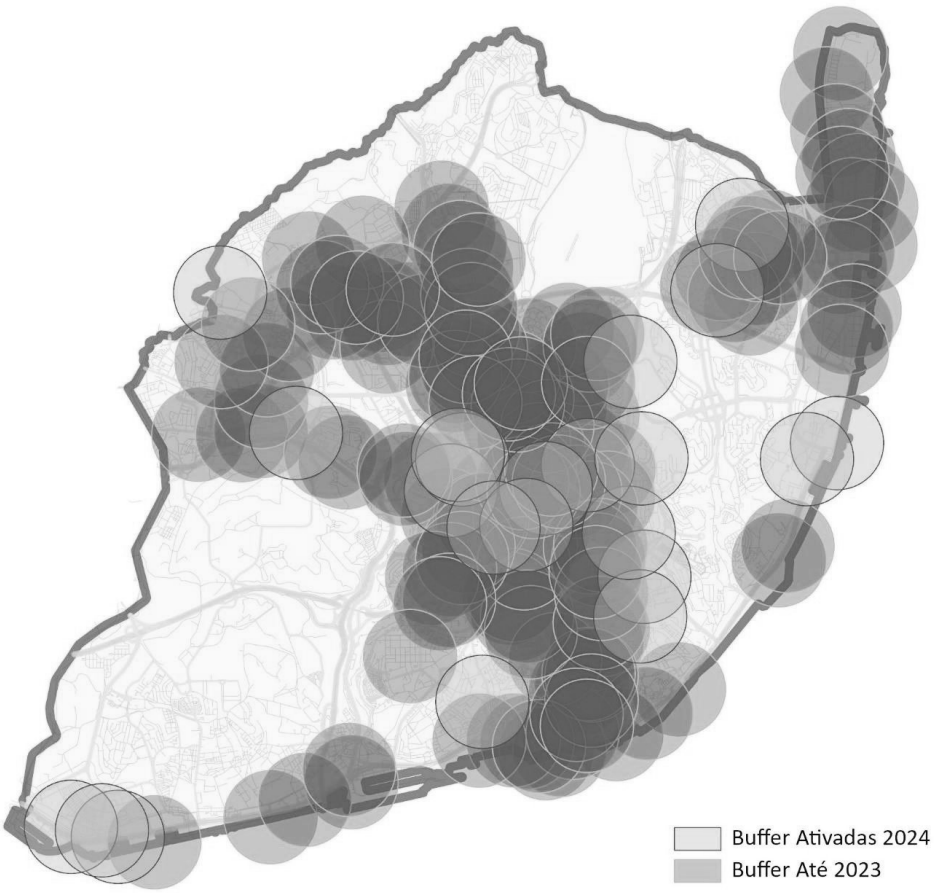


Figura 3-7 Estações GIRA com Buffer de 650 Metros/ 10 minutos a pé

Ao mesmo tempo, os dados da utilização fornecem informação pera melhorar a conceção e dimensão das estações. Por exemplo, o número de docas da estação da Alameda, próxima das linhas Verde e Vermelha da rede do Metro, duplicou, sendo agora uma das maiores estações da rede.

Decisões como esta acabam por se refletir nos grandes números do GIRA, como os 12 milhões de viagens, a que corresponderão 46 milhões de quilómetros percorridos, valores que muito terão contribuído para o crescimento do modo ciclável, em 10 anos, na cidade de Lisboa, estimado em 539%, com base na comparação dos dados dos censos 2011 e 2021.

A integração do GIRA no passe Navegante, para além de consagrar o GIRA como solução de transporte público, aporta fluidez e conveniência para os utilizadores no acesso ao sistema.

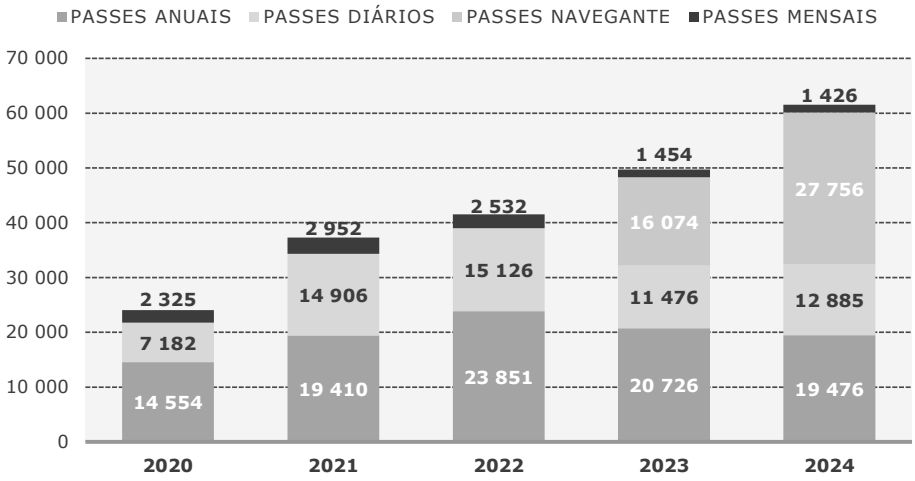


Gráfico 3-7 Evolução do Número de Passes de Acesso ao GIRA 2020 - 2024

Em 2024 observa-se um crescimento muito elevado do número de Passes GIRA Navegante, no entanto, este foi o primeiro ano completo em que o título esteve disponível.

Analisando a evolução dos diversos títulos, percebe-se que, em termos relativos, o passe mensal foi o que mais cedeu espaço ao Navegante. Já em termos absolutos, é o passe anual que mais títulos perde – isto não significa menor número de acessos, de facto, como se viu, a utilização continuou a crescer.

O período mensal em que o Navegante viabiliza a utilização das bicicletas acaba por "racionalizar" os acessos. Se se aprofundar a análise da evolução dos títulos de acesso, constata-se que o número de habilitações caiu marginalmente (- 1,3%), o que equivale a cerca de 3 500 passes mensais. Ou seja, enquanto o passe anual titula o acesso todos os meses do ano, mesmo que nem sempre seja utilizado – por exemplo, durante as férias – o Navegante titula o acesso apenas no mês a que diz respeito. Assim, a perda equivalente a 3 500 passes mensais pode perfeitamente corresponder a 3 500 utilizadores ativos que simplesmente não utilizaram o sistema durante um mês.

Enquanto o GIRA demonstra ser, cada vez mais, uma proposta vantajosa para deslocações curtas, ou um bom modo complementar do *first mile-last mile* de deslocações mais longas, a EMEL alarga a sua intervenção na promoção de modos suaves, concluindo a rede de percursos pedonais mecanicamente assistidos à Colina do Castelo.

Figura 3-8 Estação GIRA junto da sede da EMEL

3.2. MEIOS MECÂNICOS

A Colina do Castelo é um dos principais focos de interesse turístico da cidade de Lisboa. É também uma zona antiga, de malha urbana intrincada, onde a presença do automóvel assume uma natureza particularmente invasiva. É ainda uma área de residência de muitos lisboetas, bastantes deles já com idade avançada e com dificuldades de locomoção.

Em todos estes motivos assenta a implementação de uma rede de percursos pedonais, sustentável, conveniente e inclusiva, constituída pelo Elevador da Sé, as Escadas Rolantes da Mouraria, o percurso Pedonal Baixa-Castelo, que integra os elevadores da Rua dos Fanqueiros e do parque de estacionamento do Mercado do Chão do Loureiro e o Funicular da Graça.

Figura 3-9 Funicular da Graça

O Funicular da Graça é o projeto mais emblemático desta rede de percursos. O equipamento vence o declive da encosta entre a Rua dos Lagares e o Miradouro Sophia de Mello Breyner Andresen (Miradouro da Graça) e foi o último a ser concluído – a inauguração teve lugar em março de 2024.

De então para cá, a utilização do Funicular tem sido um grande sucesso, tendo transportado, até ao final de 2024, mais de 220 mil passageiros.

Em maio, o mérito do projeto foi reconhecido com a atribuição do Prémio Nacional de Reabilitação Urbana 2024. A autoria foi dos arquitetos João Favila e João Simões e a execução esteve a cargo do consórcio formado pela ECOCIAF e a LIFTECH.

A infraestrutura mobilizou um montante de 7,7 milhões de euros, correspondente ao investimento na construção da infraestrutura, a aquisição e instalação do próprio equipamento, gastos adicionais e o período experimental da operação. Já em 2025, o Município de Lisboa decidiu adquirir a propriedade do Funicular da Graça, através de dação em pagamento para regularização parcial do serviço da dívida da EMEL.

3.3. MOBILIDADE ELÉTRICA

O dístico verde é um produto de promoção da mobilidade elétrica, previsto no Regulamento de Estacionamento de Lisboa, e que viabiliza o estacionamento gratuito de veículos 100% elétricos, em qualquer lugar tarifado da cidade de Lisboa. É um incentivo muito eficaz, como demonstra a trajetória de crescimento seguida pela emissão destes dísticos. Em 2024 o número de dísticos verdes concedidos cresceu 66%, ultrapassando os 30 mil dísticos.

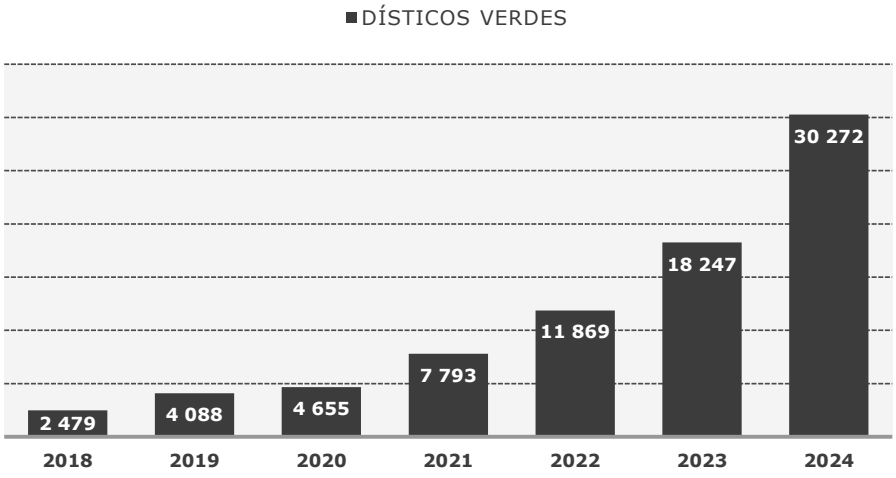


Gráfico 3-8 Evolução do número de dísticos verdes concedidos 2018 - 2024

Perante estes dados, a EMEL desenvolveu alguns estudos exploratórios, tentando perceber possíveis impactos deste crescimento.

Os dados recolhidos apontam para uma maior preponderância da presença de veículos com dísticos verdes em arruamentos com tarifas mais elevadas, o que não surpreende, pois, as tarifas mais caras são estabelecidas em zonas com mais polos de atratividade, onde se gera maior pressão de estacionamento. O que contraria a permanência prolongada de viaturas é, precisamente, a tarifa, e se o dístico verde dispensa o pagamento dessa tarifa, então será natural que haja maior preponderância de viaturas com dístico verde nestas zonas.

A ocupação medida de dísticos verdes observada variou, consoante a tarifa, entre os 4% na coroa verde e 13% nos eixos castanhos. Se forem retirados os veículos com outros tipos de dístico, ou seja, se a presença de dísticos verdes for comparada com a de veículos em rotação, percebe-se que a presença de dísticos verdes equivale a 10% da rotação na coroa verde e a 19% nos eixos castanhos. Em termos comparativos, caso os veículos com dístico verde pagassem a mesma tarifa que os restantes, o valor corresponderia a 3,7 milhões de euros, tendo em atenção que esta análise foi realizada em junho e que até ao final do ano, o número de dísticos verdes cresceu 23%.

Sendo um valor importante, a receita está longe de ser a principal questão quando se equaciona o dístico verde. A descarbonização dos transportes é fundamental, para mais considerando os problemas de qualidade do ar que Lisboa enfrenta.

Mas o ordenamento do estacionamento visa objetivos múltiplos e um crescimento tão rápido do número de veículos sem qualquer estímulo à rotação acabará por impor limites à definição de outras estratégias, com outros objetivos: desde logo à promoção da rotação, mas também à proteção das necessidades dos residentes. Uma ocupação entre 4% e 13% pode parecer reduzida, no entanto, estima-se que um nível de serviço adequado preserva 15% de lugares livres em cada arruamento.

A maioria dos dísticos verdes é emitida para veículos de fora de Lisboa, designadamente para os restantes concelhos da Área Metropolitana de Lisboa.

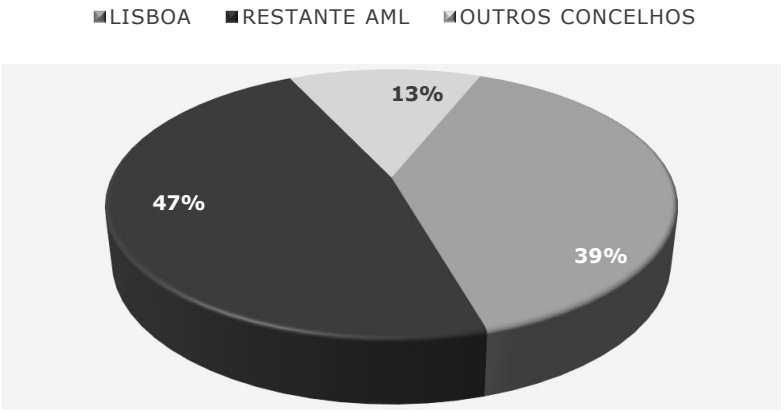


Gráfico 3-10 Origem Geográfica dos Dísticos Verdes Concedidos

O papel da EMEL na promoção da mobilidade elétrica não se esgota no dístico verde. A empresa está a implementar uma rede de carregamento de veículos elétricos, nos seus parques, em HUBs de carregamento rápido, e começa agora a implementar a rede de carregadores na via pública.

Figura 3-10 Rede de carregadores LEVE na via pública e plano de expansão

Em 2024 os trabalhos para instalação desta rede prosseguiram e vão ser instaladas as 24 localizações planeadas, existindo neste momento apenas constrangimentos de Licenciamento Municipal na Rua António Abreu e Praça das Casas Novas, assim como pendências com a Administração do Porto de Lisboa para instalação do carregador do Cais da Rocha.

Dois dos pontos de carregamento estão já instalados – um no Lumiar e outro na Ajuda – mas ainda não entraram em operação. Prevê-se que 12 entrem ao serviço no decorrer do primeiro semestre de 2025 e os restantes até ao final do mesmo ano.

O plano de expansão da rede em parques de estacionamento de superfície retomou o desenvolvimento, tendo sido adjudicados os trabalhos remanescentes em seis dos parques da EMEL - Belém, Combatentes, Estrada da Luz, Campo Grande, Universidade e Lusíada. Para estes parques, os processos de Pedidos de Ligação à Rede já foram efetuados e o início dos trabalhos já teve lugar. Por outro lado, os trabalhos no Parque EMEL do Areeiro encontram-se suspensos devido ao projeto em curso para o local, promovido pela Junta de Freguesia do Areeiro.

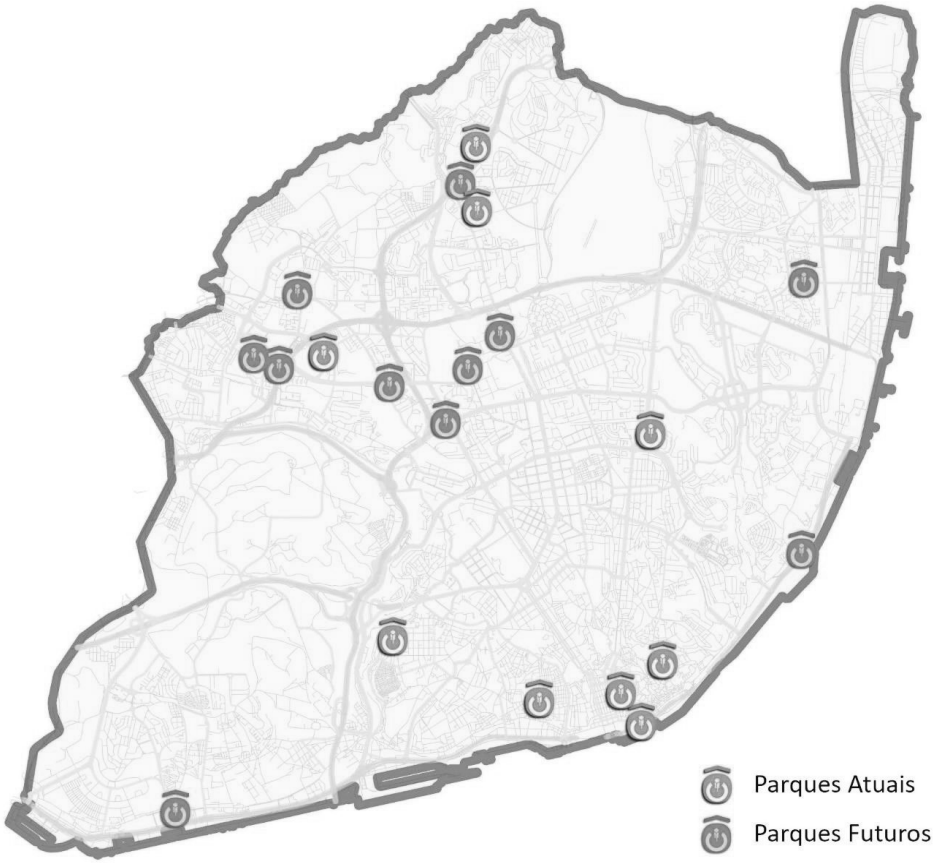


Figura 3-11 Rede de Carregadores LEVE em parques EMEL e Plano de Expansão

A EMEL tem vindo a garantir, nos seus novos Parques de Estacionamento, a instalação de carregadores de veículos elétricos como é o caso do Parque da Azinhaga da Cidade, com previsão de instalação de quatro pontos de carregamento duplos e o Parque de Estacionamento do HUB do Beato com dois pontos de carregamento duplos. Também a área de estacionamento da Azinhaga das Carmelitas, inaugurada no início de 2025, conta com dois pontos de carregamento duplos.

No decorrer do ano de 2024 foram realizados os projetos para a instalação de carregadores nos Parques Navegante dos Olivais e Colégio Militar, cuja implementação irá decorrer no ano de 2025.

A expansão da rede, quer na via pública quer nos parques EMEL, começa agora a concretizar-se, registando um total de 130 tomadas no final de 2024.

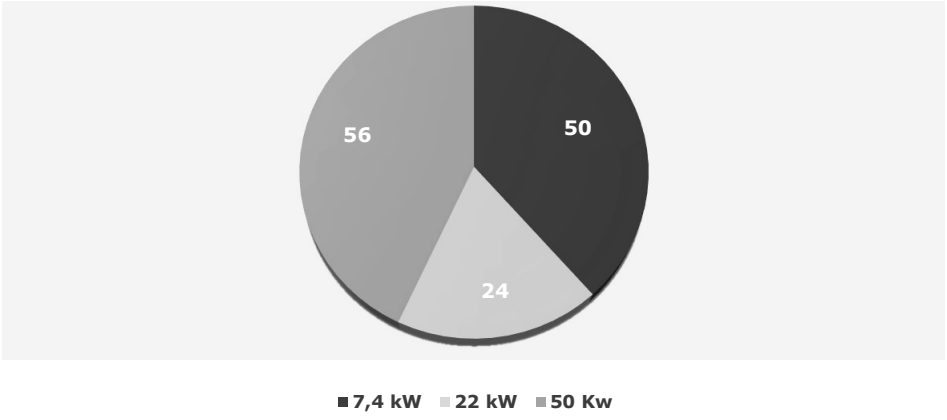


Gráfico 3-11 Estrutura da Rede LEVE para 130 Tomadas por potência de carregamento

Assinala-se ainda que o volume de carregamentos aumentou consideravelmente – o que alinha com a trajetória seguida pelo dístico verde.

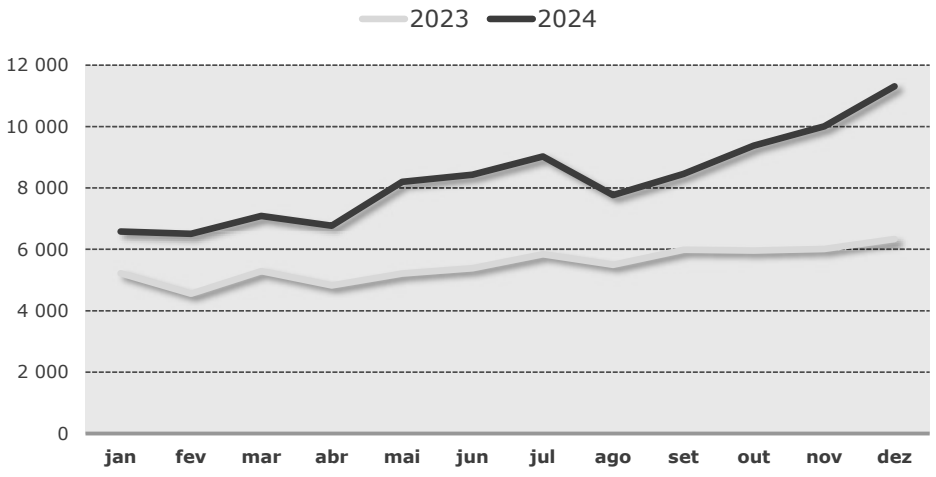


Gráfico 3-12 Evolução Mensal de Carregamentos na Rede LEVE 2023 - 2024

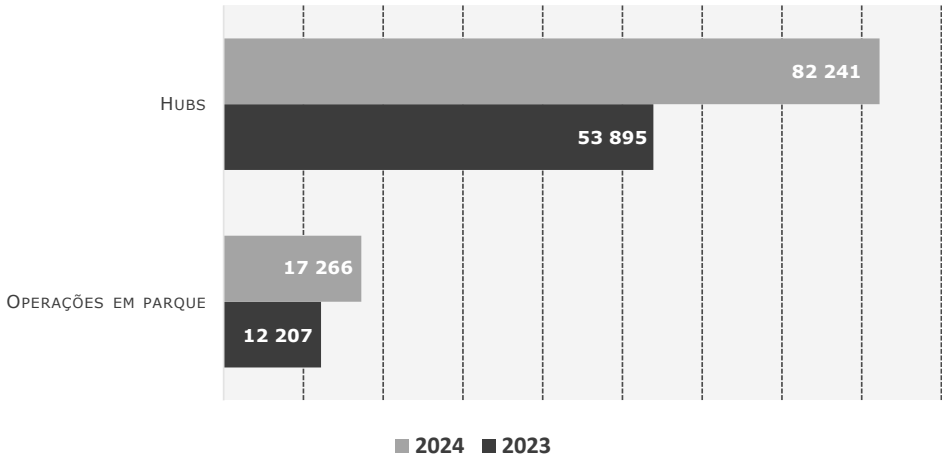


Gráfico 3-13 Quantidade de Carregamentos na Rede LEVE 2023 - 2024

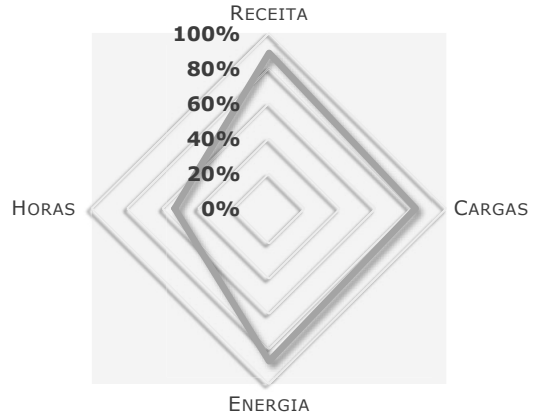


Gráfico 3-14Peso Relativo do Carregamento Rápido na Rede LEVE Segundo Quatro Dimensões

A evolução dos HUBs de carregamento rápido é muito mais expressiva, mas ambas as operações registaram crescimentos muito significativos, com mais 53% de carregamentos nos HUBs e mais 41% nos parques de estacionamento.

Apesar deste crescimento da operação dos parques, o carregamento rápido nos HUBs recolhe clara preferência do mercado.

3.4. GESTÃO DA REDE SEMAFÓRICA

A EMEL é responsável pela gestão da rede semafórica da cidade de Lisboa. Inicialmente as competências atribuídas pelo Município, nesta matéria, contavam com a cobertura financeira de um Contrato de Mandato, ao abrigo do qual se procedeu à modernização da maior parte das interseções que compõem a rede semafórica.

O objetivo da modernização é o de dotar a cidade de um sistema de gestão de tráfego centralizado, com capacidades preditivas e de implementar, em tempo útil, medidas mitigadoras de congestionamentos, proporcionando a maximização da fluidez da circulação rodoviária.

Para que a modernização da rede fique completa, resta intervir em 23 interseções, estando a decorrer o procedimento de contratação pública para o efeito.

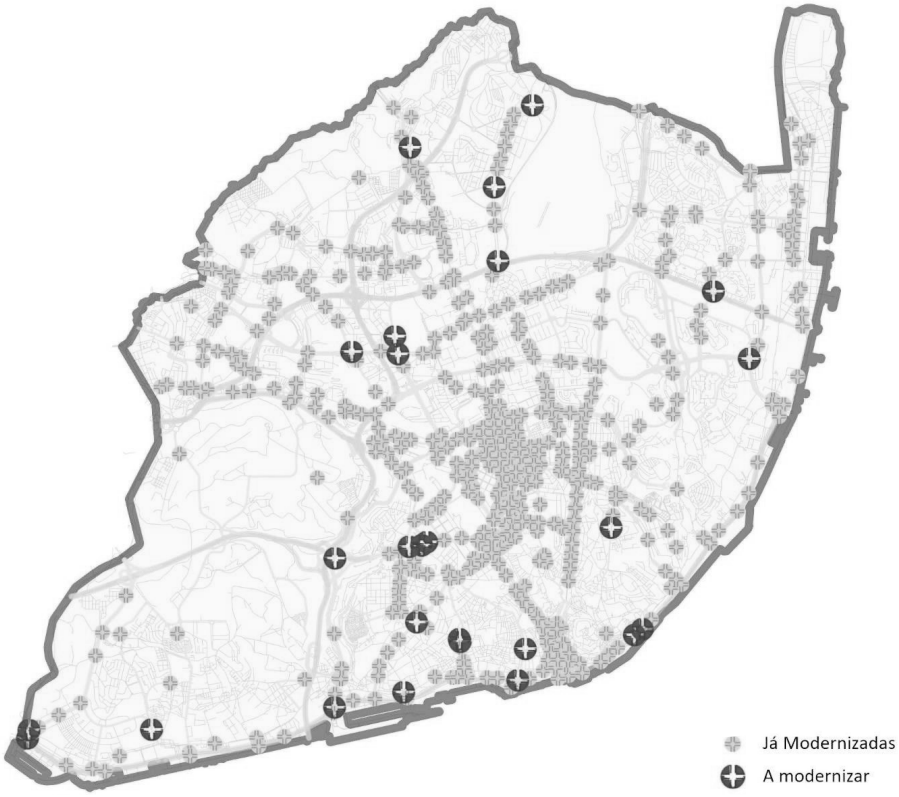


Figura 3-12 Mapa das Interseções da Rede SLAT

Para a conclusão da modernização já não está previsto qualquer cobertura financeira da CML, assumindo a EMEL a despesa de investimento, como já acontece com os gastos correntes da manutenção da rede, que integram a despesa operacional da empresa, concretizando mais um projeto alavancado na rentabilidade da operação de estacionamento na via pública.

Com a modernização da rede concluída será possível obter as vantagens da gestão centralizada que se pretendem. Em 2024 prosseguiu-se com o desenvolvimento da otimização semafórica dos grandes eixos viários, estando quase concluída a implementação das estratégias de coordenação da sinalização luminosa da Avenida de Roma, Avenida Almirante Gago Coutinho e a Zona do Lumiar.

Seguir-se-á, em 2025, a zona das Amoreiras e Rato, Praça de Espanha e área envolvente, o Eixo Avenida da República/ Avenida Fontes Pereira de Melo e a Avenida do Brasil.

04 INOVAÇÃO

RELATÓRIO E CONTAS **2024**

No campo da investigação e inovação (I&I), a EMEL deu continuidade ao trabalho realizado em anos anteriores com projetos que visam contribuir para o aumento da sustentabilidade e equidade do sistema de mobilidade da cidade.

Por um lado, no seguimento da aposta da EMEL em repensar os serviços já oferecidos à cidade e de procurar melhorar a qualidade de serviço prestado e a experiência de utilização, foi iniciada a revisão da proposta de valor do serviço Bicipark, no sentido de melhorar o processo de subscrição e renovação da assinatura, e a utilização quotidiana, dando resposta àqueles que têm sido os principais constrangimentos de quem pretende utilizar a bicicleta como modo regular de transporte e precisa de ter um local para o estacionamento seguro de média-longa duração.

Figura 4-1 Imagem BiciPark

Ainda relativamente ao serviço Bicipark, e na impossibilidade de expandir a rede para junto de grandes interfaces multimodais devido a constrangimentos de espaço público, foi estudada a expansão da rede para novos parques de estacionamento EMEL, que terá lugar em 2025.

No âmbito da reformulação da oferta de produtos dos parques de estacionamento, especificamente das avenças bonificadas para residentes, e tendo em consideração o legado de sistemas e complexidade da oferta pré-existente, foi desenvolvido um trabalho de simplificação e otimização de processos e procedimentos para a implementação da nova oferta de produtos, com particular enfoque na eficácia e controlo de qualidade dos processos de adesão.

Por sua vez, no campo da inovação digital, a EMEL prosseguiu o trabalho que vinha a desenvolver no âmbito do projeto DeployEMDS, cofinanciado pelo Programa Europa Digital, da União Europeia, que tem como objetivo a facilitação do acesso, partilha e reutilização de dados de mobilidade. Em particular:

No âmbito da disponibilização de dados de acessibilidade para, por exemplo, informar futuras intervenções na via pública, a EMEL deu início ao levantamento de barreiras urbanísticas, arquitetónicas e de informação no acesso aos serviços EMEL e as barreiras criadas pelos equipamentos da EMEL na cidade, através da realização de uma experimentação com o envolvimento direto da comunidade de pessoas com necessidades específicas, nomeadamente pessoas utilizadoras de cadeira de rodas manuais, pessoas cegas e neurodivergentes;

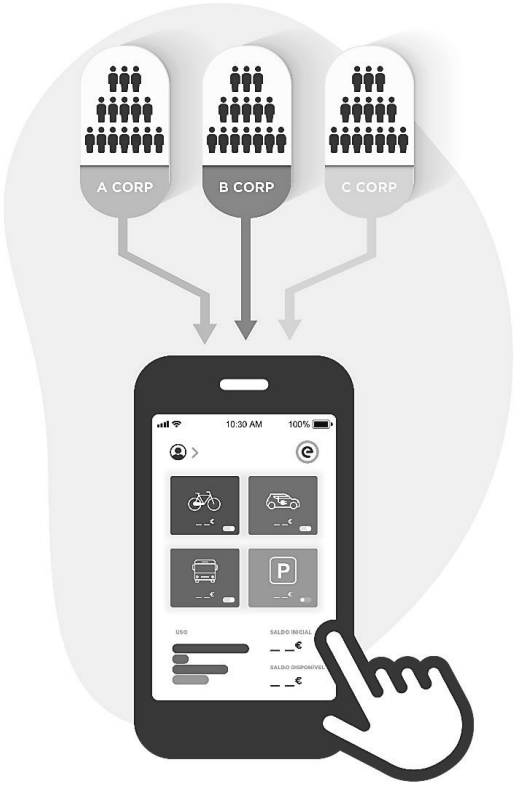


Figura 4-2 Imagem MaaS

No que diz respeito à solução Mobilidade-como-um-Serviço (ou MaaS), foi lançado um convite a entidades empregadoras para a cocriação do futuro serviço de gestão do orçamento de mobilidades, e iniciados os trabalhos de mapeamento dos requisitos funcionais a integrar na futura solução.

Ainda no âmbito de projetos europeus subvencionados, a EMEL concluiu a iniciativa que tinha vindo a desenvolver no âmbito do projeto C Streets, que permitiu à empresa a aquisição de 150 bicicletas elétricas GIRA para reforçar as ligações do serviço de bicicletas públicas partilhadas de Lisboa ao nó urbano de acesso ao Aeroporto de Lisboa, e a instalação de cerca de 550 sensores para a monitorização de lugares de estacionamento dedicados a operações de cargas e descargas, no eixo entre a Baixa e o Campo Grande da cidade de Lisboa.

Foi ainda dada continuidade ao trabalho de definição e harmonização de indicadores-chave da atividade da EMEL. Este trabalho procura (re)definir aspetos como fontes de dados, critérios ou metodologias de cálculo por forma a garantir a coerência e fiabilidade na informação.

Por outro lado, no âmbito instrumentos de incentivo à I&I, o ano ficou marcado pelo reforço da presença da empresa em diversas oportunidades de financiamento, através da submissão de candidaturas a programas de apoio à expansão da rede ciclável e promoção da mobilidade ativa, bem como na área da inovação digital.

Deu-se também início ao Estudo de Mobilidade Empresarial, com o objetivo de conhecer os hábitos de mobilidade da população trabalhadora da EMEL, e identificar medidas que possam reduzir as suas necessidades de deslocações e assegurar um perfil de mobilidade corporativa mais sustentável.

Por fim, continuando a sua aposta na disseminação do conhecimento gerado e procurando um diálogo mais próximo com a comunidade de inovadores, a EMEL marcou presença em conferências internacionais, nomeadamente Velo-CITY 2024, na Conferência Anual da POLIS e na Conferência Walk21.

4.1. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A EMEL tem em curso uma grande aposta na área dos Sistemas de Informação. Esta aposta tem como objetivo criar as condições fundamentais para alavancar a competência técnica da EMEL, reunindo os recursos que permitam construir a capacidade de intervenção da empresa a múltiplos níveis, desde logo melhorando a sua imagem junto do cliente, mas também potenciando o desenvolvimento da estratégia de mobilidade sustentável definida pelo Município, enquanto promove a implementação de meios e processos mais flexíveis, tornando as suas operações mais eficientes.

Dentro deste âmbito, no ano de 2024 colocou-se um grande foco em alguns dos processos identificados como estruturantes e potenciadores da evolução futura da empresa.

1. Na consolidação da arquitetura híbrida multi *Cloud* foram atualizados os componentes core das infraestruturas e assegurados os contratos de manutenção e suporte para garantir a performance e estabilidade. Neste campo foi ainda lançado o procedimento de aquisição pública que garante a atualização da plataforma City-as-a-Platform da EMEL, e criadas condições técnicas para uma maior segurança dos interfaces técnicos utilizados na operação da Gira e do ePark

2. Paralelamente, foi implementada uma camada de integração, suportada pela plataforma Mulesoft Anypoint com vista a criar, monitorizar e orquestrar todos os fluxos de integração de dados e serviços aplicacionais necessários à operação da EMEL

3. Ao fim de vários anos foram repostos em funcionamento e recuperados serviços críticos como a integração dos processos de contraordenação leves com a Camara Municipal de Lisboa, conforme regulamento e legislação em vigor

4. Após a integração do GIRA com o Navegante, avançou-se na integração deste modelo nos serviços da EMEL, passando a assegurar o suporte aos Parques Navegante

5. Foram criadas as condições técnicas para garantir a certificação digital de todas as faturas emitidas pela EMEL

6. Deram-se passos significativos para a abertura da EMEL a novos meios de pagamento digitais, como o Sistema de Débitos Diretos para avenças e dísticos, e MBWay nos parquímetros

7. Finalmente, mas não menos importante, foram executados diversos projetos de infraestruturação e renovação tecnológica com vista a uma maior resiliência nos serviços e operações da EMEL: i) a reformulação da cablagem da rede Bicipark, por forma a potenciar a sua centralização e gestão remota; ii) a otimização da Gateway de Notificações, garantindo a melhoria da comunicação com o cliente, por email e por SMS, tanto na atribuição e renovação de dísticos, como na prestação de informação relevante para o cidadão, designadamente em caso de bloqueio da sua viatura; iii) ou mesmo a implementação, nos parques de estacionamento, de sistemas de leitura automática de matrículas. Foram ainda criadas as condições para monitorizar remotamente cerca de 650 lugares de cargas e descargas na cidade de Lisboa.

Continuando nesta perspetiva, neste momento, a EMEL tem ainda em curso um conjunto de projetos:

- Desenvolvimento do sistema de CRM, baseado em tecnologia Salesforce e no seu módulo Customer Care, no sentido de dotar a EMEL de uma visão 360 do cliente e aproximar o contacto para melhor o servir, que entrou em produção em 2024

- Renovação tecnológica e centralização técnica e operacional dos Parques de Estacionamento

- Renovação tecnológica e centralização técnica e operacional da rede Bicipark

- Definição e modelação de uma Camada Centralizada de Dados, que se configure como ponto único de verdade operacional, consolidando todo o acesso e gestão nesse ponto único, desacoplado das outras camadas de User Interface (UI), de lógica de negócio ou de armazenamento.

- Continuação da implementação do Plano Integrado de Cibersegurança de sistemas de informação, crítico para incrementar a integridade dos sistemas da EMEL

- Definição e implementação do Plano integrado de Gestão de Risco e Resiliência Tecnológica (em linha com a Diretiva NIS2)

Continua a necessária consolidação da rede de comunicações da EMEL, melhorando a disponibilidade e performance com a implementação da redundância nos sites principais e preparando a rede para a implementação futura da tecnologia SD-WAN. Esta consolidação passa também pela renovação de equipamentos ainda em curso, incluindo *firewalls, routing* e *switching* de forma generalizada.

Em 2024 foram ainda lançados procedimentos de contratação pública para a aquisição de soluções de que se espera grande impacto, ao nível das operações, da conveniência para os utilizadores e da melhoria da mobilidade no Município.

Desde logo uma nova solução, completa e integrada, para o GIRA, que visa um melhor aproveitamento de toda a infraestrutura física (estações, docas e bicicletas), para dotar a EMEL, e os seus clientes, de toda uma nova experiência de utilização, mais fiável, fluída e eficiente, tanto do lado da operação do sistema, como na perspetiva da sua utilização na cidade. O procedimento vai entrar na fase de testes das soluções propostas pelos concorrentes qualificados.

Também está em curso o procedimento para a aquisição de uma nova solução, modular, para a gestão do estacionamento na via pública, integrando a operação de Fiscalização, em todas as suas vertentes, chegando até ao processamento das contraordenações, a sua instrução e decisão.

Finalmente, decorre também o procedimento com vista à aquisição de uma nova solução de monitorização e recolha de dados de tráfego na cidade de Lisboa, que permita viabilizar novas formas de mobilidade inteligente e a otimização da operação da EMEL nesse sentido.

05 COMUNICAÇÃO

RELATÓRIO E CONTAS **2024**

2024 foi marcante para a EMEL: a empresa celebrou o seu trigésimo aniversário, o que pautou, em larga medida, a sua comunicação neste ano, festejando em novembro com um evento interno que coincidiu com o lançamento do logo EMEL 30 anos, em simultâneo com a produção de conteúdo televisivo de larga transmissão para os públicos internos e externos.

Figura 5-1Logo EMEL 30 anos

Neste âmbito, foi incrementado o caminho já iniciado de consolidação reputacional da marca EMEL, agregando valor através dos seus produtos e quer através da sua imagem corporativa, quer através de campanhas marketing com base nos seus produtos.

Foi continuada e reforçada a associação da EMEL a eventos culturais e desportivos de massas, como a Feira do Livro de Lisboa, o Bike Tour Lisboa-Oeiras, o Festival Indie Lisboa de Cinema, a Maratona de Lisboa e a Meia-Maratona de Lisboa, mantendo uma presença ativa responsável que contribua igualmente para o referido reforço de reputação da EMEL junto dos seus públicos.

A par disso, foi disponibilizada uma nova oferta de produtos de mobilidade, como os Parques Navegante, e uma melhoria em produtos existentes, como as aplicações móveis e o Gira Navegante, procurando corresponder às expetativas dos clientes e não-clientes, de forma a reconhecerem uma melhor oferta de valor por parte da EMEL e a aderirem a formas de mobilidade mais práticas, confortáveis e mais sustentáveis.

Os clientes EMEL também viram melhorado o seu relacionamento com a empresa através de uma nova filosofia de gestão da experiência do consumidor, assegurada pela implementação de ferramentas de CRM e de ciclo de vida de produto e de cliente.

Este esforço contribuiu para promover uma Lisboa mais sustentável para todos os que vivem, trabalham, estudam ou visitam a cidade.

Das diversas campanhas realizadas, destaca-se o novo "Parque Navegante", que permite aos detentores do cartão Navegante estacionar nos parques localizados junto dos eixos de entrada da cidade, incentivando a intermodalidade e permitindo que os utilizadores continuassem a viagem de transportes públicos ou bicicletas GIRA.

Destacam-se ainda a campanha do Pagamento MB WAY, forma de pagamento implementada em perto de 800 parquímetros e a campanha de Parques de Santo António que compreendeu a oferta de estacionamento durante a noite de 12 de junho.

A expansão da rede de estações GIRA para 174 unidades e o aumento da frota de bicicletas para duas mil foi apoiada por eventos, promovendo e divulgando a marca com eventos e ações de marketing junto dos públicos-alvo.

Promoveram-se diversas ações de comunicação aos residentes e comerciantes, em articulação com as Juntas de Freguesia, sobre a expansão de novos lugares de estacionamento na via pública e divulgando os novos projetos de mobilidade, alguns ainda em curso, como a construção do viaduto ciclopedonal sobre a Avenida Almirante Gago Coutinho e o crescimento da rede ciclável.

Realizou-se a inauguração e apoiou-se o início da atividade do Funicular da Graça, facilitando a mobilidade pedonal.

A EMEL reforçou a sua presença nos meios de comunicação social, nomeadamente com a participação do Presidente da EMEL, Carlos Silva, em programas de interesse público, como o Sociedade Civil da RTP 2, na rubrica "EMEL Mais Mobilidade" na Rádio Amália e na Rádio Observador, divulgando o trabalho da empresa.

Foi co-realizada pela EMEL e o Fórum Energia e Clima a "VI Energy & Climate Summit" sobre o tema "Mobilidade e Logística Urbana", no Centro de Congressos de Lisboa, e que contou com a presença de Miguel Pinto Luz, Ministro das Infraestruturas e Habitação.

A EMEL teve um programa dedicado no Marcas com História da TVI, divulgando o papel da EMEL nestes 30 anos de existência e projetando aquilo que se pretende que a empresa seja e realize no futuro.

Em 2024, a EMEL apoio e participou em diversos eventos públicos, como a Semana da Mobilidade, onde promoveu a sua marca, os seus produtos e interagiu com a comunidade. Destacam-se desses eventos, alguns já referenciados, o Dia Mundial da Atividade Física, o Movimento Kidical Mass, a Feira do Livro de Lisboa, o Festival Indie Lisboa, o Cine Conchas, o Rally de Lisboa, o Eco Rally de Lisboa, a Corrida da Mulher, o Lisboa Beach Volleyball Legends, o Pedala Portugal Bike Tour, a Maratona de Lisboa, a Meia Maratona de Lisboa, o Clean Future Demo Day e o Fórum para a Igualdade iGen.

A EMEL foi parceira institucional da série Lugar 54 da RTP, onde o parque de estacionamento de Telheiras Poente serviu de cenário para histórias contadas ao longo de cinco episódios.

Durante o Natal, em parceria com a Carris e a CML, promoveu-se a segunda edição da iniciativa Deixe o Carro para Trás e Festeje o Natal, oferecendo estacionamento gratuito e transporte direto à Baixa da cidade, com a presença de ajudantes do Pai Natal e brindes para os passageiros.

A nível reputacional, importa referir que a marca EMEL foi bastante premiada, conquistando o Global Alliance World Public Relations & Communication Awards 2024 na categoria Tendências e Transformação da Comunicação com a campanha Estacione e Celebre o Natal. Recebemos também uma Menção Honrosa no Grande Prémio da APCE 2024 com a campanha "Gira, Transporte Oficial da Feira do Livro – Ler dá outra pedalada".

Figura 5-2 Global Alliance World Public Relations & Communication Awards 2024

Ao nível da Comunicação Interna, melhoraram-se os atuais canais com o objetivo de divulgar campanhas internas, comunicados, projetos e ações da Academia EMEL, com informações relacionadas com a saúde, segurança e bem-estar, para além de outros conteúdos de interesse dos trabalhadores. Promoveram-se passatempos internos e celebraram-se datas com eventos internos, com o objetivo de criar um clima organizacional ainda mais positivo.

No âmbito da Responsabilidade Social e Corporativa, a EMEL foi parceira da campanha de recolha de amostras de sangue para o Biobanco do Instituto de Medicina Molecular, da Semana da Mama com as estações GIRA cor-de-rosa, da Conferência Walk 21 e das celebrações do Clean Future Demo Day.

06 RECURSOS HUMANOS

RELATÓRIO E CONTAS **2024**

Durante o ano de 2024 a EMEL teve como orientação tornar-se mais eficiente na prestação de serviços aos trabalhadores, focando-se na otimização dos seus próprios recursos e na valorização dos colaboradores e da EMEL.

A área de saúde ocupacional foi reforçada, em volume de horas de acompanhamento, dos profissionais de medicina do trabalho, enfermagem do trabalho e psicologia ocupacional, aos trabalhadores. Foi também implementada, com sucesso, a descentralização, para as bases operacionais da EMEL, da realização de rastreios e da prestação de apoio aos trabalhadores.

No serviço de segurança e saúde no trabalho foram atualizadas e revistas as avaliações de risco das categorias profissionais, dando início à elaboração do Regulamento de Equipamentos Individuais e Coletivos a implementar em 2025.

O programa de mobilidade interna continuou a ser dinamizado, e foi iniciado um procedimento, com base na capacitação dos trabalhadores para novas funções, em casos de incapacidades e recomendações emanadas dos serviços de saúde ocupacional.

Foi também dinamizada a integração de estágios curriculares em vários serviços da EMEL, programa que teve ganhos assinaláveis nas parcerias entre várias instituições de ensino e a empresa.

Ainda no âmbito da valorização dos trabalhadores, teve início o procedimento para avaliação e implementação de um novo sistema de avaliação de desempenho, que terá o seu ano zero em 2025, e será elaborado em colaboração com todas áreas da empresa, e em consonância com as estruturas representativas dos trabalhadores.

O serviço de gestão de frota prosseguiu, durante 2024, o seu objetivo de continuar a aumentar a quota de veículos elétricos e reforçou os meios humanos para dar continuidade a um melhor serviço ao cliente interno.

Na área de gestão de recursos humanos, está a ser implementado o novo software de processamento salarial, concomitante na integração com um melhorado software de gestão de assiduidade.

O ano de 2024 continuou a ser um ano de valorização das remunerações dos trabalhadores e de empenho, por parte da administração da EMEL, junto dos trabalhadores e da Direção de Recursos Humanos, em ouvir e melhorar as condições de trabalho.

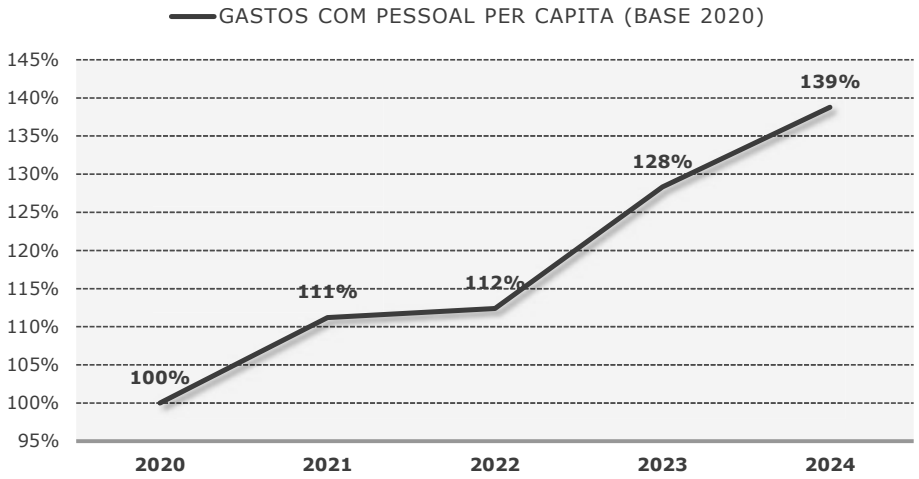


Gráfico 6-1 Evolução Relativa do Gasto com Pessoal Per Capita 2020 - 2024 (Base 2020)

Depois de anos de estagnação salarial e dos impactos da pandemia, seguiu-se um acentuado crescimento da inflação que impôs a recuperação das remunerações dos trabalhadores da EMEL. A evolução apresentada encontra suporte em ganhos de produtividade, considerando que o número de lugares em exploração, ainda a principal fonte de rendimentos da empresa, embora moderadamente, cresceu, e o número de trabalhadores diminuiu ligeiramente.

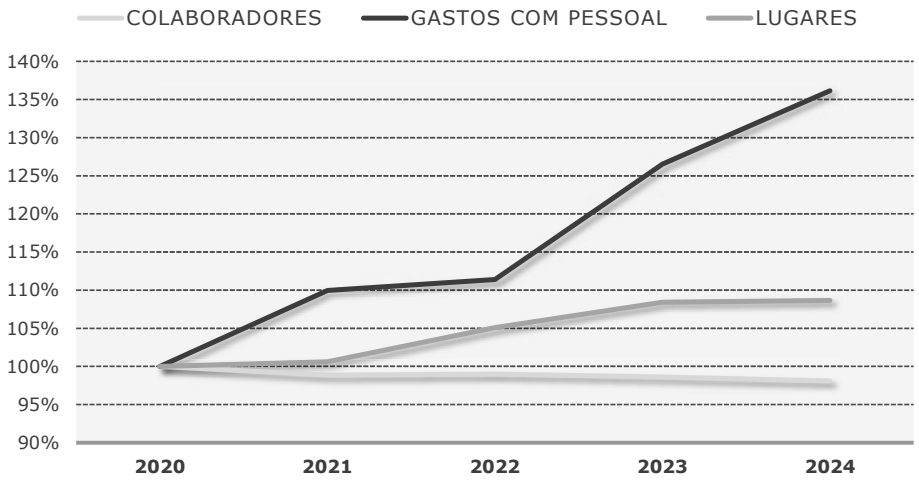


Gráfico 6-2 Evolução Relativa dos Gastos com Pessoal Número de Colaboradores e Lugares em Exploração (Base 2020)

6.1. CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Desde 2020, ano da internalização da operação do GIRA, o quadro de trabalhadores da EMEL tem permanecido estável.

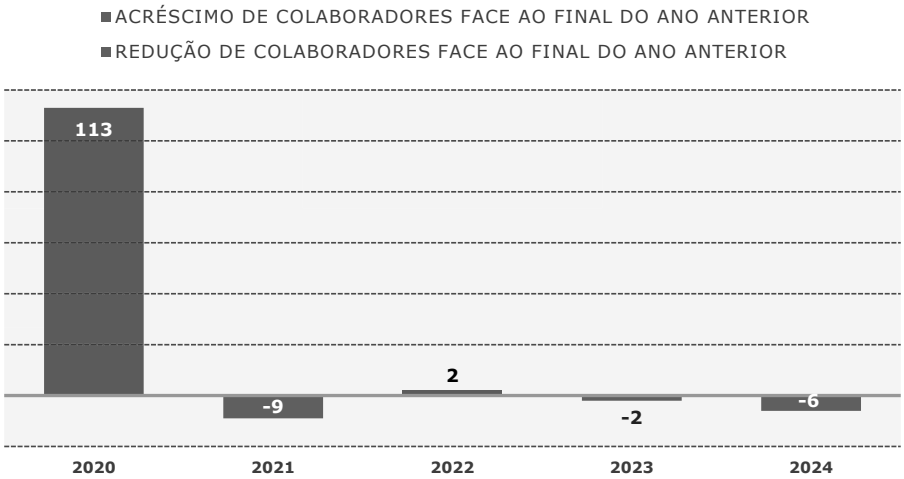


Gráfico 6-3 Evolução Anual do Saldo Líquido Entre Entradas e Saídas de Trabalhadores 2020 - 2024

Nesse ano, a constituição da equipa de oficina e de operações no terreno, do GIRA, exigiu a contratação de bastantes colaboradores, muitos deles a transitar do operador externo, que até aí assegurava condução do sistema. De então para cá, o crescimento das operações da EMEL tem vindo a ser suportado por um ganho de produtividade claro, registando-se até uma ligeira quebra do número de trabalhadores.

Tabela 6-1 Evolução do Quadro de Pessoal e do Número de Estagiários a 31 de dezembro de 2020 - 2024

	2020	2021	2022	2023	2024
Colaboradores a 31 de dezembro	753	780	781	778	774
Estágios Profissionais a 31 dezembro	36	0	1	2	0
TOTAL	789	780	782	780	774

Apesar da evolução líquida negativa, a EMEL fez, em 2024, 28 contratações.

O maior número dos novos colaboradores integrou Áreas Transversais, como a Academia, os Sistemas de Informação ou os Recursos Humanos.

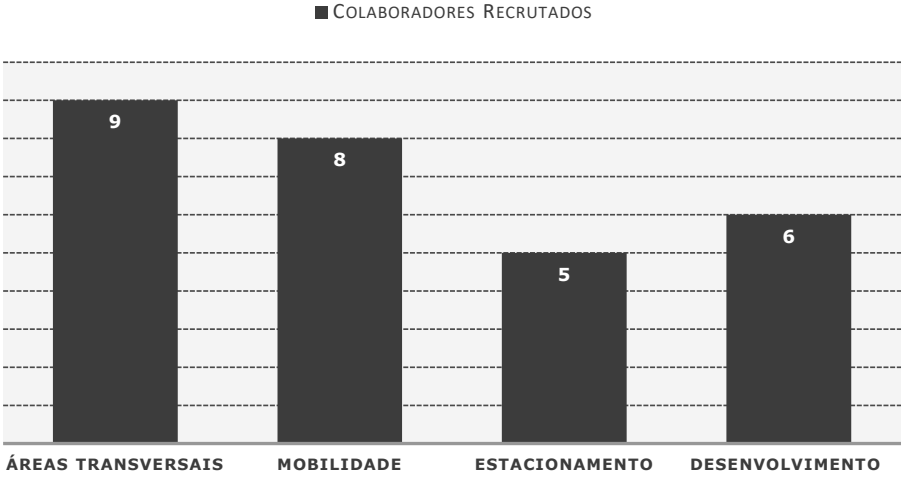


Gráfico 6-4 Novos Colaboradores Contratados por Área de Atividade na EMEL

A EMEL continua, ainda, a ser uma empresa maioritariamente masculina, no que respeita à composição do seu quadro de pessoal. Essa tendência ganha maior relevo nas categorias associadas às operações, precisamente as que contam com maior número de trabalhadores.

Tabela 6-2 Distribuição de colaboradores por categorias e por género em 2024

	COLABORADORES	HOMENS	MULHERES
Técnico Superior	99	51	48
Técnico	34	24	10
Assistente Técnico	34	17	17
Agente de Fiscalização de Trânsito	256	191	65
Técnico Apoio à Fiscalização	10	7	3
Téc. de Atendimento e Suporte ao Cidadão	167	82	85
Técnico de Vigilância e Controlo	10	9	1
Téc. de Manutenção e Suporte Operacional	145	139	6
Técnico Administrativo e Suporte	19	3	16
TOTAL	**774**	**523**	**251**

A distribuição por áreas de atividade vem confirmar isso mesmo. O número de colaboradores de género masculino regista maior preponderância na operação de via pública, 76%, mobilidade, 89% e apoio técnico, 90%, enquanto nas áreas transversais se observa uma repartição equitativa e nas relações externas, de contacto com o cliente, prevalecem as colaboradoras, com 74%.

Tabela 6-3 Distribuição do Número de Colaboradores por área e por Género 2022 - 2024

		2022	2023	2024
Via Pública	**Homens**	239	239	224
	Mulheres	80	80	72
Parques	**Homens**	51	51	39
	Mulheres	42	42	32
Mobilidade	**Homens**	99	99	109
	Mulheres	12	12	14
Apoio Técnico	**Homens**	64	64	53
	Mulheres	10	10	6
Relações Externas	**Homens**	23	23	18
	Mulheres	56	56	51
Desenvolvimento Infraestrutura	**Homens**	11	11	16
	Mulheres	11	11	12
Áreas Transversais	**Homens**	34	34	59
	Mulheres	49	49	61
Op. Funicular	**Homens**	0	0	5
	Mulheres	0	0	3
EMEL	**Homens**	521	521	523
	Mulheres	260	260	251

O Conselho de Administração da EMEL é maioritariamente composto por mulheres, mas nas restantes lideranças da empresa os homens estão em maior número.

Tabela 6-4 Distribuição das Lideranças da EMEL por Género 2020 - 2024

		2020	2021	2022	2023	2024
Diretores e Responsáveis Departamento	**Homens**	9	8	9	9	9
	Mulheres	10	7	5	5	5
Outras Chefias	**Homens**	39	48	50	50	52
	Mulheres	19	23	26	24	24

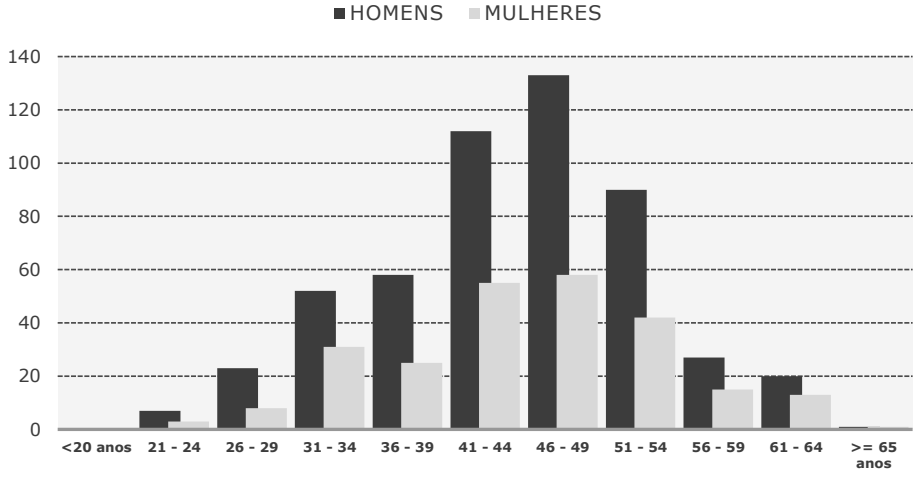


Gráfico 6-5 Distribuição Etária dos Colaboradores por Género

A EMEL conta com bastantes colaboradores com elevada antiguidade na empresa. A idade mais observada, tanto nos homens como nas mulheres, está entre os 46 e os 49 anos.

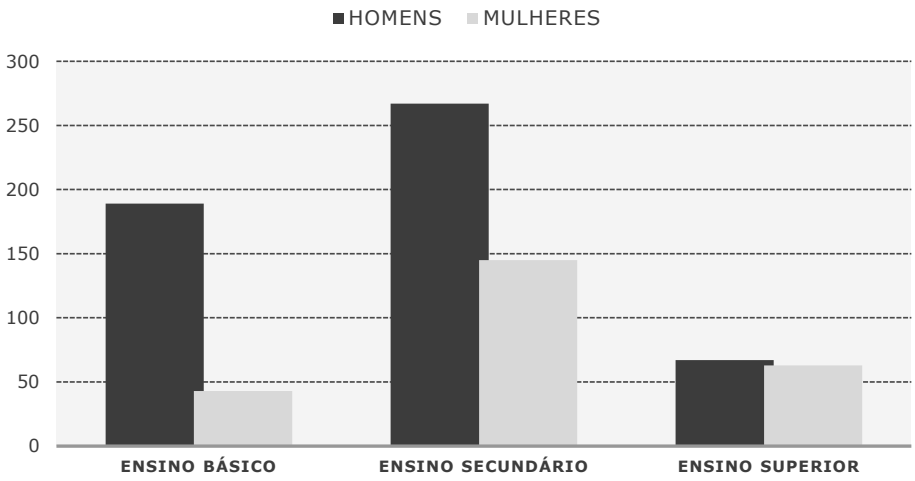


Gráfico 6-6 habilitações Académicas dos Colaboradores por Género

A grande maioria dos colaboradores da EMEL tem, como habilitações literárias, o ensino secundário. A empresa coloca grande esforço na valorização pessoal dos seus colaboradores, criando condições adequadas para o seu crescimento formativo. A Academia EMEL assume as responsabilidades da implementação desta aposta.

6.2. ACADEMIA EMEL

O ano de 2024 foi um ano estratégico para a Academia EMEL. Com foco total no desenvolvimento de pessoas, na sua capacitação e melhoria de competências, a Academia deu continuidade ao seu trabalho, em proximidade com as várias áreas da empresa.

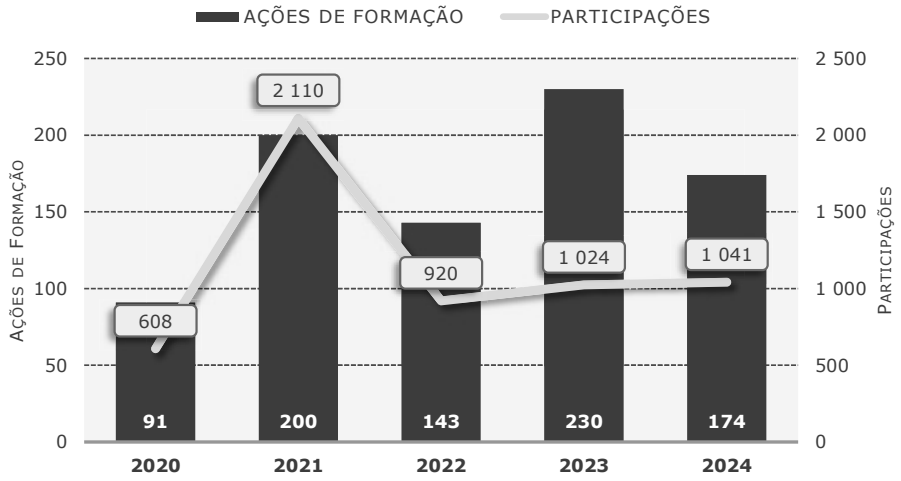


Gráfico 6-7 Evolução do Número de Ações de Formação e do Número de Participações 2020 - 2024

A Academia organizou diversos processos formativos, quer com recurso a formadores internos como externos, para ir ao encontro das necessidades detetadas, tendo atingido um volume formativo muito semelhante ao do ano civil anterior, denotando uma ligeira redução de 8% no total de horas efetuadas, mas com um aumento no número de participações nas ações.

Tabela 6-5 Indicadores de Formação 2023 - 2024

	2023	2024
Horas de Formação	16 459	15 198
Número de Ações	230	174
Número de Participações	1 024	1 041

As ações formativas incidiram sobre uma grande variedade temática, e possibilitaram abranger 65% do quadro de pessoal (a mesma percentagem que no ano de 2023). A tabela seguinte apresenta, de forma mais global, a composição do total de horas, por tema formativo, da oferta da Academia EMEL em 2024.

Tabela 6-6 Temas abordados em formação e respetiva quantificação

TEMA FORMATIVO	PARTICIPAÇÕES	AÇÕES REALIZADAS	TOTAL HORAS
Acolhimento/procedimentos EMEL	16	3	910
Atendimento e gestão de conflitos	493	52	6 088
Capacitar (Comparticipação Estudos Avançados)	2	2	1 002
Condução/Manobração equipamentos (funicular, empilhadores)	28	3	704
Contabilidade	7	4	52
Contratação Pública	30	14	277
Direito	5	4	74
ESG	9	2	13
Estatuto Trabalhador-estudante	23	23	2 323
Externo - Curso AFE/Reciclagem Fiscalização	24	2	1 596
Finanças	2	1	36
Gestão da Formação/Educação	18	4	256
Informática/Programação/Programas de suporte	92	14	505
Liderança	4	3	11
Manutenção Bicicletas	14	1	14
Mobilidade e urbanismo	13	1	78
Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas	205	18	626
Processos de meta-análise/*design thinking*	6	3	86
Programa Qualifica	10	8	358
Recursos Humanos	21	6	88
RGPD	2	1	6
Segurança e Saúde no trabalho	16	4	67
Vigilantes	1	1	30
	1 041	**174**	**15 198**

Um dos principais processos formativos do ano de 2024 insere-se na temática acima identificada "atendimento e gestão de conflitos", o programa EMEL em ação: Atendimento 360. Este é um programa de desenvolvimento de competências comportamentais, desenhado para os Agentes de Fiscalização de Trânsito que decorreu com pleno envolvimento da Academia EMEL, ajudando a concretizar a grande aposta da empresa na melhoria do contacto com o cidadão, como se descreveu na secção reservada à atividade da Fiscalização.

Outro dos processos formativos em destaque, até pelo número de formandos abrangido, é o que aborda a Prevenção da Corrupção e das Infrações Conexas, uma formação de cariz obrigatório, enquadrada no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que teve início em 2023 e que em 2024 foi estendida de forma mais abrangente, nomeadamente às áreas operacionais. Até ao momento esta formação já chegou a 37% do quadro de pessoal da EMEL.

É, igualmente, importante realçar o trabalho que a Academia EMEL, enquanto entidade formadora certificada pela DGERT (Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho), tem desenvolvido na prestação de serviços de formação para várias empresas do mesmo setor de atividade. Em 2024, a Academia EMEL assegurou um novo curso para Agentes de Fiscalização de Estacionamento, para a Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M. (STCP) e uma ação de reciclagem de conhecimentos técnicos para a Promotorres, E.M., empresa municipal de Torres Vedras.

Os processos formativos destacados demonstram alguns dos variados temas que a Academia EMEL tem conseguido assegurar internamente, demonstrando o know-how e talento dos colaboradores da empresa. Acreditando na importância de reconhecer essas competências, a Academia EMEL criou uma Bolsa Interna de Formadores, revendo toda a política formativa inerente, definindo e clarificando processos de candidatura, seleção e acompanhamento dos formadores. A Academia EMEL pretende uma Bolsa dinâmica e sempre disponível a acolher e investir em novos formadores, uma vez que acredita que este é um veículo que permite, além da maior adaptação dos conteúdos e estratégias formativas às características e organização da empresa, o aumento da motivação e satisfação de formandos e formadores, o reconhecimento do talento interno e a sua retenção.

6.2.1. Pela Cidade Fora

2024 foi um ano de crescimento e aposta na divulgação do Pela Cidade Fora, projeto pedagógico, da EMEL, de educação para a mobilidade.

Nessa perspetiva, colocou-se em prática um plano de comunicação com ênfase no público-alvo do projeto (escolas e famílias), através de newsletters, redes sociais e desenvolvimento de conteúdos, bem como a participação na Conferência do Brincar.

Em paralelo, concretizou-se a divulgação direta do projeto nas Juntas de Freguesia, designadamente das Avenidas Novas, de Campolide, de Campo de Ourique, da Estrela, de São Domingos de Benfica, do Lumiar e do Beato.

Iniciou-se ainda a criação e produção de um novo jogo que permitirá lançar uma nova atividade em 2025.

Figura 6-1 Imagem Pela Cidade Fora

Como resultado deste esforço de comunicação, o número de escolas abrangidas pelo projeto cresceu, tendo sido procurado já por alguns colégios privados também.

Durante o ano de 2024 foram realizadas 226 atividades práticas (mais 5% do que no ano anterior) e a procura dos nossos projetos de mobilidade aumentou cerca de 10% (atividades de projeto desenvolvidas pelas escolas, com a mentoria do Pela Cidade Fora), impactando cerca de 4 500 alunos. Este crescimento reflete-se no número de escolas abrangidas, cerca de 50, e no aumento da presença em novas freguesias.

2024 foi também o ano de maior crescimento (no número de participantes) dos Campos de Férias para os filhos dos colaboradores da EMEL. Foram organizados três Campos de Férias (Páscoa, Verão e Natal), com 30 crianças inscritas, em cada semana da Páscoa e do Verão, e 40 crianças inscritas no Natal (lotação esgotada em todas as edições).

O Pela Cidade Fora, participou ainda em diversos eventos em colaboração com as Juntas de Freguesia, nomeadamente no Dia da Criança e na Semana Europeia da Mobilidade, e na dinamização de atividades em Campos de Férias das próprias juntas, com resultados muito satisfatórios.

A presença nestes eventos trouxe novos contactos de associações de pais e entidades com vontade de conhecerem melhor o projeto e poderem, de alguma forma, usufruir das atividades do mesmo.

Adicionalmente, o Pela Cidade Fora esteve presente de forma muito ativa em eventos nos quais é já presença regular, como o Festival de Cinema IndieJúnior (em que as oficinas do Pela Cidade Fora fizeram parte da programação oficial do festival), a Feira do Livro, a Semana Europeia da Mobilidade (com presença em várias ações de três juntas de freguesia diferentes – Lumiar, Campo de Ourique, Arroios). Também o Dia Mundial da Atividade Física, o Dia Mundial da Segurança Infantil, o Dia Mundial do Trânsito e da cortesia ao volante, o Dia Mundial da Criança e o nonagésimo aniversário do Parque Florestal de Monsanto, foram dias celebrados com a participação do projeto Pela Cidade Fora a convite da CML ou das juntas de freguesia.

Também a convite da CML, o projeto participou ainda em três iniciativas do programa Mexe-te pela tua cidade, e nas reuniões de preparação da candidatura de Lisboa ao programa "Cidade Amiga das Crianças" (da Unicef).

A participação da Coordenação do Pela Cidade Fora na Conferência do Brincar trouxe também maior visibilidade ao trabalho desenvolvido pela EMEL nesta área, e promoveu contactos com outras entidades interessadas neste projeto e na metodologia aplicada, como um bom exemplo de incentivo à utilização de modos suaves de mobilidade e a uma maior vivência do brincar na rua, por parte das crianças.

A organização, já referida, dos Campos de Férias da Páscoa, Verão e Natal, para os filhos dos colaboradores EMEL, com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos encontra uma procura e uma adesão cada vez maiores. São sempre semanas em que se procura que as crianças experimentem algumas das atividades desenvolvidas no projeto, como o Mini Fiscal, a atividade À descoberta da cidade, ou Eu ando de bicicleta, bem como vários jogos tradicionais como corridas de sacos, o jogo da corda e o jogo do lencinho.

São ainda dias em que se proporciona aos participantes novas experiências (para muitos deles), como andar a cavalo ou de barco a remos, andar de cacilheiro, ir de comboio a Sintra, visitar alguns dos Museus de Lisboa, fazer arborismo, entre outras atividades mais lúdicas. A cada edição dos Campos de Férias há uma alegria redobrada naqueles que participam.

07 ESTRUTURA EMEL

RELATÓRIO E CONTAS **2024**

Em 2024 a EMEL implementou uma remodelação da sua estrutura orgânica, que assenta agora em 11 Direções e cinco Áreas na esfera do Conselho de Administração.

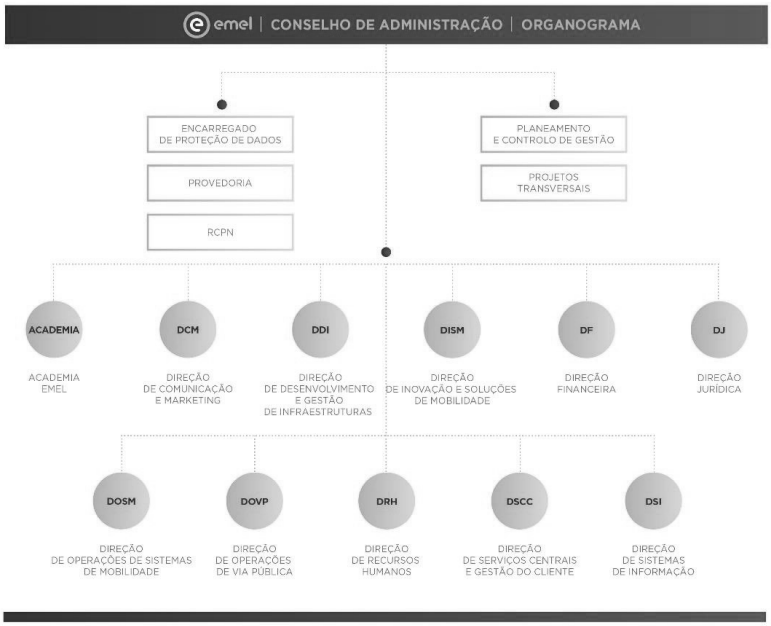


Figura 7-1 Novo Organigrama EMEL

A base da estrutura revela semelhanças com a anterior, mas foram introduzidas alterações que adaptam melhor a orgânica da empresa às suas necessidades operacionais, e assim, à prossecução do seu propósito.

Nos organismos na órbita mais próxima da Administração as alterações a registar prendem-se com a saída da Academia EMEL e do Departamento de Contraordenações, e o surgimento do Responsável de Conformidade e Programa Normativo (RCPN) e da Área de Projetos Transversais.

A Academia EMEL assume agora estrutura de Direção, refletindo o alinhamento entre a aposta estratégica da empresa, que passa, em muito, pelas capacidades dos seus colaboradores, e a atividade da Academia, virada, precisamente, para proporcionar aos colaboradores os recursos necessários para o desenvolvimento dessas capacidades.

O RCPN ocupa uma posição de independência, indispensável para as suas responsabilidades na garantia da boa governança corporativa e a salvaguarda de que todos os procedimentos implementados na empresa estão em conformidade, quer com o quadro regulamentar (interno e externo), quer com a legislação e normas vigentes.

A área de Projetos Transversais assegura a articulação entre o Conselho de Administração e as diversas Direções, no desenvolvimento e implementação de projetos estratégicos.

Na estrutura de organismos de Direção há outras alterações, para além do estabelecimento da Academia.

A Direção de Exploração do Estacionamento deu lugar à Direção de Operações na Via Pública (DOVP). Para além das Operações de Fiscalização, a DOVP integra agora a gestão das ZAAC, e absorveu o Departamento de Contraordenações. Entretanto a Gestão de Parques de Estacionamento está agora entregue à Direção de Operação de Sistemas de Mobilidade.

A Direção de Desenvolvimento da Infraestrutura é agora responsável pela gestão da preservação e manutenção dessas mesmas infraestruturas, incluindo o grande número de parquímetros distribuídos pela cidade.

O Apoio ao Cliente, anteriormente no âmbito da Direção de Comunicação, Marketing e Relações Externas, faz agora parte da orgânica da Direção de Serviços Centrais e Gestão do Cliente. Por seu turno, a Direção de Comunicação e Marketing concentra agora os seus esforços na gestão de marketing estratégico da empresa e na gestão e comunicação da marca.

Ainda no âmbito da restruturação interna da EMEL, em 2024 a Direção dos Serviços Jurídicos e a área de Aprovisionamento e Compras Públicas foram integradas, numa única Direção, com o objetivo de criar dinâmicas de trabalho mais ágeis e mais eficazes, abrindo também caminho para novas competências. Foi assim criada a Direção Jurídica que integra as direções de Serviços Jurídicos (SJ), Contratação Pública (CP) e Planeamento Estratégico de Compras e Acompanhamento de Contratos (PECAC). Esta última área, inexistente na empresa, constitui a resposta a uma oportunidade de melhoria identificada na componente de planeamento plurianual das necessidades aquisitivas, com vista a garantir que as necessidades aquisitivas identificadas pelas diversas direções são tempestivamente ponderadas e satisfeitas, sempre em obediência a um racional económico e legal consentâneo com o desenvolvimento das suas atividades e operações e a natureza pública da empresa. Relacionado com este objetivo, também na vertente da monitorização da execução dos contratos foram identificadas diversas oportunidades de melhoria que justificam uma atividade de análise dedicada, na ótica da recolha de informação para melhoria do processo de compras da empresa.

Estas são as principais alterações com que a EMEL procura estabelecer o melhor alinhamento com o caminho definido, de abordagem cuidada ao cidadão, de atenção às suas necessidades, de capacidade de desenvolvimento e implementação de propostas de valor que lhe sejam convenientes, num plano de mobilidade sustentável na cidade de Lisboa.

08 ANÁLISE ECONÓMICA

RELATÓRIO E CONTAS **2024**

Em 2024 a análise do exercício económico fica marcada pela decisão, do Município, de atribuir à EMEL os rendimentos resultantes da cobrança das contraordenações decorrentes das denúncias emitidas pelos AFT da empresa.

Sendo certo que esta decisão não altera a dimensão dos fluxos financeiros entre a EMEL e a CML, desde logo do ponto de vista consolidado, mas até pela configuração do fee de gestão estabelecido entre as duas entidades, a verdade é que esta atribuição confere à conta de exploração intrínseca da EMEL uma robustez natural e inteiramente sustentada nas suas operações.

Um dos impactos daí decorrentes está associado à flexibilidade da dinâmica de investimento.

8.1. INVESTIMENTO

O investimento realizado pela EMEL, em 2024, ascendeu a quase sete milhões de euros.

Tabela 8-1 Repartição do investimento realizado em 2024

	2024 (€)	%
Equipamento Básico – Sinalização	79 474	**1%**
Outros Equipamentos Básicos	62 776	**1%**
Equipamento Administrativo	215 719	**3%**
Edifícios e Outras Obras - Parques de Estacionamento/Via Pública	4 421 131	**63%**
Outras Obras - Mobilidade em Curso	1 083 075	**16%**
Ativos Intangíveis em Curso	1 115 551	**16%**
TOTAL	**6 977 725**	**100%**

A maior parcela de investimento, com 63%, foi dirigida para empreitadas de diversos projetos. Cerca de três milhões de euros dizem respeito aos novos parques de estacionamento, na Travessa do Bahuto e na Azinhaga das Carmelitas. As intervenções na Rua Formosinho Sanches e na Azinhaga das Carmelitas, infraestruturas da via pública, ultrapassaram o meio milhão de euros, enquanto a instalação do novo parque de rebocados chegou aos 600 mil.

Em 2024 o Funicular da Graça ainda absorveu cerca de 350 mil euros de despesa de investimento. Os equipamentos necessários para a expansão do GIRA, designadamente estações e bicicletas, superaram os 800 mil euros, e foram empregues 90 mil euros em novos carregadores de veículos elétricos. Ao todo, os sistemas de mobilidade representaram 16% do investimento.

A aposta na modernização da empresa e na melhoria da sua capacidade de abordagem ao cliente, está espelhada nos 16% da despesa, alocados à rubrica de Ativos Intangíveis em Curso, que, no essencial, dizem respeito ao desenvolvimento do CRM.

Na parcela de 3% registada em Equipamento Administrativo, grande parte também está relacionada com esta aposta, por via da aquisição de equipamento informático. O restante valor desta rubrica, bastante menor, corresponde a aquisições de mobiliário de escritório e equipamentos elétricos.

A operação de exploração da via pública apenas consumiu 80 mil euros de investimento, mais concretamente de equipamentos de sinalização, já que não houve necessidade de aquisição de novos parquímetros (até foram removidos 110), de longe os equipamentos mais caros da operação de exploração, e o esforço de repinturas da sinalização horizontal é encarado como preservação do dispositivo instalado.

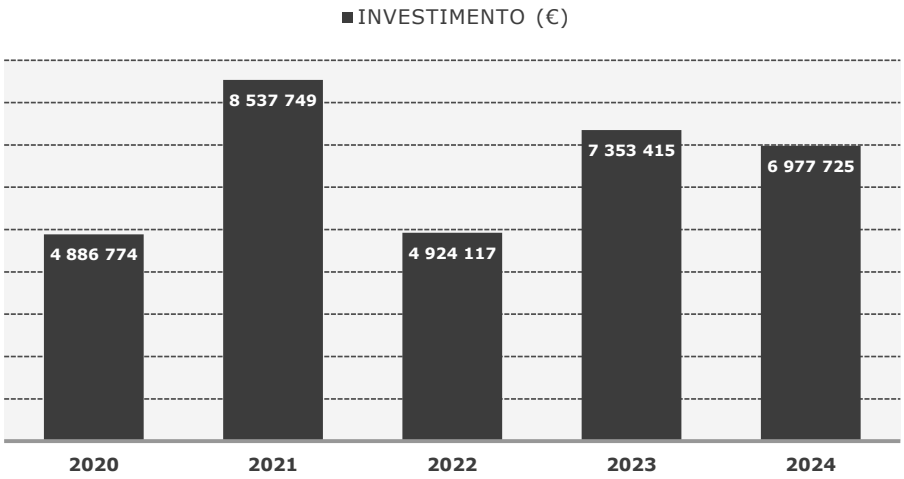


Gráfico 8-1 Evolução da execução de investimento 2020 - 2024

Face a 2023, o investimento executado registou uma contração de 5%. Considerando os projetos já em curso e os planos definidos para o próximo quadriénio, a expetativa é de rápida recuperação.

De resto, quando se considera a execução conjunta de Investimento e Contrato de Mandato, que mobilizam capacidades semelhantes na EMEL, os valores realizados em 2023 e 2024 são praticamente equivalentes.

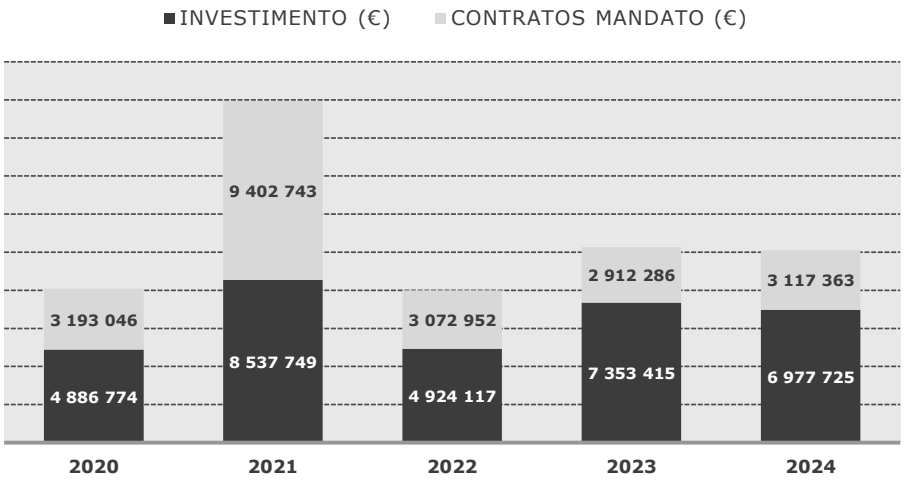


Gráfico 8-2 Evolução da Execução de Investimento e Contratos Mandato 2020 - 2024

8.2. RENDIMENTOS

Como já se referiu, o ano de 2024 marca o início do reconhecimento, nas contas da EMEL, dos rendimentos de contraordenações a 100%.

Até 2023, estes rendimentos eram registados apenas em 55%, a parte que a legislação anterior alocava ao Município, e que a lei que entrou em vigor em 2019 elevou para os 100%. Entre 2019 e 2023, a EMEL continuou a reconhecer a mesma participação nos rendimentos, registando no seu balanço, como obrigação, os restantes 45%.

Em 2024 o Município tomou a decisão de alocação total do rendimento à empresa, desse período económico em diante, ficando definida a liquidação, pela EMEL, da obrigação em balanço pelo valor registado, sendo que a dação do Funicular da Graça representará uma parte substancial, em espécie, deste pagamento.

Esta alteração do reconhecimento dos valores cobrados por via das contraordenações tem impactos relevantes na conta de exploração da empresa, designadamente nos seus rendimentos operacionais.

Considerando 100% do valor cobrado por contraordenações, há um aumento claro desse rendimento.

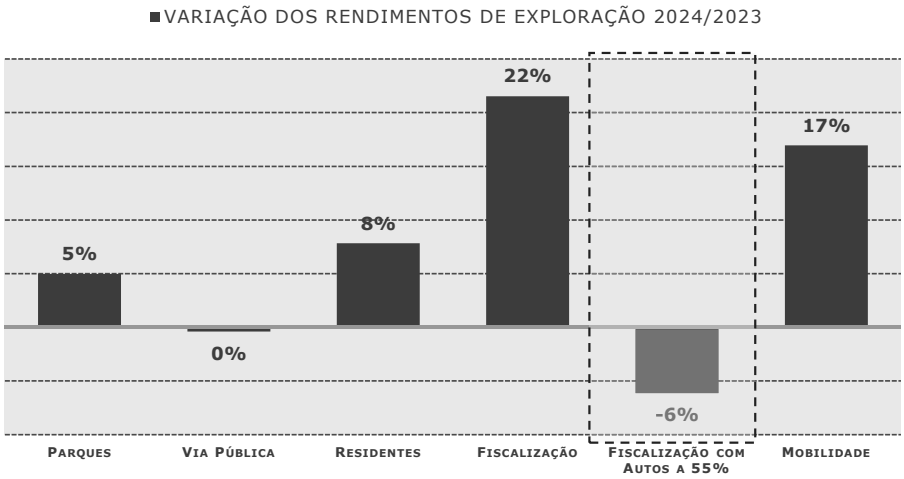


Gráfico 8-3 Taxa de crescimento dos rendimentos das atividades de exploração 2024

Em 2024, a generalidade das operações da EMEL evidenciaram crescimento – a exceção foi o estacionamento na via pública, precisamente a principal fonte de rendimentos da empresa, que registou uma descida marginal. Os rendimentos de operações cresceram 22%, quase exclusivamente por via da integração da parcela de 45% das contraordenações, que antes não era reconhecida no rédito da empresa.

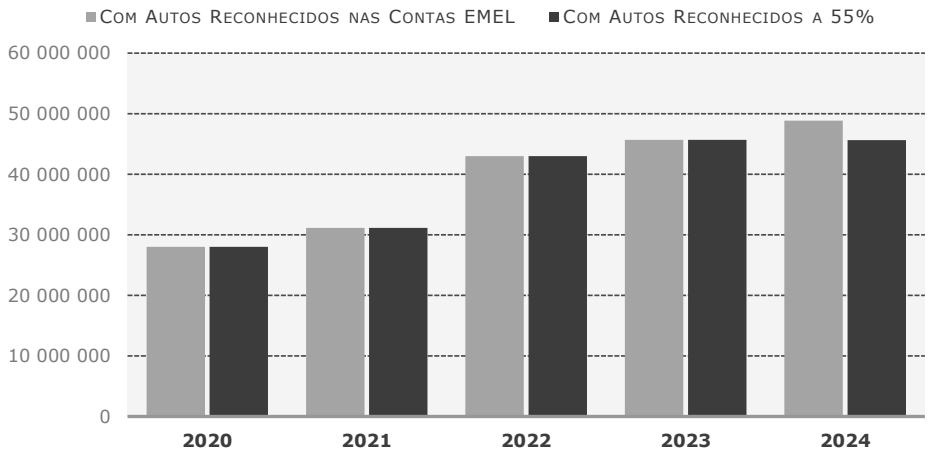


Gráfico 8-4 Evolução dos rendimentos de exploração consoante o reconhecimento das contraordenações 2020 - 2024

Perspetivando o efeito deste reconhecimento no montante global dos rendimentos de atividades de exploração, regista-se um crescimento na ordem dos 7%. Sem o reconhecimento total, ou seja, caso o valor de cobrança das contraordenações continuasse a ser registado como rendimento a 55%, como sucedeu até 2023, os rendimentos de exploração de 2024 estariam em linha com o alcançado no ano anterior.

A evolução dos rendimentos operacionais (integrando Contratos Mandato e outros rendimentos não decorrentes das atividades de exploração) dos últimos três anos, foi a seguinte:

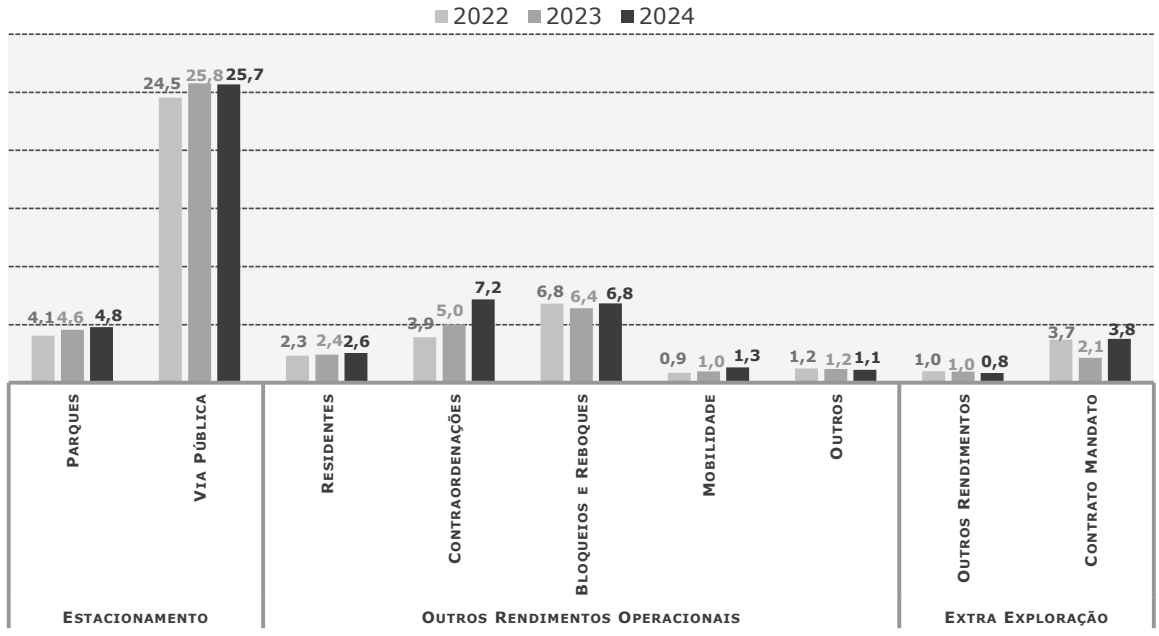


Gráfico 8-5 Evolução dos rendimentos operacionais 2022 - 2024 (M€)

Constata-se a subida generalizada dos rendimentos de exploração, e também da execução do Contrato Mandato relacionado com a construção de ciclovias, que acelerou em 2024.

A exceção ao crescimento de exploração reside no estacionamento na via pública. É uma contração marginal, muito associada à evolução dos indexantes de taxa de juro, designadamente dos créditos celebrados para compra de casa.

A exploração do estacionamento de rotação na via pública é a atividade que gera mais rendimentos na EMEL. Perspetivando-se a preservação da sua rentabilidade, cabe, no entanto, referir que a evolução das condições de exploração futura sofrerão, tudo o indica, alguma deterioração.

Tabela 8-2 Evolução dos lugares por coroa tarifária 2020 - 2024

	2020	2021	2022	2023	2024
Eixos Pretos	0	0	0	0	0
Eixos Castanhos	0	1 366	1 382	1 543	1 571
Eixos Vermelhos	8 322	9 593	12 401	13 285	12 943
Coroa Amarela	15 338	14 241	23 411	23 958	24 383
Coroa Verde	57 656	55 889	47 883	48 226	48 021
Bolsas de Residentes	10 837	12 441	12 814	14 089	14 726
Famílias Numerosas	0	0	211	314	378
Lugares em Bairros Históricos	522	508	507	510	504
TOTAL	**92 675**	**94 038**	**98 609**	**101 925**	**102 526**

O crescimento de lugares reservados a residentes e a expansão da atividade para áreas de menor pressão conduzirá a uma redução dos valores médios da tarifa cobrada. Embora de forma marginal, essa tendência já se está a manifestar.

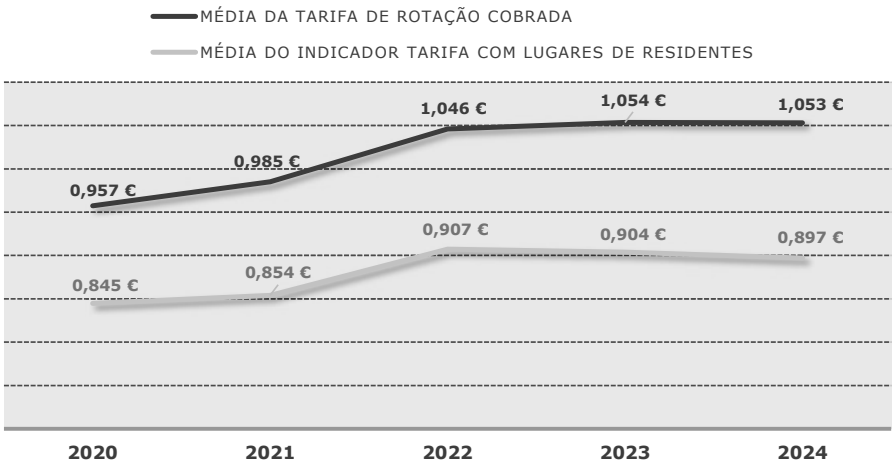


Gráfico 8-6 Evolução da média da tarifa cobrada 2020 - 2024

Depois do crescimento correspondente à reestruturação tarifária, os preços médios desceram marginalmente. Em 2024 a tarifa média dos lugares tarifados foi de 1,053€, e de 0,897€ se os lugares de residente forem considerados com tarifa nula.

Nos parques de estacionamento os rendimentos cresceram 5%, integralmente decorrentes de aumento da procura, já que a oferta de lugares até se contraiu. Também nesta operação as perspetivas são de erosão da capacidade de geração de receita. Esta erosão corresponde à definição de produtos vocacionados para melhoria da mobilidade, com propostas muito vantajosas nos parques mais periféricos, como são os Parques Navegante – isso já é visível na perda de relevância dos rendimentos do parque do Colégio Militar.

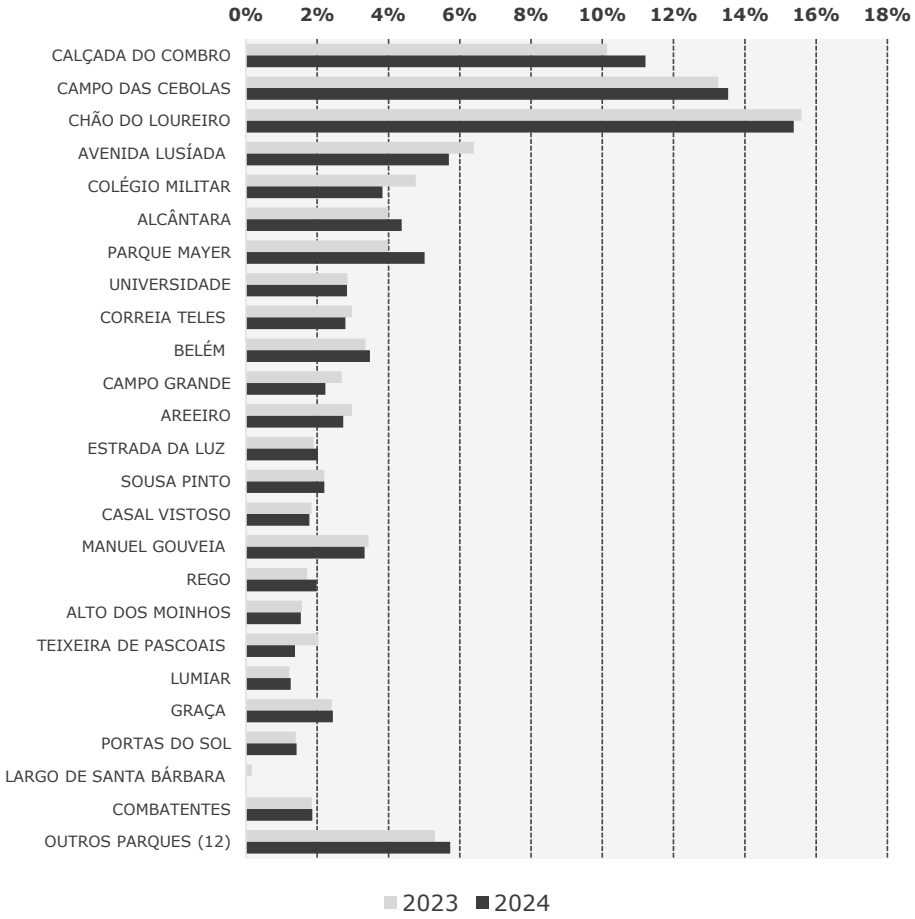


Gráfico 8-7 Proporção dos principais parques nos rendimentos *off street* 2024 vs 2023

A redução de preços em alguns dos parques e o aumento do contingente de lugares reservado para as avenças R24 também deverão provocar diminuição da receita dos parques.

Em sentido inverso, a evolução dos rendimentos de sistemas de mobilidade evidencia tendência crescente. No caso do GIRA, a gratuitidade proporcionada aos residentes por via do Passe Navegante terá diminuído, mas não inviabilizou o crescimento das receitas, que beneficiam da maior utilização das bicicletas e também do aumento de passes diários transacionados.

Mas o maior crescimento é o da rede LEVE, e é uma evolução que se antevê sólida, considerando o contexto do mercado e o plano de expansão em implementação, nos parques EMEL e na via pública.

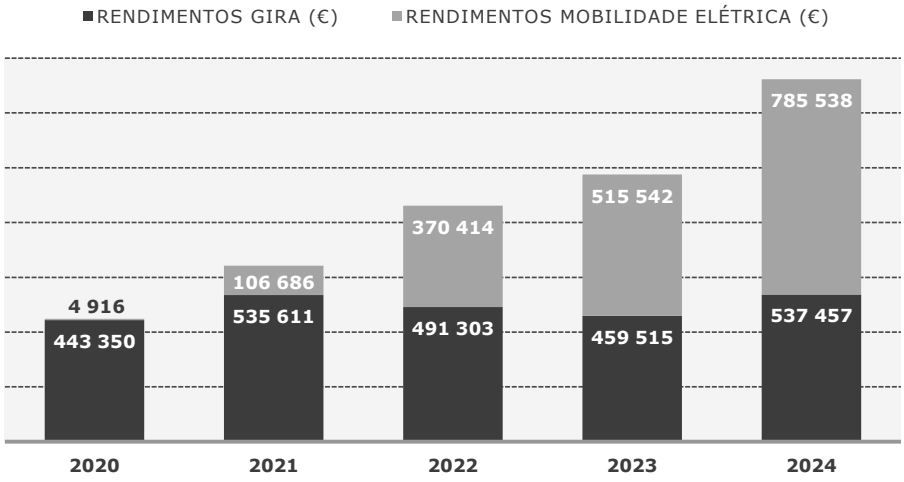


Gráfico 8-8 Evolução das receitas com sistemas de mobilidade - GIRA e LEVE 2020 - 2024

O conjunto das atividades de exploração da EMEL evidenciou, em 2024, um forte crescimento, +7%, mas muito ligado ao reconhecimento total dos rendimentos gerados pelas contraordenações.

Apesar das tendências que se desenham para as condições de exploração de rubricas de rendimentos importantes não ser favorável, a expetativa que se forma é de que, especialmente no curto prazo, as receitas continuem a crescer – em primeiro lugar pelo aumento de lugares ordenados na via pública, que conduzirá ao crescimento dos rendimentos de rotação, da emissão de dísticos e também a um aumento da atividade de fiscalização nesses novos lugares. Depois pelo aumento dos lugares em parques, mesmo que em condições muito favoráveis para residentes e commuters. Também a operação da LEVE terá maior capacidade para a geração de rendimentos.

Nos últimos a EMEL tem conseguido obter maiores rendimentos das suas operações. O ano base, 2020, para o período de cinco anos, foi fortemente afetado pela pandemia, mas o facto é que a evolução dos rendimentos é de permanente crescimento, e cada vez mais descolada da oferta instalada de estacionamento.

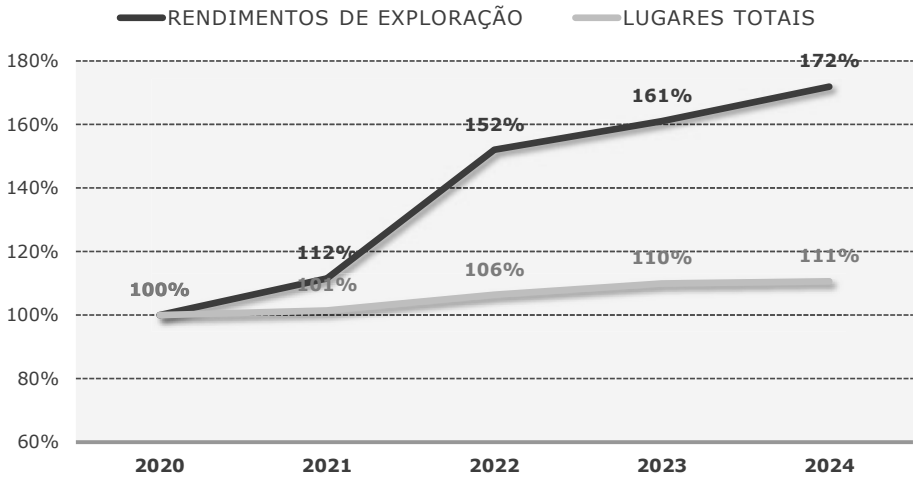


Gráfico 8-9 Evolução dos rendimentos de exploração e do número de lugares totais - Base 2020

Apesar desta evolução, as receitas do estacionamento da via pública continuam a representar mais de metade dos rendimentos de exploração.

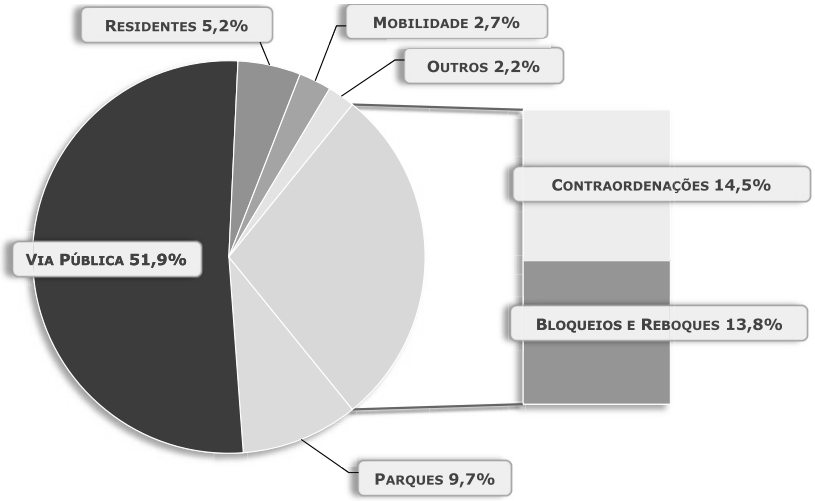


Gráfico 8-10 Repartição das receitas de exploração 2024

8.3. ANÁLISE INTEGRADA

A conta de exploração da EMEL beneficiou do aumento proporcionado pelo registo integral dos rendimentos de contraordenações. Com esse aumento, as receitas de exploração subiram 7% e se forem integrados na análise os outros rendimentos operacionais, designadamente os obtidos ao abrigo do Contrato Mandato, então o aumento chega aos 9%.

Tabela 8-3 Evolução dos rendimentos por rubrica (milhares de euros) 2020 – 2024

	2020	2021	2022	2023	2024	Δ 2023/2024
Estacionamentos	20 075	20 478	28 597	30 329	30 454	0%
Via Pública	16 775	17 159	24 541	25 775	25 673	0%
Parques	3 320	3 318	4 056	4 555	4 781	5%
Operações de Fiscalização	4 659	7 254	10 716	11 445	14 005	22%
Residentes	2 511	2 371	2 337	2 412	2 559	6%
Mobilidade	448	642	862	975	1 323	36%
Contratos Mandato	3 193	9 402	3 698	2 134	3 781	77%
CML e outros Subsídios à Exploração	4 731	6 256	0	0	0	0%
Outros Rendimentos Operacionais	2 776	2 498	2 201	2 126	1 949	-8%
Rendimentos Operacionais - Total	38 394	48 900	48 410	49 423	54 071	9%
Outros Rendimentos	2	0	1	38	144	279%
TOTAL DE RENDIMENTOS	**38 396**	**48 900**	**48 411**	**49 460**	**54 215**	**10%**

A gestão financeira da empresa também soube aproveitar da melhor forma as condições de mercado e conseguiu um grande aumento dos rendimentos financeiros. No total, os rendimentos da EMEL cresceram 10%, em 2024.

Quando se integra na análise o lado dos gastos, a influência do Contrato Mandato, neutra em termos de resultado, num ano em que a sua execução aumentou acaba por esbater o peso relativo de todas as outras rubricas de gastos.

Apesar disso, os gastos com FSE tiveram um crescimento absoluto que conseguiu ultrapassar esse efeito, assumindo maior relevo na estrutura de gastos. Em termos globais, retirando o efeito do fee de gestão, os gastos com FSE registaram um crescimento de 16%, com várias rúbricas a apresentarem aumentos muito significativos: os gastos de manutenção de sistemas de mobilidade, com o GIRA à cabeça, aumentaram 48%, enquanto a despesa com a manutenção da rede semafórica subiu 74%. Destaque ainda para os gastos de eletricidade, que cresceram 20%. Por outro lado, o menor volume de notificações refletiu-se numa poupança com gastos de expedição que chegou a -38%.

Tabela 8-4 Evolução da estrutura de gastos 2020 – 2024 (%)

	2020	2021	2022	2023	2024
Fornecimentos e Serviços Externos	32,3	27,4	36,2	35,6	36,2
Fee CML	0,0	0,0	6,1	2,5	1,1
Outros FSE	32,3	27,4	30,1	33,1	35,1
Pessoal	43,4	37,4	40,3	44,9	44,1
Juros	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1
Depreciações e Amortizações	14,4	12,4	14,5	13,7	11,9
Contrato Mandato	8,3	20,6	7,9	4,5	7,3
Outros Gastos	1,5	2,2	1,0	1,2	0,4
TOTAL	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**

O aumento de gastos com Pessoal ascendeu a 7,6%, mas estes não chegaram a ultrapassar o efeito de esbatimento do Contrato Mandato, acabando por ver o seu peso relativo na estrutura de custos contrair-se.

Tabela 8-5 Demonstração de resultados sintética 2020 - 2024 (milhares €)

	2020	2021	2022	2023	2024
Rendimentos Operacionais	38 395	49 762	48 410	49 423	54 071
Gastos Operacionais	32 801	43 432	39 929	41 019	45 861
EBITDA	5 594	6 330	8 482	8 404	8 210
Depreciações e Amortizações	5 527	6 145	6 758	6 509	6 213
Resultado Financeiro	-48	-49	-40	-43	72
Imposto/Rendimento do Exercício	5	107	466	501	510
RESULTADO LÍQUIDO	**15**	**29**	**1 218**	**1 352**	**1 559**

Com a agregação das rubricas operacionais percebe-se que a subida dos gastos foi mais intensa do que a dos rendimentos, facto que diminuiu o EBITDA, mas de forma suavizada pela evolução do fee, que caiu mais de 53%.

A diminuição das depreciações e amortizações é também esbatida, em termos de resultado, pela sua integração na estrutura do fee, mas os resultados financeiros positivos, fora desse perímetro, contribuíram para o crescimento do Resultado líquido do exercício de 15%.

Tabela 8-6 Evolução dos Indicadores financeiros 2020 - 2024

	2020	2021	2022	2023	2024
Rentabilidade Económica = Res. Económico/Ativo Líquido	0,09%	0,24%	2,21%	2,37%	2,60%
Solvabilidade = Capital Próprio /Passivo	122,49%	108,12%	112,93%	111,50%	129,65%
Autonomia Financeira = Capital Próprio/Ativo Líquido	55,05%	51,95%	53,04%	52,72%	56,46%
EBITDA (€)	5 594 226	6 329 775	8 481 534	8 404 394	8 210 186
Margem do EBITDA = EBITDA/Rendimentos Operacionais	14,57%	12,72%	17,52%	17,01%	15,18%

Apenas os indicadores com referência ao EBITDA apresentam uma evolução desfavorável, em 2024.

A EMEL continua a apresentar capacidade de gerar resultados, e uma posição financeira, que melhorou em 2024, sólida.

09 FACTOS RELEVANTES

RELATÓRIO E CONTAS **2024**

Após o termo do exercício, considerando as competências e a experiência da EMEL, o Município de Lisboa tomou a decisão de confiar à empresa a fiscalização dos veículos afetos à animação turística não pesados, usualmente designados por "Tuk Tuks".

Em 22 de janeiro de 2025, a Câmara Municipal de Lisboa deliberou adquirir a propriedade do Funicular da Graça, através de dação em pagamento para regularização parcial do serviço da dívida da EMEL, conforme proposta Nº. 18/2025.

10 PERSPETIVAS FUTURAS

RELATÓRIO E CONTAS **2024**

O futuro da EMEL decorre do compromisso com a cidade de Lisboa, mais concretamente com os seus habitantes e com uma mobilidade mais sustentável. A continuidade das operações da empresa prosseguirá o caminho seguido nos últimos anos.

Neste contexto, estão previstos investimentos bastante ambiciosos, que promovem melhorias substantivas nos vários pilares em que a empresa assenta a sua atuação.

Neste programa de investimentos, a aposta maior verifica-se na expansão do estacionamento em parques. A expansão da capacidade off street ronda os 1 900 novos lugares, dos quais mais de 1 100 com entrada em exploração prevista já para 2025. Com a implementação deste plano, a oferta em parques geridos pela EMEL ultrapassará, em 2028, os 8 400 lugares.

A segunda maior aposta, destina-se a projetos de sistemas de mobilidade. O GIRA absorve quase metade desta quantia, prevendo-se chegar, já em 2025, às 194 estações, com o crescimento da frota de bicicletas a acompanhar esta expansão.

Já em 2025 avançarão novos projetos para alargar a rede ciclável de Lisboa, nomeadamente o projeto da requalificação da ciclovia ribeirinha e, já em curso, o viaduto ciclopedonal, sobre a Avenida Gago Coutinho. Já estão também planeados cerca de seis quilómetros de ciclovias e 60 quilómetros de vias "30 + BICI".

Na mobilidade elétrica, a marca LEVE, prossegue o plano de colocação de carregadores nos vários parques de estacionamento já existentes, e que se prolongará com a instalação nos novos parques que forem entrando em exploração. Na via pública, para além dos Hubs de carregamento rápido, estão já a ser instalados os primeiros pontos de carregamento com equipamentos semirrápidos, assim, já em 2025 entrarão em operação todos os 24 pontos de carregamento previstos, continuando a promover uma alternativa mais limpa, eficiente e silenciosa para o transporte em automóvel particular, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Na gestão e monitorização da rede de sinalização luminosa, o plano de modernização das interseções semaforizadas da cidade ficará concluído em 2025, com a modernização das últimas 23 interseções.

Também na gestão interna da empresa, está prevista uma grande aposta na modernização e renovação dos seus sistemas informáticos, que teve início no ano 2024, com a implementação de uma ferramenta de CRM que permite uma visão 360 do cliente.

Na área da inovação, a EMEL irá prosseguir o trajeto se sustentabilidade no desenvolvimento da mobilidade urbana e, já em 2025, destaca-se o reforço do investimento na melhoria da qualidade dos serviços EMEL com propostas mais alinhadas com as necessidades da cidade.

Para a gestão e ordenamento do estacionamento e a operação de Fiscalização, está prevista a renovação da frota, a modernização dos parquímetros, o sistema de leitura de matrículas e a revisão da plataforma tecnológica de apoio à Fiscalização. O planeamento definido, aponta para implementação de cerca de 2 500 novos lugares ordenados para os próximos quatro anos.

Já os residentes da cidade de Lisboa, podem contar com a constante busca de soluções que satisfaçam as suas necessidades de estacionamento, sendo que, os lugares reservados para este fim têm vindo a crescer, representando quase 15% do total de lugares em exploração.

Outra preocupação é a eficiência energética e a produção de energias renováveis, nas quais a EMEL está empenhada no aproveitamento da energia solar nos seus parques de estacionamento de superfície, continuando a sua aposta em futuras aberturas.

Apostando numa formação contínua, a EMEL, através da sua ACADEMIA, continua o seu percurso no desenvolvimento contínuo de todos os seus trabalhadores, fomentando uma aprendizagem transversal em todas as áreas da empresa.

Ao longo da sua existência, a empresa tem vindo a melhorar a sua comunicação, promovendo ações de melhoria com os clientes, sendo esta, uma trajetória continua, sempre com o objetivo de promover as boas práticas de mobilidade sustentável.

11 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

RELATÓRIO E CONTAS **2024**

Propõe-se que o Resultado Líquido apurado no exercício de 2024, no valor de 1 559 007,04€, seja aplicado da seguinte forma:

Constituição de Reservas Legais (10%): 155 900,70€;

Transferência para a conta de Resultados Transitados: 1 403 106,34€.

Lisboa, 14 de março de 2025

Carlos Silva

Assinado de forma digital por Carlos Silva
Dados: 2025.03.26 15:47:08 Z

Carlos Manuel dos Santos Batista da Silva

(Presidente do Conselho de Administração)

Assinado por: ANA RITA CORREIA GONÇALVES
Num. de Identificação: [redacted]
Data: 2025.03.26 15:57:24+00'00'

Ana Rita Correia Gonçalves

(Vogal do Conselho de Administração)

Sandra Cortez

Assinado de forma digital por Sandra Cortez
Dados: 2025.03.26 16:14:25 Z

Sandra Cristina Cortez Brás Henriques

(Vogal do Conselho de Administração)

30 anos emel

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31/12/2024

Unidade monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	DATAS 31/12/2024	DATAS 31/12/2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	60.170.468,02	60.125.254,32
Propriedades de investimento	6	1.199.069,33	1.250.079,71
Ativos intangíveis	7	2.027.925,60	1.278.559,50
Outros investimentos financeiros		194.070,83	194.070,83
Créditos a receber	11	2.012.777,85	2.012.777,85
Ativos por impostos diferidos	8	101.301,82	101.301,82
		65.705.613,45	64.962.044,03
Ativo corrente			
Clientes	9	688.512,56	599.555,51
Estado e outros entes públicos	10	413.094,08	689.091,24
Outros créditos a receber	11	1.833.528,14	1.538.529,75
Diferimentos	12	3.222.186,73	2.483.203,66
Caixa e depósitos bancários	13	4.936.778,83	9.884.254,64
		11.094.100,34	15.194.634,80
Total do ativo		76.799.713,79	80.156.678,83
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	14	32.000.000,00	32.000.000,00
Reservas legais	14	1.723.002,35	1.587.757,11
Resultados transitados	14	5.629.129,59	4.411.922,47
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	26	2.446.511,49	2.904.218,37
Resultado líquido do período		1.559.007,04	1.352.452,36
Total do capital próprio		43.357.650,47	42.256.350,31
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	15	2.209.423,76	2.209.423,76
Financiamentos obtidos	16	361.176,98	825.491,01
Passivos por impostos diferidos	8	657.239,23	778.908,07
		3.227.839,97	3.813.822,84
Passivo corrente			
Fornecedores	17	4.980.357,17	10.473.982,07
Estado e outros entes públicos	10	1.604.045,06	1.446.299,04
Financiamentos obtidos	16	532.648,71	949.480,47
Outras dívidas a pagar	11	19.971.469,37	18.257.561,66
Diferimentos	12	3.125.703,04	2.959.182,45
		30.214.223,35	34.086.505,69
Total do passivo		33.442.063,32	37.900.328,53
Total do capital próprio e do passivo		76.799.713,79	80.156.678,83

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: **Nuno Alexandre Cotrim Barão**
Num. de Identificação: [illegible]Barão
Data: 2025.03.25 23:14:25+00'00'
Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados**
Atributos certificados: **Membro da OCC nº 56255**

A ADMINISTRAÇÃO

Carlos Silva
Assinado de forma digital por Carlos Silva
Dados: 2025.03.26 15:47:57 Z
(Presidente do Conselho de Administração)

Ana Rita Gonçalves
Assinado por: **ANA RITA FERREIRA GONÇALVES**
Num. de Identificação: [illegible]
Data: 2025.03.26 15:58:24+00'00'
(Vogal do Conselho de Administração)

Sandra Cortez
(Vogal do Conselho de Administração)

Sandra Cortez
Assinado de forma digital por Sandra Cortez
Dados: 2025.03.26 16:16:06 Z

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31/12/2024

Unidade monetária: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	18	48.885.216,32	45.687.811,97
Fornecimentos e serviços externos	19	(18.882.275,01)	(16.946.061,64)
Gastos com o pessoal	20	(23.006.123,92)	(21.381.970,78)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	(49.027,52)	-
Provisões (aumentos/reduções)	15	-	(289.330,42)
Outros rendimentos	21	5.184.794,13	3.735.546,10
Outros gastos	21	(3.922.397,56)	(2.401.600,95)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(EBITDA)	**8.210.186,44**	**8.404.394,29**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	22	(6.213.427,46)	(6.508.658,35)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(EBIT)	**1.996.758,98**	**1.895.735,94**
Juros e rendimentos similares obtidos	18	143.582,92	37.907,43
Juros e gastos similares suportados		(71.426,21)	(80.382,13)
Resultado antes de impostos	(EBT)	**2.068.915,69**	**1.853.261,24**
Imposto sobre o rendimento do período	24	(509.908,65)	(500.808,88)
Resultado líquido do período		**1.559.007,04**	**1.352.452,36**

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: **Nuno Alexandre Cotrim Barão**
Num. de Identificação
Data: 2025.03.25 23:12:55+00:00'
Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados**
Atributos certificados: **Membro da OCC nº 56255**

Nuno Cotrim Barão

A ADMINISTRAÇÃO

Carlos Silva
Assinado de forma digital por Carlos Silva
Dados: 2025.03.26 15:49:09 Z

(Presidente do Conselho de Administração)

Assinado por: **ANA RITA CORREIA GONÇALVES**
Num. de Identificação
Data: 2025.03.26 15:58:56+00'00'

Ana Rita Gonçalves
(Vogal do Conselho de Administração)

Sandra Cortez
Assinado de forma digital por Sandra Cortez
Dados: 2025.03.26 16:16:46 Z

Sandra Cortez
(Vogal do Conselho de Administração)

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31/12/2024

Unidade monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		60.757.304,08	61.830.539,36
Pagamentos a fornecedores		(33.808.719,25)	(27.913.997,29)
Pagamentos ao pessoal		(12.654.198,48)	(11.652.781,09)
Caixa gerada pelas operações		14.294.386,35	22.263.760,98
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(401.252,81)	(587.619,26)
Outros recebimentos/pagamentos		(10.353.279,04)	(13.242.181,19)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		3.539.854,50	8.433.960,53
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(5.934.074,74)	(6.572.181,27)
Ativos intangíveis		(1.652.383,94)	(0,00)
Investimentos financeiros		(0,00)	(16.879,38)
Outros ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		250,00	1.406,01
Ativos intangíveis		(0,00)	(0,00)
Investimentos financeiros		(0,00)	5.766,51
Outros ativos		(0,00)	(0,00)
Subsídios ao investimento		(0,00)	(0,00)
Juros e rendimentos similares		107.687,19	28.339,35
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(7.478.521,49)	(6.553.548,78)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		(0,00)	(0,00)
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(881.145,79)	(348.656,97)
Juros e gastos similares		(127.663,03)	(46.138,05)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(1.008.808,82)	(394.795,02)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(4.947.475,81)	1.485.616,73
Efeito das diferenças de câmbio		(0,00)	(0,00)
Caixa e seus equivalentes no início do período		9.884.254,64	8.398.637,91
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	4.936.778,83	9.884.254,64

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: **Nuno Alexandre Cotrim Barão**
Num. de Identificaçã
Data: 2025.03.25 23:11:02 +00'00'
Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados**
Atributos certificados: **Membro da OCC nº 56255**

Nuno Cotrim Barão

ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS

A ADMINISTRAÇÃO

Carlos Silva
Assinado de forma digital por Carlos Silva
Dados: 2025.03.26 15:48:17 Z

(Presidente do Conselho de Administração)

Assinado por: **ANA RITA CORREIA GONÇALVES**
Num. de Identificaçã
Data: 2025.03.26 09:57:50 Z

Ana Rita Gonçalves
(Vogal do Conselho de Administração)

Sandra Cortez
Assinado de forma digital por Sandra Cortez
Dados: 2025.03.26 16:17:35 Z

Sandra Cortez
(Vogal do Conselho de Administração)

EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2023

Unidade monetária: Euro

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE											Interesses que não controlam	Total do capital próprio
		Capital subscrito	Acções (quotas) próprias	Outros instru. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	1	32.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.465.940,03	0,00	3.315.568,78	0,00	3.361.925,25	1.218.170,77	41.361.604,83	0,00	41.361.604,83
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas												0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												0,00		0,00
Realização de excedentes de revalorização												0,00		0,00
Excedentes de revalorização												0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos										121.668,84		121.668,84		121.668,84
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						121.817,08		1.096.353,69		-579.375,72	-1.218.170,77	-579.375,72		-579.375,72
	2	0,00	0,00	0,00	0,00	121.817,08	0,00	1.096.353,69	0,00	-457.706,88	-1.218.170,77	-457.706,88	0,00	-457.706,88
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3										1.352.452,36	1.352.452,36	0,00	1.352.452,36
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3										134.281,59	894.745,48	0,00	894.745,48
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital												0,00		0,00
Realizações de prémios de emissão												0,00		0,00
Distribuições												0,00		0,00
Entradas para cobertura de perdas												0,00		0,00
Outras operações												0,00		0,00
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2023	6=1+2+3+5	32.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.587.757,11	0,00	4.411.922,47	0,00	2.904.218,37	1.352.452,36	42.256.350,31	0,00	42.256.350,31

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2024

Unidade monetária: Euro

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE											Interesses que não controlam	Total do capital próprio
		Capital subscrito	Acções (quotas) próprias	Outros instru. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	6	32.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.587.757,11	0,00	4.411.922,47	0,00	2.904.218,37	1.352.452,36	42.256.350,31	0,00	42.256.350,31
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas												0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												0,00		0,00
Realização de excedentes de revalorização												0,00		0,00
Excedentes de revalorização												0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos										121.668,84		121.668,84		121.668,84
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						135.245,24		1.217.207,12		-579.375,72	-1.352.452,36	-579.375,72		-579.375,72
	7	0,00	0,00	0,00	0,00	135.245,24	0,00	1.217.207,12	0,00	-457.706,88	-1.352.452,36	-457.706,88	0,00	-457.706,88
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8										1.559.007,04	1.559.007,04	0,00	1.559.007,04
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8										206.554,68	1.101.300,16	0,00	1.101.300,16
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital												0,00		0,00
Realizações de prémios de emissão												0,00		0,00
Distribuições												0,00		0,00
Entradas para cobertura de perdas												0,00		0,00
Outras operações												0,00		0,00
	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	6+7+8+10	32.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.723.002,35	0,00	5.629.129,59	0,00	2.446.511,49	1.559.007,04	43.357.650,47	0,00	43.357.650,47

Assinado por: **NUNO ALEXANDRE COTRIM BARÃO**
Num. de Identificação
Data: 2025.03.25 23:07:47+00'00
Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados**
Atributos certificados: **Membro da OCC nº 56255**

Nuno Cotrim Barão

Carlos Silva
(Presidente do Conselho de Administração)

A ADMINISTRAÇÃO

Ana Rita Gonçalves
(Vogal do Conselho de Administração)

Assinado por: ANA RITA CORREIA GONÇALVES
Num. de Identificação
Data: 2025.03.26 15:59:58+00'00

Sandra Cortez
(Vogal do Conselho de Administração)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2024

NOTA INTRODUTÓRIA

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com natureza municipal. Foi criada pela deliberação nº 73/AM/94, por proposta da deliberação nº 242/CM/94, de 14/07/94, e iniciou a sua atividade em 01/10/1994, tem a sua sede na Alameda das Linhas de Torres, 198/200, em Lisboa.

A Empresa tem como atividade principal a gestão do serviço público de estacionamento da cidade de Lisboa integrado no sistema global de mobilidade e acessibilidades definidos pela Câmara Municipal de Lisboa e rege-se pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais aprovado pela Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, pela lei comercial, pelos Estatutos e, subsidiariamente pelo regime do setor empresarial do Estado.

É entendimento da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição financeira e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras são expressas monetariamente em euros, salvo indicação em contrário.

O Balanço em 31 de Dezembro de 2024, a Demonstração de Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações de Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do período findo naquela data, fazem parte integrante do presente anexo, não devendo ser lidos separadamente.

NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo DL nº 158/2009, de 13 de Julho com as rectificações da Declaração de Rectificação n.º 67-B/2009, de 11 de Setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de Agosto.

As presentes demonstrações financeiras foram, ainda, preparadas em conformidade com o DL nº 98/2015, de 2 de junho e com a Portaria 220/2015, de 24 de julho, que alteraram os DL nº 158/2009, de 13 de julho e DL nº 36-A/2011, de 9 de março, que aprovam o SNC.

A entidade adoptou as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) pela primeira vez em 2010, aplicando para o efeito a "NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro", pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de Janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

2.2 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com as demontrações financeiras do exercício anterior.

NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 . BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1 - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2 - PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3 - CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.2 - POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respectivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes), que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em duodécimos durante as vidas úteis estimadas:

	Anos de Vida Útil
Edifícios e outras construções	5 - 50
Equipamento básico	3 - 16
Equipamento de transporte	4 - 8
Equipamento administrativo	3 - 16
Outros activos fixos tangíveis	3 - 8

3.2.2 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para auferir rendimento e/ou valorizações do capital.

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
O justo valor foi determinado por avaliação efetuada por entidade especializada independente, com referência a 20/12/2024 (ver mais informação na nota 6).

Os ativos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do ativo a qualificar como propriedade de investimento, esse ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica “Investimentos em Curso - Ativos Fixos Tangíveis”. No final do período de promoção e construção o ativo é transferido para a rubrica “Propriedades de investimento”.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas na rubrica propriedades de investimento.

3.2.3 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos.

3.2.4 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável.

Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama municipal, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa é de 1,5%, a derrama estadual à taxa de 3% na matéria coletável superior a 1.500.000€, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

No apuramento da matéria coletável, à qual são aplicadas as referidas taxas de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2021 a 2024 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

3.2.5 - CLIENTES E OUTROS VALORES A RECEBER

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.2.6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários, caso ocorram, são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.2.7 - IMPARIDADE DE ATIVOS

Os ativos com vida útil finita são testados para imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avalia se a situação da perda assume um carácter permanente e definitivo e se sim, regista a respetiva perda por imparidade nos resultados ou diretamente no capital próprio, no caso do ativo estar registado pela quantia revalorizada. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

Quando tenham sido registadas perdas por imparidade e, posteriormente, se verifique que o valor recuperável aumentou de forma permanente reduzindo a imparidade, é reconhecida a reversão da imparidade.

3.2.8 - PROVISÕES

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

3.2.9 - PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.2.10 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo.

Para os financiamentos existentes, atualmente, entende-se que dado que a taxa de juro paga é a de mercado e que é imaterial a diferença temporal do valor do dinheiro, não existe diferença entre a taxa de juro de mercado e a taxa efetiva e consequentemente não existem diferenças significativas entre a utilização do método do custo ou do custo amortizado.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.2.11 - FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

As rubricas de “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor.

3.2.12 - RÉDITO E REGIME DO ACRÉSCIMO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.2.13 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregados, a curto prazo, são reconhecidos como gasto do período. Os gastos a curto prazo incluem os salários, ordenados e contribuições para a segurança social.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o referido anteriormente.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos do período em que ocorreram.

3.2.14 - TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As demonstrações financeiras da Empresa e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, correspondendo à moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

Os ativos e passivos não monetários registados ao justo valor, denominados em moeda estrangeira, são atualizados às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizados.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.2.15 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

3.2.16 - JUÍZOS DE VALOR, PRESSUPOSTOS CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as seguintes:

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação/amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício, sendo estes dois parâmetros definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos em questão, considerando, sempre que possível, as melhores práticas adotadas.

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, vidas úteis e valores residuais.

Em particular, da análise efetuada periodicamente aos saldos a receber poderá surgir a necessidade de registar perdas por imparidade, sendo estas determinadas com base na informação disponível e em estimativas efetuadas pela Empresa dos fluxos de caixa que se espera receber.

NOTA 4. FLUXOS DE CAIXA

Durante os períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2024, o saldo de Caixa e seus equivalentes, que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria, foi o seguinte:

Caixa e seus equivalentes:	31/12/2023	31/12/2024
Numerário	644.798,00	541.259,51
Depósitos à ordem	3.239.456,64	4.395.519,32
Aplicações tesouraria (Dep.a prazo)	6.000.000,00	-
	9.884.254,64	**4.936.778,83**

No final de 31/12/2024, todos os saldos de Caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso. Com exceção do valor de 344.049,68 euros, respeitante às transferências da Via Verde, que só estará disponível no primeiro dia útil de 2025.

NOTA 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos Ativos Fixos Tangíveis, bem como nas respectivas Depreciações Acumuladas, foi o seguinte:

31/12/2023

Ativo:	Saldo em 01/01/2023	Aquisições	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Revalorização	Saldo em 31/12/2023
Terrenos e recursos naturais	6.188.751,54	-	-	-	-	6.188.751,54
Edifícios e outras construções	51.535.747,65	-	-	1.925.555,80	-	53.461.303,45
Equipamento básico (I)	27.468.426,84	989.248,70	2.593.687,64	452.964,32	-	26.316.952,22
Equipamento de transporte	2.881.745,82	46.304,00	47.172,72	-	-	2.880.877,10
Equipamento administrativo	4.024.933,89	183.301,02	13.112,88	-	-	4.195.122,03
Outros ativos fixos tangíveis	350.688,98	15.335,74	-	-	-	366.024,72
Ativos em curso (II)	5.706.855,28	5.819.226,01	34.850,00	(2.378.520,12)	-	9.112.711,17
	98.157.150,00	**7.053.415,47**	**2.688.823,24**	**-**	**-**	**102.521.742,23**
Depreciações acumuladas:						
Edifícios e outras construções	15.804.518,25	2.904.721,97	-	-	-	18.709.240,22
Equipamento básico	17.432.337,30	2.165.610,25	2.594.159,09	-	-	17.003.788,46
Equipamento de transporte	2.351.585,71	319.772,44	47.172,72	-	-	2.624.185,43
Equipamento administrativo	3.355.018,44	381.074,43	11.706,58	-	-	3.724.386,29
Outros ativos fixos tangíveis	322.661,54	12.229,03	3,06	-	-	334.887,51
	39.266.121,24	**5.783.408,12**	**2.653.041,45**	**-**	**-**	**42.396.487,91**
Valor líquido	**58.891.028,76**	**1.270.007,35**	**35.781,79**	**-**	**-**	**60.125.254,32**

31/12/2024

Ativo:	Saldo em 01/01/2024	Aquisições	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Revalorização	Saldo em 31/12/2024
Terrenos e recursos naturais	6.188.751,54	-	-	-	-	6.188.751,54
Edifícios e outras construções	53.461.303,45	(54.141,33)	-	702.145,39	-	54.109.307,51
Equipamento básico	26.316.952,22	157.429,95	-	359.110,29	-	26.833.492,46
Equipamento de transporte	2.880.877,10	-	-	-	-	2.880.877,10
Equipamento administrativo	4.195.122,03	215.718,62	4.196,78	1.490,70	-	4.408.134,57
Outros ativos fixos tangíveis	366.024,72	2.248,03	90.527,45	-	-	277.745,30
Ativos em curso (III)	9.112.711,17	5.504.206,09	2.040,00	(1.062.746,38)	-	13.552.130,88
	102.521.742,23	**5.825.461,36**	**96.764,23**	**-**	**-**	**108.250.439,36**
Depreciações acumuladas:						
Edifícios e outras construções	18.709.240,22	3.031.536,91	18.047,10	-	-	21.722.730,03
Equipamento básico	17.003.788,46	2.277.721,72	-	-	-	19.281.510,18
Equipamento de transporte	2.624.185,43	201.778,88	-	-	-	2.825.964,31
Equipamento administrativo	3.724.386,29	274.304,48	4.379,00	-	-	3.994.311,77
Outros ativos fixos tangíveis	334.887,51	11.102,84	90.535,30	-	-	255.455,05
	42.396.487,91	**5.796.444,83**	**112.961,40**	**-**	**-**	**48.079.971,34**
Valor líquido	**60.125.254,32**	**29.016,53**	**(16.197,17)**	**-**	**-**	**60.170.468,02**

(I) No exercício findo em 2023, foi efetuado o abate de parquímetros completamente obsoletos e depreciados, sendo a suas estruturas metálicas valorizadas como sucatas.

(II) No exercício findo em 2024, os principais Ativos em Curso são: a obra do funicular da Graça (Percurso da Graça), a obra de requalificação e modernização semafórica das laterais da Av. da Liberdade e a requalificação do parque de estacionamento do Combro.

(III) No exercício findo em 2024, os principais Ativos em Curso são: a obra de requalificação da Azinhaga da Cidade, no valor de 2.693.816,36 euros, a obra de construção do parque de estacionamento da Travessa do Bahuto, no valor de 938.833,71 euros , a obra de construção do novo parque de rebocados, no valor de 601.752,26 euros e a obra do Funicular da Graça (Percurso da Graça), no valor de 7.165.138,83 euros. Relativamente, ao Ativo em Curso do Funicular da Graça (Percurso da Graça), e de acordo com a Proposta n.º 18/2025 do Município, de 22 de janeiro de 2025, o mesmo será objeto de dação em pagamento, em 2025, ao Município, pelo valor de mercado de 7.650.381,58 euros.

NOTA 6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada das Propriedades de Investimento, bem como nas respectivas Depreciações Acumuladas, foi o seguinte:

31/12/2023

Custo:	Saldo em 01/01/2023	Aquisições	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Revalorização	Saldo em 31/12/2023
Parque Estac. - Portas do Sol	-	-	-	-	-	-
Parque Estac. - Teixeira Pascoais	-	-	-	-	-	-
Parque Estac. - Ana C. Osório	893.401,08	-	-	-	-	893.401,08
Parque Estac. - Chão do Loureiro	1.076.974,54	-	-	-	-	1.076.974,54
Activos em curso	-	-	-	-	-	-
	1.970.375,62	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.970.375,62**
Depreciações acumuladas:						
Depreciações parques	669.285,53	51.010,38	-	-	-	720.295,91
	669.285,53	**51.010,38**	**-**	**-**	**-**	**720.295,91**
Valor líquido	**1.301.090,09**	**(51.010,38)**	**-**	**-**	**-**	**1.250.079,71**

31/12/2024

Custo:	Saldo em 01/01/2024	Aquisições	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Revalorização	Saldo em 31/12/2024
Parque Estac. - Portas do Sol	-	-	-	-	-	-
Parque Estac. - Teixeira Pascoais	-	-	-	-	-	-
Parque Estac. - Ana C. Osório	893.401,08	-	-	-	-	893.401,08
Parque Estac. - Chão do Loureiro	1.076.974,54	-	-	-	-	1.076.974,54
Activos em curso	-	-	-	-	-	-
	1.970.375,62	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.970.375,62**
Depreciações acumuladas:						
Depreciações parques	720.295,91	51.010,38	-	-	-	771.306,29
	720.295,91	**51.010,38**	**-**	**-**	**-**	**771.306,29**
Valor líquido	**1.250.079,71**	**(51.010,38)**	**-**	**-**	**-**	**1.199.069,33**

Foi efetuada avaliação dos ativos classificados como propriedades de investimento, com referência a 20/12/2024, por entidade especializada independente (ver nota 3.2.2). Conforme seguidamente se apresenta:

	Custo aquisição	Depreciações acumuladas	Valor escriturado	Justo valor 20/12/2024
Parque Estac. - Ana C. Osório	893.401,08	340.981,38	552.419,70	1.167.000,00
Parque Estac. - Chão do Loureiro	1.076.974,54	430.324,91	646.649,63	1.092.287,39
	1.970.375,62	**771.306,29**	**1.199.069,33**	**2.259.287,39**

Encontra-se somente reconhecido em propriedades de investimento, a permilagem de 188,68 do parque Chão do Loureiro.

NOTA 7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos Ativos Intangíveis, bem como nas respectivas Depreciações Acumuladas, foi o seguinte:

31/12/2023

Custo:	Saldo em 01/01/2023	Aquisições	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Revalorização	Saldo em 31/12/2023
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de computador	4.856.137,86	-	-	-	-	4.856.137,86
Drt. Superfície - Portas do Sol	734.800,00	-	-	-	-	734.800,00
Drt. Superfície - Chão do Loureiro	264.600,00	-	-	-	-	264.600,00
Drt. Superfície - R. Diário Notícias (I)	-	-	-	-	-	-
Drt. Superfície - Arroios (I)	-	-	-	-	-	-
Drt. Superfície - Campo das Cebolas (I)	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	323.867,44	-	-	-	-	323.867,44
Ativos em curso	-	300.000,00	-	-	-	300.000,00
	6.179.405,30	300.000,00	-	-	-	6.479.405,30
Depreciações acumuladas:						
Programas de computador	3.854.588,64	654.530,71	-	-	-	4.509.119,35
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	671.738,45	19.988,00	-	-	-	691.726,45
	4.526.327,09	674.518,71	-	-	-	5.200.845,80
Valor líquido	1.653.078,21	(374.518,71)	-	-	-	1.278.559,50

31/12/2024

Custo:	Saldo em 01/01/2024	Aquisições	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Revalorização	Saldo em 31/12/2024
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de computador	4.856.137,86	-	-	-	-	4.856.137,86
Drt. Superfície - Portas do Sol	734.800,00	-	-	-	-	734.800,00
Drt. Superfície - Chão do Loureiro	264.600,00	-	-	-	-	264.600,00
Drt. Superfície - Arroios (I)	-	-	-	-	-	-
Drt. Superfície - Campo das Cebolas (I)	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	323.867,44	-	-	-	-	323.867,44
Ativos em curso (II)	300.000,00	1.115.550,60	-	-	-	1.415.550,60
	6.479.405,30	1.115.550,60	-	-	-	7.594.955,90
Depreciações acumuladas:						
Programas de computador	4.509.119,35	346.196,50	-	-	-	4.855.315,85
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	691.726,45	19.988,00	-	-	-	711.714,45
	5.200.845,80	366.184,50	-	-	-	5.567.030,30
Valor líquido	1.278.559,50	749.366,10	-	-	-	2.027.925,60

(I) Os direitos de superfície foram obtidos a título gratuito, comprometendo-se a Emel a edificar parques de estacionamento com as seguintes capacidades mínimas de lugares:

Drt. Superfície - Arroios (lug. 224)
Drt. Superfície - Campo das Cebolas (lug. 230)

(II) No exercício findo em 2024, os principais Ativos em Curso são: o novo software Customer Relationship Management (CRM), da Accenture, no valor de 1.340.194,00 euros e o novo software dos recursos humanos, da Quidgest, no valor de 60.800,00 euros.

NOTA 8. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Durante os períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2024, o movimento ocorrido nos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos, foi o seguinte:

31/12/2023

		Constituição		Reversão		
Ativos por impostos diferidos:	Saldo em 01/01/2023	Resultado líquido	Capitais próprios	Resultado líquido	Capitais próprios	Saldo em 31/12/2023
Ajustamentos inventários	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos clientes cob. duvidosa	-	-	-	-	-	-
Prejuizos fiscais reportáveis	71.133,72	-		-	-	71.133,72
Provisão p/outros riscos e encargos	30.168,10	-	-	-	-	30.168,10
	101.301,82	-	-	-	-	101.301,82
Passivos por impostos diferidos:						
Ganhos tributados períodos futuros	-	-	-	-	-	-
Revalorizações ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	900.576,91	-	-		(121.668,84)	778.908,07
	900.576,91	-	-	-	(121.668,84)	778.908,07

31/12/2024

		Constituição		Reversão		
Ativos por impostos diferidos:	Saldo em 01/01/2024	Resultado líquido	Capitais próprios	Resultado líquido	Capitais próprios	Saldo em 31/12/2024
Ajustamentos inventários	-	-				-
Ajustamentos clientes cob. duvidosa	-	-				-
Prejuizos fiscais reportáveis	71.133,72		-	-		71.133,72
Provisão p/outros riscos e encargos	30.168,10	-		-		30.168,10
	101.301,82	-	-	-	-	101.301,82
Passivos por impostos diferidos:						
Ganhos tributados períodos futuros	-	-				-
Revalorizações ativos fixos tangíveis	-	-				-
Outros passivos	778.908,07	-	-	-	(121.668,84)	657.239,23
	778.908,07	-	-	-	(121.668,84)	657.239,23

Na sequência da proposta nº 132/2016, de 23 de março, da Câmara Municipal de Lisboa, a Emel incorporou em Resultados Transitados, perdas associadas a créditos não assumidos pelo Município, no montante de 6.836.136,54 euros.

Existindo, aquando do encerramento das contas de 2015, dúvidas quanto à aceitação daqueles custos para efeitos fiscais, a estimativa de imposto foi, numa base de prudência, calculada não considerando aqueles para efeito de determinação da matéria coletável. Posteriormente ao encerramento das contas e até a entrega da declaração Mod.22, foram solicitados pareceres a fiscalistas, sobre esta situação, tendo sido entendimento de que os referidos custos deveriam concorrer para a formação do lucro tributável, razão pela qual, aquando da entrega da Mod.22 referente a 2015, estes custos foram considerados, originando um prejuízo fiscal a reportar de 3.235.938,27 euros. Dado que, os prejuizos fiscais de 2015, são reportáveis por 12 anos, procedeu-se no exercício de 2016, ao reconhecimento de Ativos por Impostos Diferidos, no valor de 679.547,04 euros por contrapartida de Resultados Transitados (em 31/12/2017 a reversão acumulada totaliza 608.413,32 euros, dos quais 160.654,65 euros de 2016 e 447.758,67 euros de 2017).

NOTA 9. CLIENTES

Durante os períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2024, o movimento ocorrido na rubrica de Clientes, foi o seguinte:

		31/12/2023			31/12/2024	
Clientes:	Saldo em 01/01/2023	Não corrente	Corrente	Saldo em 01/01/2024	Não corrente	Corrente
Clientes conta corrente	1.162.695,68	-	1.078.281,83	1.078.281,83	-	1.175.580,88
Clientes entidades relacionadas	160.836,33	-	67.215,09	67.215,09	-	58.873,09
Clientes factoring	-	-	-	-	-	-
Clientes cobrança duvidosa	53.269,58	-	53.269,58	53.269,58	-	102.297,10
Perdas por imparidade	(599.210,99)	-	(599.210,99)	(599.210,99)	-	(648.238,51)
	777.590,60	-	599.555,51	599.555,51	-	688.512,56

A antiguidade dos saldos de Clientes a 31/12/2024, foi a seguinte:

	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	>90 dias	Total
Clientes conta corrente	203.551,17	79.554,57	14.460,57	878.014,57	1.175.580,88
Clientes entidades relacionadas	58.873,09	-	-	-	58.873,09
	262.424,26	79.554,57	14.460,57	878.014,57	1.234.453,97

Durante os períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2024 , o movimento ocorrido na rubrica de Perdas por Imparidade acumuladas de Clientes, foi o seguinte:

Perdas por imparidade:	31/12/2023	31/12/2024
Saldo inicial	599.210,99	599.210,99
Aumento	-	49.902,40
Reversão	-	(874,88)
Regularizações	-	-
	599.210,99	648.238,51

NOTA 10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Durante os períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2024, o movimento ocorrido na rubrica de Estado e Outros Entes Públicos, foi o seguinte:

Estado e O. Entes Públicos (Ativo):	31/12/2023	31/12/2024
Imp. sobre rendimento pessoas coletivas (IRC)	394.132,87	413.093,56
Imp. sobre valor acrescentado (IVA)	294.816,35	-
Outros impostos e taxas	142,02	0,52
	689.091,24	413.094,08

Estado e O. Entes Públicos (Passivo):	31/12/2023	31/12/2024
Imp. sobre rendimento pessoas coletivas (IRC)	500.808,88	509.908,65
Imp. sobre valor acrescentado (IVA)	424.086,21	553.688,50
Imp. sobre rendimento pessoas singulares (IRS)	145.032,23	139.366,81
Segurança social	376.371,72	401.081,10
Outros impostos e taxas	-	-
	1.446.299,04	1.604.045,06
Valor líquido	(757.207,80)	(1.190.950,98)

Durante o período findo em 31/12/2023 e 31/12/2024, a Emel tem a sua situação tributária e contributiva regularizada perante a Segurança Social (SS) e a Autoridade Tributária (AT).

A Emel mantém o diferendo relativo a execução fiscal do IRC de 2015. Contudo, foi feito o pagamento voluntário do imposto em 2018, por forma a Empresa continuar a desenvolver a sua atividade normal perante as restantes entidades.

A Empresa, e na sequência de um processo inspetivo relativo ao IRC de 2016, contestou as conclusões do relatório de inspeção, opondo-se ao pagamento do acerto da liquidação de imposto e respetivos juros compensatórios. Tendo, em 2021, apresentado uma garantia bancária, por forma a Empresa continuar a desenvolver a sua atividade normal perante os restantes entidades, ver Nota 25 para melhor detalhe.

NOTA 11. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E OUTRAS DIVÍDAS A PAGAR

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Durante os períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2024 , o movimento ocorrido na rubrica de Outras Créditos a Receber, foi o seguinte:

		31/12/2023			31/12/2024	
Outros créditos a receber:	Saldo em 01/01/2023	Não corrente	Corrente	Saldo em 01/01/2024	Não corrente	Corrente
Pessoal	91,56	-	-	-	-	2.039,89
Devedores p/acréscimos de rendimentos	1.352.730,65	-	661.721,14	661.721,14	-	1.186.983,95
Outros devedores	3.147.713,76	2.012.777,85	876.808,61	2.889.586,46	2.012.777,85	644.504,30
	4.500.535,97	2.012.777,85	1.538.529,75	3.551.307,60	2.012.777,85	1.833.528,14
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-
	4.500.535,97	2.012.777,85	1.538.529,75	3.551.307,60	2.012.777,85	1.833.528,14

A rubrica Devedores por Acréscimos de Rendimentos no período findo em 31/12/2024, inclui essencialmente o valor a faturar, em 2025, relativo aos Contratos de Mandato celebrados com o Munícipio, no valor de 717.915,44 euros e a imputação relativa a utilização da App Via Verde no estacionamento na via pública, no valor de 295.088,09 euros.

A rubrica Outros Devedores no período findo em 31/12/2024, inclui o desreconhecimento do Ativo em Curso da Órbita, no valor de 2.012.777,85 euros. No seguimento do processo de insolvência da mesma, a Emel interpôs judicialmente uma ação contra a seguradora responsável pela emissão das garantias bancárias, perante a recusa na sua liquidação. No período findo em 31/12/2023, o saldo foi transferido para Não Corrente, uma vez que existe uma perspetiva jurídica de um desfecho processual favorável, contudo antevê-se uma elevada morosidade, face a processos judiciais de idêntica dimensão e natureza, não inferior a 5 anos.

A rubrica Outros Devedores no período findo em 31/12/2024, inclui a caução prestada à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa relativa às futuras instalações da Sede da Emel, no valor de 533.520,00 euros. De referir, que devido ao facto de se ter verificado a necessidade de produzir intervenções mais profundas na edificação do imóvel, ao nível do reforço estrutural e sísmico, imprevisíveis à data de celebração do contrato, circunstâncias que prejudicam fortemente a sua prossecução, pelo que a Emel manifestou já a sua vontade em resolver o contrato de arrendamento, estando as partes a procurar um acordo.

Durante os períodos findos em 31/12/2023 e 31/12/2024, não ocorreram movimentos na rubrica Perdas por Imparidade acumuladas de Outros Devedores.

OUTRAS DIVÍDAS A PAGAR

Durante os períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2024, o movimento ocorrido na rubrica de Outras Dívidas a Pagar, foi o seguinte:

		31/12/2023			31/12/2024	
Outras divídas a pagar:	Saldo em 01/01/2023	Não corrente	Corrente	Saldo em 01/01/2024	Não corrente	Corrente
Fornecedores de investimento	788.734,35	-	2.073.481,42	2.073.481,42	-	2.024.066,70
Credores p/acréscimos de gastos	2.069.812,87	-	2.480.317,79	2.480.317,79	-	3.114.872,66
Outros credores	10.578.818,50	-	13.694.101,45	13.694.101,45	-	14.832.457,10
Pessoal	15.512,88	-	9.661,00	9.661,00	-	72,91
	13.452.878,60	-	18.257.561,66	18.257.561,66	-	19.971.469,37

A rubrica Credores por Acréscimos de Gastos no período findo em 31/12/2024, inclui essencialmente o valor das remunerações a pagar ao pessoal relativo a férias e subsídio de férias, no valor de 2.626.928,00 euros.

A rubrica Outros Credores no período findo em 31/12/2024, inclui essencialmente o valor da quota parte das contraordenações cobradas no período 2019-2023, no valor de 12.478.172,44 euros, a transferir para o Município, em 2025, de acordo com a Proposta n.º 491/2024/CML de 26/07/2024.

NOTA 12. DIFERIMENTOS

Durante os períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2024, o movimento ocorrido na rubrica de Diferimentos, foi o seguinte:

Diferimentos (Ativo):	31/12/2023	31/12/2024
Seguros	972.903,08	968.535,41
Rendas	50.616,16	60.211,57
Outros gastos a reconhecer	1.459.684,42	2.193.439,75
	2.483.203,66	**3.222.186,73**
Diferimentos (Passivo):		
Rendimentos a reconhecer	2.959.182,45	3.125.703,04
	2.959.182,45	**3.125.703,04**

A rubrica Outros Gastos a Reconhecer no período findo em 31/12/2023, inclui essencialmente o valor dos componentes de manutenção das bicicletas GIRA, ainda não incorporados, no valor de 340.680,84 euros, e os gastos, ainda não reconhecidos, respeitantes à atividade normal, no valor de 1.074.232,77 euros.

A rubrica Outros Gastos a Reconhecer no período findo em 31/12/2024, inclui essencialmente o valor dos componentes de manutenção das bicicletas GIRA, ainda não incorporados, no valor de 538.259,50 euros, e os gastos, ainda não reconhecidos, respeitantes ao fardamento, no valor de 422.025,62 euros e de licenciamento de software, no valor de 1.164.197,00 euros.

A rubrica Outros Rendimentos a Reconhecer no período findo em 31/12/2023, inclui essencialmente o valor pago pelos utentes do parque de estacionamento da Teixeira de Pascoais, que ainda se encontra por reconhecer como Rendimento, no valor de 500.886,07 euros, os carregamentos efetuados pelos utentes de dispositivos móveis (ePark), no valor de 1.654.463,57 euros, os carregamentos efetuados pelos utilizadores do Sistema de Bicicletas Públicas Partilhadas (GIRA - Bike Sharing), no valor de 620.842,76 euros, e as comparticipações no âmbito de projetos europeus na área da mobilidade, no valor de 160.926,74 euros.

A rubrica Outros Rendimentos a Reconhecer no período findo em 31/12/2024, inclui essencialmente o valor pago pelos utentes do parque de estacionamento da Teixeira de Pascoais, que ainda se encontra por reconhecer como Rendimento, no valor de 492.232,71 euros, os carregamentos efetuados pelos utentes de dispositivos móveis (ePark), no valor de 1.763.552,20 euros, os carregamentos efetuados pelos utilizadores do Sistema de Bicicletas Públicas Partilhadas (GIRA - Bike Sharing), no valor de 733.450,87 euros, e as comparticipações no âmbito de projetos europeus na área da mobilidade, no valor de 115.622,85 euros.

NOTA 13. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Durante os períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2024, os movimentos ocorridos nas rubricas de Caixa e Depósitos Bancários, foram os seguintes:

Caixa e depósitos bancários:	31/12/2023	31/12/2024
Caixa	644.798,00	541.259,51
Depósitos à ordem	3.239.456,64	4.395.519,32
Depósitos a prazo	6.000.000,00	-
	9.884.254,64	**4.936.778,83**

No final de 31/12/2024, todos os saldos de Caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso. Com exceção do valor de 344.049,68 euros, respeitante às transferências da Via Verde, que só estará disponível no primeiro dia útil de 2025.

NOTA 14. CAPITAL REALIZADO, RESERVAS E APLICAÇÃO DE RESULTADOS

CAPITAL REALIZADO

Durante os períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2024, o capital da Empresa estava totalmente subscrito e realizado, de acordo com o seguinte:

As pessoas coletivas com mais de 20% do capital, subscrito e realizado em:

Capital:	% Capital	31/12/2023	31/12/2024
Câmara Municipal de Lisboa	100,00	32.000.000,00	32.000.000,00

RESERVA LEGAL

Os Estatutos da Emel estabelecem no nº 2 do art. 31, que pelo menos 10% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da Reserva Legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos ou incorporadas no capital.

OUTRAS RESERVAS

Durante os períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2024, não foram constituidas Outras Reservas.

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Na reunião da Câmara Municipal de Lisboa, realizada em 26 de abril de 2023 foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 (Proposta nº 191/CM/2023) e foi decidido que o Resultado Líquido, de 1.218.170,77 euros, referente a esse exercício fosse aplicado de acordo com o resumo abaixo.

Na reunião da Câmara Municipal de Lisboa, realizada em 6 de maio de 2024 foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 (Proposta nº 220/2024) e foi decidido que o Resultado Líquido, de 1.352.452,36 euros, referente a esse exercício fosse aplicado de acordo com o resumo abaixo.

	% RLE	2022	2023
Reservas legais	10,00	121.817,08	135.245,24
Resultados transitados	90,00	1.096.353,69	1.217.207,12
		1.218.170,77	1.352.452,36

NOTA 15. PROVISÕES

Durante os períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2024, os movimentos ocorridos nas rubricas de Provisões, foram os seguintes:

Provisões:	31/12/2023	31/12/2024
Saldo inicial	1.920.093,34	2.209.423,76
Aumento	289.330,42	-
Redução	-	-
Utilizações	-	-
	2.209.423,76	**2.209.423,76**

Em 2023, a empresa reforçou as Outras Provisões em 289.330,42 euros para fazer face ao previsto nas disposições diversas do OE 2023 (Lei n.º 24-D/2023, de 30 de dezembro) relativamente à eventual obrigatoriedade das empresa municipais serem obrigadas a contribuir para o ACSS, IP pela prestação de serviços e dispensa de medicamentos aos seus trabalhadores.

Em 2024, a empresa não reforçou as Outras Provisões, relativamente à eventual obrigatoriedade das empresa municipais serem obrigadas a contribuir para o ACSS, IP pela prestação de serviços e dispensa de medicamentos aos seus trabalhadores, em virtude de falta de enquadramento legal.

NOTA 16. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Durante os períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2024, os movimentos ocorridos nas rubricas de Financiamentos Obtidos, foram os seguintes:

		31/12/2023			31/12/2024	
Financiamentos obtidos:	Saldo em 01/01/2023	Não corrente	Corrente	Saldo em 01/01/2024	Não corrente	Corrente
Financiamento - BPI (I)	1.094.216,68	384.314,53	361.245,18	745.559,71	-	384.152,09
Financiamento - Turismo de Portugal (II)	1.029.411,77	441.176,48	588.235,29	1.029.411,77	361.176,98	148.496,62
	2.123.628,45	**825.491,01**	**949.480,47**	1.774.971,48	361.176,98	532.648,71
Valor em dívida			1.774.971,48			893.825,69

Os empréstimos bancários de M /L prazo, são reembolsáveis de acordo com os seguintes prazos de reembolso:

Prazos de reembolso:	31/12/2023	31/12/2024
Menos de 1 ano	949.480,47	532.648,71
1 a 2 anos	531.373,35	148.496,62
2 a 3 anos	147.058,82	148.496,62
3 a 4 anos	147.058,84	64.183,74
4 a 5 anos	-	-
Mais de 5 anos	-	-
	1.774.971,48	893.825,69

(I) Trata-se de um empréstimo do Banco Português de Investimentos (BPI) no valor de 4.000.000 euros, concedido em 2011, pelo prazo de 15 anos, destinado a financiar a construção do parque do Chão do Loureiro.

(II) Trata-se de um empréstimo concedido, em 2012, mas utilizado somente em 2016, no âmbito do programa Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas (Jessica) destinado a regeneração, reabilitação e revitalização económica em meio urbano. O valor total do empréstimo concedido ascende aos 2.500.000 euros, tendo sido utilizado até ao período findo em 31/12/2024, o montante de 1.250.000,00 euros, reembolsável no prazo de 10 anos, após a sua utilização. Em 2020, e como consequência da situação pandémica originada pela COVID-19, foi atribuido pelo Turismo de Portugal, uma moratória de um ano para a amortização de capital, prolongando adicionalmente pelo mesmo período a devolução do capital em dívida.

NOTA 17. FORNECEDORES

Durante os períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2024, o movimento ocorrido na rubrica de Fornecedores, foi o seguinte:

		31/12/2023			31/12/2024	
Fornecedores:	Saldo em 01/01/2023	Não corrente	Corrente	Saldo em 01/01/2024	Não corrente	Corrente
Fornecedores conta corrente	3.564.615,25	-	5.003.433,06	5.003.433,06	-	4.358.820,57
Fornecedores entidades relacionadas (I)	9.873.288,29	-	5.470.549,01	5.470.549,01	-	621.536,60
	13.437.903,54	-	10.473.982,07	10.473.982,07	-	4.980.357,17

A antiguidade dos saldos de Fornecedores a 31/12/2024, foi a seguinte:

	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	>90 dias	Total
Fornecedores conta corrente	2.194.650,07	1.376.478,08	4.091,68	783.600,74	4.358.820,57
Fornecedores entidades relacionadas	618.908,38	-	-	2.628,22	621.536,60
	2.813.558,45	1.376.478,08	4.091,68	786.228,96	4.980.357,17

(I) A variação do saldo da rubrica Fornecedores Entidades Relacionadas, no período findo em 31/12/2024, deve-se ao pagamento do Fee de Gestão (CML), dos anos anteriores, ao Município. O saldo no final do período, é composto maioritariamente pela estimativa da contrapartida devida à CML com o Fee de Gestão (CML) de 2024, no valor de 608.985,30 euros.

NOTA 18. RÉDITO

Durante os períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2024, os movimentos ocorridos na rubrica de Rédito foram os seguintes:

	31/12/2023			31/12/2024		
	Mercado interno	Mercado externo	Total	Mercado interno	Mercado externo	Total
Prestações de serviços (I) (II)	45.687.811,97	-	45.687.811,97	48.885.216,32	-	48.885.216,32
Reversões	-	-	-	874,88	-	874,88
Outros rendimentos e ganhos (III) (IV)	3.735.546,10	-	3.735.546,10	5.184.794,13	-	5.184.794,13
	49.423.358,07	-	49.423.358,07	54.070.885,33	-	54.070.885,33
Juros obtidos	37.907,43	-	37.907,43	143.582,92	-	143.582,92
Total	49.461.265,50	-	49.461.265,50	54.214.468,25	-	54.214.468,25

(I) Na rubrica Prestações de Serviços, no período findo em 31/12/2023, face ao periodo anterior, registou-se um crescimento de 2.676.309,87 euros (+6,2%), em consequência da melhoria geral do enquadramento económico.

(II) Na rubrica Prestações de Serviços, no período findo em 31/12/2024, face ao periodo anterior, registou-se um crescimento de 3.197.404,35 euros (+7,0%), em consequência, quer do reconhecimento como receita prórpia do produto total das contraordenações leves, quer da melhoria geral do enquadramento económico.

(III) Na rubrica Outros Rendimentos e Ganhos, no período findo em 31/12/2023, foram registados os rendimentos derivados dos Contratos de Mandato celebrados com o Município, no valor de 2.134.217,78 euros.

(IV) Na rubrica Outros Rendimentos e Ganhos, no período findo em 31/12/2024, foram registados os rendimentos derivados dos Contratos de Mandato celebrados com o Município, no valor de 3.781.085,49 euros.

NOTA 19. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Durante os períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2024, a repartição dos Fornecimentos e Serviços Externos, foi a seguinte:

Fornecimentos e serviços externos:	31/12/2023	31/12/2024
Fee Gestão CML (I)	1.194.503,24	557.989,13
Serviços Especializados	1.563.678,71	1.991.499,32
Publicidade e Propaganda	541.576,88	593.769,27
Vigilância e Segurança	963.397,32	1.048.005,89
Conservação e Reparação Via Pública (II)	461.761,16	1.077.618,66
Conservação e Reparação Mobilidade (III)	960.422,48	1.421.760,33
Ferramentas e Utensílios Outros (IV)	780.227,17	1.164.576,35
Eletricidade	635.338,64	764.920,57
Outras Rendas e Alugueres	303.479,80	318.291,65
Comunicações	2.015.033,21	1.409.822,35
Seguros (V)	423.854,74	658.936,19
Limpeza, Higiene e Conforto	468.129,41	503.077,41
Outros Serviços	962.275,40	922.797,28
Restantes Gastos	5.672.383,48	6.449.210,61
	16.946.061,64	18.882.275,01

(I) Em 2024, a variação da rubrica deve-se ao aumento dos gastos relevantes para o cálculo do Fee (FSE, Gastos com Pessoal, etc.).

(II) Em 2024, o aumento nesta rubrica esulta essencialmente no volume de intervenções de manutenções dos lugares de estacionamento e melhoramento das condições de mobilidade da cidade.

(III) Em 2024, a variação na rubrica deve-se ao aumento dos gastos com a manutenção da rede SLAT (semáforos), bem como, dos gastos com a manutenção da operação GIRA.

(IV) Em 2024, o aumento nesta rubrica deve-se à a renovação de licenciamentos (anuais) de software, para os diversos sistemas implementados.

(V) Em 2024, a variação da rubrica está diretamente relacionada com ajustes de prémios, imputações ao exercício findo e a entrada em vigor da nova apólice de seguros para o triénio 2023-2026.

NOTA 20. GASTOS COM PESSOAL E REMUNERAÇÕES DOS ORGÃOS SOCIAIS

GASTOS COM PESSOAL

Durante os períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2024, a repartição dos Gastos com Pessoal, foi a seguinte:

Gastos com Pessoal:	31/12/2023	31/12/2024
Remunerações dos orgãos sociais	113.853,54	130.288,40
Remunerações do pessoal	16.396.228,12	17.167.495,65
Indemnizações	71.212,67	107.516,94
Encargos sobre remunerações	3.572.535,62	3.761.990,25
Seguros	757.776,89	1.157.289,30
Gastos de acção social	7.492,72	7.569,35
Outros gastos com pessoal	462.871,22	673.974,03
	21.381.970,78	**23.006.123,92**

	2023	2024
Número médio de trabalhadores	782	769

REMUNERAÇÕES ORGÃOS SOCIAIS

Durante os períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2024, a repartição das Remunerações dos Orgãos Sociais, foi a seguinte:

Orgãos Sociais:	31/12/2023	31/12/2024
Conselho de Administração (I)	113.853,54	130.288,40
Fiscal Único (II)	11.367,24	11.367,24
	125.220,78	**141.655,64**

(I) Em 03/06/2024 foi aprovada em Assembleia Geral, a proposta nº 339/CM/2024 de 29/05/2024, relativa a nomeação do novo Vogal Executivo do Conselho de Administração e saída da anterior Vogal Executivo do Conselho de Administração, com efeitos a partir de 03/06/2024. Em 31/12/2024 apenas são remunerados o Presidente e o Vogal Executivo do Conselho de Administração.

(II) Valor relevado em Fornecimentos e Serviços Externos.

No exercício findo em 31/12/2023, a valorização ocorrida dos Gastos com Pessoal resulta do aumento das renumerações dos trabalhadores, num cenário de inflação acentuada (em 2022), bem como na efetivação da aplicação do novo modelo de progressão nas carreiras, e os consequentes encargos (seguros e segurança social) associados.

No exercício findo em 31/12/2024, a valorização ocorrida dos Gastos com Pessoal resulta do aumento das renumerações dos trabalhadores, num cenário de inflação controlada, bem como na efetivação da aplicação do novo modelo de progressão nas carreiras, e os consequentes encargos (seguros e segurança social) associados.

NOTA 21. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS E OUTROS GASTOS E PERDAS

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Durante os períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2024, a repartição dos Outros Rendimentos e Ganhos, foi a seguinte:

Outros rendimentos e ganhos:	31/12/2023	31/12/2024
Rendimentos suplementares (I) (II)	2.544.531,51	4.021.766,16
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	450.454,13	485.876,54
Outros rendimentos e ganhos (III) (IV)	740.560,46	677.151,43
	3.735.546,10	**5.184.794,13**

(I) No exercício de 2023, estão incluidos na rubrica os rendimentos derivados dos Contratos de Mandato celebrados com a Câmara Municipal de Lisboa (CML), no valor de 2.134.217,78, de acordo com o mencionado na nota 23.

(II) No exercício de 2024, estão incluidos na rubrica os rendimentos derivados dos Contratos de Mandato celebrados com a Câmara Municipal de Lisboa (CML), no valor de 3.781.085,49 euros, de acordo com o mencionado na nota 23.

(III) No período findo em 31/12/2023, estão incluídos na rubrica os seguintes rendimentos: Subsídio do FEDER (Lisboa 2020), no valor de 136.832,78 euros, Subsídio do PORLisboa (QREN), no valor de 48.272,61 euros, Subsídio do Turismo de Portugal, no valor de 394.270,32 euros, e proveitos resultantes de correções de períodos anteriores, no valor de 101.117,91 euros.

(IV) No período findo em 31/12/2024, estão incluídos na rubrica os seguintes rendimentos: Subsídio do FEDER (Lisboa 2020), no valor de 136.832,76 euros, Subsídio do PORLisboa (QREN), no valor de 48.272,64 euros, Subsídio do Turismo de Portugal, no valor de 394.270,32 euros e proveitos resultantes de correções de períodos anteriores, no valor de 33.056,00 euros.

OUTROS GASTOS E PERDAS

Durante os períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2024, a repartição dos Outros Gastos e Perdas, foi a seguinte:

Outros gastos e perdas:	31/12/2023	31/12/2024
Impostos	32.383,26	33.993,51
Gastos e perdas em inv. não financeiros	36.028,88	2.040,00
Outros gastos e perdas (V) (VI)	2.333.188,81	3.886.364,05
	2.401.600,95	**3.922.397,56**

(V) No periodo findo em 31/12/2023, estão incluidos na rubrica os gastos derivados dos Contratos de Mandato celebrados com a Câmara Municipal de Lisboa (CML), no valor de 2.134.217,78 euros, de acordo com o mencionado na nota 23.

(VI) No periodo findo em 31/12/2024, estão incluidos na rubrica os gastos derivados dos Contratos de Mandato celebrados com a Câmara Municipal de Lisboa (CML), no valor de 3.781.085,49 euros, de acordo com o mencionado na nota 23.

NOTA 22. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Durante os períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2024, os movimentos ocorridos nas rubricas de Gastos com Depreciações e Amortizações, foram os seguintes:

	31/12/2023			31/12/2024		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	51.010,38	-	51.010,38	51.010,38	-	51.010,38
Ativos fixos tangíveis	5.783.129,26	-	5.783.129,26	5.796.232,58	-	5.796.232,58
Ativos intangíveis	674.518,71		674.518,71	366.184,50		366.184,50
	6.508.658,35	**-**	**6.508.658,35**	**6.213.427,46**	**-**	**6.213.427,46**

NOTA 23. PARTES RELACIONADAS

Durante os períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2024, as transações e saldos entre a Emel e empresa relacionadas, são apresentados no quadro seguinte:

Transações:	31/12/2023	31/12/2024
Serviços adquiridos	1.570.000,00	495.110,00
Serviços faturados (I) (II)	2.134.217,78	3.781.085,49

Saldos:	31/12/2023	31/12/2024
Contas a receber (III)	67.215,09	58.873,09
Contas a pagar (IV)	5.470.549,01	621.536,60
Acréscimo de gastos (V)	(375.496,76)	62.879,13
Outros Devedores e Credores (Contraordenações) (VI)	12.478.172,44	12.478.172,44

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

(I) Em 05/04/2019 foram assinados dois Contratos de Mandato com o Município: O primeiro com objetivo de encarregar a Emel da "Gestão da rede de Sinalização Semafórica da cidade de Lisboa, incluindo a respetiva modernização, manutenção e assistência técnica, de acordo com a estratégia de sinalização da via pública e da gestão de tráfego definida pelo Município", no valor de 5.460.000,00 euros, válido até 31/12/2021. E, o segundo no valor de 3.298.000,00 euros, válido até 31/12/2019, com objetivo de encarregar a Emel da "Execução das Ciclovias", no âmbito da prossecução da estratégia de Mobilidade para a cidade de Lisboa. O contrato foi alvo de um aditamento, com a finalidade de prorrogar o prazo de execução até 31/12/2020. Ambos os contratos foram visados pelo Tribunal de Contas em 30/05/2019.

(II) Em 07/05/2020 foram assinados dois Contratos de Mandato com o Município: O primeiro com o objetivo de requalificar a Av. Infante D. Henrique, na zona envolvente ao parque do Campo das Cebolas, no valor de 5.088.000,00 euros e válido até 31/12/2022. E, o segundo com finalidade de reforçar a mobilidade ciclável em Lisboa com a execução de Ciclovias, no valor de 27.493.711,00 euros e válido até 31/12/2022. Os contratos não foram sujeitos a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas em virtude das alterações emanadas da Lei nº 2/2020, de 31 de março, que isenta este tipo de contratos de fiscalização prévia.

(III) O saldo apresentado nas Contas a receber, refere-se ao valor faturado pela Emel, e ainda não liquidado pelo Município, no âmbito dos Contratos de Mandato.

(IV) O saldo constante nas Contas a Pagar, o valor de 621.536,60 euros, é essencialmente referente à estimativa da divida do Fee de Gestão (CML) respeitante ao exercício de 2024.

(V) O montante registado em Acréscimo de Gastos, de 12.478.172,44 euros, será regularizado pelo Município em 2025, por contrapartida da faturação do Fee de Gestão (CML) de 2024, que foi faturado incialmente com base na melhor estimativa à data.

(VI) O montante registado em Outros Devedores e Credores (Contraordenações), de 12.478.172,44 euros, será regularizado ao Município, em 2025, por contrapartida da dacão em pagamento do Ativo em Curso do Funicular da Graça (Percurso da Graça), pelo valor de mercado de 7.650.381,58, de acordo com a Proposta n.º 18/2025 de22 de janeiro de 2025.

NOTA 24. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A decomposição do montante de Imposto sobre o Rendimento do Exercício reconhecido nas demonstrações financeiras nos períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2024, foi o seguinte:

	31/12/2023	31/12/2024
Imposto corrente	500.808,88	509.908,65
Imposto diferido	-	-
Imposto sobre rendimento do exercício	**500.808,88**	**509.908,65**

Durante os períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2024, a reconciliação entre a taxa de Imposto sobre o Rendimento e a taxa efetiva de imposto, foi a seguinte:

Imposto sobre Rendimento:	31/12/2023	31/12/2024
Resultado Antes de Impostos	1.853.261,24	2.068.915,69
Taxa de imposto	21%	21%
Imposto expetável	389.184,86	434.472,29
Efeito fiscal gerado por:		
Valores a acrescer	63.787,26	10.354,20
Valores a deduzir	(23.739,12)	(9.435,97)
Tributação autónoma	24.597,38	26.013,61
Derrama estadual	16.319,00	17.222,95
Derrama municipal	30.659,50	31.111,47
Imposto sobre rendimento do exercício	**500.808,88**	**509.738,55**
Taxa efetiva de Imposto	**27%**	**25%**

Sobre Impostos Diferidos, ver Nota 8 do presente Anexo.

NOTA 25. GARANTIAS PRESTADAS

Durante os períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2024, as Garantias Prestadas pela Empresa, foram as seguintes:

Garantias:	31/12/2023	31/12/2024
Turismo de Portugal (Jessica) (I)	2.500.000,00	2.500.000,00
Ministério da Administração Interna (MAI)	16.750,00	16.750,00
Comarca de Lisboa Oeste (II)	30.000,00	30.000,00
Comarca de Lisboa (III)	19.504,00	19.504,00
PSP (Lic. Autoproteção Seg. Privada)	16.750,00	16.750,00
Sociedade Vulcalino (IV)	830.723,79	730.723,79
Autoridade Tributária (V)	550.000,00	550.000,00
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (VI)	549.180,00	549.180,00
Mobi.E (VII)	6.535,73	6.535,73
IJMC Group (VIII)	8.500,00	8.500,00
	4.519.443,52	**4.427.943,52**

(I) A Emel, a pedido do Turismo de Portugal, prestou uma garantia bancária para fazer face ao eventual incumprimento do reembolso do empréstimo bancário concedido de 2.500.000,00 euros. Até ao período findo em 31/12/2024, o Turismo de Portugal apenas tinha transferido para a Empresa 1.250.000,00 euros, para melhor detalhe consultar a Nota 16.

(II) Garantia prestada destinada a atribuir efeito suspensivo ao recurso de apelação apresentado junto do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste.

(III) Garantia prestada destinada a atribuir efeito suspensivo ao recurso de apelação apresentado junto do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa.

(IV) Garantia prestada ao abrigo do contrato de arrendamento das instalações da GIRA (sistema de bicicletas públicas partilhadas de Lisboa). Em 2023, foi efetuado um reforço da garantia para as novas instalações da Fiscalização e serviços de apoio, no valor de 800.000,00 euros. Em 2024, o valor da garantia reduziu-se para 700.000,00 euros.

(V) Garantia prestada na sequência do processo inspetivo ao IRC de 2016, que a Emel contesta, opondo-se ao pagamento do imposto adicional sobre o rendimento, bem como dos respetivos juros compensatórios, à Autoridade Tributária (AT).

(VI) Garantia prestada na sequência do contrato de arrendamento, a 15 anos, das novas instalações da futura sede da Emel, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

(VII) Garantia prestada à Mobi.E, na sequência da adesão ao Regulamento da Mobilidade Elétrica (RME) para os posto de carregamento de viaturas elétricas (PCVE), e demais obrigações contratuais.

(VIII) Garantia prestada na sequência do contrato de arrendamento, a 5 anos, das novas instalações da Manutenção da Emel, à IJMC Group.

NOTA 26. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS

Durante os períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos Subsídios ao Investimento e à Exploração, foi o seguinte:

31/12/2023

Subsídios ao Investimento	Saldo em 01/01/2023	Recebidos	Imputação a Resultados	Correções e Transf.	Reembolso	Saldo em 31/12/2023
FEDER - Lisboa 2020 (I)	638.552,86	-	136.832,76	-	-	501.720,10
Turismo Portugal (II)	2.180.778,24	-	394.270,32	-	-	1.786.507,92
POR Lisboa (III)	1.564.839,94	-	48.272,64	-	-	1.516.567,30
	4.384.171,04	-	579.375,72	-	-	3.804.795,32
Subsídios à Exploração						
	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Total	4.384.171,04	-	579.375,72	-	-	3.804.795,32

31/12/2024

Subsídios ao Investimento	Saldo em 01/01/2024	Recebidos	Imputação a Resultados	Correções e Transf.	Reembolso	Saldo em 31/12/2024
FEDER - Lisboa 2020 (I)	501.720,10	-	136.832,76		-	364.887,34
Turismo Portugal (II)	1.786.507,92	-	394.270,32	-	-	1.392.237,60
POR Lisboa (III)	1.516.567,30	-	48.272,64	-	-	1.468.294,66
	3.804.795,32	-	579.375,72	-	-	3.225.419,60
Subsídios à Exploração						
	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Total	3.804.795,32	-	579.375,72	-	-	3.225.419,60

(I) Trata-se de um apoio a fundo perdido no âmbito do Programa Operacinal de Lisboa 2020, comparticipado pelo FEDER, com ojetivo da "Requalificação do Espaço Público da zona Poente da Frente Ribeirinha da Baixa Pombalina - Cais do Sodré/Corpo Santo".

(II) Trata-se de apoio financeiro de natureza não reembolsável, concedido pelo Turismo de Portugal, destinado a requalificação do espaço público no Campo das Cebolas, apoio à mobilidade no percurso da Mouraria e construção de um parque de estacionamento nos bombeiros da Graça.

(III) Trata-se de uma comparticipação financeira de ajuda não reembolsável, concedida pelo Programa Operacional Regional de Lisboa no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), destinado ao "Projeto Integrado do Percurso Pedonal Assistido da Baixa ao Castelo de S. Jorge".

NOTA 27. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Na presente data, o Conselho de Administração, não tem conhecimento de quaisquer fatos ou acontecimentos posteriores a 31 de Dezembro de 2024, que justifiquem ajustamentos ou divulgação nestas demonstrações financeiras.

AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2025, sendo posteriormente remetidas ao Município de Lisboa para aprovação.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: **Nuno Alexandre Cotrim Barão**
Num. de Identificação:
Data: 2025.03.25 23:05:53+00'00'
Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados**
Atributos certificados: **Membro da OCC nº 56255**

Nuno Cotrim Barão

ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS

A ADMINISTRAÇÃO

Carlos Silva
Assinado de forma digital por Carlos Silva
Dados: 2025.03.26 13:49:36 Z

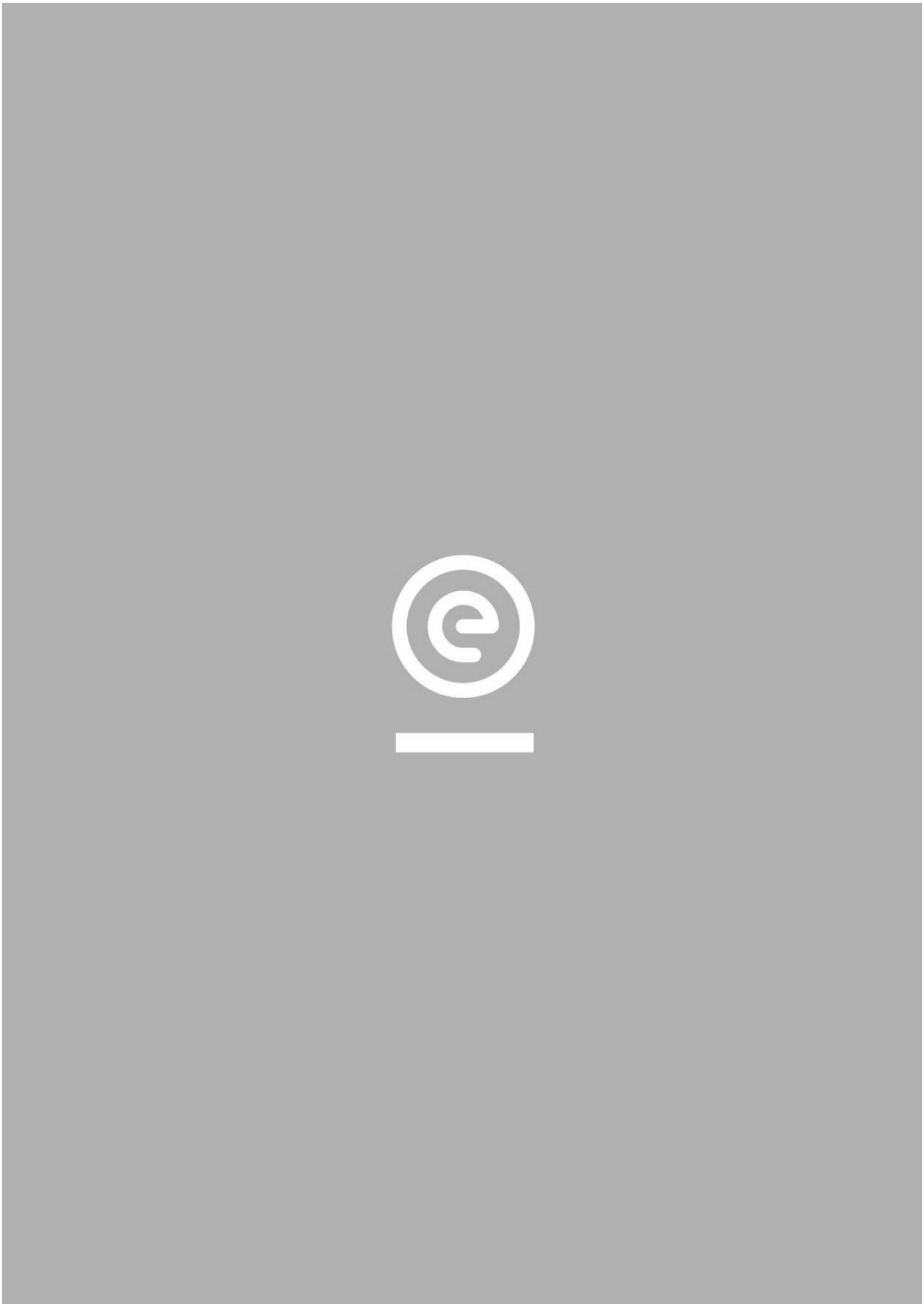
Carlos Silva
(Presidente do Conselho de Administração)

Assinado por: ANA RITA CORREIA GONÇALVES
Num. de Identificação:
Data: 2025.03.26 16:00:47 +00'00'

Ana Rita Gonçalves
(Vogal do Conselho de Administração)

Sandra Cortez
Assinado de forma digital por Sandra Cortez
Dados: 2025.03.26 16:19:07 Z

Sandra Cortez
(Vogal do Conselho de Administração)



emel

EMPRESA MUNICIPAL
DE MOBILIDADE
E ESTACIONAMENTO
DE LISBOA, E.M., S.A.

RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO 2024

VERSÃO APROVADA
EM REUNIÃO DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO
DE 26 DE MARÇO DE 2025

Índice de Quadros

Quadro 1 – Resumo das boas práticas de governo societário .....

Quadro 2 – Composição da Mesa da Assembleia Geral .....

Quadro 3 – Composição do Conselho de Administração .....

Quadro 4 – Reuniões do Conselho de Administração .....

Quadro 5 – Acumulação de funções .....

Quadro 6 – Identificação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) .....

Quadro 7 – Remuneração do Fiscal Único .....

Quadro 8 – Competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais .....

Quadro 9 – Composição da Mesa da Assembleia Geral .....

Quadro 10 – Procedimentos adotados em matéria de bens e serviços .....

Quadro 11 – Lista de fornecedores com transações com a empresa que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos .....

Índice de Figuras

Figura 1 – Organograma.....

Figura 2 – Remunerações dos membros do Conselho de Administração .....

Índice

I. Síntese (Sumário Executivo) .....
II. Missão, Objetivos e Políticas .....
III. Estrutura de Capital .....
IV. Participações Sociais e Obrigações detidas .....
V. Órgãos Sociais e Comissões.....
A. Modelo de Governo .....
B. Assembleia Geral .....
C. Administração e Supervisão .....
D. Fiscalização .....
E. Revisor Oficial de Contas (ROC).....
F. Conselho Consultivo (caso aplicável) .....
G. Auditor Externo (caso aplicável).....
VI. Organização Interna .....
A. Estatutos e Comunicações .....
B. Controlo Interno e Prevenção de Riscos.....
C. Regulamentos e Códigos .....
D. Deveres Especiais de Informação .....
E. Sítio na *Internet* .....
F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral (caso aplicável).....
VII. Remunerações .....
A. Competência para a Determinação .....
B. Comissão de Fixação de Remunerações .....
C. Estrutura das Remunerações.....
D. Divulgação das Remunerações .....
VIII. Transações com Partes Relacionadas e Outras.....
IX. Análise de Sustentabilidade da Empresa nos Domínios Económico, Social e Ambiental .....
X. Avaliação do Governo Societário.....
XI. Anexos do RGS.....

I. Síntese

(Sumário Executivo)

I. Síntese (Sumário Executivo)

A EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A. elaborou o presente relatório de acordo com as instruções publicadas anualmente no site da UTAM – Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial, com o propósito de evidenciar o cumprimento das boas práticas de governo societário a que alude o artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/13, de 3 de outubro, na redação que lhe foi introduzida pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

No quadro seguinte (**Quadro 1**) resumem-se as boas práticas de governo societário adotadas em 2024:

	CAPÍTULO II do RJSPE – Práticas de bom governo	**sim**	**não**	**observações**
Artigo 43.º	apresentou plano de atividades e orçamento para 2024 adequado aos recursos e fontes de financiamento disponíveis	x		
	obteve aprovação pelas tutelas setorial e financeira do plano de atividades e orçamento para 2024	x		Pelo Município de Lisboa
Artigo 44.º	divulgou informação sobre estrutura acionista, participações sociais, operações com participações sociais, garantias financeiras e assunção de dívidas ou passivos, execução dos objetivos, documentos de prestação de contas, relatórios trimestrais de execução orçamental com relatório do órgão de fiscalização, identidade e curriculum dos membros dos órgãos sociais, remunerações e outros benefícios	x		
Artigo 45.º	submeteu a informação financeira anual ao Revisor Oficial de Contas, que é responsável pela Certificação Legal das Contas da empresa	x		
Artigo 46.º	elaborou os relatórios de avaliação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas		x	Processo de atualização do PPR em curso, iniciado em 2024
Artigo 47.º	adotou um código de ética e divulgou o documento	x		
Artigo 48.º	tem contratualizada a prestação de serviço público ou de interesse geral, caso lhe esteja confiada	x		Por via das competências atribuídas pelo Município de Lisboa
Artigo 49.º	prosseguiu objetivos de responsabilidade social e ambiental	x		
Artigo 50.º	implementou políticas de recursos humanos e planos de igualdade	x		
Artigo 51.º	declarou a independência de todos os membros do órgão de administração e que os mesmos se abstêm de participar nas decisões que envolvam os seus próprios interesses	x		
Artigo 52.º	declarou que todos os membros do órgão de administração cumpriram a obrigação de comunicar as participações patrimoniais que detenham na empresa e relações suscetíveis de gerar conflitos de interesse ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à Inspeção-Geral de Finanças	x		
Artigo 53.º	providenciou no sentido de que a UTAM tenha condições para que toda a informação a divulgar possa constar do sítio na *internet* da Unidade Técnica	x		
Artigo 54.º	apresentou o relatório do órgão de fiscalização em que é aferido constar do relatório anual de práticas de governo societário informação atual e completa sobre todas as matérias tratadas no Capítulo II do RJSPE (boas práticas de governação)	x		

II. Missão, Objetivos e Políticas

II. Missão, Objetivos e Políticas

1. *Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como da visão e dos valores que orientam a empresa (vd. artigo 43.º do RJSPE).*

Nos termos dos seus estatutos, a EMEL é uma empresa que visa a gestão de serviços de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local.

A sua missão é a prestação de serviços de interesse geral no âmbito do desenvolvimento, gestão e exploração de soluções de mobilidade urbana, as quais incluem a construção, promoção e gestão de infraestruturas de estacionamento público urbano, a fiscalização do estacionamento público urbano, e serviços associados, a prestação de serviços de interesse geral no âmbito do transporte público urbano de passageiros, visando soluções integradas de mobilidade urbana.

A EMEL tem ainda como missão a promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e de gestão urbana, as quais incluem o controlo do acesso às zonas de acesso condicionado e a vigilância de túneis, a construção e operação de infraestruturas de apoio à mobilidade, implementação e gestão de redes semafóricas, sistemas de mobilidade elétrica e produtos partilhados de mobilidade.

A EMEL exerce a sua atividade de acordo com os princípios da universalidade e continuidade dos serviços prestados, da não discriminação, da transparência e eficiência económica, tendo em vista a satisfação das necessidades de transporte e mobilidade dos cidadãos, a proteção dos utentes e a coesão económica e social local.

Ademais, no cumprimento da sua missão de gestão e operação de soluções de mobilidade urbana, a EMEL está fortemente empenhada na defesa e promoção dos princípios do desenvolvimento sustentável, procurando criar valor, de forma continuada, para os seus colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros, reconhecendo o alcance da sua responsabilidade pública.

2. *Indicação de políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida (vd. artigo 38.º do RJSPE), designadamente:*

   a) *Objetivos e resultados definidos pelos acionistas relativos ao desenvolvimento da atividade empresarial a alcançar em cada ano e triénio, em especial os económicos e financeiros;*

A EMEL apresentou o seu Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o ano de 2024, extensivo ao quadriénio 2024/2027, aprovado pelo Município de Lisboa, na qualidade de acionista único, cujos objetivos e respetivos resultados se encontram evidenciados no Relatório e Contas do ano de 2024.

O Plano de Atividades e Orçamento aponta para objetivos ambiciosos, como a ampliação da oferta de parques de estacionamento, especialmente dissuasores, e o crescimento e otimização dos sistemas de mobilidade suave, aqui se incluindo a expansão da rede de ciclovias, da rede de estações e bicicletas GIRA e uma aposta forte nos carregamentos e soluções elétricas.

No Plano de Atividades e Orçamento (PAO) 2024-2027, a EMEL definiu uma estratégia centrada em investimentos significativos nas infraestruturas de estacionamento e na modernização dos seus serviços. Além disso, a EMEL está empenhada na expansão dos seus serviços, visando melhorar a mobilidade urbana e a sustentabilidade ambiental em Lisboa. Estas iniciativas refletem o compromisso da empresa em proporcionar soluções de estacionamento mais eficientes, acessíveis aos cidadãos, contribuindo para uma cidade mais organizada e sustentável.

b) Grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar.

De uma maneira geral, a EMEL cumpriu com os objetivos descritos no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) de 2024, designadamente:

- Aumento da rede de ciclovias e zonas pedonais;
- Aumento do número de estações e bicicletas GIRA;
- Aumento da oferta de parques de estacionamento;
- Requalificação de locais de estacionamento e zonas verdes;
- Aumento do número de lugares de estacionamento público;
- Aumento da rede de pontos de carregamentos elétricos (rede LEVE).

3. Indicação dos fatores críticos de sucesso de que dependem os resultados da empresa.

Identificam-se de seguida os fatores críticos de sucesso de que dependem os resultados da empresa:

- Recursos humanos em áreas essenciais, nomeadamente nas áreas operacionais;
- Reforço do sistema de pagamentos digitais;
- Gestão de 102.526 lugares de estacionamento público e de 6.160 em parques de estacionamento;
- Reforço da rede de pontos de carregamento elétrico.

4. *Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais, designadamente as relativas à política setorial a prosseguir, às orientações específicas a cada empresa, aos objetivos a alcançar no exercício da atividade operacional e ao nível de serviço público a prestar pela empresa (vd. n.º 4 do artigo 39.º do RJSPE).*

Por se encontrar sujeita ao Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, instituído pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o disposto no artigo 39.º, n.º 4, do Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado não se aplica à EMEL.

A EMEL desenvolve a sua atividade em articulação com as orientações e os objetivos prosseguidos pelo seu acionista único, designadamente os relativos à mobilidade urbana da cidade de Lisboa, também eles descritos no Plano de Atividades e Orçamento aprovado pelo Município de Lisboa.

III. Estrutura de Capital

III. Estrutura de Capital

1. *Divulgação da estrutura de capital (consoante aplicável: capital estatutário ou capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (vd. alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE).*

Em 31 de dezembro de 2024, o capital estatutário da EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A., integralmente realizado, é de € 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de euros), detido na sua totalidade pelo Município de Lisboa, e encontra-se representado por trinta e dois milhões de ações com o valor nominal unitário de um euro.

2. *Identificação de eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.*

Nos termos do art.º 44 dos seus Estatutos, a alienação da totalidade ou de parte do capital social da EMEL, bem como a dissolução, transformação, integração, fusão e internalização da Sociedade, é da competência da Assembleia Municipal de Lisboa, sob proposta da Câmara Municipal de Lisboa, aplicando-se ainda o disposto no Capítulo VI da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

3. *Informação sobre a existência de acordos parassociais que sejam do conhecimento da empresa e possam conduzir a eventuais restrições.*

Não existem acordos parassociais.

IV. Participações Sociais e Obrigações detidas

IV. Participações Sociais e Obrigações detidas

1. *Identificação das participações sociais que a empresa pública detém (vd. alínea b) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE).*
2. *Explicitação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer empresas de natureza associativa ou fundacional (vd. alínea c) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE).*

A EMEL não detém, nem alienou no ano de 2024, quaisquer participações sociais.

3. *Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, bem como das pessoas indicadas no n.º 2 do artigo 447.º do CSC, nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do CSC.*

Não aplicável. Todas as ações são detidas pelo Município de Lisboa.

4. *Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a empresa.*

Todas as transações comerciais realizadas com o Município de Lisboa (acionista único) estão devidamente documentadas e são reportadas regularmente no Relatório de Execução Trimestral, que é disponibilizado ao acionista.

V. Órgãos Sociais e Comissão

V. Órgãos Sociais e Comissões

A. Modelo de Governo

A empresa deve apresentar um modelo de governo societário que assegure a efetiva separação entre as funções de administração executiva e as funções de fiscalização (vd. n.º 1 do artigo 30.º do RJSPE).

1. Identificação do modelo de governo adotado.

As funções de administração executiva e as funções de fiscalização da EMEL estão definidas na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e obedecem ao disposto na lei comercial.

De acordo com o artigo 6.º, n.º 1, dos seus Estatutos, os órgãos sociais da EMEL são a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único.

B. Assembleia Geral

1. Composição da mesa da assembleia geral, ao longo do ano em referência, com identificação dos cargos e membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (data de início e fim). Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

Os membros da Mesa da Assembleia Geral da EMEL foram eleitos por deliberação da Assembleia Geral reunida em 5 de agosto de 2022, com efeitos a partir de 1 de agosto de 2022 (cf. Ata n.º 27), conforme detalhado a seguir:

Quadro 2

Mandato	Cargo	Nome	Designação	
(Início-Fim)			Forma (1)	Data
01.08.2022/25	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	Carlos Manuel das Neves Reis dos Santos	AG	5.08.2022
01.08.2022/25	Secretária da Mesa da Assembleia Geral	Maria de Lurdes de Carvalho Vaz	AG	5.08.2022

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

2. *Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.*

Não aplicável, considerando que a EMEL tem um único acionista.

C. Administração e Supervisão

1. *Indicação das regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão.*

A competência para eleger os membros do Conselho de Administração, incluindo o seu Presidente, é da Assembleia Geral, conforme disposto no artigo 11.º, n.º 1, dos Estatutos da EMEL e no artigo 26.º, n.º 1, da Lei 50/2012, de 31 de agosto.

Nos termos do artigo 8.º, n.º 1, dos Estatutos da EMEL, a Assembleia Geral é constituída pelo acionista único, o Município de Lisboa.

A substituição dos membros dos órgãos sociais obedece ao disposto no artigo 7.º dos Estatutos, sendo que o n.º 3 estabelece que o substituto será designado da mesma forma que o membro substituído.

Em caso de omissão, aplica-se o regime previsto no Código das Sociedades Comerciais.

2. *Indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros e duração estatutária do mandato dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão.*

O Conselho de Administração é o órgão de gestão da EMEL e é composto por um presidente e um máximo de dois vogais, eleitos pela Assembleia Geral, que designa o respetivo presidente.

O mandato dos titulares dos órgãos sociais da EMEL é coincidente com o dos titulares dos órgãos autárquicos do Município de Lisboa, sem prejuízo da cessação antecipada por dissolução, demissão ou renúncia e da continuidade de funções até à sua efetiva substituição.

3. *Caracterização da composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com identificação dos membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).*

No ano 2024, ocorreram alterações na composição do Conselho de Administração da EMEL, formalmente eleito na Assembleia Geral de 5 de agosto de 2022.

Perante a renúncia ao mandato da Vogal Não Executiva Ana Maria Loureiro Raimundo, em 22 de fevereiro de 2024, cujo mandato havia iniciado em 1 de agosto de 2022 e se estendia até 2025, foi eleita, em sua substituição, a Vogal Não Executiva Sandra Cristina Cortez Brás Henriques, por deliberação da Assembleia Geral de 22 de fevereiro de 2024.

Posteriormente, em 31 de maio de 2024, a Vogal Executiva Francisca Leal da Silva Ramalhosa, que havia iniciado o seu mandato em 1 de agosto de 2022, também renunciou ao cargo. Em sua substituição, foi eleita a Vogal Executiva Ana Rita Correia Gonçalves, em deliberação da Assembleia Geral de 3 de junho de 2024.

Quadro 3

Mandato			Designação		Remuneração	
(Início-Fim)	Cargo	Nome	Forma (1)	Data	[Empresa pagadora]	(O/D) (2)
1.08.2022/25 (coincidente com o mandato dos órgãos autárquicos	Presidente	Carlos Manuel dos Santos Batista da Silva	AG	5.08/2022	EMEL	O
3.06.2024/25 (coincidente com o mandato dos órgãos autárquicos)	Vogal Executiva	Ana Rita Correia Gonçalves	AG	3.06.2024	EMEL	O
22.02.2024/25 (coincidente com o mandato dos órgãos autárquicos)	Vogal Não Executiva	Sandra Cristina Cortez Brás Henriques	AG	22.02.2024	-	-

Número estatutário mínimo e máximo de membros - [número mínimo] / [número máximo]
Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)
(2) O/D – Origem / Destino

4. *Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes1, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão (vd. artigo 32.º do RJSPE).*

O Conselho de Administração da EMEL que se encontra em funções é composto por um Presidente e por duas Vogais, sendo uma não executiva.

No respeito pelo disposto no n.º 4, do art.º 25 da Lei n.º 50/2012, de 31 de dezembro, só os dois primeiros (Presidente e Vogal Executiva) são remunerados.

Todos os membros do Conselho de Administração da EMEL são independentes no que respeita a grupos de interesses específicos na entidade ou a circunstâncias suscetíveis de afetar a sua análise ou isenção.

5. *Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.*

[1] A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente. Quanto aos demais membros do Conselho de Administração, considera-se independente o que não esteja associado a qualquer grupo de interesses específicos na empresa nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

NOTA CURRICULAR

Carlos Manuel dos Santos Batista da Silva

Presidente do Conselho de Administração

Carlos Silva é licenciado em Gestão de Empresas, pela Universidade Lusíada. Iniciou a sua atividade profissional em 1990 no Millennium BCP, onde desenvolveu a sua carreira, a par da atividade política. Em 1993 foi eleito Vereador da Câmara Municipal da Amadora, assegurando, entre outros, os pelouros da Segurança e da Proteção Civil. Em 1997 foi reeleito, assumindo, entre outros, os pelouros do Ambiente e dos Espaços Verdes. Integrou também a administração da Escola Intercultural e das Profissões e foi administrador não executivo da Valorsul. Em 2011 foi eleito Deputado à Assembleia da República, tendo sido reeleito para mais dois mandatos. Ao longo dos mais de 10 anos em que esteve presente no Parlamento, fez parte de diversas Comissões Parlamentares, nomeadamente de Finanças, de Ambiente, Ordenamento e Poder Local, de Economia e Obras Públicas e ainda de Cultura, Desporto, Juventude e Comunicação Social. Assumiu o cargo de Coordenador da Área de Transportes do Grupo Parlamentar do PSD, e de vários grupos de trabalho com temas ligados aos transportes e à banca. Foi autor de vários Projetos de Lei e de Resolução, e ainda relator de vários pareceres de Projetos de Lei, de Resolução, Petições e Relatórios, tendo participado também em várias Comissões de Inquérito, nos casos BPN, BANIF e CGD.

Vogal Executiva

NOTA CURRICULAR

Ana Rita Correia Gonçalves

Vogal Executiva do Conselho de Administração

Rita Gonçalves é licenciada em Engenharia Civil, pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, e pós-graduada em Gestão pela Nova SBE – School of Business and Economics. Iniciou a sua atividade profissional em 2000 no Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal de Loures, onde acompanhava a legalização de construções em Áreas Urbanas de Génese Ilegal e apreciava processos de loteamento. Em 2002 ingressa na Reta Atlântico, tendo desenvolvido diversas atividades de planeamento e monitorização de obras, partindo da orçamentação, desenvolvimento de projetos e seu licenciamento, passando pela coordenação de equipas e controlo financeiro. Em 2010 regressa ao setor municipal, entrando na EMEL como Gestora de Projetos na área de Património. Ao fim de seis anos assume a liderança da Direção de Desenvolvimento e Gestão de Infraestruturas, coordenando esforços de intervenção alargada como a manutenção de edifícios, o planeamento da via pública, a gestão de empreitadas e variados projetos de mobilidade.

Vogal Não Executiva

NOTA CURRICULAR

Sandra Cristina Cortez Brás Henriques

Vogal Não Executiva do Conselho de Administração

Sandra Cortez é licenciada em Economia, pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Começou a sua atividade profissional em Paris, na Central de Compras do Intermarché, tendo regressado a Portugal e iniciado, em 2001, a atividade de consultora na implementação de projetos SAP (na Edinfor, Capgemini e Deloitte). Em 2010 integra os quadros do Banco de Portugal, onde permanece até 2021, tendo coordenado projetos de transformação transversais à instituição sob orientação do Conselho de Administração. Em 2022 aceita um desafio profissional no Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Dedicou-se a temas financeiros, nomeadamente, aos orçamentos de 2023, 2024 e ao orçamento da Jornada Mundial da Juventude, em articulação com o Gabinete do Vice-Presidente, onde se encontra atualmente a coordenar os projetos de mobilidade.

6. *Dar conhecimento de que foi apresentada declaração por cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças (IGF), de quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse (vd. artigo 52.º do RJSPE).*

No cumprimento do disposto no art.º 52 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, os atuais membros do Conselho de Administração da EMEL declararam não ser detentores de quaisquer participações sociais na empresa.

Ao mesmo tempo, declararam quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, abstendo-se e intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas, tal como previsto no artigo 51º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Essas Declarações de Independência e de Participações Patrimoniais, no âmbito dos artigos 51.º e 52ª, do diploma legal acima referido, foram comunicadas eletronicamente através da plataforma do Tribunal Constitucional.

7. *Identificação de relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas.*

Não aplicável, uma vez que todas as ações são detidas pelo Município de Lisboa.

8. *Apresentação de organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da empresa, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da empresa.*

A nova estrutura orgânica e o organograma oficial da empresa foram aprovados pelo Conselho de Administração, através da Ordem de Serviço n.º 1/CA/2024, de 8 de novembro de 2024, como segue:

Organograma

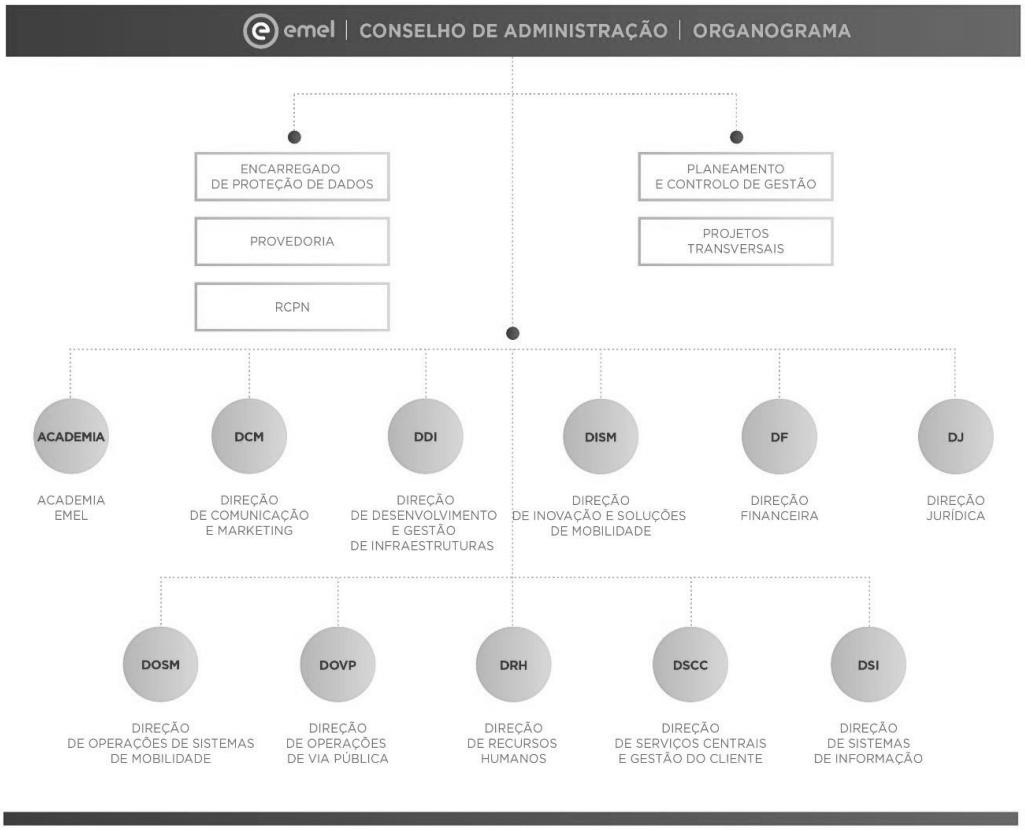


Figura 1

A repartição de competências entre os órgãos sociais da EMEL encontra-se definida nos Estatutos da empresa conforme se explicita seguidamente.

Assim, nos termos do art.º 10 dos Estatutos da EMEL, compete à Assembleia Geral:

a) Definir as orientações anuais para a empresa, tendo em conta as orientações estratégicas relativas ao exercício dos direitos societários aprovadas pela Câmara Municipal de Lisboa;

b) Eleger os membros do Conselho de Administração, incluindo o respetivo presidente e dispensar os administradores de prestar caução, sempre que legalmente admissível;

c) Apreciar e aprovar até 30 de novembro de cada ano, os instrumentos de gestão previsional relativos ao ano seguinte, nomeadamente os planos de atividade anuais e plurianuais e o orçamento anual;

d) Apreciar e aprovar até 31 de março de cada ano, o relatório de gestão do Conselho de Administração, as contas de exercício, o parecer do Fiscal Único e os demais instrumentos de prestação de contas, referentes ao ano anterior;

e) Deliberar sobre a aplicação dos resultados do exercício;

f) Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da empresa;

g) Deliberar sobre quaisquer alterações aos estatutos e aumentos de capital;

h) Definir as condições e os termos da cobrança de rendas, ingressos, tarifas e outras receitas próprias, relativa à exploração dos equipamentos e à restante atividade da empresa;

i) Pronunciar-se e deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse para a empresa.

Relativamente ao Conselho de Administração, o artigo 13.º dos Estatutos estabelece as seguintes competências:

a) Gerir a empresa, praticando todos os atos e operações relativas ao seu objeto social, e celebrando quaisquer contratos que se revelem adequados ou convenientes à sua prossecução;

b) Administrar e conservar o seu património;

c) Adquirir, alienar e onerar direitos ou bens móveis e imóveis;

d) Estabelecer a organização técnico-administrativa da empresa e as normas do seu funcionamento interno, designadamente em matéria de pessoal e da sua remuneração;

e) Constituir mandatários com os poderes que julgue convenientes, incluindo os de substabelecer;

f) Elaborar e submeter a aprovação da assembleia geral os instrumentos previsionais de gestão;

g) Elaborar e submeter a aprovação da assembleia geral os documentos de prestação anual de contas, incluindo os relatórios trimestrais de execução orçamental;

h) Proceder à amortização, reintegração de bens e à reavaliação do ativo imobilizado, bem como à constituição de provisões;

i) Contrair empréstimos de curto prazo;

j) Contrair empréstimos de médio e longo prazo, mediante autorização da assembleia geral;

k) Angariar financiamentos e realizar outro tipo de operações para a prossecução do objeto social;

l) Organizar e manter atualizado o cadastro de bens da empresa;

m) Propor à Câmara Municipal de Lisboa que requeira a expropriação por utilidade pública de bens e direitos necessários à prossecução do seu objeto social;

n) Praticar os demais atos que lhe sejam cometidos pelos presentes estatutos, pela lei, regulamentos internos e pela Câmara Municipal de Lisboa através da assembleia geral.

De acordo o artigo 13.º, n.º 2, dos Estatutos da EMEL, o Conselho de Administração pode delegar em qualquer dos seus membros algumas das suas competências, definindo em ata os limites e condições do seu exercício.

Compete especialmente ao Presidente do Conselho de Administração, nos termos previstos no artigo 14.º dos Estatutos:

a) Coordenar a atividade do Conselho de Administração, bem como convocar e presidir às respetivas reuniões, fixando a sua ordem de trabalhos;

b) Superintender nos serviços e na orientação geral das atividades da empresa;

c) Representar a empresa em quaisquer atos ou contratos em que ela deva intervir, nomeadamente nas relações da EMEL com a Câmara Municipal de Lisboa, podendo delegar a representação noutro membro do conselho de administração ou em pessoa especialmente habilitada para o efeito;

d) Velar pela correta execução das deliberações do Conselho de Administração;

e) Representar a empresa em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, podendo confessar, desistir ou transigir em quaisquer processos judiciais;

f) Desempenhar as demais funções estabelecidas nestes estatutos e regulamentos internos e as que lhe forem delegadas pelo conselho de administração.

Conforme o art.º 18, n.º 3, dos Estatutos, e sem prejuízo das competências que lhe são atribuídas pela lei comercial, compete em especial ao Fiscal Único:

a) Emitir parecer prévio relativamente ao financiamento e à assunção de quaisquer obrigações financeiras;

b) Emitir parecer prévio sobre a necessidade da avaliação plurianual do equilíbrio de exploração da EMEL e, sendo caso disso, proceder ao exame do plano previsional;

c) Emitir parecer prévio sobre a celebração de contratos-programa;

d) Fiscalizar a ação do conselho de administração;

e) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;

f) Participar aos órgãos e entidades competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do objeto da empresa;

g) Proceder à verificação e conferência dos valores patrimoniais da empresa ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;

h) Remeter semestralmente à Câmara Municipal de Lisboa informação sobre a situação económica e financeira da empresa;

i) Pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse para a empresa, a solicitação do conselho de administração;

j) Emitir parecer sobre os instrumentos de gestão previsional, bem como sobre o relatório do conselho de administração e contas do exercício;

k) Emitir a certificação legal das contas;

l) Exercer as demais competências legalmente estabelecidas.

Em conformidade com a Ordem de Serviço n.º 2/CA/2024, aprovada em reunião do Conselho de Administração de 8 de novembro de 2024, juntamente com a Nova Estrutura Orgânica da EMEL, procedeu-se à seguinte distribuição de pelouros:

Conselho de Administração:

- Encarregado de Proteção de Dados;
- Provedoria;
- Responsável de Conformidade e Programa Normativo;
- Planeamento e Controlo de Gestão;
- Projetos Transversais.

Presidente Dr. Carlos Silva:

- DCM – Direção de Comunicação e Marketing;
- DF – Direção Financeira;
- DOVP – Direção de Operações de Via Pública;
- DRH – Direção de Recursos humanos;
- DSCC – Direção de Serviços Centrais e Gestão do Cliente;
- DSI – Direção de Sistemas de Informação.

Administradora Eng.ª Ana Rita Gonçalves:

- Academia EMEL;
- DDI – Direção de Desenvolvimento e Gestão de Infraestrutura;
- DISM – Direção de Inovação e Soluções de Mobilidade.

9. *Caracterização do funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo2, indicando designadamente:*

   a) *Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro às reuniões realizadas*3*;*

Durante o exercício de 2024, o Conselho de Administração realizou um total de 21 reuniões, conforme quadro abaixo:

Quadro 4

Reunião	Data	Reunião	Data
Ata n.º 01/2024	9 de janeiro	Ata n.º 12/2024	27 de junho
Ata n.º 02/2024	23 de janeiro	Ata n.º 13/2024	8 de julho
Ata n.º 03/2024	6 de fevereiro	Ata n.º 14/2024	30 de julho
Ata nº 04/2024	20 de fevereiro	Ata n.º 15/2024	3 de setembro
Ata n.º 05/2024	5 de março	Ata n.º 16/2024	24 de setembro
Ata n.º 06/2024	26 de março	Ata n.º 17/2024	8 de outubro
Ata n.º 07/2024	9 de abril	Ata n.º 18/2024	22 de outubro
Ata n.º 08/2024	24 de abril	Ata n.º 19/2024	5 de novembro
Ata n.º 09/2024	7 de maio	Ata n.º 20/2024	26 de novembro
Ata n.º 10/2024	23 de maio	Ata n.º 21/2024	18 de dezembro
Ata nº 11/2024	7 de junho		

2 Deve ser ajustado ao modelo de governo adotado.

3 A informação poderá ser apresentada sob a forma de quadro.

b) Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, apresentados segundo o formato seguinte:

Quadro 5

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções		
	Empresa	Função	Regime
Sandra Cristina Cortez Brás Henriques	Município de Lisboa	Coordenadora de Projetos de Mobilidade	Público

c) Órgãos da empresa competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos e critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos mesmos;

Nos termos estabelecidos no Código das Sociedades Comerciais, no Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, no Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, com as devidas ressalvas aprovadas pelo Decreto-Lei 86-D/2016, de 30 de dezembro, e ainda, nos termos fixados nos Estatutos da EMEL, a competência para proceder à apreciação geral e avaliação de desempenho da administração e fiscalização da empresa é da Assembleia Geral (Município de Lisboa).

d) Comissões[4] *existentes no órgão de administração ou supervisão, se aplicável. Identificação das comissões, composição de cada uma delas assim como as suas competências e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.*

Não aplicável, dado que não se encontram definidas comissões.

D. Fiscalização

1. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado: Fiscal Único, Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou Comissão para as Matérias Financeiras.

Nos termos do artigo 25.º, n.º 2, do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, a EMEL, enquanto empresa local, tem como órgão de fiscalização um Fiscal Único.

Conforme estabelecido no artigo 18.º dos Estatutos da EMEL, a fiscalização da sociedade é exercida por um Fiscal Único, nomeado pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal de Lisboa, a qual também elege um suplente.

[4] Que incluam ou tenham a participação de elementos do órgão de administração ou supervisão.

O Fiscal Único deve ser, obrigatoriamente, um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas.

Este órgão de fiscalização exerce suas funções de acordo com as competências previstas na legislação comercial e na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

O mandato do Fiscal Único tem a duração de quatro anos, sendo renovável.

A EMEL não conta com uma Comissão de Auditoria, Comissão de Avaliação, nem com qualquer outra comissão com atribuições de fiscalização.

2. *Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do órgão de fiscalização.*

CV Chairman

Carlos Lisboa Nunes

Chairman

T +351 214 123 520
E carlos.nunes@pt.gt.com

Atividade Académica

Licenciado em Finanças pelo Instituto Sior de Economia;

Durante 10 anos, coordenador e docente da disciplina de auditoria financeira do Curso de OGE do ISCTE, tendo elaborado, no primeiro ano sozinho, e a partir do segundo com dois assistentes, um manual do curso, contendo as matérias ministradas nas aulas;

Sócio fundador do Centro OVERGEST/ISCTE, onde foram desenvolvidos programas de Pós-Graduação, cursos de especialização e programas para executivos, no âmbito da Contabilidade, Controlo de Gestão, Auditoria e Fiscalidade, há alguns anos integrado no INDEG/ISCTE;

Coordenador e docente do curso de especialização em Auditoria ministrado pelo OVERGEST;

Coordenador e docente de um curso de Auditoria Interna em Moçambique, onde participaram quadros a nível da Direção Geral e Direção de grandes empresas (i.e., Petromoc, CTT, Companhias de Seguros, etc.);

Coordenador Científico de um Curso de Pós-Graduação no ISAL (Universidade Privada da Madeira), que incluiu matérias de Auditoria, Fiscalidade e Controlo de Gestão;

Participação, como Palestrante, em ações de formação ministradas anualmente ao pessoal da empresa;

Participação, como Palestrante, em diversas ações, relacionada com o Orçamento Geral do Estado para 2020, onde falou sobre a situação macro-económica do País.

Atividade Profissional

Durante cerca de 10 anos Adjunto de Gerência e Consultor Financeiro;

Revisor Oficial de Contas desde 1980, inscrito na respetiva Ordem com o número 427;

Membro suplente do Conselho Diretivo da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas durante 10 anos;

Chairman da Grant Thornton & Associados, SROC, Lda. (anteriormente Vitor Franco e Lisboa Nunes) que, festeja, este ano, o seu 35.º aniversário;

A Grant Thornton & Associados, SROC, Lda. é membro de pleno direito há mais de 20 anos, da Grant Thornton International, que está presente em cerca de 150 países, com mais de 500 escritórios e onde trabalham cerca de 60.000 pessoas;

Antes de ter integrado a Grant Thornton International, trouxe para Portugal duas organizações internacionais de auditoria e consultoria, designadamente, a UHY e a PKF, que ainda se encontram em funcionamento;

Perito nomeado pelo Governo Regional da Madeira, com vista à avaliação de situações de litígio de natureza contabilística, económica e financeira;

Coordenador de serviços de organização, consubstanciados na análise dos sistemas contabilístico e de controlo interno, com vista à implementação de novos procedimentos e/ou alteração dos que se encontravam em vigor;

Coordenador de trabalhos de "due dilligence" relacionados, nomeadamente, com a compra e venda de empresas;

Coordenador de trabalhos relacionados com a avaliação de bens diferentes de dinheiro, com vista à emissão de relatórios, de acordo com o Art.º 28.º do Código das Sociedades Comerciais;

Integração numa equipa de coordenadores de um curso para peritos em contabilidade, subsidiado pelo Banco Mundial, em Moçambique;

Responsável pela realização de alguns trabalhos de auditoria nos PALOP's, nomeadamente às contas de empresas do setor dos transportes da República da Guiné-Bissau, projeto financiado pelo Banco Mundial;

Coordenação do trabalho da parte contabilística da primeira privatização de empresas em Cabo Verde, onde foi, também, responsável por um trabalho de avaliação das tarifas para o Regulador das Telecomunicações;

Coordenação e emissão do relatório do trabalho de diagnóstico das empresas estatais para o Ministério das Finanças de Angola;

Coordenação de trabalhos relacionados com auditorias técnico-financeiras de apoios concedidos no âmbito do Fundo Social Europeu.

1

CV Partner

Pedro Nunes

Managing Partner

T +351 214 123 520
E pedro.nunes@pt.gt.com

Licenciado em Organização e Gestão de empresas pelo ISCTE – Instituto Superior do Trabalho e da Empresa, iniciou a sua atividade profissional, em 1998, na Vitor Franco e Lisboa Nunes, SROC (atual Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.), como Assistant.

É responsável por diversos trabalhos de auditoria e revisão legal realizados em empresas de vários sectores de atividade e de dimensões diversas, nomeadamente nos sectores da construção civil, produção de componentes para automóveis, gestão de estabelecimentos de ensino e hotelaria e entidades reguladoras do setor das telecomunicações em Portugal, Cabo Verde e Guiné Bissau. Foi, também, responsável pelo trabalho de auditoria às contas do Grupo Escendo (promotora imobiliária), em Angola.

Foi responsável, ainda, por auditorias realizadas em Câmaras Municipais, e pela elaboração e acompanhamento da implementação da Norma de Controlo Interno aplicável ao POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais).

Participou em trabalhos realizados em empresas com valores mobiliários cotados nas Bolsas de Valores e onde a Grant Thornton & Associados - SROC, Lda. atua como auditor externo.

Colaborou na realização de auditorias técnico-financeiras a projetos financiados pelos Fundos Comunitários, ao abrigo dos vários sistemas de incentivos definidos pelo Governo.

Entre fevereiro e julho de 2004 desempenhou funções de auditoria numa empresa da Grant Thornton International, em Milton Keynes, no Reino Unido.

Frequentou diversos cursos promovidos pela Grant Thornton & Associados, SROC, Lda., nas áreas de Fiscalidade (IRC, IRS, IVA, entre outros impostos), Auditoria e Contabilidade e outros organizados pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Participou, ainda, em alguns seminários e em formação ao nível das tecnologias de informação, promovidos pela Grant Thornton International.

Participou também em auditorias regulatórias e mais recentemente na Auditoria aos Valores Anuais dos Indicadores de Qualidade do Serviço, de Reclamações e Pedidos de Informação dos CTT – Correios de Portugal, S.A. dos anos de 2016 e 2017

Revisor Oficial de Contas inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, cédula profissional n.º 1202 (2005) e na CMVM sob o n.º 20160813.

3. *Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.*

Não estão definidos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização (Fiscal Único) para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.

4. *Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.*

Não se encontram definidas outras funções do órgão de fiscalização.

5. *Indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros e duração estatutária do mandato dos membros, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras.*

Não aplicável, dado que o órgão de fiscalização da sociedade é o Fiscal Único.

6. *Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, ao longo do ano em referência, identificando os membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).*

Não aplicável, dado que o órgão de fiscalização da sociedade é o Fiscal Único.

7. *Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do n.º 5 do artigo 414.º do CSC.*

Não aplicável, dado que o órgão de fiscalização da sociedade é o Fiscal Único.

8. *Caracterização do funcionamento do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, indicando designadamente, consoante aplicável:*

   a) *Número de reuniões realizadas e respetivo grau de assiduidade por parte de cada membro, apresentados segundo o formato seguinte:*

Não aplicável, dado que o órgão de fiscalização da sociedade é o Fiscal Único.

   b) *Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.*

Não aplicável, dado que o órgão de fiscalização da sociedade é o Fiscal Único.

E. Revisor Oficial de Contas (ROC)

1. *Identificação dos membros efetivo e suplente: Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) ou ROC e respetivos números de inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), caso aplicável, e dos sócios ROC que a representam. Indicação do número de anos em que o ROC exerce funções consecutivamente junto da empresa e/ou grupo. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou). Informação a apresentar segundo o formato seguinte:*

Quadro 6

Cargo		Identificação SROC / ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na empresa
(Início-Fim)		Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Forma (1)	Data	Contratada		
2013 -	Fiscal Único Efetivo	Grant Thornton & Associados, SROC, Lda., representada pelo Dr. Carlos Lisboa Nunes	427	20160131	AG	2013	-	-	12
2013 -	Fiscal Único suplente	Pedro Miguel Raposo Lisboa Nunes	1202	20161403	AG	2013	-	-	12

Legenda: (1) Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

Nota: Mencionar o efetivo (SROC e ROC) e o suplente (SROC e ROC)

3. *Indicação das limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta serviços à empresa.*

Não existem regras legais ou estatutárias específicas que estabeleçam um limite de tempo para o exercício das funções do mesmo Revisor Oficial de Contas (ROC) na fiscalização das contas da sociedade.

Nem a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, nem os Estatutos da EMEL impõem restrições ao número de mandatos consecutivos que o Fiscal Único pode exercer.

Adicionalmente, o Código das Sociedades Comerciais também não define limitações explícitas quanto ao número de mandatos sucessivos para o Fiscal Único.

4. *Indicação do número de anos em que a SROC e/ou o ROC exerce funções consecutivamente junto da empresa/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta empresa, incluindo o ano a que se refere o presente relatório, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência, apresentados segundo o formato seguinte:*

A SROC acima identificada auferiu em 2024 as seguintes remunerações:

Quadro 7

Nome	Remuneração Anual 2024 (€)
	Bruta
Grant Thornton & Associados, SROC, Lda., representada pelo Dr. Carlos Lisboa Nunes	11.367,24 euros
–	–
	11.367,24 euros

5. *Descrição de outros serviços prestados pela SROC à empresa e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC, caso aplicável.*

Para além das funções inerentes ao órgão de fiscalização, a SROC não prestou quaisquer outros serviços à Sociedade.

F. Conselho Consultivo (caso aplicável)

1. *Composição, ao longo do ano em referência, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).*

Não aplicável.

G. Auditor Externo (caso aplicável)

1. *Identificação do auditor externo designado e do sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM, assim como a indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da empresa e/ou do grupo, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência.*

Não aplicável.

2. *Explicitação[5] da política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.*

Não aplicável.

3. *Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a empresa e/ou para empresas que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.*

Não aplicável.

4. *Indicação do montante da remuneração anual paga pela empresa e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede[6] e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços.*

Não Aplicável.

[5] Acompanhada de menção à legislação aplicável.

[6] Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, aprovado pelo artigo 2.º da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, na sua redação atual.

VI. Organização Interna

VI. Organização Interna

A. Estatutos e Comunicações

1. *Indicação das regras aplicáveis à alteração dos estatutos da empresa.*

Em conformidade com o disposto no art.º 10, al. g), dos Estatutos da EMEL, compete à Assembleia Geral a deliberação sobre quaisquer alterações aos estatutos e aumento de capital.

Considerando que a Assembleia Geral é constituída pelo acionista único, essa competência é do Município de Lisboa.

No respeito pelo disposto no número 1, do art.º 61, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, compete ao órgão deliberativo da entidade pública participante (Assembleia Municipal), sob proposta do respetivo órgão executivo (Câmara Municipal), deliberar sobre a alienação da totalidade ou de parte do capital social das empresas locais.

2. *Caraterização dos meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na empresa.*

A EMEL adotou medidas de prevenção, deteção e regularização de comportamentos irregulares, designadamente através de ações de sensibilização e formação dos seus colaboradores, bem como pela divulgação dos normativos internos que promovem comportamentos éticos e estão conformes às melhores práticas empresariais.

Desde logo, a EMEL elaborou e aprovou um Código de Conduta, que constitui um documento do qual decorrem os princípios que a EMEL assume enquanto organização, delimitando as balizas éticas de atuação dos seus órgãos sociais, trabalhadores/as e outras entidades, servindo também de fundamento às ações sancionatórias nas situações eventualmente aplicáveis.

Conforme o disposto no artigo primeiro, o Código de Conduta visa estabelecer as normas de conduta que devem ser seguidas, no âmbito da atividade da EMEL, seja ao nível interno, seja ao nível do relacionamento com pessoas e instituições que interagem com a EMEL.

Dos instrumentos de cumprimento do normativo e de prevenção da corrupção, a EMEL dispõe de um Canal de Denúncias cuja utilização promove e permite o reporte de irregularidades e infrações nas matérias previstas na Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro.

O Canal de Denúncias da EMEL, para além de permitir a apresentação de denúncias internas, possibilita também a apresentação de denúncias externas. A EMEL foi mais longe e alargou o âmbito de aplicação do seu Canal de Denúncias às situações de assédio moral e sexual na relação laboral.

Em conformidade com a lei, a plataforma disponibilizada no sítio da EMEL +Transparente garante a exaustividade, integridade e conservação das mesmas, o anonimato ou a confidencialidade da identidade dos denunciantes e de terceiros mencionados na denúncia, e o impedimento do acesso às denúncias de pessoas não autorizadas.

A EMEL está em linha com as melhores práticas e apostada na prestação de um serviço de excelência, permitindo e até promovendo o contributo e a participação de clientes, fornecedores e utentes.

3. *Indicação das políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção de fraude organizacional.*

Tendo por base o novo organograma aprovado em novembro de 2024, a EMEL encontra-se na fase final de elaboração de um novo Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Ilícitos Conexos (PPR), tendo em vista a substituição do existente.

Para o efeito, foi efetuado durante o ano de 2024, um levantamento de identificação de riscos por departamento e dos mecanismos de controlo existentes nas distintas áreas de atuação da empresa.

B. Controlo Interno e Prevenção de Riscos[7]

1. *Informação sobre a existência de um Sistema de Controlo Interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos (este deve abarcar todos os riscos relevantes para a empresa).*

Ainda no ano de 2023, o Conselho de Administração da EMEL encomendou a uma entidade externa independente um estudo de avaliação do Sistema de Controlo Interno (SCI) abarcando todos os riscos relevantes para a empresa, tendo em vista a implementação de um sistema de controlo interno e prevenção de riscos.

No seguimento do estudo realizado, a empresa lançou um procedimento de aquisição de serviços de consultoria com vista à implementação de um sistema de controlo interno e respetivo manual de procedimentos, o qual foi adjudicado recentemente.

Para além do referido, a EMEL desenvolve a sua atividade cumprindo um conjunto vasto de normas e procedimentos, que visam garantir que a sua atividade se exerce de acordo com as boas práticas de governaça societária.

[7] Querendo, a empresa poderá incluir síntese ou extrato(s) de Manual ou Código que satisfaça(m) o requerido. Tal formato de prestação da informação implica que o texto seja acompanhado das adequadas referências que permitam identificar as partes da síntese ou extrato(s) que satisfazem cada uma das alíneas.

2. *Identificação de pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de prevenção e controlo de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida.*

Em cumprimento do disposto no artigo 5º do Regulamento Geral de Prevenção da Corrupção, anexo ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, a EMEL designou um responsável pelo cumprimento normativo da empresa, conforme Ordem de Serviço n.º 1/CA/2024, datada de 8 de novembro de 2024, tendo procedido também ao seu registo na plataforma do Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC).

3. *Em caso de existência de um plano estratégico e de política de risco da empresa, transcrição da definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificação das principais medidas adotadas.*

Vide informação prestada acima no ponto 1, da letra B, do presente capítulo.

4. *Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da empresa.*

As responsabilidades anteriormente mencionadas são delegadas a órgãos subordinados ao Conselho de Administração, os quais reportam diretamente a um dos seus membros, conforme organograma apresentado no ponto 8, da letra C, do Capítulo V (Órgãos Sociais e Comissões).

5. *Indicação da existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.*

O controlo de riscos é realizado pelas diversas áreas funcionais da empresa, competindo às direções e chefias operacionais a prevenção, deteção e gestão de potenciais situações de risco.

6. *Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a empresa se expõe no exercício da atividade.*

Os principais riscos a que a EMEL se expõe no exercício da sua atividade – gestão do estacionamento público e mobilidade na cidade de Lisboa –, são os seguintes:

Riscos Económicos e Financeiros

- Equilíbrio entre as receitas e as despesas operacionais;
- Investimentos estratégicos para garantir a rentabilidade e a sustentabilidade.

Riscos Operacionais

- Boa gestão dos parques de estacionamento e zonas tarifadas;
- Manutenção e funcionamento eficaz dos parquímetros;
- Transparência na comunicação das regras e tarifas;
- Facilidade de pagamento e uso de tecnologias digitais;
- Minimização de reclamações e boa pedagogia de atuação.

Riscos Jurídico-legais

- Densidade das obrigações legais e complexidade do cumprimento normativo decorrente do alargamento da atividade da empresa;
- Sujeição à aplicação de coimas e outras penalidades de elevado montante;

7. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, prevenção e mitigação de riscos.

No âmbito do estudo de avaliação realizado para efeitos de implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI), foi efetuado um levantamento exaustivo dos riscos inerentes ao funcionamento da empresa.

O processo de acompanhamento, controlo, prevenção e mitigação de riscos será estabelecido com a implementação do futuro Sistema de Controlo Interno e respetivo manual de procedimentos, cuja entrada em vigor se prevê que ocorra durante o ano de 2025.

8. Identificação dos principais elementos do SCI e de prevenção de risco implementados na empresa relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.

A informação financeira da EMEL é divulgada periodicamente às seguintes entidades:

Tribunal de Contas**:**
a) Identificação dos órgãos sociais;
b) Atas de aprovação das contas;
c) Relatório e Contas;
d) Relatório e Parecer do Órgão de Fiscalização e Certificação Legal de Contas.

Instituto Nacional de Estatística**:**
a) Inquérito trimestral à atividade das empresas não financeiras.

Município de Lisboa**:**

a) Plano de Atividades e Orçamento;

b) Relatório e Contas anual;

c) Relatório de execução trimestral do Plano de Atividades e Orçamento;

d) Relatório e Contas semestral.

Direção-Geral das Autarquias Locais**:**

a) Informação financeira trimestral;

b) Composição, incluindo alterações, do Conselho de Administração.

C. Regulamentos e Códigos

1. *Referência sumária aos regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a empresa está legalmente obrigada, com apresentação dos aspetos mais relevantes e de maior importância.*

Os principais normativos legais que norteiam a atuação da EMEL são os seguintes:

- Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, por ter como seu acionista o Município de Lisboa;
- Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, com as suas atualizações posteriores;
- Estatuto do Gestor Público, regulado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 39/2016, de 28 de julho;
- Lei 52/2019, de 31 de julho que regula o Regime do Exercício de Funções por Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 69/2020, de 9 de novembro e pela Lei n.º 58/2021, de 18 de agosto;
- Código das Sociedades Comerciais;
- Código dos Contratos Públicos;
- Código do Procedimento Administrativo;
- Código da Estrada;
- Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro (Competência de Fiscalização da EMEL);
- Estatutos da EMEL;
- Código de Conduta da EMEL;
- Regulamento Geral de Estacionamento e Paragem na Via Pública aplicável à cidade de Lisboa.

2. *Código de Ética:*

   a) *Referência à existência de um código de ética que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, indicando a data da última atualização e a forma como é efetuada a sua divulgação junto dos seus colaboradores, clientes e fornecedores;*

   b) *Menção relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor sobre medidas vigentes tendo em vista garantir um tratamento equitativo junto dos seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa, ou outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer empresa que estabeleça alguma relação jurídica com a empresa (vd. artigo 47.º do RJSPE).*

A empresa EMEL possui um Código de Conduta, aprovado em reunião do Conselho de Administração de 1 de julho de 2022 (cf. Ata n.º 10/2022), que substituiu o anterior Código de Ética, o qual estabelece um conjunto de regras de conduta aplicáveis aos órgãos sociais, trabalhadores e outras entidades que, por via do fornecimento de bens e serviços à EMEL, contribuam para o desenvolvimento das atividades que integram o objeto social da EMEL.

Como se referiu anteriormente, o Código de Conduta constitui um documento do qual decorrem os princípios que a EMEL assume enquanto organização, delimitando as balizas éticas de atuação dos seus órgãos sociais, trabalhadores/as e outras entidades, servindo também de fundamento às ações sancionatórias nas situações eventualmente aplicáveis.

3. *Regime Geral da Prevenção da Corrupção[8] (RGPC: anexo do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro[9]):*

   a) *Referência à existência do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR, vd. artigo 6.º do RGPC);*

   b) *Referência à elaboração de relatório de avaliação intercalar nas situações identificadas de risco elevado ou máximo (vd. alínea a) do n.º 4 do artigo 6.º do RGPC);*

   c) *Referência à elaboração de relatório de avaliação anual (vd. alínea b) do n.º 4 do artigo 6.º do RGPC e n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE, que remete para a alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, a que corresponde a atual alínea g) do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro) [10];*

---

8 O RGPC é aplicável "*aos serviços e às pessoas coletivas da administração direta e indireta do Estado, das regiões autónomas, das autarquias locais e do setor público empresarial que empreguem 50 ou mais trabalhadores* (...)" (n.º 2 do artigo 2.º do RGPC). "*Os serviços e as pessoas coletivas da administração direta e indireta do Estado, das regiões autónomas, das autarquias locais e do setor público empresarial que não sejam considerados empresas abrangidas adotam instrumentos de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas adequados à sua dimensão e natureza, incluindo os que promovam a transparência administrativa e a prevenção de conflitos de interesses*" (n.º 5 do artigo 2.º do RGPC).

9 O Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) e estabelece o regime geral da prevenção da corrupção (RGPC). Entrou em vigor 180 dias após a sua publicação (artigo 29.º), tendo revogado a Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro (artigo 27.º), com efeitos a 6 de junho de 2023 (n.º 3 do artigo 28.º, que remete para o artigo 3.º da Portaria n.º 155-B/2023, de 6 de junho, que declara a instalação definitiva do MENAC).

10 Atendendo ao prazo para a elaboração do relatório de avaliação anual fixado na alínea b) do n.º 4 do artigo 6.º do RGPC (até abril), a menção em causa poderá ser para o relatório de avaliação anual do ano anterior ao do exercício que o RGS contempla.

A EMEL tem em vigor um Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, que se encontra divulgado no site da empresa: www.emel.pt.

Durante o ano de 2024, a EMEL desenvolveu um trabalho departamental para análise dos riscos, visando a elaboração do novo Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, de acordo com o novo Organograma da empresa e em conformidade com o Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro (Regime Geral da Prevenção da Corrupção). O processo de elaboração deste plano encontra-se em curso, com o objetivo de substituir o atual Plano de Prevenção de Riscos de Gestão.

d) Referência à existência de um código de conduta, por parte das entidades abrangidas, nos termos e de acordo com o disposto no artigo 7.º do RGPC.

A EMEL dispõe de um Código de Conduta, conforme o explicitado no ponto 2 do presente capítulo, o qual se encontra divulgado no site: www.emel.pt.

D. Deveres Especiais de Informação

1. *Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira (vd. alíneas d) a i) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE), a saber:*
   a) *Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras empresas, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo;*
   b) *Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar;*
   c) *Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento;*
   d) *Orçamento anual e plurianual;*
   e) *Documentos anuais de prestação de contas;*
   f) *Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.*

Para cumprimento das obrigações legais de divulgação da informação económica e financeira, em complemento da informação prestada na sua página www.emel.pt, a EMEL utiliza as seguintes plataformas:

- Direção-Geral das Autarquias Locais: www.portalautarquico.dgal.gov.pt;
- Tribunal de Contas: https://econtas.tcontas.pt/.

E. Sítio na *Internet*

1. *Indicação da hiperligação para acesso direto ao sítio na internet da empresa onde se encontram divulgados os seguintes elementos (vd. artigo 53.º do RJSPE):*
   a) *Sede e, caso aplicável, demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC;*
   b) *Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões;*
   c) *Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios;*
   d) *Documentos de prestação de contas anuais e, caso aplicável, semestrais;*
   e) *Obrigações de serviço público a que a empresa está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público;*
   f) *Modelo de financiamento subjacente e apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios.*
2. *Indicação da hiperligação para acesso direto ao sítio na internet da empresa onde se encontram publicitados os seguintes documentos[11]:*
   a) *Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a empresa está legalmente obrigada;*
   b) *Código de Ética;*
   c) *Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR);*
   d) *Relatório de avaliação intercalar nas situações identificadas de risco elevado ou máximo;*
   e) *Relatório de avaliação anual no âmbito da execução do PPR[12];*
   f) *Código de Conduta;*
   g) *Relatório sobre remunerações por género, a que se refere o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março;*
   h) *Informação anual do modo como foi prosseguida a missão da empresa, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vd. artigo 45.º do RJSPE);*
3. *Quando aplicável, indicação das hiperligações para acesso direto ao sítio na internet da empresa onde se encontram publicitados os documentos objeto de remissão no RGS;*
4. *No caso de entidades abrangidas, nos termos do artigo 2.º do RGPC, indicação das hiperligações para acesso direto aos elementos listados no n.º 1 do artigo 12.º do RGPC.*

A empresa EMEL disponibiliza a informação referida no sítio próprio da empresa na internet, através do seguinte endereço: www.emel.pt.

[11] Todos os documentos devem estar devidamente assinados e datados e, nos casos aplicáveis, incluir também referência ao ato de aprovação pelo órgão de administração e respetiva data.

[12] Atendendo ao prazo para a elaboração do relatório de avaliação anual fixado na alínea b) do n.º 4 do artigo 6.º do RGPC (até abril), a hiperligação em causa poderá remeter para o relatório de avaliação anual do ano anterior ao do exercício que o RGS contempla.

F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral (caso aplicável)

1. *Referência ao contrato celebrado com a empresa pública em que lhe tenha sido confiada a prestação de um serviço público ou de interesse geral, respeitante à remuneração dessa atividade (vd. n.º 3 do artigo 48.º do RJSPE).*

O serviço público ou de interesse geral prestado pela EMEL decorre da missão, atribuições e competências definidas no seu objeto social, conforme o previsto nos estatutos da empresa.

Complementarmente, a Câmara Municipal de Lisboa e a EMEL têm vindo a celebrar contratos de mandato, para determinadas áreas de competências específicas, publicitados no sítio oficial da empresa, nomeadamente:

- Gestão e manutenção da rede de sinalização semafórica da cidade de Lisboa;
- Execução de ciclovias, no âmbito da mobilidade ciclável em Lisboa;
- Requalificação da via pública e espaços verdes na área envolvente aos parques de estacionamento geridos pela EMEL.

2. *Caso não tenha contrato celebrado ou, tendo, caso haja apresentado nova proposta, referência às propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade (vd. n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 48.º do RJSPE). A empresa deve apresentar declaração[13] do seguinte:*

a) *que elaborou uma proposta de contratualização da prestação de serviço público;*
b) *que essa proposta foi apresentada ao titular da função acionista e ao membro do Governo responsável pelo respetivo setor de atividade; e*
c) *que a proposta cumpre com todos os requisitos legais definidos no n.º 1 do artigo 48.º do RJSPE.*

[13] Esta declaração, no próprio RGS, pode apenas mencionar que foi cumprido o disposto no n.º 1 do artigo 48.º do RJSPE.

VII. Remunerações

VII. Remunerações

A. Competência para a Determinação

1. *Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador-delegado e dos dirigentes da empresa.*

O estatuto remuneratório dos membros do Conselho de Administração bem como os critérios para determinação do vencimento mensal dos gestores das empresas locais do Município de Lisboa e as remunerações a praticar em cada categoria de empresas serão aprovados pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal de Lisboa, tendo em conta o Estatuto do Gestor das Empresas Locais e, subsidiariamente, o Estatuto do Gestor Público.

Além disso, a remuneração máxima dos membros dos órgãos de gestão das empresas municipais é limitada ao valor da remuneração de vereador a tempo inteiro da Câmara Municipal de Lisboa, conforme o n.º 2, do art.º 30.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Quadro 8

Remuneração dos membros dos órgãos sociais	Assembleia Geral
Remuneração dos membros da Comissão executiva	Não aplicável
Remuneração dos dirigentes	Não aplicável

Nota: este mapa deverá ser completado e adaptado ao modelo de governo em vigor na empresa.

2. *Identificação dos mecanismos[14] adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a empresa, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas (vd. artigo 51.º do RJSPE).*

Nos termos do estabelecido no artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, com as suas posteriores alterações, os membros do Conselho de Administração declaram quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, abstendo-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.

Acresce, ainda, que os membros do Conselho de Administração no início do mandato cumpriram as suas obrigações de comunicação perante o Tribunal Constitucional.

[14] Mecanismos diversos dos inerentes à evidenciação ou menção a que se refere o ponto 3 seguinte.

3. *Dar conhecimento do cumprimento por parte dos membros do órgão de administração do que dispõe o artigo 51.º do RJSPE, isto é, de que se abstêm de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.*

Conforme referido no ponto anterior, os membros do Conselho de Administração abstiveram-se de intervir nas decisões que envolvessem os seus próprios interesses.

B. Comissão de Fixação de Remunerações

Composição da comissão de fixação de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio.

A empresa EMEL não possui uma Comissão de Fixação de Remunerações.

C. Estrutura das Remunerações

1. *Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.*

A remuneração dos órgãos de gestão das empresas municipais é limitada ao valor da remuneração de vereador a tempo inteiro da Câmara Municipal de Lisboa, conforme o n.º 2, do art.º 30.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

2. *Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos objetivos dos membros do órgão de administração com os objetivos de longo prazo da empresa.*

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da EMEL resulta da aplicação da norma legal referida no ponto anterior.

3. *Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração, critérios de atribuição e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.*

Não aplicável.

4. *Explicitação do diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.*

Não aplicável.

5. *Caracterização dos parâmetros e fundamentos definidos no contrato de gestão para efeitos de atribuição de prémio.*

Não aplicável, visto não existir contrato de gestão.

6. *Referência a regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.*

Não aplicável.

D. Divulgação das Remunerações

1. *Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da empresa, proveniente da empresa, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação. A apresentar segundo os formatos seguintes (em euros):*

emel

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO CARLOS MANUEL DOS SANTOS BATISTA DA SILVA	REMUNERAÇÃO INICIAL
VENCIMENTO BASE	3 662,68
DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO	732,54
TOTAL	4 395,22

VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ANA RITA CORREIA GONÇALVES	REMUNERAÇÃO INICIAL
VENCIMENTO BASE	3 491,28
DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO	698,26
TOTAL	4 189,54

VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SANDRA CRISTINA CORTEZ BRAZ HENRIQUES	SEM REMUNERAÇÃO

Figura 2

2. *Indicação dos montantes pagos, por outras empresas em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.*

Não foram pagos quaisquer montantes por outras entidades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

3. *Indicação da remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e explanação dos motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.*

Não foi paga qualquer remuneração sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios.

4. *Referência a indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.*

Não foi paga, nem é devida qualquer indemnização.

5. *Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da empresa, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação.*

Vide informação constante no ponto 4, da letra E, do capítulo V, do presente Relatório de Governo Societário.

6. *Indicação da remuneração no ano de referência dos membros da mesa da assembleia geral.*

Conforme estabelecido na deliberação aprovada em Assembleia Geral de 25 de maio de 2022, os membros da Mesa da Assembleia Geral não são remunerados.

Quadro 9

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2024 (€) Bruta
01.08.2022/2025	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	Carlos Manuel das Neves Reis dos Santos	–	Não remunerado
01.08.2022/2025	Secretária da Mesa da Assembleia Geral	Maria de Lurdes de Carvalho Vaz	–	Não Remunerado

VIII. Transações com Partes Relacionadas e Outras

VIII. Transações com Partes Relacionadas e Outras

1. *Apresentação de mecanismos implementados pela empresa para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas[15] e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.*

Os termos ou condições praticadas entre a empresa e as partes relacionadas, no caso apenas o Município de Lisboa, são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis (vulgo preços de mercado).

Para efeito, a EMEL encomendou anteriormente um estudo técnico-económico à consultora internacional KPMG, segundo o qual deve ser aplicada uma margem operacional calculada sobre o volume anual de gastos da empresa, de modo a equiparar a sua estrutura de gastos ao nível médio do volume de gastos das empresas do sector.

O referido estudo apresenta uma série de intervalos percentuais, aplicando a empresa EMEL a percentagem da mediana, ou percentagem aproximada, que se manteve em 2024 em 4,3%.

Complementarmente, para determinados trabalhos e serviços específicos, são celebrados contratos de mandato entre o Município de Lisboa (acionista único) e a empresa EMEL, praticando-se os preços e condições normais de mercado, nomeadamente:

- Gestão e manutenção da rede de sinalização semafórica da cidade de Lisboa;
- Execução de ciclovias, no âmbito da mobilidade ciclável em Lisboa;
- Requalificação da via pública e espaços verdes na área envolvente aos parques de estacionamento geridos pela EMEL.

Todas as transações da empresa com o Município de Lisboa são processadas através dos mesmos serviços e estão sujeitas às mesmas regras de controlo interno.

[15] Para efeitos do conceito de parte relacionada tenha-se em conta o que se encontra definido na NCRF 5 (Norma contabilística e de relato financeiro 5. Divulgações de Partes Relacionadas), e também no n.º 4 do artigo 63.º do CIRC (Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas).

2. *Informação sobre outras transações:*

   a) *Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços;*

Quadro 10

ESTADO	ANO DE ASSINATURA DE CONTRATO	TIPO DE PROCEDIMENTO	N.º DE PROCEDIMENTO	N.º DE ENTIDADES CONVIDADAS	CRITÉRIOS MATERIAIS	DESCRIÇÃO
Adjudicado	2024	Ajuste Direto	01/24	1	Sim	Aquisição de licença (Módulo Add-on - External Signals) para o software de modelação PTV Vissim e serviços de manutenção associados
Adjudicado	2024	Ajuste Direto	02/24	1	Não	Subscrição de licença corporativa para utilização da plataforma Linkedin Recruiter
Não Adjudicado		Ajuste Direto	03/24	1	Não	Fornecimento e instalação de estores, na Sede da EMEL
Não Adjudicado		Ajuste Direto	04/24	1	Não	Fornecimento e instalação de unidades de climatização, no Jardim de Inverno, sito na Sede da EMEL
Adjudicado	2024	Ajuste Direto	07/24	1	Não	Aquisição de serviços de apoio à operação do Funicular da Graça
Adjudicado	2024	Ajuste Direto	08/24	1	Não	Aquisição de serviços para deslocações e estadas em Amesterdão, no âmbito da participação no Congresso "Intertraffic 2024
Adjudicado	2024	Ajuste Direto	09/24	1	Não	Aquisição de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica ao sistema de videovigilância da EMEL
Adjudicado	2024	Ajuste Direto	10/24	1	Não	Aquisição de serviços de manutenção evolutiva e corretiva do sistema *GESPLAN*, sob a forma de "bolsa"
Adjudicado	2024	Ajuste Direto	11/24	1	Não	Aquisição de serviços para realização de upgrade da App Móvel "GIRA"
Adjudicado	2024	Ajuste Direto	12/24	1	Sim	Prestação de serviços de licenciamento para subscrição e upgrade da plataforma "*City as a Platform"* e respetivos serviços de consultoria e suporte associados
Adjudicado	2024	Ajuste Direto	13/24	1	Sim	Aquisição de serviços jurídicos para patrocínio judiciário
Adjudicado	2024	Ajuste Direto	14/24	1	Sim	Aquisição de serviços jurídicos para patrocínio judiciário
Adjudicado	2024	Ajuste Direto	15/24	1	Não	Fornecimento e instalação de sistema de bilhética para o Funicular da Graça, incluindo licenciamento de software e serviços de manutenção associados
Adjudicado	2024	Ajuste Direto	16/24	1	Não	Produção, fornecimento e instalação de peças para comunicação da obra da passagem superior ciclopedonal da Av.ª Almirante Gago Coutinho
Adjudicado	2024	Ajuste Direto	17/24	1	Não	Fornecimento e montagem de mobiliário de escritório para a Sede da EMEL
Adjudicado	2024	Ajuste Direto	18/24	1	Não	Aquisição de serviços de análise e de criação de indicadores à imagem corporativa da EMEL
Adjudicado	2025	Ajuste Direto	19/24	1	Não	Prestação de serviços com vista à renovação do licenciamento "*Secret Server*", na modalidade de *Software-as-a-Service*, e respetivos serviços de suporte e de manutenção associados
Adjudicado	2024	Ajuste Direto	20/24	1	Sim	Aquisição de serviços de animação para eventos, na cidade de Lisboa
Adjudicado	2024	Ajuste Direto	21/24	1	Não	Aquisição de serviços jurídicos especializados – elaboração de parecer jurídico
Não Adjudicado		Ajuste Direto	22/24	1	Não	Aquisição e instalação de equipamento de depósito de valores, de periféricos e de acessórios extra (com serviços de manutenção e de assistência técnica incluídos)

Adjudicado	2024	Ajuste Direto	23/24	1	Não	Prestação de serviços de desenvolvimento e fornecimento de jogos de tabuleiro para o Projeto "Pela Cidade Fora"
Adjudicado	2024	Ajuste Direto	24/24	1	Não	Fornecimento e a instalação de unidades de climatização, no Jardim de Inverno, na Sede da EMEL
Adjudicado	2024	Ajuste Direto	25/24	1	Não	Prestação de serviços para elaboração de Plano de Comunicação e Media, desenvolvimento de conteúdos e ativação da Conferência do "Brincar 2024"
Adjudicado	2024	Ajuste Direto	26/24	1	Sim	Aquisição de serviços jurídicos para patrocínio judiciário e consultoria especializada
Adjudicado	2024	Ajuste Direto	28/24	1	Não	Aquisição de serviços para elaboração de parecer técnico sobre o estado de conservação do Pavilhão de Madeira, do Passadiço e do Jardim de Inverno,
Adjudicado	2024	Ajuste Direto	29/24	1	Não	Aquisição de serviços de clipping de notícias, em regime de avença
Adjudicado	2024	Ajuste Direto	30/24	1	Sim	Aquisição de serviços de manutenção do serviço "PULSAR/MBWay" para 400 Parquímetros, modelo Strada PAL
Adjudicado	2024	Ajuste Direto	31/24	1	Sim	Aquisição de serviços de suporte técnico e manutenção (corretiva e evolutiva) do sistema de gestão de assiduidade "Expert Actuasys".
Adjudicado	2024	Ajuste Direto	32/24	1	Não	Aquisição de artigos para oferta
Adjudicado	2024	Ajuste Direto	33/24	1	Não	Serviços de transporte de passageiros no concelho de Lisboa – Projeto Pela Cidade Fora
Adjudicado	2025	Ajuste Direto	34/24	1	Sim	Aquisição de serviços de manutenção corretiva, evolutiva e de centralização de parquímetros marca "Hectronic" (Modelo "*CITEA*"), bem como fornecimento peças de substituição e trabalhos de instalação/remoção a estes associados
Adjudicado	2024	Ajuste Direto	35/24	1	Não	Aquisição de computadores portáteis e respetivos acessórios
Adjudicado	2024	Ajuste Direto	36/24	1	Não	Aquisição de conteúdos EMEL para o episódio do programa "Marcas com História" e respetiva transmissão televisiva
Adjudicado	2024	Ajuste Direto	37/24	1	Não	Prestação de serviços de fotografia e vídeo, sob a forma de "bolsa"
Adjudicado	2024	Ajuste Direto	38/24	1	Sim	Aquisição de licenciamento e alojamento digital com vista à inserção da marca EMEL, no programa "Marcas com História"
Adjudicado	2024	Ajuste Direto	39/24	1	Sim	Aquisição de serviços de assistência técnica especial no âmbito da EOP - Passagem Superior Naturalizada sobre a Av. Gago Coutinho, em Lisboa
Adjudicado	2025	Ajuste Direto	40/24	1	Não	Prestação de serviços de distribuição de informação, relativa à EMEL, no concelho de Lisboa, sob a forma de "bolsa"
Adjudicado	2025	Ajuste Direto	41/24	1	Não	Aquisição de produtos alimentares no âmbito da responsabilidade social corporativa
Adjudicado	2024	Ajuste Direto	42/24	1	Sim	Aquisição de serviços de licenciamento *(e outros associados)* para o sistema de informação geográfica empresarial da EMEL
Adjudicado	2024	Ajuste Direto	43/24	1	Não	Fornecimento de licenciamento de software de acesso remoto e suporte
Adjudicado	2025	Ajuste Direto	44/24	1	Não	Fornecimento e instalação de quadro elétrico para Postos de Carregamento de Veículos Elétricos de carregamento lento, no Parque Teixeira de Pascoais
Adjudicado	2024	Ajuste Direto	45/24	1	Sim	Prestação de serviços de criação artística, para a realização de um espetáculo de entretenimento e animação protagonizado pelo artista/comediante Eduardo Madeira, no âmbito da comemoração do 30.º aniversário da EMEL

Adjudicado	2024	Ajuste Direto	46/24	1	Sim	Aquisição de serviços de catering no âmbito do 30º aniversário da EMEL
Adjudicado	2024	Ajuste Direto	47/24	1	Sim	Aquisição de serviços audiovisuais, para evento, no âmbito do 30.º aniversário da EMEL
Adjudicado	2025	Ajuste Direto	48/24	1	Não	Aquisição de equipamentos de proteção para motociclista
Adjudicado	2025	Ajuste Direto - AQ 258º	49/24	1	Sim	Aquisição de Energia Elétrica | Acordo Quadro da CNCM – AQ/35/2020 - **Lote B**
Adjudicado	2025	Ajuste Direto - AQ 258º	49/24	1	Sim	Aquisição de Energia Elétrica | Acordo Quadro da CNCM – AQ/35/2020 - **Lote C**
Adjudicado	2025	Ajuste Direto - AQ 258º	49/24	1	Sim	Aquisição de Energia Elétrica | Acordo Quadro da CNCM – AQ/35/2020 - **Lote D**
Adjudicado	2025	Ajuste Direto - AQ 258º	49/24	1	Sim	Aquisição de Energia Elétrica | Acordo Quadro da CNCM – AQ/35/2020 - **Lote F**

ESTADO	ANO DE ASSINATURA DE CONTRATO	TIPO DE PROCEDIMENTO	N.º DE PROCEDIMENTO	N.º DE ENTIDADES CONVIDADAS	CRITÉRIOS MATERIAIS	DESCRIÇÃO
Adjudicado	2024	C. Prev.	01/24	3	Não	Prestação de serviços de auditoria da receita do estacionamento da via pública (parquímetros e recebimentos digitais, via *APP*)
Adjudicado	2024	C. Prev.	02/24	4	Não	Aquisição de computadores portáteis, respetivos acessórios e mesa digitalizadora
Adjudicado	2024	C. Prev. - AQ 259º	03/24	7	Não	Prestação de serviços de vigilância e segurança | AQ-VS-2022
Adjudicado	2024	C. Prev.	05/24	3	Não	Prestação de serviços de consultoria técnica, com vista à elaboração de estudo sobre a estratégia de atribuição de dísticos
Adjudicado	2024	C. Prev.	06/24	3	Não	Aquisição de serviços de carregamento de eletricidade de veículos elétricos na rede MOBI.E
Adjudicado	2024	C. Prev. - AQ 259º	07/24	3	Não	Aquisição de papel para fotocópia e impressão ao abrigo do Acordo Quadro |AQ-Papel-2022
Adjudicado	2024	C. Prev. - AQ 259º	08/24	6	Não	Fornecimento de mobiliário | Acordo Quadro da ESPAP - AQ-MOB-2021 - **Lote 1**
Adjudicado	2024	C. Prev. - AQ 259º	08/24	6	Não	Fornecimento de mobiliário | Acordo Quadro da ESPAP - AQ-MOB-2021 - **Lote 2**
Não Adjudicado		C. Prev. - AQ 259º	08/24	9	Não	Fornecimento de mobiliário | Acordo Quadro da ESPAP - AQ-MOB-2021 - **Lote 3**
Não Adjudicado		C. Prev. - AQ 259º	08/24	6	Não	Fornecimento de mobiliário | Acordo Quadro da ESPAP - AQ-MOB-2021 - **Lote 10**
Adjudicado	2024	C. Prev.	09/24	4	Não	Aquisição de serviços de manutenção dos sistemas NSIC (coleta), NSIC-Man (parquímetros), NSIC-BH (bairros históricos) e CRM EMEL.
Não Adjudicado		C. Prev.	10/24	3	Não	Aquisição de serviços de lavagem de viaturas (automóveis e motociclos) da frota EMEL
Adjudicado	2024	C. Prev. - AQ 259º	11/24	7	Não	Prestação de serviços de vigilância e segurança | AQ-VS-2022
Adjudicado	2024	C. Prev.	13A/24	3	Não	Aquisição de serviços de assessoria de imprensa, gestão de crise e comunicação estratégica
Adjudicado	2024	C. Prev.	14/24	4	Não	Aquisição de serviços de consultoria para apoio técnico à Academia EMEL e à Direção de Recursos Humanos (DRH)
Adjudicado	2024	C. Prev.	15/24	3	Não	Aquisição de licenciamento da subscrição de software Adobe *(e de licenças adicionais),* na modalidade de Software-as-a-Service *(SaaS)*
Adjudicado	2024	C. Prev.	16/24	4	Não	Aquisição de serviços de consultoria para planear e

						acompanhar a implementação de um projeto de mobilidade sustentável, na cidade de Lisboa.
Adjudicado	2024	C. Prev.	17/24	4	Não	Prestação de serviços de renovação da subscrição de licenças de *software* Autodesk e aquisição de novas licenças, na modalidade de *Software-as-a-Service (Saas)*
Adjudicado	2024	C. Prev.	18/24	3	Não	Aquisição de serviços com vista à elaboração de projetos para a promoção da mobilidade e ordenamento do estacionamento, na cidade de Lisboa
Adjudicado	2024	C. Prev.	20/24	3	Não	Prestação de serviços de consultoria para a identificação e caracterização de barreiras e obstáculos relacionadas com serviços EMEL e que condicionam a mobilidade pedonal
Adjudicado	2024	C. Prev.	21/24	3	Não	Aquisição de serviços para desenvolvimento de conteúdos no âmbito de um livro alusivo aos 30 anos da EMEL, edição, impressão e fornecimento de exemplares
Adjudicado	2025	C. Prev.	22/24	25	Não	Prestação de serviços de formação diversos - **Lote 1**
Adjudicado	2025	C. Prev.	22/24	25	Não	Prestação de serviços de formação diversos - **Lote 2**
Adjudicado	2025	C. Prev.	22/24	25	Não	Prestação de serviços de formação diversos - **Lote 3**
Adjudicado	2025	C. Prev.	22/24	25	Não	Prestação de serviços de formação diversos - **Lote 4**
Não Adjudicado		C. Prev.	22/24	25	Não	Prestação de serviços de formação diversos - **Lote 5**
Adjudicado	2025	C. Prev.	22/24	25	Não	Prestação de serviços de formação diversos - **Lote 6**
Adjudicado	2025	C. Prev.	23/24	3	Não	Prestação de serviços para a produção, captação e edição de vídeos institucionais e tutoriais
Adjudicado	2024	C. Prev.	24/24	3	Não	Aquisição de serviços de consultoria técnica para apoio à contratação da solução informática para gestão,operação técnica e comercial do Sistema de Bicicletas Públicas Partilhadas (SBPP)
Adjudicado	2024	C. Prev.	25/24	6	Não	Aquisição de serviços com vista à realização de um estudo de tráfego
Adjudicado	2024	C. Prev.	26/24	5	Não	Aquisição de diversos produtos alimentares, no âmbito da responsabilidade social corporativa
Adjudicado	2024	C. Prev.	28/24	3	Não	Aquisição de serviços de suporte e manutenção ao hardware da CISCO instalado no *Datacenter* do Lumiar e renovação da subscrição do software "*Veeam*"
Adjudicado	2025	C. Prev.	29/24	3	Não	Aquisição de serviços de consultoria técnica na área de Tecnologias de Informação (TI), sob a forma de "bolsa" - **Lote 1**
Adjudicado	2025	C. Prev.	29/24	3	Não	Aquisição de serviços de consultoria técnica na área de Tecnologias de Informação (TI), sob a forma de "bolsa" - **Lote 2**
Adjudicado	2024	C. Prev. - AQ 259º	30/24	10	Não	Prestação de serviços de Consultadoria em Tecnologias de Informação e Comunicação | AQ-Consult TIC-2022
Adjudicado	2025	C. Prev. - AQ 259º	31/24	6	Não	Fornecimento de mobiliário | Acordo Quadro da ESPAP - AQ-MOB-2021 - **Lote 1**
Adjudicado	2025	C. Prev. - AQ 259º	31/24	9	Não	Fornecimento de mobiliário | Acordo Quadro da ESPAP - AQ-MOB-2021 - **Lote 2**
Adjudicado	2025	C. Prev. - AQ 259º	31/24	6	Não	Fornecimento de mobiliário | Acordo Quadro da ESPAP - AQ-MOB-2021 - **Lote 3**
Adjudicado	2025	C. Prev.	32/24	3	Não	Empreitada de obra pública para reabilitação das cabines de operador e pórticos nos Parques da Av.ª Lusíada, Colégio Militar, Universidade e Campo Grande
Adjudicado	2025	C. Prev.	33/24	3	Não	Fornecimento, de forma faseada, de produtos químicos para manutenção de bicicletas e

						docas que integram o sistema de bicicletas públicas partilhadas (SBPP)
Adjudicado	2025	C. Prev.	34/24	3	Não	Empreitada de obra pública para reabilitação das instalações da Sede da EMEL
Adjudicado	2025	C. Prev.	35/24	3	Não	Aquisição de serviços de consultoria para a elaboração de um diagnóstico dos Sistemas de Informação (SI) e definição estratégica de Arquitetura de Dados
Adjudicado	2025	C. Prev.	36/24	3	Não	Locação de um veículo automóvel ligeiro de passageiros em regime de aluguer operacional de veículos (AOV)

ESTADO	ANO DE ASSINATURA DE CONTRATO	TIPO DE PROCEDIMENTO	N.º DE PROCEDIMENTO	DESCRIÇÃO
Adjudicado	2024	Concurso Público	01/24	Empreitada de obra pública para a construção do Parque de Estacionamento na Azinhaga das Carmelitas e manutenção dos espaços verdes plantados
Adjudicado	2024	Concurso Público	02/24	Fornecimento e instalação de elevadores mecânicos na oficina GIRA, em Lisboa, de forma faseada
Adjudicado	2024	Concurso Público	03/24	Empreitada de obra pública para a realização de trabalhos de reabilitação do pavimento na Rua Formosinho Sanches no Lumiar
Adjudicado	2024	Concurso Público	04/24	Fornecimento em regime de aluguer de módulos pré-fabricados para instalação em diversos locais da EMEL, incluindo o eventual fornecimento de peças de substituição
Adjudicado	2024	Concurso Público	05/24	Empreitada de obra pública para a construção do Parque de Estacionamento e requalificação de espaço público na Azinhaga da Cidade e manutenção dos espaços verdes plantados
Adjudicado	2024	Concurso Público	06/24	Aquisição de serviços para atualização dos terminais de Multibanco instalados nas Máquinas de Pagamento Automático e software do sistema de gestão dos Parques de Estacionamento da EMEL, bem como aquisição e instalação de impressoras
Adjudicado	2024	Concurso Público	07/24	Empreitada de obra pública para a construção do Parque de Rebocados - Ameixoeira
Adjudicado	2024	Concurso Público	08/24	Produção, fornecimento e instalação de placas, estruturas, vinis e outros materiais, sob a forma de "bolsa"
Adjudicado	2024	Concurso Público	09/24	Aquisição de brindes diversos para presença em eventos, sob a forma de "bolsa"
Adjudicado	2024	Concurso Público	10/24	Fornecimento de equipamentos, incluindo a prestação de serviços de instalação e migração para realização de "Upgrade/Tradeup" da firewall da rede EMEL
Adjudicado	2024	Concurso Público	11/24	Fornecimento de equipamentos e prestação de serviços com vista à manutenção e expansão da rede de sensorização de ciclovias
Adjudicado	2024	Concurso Público Internacional	12/24	Aquisição de serviços de *Helpdesk* para a EMEL
Adjudicado	2024	Concurso Público	13/24	Fornecimento de forma faseada, de autocolantes, vinis e acrílicos, para as bicicletas e totens que integram o sistema de bicicletas públicas partilhadas (SBPP), da cidade de Lisboa
Adjudicado	2024	Concurso Público	14 A/24	Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos do sistema de controlo de acessos da Zona de Acesso Automóvel Condicionado (ZAAC) dos Oceanos (Parque das Nações) e do sistema de CCTV, na cidade de Lisboa
Adjudicado	2024	Concurso Público Internacional	15/24	Aquisição de serviços para elaboração dos projetos para o Parque de Estacionamento a implantar numa parcela no Hub Criativo do Beato (Lote 1) e outro a implantar na Rua Maria da Fonte (Lote 2), em Lisboa - **Lote 1**
Adjudicado	2024	Concurso Público Internacional	15/24	Aquisição de serviços para elaboração dos projetos para o Parque de Estacionamento a implantar numa parcela no Hub Criativo do Beato (Lote 1) e outro a implantar na Rua Maria da Fonte (Lote 2), em Lisboa - **Lote 2**
Adjudicado	2024	Concurso Público Internacional	16/24	Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva no âmbito de equipamentos elétricos e eletromecânicos às instalações da EMEL, bem como fornecimento de equipamentos, peças de substituição e consumíveis a estes associados, em Lisboa
Adjudicado	2024	Concurso Público	17/24	Aquisição de serviços diversos, sob a forma de "bolsa", para remoção, instalação, transporte de parquímetros e seus acessórios, na cidade de Lisboa e fornecimento de maciços
Adjudicado	2024	Concurso Público Internacional	18/24	Aquisição de serviços de utilização de trabalho temporário para Contact Center
Adjudicado	2024	Concurso Público	19/24	Aquisição de serviços com vista à constituição de "bolsa" para realização de contagens de tráfego e inquéritos origem/destino para a otimização de instalações semafóricas, na cidade de Lisboa

Adjudicado	2025	Concurso Público Internacional	20/24	Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva aos sistemas de Segurança Contra Incêndios em Edifícios (SCIE) da EMEL, bem como fornecimento de equipamentos, peças de substituição e consumíveis a estes associados - **Lote 1**
Adjudicado	2025	Concurso Público Internacional	20/24	Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva aos sistemas de Segurança Contra Incêndios em Edifícios (SCIE) da EMEL, bem como fornecimento de equipamentos, peças de substituição e consumíveis a estes associados - **Lote 2**
Adjudicado	2024	Concurso Público Internacional	21/24	Aquisição e implementação de operações de pagamento eletrónico digital e serviços associados
Adjudicado	2025	Concurso Público Internacional	22/24	Aquisição de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica aos equipamentos de vídeo vigilância da EMEL, bem como a aquisição de equipamentos novos, incluindo a eventual aquisição de peças e consumíveis, na modalidade de "bolsa"
		Concurso Público Internacional	23/24	Aquisição de serviços de corretagem de seguros
Adjudicado	2024	Concurso Público Urgente	24/24	Aquisição de serviços de apoio à operação do Funicular da Graça
Adjudicado	2024	Concurso Público	25/24	Aquisição de serviços para elaboração de projetos para o ordenamento e mobilidade na cidade de Lisboa - Ciclovia das Portas de Benfica.
		CLPQ	26/24	Aquisição de uma solução informática para gestão, operação técnica e comercial do Sistema de Bicicletas Públicas Partilhadas (SBPP), em modelo de Software as a Service (SaaS
Adjudicado	2024	Concurso Público Internacional	27/24	Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos do sistema de controlo de acessos das Zonas de Acesso Automóvel Condicionado (ZAAC) e do sistema de CCTV, na cidade de Lisboa
Adjudicado	2024	Concurso Público Internacional	28/24	Aquisição de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica aos equipamentos de controlo de acessos das instalações da EMEL, bem como a disponibilização do licenciamento necessário, a aquisição de equipamentos novos, incluindo a eventual aquisição de peças e consumíveis, na modalidade de "bolsa"
Adjudicado	2025	Concurso Público	29/24	Execução de empreitada de obra pública para a realização de trabalhos de construção civil e conservação de pavimentos
Adjudicado	2024	Concurso Público Internacional	30/24	Fornecimento, de forma faseada, de peças/componentes para as bicicletas que integram o sistema de bicicletas públicas partilhadas (SBPP)
Adjudicado	2024	Concurso Público Internacional	31/24	Fornecimento, de forma faseada, de baterias e respetivos acessórios para as bicicletas que integram o sistema de bicicletas públicas partilhadas (SBPP)
Adjudicado	2024	Concurso Público	32/24	Empreitadas de obra pública para a realização de trabalhos de construção civil, conservação e reparação de pavimentos, assim como, a sinalização e balizamento em projetos de mobilidade - **Lote 1**
Adjudicado	2024	Concurso Público	32/24	Empreitadas de obra pública para a realização de trabalhos de construção civil, conservação e reparação de pavimentos, assim como, a sinalização e balizamento em projetos de mobilidade - **Lote 2**
Adjudicado	2004	Concurso Público	32/24	Empreitadas de obra pública para a realização de trabalhos de construção civil, conservação e reparação de pavimentos, assim como, a sinalização e balizamento em projetos de mobilidade - **Lote 3**
Adjudicado	2004	Concurso Público	32/24	Empreitadas de obra pública para a realização de trabalhos de construção civil, conservação e reparação de pavimentos, assim como, a sinalização e balizamento em projetos de mobilidade - **Lote 4**
Não Adjudicado		Concurso Público	32/24	Empreitadas de obra pública para a realização de trabalhos de construção civil, conservação e reparação de pavimentos, assim como, a sinalização e balizamento em projetos de mobilidade - **Lote 5**
Adjudicado	2024	Concurso Público	33/24	Aquisição de serviços de lavagem de viaturas (automóveis e motociclos) da frota EMEL
Adjudicado	2024	Concurso Público	34/24	Aquisição de serviços com vista à reparação das estruturas de "gruas" dos reboques, reparação dos atrelados e plataforma hidráulica da EMEL, incluindo eventual fornecimento de peças de substituição.
Adjudicado	2024	Concurso Público Internacional	35/24	Aquisição de serviços de licenciamento e suporte à plataforma Google Cloud e Maps, na modalidade de Software-as-a-Service (SaaS).
Adjudicado	2025	Concurso Público	36/24	Aquisição de serviços de suporte *Unified* da Microsoft
		Concurso Público	37/24	Aquisição e implementação de dois sistemas para leitura ótica de matrículas, incluindo a prestação de serviços de manutenção (preventiva, corretiva e evolutiva) associados e respetivo licenciamento.
Não Adjudicado		Concurso Público	38/24	Empreitada de obra pública para adaptação de edifício para instalações da EMEL e parque de estacionamento à rotação na Rua de Santo António à Estrela, 31
		Concurso Público Internacional	40/24	Fornecimento, instalação e operacionalização de uma solução tecnológica para a captação, armazenamento e tratamento de dados de tráfego
		Concurso Público	41/24	Aquisição de licenças para utilização de plataforma Go Contact para *Contact Center* e serviços associados
		Concurso Público	42/24	Empreitada de obra pública para implementação de novas passadeiras semaforizadas na Avenida Eng.º Duarte Pacheco

Adjudicado	2025	Concurso Público	43/24	Aquisição de serviços com vista à elaboração de projetos para construção de diversos parques e zonas de estacionamento, sob a forma de "bolsa"
		Concurso Público Internacional	45/24	Aquisição de serviços de manutenção completa de instalações de elevação a cargo da EMEL - **Lote 1**
		Concurso Público Internacional	45/24	Aquisição de serviços de manutenção completa de instalações de elevação a cargo da EMEL - **Lote 2**
		Concurso Público Internacional	45/24	Aquisição de serviços de manutenção completa de instalações de elevação a cargo da EMEL - **Lote 3**
		Concurso Público Internacional	45/24	Aquisição de serviços de manutenção completa de instalações de elevação a cargo da EMEL - **Lote 4**
		Concurso Público Internacional	46/24	Fornecimento de bens e a prestação de serviços, com vista à modernização de instalações da rede de Sinalização Luminosa Automática de Trânsito (SLAT)
		Concurso Público Internacional	47/24	Aquisição de serviços de recolha e transporte de valores, tratamento, reporting, depósito de valores e serviço de trocos
		Concurso Público	48/24	Aquisição de serviços de Printing & Finishing
		Concurso Público Internacional	49/24	Aquisição de uma solução tecnológica integrada para a Fiscalização da EMEL

b) Identificação das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado;

Em 2024 não se verificaram transações que não tenham ocorrido em condições normais de mercado.

c) Lista de fornecedores com transações com a empresa que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de ultrapassar 1 milhão de euros).

Quadro 11

Fornecedor	NIPC	Valor
CTT - Correios de Portugal, S.A.	PT 500077568	€ 1.013.829,47
Resopre, S.A.	PT 500231206	€ 1.113.999,89
Generali Seguros, S.A.	PT 500940231	€ 1.553.917,97
Edenred Portugal, S.A.	PT 501465804	€ 1.059.332,69
Accenture, Consultores de Gestão S.A.	PT 502309440	€ 1.185.718,80
NOS - Comunicações, S.A.	PT 502604751	€ 967.442,41 (superior a 5%, mas inferior a 1 milhão de euros)
Claranet Portugal, S.A.	PT 503412031	€ 1.138.897,44
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	PT 504615947	€ 1.391.399,80
Soltráfego, S.A.	PT 506370836	€ 1.486.960,17
Claranet II Solutions, S.A.	PT 510728189	€ 1.068.348,28
Yu Traffic, Unipessoal Lda.	PT 516343408	€ 1.138.129,18

IX. Análise de Sustentabilidade da Empresa nos Domínios Económico, Social e Ambiental

IX. Análise de Sustentabilidade da Empresa nos Domínios Económico, Social e Ambiental

Caracterização dos elementos seguidamente explicitados, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação[16]*:*

1. *Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.*

Durante o ano de 2024, a EMEL prosseguiu a sua estratégia de criação de condições para uma mobilidade cada vez mais sustentável, na cidade de Lisboa.

A EMEL tem como missão gerir a mobilidade e o estacionamento na cidade de Lisboa, visando a melhoria da mobilidade urbana e garantindo maior bem-estar e segurança à população.

Este ponto encontra-se desenvolvido no ponto 2 do capítulo II – Missão, Objetivos e Políticas.

2. *Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade.*

As políticas desenvolvidas pela EMEL e os respetivos resultados, em termos de sustentabilidade, estão espelhados nos Relatórios e Contas anuais.

Destacam-se, por exemplo a integração do sistema de bicicletas partilhadas GIRA no passe navegante, reforçando o seu papel como agente da mobilidade sustentável.

A EMEL tem implementado diversas iniciativas inovadoras para transformar Lisboa numa cidade mais sustentável, acessível e inclusiva.

Entre estas iniciativas destaca-se o sistema de bicicletas partilhadas GIRA, grande parte das quais assistidas eletricamente, para facilitar a utilização numa cidade com declives acentuados.

3. *Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:*
   a) *Definição de uma política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores (vd. artigo 49.º do RJSPE);*

A empresa EMEL também tem promovido a requalificação de espaços urbanos, muitos deles dedicados ao transporte público e à mobilidade pedonal e ciclável.

As referidas ações visam devolver o espaço urbano às pessoas, facilitando o acesso e a circulação de peões, ciclistas e utilizadores de transportes públicos.

[16] Querendo, a empresa poderá incluir síntese ou extrato(s) do seu Relatório de Sustentabilidade que satisfaça(m) o requerido. Tal formato de prestação da informação, implica que o texto seja acompanhado das adequadas referências que permitam identificar as partes da síntese ou extrato(s) que satisfazem cada uma das alíneas.

b) *Definição de políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, assim como as regras implementadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável (vd. artigo 49.º do RJSPE);*

As políticas prosseguidas refletem o compromisso da EMEL em promover uma mobilidade urbana mais sustentável, contribuindo para a redução de emissões de CO2, melhoria da qualidade do espaço público e promoção de alternativas de transporte não poluentes, em consonância com os objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas.

A EMEL está empenhada na melhoria da mobilidade na cidade de Lisboa através da promoção de meios de transporte que permitam reduzir a dependência do uso automóvel, incentivado soluções de mobilidade partilhada e mobilidade suave, amigas do ambiente.

Para dar resposta às suas necessidades, a EMEL tem desenvolvido uma política de renovação da sua frota operacional, privilegiando soluções mais económicas e ambientalmente mais responsáveis, e optando pela aquisição de veículos comerciais ligeiros zero emissões, utilizados diariamente na manutenção de espaços e equipamentos da empresa.

No âmbito da execução do Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética, criou-se em Portugal, o Programa para a Mobilidade Elétrica, visando a introdução e massificação da utilização do veículo elétrico. Também aqui, a EMEL desempenhou um papel preponderante no que toca à constituição e desenvolvimento da rede nacional de mobilidade elétrica (www.mobie.pt), na cidade de Lisboa.

c) *Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional (vd. n.º 2 do artigo 50.º do RJSPE);*

As questões relacionadas com a igualdade de género e o bem-estar dos colaboradores são uma prioridade constante para a empresa.

Desde 2016 que a EMEL é membro e participante ativo do fórum iGen, fórum para a igualdade de género, procurando conhecer as melhores práticas e, sempre que possível, transpô-las para a Empresa.

No âmbito dessa participação, a EMEL divulgou a revista e a newsletter produzidas pelo fórum iGen na rede intranet da empresa.

Esta medida está diretamente relacionada com a promoção da igualdade de género, integrando práticas e políticas alinhadas com os melhores exemplos de igualdade no mercado.

Em fevereiro de 2019, a EMEL assinou o Pacto para a Conciliação, um projeto integrado no Programa do Governo "3 em Linha". O Pacto para a Conciliação integra-se na política de Responsabilidade Social Corporativa da EMEL e promove a conciliação entre vida profissional, pessoal e familiar.

Também as práticas internas da empresa em relação à igualdade de género e outros aspetos ajudam na construção de um ambiente de trabalho mais igualitário.

A disseminação de informações e boas práticas sobre igualdade de género fortalece a cultura organizacional inclusiva.

No mesmo sentido, o Código de Conduta da EMEL contém os principais direitos e deveres dos trabalhadores e chefias, promovendo a igualdade e um ambiente de respeito mútuo.

A empresa EMEL dispõe de uma tabela salarial para trabalhadores em geral e em funções de chefia, garantindo a transparência na retribuição, independentemente do género.

A transparência salarial é uma prática fundamental para garantir que a empresa não discrimine os trabalhadores com base no género.

d) Referência a medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro;

A empresa EMEL tem vindo a adotar medidas que promovem a igualdade do género, limitam a discriminação e facilitam a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional dos seus colaboradores, designadamente:

- Prioridade ao género sub-representado na área para a qual se estiver a recrutar, sem prejuízo de candidatos ou candidatas mais bem preparados para a função ao nível de competências e experiência profissional;
- Casais/pais na mesma direção/área - A EMEL permite que os casais escolham se preferem ficar no mesmo "turno" ou em turnos diferentes, exemplo, manhã/tarde, considerando que alguns dos seus trabalhadores preferem turnos opostos para que um dos membros possa acompanhar os seus filhos, e outros preferem usufruir do tempo em conjunto;

- Na organização dos horários de trabalho, procura-se assegurar, sempre que possível e independentemente da modalidade de horário de trabalho praticada, a coincidência do gozo dos dias de descanso semanal com o sábado e o domingo, bem como, que os cônjuges ou trabalhadores em união de facto possam gozar os dias de descanso nos mesmos dias, garantindo um tratamento equitativo entre todos os trabalhadores;
- Medidas de conciliação acima do exigido por lei nas áreas mais operacionais, nomeadamente, previsibilidade de escalas de trabalho para 6 meses, publicadas com 30 dias de antecedência;
- Programa de Colónia de Férias EMEL destinado aos filhos dos nossos trabalhadores, promovendo consideravelmente a conciliação da vida familiar e profissional.

e) Identificação das políticas de recursos humanos definidas pela empresa, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional (vd. n.º 1 do artigo 50.º do RJSPE);

Os recursos humanos da empresa EMEL representam o seu principal ativo e constituem um corpo essencial para cumprir a missão atribuída pelo Município de Lisboa. Nesse sentido, a empresa implementou políticas e medidas orientadas para a valorização pessoal e profissional dos seus trabalhadores, nomeadamente:

- Atribuição de horários flexíveis, independentemente de os trabalhadores terem filhos, e destes serem menores de 12 anos, em todas as funções em que a gestão do serviço o permita;
- Implementação do Procedimento de Mobilidade Interna (no interesse dos trabalhadores);
- Avaliação de Desempenho e Progressão na Carreira prevista no Acordo de Empresa e em Regulamento próprio, que garante igualdade de oportunidades e proteção na parentalidade e em casos de acidentes de trabalho;
- Dispensa a todos os trabalhadores no dia do seu aniversário;
- O período normal de trabalho não poderá exceder as 35 horas semanais, nem as sete horas diárias;
- Opção entre dois sistemas de saúde secundários (Serviços Socias da CML ou Seguro de Saúde "Advance Care");
- Oferta de Seguro de Vida a todos os trabalhadores;
- Acesso a consultas de Psicologia Ocupacional de forma livre e sem encargos.
- Desenvolvimento de programas de formação profissional e de valorização contínua dos trabalhadores.

Estas e outras medidas implementadas pela empresa na área de recursos humanos são direcionadas à valorização individual e à realização profissional. Simultaneamente, promovem o equilíbrio entre a vida pessoal, familiar e profissional dos colaboradores, resultando em ganhos de produtividade.

f) Informação sobre a política de responsabilidade económica, com referência aos moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vd. n.º 1 do artigo 45.º do RJSPE). Referência ao plano de ação para o futuro e a medidas de criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.).

A EMEL tem vindo a implementar diversas políticas de inovação tecnológica e ambiental, com o objetivo de melhorar a mobilidade urbana e promover a sustentabilidade do ambiente na cidade de Lisboa, destacando-se a adoção de soluções tecnológicas avançadas para a gestão eficiente do estacionamento, a promoção de meios de transporte sustentáveis, como bicicletas e veículos elétricos, e a implementação de projetos que visam a redução da pegada ecológica.

Assim, em 2024 a empresa expandiu a rede de ciclovias, ampliou a cobertura das estações e bicicletas GIRA e impulsionou serviços relacionados com os carregamentos e soluções elétricas (LEVE).

Do ponto de vista da melhoria do serviço prestado ao utilizador, merece destaque a integração do passe navegante no sistema de bicicletas partilhadas GIRA, além do forte investimento nos pagamentos digitais dos serviços disponibilizados.

No âmbito das competências que lhe foram delegadas pelo Município de Lisboa, a EMEL tem participado ativamente em vários projetos multidisciplinares de investigação, desenvolvimento e inovação, em parceria com instituições nacionais e estrangeiras. Este é um elemento essencial para o desenvolvimento e competitividade da empresa no mercado, capacitando-a para futuros desafios, divulgando as suas competências e potenciando todo o seu know how.

Todas estas iniciativas visam criar valor para o acionista único, enquanto reduzem os riscos associados aos impactos ambientais, económicos e sociais, refletindo o compromisso da EMEL em contribuir para um ambiente urbano mais limpo e eficiente, alinhando-se com as metas de desenvolvimento sustentável do Município de Lisboa.

X. Avaliação do Governo Societário

X. Avaliação do Governo Societário

1. *Menção à disponibilização em SISEE ou SiRIEF da ata da reunião da Assembleia Geral, Deliberação Unânime por Escrito ou Despacho que contemple a aprovação dos documentos de prestação de contas (aí se incluindo o Relatório e Contas e o RGS) relativos ao exercício de 2023 por parte dos titulares da função acionista ou, caso não se tenha ainda verificado a sua aprovação, menção específica desse facto.*

A empresa EMEL não está obrigada a disponibilizar esta informação no SIRIEF, dado pertencer ao setor empresarial local, pelo facto de ter como acionista único o Município de Lisboa.

2. *Verificação do cumprimento das recomendações recebidas[17] relativamente à estrutura e prática de governo societário (vd. artigo 54.º do RJSPE), através da identificação das medidas tomadas no âmbito dessas orientações. Para cada recomendação[18] deverá ser incluída:*

   a) *Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvida (capítulo, subcapítulo, secção e página);*

A empresa EMEL apresenta pela primeira vez o seu Relatório de Governo Societário, referente ao ano de 2024, pelo que não se aplica a verificação do cumprimento de recomendações recebidas, nem a identificação das correspondentes medidas a tomar, relativamente à estrutura e prática de governo societário da empresa.

   b) *Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, justificação para essa ocorrência e identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela empresa para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação.*

Considera-se que o presente Relatório de Governo Societário cumpre o dever de informação previsto no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que regula os princípios de bom governo das empresas do Setor Público Empresarial, designadamente para efeitos do disposto no n.º 8, do artigo 66-B do Código das Sociedades Comerciais.

[17] Reporta-se também às recomendações que possam ter sido veiculadas a coberto de relatórios de análise da UTAM incidindo sobre Relatório de Governo Societário do exercício anterior.

[18] A informação poderá ser apresentada sob a forma de tabela com um mínimo de quatro colunas: "Referência"; "Recomendação"; "Aferição do Cumprimento"; e "Justificação e mecanismos alternativos".

c) *Outras informações: a empresa deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.*

No sítio oficial da empresa www.emel.pt consta informação complementar mais detalhada sobre as boas práticas de governo societário.

Lisboa, 14 de março de 2025

O Conselho de Administração

Carlos Silva
Assinado de forma digital por Carlos Silva
Dados: 2025.03.26 15:51:54 Z

Carlos Manuel dos Santos Batista da Silva

Presidente

ANA RITA CORREIA GONÇALVES
Assinado de forma digital por ANA RITA CORREIA GONÇALVES
Dados: 2025.03.26 16:15:47 Z

Ana Rita Correia Gonçalves

Vogal Executiva

Sandra Cortez
Assinado de forma digital por Sandra Cortez
Dados: 2025.03.26 16:23:09 Z

Sandra Cristina Cortez Brás Henriques

Vogal Não Executiva

XI. Anexos do RGS

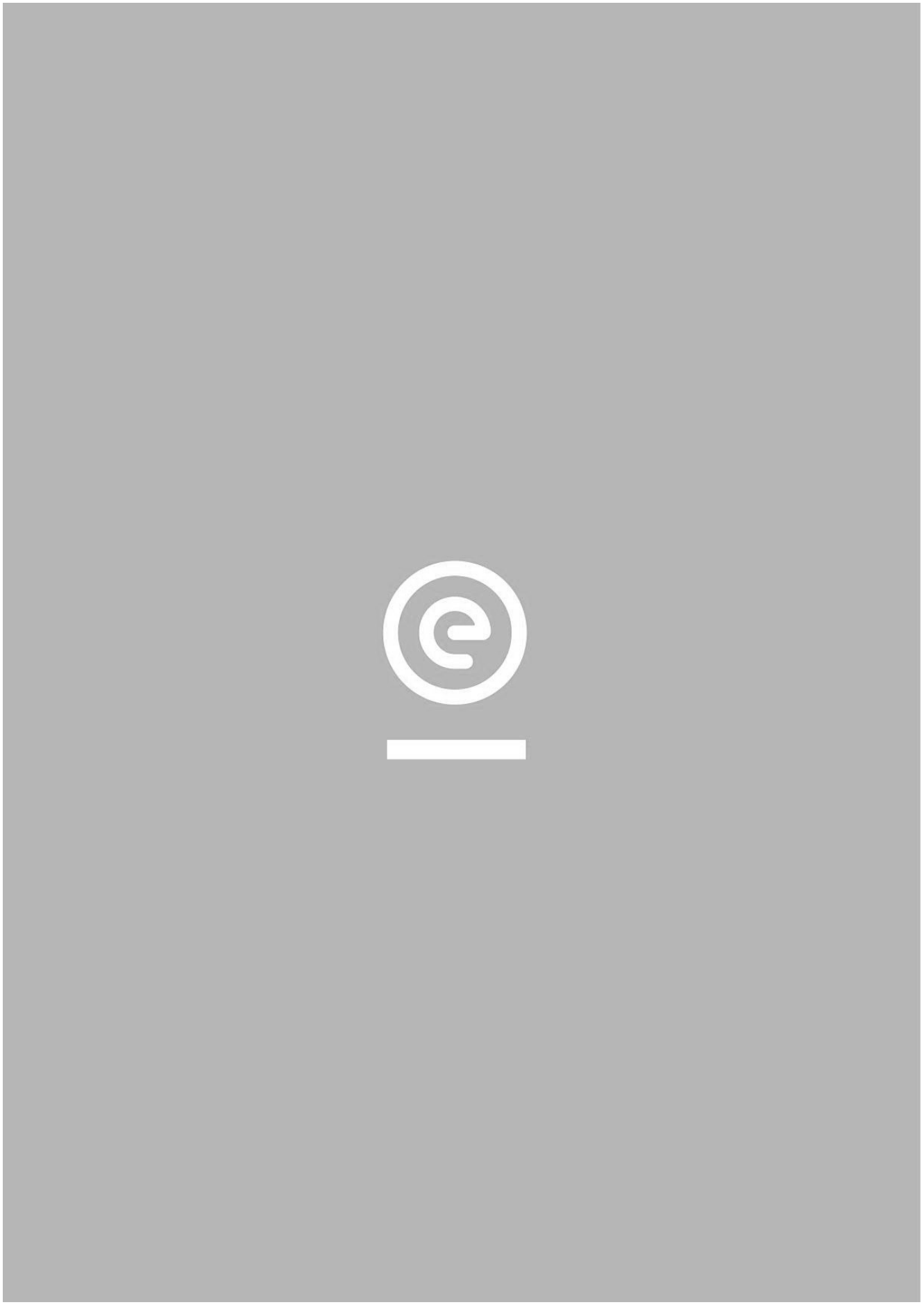
XI. Anexos do RGS

Como anexos ao relatório da empresa deverão ser incluídos pelo menos os seguintes documentos:

1. *Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE ou, caso a empresa esteja a aguardar a nomeação do órgão de fiscalização pela tutela, declaração dando conta desta situação.*
2. *Demonstração não financeira relativa ao exercício de 2024: aplicável às empresas de interesse público que à data do encerramento do seu balanço excedam um número médio de 500 trabalhadores durante o exercício anual – cf. n.º 1 do artigo 66.º-B do CSC [19].*

   Deverá conter informação referente ao desempenho e evolução da sociedade quanto a questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, igualdade de género, não discriminação, respeito pelos direitos humanos, combate à corrupção e tentativas de suborno (vd. artigo 66.º-B do CSC).

[19] O n.º 8 do artigo 66.º-B do CSC dispõe que "*uma empresa que elabore um relatório separado do relatório de gestão, correspondente ao mesmo exercício anual, que inclua as informações exigidas para a demonstração não financeira previstas no n.º 2 e seja elaborado nos termos previstos nos n.os 3 a 6, fica isenta da obrigação de elaborar a demonstração não financeira prevista no n.º 1*". Assim, caso a empresa pretenda ser dispensada da apresentação da demonstração não financeira, deve atestar que o RGS inclui toda a informação e cumpre todas as formalidades exigidas pela lei.



emel

DECLARAÇÃO

Para efeitos do disposto no n.º 8, do art.º 66-B, do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração da EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A., NIPC 503311332, com sede na Alameda das Linhas de Torres, 198/200, em Lisboa, declara que o Relatório de Governo Societário de 2024 inclui toda a informação referente ao desempenho e evolução da Sociedade, para efeitos de dispensa da apresentação da respetiva Demonstração não financeira.

Lisboa, 14 de março de 2025

O Conselho de Administração

Carlos Silva — Assinado de forma digital por Carlos Silva Dados: 2025.03.26 15:58:16 Z

Carlos Manuel dos Santos Batista da Silva

Presidente

ANA RITA CORREIA GONÇALVES — Assinado de forma digital por ANA RITA CORREIA GONÇALVES Dados: 2025.03.26 16:20:38 Z

Ana Rita Correia Gonçalves

Vogal Executiva

Sandra Cortez — Assinado de forma digital por Sandra Cortez Dados: 2025.03.26 16:24:44 Z

Sandra Cristina Cortez Brás Henriques

Vogal Não Executiva

EMEL - Empresa de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M.,S.A.
Alameda das Linhas de Torres, 198/200 | 1769-032 Lisboa, Portugal | NIPC: 503 311 332 | Capital Social: €32.000.000,00

www.emel.pt GIRA Bicicletas de Lisboa e park leve MOBILIDADE ELÉTRICA DE LISBOA

Grant Thornton

Grant Thornton

Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º B
1495-132 Algés
T: + 351 214 123 520
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B
9000-064 Funchal
T: + 351 291 200 540
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1180, 4.º
4100-113 Porto
T: + 351 220 996 083
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

Parecer do Fiscal Único

Procedemos à verificação do Relatório de Governo Societário da EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A. referente ao exercício de 2024, preparado pelo Conselho de Administração da Sociedade, nos termos do n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, em conformidade e para cumprimentos das orientações emanadas pela UTAM – Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial.

Com base na análise efetuada, somos de parecer que o relatório de governo societário, acima referido, inclui os elementos exigíveis à Entidade, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo.

26 de março de 2025

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.
Representada por Carlos Lisboa Nunes
ROC registado na CMVM com o n.º 20160131

Grant Thornton

Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º B
1495-132 Algés
T: + 351 214 123 520
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B
9000-064 Funchal
T: + 351 291 200 540
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1180, 4.º
4100-113 Porto
T: + 351 220 996 083
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Ao Acionista da

EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e inclui os documentos de prestação de contas da EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, (i) auditámos o Balanço em 31 de dezembro de 2024, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o respetivo Anexo; e (ii) emitimos nos termos do artigo 25.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o Parecer sobre a informação financeira semestral (relativa ao período compreendido entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2024), em 14 de agosto de 2024 e o Parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2025, em 14 de novembro de 2024.

Adicionalmente, procedemos a uma análise do:

- Relatório de Gestão do exercício de 2024 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que inclui uma reserva;

Grant Thornton

• Relatório de Governo Societário referente ao exercício de 2024, preparado pelo Conselho de Administração da Sociedade, nos termos do n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, em conformidade e para cumprimentos das orientações emanadas pela UTAM – Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, no sentido de verificar que o mesmo inclui os elementos exigíveis à Entidade.

Face ao exposto, somos de parecer que, exceto quanto aos possíveis efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita na secção "Bases para a opinião com reservas" da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras suprarreferidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, para efeitos de apreciação em Assembleia Geral de Acionistas.

26 de março de 2025

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Representada por Carlos Lisboa Nunes

ROC registado na CMVM com o n.º 20160131

- *Deliberação n.º 144/CM/2025 (Proposta n.º 144/2025)*
- Subscrita pelo Sr. Presidente e pela Vereadora Filipa Roseta:

Aprovar a adjudicação do procedimento de concurso para a atribuição de direito de superfície de terreno municipal a uma cooperativa para a construção de 18 habitações sem fins lucrativos na Rua António do Couto, no âmbito do Programa Cooperativas 1.ª Habitação Lisboa à proposta apresentada pela Cooperativa JHLX - Jovens Habitam Lisboa, CRL

Pelouros: Habitação e Património.
Serviços: DMHDL, DMGP.

Considerandos:

1 - O Programa Cooperativas 1.ª Habitação Lisboa foi aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa através da Deliberação n.º 63/CM/2024, de 14 de fevereiro de 2024, publicada no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1566, de 22 de fevereiro de 2024;
2 - Nos termos da Deliberação n.º 451/AML/2024, a coberto da Proposta n.º 414/2024, foi aprovado o lançamento do procedimento de concurso para a atribuição de direito de superfície de terreno municipal a uma cooperativa para a construção de 18 habitações sem fins lucrativos na Rua António do Couto, no âmbito do Programa Cooperativas 1.ª Habitação Lisboa;
3 - Por anúncio de Procedimento n.º 20150/2024, publicado em «Diário da República» em 27 de setembro de 2024, e publicado no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) em 1 de outubro de 2024, foi lançado o procedimento pré-contratual identificado no considerando anterior;
4 - Dentro do prazo previsto no artigo 8.1.º do Programa do Procedimento, e fixado no anúncio de Procedimento, foram solicitados pedidos de esclarecimentos pelos interessados, tendo a Comissão respondido aos mesmos, ao abrigo do disposto no artigo 8.2.º do Programa de Procedimento, cf. Ata n.º 1 da Comissão, de 10 de dezembro de 2024;
5 - Tendo sido submetido um pedido de prorrogação do prazo para apresentação de propostas por parte de um dos interessados, a Comissão do Procedimento deliberou deferir aquele pedido, tendo o prazo para apresentação das propostas terminado às 17h00 do dia 28 de janeiro de 2025, cf. Ata n.º 2 da Comissão, de 13 de janeiro de 2025;
6 - Em 29 de janeiro de 2025, realizou-se o ato público de abertura de propostas, tendo a Comissão procedido, posteriormente, à análise e avaliação das propostas apresentadas e elaborado o correspondente Relatório Preliminar nos termos e para os efeitos do artigo 21.º do Programa de Procedimento, o qual foi enviado para os Concorrentes, para que os mesmos se pudessem pronunciar em sede de direito de audiência prévia, previsto no artigo 22.º do Programa de Procedimento;
7 - Findo o prazo para pronúncia ao teor e conclusões do Relatório Preliminar, as pronúncias apresentadas foram objeto de análise por parte da Comissão que, na sequência, elaborou o Relatório Final, que se anexa;
8 - Nos termos do referido Relatório Final, a Comissão considera de manter as conclusões vertidas no Relatório Preliminar, propondo a adjudicação do direito de superfície ao Concorrente Cooperativa JHLX - Jovens Habitam Lisboa, CRL;
9 - Por conseguinte, tendo sido autorizada, através da Deliberação da Assembleia Municipal n.º 451/AML/2024, a coberto da Proposta n.º 414/2024, o lançamento do procedimento de concurso para a atribuição do direito de superfície de terreno municipal a uma cooperativa para a construção de 18 habitações sem fins lucrativos na Rua António do Couto, no âmbito do Programa Cooperativas 1ª Habitação Lisboa, cumpre ao Executivo Municipal, conforme previsto no artigo 24.º do Programa de Procedimento, decidir a mencionada adjudicação.

Nestes termos e assim justificado, ao abrigo do disposto alínea *i)* n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, temos a honra de propor à Câmara Municipal:

i - Aprovar o teor e conclusões do Relatório Final e, na sequência, adjudicar o procedimento de concurso para a atribuição de direito de superfície de terreno municipal a uma cooperativa para a construção de 18 habitações sem fins lucrativos na Rua António do Couto, no âmbito do Programa Cooperativas 1.ª Habitação Lisboa, para construção de um edifício com logradouro, à proposta apresentada pelo Concorrente «Cooperativa JHLX - Jovens Habitam Lisboa, CRL», nos termos e condições expressas na referida proposta, nos termos do artigo 24.º do Programa de Procedimento.

Em anexo:

I - Relatório Preliminar de avaliação de propostas;
II - Relatório Final de avaliação de propostas;
III - Proposta Cooperativa JHLX - Jovens Habitam Lisboa, CRL.

[Aprovada por maioria, com 7 votos a favor (3 PPD/PSD, 3 CDS/PP e 1 Ind. NTL), 1 voto contra (BE) e 9 abstenções (3 PS, 2 PCP, 1 L, 1 Ver. Paula Marques, 1 Ver. Floresbela Pinto e 1 Ver. Rui Franco).]

Nota: Os restantes anexos mencionados na proposta, encontram-se arquivados na DACM.

PROCEDIMENTO PARA A CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE NO ÂMBITO DA OPERAÇÃO DE COOPERATIVA DE HABITAÇÃO NA RUA ANTÓNIO DO COUTO

CONC/1/DMGP/CML/24

Relatório Final

27 de março de 2025

índice

1. Nota prévia.....
2. Direito de audiência prévia .....
3. Conclusão.....
4. Proposta.....

1. Nota prévia

O presente Relatório Final é elaborado nos termos e para os efeitos do disposto no número 23. do Programa de Procedimento para a constituição de direito de superfície no âmbito da Operação de Cooperativa de Habitação na Rua António do Couto, no âmbito do concurso n.º CONC/1/DMGP/CML/24, e na sequência da notificação aos Concorrentes do Relatório Preliminar, para exercício do direito de audiência prévia.

Em reunião da Comissão realizada em 18 de fevereiro de 2025, e nos termos do artigo 21.º do Programa do Procedimento, foi elaborado o Relatório Preliminar, que foi objeto de notificação aos Concorrentes, por comunicação eletrónica, em 27 de fevereiro de 2025, para que estes, querendo, se pudessem pronunciar, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, tendo sido concedido o prazo de 10 dias úteis.

Nos termos do referido Relatório Preliminar, a Comissão propôs a exclusão das propostas apresentadas pelos Concorrentes CooPCC - Cooperativa Casas de Cascais, CRL e Labitium Coop, CRL e a adjudicação do procedimento à proposta apresentada pelo Concorrente **Cooperativa JHLX Jovens Habitam Lisboa, CRL.**

2. Direito de audiência prévia

Tendo o prazo de audiência prévia terminado em 13 de março de 2025, verificou-se terem sido recebidas, dentro do prazo estipulado, três pronúncias ao teor e conclusões do Relatório Preliminar, pelo que cumpre, assim, analisar as mesmas, o que se faz nos termos seguintes:

Ordem	Cooperativa Candidata	Data e hora entrega proposta	Audiência Prévia Data e hora pronúncia
1	Cooperativa JHLX Jovens Habitam Lisboa, CRL	28/01/2025 12h50	Não se pronunciou
2	CooPCC - Cooperativa Casas de Cascais, CRL	28/01/2025 15h50	06/03/2025 21h54
3	CMLCOOP, Cooperativa de Habitação Económica, CRL	28/01/2025 15h55	13/03/2025 16h35
4	Labitium Coop, CRL	28/01/2025 17h02	12/03/2025 15h59

A) Pronúncia apresentada pelo Concorrente CooPCC - Cooperativa Casas de Cascais, CRL

CoopCC - Cooperativa Casas de Cascais, CRL

06/03/2025
21h54

Ex.mos Senhores

A CoopCC - Cooperativa Casas de Cascais, CRL, com o NIPC 517938111, considera que a sua exclusão da lista de candidaturas à construção do edifício da Rua António do Couto, no Lumiar, com base na falta da lista de presenças na Assembleia Geral, é uma flagrante ilegalidade, que deve ser revertida, pois esse documento não consta da lista dos documentos da proposta, referidos no Programa de Procedimento.

Assim, não podemos ser excluídos com base na falta de um documento que nunca foi pedido.

Acresce que dizer que "A identificação dos presentes, seja no corpo da ata ou em lista de presenças em anexo, é um dos elementos essenciais para garantir a autenticidade e a validade das decisões tomadas na assembleia geral da cooperativa, pois assegura que a deliberação foi tomada legalmente e com o quórum necessário. A ausência daquele elemento na ata compromete um dos elementos essenciais que devem acompanhar a proposta, e, consequentemente, compromete a legitimidade da proposta apresentada" é um absurdo que não faz qualquer sentido.

Efetivamente, todos sabemos (ou deviamos saber) que as assembleias gerais das associações (uma cooperativa é uma associação) funcionam em 1ª convocatória com a presença da maioria dos associados e em 2ª convocatória com a presença de qualquer número de associados.

Assim, as assembleias gerais têm sempre quórum e têm toda a legitimidade para deliberar sobre os assuntos constantes da ordem de trabalhos, independentemente do número de associados que tenha estado presente, pelo que a lista de presenças, ao contrário do que é dito, é um documento juridicamente irrelevante.

Acresce que todos os 18 cooperadores candidatos preencheram e assinaram o Anexo III, Modelo de Declaração do Agregado Habitacional, onde se declaram membros da cooperativa e, obviamente, interessados na sua candidatura.

Mais, todos os documentos da proposta foram assinados por quem, legal e estatutariamente. tem poderes para obrigar a cooperativa (no caso o presidente e a tesoureira do Conselho de Administração), pelo que não pode ser posta em causa a sua vontade de participar neste concurso.

Alguns cooperadores já nos manifestaram a sua intenção de, para defesa dos seus legítimos interesses, impugnar judicialmente a nossa exclusão, o que não nos parece o caminho mais adequado.

Como cooperativistas defendemos o diálogo e a colaboração, respeitando sempre a lei, a ética e a transparência, mas tem de haver reciprocidade.

Face ao atrás exposto, solicitamos que a nossa exclusão seja revogada e que sejamos classificados em 2º lugar, com 40 pontos, de acordo com as regras que constam do Programa de Procedimento.

Provavelmente esta classificação não terá nenhuma consequência prática, mas é o que a justiça e os regulamentos impõem.

Cumpre, assim, analisar os argumentos aduzidos pelo Concorrente.

Refere, em primeiro lugar, o Concorrente que o documento não consta da lista de documentos exigidos no Programa de Procedimento. Ora, quanto a este argumento esclarece-se que que a alínea b) do ponto 11.1 do referido Programa exige a "*cópia certificada da ata da assembleia geral na qual conste a deliberação que aprova a intervenção da Cooperativa no procedimento, e que adere, sem reservas às regras previstas neste Programa e no Caderno de Encargos*".

Com efeito, o referido documento, exigido no Programa de Procedimento, visa expressar a vontade coletiva da Cooperativa em vincular-se, sem reservas, às normas do procedimento, não colhendo o argumento que "*todos os documentos da proposta foram assinados por quem, legal e estatutariamente. tem poderes para obrigar a cooperativa (no caso o presidente e a tesoureira do Conselho de Administração)*".

Mais, determina o artigo 9.º do Código Cooperativo, que em caso de lacuna, é aplicável subsidiariamente o Código das Sociedades Comerciais, que por sua vez estabelece, no artigo 63.º:

1 - As deliberações dos sócios só podem ser provadas pelas atas das assembleias ou, quando sejam admitidas deliberações por escrito, pelos documentos donde elas constem.

2 - A acta deve conter, pelo menos:

a) A identificação da sociedade, o lugar, o dia e a hora da reunião;

b) O nome do presidente e, se os houver, dos secretários;

c) Os nomes dos sócios presentes ou representados e o valor nominal das partes sociais, quotas ou acções de cada um, salvo nos casos em que a lei mande organizar lista de presenças, que deve ser anexada à acta;

d) A ordem do dia constante da convocatória, salvo quando esta seja anexada à acta

e) Referência aos documentos e relatórios submetidos à assembleia;

f) O teor das deliberações tomadas;

g) Os resultados das votações;

h) O sentido das declarações dos sócios, se estes o requererem.

Ora, face ao acima referido, conclui-se forçosamente que a ata da assembleia geral apresentada pela CoopCC - Cooperativa Casas de Cascais, CRL não cumpre os requisitos previstos no mencionado artigo 63º, em concreto a alínea c) do n.º 1 daquela norma, do Código das Sociedades Comerciais.

Por conseguinte, não pode a referida ata ser aceite por não conter os referidos elementos obrigatórios que demonstrem a existência de uma reunião de assembleia geral, com vista à aprovação da deliberação que adira sem reservas às regras previstas neste Programa e no Caderno de Encargos.

B) Pronúncia do Concorrente Labitium Coop, CRL

LABITIUM COOP, CRL 12/03/2025
15h59

Comissão de Procedimento CONC/1/DMGP/CML/24

Câmara Municipal de Lisboa

Assunto: Oposição à Exclusão da Cooperativa Labitium Coop, CRL no Procedimento CONC/1/DMGP/CML/24 (Rua António do Couto)

Exmos. Senhores,

Nos termos do Código de Procedimento Administrativo e demais disposições legais aplicáveis, vimos, por meio desta, apresentar a nossa oposição à decisão de exclusão da proposta da Cooperativa Labitium Coop, CRL no procedimento CONC/1/DMGP/CML/24, relativo à Rua António do Couto, em razão de um suposto atraso de 2 (dois) minutos.

Gostaríamos de esclarecer os seguintes pontos que, acreditamos, fundamentam a nossa oposição à decisão tomada:

Atraso Não Verificado

No dia 28 de janeiro de 2024, os representantes da Cooperativa Labitium Coop, CRL chegaram ao edifício da Câmara Municipal de Lisboa às 16h58, ou seja, 2 minutos antes da hora marcada para a entrega das propostas. A funcionária que recebeu o processo, entre a decisão se recebia ou não e telefonar para os serviços administrativos e aceitar receber o processo, demorou 3 min. A proposta foi formalmente apresentada no prazo limite para a entrega das propostas.

Portanto, a proposta foi entregue dentro do prazo estabelecido, respeitando o limite temporal definido. O suposto atraso de 2 minutos mencionado na decisão de exclusão não se concretizou, uma vez que a entrega ocorreu dentro da margem de tempo estipulada.

Princípio da Proporcionalidade e da Justificação Administrativa

A exclusão da nossa proposta, com base no alegado atraso de 2 minutos, não se justifica, dado que a proposta foi entregue um minuto antes do prazo final. Consideramos que a decisão de desqualificação não observou o princípio da proporcionalidade, uma vez que o atraso, caso houvesse, foi mínimo e não teve qualquer impacto no andamento do procedimento ou nos princípios da concorrência.

Impacto Irrelevante do Atraso

Acreditamos que o pequeno intervalo de tempo entre a chegada e a entrega da nossa proposta, que foi apresentada no último minuto do prazo, não causou qualquer prejuízo ao processo de avaliação das propostas. A nossa intenção foi sempre cumprir com os prazos e requisitos estabelecidos no procedimento, não havendo justificativa para a exclusão com base no prazo de entrega, que foi respeitado.

Revisão da Decisão

Em razão dos pontos expostos, solicitamos que a decisão de exclusão seja revogada e que a proposta da Cooperativa Labitium Coop, CRL seja reavaliada, uma vez que foi entregue dentro do prazo limite, respeitando todas as exigências do procedimento.

Por fim, reiteramos que a nossa proposta deve ser considerada válida, uma vez que a entrega foi feita dentro da hora limite e sem qualquer impacto no procedimento em curso.

Aguardamos a revisão da decisão e estamos disponíveis para fornecer quaisquer documentos ou esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Sem mais para o momento, renovamos os nossos melhores cumprimentos.

Com os melhores Cumprimentos

Cumpre assim, apreciar o alegado pelo Concorrente:

Refere, em primeiro lugar, o Concorrente que os representantes da Cooperativa Labitium Coop, CRL chegaram ao edifício da Câmara Municipal de Lisboa às 16h58, ou seja, 2 minutos antes da hora marcada para a entrega das propostas e que, por conseguinte, a proposta teria sido formalmente apresentada dentro do prazo limite para a entrega das propostas.

Ora, considerando o alegado, foi solicitado ao Serviço de Atendimento ao Munícipe que viesse pronunciar-se, tendo o mesmo informado que a funcionária do Balcão de Acolhimento e Informação afirmou que a proposta em questão foi apresentada depois das 17h00, e que, perante a insistência do Concorrente em entregar a mesma, contactou os serviços no sentido de receber orientações sobre se tal proposta deveria ser recebida.

> *"Em resposta ao email infra, informo que no dia 28 de janeiro, já depois das 17h fui contactada pela , que me deu conta de que do Balcão de Acolhimento e Informação a tinha contactado porque teria uma proposta para receber que tinha chegado depois das 17h00 e que tinha dado orientações para ser recebida e colocada a hora exata e assim terá sido feito.*
>
> *Perante esta situação , que rececionou a proposta, continua a afirmar que chegaram depois das 17h00 para entrega da proposta, que advertiu desse facto o concorrente que insistiu em entregar, razão pela qual contactou , no sentido de receber orientações"*

Refere, ainda, o Concorrente que a decisão de desqualificação não terá observado o princípio da proporcionalidade, uma vez que o atraso, caso houvesse, foi mínimo e não teve qualquer impacto no andamento do procedimento ou nos princípios da concorrência e que não terá havido prejuízo ao processo de avaliação das propostas.

Quanto a isto, esclarece-se que incumbe aos Concorrentes certificarem-se de que as suas propostas são entregues atempadamente, em cumprimento do disposto no artigo 14.2 do Programa de Procedimento e que, o não cumprimento do prazo para a apresentação das propostas, dentro do prazo estipulado, determina, necessariamente, a exclusão da proposta nos termos da alínea a) do número 1 do artigo 18º do referido Programa.

Não existiu, assim, no caso concreto, qualquer violação do princípio da proporcionalidade, nem pode o Concorrente invocar que a sua proposta foi entregue um minuto antes do prazo final, de acordo com informação prestada pelos serviços.

Por conseguinte, entende a Comissão ser de manter a exclusão da Proposta apresentada pelo Concorrente, por força do disposto na alínea a) do artigo 18. do Programa de Procedimento, por a mesma não ter sido apresentada no prazo fixado no artigo 14. do Programa de Procedimento e no anúncio n.º AN/1/DMGP/CML/25.

C) Pronúncia apresentada pela CMLCOOP- Cooperativa de Habitação Económica, CRL

CMLCOOP- Cooperativa de Habitação Económica, CRL 13/03/2025 16h35

Exma. Senhora

Presidente da Comissão do Procedimento

CMLCOOP- Cooperativa de Habitação Económica, CRL, Concorrente no Procedimento para a constituição de direito de superfície no âmbito da Operação de cooperativa de habitação na Rua António do Couto CONC/1/DMGP/CML/24, tendo tomado conhecimento do Relatório Preliminar de Análise de Propostas do referido procedimento, no qual consta que a mesma obteve uma pontuação final de 24, com a qual ficou posicionada em segundo lugar, vem, nos termos e para os efeitos do art.º 22º do Programa do Procedimento, pronunciar-se em sede de

AUDIÊNCIA PRÉVIA

O que faz nos termos e com os seguintes fundamentos:

1. O presente procedimento tem como objeto a construção de 18 fogos de habitação sem fins lucrativos.

2. A ora requerente ao tomar conhecimento do Relatório Preliminar de Análise de Propostas, que ordenou a sua Proposta na posição final de 2º lugar, não se pode conformar com tal ordenação, uma vez que esta classificação não é conforme com os objetivos do procedimento e com os critérios de admissão.

Uma análise cuidada do conteúdo das propostas, da sua viabilidade e exequibilidade à luz dos fins prosseguidos pela Câmara Municipal de Lisboa através do procedimento e das exigências materiais ditaria, necessariamente, uma apreciação e um projeto de decisão diferentes, como se passa a explicitar. Vejamos:

4. No Relatório Preliminar consta que a proposta da cooperativa JHLX – Jovens Habitam Lisboa, CRL foi ordenada em 1º lugar, fundamentalmente, por seguir o modelo de propriedade coletiva, em vez de propriedade individual.

5. Contudo, verifica-se que o conteúdo da proposta da JHLX – Jovens Habitam Lisboa, CRL, ainda que eventualmente cumpra as exigências de ordem formal (no que não se concede por ora), viola gravemente os objetivos que o Município afirma serem prosseguidos pelo Programa e pelo procedimento e que justificaram o lançamento do concurso – a promoção de habitação acessível para pessoas e agregados

familiares de rendimento intermédios – assim como das condições de admissão plasmadas no Programa do Procedimento, como resulta do teor do modelo de financiamento proposto.

6. Neste modelo de financiamento declara-se que o empreendimento será executado, ou seja, a execução das obras de construção do edifício será levada a cabo com a aplicação de capitais próprios de 40% do investimento total.

7. Considerando que a estimativa de custo das obras (sem o IVA) que vem fixada nos elementos anexos ao programa – ver a Estimativa de Custo na pág. 37 do Anteprojeto, que constitui o Anexo III ao Caderno de Encargos – é de € 3.586.900,05 (três milhões, quinhentos e oitenta e seis mil e novecentos euros e cinco cêntimos), a que acrescerão necessariamente os custos com a Fiscalização e Administração (não inferiores a 5% - € 179.345,00) e a verba para Imprevistos e aumento preços (não inferior a 7% - € 251.083,00), o valor total mínimo de investimento será de € 4.017.328,06, a que acresce o IVA à taxa de 6%, de onde resulta o total global do custo do empreendimento no montante de € 4.258.367,74 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, trezentos e sessenta e sete euros e setenta e quatro cêntimos).

8. Face a este valor, o modelo de financiamento da proposta ordenada em 1º lugar, pressupõe capitais próprios no valor mínimo de € 1.703.347,10 (um milhão, setecentos e três mil e trezentos e quarenta e sete euros e dez cêntimos) [4.258.367,74 x 40%].

9. Ainda que não se considerassem (por mero exercício teórico) os custos com a Fiscalização e Administração e a verba para Imprevistos e aumento preços, teríamos um custo global de € 3.802.114,05 [3.586.900,05 + 6% do IVA], que exigiria, face à proposta em causa, capitais próprios no montante de € 1.520.845,62 (um milhão, quinhentos e vinte mil, oitocentos e quarenta cinco euros e sessenta e dois cêntimos) [3.802.114,05 x 40%].

10. Em resumo, a proposta da JHLX – Jovens Habitam Lisboa, CRL prevê a afetação de capitais próprios no valor de € 1.703.347,10 (um milhão, setecentos e três mil e trezentos e quarenta e sete euros e dez cêntimos) ou, numa ótica minimalista, de € 1.520.845,62.

11. A Deliberação n.º 451/AML/2024 da Assembleia Municipal de Lisboa, que aprovou o lançamento do presente procedimento, declara de forma expressa e sem margem para quaisquer dúvidas que se pretende "(...) aumentar a oferta de habitação para população de rendimento intermédios, sendo uma solução importante para jovens" (ver Considerando 4.) "(...) ajudando as famílias que não consigam adquirir habitação no mercado a fixar-se em Lisboa (...)" (ver Considerando 8.

12. Cumprindo estes objetivos, o Programa do Procedimento determinou em sede de Condições de Admissão (art.º 10) limites para os rendimentos dos Cooperadores Candidatos ou dos seus agregados familiares, assim se definindo a que pessoas se destinam o procedimento e as habitações a serem construídas.

13. Deste modo, estabelece-se no art.º 10.2, al. b), subalínea (ii) do Programa, que o valor do Rendimento Global do Agregado Habitacional do Cooperador Candidato tem de ser "(ii) Igual ou inferior ao valor máximo indicado na seção 1.2 do Anexo IV do Regulamento Municipal do Direito à Habitação"

14. Por seu turno, a referida disposição do Anexo IV do Regulamento Municipal do Direito à Habitação estabelece os seguintes rendimentos máximos:

a) Agregado composto por 1 pessoa: € 35.000,00 por ano / € 2.917,00 por mês. Com uma taxa de esforço de 30% correspondente a € 875,00 por mês

b) Agregado composto por 2 pessoas: € 45.000,00 por ano / € 3.750,00 por mês Com uma taxa de esforço de 30% correspondente a € 1.125,00 por mês

c) Agregado composto por 3 pessoas: € 50.000,00 por ano / € 4.167,00 por mês Com uma taxa de esforço de 30% correspondente a € 1.250,00 por mês.

15. Estes valores obrigam a uma pergunta: como é possível ter capitais próprios no montante de €1.703.347,10 (ou mesmo de € 1.520.845,62) com estes rendimentos por agregado e com estas taxas de esforço.

16. Acresce que estamos perante uma cooperativa que foi constituída há menos de 3 meses, mais concretamente em 23.12.2024.

17. Como é possível uma cooperativa sem atividade anterior e acabada de nascer ter capitais próprios nos montantes referidos, ou seja, sem financiamento, quando os seus cooperantes só poderão ter os rendimentos acima indicados.

18. Importa ter em atenção, que o projeto se destina à construção de 18 fogos, pelo que, realizando um exercício de simples aritmética, cada Cooperador candidato terá que aportar, em média, para a constituição dos capitais próprios, um valor (repete-se, em média) de € 94.630,40 (noventa e quatro mil, seiscentos e trinta euros e quarenta cêntimos) [1.703.347,10 / 18], ou no valor reduzido sem os custos adicionais o montante de € 84.491,40 (oitenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e um euros e quarenta cêntimos) [1.520.845,62 / 18].

19. De assinalar, ainda, que cada cooperador mesmo no modelo de habitação coletiva, terá ainda que aportar à Cooperativa os valores necessários para pagamento do financiamento dos 60% restantes.

20. Os valores acima mencionados demonstram que não é possível que uma cooperativa de habitação com cooperadores com rendimentos compatíveis com os limites impostos no procedimento (logo elegíveis), para mais recém-constituída, tenha capitais próprios, que terão de ser aportados pelos cooperadores, em montantes compatíveis com o modelo de financiamento proposto, ou seja, com o montante de € 1.703.347,10, cabendo € 94.630,40 em média a cada cooperador.

21. Neste contexto, é manifesto que o conteúdo da proposta, em especial o seu modelo de financiamento, é contrário, não só ao espírito e aos objetivos prosseguidos, mas também às condições de admissão definidas no Programa do Procedimento (art.º 10), pelo que deve a proposta ser excluída por "incumprimento de qualquer das condições previstas no artigo 10", a abrigo do art.º 18.1, al. c) do Programa.

22. Caso assim não suceda, a Câmara Municipal de Lisboa estará a admitir e a adjudicar uma proposta que financia o investimento (custo da obra) recorrendo a recursos que não são dos seus cooperadores – entenda-se cooperadores elegíveis –, o que constitui uma ilegalidade, bem como uma forma de promover a desigualdade, permitindo a aquisição de habitação por cooperadores com condições (diga-se, meios alheios ou rendimentos não admitidos no procedimento) que não estão acessíveis aos demais concorrentes.

Pelo exposto, Deve o Relatório Preliminar ser alterado, com:

a) a não admissão da proposta da JHLX – Jovens Habitam Lisboa, CRL, nos termos do art.º 18.1, al. c) do Programa do Procedimento por "incumprimento de qualquer das condições previstas no artigo 10", em especial do art.º 10.2, al. b), subalínea (ii) e

b) Adjudicação da atribuição do direito de superfície à CMLCOOP- Cooperativa de Habitação Económica, CRL.

Lisboa, 13 de março de 2025

Pede Deferimento

O Procurador no Procedimento

Clarifica-se, em primeiro lugar, que as exigências formais das peças do procedimento visam traduzir e traduzem os objetivos do Município, aprovados aquando da proposta de contratar.

Não pode o Concorrente invocar que uma proposta que prevê a afetação de capitais próprios em 40% não cumpre os objetivos a alcançar com o procedimento. Na verdade, as peças do procedimento apenas exigem uma afetação de capitais próprios de 10%, não tendo sido definido qualquer limite máximo de afetação de capitais próprios. A capacidade mínima financeira exigida do Concorrente corresponde a uma realização à data da celebração do contrato de direito de superfície, o que apenas nesse momento deverá ser aferido.

As fontes de financiamento aceites e validadas serão aquelas apresentadas pela Cooperativa adjudicatária aquando da celebração do contrato de direito de superfície e deverão ser exclusivamente as previstas no Caderno de Encargos do procedimento.

Em fase de apreciação das propostas, e de acordo com as peças do procedimento, não incumbe à Comissão pronunciar-se sobre as futuras fontes de financiamento, nem excluir uma proposta com fundamento na análise destas fontes, salvo se estas contradisserem, expressamente, as normas previstas nas peças do procedimento.

A estrutura de financiamento para a construção do edifício, apresentada na proposta em causa, é composta por 40% de capitais próprios, a realizar pelos cooperadores, e 60% de capitais alheios, a obter através de um empréstimo à construção por entidade financiadora, o que consubstancia uma estrutura e respetivas fontes de financiamento que obedece às exigências previstas nas peças do procedimento e que responde aos objetivos do Município de Lisboa para o Programa Cooperativas 1ª Habitação Lisboa.

Assim, conclui-se necessariamente que, não correspondendo o alegado pelo Concorrente relativamente à capacidade financeira dos agregados da proposta em causa a quaisquer exigências das peças do procedimento, não existe qualquer ilegalidade ou violação das peças do procedimento por parte da proposta ordenada em primeiro lugar.

3. Conclusão

Assim, a Comissão reitera o teor e conclusões do Relatório Preliminar, devendo as propostas a admitir ser ordenadas de acordo com a tabela *infra*:

		FATOR A Propriedade	FATOR B AH	Pontuação Total	Classificação
1	Cooperativa JHLX Jovens Habitam Lisboa, CRL	100	100	100	1º
3	CMLCOOP, Cooperativa de Habitação Económica, CRL	0	60	24	2º

4. Proposta

Por conseguinte, e face ao acima exposto, a Comissão de Procedimento considera ser de propor, nos termos e com os fundamentos constantes do presente Relatório Final, o seguinte:

a) Manter a exclusão da proposta n.º 2, apresentada pelo Concorrente CooPCC – Cooperativa Casas de Cascais, CRL, por incumprimento da alínea b) do artigo 18. do Programa de Procedimento;
b) Manter a exclusão da proposta n.º 4, apresentada pelo Concorrente Labitium Coop, por incumprimento da alínea a) do artigo 18. do Programa do Procedimento;
c) Ordenar as propostas nos termos do quadro geral de pontuação constante do ponto 3. do presente Relatório;
d) Adjudicar o presente procedimento à proposta apresentada pelo Concorrente Cooperativa JHLX Jovens Habitam Lisboa, CRL, sendo condição essencial e obrigatória que o regime de propriedade coletiva seja mantido durante todo o procedimento de concurso e vigência do contrato de direito de superfície.

Lisboa, 27 de março de 2025

A Presidente da Comissão

(Constança Abecasis)

A Vogal Suplente

(Teresa Felício)

A Vogal Efetiva

(Luísa Ribeiro)

Foi deliberado submeter à Assembleia Municipal a seguinte proposta:

- *Proposta n.º 180/2025*:

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras e Orçamentais de 2024, bem como a proposta de aplicação de resultados, nos termos da proposta.

[Aprovada por maioria, com 7 votos a favor (3 PPD/PSD, 3 CDS/PP e 1 Ind. NTL), 7 votos contra (2 PCP, 1 L, 1 BE, 1 Ver. Paula Marques, 1 Ver. Floresbela Pinto e 1 Ver. Rui Franco) e 3 abstenções (PS).]

O Senhor Presidente em exercício, exerceu voto de qualidade.

Publica-se às 5.as-feiras
ISSN: 0873-0296 **Depósito Legal n.º** 76 213/94 **Tiragem** 11
O *Boletim Municipal* está disponível no sítio da Internet oficial da Câmara Municipal de Lisboa (http://www.cm-lisboa.pt/municipio/boletim-municipal)
O *Boletim Municipal* pode ser adquirido nos Serviços Municipais através de impressão/fotocópia e pago de acordo com o preço definido na Tabela de Taxas, Preços e Outras Receitas Municipais
[Deliberação n.º 35/CM/2008 (Proposta n.º 35/2008) - Aprovada na Reunião de Câmara de 30 de janeiro de 2008]
Composto e Impresso na Imprensa Municipal
Toda a correspondência relativa ao Boletim Municipal deve ser dirigida à CML – Imprensa Municipal
Estrada de Chelas, 101 – 1900-150 Lisboa **Telef.** 218 171 350 **E-mail:** boletim.municipal@cm-lisboa.pt